UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Escola de Arquitetura

André Luiz Prado

AO FIM DA CIDADE:

CONJUNTOS HABITACIONAIS NAS BORDAS URBANAS

Belo Horizonte – Minas Gerais - Brasil

Agosto - 2014

André Luiz Prado

AO FIM DA CIDADE:

CONJUNTOS HABITACIONAIS NAS BORDAS URBANAS

Tese apresentada ao Núcleo de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – NPGAU, da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito à obtenção do título de Doutor em Arquitetura e Urbanismo.

Área de Concentração: Teoria, Produção e Experiência do Espaço.

Orientadora: Profa. Dra. Silke Kapp
Escola de Arquitetura - UFMG

Belo Horizonte

Escola de Arquitetura - UFMG

2014

FICHA CATALOGRÁFICA

P896a

Prado, André Luiz.
Ao fim da cidade [manuscrito] : conjuntos habitacionais nas bordas urbanas / André Luiz Prado. - 2014.
691f. : il.

Orientadora: Silke Kapp.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Habitação popular - Teses. 2. Habitação – Aspectos sociais - Teses. 3. Planejamento urbano – Aspectos sociais. 4. Ecologia urbana (Sociologia). 5. Planejamento ambiental. 6. Política urbana. I. Kapp, Silke. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. III. Título.

CDD 728.1

Para Fernanda e Gabriela,

a quem o desenvolvimento deste trabalho impôs inúmeros sacrifícios.

AGRADECIMENTOS

À professora Silke Kapp, por seu trabalho competente como orientadora, ao mesmo tempo rigoroso e incentivador, desde a minha "adoção" até as revisões cuidadosas no final do trabalho.

Aos professores Cibele Rizek, Heloísa Costa e Rogério Palhares, pelas críticas e sugestões feitas na banca de qualificação, que contribuíram decisivamente para o amadurecimento do trabalho. À professora Heloísa, um agradecimento especial pelas sugestões metodológicas e indicações bibliográficas durante as suas disciplinas no IGC-UFMG. Ao professor Rogério Palhares também um agradecimento especial pelas conversas informais e inúmeras sugestões.

À professora Maria Lúcia Malard, pelas conversas iniciais, pelo encorajamento e por toda a ajuda sempre.

À Júnia Ferrari e aos estagiários do grupo Práxis pela ajuda com os dados georreferenciados da PBH.

À Lorraine Morais, pela ajuda imprescindível na elaboração dos mapas.

Ao Alexandre Brasil, Bruno Santa Cecília, Carlos Alberto Maciel e Paula Zasnicoff, por terem me dado toda a cobertura no longo período ausente no escritório.

Aos colegas Roberto Eustáaquio Santos e Ivana Botelho graças a quem pude me ausentar temporariamente das atividades docentes para a elaboração da tese.

A todos os líderes comunitários, presidentes de associações e moradores dos conjuntos habitacionais que me receberam para as entrevistas, muitas vezes em suas casas, sempre muito atenciosos e pacientes.

Aos agentes sociais e servidores públicos envolvidos com os conjuntos habitacionais, sem os quais teria sido praticamente impossível realizar as pesquisas de campo e organizar as reuniões com os moradores.

Aos avôs e avós da Gabriela, cujas colônias de férias e de final de semana providenciaram o suporte necessário para as muitas horas de dedicação ao trabalho.

RESUMO

Esta tese discute a relação dialética estabelecida pelo adensamento populacional nos limites urbanos de grandes cidades brasileiras, materializada pelos conjuntos habitacionais multifamiliares voltados para os mais pobres. Para isso, analisa a condição socioambiental das moradias planejadas em larga escala nas bordas das metrópoles e do seu contexto urbano imediato, por meio de um estudo teórico e empírico. A principal justificativa para esse estudo, realizado num momento de retomada da produção em larga escala de moradias populares nas periferias das grandes cidades brasileiras, está na possibilidade de avaliar em termos socioambientais, o destino assumido pelos conjuntos construídos há mais de três décadas atrás, sob maior controle urbanístico estatal, em relação aos novos conjuntos, construídos agora majoritariamente pela iniciativa privada. O estudo teórico parte da definição dos grandes conjuntos habitacionais situados no limite do tecido urbano em condições de precariedade socioambiental como objetos de estudo e então constrói uma fundamentação teórica baseada em três eixos de discussão: a dialética cidade/campo nas bordas urbanas, vista sob a ótica da teoria crítica e das teorias urbanas marxistas; a produção de injustiça espacial através da produção formal de moradias em larga escala nos limites das grandes cidades; os conflitos socioambientais gerados pela relação dialética entre população e meio ambiente. A reflexão teórica em torno desses três eixos organiza a pesquisa empírica, realizada em nove conjuntos nos limites da mancha urbana principal da Região Metropolitana de Belo Horizonte, definindo quais os dados a serem coletados pela pesquisa e como eles deveriam se organizar. As informações da pesquisa empírica, por sua vez, alimentaram uma análise teórica sobre a condição socioambiental dos conjuntos periféricos, estruturada por seis categorias analíticas: a natureza das bordas urbanas; os moradores dos conjuntos; estruturas intraurbanas periféricas; o conjunto habitacional moderno; causalidade cumulativa socioambiental; ecologia política urbana. O objetivo principal da análise foi o de definir se as situações de precariedade socioambiental dos grandes conjuntos habitacionais nos limites das áreas urbanas são necessárias ou contingentes e se são estruturais ou circunstanciais. Os resultados dessa reflexão questionam a validade do conjunto habitacional moderno construído nas bordas das cidades como solução para a produção de moradias em larga escala no Brasil.

Palavras chave: Habitação de interesse social, Planejamento urbano e habitacional, conflitos socioambientais.

ABSTRACT

This thesis discusses the dialectical relationship established by population density in the urban limits of large Brazilian cities, materialized by multifamily housing projects meant for the poorest. For this, it analyzes the environmental condition of the social housing planned on a large scale at the edges of the metropolitan areas, and its immediate urban context, through a theoretical and empirical study. The main justification for this study, conducted at a time of renewed large-scale production of affordable housing on the edge of large cities, is the possibility to analyze, in social and environmental terms, the destiny fulfilled by the housing built more than three decades ago, under largest urban planning state control, over new housing, now mostly constructed by the private sector. The theoretical study has as starting point the definition of large vertical housing situated on the limits of the urban area in poor social and environmental condition as objects of study and then builds a theoretical framework based on three areas of discussion: the dialectic city / country in urban edges, seen in the perspective of critical theory and Marxist urban theory; the production of spatial injustice through formal housing production on a large scale on the outskirts of large cities; socio-environmental conflicts generated by the dialectical relationship between population and the environment. The theoretical reflection around these three axes organizes the empirical survey in nine sets on the limits of the urban concentration of Metropolitan Belo Horizonte, defining what data to be collected by the survey and how they should be organized. The information in empirical research, in turn, fueled a theoretical analysis on the environmental condition of the peripheral sets, structured by six analytical categories: the nature of urban edges; residents of the sets; peripheral intra-urban structures; modern housing development; environmental cumulative causation; urban political ecology. The main objective of the analysis was to determine whether the environmental situations of precariousness of large housing estates on the outskirts of urban areas are necessary or contingent and whether they are structural or circumstantial. The results of this reflection question the validity of modern housing built on the edge of the cities as a solution for the production of large-scale housing in Brazil.

Keywords: Social housing, housing and urban planning, socio-environmental conflicts.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Mapa da mancha urbana principal da RMBH..... 157
FIGURA 2 - Mapa da mancha urbana principal da RMBH com os sentidos de crescimento..... 158
FIGURA 3 - Conjunto IAPI na época da sua construção..... 159
FIGURA 4 - Conjunto IAPI em construção e "Pedreira Prado Lopes" ao fundo..... 160
FIGURA 5 - Mapa com a situação do conjunto IAPI em relação à mancha urbana de BH em 1953..... 161
FIGURA 6 - Conjunto IAPI com o limite da cidade ao fundo..... 162
FIGURA 7 - Mapa com os conjuntos habitacionais públicos construídos em Belo Horizonte..... 164
FIGURA 8 - Mapa com o levantamento de conjuntos habitacionais nas bordas das RMBH..... 168
FIGURA 9 - Mapa com os conjuntos habitacionais selecionados para a pesquisa..... 171
FIGURA 10 - Mapa com a localização dos conjuntos selecionados em relação à distribuição de renda em por bairro (padrão)..... 172
FIGURA 11 - Mapa com com a localização dos conjuntos selecionados em relação à distribuição da segregação social..... 173
FIGURA 12 - Mapa de localização do CH1 na RMBH..... 176
FIGURA 13 - Foto aérea do CH 1 (destacado em vermelho)..... 176
FIGURA 14 - Foto aérea do trajeto do CH1 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima..... 176
FIGURA 15 - Mapa da situação urbana do CH1 (área de análise)..... 177
FIGURA 16 - Foto aérea do CH1 em 1989..... 179
FIGURA 17 - Foto aérea do CH1 em 1994..... 179
FIGURA 18 - Foto aérea do CH1 em 2006..... 179
FIGURA 19 - Foto aérea do CH1 em 2009..... 179
FIGURA 20 - Foto aérea do CH1 em 2011..... 179
FIGURA 21 - Foto aérea do CH1 em 2013..... 179
FIGURA 22 - CH1: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM..... 182
FIGURA 23 - CH1: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM..... 182
FIGURA 24 - CH1: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM..... 182
FIGURA 25 - CH1: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM..... 182
FIGURA 26 - CH1: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM..... 182
FIGURA 27 - CH1: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM..... 182
FIGURA 28 - CH1: mapa com a população de raça parda por setor censitário..... 183
FIGURA 29 - CH1: mapa com a população de raça branca por setor censitário..... 183
FIGURA 30 - CH1: mapa com a população de raça negra por setor censitário..... 183
FIGURA 31 - CH1: mapa com a população de raça amarela por setor censitário..... 184
FIGURA 32 - Distribuição percentual de raças no CH1, Belo Horizonte e Brasil..... 184
FIGURA 33 - CH1: mapa com a população até 9 anos por setor censitário..... 184
FIGURA 34 - CH1: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário..... 185
FIGURA 35 - CH1: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário..... 185
FIGURA 36 - CH1: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário..... 185
FIGURA 37 - Distribuição percentual de faixas etárias no CH1, Belo Horizonte e Brasil..... 186
FIGURA 38 - CH1: mapa com as moradias próprias por setor censitário..... 186
FIGURA 39 - CH1: mapa com as moradias alugadas por setor censitário..... 186
FIGURA 40 - CH1: mapa com as moradias cedidas por setor censitário..... 187
FIGURA 41 - Distribuição percentual de tipos de moradia CH1, Belo Horizonte e Brasil..... 187
FIGURA 42 - CH1 - Blocos da 3ª . etapa (vermelhos)..... 193
FIGURA 43 - CH1 - Comércio informal na rua São Vicente..... 193
FIGURA 44 - CH1 - Rua São Vicente no trecho com calçada de um só lado..... 193
FIGURA 45 - CH1 - Centro de Saúde e UMEI ao fundo..... 193
FIGURA 46 - CH1 - Escola em construção no conjunto..... 193
FIGURA 47 - Mapa de redes de água e esgoto do CH1 e entorno..... 194
FIGURA 48 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH1 e entorno..... 195
FIGURA 49 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH1 e entorno..... 196
FIGURA 50 - Mapa de serviços de saúde e educação do CH1 e entorno..... 197
FIGURA 51 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH1 e entorno..... 198
FIGURA 52 - Mapa do sistema de transporte do CH1 e entorno..... 199
FIGURA 53 - Mapa de usos do CH1 e entorno..... 200
FIGURA 54 - Mapa de IQVU do CH1 – Abastecimento..... 201
FIGURA 55 - Mapa de IQVU do CH1 – Infraestrutura..... 201

FIGURA 56 - Mapa de IQVU do CH1 – Educação..... 201
FIGURA 57 - Mapa de IQVU do CH1 – Saúde..... 201
FIGURA 58 - Mapa de IQVU do CH1 – Esporte..... 201
FIGURA 59 - Mapa de IQVU do CH1 – Cultura..... 201
FIGURA 60 - Mapa de IQVU do CH1 – Habitação..... 202
FIGURA 61 - Mapa de IQVU do CH1 – Serviços Urbanos..... 202
FIGURA 62 - Volumetria da bloco duplo do CH1 (UH destacada)..... 203
FIGURA 63 - Planta geral do CH1 (implantação)..... 203
FIGURA 64 - Volumetria geral do CH1..... 203
FIGURA 65 - Vista panorâmica do CH1..... 204
FIGURA 66 - Análise gráfica do projeto urbano do CH1..... 205
FIGURA 67 - Mapa de IQVU do CH1 – Segurança Urbana..... 210
FIGURA 68 - Mapa de IQVU do CH1 – Meio Ambiente..... 210
FIGURA 69 - Lixo sobre a encosta ao norte do CH1..... 211
FIGURA 70 - Lixo e sucata na encosta norte do CH1..... 211
FIGURA 71 - Erosão e bota-fora clandestino na entrada do CH1..... 211
FIGURA 72 - Lixo sobre a encosta oeste do CH1..... 211
FIGURA 73 - Entrada de um dos blocos “verdes” do CH1..... 211
FIGURA 74 - Entrada de um dos blocos “vermelhos” do CH1..... 211
FIGURA 75 - Lixo na “pracinha” da Rua São Vicente..... 212
FIGURA 76 - Rua interna dos blocos “verdes” do CH1..... 212
FIGURA 77 - Ribeirão Arrudas e da Vila da Área vistos a partir do CH1 (blocos “verdes”)..... 212
FIGURA 79 - Resíduos nas encostas do córrego Freitas..... 212
FIGURA 79 - Entulho no leito do córrego Freitas..... 212
FIGURA 80 - Mapa de gestão de resíduos sólidos no CH1 e entorno..... 213
FIGURA 81 - Mapa de risco geológico no CH1 e entorno..... 214
FIGURA 82 - Mapa de risco de alagamento no CH1 e entorno..... 215
FIGURA 83 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH1 e entorno..... 218
FIGURA 84 - Mapa de localização do CH2 na RMBH..... 220
FIGURA 85 - Foto aérea do CH 2 (destacado em vermelho)..... 220
FIGURA 86 - Foto aérea do trajeto do CH2 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima..... 220
FIGURA 87 - Mapa da situação urbana do CH2 (área de análise)..... 221
FIGURA 88 - Foto aérea do CH2 em 1989..... 223
FIGURA 89 - Foto aérea do CH2 em 1994..... 223
FIGURA 90 - Foto aérea do CH2 em 2002..... 223
FIGURA 91 - Foto aérea do CH2 em 2006..... 223
FIGURA 92 - Foto aérea do CH2 em 2010..... 223
FIGURA 93 - Foto aérea do CH2 em 2013..... 223
FIGURA 94 - CH2: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM..... 225
FIGURA 95 - CH2: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM..... 225
FIGURA 96 - CH2: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM..... 225
FIGURA 97 - CH2: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM..... 225
FIGURA 98 - CH2: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM..... 225
FIGURA 99 - CH2: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM..... 225
FIGURA 100 - CH2: mapa com a população de raça parda por setor censitário..... 226
FIGURA 101 - CH2: mapa com a população de raça branca por setor censitário..... 226
FIGURA 102 - CH2: mapa com a população de raça preta por setor censitário..... 226
FIGURA 103 - CH2: mapa com a população de raça amarela por setor censitário..... 227
FIGURA 104 - Distribuição percentual de raças no CH2, Belo Horizonte e Brasil..... 227
FIGURA 105 - CH2: mapa com a população até 9 anos por setor censitário..... 227
FIGURA 106 - CH2: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário..... 228
FIGURA 107 - CH2: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário..... 228
FIGURA 108 - CH2: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário..... 228
FIGURA 109 - Distribuição percentual de faixas etárias no CH2, Belo Horizonte e Brasil..... 229
FIGURA 110 - CH2: mapa com as moradias próprias por setor censitário..... 229
FIGURA 111 - CH2: mapa com as moradias alugadas por setor censitário..... 229
FIGURA 112 - CH2: mapa com as moradias cedidas por setor censitário..... 230
FIGURA 113 - Distribuição percentual de tipos de moradia CH2, Belo Horizonte e Brasil..... 230
FIGURA 114 - Rua Intersindical no limite com a área de preservação da COPASA..... 237
FIGURA 115 - Comércio formal da rua Barão de Monte Alto..... 238

FIGURA 116 - Comércio informal dentro do CH2..... 238
FIGURA 117 - Jardim dos blocos inadimplentes do CH2..... 238
FIGURA 118 - Calçada dos blocos inadimplentes do CH2..... 238
FIGURA 119 - Quadra improvisada dentro do CH2..... 238
FIGURA 120 - Pista de caminhada na quadra central do CH2..... 238
FIGURA 121 - Mapa de redes de água e esgoto do CH2 e entorno..... 239
FIGURA 122 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH2 e entorno..... 240
FIGURA 123 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH2 e entorno..... 241
FIGURA 124 - Mapa de serviços de saúde e educação do CH2 e entorno..... 242
FIGURA 125 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH2 e entorno..... 243
FIGURA 126 - Mapa do sistema de transporte do CH2 e entorno..... 244
FIGURA 127 - Mapa de usos do CH2 e entorno..... 245
FIGURA 128 - Mapa de IQVU do CH2 – Abastecimento..... 246
FIGURA 129 - Mapa de IQVU do CH2 – Infraestrutura..... 246
FIGURA 130 - Mapa de IQVU do CH2 – Educação..... 246
FIGURA 131 - Mapa de IQVU do CH2 – Saúde..... 246
FIGURA 132 - Mapa de IQVU do CH2 – Esporte..... 246
FIGURA 133 - Mapa de IQVU do CH2 – Cultura..... 246
FIGURA 134 - Mapa de IQVU do CH2 – Habitação..... 247
FIGURA 135 - Mapa de IQVU do CH2 – Serviços Urbanos..... 247
FIGURA 136 - Volumetria da bloco do CH2 (UH destacada)..... 248
FIGURA 137 - Planta geral do CH2 (implantação)..... 248
FIGURA 138 - Volumetria geral do CH2..... 248
FIGURA 139 - Análise gráfica do projeto urbano do CH2..... 249
FIGURA 140 - Mapa de IQVU do CH2 – Segurança Urbana..... 253
FIGURA 141 - Mapa de IQVU do CH2 – Meio Ambiente..... 253
FIGURA 142 - Arborização da rua Intersindical..... 254
FIGURA 143 - Arborização na rua Claro da Poções..... 254
FIGURA 144 - Córrego do Barreiro, em leito natural..... 254
FIGURA 145 - Resíduos nas margens do córrego do Barreiro..... 254
FIGURA 146 - Resíduos na rua Claro dos Poções..... 254
FIGURA 147 - Resíduos na rua Camacho..... 254
FIGURA 148 - “Garagens de lata” do CH2..... 255
FIGURA 149 - Construções sob as “Garagens de lata” do CH2..... 255
FIGURA 150 - Córrego do Barreiro ao lado do CH2..... 255
FIGURA 151 - Divisa entre o CH2 e a mata da COPASA..... 255
FIGURA 152 - “Garagens de lata” construídas nas áreas de uso coletivo..... 255
FIGURA 153 - Mapa de gestão de resíduos sólidos no CH2 e entorno..... 256
FIGURA 154 - Mapa de risco geológico no CH2 e entorno..... 257
FIGURA 155 - Mapa de risco de alagamento no CH2 e entorno..... 258
FIGURA 156 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH2 e entorno..... 260
FIGURA 157 - Mapa de localização do CH3 na RMBH..... 262
FIGURA 158 - Foto aérea do CH 3 (destacado em vermelho)..... 262
FIGURA 159 - Foto aérea do trajeto do CH3 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima..... 262
FIGURA 160 - Mapa da situação urbana do CH3 (área de análise)..... 263
FIGURA 161 - Foto aérea do CH3 em 1989..... 265
FIGURA 162 - Foto aérea do CH3 em 1994..... 265
FIGURA 163 - Foto aérea do CH3 em 2002..... 265
FIGURA 164 - Foto aérea do CH3 em 2006..... 265
FIGURA 165 - Foto aérea do CH3 em 2019..... 265
FIGURA 166 - Foto aérea do CH3 em 2013..... 265
FIGURA 167 - CH3: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM..... 267
FIGURA 168 - CH3: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM..... 267
FIGURA 169 - CH3: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM..... 267
FIGURA 170 - CH3: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM..... 267
FIGURA 171 - CH3: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM..... 267
FIGURA 172 - CH3: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM..... 267
FIGURA 173 - CH3: mapa com a população de raça parda por setor censitário..... 268
FIGURA 174 - CH3: mapa com a população de raça branca por setor censitário..... 268
FIGURA 175 - CH3: mapa com a população de raça preta por setor censitário..... 268

FIGURA 176 - CH3: mapa com a população de raça amarela por setor censitário..... 269
FIGURA 177 - Distribuição percentual de raças no CH3, Belo Horizonte e Brasil..... 269
FIGURA 179 - CH3: mapa com a população até 9 anos por setor censitário..... 269
FIGURA 179 - CH3: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário..... 270
FIGURA 180 - CH3: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário..... 270
FIGURA 181 - CH3: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário..... 270
FIGURA 182 - Distribuição percentual de faixas etárias no CH3, Belo Horizonte e Brasil..... 271
FIGURA 183 - CH3: mapa com as moradias próprias por setor censitário..... 271
FIGURA 184 - CH3: mapa com as moradias alugadas por setor censitário..... 271
FIGURA 185 - CH3: mapa com as moradias cedidas por setor censitário..... 272
FIGURA 186 - Distribuição percentual de tipos de moradia CH3, Belo Horizonte e Brasil..... 272
FIGURA 187 - Rua W5, no CH3..... 278
FIGURA 188 - Via de pedestres entre os blocos do CH3..... 278
FIGURA189 - CH3 visto de cima, com a região do Barreiro ao fundo..... 278
FIGURA 190 - Rua W4 com a área da COPASA ao fundo..... 278
FIGURA 191 - Rua Augusto Degois..... 278
FIGURA 192 - Caixa d'água da COPASA dentro do CH3..... 279
FIGURA 193 - Infraestrutura urbana do CH3..... 279
FIGURA 194 - Quadra com o salão de festas no CH3..... 279
FIGURA 195 - *Playgroung* na assoc. de moradores do CH3..... 279
FIGURA 196 - Praça junto à rua Augusto Degois..... 279
FIGURA 197 - Praça junto à rua S2..... 279
FIGURA 198 - Mapa de redes de água e esgoto do CH3 e entorno..... 280
FIGURA 199 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH3 e entorno..... 281
FIGURA 200 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH3 e entorno..... 282
FIGURA 201 - Mapa de serviços de saúde e educação do CH3 e entorno..... 283
FIGURA 202 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH3 e entorno..... 284
FIGURA 203 - Mapa do sistema de transporte do CH3 e entorno..... 285
FIGURA 204 - Mapa de usos do CH3 e entorno..... 286
FIGURA 205 - Mapa de IQVU do CH3 – Abastecimento..... 287
FIGURA 206 - Mapa de IQVU do CH3 – Infraestrutura..... 287
FIGURA 207 - Mapa de IQVU do CH3 – Educação..... 287
FIGURA 208 - Mapa de IQVU do CH3 – Saúde..... 287
FIGURA 209 - Mapa de IQVU do CH3 – Esporte..... 287
FIGURA 210 - Mapa de IQVU do CH3 – Cultura..... 287
FIGURA 211 - Mapa de IQVU do CH3 – Habitação..... 288
FIGURA 212 - Mapa de IQVU do CH3 – Serviços Urbanos..... 288
FIGURA 213 - Volumetria da bloco do CH3 (UH destacada)..... 289
FIGURA 214 - Planta geral do CH3 (implantação)..... 289
FIGURA 215 - Volumetria geral do CH3..... 289
FIGURA 216 - Análise gráfica do projeto urbano do CH3..... 290
FIGURA 217 - Mapa de IQVU do CH3 – Segurança Urbana..... 294
FIGURA 218 - Mapa de IQVU do CH3 – Meio Ambiente..... 294
FIGURA 219 - Limite entre o CH3 e a mata da COPASA..... 295
FIGURA 220 - Cerca de divisa da área da COPASA..... 295
FIGURA 221 - Focos de erosão próximos ao CH3..... 295
FIGURA 222 - Limite entre o CH3 e a área de preservação..... 295
FIGURA 223 - Estado do mob. Urbano no CH3..... 295
FIGURA 224 - Esquina da rua W5 com rua S2..... 295
FIGURA 225 - Mapa de gestão de resíduos sólidos no CH3 e entorno..... 296
FIGURA 226 - Mapa de risco geológico no CH3 e entorno..... 297
FIGURA 227 - Mapa de risco de alagamento no CH3 e entorno..... 298
FIGURA 228 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH3 e entorno..... 300
FIGURA 229 - Mapa de localização do CH4 na RMBH..... 301
FIGURA 230 - Foto aérea do CH 4 (destacado em vermelho)..... 301
FIGURA 231 - Foto aérea do trajeto do CH4 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima..... 301
FIGURA 232 - Mapa da situação urbana do CH4 (área de análise)..... 302
FIGURA 234 - Foto aérea do CH4 em 1989..... 305
FIGURA 235 - Foto aérea do CH4 em 1994..... 305
FIGURA 236 - Foto aérea do CH4 em 2002..... 305

FIGURA 237 - Foto aérea do CH4 em 2006..... 305
FIGURA 238 - Foto aérea do CH4 em 2009..... 305
FIGURA 239 - Foto aérea do CH4 em 2013..... 305
FIGURA 240 - CH4: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM..... 307
FIGURA 241 - CH4: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM..... 307
FIGURA 242 - CH4: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM..... 307
FIGURA 243 - CH4: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM..... 307
FIGURA 244 - CH4: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM..... 307
FIGURA 245 - CH4: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM..... 307
FIGURA 246 - CH4: mapa com a população de raça parda por setor censitário..... 308
FIGURA 247 - CH4: mapa com a população de raça branca por setor censitário..... 308
FIGURA 248 - CH4: mapa com a população de raça preta por setor censitário..... 308
FIGURA 249 - CH4: mapa com a população de raça amarela por setor censitário..... 309
FIGURA 250 - Distribuição percentual de raças no CH4, Belo Horizonte e Brasil..... 309
FIGURA 251 - CH4: mapa com a população até 9 anos por setor censitário..... 309
FIGURA 252 - CH4: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário..... 310
FIGURA 253 - CH4: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário..... 310
FIGURA 254 - CH4: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário..... 310
FIGURA 255 - Distribuição percentual de faixas etárias no CH4, Belo Horizonte e Brasil..... 311
FIGURA 256 - CH4: mapa com as moradias próprias por setor censitário..... 311
FIGURA 257 - CH4: mapa com as moradias alugadas por setor censitário..... 311
FIGURA 258 - CH4: mapa com as moradias cedidas por setor censitário..... 312
FIGURA 259 - Distribuição percentual de tipos de moradia CH4, Belo Horizonte e Brasil..... 312
FIGURA 260 - Vista geral dos três conjuntos CH4..... 317
FIGURA 261 - Postes sem iluminação próximos ao CH4..... 318
FIGURA 262 - Redes de água na Av. Warley A. Martins..... 318
FIGURA 263 - Bocas de lobo na rua Três..... 318
FIGURA 264 - Lançamento de água pluvial do conj. Esparta..... 318
FIGURA 265 - Campo de futebol próximo ao conj. Egeu..... 318
FIGURA 266 - Praça em frente ao conj. Esparta..... 318
FIGURA 267 - Mapa de redes de água e esgoto do CH4 e entorno..... 319
FIGURA 268 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH4 e entorno..... 320
FIGURA 269 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH4 e entorno..... 321
FIGURA 270 - Mapa de serviços de saúde e educação do CH4 e entorno..... 322
FIGURA 271 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH4 e entorno..... 323
FIGURA 272 - Mapa do sistema de transporte do CH4 e entorno..... 324
FIGURA 273 - Mapa de usos do CH4 e entorno..... 325
FIGURA 274 - Mapa de IQVU do CH4 – Abastecimento..... 326
FIGURA 275 - Mapa de IQVU do CH4 – Infraestrutura..... 326
FIGURA 276 - Mapa de IQVU do CH4 – Educação..... 326
FIGURA 277 - Mapa de IQVU do CH4 – Saúde..... 326
FIGURA 278 - Mapa de IQVU do CH4 – Esporte..... 326
FIGURA 279 - Mapa de IQVU do CH4 – Cultura..... 326
FIGURA 280 - Mapa de IQVU do CH4 – Habitação..... 327
FIGURA 281 - Mapa de IQVU do CH4 – Serviços Urbanos..... 327
FIGURA 282 - Volumetria da bloco do CH4 (UH destacada)..... 328
FIGURA 283 - Planta geral do CH4 (implantação)..... 328
FIGURA 284 - Volumetria geral do CH4..... 328
FIGURA 285 - Análise gráfica do projeto urbano do CH4..... 330
FIGURA 286 - Mapa de IQVU do CH4 – Segurança Urbana..... 334
FIGURA 287 - Mapa de IQVU do CH4 – Meio Ambiente..... 334
FIGURA 288 - Área não oucpada no centro do CH4..... 334
FIGURA 289 - Vegetação em volta do conjunto Atenas..... 335
FIGURA 290 - Resíduos na esquina das ruas Três e Quatro..... 335
FIGURA 291 - Resíduos na Av. Warley Aparecido Martins..... 335
FIGURA 292 - Veículo abandonado próximo ao conj. Atenas..... 335
FIGURA 293 - Resíduos queimados ao lado do conj. Esparta..... 335
FIGURA 294 - Resíduos ao lado do conj. Esparta..... 335
FIGURA 295 - Resíduos no leito do córrego Mineirão..... 336
FIGURA 296 - Entulho nas margens do córrego Minerão..... 336

FIGURA 297 - Composição férrea carregada atrás do CH4..... 336
FIGURA 298 - Focos de erosão atrás do conj. Esparta..... 336
FIGURA 299 - Muro em volta do conj. Atenas..... 336
FIGURA 300 - Muro do CH4 ao longo da rua Três..... 336
FIGURA 301 - Mapa de gestão de resíduos sólidos no CH4 e entorno..... 337
FIGURA 302 - Mapa de risco geológico no CH4 e entorno..... 338
FIGURA 303 - Mapa de risco de alagamento no CH4 e entorno..... 339
FIGURA 304 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH4 e entorno..... 341
FIGURA 305 - Mapa de localização do CH5 na RMBH..... 343
FIGURA 306 - Foto aérea do CH 5 (destacado em vermelho)..... 343
FIGURA 307 - Foto aérea do trajeto do CH5 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima..... 343
FIGURA 308 - Mapa da situação urbana do CH5 (área de análise)..... 344
FIGURA 309 - Foto aérea do CH5 em 1989..... 346
FIGURA 310 - Foto aérea do CH5 em 1994..... 346
FIGURA 311 - Foto aérea do CH5 em 2002..... 346
FIGURA 312 - Foto aérea do CH5 em 2006..... 346
FIGURA 313 - Foto aérea do CH5 em 2009..... 346
FIGURA 314 - Foto aérea do CH5 em 2013..... 346
FIGURA 315 - CH5: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM..... 348
FIGURA 316 - CH5: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM..... 348
FIGURA 317 - CH5: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM..... 348
FIGURA 318 - CH5: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM..... 348
FIGURA 319 - CH5: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM..... 348
FIGURA 320 - CH5: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM..... 348
FIGURA 321 - CH5: mapa com a população de raça parda por setor censitário..... 349
FIGURA 322 - CH5: mapa com a população de raça branca por setor censitário..... 349
FIGURA 323 - CH5: mapa com a população de raça preta por setor censitário..... 349
FIGURA 324 - CH5: mapa com a população de raça amarela por setor censitário..... 350
FIGURA 325 - Distribuição percentual de raças no CH5, Belo Horizonte e Brasil..... 350
FIGURA 326 - CH5: mapa com a população até 9 anos por setor censitário..... 350
FIGURA 327 - CH5: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário..... 351
FIGURA 328 - CH5: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário..... 351
FIGURA 329 - CH5: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário..... 351
FIGURA 330 - Distribuição percentual de faixas etárias no CH5, Belo Horizonte e Brasil..... 352
FIGURA 331 - CH5: mapa com as moradias próprias por setor censitário..... 352
FIGURA 332 - CH5: mapa com as moradias alugadas por setor censitário..... 352
FIGURA 333 - CH5: mapa com as moradias cedidas por setor censitário..... 353
FIGURA 334 - Distribuição percentual de tipos de moradia CH5, Belo Horizonte e Brasil..... 353
FIGURA 335 - “Rua do meio” no CH5..... 359
FIGURA 336 - Rua transversal com piso poliedrico..... 359
FIGURA 337 - Rua de acesso ao CH5..... 359
FIGURA 338 - Condição dos elementos urbanos do CH5..... 359
FIGURA 339 - Vegetação entre o CH5 e o bairro vizinho..... 359
FIGURA 340 - *Trailer* e ponto de ônibus no CH5..... 359
FIGURA 341 - Teatro aberto da UMEI no CH5..... 360
FIGURA 342 - CH5 visto de dentro da UMEI..... 360
FIGURA 343 - Vista geral do CH5..... 360
FIGURA 344 - Praça menor na “rua de cima” do CH5..... 360
FIGURA 345 - Praça menor no acesso ao CH5..... 360
FIGURA 346 - Quadra de terra próxima à entrada do CH5..... 361
FIGURA 347 - Condição geral da praça principal do CH5..... 361
FIGURA 348 - Mapa de redes de água e esgoto do CH5 e entorno..... 362
FIGURA 349 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH5 e entorno..... 363
FIGURA 350 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH5 e entorno..... 364
FIGURA 351 - Mapa de serviços de saúde e educação do CH5 e entorno..... 365
FIGURA 352 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH5 e entorno..... 366
FIGURA 353 - Mapa do sistema de transporte do CH5 e entorno..... 367
FIGURA 354 - Mapa de usos do CH5 e entorno..... 368
FIGURA 355 - Mapa de IQVU do CH5 – Abastecimento..... 369
FIGURA 356 - Mapa de IQVU do CH5 – Infraestrutura..... 369

FIGURA 357 - Mapa de IQVU do CH5 – Educação..... 369
FIGURA 358 - Mapa de IQVU do CH5 – Saúde..... 369
FIGURA 359 - Mapa de IQVU do CH5 – Esporte..... 369
FIGURA 360 - Mapa de IQVU do CH5 – Cultura..... 369
FIGURA 361 - Mapa de IQVU do CH5 – Habitação..... 370
FIGURA 362 - Mapa de IQVU do CH5 – Serviços Urbanos..... 370
FIGURA 363 - Volumetria da bloco do CH5 (UH destacada)..... 371
FIGURA 364 - Planta geral do CH5 (implantação)..... 371
FIGURA 365 - Volumetria geral do CH5..... 371
FIGURA 366 - Análise gráfica do projeto urbano do CH5..... 372
FIGURA 367 - Mapa de IQVU do CH5 – Segurança Urbana..... 376
FIGURA 368 - Mapa de IQVU do CH5 – Meio Ambiente..... 376
FIGURA 369 - Vale do córrego Olaria próximo da nascente 377
FIGURA 370 - Barrancos expostos nas vias do CH5 377
FIGURA 371 - Construção de garagens no CH5 377
FIGURA 372 - Obras em andamento no CH5 377
FIGURA 373 - Resíduos nas calçadas do CH5 377
FIGURA 374 - Resíduos nas vias do CH5 377
FIGURA 375 - Mapa de gestão de resíduos sólidos no CH5 e entorno..... 378
FIGURA 376 - Mapa de risco geológico no CH5 e entorno..... 379
FIGURA 377 - Mapa de risco de alagamento no CH5 e entorno..... 380
FIGURA 378 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH5 e entorno..... 382
FIGURA 379 - Mapa de localização do CH6 na RMBH..... 384
FIGURA 380 - Foto aérea do CH6 (destacado em vermelho)..... 384
FIGURA 381 - Foto aérea do trajeto do CH6 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima..... 384
FIGURA 382 - Mapa da situação urbana do CH6 (área de análise)..... 385
FIGURA 383 - Foto aérea do CH6 em 1989..... 387
FIGURA 384 - Foto aérea do CH6 em 1994..... 387
FIGURA 385 - Foto aérea do CH6 em 2002..... 387
FIGURA 386 - Foto aérea do CH6 em 2006..... 387
FIGURA 387 - Foto aérea do CH6 em 2009..... 387
FIGURA 388 - Foto aérea do CH6 em 2013..... 387
FIGURA 389 - CH6: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM..... 389
FIGURA 390 - CH6: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM..... 389
FIGURA 391 - CH6: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM..... 389
FIGURA 392 - CH6: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM..... 389
FIGURA 393 - CH6: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM..... 389
FIGURA 394 - CH6: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM..... 389
FIGURA 395 - CH6: mapa com a população de raça parda por setor censitário..... 391
FIGURA 396 - CH6: mapa com a população de raça branca por setor censitário..... 391
FIGURA 397 - CH6: mapa com a população de raça preta por setor censitário..... 391
FIGURA 398 - CH6: mapa com a população de raça amarela por setor censitário..... 392
FIGURA 399 - Distribuição percentual de raças no CH6, Belo Horizonte e Brasil..... 392
FIGURA 400 - CH6: mapa com a população até 9 anos por setor censitário..... 392
FIGURA 401 - CH6: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário..... 393
FIGURA 402 - CH6: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário..... 393
FIGURA 403 - CH6: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário..... 393
FIGURA 404 - Distribuição percentual de faixas etárias no CH6, Belo Horizonte e Brasil..... 394
FIGURA 405 - CH6: mapa com as moradias próprias por setor censitário..... 394
FIGURA 406 - CH6: mapa com as moradias alugadas por setor censitário..... 394
FIGURA 407 - CH6: mapa com as moradias cedidas por setor censitário..... 395
FIGURA 408 - Distribuição percentual de tipos de moradia CH6, Belo Horizonte e Brasil..... 395
FIGURA 409 - CH6 visto da rua Vinhedo..... 400
FIGURA 410 - Área vazia em frente ao CH6..... 400
FIGURA 411 - Blocos do CH6 vistos da rua “A”..... 400
FIGURA 412 - Uso misto e residencial na rua Vinhedo..... 400
FIGURA 413 - Comércio local e uso misto na rua Vinhedo..... 400
FIGURA 414 - Quadra no fundo do CH6..... 401
FIGURA 415 - Garagens construídas no fundo do CH6..... 401
FIGURA 416 - Rua trinta e dois com piso de terra..... 401

FIGURA 417 - Esquina da rua “A” com rua Vinhedo..... 401
FIGURA 418 - CH6 visto do bairro Itaipu..... 401
FIGURA 419 - Mapa de redes de água e esgoto do CH6 e entorno..... 402
FIGURA 420 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH6 e entorno..... 403
FIGURA 421 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH6 e entorno..... 404
FIGURA 422 - Mapa de serviços de saúde e educação do CH6 e entorno..... 405
FIGURA 423 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH6 e entorno..... 406
FIGURA 424 - Mapa do sistema de transporte do CH6 e entorno..... 407
FIGURA 425 - Mapa de usos do CH6 e entorno..... 408
FIGURA 426 - Mapa de IQVU do CH6 – Abastecimento..... 409
FIGURA 427 - Mapa de IQVU do CH6 – Infraestrutura..... 409
FIGURA 428 - Mapa de IQVU do CH6 – Educação..... 409
FIGURA 429 - Mapa de IQVU do CH6 – Saúde..... 409
FIGURA 430 - Mapa de IQVU do CH6 – Esporte..... 409
FIGURA 431 - Mapa de IQVU do CH6 – Cultura..... 409
FIGURA 432 - Mapa de IQVU do CH6 – Habitação..... 410
FIGURA 433 - Mapa de IQVU do CH6 – Serviços Urbanos..... 410
FIGURA 434 - Volumetria do bloco do CH6 (UH destacada)..... 411
FIGURA 435 - Planta geral do CH6 (implantação)..... 411
FIGURA 436 - Volumetria geral do CH6..... 411
FIGURA 437 - Análise gráfica do projeto urbano do CH6..... 413
FIGURA 438 - Mapa de IQVU do CH6 – Segurança Urbana..... 417
FIGURA 439 - Mapa de IQVU do CH6 – Meio Ambiente..... 417
FIGURA 440 - Córrego Camilo Nogueira canalizado atrás do CH6..... 417
FIGURA 441 - Ediificação abandonada na entrada do CH6..... 418
FIGURA 442 - Entulho na área aberta na entrada do CH6..... 418
FIGURA 443 - Resíduos domésticos espalhados na rua “A”..... 418
FIGURA 444 - Condição da entrada do CH6..... 418
FIGURA 445 - Estacionamento nos fundos do CH6..... 418
FIGURA 446 - Vegetação nos fundos do CH6..... 418
FIGURA 447 - Mapa de gestão de resíduos sólidos no CH6 e entorno..... 419
FIGURA 448 - Mapa de risco geológico no CH6 e entorno..... 420
FIGURA 449 - Mapa de risco de alagamento no CH6 e entorno..... 421
FIGURA 450 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH6 e entorno..... 423
FIGURA 451 - Mapa de localização do CH7 na RMBH..... 425
FIGURA 452 - Foto aérea do CH7 (destacado em vermelho)..... 425
FIGURA 453 - Foto aérea do trajeto do CH7 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima..... 425
FIGURA 454 - Mapa da situação urbana do CH7 (área de análise)..... 426
FIGURA 455 - Foto aérea do CH7 em 1989..... 428
FIGURA 456 - Foto aérea do CH7 em 1994..... 428
FIGURA 457 - Foto aérea do CH7 em 2002..... 428
FIGURA 458 - Foto aérea do CH7 em 2006..... 428
FIGURA 459 - Foto aérea do CH7 em 2009..... 428
FIGURA 460 - Foto aérea do CH7 em 2013..... 428
FIGURA 461 - CH7: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM..... 430
FIGURA 462 - CH7: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM..... 430
FIGURA 463 - CH7: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM..... 430
FIGURA 464 - CH7: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM..... 430
FIGURA 465 - CH7: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM..... 430
FIGURA 466 - CH7: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM..... 430
FIGURA 467 - CH7: mapa com a população de raça parda por setor censitário..... 431
FIGURA 468 - CH7: mapa com a população de raça branca por setor censitário..... 431
FIGURA 469 - CH7: mapa com a população de raça preta por setor censitário..... 431
FIGURA 470 - CH7: mapa com a população de raça amarela por setor censitário..... 432
FIGURA 471 - Distribuição percentual de raças no CH7, Belo Horizonte e Brasil..... 432
FIGURA 472 - CH7: mapa com a população até 9 anos por setor censitário..... 432
FIGURA 473 - CH7: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário..... 433
FIGURA 474 - CH7: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário..... 433
FIGURA 475 - CH7: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário..... 433
FIGURA 476 - Distribuição percentual de faixas etárias no CH7, Belo Horizonte e Brasil..... 434

FIGURA 477 - CH7: mapa com as moradias próprias por setor censitário..... 434
FIGURA 478 - CH7: mapa com as moradias alugadas por setor censitário..... 434
FIGURA 479 - CH7: mapa com as moradias cedidas por setor censitário..... 435
FIGURA 480 - Distribuição percentual de tipos de moradia CH7, Belo Horizonte e Brasil..... 435
FIGURA 481 - Rua Cristina Maria Assis, entre o CH7 e a área não urbanizada..... 440
FIGURA 482 - Bocas de lobo na rua Cristina Maria Assis..... 441
FIGURA 483 - Calçada interna da rua Cristina Maria Assis..... 441
FIGURA 484 - Único ponto de ônibus coberto do CH7..... 441
FIGURA 485 - Lado externo das ruas do CH7..... 441
FIGURA 486 - Blocos da segunda fase do CH7..... 441
FIGURA 487 - Blocos da primeira fase do CH7..... 441
FIGURA 488 - *Trailer* abandonado no CH7..... 442
FIGURA 489 - Galpões na rua Maria Cristina de Assis..... 442
FIGURA 490 - Área de lazer interna do CH7..... 442
FIGURA 491 - Quadra e áreas internas do CH7 (1ª. fase)..... 442
FIGURA 492 - Áreas internas do CH7 (2ª. fase)..... 442
FIGURA 493 - Áreas não urbanizadas vizinhas ao CH7..... 442
FIGURA 494 - Mapa de redes de água e esgoto do CH7 e entorno..... 443
FIGURA 495 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH7 e entorno..... 444
FIGURA 496 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH7 e entorno..... 445
FIGURA 497 - Mapa de serviços de saúde e educação do CH7 e entorno..... 446
FIGURA 498 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH7 e entorno..... 447
FIGURA 499 - Mapa do sistema de transporte do CH7 e entorno..... 448
FIGURA 500 - Mapa de usos do CH7 e entorno..... 449
FIGURA 501 - Mapa de IQVU do CH7 – Abastecimento..... 450
FIGURA 502 - Mapa de IQVU do CH7 – Infraestrutura..... 450
FIGURA 503 - Mapa de IQVU do CH7 – Educação..... 450
FIGURA 504 - Mapa de IQVU do CH7 – Saúde..... 450
FIGURA 505 - Mapa de IQVU do CH7 – Esporte..... 450
FIGURA 506 - Mapa de IQVU do CH7 – Cultura..... 450
FIGURA 507 - Mapa de IQVU do CH7 – Habitação..... 451
FIGURA 508 - Mapa de IQVU do CH7 – Serviços Urbanos..... 451
FIGURA 509 - Volumetria da bloco do CH7 (UH destacada)..... 452
FIGURA 510 - Planta geral do CH7 (implantação)..... 452
FIGURA 511 - Volumetria geral do CH7..... 452
FIGURA 512 - Análise gráfica do projeto urbano do CH7..... 453
FIGURA 513 - Mapa de IQVU do CH7 – Segurança Urbana..... 458
FIGURA 514 - Mapa de IQVU do CH7 – Meio Ambiente..... 458
FIGURA 515 - Área não urbanizada a leste do CH7..... 458
FIGURA 516 - Resíduos nas vias do CH7..... 459
FIGURA 517 - Resíduos de maior porte em volta do CH7..... 459
FIGURA 518 - Vale do córrego dos Carneiros, ao lado da rua José Cláudio Sanches..... 459
FIGURA 519 - Resíduos rua Cristina Maria de Assis..... 459
FIGURA 520 - Resíduos na rua José Cláudio Sanches..... 459
FIGURA 521 - Mapa de gestão de resíduos sólidos no CH7 e entorno..... 460
FIGURA 522 - Mapa de risco geológico no CH7 e entorno..... 461
FIGURA 523 - Mapa de risco de alagamento no CH7 e entorno..... 462
FIGURA 524 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH7 e entorno..... 464
FIGURA 525 - Mapa de localização do CH8 na RMBH..... 466
FIGURA 526 - Foto aérea do CH8 (destacado em vermelho)..... 466
FIGURA 527 - Foto aérea do trajeto do CH8 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima..... 466
FIGURA 528 - Mapa da situação urbana do CH8 (área de análise)..... 467
FIGURA 529 - Foto aérea do CH8 em 1989..... 469
FIGURA 530 - Foto aérea do CH8 em 1994..... 469
FIGURA 531 - Foto aérea do CH8 em 2002..... 469
FIGURA 532 - Foto aérea do CH8 em 2006..... 469
FIGURA 533 - Foto aérea do CH8 em 2009..... 469
FIGURA 534 - Foto aérea do CH8 em 2013..... 469
FIGURA 535 - CH8: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM..... 471
FIGURA 536 - CH8: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM..... 471

FIGURA 537 - CH8: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM..... 471
FIGURA 538 - CH8: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM..... 471
FIGURA 539 - CH8: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM..... 471
FIGURA 540 - CH8: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM..... 471
FIGURA 541 - CH8: mapa com a população de raça parda por setor censitário..... 472
FIGURA 542 - CH8: mapa com a população de raça branca por setor censitário..... 472
FIGURA 543 - CH8: mapa com a população de raça preta por setor censitário..... 472
FIGURA 544 - CH8: mapa com a população de raça amarela por setor censitário..... 473
FIGURA 545 - Distribuição percentual de raças no CH8, Belo Horizonte e Brasil..... 473
FIGURA 546 - CH8: mapa com a população até 9 anos por setor censitário..... 473
FIGURA 547 - CH8: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário..... 474
FIGURA 548 - CH8: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário..... 474
FIGURA 549 - CH8: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário..... 474
FIGURA 550 - Distribuição percentual de faixas etárias no CH8, Belo Horizonte e Brasil..... 475
FIGURA 551 - CH8: mapa com as moradias próprias por setor censitário..... 475
FIGURA 552 - CH8: mapa com as moradias alugadas por setor censitário..... 475
FIGURA 553 - CH8: mapa com as moradias cedidas por setor censitário..... 476
FIGURA 554 - Distribuição percentual de tipos de moradia CH8, Belo Horizonte e Brasil..... 476
FIGURA 555 - Boca de lobo no meio da rua Patrício Barbosa..... 482
FIGURA 556 - Árvores no meio da rua Patrício Barbosa..... 482
FIGURA 557 - Bloco tipo A – CH8..... 482
FIGURA 558 - Blocos tipo C – CH8..... 482
FIGURA 559 - CH8 visto do Califórnia I..... 482
FIGURA 560 - CH8 visto do bairro Califórnia..... 482
FIGURA 561 - Pista de cooper na rua Patrício Barbosa..... 482
FIGURA 562 - Praça em frente à igreja na entrada do CH8..... 482
FIGURA 563 - Rua Patrício Barbosa com as garagens..... 482
FIGURA 564 - Buracos na rua Patrício Barbosa..... 482
FIGURA 565 - Calçada tomada pela vegetação no CH8..... 482
FIGURA 566 - Calçada da rua Leopoldo Bian..... 482
FIGURA 567 - Comércio local na rua Patrício Barbosa (norte)..... 484
FIGURA 568 - Comércio local na rua Patrício Barbosa (sul)..... 484
FIGURA 569 - Quadras do CH8 vistas da rua Leopoldo Bian..... 484
FIGURA 570 - Quadras do CH8 vistas da rua Patrício Barbosa..... 484
FIGURA 571 - Ponto final do ônibus 4501 no CH8..... 484
FIGURA 572 - Ponto final do ônibus 41 no CH8..... 484
FIGURA 573 - Mapa de redes de água e esgoto do CH8 e entorno..... 485
FIGURA 574 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH8 e entorno..... 486
FIGURA 575 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH8 e entorno..... 487
FIGURA 576 - Mapa de serviços de saúde e educação do CH8 e entorno..... 488
FIGURA 577 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH8 e entorno..... 489
FIGURA 578 - Mapa do sistema de transporte do CH8 e entorno..... 490
FIGURA 579 - Mapa de usos do CH8 e entorno..... 491
FIGURA 580 - Mapa de IQVU do CH8 – Abastecimento..... 492
FIGURA 581 - Mapa de IQVU do CH8 – Infraestrutura..... 492
FIGURA 582 - Mapa de IQVU do CH8 – Educação..... 492
FIGURA 583 - Mapa de IQVU do CH8 – Saúde..... 492
FIGURA 584 - Mapa de IQVU do CH8 – Esporte..... 492
FIGURA 585 - Mapa de IQVU do CH8 – Cultura..... 492
FIGURA 586 - Mapa de IQVU do CH8 – Habitação..... 493
FIGURA 587 - Mapa de IQVU do CH8 – Serviços Urbanos..... 493
FIGURA 588 - Volumetria da bloco do CH8 (UH destacada)..... 494
FIGURA 589 - Planta geral do CH8 (implantação)..... 494
FIGURA 590 - Volumetria geral do CH8..... 494
FIGURA 591 - Análise gráfica do projeto urbano do CH8..... 495
FIGURA 592 - Planta esquemática com a distribuição dos blocos..... 496
FIGURA 593 - Mapa de IQVU do CH8 – Segurança Urbana..... 502
FIGURA 594 - Mapa de IQVU do CH8 – Meio Ambiente..... 502
FIGURA 595 - Atividade de criação de gado bovino na entrada do CH8..... 502
FIGURA 596 - Leito do córrego Ipanema..... 503

FIGURA 597 - Leito do córrego “da SLU”..... 503
FIGURA 598 - Entulho entre as garagens do CH8..... 503
FIGURA 599 - Galpão construído sobre o córrego Ipanema..... 503
FIGURA 600 - Garagens construídas na rua Patrício Barbosa..... 503
FIGURA 601 - Garagens na rua Patrício Barbosa..... 503
FIGURA 602 - Mapa de gestão de resíduos sólidos no CH8 e entorno..... 504
FIGURA 603 - Mapa de risco geológico no CH8 e entorno..... 505
FIGURA 604 - Mapa de risco de alagamento no CH8 e entorno..... 506
FIGURA 605 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH8 e entorno..... 508
FIGURA 606 - Mapa de localização do CH9 na RMBH..... 510
FIGURA 607 - Foto aérea do CH9 (destacado em vermelho)..... 510
FIGURA 608 - Foto aérea do trajeto do CH9 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima..... 510
FIGURA 609 - Mapa da situação urbana do CH9 (área de análise)..... 511
FIGURA 610 - Foto aérea do CH9 em 1989..... 513
FIGURA 611 - Foto aérea do CH9 em 1994..... 513
FIGURA 612 - Foto aérea do CH9 em 2003..... 513
FIGURA 613 - Foto aérea do CH9 em 2006..... 513
FIGURA 614 - Foto aérea do CH9 em 2009..... 513
FIGURA 615 - Foto aérea do CH9 em 2013..... 513
FIGURA 616 - CH9: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM..... 515
FIGURA 617 - CH9: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM..... 515
FIGURA 618 - CH9: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM..... 515
FIGURA 619 - CH9: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM..... 515
FIGURA 620 - CH9: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM..... 515
FIGURA 621 - CH9: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM..... 515
FIGURA 622 - CH9: mapa com a população de raça parda por setor censitário..... 516
FIGURA 623 - CH9: mapa com a população de raça branca por setor censitário..... 516
FIGURA 624 - CH9: mapa com a população de raça preta por setor censitário..... 516
FIGURA 625 - CH9: mapa com a população de raça amarela por setor censitário..... 517
FIGURA 626 - Distribuição percentual de raças no CH9, Belo Horizonte e Brasil..... 517
FIGURA 627 - CH9: mapa com a população até 9 anos por setor censitário..... 517
FIGURA 628 - CH9: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário..... 518
FIGURA 629 - CH9: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário..... 518
FIGURA 630 - CH9: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário..... 518
FIGURA 631 - Distribuição percentual de faixas etárias no CH9, Belo Horizonte e Brasil..... 519
FIGURA 632 - CH9: mapa com as moradias próprias por setor censitário..... 519
FIGURA 633 - CH9: mapa com as moradias alugadas por setor censitário..... 519
FIGURA 634 - CH9: mapa com as moradias cedidas por setor censitário..... 520
FIGURA 635 - Distribuição percentual de tipos de moradia CH9, Belo Horizonte e Brasil..... 520
FIGURA 636 - Blocos da 1ª etapa do CH9..... 527
FIGURA 637 - Frente dos blocos da 1ª. etapa do CH9..... 527
FIGURA 638 - Acréscimos construtivos na 1ª. etapa do CH9..... 527
FIGURA 639 - Frente dos blocos da 2ª. etapa do CH9..... 527
FIGURA 640 - Blocos da 2ª. etapa do CH9..... 527
FIGURA 641 - Fechamento das ruas da 2ª. etapa do CH9..... 527
FIGURA 642 - Vias do CH9 sem bocas-de-lobo..... 528
FIGURA 643 - Água escorre pela a av. Leontino F. Alves..... 528
FIGURA 644 - Calçada em frente à E.M. José Maria Alkimim..... 528
FIGURA 645 - Calçada na rua Guido Leão..... 528
FIGURA 646 - Calçada na rua Doze..... 528
FIGURA 647 - Calçada na rua Rodrigo F. Santos..... 528
FIGURA 648 - Comércio informal na rua Heitor Montalvão..... 529
FIGURA 649 - Comércio informal na rua Benigno F. da Silva..... 529
FIGURA 650 - Comércio de porte médio na av. Leontino Alves..... 529
FIGURA 651 - Comércio local formal no centro do CH9..... 529
FIGURA 652 - Igreja de Santa Edwiges no centro do CH9..... 529
FIGURA 653 - Templo Batista na quadra central do CH9..... 529
FIGURA 654 - Praça em frente ao Centro de Saúde..... 530
FIGURA 655 - Praça na rua Otaviano Pena Forte..... 530

FIGURA 656 - Limite entre o conjunto e o Parque Estadual Serra Verde..... 530
FIGURA 557 - Campo de futebol próximo ao córrego no CH9..... 530
FIGURA 658 - Campo de futebol do “Bahia”..... 530
FIGURA 659 - Mapa de redes de água e esgoto do CH9 e entorno..... 531
FIGURA 660 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH9 e entorno..... 532
FIGURA 661 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH9 e entorno..... 533
FIGURA 662 - Mapa de serviços de saúde e educação do CH9 e entorno..... 534
FIGURA 663 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH9 e entorno..... 535
FIGURA 664 - Mapa do sistema de transporte do CH9 e entorno..... 536
FIGURA 665 - Mapa de usos do CH9 e entorno..... 537
FIGURA 666 - Mapa de IQVU do CH9 – Abastecimento..... 538
FIGURA 667 - Mapa de IQVU do CH9 – Infraestrutura..... 538
FIGURA 668 - Mapa de IQVU do CH9 – Educação..... 538
FIGURA 669 - Mapa de IQVU do CH9 – Saúde..... 538
FIGURA 670 - Mapa de IQVU do CH9 – Esporte..... 538
FIGURA 671 - Mapa de IQVU do CH9 – Cultura..... 538
FIGURA 672 - Mapa de IQVU do CH9 – Habitação..... 539
FIGURA 673 - Mapa de IQVU do CH9 – Serviços Urbanos..... 539
FIGURA 674 - Volumetria da bloco do CH9 (UH destacada)..... 540
FIGURA 675 - Planta geral do CH9 (implantação)..... 540
FIGURA 676 - Volumetria geral do CH9..... 540
FIGURA 677 - Planta esquemática com as etapas do CH9..... 542
FIGURA 678 - Análise gráfica do projeto urbano do CH9..... 543
FIGURA 679 - Mapa de IQVU do CH9 – Segurança Urbana..... 547
FIGURA 680 - Mapa de IQVU do CH9 – Meio Ambiente..... 547
FIGURA 681 - Leito do córrego Feliciano Carvalho..... 547
FIGURA 682 - Área vegetada no córrego Feliciano Carvalho..... 548
FIGURA 683 - Córrego da Floresta dentro da vila..... 548
FIGURA 684 - Nicho de armazenamento de resíduos no CH9..... 548
FIGURA 685 - Bloco do CH9 que não utiliza os nichos..... 548
FIGURA 686 - Entulho da rua Pedro Feliciano de Carvalho..... 548
FIGURA 687 - Resíduos da rua Pedro Feliciano de Carvalho..... 548
FIGURA 688 - Mapa de gestão de resíduos sólidos no CH9 e entorno..... 549
FIGURA 689 - Mapa de risco geológico no CH9 e entorno..... 550
FIGURA 690 - Mapa de risco de alagamento no CH9 e entorno..... 551
FIGURA 691 - Sede da associação de moradores e Centro Comunitário do Serra Verde..... 553
FIGURA 692 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH9 e entorno..... 554
FIGURA 693 - Mapa com a relação entre os conjuntos habitacionais nas bordas das RMBH e os distritos e áreas industriais..... 566
GRÁFICO 1 - Variação nos preços de apartamentos de dois quartos do CH1..... 187
GRÁFICO 2 - Variação nos preços de apartamentos de dois quartos do CH2..... 230
GRÁFICO 3 - Variação nos preços de apartamentos de três quartos do CH2..... 231
GRÁFICO 4 - Variação nos preços de apartamentos de dois quartos do CH3..... 272
GRÁFICO 5 - Variação nos preços de apartamentos de dois quartos do CH4..... 312
GRÁFICO 6 - Variação nos preços de apartamentos de dois quartos do CH5..... 353
GRÁFICO 7 - Variação nos preços de apartamentos de dois quartos do CH7..... 435
GRÁFICO 8 - Variação nos preços de apartamentos de dois quartos do CH8..... 476
GRÁFICO 9 - Variação nos preços de apartamentos da primeira etapa do CH9..... 520
GRÁFICO 10 - Variação nos preços de apartamentos da segunda etapa do CH9..... 521
QUADRO 1 - Estrutura da tese..... 38
QUADRO 2 - Comparação entre as características das áreas urbanas centrais e periféricas..... 85
QUADRO 3 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH1..... 188
QUADRO 4 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH1..... 189
QUADRO 5 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH1..... 208
QUADRO 6 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH2..... 232
QUADRO 7 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH2..... 234
QUADRO 8 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH2..... 252
QUADRO 9 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH3..... 273
QUADRO 10 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH3..... 275
QUADRO 11 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH3..... 293
QUADRO 12 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH5..... 313

QUADRO 13 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH5..... 315
QUADRO 14 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH5..... 332
QUADRO 15 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH5..... 354
QUADRO 16 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH5..... 356
QUADRO 17 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH5..... 375
QUADRO 18 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH6..... 395
QUADRO 19 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH6..... 397
QUADRO 20 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH6..... 415
QUADRO 21 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH7..... 436
QUADRO 22 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH7..... 437
QUADRO 23 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH7..... 456
QUADRO 24 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH8..... 477
QUADRO 25 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH8..... 479
QUADRO 26 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH8..... 500
QUADRO 27 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH9..... 521
QUADRO 28 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH9..... 524
QUADRO 29 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH9..... 546
QUADRO 30 - Comparação entre os grupos sociais..... 562
QUADRO 31 - Comparação da infraestrutura urbana nos conjuntos..... 571
QUADRO 32 - Comparação da qualidade da infraestrutura urbana nos conjuntos..... 572
QUADRO 33 - Comparação da proximidade com a rede de comércio e serviços..... 575
QUADRO 34 - Comparação entre a condição socioambiental dos conjuntos..... 592

LISTA DE TABELAS

01 Avaliação das escolas públicas na área do CH1..... 191
02 Avaliação do centro de saúde na área do CH1..... 191
03 Avaliação das escolas públicas na área do CH2..... 236
04 Avaliação do centro de saúde na área do CH2..... 236
05 Avaliação das escolas públicas na área do CH3..... 276
06 Avaliação do centro de saúde na área do CH3..... 277
07 Avaliação das escolas públicas na área do CH5..... 316
08 Avaliação do centro de saúde na área do CH5..... 317
09 Avaliação das escolas públicas na área do CH5..... 358
10 Avaliação do centro de saúde na área do CH5..... 358
11 Avaliação das escolas públicas na área do CH6..... 399
12 Avaliação do centro de saúde na área do CH6..... 399
13 Avaliação das escolas públicas na área do CH7..... 439
14 Avaliação do centro de saúde na área do CH7..... 439
15 Avaliação das escolas públicas na área do CH9..... 481
16 Avaliação do centro de saúde na área do CH9..... 481
17 Avaliação das escolas públicas na área do CH9..... 526
18 Avaliação do centro de saúde na área do CH9..... 526

LISTA DE ABREVIATURAS

AEA	Avaliação de Equidade Ambiental
APCBH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
ARS	Abrigo de Resíduos Sólidos
BHTRANS	Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte
BNH	Banco Nacional da Habitação
CAMG	Cidade Administrativa de Minas Gerais
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CEVAE	Centro de Vivência Agroecológica
CH	Conjunto Habitacional
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
COHAB	Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CPC	Centro de Prevenção à Criminalidade
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
EE	Escola Estadual
EM	Escola Municipal
FCP	Fundação da Casa Popular
FEBEM	Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor
GLP	Gás Liquefeito de Petróleo
IAP	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IQVU	Índice de Qualidade de Vida Urbana
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
OP	Orçamento Participativo
OPH	Orçamento Participativo Habitacional
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte
PMCMV	Progama Minha Casa Minha Vida
PV	Poço de Visita
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
SENAT	Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SEST	Serviço Social do Transporte
SLU	Superintendência de Limpeza Urbana
SUDECAP	Superintendência de Desenvolvimento da Capital
UH	Unidade Habitacional
UMEI	Unidade Municipal de Ensino Infantil
UP	Unidade de Planejamento
URBEL	Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte
URPV	Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes
VEASP	Vicariato Episcopal para Ação Social e Política

SUMÁRIO

1 - Introdução ao Fim da Cidade 24
1.1 – Justificativas 27
1.2 – A Escolha da Região Metropolitana de Belo Horizonte 35
1.3 – Métodos 36
1.4 – Estrutura da Tese 41
1.5 – Algumas Demarcações Importantes 42
2 – Teoria Crítica do Fim da Cidade 45
2.1 – Teoria Crítica: Breve Histórico 46
2.2 – A Teoria Crítica de Horkheimer 49
2.3 – O pensamento Crítico e a Questão Ambiental 55
2.4 – Proposta para uma Teoria Crítica do Fim da Cidade 62
2.5 – Limites no Fim da Cidade 71
3 – A Cidade ao Fim da Cidade 81
3.1 – Cidade Incompleta 82
3.2 – Cidade Anistórica 88
3.3 – Cidade Injusta 97
4 – A Dialética entre População e Meio Ambiente 102
4.1 – A Questão Ambiental 103
4.2 – O Socioambientalismo 109
4.3 – Desenvolvimento Urbano Sustentável 113
4.4 – Justiça Ambiental 129
4.5 – Do Impacto Ambiental ao Risco Ambiental 135
4.6 – População e Meio Ambiente Vulneráveis 140
4.7 – Ecologia Política Urbana 146
5 – Nove Conjuntos Habitacionais no Fim da Cidade 156
5.1 – Conjunto Granja de Freitas II 175
5.2 – Conjunto Flávio de Oliveira 219
5.3 – Conjunto Pongelupe 261
5.4 – Conjuntos Atenas/Esparta/Egeu 301
5.5 – Conjunto Águas Claras 342
5.6 – Conjunto Conquista da União 383
5.7 – Conjuntos Via Expressa I e II 424
5.8 – Conjunto Califórnia II 465
5.9 – Conjunto Serra Verde 509
6 – Uma Análise Socioambiental dos Conjuntos Habitacionais nas Bordas Urbanas 555
6.1 – A Natureza das Bordas Urbanas 556
6.2 – Os moradores dos conjuntos 561
6.3 – Estruturas Intraurbanas Periféricas 571
6.4 – O Conjunto Habitacional Moderno 577
6.5 – Causalidade Cumulativa Socioambiental 584
6.6 – Ecologia Política Urbana 594
7 – O Fim do Fim da Cidade 598
Anexos 602
Referências Bibliográficas 677

CAPITULO 1

INTRODUÇÃO AO FIM DA CIDADE

> Todas as grandes cidades têm um ou vários 'bairros de má fama' onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximas aos palácios dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-se, bem ou mal, sozinha.
>
> Friedrich Engels,
> *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, 1845[1].

Há mais de um século e meio, o jovem Engels, ao conhecer de perto algumas grandes cidades inglesas, ficou estarrecido com as condições nas quais viviam os trabalhadores. A surpresa aconteceu porque a Inglaterra iniciara seus processos de industrialização e urbanização bem antes das demais nações europeias e o fez de forma acelerada e silenciosa, como descreveu o próprio Engels. Por isso mesmo, as

[1] Engels (2010,70).

cidades onde a produção industrial se concentrara já apresentavam, àquele tempo, alguns dos efeitos colaterais desses processos, ainda pouco conhecidos para os europeus continentais. Engels, impressionado pelo que encontrou, descreveu detalhadamente e construiu reflexões pioneiras sobre o início da produção de habitações para os operários em escala industrial, sobre a criação de bairros para os trabalhadores nas periferias urbanas distantes das áreas centrais e sobre o alto grau de degradação socioambiental que caracterizava esses assentamentos. Processos de desenvolvimento urbano-industrial como esses avançaram em ritmo acelerado ao longo dos séculos XIX e XX por diversas cidades em todo o mundo e constituem marcas inequívocas da formação das grandes aglomerações modernas. No Brasil, esses processos se iniciaram há pelo menos meio século – de forma mais clara – e mantiveram-se em curso durante esse tempo, mesmo que nem sempre com a mesma intensidade. Ainda que, considerando que as condições de precariedade urbana e ambiental das periferias onde moravam os trabalhadores ingleses da primeira metade do século XIX são em muitos aspectos diferentes das condições das periferias urbanas onde moram hoje os trabalhadores de países periféricos como o Brasil[2], pode-se dizer que persistiu desde então, uma grande desigualdade entre o padrão de vida nas áreas centrais, destinadas principalmente à burguesia e o padrão de vida nas bordas urbanas, em grande parte ocupadas pelos trabalhadores.

O tema desta tese é a relação dialética que se estabelece entre as populações urbanas mais pobres e o ambiente da periferia das grandes cidades brasileiras, mediada por grandes conjuntos habitacionais multifamiliares. Buscou-se analisar, sob vários aspectos, a situação das moradias planejadas em larga escala nas bordas das metrópoles e do seu contexto urbano imediato, por meio de um estudo teórico e empírico. O objetivo está na compreensão sobre como se constituem os limites entre o tecido urbano e as áreas não urbanizadas onde esses assentamentos habitacionais muitas vezes são implantados, como são historicamente construídos os adensamentos populacionais de baixa renda nos limites das metrópoles brasileiras e como se criam as condições de precariedade urbana e ambiental nesses locais. O estudo teórico lançou luz sobre algumas questões importantes nos diversos campos relacionados e permitiu construir ferramentas para a realização de uma pesquisa empírica cujos objetos foram alguns conjuntos habitacionais periféricos na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A análise dessas situações concretas serviu para identificar, relacionar, entender e discutir os conflitos socioambientais, tanto existentes como potenciais, nos assentamentos habitacionais que se destinam principalmente à classe trabalhadora e que são construídos nas bordas do tecido urbano.

O foco de interesse do estudo aponta para uma situação socioespacial comum nas franjas das manchas urbanas das metrópoles brasileiras, construída principalmente ao longo das últimas três décadas por um processo ainda em curso. De um lado, tem-se o final do espaço urbano da metrópole abrigando em grandes conjuntos habitacionais, milhares de pessoas concentradas em dezenas de prédios,

[2] Mike Davis talvez não concorde, considerando o seu conceito de *involução urbana*. Cf. Davis, 2006.

emparelhados, numa situação que impõe uma grande densidade populacional numa área urbana que, exatamente por ser periférica, é rarefeita e pouco adensada. Do outro lado dessa fronteira está um espaço não urbanizado caracterizado ora como espaço agrícola, ora como área de atividade minerária, ora como área de preservação ambiental ou ainda simplesmente como um espaço sem qualquer uso à espera de ser parcelado e incorporado à cidade.

Essa situação, comum nos países que tiveram um desenvolvimento urbano-industrial acelerado e tardio como o Brasil, caracteriza os lugares distantes das áreas centrais das metrópoles e aos quais se referem normalmente as pessoas, moradoras ou não desses lugares, como "fim de mundo", "lá onde a cidade acaba", ou ainda o "fim da cidade". A noção de "fim" enquanto extremidade, limite, diretamente associado às situações espaciais periféricas que interessam para essa discussão, justifica a escolha do título, "ao fim da cidade". Mas ele surgiu também pela interpretação desses lugares como uma espécie de conclusão, de epílogo das narrativas cotidianas criadas nos longos percursos de retorno das pessoas da classe trabalhadora aos seus domicílios, distantes dos locais de trabalho, e que terminam diariamente no "ponto final" das linhas de ônibus da periferia urbana, e às vezes depois deles, como parte dos movimentos pendulares diários característicos da vida nas metrópoles brasileiras. Nesse sentido, foi importante tentar entender também a vida urbana cotidiana desses lugares a partir do olhar dos seus moradores e da noção que eles têm sobre o que seja morar no "fim da cidade". A ideia de "fim da cidade" comparece ainda no trabalho como hipótese da existência de um objetivo, uma finalidade de que o espaço urbano supostamente pudesse ou devesse ser dotado, capaz de fazer com que as pessoas nele escolham morar e nele queiram se manter, por mais difíceis que possam ser as suas condições de vida. Nesse sentido, discutindo algumas importantes teorias urbanas, buscou-se verificar se esse fim existe, se ele está ao alcance dos que moram nessas áreas e como. Interessou entender de que maneira a cidade cumpre o seu "fim" nas suas bordas precarizadas socioambientalmente. Finalmente, o "fim da cidade" pode significar morte, término, hipoteticamente aplicável a esses espaços urbanos perimetrais. Trata-se de entender se a situação socioespacial dos grandes conjuntos habitacionais periféricos é a tal ponto inorgânica, artificial e carente de laços sociais, que por isso seria incapaz de conter "vitalidade urbana" da mesma forma que um espaço urbano mais consolidado em termos históricos e geográficos. Nesse caso, essas bordas constituiriam um espaço urbano onde a cidade em sua dimensão política (*polis*) e cultural e civilizatória (*civitas*) não existe e provavelmente nunca existiu.

A ideia de "fim da cidade" pode suscitar uma série de objeções, tanto por sua conotação apocalíptica como por atribuir a ideia de limite a algo que talvez já não possa ser contido espacialmente. A polissemia da expressão "fim da cidade", como já exposto, torna-a potente quanto aos sentidos e significados, abrindo possibilidades de investigação bastante ricas para uma pesquisa que lida com um determinado espaço, com as pessoas que nele moram e com as relações dialéticas que se estabelecem entre ambos. Isso justificou a escolha do título, apesar da carga dramática que ele carrega.

A cidade de que trata o título está entendida como um *território urbanizado*, espacialmente definido e possuidor de limites, mesmo que às vezes embaçados. Essa cidade tem fim, como, aliás, a pesquisa empírica demonstrou claramente. O título do trabalho não quis sugerir uma discussão relacionada a limites espaciais ou a finitude do *urbano* (no sentido de *fenômeno urbano*), compreendendo e concordando com a impossibilidade de tratá-lo em termos espaciais e morfológicos. Edward Soja e Miguel Kanai (2007) consideram que o estágio civilizatório humano atual é o da *Era Urbana*, já que desde 2007 mais da metade da população do planeta passou a se concentrar em áreas urbanas. O que marca a *Era Urbana*, segundo eles, é o processo simultâneo de urbanização do globo e globalização do urbano, o que tem continuamente ampliado o *urbano* para escalas nunca vistas na história da humanidade, chegando a urbanizações contínuas em escala regional e ainda além, em situações chamadas de *Endless Cities* (cidades sem fim). Indo na mesma direção e tomando como base o conceito de *zonas urbanas* de Lefèbvre, Monte-Mór (1994, 171) desenvolve a ideia de *urbanização extensiva*, como a "urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais". Para ele, a *urbanização extensiva* é o processo que fez com que o *urbano* (as relações urbano-industriais) passasse a ocupar a totalidade do espaço social. O mesmo autor reconhece, entretanto, que, à ideia de cidade cabe não somente o sentido de uma organização social, como também uma *forma espacial* (Monte-Mór, 2006, 185), exatamente o que distingue hoje a cidade do *urbano* no sentido lefebvriano. É o fim dessa cidade espaço, estrutura territorial, que interessa à pesquisa e que o título do trabalho anuncia.

1.1 - JUSTIFICATIVAS

As grandes cidades brasileiras têm sido palco, ao longo das últimas décadas, de dinâmicas políticas e econômicas que empurraram gradativamente parcelas significativas das populações mais pobres para as bordas das áreas urbanizadas, num processo que está ligado diretamente à constituição de situações muito específicas de precariedade socioambiental na fronteira entre as áreas urbanizadas e não urbanizadas. Uma ação que fomenta esse processo é a oferta de moradias populares nas áreas urbanas mais distantes do centro, tanto diretamente pelo Estado, como também pela iniciativa privada. Essa última situação prevalece hoje largamente sobre a primeira, o que não quer dizer que não haja aí qualquer participação do Estado. A produção de moradias para os mais pobres pela iniciativa privada não acontece sem o aval das instâncias municipais de controle urbano e o incentivo direto das instituições ligadas à produção de moradias de interesse social nos âmbitos federal, estadual e municipal. Em ambos os casos, direta ou indiretamente, houve, desde os anos de 1960 até hoje, a participação do Estado na construção em larga escala de grandes conjuntos habitacionais populares nas periferias urbanas.[3] Por

[3] A criação do BNH em 1964 é o marco zero desse processo. Mas os conjuntos habitacionais periféricos começaram a ser construídos antes. O primeiro grande conjunto habitacional construído em Belo Horizonte foi o conjunto IAPI, nos anos de 1940. Ele e outros conjuntos construídos nos anos seguintes, no entanto, não chegaram a constituir uma tendência de crescimento urbano periférico engendrada por meio de conjuntos habitacionais populares como

conseguinte, pode se afirmar que a criação de precariedades socioambientais geradas pela presença de adensamentos populacionais nos limites urbanos é fruto não somente de dinâmicas de mercado, mas também de um modelo de planejamento econômico e urbano de Estado, instituído há décadas e ainda dominante no desenvolvimento urbano brasileiro. O processo de construção de conjuntos habitacionais na borda das metrópoles é, portanto, um processo "consentido" pelo Estado, que se insere num planejamento econômico amplo e em programas políticos de governo nas três esferas, conta com amparo da legislação urbana vigente, tem apoio financeiro de bancos estatais e tem suporte técnico das áreas de conhecimento competentes tanto na iniciativa privada como em órgãos públicos. Diferencia-se, portanto, dos processos espontâneos de produção de moradia que também ocorrem nas bordas de muitas metrópoles brasileiras na forma de favelas, vilas, aglomerados e loteamentos irregulares. Por isso, a construção de conjuntos habitacionais periféricos pode ser tomada como uma situação de *segregação socioespacial consentida* segundo o sentido elementar de "consentido"[4] como algo que se permitiu fazer ou realizar, algo tolerado, condescendido, anuído, assentido. Todos eles foram concebidos e edificados a partir de procedimentos e ações formais de planificação de empresas e do Estado e não por processos orgânicos e espontâneos de produção do espaço[5]. O planejamento locacional de moradias para os mais pobres, institucionalizado como política de Estado, além de ser um fator determinante de distribuição dos extratos sociais no território urbano, constitui um importante fator de segregação socioespacial que merece ser analisado e compreendido em seus vários aspectos como a presente tese propõe[6].

A política de periferização da moradia urbana é um forte mecanismo para a criação de situações de precariedade socioambiental nas grandes cidades. Essas moradias são construídas em lugares afastados das regiões centrais dotadas de melhor infraestrutura urbana, melhor qualidade de vida, maior oferta de serviços e empregos. Nas periferias pobres o transporte público é precário, faltam serviços públicos de boa qualidade e próximos das moradias, a estrutura de comércio é deficiente em diversidade e quantidade. Por uma ação construtiva exógena e planejada, conjuntos habitacionais com dimensões espaciais de bairros e continentes populacionais de pequenas cidades são instalados ali sem que existisse uma vida urbana antes da chegada dessas pessoas. Em muitos grandes conjuntos habitacionais periféricos mais novos tem-se a impressão de que o bairro não estava pronto para receber seus moradores porque, a despeito de terem sido ocupados, os lugares permanecem carentes de algumas infraestruturas e serviços urbanos, de uma vida urbana ativa, o que se expressa de forma mais evidente na falta de atividades comerciais locais. A condição de incompletude do espaço urbano – apesar de sua

---

aconteceu a partir da criação do BNH. A história dos conjuntos habitacionais em Belo Horizonte será retomada no cap. 5.

[4] Houaiss, 2001, 807.

[5] Não se quer dizer com isso, que a produção "informal" de moradias em vilas e favelas não conta com nenhum tipo de planejamento. Se não existe o planejamento formal no sentido acima descrito, ele existe sob outras formas como, por exemplo, na negociação entre os vizinhos e nos processos de construção em etapas, ainda que baseados no conhecimento técnico empírico.

[6] A ideia dos conjuntos habitacionais periféricos como uma forma de *segregação socioespacial consentida* será aprofundada no cap. 3.

ocupação, às vezes plena, normalmente perdura por anos, pelo descaso do poder público e pela incapacidade política e econômica de seus moradores; política no sentido de se articularem em torno de reivindicações coletivas e pressionarem as autoridades competentes, e econômica no sentido de assumirem os custos para minimizar essa condição, o que a rigor nem mesmo os mais ricos fazem em seus condomínios fechados. Esse tipo de espaço urbano periférico é produzido com a marca de uma urbanização incompleta e deficiente, correlata à cidadania incompleta que também caracteriza essas populações urbanas[7].

A condição de baixa qualidade ambiental e urbana imposta nas periferias metropolitanas do Brasil aos espaços públicos e coletivos gera um círculo vicioso que se intensificou nas últimas décadas, principalmente depois dos anos de 1980, com a retração do planejamento urbano estatal e com a guinada política rumo ao chamado neoliberalismo. A periferia urbana precarizada não atrai o interesse do capital imobiliário. Nessa discussão, é preciso admitir de saída que são os capitais de incorporação e construção imobiliárias – e não o Estado – que constroem o espaço urbano nas grandes cidades hoje. Essa realidade ampliou o processo de *segregação socioespacial consentida*, já que coube ao Estado mínimo neoliberal menos intervenções e mais concessões nas dinâmicas econômicas urbanas.

Além disso, a distribuição de investimentos públicos em bens coletivos como infraestrutura urbana, serviços comunitários e transporte coletivo não é igualitária uma vez que esses investimentos interessam mais aos capitais em certas áreas urbanas do que em outras. Por isso, as periferias pobres das áreas metropolitanas no Brasil, de maneira geral, são áreas onde a falta de cidadania é agravada com o passar do tempo pela distribuição assimétrica de recursos públicos. Identificar, entender e analisar essa condição de precariedade e urbanização incompleta nas áreas dos conjuntos habitacionais periféricos em seu processo de construção histórica e geográfica é essencial para a compreensão das dinâmicas socioterritoriais urbanas hoje. Um estudo dos conflitos socioambientais que se impõem aos conjuntos habitacionais periféricos e seus contextos urbanos e não urbanos pode contribuir para uma compreensão das causas estruturais por trás dessa condição em vez de voltar os esforços para a tentativa de consertar suas consequências, seus sintomas. As ações do poder público para melhorias urbanas em áreas periféricas quase sempre tentam criar soluções para problemas que poderiam não ter sido criados.

O período que vai de meados dos anos de 1960 até o começo dos anos de 1980 marcou o Brasil de maneira indelével, pelo regime militar autoritário que nele se estabeleceu, mas também por um processo de acelerada expansão das áreas urbanas condicionado pelo "milagre brasileiro", a fase de crescimento econômico vertiginoso do país que caracterizou nosso processo de desenvolvimento urbano-industrial tardio, intenso e socialmente desigual. Fizeram parte desse processo de expansão urbana em ritmo acelerado, os novos territórios das periferias das grandes cidades com seus complexos habitacionais para abrigar a população assalariada de baixa renda. Vários desses assentamentos habitacionais foram

[7] Cf. Bolaffi (1979), Kowarick (1993) e (2000).

viabilizados pela ação do extinto BNH (Banco Nacional da Habitação), criado no início do período militar [8] como parte de uma política de aquecimento da economia através de incentivos à indústria da construção civil, objetivando, também, o aumento da oferta de empregos (Medeiros, 2010). Os militares escolheram a questão habitacional, em meio a vários outros problemas urbanos enfrentados naquele momento, como a falta de saneamento, a falta de transporte público, educação e saúde de qualidade. Tomando-o isoladamente, acabaram criando um "falso problema" para justificar os aportes financeiros volumosos ao BNH (Bolaffi, 1979). Inúmeros conjuntos habitacionais existentes hoje nas grandes cidades brasileiras são frutos daquele momento histórico e passaram por processos de precarização ao longo dos anos, entre outras razões, pela condição de urbanização incompleta anteriormente mencionada. Já outros – mais raros – favoreceram-se de mudanças ocorridas no seu entorno imediato ou até mesmo funcionaram como indutores dessas mudanças. O estudo do conjunto de transformações por que passaram as áreas de habitações populares nas bordas das zonas urbanizadas das metrópoles ajuda a compreendê-las em sua talvez inexorável condição de precarização socioambiental, principalmente através dos processos que as levaram a isso. Entender como se deram esses processos de precarização que se iniciaram principalmente ao longo da década de 1970 – os quais Bolaffi (1979) chamava de *deterioração física do habitar urbano* – nos grandes conjuntos habitacionais periféricos pode, ainda, ser uma importante chave para uma reflexão sobre as transformações urbanas que acontecerão nos próximos anos com a possibilidade de construção de novos anéis urbanos periféricos ambientalmente precários.

A recente retomada da produção de grandes conjuntos habitacionais – mesmo que não com esse nome – nas regiões metropolitanas é motivada pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) do governo federal. Ele traz de volta também, algumas das motivações políticas e econômicas presentes na gestação do BNH. "Curiosamente, retoma-se neste momento argumentos semelhantes aos que originaram a experiência do BNH, também criado para impulsionar a economia por meio de efeitos multiplicadores e ampliar oportunidades de acesso ao trabalho formal para populações com baixa qualificação" (Cardoso et al, 2011, 05). Ao longo da década de 1980 após o fim do regime militar e, depois, por toda a década de 1990 e inícios dos anos 2000, a produção massiva de habitações destinadas às camadas mais pobres da população urbana arrefeceu consideravelmente em virtude, principalmente, do cenário econômico interno e externo. No âmbito político houve, nesse intercurso que coincide com a ascensão do neoliberalismo, uma paralisia do planejamento de moradias urbanas. Cardoso, Aragão e Araujo (2011) consideram que esse foi um longo período em que a política habitacional brasileira passou sem dispor de aparato institucional e recursos consolidados que possibilitassem ações contínuas e integradas. A retomada da construção dos conjuntos habitacionais nas periferias das grandes metrópoles brasileiras de maneira mais significativa aconteceu em 2009 com o PMCMV (Brasil, 2009) que deveria ajudar o país a superar a

[8] As diretrizes que fundamentaram o BNH foram estabelecidas antes do golpe militar. Sua criação oficial, contudo, acontece em agosto de 1964, já em pleno regime militar. Cf. Brasil, 1964.

crise econômica do ano anterior, como uma nova "política habitacional" brasileira[9]. Os parâmetros estabelecidos pelo programa obrigaram os agentes da iniciativa pública, a um esforço enorme para viabilizar suas ousadas metas.[10] Desde então, o programa tem sido responsável pela retomada da construção dos grandes conjuntos habitacionais, agora chamados de "residenciais". Mas as semelhanças entre a produção atual de moradias populares em larga escala, via PMCMV, e o que ocorreu no período do BNH não se limitam às motivações econômicas. Seus efeitos também estão diretamente relacionados e remetem à prática da *segregação socioespacial consentida*:

> Durante os 50 anos em que urbanistas e movimentos sociais defenderam a Reforma Urbana, a exclusão territorial foi reinventada, em duas ocasiões, pelos que lucram com a produção da cidade: quando o BNH carreou recursos para o financiamento residencial e, novamente, quando isso aconteceu, recentemente, com o Minha Casa Minha Vida. Em ambas as ocasiões, o PIB foi insuflado pela atividade da construção. (Maricato, 2012b)

Nas áreas metropolitanas brasileiras, somente as periferias distantes, onde é mais baixo o preço da terra e há disponibilidade de grandes terrenos, conseguiram acomodar os novos conjuntos habitacionais recentemente construídos ou em construção através do programa. Cardoso, Aragão e Araujo (2011) constatam que o modelo adotado pelo PMCMV tende a promover a periferização das habitações nas cidades exatamente por esses dois motivos. O programa tem o foco voltado para as empresas da construção civil que propõem os empreendimentos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), ficando para os estados e municípios apenas a tarefa de organizar e cadastrar as demandas. É claro que para as empresas, importam a facilidade de execução e a lucratividade e não os resultados urbanos e ambientais de longo prazo.

A recente retomada da produção de moradias populares periféricas em larga escala trouxe um importante estímulo à elaboração da presente tese pela possibilidade de um estudo comparativo em relação à expansão urbana no período do BNH. Buscou-se investigar se os novos conjuntos habitacionais cumprirão o mesmo destino de precarização socioambiental gradativa de alguns de seus predecessores. Talvez tenham um destino diferente já que agora a construção dessas porções periféricas de espaços urbanos está quase totalmente a cargo da iniciativa privada – construtoras e incorporadoras – cabendo aos órgãos públicos de gestão urbana um papel coadjuvante. O que significará essa mudança de atores? Talvez um ciclo de precarização ambiental urbana ainda mais rápido do que o enfrentado pelos conjuntos habitacionais do BNH, o que poderá criar um desastre em poucos anos (Rolnik, 2012). O estudo comparativo entre os conjuntos habitacionais produzidos com maior controle estatal há algumas décadas

[9] Rolnik e Nakano (2009) defendem que não se pode chamar uma política de geração de empregos na construção civil, como o PMCMV, de política habitacional.

[10] O programa previa inicialmente a construção de um milhão de moradias até o final de 2010 com investimento de 34 bilhões de Reais. Algum tempo depois, em virtude das dificuldades de implantação, o governo manteve o número de unidades, mas passou a evitar fixar um prazo para finalizá-las. Até o fim de 2012 mais de 900 mil unidades haviam sido construídas, mas foi estabelecida uma nova meta de mais dois milhões de moradias até 2014. Isso foi estabelecido pela segunda fase do programa, o PMCMV2, instituída em 2011. (Brasil, 2011)

e os conjuntos habitacionais produzidos predominantemente pelo capital imobiliário nos últimos anos pode ajudar a compreender um fenômeno urbano contemporâneo ainda pouco estudado e elucidar o que mudou e o que se manteve nesse intervalo de aproximadamente trinta anos.

Além da precariedade urbana a que estão ou estarão sujeitos os conjuntos habitacionais periféricos, sua localização nas fronteiras do território urbano cria muitas vezes situações de riscos socioambientais – para os moradores e para o ambiente – também por sua implantação em áreas de preservação ambiental ou simplesmente não urbanizadas. A distribuição desigual de condições de vida urbana e de investimentos públicos tem relação direta com a distribuição desigual de fatores ambientais positivos e negativos (Lynch, 2001). A ação do capital, pelo caminho do investimento privado ou do investimento público, determina diretamente o grau de risco ambiental ao qual certas porções do espaço urbano se sujeitam na fronteira com áreas não urbanizadas. Isto porque, é por meio dela que são coletivizados os prejuízos causados pela degradação socioambiental, enquanto os lucros gerados pela venda da qualidade de vida através da proximidade com a natureza são privatizados (Acselrad, 2009; Costa 2003). Esse processo se evidencia com a produção de moradias próximas a áreas de interesse ambiental. A preservação dessas áreas no anel periurbano das grandes cidades é levada a cabo, menos graças à incipiente legislação ambiental brasileira e à ação claudicante do Estado e mais na forma de mercantilização da natureza pelos setores imobiliários ou de turismo e como reserva de terras de grandes grupos econômicos (Costa, 2006). O setor imobiliário assumiu sua parcela de responsabilidade em relação à questão ambiental no contexto da produção de novos espaços urbanos na medida em que conseguiu obter lucros com o atendimento à legislação ambiental, através da venda da imagem de moradias destinadas à população de alta renda em contato com a natureza nos arredores da cidade (Costa, 2003). Áreas de preservação criadas para o atendimento à legislação são transformadas em "diferenciais" com capacidade de "agregar valor de venda" aos empreendimentos. É o que acontece de maneira evidente na criação de condomínios fechados de luxo – loteamentos de baixa densidade para população de alta renda nos limites do espaço urbano – quando o discurso da sustentabilidade ambiental surge por conveniência, graças à sua imprecisão, universalizando interesses particulares. Este processo ocorre notadamente no vetor sul da RMBH com a construção de loteamentos de luxo em meio a uma grande área de proteção ambiental, a APA Sul (Costa, 2006; Camargos, 2004). Em função do alto preço da terra nesse vetor e da estrutura fundiária muito concentrada, não há conjuntos habitacionais voltados para a população pobre nesse trecho de borda da mancha urbana principal da RMBH.[11] No caso dos assentamentos para os mais pobres produzidos hoje em outras bordas urbanas, em que em certos casos também há situações ambientais delicadas, a relação entre o investimento privado e a preservação ambiental tem faces menos preservacionistas. Nesses casos, os agentes produtores usam argumentos baseados na necessidade de reduzir custos de produção para justificar eventuais falhas ambientais dos

[11] No cap. 5 será mostrado um levantamento que mapeou os grandes conjuntos habitacionais localizados nas bordas da mancha urbana principal da RMBH.

empreendimentos e lançam mão daquilo que Acselrad (2010b, 110) chama de “chantagem locacional”, para tomar como “reféns”, as administrações municipais, que precisam flexibilizar algumas exigências ambientais para não verem um empreendimento ser levado para um município vizinho.

A condição de precariedade urbana e ambiental desses conjuntos habitacionais agrava-se por estarem somadas e sobrepostas circunstâncias originadas por sua condição periférica, por sua proximidade com um território ambientalmente degradado e por sua própria condição edilícia de conjunto habitacional, dotada de características espaciais homogeneizantes e funcionalistas. Mas a condição de precariedade, como acabou de ser descrita, diz respeito mais aos lugares e aos prédios do que aos seus moradores. Pode-se dizer que alguns conjuntos habitacionais são precários, mas certamente não o são as pessoas que ali moram. A categoria analítica de “precariedade urbana e ambiental” é bastante utilizada no campo da arquitetura e do urbanismo, como instrumento para balizar ações de intervenção no espaço, mas muitas vezes mostra-se incapaz de enxergar a população que vive nesses lugares “precários”. Para essas disciplinas, o ambiente construído é o foco de interesse e, por isso, muitas vezes uma investigação aprofundada sobre os grupos sociais que ali constituem seu espaço de reprodução é deixada de lado. O entendimento sobre o que seja “ambiente” e “meio ambiente”, de onde a qualidade “ambiental” no seu sentido mais usado deriva, superou há muito tempo a noção de “natureza” e engloba hoje lugares e seres vivos, incluindo o homem. Um estudo que pretende analisar os conflitos ambientais que são criados em torno de um modelo de assentamento habitacional nas bordas das grandes cidades precisa necessariamente considerar também seus habitantes. Foi necessário, para isso, buscar outras ferramentas teóricas que ajudassem a compreender não só os ambientes precários dos conjuntos habitacionais, mas também as pessoas que ali vivem e, principalmente, a relação que se estabelece entre ambos. Nesse sentido a pesquisa partiu de uma problematização e de um recorte próprios do campo arquitetônico e urbanístico, mas buscou criar pontes com ciências sociais como a demografia e a ecologia política em áreas urbanas. Buscou-se estabelecer um contato entre esses campos para que fosse possível que as duas abordagens, distintas e parciais, complementassem uma à outra, fornecendo uma visão mais ampla sobre os mesmos objetos. A demografia e seus estudos sobre população/ambiente tomados de maneira isolada não foram, e nem poderiam ser, suficientes para explicar a complexidade de uma situação como a que se buscou analisar nessa pesquisa. Assim, no intuito de erigir um embasamento mais robusto para o estabelecimento de marcos teóricos e para a construção de ferramentas de análise, os problemas urbanos foram discutidos numa perspectiva múltipla a partir de olhares emprestados também de outras áreas das ciências sociais e ambientais. Discutiu-se a questão dos conjuntos habitacionais populares nas periferias urbanas a partir de conceitos teóricos da filosofia, da sociologia, da economia e da ecologia, buscando uma articulação entre essas disciplinas e o campo da arquitetura e do urbanismo onde o trabalho se originou, a fim de evitar uma discussão fragmentada, incompleta e circunscrita a um campo. Portanto, justifica também a elaboração da presente tese, a tentativa de construção de uma análise interdisciplinar, mais permeável, sobre um objeto já muito

estudado no campo da arquitetura e urbanismo de maneira mais recortada: o conjunto habitacional moderno. Trata-se de um esforço de sobreposição de diversos campos das ciências sociais e ambientais, articulados em torno desse objeto de análise comum.

No sentido da interdisciplinaridade, tentou-se ainda avançar na construção de uma articulação teórica pouco explorada até agora, entre algumas teorias urbanas tradicionais e a Ecologia Política. Segundo o último censo do IBGE (2010), a população urbana representa hoje 84% do total da população brasileira[12]. Isso faz com que o problema ambiental brasileiro tenha se tornado essencialmente um problema urbano. Considerando que a discussão ambiental encontra-se completamente dominada pelo discurso do "desenvolvimento sustentável", a articulação entre as questões urbanas e as questões ambientais hoje fica vinculada à ideia de "desenvolvimento urbano sustentável". Os problemas urbano-ambientais são sempre analisados e discutidos pela lente da sustentabilidade. Por trás desse pensamento que se tornou hegemônico nas discussões ambientais, está a ideia de "modernização ecológica", que consiste na tentativa de acomodar os sistemas de produção às demandas e preocupações relativas ao meio ambiente que surgiram após a crise ambiental dos anos de 1970, mas sem comprometer a sua hegemonia ou a sua continuidade. A Ecologia Política traz uma visão alternativa para a discussão das questões ambientais, apesar de ter surgido na mesma época da corrente de pensamento que foi sendo desenvolvida até apresentar-se, anos depois, na forma acabada do desenvolvimento sustentável (Watts e Peet, 2004). Este pensamento dominante ganhou força a partir do final dos anos de 1980, por um lado, eclipsando a Ecologia Política, mas por outro aumentando sua importância como contraponto teórico. A Ecologia Política parte do princípio de que a natureza é algo socialmente construído, e, portanto deve ser encarada como uma dimensão integrada aos processos de produção e reprodução social e não como uma externalidade ou como mera base de recursos. Sua preocupação central está na superação de uma situação econômica e social dada, o que significa necessariamente uma grande transformação dos sistemas de produção hoje hegemônicos.[13] A Ecologia Política, contudo, nasceu e se consolidou principalmente por discussões ligadas às desigualdades socioambientais no campo, aos estudos campesinos e às lutas por reforma agrária e contra os grandes produtores (Watts e Peet, 2004; Peet e Watts 1996; Blaikie e Brookfield, 1987). Sua preocupação com os efeitos mútuos que se criam entre as precariedades ambientais e as precariedades sociais lhe valeu outras denominações como "ecologia dos pobres" e "ecologia da libertação". Mas seu foco no campo e nas questões agrárias fez com que a noção de uma Ecologia Política Urbana permanecesse até hoje sem um desenvolvimento teórico adequado. Uma investigação sobre as possibilidades de articulação social e política dos enormes contingentes populacionais dos conjuntos habitacionais periféricos contra as situações de risco socioambiental a que

[12]A população urbana no país passou de 81% em 2000 para 84% em 2010, uma taxa de crescimento alta que demonstra que os principais componentes da dinâmica demográfica (natalidade, mortalidade, migração) ainda continuam agindo no sentido de promover uma urbanização quase completa da população brasileira.

[13] A discussão sobre a articulação entre a Ecologia Política e as teorias urbanas será trazida com maior aprofundamento no capítulo 4.

estão expostos, pareceu uma oportunidade de colaborar com essa construção e justificou, também, a presente tese.

1.2 - A ESCOLHA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

A Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) é a terceira maior aglomeração urbana do Brasil em termos populacionais, com 5,4 milhões de habitantes (IBGE, 2010), atrás somente das áreas metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, que constituem o principal eixo econômico do país. A RMBH tem, portanto, a maior concentração populacional urbana fora desse eixo. Concentra 25% da população e 40% da economia de um estado que por sua vez é o segundo maior do país em termos populacionais e o terceiro maior em termos econômicos. Esses dados, entre outros, colocam a região como uma das 12 "redes metropolitanas de primeiro nível" nos termos do IBGE e já atestariam a relevância que a RMBH tem hoje no cenário social, político e econômico do Brasil, avalizando sua escolha como objeto de análise para um estudo que pretendeu discutir questões urbanas e ambientais comuns a outras áreas metropolitanas do país.

A RMBH foi criada em 1973, pela Lei Complementar no. 14, durante o governo Médici, juntamente com outras sete regiões metropolitanas. Teve seu planejamento empreendido ao longo dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 por uma autarquia estadual – Plambel –, tomando como base o planejamento urbano integrado (compreensivo) de caráter fortemente centralista e tecnicista. A recente retomada do interesse pelas "questões metropolitanas", tanto no meio acadêmico como no meio político, motivou a elaboração de um Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) para a RMBH, elaborado pela UFMG a pedido do governo do estado de Minas Gerais, e concluído em 2011 e a criação de uma autarquia para articular as questões urbanas no nível metropolitano (Agência Metropolitana/SEGEM).

A RMBH é hoje constituída por 34 municípios dentre os quais apenas alguns se encontram efetivamente conurbados com o município sede Belo Horizonte. A mancha urbana principal da região, criada em torno da capital, inclui os municípios de: Sabará, Nova Lima, Ibirité, Betim, Contagem, Ribeirão das Neves, Vespasiano e Santa Luzia. A distribuição das áreas urbanas da RMBH está claramente caracterizada por essa grande mancha central e diversas outras manchas muito menores esparramadas ao seu redor. Os nove conjuntos habitacionais escolhidos como objetos da análise empírica encontram-se nas bordas dessa mancha urbana principal, confrontando-se com diferentes situações territoriais e ambientais. A definição dos conjuntos habitacionais pesquisados buscou privilegiar a maior diversidade possível, a fim de criar um universo de situações capaz de acomodar a discussão teórica empreendida pela pesquisa de forma mais abrangente.[14]

[14] Na introdução do cap. 5 serão explicados: o levantamento feito para encontrar os conjuntos habitacionais nas bordas urbanas, os critérios para definição dos conjuntos a serem pesquisados e a caracterização das bordas onde eles se inserem.

1.3 – MÉTODOS

A tese contém resultados de pesquisa teórica e empírica. O esforço maior empreendido para a sua elaboração, portanto, deu-se na tentativa de conciliar essas duas dimensões. O processo de elaboração da tese procurou manter abertos os canais de retroalimentação entre a dimensão teórica e a pesquisa empírica, a fim de garantir que elas não formassem conjuntos estanques dentro do trabalho.

O trabalho começou pela definição dos objetos de estudo: os grandes conjuntos habitacionais situados no limite do tecido urbano em condições de precariedade socioambiental. A partir desse ponto, foi feita a identificação de algumas situações-problema que decorrem diretamente das condições mais evidentes desse objeto de estudo, ainda como questões iniciais de trabalho. Essas indagações foram separadas em três grupos:

1 – Como se constituem os conflitos socioambientais nas fronteiras urbanas em torno dos conjuntos habitacionais e qual a relação deles com essa condição fronteiriça;

2 – Como o processo de planejamento de moradias populares em larga escala nas bordas urbanas colabora para criar condições de precariedade socioambiental;

3 – Como as condições de precariedade ambiental e de precariedade social se afetam mutuamente.

A pesquisa teórica foi então estruturada de forma a fundamentar uma discussão capaz de abarcar essas três discussões através de uma ampla revisão de literatura relacionada a cada um dos temas. Foram criados três eixos teóricos de discussão, correspondentes a cada um dos três grupos de questões iniciais, em torno dos quais as reflexões teóricas foram desenvolvidas, trazendo diversos autores para a discussão. Os três eixos teóricos que estruturaram a primeira parte do trabalho foram os seguintes:

1 – A dialética cidade/campo nas bordas urbanas, vista sob a ótica da teoria crítica e das teorias urbanas de corte marxista;

2 – A produção de injustiça espacial através da produção formal de moradias em larga escala nas bordas do território metropolitano;

3 – Os conflitos socioambientais gerados pela relação entre população e meio ambiente mediada pelos conjuntos habitacionais.

A discussão teórica em torno desses três eixos está presente nos três capítulos teóricos da tese e fundamentou a organização da pesquisa empírica, definindo quais dados deveriam ser buscados sobre os nove conjuntos habitacionais escolhidos para a pesquisa. Esses dados foram organizados dentro de seis campos temáticos distintos, que compõem juntos, um quadro geral de caracterização socioambiental e urbana de cada um dos nove conjuntos habitacionais. Os seis campos temáticos da pesquisa empírica

estão diretamente relacionados, respectivamente e dois a dois, aos três eixos teóricos do trabalho, da seguinte forma:

1 – Caracterização da borda (ligado ao eixo teórico 1) traz dados sobre o processo histórico da formação urbana daquela borda específica;

2 – Perfil dos moradores (ligado ao eixo teórico 1) traça um perfil socioeconômico básico dos moradores do conjunto;

3 – Estrutura intraurbana (ligado ao eixo teórico 2) fornece elementos para o entendimento sobre a estrutura urbana do conjunto e do seu entorno imediato (bairros);

4 – Projeto Urbano (ligado ao eixo teórico 2) analisa a solução urbanística adotada para o conjunto em relação à sua articulação com a cidade e nas possibilidades de apropriação dos moradores;

5 – Condição socioambiental (ligado ao eixo teórico 3) traz dados sobre a qualidade ambiental do conjunto e do seu entorno e sobre os riscos socioambientais a que estão sujeitos;

6 – Organização sociopolítica (ligado ao eixo teórico 3) reúne informações sobre o grau de organização dos moradores do conjunto em termos sociopolíticos.

Os dados obtidos pela pesquisa empírica sobre os nove conjuntos habitacionais, organizados dentro desses seis campos temáticos alimentam, respectivamente, seis categorias de análise teórica sobre a condição socioambiental dos grandes conjuntos habitacionais nas bordas metropolitanas. A reflexão que foi construída a partir dessas seis categorias analíticas e que constitui o núcleo central desta tese, contempla discussões ao mesmo tempo autônomas e interligadas, todas elas alimentadas diretamente pelos dados da pesquisa empírica. As seis categorias de análise são:

1 – A natureza das bordas urbanas;

2 – Os moradores dos conjuntos;

3 – Estruturas intraurbanas periféricas;

4 – O conjunto habitacional moderno;

5 – Causalidade cumulativa socioambiental;

6 – Ecologia política urbana.

A relação entre os eixos teóricos que fundamentaram a pesquisa, os capítulos teóricos onde a revisão da literatura constrói reflexões críticas sobre esses três eixos, os dados que foram identificados pela

pesquisa empírica sobre os nove conjuntos e as categorias de análise criadas para trabalhar esses dados pode ser compreendida de forma mais clara por meio do quadro abaixo.

QUADRO 1

Estrutura da tese

Eixos teóricos	Capítulos teóricos	Pesquisa empírica (campos temáticos)	Categorias de Análise
1 - A dialética cidade/campo nas bordas urbanas, vista sob a ótica da Teoria Crítica e das teorias urbanas de corte marxista;	Teoria Crítica do Fim da Cidade	Caracterização da Borda	A natureza das bordas urbanas
		Perfil dos Moradores	Os moradores dos conjuntos
2 - A criação de precariedades socioambientais pela produção formal de moradias em larga escala nas bordas urbanas	A cidade ao Fim da Cidade	Estrutura Intraurbana	Estruturas intraurbanas periféricas
		Projeto Urbano	O conjunto habitacional moderno
3 - Os conflitos socioambientais gerados pela relação entre população e meio ambiente mediada pelos conjuntos habitacionais	A dialética entre população e meio ambiente	Condição Socioambiental	Causalidade cumulativa socioambiental
		Organização Social e Ecopolítica	Ecologia política urbana

Os dados primários da pesquisa empírica foram obtidos por meio de levantamentos de campo (observação direta) e conversas com lideranças locais de cada um dos conjuntos habitacionais (associações comunitárias de moradores, síndicos, conselhos) e com gestores públicos de alguma maneira envolvidos com os conjuntos habitacionais (áreas da saúde, assistência social, educação, segurança). Dados secundários sobre as áreas urbanas onde os conjuntos se inserem foram também pesquisados. Informações sobre infraestrutura urbana, oferta de serviços, uso e ocupação, aspectos ambientais foram obtidas a partir da base dados georreferenciada utilizada pela PBH, e também por meio de alguns indicadores específicos, no caso das áreas de saúde e educação.

O recorte territorial para análise de cada um dos conjuntos habitacionais foi definido incluindo os bairros imediatamente circundantes. Assim, os mapas de análise da estrutura intraurbana foram montados sempre considerando o conjunto habitacional como um centro e os bairros contíguos a ele compondo o seu contexto urbano imediato numa escala local. Essa decisão foi influenciada em certa medida pelos relatos das análises de vulnerabilidade socioambiental na região de Campinas empreendidas e registradas por Marandola e Hogan (2009). Eles mostram que mais importante do que trabalhar com os limites oficiais de um território, para esse tipo de análise urbana focado na questão da vulnerabilidade

socioambiental em áreas habitacionais, é preciso trabalhar com limites baseados nas "tramas espaciais que constroem aquela região enquanto espaço vivido" (Marandola e Hogan, 2009, 169), o que está identificado diretamente com o limite do bairro. Eles relatam: "o bairro nos pareceu uma boa unidade de trabalho, por constituir aquele meio imediato à casa, o lugar por excelência, não raro tornando-se extensão da própria residência enquanto foco principal da experiência urbana, o ponto zero de todo o espaço de vida." (Marandola e Hogan, 2009, 169). Esse recorte, apesar de sua fundamentação fenomenológica, mostrou-se bastante pertinente durante a elaboração dos trabalhos, já que o objeto de estudo é o espaço da habitação concentrado no território adensado do conjunto habitacional. Um recorte que considerasse apenas o conjunto habitacional, sem o seu contexto urbano imediato, não conseguiria mapear as relações sociais, históricas e espaciais entre as moradias e o seu contexto, além de não conseguir identificar a rede de serviços, comércio e infraestruturas urbanas que dão suporte à existência do conjunto habitacional.

Cada um dos nove conjuntos habitacionais pesquisados é abordado separadamente, com os dados organizados nos seis campos temáticos descritos acima. Dentro de cada campo temático, os dados sobre o respectivo conjunto aparecem estruturados por análises e reflexões e não somente como dados brutos. As reflexões ou conclusões parciais apresentadas nos campos temáticos *estrutura intarurbana* e *condição socioambiental* decorreram em grande parte da triangulação entre dados obtidos nas bases georreferenciadas da PBH, nas conversas com os moradores e na observação direta. Como era de se esperar, surgiram aí contradições de toda ordem, entre a perspectiva da administração pública, que aborda os conjuntos abstrata e quantitativamente, a dos moradores, que vivenciam diariamente as qualidades e problemas dos conjuntos e a deste pesquisador. Considerando que tais contradições não são inconsistências de coleta, mas indícios de uma realidade social contraditória, optou-se pela manutenção da distinção mais clara possível entre as três perspectivas. Uma característica importante dessas contradições está na relação de visibilidade e invisibilidade de questões específicas ligadas a cada um dos conjuntos o que foi gerado pela sobreposição das três perspectivas. Tanto problemas como virtudes dos conjuntos habitacionais pareceram às vezes ser mais visíveis para um dos três grupos do que para os outros, o que também foi evidenciado na estruturação do capítulo.

O registro da visão dos moradores dos conjuntos habitacionais foi feito por meio de entrevistas semi-estruturadas coletivas, o que significa que tinham um roteiro definido[15], baseado exatamente nos campos temáticos de dados a serem coletados. As entrevistas foram quase sempre agendadas com grande antecedência, normalmente em lugares de uso coletivo, mas algumas vezes também em apartamentos, e quase sempre com o auxílio de assistentes sociais. Após uma breve rodada de apresentações e explicações sobre os propósitos da pesquisa, eram realizadas conversas mais informais sobre dados gerais do conjunto e de sua história, com o objetivo de deixar os moradores mais à vontade. Após essa

[15] Ver anexo 0.1

introdução, que na maioria dos casos não durou mais do que dez minutos, os temas e sub-temas eram varridos um a um, com o intuito de colher informações objetivas num primeiro momento – o histórico de eventos – e as opiniões num segundo momento, tentando evitar digressões e sobreposições das questões coletivas por questões individuais. O fato de a pesquisa ter por foco uma condição socioespacial comum e não as vidas individuais das pessoas nessas condições determinou a opção pelas entrevistas semi-estruturadas coletivas, em detrimento de entrevistas abertas. Além disso, o formato viabilizou realizar e analisar um total de 14 entrevistas das quais participaram cerca 40 pessoas, o que não teria sido possível no caso de entrevistas abertas. As conversas com os moradores foram apresentadas na pesquisa na forma de "Quadros Síntese do Relato dos Moradores". As falas mais importantes dos moradores foram sintetizadas em frases e colocadas num quadro onde dentro de uma avaliação considerada positiva, intermediária ou negativa. Esses quadros procuram tornar mais objetiva a leitura das informações obtidas nas reuniões com os moradores, facilitando sua contraposição imediata com a base de dados da PBH e com os levantamentos de campo.

É importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas com lideranças comunitárias, presidentes e diretores de associações de moradores, síndicos e sub-síndicos, pessoas envolvidas com os conselhos comunitários (Escolas, UMEIs, Centro de Saúde, CRAS) e moradores mais antigos dos conjuntos. Foi uma forma encontrada de registrar a visão dos moradores sobre sua própria condição de vulnerabilidade socioambiental, trabalhando com grupos reduzidos de moradores, mas, ao mesmo tempo, qualificados em relação ao conhecimento dos problemas socioambientais de cada conjunto habitacional. Mesmo os maiores grupos entrevistados têm representatividade pequena no universo de moradores do conjunto habitacional. Seria falso sugerir que os pontos de vista desses pequenos grupos representam os moradores na sua totalidade. Assim, optou-se por chamar esses pontos de vista de *relatos dos moradores*, de maneira a reforçar que eles não estão sendo tomados como "a verdade". Ao contrário, foram analisados com certo distanciamento crítico, o que foi reforçado pela já mencionada triangulação.

Os levantamentos de campo nos conjuntos habitacionais foram realizados em horários e dias diferentes, sempre ao longo de algumas semanas. As primeiras visitas serviram para apreender a situação mais geral de cada um dos conjuntos e as visitas posteriores para levantar dados sobre questões específicas (resíduos sólidos, comércio/serviços, infraestrutura urbana, etc) sempre apoiadas por um extenso levantamento fotográfico. Em alguns conjuntos habitacionais, a situação de territorialização do tráfico de drogas e de controle marginal do espaço impôs restrições significativas em relação ao número de visitas, aos horários em que elas foram feitas e aos locais visitados dentro da área de estudo.

Dados secundários foram obtidos principalmente a partir do acesso à base de dados georreferenciados da PBH. Esse banco de dados da administração municipal contém informações provenientes de fontes bastante distintas, na maioria dos casos de órgãos públicos nas esferas municipal, estadual e federal, e que foram elaborados em épocas distintas. Buscou-se analisar a visão que a administração pública

municipal tem a respeito dos conjuntos habitacionais e de seu contexto urbano, mais do que analisar as informações contidas nessa base de dados em si, num sentido técnico. Por isso, esse material é tratado sempre genericamente como *base de dados georreferenciados da PBH.* Interessou para a elaboração do trabalho, saber como a prefeitura enxerga determinados problemas e quais são os dados que ela tem a respeito de certas áreas da cidade, já que esses dados muitas vezes são instrumentos técnicos que funcionam como balizadores para tomada de decisões administrativas sobre esses territórios.

Como parte da construção da visão que a administração pública municipal tem a respeito dos conjuntos habitacionais e do seu contexto urbano, foram utilizados também os dados do IQVU (Índice de Qualidade de Vida Urbana). Esse índice foi elaborado a partir de uma parceria entre a PBH e a PUC/Minas nos anos de 1990 como um instrumento "para balizar distribuição mais equitativa das verbas municipais destinadas ao Orçamento Participativo." (Nahas, 2002, 49). A avaliação foi elaborada para as diferentes UPs (Unidades de Planejamento)[16] da cidade a partir de indicadores encontrados em cada uma delas para diversas áreas temáticas (Saúde, Educação, Meio Ambiente, Serviços, etc). Para contribuir com a reflexão sobre como a prefeitura enxerga cada uma das áreas estudadas, os indicadores temáticos foram trazidos para a pesquisa de forma separada, como uma avaliação de desempenho em cada uma das áreas[17]. Para dar maior agilidade à leitura, ao longo do texto, os índices numéricos de cada indicador temático, que variam entre 0 e 1, da pior avaliação para a melhor, foram agrupados da seguinte forma: ruim (0 – 0,25), médio (0,25 – 0,5), bom (0,5 a 0,75) e muito bom (de 0,75 a 1,0).

1.4 - ESTRUTURA DA TESE

A tese tem uma estrutura geral em termos metodológicos e de conteúdo que se assemelha a um cálice, já que começa com uma discussão teórica e de caráter geral, de onde se encaminha para uma pesquisa empírica sobre objetos específicos, para finalizar novamente com uma discussão teórica e geral. Faz, portanto, o percurso universal → particular → universal.

Esses momentos correspondem aos três blocos distintos que compõem a tese: O primeiro bloco (capítulos 2, 3 e 4) traz uma discussão teórica empreendida por meio da revisão da literatura em três eixos conceituais já apresentados; o segundo bloco (capítulo 5 e seus nove sub-capítulos) apresenta a pesquisa empírica com os conjuntos habitacionais na RMBH; por fim, o terceiro bloco (capítulos 6 e 7) apresenta a síntese entre os dois primeiros blocos, contrapondo pesquisa teórica e empírica através de uma discussão que examina a validade das hipóteses, seguida pelas conclusões gerais da tese. A divisão dos capítulos da tese e sua distribuição em relação aos três blocos principais se deu da seguinte maneira:

[16] As UPs foram definidas no Plano Diretor de BH e correspondem a um grupo de bairros.
[17] Sobre a metodologia de cálculo de cada um dos indicadores, ver Anexo 10.

O segundo capítulo, *Teoria Crítica do Fim da Cidade*, busca na Teoria Crítica bases teóricas referenciais para o trabalho, em termos mais amplos, e também, de modo mais pontual, ferramentas para a discussão das bordas urbanas como limites territoriais. O terceiro capítulo, *A Cidade ao Fim da Cidade*, discute o caráter incompleto das estruturas urbanas nas periferias mais pobres, a falta de historicidade implícita no modelo dos conjuntos habitacionais e a marca de *segregação socioespacial consentida* que caracteriza essa produção habitacional. O quarto capítulo, *A Dialética entre População e Meio Ambiente* tenta situar as questões tratadas pela tese no cenário das discussões socioambientais dos últimos anos, demarcando alguns caminhos teóricos a serem seguidos e, principalmente, outros a serem evitados. O quinto capítulo, *Nove Conjuntos Habitacionais no Fim da Cidade* apresenta um estudo empírico de nove conjuntos habitacionais nas bordas da RMBH. O sexto capítulo, *Uma Análise Socioambiental dos Conjuntos Habitacionais nas Bordas Urbanas* faz uma reflexão teórica sobre os dados obtidos na pesquisa empírica, por meio das cinco categorias de análise já apresentadas. O sétimo capítulo *O Fim do Fim da Cidade* fecha a tese apresentando alguns desdobramentos e perspectivas que o estudo aponta.

Ao fim e ao cabo, as questões principais a serem respondidas são: as situações de precariedade socioambiental dos grandes conjuntos habitacionais nos limites das áreas urbanas são necessárias ou contingentes? São estruturais ou circunstanciais? Das respostas a essas perguntas depende qualquer validade que se queira atribuir ao conjunto habitacional moderno como solução para a produção de moradias em larga escala no Brasil.

1.5 - ALGUMAS DEMARCAÇÕES IMPORTANTES

É importante esclarecer, de saída, alguns termos e conceitos largamente utilizados ao longo do texto. As expressões “borda das áreas urbanizadas da metrópole” e “zona perimetral do tecido urbano metropolitano” foram empregadas como sinônimos, mesmo que sob certos riscos, para designar os espaços urbanizados de uma metrópole brasileira como a Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), nas áreas próximas de seus limites periféricos. Entende-se aqui espaço urbanizado como o espaço ocupado por construções para habitação, comércio, serviços, independentemente da sua condição legal como área parcelável ou não parcelável. Essa ideia não corresponde necessariamente ao perímetro urbano, limite legal do território parcelável para fins urbanos de um município definido pelo seu plano diretor, já que nem sempre a área limitada pelo perímetro urbano se encontra urbanizada (parcelada e ocupada) e nem toda área urbanizada está contida no perímetro urbano. A situação construída no limite entre área urbanizada e área não urbanizada chamou a atenção e foi uma motivação para este trabalho por engendrar uma combinação de circunstâncias absolutamente particulares, em termos urbanos e ambientais, algumas delas já mencionadas. Por fugirem dessas situações especiais, não foram incluídos no estudo conjuntos habitacionais situados em áreas rurais periurbanas e em áreas urbanas centrais.

A expressão “habitação de interesse social” e a abreviatura HIS foram usadas algumas vezes pelo fato de terem se difundido no contexto das políticas públicas e das pesquisas acadêmicas como sinônimo de moradia destinada à população de baixa renda, cujo acesso (formal) depende diretamente de programas públicos. Entretanto, quase sempre foi dada preferência ao termo “habitação popular”, entendido como um guarda-chuva semântico que abriga tanto a chamada HIS, quanto outras formas de habitação das classes de menor poder econômico, político e social. Em todos os casos, a noção de habitação aqui é utilizada de maneira mais abrangente e inclui não somente a unidade habitacional familiar individual ou um grupo de unidades habitacionais familiares, mas também o conjunto formado pelos serviços urbanos, infraestrutura urbana, áreas de uso público e serviços comunitários, imprescindíveis para sua existência, pelo menos nos termos da legislação.

Para a definição das habitações que são o foco do trabalho, optou-se pelo termo “conjuntos habitacionais” para designar agrupamentos de moradias produzidas formalmente, por agentes públicos ou privados, projetados em conjunto e construídos em série, destinados prioritariamente às populações de menor renda. Essa definição inclui dois tipos de conjuntos habitacionais: os conjuntos de interesse social, destinados às famílias com renda abaixo de cinco salários mínimos; e os conjuntos populares, voltados para famílias com renda entre cinco e dez salários mínimos.[18] A definição inclui conjuntos antigos, construídos há décadas, e conjuntos novos, mesmo que esses últimos não venham sendo chamados assim pelos seus moradores e pelos agentes (públicos e privados) que os empreendem. Como interessou desde o início estudar as situações em que as moradias para os mais pobres são produzidas de maneira planejada e em larga escala nas periferias dos grandes centros como parte de uma política urbana, não foram incluídos os espaços urbanos autoconstruídos e loteamentos tão comuns nas mesmas periferias e que podem ser tipificados como aglomerados e parcelamentos[19]. Com a definição apresentada, fica claro que tampouco se incluem no estudo os conjuntos residenciais produzidos para as classes de renda média e alta.

O termo “grandes conjuntos habitacionais” também precisa ser caracterizado em termos numéricos. Como a pesquisa trata de situações de vulnerabilidade socioambiental nas bordas urbanas, geradas por conjuntos habitacionais, procurar por assentamentos de maior porte para a pesquisa empírica foi uma forma de escolher objetos cuja condição de precariedade estaria mais evidente. Considerando as limitações de pessoal e de tempo para a realização das pesquisas de campo, essa estratégia pareceu mais lógica já que nos conjuntos habitacionais de maior porte no limite das cidades, há sempre um contraste muito mais claro na constituição territorial urbana entre o conjunto e o seu entorno – urbano e não-urbano. É claro que os conjuntos habitacionais de pequeno porte também podem causar impactos

[18] A definição mais precisa encontra-se numa pesquisa sobre os tipos de moradias e ambientes urbanos na RMBH empreendida pelo grupo MOM para subsidiar a elaboração do PDDI (Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado). Cf. Kapp, 2010.
[19] Idem, 2010.

socioambientais nas mesmas situações periféricas. Mas a inserção de um assentamento habitacional planejado com baixa densidade ou com um baixo contingente populacional nas bordas da cidade, por razões óbvias, tende sempre a comprometer menos a estrutura urbana existente (infraestrutura, serviços, comércio). A escolha se justifica, portanto, pela necessidade de encontrar nos exemplos extremos, os traços mais evidentes da vulnerabilidade socioambiental urbana a ser estudada. Foram considerados como "grandes", os conjuntos habitacionais com mais de 250 unidades habitacionais (UH), o que significa uma capacidade de abrigar aproximadamente 1000 pessoas. A pesquisa teórica e empírica refere-se, portanto, aos assentamentos habitacionais nas bordas urbanas acima desse limite populacional.

Por fim, resta ressaltar que a presente tese não tem a pretensão de esgotar o assunto em torno dos conjuntos habitacionais periféricos em sua condição de precariedade socioambiental, até porque, o aprofundamento dessa discussão envolve necessariamente diversas outras áreas do conhecimento. Para que essa questão seja de fato aprofundada, outras análises de outros campos, com outros olhares e abordagens, seriam necessárias. A pesquisa exposta nesta tese foi realizada com o objetivo de colaborar com essa discussão mais ampla sobre as habitações nas periferias urbanas brasileiras, uma questão atual e pertinente, trazendo uma reflexão crítica sobre esta realidade.

CAPÍTULO. 2

TEORIA CRÍTICA DO FIM DA CIDADE

Este capítulo estabelece os marcos teóricos gerais da tese. A discussão aqui empreendida objetiva analisar as situações-limite cidade/campo, urbano/rural e a produção em larga escala de moradias populares nas bordas urbanas sob a ótica da teoria crítica. A realidade cotidiana dos conjuntos habitacionais construídos nos limites da cidade materializa essas situações-limites que constituem aparentes dicotomias. Interessa aqui analisar as supostas dicotomias cidade/campo e urbano/rural para mostrar que esses conceitos aparentemente dicotômicos, expressam na verdade uma relação dialética. Busca-se também compreender como o lugar-limite da borda urbana afeta a vida dos moradores dos grandes conjuntos fronteiriços em termos simbólicos e práticos.

A discussão do capítulo começa com um breve resumo histórico da Escola de Frankfurt assinalando a sua importância para o presente estudo. Em seguida um importante ensaio de Max Horkheimer é analisado na tentativa de evidenciar alguns elementos chave do pensamento crítico da sociedade. Em seguida a teoria crítica é discutida com a ajuda de outros autores, naqueles elementos que interessam diretamente à discussão ambiental. Na sequência, a ideia de uma "Teoria Crítica do Fim da Cidade" é apresentada em seus pontos chave. Por fim, busca-se construir uma discussão teórica sobre a própria

noção da fronteira urbana – o tal "fim da cidade" – introduzida com a ajuda de Benjamim e sua diferenciação entre fronteira e limiar. A discussão teórica empreendida no presente capítulo, estruturada com base em uma revisão da literatura ligada à teoria crítica, objetiva apresentar a fundamentação teórica geral da tese e fundamentar as categorias de análise que serão utilizadas mais tarde.

2.1 – TEORIA CRÍTICA: BREVE HISTÓRICO

A escolha da teoria crítica como eixo teórico central dessa tese se justifica a partir do seu entendimento num sentido amplo, como crítica da sociedade, que tenta compreender o seu funcionamento vislumbrando, a um só tempo, a intrincada rede de relações sociais que bloqueiam qualquer modificação nas suas estruturas, mas, também, a possibilidade concreta de levar adiante essas modificações. O presente estudo sobre os conjuntos habitacionais nas bordas urbanas toma como ponto de partida, portanto, essa tradição teórica, considerando o quadro geral de vulnerabilidade socioambiental que caracteriza esses assentamentos, como esse quadro se construiu historicamente e, principalmente, as possibilidades de revertê-lo numa perspectiva emancipatória.

A teoria crítica está associada, em grande medida, à tentativa de um grupo de intelectuais alemães de discutir como os objetivos da razão iluminista foram negados pelas mudanças filosóficas e da economia política criadas exatamente para realizá-los[1]. O esforço empreendido por esse grupo de pensadores para entender e responder essa questão foi capaz de construir um campo teórico de vulto que se consolidou ao longo de quase um século e se tornou "uma voz predominante no pensamento continental europeu do século XX ao lado da fenomenologia em suas várias formas e da teoria social contida sob as denominações de estruturalismo e pós-estruturalismo" (Rush, 2008a, 25). No que concerne à presente discussão, o pensamento construído pela teoria crítica ou pela chamada Escola de Frankfurt foi capaz de questionar o pensamento que dominou esse período, caracterizado pela base científica e técnica, hegemônico até hoje, o que interessa muito ao desenvolvimento dessa tese, nas discussões no campo ambiental[2]. Exatamente por isso, pela possibilidade de confrontar uma racionalidade de base biológica e matemática que domina as discussões ambientais, evitando-se assim o caminho da análise das precariedades socioambientais nas bordas urbanas por meio de ferramentais excessivamente tecnicistas, buscar-se-á aqui a construção de uma "Teoria Crítica do fim da cidade". A teoria crítica, porém, não se presta a instrumentalização de uma reflexão teórica e não é esse o objetivo de trazê-la aqui. A discussão em torno de uma "Teoria Crítica do fim da cidade" objetiva entender os pressupostos de um "modelo crítico[3]" de abordagem para a pesquisa.

---

[1] Essa questão aparece colocada de forma mais explícita na *Dialética do Esclarecimento*. Cf. Adorno e Horkheimer, 1985.

[2] Essa ideia será mais bem explicada e discutida com maior profundidade no capítulo seguinte. É importante esclarecer por ora, que os inimigos declarados dos teóricos críticos no campo filosófico eram na verdade o pensamento essencialista ou ontoligizante e o pensamento reformista e positivista.

[3] Usando aqui o termo no sentido proposto por Nobre (2008a,18).

A obra de Karl Marx é o marco inaugural da teoria crítica, como apontam vários autores[4]. É a partir de seus escritos, no século XIX, que se funda uma corrente de pensamento que polemiza com a economia política tentando se contrapor às formas tradicionais de discussão sobre a sociedade capitalista industrial baseadas numa pretensa neutralidade científica e em pensamentos utópicos (utopias sociais do século XIX), buscando outras formas de entender o funcionamento da sociedade movida pelo capital e pelas trocas de mercadorias e revelando suas contradições internas. A teoria crítica descende diretamente desse pensamento, já que tem como objetivo, mostrar "como a economia de troca, dentro das condições humanas e materiais dadas, e sem que os próprios princípios expostos pela economia fossem transgredidos, deve conduzir necessariamente ao agravamento das oposições sociais" (Horkheimer, 1989, 57).

A obra de Marx teve grande influência no campo das ciências sociais ao longo do século XX, e fez convergir um grupo de teóricos alemães na década de 1920, interessados em discutir as possibilidades de avanços sociais analisadas nessa obra, no contexto europeu do campo das ciências sociais após a primeira grande guerra e a Revolução Russa. Esses teóricos se uniram em torno de uma instituição com o objetivo inicial de documentar e estudar os movimentos operários na Europa, a qual foi chamada de Instituto de Pesquisas Sociais (*Institut für Sozialforschung)*, vinculada à Universidade de Frankfurt, o que lhes valeu a rotulação posterior de "Escola de Frankfurt". O termo "Escola de Frankfurt" é considerado impreciso por muitos autores, porque boa parte da produção teórica sob esse rótulo foi feita fora de Frankfurt e principalmente porque nunca houve uma unidade de pensamento entre os pensadores normalmente elencados como seus membros[5]. A tentativa de avançar o trabalho de Marx de maneira diferente de seus contemporâneos e seu distanciamento em relação aos métodos bolcheviques caracterizou esses estudiosos, usando as palavras de Freitag (1986, 10) como: "um grupo de intelectuais marxistas, não ortodoxos, que na década dos anos 20 permaneceram à margem de um marxismo-leninismo 'clássico', seja em sua versão teórico-ideológica, seja em sua linha militante e partidária". Nesse sentido, pode se dizer que a teoria crítica nasce tentando manter-se distante do engajamento político revolucionário e intelectualmente autônoma, já que o Instituto de Pesquisas Sociais estava vinculado à Universidade de Frankfurt, mas manteve-se, nessa primeira fase, totalmente independente em termos intelectuais e financeiros. Por essas razões, mas não somente, consolidou-se como pensamento muito mais do que como instituição.

O *Institut für Sozialforschung* propriamente foi criado em 1923 após um evento para estudos marxistas realizado no ano anterior com o intuito de "institucionalizar um grupo de trabalho para documentação e teorização dos movimentos operários da Europa" (Freitag, 1986, 10). Trata-se de um período de intensa atividade cultural e intelectual na Alemanha, ainda no início da República de Weimar. Anos mais tarde,

[4] Cf., Nobre (2008a, 09).
[5] Cf,. Freitag (1986, 09).

em 1930 assumiu a direção do Instituto o filósofo Max Horkheimer que mudou o seu foco da documentação para a análise crítica das lutas operárias contra o modo de produção capitalista industrial. Como assinala Freitag:

> O interesse documentário de *como* a classe operária enfrentava as crises específicas do capitalismo do início do século XX transformou-se no interesse teórico do *porquê* de a classe operária não ter assumido o seu destino histórico de revolucionar a ordem estabelecida. Essa explicação era buscada na conjunção específica das macroestruturas capitalistas com as microestruturas da família burguesa e proletária (Freitag,1986,15).

Além de sua capacidade de aglutinar pensadores de diferentes áreas em torno do centro de pesquisas e de levar adiante o trabalho desse grupo, mesmo em meio a todas as dificuldades geradas pelo contexto sociopolítico da Alemanha no declínio da República de Weimar[6], a liderança desse filósofo tem também grande importância no desenvolvimento e divulgação de um tipo de pensamento – que depois seria chamado de teoria crítica – principalmente por meio da Revista de Pesquisa Social (*Zeitschrift für Sozialforschung*) que passa a reunir artigos de vários colaboradores do Instituto na década de 1930[7]. Muitos consideram Horkheimer o fundador da teoria crítica, pelo seu papel na mudança de enfoque do Instituto de Pesquisas Sociais e pela forma como ele tentou sistematizar as discussões dos diversos pensadores do grupo, a despeito das enormes diferenças teóricas e filosóficas entre eles, criando e mantendo, inclusive, aberturas para que essas divergências aparecessem sempre no campo teórico. Para Freitag (1986, 14), "Horkheimer imaginava reorientar a reflexão filosófica da época, partindo de um patamar abstrato para um nível mais concreto que não se confundisse, no entanto, com o puro ativismo da luta partidária".

Em 1934, após passagens temporárias por Genebra e Paris, Horkheimer liderou a transferência do Instituto para os Estados Unidos, inicialmente para Nova York, com um vínculo informal com a Universidade de Columbia, trazendo vários de seus colaboradores. Em 1940 o Instituto se mudou para Santa Monica, na Califórnia onde permaneceu até 1946, já no pós-guerra, quando Horkheimer recebe o convite da municipalidade de Frankfurt para trazer de volta o Instituto de Pesquisas Sociais para a cidade, bem como os seus antigos membros que desejassem retornar à Alemanha. A transferência é efetivada em 1950 e o grupo de intelectuais que depois receberia o rótulo de Escola de Frankfurt retorna às suas origens[8].

[6] Com a ascensão do nazismo ao poder na Alemanha a sede do Instituto foi invadida e ocupada pela Gestapo.
[7] Os principais nomes que marcam essa fase inicial da Teoria Crítica são, além de Horkheimer, Walter Benjamim, Herbert Mancuse e Theodor Adorno.
[8] Para uma história mais detalhada da Escola de Frankfurt, ver Nobre (2008b); Freitag (1986); Matos (1993).

2.2 – A TEORIA CRÍTICA DE HORKHEIMER

Barbara Freitag (1986), socióloga e estudiosa da Escola de Frankfurt, distingue três fases históricas da teoria crítica. A primeira, em que Max Horkheimer exerce a maior influência sobre as discussões do grupo e que vai de sua ascensão à condição de diretor em 1930 até a volta para Frankfurt em 1950, incluindo todo o período "americano" do Instituto. A segunda fase, marcada pela reconstrução do Instituto na Alemanha do pós-guerra compreende a conturbada década de 1960 e é o período em que Theodor Adorno surge como maior expressão intelectual do grupo. A terceira fase começa no início dos anos de 1970 e se estende até os dias atuais e corresponderia, segundo a autora, à fase em que Jürgen Habermas assume o papel principal, já após as mortes de Adorno (1969) e Horkheimer (1973), e passa a buscar outros encaminhamentos para a teoria crítica, tentando desmontar o que muitos consideram as aporias criadas por Adorno e Horkheimer que levaram a teoria crítica a um beco sem saída (Harvey, 1996).

Considerando essa divisão historiográfica da teoria crítica, a presente discussão toma como base o pensamento elaborado na primeira fase, principalmente a produção realizada nos Estados Unidos[9]. O período "americano" do Instituto (1934-1950) corresponde a uma fase de intensa produção intelectual e à elaboração das bases teóricas daquilo que se convenciona hoje chamar de Teoria Crítica. Além de trabalhos que terão grande repercussão como: *A Personalidade Autoritária* (1950) e a *Dialética do Esclarecimento* (1947), nesse período Horkheimer produz o ensaio *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* (1937). Segundo Duarte (2004,17), o texto foi escrito como "uma homenagem aos sessenta anos de publicação do primeiro volume de *O Capital*, de Marx, e propunha a necessidade de toda teoria social ser eminentemente crítica e transformadora da realidade." Para Freitag (1986, 17), nesse ensaio, Horkheimer lança os fundamentos da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt ou a Teoria Crítica em sentido restrito. Por isso mesmo, torna-se um divisor de águas. Nobre (2008b, 22) define a Teoria Crítica em sentido amplo como o pensamento filiado ao pensamento marxista em termos mais gerais (e anteriores à Horkheimer) e a teoria crítica em sentido restrito como aquela formulada por Horkheimer a partir da sua interpretação do marxismo. Se a Teoria Crítica foi tomada como pilar conceitual dessa tese, o ensaio *Teoria Tradicional e Teoria Crítica* de Max Horkheimer é seu marco zero. Desse ensaio seminal em que o filósofo alemão apresenta a sua conceituação para a Teoria Crítica podem ser extraídos alguns elementos chave que ajudarão na construção de uma discussão socioambiental em torno de conjuntos habitacionais para populações pobres na periferia das metrópoles brasileiras mais adiante. Matos (1993, 23) lembra que os teóricos críticos adotam principalmente os ensaios em vez de livros e obras fechadas, o que caracterizaria a temporariedade do seu pensamento.

Horkheimer inicia a argumentação caracterizando a "teoria tradicional" num contexto dominado pelo pensamento científico positivista e empirista, como uma sinopse de proposições dedutivamente

[9] Fred Rush chama esse período de "primeira teoria crítica". Cf. Rush (2008).

interligadas cuja validade depende sempre da eliminação de qualquer contradição com a realidade empírica. Para ele:

> Sua validade real reside na consonância das proposições deduzidas com os fatos ocorridos. Se, ao contrário, se evidenciam contradições (*Wiedersprüche*) entre a experiência e a teoria, uma ou outra terá que ser revista. Ou a observação foi falha ou há algo discrepante nos princípios teóricos. Portanto, no que concerne os fatos, a teoria permanece sempre hipotética. Deve-se estar disposto a mudá-la sempre que se apresentem inconvenientes na utilização do material. (Horkheimer, 1989, 31).

Esse entendimento em relação ao pensamento teórico então (e ainda) dominante expõe já de saída uma crítica a alguns procedimentos intelectuais empreendidos para a elaboração de uma teoria. A tentativa de simplificação de uma elaboração teórica por meio da redução do que ele chama de "princípios mais elevados" é apontada como fim para a qualificação de uma teoria. Para Horkheimer, a meta desse tipo de teoria seria a de legitimar o sistema universal da ciência, que abrange explicações para tudo o que existe. Essa tendência à simplificação está relacionada diretamente a outra constatação que ele faz, de que a ciência – ou o campo teórico dominante – passou a fazer uso do mesmo aparato conceitual (*begrifflicher Apparat*) para fundamentar proposições teóricas em diferentes campos, fazendo com que fossem eliminadas as barreiras entre as ciências.

Contudo, a questão mais importante trazida pela reflexão de Horkheimer é de que a partir de um certo momento as ciências sociais passaram a seguir o modelo (*Vorbild*) "das bem sucedidas ciências naturais", "mais venturosas, cuja possibilidade de aplicação está fora de dúvidas" (Horkheimer, 1989, 33). É interessante perceber que essas convicções de Horkheimer contra os procedimentos que estavam sendo então adotados pelas ciências sociais podem ser ilustrada pela própria mudança de foco que ele dá ao *Institut für Sozialforschung* após ser nomeado seu diretor. Com sua formação no campo da filosofia, ele estava mais interessado, ao contrário de seu antecessor, o historiador Carl Grünberg, em construir exatamente formulações abstratas – ou "princípios mais elevados" – sobre a luta de classes na Europa. Para ele, a adoção de procedimentos fundamentalmente empíricos pelo campo teórico para estudar problemas sociais desconsidera não só a possibilidade de construir "exposições teóricas de grande alcance" como a de retomar conceitos fundamentais já estabelecidos – ou "princípios mais elevados" – da socialização humana. Horkheimer argumenta que uma explicação teórica nasce da tentativa de se estabelecer uma relação entre a mera percepção de um fato concreto e a estrutura conceitual do saber. Por isso ele tenta construir uma noção de teoria que se distancia dos métodos empiristas baseados, no caso das ciências sociais, apenas em inventários empíricos sobre questões sociais. Busca a valorização de uma elaboração teórica fortemente ligada ao campo das ideias e

preocupada com o estabelecimento de princípios gerais, quer fossem formulados por "escolha, intuição eidética do ser ou pela simples convenção[10]".

Num ponto especialmente importante para a presente tese, Horkheimer lembra que, no caso das ciências sociais, a relação entre hipóteses e fatos não se realiza no pensamento dos cientistas, mas através de um processo social. É por meio desse entendimento da teoria, vinculado aos processos sociais, que Horkheimer afirma que sua validade não é dada pela coerência lógica interna como defendiam os positivistas e empiristas, mas, principalmente, por seu posicionamento contra o "senso comum":

> Tanto a fecundidade de nexos efetivos recém-descobertos para a modificação da forma do conhecimento existente, como a aplicação deste conhecimento aos fatos são determinações que não têm origem em elementos puramente lógicos ou metodológicos, mas só podem ser compreendidos em conexão com os processos sociais reais. O fato de uma descoberta motivar uma reestruturação das intuições (teses) vigentes não pode jamais ser fundamentado exclusivamente por meio de ponderações lógicas, mas precisamente em contradição com determinadas partes das representações dominantes (Horkheimer, 1989, 35).

O autor arremata suas objeções à "teoria tradicional" no momento em que chega à questão da crítica da sociedade burguesa industrial e da divisão do trabalho. É quando ele evidencia a impossibilidade da "neutralidade" dos teóricos em relação ao mundo social. O cientista é parte da sociedade e não parte de uma *intelligentsia* que paira sobre a sociedade como uma camada supra-social[11]. A ciência faz parte de um mundo dominado pelo sistema capitalista, não está fora dele. Horkheimer explica mais detalhadamente suas restrições ao que poderia ser entendido como a falácia da ciência neutra e autônoma:

> A representação tradicional de teoria é abstraída do funcionamento da ciência, tal como este ocorre a um nível dado da divisão do trabalho. Ela corresponde à atividade científica tal como é executada ao lado de todas as demais atividades sociais, sem que a conexão entre as atividades individuais se torne imediatamente transparente. Nesta representação surge, portanto, não a função real da ciência nem o que a teoria significa para a existência humana, mas apenas o que significa na esfera isolada em que é feita sob as condições históricas. Na verdade a vida da sociedade é um resultado da totalidade do trabalho nos diferentes ramos de profissão, e mesmo que a divisão do trabalho funcione mal sob o modo de produção capitalista, os seus ramos, e dentre eles a ciência, não podem ser vistos como autônomos e independentes. Estes constituem apenas particularizações da maneira como a sociedade se defronta com a natureza e se mantém nas formas dadas. São, portanto, momentos do processo de produção social, mesmo que, propriamente falando, sejam pouco produtivos ou até improdutivos. Nem a estrutura da produção industrial e agrária nem a separação entre funções diretoras e funções executivas,

[10] Idem, ibidem, 34

[11] Horkheimer chama essa questão de "o problema da *intelligentsia*". Idem, ibidem, 54.

> entre serviços e trabalhos, entre atividade intelectual e atividade manual, constituem relações eternas ou naturais, pelo contrário, estas relações emergem do modo de produção em formas determinadas de sociedade. A aparente autonomia nos processos de trabalho, cujo decorrer se pensa provir de uma essência interior ao seu objeto, corresponde à ilusão de liberdade dos sujeitos econômicos na sociedade burguesa. Mesmo nos cálculos mais complicados, eles são expoentes do mecanismo social invisível, embora creiam agir segundo suas decisões individuais (Horkheimer, 1989, 37).

Para Horkheimer a "teoria tradicional" naturaliza o mundo social, marcado pelo capitalismo, tornando-o invisível. Para ele, a totalidade do mundo social é uma "sinopse de faticidades" que precisa ser reconhecida em qualquer construção teórica, já que existe. É a *práxis* humana que determina não só a percepção subjetiva das coisas, mas também as próprias coisas, como por exemplo, a natureza. Horkheimer afirma, e essa é uma afirmação chave para o desenvolvimento de alguns argumentos muito importantes mais a frente, que "não é mais possível distinguir entre o que pertence à natureza inconsciente e o que pertence à *práxis* social. Mesmo quando se trata da experiência com objetos naturais como tal, sua naturalidade é determinada pelo contraste com o mundo social, e nesta medida dele depende." (Horkheimer, 1989, 40). Aqui, ele afirma categoricamente, seguindo os passos de uma tradição dialética hegeliana-marxista e indo contra as "teorias tradicionais", que a dimensão humana e a dimensão natural não podem mais ser separadas.

Para contrapor-se a essa "teoria tradicional", Horkheimer propõe então um pensamento crítico, ou uma "teoria crítica". Essa proposta se baseia em um comportamento crítico, não no sentido da crítica da razão pura como em Kant, mas no sentido da crítica dialética da economia política inaugurada por Marx. Essa atitude, ou comportamento crítico, como chama Horkheimer, duvida de valores da sociedade capitalista tidos como naturais e considera a divisão do trabalho e os problemas que dela decorrem como parte estrutural da sociedade. Para o autor:

> Em regra geral o indivíduo aceita naturalmente como preestabelecidas as determinações básicas da sua existência, e se esforça para preenchê-la. Ademais, ele encontra a sua satisfação e sua honra ao empregar todas as suas forças na realização das tarefas, apesar de toda a crítica enérgica que talvez fosse parcialmente apropriada, cumprindo com afã a sua parte. Ao contrário, o pensamento crítico não confia de forma alguma nessa diretriz, tal como é posta à mão de cada um pela vida social. A separação entre indivíduo e sociedade, em virtude da qual os indivíduos aceitam como naturais as barreiras que são impostas à sua atividade, é eliminada na teoria crítica, na medida em que ela considera ser o contexto condicionado pela cega atuação conjunta das atividades isoladas, isto é, pela divisão dada do trabalho e pelas diferenças de classe, como uma função que advém da ação humana e que poderia estar possivelmente subordinada à decisão planificada e a objetivos racionais (Horkheimer, 1989, 44).

O autor defende que os indivíduos que decidam tomar para si essa atitude, como "os sujeitos do comportamento crítico" tenham consciência da contradição que se expressa pelo "caráter discrepante cindido do todo social[12]". Foi o trabalho humano, como já demonstrado por Marx, que produziu uma estrutura econômica baseada na troca de mercadorias e toda a dimensão cultural dela derivada. Esses sujeitos do comportamento crítico precisam, para Horkheimer, reconhecer que este mundo ao mesmo tempo é o seu mundo, mas também é o mundo do capital. Assim terão a consciência de que é esse comportamento crítico, e não os caminhos construídos por meio das teorias tradicionais, que podem conduzir os indivíduos a uma emancipação e à transformação da sociedade. As diferenças entre a teoria crítica e a teoria tradicional, nesse ponto que se refere à transformação da sociedade, são bastante evidentes:

> A estrutura do comportamento crítico, cujas intenções ultrapassam as da *práxis* social dominante, não está certamente mais próxima destas disciplinas sociais do que das ciências naturais. Sua oposição ao conceito tradicional de teoria não surge nem da diversidade dos objetos nem da diversidade dos sujeitos. Para os representantes deste comportamento, os fatos, tais como surgem na sociedade, frutos do trabalho, não são exteriores no mesmo sentido em que o são para o pesquisador ou profissional de outros ramos, que se imagina a si mesmo como pequeno cientista. Para os primeiros é importante uma nova organização do trabalho (Horkheimer, 1989, 45).

A construção de um pensamento crítico coloca-se em posição contrária tanto ao princípio burguês da individualidade que não só se considera a causa do mundo, mas o próprio mundo, como também à ilusão de coletividade entendida como ideologia de raça. A Teoria Crítica se coloca contra esses dois princípios básicos da estrutura social capitalista porque não se preocupa nem com indivíduos isolados nem com uma "generalidade de indivíduos". Para ela sujeito é o indivíduo determinado em suas relações sociais com outros indivíduos e com grupos de indivíduos, no seu confronto com uma determinada classe social e vinculado ao todo social e à natureza. Para Horkheimer (1989, 46), este indivíduo "não é pois um ponto, como o eu da filosofia burguesa; sua exposição (*Darstellung*) consiste na construção do presente histórico."

Uma importante distinção entre a teoria tradicional e a Teoria Crítica apontada por Horkheimer tem como base as próprias diferenças entre a lógica cartesiana e a lógica dialética no que diz respeito à suposta invariabilidade social da relação entre sujeito, teoria e objeto. A teoria cartesiana não deixa coincidir sujeito e objeto; eles divergem um do outro e são apontados para a construção do futuro e não do presente. Assim é possível, na teoria tradicional, criar uma noção de liberdade e de uma autonomia idealizadas, perfeitas, alocadas no tempo futuro. Essa lógica interna justifica o sucesso das teorias tradicionais, mais tarde, no mundo capitalista industrial, já que elas contribuem ativamente para a

[12] Idem, ibidem, 44.

manutenção das relações de produção num sentido amplo. No olhar da teoria tradicional, “Os homens se consideram meros espectadores, participantes passivos de um grande espetáculo que talvez possa ser previsto, mas de forma alguma dominado.” (Horkheimer, 1989, 61). O pensamento dialético, por sua vez, considera que numa sociedade “intransparente” e “inconsciente” a elaboração teórica deve apontar para a construção histórica de um presente transformador. O seu percurso inclui a transformação constante de sujeito, teoria e objeto, todos eles podendo se modificar e serem modificados mutuamente, o que, é claro, cria inúmeras contradições internas. E também dificuldades para uma aplicação pragmática da teoria.

Rush (2008, 32) reconhece a enorme influência que esse ensaio exerceu e ainda exerce, mas considera que apesar de ele conter “ideias cujo efeito programático e retórico foi extremamente importante para os outros membros do Instituto”, “as ideias, elas mesmas, não são desenvolvidas muito sistematicamente.” Outra ressalva que o mesmo autor faz ao ensaio é a de que a simples dicotomia tradicional-crítica dá apenas uma visão parcial do que seria a natureza das teorias sociais do Instituto. Ambas as ressalvas são bastante pertinentes. Em relação à primeira, o desenvolvimento dessa discussão tentará se apoiar em outros textos de Horkheimer e de outros teóricos críticos a fim de preencher essa lacuna apontada por Rush no ensaio em questão. Quanto à segunda ressalva, as outras dicotomias que também ajudaram a delinear a teoria crítica serão trazidas mais a frente, com a ajuda do próprio Rush.

A teoria crítica desde a sua constituição deixa claro que se destina a operacionalizar uma prática. Como afirma Adorno (2003, 163), “[a] filosofia não pode, por si só, recomendar medidas ou mudanças imediatas. Ela muda precisamente na medida em que permanece teoria.” O objetivo que a teoria crítica constrói para si no artigo analisado, e em outros escritos da década de 1930, está na intensificação da luta com a qual ela se encontra vinculada e com as possibilidades de associação entre homens livres para que estes possam ter possibilidades de desenvolvimento iguais. No entendimento de Horkheimer, contudo, a condição das forças produtivas humanas naquele tempo já apontava para a possibilidade real dessa realização, o que, para ele, afastava qualquer caracterização da Teoria Crítica como utopia. Para por em prática essa realização seria necessário a construção daquilo que ele chamava de um juízo existencial, definido da seguinte forma:

> Formulado em linhas gerais, este juízo existencial afirma que a forma básica da economia de mercadorias, historicamente dada e sobre a qual repousa a história mais recente, encerra em si as oposições internas e externas dessa época, e se renova continuamente de uma forma mais aguda e, depois de um período de crescimento, de desenvolvimento das forças humanas, da emancipação do indivíduo, depois de uma enorme expansão do poder humano sobre a natureza, acaba emperrando a continuidade do desenvolvimento e leva a humanidade a uma nova barbárie (Horkheimer, 1989, 58).

Esse juízo existencial ainda estaria englobado na história e ciente das contradições internas que essa vinculação histórica acarreta. Horkheimer defende que a teoria crítica admite as contradições entre as

partes isoladas do pensamento, por não considerá-las como erros internos, e não acumula hipóteses sobre o desenrolar de acontecimentos sociais isolados, mas, ao contrário, tenta construir a imagem de um todo inserido na história. A teoria crítica admite essas contradições por entender que seu objeto, pertencente ao mundo social, transforma-se constantemente.

2.3 – O PENSAMENTO CRÍTICO E A QUESTÃO AMBIENTAL

Uma reflexão crítica sobre os problemas socioambientais nos grandes conjuntos habitacionais periféricos não pode ser feita numa abordagem reducionista e unidimensional que obliterasse como esses problemas surgiram e em que medida são efeitos do funcionamento estrutural do capitalismo. Um estudo sobre essas situações de precariedade socioambiental baseado naquilo que Horkheimer denomina "teoria tradicional" construiria sua fenomenologia sem esclarecer a sua relação com as macroestruturas do capitalismo. A discussão ambiental em escala global, contudo, surgiu muitos anos depois da primeira teoria crítica, o que torna necessário buscar também reflexões mais recentes que tenham aproximado o pensamento crítico dessa discussão. Alguns autores, direta ou indiretamente filiados à Escola de Frankfurt, têm contribuições importantes acerca dos conflitos socioambientais.

No sentido contrário dos estudos socioambientais instrumentalizados pelas ciências naturais, a Teoria Crítica busca reconhecer e entender esses conflitos em relação às suas origens imediatas, mas principalmente tenta relacioná-los à estrutura do modo de produção capitalista. As origens da injustiça socioambiental, associada aos conflitos socioambientais nas periferias urbanas, têm relação direta com duas contradições fundamentais do capitalismo. A primeira e mais conhecida é a contradição entre as forças produtivas e as relações sociais de produção, que se manifesta, entre outras coisas, no fato de os trabalhadores necessariamente receberem salários inferiores ao valor que o seu trabalho gera, mas, ao mesmo tempo, constituírem o mercado consumidor em que o valor não pago da forma de salários (a mais-valia ou lucro) precisa se realizar.

A segunda contradição, mais especificamente relacionada à questão ambiental, foi formulada por James O'Connor no bojo das discussões sobre economia e ambientalismo no fim da década de 1980 que ajudaram a fundar o "ecomarxisismo"[13]. O'Connor (1990) argumenta que custos ambientais são inerentes ao funcionamento do moderno sistema produtor de mercadorias (capitalismo) e que a acumulação do capital não existe sem esses custos. Embora os recursos naturais não sejam em si mesmos mercadorias, eles são a base material de qualquer produção e, segundo O'Connor, gerariam uma "mais-valia

[13] Montibeller-Filho (2001) explica que os esforços teóricos para constituir um campo da "economia ambiental", iniciados na década de 1980 e não concluídos até hoje, se dividem em dois ramos, além do ecomarxismo. O primeiro, denominado "economia ambiental neoclássica", aborda os problemas sociais e ambientais como falhas do mercado (externalidades) que tenderiam a ser resolvidas pelo próprio sistema, de forma espontânea ou induzida (pagamento de taxas e impostos compensatórios, por exemplo). O segundo, denominado "economia ecológica", preconiza que o mercado só absorve custos sociais ou ambientais parcialmente e desde que pressionado por movimentos sociais; uma economia ambiental seria construída pela subjugação da racionalidade econômica à

ambiental". Assim, haveria uma contradição entre natureza e capital para além da contradição entre forças produtivas e relações sociais de produção, privilegiada por Marx. Ela se manifesta na medida em que "o capital individual, no afã de produzir mais e a menores custos, é levado a explorar de forma degenerativa suas fontes de lucro, solapando, com o tempo, as bases de sua própria sustentação" (Montibeller-Filho, 2001, 183). Essa segunda contradição é um dos marcos fundadores do campo teórico chamado de "ecomarxismo".

As contradições estruturais do modo de produção capitalista, que têm influência direta nos conflitos ambientais, são muitas vezes escondidas por um tipo de pensamento essencialmente instrumental, hegemônico no campo ambiental. O uso da racionalidade instrumental está na base das discussões sociais e ambientais como acontece, por exemplo, na relação que esses modelos teóricos estabelecem entre causa e efeito das situações ou objetos de análise. Há nesse tipo de pensamento de caráter empirista muitas vezes uma tentativa de construção teórica como um meio para se chegar a um fim já anunciado pela experiência. Esse expediente é comum nas ciências naturais e faz com que raramente seja possível buscar hipóteses fora dos limites daquilo que já existe, ou do que já é conhecido. Nesse sentido, o pensamento científico funciona muito bem como um procedimento teórico para explicar um fenômeno que já se conhece a partir da observação. Mas no campo das ciências sociais a observação empírica não é suficiente para revelar um objeto por completo, de forma que restasse ao pesquisador buscar teoricamente uma explicação para um efeito cuja causa já é conhecida. Na análise social os fenômenos são sempre complexos e dinâmicos, impossíveis de serem congelados e recortados para uma análise nos padrões das ciências naturais, como se pudessem ser colocados em lâminas de microscópio. É difícil conhecer causa e efeito de fenômenos no campo das ciências sociais. Ainda assim, procedimentos nesse sentido, apoiados nas teorias tradicionais, acontecem no campo das ciências sociais. Nobre (2008a, 44) considera que "a perspectiva tradicional de teoria, pretendendo simplesmente explicar o funcionamento da sociedade, termina por adaptar o pensamento à realidade." Uma abordagem crítica dos conflitos socioambientais não pode adotar procedimentos positivistas e empiristas como fazem as ciências naturais. Ao contrário, a reflexão sobre a precariedade social e a precariedade ambiental é necessariamente dialética. É preciso evitar o risco de "adaptar o pensamento à realidade".

As diferenças existentes entre uma abordagem empirista e uma abordagem crítica estão relacionadas, entre outras coisas, às diferentes formas como os campos das ciências naturais e sociais trabalham para antecipar teoricamente um acontecimento futuro. Horkheimer aponta, em um ensaio que trata especificamente da questão da previsão nas ciências sociais[14], uma diferença crucial entre "previsão" e "predição" que estaria na raiz de alguns problemas por que passava (e talvez ainda passe) o campo das ciências sociais. Ele explica que enquanto a previsão se refere a "tipos abstratos", a predição diz respeito

racionalidade socioambiental e toda a sua fundamentação teórica emergiria da ecologia geral e da termodinâmica, caracterizando esse ramo como uma visão biofísica da economia.

[14] "Do Problema da Previsão nas Ciências Sociais" Cf. Horkheimer, 2006, p. 89-94.

a “fatos concretos”. As ciências naturais fazem normalmente predições. Um químico sabe que se introduzir um determinado material em um recipiente contendo um determinado ácido esse material será corroído pelo ácido. As ciências sociais, por sua vez fazem previsões, apesar de às vezes se arriscarem com predições. Marx, por exemplo, as fez em abundância. Horkheimer acredita que as ciências sociais não deveriam se dedicar exclusivamente nem a previsões nem a predições, mas relacionar ambas:

> (...) o sentido das proposições abstratas deve realizar-se em proposições concretas, o sentido de toda previsão deve concretizar-se em predições. Se o significado das abstrações não for controlado por si mesmo através de seu contínuo uso prático e não for alterado sob certas condições, elas alienar-se-ão necessariamente da realidade e, finalmente, se tornarão não só inúteis, mas até inverídicas. (Horkheimer, 2006, 92)

Boa parte dos problemas apontados em relação à teoria tradicional que fundamentam o pensamento ambiental são constituídos pela relação que ela estabelece entre sujeito e objeto. A pretensa neutralidade da teoria tradicional tem como pressuposto a separação radical entre teoria e objeto, ou, dito de outra forma, entre o sujeito do conhecimento e seu objeto de estudo. Há no ensaio de Horkheimer antes analisado e em vários outros textos da primeira fase da teoria crítica, uma ideia de indivisão entre teoria e práxis social. Nesse sentido “a teoria crítica reunifica razão e sensibilidade, tornadas antagônicas pelo pensamento dualista que separa sujeito e objeto do conhecimento” (Matos, 1993).

Por isso, pode-se dizer que no campo das teorias tradicionais, em alguma medida, os procedimentos tomam como base a racionalização do sujeito, que capta a racionalidade do objeto e o converte à dimensão do próprio sujeito. Para aplicar esse procedimento às pesquisas que envolvem a dimensão social, seria necessário tentar inserir numa discussão sobre a sociedade, pressupostos que são de quem analisa e não daquilo que é analisado. Essa contaminação do objeto pelo sujeito numa analise sobre a sociedade, é problemática, já que faz com que o resultado da análise do objeto dependa diretamente da natureza dos pressupostos estabelecidos pelo sujeito. Numa situação extrema, esse procedimento pode contribuir para legitimar as relações de produção que estruturam uma sociedade.

O pensamento crítico constitui hoje uma resistência ao escamoteamento dos problemas concretos pela ideia sedutora de uma sociedade em equilíbrio com a natureza, fundada no falso pressuposto do meio ambiente como um sistema equilibrado. Não há equilíbrio na natureza. Aquilo que se convencionou chamar de “ecossistemas”, um termo que já contém a ideologia de um conjunto estável e fechado em si mesmo, são na verdade conjunções dinâmicas em que espécies surgem e são extintas, populações de animais morrem de fome, migram, mudam de *habitat*, sofrem com o superpovoamento de um território, matam-se uns aos outros por alimento ou em função da estratificação social das espécies, tudo isso muito antes da existência do homem[15]. Schelling, de forma visionária, define na virada do século XVIII

[15] Cf. Dawkins, 2009.

para o XIX, a natureza como um redemoinho, "algo que não se fixa, mas é continuamente mutável".[16] Acreditar que o homem gerou desequilíbrio em um sistema estável significa ao mesmo tempo, colocar o homem fora da natureza, supervalorizar o papel do ser humano na longa história da vida no planeta e ainda considerar que a natureza é um mundo perfeito e estático. Todos os três pontos são problemáticos e contestáveis. A teoria crítica, especialmente em seu primeiro momento, contribui para a construção de um olhar voltado para o tempo presente, para os problemas reais construindo, teoricamente, formas de transpô-los, abandonando a espera por um éden. Um pensamento crítico vê as utopias socioambientais largamente propaladas pelos discursos da "sustentabilidade ambiental" como elementos retóricos voltados para um futuro incerto, capazes de interdição da transformação social presente. Aí reside o caráter emancipatório do pensamento crítico. Nobre lembra que a teoria crítica está focada na construção de um diagnóstico do presente, o qual:

> (...) não pode ser produzido em vista apenas da compreensão de como *funciona* a sociedade capitalista. Tem de ser produzido em vista da plena realização da liberdade e da igualdade realização que é impedida concreta e cotidianamente pela lógica mesma da produção capitalista. O diagnóstico do presente tem de ser produzido em razão das possibilidades de libertação da dominação do capital, à luz da emancipação possível que o capitalismo carrega dentro de si. Por isso, a teoria tem de estar em união com a prática transformadora que lhe dá seu pleno sentido (Nobre, 2008a, 13).

O senso comum cuidou de construir uma imagem simbólica da natureza associada a mitos como, principalmente, a noção de um "paraíso". A teoria crítica tem restrições, desde a primeira geração, à esse tipo de mitologia em relação à possibilidade de emancipação social. Rush (2008a, 38) afirma que na base do direcionamento contra-utópico da teoria crítica está uma das restrições que Horkheimer e outros pensadores do período inicial da Escola de Frankfurt tinham em relação ao "idealismo racionalista" de Kant e Hegel. Para eles, esse pensamento continha a promoção da ideia de "transfiguração" (*Verklärung*) num nível de teodicéia, ainda que secularizada, e que pode ser ilustrada nos conceitos de *summum bonum* em Kant e de *Geist* em Hegel. Os pensadores críticos defendiam que esses conceitos, ideias transfiguradoras, contribuíam diretamente para manter as desigualdades e injustiças sociais, conforme atesta Rush:

> Na visão de Horkheimer, esses padrões eternos não são sensíveis à indestrutível e, de fato, definidora contingência do ser humano. Além disso, a transfiguração compromete seriamente o potencial para a justiça social, uma vez que teorias transfiguradoras permitem que o alívio final do sofrimento seja alcançado somente fora dos contextos nos quais a ação humana pode ser efetiva. O falso otimismo em relação a um 'além mundo', no qual a recompensa e a purificação

[16] Apud. Duarte, 1993, 41.

> sejam possíveis, promove a tolerância do sofrimento e o imobilismo em relação à reparação da injustiça e da privação (Rush, 2008, 39).

Nesse sentido, pode-se argumentar que, por trás do posicionamento pessimista contrário a todas as formas de utopia social e filosófica, há na Teoria Crítica em sua fase inicial na década de 1930 ainda na Europa[17], um aspecto de otimismo, mesmo que isso possa parecer paradoxal a princípio. A posição teórico-filosófica nos frankfurtianos pré-segunda guerra, contrária às utopias, tem uma motivação de busca pelo que é factível em termos sociais numa forma "não-transfiguradora". Horkheimer dizia, ainda nesse período, ao referir-se ao grupo de pensadores que liderou, que eles sempre tiveram como princípio básico, o pessimismo teórico e o otimismo prático. A teoria crítica buscou discutir, mesmo que com certo pessimismo teórico, caminhos para uma transformação social e para a emancipação num claro otimismo prático.

Mas onde está esse otimismo prático? Com sua pretensão à neutralidade, sua propensão à simplificação e sua tendência ao desenvolvimento de instrumentos para fins estabelecidos a priori, o pensamento tradicional oculta consciente ou inconscientemente o "mistério" a que Marx se referia. A teoria crítica, ao contrário, como um pensamento crítico da sociedade, busca revelar as contradições do capitalismo e tenta encontrar rachaduras no sistema que possam dar origem a alguma forma de resistência[18]. Por isso, seu direcionamento está numa orientação de caráter emancipatório, ainda que num nível teórico sem qualquer pretensão à materialidade, revelando as contradições em vez de ocultar, ou, dito com as palavras de Adorno, tentando mudar o mundo exatamente por manter-se como teoria. Como afirma Nobre, "é decisiva para a Teoria Crítica a análise das estruturas sociais reais em que estão inscritos tanto os potenciais de emancipação quanto os obstáculos concretos a sua efetivação." (Nobre, 2008a, 12) Para isso é necessário um comportamento crítico ou a constituição de sujeitos críticos capazes de desnudar o mundo das relações sociais de suas aparências. É o mesmo Nobre que afirma que:

> Não cabe à teoria limitar-se a dizer como as coisas *funcionam*, mas sim analisar o funcionamento concreto das coisas à luz de uma *emancipação* ao mesmo tempo *concretamente possível* e *bloqueada* pelas relações sociais vigentes. (...) Dito de outra maneira, é a *orientação para a emancipação* o que permite compreender a sociedade em seu conjunto, o que permite pela primeira vez a constituição de uma teoria em sentido enfático. A orientação para a emancipação é o primeiro princípio fundamental da Teoria Crítica (Nobre, 2008b,32).

A forte componente voltada para a emancipação do homem, explorado e massacrado pelo capitalismo industrial, é o traço de otimismo contido na primeira Teoria Crítica. A ideia emancipatória fazia parte dos objetivos originais do Iluminismo, que buscava uma libertação do homem por meio da razão lógica e

[17] Anos depois, na década de 1960, Adorno explicou que considerava a ausência de utopias, como formas de imaginar a vida social fundamentalmente diferente do que é, um problema e que todas as utopias apresentadas naquele momento eram na verdade apenas prolongamentos da vida como ela é.

[18] Essa postura aparece de maneira mais clara no trabalho de Marcuse a partir dos anos de 1960.

científica. Essa razão lógica e científica "evolui", no campo teórico, para um tipo de pensamento que Horkheimer chama de "teoria tradicional" contra a qual se posiciona a Teoria Crítica. Freitag defende um argumento interessante, apesar de um pouco paradoxal: o juízo existencial, voltado à emancipação, que caracteriza a teoria crítica colocando-a em oposição à teoria tradicional como defende Horkheimer, é exatamente o que aproxima aquela e não esta desses propósitos emancipatórios fundadores da razão iluminista:

> Enquanto para a teoria tradicional a *necessidade* do trabalho teórico significa o respeito às regras gerais da lógica formal, ao princípio da identidade e da não-contradição, ao procedimento dedutivo ou indutivo, à restrição do trabalho teórico a um campo claramente delimitado, a noção de *necessidade* para a teoria crítica continua presa a um juízo existencial: libertar a humanidade do jugo da repressão, da ignorância e inconsciência. Esse juízo preserva, em sua essência, o ideal iluminista: usar a razão como instrumento de libertação para realizar a autonomia, a autodeterminação do homem (Freitag, 1986, 41).

As discussões ambientais encontram-se, há pelo menos quatro décadas, fortemente caracterizadas por uma componente ideológica da ecologia. Trata-se de um conceito retirado do seu contexto (o campo da biologia) e aplicado largamente de uma forma instrumental e técnica em outros contextos (o mundo social). Horkheimer (1989, 35) lembra que, na medida em que um conceito teórico é independentizado, como que saindo da essência interna da gnose (*Erkenntnis*), ou possuindo uma fundamentação a-histórica, ele se transforma em uma categoria coisificada (*verdinglichte*) e, por isso, ideológica. Isso quer dizer ocultando a realidade através da explicitação de uma ideia ilusória. Qualquer ocultamento da realidade por meio de um conjunto de ideias funciona, na dimensão das dinâmicas sociais, como uma forma de dominação. Zizek (2011) acredita não só que a ecologia é hoje uma ideologia que cria uma forma ilusória e equivocada de entendimento sobre a realidade. Para o filósofo a ecologia é o novo "ópio do povo", fazendo uso da definição clássica de Marx para a religião. Ele diz isso porque a ecologia apresenta problemas reais do mundo, mas então os mistifica, criando ideias como a de uma natureza como um mundo em equilíbrio, sujeita à ser corrompida pela ação do homem, o que é para ele, nada mais do que uma versão secularizada do mito do pecado original. Para Zizek (2011) a resposta aos ecologistas que propagam esse mito deveria ser: "não há pecado algum, somos parte da natureza!" e até mesmo, "não existe uma natureza, de fato!"

Há também outros aspectos importantes, ainda que não tão diretos, na relação entre o pensamento crítico e a questão ambiental. Um dos temas mais importantes para a primeira fase da teoria crítica é a análise da massificação da cultura no capitalismo avançado. Por razões evidentes, é no período americano da Escola de Frankfurt que essa discussão se intensifica nos ensaios do grupo [19]. A ideia da massificação da cultura como forma de manipulação das consciências coletivas e individuais, que eles

[19] Benjamim já havia abordado a questão da cultura na era industrial anteriormente.

chamam de "embuste das massas", alivia as dificuldades impostas pelo sistema capitalista e contribui para a criação de um sujeito alienado[20]. A desesperança com relação à capacidade das massas oprimidas pelo capitalismo em se organizar contra ele marca o deslocamento do foco da teoria crítica entre o período pré e pós segunda guerra. A indústria cultural que constrói a alienação não só das massas operárias, mas de todos os indivíduos passa a ser o foco do trabalho de Adorno, Horkheimer e também de Marcuse. No artigo "O caráter afirmativo da cultura" (1937) publicado na *Zeitschrift für Sozialforschung*, Marcuse aponta que a cultura passa a desempenhar um papel importante no mundo capitalista burguês-industrial a partir do século XIX na medida em que constrói um mundo imaginário, fora do mundo real, onde é possível postular a liberdade, a felicidade e a realização espiritual, que inexistem no cotidiano operado pela lógica da necessidade, o mundo real onde os homens são oprimidos pela exploração do seu trabalho (Freitag, 1986, 68). O que aproxima a crítica à cultura de massa feita pela Teoria Crítica, em especial nesse apontamento de Marcuse, e a emergência da discussão ambiental desde o século passado é a história da criação das áreas de conservação ou parques nacionais nos Estados Unidos. Diegues (1996, 306) explica que as unidades de conservação naquele país são criadas na primeira metade do século XX "para dotar as populações urbano-industriais de espaços naturais, de lazer e 'contato com a natureza selvagem'." O autor demonstra que em sua concepção original, os parques naturais eram criados como "ilhas de natureza", pela força do pensamento emergente chamado "naturalismo" que defendia a ideia de que para salvar a natureza, era preciso apartá-la do homem em porções delimitadas. Os parques nacionais inicialmente criados nos Estados Unidos no início do século XX funcionavam como "ilhas de natureza" ou "porções do paraíso" onde o indivíduo moderno, unidimensional nos termos de Marcuse, pudesse "admirá-la e reverencia-la". Esses lugares paradisíacos foram criados "como locais selvagens onde o homem pudesse refazer suas energias gastas na vida estressante das cidades e do trabalho monótono" (Diegues, 1996, 279).

A questão ambiental surge no século XX como um efeito colateral do avanço de um modelo universal de sociedade capitalista, industrial e urbana. Há, portanto uma convergência entre esse campo e a tradição sociológica marxista. Para Harvey (1996) a noção de injustiça socioambiental e de um ambientalismo convergente com as causas sociais já estava presente na Escola de Frankfurt, mesmo que de forma não evidente. Isso ocorre, ainda segundo ele, mesmo apesar de os frankfurtianos terem abandonado o foco na classe trabalhadora como agente da história na virada da primeira para a segunda fase, mudança essa que teria criado, para ele, um "beco sem saída" já que deixou a Teoria Crítica sem um *lócus* de ação. O geógrafo lembra, como exemplo, que os efeitos de discussões ambientais baseadas no

[20] Ver o ensaio "Indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas". Cf. Adorno e Horkheimer, 1985. No título original *Kulturindustrie – Aufklärung als Massenbetrug* cabe à expressão *Massenbetrug* uma tradução mais afirmativa como "embuste, enganação" das massas.

neomalthusianismo, já estavam previstos pelos teóricos críticos, mesmo a despeito de eles terem deixado de lado o foco no proletariado:

> Sempre que uma teoria sobre o crescimento populacional aparece numa sociedade controlada por classes dominantes, então as classes controladas invariavelmente experimentam alguma forma de repressão material, política, econômica e social. Esse é um resultado, é claro, totalmente previsto nos termos colocados pela Escola de Frankfurt. A diferença, entretanto, é que chegamos ao mesmo resultado diretamente através de uma análise de classes (Harvey, 1996, 149).

Por fim, é interessante lembrar que a Teoria Crítica ganhou notoriedade no meio acadêmico, principalmente norte-americano, exatamente, e não por acaso, no momento de erupção da discussão ambiental, entre o fim da década de 1960 e o início da década de 1970. Foi quando surgiu o impasse criado pela crise ambiental alimentada principalmente por estudos de caráter catastrofista e apocalíptico que tomavam conceitos teóricos da biologia e faziam uso de simulações nos então recém-criados sistemas de computadores. Esses estudos biológicos e matemáticos deram suporte às teorias neomalthusianas responsáveis em boa parte pela construção da ideia de que o crescimento populacional acelerado dos países pobres seria uma razão para comprometer o planeta em termos ambientais no futuro. É interessante perceber que, como lembra Freitag (1984, 132) o pensamento da Teoria Crítica aparece com grande força editorial nos Estados Unidos nos anos de 1960 como um contraponto a esses estudos sociais baseados em sistemas computacionais. Num contexto em que o campo dos estudos sociais era dominado pelo empirismo de base tecnológica liderado pelo MIT (*Massachusetts Institute of Tecnology*), o pensamento de Horkheimer, Adorno e Marcuse e das novas gerações de teóricos críticos surgiu nas academias norte-americanas como uma fonte de resistência à discussão ambiental vista por uma racionalidade instrumental apoiada pela retórica dos sistemas computacionais.

2.4 – PROPOSTA PARA UMA TEORIA CRÍTICA DO FIM DA CIDADE

Cumpre agora, a partir dos apontamentos teóricos discutidos até aqui, refletir sobre o que poderia ser uma "Teoria Crítica do fim da cidade". Inicialmente é preciso lembrar que o "fim da cidade" aqui mencionado se refere aos espaços produzidos pelo homem, e consequentemente pela ação do trabalho humano. As situações de vulnerabilidade socioambiental criadas nas fronteiras das cidades são constituídas pelos processos de produção capitalista e pelas suas relações sociais. Não é possível pensar nos conjuntos habitacionais periféricos precarizados sem entendê-los à luz do sistema econômico vigente e de suas implicações sociais. A consideração da estrutura socioeconômica é indispensável para entender como esses espaços habitacionais para os mais pobres são produzidos. Como lembra Kapp:

> Assim como as pirâmides egípcias são inseparáveis de um contexto teológico, elas são inseparáveis do conhecimento de geometria e do trabalho escravo. A arquitetura modernista brasileira não existiria sem a tecnologia do concreto armado e a disponibilidade de mão-de-obra

> assalariada; (...) Na sociedade moderna e contemporânea, a arquitetura é produzida, distribuída e consumida como uma mercadoria (Kapp, 2005, 119).

Dessa forma, assim como os grandes conjuntos habitacionais periféricos podem ser entendidos e analisados em relação ao seu "valor de uso" num tipo de análise focada em aspectos funcionais ou cotidianos, também podem ser entendidos e analisados em relação ao seu "valor de troca", já que estão vinculados diretamente ao sistema produtor de mercadorias[21]. Kapp (2005,123) propõe uma "Teoria Crítica da Arquitetura", capaz de "elucidar as contradições nos processos de produção e de uso do espaço, e apontar possibilidades de transformação desses processos". Propõe-se aqui uma "Teoria Crítica do Fim da Cidade" que tenta elucidar algumas contradições nos processos de produção e de uso dos grandes conjuntos habitacionais populares nas bordas das metrópoles e apontar possibilidades de transformação desses processos. Esse pensamento crítico sobre as bordas urbanas precarizadas socioambientalmente constitui o recorte teórico geral da tese. Quatro questões principais estruturam essa proposta de uma "Teoria Crítica do fim da cidade".

A primeira questão diz respeito à falsa ideia de que a construção de moradias em larga escala, com subsídios estatais, para os mais pobres, constitui uma ação social dos governos. A discussão toma como referência as reflexões de alguns "frankfurtianos" que tentavam entender o funcionamento do Estado capitalista e seu papel na economia. Como mostra Freitag (1986, 86), desde o primeiro momento da Teoria Crítica, ainda nas publicações da *Zeitschrift für Sozialforschung* na Alemanha pré-segunda guerra, alguns membros do Instituto começam a se dedicar de maneira sistemática à crítica do Estado capitalista. Meyer, Mandelbaum e Pollock começam a discutir em 1932 o grau crescente de intervenção estatal na economia não só nos países capitalistas, mas também na então União Soviética. Para eles, nenhuma economia moderna, capitalista ou socialista, dispensaria o controle do Estado. Mais do que isso, eles demonstram que o Estado capitalista moderno manipula crises, protege a produção nacional de mercadorias e dinamiza a economia basicamente por meio de investimentos públicos em infraestrutura, saneamento e habitação[22]. As "políticas sociais" têm a função para esse moderno Estado de manter a economia interna aquecida, mais do que qualquer outra razão estritamente "social". Eles mostram que mesmo a criação de um mecanismo de assistência social como o seguro-desemprego, que surge com o Estado capitalista moderno, tem como objetivo principal controlar socialmente a mão-de-obra excedente (ou o exército industrial de reserva, nos termos de Marx) para garantir o funcionamento do sistema como um todo. Freitag resume assim o entendimento dos teóricos críticos da primeira geração sobre a atuação do Estado capitalista moderno na economia:

---

[21] "Valor de uso" e "valor de troca" são expressões que tornaram-se termos correntes, o que, as vezes, gera certo esvaziamento de conteúdo. Tomou-se o cuidado de tomá-las aqui como colocados por Marx, respectivamente como "a utilidade de uma coisa" e aquele valor que se revela "na relação quantitativa entre valores de uso de espécies diferentes. (Marx, 2011, 58)

[22] Basta lembrar que o *New Deal*, que salva a economia norte-americana da recessão, começa a ser colocado em prática na mesma época desses estudos realizados no *Institut für Sozialforschung*.

> O intervencionismo estatal atua, pois, em dois planos, o *econômico*, manipulando as crises cíclicas da economia e limitando os riscos para os empresários individuais ou cartéis, e o *político*, amortecendo o conflito entre as classes de proprietários dos meios de produção e as classes operárias, e procurando cooptar essa última em nome do 'progresso econômico' e o 'bem estar social' (Freitag, 1986, 89).

Claus Offe, um sociólogo da terceira fase da Escola de Frankfurt desenvolve as ideias dos primeiros teóricos críticos sobre o Estado capitalista moderno em um livro de 1972 com o sugestivo título de *Problemas Estruturais do Estado Capitalista* (1984). Nessa obra, ele faz alguns apontamentos muito importantes acerca das políticas sociais empreendidas pelo moderno Estado capitalista, em especial para uma Teoria Crítica do fim da cidade. Uma delas é a de que todas as políticas sociais constituem o meio pelo qual o Estado tenta resolver o problema da transformação no longo prazo do trabalho não-assalariado em trabalho assalariado, integrando os despossuídos à força de trabalho do mercado. (Offe, 1984, 15) Nesse sentido, essas políticas são instrumentos muito importantes para a manutenção do sistema e podem ser exemplificados no contexto brasileiro que interessa ao presente trabalho, pela remoção de famílias pobres de áreas urbanas "informais", vivendo em um contexto de economia "informal", para grandes conjuntos habitacionais, onde são inseridos num sistema de trocas próprio da economia formal, ainda que parcialmente.

Outro apontamento importante que faz Offe é o de que as políticas sociais do Estado cumprem o papel de regulamentar os processos de proletarização, contribuindo para consolidar os trabalhadores assalariados como uma classe proletária. As políticas sociais não seriam, por esse entendimento, somente reações do Estado aos problemas sociais, mas principalmente, uma forma de constituição de *classe* (Offe, 1984, 22). As especulações teóricas do autor se aproximam definitivamente da discussão aqui empreendida quando ele tenta dar uma resposta à pergunta: Por que o moderno Estado capitalista investe em políticas sociais (como, por exemplo, o subsídio à construção de habitações populares)? Uma resposta mais simples seria "para atender às pressões exercidas pela classe operária junto ao Estado, garantindo melhores condições de bem-estar social." Offe, entretanto, tem outra resposta:

> As tentativas de explicação que podem ser resumidas neste esquema de argumentação não recorrem às 'exigências' da classe operária como variável causal do desenvolvimento da política social, mas às *exigências* funcionais de produção capitalista. A característica decisiva desse processo seria a tendência ao aproveitamento 'desmedido' da força de trabalho, o que teria como consequência a destruição em massa da capacidade de trabalho e com isso as bases da futura acumulação. Segundo essa interpretação, a política social explica-se a partir do interesse a longo prazo do capital, que no entanto não aparece na empresa individual, em manter a substância 'material', a qualificação e a disponibilidade da força de trabalho, protegendo-a contra uma exploração exagerada e imprevidente. (Offe, 1984, 34).

Essa reflexão ajuda a compreender como o capital privado exerce pressão sobre os governos (federal, estadual e municipal) para que sejam criadas e implantadas políticas econômicas com pretextos sociais, e como os governos precisam fazê-lo para garantir o funcionamento do sistema do médio e no longo prazo. Freitag sintetiza essas exposições, argumentando que a maior contribuição de Offe está na:

> (...) tese de que todas as políticas sociais praticadas pelo Estado não têm outra função senão controlar o fluxo e refluxo da força de trabalho no mercado, a fim de atender plenamente às necessidades conjunturais e estruturais do capital privado. Nessa ótica, todas as iniciativas estatais visam beneficiar a acumulação ampliada, de interesse exclusivo do capital privado. Mas para tal precisam recorrer a recursos cada vez mais volumosos dos cofres públicos, o que por sua vez pressupõe sua capacidade indiscutível de gerir os negócios de tal forma que o progresso e o crescimento econômico tenham êxito permanente. (Freitag, 1986, 102)

Os grandes conjuntos habitacionais nas periferias brasileiras foram produzidos, numa primeira fase das políticas habitacionais do governo federal ainda no regime militar, sob a égide do BNH, e mais recentemente, numa retomada das políticas habitacionais estatais que começou em 2005 com a criação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, SNHIS (Brasil, 2005) e culminou no Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), em 2009. Tanto há décadas atrás como agora, os grandes conjuntos habitacionais das periferias que vem sendo construídos sob o argumento do "déficit habitacional" e como parte de uma forte propaganda estatal na área das políticas sociais, fazem parte também de importantes ações dos governos para atender as demandas dos setores produtivos, ajudando a manter os fluxos de capital privado e a estrutura econômica do país aquecida, para reduzir taxas de desemprego e alavancar os índices econômicos. Os grandes conjuntos habitacionais construídos no fim da cidade são, portanto, muito mais fruto de demandas econômicas do que de demandas essencialmente sociais[23].

Uma segunda questão a ser discutida está na ideia de que a ação de periferização da moradia para os mais pobres constitui uma política de Estado. Como exposto no capítulo anterior, essa ação, aqui chamada de *segregação socioespacial consentida* tem sido um dos fatores responsáveis por empurrar a classe trabalhadora para as bordas urbanas, por meio da construção de grandes conjuntos habitacionais populares periféricos, num processo que já dura pelo menos quatro décadas. As razões para isso não estão, obviamente, numa vontade oculta e perversa dos governos de colocar as pessoas mais pobres cada vez mais longe das áreas centrais. O que, então está por trás desse processo de centrifugação da classe trabalhadora nos grandes centros urbanos?

Como lembra Maricato (2012b), "assim como no campo, a terra urbana (pedaço de cidade) é o nó na sociedade patrimonialista". Ela completa: "(...) a questão da terra continua a se situar no centro do conflito social, mas de forma renovada. Ela alimenta a profunda desigualdade – ainda que haja a recente

pequena distribuição de renda – e a tradicional relação entre propriedade, poder político e poder econômico" (Maricato, 2012a,185). Grandes conjuntos habitacionais requerem grandes áreas para sua implantação. Como isso não é comum nas áreas urbanas mais consolidadas, quase sempre sua construção se dá nas bordas da cidade, onde a ocupação é mais rarefeita e há maior oferta de grandes terrenos (Cardoso et al, 2011, 06). Mas, principalmente, a construção dos conjuntos habitacionais se dá nas áreas próximas às bordas urbanas porque nessas áreas o preço da terra é menor do que nas áreas centrais. Isso não acontece por acaso, mas porque há uma maior disputa dos capitais pela terra localizada nas áreas centrais, por razões óbvias. Essa disputa poderia ser limitada pelo Estado se ele reservasse terras para outros usos como, por exemplo, habitações sociais, o que poderia ser feito por meio do zoneamento urbano[24]. Mas o que acontece é exatamente o contrário. O zoneamento urbano cria condições para que a terra nas áreas centrais seja reservada para a classe média. As variações no preço da terra urbana são, portanto, fruto de políticas urbanas. O baixo preço da terra urbana em áreas periféricas torna possível a construção de empreendimentos habitacionais que garantem a lucratividade do capital, mas que, ao mesmo tempo, têm um preço final de venda acessível à classe trabalhadora, no caso dos conjuntos habitacionais populares. O raciocínio se mantém para os conjuntos habitacionais de interesse social, já que nesses casos, o menor preço da terra nas periferias urbanas torna possível o menor investimento público. A construção dos grandes conjuntos habitacionais periféricos faz parte de um processo de crescimento urbano formal, avalizado tecnicamente e subsidiado pelo sistema financeiro dentro das leis e normas vigentes. Trata-se, portanto, de um processo consentido, autorizado, apoiado pelo Estado, e que por isso pode ser entendido como uma forma de *segregação socioespacial consentida.* Fatores econômicos e políticos estão diretamente ligados nesse processo, mas é preciso reconhecer que é o fator econômico, não isoladamente, mas preponderantemente, que move a centrifugação urbana da classe trabalhadora para as bordas das cidades. Bolaffi corrobora essa afirmação:

> O padrão periférico de crescimento decorre da existência de mecanismos econômicos que conferem ao solo urbano funções econômicas alheias à sua utilidade intrínseca enquanto bem natural e ao papel que deveria desempenhar na composição e na organização do espaço requerido para as atividades públicas ou privadas da população (Bolaffi, 1979, 58).

A construção de grandes conjuntos habitacionais segue um padrão de construção periférica, salvo quando grandes áreas disponíveis para os conjuntos são criadas por meio de intervenções urbanas de remoção de casas em áreas de risco, abertura de novas vias, etc, inclusive em áreas bastante centrais.

---

[23] Ainda que se possa argumentar que o Estado de Bem Estar Social cuida de integrar essas duas demandas, a crítica aqui é feita em relação à maneira pela qual a produção formal de moradias é tratada no âmbito da gestão pública e é naturalizada pelo senso comum.

[24] A criação de zonas especiais de interesse social vazias em Belo Horizonte (ZEIS 2) é um exemplo nesse sentido. Porém, por falta de força política, elas nunca se concretizaram.

Isso configura um padrão diferente de implantação de grandes assentamentos habitacionais, fugindo à lógica econômica. Por isso mesmo, trata-se de um padrão mais comum no caso dos conjuntos de interesse social, promovidos pela iniciativa pública[25].

O Estado promove a contínua expansão das áreas urbanos. As grandes cidades brasileiras têm apresentado taxas de crescimento negativas e ainda assim as bordas do tecido urbano continuam se expandindo, fora dos municípios sede das regiões metropolitanas (Monte-Mór e Costa, 2002). Novos anéis periféricos vão sendo construídos continuamente movidos pela necessidade de aquecer a economia, atendendo as pressões do setor da construção civil e ao mesmo tempo tentando diminuir as taxas de desemprego. As descontinuidades entre os ciclos econômicos das últimas décadas, explica, em grande parte, a descontinuidade espacial dessas bordas urbanas em cada um desses anéis periféricos e entre eles (Martine, 1993). Mas a expansão urbana periférica em ritmo acelerado não tem somente na construção civil a sua força motriz no âmbito econômico. Acselrad (2006c, 141) lembra que "a cidade da regulação dita fordista foi fortemente marcada por sua compatibilidade com a produção automobilística e com a produção capitalista de moradias." Todos os setores de alguma forma ligados à indústria automobilística – o que inclui montadoras de veículos, fábricas de peças, companhias de transporte, indústria de combustíveis e outros – se beneficiam da expansão urbana periférica que força o aumento dos deslocamentos cotidianos para todos que habitam as cidades. A matriz urbana norte-americana, baseada no espraiamento territorial (*urban sprawl)*, foi construída em grande parte pela força política e econômica que as indústrias automobilística e petrolífera têm naquele país. Uma política urbana de concentração dos espaços de trabalho e moradia nas áreas centrais das metrópoles, aproveitando suas estruturas urbanas mais consolidadas, mais bem servidas de comércio e principalmente, diminuindo os deslocamentos diários das pessoas, evitando a construção de novas estruturas urbanas periféricas, constitui uma tomada de posição que iria de encontro aos interesses desses dois importantes setores da economia. Isso quer dizer que um pensamento que promovesse a intensificação do uso do solo urbano, superando os desperdícios, para usar as palavras de Martins (2006), teria um custo político que poucos administradores públicos têm condição de assumir. Estes dois setores, a construção civil e a indústria automotiva, representam parcelas muito significativas da economia nacional. Não por acaso, desde o governo de Juscelino Kubitschek, estes são setores muito próximos dos governos em todos os níveis, fato que é alimentado principalmente pelo modelo vigente no país de financiamento exclusivamente privado para as campanhas eleitorais[26]. São essas forças que contribuem para manter o padrão de crescimento urbano periférico nas grandes cidades materializado, em parte, com a construção de grandes assentamentos habitacionais nas bordas urbanas.

[25] Exemplo recente desse padrão de implantação de conjuntos habitacionais em áreas centrais é o Vila Viva São José, conjunto de interesse social criado pela PBH, viabilizado principalmente com verba do governo federal. Criado numa área bastante central da cidade, no final da av. Pedro II, irá viabilizar uma grande obra viária da prefeitura, por meio da remoção de uma favela e da criação de um conjunto com mais de mil e quatrocentas UHs.

Um terceiro aspecto a ser explorado aqui diz respeito à contradição econômica imposta pelas moradias urbanas periféricas para as famílias trabalhadoras, muitas vezes chamadas de "moradias de baixo custo". Baixo custo para quem? Elas são construídas nas bordas urbanas para que consigam ser vendidas com os preços estabelecidos pelas instituições financeiras e pelo Estado, que são considerados, por eles mesmos, acessíveis para a população de menor renda. Certamente se fossem construídas nas áreas centrais essas moradias teriam um preço mais alto em função do preço da terra mais alto. O fato de os conjuntos habitacionais serem construídos nas bordas das cidades, onde está o menor preço da terra urbana significa apenas que ali o capital privado consegue garantir seus lucros e oferecer a mercadoria-moradia pelo preço regulamentado pelos programas habitacionais e não que o seu preço seja "acessível". Considerando o peso que o preço da terra tem na composição dos custos de produção da moradia urbana, na expressão "moradia de baixo custo", usada para os conjuntos habitacionais, o "baixo custo" significa um menor custo de produção para o capital e não um preço justo para os compradores. A contradição econômica está no fato de que o baixo custo dessa moradia não a torna acessível para a população de menor renda e, para piorar, trás consigo um alto custo de vida, principalmente com os deslocamentos que provocam impactos significativos no orçamento das famílias que moram nas bordas urbanas. No caso dos deslocamentos periferia-centro-periferia, mesmo que seus custos sejam assumidos pelo empregador para os membros da família formalmente empregados, todos os outros deslocamentos que precisam ser feitos rotineiramente, seja para a escola, para um hospital, para um supermercado ou para uma atividade de lazer, representam custos relevantes. Até mesmo os deslocamentos dentro das regiões periféricas geram custos que inexistem nas áreas centrais. O padrão de ocupação nas bordas das cidades se caracteriza pelas estruturas incompletas de serviços, comércio e transportes, que impõem grandes deslocamentos, difíceis de serem feitos a pé cotidianamente[27]. Por isso, nessas áreas periféricas muitas vezes é necessário utilizar o sistema de transporte para ir até a escola mais próxima ou até um centro de saúde. As famílias que se mudam para os conjuntos habitacionais no "fim da cidade" porque somente ali conseguiram adquirir um imóvel, passam a conviver com um custo de vida que em muitos aspectos é mais alto do que nas áreas centrais. Como lembra Smolka:

> (...) a cidade representa um magnífico artefato produzido pelo homem e através do qual ganhos e perdas são (re)distribuídos. Essa (re)distribuição, conforme já bem documentada na literatura, tende a ser perversa em relação aos extratos mais pobres. Custos de abastecimento, de acesso à saúde, escolas etc. são relativamente maiores nas periferias. Apesar de representar instrumento eficaz de discriminação (ou segmentação espacial), os maiores preços imobiliários (inclusive a carga fiscal patrimonial) vigente nas áreas nobres, menos do que compensam

[26] Só o setor da construção civil, que inclui a incorporação imobiliária, representou mais de 25% das doações para as campanhas das eleições gerais de 2010. Fonte: Instituto Ethos.

[27] Os serviços e comércio localizados a uma distância acima de um quilômetro das moradias comprometem a condição de habitabilidade de um bairro (Campos Filho, 2010).

> aquelas desigualdades nos custos de vida, apesar de representarem o instrumento eficaz de discriminação (ou segmentação espacial) pelo mercado. (Smolka, 1993, 138)

Essa contradição é uma consequência direta do padrão centro-periferia de urbanização das grandes cidades brasileiras e que começou a se consolidar na década de 1970. Como lembra Costa (2003), as diferenças qualitativas entre os padrões de urbanização centrais e periféricos expressam o caráter desigual e excludente da sociedade brasileira, demonstrando como o Estado, o capital e população produzem de formas diferentes os espaços de uma mesma cidade. É importante lembrar que as contradições mencionadas até aqui entre o baixo custo da moradia periférica e o alto custo de morar na periferia, referem-se basicamente a custos financeiros, e portanto, facilmente quantificáveis. Morar no "fim da cidade" impõe um custo altíssimo às populações trabalhadoras urbanas, também possível de ser quantificado em termos financeiros, ainda que isso não seja tão evidente, e que está no tempo gasto nos deslocamentos. Em primeiro lugar o tempo de espera para acessar o sistema de transporte é maior nas bordas, porque os intervalos são maiores, o que faz com que essas pessoas passem mais tempo num ponto de ônibus do que outras nas áreas mais centrais. Depois, as enormes distâncias entre a casa e o trabalho, entre a borda e o centro da cidade, passando por corredores de trânsito estruturados de forma radial a partir do centro, como na maioria das capitais brasileiras, gera tempos de deslocamento muito grandes. Para completar, em muitos casos o sistema público de transporte ainda obriga essas pessoas a passarem por estações de conexão e transbordo, normalmente cheias, exatamente por concentrarem os fluxos centro-periferia, onde, por isso, terão que esperar mais tempo ainda. Não é incomum, para as pessoas que moram nas bordas das grandes cidades brasileiras, passar entre quatro e cinco horas por dia nesses deslocamentos.

Uma quarta questão para a discussão de uma Teoria Crítica do fim da cidade diz respeito à estrutura física – arquitetônica e urbanística – que caracteriza os conjuntos habitacionais modernos e a responsabilidade que ela tem na criação de situações de vulnerabilidade socioambiental. Esse tipo de moradia, largamente difundido, tanto nos países ricos como nos países pobres, é responsável pela criação de algumas situações de vulnerabilidade socioambiental. Essa estrutura física se caracteriza pela repetição dos prédios, dos elementos construtivos, dos padrões urbanísticos. Os grandes conjuntos habitacionais abrigam centenas de famílias em apartamentos iguais, em prédios iguais, regularmente espaçados uns dos outros, ao longo de ruas que são exatamente iguais umas às outras mesmo que ninguém acredite que essas famílias tenham de fato as mesmas necessidades e os mesmos desejos. A estandardização da moradia produzida formalmente em larga escala é um resultado esperado para uma atividade econômica inserida da lógica fordista de produção. Os processos construtivos dos conjuntos habitacionais se baseiam nos princípios da repetição, da padronização para diminuir os custos de produção. Cardoso, Aragão e Araújo corroboram esse ponto de vista. Falando sobre a migração da produção de habitações populares do setor público para o setor privado com o PMCMV, explicam:

> Como o objetivo das empresas é necessariamente o de ampliar seus lucros, e os preços finais estão prédeterminados pelos tetos de financiamentos, os ganhos com a produção habitacional poderão ser realizados a partir de duas possibilidades não excludentes: pela redução do custo de construção ou pela redução do preço da terra, dois tipos de lucratividade de natureza diferenciada. O ganho com a redução do preço pago pela terra é de natureza mercantil e pode ser definido como lucro imobiliário, enquanto os ganhos com a redução do custo de construção são de natureza propriamente produtiva e podem ser definidos como lucro da construção. O lucro imobiliário é maximizado com a capacidade das empresas em desenvolver estratégias de redução do valor pago aos proprietários [...]. Já o lucro da construção se viabiliza com ampliação da escala, racionalização do processo produtivo, redução de perdas, aumento da produtividade do trabalho e utilização de novas tecnologias. Para a redução do custo ou do tempo de produção torna-se necessário ampliar o tamanho dos empreendimentos, buscando concomitantemente maior padronização (Cardoso et al., 2010, 6).

Os avanços tecnológicos no campo da construção civil nos últimos quinze anos, aceleraram o processo de estandardização nos conjuntos habitacionais, aumentando o número de componentes industrializados ou pré-fabricados e diminuindo o caráter artesanal que essa atividade possuía décadas atrás. Mas o efeito negativo das estruturas físicas estandardizadas que caracterizam os grandes conjuntos habitacionais não está tanto na monotonia e nos impactos visuais negativos para a cidade que eles geram. Seu maior problema está no fato de que a lógica construtiva adotada por razões econômicas cria barreiras para que as pessoas que irão morar ali possam tomar decisões sobre o próprio espaço em que vivem. Na maioria dos conjuntos habitacionais mais novos, produzidos por processos cada vez mais racionalizados, as intervenções nos espaços internos e externos são limitadas por razões técnicas, obrigando as pessoas a se adaptarem aos espaços, quando é o contrário que deveria acontecer. Basta lembrar que as habitações nas vilas e favelas conseguem absorver muito bem as diversas adaptações geradas pelas mudanças por que passa um determinado núcleo familiar ao longo do tempo. A essa rigidez imobilizadora que as estruturas dos conjuntos impõem aos seus moradores em seus espaços privados, acrescenta-se a impossibilidade de reversão dos espaços, públicos e privados, para abrigar pequenas atividades comerciais, quebrando também a rigidez monofuncional dos assentamentos planejados. Os grandes conjuntos habitacionais constituem, portanto, estruturas físicas que dificultam a ação das pessoas em relação ao espaço, tanto dentro das unidades habitacionais, como nos espaços urbanos.

Essas são algumas importantes contradições que podem ser encontradas nos processos de produção e de uso do espaço dos grandes conjuntos habitacionais populares nas bordas das metrópoles e que a proposta de uma "Teoria Crítica do Fim da Cidade" tentou discutir, com a ajuda dos referenciais teóricos antes explicitados. Eles serão retomados ao fim do trabalho.

2.5 – LIMITES NO FIM DA CIDADE

O fim da cidade é um lugar-limite, onde o tecido urbano termina. A paisagem que surge após o fim da cidade é diversificada[28], mas poderia ser chamada de um espaço "não-urbano", já que, pela definição anterior, o tecido urbano termina antes que essa paisagem comece. A relação entre essas duas dimensões espaciais, urbana e não-urbana, caracteriza portanto, uma zona fronteiriça onde "a cidade acaba". Mas como é constituída essa fronteira que separa a cidade da não-cidade? Em Constantinopla, com suas linhas de muralhas sitiadas no século XV ou em um povoado português na costa brasileira no início do século XVI cercado por paliçadas, a noção de "fronteira da cidade" estava muito clara. Mas nas periferias das grandes metrópoles os limites urbanos não são, quase nunca, bem definidos nem em termos espaciais nem em termos temporais. As fronteiras são parte de um processo urbano dinâmico. Entendê-las é, portanto, uma tarefa razoavelmente mais complexa do que nos exemplos citados, já que as fronteiras de uma cidade hoje oscilam no tempo-espaço fazendo com que não sejam tão tangíveis como eram para os turcos otomanos e tupis-guaranis que tanto almejavam atravessá-las.

Para entender melhor essas fronteiras no fim de uma metrópole brasileira contemporânea, e assim compreender melhor o próprio fim da cidade, recorre-se aqui a um fragmento da obra inacabada de Walter Benjamim, *Passagens*. Esse fragmento faz um apontamento extremamente pertinente à discussão sobre a fronteira, e por isso, é aqui integralmente reproduzido:

> Ritos de passagem – assim se denominam no folclore as cerimônias ligadas à morte, ao nascimento, ao casamento, à puberdade, etc. Na vida moderna, estas transições tornaram-se cada vez mais irreconhecíveis e difíceis de vivenciar. Tornamo-nos muito pobres em experiências liminares. O adormecer talvez seja a única delas que nos restou (E, com isso, também o despertar.) E, finalmente, tal qual as variações das figuras do sonho, oscilam também em torno de limiares os altos e baixos da conversação e as mudanças sexuais do amor. "Como agrada ao homem", diz Aragon, "manter-se na soleira da imaginação!" (*Paysan de Paris*, Paris, 1926, p.74). Não é apenas dos limiares destas portas fantásticas, mas dos limiares em geral que os amantes, os amigos, adoram sugar as forças. As prostitutas porém, amam os limiares das portas do sonho. – O limiar [*Schwelle*] deve ser rigorosamente diferenciado da fronteira [*Grenze*]. O limiar é uma zona. Mudança, transição, fluxo estão contidos na palavra *schwellen* (inchar, entumescer), e a etimologia não deve negligenciar estes significados. Por outro lado, é necessário determinar o contexto tectônico e cerimonial imediato que deu à palavra o seu significado. Morada do sonho (Benjamin, 2009, 535).

Benjamin propõe uma diferenciação entre a fronteira (*Grenze*) e o limiar (*Schwelle*)[29], dando definições bastante claras para ambos os termos. Gagnebin (2010) conseguiu construir uma vigorosa análise etimológica sobre esse fragmento e mais especificamente sobre a diferenciação fronteira-limiar proposta

[28] Como já exemplificado brevemente no capítulo 1. O estudo empírico que será apresentado no capítulo 5 cuidará de demonstrar essa diversidade em termos objetivos.

por Benjamin. Ela lembra que o campo da filosofia historicamente sempre teve grande apreço pelo conceito de limite enquanto fronteira (*Grenze*), por ser esse termo uma metáfora que consegue realizar uma tarefa dupla, tanto em relação à linguagem como em relação ao espírito. Sua explicação para essa tarefa dupla é a seguinte:

> [...] desenhar um traço em redor de algo para lhe dar uma forma bem definida e, portanto, evitar que esse algo, por assim dizer, se derrame sobre suas bordas em direção a um infinito onipotente [...]. A fronteira contém e mantém algo, evitando seu transbordar, isto é, define seu limite não só como contornos de um território, mas também como as limitações do seu domínio. Esse uso crítico, sobretudo a partir de Kant, determina a tarefa do pensamento como um estabelecer de fronteiras, tanto em proveito da determinação e da diferenciação conceitual, quanto na intenção de proibir ultrapassagens perigosas ou falsas transcendências (Gagnebin, 2010, 13). *Grifo nosso.*

Gagnebin explica ainda que é exatamente por carregar essas conotações, que o conceito de *Grenze* serve de base para o campo jurídico, já que denota demarcações de propriedade, entendidas espacialmente, ou seja, delimitações territoriais, "em particular entre a cidade e o campo ou entre várias propriedades fundiárias" (Gagnebin, 2010, 13). A noção de fronteira enquanto *Grenze* a que se referia Benjamin, portanto, conota principalmente um tipo de demarcação territorial que separa porções de espaço diferenciadas umas das outras por seus diferentes proprietários, incluindo, a divisão entre uma propriedade rural e uma propriedade urbana, ou ainda, num entendimento mais global, entre duas nações. A fronteira (*Grenze*) é clara, inequívoca e marca a separação entre territórios imiscíveis. Gagnebin acrescenta:

> A fronteira (em latim *finis*, *confinium* e, no contexto de direito de propriedade, *limes*) designa a linha, cujo traço e cuja espessura podem variar, que não pode ser transposta impunemente. Sua transposição sem acordo prévio ou sem controle regrado significa uma transgressão, interpretada no mais das vezes como uma agressão potencial (Gagnebin, 2010, 13).

Se a fronteira (*Grenze*) tem uma definição que é precisa em termos espaciais, o mesmo não acontece com o limiar (*Schwelle*). Gagnebin (2010, 13) explica que esse termo, assim como o primeiro tem grande importância no campo da filosofia no "domínio de metáforas espaciais que designam operações intelectuais e espirituais". Explica que ele, contudo, está inscrito "num registro mais amplo, registro de movimento, registro de ultrapassagem, de 'passagens', justamente de transições, em alemão, registro do *Übergang*". Na acepção benjaminiana, a noção de limiar em termos espaciais não é tão evidente quanto a noção de fronteira, já que não define uma "linha", mas uma "zona". O entendimento acerca dessa "zona de transição" é de grande interesse para o campo da arquitetura, do urbanismo, da geografia e demais ciências que lidam com o espaço e sua relação com o homem. Gagnebin confirma isso:

---

[29] A tradução literal de Schwelle é soleira.

> Na arquitetura, o limiar deve preencher justamente a função de transição, isto é, permitir ao andarilho ou também ao morador que possa transitar, sem maior dificuldade, de um lugar determinado a outro, diferente, às vezes oposto. Seja ele simples rampa, soleira de porta, vestíbulo, corredor, escadaria, sala de espera num consultório, de recepção num palácio, pórtico, portão ou nártex numa catedral gótica, o limiar não faz só separar dois territórios (como a fronteira), mas permite a transição, de duração variável, entre esses dois territórios. Ele pertence à ordem do espaço, mas também, essencialmente, à do tempo. Como sua extensão espacial, sua duração temporal é flexível, ela depende tanto do tamanho do limiar quanto da rapidez ou da lentidão, da agilidade, da indiferença ou do respeito do transeunte. (Gagnebin, 2010, 13).

A noção de um espaço ou zona de transição entre duas dimensões espaciais distintas e às vezes opostas é algo bastante discutido no campo da arquitetura e do urbanismo. Hertzberger (1999, 32) usa o conceito de "intervalo" para designar, de maneira análoga, essa zona espacial de transição. A ideia da soleira, usada por Gagnebin e contida no sentido literal de *Schwelle*, é repetida por Hertzberger como zona de transição entre dois espaços distintos, só que para este, entre a dimensão territorial pública e a privada:

> A soleira fornece a chave para a transição e a conexão entre áreas com demarcações territoriais divergentes e, na qualidade de um lugar por direito próprio, constitui, essencialmente, a condição espacial par ao encontro e o diálogo entre áreas de ordens diferentes. O valor desse conceito é mais explícito na soleira *par excellence*, a entrada de uma casa. Estamos lidando aqui com o encontro e a reconciliação entre a rua, de um lado, e o domínio privado, de outro. (...) Essa dualidade existe graças à qualidade espacial da soleira como uma plataforma, um lugar em que os dois mundos se superpõem em vez de estarem rigidamente demarcados (Hertzberger, 1999, 32).

Se o limiar oferece a possibilidade de uma sobreposição de duas dimensões territoriais distintas, funcionando como uma zona de transição ou uma plataforma de transição que suaviza essa "passagem", em vez de uma separação radical e abrupta, por que então é muito mais fácil entender o limite territorial neste último sentido e não no primeiro? Boa parte da dificuldade que existe nas línguas latinas em relação ao uso do limite como fronteira e não como limiar decorre da semelhança fonética entre esses termos no latim. Gagnebin (2010, 14) mostra que o limite entendido como fronteira vem de *limis, limitis* e daí derivam os verbos limitar, delimitar. Já o limite entendido como limiar no latim vem de *limen, liminis*. Segundo ela, daí a confusão que se cria nas línguas latinas, pela semelhança entre *limitaris e liminaris*. Usa-se fronteira como limiar e vice-versa, sem a mesma clareza e distinção, por exemplo, do alemão.

Além desse problema, de ordem linguística e fonética, contribui para a prevalência do entendimento do limite como fronteira, o fato de que a precisão jurídica do termo fronteira serve melhor aos propósitos de um mundo regulado pelo princípio da propriedade sobre a terra. Isso significa dizer que esse entendimento preciso de limite como uma linha e não como uma zona é mais pertinente para separar

dimensões territoriais distintas de maneira lógica e precisa. É difícil pensar em sobreposições territoriais em um mundo estruturado em função da propriedade, o que determina, em grande parte, a desigualdade social[30]. Porém, avançando para além das virtudes pragmáticas da fronteira para um mundo capitalista, caberia indagar se a prevalência que a noção de fronteira adquiriu entre nós em relação à noção de limiar não se assenta em pressupostos mais fundamentais.

O pensamento ocidental moderno é afeito a separações radicais entre opostos. Referindo-se à modernidade, Benjamim já proclamava essa tendência no início do fragmento antes citado, quando diz que: "Tornamo-nos muito pobres em experiências liminares". Esse entendimento moderno sobre os limites espaciais acaba por reforçar e naturalizar muito mais as fronteiras do que os limiares. Para o senso comum, as fronteiras são mais fáceis de serem estabelecidas (tanto no plano concreto como no plano abstrato) do que as zonas de transição ou limiares. Por isso mesmo, soam naturais separações fronteiriças e não liminares em dicotomias como masculino/feminino, sagrado/profano, público/privado que marcam a sociedade ocidental e, naquilo que interessa diretamente à discussão sobre o fim da cidade, nas separações cidade/campo e urbano/rural. Por que isso ocorre?

O fim da cidade deveria ser o lugar do encontro de dimensões territoriais à primeira vista distintas e que são representadas pelas dicotomias cidade/campo e urbano/rural. É importante a essa altura, discutir alguns aspectos relacionados a essas dicotomias para compreender melhor a fronteira (ou limiar) que marca seu encontro. Para isso é importante começar por algumas definições. Definir com precisão "urbano" e "rural", "cidade" e "campo" é tarefa muito mais complexa do que fazem parecer, algumas vezes, aqueles que lidam com essas questões nas áreas do desenho urbano ou do direito urbanístico. A distinção entre o "urbano" e o "rural" ou entre o "campo" e a "cidade" pode ser feita sem grandes esforços teóricos em termos morfológicos ou jurídicos. Nesses sentidos, definições como "perímetro urbano", "área parcelada" ou "infraestrutura urbana" bastam para caracterizar o que é "urbano", o que é "cidade" e por oposição, define-se o que é "rural" ou "campo". Porém, a distinção entre "urbano" e "rural" está muito mais ligada aos diferentes tipos de atividade econômica e de estrutura socioespacial que os territórios possuem. Lefèbvre (2011) afirma que a separação entre cidade e campo surge na história ocidental juntamente com as primeiras e fundamentais divisões do trabalho e obviamente, ao fazê-lo, toma como base Marx e Engels (2007). Para eles "a divisão do trabalho no interior de uma nação leva, inicialmente, à separação entre o trabalho industrial e comercial, de um lado, e o trabalho agrícola de outro, e, com isso, à separação da cidade e do campo e à oposição entre os interesses de ambos" (Marx e Engels, 2007, 89).

O rural é historicamente identificado com a atividade econômica primária de base extrativista e autossuficiente e com estruturas socioespaciais dispersas no território em pequenos núcleos. Já o urbano

[30] Muitos autores já cuidaram de demonstrar a relação entre propriedade e desigualdade, há pelo menos dois séculos. Cf. Rousseau (2011).

sempre se caracterizou pelas atividades econômicas secundárias (indústria) e terciárias (comércio) e pela estrutura socioespacial centralizada em grandes núcleos. Há várias discussões a respeito de qual dessas duas dimensões teria surgido primeiro[31]. Para Marx e Engels (2007), na Antiguidade Clássica os territórios já se estruturavam por meio da cidade, enquanto que só na Idade Média passaram a se estruturar em função do campo. Depois disso, como lembra Lefèbvre (2011), as concentrações urbanas ressurgem junto com as concentrações de capital. A partir dessa diferenciação em termos econômicos e sociais, poderia se afirmar que, a separação entre rural e urbano e a dominação do segundo sobre o primeiro estão historicamente situadas no momento em que se estabelece a divisão social do trabalho e a sua transformação em mercadoria. Não é por acaso, que, em termos simbólicos, a dicotomia urbano/rural foi em grande parte construída ao longo século XIX, na Europa, como uma forma de separar claramente o território da burguesia urbana industrial emergente, que representava a modernidade, o avanço da técnica, da capacidade humana, para onde afluía a força de trabalho em relação àquele território atrasado, dos agricultores e onde se refugiava a aristocracia decadente, e que por isso passou a ser associado a tudo o que é conservador e retrógrado. A sociedade moderna urbana e industrial construiu e cristalizou a separação radical entre campo e cidade, entre urbano e rural.

Mas "rural" e "urbano" não podem ser compreendidos e analisados separadamente um do outro. Essas duas dimensões não existiriam isoladamente como as entendemos por meio dessas definições clássicas. A compreensão de que essas duas realidades se relacionam e se interpenetram fez com que pesquisadores que lidam com a questão territorial passassem a duvidar das separações radicais entre eles no início do século XX. Elas começaram a ser questionadas entre as décadas de 1920 e 1930, por alguns estudiosos da sociologia rural nos Estados Unidos, que aproximam as características de urbano e rural através da ideia de um *continuum*[32]*.* Esse conceito, que foi aprofundado nas décadas seguintes[33], passou a substituir a noção de uma separação radical entre o território "rural" e o território "urbano" em função da constituição de um território caracterizado como um gradiente, que comporta variações de um extremo (urbano) a outro (rural).

Na história jurídica brasileira a separação urbano/rural começa, de maneira incompleta, pelo decreto lei 311 de 1938, editado em pleno Estado Novo (Brasil, 1938). A distinção entre "zona urbana" e "zona rural" só avança, depois de 1938, já no período da ditadura militar, por uma questão de ordem tributária. Para que fosse determinado onde cobrar um imposto urbano e onde cobrar um imposto rural, a lei 5.172 (Brasil, 1966) definiu o que era uma "zona urbana". As propriedades dentro da "zona urbana" pagariam o imposto predial e territorial urbano (IPTU) e as propriedades fora dela deveriam pagar o imposto predial e territorial rural (IPTR). Para essa lei, não bastaria para caracterizar uma "zona urbana" a sua definição na lei municipal. Era preciso que pelo menos dois dos cinco itens seguintes estivessem presentes para

[31] Cf. Monte-Mór, 2006.
[32] Cf. Sorokin et al, 1986.
[33] Cf. Redfield, 1947.

caracterizar um imóvel como inserido na "zona urbana": meio fios ou calçamentos com canalização de águas pluviais; abastecimento de água; esgotos sanitários; rede de iluminação pública com ou sem posteamento, para distribuição domiciliar de energia; escola primária ou posto de saúde a uma distância de 3 Km do imóvel considerado. Essa definição parece conseguir capturar os avanços da urbanização brasileira nesse intervalo de trinta anos.

A essa altura da discussão, portanto, começa a fazer falta uma definição mais clara de todos esses termos mesmo considerando a complexidade da questão. Na geografia, na economia, na demografia e demais áreas do conhecimento que lidam direta ou indiretamente com o planejamento do território, pesquisadores debatem há anos definições mais precisas para "urbano", "rural", "campo" e "cidade" e ainda para "urbanidades" e "ruralidades". A tarefa tornou-se mais complicada nas últimas décadas em função dos rearranjos produtivos que modificaram sensivelmente as atividades econômicas principalmente no setor primário, embaçando as definições clássicas do "rural"[34]. As modificações nas estruturas sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas criaram fenômenos que têm sido estudados como traços do mundo urbano no mundo rural, chamados de "urbanidades" no rural. No sentido contrário, também começaram a ser estudadas as "ruralidades no urbano". Sabendo-se da volatilidade desses conceitos e da polêmica que os cerca, será adotado daqui em diante um entendimento que, se não é consenso, pelo menos supera as definições mais simplistas construídas pelo Estado e consolidadas pelo senso comum. Esse entendimento, formulado por Biazzo (2008), faz as separações entre urbano/rural, cidade/campo e urbanidades/ruralidades da seguinte forma: campo e cidade seriam representações concretas, materializadas em espaços visíveis e tangíveis; urbano e rural são substantivos e ao mesmo tempo representações sociais, conteúdos das práticas de cada indivíduo ou de cada grupo social; urbanidades e ruralidades são os atributos de cada uma dessas representações sociais. Para esse mesmo autor:

> Embora o IBGE ainda trabalhe, talvez por inércia metodológica, com as categorias "urbano" e "rural", sem sequer distinguir rural de agrícola, alguns de seus analistas reconhecem que tais expressões não têm conteúdo heurístico algum. São conceitos-obstáculo, enquanto campo e cidade têm melhor base empírica. Os espaços, então, podem ser adjetivados como campestres ou citadinos, pois campo e cidade são referenciais formais. Nesse raciocínio o perímetro "urbano" deveria ser denominado "citadino". [...] Em paisagens do campo e das cidades (formas, conjuntos de objetos) existem urbanidades e ruralidades (conteúdos - heranças, origens, hábitos, relações,conjuntos de ações) que se combinam, gerando novas territorialidades, admitindo-se que cada local ou região pode abrigar diferentes territorialidades superpostas, relativas a diferentes agentes sociais. Para reforçar essa busca por uma nova visão, sustenta-se que não há espaços rurais ou espaços urbanos. Há urbanidades e ruralidades que, combinadas, ensejam as territorialidades particulares de cada localidade, município ou recorte regional. Trata-se de

[34] Milton Santos faz questão de diferenciar o Brasil urbano do Brasil agrícola e não do Brasil rural. Cf. Santos, 1994.

> não encarar rural e urbano como substantivos, pois desta forma nada especificam e seu significado se esvazia (Biazzo, 2008, 145).

Além de adotar essas definições a discussão sobre as relações dialéticas cidade/campo se restringirá aqui apenas no que diz respeito aos seus limites, sejam fronteiras ou limiares, já que um aprofundamento em relação à essas questões tiraria o foco do tema principal desta tese. É necessário analisar a separação cidade/campo se dá por uma fronteira (*Grenze*), ou seja, um limite claramente definido e cujo atravessamento não se dá de maneira natural. A distinção entre cidade e campo, dada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)[35] expressa essa separação: chama-se de urbana a "área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal" e de rural a "área de um município externa ao perímetro urbano". Admitindo-se a noção de cidade/campo e não de urbano/rural para dimensões territoriais concretas, poderia ser transferida essa definição para o espaço citadino e para o espaço campestre em primeiro lugar. O mais importante, contudo, é perceber que além de certo anacronismo, essa definição, ainda plenamente utilizada, prende-se à noção de "perímetro urbano" e define o rural como um oposto do urbano já que qualquer porção do território de um município ou está dentro ou está fora do perímetro urbano. Um grande problema aqui é que a definição do perímetro urbano nos municípios brasileiros nem sempre é clara. Quando é, e esse perímetro marca de maneira inequívoca o limite da área urbanizada, evitando que ele "se derrame sobre suas bordas em direção a um infinito onipotente", há uma noção de fronteira na separação cidade/campo, o que significa dizer um limite concreto, materializado. A fronteira imaterial, abstrata se constrói – nesse caso entre o urbano e o rural – pela racionalidade objetiva e pragmática que enxerga as relações, os hábitos, as experiências cotidianas normalmente associados à cidade como antagônicos àqueles que se ligam ao campo. Cria-se assim uma separação entre o que é urbano e o que é rural, no plano das ideias que pode, no fim da cidade, contribuir para aumentar a separação entre cidade e campo.

Para entender como acontecem os limiares (*Schwellen*) retoma-se a noção de *continuum*. É preciso reconhecer que essa noção não elimina a dicotomia urbano/rural, mas apenas cria a possibilidade de uma transição em que essas duas dimensões se tornam híbridas, sobrepostas, num sentido de gradação. Evita assim a ideia de um contraste sem eliminar o traço de dualidade que persiste no entendimento dessas relações. O *continuum* urbano-rural, às vezes chamado de franja urbana, é encontrado nas bordas das áreas metropolitanas como uma zona de gradação em que o urbano vai se diluindo no rural. A falta de definições claras quanto aos limites das cidades marca o padrão de urbanização brasileiro. Como mostram Monte-Mór e Costa:

> O padrão de urbanização extensiva através do qual o tecido urbano se estende das cidades e áreas metropolitanas para penetrar nos espaços rurais e no território regional os subordina à lógica urbana-industrial (e seus requisitos). Ao fazê-lo, ele redefine e integra o espaços antes

[35] IBGE, 2000, 07.

> rurais aos sistemas de produção e consumo gerados nas múltiplas centralidades (e periferias) das maiores aglomerações urbanas. O tecido urbano-rural borrado que resulta dessas diversas combinações sociais no espaço e no tempo dentro da urbanização cria dificuldades para classificações socioespaciais tanto em periferias metropolitanas como em áreas de fronteira como a Amazônia (Costa e Monte-Mór, 2002, 132).

Essa noção de um espaço hibridizado quebra a separação radical entre "urbano" e "rural", e se materializa em territórios meio citadinos meio campestres nas bordas das metrópoles se aproximando da noção do limiar benjaminiano (*Schwelle*). Já no plano abstrato, o limiar – em lugar da fronteira – dá-se nesses territórios híbridos, mas também nos já citados traços de urbanidades no rural e ruralidades no urbano, cada vez mais comuns. Essas situações criam relações sociais e econômicas em que se entremeiam o urbano e o rural.

Esses processos de hibridização em termos concretos (cidade-campo) ou abstratos (urbano-rural) remetem à noção de urbanização extensiva, como proposta por Monte-Mór (1994). Essa noção foi elaborada ensejando a construção de uma nova relação entre espaços construídos e espaços naturais, o que também interessa à noção de fronteira até aqui discutida. Tomando como base o conceito lefebvriano de "zonas urbanas" como um estágio da urbanização capitalista que explode o urbano para além da cidade, Monte-Mór propõe a ideia de urbanização extensiva como um fenômeno que dita a produção do espaço hoje em países capitalistas, ainda que periféricos:

> A urbanização extensiva – esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais – representa, assim, a forma sócio-espacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até – e cada vez mais – às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros... (Monte-Mór, 1994, 171)

Esse fenômeno de urbanização extensiva identificado por Monte-Mór aponta para o fim da cidade, mas não somente no sentido utilizado até aqui, das bordas do território citadino, mas também para uma possível morte da ideia de cidade, pelo menos como era concebida tradicionalmente. A concepção clássica de cidade está associada às noções de *polis* (grega) e *civitas* (romana), identificando esse espaço como *lócus* de poder e de cidadania. A concepção capitalista industrial da cidade a identifica como o território das relações socioeconômicas típicas desse sistema de produção, diferentes das relações socioeconômicas que se dão no campo. A urbanização extensiva põe fim à cidade em todas essas concepções, já que explode o urbano para além do território da cidade industrial, dilui e descentraliza poder e cidadania pelo território. Cria, portanto, a necessidade de superar as concepções tradicionais de "cidade" ou ainda de pensar a existência de uma "cidade híbrida" constituída por uma "socionatureza" como defende Swyngedouw:

> (...) a cidade e o processo urbano são uma rede de processos entrelaçados a um só tempo humanos e naturais, reais e ficcionais, mecânicos e orgânicos. Não há nada 'puramente' social ou natural na cidade, e ainda menos anti-social ou antinatural; a cidade é, ao mesmo tempo natural e social, real e fictícia. Na cidade, sociedade e natureza, representação e ser são inseparáveis, mutuamente integradas, infinitamente ligadas e simultâneas; essa 'coisa' híbrida socionatural chamada cidade é cheia de contradições, tensões e conflitos (Swyngedouw, 2001, 84).

Aceitar os conflitos e disputas socioambientais nas bordas urbanas como fatos constituintes de um território híbrido socionatural pode ser um caminho mais rico para compreender dialeticamente esses espaços e suas relações do que a oposição radical entre o que é construído pelo trabalho humano e o que é natural, entre a cidade e o campo, entre o urbano e o rural. Se a cidade e todo o espaço produzido pelo homem podem ser entendidos como parte de um ambiente maior, natural, nele contido e não colocado em oposição à ele, a noção de fronteira urbana poderia ser completamente abolida. A cidade faz parte da natureza e não é sua antípoda. Só um pensamento muito abstrato é capaz de separar um organismo vivo do seu ambiente.

Quanto mais se entenda o fim da cidade como espaço de colisão entre a suposta dimensão humana ou cultural e uma suposta dimensão natural, mais fortemente se consolidam separações aqui mencionadas e mais sedimentada estará a própria noção de uma fronteira, usando as palavras de Gagnebin, para limitar as bordas da cidade para que elas não se derramem sobre um território infinito onipotente e vago. No sentido contrário, a ideia de uma socionatureza (Swyngedouw 2001) ou de um meio ambiente urbano (Costa, 2000; Monte-Mór, 1994) que dilui a separação radical entre as dimensões espaciais construídas e não-construídas só parece ser possível de ser estabelecida se o fim da cidade começa a ser visto como um limiar, uma zona de transição e não como uma fronteira.

A enorme força simbólica que as bordas do território urbanizado possuem entre nós no sentido de fronteiras entre duas dimensões distintas, uma cultural e outra natural, assenta-se na própria história da urbanização no Novo Mundo. Como mostra Smith (1996), aqui, muito mais do que na Europa ou na Ásia, os processos de urbanização e industrialização iniciados no século XIX marcam a conquista do território selvagem pela contínua expansão de caráter civilizatório. Mesmo considerando as enormes diferenças entre esses processos e seus contextos na América do Norte e na América do Sul, pode-se dizer que a expansão territorial foi imposta, tanto no *wild west* norte-americano como na Amazônia brasileira, pela necessidade (econômica, política, cultural) de ampliação constante das fronteiras do urbano, subjugando o território selvagem, natural.

No campo da filosofia os temas da natureza, da relação homem/natureza e, principalmente, da dominação do homem sobre a natureza, ocuparam uma vários pensadores em diferentes épocas. A questão da dominação da natureza pelo homem já estava presente em Platão e Aristóteles, Epicuro e

Santo Agostinho. Ocupou Bacon e Descartes na era moderna e, mais tarde, de formas distintas, Schelling e Hegel. Marx, e também Engels, detém-se longamente nessa questão no *Capital* e em outras obras. A *Dialética do Esclarecimento*[36], obra clássica da primeira teoria crítica, escrita por Adorno e Horkheimer aprofunda essa questão em uma análise sobre o mito homérico de Ulisses. Porém, seria um exercício hercúleo e sem sentido para os propósitos desta tese, levantar e analisar a trajetória histórica dessa discussão no campo da filosofia. Outros já o fizeram de forma completa[37]. Interessa por ora, afirmar que a fronteira urbana ainda é um símbolo da dominação da natureza pelo homem.

[36] Cf. Adorno, Horkheimer (1985).
[37] Cf. Duarte (1993, 2004).

CAPÍTULO 3

A CIDADE AO FIM DA CIDADE

Este capítulo pretende discutir a estrutura física dos conjuntos habitacionais populares no fim da cidade e como essa estrutura física se relaciona com as estruturas sociais a ela sobrepostas. Interessa tanto compreender melhor a estrutura urbana das porções de cidade ao fim da cidade, constituídas em torno dos grandes conjuntos habitacionais, antes deles ou a partir deles, como também a própria estrutura física interna do tipo conjunto habitacional moderno. Não se trata de dissecar aspectos técnicos do campo da arquitetura e do urbanismo ligados ao tema, algo que fugiria aos objetivos e limites deste trabalho. A discussão, contudo, foi encaminhada a partir de alguns pressupostos sobre essas estruturas físicas, construídos no campo da arquitetura, do urbanismo e também da geografia, aqui analisados em relação aos moradores desses conjuntos em sua vida cotidiana. O objetivo é o de avaliar em termos teóricos como esse espaço urbano fronteiriço é produzido, sob quais condições e com quais consequências para as pessoas que nele habitam.

A discussão deste capítulo é conduzida a partir da ideia de que a cidade ao fim da cidade constituída pelos grandes conjuntos habitacionais pode ser caracterizada, dentre outras formas, como uma cidade incompleta, uma cidade anistórica e uma cidade injusta. A primeira parte do capítulo discute a ideia de

que os espaços urbanos das bordas das grandes cidades se caracterizam como *estruturas intraurbanas incompletas*. A discussão se fundamenta na crítica da segregação socioespacial inerente à produção capitalista do espaço urbano. Essa segregação é inserida no contexto dos processos de urbanização brasileiros especificamente em relação às dinâmicas centro-periferia que os caracterizam. Também serão feitas algumas considerações sobre como se mantém esse padrão de desigualdade socioespacial no sentido centro-periferia e, principalmente, por que ele não pode ser revertido facilmente, constituindo uma espécie de paradoxo da cidade perpetuamente incompleta. Em seguida, numa segunda parte, será empreendida uma discussão sobre o caráter anistórico que caracteriza as grandes estruturas físicas do conjunto habitacional moderno, o qual poderia também ser chamado, com alguns cuidados, de inorgânico ou inautêntico. A partir de algumas das críticas mais conhecidas ao tipo conjunto habitacional moderno, serão discutidos sucintamente alguns problemas inerentes a esse modelo. Ao fim desse capítulo, numa terceira parte, como síntese das duas discussões precedentes, é feita uma breve consideração acerca dos conceitos de *direito à cidade* como proposto por Lefèbvre (2011) e Harvey (2009) e de *Justiça Espacial* conforme proposto por Soja (2010). Essa discussão se encaminha então para uma consideração acerca do direito à moradia e de como ele afetou as outras noções. Assim, serão fornecidos subsídios teóricos para uma reflexão sobre a geração de injustiça socioambiental pela produção formal de moradias em larga escala nas bordas do território urbano, um dos expedientes daquilo que é chamado no presente trabalho de *segregação socioespacial consentida*.

3.1 - CIDADE INCOMPLETA

A discussão sobre as incompletudes urbanas típicas das grandes cidades brasileiras nas áreas próximas de seus limites passa antes pelo entendimento de um processo de urbanização também típico do Brasil, distinto dos processos que constituem a cidade informal e autoconstruída ou a cidade formal produzida para os mais ricos. Trata-se de um processo de urbanização que é formal em termos técnicos, legais e financeiros, já que é elaborado com projetos e assessoria técnica especializada, respeita a legislação vigente em termos edilícios e urbanos e ainda conta com o apoio do sistema financeiro para a sua viabilização. Porém, na prática, após a sua ocupação, esse tipo de urbanização oferece aos moradores um padrão de infraestrutura urbana, comércio, serviços sociais e de transporte abaixo daquele encontrado em outras áreas urbanas formalmente produzidas. Não é, portanto, uma urbanização característica da chamada cidade precária, mas também não poderia ser considerada uma cidade completa. Por essas razões, será chamada aqui de cidade incompleta.

A reflexão sobre a cidade incompleta começa pela discussão sobre como foi historicamente constituída a produção do espaço intraurbano da periferia das grandes cidades brasileiras. Estão implícitos nessa questão dois importantes conceitos: *produção do espaço* e *o espaço intraurbano*. A noção de *espaço intraurbano* é utilizada aqui como proposta por Villaça (2001). Para esse autor, as expressões “espaço urbano”, “estrutura urbana”, “estruturação urbana”, “reestruturação urbana” estão de tal forma

comprometidas com o componente urbano do espaço regional que se tornou necessário o uso do termo *intraurbano*, por mais redundante que ele possa parecer (Villaça, 2001,18) para tratar do conjunto de aspectos relativos à estrutura do território urbano, à estrutura interna da cidade ou de uma parte da cidade. Villaça (2001) alerta que a ideia de um *espaço intraurbano* não deve se confundir com a noção de *estrutura intraurbana*. Apesar de admitir que alguns autores utilizam a ideia de *estrutura* como sinônimo de *espaço*[1], para ele, *estrutura* "quando se refere a espaço urbano, diz respeito à localização relativa dos elementos espaciais e suas relações" (Villaça, 2001,33). A *estrutura intraurbana* é também o *espaço intraurbano*, mas mais do que isso, suas relações com estruturas não espaciais, como as estruturas sociais ou as estruturas econômicas. Este trabalho pretende discutir a *estrutura intraurbana* em torno dos conjuntos habitacionais periféricos por meio do entendimento desse *espaço intraurbano.*

Já a noção de *produção do espaço* refere-se à teoria proposta por Lefèbvre (1991) que discute com profundidade as noções de que, no mundo governado pelo capital, o espaço social é um produto social (mercadoria) e de que o espaço é produzido para servir a um propósito e para legitimar a hegemonia de classes. Na presente discussão, porém, a ideia de *produção do espaço* guarda relação mais direta com Castells (1978; 1983) e Harvey (2006; 2009) que discutem mais especificamente o ambiente construído produzido pela lógica da acumulação capitalista. Esses autores forneceram bases importantes para uma reflexão sobre a relação direta que existe entre a produção capitalista do espaço urbano e a segregação socioespacial urbana. Algumas diferenças importantes, no entanto podem ser observadas no pensamento desses dois autores.

Harvey (2009) explica que a urbanização do mundo é um processo que desempenha um papel particularmente ativo na absorção do excedente de produção perpetuamente produzido no capitalismo para realização do lucro. Dentro dessa lógica essencial se encontra a origem da divisão de classes no espaço urbano. Harvey argumenta:

> Desde sua criação, as cidades surgiram por meio das concentrações geográfica e social os excedentes de produção. A urbanização sempre foi, por isso, um fenômeno de classes, uma vez que os excedentes de produção são extraídos de algum lugar e de alguém, enquanto que o controle sobre o seu desembolso está nas mãos de poucos (Harvey, 2009, 315).

O autor entende, pelo menos aqui, a segregação socioespacial como um problema *da* cidade.

Castells traça um caminho um pouco diferente. Esse autor, que para Villaça (2001,30) foi o único dos estudiosos contemporâneos da cidade de filiação teórica marxista que apresentou uma abordagem teórica abrangente do espaço *intraurbano*, defende que a segregação social e funcional do espaço nas cidades do capitalismo avançado, age para favorecer os interesses das elites sociais, que correspondem a uma pequena parcela da população, afetando negativamente não só a classe trabalhadora, mas

[1] Como o Castells segundo o próprio Villaça (2001).

também a pequena burguesia (Castells, 1978). Mas para ele essa é uma questão estrutural: a segregação social e funcional do espaço urbano não é circunstancial do *milieu* urbano. Ela é determinada por relações sociais historicamente definidas num sentido amplo, no contexto do modo de produção capitalista. Para ele as contradições espaciais que desses processos decorrem "originam-se em sua forma específica da organização capitalista de produção e consumo, e da intervenção estatal a qual é largamente dominada pelo bloco de poder constituído em torno da fração hegemônica do capital financeiro" (Castells, 1978, 171). Defende, portanto, a ideia da segregação socioespacial como um problema *na* cidade.

Harvey (2006) relaciona a teoria da acumulação e o entendimento das estruturas espaciais de maneira geral a partir de sua leitura de Marx. Ele lembra que o sistema capitalista criou uma lógica de permanente expansão do capital na qual que o próprio sistema cuida de sempre criar novas oportunidades de acumulação. Para o autor a expansão geográfica dos centros urbanos – assim como a concentração geográfica em áreas centrais – são produtos do mesmo esforço de criar oportunidades para a acumulação do capital (Harvey, 2006, 53). A imposição de expansão e acumulação produz concentração da produção e do capital e, ao mesmo tempo, ampliação do mercado para sua realização aumentando a concentração nas áreas centrais e constantemente alargando as bordas da cidade. Para Harvey (2006) as tensões centro-periferia nas cidades capitalistas se originam da tensão entre concentração e expansão geográfica criada pelo capital.

Se essa tensão no espaço urbano é inerente à lógica do capitalismo de forma mais geral, é possível pensar que ela provavelmente opere de forma acentuada quando aplicada às estruturas sociais de um país periférico e com diferenças sociais colossais. A urbanização, operando na lógica antes descrita, encontrou nos países em desenvolvimento um terreno fértil para acontecer num ritmo ainda mais forte, naquilo que Castells (1983) chama de *hiperurbanização*, sem que esse processo estivesse relacionado com o ritmo de industrialização. Para o autor, além do ritmo mais acelerado, caracteriza a urbanização na América Latina um caráter de dependência:

> A urbanização na América Latina não é a expressão de um processo de 'modernização', mas a manifestação, a nível das relações socioespaciais, da acentuação das contradições sociais inerentes a seu modo de desenvolvimento – desenvolvimento determinado por uma dependência específica no interior do sistema capitalista mundial. (Castells, 1983, 106)

Castells (1980) discute a ideia de *contradições urbanas*, para ele típicas desse processo de urbanização tardio da América Latina e que podem ser muito bem ilustrados exatamente pelas diferenças encontradas entre as estruturas intraurbanas centrais e as estruturas intraurbanas periféricas nas grandes cidades brasileiras. As *contradições urbanas* para Castells (1980) são desigualdades criadas na cidade a partir das condições desiguais de acesso aos bens de consumo coletivos o que faz com que as discussões sobre os conflitos sociais na cidade sejam deslocados de um ponto mais estrutural ligado à produção e às

divisões de classe para a distribuição desigual de moradia, transporte, serviços sociais, etc. No Brasil essas *contradições urbanas* são construídas de forma mais evidente entre os anos de 1960 e final dos anos de 1970, quando se deu o chamado "milagre brasileiro". Esse momento de notável expansão urbana no país foi decisivo para consolidar o padrão centro-periferia que marca as cidades brasileiras nas mais diferentes escalas. Nesse período o crescimento das cidades se baseou numa grande diferenciação qualitativa entre os espaços produzidos, amplificando o caráter excludente e injusto da sociedade brasileira.

O processo de urbanização da região metropolitana de Belo Horizonte segue esse padrão, diferenciando qualitativamente cada vez mais centro e periferia, na medida em que o território urbano foi se expandindo principalmente a partir dos anos de 1970. O crescimento das áreas centrais é marcado pela valorização imobiliária, pela verticalização em substituição a antigos usos, pela concentração de serviços e comércio, pelas melhores infraestruturas urbanas, pela maior oferta de áreas públicas de lazer e pela maior oferta de emprego. O crescimento das periferias da cidade segue na direção contrária, caracterizado pela expansão horizontal e pelo parcelamento extensivo do solo para fins habitacionais de baixa renda. Numa situação de fragilidade institucional em termos técnicos e legais, os novos parcelamentos traziam quase sempre infraestruturas urbanas de pior qualidade e, em alguns casos, precárias. Um quadro comparativo resume as características desses dois processos paralelos que marcaram o crescimento urbano da RMBH, mas também de várias outras cidades brasileiras evidenciando o processo simultâneo de acumulação e expansão geográfica descrito por Harvey.

QUADRO 2

Comparação entre as características das áreas urbanas centrais e periféricas

Características	Áreas Centrais	Áreas Periféricas
Padrão espacial	Vertical, concentrado	Horizonte, espraiado
Densidade bruta (hab. e pop.)	Alta	Baixa
Novas centralidades	Bem articuladas	Desarticuladas ou inexistentes
Novas atividades e empregos	Relevantes	Irrelevantes ou inexistentes
Qualidade ambiental	Razoável	Baixa
Espaços de uso coletivo	Ruas, praças, parques	Apenas ruas
Serviços públicos	Muitos e relativamente bons	Poucos e relativamente ruins
Infraestrutura urbana	Completa	Incompleta

Costa (2003) atesta essa diferenciação qualitativa centro-periferia e chama a atenção para a forma como esses espaços urbanos de baixa qualidade foram produzidos em larga escala:

> As dimensões quantitativas dessa forma de produção do espaço são tão alarmantes quanto as qualitativas, ou seja, foram produzidos espaços de dimensões suficiente para abrigar algumas centenas de milhares de pessoas desprovidas das mais elementares condições de

> habitabilidade e acessibilidade urbana. São essas periferias que vão sofrer contínuo adensamento construtivo e populacional nas décadas subsequentes (Costa, 2003, 163).

O padrão centro-periferia da urbanização no Brasil está associado diretamente à urbanização diferenciada centro-periferia inerente ao modo de produção capitalista, tal como apontado por Harvey (2009), mas revela características específicas, considerando a estrutura social de um país pobre e da periferia do capitalismo como o Brasil, como aponta Castells (1980). Ele manifesta, de forma perversa, a adaptação da lógica do capital imobiliário e da construção às condições de pobreza da maior parte da população, associando o acesso à propriedade privada à exclusão dos benefícios da urbanização (Costa, 2006). A exclusão dos benefícios da urbanização na expansão habitacional de baixa renda nas periferias das grandes cidades se insere num processo mais amplo que foi definido por Kowarick (1993) como *espoliação urbana.* Ele relaciona essa exclusão e outras consequências negativas a uma condição geral de exploração do trabalho no capitalismo tardio e mais claramente manifesto em países pobres como o Brasil onde faltam moradias para as populações de menor renda. Ele explica essa relação:

> [...] o chamado problema habitacional dever ser equacionado tendo em vista dois processos interligados. O primeiro refere-se às condições de exploração do trabalho propriamente ditas, ou mais precisamente às condições de *pauperização absoluta* ou *relativa* a que estão sujeitos os diversos segmentos da classe trabalhadora. O segundo processo, que decorre do anterior e que só pode ser plenamente entendido quando analisado em razão dos movimento contraditórios da acumulação do capital, pode ser nomeado de *espoliação urbana*: é o somatório de extorsões que se operam através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, apresentados como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência, e que agudizam ainda mais a dilapidação realizada no âmbito das relações de trabalho (Kowarick, 1993, 62).

O somatório de extorsões que caracterizam a *espoliação urbana* para Kowarick vão da inexistência à precariedade de serviços de consumo coletivo, que poderiam ser chamados de infraestrutura urbana. O próprio Kowarick (1993) lembra que não só a produção habitacional passou a ser compreendida pelos governos como um importante instrumento de aceleração da economia, mas também a implantação e o fornecimento de serviços de consumo coletivos (Kowarick, 1993, 70). Isso ocorre não só porque a implantação de infraestruturas urbanas está ligada às grandes companhias da indústria da construção civil, como também porque esses sistemas estão ligados a grandes empresas de fornecimento desses serviços, hoje privadas e de capital misto.

É preciso fazer uma diferenciação, no caso das infraestruturas urbanas associadas aos grandes conjuntos habitacionais periféricos, acerca do grau de incompletude muitas vezes associado a elas. Não é possível dizer que se trata de infraestruturas urbanas precárias, porque, como já dito, a construção dos grandes conjuntos habitacionais populares conta com amparo técnico e financeiro. É, portanto, formalmente assistida e não pode ser comparada à infraestrutura urbana em favelas, aglomerados e

loteamentos irregulares, essa sim, muitas vezes precária. Nesses casos há habitações localizadas em áreas sem rede de esgoto ou rede de abastecimento de água em certas situações específicas. Isso não ocorre normalmente no caso de um conjunto habitacional aprovado junto aos órgãos municipais e aos agentes financeiros, que contam, em ambos os casos, com um corpo técnico que avalia os projetos e fiscaliza as obras e condiciona sua aprovação ao atendimento de quesitos técnicos. Não são comuns conjuntos habitacionais com redes de infraestrutura parcialmente implantadas[2]. A infraestrutura da cidade incompleta tem um déficit que é muito mais qualitativo do que quantitativo. Isso faz com que a discussão sobre a *espoliação urbana* nesse caso restrinja-se à precariedade no sentido da insuficiência. Em grandes áreas urbanas brasileiras, na medida em que avançam intervenções para reversão das precariedades infraestruturais urbanas mais urgentes, a questão passa a ser qual a qualidade do serviço oferecido á população. Torres e Marques atestam essa ideia:

> Os investimentos realizados nas últimas décadas elevaram as condições médias da infra-estrutura das periferias, reduzindo em muitos casos os diferenciais entre elas e as regiões habitadas pelas camadas mais ricas da população. Essa expansão tornou a compreensão do fenômeno da segregação espacial na cidade menos dependente da presença ou ausência de equipamentos e serviços, e mais associada à qualidade, à freqüência e aos padrões de atendimento diferenciados entre as diversas regiões (Torres e Marques, 2001, 50).

Nos conjuntos habitacionais a infraestrutura urbana costuma ser bem projetada e bem construída em termos técnicos, chegando algumas vezes a uma qualidade superior à de bairros mais centrais e mais antigos. O problema maior está na má qualidade dos serviços oferecidos pelas empresas operadoras dos sistemas urbanos. Esse problema se agrava quando a condição de limite urbano coincide com a divisão entre municípios, cuja imprecisão muitas vezes cria situações de "vácuo" administrativo.

Nos conjuntos habitacionais populares anteriores à lei Lehmann (Brasil, 1979), há déficits também quantitativos em certos casos. Os construtores e incorporadores no período pré legislação de parcelamento do solo, pela falta de um arcabouço jurídico que estabelecesse parâmetros técnicos e responsabilidades para implantação dessas porções de território urbano, viam-se livres para construir e comercializar loteamentos e conjuntos habitacionais sem o conjunto completo de infraestrutura urbana "socialmente necessárias aos níveis de subsistência" (Kowarick, 1993). Em alguns casos, coube ao investimento público sanar essas deficiências ao longo do tempo. Em outros, permaneceram as incompletudes.

A implantação da infraestrutura dos serviços urbanos necessariamente exigem investimentos muito significativos. Esses investimentos acabam sendo feitos quase sempre com recursos públicos, já que não interessa ao capitalista investir em bens de consumo coletivos. Isso define a contradição da urbanização capitalista, em que o capital privado busca o lucro de todas as formas, mas se opõe à constituição de

[2] Não são comuns, mas existem. A pesquisa empírica que será apresentada no cap. 5 irá mostrar isso.

elementos urbanos essenciais para a sua valorização. Na prática, se um investimento público em infraestrutura urbana e serviços tiver sido feito antes de um investimento privado do setor imobiliário voltado para o mercado de habitações, qualificando uma determinada estrutura intraurbana, haverá uma valorização imobiliária dessa área que elevará o preço da terra e consequentemente o valor de troca dessas habitações, tornando-as inacessíveis para as pessoas mais pobres[3]. Se um investimento público relevante em infraestrutura e serviços urbanos é feito depois de uma área já estar consolidada, da mesma forma haverá uma valorização imobiliária, o que implica o aumento do preço da terra seguido de um processo de expulsão dos moradores mais pobres para outras áreas onde consigam pagar pela moradia[4]. O preço da terra é algo socialmente produzido e está relacionado não só às políticas que definem o zoneamento urbano, como argumentado antes, mas também aos investimentos públicos em infraestrutura. Se a infraestrutura e os serviços urbanos tivessem a mesma qualidade em toda a cidade, eles não influenciariam dinâmicas de "expulsão branca" das pessoas mais pobres para áreas cada vez mais periféricas.

Obviamente não se pode acreditar que exista alguém operando por trás dessa lógica de segregação espacial que empurra os mais pobres para os anéis periféricos das grandes cidades e mantém seus espaços de reprodução em situação de semiprecariedade ou de insuficiência. A busca pelo lucro gerado pelo excedente da produção, no caso da construção civil e do mercado imobiliário faz parte da dinâmica da produção capitalista do espaço e é um processo sem sujeito, como lembra Campos (2011). Mesmo assim é possível reconhecer que para manter essa dinâmica, o excedente da produção precisa ser extraído de algum lugar, ou de alguém, e precisa ir para algum lugar, ou para alguém. Não se pode esquecer que, como aponta Lefèbvre (1991, 10), um dos aspectos mais importantes do capitalismo é a noção de hegemonia de classes. A construção ininterrupta de grandes porções de cidade, quase sempre incompletas, no fim das cidades está diretamente ligada a essa hegemonia.

3.2 – CIDADE ANISTÓRICA

A estrutura física dos grandes conjuntos habitacionais surge no território urbano de forma não espontânea, através de uma ação construtiva que tem como características básicas o gigantismo na escala espacial e a insignificância na escala temporal. Quando se compara o processo de construção de um conjunto habitacional com o de um território urbano de crescimento mais orgânico, não é difícil perceber que levaria muito mais tempo para uma porção territorial com as mesmas dimensões de um conjunto habitacional se constituir por processos espontâneos. A grande questão por trás dessa diferença

[3] Isso explica, em parte, a inexistência de empreendimentos do PMCMV no município de Belo Horizonte, quase completamente urbanizado e dotado de infraestrutura e serviços também cobrindo praticamente todo o município. O resultado disso é que não há terreno na cidade cujo preço viabilize os empreendimentos do PMCMV na faixa voltada para famílias de menor renda.

[4] O programa Vila Viva da PBH tem sistematicamente criado esse efeito colateral. O investimento público em urbanização, saneamento, abertura de vias, construção de habitações em algumas favelas da cidade cria uma valorização imobiliária, mesmo num assentamento autoconstruído, com o aumento do valor dos aluguéis e ofertas de compra capazes de expulsar alguns moradores tradicionais para lugares mais distantes da RMBH.

básica está no potencial de historicidade que possui um pedaço de cidade que foi se desenvolvendo ao longo do tempo, mesmo que a partir de um traçado urbano planejado, mas de forma endógena, em comparação a uma grande área urbana destinada a habitações construída de uma só vez, por uma ação exógena. A sua característica inata de falta de historicidade constitui um ponto nevrálgico da reflexão sobre o conjunto habitacional moderno.

A crítica ao tipo conjunto habitacional moderno não é algo novo. Ela vem sendo feita de forma sistemática desde a década de 1960 e talvez seu ponto alto tenha sido o episódio emblemático da demolição do conjunto habitacional Pruitt-Igoe em Saint Louis, nos Estados Unidos, em 1972, principalmente a partir da crítica articulada por Charles Jencks. O conjunto habitacional Pruitt-Igoe foi projetado e construído nos primeiros anos da década de 1950 como uma estratégia articulada pela administração municipal e pelo empresariado local, para abrigar a população de baixa renda da cidade, instalada em cortiços. Inicialmente nas áreas periféricas esses cortiços começaram a se expandir em ritmo acelerado nas duas décadas anteriores, em função da crise econômica, desvalorizando grandes áreas urbanas ao seu redor. A iniciativa da construção do conjunto veio quando os cortiços começam a ser construídos nas áreas mais centrais da cidade, corroendo o preço da terra nas áreas urbanas mais valorizadas[5]. O conjunto ficou pronto com suas trinta e três torres de onze pavimentos cada em 1954 e recebeu seus primeiros moradores até 1956. Inicialmente havia sido pensado pelas autoridades locais que o conjunto deveria ter blocos separados para brancos e para negros, a fim de evitar tensões raciais que estavam cada vez mais fortes naquele período no país de forma geral e principalmente em cidades mais interioranas próxima da região sul como Saint Louis. O nome do conjunto está associado a esse propósito: Wendell Pruitt foi um piloto de aviões, herói da segunda guerra, negro e William Igoe um destacado político local, branco. A parte *Pruitt* do conjunto seria destinada aos negros e a parte *Igoe* destinada aos brancos. Uma decisão da suprema corte norte-americana, porém, forçou os responsáveis pelo empreendimento a distribuir as famílias brancas e negras sem segregação. Porém, o que aconteceu na prática foi que as famílias brancas começaram a sair dos blocos na medida em que mais famílias negras começavam a se instalar, configurando rapidamente uma situação clara de racismo espacial e de injustiça ambiental, já que em pouco tempo o Pruitt-Igoe passou a ser um conjunto habitacional para negros.[6] Poucos anos depois de inaugurado, já nos anos de 1960 o conjunto tornou-se um gueto segregado socialmente da cidade, com inúmeras situações de violência e degradação ambiental. Uma década após sua inauguração, a vacância no conjunto habitacional chegou a 40%, já que várias famílias começaram a sair do conjunto em direção a áreas periféricas da cidade. Em 1968 a autoridade municipal iniciou um plano de evacuação do conjunto e em 1970 iniciou sua demolição. Em 1972, os blocos já parcialmente demolidos foram implodidos (Bristol, 1991).

[5] Cf. THE PRUITT-IGOE MYTH (2011).
[6] O tema da *injustiça ambiental* surge nos Estados Unidos diretamente associado ao racismo espacial. Esse tema será retomado no capítulo seguinte.

Para Jencks (1984), essa demolição simbolizou o fim da arquitetura moderna, num exagero de quem pretendia, naquele momento, criar uma espécie de mito fundador da arquitetura pós-moderna. O grande erro da crítica de Jencks está no acentuado determinismo espacial. No afã de enterrar o modernismo no âmbito da arquitetura, ele acabou colocando na conta do movimento todas as mazelas sociais abrigadas no conjunto Pruitt-Igoe que justificaram a sua demolição: o racismo estrutural enraizado fortemente na região dos Estados Unidos onde se localiza Saint Louis, a meio caminho entre o norte industrializado e progressista e o sul agrícola e conservador; o empobrecimento de parcelas significativas da população norte-americana nos anos pós-depressão de 1929; a falta de emprego e a estagnaçaão da economia do país. Todas essas são questões determinaram diretamente a deterioração social do conjunto Pruitt-Igoe o que estava além de questões estilísticas arquitetônicas. Nesse sentido, atribuir ao caráter moderno do conjunto habitacional a razão última de seu malfadado destino é, sem dúvida, um exagero. Para Bristol (1991) a demolição do Pruitt-Igoe foi superestimada por Jencks e outros críticos de arquitetura que se seguiram a ele criando uma espécie de mito em torno desse conjunto habitacional. Ela argumenta que acreditar nesse mito é desconsiderar os fatores políticos e sociais mais amplos que cercaram o episódio, os cortes orçamentários que aconteceram durante a construção do conjunto e que o privou de equipamentos de uso coletivo e de lazer, além dos erros de avaliação das autoridades locais sobre as dinâmicas imobiliárias para a população de baixa renda. Para ela, ao longo dos seis anos entre o começo da discussão sobre a sua construção e a definitiva ocupação do conjunto Pruitt-Igoe, o mercado de construção de habitações particulares de baixo custo explodiu na periferia de Saint Louis, tornando-as acessíveis pela primeira vez para as famílias negras e pobres, o que explica o fato de o conjunto nunca ter sido completamente ocupado.

A questão mais importante na avaliação de Bristol (1991) é o deslocamento da discussão sobre os o fracasso do Pruitt-Igoe do campo da arquitetura para fora dele. Para ela, a questão foi muito mais estrutural do que circunstancial, muito mais necessária do que contingente. A crença de que solução arquitetônica do conjunto habitacional contribuiu para o seu fracasso só serviu para encobrir os verdadeiros problemas do planejamento habitacional voltado para os mais pobres. Segundo ela:

> Ao continuar a promover soluções arquitônicas para o que são fundamentalmente problemas de classe e raça, o mito esconde a completa inadequação da política habitacional contemporânea. Ele convenientemente retira a culpa das fontes das políticas habitacionais e a coloca nos arquitetos. Ao promover esse equívoco, o mito disfarça as causas do fracasso de habitação pública, e também garante a continuidade da participação do campo profissional da arquitetura nos esforços paliativos para resolver o problema da pobreza na América. O mito é uma mistificação que beneficia todos os envolvidos, exceto aqueles aos quais programas habitacionais públicos são supostamente dirigidos (Bristol, 1991, 170).

Tomando o episódio do conjunto Pruitt-Igoe a partir dos pressupostos discutidos anteriormente sobre a cidade incompleta, não é difícil perceber que os envolvidos a que se refere Bristol certamente optaram e

continuam optando pelo tipo conjunto habitacional moderno como uma solução mais adequada para prover o maior número de unidades habitacionais no menor espaço urbano possível, com a maior repetição possível, com o menor custo construtivo e a com a menor quantidade de equipamentos de uso coletivo que fosse possível (quase nenhuma nesse caso). O tipo conjunto habitacional moderno é a solução que melhor resolve o problema habitacional se os pressupostos forem os descritos. O Pruitt-Igoe era uma solução típica dessa lógica de produção do espaço urbano do pós-guerra nos Estados Unidos e em todo o mundo. Ele criou num espaço de quatro anos, uma porção de território muito significativa (23 hectares) numa área central da cidade, com um adensamento populacional muito expressivo (125 hab/ha de densidade habitacional bruta), com a prevalência de um caráter monofuncional e sem articulação com a cidade preexistente. O conjunto habitacional moderno não é a causa, *per se*, dos problemas de deterioração socioambiental que ele abriga potencialmente. A dinâmica da produção capitalista do espaço, o tal processo sem sujeito que tem no conjunto habitacional moderno um de seus instrumentos, cria essa condição de degradação social e ambiental.

Essa questão pode ser em parte melhor compreendida com a ajuda de uma outra autora que se notabilizou pela crítica contundente da produção capitalista do espaço urbano nos Estados Unidos do pós segunda guerra, Jane Jacobs. Em *Morte e Vida de Grandes Cidades*, Jacobs (2000) faz uma crítica consistente e bem articulada do planejamento urbano moderno e de suas consequências para as grandes cidades norte-americanas e seus moradores. Com relação aos conjuntos habitacionais modernos, Jacobs (2000) critica a falta de diversidade de usos que esse tipo de solução provoca em grandes extensões territoriais urbanas. Para ela, esse caráter monofuncional das grandes áreas habitacionais planejadas gera degradação espacial. Outra crítica importante que Jacobs (2000) faz ao modelo do conjunto habitacional está no expediente de criação de extensas áreas verdes voltadas ao lazer e esporte, mas direcionadas aos moradores do conjunto, que criam porções territoriais que interrompem as vias públicas e consequentemente os fluxos da cidade Para ela, os planejadores urbanos nunca deveriam deixar grandes extensões de território urbano sem vias públicas que interligam esse território ao restante da cidade. Jacobs (2000) critica ainda a monotonia urbana gerada pelos grandes conjuntos e vendida à opinião pública desde os anos de 1950, como uma opção boa e barata. Pior ainda, para ela, é a ideia de que se trata de uma cidade "organizada" em oposição à cidade espontaneamente construída, que seria "desorganizada". Jacobs desenvolve uma argumentação muito interessante para defender a ideia de que o conjunto habitacional monofuncional e não a cidade orgânica dotada de diversidade é caótico. Essa argumentação é trazida aqui na íntegra pela sua perspicácia:

> Examinemos, primeiro, a crença de que a diversidade é feia. Sem dúvida, qualquer coisa que foi malfeita tem má aparência. Mas essa crença implica outra coisa. Implica que a diversidade de usos urbanos se assemelha a uma bagunça e também implica que os lugares marcados pela homogeneidade de usos têm melhor aparência ou são de todo modo mais suscetíveis a um tratamento aprazível ou esteticamente disciplinado.

> Porém, a homogeneidade ou grande semelhança de usos, na realidade, apresenta problemas estéticos misteriosos.
>
> Se se mostrar a uniformidade de usos francamente como é – uniforme -, ela parecerá monótona. Superficialmente, essa monotonia pode ser encarada como uma espécie de ordem, embora enfadonha. Do ponto de vista estético, porém, ela lamentavelmente traz consigo uma desorganização profunda: a desorganização de não implicar direção alguma. Você anda por lugares marcados pela monotonia e pela mesmice, mas, apesar de ter andado, tem a sensação de não ter ido a lugar algum. O norte é igual ao sul ou ao leste ou ao oeste. Às vezes norte, sul, leste e oeste são bem parecidos, como quando se está no terreno de um grande projeto habitacional. É necessário haver diferenças – muitas diferenças – aflorando em várias direções para não perdermos a orientação. As perspectivas visuais inteiramente uniformes carecem desses avisos naturais de direção e movimento, ou os têm em número insuficiente, e portanto são muito desnorteantes. Isso, sim, é uma espécie de caos (Jacobs, 2000, 246).

Do outro lado do Atlântico, também na década de 1960, assistindo assustado às mudanças urbanas por que passava Paris, Henri Lefèbvre criticou de forma igualmente contundente o modelo de produção planejada do espaço urbano característico das grandes cidades do centro do capitalismo. Lefèbvre (1999) critica veementemente a vontade de submeter a *prática urbana* a um planejamento e a vontade de organizar o espaço físico e os processos de urbanização, característicos do planejamento urbano moderno. Para ele, os urbanistas não conseguem compreender o duplo processo, carregado de conflito, industrialização-urbanização, principalmente pela falta de um pensamento dialético. Além disso, para o pensador francês os planejadores urbanos modernos pensavam a cidade apartada de sua dimensão social e colocando-se, eles mesmos, também fora dessa dimensão[7]. Para Lefèbvre:

> O pensamento dos tecnocratas oscila entre a representação de um espaço vazio, quase geométrico, tão-somente ocupado pelos conceitos, pelas lógicas e estratégias no nível racional mais elevado, e a representação de um espaço finalmente pleno, ocupado pelos resultados dessas lógicas e estratégias. Eles não percebem, em primeiro lugar, que todo espaço é *produto*, e, em seguida, que esse produto não resulta do pensamento conceitual, o qual não é, imediatamente, força produtiva. O espaço, considerado como produto, resulta das relações de produção a cargo de um grupo atuante. Os urbanistas parecem ignorar ou desconhecer que eles próprios figuram nas relações de produção, que cumprem ordens. Executam quando acreditam comandar o espaço. Obedecem a uma *commande* [encomenda] social que não concerne a este ou àquele objeto, nem a este ou àquele produto (mercadoria), mas a um objeto global, esse produto supremo, esse último objeto de troca: o espaço. O desenvolvimento do mundo da mercadoria alcança o continente dos objetos. Esse mundo não se limita mais aos conteúdos, aos objetos no espaço. Ultimamente, o próprio espaço é comprado e vendido. Não se trata mais da terra, do solo, mas do *espaço social* como tal, produzido como tal, ou seja, com esse objetivo,

[7] Essa consideração de Lefèbvre está plenamente alinhada com a diferenciação entre Teoria Tradicional e Teoria Crítica, construída por Horkheimer e apresentada no capítulo anterior.

> com essa finalidade (como se diz). O espaço não é mais simplesmente o meio indiferente, a soma dos lugares onde a mais-valia se forma, se realiza e se distribui. Ele se torna produto do trabalho social, isto é, objeto muito geral da produção, e, por conseguinte, da formação da mais-valia. (Lefébvre, 1999,139).

Lefèbvre (1991) considera que a lógica de planejamento e produção capitalista do espaço urbano está diretamente associada a ideia de *urbanismo* que ganhou muita força após a segunda guerra mundial. Essa ideia surge, para ele essencialmente como uma forma de poder e não como uma forma de conhecimento, uma "superestrutura do capitalismo de organização e da sociedade burocrática de consumo dirigido" (Lefèbvre, 1991, 147). Ele considera que esse pensamento determina o declínio da cidade espontânea, da cidade histórica, o que interessa particularmente à presente discussão. Para Lefèbvre (1991) o urbanismo é veículo de uma racionalidade limitada e tendenciosa da qual o espaço, ilusoriamente neutro e não-político, constitui o objeto (e o objetivo).

A lógica da criação da cidade anistórica pode ser vista de forma muito clara na produção de grandes conjuntos habitacionais nas periferias das grandes cidades, o que Lefèbvre (2011) chama de "periferias desurbanizadas, mas dependentes da cidade". Essa porção territorial de cidade gerada com a construção de grandes áreas habitacionais homogêneas é chamada por ele de "urbanização desurbanizante e desurbanizada":

> Se definirmos a realidade urbana pela dependência em relação ao centro, os subúrbios serão urbanos. Se definirmos a ordem por uma relação perceptível (legível) entre a centralização e a periferia, os subúrbios serão desurbanizados. E pode-se dizer que o 'pensamento urbanístico' dos grandes conjuntos literalmente se encarnou na cidade e no urbano a fim de extirpá-los. Toda realidade urbana perceptível (legível) desapareceu: ruas, praças, monumentos, espaços para encontros. Nem mesmo o bar, o café (o bistrot), deixaram de suscitar o ressentimento dos 'conjuntistas', o seu gosto pelo ascetismo, sua redução do habitar para o habitat (Lefèbvre, 2011, 27).

Lefèbvre (2011) mostra ainda que a periferização das populações pobres nas cidades europeias após a revolução Industrial teve a intenção de apagar uma *consciência urbana* que elas possuíam ou poderiam vir a possuir. Ele defende que parte do ideal da Comuna de Paris em 1848 era a retomada das áreas centrais pelos proletários urbanos relegados a subúrbios e periferias.

Da crítica de Bristol (1991) ao mito do Pruitt-Igoe, pode-se extrair a noção de que a desconsideração das dinâmicas e conflitos sociais existentes numa área urbana onde vai ser instalado um conjunto habitacional e em relação às populações que irão habitá-lo é uma forma de criar bolsões de cidade sem historicidade nas suas relações internas e externas. Da crítica de Jacobs (2000), é possível perceber que a monofuncionalidade, a desarticulação de desenho urbano e a monotonia pretensamente organizadora do espaço criam situações em que nem a grande área habitacional planejada se conecta à cidade

preexistente e nem esta se integra àquela. Essa desarticulação que é ao mesmo tempo sociocultural e espacial, física, também reforça o caráter anistórico do conjunto habitacional. Por fim, a crítica de Lefèbvre mostra que o planejamento urbano e habitacional moderno passou a ser dominante a partir da segunda metade do século passado marcando o declínio da cidade histórica e espontânea. Nos três autores, fica clara a condição de anistoricidade implícita nesse modelo de produção urbana e habitacional.

A discussão teórica sobre a falta de vínculos históricos que marca o tipo conjunto habitacional moderno está inserida em um campo teórico e filosófico mais amplo, de reflexões críticas sobre a modernidade industrial e pós-industrial. Essas reflexões críticas ocuparam um significativo espaço do campo teórico ao longo de todo o século XX e não eram, obviamente, exclusivas dos pensadores críticos de filiação marxista. Dois conceitos importantes de origem não-marxista fizeram parte dessa crítica da sociedade moderna e podem ajudar a caracterização do caráter anistórico dos conjuntos habitacionais, mesmo reconhecendo que suas filiações teóricas, filosóficas e políticas pouco ou nada tenham em comum com os marcos do presente trabalho. Ressalvas feitas, esses conceitos são apresentados a seguir.

O primeiro deles é o conceito de *placeless* (adjetivo) e, derivado dele, o *placelessnes* (substantivo)[8], formulados pelo geógrafo humanista canadense Edward Relph. Com base no existencialismo e na fenomenologia, Relph (2008) questiona o senso comum sobre a natureza do lugar e seus significados como uma dimensão inescapável da experiência e da vida humana, numa linha de pensamento que ele chama de "fenomenologia do lugar". No que interessa ao presente trabalho, Relph critica a modernidade em relação à produção em massa de espaços estandardizados e impessoais, os quais ele classifica como "inautênticos". Seus objetos de análise são principalmente as grandes cidades dos Estados Unidos e Canadá em sua produção frenética de subúrbios homogêneos. *Placelessness* surge exatamente nos espaços urbanos produzidos em massa que parecem sempre iguais e que oferecem as mesmas experiências espaciais, não importa onde. A ligação entre a criação de espaços urbanos que poderiam ser caracterizados como *placeless* e a produção de vulnerabilidade socioambiental é apontada por Marandola e Hogan:

> Para compreender a autenticidade dos lugares, Relph prioriza a produção do espaço, principalmente por meio da ação do poder público, que cria e produz lugares. Estes, quando representam uma descontinuidade em relação à historicidade da comunidade, rompem a relação orgânica de produção da cidade e de construção de lugares, constituindo-se, segundo o autor, em uma atitude inautêntica, manifesta pela ruptura e pela não preocupação com o sentido do lugar. Em situações como essa, com a fraca aderência entre pessoas e lugar, a vulnerabilidade

[8] Não há, ao que parece, tradução para o português desses termos. Marandola e Hogan (2009) sugerem a sua manutenção no idioma nativo, como foi feito aqui, pela dificuldade de tradução sem qualquer confusão com outros termos similares.

> pode ser potencializada pela sua própria formação material e simbólica (Marandola e Hogan, 2009, 168).

A ruptura com os laços históricos existentes no lugar e sua substituição por espaços vazios de qualquer sentido histórico é o ponto chave que aproxima a noção de *placeless* proposta por Relph e a cidade anistórica dos conjuntos habitacionais.

O segundo conceito, mais novo, é o *não-lugar*. O antropólogo e etnólogo Marc Augé define seu conceito de *não-lugar* no bojo de uma discussão mais ampla sobre a supermodernidade, o estágio avançado da modernidade que caracteriza o tempo presente (Augé, 1994). Sua definição de *não-lugar* está associada diretamente ao espaço urbano anistórico aqui discutido. Para ele:

> Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um *não-lugar*. A hipótese aqui defendida é a de que a supermodernidade é produtora de *não-lugares*, isto é, de espaços que não são em si lugares antropológicos e que, contrariamente à modernidade baudelairiana, não integram os lugares antigos: estes, repertoriados, classificados e promovidos a 'lugares de memória', ocupam aí um lugar circunscrito e específico. Um mundo onde se nasce numa clínica e se morre num hospital, onde se multiplicam, em modalidades luxuosas ou desumanas, os pontos de trânsito e as ocupações provisórias (as cadeias de hotéis e os terrenos invadidos, os clubes de férias, os acampamentos de refugiados, as favelas destinadas aos desempregados ou à perenidade que apodrece), onde se desenvolve uma rede cerrada de meios de transporte que são também espaços habitados (Augé, 1994, 73).

Apesar de preferir os exemplos ligados aos meios de transporte (aeroportos, estações, vagões dormitório, etc) na maioria das vezes em que tenta ilustrar sua ideia de *não-lugar*, é possível estendê-la ao conjunto habitacional periférico já que ele possui os pressupostos colocados por Augé: constitui um espaço que não é identitário, nem relacional, nem histórico. Não é por acaso que, nesse sentido pode-se considerar os conjuntos habitacionais mais *não-lugares* quando estão mais novos e mais íntegros. Na medida em que os moradores começam a fazer alterações e intervenções nas unidades habitacionais, nos espaços de uso coletivo, nas fachadas, eles desmancham a homogeneidade e a regularidade típicas da estrutura física desses assentamentos e criam características peculiares, heterogeneidade, diversidade. A heteronomia espacial característica do conjunto habitacional vai se dissolvendo juntamente com sua integridade arquitetônica e dando lugar às intervenções empreendidas pelos moradores. Quando isso acontece, o espaço começa a criar características relacionais, históricas e identitárias e inicia um processo de se constituir como *lugar* nos termos propostos por Augé (1994).

As intervenções empreendidas pelos moradores nesses casos podem ser entendidas como uma autodeterminação espacial, mas não correspondem a uma autonomia num sentido emancipatório. A autodeterminação espacial significa uma capacidade adquirida por um indivíduo, ou por um grupo, de

tomar decisões sobre o seu espaço a partir da sua apropriação em termos simbólicos e físicos. Difere da noção de autonomia, tomada em seu sentido da emancipação social e política, já que indivíduos e grupos podem se apropriar de porções de espaço e passar a decidir sobre eles, mesmo despossuídos de qualquer consciência política e social e de qualquer senso coletivo. Isso acontece fundamentalmente porque a autodeterminação espacial é uma autonomia individual, que Souza (2013) caracteriza como uma capacidade individual de tomar decisões e buscar algum tipo de felicidade ou realização individual. Difere da autonomia *emancipatória* que é uma autonomia coletiva, a autoinstituição de processos de tomada de decisão coletiva para assuntos de interesse coletivo (Souza, 2013, 265). Mas a autonomia e a heteronomia também está ligada diretamente às práticas espaciais. Souza (2013) explica:

> As práticas espaciais podem ser, logicamente, de vários tipos. Elas têm servido, ao longo da história da humanidade, ora à dominação, à introdução e manutenção das hierarquias, à coerção e à imposição de cima para baixo ou de fora para dentro das leis e normas que regulam a vida e um grupo ou de uma sociedade (ou seja, do *nómos*, ou dos *nómoi* específicos e concretos), ora à emancipação, à autodeterminação e ao autogoverno, à autodefesa legítima, à instituição livre e lúcida das leis e normas pelo próprio corpo de cidadãos, diretamente. Em ressumo: as práticas espaciais têm servido ora (e com muito mais frequência) à *heteronomia*, ora a *autonomia* ou, pelo menos, à *luta contra a heteronomia*. (Souza, 2013, 246).

Nesse sentido, o conjunto habitacional moderno é um exemplo de prática espacial *heterônoma*. Souza (2013) mapeia o que ele chama de *modelagem espacial heterônoma*, hegemônica no mundo da produção capitalista do espaço, e encontra nela duas características fundamentais, as quais podem ser rebatidas para o conjunto habitacional moderno: No nível do *poder explícito* vem a imposição de um *nómos* de cima para baixo ou de fora para dentro; no nível do *poder implícito* (ou *infrapoder implícito*) está o peso asfixiante da *transcendência* (fontes e justificativas extra sociais de poder) e pela *alienação* (Souza, 2013, 247).

A historicidade de uma área urbana está diretamente ligada aos laços históricos estabelecidos tanto entre os moradores como entre os moradores e o lugar. Como lembram Marandola e Hogan (2009), mesmo com todas as insuficiências de infraestrutura urbana e serviços sociais, se um bairro periférico é capaz de reter a sua população, ele passa por um processo gradativo de densificação e significação, ganhando atributos sociais e afetivos que fazem com que passe a fornecer segurança aos seus moradores; o que é típico de uma área urbana que adquiriu historicidade e geograficidade, já que "a identidade territorial é construída a partir da memória urbana e da experiência coletiva de um devir histórico e geográfico comum, que se estabelece no desenvolvimento do bairro e liga a história pessoal á história urbana" (Marandola e Hogan, 2009, 171).

Esse processo de aquisição de historicidade é possível desde que exista abertura para as intervenções dos moradores na estrutura física do conjunto habitacional, nas unidades habitacionais, nas áreas

comuns privadas do conjunto, nos espaços livres de uso público, nas áreas comerciais e institucionais. Nos conjuntos com menor grau de abertura – e essa menor abertura pode ou não ser estabelecida pela estrutura física em si - prevalecerá sempre o caráter anistórico do conjunto habitacional moderno. A integridade física bem preservada de um conjunto habitacional revela sua falta de diversidade, sua homogneidade caótica (nos termos de Jacobs), sua falta de historicidade. Não por acaso, nos conjuntos mais íntegros, há um altíssimo índice de rotatividade de moradores e dificilmente laços históricos se desenvolvem. O oposto pode ser visto em conjuntos habitacionais que possibilitaram que seus moradores realizassem intervenções, normalmente horizontais e unifamiliares, com mais de trinta anos. Em alguns conjuntos com essas características houve um processo de construção de laços históricos que foi apagando aos poucos a ideia de uma cidade anistórica. Nesse processo, o conjunto habitacional lentamente começa, no nível simbólico, a deixar de ser um conjunto habitacional e se tornar um bairro, em que o espaço *concebido* vai sendo substituído pelo espaço *vivido* (Lefébvre, 1991).

3.3 – CIDADE INJUSTA

O fim da cidade se caracteriza como um território onde, na mesma medida em que a urbanização rarefaz, vão se tornando mais incompletas as estruturas intraurbanas e diminuindo os laços históricos típicos das áreas urbanas mais consolidadas. Mas, no caso das grandes cidades brasileiras o traço mais forte da periferização é a dissolução da cidadania. Da falta total ou parcial de cidadania decorre a condição de injustiça espacial imposta aos moradores das periferias, já que não usufruem os mesmos direitos dos moradores das áreas centrais.

Cidadania e *cidadão* são palavras que derivam de *cidade* que tem a raiz no latim *civitas*. A noção de cidadania, no entanto, origina-se na Grécia antiga, já que estava associada à cidade – nesse caso a *polis* – o exercício pleno de direitos e deveres sociais e políticos. Essa noção prevalece até hoje. Cidadania ainda é compreendida, num sentido mais amplo, como uma condição de um indivíduo que faz parte de um Estado e se encontra em pleno gozo de direitos que lhe permitem participar da vida política (Houaiss, 2001, 714). Entre os direitos que alçam o indivíduo à condição de cidadão está o direito à cidade. O direito à cidade é compreendido pelo senso comum como o direito ao que a cidade oferece: as liberdades individuais e o acesso às infraestruturas urbanas e serviços. Mas há outras interpretações sobre o direito à cidade que vão bem além disso.

Para Lefèbvre (2011) o direito à cidade está relacionado ao direito à democracia, mas também, e principalmente, ao direito à vida urbana. Para ele, a vida urbana, plena de encontros, de confrontos de diferenças, de conhecimentos e reconhecimentos recíprocos, acontece na cidade enquanto obra, na cidade valor de uso e tende a desaparecer na cidade enquanto produto, na cidade valor de troca. O direito à cidade é, para Lefèbvre, o direito a uma vida urbana renovada e transformada, o direito ao acesso a centralidades renovadas e transformadas, locais de encontros e trocas com seus ritmos e tempos próprios. Mais ainda:

> O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito *à apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (Lefèbvre, 2011, 134).

Para operar essas transformações e renovações na cidade, é preciso que as pessoas tenham controle sobre ela. O direito à cidade na concepção *lefèbvriana* está diretamente ligado, portanto, ao direito a um maior controle sobre como os espaços sociais são produzidos.

Para Harvey (2009) o direito à cidade è:

> (...) um direito de mudar a nós mesmos por meio de uma mudança da cidade. É, mais do que isso, um bem comum, em vez de um direito individual, já que essa transformação inevitavelmente depende do exercício de uma força coletiva capaz de redefinir um processo de urbanização. (Harvey, 2009, 315).

Nessa acepção o termo direito à cidade significa o direito a participar dos processos que transformam a cidade, o que quer dizer, o direito de transformar a cidade, de participar das decisões que definem os rumos da cidade. É óbvio que esse sentido vai muito além do "acesso ao que a cidade oferece". Seja na forma postulada por Lefèbvre, seja na forma reinterpretada por Harvey, a noção de direito à cidade está ligada a um tipo de cidadania ativa, em que os moradores se engajam na luta por justiça na cidade. As diferenças entre as visões de ambos sobre o direito à cidade não são evidentes, já que as duas conceituações convergem em seus aspectos principais. É Soja quem discute essas diferenças e sua importância para o desenvolvimento de sua noção de *justiça espacial*:

> De várias formas, Harvey e Lefèbvre estão em acordo em suas interpretações sobre o direito à cidade suas implicações passadas e presentes e também potenciais. Eles divergem principalmente em como eles tratam explicitamente a força causal da espacialidade urbana e a relação entre processos sociais e espaciais. Harvey, principalmente nos trabalhos mais recentes, continua a privilegiar os efeitos determinativos das forças sociais como a acumulação do capital, enquanto Lefèbvre insiste num balanço mais dialético da causalidade social e espacial (Soja, 2010, 100).

Para Soja (2010), a justiça, independentemente de qual definição que tenha, tem sempre uma *consequência geográfica*, uma expressão espacial que é muito mais do que uma reflexão de fundo ou um conjunto de atributos físicos para ser mapeado de forma descritiva. Para ele, a geografia ou espacialização da justiça é um componente integral e formativo da própria justiça, uma parte vital que revela exatamente como a justiça (ou a injustiça) é socialmente construída e evolui com o tempo. As injustiças sociais têm relação direta com as injustiças históricas, o que é facilmente perceptível para a maioria das pessoas. No entanto, a relação entre as injustiças sociais e as injustiças geográficas são menos óbvias. Para Soja (2010) esse fato se deve à maior importância que o campo da história teve para

os estudos sociais ao longo de todo o século XX em relação às análises sociais espacializadas. O esforço de Soja não é simplesmente de reforçar o campo dos estudos socioespaciais, mas também de dar a eles uma abordagem dialética, que busca avaliar as repercussões espaciais das questões sociais e as repercussões sociais das questões espaciais, naquilo que ele chama de *dialética socioespacial*. Soja (2010), no entanto, alerta para as diferenças entre essa abordagem e o que considera ser um *determinismo ambiental* que busca explicações causais para a dimensão espacial da vida social. Soja faz algumas ressalvas ao uso do termo *justiça espacial*: para ele, a busca por *justiça espacial* não substitui as lutas por justiça social, ambiental ou econômica. Alerta também que a ideia de *justiça espacial* não significa que a justiça (ou injuntiça) só podem ser geradas por sua forma espacial.

Soja (2010) propõe, a partir dessas noções mais gerais sobre a espacialização das injustiças principalmente nas cidades, uma teoria da justiça espacial. Soja (2010) considera que há um déficit da dimensão espacial nas teorizações sobre justiça e injustiça e uma supervalorização das dimensões histórica e social. Ele lembra que, foi Foucault que percebeu pela primeira vez que não há nenhum argumento para considerar que a existência humana é mais social e histórica do que espacial, apesar de toda a teoria social e a filosofia moderna terem sido construídas sobre bases teóricas sociais e históricas. Sua proposta de valorização da dimensão espacial na consideração acerca da existência humana não passa, alerta ele, por uma sobrevalorização desta em relação ao caráter social e histórico. Sua proposta é de uma "dialética tríplice":

> Meu argumento, seguindo as ideias iniciais de Foucault e Lefèbvre, é que há três e não dois fundamentos ou qualidades ontológicas da existência humana, dos quais deriva todo o conhecimento: o social/societal, o temporal/histórico, e o espacial/geográfico. Apesar dessa dialética tríplice, praticamente todo o conhecimento acumulado no século passado ou mais se baseou primariamente numa ontologia dupla ligando dinâmica e dialeticamente as dimensões social e histórica dos indivíduos e do desenvolvimento da sociedade, com a espacialidade do nosso ser sociohistórico relativamente negligenciado (Soja, 2010, 70).

Dessa dialética tríplice, segundo Soja (2010), podem ser derivados vários princípios da espacialização da vida humana. No entanto, o que para ele mais aproxima "dialética tríplice" de uma teoria da justiça espacial é a onipresença do desenvolvimento geograficamente desigual e as desigualdades espaciais a ele associadas (Soja, 2010).

Harvey (2009) vai ao encontro de Soja. Para ele, a cidade pode ser discutida a partir de uma reflexão que concilie o que ele chama de *imaginação social* com *imaginação geográfica*. Por *imaginação social* ele quer dizer a capacidade de entendimento sobre os indivíduos e grupos sociais a partir de uma perspectiva histórica e filosófica. Por *imaginação geográfica*, que ele também chama de *consciência espacial*, ele quer dizer a capacidade do indivíduo em reconhecer o papel do espaço e do lugar na sua trajetória, em relacionar os espaços à sua volta e a reconhecer como as trocas entre organizações e

indivíduos são afetadas pelo espaço. De certa forma, a reflexão proposta por Harvey tenta reverter a disjunção socioespacial que está na base de vários problemas urbanos, incluindo, por exemplo, os problemas urbanos típicos das cidades brasileiras no que diz respeito ao planejamento urbano. Harvey lembra que:

> Qualquer estratégia geral para lidar com sistemas urbanos deve conter e articular políticas criadas para modificar a forma espacial da cidade (o que quer dizer a localização de objetos como habitações, vegetação, vias de ligação e assim por diante) com políticas pensadas para afetar os processos sociais que se dão na cidade (as estruturas sociais e atividades que conectam pessoas à pessoas, organizações às pessoas, oportunidades de emprego à empregados, beneficiários dos sistemas públicos com os serviços públicos e assim por diante). Idealmente nós deveríamos ser capazes de harmonizar essas políticas a fim de atingir um objetivo social coerente. Nós estamos longe dessa capacidade hoje (Harvey, 2009, 50).

Um dos principais problemas dessa incapacidade teórica e prática se manifesta, para Harvey (2009) na situação em que habitações são relocadas para áreas mais distantes, fazendo com que fique mais dispendioso para essas famílias chegar até os serviços essenciais em termos espaciais e temporais, o que ele chama de *mudança no preço da acessibilidade*, e com que sejam criadas proximidades indesejadas com fatores ambientais negativos o que ele chama de *aumento do custo de proximidade*.

A injustiça espacial gerada nas bordas das cidades brasileiras por meio da produção de conjuntos habitacionais ilustra bem esse desenvolvimento geograficamente desigual a que se refere Soja (2010) e está relacionada ao conflito que se estabeleceu, no nível dos direitos elementares dos cidadãos, entre o direito à moradia e o direito à cidade. O período pós guerra estabeleceu uma nova agenda no campo dos direitos civis. No conjunto das discussões sobre a Declaração Universal dos Direitos do Homem, surgiu a noção de direito à moradia. Ela serve de fundamentação política e social para grandes ações dos Estados no sentido da produção formal de moradias em larga escala[9].

A cidade injusta das bordas urbanas, criada a partir da construção de grandes conjuntos habitacionais voltados para os mais pobres, legitima um tipo de produção que espacializa as injustiças urbanas, amparada pela noção de direito à moradia, mas que fere frontalmente o direito à cidade. A sustentação política dada pelo valor simbólico do direito à moradia naturaliza a produção de territórios urbanos periféricos que trazem todos os vícios aqui apontados. Isso significa que o tipo conjunto habitacional moderno continua a ser produzido com grande entusiasmo político nas periferias urbanas não importam os problemas com serviços e bens de consumo coletivo que serão oferecidos às pessoas nesses assentamentos e não importa a falta de qualquer tipo de laço histórico entre as milhares de pessoas que serão colocadas nesse lugar e entre elas e o próprio lugar. O direito à moradia se sobrepõe ao direito à cidade numa interpretação baseada no senso comum e também na noção *lefèbvriana* dessa expressão.

[9] Apesar de não serem essas as razões primeiras que impulsionam a produção formal de moradias em larga escala, como discutido no capítulo anterior.

Como se isso já não fosse suficientemente problemático, a *segregação socioespacial consentida* operada por esse modelo de produção de moradias nas bordas urbanas corrói o direito à cidade no sentido *harveyano*. As longas distâncias percorridas diariamente entre a casa e o trabalho sugam todo o tempo livre dos moradores, principalmente no caso dos trabalhadores. Sem tempo livre, o conjunto habitacional cumpre a função de espaço de reprodução da força de trabalho de onde os trabalhadores saem antes do sol nascer e retornam já de noite. Numa realidade cotidiana como essa, imposta pelos deslocamentos físicos inerentes à moradia periférica, não há tempo para a vida coletiva, para o convívio social, e, num quadro de atomização social, dificilmente conseguem ser organizadas instâncias coletivas de discussão, engajamento, participação. A própria conquista da moradia, muitas vezes fruto de uma espera longa e de processos desgastantes, contribui para a desarticulação política dos indivíduos e grupos sociais dentro dos conjuntos. A unidade habitacional materializa uma vitória, uma conquista, e muitas famílias se dão por satisfeitas desse ponto em diante abrindo mão da participação nas lutas políticas. O direito à cidade como direito a participar das decisões sobre a cidade fica cada vez mais distante num cenário como esse.

Nessas condições, a cidade injusta tende a perpetuar suas injustiças, ou, dito de outro modo, as injustiças social, histórica e geograficamente construídas em torno dos conjuntos habitacionais periféricos tendem a se cristalizar. Em parte isso ocorre porque a cidadania se dissolve naquilo que Kowarick (2000) chama de *mundo do cidadão privado* constituído em torno dos valores simbólicos da moradia, do lar. Kowarick explica o paradoxo desse conceito:

> (...) há que se dizer que a ideia de *cidadão privado* é um contrasenso, pois cidadania significa conquistas coletivas, impulsionadas por uma concepção de universalidade cujo fundamento é o direito de ter direitos: cidadania faz apelo à condição de coisa pública. Ao contrário, privado tanto significa particular ou restrito, que diz respeito a poucos e que alude ao isolado e oculto, como tem o sentido de perda e privação. Em ambas as acepções o termo constitui a inversão dos princípios de extensão da cidadania: (...) o espaço público de nossas cidades – a rua – é o espaço da violência, enquanto o espaço privado – a casa – constitui um abrigo de segurança (Kowarick, 2000, 94).

Eis os efeitos da *segregação socioespacial consentida* sobre mais pobres vivendo nas bordas urbanas. A cidadania que pode ser associada aos indivíduos e grupos sociais nesse quadro geral é o da *subcidadania urbana*, como chama o próprio Kowarick (2010), uma cidadania sem direito pleno à cidade, em todos os sentidos. O morador do fim da cidade, convive com uma cidade incompleta, anistórica e injusta, resignado à condição de *cidadão privado* e *subcidadão público*, vítima da coerção imposta pelo conjunto moderno não só explicitamente, pela imposição de uma lógica socioespacial de cima para baixo e de fora para dentro, mas também implicitamente, na construção silenciosa da alienação social.

CAPITULO 4

A DIALÉTICA ENTRE POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE

Este capítulo propõe uma discussão dos conflitos socioambientais gerados pela relação entre população e meio ambiente mediada pelos conjuntos habitacionais periféricos. A discussão toma elementos tanto das ciências naturais e ambientais, em que prevalece uma visão biocêntrica do tema, quanto das ciências humanas e sociais, que o tratam numa perspectiva antropocêntrica. Procura-se assim, construir uma abordagem dialética, que não reduza o tema às corriqueiras constatações de causas e efeitos. Há inúmeras condições impostas aos habitantes dos conjuntos habitacionais por esse ambiente e, inversamente, problemas são criados nesse ambiente por esses habitantes. Uma abordagem analítica ou de viés cartesiano que partisse da dicotomia entre ambiente e população, concentrando-se mais em cada um desses objetos do que em sua relação não seria pertinente para os propósitos dessa tese. A teoria de uma tal interação é, necessariamente, dialética, uma "ciência das relações" (Engels, 1979, 34) ou "um processo no qual as separações cartesianas entre mente e matéria, entre pensamento e ação, entre consciência e materialidade, entre teoria e prática não têm sentido" (Harvey, 1996, 48). Seus princípios são aqueles que Harvey (1996, 49-57) aponta para sintetizar o pensamento dialético de matriz hegeliana: a análises dos fluxos, das relações e dos processos e principalmente dos sistemas que os estruturam e não de coisas ou objetos; o entendimento desses sistemas como heterogêneos e

contraditórios por definição, já que constituídos por múltiplos processos; o pressuposto de que espaço e tempo não são nem externos nem absolutos em relação aos processos, mas são contingentes e contidos por eles; a compreensão de que partes e todo são mutuamente constitutivos; a percepção de que a "interdigitação" de partes e todo implica intercâmbio entre sujeito e objeto, causa e efeito; a aceitação de que a mudança é uma característica de todos os sistemas e de todos os aspectos de todos os sistemas o que valida integralmente a exploração de potencialidades e de possibilidades criativas para alterar o estado das coisas.

A discussão sobre a relação entre população e meio ambiente no presente capítulo começa pela tentativa de reconstruir a trajetória do pensamento ambiental nas últimas décadas. Com isso, foi possível situar o estudo ambiental dos conjuntos habitacionais num pano de fundo mais geral ao mesmo tempo em que alguns pressupostos históricos da discussão ambiental puderam ser explicitados. A seguir é abordada a convergência recente entre discussões ambientais e discussões sociais resultado tanto de uma "ecologização" das ciências sociais como de uma "socialização" das ciências da natureza, o que contribuiu para o desenvolvimento do conceito de socioambientalismo. Essa discussão fundamenta parte da questão central desta tese, quais sejam os conflitos socioambientais urbanos. Em seguida, o conceito de "Desenvolvimento Urbano Sustentável" é analisado epistemologicamente, para explicar por que a presente pesquisa não só não o toma como referência, mas tenta combatê-lo, apesar de sua força ideológica no campo ambiental e na área de planejamento urbano. O conceito de Justiça Ambiental é então apresentado como contraponto teórico ao conceito anterior, por possibilitar olhar as situações de comprometimento social e ambiental urbano de forma crítica. A relação entre população e meio ambiente é então discutida a partir dos conceitos de impacto, risco e vulnerabilidade. Como arremate dessa discussão, é trazida a possibilidade de construção de uma Ecologia Política Urbana como forma de superação das situações de degradação socioambiental nos conjuntos habitacionais das periferias metropolitanas.

4.1 - A QUESTÃO AMBIENTAL

A universalização do acesso aos benefícios do progresso advindo da modernidade nunca aconteceu e esse paradigma entrou em crise ao longo do século XX. Longe de ser uma contingência, isso se deveu à contradições estruturais da sociedade moderna (burguesa e capitalista), algo que foi apontado pelos primeiros teóricos críticos como Horkheimer e Adorno[1]. As promessas de abundância material trazidas pelos avanços tecnológicos e de sistemas de governo socialmente justos baseados em fundamentos racionais não se concretizaram e a ideia de um controle da natureza por meio da ciência passou a ser questionada pelo surgimento de inúmeros problemas ligados ao meio ambiente[2]. Essa crise se

[1] Ver cap. 2.

[2] Uma análise bastante completa dessa falência da modernidade pode ser encontrada no livro *Development Betrayed*. Cf. Noorgard (1996).

intensificou e pode ser caracterizada, a partir dos anos de 1960, entre outros aspectos, pela crise das organizações sociais e, naquilo que interessa mais a esse trabalho, pela crise ambiental. As crises são inerentes ao funcionamento da sociedade capitalista em função de suas estruturas contraditórias e, por isso, a crise ambiental não pode ser considerada um fato completamente novo. As sociedades capitalistas modernas convivem, desde sempre, com crises políticas, crises de emprego, crises financeiras. A crise ambiental constitui uma nova modalidade de crise interna no funcionamento sistema.

As últimas décadas do século passado assistiram o surgimento de uma intensa discussão ambiental tanto nos países centrais do capitalismo como nos países periféricos. A degradação ambiental causada pelo avanço do modelo de civilização urbana e industrial no último século não foi, entretanto exclusividade do capitalismo de mercado. Nos países do chamado socialismo real (que alguns autores entendem como capitalismo de Estado) a degradação ambiental foi tão intensa quanto nos demais, ou até maior. Isso porque, como argumenta Souza (1999), apesar de constituírem "modos de produção" diferentes, países capitalista e socialistas compartilharam, ao longo do século passado, o mesmo "modelo civilizatório", e, portanto, as mesmas mazelas ambientais. Por outro lado, comparando a China atual com o mundo ocidental, percebe-se que há apenas um "modo de produção", o capitalismo, o que reforça a ideia de que a crise ambiental, comum a todos eles, é uma crise do sistema. As diferenças que existem aí constituem, em termos marxistas, "formações sociais" diferentes (as condições históricas específicas). Por isso mesmo, é pertinente a questão colocada por Leff (1994) em relação ao movimento ambientalista: trata-se de um movimento social ou de um movimento histórico de transformação civilizatória?

Longe de ser caracterizada por um pensamento homogêneo e convergente, a discussão ambiental sempre foi uma discussão ampla, multifacetada em que racionalidades distintas e até divergentes se acomodaram sob um mesmo telhado conceitual. Mesmo assim é possível sumarizá-la para entender os principais campos de debate dentro do tema, ciente dos riscos de simplificação e tentando evitá-los. Pode-se afirmar que a discussão ambiental que ganhou força tanto nos meios acadêmicos como em termos políticos e econômicos na segunda metade do século XX teve como marcos teóricos mais importantes: o questionamento amplo da ideia de desenvolvimento econômico ilimitado (Lago e Pádua, 1988); o questionamento dos preceitos da urbanização moderna ocidental (Costa, 2008b); o questionamento da fé absoluta na ciência e na técnica e a consideração da supremacia dos avanços tecnológicos como a maior responsável pela degradação ambiental (Hogan, 1989).

Há duas construções teóricas que ganham difusão no senso comum exatamente no contexto das discussões sobre a crise ambiental, apesar de terem sua gênese décadas antes: a ideia de "ecologia" e a ideia de "ecossistema". Elas merecem ser consideradas para que sejam feitas algumas ressalvas logo de saída. A "ecologia" surgiu no final do século XIX com o livro *Morfologia Geral dos Organismos*, do biólogo alemão Ernest Haeckel, que a define como uma disciplina do campo da biologia que estudaria as relações entre as espécies animais e seu ambiente orgânico e inorgânico (Lago e Pádua, 1988). Anos

mais tarde, o biólogo inglês Arthur Tansley, inspirado nas teorias de Freud sobre o funcionamento do cérebro humano como uma rede de circuitos elétricos interligados, criou o termo "ecossistema" para definir um sistema de trocas de energia que abrangeria todos os seres vivos em todo o planeta de maneira interconectada. Ele desenvolveu ainda a ideia de que esse sistema teria a capacidade de retornar ao estado de equilíbrio mesmo após sofrer qualquer perturbação, exatamente por meio dessas trocas de energia. Tansley chamou de "A grande lei universal do equilíbrio"[3]: todos os sistemas tendem constantemente a estados harmônicos de equilíbrio (Curtiss, 2011). A ideia de que a natureza seria um sistema perfeito, dotado de uma condição de permanente equilíbrio é, obviamente, muito mais antiga e sempre foi tema de discussões filosóficas, no conceito de *physis* introduzido pelos pré-socráticos, e também em mitos religiosos como a ideia de *éden* construída na tradição judaico-cristã. O que Tansley fez em termos inovadores foi dar a essa ideia de natureza uma justificativa científica.

Nos anos 1950, os irmãos biólogos norte-americanos Eugene e Howard Odum (1953) aproximaram os conceitos de ecologia e ecossistema e, apoiando-se nos avanços da ciência da computação, propuseram uma forma de provar a hipótese formulada por Tansley a partir dos princípios da termodinâmica, isto é, a hipótese de que o sistema composto por seres vivos e ambiente tenderia 'naturalmente' ao equilíbrio. Porém os irmãos Odum e outros biólogos da mesma corrente jamais conseguiram essa prova. Suas então sofisticadíssimas simulações computadorizadas de sistemas naturais nunca permitiram a conclusão de que as trocas de energia entre seres vivos e ambiente compusessem um sistema fechado. Ao contrário, as teorias que se seguiram passaram a defender que não há nenhum equilíbrio nas trocas de energia entre seres vivos e ambiente, mesmo em situações em que não há interferência do homem. A ideia de que os sistemas de interação energética entre seres e ambiente estão em constante mudança, de maneira aparentemente caótica, corrobora a noção de um mundo em permanente transformação.

Mas a ideia de "ecossistema" ainda prevalece no senso comum – os esquemas de trocas de energia propostos pelos irmãos Odum são ensinados nas escolas até hoje – e entre muitos ambientalistas, mesmo que desprovida do sentido original que Tansley concebeu. Já a ideia de "ecologia" se expandiu incrivelmente, invadiu outros campos do conhecimento para além da biologia e das ciências naturais e constitui-se ele próprio como um campo, ramificando-se em Ecologia Natural, Ecologia Social, Ecologia Conservacionista, Ecologia Política (Lago e Pádua, 1988). Entretanto, apesar de a ideia de "ecologia" ter se consolidado como um dos mais caros valores da sociedade contemporânea, ela não está isenta de críticas e ceticismo. Zizek (2011) acredita que a ecologia é hoje uma ideologia, no sentido de uma forma ilusória de entender a realidade, apresentando problemas reais, mas ao mesmo tempo mistificando-os. Para ele a noção de uma natureza harmônica, orgânica, equilibrada que então é denegrida pela ação do homem nada mais é do que uma versão secular do mito do pecado original. Zizek questiona a ecologia como propagadora da crença de que o homem ocidental em seu ambiente artificial tecnológico esteja

[3] Cf. Tansley (1935).

"alienado" da natureza como se ele fosse um engenheiro abstrato no controle do mundo sem fazer parte dele. A importância dessas duas ideias é inegável e os avanços no debate ambiental por eles trazidos não podem ser de forma alguma desconsiderados. Ao mesmo tempo, as críticas que lhes são feitas apontam fragilidades conceituais e principalmente vícios que trazem ao longo do seu processo de construção. Portanto, não cabe nem naturaliza-los nem demonizá-los. Ressalvas feitas, a discussão principal pode ser retomada.

A discussão ambiental de maior vulto teve início na virada dos anos de 1940 para os anos de 1950[4], expandiu-se nos anos de 1970 e conseguiu ao longo dos anos de 1980 estabelecer paradigmas importantes que balizam até hoje o campo. Num primeiro momento, grandes desastres ambientais mundiais chamaram a atenção sobre a questão ambiental numa pauta mais geral sobre os modelos de produção e desenvolvimento econômico no mundo ocidental. Começando por Donora (1948), passando por Londres (1951), Minamata (1956), Love Canal (1976), Seveso (1976) e Bophal (1984)[5] houve uma crescente preocupação com a degradação ambiental e seus impactos em áreas urbanas densamente habitadas. Hogan (1989) alerta para duas questões importantes em relação a esses desastres ambientais históricos no que diz respeito ao estabelecimento de marcos para a discussão ambiental. Em primeiro lugar, a elaboração teórica sobre a relação entre população e meio ambiente, surgida a partir de então, não foi fruto de uma evolução de algum tipo de pesquisa acadêmica que já estava em curso, mas uma resposta às demandas colocadas pelos grupos sociais diretamente envolvidos com os problemas ambientais. Em segundo lugar, as populações (existentes e futuras) vizinhas à degradação ambiental e vítimas dos desastres jamais foram consultadas em relação à sua disposição de correr riscos ou sequer foram informadas sobre eles. A sociedade não era, via de regra, informada ou alertada sobre os riscos ambientais. Na realidade nunca houve, no caso dos desastres ambientais citados, um estudo que avaliasse tecnicamente os custos e benefícios sociais envolvidos na criação de áreas com forte potencial de degradação ambiental vizinhas a áreas densamente habitadas.

Entre o final dos anos de 1960 e o início dos anos de 1970, a força teórica crescente da "ecologia" e dos "ecossistemas", alimentada pela crise ambiental urbana, pelos grandes desastres industriais, pela crise do petróleo e pela explosão demográfica nos países em desenvolvimento trouxe à tona teorias neomalthusianas em vários campos de discussão teórica e prática. A questão da pressão da população crescente sobre os recursos naturais cada vez mais escassos – a velha questão da "pressão dos números sobre os recursos" – foi retomada de forma vigorosa. Há então um debate em torno da ideia de que bens comuns como os recursos naturais não deveriam ser compartilhados de maneira coletiva já que

[4] *Deserts on the March* (Desertos em Marcha) foi publicada anos antes, em 1935 pelo cientista americano Paul Bigelow Sears contendo importantes estudos sobre os processos de desertificação. Sem questionar o papel que desempenhou nos círculos acadêmicos, é preciso reconhecer que as discussões sobre processos de degradação ambiental provocadas pelo homem só vão conseguir alcançar o grande público no período da industrialização acelerada do pós-guerra, não por acaso. Cf. Sears (1988).

[5] Uma análise mais detalhada desses desastres pode ser encontrada em Hogan (1989).

sua superexploração, gerada pelos interesses individuais, acabaria acarretando a sua extinção. Essa ideia, apesar de antiga, ganha força com o artigo "Tragédia dos Comuns" (*Tragedy of Commons* - Hardin, 1968) publicado na prestigiosa revista *Science* pelo ecologista conservador norte americano Garret Hardin. Perpassa a obra o argumento de que o crescimento da população exerce uma pressão sobre os recursos naturais abertos ao uso coletivo a tal ponto que torna seu uso inviável. Esse estudo causou e causa até hoje grande controvérsia, já que se tornou um forte argumento a favor da privatização de bens comuns e da taxação sobre seu uso, além da consideração como pressuposto de que os interesses individuais sempre prevalecem sobre os coletivos.[6] No mesmo ano outra obra na mesma linha de denuncia sobre o crescimento populacional é publicada: "A Bomba Populacional" (*The Population Bomb* – Ehrlich, 1968), escrita pelo biólogo Paul Ehrlich reforça o senso comum em torno do crescimento populacional como a grande causa dos problemas ambientais.

Alguns anos mais tarde, em 1972, o lançamento do livro *The Limits to Growth* (Meadows *et all*, 1972) dá ainda mais argumentos à essas tendências neomalthusianas[7]. Por meio de simulações complexas elaboradas por um grupo de engenheiros do M.I.T. liderado pelo especialista em redes computacionais Jay Forrester, o livro propõe três cenários em que o crescimento populacional exponencial é confrontado com a disposição finita de recursos naturais. Um dos cenários resulta num mundo em equilíbrio, mas os outros dois apresentam um colapso mundial na segunda metade do século XXI. O livro com seu conteúdo profético e apocalíptico teve um importante papel nas discussões ambientas daquela década tanto por legitimar as previsões neomalthusianas pela aparente objetividade dos sistemas de computadores, que eram novidade na época, como por pressionar os governos no sentido de controle da poluição e da natalidade.

A ideia de um pensamento matemático e abstrato capaz sintetizar as relações entre população e meio ambiente não perdeu força, mesmo passados quarenta anos desde esses primeiros estudos. Nem tampouco a ideia de que a disponibilidade de recursos naturais, mais do que qualquer outro fator social ou cultural seria capaz de definir o sucesso de uma população. Martins (2008) lembra que no campo da História a relação entre sociedades e meio ambiente teve diversas interpretações desde Heródoto, com a ideia de que o Egito era uma "dádiva do Nilo", até tempos mais recentes com Fernand Braudel, para quem as barreiras civilizatórias são sempre estruturas de longa duração construídas através de várias gerações, passando ainda por Arnold Toynbee que considera que a natureza é um "severo educador" das civilizações, num modelo histórico de estímulo e resposta. A reconstituição histórica de antigos grupos populacionais para avaliação de sua relação com o ambiente em que se inseriam é o tema principal do

[6] Anos mais tarde Hardin voltou à cena com outro artigo polêmico em que propõe uma "ética do bote salva-vidas" como um contraponto à ideia de "nave espacial Terra" de Buckminster Fuller. Nessa artigo defende que os países ricos não devem ajudar os países pobres em relação aos seus problemas ambientais e não devem receber imigrantes, que poderiam impactar seus recursos naturais. Cf. Hardin (1974) e Fuller (1969).

[7] O livro foi lançado pelo Clube de Roma, uma organização não governamental criada alguns anos antes e que congregava empresários, cientistas e diplomatas de diversos países da Europa.

livro *Collapse: How Societies Choose to Fail or Suceed* (Diamond, 2005) escrito pelo geógrafo norte americano Jared Diamond em tempos mais recentes.[8] O livro, que foi um grande sucesso comercial, argumenta que algumas antigas populações como os habitantes da ilha de Páscoa ou os Anasazi do sudoeste norte americano teriam "fracassado" em termos civilizatórios em função de problemas ambientais principalmente com solo, água e vegetação. Grande também foi a reação ao livro no meio acadêmico, por parte de historiadores, antropólogos e arqueólogos.[9] Independente dos argumentos favoráveis e contrários às teorias de Diamond, o sucesso do livro e o debate em torno dele mostram como o pensamento neomalthusiano permanece forte até hoje.

Por que esse tipo de argumentação, na qual fatores sociais e culturais são colocados em segundo plano em nome de um determinismo ambiental, permanece forte e talvez, até mesmo ganhe força? A investigação sobre o poder desse argumento pode começar com a ajuda de Martine:

> A visão neo-malthusiana que predomina na atualidade é atraente porque, além de conter um elemento fundamental de verdade, reduz essa questão complexa a uma causalidade unidimensional e sugere uma solução relativamente indolor – o controle populacional – que não ameaça as estruturas, os privilégios ou os interesses dominantes (Martine, 1993, 37).

Harvey (1996) considera que os argumentos neomalthusianos em relação à escassez de recursos naturais operaram como "um refrão de lamentação perpétua dentro do humanismo progressista dominante na tradição ocidental pro-capitalista." Os argumentos nesse tipo de abordagem nunca colocam em questão o modelo de sociedade. A degradação ambiental é vista muito mais em termos quantitativos do que qualitativos. Além disso, a desigualdade no acesso aos recursos normalmente não é tratada. Martine (1993) alerta que o problema principal em relação à crise ambiental não é a pressão da população sobre os recursos naturais principalmente nos países subdesenvolvidos onde há superpopulação, mas o desequilíbrio brutal no acesso aos recursos em termos mundiais, o que faz como que seja absolutamente inapropriado atribuir a responsabilidade pelos problemas ambientais ao crescimento populacional nas áreas mais pobres do planeta. A própria ideia de um colapso em escala global gerado pela escassez de recursos naturais é questionável, já que desconsidera elementos sociais e culturais. Acselrad refuta as ideias que propalam um colapso ambiental por sua desconsideração em relação aos processos sociais de luta:

> Dentre as concepções que prevalecem no debate ambiental contemporâneo, encontramos com freqüência a idéia da objetividade de uma 'crise ambiental' exprimindo a perspectiva de um colapso na relação quantitativa malthusiana entre população e território ou entre o crescimento econômico material e a base finita de recursos. Uma propensão ao objetivismo tende a

[8] Jared Diamond ganhara um prêmio Pullitzer com seu livro anterior *Guns, Germs and Steel* (Diamond, 1997) em que associa fatores ambientais ao sucesso da civilização ocidental como hegemônica no mundo atual.
[9] Uma síntese bastante consistente dessa reação encontra-se em McAnany e Yoffee (2010).

> desconsiderar o processo social de construção da noção de 'crise ambiental', fetichizando o mundo material, tido como relativamente descolado das dinâmicas da sociedade e da cultura. Tal concepção supõe, no longo prazo, a inelutabilidade da percepção coletiva do colapso tendencial, expressa numa adesão crescente e potencialmente unânime ao reconhecimento da crise iminente (Acselrad, 2004,13).

É necessário refletir por que o pensamento dominante sobre a relação entre população e ambiente prioriza equações matemáticas e projeções computacionais e deixa em segundo plano fatores sociais, políticos e econômicos. A abordagem biocêntrica e matemática característica do pensamento neomalthusiano enxerga as questões socioculturais como "fator antrópico". Esse termo serve para designar qualquer "ação humana", normalmente vista como desagregadora e destruidora no meio ambiente natural. Vainer (1993) mostra com o exemplo das discussões em torno da construção de grandes barragens para usinas hidrelétricas no Brasil, que na visão técnica e científica das análises ambientais fundamentadas pelas teorias neomalthusianas, "o meio ambiente é uma constante e a população é uma variável".

Uma discussão como a que o presente trabalho busca realizar deve procurar livrar-se do que Hogan (2000) chama de "entulho neomalthusiano que encobre as discussões sobre populações e meio ambiente". O próprio Hogan (2000) lembra que os demógrafos, ao contrário de outros cientistas, não se preocupam com a explosão populacional e a "pressão dos números sobre os recursos", mas se interessam muito mais pelos problemas ambientais em relação à distribuição territorial das populações. Contra a associação automática entre aumento populacional e degradação ambiental, pode-se argumentar, ainda, que a medida da degradação é antes correlata ao aumento do consumo do que ao da população. No Brasil, por exemplo, a taxa de natalidade caiu desde os anos 1970, enquanto a degradação ambiental se agravou (Martine, 1993). O (neo) malthusianismo, no entanto, serve à reprodução do nosso sistema social tal como é, porque::

> Não há, para resumir, nada mais poderoso em termos ideológicos para os interesses capitalistas terem em mãos do que o otimismo tecnológico sem constrangimentos e as doutrinas de progresso inelutavelmente associadas a um malthusianismo proclamador da destruição que podem ser convenientemente culpados quando, como invariavelmente acontece, as coisas dão errado (Harvey, 1996, 149).

4.2 – O SOCIOAMBIENTALISMO

O campo das discussões ambientais sempre se caracterizou como um território plural em filiações teóricas e posições ideológicas. Por isso mesmo, tão velha quanto o pensamento neomalthusiano dentro do debate ambiental é a reação a ele, principalmente por parte das correntes que acreditam ser impossível tratar essas questões apartadas de qualquer contexto social e cultural. Essas correntes se organizam em torno do chamado "socioambientalismo", por uma convergência contra o inimigo conceitual

comum, o pensamento neomalthusiano além dos setores específicos que tentam discutir a questão ambiental ignorando as problemáticas sociopolíticas. A grande conquista do socioambientalismo, que conseguiu manter-se forte por várias décadas, foi o de questionar a discussão da degradação ambiental tomada apenas em termos abstratos e matemáticos por meio de uma abordagem sociológica e cultural, um senso comum em torno da discussão ambiental tanto em termos globais como em termos locais. Esse senso comum se materializou ao longo dos anos sob diversas formas e em vários campos, do sistema produtor de mercadorias ao campo político, da academia à indústria cultural. Acselrad et all (2009) descrevem esse "senso comum" em torno da discussão ambiental como um pensamento que considera a distribuição de riscos ambientais democrática, preocupa-se prioritariamente com a questão da escassez e do desperdício e consagra o mercado como mecanismo por excelência para regular as questões ambientais.

O socioambientalismo nasce num contexto econômico e político de fortalecimento dos modelos neoliberais e de derrocada do socialismo em termos internacionais por um lado, mas de efervescência de movimentos sociais e ambientais em termos locais. Torna-se uma corrente dentro do ambientalismo em que a degradação ambiental começa a ser relacionada mais fortemente com a segregação social e o empobrecimento crescente de populações já desfavorecidas ao mesmo tempo em define claramente como inimigo o modelo de produção hegemônico. Esse tipo de ambientalismo abraçado com as lutas sociais nasce, portanto, como um movimento de resistência. Leff definia assim o contexto dessa convergência:

> O ambientalismo está forjando sua identidade, suas estratégias de luta e seu projeto social em um complexo processo de recomposição de forças políticas, de ordem econômica e das significações da existência humana, num fim de século em que domina a tendência a conformar um mundo unipolar e homogêneo, em que se vão desdesenhando o pensamento crítico, as utopias criadoras e as alternativas de mudança. (Leff, 1994, 367) *tradução nossa.*

O pensamento crítico em relação à discussão ambiental se fundamenta no questionamento do argumento da escassez dos recursos. Harvey (1996) tem um argumento essencial para esse questionamento: A afirmação de que o debate em torno da escassez de recursos naturais não é e nunca foi um debate sobre a preservação ambiental, mas sim um debate sobre a preservação de uma ordem social. Essa ideia abre o debate ambiental para questões ignoradas pelo senso comum. As práticas de apropriação social do mundo material nutrem sistemas de manutenção de desigualdades, como lembra Acselrad (2004). Não é possível estabelecer uma discussão ambiental urbana que não seja essencialmente uma discussão social. Altvater escreveu há quase duas décadas num momento em que o conceito de socioambientalismo se fortalecia: "a questão ecológica é uma questão social; e hoje a questão social pode ser elaborada adequadamente apenas como questão ecológica." (Altvater,1995,18) A discussão ambiental tanto no sentido do usufruto de recursos e bens naturais como em relação à distribuição de aspectos negativos da degradação ambiental é essencialmente uma disputa social e política e deve ser

tratada como tal. O socioambientalismo desloca a discussão ambiental do campo da biologia e da matemática para o campo da sociologia e da ciência política. Como lembra Vainer:

> (...) a questão ambiental deixa de ser vista como produto de uma relação entre o Homem – categoria genérica que remete à noção estritamente biológica de espécie – e a Natureza – categoria que, nada naturalmente, resulta de um complexo processo de elaboração –, para se situar no campo das relações que diferentes grupos entretecem no espaço social, bem como das diferentes estratégias que se elaboram com vistas ao embate pela apropriação, controle e uso dos recursos naturais. (Vainer, 1993, 184)

Ajuda no entendimento sobre as diferenças entre o neomalthusianismo e o socioambientalismo uma reflexão sobre a quais grupos sociais cada um dos dois pensamentos se direciona. O neomalthusianismo torna a discussão ambiental uma disputa em torno de recursos naturais que não afeta um grupo social específico, porque ela se refere a todos os grupos sociais ao mesmo tempo, indistintamente. Já o socioambientalismo, ao contrário, tenta evidenciar que as disputas em torno dos recursos naturais são sempre disputas entre diferentes grupos sociais, com clara diferenciação de forças entre eles. Essa diferença explica o antagonismo básico que existe entre os dois pensamentos, na medida em que um busca escamotear as lutas sociais e o outro, evidenciá-las. O socioambientalismo tenta explicitar os conflitos, tornando clara a disputa por recursos e distribuição socioespacial da degradação ambiental. O pensamento hegemônico, fundado nas teorias neomalthusianas e que constitui o senso comum, contribui para manter a volatilidade e imprecisão das discussões ambientais. Essa condição o torna facilmente adaptável a diferentes formas de compreensão do problema e aos mais diversos interesses obstruindo as discussões em torno dos conflitos socioambientais.

Os conflitos socioambientais acontecem em escalas absolutamente diferentes, começando pela escala global. Num cenário mais amplo, as disputas envolvendo os problemas ambientais acontecem no âmbito das disputas políticas e econômicas envolvendo tanto Estados como empresas multinacionais. Na década de 1990 surge a noção de "segurança ecológica" que indica que o sistema produtor internacional estaria entrando numa condição de desequilíbrio porque os países mais pobres não conseguiam lidar com os problemas ambientais (da maneira como foram formulados pelos países mais ricos) em função de carências tecnológicas e desestruturação política. Nesse contexto, havia a crença, difundida principalmente na conferência Rio92[10], de que os países mais ricos deveriam ajudar os mais pobres a resolver seus problemas socioambientais. Trata-se claramente de uma falácia. Altvater (1995) defende que não há razão para os países ricos quererem ajudar os países mais pobres a chegarem no mesmo patamar. Para ele, "as sociedades industriais só podem reivindicar para si as benesses da afluência industrial enquanto o mundo ainda não industrializado assim permanecer" (Altvater, 1995, 27). O maior

[10] Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro.

problema dessa ideia não está na necessidade de ajuda em si, mas no fato de que a condição dos países mais pobres é vista como um estágio intermediário de um caminho que levará à condição dos países mais ricos. Exatamente por isso, usa-se o termo "países em desenvolvimento", como se os países mais pobres estivessem no meio do processo de aquisição de bem estar social dos países desenvolvidos ou se devessem, necessariamente mimetizá-los. Os caminhos trilhados pelos países mais ricos para atingir sua condição de desenvolvimento econômico e social foram completamente diferentes daqueles percorridos hoje pelos países mais pobres. Enquanto os primeiros o fizeram a partir do século XVIII com a Revolução Industrial construindo desde então sua hegemonia em escala mundial e fundando o que se chama de modernidade, os últimos começaram seus processos de urbanização e industrialização em pleno século XX atropelados pela própria modernidade. Por isso, não é difícil perceber que os países mais pobres percorrem seus próprios caminhos de desenvolvimento econômico, social e ambiental e possivelmente nunca serão como os países mais ricos.

Numa escala local, os conflitos socioambientais, como define Acselrad (2004, 17), "opõe entre si as diferentes formas de adaptação dos atores sociais ao mundo natural, juntamente com suas ideologias e modos de vida respectivos." As disputas sociais e políticas se evidenciam nos conflitos socioambientais. Em muitos casos tem-se a oposição entre grandes empresas e grupos sociais sem voz política, entre interesses políticos e interesses culturais, interesses particulares e interesses coletivos. Nesse último caso, principalmente em função da propriedade privada que funda nosso sistema social, criam-se os conflitos. Como exemplo, Martins (2006) lembra que nos casos em que há habitações sociais próximas a áreas de preservação (como acontece em vários conjuntos habitacionais periféricos), o conflito ambiental surge muitas vezes no choque entre o interesse individual (a apropriação privada da terra) e o interesse coletivo (o acesso aos recursos naturais). Como esses conflitos emergem e se desenvolvem no que dizem respeito à questão da propriedade? Para Acselrad (2010, 03) eles eclodem quando a legitimidade de certas formas de apropriação do espaço é contestada sob a alegação de efeitos interativos indesejados de *uma prática espacial* sobre outras.

Nas grandes cidades brasileiras os conflitos ambientais acontecem exatamente nesse sentido, expondo as lutas sociais e políticas, as disputas entre interesses individuais e coletivos, que marcam a nossa sociedade desigual. Seja a partir de um problema criado em torno de uma condição de degradação ambiental ou na disputa pelo acesso a um recurso natural, os conflitos socioambientais urbanos definem quais são os atores sociais que ganham e que perdem. Essas disputas são, portanto, momentos em que certos grupos sociais se sobrepõem a outros e que certos discursos se legitimam. Por meio dessas disputas alguns grupos se fortalecem e outros se enfraquecem.

O socioambientalismo se constitui como uma resistência ao pensamento hegemônico no campo ambiental. A análise de conjuntos habitacionais destinados à população pobre na periferia de uma metrópole precisa ser empreendida com esse viés, de modo a evidenciar e não a esconder as disputas

políticas, sociais e culturais que construíram e mantêm a condição de precariedade desses espaços. Os conflitos socioambientais urbanos são disputas sociais espacializadas no território da cidade. Os conflitos socioambientais nas bordas do tecido urbano das grandes cidades apresentam essas mesmas disputas e ainda outras. A periferia de uma metrópole brasileira em seus limites mais extremos, com todas as suas mazelas sociais, constitui um território fértil para o estudo de conflitos socioambientais urbanos. O fim da cidade é palco cotidiano dessas disputas.

4.3 - DESENVOLVIMENTO URBANO SUSTENTÁVEL

Em toda a história da humanidade, poucas ideias conseguiram em escala global uma adesão tão ampla, em tão pouco tempo quanto a de "desenvolvimento sustentável". Em vinte e cinco anos ela conseguiu se espalhar e se enraizar em todos os lugares, culturas e grupos sociais. A princípio, poderiam ser levantadas três razões para essa absurda eficiência em termos de construção ideológica e retórica: as alusões que ela carrega em defesa de certos ideais nobres e altruístas, como a preocupação com os recursos naturais para as próximas gerações, a preservação de animais ameaçados de extinção nos mais remotos cantos da Terra e o bem estar de todos os povos, contra os quais seria moralmente inadmissível qualquer argumento; a imprecisão e a generalidade dos termos "desenvolvimento" e "sustentável", que permitem que cada grupo social projete neles os valores que melhor lhe convêm; a coincidência entre o período de difusão dessa noção e a popularização da rede mundial de computadores, que acelerou radicalmente as trocas de informação em escala global. A força do "desenvolvimento sustentável" no campo das discussões ambientais faz com que, mesmo quando se pretenda evitá-lo, e exatamente por isso, ele precise ser dissecado. Uma análise crítica sobre o tema será encaminhada aqui, de modo a demonstrar sua condição aporética.

Uma explicação sobre essa construção ideológica parece ser especialmente oportuna, passados tanto o período inicial de adesão acrítica, como o de crítica contundente e demolidora dos anos seguintes. Cumpre agora, com algum distanciamento histórico, analisar se houve uma real contribuição desse discurso para as reflexões ambientais sobre o espaço urbano. Para contribuir para uma análise epistemológica do "desenvolvimento urbano sustentável", serão confrontados alguns pressupostos e discutidas algumas consequências da sua ampla utilização no planejamento urbano recente. O objetivo aqui é, portanto, discutir o conceito do "desenvolvimento sustentável" também no que ele significou em relação ao urbano, considerado tanto em termos mundiais como no caso específico das grandes cidades brasileiras, através de uma exposição sobre o termo "desenvolvimento urbano sustentável".

Antes, porém, é necessário atentar para o fato de que essa expressão é derivada de uma ideia mais ampla, determinante no processo histórico de formação da sociedade industrial capitalista: a de "desenvolvimento". Há um consolidado senso comum em torno dessa noção que cria a impressão de que ela é sempre virtuosa, como se "desenvolver" significasse necessariamente "melhorar", o que faz com que se pense sempre em algo em "desenvolvimento" como algo que está "melhorando".

"Desenvolver" tem vários significados entre os quais "caminhar para um estágio mais avançado" e "progredir", [11] o que pode ser aplicado a uma cidade, por exemplo, sem necessariamente indicar que ela "melhorou" para seus habitantes. Não se pretende estender nesse argumento, por parecer bastante claro que "desenvolvimento" compreende complexas situações que não podem ser resumidas à uma noção geral de "melhoria". Admitindo-se, que o "desenvolvimento" pode conter a noção de "melhoria", mas não somente, a pergunta passa a ser: a quem interessa criar a ideia de que as coisas caminham rumo a uma condição de melhoria? Escobar mostra acredita que o discurso do desenvolvimento moderno é o último capítulo da grande história de expansão da razão ocidental. Para ele, a ideia de desenvolvimento penentrou, integrou, geriu e controlou países e populações de diferentes formas e com força cada vez maior (Escobar, 1996). É importante perceber que foi a ideia de desenvolvimento criou a condição de sub-desenvolvimento. Peet e Watts (1996) defendem por meio de uma abordagem pós-estruturalista, que o esforço do desenvolvimento é uma forma de colonização cultural para conquistar e manter poder.

O termo "desenvolvimento sustentável" ganhou notoriedade num primeiro momento, através do documento "Nosso Futuro Comum", de 1988, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio-Ambiente e Desenvolvimento e que ficou conhecido como "Relatório Brundtland". O relatório não foi responsável por sua criação, já que ele já era utilizado no meio científico e acadêmico desde a conferência de Estocolmo em 1972 e até antes.[12] O "Relatório Brundtland" foi responsável por dar-lhe força política (Costa, 2008). Ele foi definitivamente consagrado quatro anos mais tarde, com a "Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento", realizada no Rio de Janeiro e que ficou conhecida como Rio-92 ou Eco-92. A partir do começo dos anos de 1990 o termo sofreu um rápido processo de divulgação e consolidação e na última década do século, já podia ser considerado um valor universal amplamente aceito. A adoção do termo "desenvolvimento sustentável" passou desde então, a conferir caução e legitimidade a qualquer discurso e prática envolvendo questões ambientais, além de sempre evocar o consenso (Carneiro, 2010). Alguns consideram que o consenso em torno do termo, revela exatamente sua imprecisão, mais do que sua clareza (Costa, 2000). Esse consenso construído a partir do conceito de "desenvolvimento sustentável" em todos os níveis e escalas alimentaram um processo pelo qual diferentes grupos sociais passaram a interiorizar as mais várias facetas da questão pública do meio ambiente. Esse fenômeno é considerado por alguns autores como um processo de ambientalização da consciência social (Bezerra, 2005).

O Relatório Brundtland consolidou a definição de "desenvolvimento sustentável" como "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades" (CMMAD, 1992, 46). Essa definição traz consigo a generalidade e a imprecisão já apontadas e levanta algumas outras considerações. Em primeiro lugar é preciso considerar

[11] Houaiss (2001, 989).

[12] Alguns autores (Carneiro, 2005; Souza, 2010) alegam que o termo surgiu muitos anos antes, em discussões ligadas ao meio ambiente em nível mundial anteriores até mesmo à Estocolmo 72. Ambos reconhecem, contudo, que o termo só ganhou notoriedade com o relatório Brundtland.

que ela surge num contexto de crise ambiental iniciada a partir dos anos de 1960-1970 e que teve como consequência ações coordenadas em escala global para discutir a "questão ambiental" como a Conferência de Estocolmo em 1972. Essa conferência teve importante papel para difundir a ideia de crise ambiental em escala global, enfatizando, entre outros aspectos, a crescente escassez de recursos naturais como água potável e combustíveis fósseis como discutido anteriormente. Desde então a ideia de lutar contra a possibilidade de recursos naturais serem completamente extintos passa a fazer parte da agenda ambiental pelo viés da "racionalidade ou parcimônia no uso de recursos naturais".[13] É exatamente nesse período que surgem as pesquisas sobre combustíveis alternativos e edificações que consumam menos energia elétrica e água, por exemplo. A ideia de que seria possível manter o desenvolvimento econômico mundial de uma maneira mais cuidadosa em relação aos recursos naturais faz convergir os interesses de um mundo estruturado ainda pelas relações de produção capitalistas, mas agora preocupado com o meio ambiente.

É importante notar que está implícito no relatório Brundtland a noção de que alguns povos estão tomando a frente na defesa do planeta em nome de todos como marca Escobar (1996). Como afirma esse autor, as análises e discursos contidos no relatório são construídas a partir de um ponto de vista unidimensional e remetem sempre à "figura do cientista ocidental branco transformado em gestor do planeta".

Além disso, o questionamento que se faz quanto à validade de uma "crise ambiental" baseada na escassez de recursos naturais coloca em questão o próprio paradigma do "desenvolvimento sustentável" e permite que uma pergunta seja feita: Até que ponto essa ideia surgiu para modificar o modo de produção capitalista que criava impactos no meio ambiente em escala mundial e até que ponto esse surgiu para legitimar esse mesmo modo de produção, adaptando-o a um novo contexto de preocupações com os recursos naturais? Ou seja, esse discurso constitui de fato num novo paradigma de desenvolvimento ou uma retórica poderosa que escamoteia a continuidade do capitalismo num novo cenário? Alguns autores, como já discutido anteriormente, enxergam com clareza as respostas a essas perguntas, acreditando que a "sustentabilidade" é uma categoria de percepção coletiva, disseminada pelas estruturas de poder hegemônicas e que teve por objetivo introduzir fatores de diferenciação e perturbação das bases de legitimidade do conjunto de atividades econômicas (Acselrad, 2004). Na mesma linha, Costa (2000, 63) argumenta que o conceito de sustentabilidade traz como proposta um discurso de reprodução e manutenção do capitalismo em nível global. Escobar é ainda mais contundente:

> O discurso do desenvolvimento sustentável propõe a reconciliação de dois inimigos – o crescimento econômico e a preservação ambiental – sem ajustes significativos nos sistemas de mercado. A reconciliação é resultado de operações discursivas complexas envolvendo o capital,

[13] Alguns autores como Bueno (2011) advogam pelo uso do termo *déficit ecológico*, que pode ser visto como um desdobramento da ideia de racionalidade do uso de recursos naturais, definido como a diferença entre os recursos ambientais consumidos em determinado local e sua origem, endógena ou exógena.

> representações da natureza, gestão e ciência. No discurso do desenvolvimento sustentável, a natureza é reinventada como meio ambiente para que o capital, não a natureza ou a cultura, possam ser sustentados (Escobar, 1996, 49). *tradução nossa.*

Alguns autores que ajudaram a consolidar o conceito do "desenvolvimento sustentável", como Sachs (1993), enxergavam esse conceito de forma mais otimista, vendo nele a possibilidade de um desenvolvimento "mais sensível ao meio ambiente", como uma alternativa ao desenvolvimento tradicional, que por consequência poderia ser chamado de insensível a essas questões. Para esse autor, o "desenvolvimento sustentável" seria ainda um "caminho intermediário" estabelecido no debate ambiental no início dos anos 70, capaz de conciliar desenvolvimento econômico e preservação ambiental, situando-se entre "o pessimismo da advertência dos malthusianos a respeito do esgotamento dos recursos e o otimismo da fé dos cornucopianos[14] a respeito dos remédios da tecnologia". (Sachs, 1993, 30).

Sachs teve importante papel desde os anos de 1970, ajudando a elaborar bases teóricas para a operacionalização desse conceito. O "desenvolvimento sustentável", que ele ainda preferia chamar de "ecodesenvolvimento"[15] usando um termo que fora utilizado na convenção de Estocolmo em 1972 e nos anos seguintes, deveria ser colocado em prática em cinco dimensões: sustentabilidade social, que significaria construir uma civilização com maior equidade social; sustentabilidade econômica, que queria dizer criar uma economia mais eficiente com uma apropriação mais racional dos recursos naturais; sustentabilidade ecológica, no sentido da preservação do meio ambiente, da limitação do uso de combustíveis fósseis, da redução de resíduos e da poluição, pela pesquisa e normatização na área ambiental; sustentabilidade espacial, que seria empreendida por meio de uma redução das densidades urbanas, pela diminuição do avanço urbano sobre as áreas naturais, por uma agricultura e atividades extrativistas mais conscientes, pela "ambientalização" da atividade industrial e pela criação de uma rede de reservas naturais; sustentabilidade cultural que deveria ser entendido como uma assimilação do paradigma do "desenvolvimento sustentável". Apesar de Sachs ter sempre se preocupado com a operacionalização do conceito, algumas questões parecem colocadas com pouca objetividade em sua teoria como a "criação de uma civilização com maior equidade social". Há também algumas contradições implícitas na tentativa de separar esse novo modelo de desenvolvimento em diferentes dimensões. Por exemplo, a ideia de reduzir as densidades urbanas que ele aponta, é contrária ao pensamento de

[14] A cornucópia é um símbolo da mitologia grega que representa a abundância. São chamados hoje de cornucopianos ou ambinetalistas cornucopianos aqueles que acreditam que a tecnologia é uma panaceia capaz de fazer surgir abundância de recursos naturais e garantir sua distribuição igualitária e democrática.

[15] Os dois termos não significam exatamente a mesma coisa. Montibeller-Filho (2001) defende que o "ecodesenvolvimento" volta-se ao atendimento das necessidades básicas da população, através da utilização de tecnologias apropriadas a cada ambiente e partindo do mais simples ao mais complexo, enquanto o "desenvolvimento sustentável" enfatiza o papel de uma política ambiental, a responsabilidade com os problemas globais e com as futuras gerações.

diversos setores do planejamento urbano para promover melhorias ambientais nas grandes cidades, que aponta na direção do adensamento e da compactação das cidades[16].

É curioso perceber hoje que, naquele momento entre os anos de 1980 e 1990 em que o tema "desenvolvimento sustentável" era bastante discutido, mas ainda estava em construção e começava a ser assimilado em nível global, havia uma tentativa de estabelecer o grau de incorporação de preceitos ambientais por parte do campo econômico. Especulava-se na academia, nas agências estatais e nos setores produtivos, qual seria o grau de "esverdeamento" da produção. Nas discussões promovidas pelo Banco Mundial, Colby (1990) tenta mapear algumas tendências em discussão naquele momento e demonstra que havia no horizonte um espectro que ia de um grau praticamente inexistente de incorporação das questões ambientais até o extremo oposto em que as questões ambientais poderiam ser incorporadas de maneira radical inviabilizando o funcionamento do sistema produtivo. O primeiro cenário, que ele chama de "Economia de Fronteira" corresponderia ao nível 1 e o último, chamado de "Ecologia Radical" estaria no nível 5. Entre os dois extremos haveria três cenários intermediários: o modelo "Proteção Ambiental" (nível 2), o modelo "Gerenciamento de Recursos" (nível 3) e o modelo "Ecodesenvolvimento" (nível 4), considerado pelo autor como o cenário ideal. É difícil fazer uma análise sobre qual dos cenários de Colby mais se aproxima da realidade econômica mundial duas décadas depois desse estudo – o que, ademais foge completamente aos objetivos e limites dessa tese – mas é possível inferir que o nível 4, do "ecodesenvolvimento", tido por ele como ideal, não foi atingido.

Nesse mesmo contexto de especulações sobre a operacionalização do desenvolvimento dito "sustentável", Viola e Leis (1992) propuseram sua implantação por três caminhos distintos não necessariamente excludentes: no viés "estatista", o Estado concentraria promoção, normatização e regulação na ação de resguardar qualidade ambiental, considerada um bem público; no caminho "comunitário" as organizações sociais de base seriam responsáveis pela transição para um modelo de desenvolvimento mais "sustentável"; e no viés do "mercado" o "desenvolvimento sustentável" seria alcançado por meio do próprio sistema capitalista, da apropriação privada de recursos naturais e da expansão do mercado de consumo ecológico. Passados mais de vinte anos desde a elaboração desse estudo, é evidente que nenhum dos três caminhos deixou de ser explorado, contribuindo para um cenário multifacetado em que Estado, mercado e organizações da sociedade civil desempenharam importantes papéis, apesar de operarem com total assimetria de forças.

É importante ressaltar ainda que, no final dos anos 1980, a discussão ambiental passou a incluir novos atores, para além das agências estatais e das entidades ambientalistas, às quais vinha se restringindo até então, particularmente no que diz respeito aos problemas ambientais urbanos. Desse momento em diante, com a força que essas discussões passam a ter no cenário político, econômico, social e cultural,

[16] Para uma análise sucinta sobre a discussão no campo do planejamento urbano advogando em favor das cidades compactas na Europa, cf. Costa (2000).

somam-se ao debate outros atores: o socioambientalismo de organizações não governamentais e movimentos sociais, as instituições científicas e de pesquisa ambiental e uma reduzida fatia do empresariado que começa a rever seus processos produtivos com base no modelo "sustentável" (Viola e Leis, 1992, 85). O dilema que se apresentava naquele momento para a ideia de "desenvolvimento sustentável" está diretamente ligado à sua característica de fazer convergir dimensões distintas e atores com diferentes interesses, fazendo com que o conceito ficasse naquele momento entre:

> (...) a necessidade de continuar ampliando e consolidando suas bases de sustentação político-social, a fim de transformar-se numa alternativa realista ao modelo de desenvolvimento dominante, e a necessidade de dar uma forte base científica a suas políticas, a fim de que também sejam realistas, ainda a risco de contradizer os pressupostos ideológicos de alguns setores de sua base político-social (Viola e Leis, 1992, 79).

Cada um dos três campos que formam o tripé de sustentação ideológica do "desenvolvimento sustentável", o econômico, o ambiental e o social, tem suas racionalidades, seus códigos éticos e morais e seus projetos próprios. A convergência de dimensões distintas e que constantemente colocam-se como antagônicas, não é um esforço fácil. Apesar disso, a tarefa de apresentar uma alternativa conciliadora que foi relativamente bem sucedida. Para se discutir como isso foi possível, é preciso separar o conceito de "desenvolvimento sustentável" e os discursos criados em torno da ideia, o que quer dizer entre uma ideia historicamente construída ao longo de pelo menos duas décadas, com certos pressupostos e objetivos de um lado e as diferentes representações que a partir dele são construídas.

Como ponto de partida para a análise dos discursos é preciso considerar que cumprem o papel de universalizar interesses particulares. De forma mais geral, como mostra Escobar (1996), a construção discursiva do "desenvolvimento sustentável" tem como principais efeitos a resignificação da natureza como meio ambiente, a reinterpretação da pobreza como efeito dos ambientes destruídos, a destruição do gênero vernacular, a proletarização e rearticulação da subordinação feminina aos princípios modernos e o surgimento de um interesse pela gestão e pelo planejamento como árbitros entre homem e a natureza. A principal questão a ser apontada sobre os discursos do "desenvolvimento sustentável" está no seu entendimento como parte de uma "construção de conhecimento estruturada pelo capital e que participa da redefinição da natureza como valor de troca" (Escobar, 1996).

"Discursos" no plural porque de fato existem vários discursos diferentes sob o mesmo teto. Dentre as matrizes discursivas construídas a partir do conceito de "desenvolvimento sustentável", Acselrad (2009) elenca as principais: A matriz da eficiência, que pretende combater o desperdício da base material do desenvolvimento, estendendo a racionalidade econômica ao "espaço não mercantil planetário"; a matriz da escala que defende um limite quantitativo ao crescimento econômico e à pressão que ele acaba exercendo sobre o meio ambiente e os recursos naturais; a matriz da equidade, que propõe uma ligação direta entre ecologia e justiça social; a matriz da autossuficiência, que prega um caminho de

desvinculação de economias nacionais e sociedades tradicionais dos fluxos do mercado mundial como estratégia apropriada para assegurar a capacidade de autorregulação comunitária das condições de reprodução da base material do desenvolvimento; a matriz ética que coloca a apropriação social do mundo material no debate sobre valores de bem/mal tentado associar as formas de uso dos recursos naturais à continuidade da vida no planeta. Essas matrizes discursivas só puderam ser criadas a partir de uma mesma ideia por sua característica de absoluta imprecisão. A ideia em si, mesmo a despeito de vários esforços no campo teórico de tentar detalha-la, é desde sua origem uma ideia vaga, já que nasceu com a missão de conciliar campos distintos e até antagônicos.

Outra importante questão na análise do "desenvolvimento sustentável" e dos discursos construídos a partir dele é a constante orientação para o futuro, a começar pelo próprio título do relatório que lhe deu origem. A ideia inicialmente apontava um "futuro comum" almejado por todos e os discursos construídos desde então continuam apontando para esse tempo futuro. Um futuro que permanece sempre futuro. Nesse sentido, o conceito aproxima-se mais da lógica das práticas, em que certos efeitos considerados desejáveis são levados a acontecer do que do conhecimento científico, em que os conceitos são construídos para explicar o real. Essa implicação do termo traz o que Acselrad (1999, 81) classifica como "causalidade teleológica" quando "a causa é definida pelo fim; a ordem de sequencia dos acontecimentos está embutida na condição antecedente definida como causa. É sustentável hoje aquele conjunto de práticas portadoras da sustentabilidade no futuro." Essa construção ideológica para legitimar uma ação no presente baseada em uma hipótese a respeito do futuro traz consigo, obviamente, inúmeros problemas. É muito mais razoável acreditar que não é possível reconstruir o presente com base em supostas exigências do futuro (Acselrad, 1999). Como a ideia de sustentabilidade está orientada para o futuro e para o que é consensual e coletivamente tido como bom para todos, há implícita na operacionalização do conceito uma luta de classes (Acselrad 1999).

A possibilidade de construção de consensos por esse expediente discursivo não é, todavia, ilimitada. É impossível assegurar qualquer tipo de "sustentabilidade" num quadro estrutural de relações desiguais (Martins, 2006). A despolitização dos embates e a desarticulação dos grupos sociais têm garantido nos últimos anos a prevalência dos interesses dominantes do capital em relação aos interesses sociais e ambientais. Entretanto, no contexto das grandes cidades brasileiras, o discurso da sustentabilidade nem sempre tem conseguido abafar conflitos mais complexos, onde não há, muitas vezes, dois lados antagônicos em clara disputa. São comuns no cenário das cidades brasileiras nos últimos anos, conflitos ambientais envolvendo vários grupos sociais completamente distintos, cada qual carregando sua própria construção simbólica de "desenvolvimento sustentável". São casos em que estão em disputa diferentes secretarias e autarquias públicas do mesmo governo ou de esferas distintas (municipal, estadual e federal), grupos econômicos de diferentes setores (imobiliário, minerário, agrícola, etc), diferentes organizações da sociedade civil indo desde movimentos sociais de moradores de rua a associações de moradores de condomínios de luxo. Em cenários como esse, quando diferentes pontos de vista são

confrontados e cada grupo tenta garantir objetivamente a concretização de seus interesses, o discurso nem sempre tem se mostrado eficiente na construção de consensos[17].

Além de muitas vezes não conseguir arrefecer disputas sociais e ambientais por um caminho consensual, o "desenvolvimento sustentável" tem suas próprias disputas internas. Sempre houve e ainda há lutas internas nos debates em torno da questão ambiental pela supremacia ideológica do "desenvolvimento sustentável". As disputas teóricas em busca da legitimação de diferentes interpretações do "desenvolvimento sustentável" tornam sua construção conflituosa, ainda que seu objetivo seja o consenso. Os conflitos expõem diferentes práticas e formas sociais que se pretendem compatíveis ou portadoras de sustentabilidade, como mostra Acselrad (2009, 45). Viola e Leis acreditam nessa disputa como um caminho a ser percorrido para se chegar à convergência de interesses e objetivos. Para eles, na construção do conceito:

> existe uma disputa teórico-política em relação aos diferentes pesos das variáveis em jogo e às características dos mecanismos alocativos e implementativos, assim como das responsabilidades dos atores que poderiam levar ao desenvolvimento sustentável. O consenso se situa assim muito mais nos fins ou objetivos do que nos meios ou procedimentos. (Viola e Leis, 1992, 78)

As argumentações em defesa do "desenvolvimento sustentável" mudam radicalmente de escala, indo dos interesses locais para os globais, indo do presente para o futuro, do gesto imediato aos efeitos de longo prazo, ora em nome do equilíbrio biosférico, ora do patrimônio, da qualidade de vida e do bem comum (Acselrad, 2000). A sua capacidade de adaptação nasce, obviamente, do seu sucesso como conciliador daquilo que para alguns até hoje é inconciliável, as dimensões ambiental e econômica. Ao mesmo tempo em que o tom radical do discurso ambiental focado no preservacionismo dos anos de 1970 foi deixado de lado por parte do setor ambiental, os setores ligados ao desenvolvimento econômico se "esverdearam", incorporando o discurso ambiental em suas práticas. Costa ressalta:

> Poucos conceitos têm sido recentemente tão utilizados e debatidos como o de desenvolvimento sustentável. Por isso mesmo, falta-lhe precisão e conteúdo, cabendo as mais variadas definições. Muitas vezes utilizado como se fosse expressão de generalizada aceitação por algum tipo de senso comum, o conceito traz à tona um amplo debate tanto em torno da ideia de *desenvolvimento* como da noção de *sustentabilidade*. Tal debate constitui, de fato, um dos desenhos possíveis da trajetória recente percorrida pela análise ambiental, principalmente em sua tentativa de diálogo com a economia política e com as ciências sociais de forma mais geral (Costa, 2000, 61).

[17] Camargos mostra esse embate multifacetado no caso da APA-SUL na RMBH e Carmo e Tagnin ilustram essa situação no caso dos múltiplos usos da Represa Billings em São Paulo. Cf. Camargos, 2004 e Carmo e Tagnin, 2001

O caráter conciliatório do "desenvolvimento sustentável" em relação às questões econômicas e ambientais constituiu um dado fundamental na sua incorporação nas agendas dos governos e na construção de uma legislação ambiental nas últimas décadas. A conciliação de diferentes grupos sociais passa por um processo de compatibilização de objetivos às vezes completamente antagônicos. O "desenvolvimento sustentável" traz implícita a ideia de compatibilização entre desenvolvimento econômico contínuo com a diminuição das desigualdades sociais e preservação dos recursos e equilíbrios naturais (Carneiro, 2005). A compatibilização de objetivos pressupõe a construção de consensos que implica no apaziguamento de conflitos o que demanda um tipo de solução neutra, que busque atender os atores envolvidos na disputa. A prática recente das discussões ambientais no Brasil mostra que na construção de consensos em torno das discussões ambientais, prevalecem as soluções que atendem prioritariamente ao interesse de certos grupos sociais, política e economicamente mais fortes[18]. E nesse caso, o caráter consensualista do conceito de "desenvolvimento sustentável" torna-se um instrumento poderoso, porque opera no sentido de garantir que os conflitos não aflorem, como defendem Araujo e Costa: "a noção de desenvolvimento sustentável firma-se progressivamente como parte do discurso hegemônico ainda que de difícil operacionalização, já que escamoteia mais do que explicita as reais disputas e contradições subjacentes à noção de consenso e equilíbrio que lhe é implícita" (Araujo e Costa, 2007, 04).

O abrandamento de conflitos e apaziguamento social através do "desenvolvimento sustentável" tem sido obtido através de instrumentos como a "Agenda 21". Elaborada como uma espécie de relatório final da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento em 1992 (Rio-92), a "Agenda 21"[19] se apresentava como uma carta de intenções dos países rumo a um desenvolvimento pensado sobre bases éticas em relação ao meio-ambiente e aos recursos naturais. Entretanto, apesar de os movimentos socioambientais terem sido bem sucedidos em pressionar os governos municipais a elaborar e colocar em prática versões locais do documento geral, percebeu-se depois de algum tempo que o documento global correspondia a uma resposta estabilizadora dos setores produtivos frente a novas demandas sociais, uma nova fonte de legitimidade a um modelo de desenvolvimento produtivista que na verdade era inicialmente questionado pelos mesmos movimentos ambientalistas (Bezerra, 2005). O documento global e suas versões locais são hoje muito questionados por vários setores ambientalistas, ONGs, grupos sociais, exatamente por serem utilizados como instrumentos para garantir a prevalência dos interesses de grandes grupos econômicos. A "Agenda 21 Local" é hoje questionada porque:

> a própria metodologia consensualista, localista, pontualista (no sentido de compor-se por projetos isolados) e imagética (no sentido de atuar mais no plano simbólico, visando criar roteiros de intenções) fazem-na, por um lado, um instrumento pouco relevante na luta contra a

[18] Para um panorama amplo sobre essas disputas em torno das questões ambientais em Belo Horizonte nos últimos anos, cf. Araujo (2009).
[19] A partir do documento geral "Agenda 21" elaborado na Rio-92, foram elaboradas por cada país "Agendas 21" nacionais e posteriormente "Agendas 21 Locais".

> concentração de poder sobre os recursos que determina em última instância os problemas socioambientais; e, por outro, fraca como instrumento de pressão para constranger empresas e poder público a tornar "fato" seus compromissos, por mais tímidos que sejam (Bezerra, 2005, 107).

Dentre os inúmeros termos derivados da ideia de "desenvolvimento sustentável", um dos mais consolidados é sem dúvida a "sustentabilidade". Em termos práticos, qualquer coisa pode possuir "sustentabilidade". Acselrad define a "sustentabilidade" como:

> a categoria pela qual, a partir da última década do século XX, as sociedades têm problematizado as condições materiais da reprodução social, discutindo os princípios éticos e políticos que regulam o acesso e a distribuição dos recursos ambientais – ou, num sentido mais amplo, os princípios que legitimam a reprodutibilidade das práticas espaciais (Acselrad 2009, 20).

Há, portanto, na noção de "sustentabilidade" um sentido de duração, de continuidade.[20] Impedindo o esgotamento de recursos naturais e das condições de produção e reprodução social, a "sustentabilidade" cria um esse sentido de permanência em termos civilizatórios. Porém, ao apontar um caminho para superação dos problemas ambientais, essa ideia pode estar, mais do que apontando uma solução, induzindo a construção de um "senso comum" em torno desse caminho específico. Ao mostrar uma saída, a noção de "sustentabilidade" atua no sentido de criar a falsa ideia de que esse seria o único caminho possível para evitar um desastre ambiental global de grandes proporções. Para Acselrad (2009, 64) "associar a noção de 'sustentabilidade' à ideia de que existe uma forma social durável de apropriação e de uso do meio ambiente dada pela própria natureza das formações biofísicas significa, por exemplo, ignorar a diversidade de formas sociais de duração dos elementos da base material do desenvolvimento". A construção de um caminho para a crise ambiental baseado na ideia de continuidade das coisas como elas são e sua apresentação como o único caminho a ser tomado deve ser entendido como a construção de um conceito que busca preservar as estruturas produtivas, as relações sociais, as estruturas políticas. Não se pode, portanto, aceitar a ideia da "sustentabilidade" como um remédio dado para os males ambientais em todos os níveis. É preciso reconhecer que existem várias maneiras de as coisas durarem, como lembra Acselrad (2009).

O discurso da sustentabilidade foi a matriz conceitual por trás dos instrumentos legais criados no Brasil nos últimos anos para permitir uma apropriação privada cada vez maior dos recursos naturais (Ioris, 2008). Ele está por trás da associação entre preservação ambiental e qualidade de vida, entendida como

[20] Em francês, o termo equivalente ao "sustainable development" originalmente criado na língua inglesa é "développement durable" que traz claramente essa noção de duração, diferentemente do termo em português "desenvolvimento sustentável" que preferiu a proximidade com o original inglês.

uma vida em harmonia com a natureza longe da poluição, o que deveria ser valor universal, mas, na prática precisa ser adquirida como uma mercadoria. O "desenvolvimento sustentável", enfim, transformou a natureza numa *commodity* a ser explorada e dissolvida pelo capital (Araujo e Costa, 2007). Esse aspecto do "desenvolvimento sustentável" revela seu lado mais perverso, já que num cenário de enormes desigualdades sociais como o das grandes cidades brasileiras, só uma pequena minoria das pessoas é capaz de experimentá-lo. No Brasil algumas etapas foram queimadas e a discussão ambiental que acontece no mundo todo foi assimilada sem que questões sociais tivessem sido antes equacionadas (Costa, 2000). Por isso, para a grande maioria da população urbana do Brasil, para quem, nenhum desenvolvimento concreto foi oferecido até hoje, o "desenvolvimento sustentável" parece sonho muito distante.

O "desenvolvimento sustentável" nunca pretendeu modificar o sistema capitalista, já que não questiona o consumo, a base do funcionamento do sistema produtor de mercadorias moderno. Seu foco está na parcimônia e da eficiência no uso dos recursos naturais. Para Acselrad (2010) "a estratégia da economia e da eficiência do uso de recursos só adia a disponibilidade desse mesmo recurso." Segundo ele, o que deveria ser feito é a discussão sobre os fins para os quais esses recursos são destinados, o que não acontece, já que os padrões de consumo não são questionados pela ideia geral de "desenvolvimento sustentável". Sachs (1992) já defendia como uma "estratégia de transição" para o "desenvolvimento sustentável" uma modificação nos padrões de consumo. Entretanto, isso nunca ocorreu e os padrões de consumo nos países mais ricos permanecem altíssimos comparativamente aos padrões encontrados nos países mais pobres. Os discursos construídos a partir do surgimento do "desenvolvimento sustentável" almejaram determinados efeitos e práticas sociais que serviram para legitimar e deslegitimar estruturas sociais, como lembra Acselrad (2009), sem nunca questionar as estruturas econômicas.

A ideia de um "desenvolvimento urbano sustentável" deriva do conceito geral discutido até agora, levado para o contexto urbano, o que interessa mais diretamente a presente tese. Poderia o termo oferecer um suporte teórico para o estudo socioambiental das situações típicas do espaço urbano periférico brasileiro? É perfeitamente possível e legítimo prospectar caminhos para o desenvolvimento das bordas urbanas onde vivem, em conjuntos habitacionais, as populações mais pobres das grandes cidades brasileiras pelo caminho do "desenvolvimento urbano sustentável". Porém há riscos e limites numa proposta como esta.

A ideia de "desenvolvimento urbano sustentável" pode ser considerada já de saída uma contradição em termos, como aponta Costa (2000). Isso porque o termo tenta conciliar o que é aparentemente inconciliável, o crescimento da cidade e sua qualificação ambiental. Essa ideia surgiu entre o final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, no contexto da consolidação do conceito geral "desenvolvimento sustentável", num cenário em que dois campos distintos tentam fazer convergir seu pensamento, mesmo apesar de suas origens e objetivos completamente diferentes: o campo da análise ambiental e o campo da análise urbana. Essa aproximação foi amadurecida ao longo de muitos anos durante os quais os

estudos ambientais dentro das competências do planejamento urbano permaneceram restritos a nichos técnicos, enquanto que estudos urbanos dentro do campo das ciências ambientais praticamente inexistiam (Costa, 2000). A tradição do planejamento urbano no Brasil, construída a partir dos anos de 1970 no extinto SERFHAU, traz uma marca do setorialismo, tanto na discussão e elaboração das políticas urbanas como na gestão das ações práticas[21]. Questões ambientais urbanas, como o saneamento das cidades, foram durante muito tempo tratadas em termos de eficiência, com base numa racionalidade técnico-científica, muito mais do que em termos ambientais numa visão mais ampla e sistêmica. A visão integrada entre as diversas questões ambientais urbanas ainda é pouco comum no universo do planejamento urbano estatal brasileiro. Por isso, em termos institucionais, o conceito de "desenvolvimento urbano sustentável" sempre esbarrou na divisão política e administrativa em que são acomodadas as principais questões ambientais e urbanas. Os entraves técnico-burocráticos têm contribuído para que essa ideia não seja posta em prática. Na discussão sobre as moradias de interesse social em áreas de interesse ambiental, por exemplo, há hoje no Brasil enormes conflitos entre as instâncias ambiental e habitacional, cada uma com suas agendas próprias[22]. Mas se não houvesse tais entraves, as cidades conseguiriam se desenvolver com "sustentabilidade"?

Os pontos de conflito que impedem que o conceito de "desenvolvimento urbano sustentável" seja materializado vão muito além das limitações administrativas e técnicas. Costa (2000) crê existir um ponto cego de enormes proporções causado pela hostilidade de longa data do movimento ambientalista para com a própria existência das cidades. Ela mostra que os estudos sobre as cidades e as análises urbanas surgem, em certa medida, como legitimadoras de um processo de modernidade e industrialização que se inicia no século XIX e avança por todo o século XX. Como uma reação, os estudos ambientais surgem na segunda metade do século XX combatendo a ideia do progresso ilimitado presente como marca da modernidade. O "desenvolvimento urbano sustentável" propõe a convergência não entre dois pensamentos diferentes, mas principalmente, entre pensamentos antagônicos. Por que então esses dois campos de estudo, ambiental e urbano, passaram a tentar estabelecer um ponto de contato? É preciso lembrar que essa construção social se dá num momento em que o sistema produtivo precisou se ajustar a um novo cenário mundial, repleto de pressões ligadas à questão ambiental. Nesse contexto surge o consenso de que qualquer pensamento sobre o desenvolvimento urbano teria que ter a chancela da "sustentabilidade". Para Acselrad:

> A associação da noção de sustentabilidade ao debate sobre desenvolvimento das cidades tem origem nas rearticulações políticas pelas quais um certo número de atores envolvidos na produção do espaço urbano procuram dar legitimidade a suas perspectivas, evidenciando a compatibilidade delas com os propósitos de dar durabilidade ao desenvolvimento, de acordo com

[21] Sobre a evolução do setorialismo no Planejamento Urbano no Brasil, cf. Monte-Mór (2007).
[22] Cf. Martins, 2006.

> os princípios da Agenda 21, resultante da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente (Acselrad, 1999, 81).

A construção sociopolítica da cidade molda suas qualidades ou deficiências ambientais. Por meio do direcionamento de investimentos, a segregação socioespacial e a deterioração ambiental moldam a cidade a partir de decisões políticas e determinam sua qualidade ambiental. A maior parte da população brasileira concentra-se hoje das cidades, e por isso mesmo grande parte dos nossos problemas ambientais são problemas urbanos. Estudar os problemas sociais e urbanos por meio de um viés ambiental parece ser um caminho pertinente, já que essa abordagem globalizante permite construir dialeticamente uma análise capaz de entender as populações, sua distribuição espacial, os fatores socioeconômicos implicados e as interações entre esses fatores. Espera-se que o olhar ambiental volte-se cada vez mais para as cidades, pela diluição cada vez maior dos limites entre a cidade e o campo[23]. Para Martine:

> As questões sociais e ambientais de maior significado para a população brasileira necessariamente vão se centrar onde existe maior densidade econômica e demográfica. Ou seja, as questões ambientais que afetam mais diretamente o cotidiano da maioria da população brasileira deverão ser resolvidas no âmbito dos espaços urbanos construídos ou em construção, e não em espaços naturais ou basicamente intocados. Da mesma forma, o Brasil vai participar dos problemas ambientais globais, em grande parte, através do que ocorre em suas áreas de adensamento demográfico e não através de sua mata. (Martine, 1993, 35)

A ideia de "desenvolvimento urbano sustentável" pode ser considerada como um discurso amplamente incorporado ao campo do planejamento urbano nas últimas duas décadas. Aceslrad (1999) mostra que um dos principais motivos para a incorporação desse discurso no planejamento urbano está na ideia de competitividade pela atração de investimentos e planejamentos estratégicos que perpassa grande parte das discussões sobre gestão urbana. A competição entre as cidades para atrair investimentos, fenômeno que ocorre em escala global desde o final do século passado, e a questão da "sustentabilidade ambiental" são considerados os dois principais eixos temáticos das discussões urbanas no início deste século (Oliveira, 2001). Esses dois campos de discussão estão diretamente ligados, já que, em um cenário mundial de competição acirrada entre diferentes locais para atrair fluxos de capital e para gerar empregos, o "desenvolvimento sustentável" é um modelo útil para tornar as cidades mais "atraentes". Trata-se, usando os termos de Oliveira (2001), de uma adaptação das cidades à inevitável competição por recursos e à inevitável preservação do meio ambiente. Por essas razões, o "desenvolvimento urbano sustentável" tem sido largamente incorporado aos discursos hegemônicos da política e da economia para inserir as cidades nessa competição global. Uma cidade que tenha sua imagem associada a um meio-ambiente "saudável" dá um passo à frente na competição com outras regiões também dependentes da entrada de capitais externos, o que determina a utilização da retórica ambientalista, em especial do

[23] Ver cap. 2.

discurso do “desenvolvimento sustentável” como estratégia para obtenção de legitimidade (Bezerra, 2005). O uso do termo na competição entre as cidades evidencia, mais uma vez, a importância da sua falta de clareza, como mostra Oliveira (2001, 200), para quem “as cidades mais competitivas não parecem ser as mais sustentáveis, por mais flexível que possa ser nossa interpretação do significado de sustentabilidade”. As consequências desse caminho percorrido nos últimos anos começam a aparecer. Recorrendo à experiência recente das discussões ambientais no Brasil, percebe-se que a conciliação entre competitividade intermunicipal e sustentabilidade ambiental patrocinada pelo discurso economicamente hegemônico contribui para a promoção de consensos fictícios, fundados no ocultamento de conflitos e na despolitização das questões sociais (Oliveira, 2001). O Banco Mundial tem sido um dos grandes incentivadores da incorporação do discurso do “desenvolvimento urbano sustentável” para a promoção de “cidades sustentáveis”. Para Oliveira (2001) a instituição mostra-se preocupada com o “perigo da politização indesejável” na gestão das cidades.

A preocupação das agências internacionais de financiamento de políticas urbanas está na despolitização dos processos de desenvolvimento e num “desenvolvimento urbano sustentável” em que a dimensão econômica seja norteadora das questões sociais e ambientais. Mais uma vez, o tripé econômico-social-ambiental mostra uma desproporção de forças. Com o pretexto de que “a sustentabilidade da cidade é contemplada na exigência de que os atores econômicos assumam a responsabilidade total dos efeitos negativos que possam exercer sobre a cidade” (Oliveira, 2001, 186), as tomadas de decisão nos processos engendrados pelo “desenvolvimento urbano sustentável” são colocados nas mãos daqueles atores que detém poder econômico. As próprias agências internacionais consideram em seus documentos que esses processos devam ser conduzidos por “atores relevantes”, o que pressupõe a existência de “atores irrelevantes” que não devem estar a frente das discussões (Oliveira, 2001). Dessa forma, uma visão de que as cidades devam ser gerenciadas à maneira das empresas foi incorporada às discussões sobre o planejamento urbano simultaneamente e diretamente conectada ao conceito de “desenvolvimento urbano sustentável”. Essa visão de “gestão urbana” (*urban management*) propõe uma regulação que corrija as distorções provocadas pelo mercado a partir de agentes ligados ao próprio mercado. Como argumenta Costa (2008a) os atores centrais dessa “gestão urbana”, as instâncias onde são tomadas as decisões e as estratégias utilizadas constituem, antes de tudo, um problema nas cidades atuais.

O “desenvolvimento urbano sustentável” evidencia a chamada “modernização ecológica”. Esse é o nome que recebe o conjunto de estratégias surgidas a partir da década de 1990, com viés neoliberal, com o objetivo de desfazer o impasse trazido pela questão ambiental, sem em nenhum momento considerar sua articulação com os problemas sociais. Para Leff:

> os princípios ambientais, antes de enraizar-se em um processo de democracia social e de transformação produtiva para eliminar a exploração do homem e da natureza, estão sendo

> assimilados pelos poderes estabelecidos, os que mediam a mudança social. O poder manipula o sentido do conceito antes que este tenha transformado as relações de poder (Leff, 1994, 388). *Tradução nossa.*

O quadro econômico-político dos anos de 1990 no Brasil e em boa parte dos países desenvolvidos era o de um fortalecimento do neoliberalismo. Segundo Acselrad:

> A estratégia de modernização ecológica é aquela que propõe conciliar o crescimento econômico com a resolução dos problemas ambientais, dando ênfase à adaptação tecnológica, à celebração da economia de mercado, à crença na colaboração e no consenso. Além de legitimar o livre-mercado como melhor instrumento para equacionar os problemas ambientais, esta concepção procurou fazer do meio ambiente uma razão a mais para se implementar o programa de reforma liberais (Acselrad et all, 2009, 14).

Uma cidade "sustentável" é aquela que "para uma mesma oferta de serviços, minimiza o consumo de energia fóssil e de outros recursos materiais, explorando ao máximo os fluxos locais, satisfazendo o critério de conservação de estoques e de redução do volume de rejeitos." (Acselrad 2009). Combater desperdícios, promover reciclagem, modernizar os processos produtivos são ações que atestam a eficiência ecológica dos setores produtivos aos olhos do grande público, mas funcionam de fato para garantir um aumento da eficiência econômica para permitir que essas empresas e as cidades se ajustem num cenário de maior competitividade e crises internacionais. A cidade passa a ser uma cidade-empresa que quer se mostrar portadora de eficiência. A "modernização ecológica" está ligada diretamente à matriz da eficiência, apresentada anteriormente, que faz parte do conjunto de pensamentos incluídos no discurso do "desenvolvimento urbano sustentável" e se baseia na ideia de uma "gestão racional de recursos naturais". Assim, a discussão ambiental torna-se uma oportunidade de negócios para a cidade, em vez de uma restrição a eles. (Acselrad, 2009).

Para concluir, é preciso afirmar que não se pode retirar do "desenvolvimento sustentável" seus inegáveis méritos na construção de um debate global sobre o meio ambiente e sobre as condições gerais de produção. Tão pouco pode lhe ser retirado o mérito de ter influenciado diretamente a elaboração do arcabouço jurídico ambiental no Brasil e em várias partes do mundo. Mas também é preciso entender o "desenvolvimento sustentável" como ideia que tenta reduzir os efeitos ambientais negativos gerados pelo modo de produção capitalista e industrial, sem nunca ter almejado reformulá-lo estruturalmente. As teorias da economia neoclássica já mostravam que problemas sociais, e agora ambientais, podem ser considerados problemas derivados de falhas do mercado - externalidades - e constituem resultados indesejáveis que tendem a ser resolvidos pelo próprio funcionamento do sistema, de forma espontânea ou induzida. A abordagem neoclássica da economia em relação à questão ambiental não produziu nenhum pensamento novo. Apenas incorporou essa nova variável em seus esquemas tradicionais baseados no individualismo, no mercado e na máxima eficiência (Montibeller-Filho, 2001).

O "desenvolvimento sustentável" é uma construção ideológica poderosa, mas ao mesmo tempo irreal e que tem um forte caráter de aporia. Montibeller-Filho defende que o "desenvolvimento sustentável" é um mito:

> as proposições ambientalistas conservadoras do sistema de mercado – que o defendem ou toleram – constituem-se em contribuições relevantes para amenizar os efeitos da problemática socioambiental; mas que, todavia, não conseguem superar a contradição fundamental do sistema de tender a apropriar-se de forma degenerativa dos recursos naturais (esgotamento) e do meio ambiente (degradação), impossibilitando que sejam concretizadas as equidades sociais e ecológicas intra, intergeracional e internacional do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável revela-se um mito, compreendendo dupla dimensionalidade: o caráter *universal*, ao contemplar a reflexão, pela maioria dos povos – do mundo capitalista ou não -, de uma condição de equidade socioeconômica e ambiental desejada, dando elementos para a construção de projeto civilizatório em diferentes culturas e norteador de práticas sociais (conflituosas); e o caráter *particular*, sendo no sistema atualmente dominante, e nas condições analisadas de tendência secular e escala global, todavia uma ideia sem correspondência direta, sendo até conflitante, com a realidade. Este aspecto contribui na compreensão da sociedade capitalista e seus limites em concretizar ideais socialmente construídos (Montibeller-Filho, 2001, 290). *grifo nosso*.

A aporia criada pelo conceito de "desenvolvimento sustentável" se esconde, ao mesmo tempo em que se denuncia pelos consensos fictícios que o cercam. O campo da política, onde se travam as disputas sociais e ambientais, é o campo de forças distintas, de lutas sociais. O consenso não pode ser identificado com a racionalidade política e nem mesmo com a democracia, como lembra Rancière (1996, 367). Para ele, ao contrário, é o *dissenso* que caracteriza a política, como uma ruptura dos caminhos naturais de dominação social. Segundo Rancière, o *dissenso* seria:

> não um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados. O dissenso não é a guerra de todos contra todos. Ele dá ensejo a situações de conflito ordenadas, a situações de discussão e de argumentação (Rancière, 1996, 374).

O consenso no campo da política, para Rancière, é a supressão do cômputo dos não-contados, da parte dos sem-parte e, mais ainda, a própria supressão da política. A assimetria de forças numa sociedade do capitalismo tardio e periférico, como a nossa, é reproduzida continuamente pelo jogo político que legitima os consensos fictícios do "desenvolvimento sustentável". Ela se funda naquilo que o mesmo Rancière chama de *partilha do sensível,* caracterizada como "a partilha entre os que agem e os que suportam; entre as classes cultivadas, que têm acesso a uma totalização da experiência vivida, e as classes selvagens, afundadas nas fragmentações do trabalho e da experiência sensível" (Rancière, 2009, 66).

Ideias como o "desenvolvimento sustentável" operam para manter essas diferenças, suprimindo qualquer traço de luta política, já que escondem seus fundamentos econômicos e sociais. Bourdieu lembra que:

> Toda a análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais, da divisão do trabalho político, para não ser levada a *naturalizar* os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os 'agentes politicamente ativos' e 'agentes politicamente passivos' e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado pela estrutura da distribuição do capital (Bourdieu, 2002, 163).

Para analisar a relação dialética entre população e meio ambiente em espaços urbanos periféricos e socialmente segregados, apartados das áreas de maior interesse do capital, a ideia de "desenvolvimento urbano sustentável", geradora de consensos e apaziguadora de conflitos, seria mais útil para escamotear do que para evidenciar a condição de precariedade que se estabelece nessas situações e revelar as suas causas. Por isso, foi necessário buscar outras abordagens teóricas.

4.4 - JUSTIÇA AMBIENTAL

Um caminho alternativo ao "desenvolvimento sustentável" para uma discussão sobre a degradação socioambiental que atinge certos grupos pode ser encontrado na ideia de "justiça ambiental". Essa ideia se coloca como um contraponto ao "desenvolvimento sustentável" uma vez que considera a degradação ambiental e social consequência das assimetrias geradas pela ação do capital e não algo que possa ser resolvido por ele. Essa ideia coloca-se, portanto, na contramão do pensamento ecológico dominante e oferece um caminho teórico mais adequando a presente tese.

A discussão sobre "justiça ambiental" nasceu nos Estados Unidos, diretamente ligada à discussão sobre "racismo ambiental"[24]. Naquele país, no contexto das lutas da população negra por direitos civis na década de 1960, alinharam-se diversos movimentos sociais que traziam em sua pauta de reivindicações, além das questões ligadas ao racismo, questões relacionadas à distribuição espacial das populações negras e pobres em relação a situações de risco e degradação ambiental. Nesse contexto, o rev. Benjamim Chavis cunhou o termo "racismo ambiental" para "designar a imposição desproporcional – intencional ou não – de rejeitos perigosos às comunidades de cor" (Acselrad, 2009). Estudos realizados nessa época começaram a demonstrar, fornecendo subsídios científicos para os movimentos sociais, que fatores de degradação ambiental estavam distribuídos espacialmente de maneira desigual em relação à raça e nível de renda da população. As populações negras e pobres eram, estatisticamente, as que estavam mais sujeitas a degradação ambiental. As pesquisas apontavam ainda, de forma mais específica, a relação entre concentração de instalações industriais tóxicas em locais onde predominavam populações de baixa renda e negros (Lynch, 2001). Os principais motivos encontrados para esse tipo de segregação socioespacial eram: o baixo preço da terra em locais próximos à situações de degradação

[24] Cf. Bullard (2000).

ambiental, a baixa resistência das populações negras pobres em função da sua falta de organização política, a falta de mobilidade espacial dessas comunidades e pouca representação que tinham em órgãos políticos. Ficou mais claro desde então, que o Estado e mercado criavam condições de desigualdade socioambiental nos grandes centros urbanos. Tempos depois, já na década de 1990 houve uma convergência entre as lutas por direitos civis e os movimentos ambientalistas para elaborar uma nova agenda sob a bandeira da "justiça ambiental". A utilização do termo passou a ser então estendida à outros contextos e ganhou definições mais abrangentes, como a dada por Lynch:

> Para designar esse fenômeno de imposição desproporcional dos riscos ambientais às populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais, tem sido consagrado o termo *injustiça ambiental*. Como contraponto, cunhou-se a noção de *justiça ambiental* para denominar um quadro de vida futuro no qual essa dimensão ambiental da injustiça social venha a ser superada. Essa noção tem sido utilizada, sobretudo, para constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais. (Lynch, 2001, 09)

A própria autora reconhece, entretanto, os limites de um conceito mais universal. Ela acredita que as experiências na área da "justiça ambiental" construídas nos últimos anos nos Estados Unidos são muito específicas daquele país e não podem ser transpostas literalmente para a América Latina, por exemplo, dadas as colossais diferenças sociais e culturais entre esses dois contextos (Lynch, 2001). Respeitando as especificidades de cada lugar, começaram a ser criadas redes de "justiça ambiental" com o objetivo de fomentar o debate e a luta contra as injustiças ambientais. Essas redes se organizam normalmente em torno de alguns pontos chave: a ideia de que o ônus da poluição tóxica não deve ser carregado por ninguém, impedindo populações mais vulneráveis e desarticuladas politicamente de sofrer os malefícios desse tipo de degradação ambiental; o estabelecimento de um outro modelo de desenvolvimento criando uma discussão que ao contrário do "desenvolvimento sustentável" busca focar nos fins últimos do sistema produtivo e não nos seus meios; a tentativa de encontrar formas de transição dos modelos de desenvolvimento que não penalizem as populações mais pobres; a politização das comunidades desfavorecidas de modo a exercer pressão sobre os órgãos governamentais pelo estabelecimentos de políticas ambientais menos reguladas pelas forças do mercado. A Rede Brasileira de Justiça Ambiental, criada em 2001, segue esses pontos gerais e vem mapeando e discutindo as injustiças ambientais no país[25]. Segundo a sua definição dada por essa organização, a injustiça ambiental se caracteriza como um "mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis" (Rede Brasileira de Justiça Ambiental, 2013)[26].

[25] Cf. Rede Brasileira de Justiça Ambiental (2013).

[26] Segundo Costa e Braga (2004) o Colóquio Internacional sobre Justiça Ambiental, Trabalho e Cidadania definiu assim os princípios da Justiça Ambiental:

Esses princípios gerais mostram a posição que a ideia de justiça ambiental tem em oposição ao "desenvolvimento sustentável". Mais do que isso, a ideia de justiça ambiental pode ser considerada uma luta contra alguns dos princípios contidos na grande barca conceitual do "desenvolvimento sustentável", em especial a ideia de "modernização ecológica" e seus pressupostos de livre regulação do mercado. Para Acselrad:

> Não se almeja um fortalecimento das relações mercantis, pois estas já seriam onipotentes e onipresentes o suficiente para submeterem os territórios dos pobres e etnicamente marginalizados a serem os receptadores por excelência dos empreendimentos que a sociedade em geral recusa ter como vizinhos. A universalização dos benefícios socioambientais via decisões tomadas pelos agentes econômicos mais 'eficientes', apregoada pelos ideólogos da *modernização ecológica*, seria uma falácia comprovada pela própria motivação das lutas por justiça ambiental que vêm emergindo. Portanto, acredita-se que a injustiça ambiental cessará apenas com a contenção do livre-arbítrio dos agentes econômicos com maior poder de causar impactos ambientais, ou seja, pelo exercício mesmo da política, nos marcos de uma democratização permantente (Acselrad et al, 2009, 30).

A justiça ambiental também é uma ideia ampla. Ela está relacionada fundamentalmente à "distribuição do meio ambiente para os seres humanos" (Low e Gleeson, 1998, 203)[27]. A distribuição do meio ambiente, assim como a distribuição das riquezas de maneira geral se dá de forma muito desigual principalmente nos países pobres como o Brasil. Para uma discussão baseada nos princípios de "justiça ambiental" interessa entender como e porque se dão os processos de alocação espacial de aspectos ambientais positivos e negativos. Cabem nessa discussão questões ligadas à privatização de lucros obtidos com a degradação de bens coletivos, o deslocamento intermunicipal, interregional e internacional de resíduos para aterros e "paraísos de poluição" e ainda as decisões de preservar certas paisagens transformando-as em consumo enquanto outras são destruídas para garantir as bases materiais de produção, entre outras.

Essa ideia pode fundamentar discussões que vão muito além dos problemas de degradação de áreas verdes, rios e solos, aspectos mais facilmente associados pelo senso comum à degradação ambiental, podendo incluir, por exemplo, as condições ambientais de trabalho. Isso a torna especialmente pertinente a uma discussão sobre a condição socioambiental de conjuntos habitacionais destinados às pessoas

---

a – asseguram que nenhum grupo social, seja ele étnico, racial ou de classe, suporte uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas de operações econômicas, de decisões de políticas e de programas federais, estaduais, locais, assim como da ausência ou omissão de tais políticas;
b – asseguram acesso justo e equitativo, direto e indireto, aos recursos ambientais do país;
c – asseguram amplo acesso às informações relevantes sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de rejeitos e localização de fontes de riscos ambientais, bem como processos democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos que lhes dizem respeito;
d – favorecem a constituição de sujeitos coletivos de direitos, movimentos sociais e organizações populares para serem protagonistas na construção de modelos alternativos de desenvolvimento, que assegurem a democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso.

[27] Apud Lynch (2001).

mais pobres. O ambiente de trabalho e o ambiente em que vivem os trabalhadores podem e devem ser incluídos na discussão sobre "justiça ambiental". Segundo Acselrad:

> A noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o 'meio ambiente' é considerado em sua totalidade, incluindo suas dimensões ecológicas, físicas construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades. A noção de justiça ambiental afirma, por outro lado, o direito de todo trabalhador a um meio ambiente de trabalho sadio e seguro, sem que ele seja forçado a escolher entre uma vida sob risco e o desemprego. Afirma também o direito dos moradores de estarem livres, em suas casas, dos perigos ambientais provenientes das ações físico-químicas das atividades produtivas (Acselrad et all, 2009, 17).

A relação entre as lutas contra as injustiças ambientais e contra as injustiças do trabalho dizem respeito aos movimentos ambientais e sindicais, respectivamente. Sua aproximação é recente e revela o grande potencial contido no conceito de justiça ambiental em sua capacidade de relacionar efeitos negativos do capitalismo em relação ao ambiente e ao trabalho. Vários autores tem se dedicado nos últimos anos a estudar em termos teóricos e práticos os conflitos ambientais e a injustiça ambiental no âmbito das condições de trabalho nas indústrias e em relação às lutas dos movimentos sindicais. Para Guattari (2000) os movimentos sindicais demoraram a incorporar a luta ambiental em sua pauta porque passaram muito tempo voltados para si mesmos, desconectados de seu contexto social e da evolução do mundo. Para ele o movimento deve nos próximos anos se reinventar, incorporando não só as lutas contra a degradação do meio ambiente, como também as lutas feministas. Faber e O'Connor (2000) mostram que, por outro lado, os ambientalistas também demoraram a enxergar os movimentos sindicais como aliados, o que só se deu a partir do momento em que "começaram a formular perguntas concretas sobre o que ocorria dentro dos circuitos do capital, e não somente fora dele." Os mesmos autores afirmam também que nos Estados Unidos, a aproximação entre os movimentos ambientalista e sindical começou nas discussões sobre qualidade ambiental no trabalho e saúde. A aproximação da luta sindical com o ambientalismo converge para uma luta contra a exploração do capital e introduziu a ideia de mais-valia ambiental aos discursos dessas organizações sociais[28]. Para Acselrad:

> a exploração ambiental das populações mais desprotegidas faz da concentração dos males sobre os mais pobres um meio de extração de uma espécie de 'mais-valia ambiental' pela qual os capitais se acumulam pela apropriação dos benefícios do ambiente e pela imposição do consumo forçado de seus efluentes indesejáveis aos mais pobres. Configura-se assim uma relação lógica entre a acumulação de riqueza e a contaminação do ambiente: certos capitais

[28] Ideia já apresentada e discutida no cap. 2.

> lucram com a transferência dos males ambientais para os mais desprotegidos (Acselrad et al, 2009, 77).

A principal mudança introduzida pelo conceito de "justiça ambiental" foi a radical substituição das preocupações ambientais genéricas e não-espacializadas por um tipo de discussão que parte da análise da distribuição espacial de condições específicas de degradação ambiental. Para Lynch:

> Ao voltarmos nossa atenção para esses problemas de distribuição, nosso campo de visão se expande de forma a incluir o local, bem como o global, as regiões urbanas, assim como as rurais. Precisamos questionar a distribuição das responsabilidades ambientais dentro das cidades e entre elas; entre suas regiões peri-urbanas e o interior, assim como entre as regiões do mundo. Dessa perspectiva, a poluição ambiental numa determinada área, onde se põe trabalhadores e seus bairros em risco, é um problema global tanto quanto a perda de biodiversidade, a mudança climática e a destruição da camada de ozônio (Lynch, 2001, 57).

O episódio do vazamento de informações internas do Banco Mundial que ficou conhecido como "Memorial Summers" expôs pela primeira vez, a relação direta entre a distribuição de fatores ambientais negativos e a distribuição espacial da pobreza, no âmbito transnacional. O documento apontava algumas razões para a locação de indústrias poluentes em países pobres, dentre as quais: a falta de preocupação "estética" com a natureza por parte das pessoas mais pobres; a expectativa de vida baixa entre os mais pobres, o que não os faria sofrer os efeitos nocivos da poluição por muito tempo; o fato de a morte de pessoas mais pobres representar um custo econômico relativamente baixo, devido aos seus baixos salários, em relação às populações dos países mais ricos[29]. Não há razões para não acreditar que as mesmas lógicas que operam internacionalmente na distribuição de efeitos ambientais negativos, associando-os às populações mais pobres, também não façam o mesmo no nível nacional, regional e municipal. A distribuição desigual de fatores ambientais positivos e negativos está diretamente relacionada à distribuição desigual de riqueza pelos territórios (Lynch, 2001). Na escala urbana, as periferias distantes dos centros econômicos das cidades são alvo de todo o tipo de ação deletéria em relação ao meio ambiente. Como exemplo, Acselrad, Mello e Bezerra (2009) demonstram que as periferias pobres das cidades brasileiras são os lugares preferidos para a instalação de indústrias poluidoras.

A ideia de "justiça ambiental" relaciona-se à imagem simbólica que se constrói a respeito das cidades e dos lugares de forma mais geral. Por trás da distribuição locacional de fatores ambientais negativos e positivos estão os fluxos de investimento e as disputas entre os diversos lugares por esses investimentos. Na região metropolitana de Belo Horizonte, como ocorre em outras áreas urbanas do Brasil, certos municípios que atraem investimentos imobiliários para condomínios de alto luxo associados à ideia de

[29] O documento ficou conhecido como "Memorial Summers" porque teria sido escrito pelo economista do Banco Mundial Lawrence Summers. Após o vazamento, foi publicado na revista The Economist sob o título de "Let them eat pollution" (Deixem eles engolirem a poluição) (Acselrad et all, 2009).

preservação ambiental, constroem uma imagem simbólica que passa cada vez mais a atrair aspectos ambientais positivos. Destaca-se, entretanto, que não há nenhum mérito nesses parcelamentos de alto padrão em termos ambientais, já que na maioria dos casos, não fazem mais do que atender à legislação ambiental. Ao assumir grandes áreas verdes, os parcelamentos de alto padrão criam uma ocupação de baixa densidade que só faz aumentar o preço da terra. Para que algumas cidades da região metropolitana tenham aspectos ambientais positivos, como a preservação de grandes áreas verdes de matas nativas e mananciais hídricos, outras deverão receber os aspectos negativos. Esses outros municípios, em função de vários aspectos sociais, políticos e econômicos, acabam recebendo aterros sanitários, atividades econômicas altamente poluentes como a mineração ou ainda equipamentos urbanos que oferecem riscos sociais como penitenciárias. Cria-se então, de um lado, um círculo vicioso em que áreas urbanas degradadas ambiental e socialmente atraem fatores ambientais negativos e do outro, um círculo virtuoso em que as áreas ambientalmente qualificadas vão se tornando cada vez mais valorizadas e atraindo mais aspectos ambientais positivos. Os círculos viciosos tendem a ser escondidos e os virtuosos a ser evidenciados. Dificilmente pode se perceber nas áreas urbanas voltadas para os pobres o mesmo nível de monitoramento ambiental que se vê nas áreas voltadas para os ricos, como mostra Lynch (2001).

Um conceito importante que ajuda a entender esses círculos viciosos socioambientais é a "causalidade cumulativa" (*cumulative causation*). Esse conceito surgiu no âmbito das discussões sobre o "desenvolvimento sustentável" e diz respeito à relação entre degradação ambiental e pobreza num círculo vicioso em que esses elementos vão se somando e atraindo novos aspectos socioambientais negativos. Barbier (1987) acredita que esse conceito foi a maior contribuição extraída das discussões sobre o "desenvolvimento sustentável", trazendo a discussão ambiental para perto das discussões sobre a pobreza. A "causalidade cumulativa" aqui será considerada como a sobreposição contínua de fatores de degradação social e ambiental imposta a certos grupos sociais pela ação do capital. Assim, evita-se o risco de que esse conceito seja usado aqui para legitimar a ideia de que a pobreza urbana é uma das causas da degradação ambiental.

Há, portanto, uma relação direta entre injustiça ambiental, distribuição locacional de fatores ambientais negativos e a causalidade cumulativa socioambiental. Nesse contexto, as desigualdades ambientais e sociais não apenas guardam relação, mas são parte de um mesmo processo. Como lembra Acselrad (2000), a desigualdade ambiental é uma das maiores expressões da desigualdade social que marca a nossa história. A noção de "justiça ambiental" e todos os conceitos que dela derivam fornecem instrumentos importantes para a análise das periferias urbanas brasileiras em termos socioambientais. A luta por "justiça ambiental" tem por objetivo garantir que os mais afetados pelo risco ambiental tenham conhecimento sobre esse risco e o poder de moldar os programas de administração ambiental (Lynch, 2001) o que aproxima esse conceito da ideia de *direito à cidade* antes discutida. Para Acelrad:

> enquanto os males ambientais puderem ser transferidos para os mais pobres, a pressão geral sobre o ambiente não cessará. Eles fazem, assim, a ligação entre o discurso genérico sobre o futuro e as condições históricas concretas pelas quais, no presente, esse futuro está se definindo. Dá-se aí a junção estratégica entre justiça social e proteção ambiental: pela afirmação de que, para barrar a pressão destrutiva sobre o meio de todos, é preciso começar protegendo os mais fraco (Acselrad et al, 2009, 147).

4.5 – DO IMPACTO AMBIENTAL AO RISCO AMBIENTAL

O caminho percorrido no campo das discussões ambientais no Brasil nos últimos anos pode ser analisado a partir de vários recortes. Um deles está relacionado às discussões em torno do conceito de "impacto ambiental", as quais passaram momentos distintos. Esse debate tem especial interesse para a presente tese porque discute dialeticamente pressupostos da relação entre população e meio ambiente implícitos em categorias analíticas que tem sido utilizadas em estudos empíricos de situações de degradação socioambiental, como os que se pretende fazer aqui.

A ideia de "impacto ambiental" como é entendida hoje surge nos primeiros anos do estabelecimento de um ordenamento jurídico ambiental no Brasil, há mais de três décadas. No início dos anos de 1980 é sancionada a Lei Federal de Política de Meio Ambiente (Brasil, 1981), que constituiu um marco no setor ambiental brasileiro e inaugurou uma nova fase do debate sobre meio ambiente no país. Ela estabeleceu, entre outras coisas, a criação do IBAMA e do CONAMA[30]. A partir desse ponto a legislação ambiental brasileira começou a ser construída num processo que se estende até os dias atuais[31].

Foi, entretanto, a constituição de 1988 (Brasil, 1988) que poucos anos depois, criou a base do direito ambiental brasileiro. A criação de um capítulo da carta magna dedicado ao meio ambiente representou um fato histórico importante, já que pela primeira vez uma constituição no país dedicou algumas páginas a esse tema. Sua promulgação marca um ponto chave na construção do arcabouço jurídico no campo ambiental incorporando grande parte do debate nacional e internacional sobre o meio ambiente que acontecia exatamente naquele momento[32]. Exatamente por isso, a constituição brasileira incorporou uma série de questões que estavam sendo discutidas dentro e fora do país alinhavadas principalmente pela ideia de "desenvolvimento sustentável". O artigo 225, que trata do meio ambiente, exprime esse direcionamento em seu caput: "Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 1988, 157).

---

[30] A partir de outros órgãos anteriormente existentes como o IBDF.

[31] Alguns marcos importantes dessa construção são: em 1997 a Lei das Águas (Brasil, 1997), em 1998 a lei dos crimes ambientais (Brasil, 1998), em 1999, a lei da política nacional de educação ambiental (Brasil, 1999), em 2000 a lei do sistema nacional de unidades de conservação (Brasil, 2000) e em 2006 a lei de gestão de florestas públicas (Brasil, 2006).

[32] O congresso constituinte foi de fevereiro de 1987 à outubro de 1988. O relatório Brundtland (Nosso futuro comum) foi apresentado ao mundo em 1987.

Além da influência do "desenvolvimento sustentável", a constituição promove o surgimento de outros paradigmas importantes para o campo ambiental. Como mostra Santilli (2005, 57), a constituição incorporou as discussões ambientais numa abordagem jurídica que fez com que eles passassem a se constituir como "novos direitos" colocados numa terceira dimensão, além dos campos dos direitos privados, ditos de primeira dimensão, e dos direitos públicos, ditos de segunda dimensão. No campo dos direitos da "terceira dimensão" estariam os direitos coletivos ou difusos. Grande parte dos conflitos ambientais que surgiu desde então é marcada pelo conflito de interesses, uns assegurados pelos direitos privados e outros pelos direitos coletivos. Essa disputa está implícita em alguns trechos do Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), criado alguns anos após a constituição de 1988, e que, ambiguamente, ora propõe mecanismos para proteger os interesses econômicos, ligados ao capital imobiliário, ora se coloca no sentido da defesa dos interesses ambientais urbanos.

Martins (2006, 34) mostra que no direito contemporâneo o meio ambiente é não só um direito coletivo, mas também um direito difuso, assim como os direitos do consumidor. O interesse difuso se diferencia do interesse coletivo por ser mais amplo e por ser um campo de direitos onde não é possível determinar exatamente quem são os sujeitos passivos. A mesma autora defende ainda que há na legislação ambiental brasileira, em certos casos, um conflito entre uma visão do meio ambiente como patrimônio público em que o homem é um proprietário que deve zelar por um uso parcimonioso dos recursos naturais para não colocar em risco sua própria vida e de seus descendentes e do outro uma visão mais biocêntrica, enraizada nas ciências naturais, enxergando os animais e as espécies vegetais como portadoras de direitos equivalentes ao homem e contextualizadas num tempo biológico e não social (Martins, 2006).

Passadas três décadas desde o surgimento da estrutura jurídica ambiental brasileira, parece ainda não ter se consolidado no país uma estrutura social, política e cultural capaz de garantir o pleno funcionamento desse campo do direito. Isso acontece, em grande parte, porque vai contra os interesses de setores econômicos específicos. A interdição da defesa concreta e plena dos interesses difusos ligados ao meio ambiente é, quase sempre, efetivada pela ação política de defesa do capital, seja do agronegócio no campo ou da construção civil na cidade. Essa interdição é construída nas disputas abertas mas também dentro da estrutura burocrática e administrativa do Estado. Acselrad lembra que:

> Após 30 anos de política ambiental explícita, o que parece caracterizar a ação governamental é ainda o total isolamento entre o 'setor ambiental' do governo e os mecanismo da efetiva gestão estatal do meio ambiente. (...) Na verdade, a fragmentação e a pulverização das instâncias de decisão da política ambiental exprimem o fato de que a questão ambiental não é ainda uma questão de Estado no Brasil (Acselrad, 2001, 87).

A noção hoje mais aceita de "impacto ambiental" surge na legislação ambiental brasileira em 1986. A resolução 001/86 do CONAMA instituiu a categoria "impacto ambiental" que se consolidou, tempos depois, através dos estudos e relatórios a partir daí exigidos como o EIA (Estudo de Impacto Ambiental), o RIMA (Relatório de Impacto de Meio Ambiente). Ele tem sido colocado em prática desde então através dos processos de licenciamento ambiental que se utilizam basicamente desta categoria analítica. Para Torres (2006) a ideia de "impacto ambiental" foi preponderante nos últimos anos para descrever as relações entre as atividades humanas e o meio ambiente, constituindo-se no pilar central do ordenamento jurídico ambiental brasileiro. Nossa legislação ambiental criou e consolidou esse conceito. Outros surgiram ao mesmo tempo, mas não conseguiram ter a mesma força.[33] Apesar de largamente difundido e já bastante consolidado, o "impacto ambiental" sofre algumas críticas.

Vainer (1993) defende que a legislação ambiental brasileira, no caso dos processos de licenciamento ambiental de grandes empreendimentos públicos e privados, põe em prática uma estratégia de naturalização da dimensão social, o que faz com que os grupos sociais impactados pelos empreendimentos sejam tratados como "ambiente". Para ele, o principal atributo que os estudos de impacto ambiental negam à dimensão social é a sua historicidade. Araujo (2009) mostra, analisando vários processos de licenciamento ambiental em Belo Horizonte entre os anos de 1997 e 2007, que os mecanismos instituídos pela legislação baseados na ideia de "impacto ambiental" tem servido para encobrir os conflitos e criar consensos forçados por relações assimétricas de poder econômico e força política.

Os estudos de impacto ambiental baseiam-se largamente no conceito de "poluidor-pagador", segundo o qual é possível cobrar um valor financeiro pelo impacto causado por uma atividade econômica. Essa ideia é uma derivação direta para a discussão ambiental de conceitos mais amplos da economia neoclássica para a compensação financeira de externalidades (taxa pigouveana). Para O'Connor e Faber (2000), inicialmente as legislações ambientais em boa parte do mundo ocidental, surgidas pela pressão do movimento ambientalista, tentaram restringir a ação do setor produtivo criando um manto de rigidez para o capital autoexpansivo. Mas o princípio do poluidor-pagador permitiu ao capital incorporar as reivindicações ambientais e manter suas margens de lucro. Acselrad discute alternativas às metodologias tradicionais de avaliação de "impactos ambientais" em função de sua assimilação pelo mercado lembrando que:

> a Rede Brasileira de Justiça Ambiental estabeleceu como um de seus objetivos principais o desenvolvimento de metodologias de 'avaliação de eqüidade ambiental' como alternativas aos métodos tradicionais, como os EIAS/RIMAS (...) Considerou-se que estes últimos têm sido

[33] Um exemplo desses caminhos alternativos é a ideia de "pegada ecológica". Trata-se de um conceito que estima a relação entre as diferentes atividades humanas e sua relação com produção de carbono. A maior pegada ecológica corresponde às atividades que têm como resíduo maior quantidade de carbono, ou outros poluentes que podem ser comparados ao carbono, em função da capacidade de agir sobre o aquecimento global. Cf. Wackernagel e Rees (1996).

> incapazes de retratar a injustiça ambiental contida em determinados projetos, servindo, implicitamente, à legitimação de ações e impactos inaceitáveis, se consideradas apropriadamente as dimensões socioculturais. Conseqüentemente, eles têm sido mais apropriados pelos interesses econômicos envolvidos nos projetos e na própria elaboração repetida de estudos de impacto, formalmente padronizados e socialmente vazios, produto do que se configurou como uma espécie de 'indústria de EIAS-RIMAS' (Acselrad et all, 2009, 35).

Ao invés de trabalharem como EIA-RIMA's, que se tornaram, segundo a RBJA (2009) "os estudos de impacto formalmente padronizados e socialmente vazios", as avaliações de equidade ambiental evidenciam os conflitos socioambientais e dão voz em primeiro lugar aos mais atingidos e com menor força política e econômica, assumindo "as tensões sociais e políticas como o seu motor" e permitindo "que os diversos grupos sociais sejam envolvidos de forma equânime, participativa e democrática" (RBJA, 2009, 08).

Apesar da larga utilização do termo *risco ambiental* em campos específicos – como na geologia, para designar áreas sujeitas a desmoronamentos – sua utilização no campo das ciências sociais é mais recente. Hogan (2000) considerava, já há mais de uma década, essa abordagem promissora para o campo dos estudos entre população e meio ambiente por ser capaz de revelar as consequências da degradação ambiental sentidas de forma desigual por diferentes grupos sociais ou de maneira desuniforme através do território. Torres acrescenta que:

> essa escolha de categorias tem amplas consequências para o estudo das questões ambientais, particularmente para aquelas abordagens que têm as ciências sociais entre suas disciplinas básicas de referência. Nesse sentido, o nosso argumento é que a categoria *risco ambiental* pode ser particularmente importante para uma abordagem sociológica e demográfica da questão ambiental, por nos permitir identificar e mensurar as diferentes características sociais e demográficas dos vários grupos populacionais expostos a diferentes tipos e graus de risco ambiental. Desse modo, a ideia de risco nos permite explicitar também os impasses técnicos e os confrontos políticos inerentes à delimitação do problema em termos espaciais e do número de indivíduos afetados (Torres, 2006, 54).

Torres (2006) aponta ainda os principais limites do uso da categoria "impacto ambiental" como instrumento de análise dos efeitos das populações sobre o ambiente: em primeiro lugar, esse instrumento refere-se sempre a sujeitos específicos, fontes primárias de algum dano ambiental. Na prática isso serve ao Estado, como agente regulador, para controlar esses danos nos termos da legislação, mas não corresponde à realidade vista por uma perspectiva mais sistêmica. Na cidade, as situações quase sempre envolvem vários agentes, todos eles transformando de alguma forma o espaço físico, gerando efeitos positivos e negativos de maneira interligada. Em segundo lugar há o problema da área de influência do "impacto ambiental", que é definida de maneira arbitrária, tornando arbitrários os riscos, sua natureza e

sua distribuição no território. Essa é uma forma de definir quais riscos serão aceitáveis para certos grupos sociais e não para outros. Por fim, existem as consequências não antecipadas das políticas públicas. O problema aqui está na capacidade limitada de previsibilidade dos impactos levando-se em conta as dinâmicas variadas das políticas públicas e seus efeitos no território.

Pode-se argumentar que as duas categorias "impacto" e "risco" situam-se em posições opostas no enfrentamento da distribuição socialmente desigual dos efeitos negativos da degradação ambiental no território, uma evitando-o e a outra o evidenciando. Nesse sentido, o "impacto ambiental" não guarda relação direta com a ideia de "justiça ambiental", discutida anteriormente, ao contrário do "risco ambiental". Lembrando Acselrad (1999), o risco ambiental é quase sempre é proporcional ao risco social. É possível ainda perceber as diferenças entre "impacto" e "risco" no âmbito da economia política como faz Braga (2006). Para ela, o risco se define quando há comprometimento da capacidade de reprodução ampliada da força de trabalho; comprometimento da base material e natural sobre a qual se assenta a reprodução social do espaço urbano; perda de valor de uso (perda do sentido de obra) quando o capital transforma a natureza e o espaço de assentamento humano em produto, em simples valor de troca.

Risco não é o mesmo que perigo e Marandola (2009) os diferencia. Segundo ele ambos podem ter origem social, ambiental ou tecnológica, mas representam momentos distintos e estão associados a ações distintas. O risco está associado à possibilidade de que um evento ocorra e, portanto, seu estudo traz um olhar prospectivo, já que remete às estratégias de planejamento urbano ambiental. Já o perigo é o evento em si, o *hazard*, e seu estudo serve para se entender os processos que o produziram e de que forma ele se distribui no território.

Torres (2006) reconhece que a operacionalização empírica de uma metodologia de identificação de riscos ambientais é bastante complexa por problemas conceituais. A categoria do *risco* define sempre um *agente ameaçador* e um *agente ameaçado*. Mas nem sempre a noção do que seja um risco é a mesma para diferentes grupos sociais ou para diferentes indivíduos num mesmo grupo, já que se trata de um conceito histórica e culturalmente construído. Além disso, há sempre a possibilidade de cruzamento e sobreposição de riscos, gerando o que ele chama de *cumulatividade de riscos ambientais de origens diversas*, o que dificulta mais ainda sua leitura. A categoria *risco* permite, nesse sentido, compreender melhor o conceito de "causalidade cumulativa" como uma convergência de riscos sociais e ambientais.

Apesar de apontar as limitações do uso da categoria "risco ambiental" em análises empíricas, Torres (2006, 64) sugere um roteiro metodológico para identificação de "populações sujeitas a riscos ambientais no caso de fontes fixas de poluição em casos de estudos em pequena escala". Esses casos coincidem com o tipo de análise que se pretende fazer, na escala de conjuntos habitacionais nas periferias urbanas e de seu entorno imediato e, portanto interessam diretamente à presente pesquisa. O roteiro proposto pelo autor tem cinco pontos básicos: 1 – A identificação do fator ou fonte potencialmente geradora de riscos ambientais, que podem ser cursos d'água poluídos, indústrias, vias de transporte ou até mesmo a

natureza; 2 – Construção de uma curva de riscos real ou imaginária caracterizando o volume de risco segundo a distância e o tempo em relação à fonte geradora; 3 – Definição de um parâmetro de aceitabilidade do risco, tomando como base padrões ambientais; 4 – Identificação de uma população sujeita à riscos, o que significa definir espacialmente a população que reside ou trabalha na área definida como abaixo dos parâmetros aceitáveis de risco; 5 – Identificação dos graus de vulnerabilidade dessa população, através da observação de como os riscos determinados afetam diferentes grupos dentro da área de risco a partir da identificação de aspectos que diferenciam esses grupos. Além dos cinco pontos desse roteiro, para os estudos sobre populações em condição de risco, dados censitários como oferta de água e esgoto bem como dados relativos às condições do domicílio (telhado, paredes, piso), por exemplo, podem ser utilizados como informação ambiental em si, permitindo a elaboração de indicadores de "qualidade ambiental de domicílio" e a reflexão sobre a maneira pela qual um determinado tipo de risco externo tende a afetar em maior ou menor grau aquele domicílio ou grupo de domicílios. Esses procedimentos aplicados a estudos empíricos podem ajudar a entender melhor como os "riscos ambientais" são construídos. Marandola e Hogan (2009) lembram que o mais importante não é a medição do risco em si, mas o conhecimento sobre o funcionamento dos processos que criam e aumentam as situações de risco.

4.6 – POPULAÇÃO E MEIO AMBIENTE VULNERÁVEIS

A discussão sobre a relação entre população e meio ambiente esteve, desde sempre, encoberta pelo manto do malthusianismo, para usar uma expressão há muito criada por Hogan (1989). Uma boa explicação para isso está no fato de que os cientistas naturais se interessaram e começaram a pesquisar as questões ambientais em relação às populações muito antes que os cientistas sociais começassem a fazê-lo. Como desbravadores de um campo de estudo, importaram instrumentos analíticos principalmente oriundos da biologia e que eram normalmente utilizados em pesquisas sobre animais em relação ao ambiente em que vivem. Como mostra Drummond (2006, 07), dois conceitos básicos foram pioneiramente utilizados pelos cientistas naturais nos estudos iniciais sobre população e meio ambiente: a capacidade de carga (*carrying capacity*) e a capacidade de suporte *(support capacity*). O mesmo autor define a capacidade de carga como o número máximo da população de um determinado indivíduo (espécie) que um ambiente particular consegue manter e a capacidade de suporte como a densidade populacional que consegue ser sustentada por recursos limitados. Para Drummond:

> Esses estudos buscam resolver uma fração cujo numerador é o número de indivíduos de uma espécie que vive numa área e cujo denominador é dado pela quantidade de recursos da mesma área usados "indefinidamente" pela espécie, o que leva a um cifra cuja unidade pode ser, por exemplo, o número de indivíduos por hectare (Drummond, 2006, 07).

Esses conceitos pioneiros são, portanto, baseados em fundamentos matemáticos e estatísticos e estão bastante consolidados em certas áreas do conhecimento que lidam com as questões envolvendo

populações e meio ambiente por um viés mais técnico. É o caso de muitas análises quantitativas da geologia sobre habitações em áreas de encostas no limite de situações de deslizamentos ou em fundos de vale contribuindo para diminuir a permeabilidade dos solos. A engenharia sanitária também toma como base esses conceitos, por exemplo, para determinar a capacidade de carga de um corpo d´água para receber esgotos através da relação entre o número de pessoas que vivem em seu entorno e o seu volume. A relação entre a quantidade de pessoas e a quantidade de água gera um número máximo para que a concentração de nitrato e fósforo não supere uma situação irreversível de eutrofização e comprometa a qualidade da água. Em várias áreas urbanas periféricas esse é um importante ponto de partida para estudos sobre relações entre população e meio ambiente.[34]

Os conceitos de "capacidade de carga" e "capacidade de suporte", por outro lado, trazem alguns problemas. Hissa (2008) defende que o conceito de "capacidade de carga" como definido principalmente pelas obras de Paul Ehrlich, já citado anteriormente, apresenta alguns problemas. Em primeiro lugar, ele não considera que em muitos casos a degradação ambiental de um determinado lugar é gerada por processos produzidos em outros lugares. Neste caso, o que cria notáveis limites para a ideia de "capacidade de carga" é exatamente a noção de injustiça ambiental, antes discutida, quando lugares habitados por populações economicamente mais favorecidas transferem os prejuízos ambientais gerados para a manutenção do seu bem estar para lugares habitados por populações mais pobres. Outra questão que pode ser levantada é o fato de que em uma sociedade cada vez mais urbana não é possível considerar a interação de uma população com seu ambiente imediato. Cada vez mais é possível perceber efeitos globais de problemas ambientais produzidos localmente. Como afirma Hissa (2008), a globalização hegemônica mercantil produziu uma ampliação das interferências socioambientais que extrapolam as fronteiras dos territórios nacionais.

É preciso lembrar que esses instrumentos analíticos ora criticados corroboraram o pensamento neomalthusiano que gradativamente evoluiu ao longo do século XX e desempenhou um papel importante na elaboração da ideia de "desenvolvimento sustentável". O encaminhamento que se pretende dar para a análise da relação entre população e meio ambiente nos conjuntos habitacionais das periferias urbanas brasileiras buscará, por isso, outras ferramentas. Antes disso, contudo, cumpre esclarecer que, a teoria crítica e a demografia, apesar de estarem situadas ideologicamente em territórios distantes, já estiveram mais próximas em décadas passadas. Ainda assim, o campo da demografia pode fornecer alguns instrumentos de análise importantes, que serão aqui pinçados pontualmente, sem comprometer a abordagem crítica e dialética do trabalho.

[34] Uma situação que ilustra essa afirmação são os estudos sobre a situação ambiental da Represa Billings em São Paulo em relação às moradias autoconstruídas que surgiram às suas margens nos últimos anos. Cf. Carmo e Tagnin, 2001.

Instrumentos teóricos utilizados para estudar as pessoas sujeitas a situações de risco ambiental vêm sendo elaborados e discutidos há pelo menos trinta anos no campo da demografia voltado para a relação entre população e meio ambiente. Nessa área, vários conceitos-chave como "perigo", "risco", "vulnerabilidade", "adaptação" e "resiliência" são usados como demarcações para ajudar a compreender teoricamente os processos e significados que conformam as situações de precariedade ambiental, bem como para tentar criar métodos de medida e avaliação dos recursos que permitem melhorar ou piorar a situação de diferentes grupos sociais (Marandola e Hogan, 2009, 162). Interessante é perceber que, para esse campo do conhecimento, no sentido contrário dos campos que estudam os fenômenos ligados à cidade com foco no espaço, como a Geografia e o Urbanismo, levanta-se nos últimos anos a importância da espacialização dos conceitos trabalhados anteriormente de maneira abstrata passando-se ao entendimento de que não apenas as populações, como se pensava inicialmente, mas também os lugares podem estar vulneráveis ou expostos a riscos. Essa "espacialização" ajuda a entender os riscos ambientais em sua relação com as populações, como defendem Marandola e Hogan:

> A espacialização da vulnerabilidade a partir de um recorte geográfico não significa apenas a 'localização' do problema, como um substrato físico independente da sociedade. Ao contrário, essa abordagem busca na delimitação escalar-espacial uma unidade de referência para compreender o contexto da produção social do perigo em conexão com o contexto geográfico (Marandola e Hogan, 2009, 166).

Hogan (2006) lembra que a crise ambiental dos anos de 1970 pegou os demógrafos despreparados, sem instrumentos teóricos e analíticos para lidar com as questões ligadas ao meio ambiente. Somente ao longo dos anos seguintes é que foram desenvolvidos métodos de pesquisa que supriram essas carências tentando relacionar população e meio ambiente. Entretanto, indo numa direção diferente daquela apontada pelo debate ambiental num nível mais geral, os demógrafos não vão se preocupar tanto com a questão da pressão do crescimento populacional sobre os recursos naturais como elemento chave da crise ambiental como alardeiam os neomalthusianos. Ao contrário destes, aqueles consideram que a pressão demográfica agrava os problemas ambientais, mas não é o fator determinante para que eles aconteçam. (Hogan, 1989, 03). Os estudos da demografia sobre a relação entre população e meio ambiente passaram a se preocupar fundamentalmente com a distribuição da população sobre o território, tentando analisar como cada um dos componentes das dinâmicas demográficas (mortalidade/morbidade; fecundidade/natalidade; migração) afeta e é afetada pelo meio ambiente como mostra Hogan (2000). O autor ainda destaca que as duas ferramentas de análise que melhor permitem detectar situações conflituosas entre população e meio ambiente são a mortalidade, que associa questões de saúde à degradação ambiental, e a migração, entendida de maneira ampla incluindo movimentos pendulares.

A relação entre população e meio ambiente deve ser compreendida de maneira dialética, considerando que assim como uma determinada população causa efeitos sobre o ambiente em que vive, também o ambiente, de várias maneiras, afeta uma população que nele reside. Essa "relação de mão dupla"

defendida por Hogan (1989, 72) abre uma perspectiva dialética para esse campo de estudos tentando compreender não somente o lugar ou as populações, mas a relação que se estabelece entre eles. Alguns instrumentos podem ajudar mais do que o "impacto ambiental" ou a "capacidade de carga".

A "vulnerabilidade" é uma categoria de análise que deriva diretamente da ideia de "risco". A princípio define a condição de exposição e fragilidade de uma população em situação de risco. O termo "vulnerabilidade" surgiu com maior força após a 4ª. IPCC, *Intergovernmental Panel on Climate Change* (Painel intergovernamental sobre Mudanças Climáticas), realizado em 2007, que consagrou seu uso, como haviam feito a Convenção de Estocolmo em 1972 em relação ao termo "ecodesenvolvimento" e a Rio 92 em relação ao termo "desenvolvimento sustentável". Como aconteceram nesses casos, o termo já sofreu em poucos anos de uso generalizado que acaba banalizando seu significado. Atesta Marandola:

> Assim como desenvolvimento sustentável nos anos 1990, vulnerabilidade já era um conceito utilizado no meio acadêmico, com um histórico de construção epistemológica e institucional, o qual nem sempre é considerado em sua adoção recente. O resultado é um uso disseminado e generalizado que não carrega uma construção conceitual precisa, de um lado, e se presta aos mais diferentes interesses, de outro. Ora carregada de ideologia, ora de forças reacionárias, o conceito, forte em seu potencial analítico, se perde nos discursos cruzados que buscam legitimidade e espaço na arena política e científica (Marandola, 2009, 30). Grifo nosso

Marandola (2009) ainda lembra que esse termo se tornou "uma expressão idiomática retórica, servindo para expressar a retórica da perda, evocando sensibilidades nostálgicas, ou a retórica da irracionalidade, trazendo imagens da manipulação e controvérsia" (Marandola, 2009, 30). Além disso, é preciso destacar que ele reforça a associação direta entre a degradação ambiental urbana e pobreza, feita pelo senso comum, criando um nexo causal que nem sempre corresponde à realidade. Ressalvas feitas, é preciso considerar que por outro lado, a categoria "vulnerabilidade" representa uma categoria de análise poderosa por relacionar as qualidades intrínsecas do lugar, dos indivíduos, dos grupos sociais (Marandola e Hogan 2009). Trata-se então de tentar entender como esse instrumento pode ser utilizado livre de vícios como os acima apontados de modo a evitar qualquer risco de contaminação pelo mau uso recente do termo. Para isso é necessário precisá-lo, pelo menos nos limites em que será utilizado neste trabalho.

Martine (1993) já defendia, no auge do debate ambiental que criou o "desenvolvimento sustentável", que os estudos sobre população e meio ambiente, no caso da análise de conflitos socioambientais, deveriam esclarecer para quem determinados problemas socioambientais são críticos e sob quais pressupostos. Poderíamos inferir no sentido contrário, para complementar essa assertiva, que igualmente importante é entender quais problemas socioambientais são críticos para determinados sujeitos e sob quais pressupostos. Essas perguntas precisam ser feitas e respondidas considerando que os riscos ambientais muitas vezes são invisíveis ou pelo menos foram tornados invisíveis por alguém para certos grupos

sociais. Lynch (2001) lembra que a promoção de injustiça ambiental na América Latina tem sido levada a cabo principalmente pelo ocultamento de certos riscos pela ação do capital.

Assim como pode ser avaliada a vulnerabilidade de uma população em relação ao seu ambiente, é possível avaliar a vulnerabilidade de um lugar em relação à ocupação por determinados grupos sociais. Metodologias de análise assim têm sido usadas por pesquisadores como Torres, para quem:

> Um aspecto adicional da maior importância para esse tipo de estudo tem a ver com as características socioecomômicas das populações nas áreas de risco. Distribuição de renda, escolaridade, raça, tipo de ocupação, etc. ganham um relevo especial, tão importante quanto às variáveis demográficas clássicas. O argumento da desigualdade ambiental emerge exatamente da hipótese de que determinadas minorias e grupos de renda mais baixa estariam particularmente expostos a riscos ambientais específicos (Torres, 2006, 69).

O uso do conceito de "vulnerabilidade socioambiental" diz respeito, portanto, ao grau de vulnerabilidade de certas populações e dos lugares em que habitam, por meio do estudo das relações que são criadas entre eles, de forma espacializada. Há um potencial dialético na utilização da ideia de "vulnerabilidade socioambiental" por essa "via de mão dupla" que ele estabelece. Além disso, o conceito traz a inovação de cruzar as perspectivas ecológica e materialista, como defendem Marandola e Hogan:

> Notam-se, de um lado, a influência de uma abordagem ecológica, que entende o meio como um conjunto físico-social que influencia e é influenciado pela população, e, de outro, a presença de postulados materialistas, que concebe a relação sociedade-natureza como um devir histórico-social pautado pela produção contraditória e desigual do espaço e da sociedade. Em ambientes fortemente modificados pelo homem, como as grandes cidades, a matriz causal de riscos e de elementos que podem interferir na vulnerabilidade é consideravelmente maior, tornando difícil apreender relações de causalidade entre determinados perigos e certas características do grupo demográfico. Em vista disso, olhar para os perigos e para a vulnerabilidade do lugar é uma estratégia que permite, em microescala, captar os elementos que interferem na produção, aceitação e mitigação dos riscos (Marandola e Hogan, 2009, 163).

A ideia de 'vulnerabilidade socioambiental" permite um olhar que é ao mesmo tempo circunstancial e contextual das situações de risco, abrangendo sua complexidade, oferecendo possibilidades de estudo que vão muito além do que seria possível através da categoria "impacto ambiental". A "vulnerabilidade" é um conceito-ponte, que serve para ligar várias ideias. Para Marandola (2009, 45) "a vulnerabilidade é um conceito que permite dar uma liga compreensiva aos fenômenos, de forma dinâmica no tempo e no espaço, a partir da escala selecionada de análise." Os estudos sobre população e meio ambiente precisam de um conceito-ponte como esse, por sua complexidade[35].

[35] Marandola e Hogan (2009) identificam quatro matrizes distintas no campo dos estudos sobre população e meio ambiente que apesar de sobrepostas, nem sempre conseguem interagir e algumas vezes acabam se

A pesquisa tentará responder à pergunta "vulnerabilidade a que?" tanto para os moradores dos conjuntos habitacionais periféricos como para os ambientes urbanos onde eles foram construídos. A pergunta "vulnerabilidade a que?" é primária nos estudos sobre riscos e perigos, direcionada a grupos demográficos que estão sujeitos a determinados perigos, constituindo-se como "populações em situação de risco". Esta pergunta poderia se relacionar às características da dinâmica demográfica ou à sua situação socioeconômica, ligadas ao ciclo vital, à estrutura familiar ou aos aspectos migratórios do grupo em situação de risco, como mostram Marandola e Hogan (2009). Para esses autores, o campo de população e ambiente acrescentou a dimensão espacial à problemática, considerando a posição e a situação (relacionais e relativas) componentes dos elementos que produzem perigos ou que fornecem condições de enfrentá-los.

Dois importantes conceitos derivam da ideia de vulnerabilidade no sentido da suscetibilidade de certos grupos ou de certos lugares aos efeitos negativos da degradação socioambiental e precisam ser mencionados, mesmo não sendo utilizados, pela importância que adquiriram: "resiliência" e "adaptação". O conceito de "resiliência" é usado nos estudos populacionais a partir de seu significado original, qual seja, a capacidade de um sistema em absorver distúrbios e ainda conseguir manter suas funções e estruturas básicas, mesmo que numa forma alterada. Resiliência é um conceito utilizado para descrever a resposta de grupos sociais a problemas extremos. Para Marandola e Hogan:

> Quando o perigo supera a habilidade da população ou do lugar em responder ao evento, pode configurar-se um desastre. A partir deste, a vida normal é quebrada e há necessidade de recompor as perdas e danos. Essa recomposição (retornar ao estado de vida normal) dependerá de capacidade acumulada para tal regeneração, que é chamada de *resiliência*, um dos conceitos fortes que surgiram na década de 1990 nos estudos de vulnerabilidade. Outra resposta ao desastre é a *adaptação*, tanto individual quanto social, já que em muitos casos há necessidade de adaptar a forma de construção, o padrão de ocupação do solo, os hábitos em determinadas situações, adoção de protocolos de emergência, etc. (Marandola e Hogan, 2009, 106)

Marandola (2009) lembra que é preciso diferenciar claramente os conceitos de "vulnerabilidade" e "resiliência" no que diz respeito à suas origens epistemológicas. A vulnerabilidade, como define Acselrad (2006) é socialmente produzida de fora para dentro em relação a certos grupos sociais, já que práticas político-institucionais concorrem para vulnerabilizar esses grupos. O grau de vulnerabilidade a que está sujeito um certo grupo social foi imposto a ele. Já a noção de resiliência é algo historicamente construído dentro de um grupo para conseguir manter sua ordem social.

As ideias de "adaptação" e "resiliência", contudo, não serão utilizadas aqui, já que se referem mais à vulnerabilidade ambiental do que à vulnerabilidade social. O estudo sobre os conjuntos habitacionais

---

desenvolvendo por caminhos paralelos: ECONOMIA POLÍTICA; ECOLOGIA HUMANA; SOCIOLOGIA AMBIENTAL; GEOGRAFIA

periféricos será feito tomando como base as ideias de "vulnerabilidade" e "risco". Como lembra Ayres (1997), ambas trabalham com a suscetibilidade de sujeitos a agravos, mas a primeira ideia é uma evolução da segunda, já que se baseia no julgamento da suscetibilidade de certos sujeitos a agravos, dado um certo conjunto de condições intercorrentes, enquanto a segunda estava focada em calcular as possibilidades de ocorrência de certos agravos em relação a certos sujeitos, abstraídas outras condições intervenientes.[36] Um conceito não exclui o outro e, ao contrário, completa-o. O uso dos dois conceitos numa mesma análise contribui para a construção de um quadro analítico mais completo em relação à dimensão social.

Fatores de degradação ambiental iguais atingem diferentes grupos sociais de forma distinta. O maior salto dado pela consideração da "vulnerabilidade socioambiental" de certos grupos populacionais e de certos lugares está na leitura de que para riscos iguais e perigos iguais, diferentes grupos sociais podem se vulnerabilizar de formas distintas. Os lugares e as pessoas não sofrem igualmente os efeitos negativos da degeneração social e ambiental. A avaliação de vulnerabilidade socioambiental das bordas urbanas é importante para compreender como se dão as relações entre o ambiente precário que as caracteriza e as populações que ali vivem, mediados pelo território edificado dos grandes conjuntos habitacionais.

4.7 – ECOLOGIA POLÍTICA URBANA

Por que certos grupos aceitam viver em condição de vulnerabilidade socioambiental e sob certos riscos? Os indivíduos despossuídos em termos socioeconômicos são colocados em uma situação de tamanha precariedade física e emocional que não têm outra escolha que não seja a aceitação de uma vida sob riscos. Sua condição de vulnerabilidade socioambiental não os permite fazer escolhas. Nesse sentido, a desigualdade social, lembram Novaes e Guimarães[37], compromete a capacidade dos mais "vulneráveis" expressar sua vontade livremente. Aqui surgem algumas armadilhas a serem evitadas e que, ao serem transpostas, podem apontar caminhos mais consistentes para o estudo dessa questão.

A construção de uma análise objetiva para verificação do grau de vulnerabilidade socioambiental está sujeita a, pelo menos, dois riscos metodológicos como alerta Acselrad (2006a), que estão ligados diretamente ao senso comum formado em torno do termo. Um desses riscos está na condição da categoria "vulnerabilidade" como uma relação. Para entender essa questão é preciso antes formular, pelo menos em termos abstratos, o que seria necessário para reverter uma situação de vulnerabilidade socioambiental. Pode-se dizer que, pelo menos nos limites dessa pesquisa, a vulnerabilidade é decorrente de uma relação historicamente construída entre diferentes grupos sociais e entre eles e o ambiente em que vivem. Para que ela seja eliminada é necessário que os fatores que causam privações a esses determinados grupos sejam ultrapassadas e que as relações entre esses grupos sociais sujeitos à condição de vulnerabilidade sejam reconstruídas, assim como as relações desses grupos com o

[36] Apud Acselrad, 2006, 01.
[37] Apud Acelrad, 2006a, 02.

espaço. A importante chave para evitar avaliações equivocadas a respeito da vulnerabilidade, nesse caso, está no entendimento de que, como se está a considerar uma relação estabelecida entre grupos sociais e o espaço físico e não de uma "condição de carência", não há como equacioná-la através de uma "oferta compensatória de bens e serviços" (Acselrad, 2006a, 03). Essa afirmação impõe-se como um princípio norteador elementar.

A segunda questão diz respeito ao entendimento da vulnerabilidade como um processo. A utilização massiva dessa ideia nos anos recentes, além de banalizar em certa medida seus significados originais, como já apontado anteriormente, enxerga os sujeitos vulneráveis muito mais do que os processos que os tornaram vulneráveis. Isso faz com que a questão da vulnerabilidade apareça, pelo menos para o senso comum, ligada às escolhas individuais. É importante, para evitar esse caminho, a noção de que a vulnerabilidade socioambiental é produzida histórica e politicamente. Ela se constrói por meio de práticas político-institucionais aplicadas ao território urbano e que afetam com maior intensidade certos grupos sociais menos favorecidos.

Um encaminhamento teórico e prático para desatar esses nós, capaz de construir uma alternativa "politizadora" e que ao mesmo tempo evita os dois riscos apontados, seria o de, como propõe Acselrad, tomar os indivíduos e grupos sociais vulneráveis como vítimas de uma proteção desigual por parte do Estado. Para ele o caminho a ser perseguido é o de colocar "foco no déficit de responsabilidade do Estado e não no déficit de capacidade de defesa dos sujeitos" (Acselrad, 2006a, 01). O ponto chave passaria a ser o de compreender e combater os mecanismos que criam situações de vulnerabilidade socioambiental em lugar da compreensão de falta de capacidade de defender-se desses mecanismos. Esse entendimento é importante para a construção de uma consciência coletiva em torno da defesa de interesses comuns, a serem cobrados das instâncias com responsabilidades públicas a cumprir. Por meio da construção de uma luta política em torno da defesa de interesses coletivos de grupos e lugares em condição de vulnerabilidade pode-se interromper decisões e processos que lhes impõem riscos. A proteção política de grupos sociais e espaços coletivos é responsabilidade política dos Estados democráticos. Mecanismos de avaliação de condições de vulnerabilidade focados nas "carências" que ilustram essa condição constituem a um só tempo, uma inversão lógica que enxerga apenas as consequências em vez das causas, e um mecanismo bastante oportuno para aliviar as administrações públicas de cumprirem seu papel. A questão da vulnerabilidade socioambiental precisa ser discutida como uma construção política nascida em torno da defesa de direitos elementares. Como mostra ainda Acselrad:

> A disposição a tratar as condições de vulnerabilidade como uma questão de direitos humanos, por sua vez, é apresentada também como destinada a vinculá-las às suas raízes sociais mais profundas, estimulando e potencializando a mobilização das pessoas para a transformação destas condições (Acselrad 2006,01).

A tentativa de reverter condições de vulnerabilidade socioambiental existentes em muitas periferias urbanas brasileiras por um viés "politizador" abre muitas possibilidades. Acselrad, Mello e Bezerra (2009) defendem que as discussões ambientais sempre têm alto potencial democratizante e que a defesa contra a injustiça ambiental é um exercício de cidadania. Costa e Monte-Mór (2002, 134) afirmam que as lutas sociais por condições mínimas de urbanidade na periferia das grandes cidades brasileiras hoje, assim como no caso de outros problemas urbanos, podem ser solucionadas por meio da ação coletiva e das políticas públicas. As pessoas costumam se articular de maneira mais efetiva em defesa dos seus direitos e para proteger os lugares onde vivem. Por isso mesmo, todas as políticas socioambientais devem ser elaboradas e implementadas com um viés de construção da cidadania e ação coletiva.

No âmbito das políticas públicas, importantes mudanças ocorreram nas últimas décadas no sentido da construção de mecanismos para tentar reverter quadros de vulnerabilidade socioambiental. Um exemplo está nas ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) que foram institucionalizadas em nível nacional pelo Estatuto da Cidade[38] no ano de 2001, incorporando experiências pontuais realizadas em algumas cidades nos anos de 1980. Isso significou uma mudança de paradigma importante no campo do planejamento urbano brasileiro especificamente na área da regulação urbana. A criação de instrumentos de estudo e análise específicos para áreas de vulnerabilidade socioambiental, os PGE's (Plano Global Específico), bastante utilizado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte[39], representaram um avanço para a construção de políticas públicas para essas áreas a partir de análises urbanísticas, ambientais, jurídicas e socioeconômicas. Não são poucas as críticas feitas a esses dois mecanismos, passados alguns anos desde sua implantação. Não se pretende trazê-las à tona aqui, o que fugiria aos limites dessa pesquisa. Reconhecendo que várias críticas a esses instrumentos são absolutamente pertinentes, cuida-se apenas de não deixar de reconhecer que no campo das políticas públicas, a criação de alguns instrumentos nos últimos anos trouxe importantes avanços no sentido da construção de um planejamento urbano ambiental mais preocupado com as situações de vulnerabilidade socioambiental.

Pelo outro lado, na construção ações coletivas, os avanços ocorreram de forma mais modesta. E ainda há retrocessos por vezes, quando a construção de uma consciência coletiva e a mobilização por justiça ambiental parece caminhar para trás. Uma das razões para isso está no próprio caráter das discussões ambientais mais gerais, muitas vezes focadas em objetivos distantes, globais e pouco direcionadas para questões presentes na vida cotidiana das populações locais. A noção das questões ambientais tratadas como "direito difuso", como anteriormente discutido, contribui também para a falta de definição mais clara de sujeitos específicos.

Exatamente por conter um alto potencial de politização, de criação de consciência coletiva em sujeitos em situação de vulnerabilidade socioambiental, as discussões ambientais são abraçadas pelo discurso

[38] BRASIL, 2001.
[39] Até maio de 2013 a PBH já havia realizado 63 PGE's em vilas e favelas de Belo Horizonte. Fonte: PBH.

hegemônico preocupado em interditar esses processos. Como lembra Harvey, “As ideias sobre o meio ambiente não são neutras. Elas são políticas em sua origem e políticas em seus efeitos.” (Harvey, 1996, 148). O caráter consensualista e genérico do “desenvolvimento urbano sustentável” aplicado ao nosso contexto socialmente assimétrico é um poderoso instrumento no sentido da anulação de qualquer politização. Acselrad considera que:

> Aí podemos encontrar uma explicação para o esforço dominante em desconectar a questão ambiental da questão social, em desconsiderar as evidências da desigualdade ambiental, em atribuir caráter consensual/universal à "causa ecológica". Isto ocorreria porque os conflitos ambientais apresentam grande potencial de politização, pois integram a dimensão territorial do desenvolvimento. Eles exprimem as contradições no agenciamento espacial de atividades, das formas sociais de uso e apropriação dos recursos do território, notadamente no que respeita aos sentidos politicamente atribuídos aos espaços não mercantis dos bens de uso comum (Acselrad, 2010b, 04).

A discussão ambiental explicita a forma pela qual certos bens coletivos são apropriados por interesses privados ou por eles degradados. Evidencia também a forma pela qual o ambiente onde se encontram grupos sociais menos favorecidos entra em processos cíclicos de gradativa degradação (causalidade cumulativa). Conscientiza os sujeitos vulneráveis social e ambientalmente com relação à condição de desigualdade em que se encontram. Diante desse potencial, a ação do Estado tem sido a de tomar a frente da discussão sobre vulnerabilidade socioambiental, o que normalmente no caso das administrações municipais acontece por meio de secretarias ligadas ao planejamento, gestão e regulação urbanos ao meio ambiente e à assistência social. Por meio de argumentos técnicos e científicos colocam-se a frente das questões de maneira a antecipar-se a qualquer tipo de construção de resistência em comunidades vulneráveis. A racionalidade tecnológica e científica é sempre colocada no lugar das discussões com viés social de modo a manter despolitizadas as discussões ambientais (Acselrad, 2010a). Ao fim e ao cabo, por trás de ações aparentemente “sustentáveis” ou “ecológicas”, a ação estatal muitas vezes inibe a construção de uma real consciência dos grupos sociais vulneráveis sobre sua própria condição e de uma perspectiva de revertê-la. Para Leff:

> a capacidade de assimilação da causa ambiental pelo Estado se antecipa ao poder emancipatório e à produção de sentidos mobilizadores dos valores do ecologismo. A oficialização e o uso retórico dos conceitos do ambientalismo, assim como as ações simbólicas do Estado, moldam as consciências e manejam os interesses da população, desativando a militância e anulando o potencial crítico e transformador do discurso ambientalista (Leff, 1994, 387) (*tradução nossa*).

O caminho para luta contra injustiças ambientais é essencialmente político. Acselrad (2010b) lembra que para Abba Lerner, premio Nobel de Economia em 1954, toda transação econômica realizada representa um conflito político resolvido, mas que para ele, entretanto, cada conflito ambiental não redutível a uma

transação econômica significa um conflito político em potencial. Por essas razões é que se propõe a discussão de uma perspectiva para reversão dos quadros de vulnerabilidade socioambiental como os que ocorrem em muitos conjuntos habitacionais populares nas bordas das grandes cidades brasileiras baseada na ideia de uma ecologia política urbana.

A ecologia política encontra-se hoje já bastante consolidada. Surgiu entre o pós-segunda guerra e os anos de 1970 e se fortaleceu ao longo das décadas seguintes. Foi pensada e desenvolvida, portanto, no bojo das discussões sobre a questão ambiental que aconteceu nesse mesmo período. A ecologia política está de certa forma associada a várias discussões teóricas sobre modelos alternativos de organização social e ambiental e de reestruturação ampla do modelo civilizatório desenvolvimentista. Encontra-se, desde sempre, em posição contrária às noções de "ecodesenvolvimento" e "desenvolvimento sustentável". A posição contra-hegemônica da ecologia política é atestada por meio de uma análise de sua construção histórica no período de formação do campo e, depois, na sua consolidação. O período em que essa ideia surge, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, é fortemente marcado pelo crescimento do marxismo dentro do campo das ciências sociais no universo acadêmico e pelos estudos empíricos ligados ao campesinato mostrando a segregação social e ambiental no terceiro mundo rural. A confluência desses fatores contribui para a criação de um ambiente de discussão sobre os conflitos ambientais vistos a partir das desigualdades sociais. As décadas de 1980 e de 1990, marcadas pelo avanço do neoliberalismo, criaram um cenário para que a ecologia política se tornasse mais forte, pelo caminho de resistência. Nesse período entram em colapso político os governos socialistas e em crise econômica os estados de bem-estar social, colocando em risco as perspectivas de um mundo socialmente mais justo. Avançam no mundo ocidental políticas neoliberais caracterizadas, como define Bourdieu (1998), pela ruptura entre a economia e as realidades sociais, pela destruição metódica do coletivo, pela anulação de todas as estruturas coletivas capazes de interpor obstáculos ás lógicas do livre-mercado. Além disso, contribui de forma assertiva para a consolidação da ecologia política enquanto campo de discussão, a incorporação de uma abordagem pós-estruturalista, como demonstram Peet e Watts (1996). Estes autores mostram ainda que, em termos genealógicos, a ecologia política descende em parte dos avanços na área da cibernética e das teorias de sistemas, bem como dos estudos sociais sobre desastres ligados à energia nuclear no pós-guerra. Sua filiação mais direta vem, contudo, da chamada "antropologia ecológica", conhecida também por "ecologia cultural" no campo da geografia. Para Watts e Peet (2004) a "antropologia ecológica" surge na medida em que os temas gêmeos da evolução cultural e do materialismo cultural criam uma poderosa base darwiniana para a reflexão não só sobre as mudanças históricas, mas também sobre padrões de uso de recursos e adaptação humana em diferentes ambientes. Essa abordagem permite a análise de comunidades locais não em termos de isolamento ou subsistência e harmonia com o ambiente natural, mas pela pressão que sofriam dos mercados, pela desigualdade social a que estavam sujeitos e os conflitos e formas de degradação social associados aos novos modos de produção em escala mundial. Mais tarde, a ecologia política avança em

relação à "antropologia ecológica", invertendo o foco de análise da capacidade de adaptação para a incapacidade de adaptação dessas comunidades (Watts e Peet, 2004). Essa inversão é o ponto chave para a constituição do campo, já que representa um salto da análise das desigualdades, para a articulação em torno de sua transposição. A origem do termo deve-se, de maneira mais precisa à Alexander Cockburn, Eric Wolf e Graham Beakhurst, jornalista, antropólogo e cientista ambiental respectivamente. Watts e Peet mostram que eles:

> cunharam o termo como uma maneira de refletir sobre questões de acesso e controle de recursos naturais (o que significa instrumentos da economia política) e como isso era indispensável para o entendimento tanto das formas e da geografia dos distúrbios e degradações ambientais, como para prospectar alternativas sustentáveis e verdes. O fato de que esses autores estavam conscientes em destacar a política e a economia política – o que quer dizer uma sensibilidade a respeito da dinâmica das diferentes formas, e conflitos sobre, a acumulação, a propriedade privada e a disposição dos lucros – reflete uma capacidade para distanciar-se de outros temas da crise ambiental que solicitavam a concentração dos esforços na tecnologia, crescimento populacional, cultura e manejo da terra em áreas pobres. (Watts e Peet, 2004, 6). *Tradução nossa*.

A ecologia política é especialmente importante para a elaboração de uma análise ambiental sobre espaços urbanos degradados por seu conteúdo. Watts e Peet (2004) destacam que a sua originalidade está nos esforços de integrar as abordagens físicas (ciências ambientais) e humanas (ciências sociais) para a degradação dos lugares, por meio de uma abordagem teórica explicitamente capaz de relacionar circunstâncias diversas e ainda capaz de acomodar estudos locais detalhados e princípios gerais. Os problemas ambientais são, essencialmente problemas *sociais* pela forma como se constroem. A ecologia política permite um olhar sobre esses problemas menos interessado em estuda-los como problemas de gerenciamento do uso de recursos naturais ou da busca por tecnologias apropriadas para reverter situações de degradação e mais voltada para a possibilidade de constituição de ações coletivas capazes de reverter essas situações. À ecologia política interessa diretamente a relação dialética entre meio ambiente e sociedade, no que converge com a abordagem desta tese.

É importante a essa altura criar algumas demarcações conceituais. Muitas críticas feitas à ecologia política decorrem da falta de sua amplitude de sentido. Desde que esse termo começou a ser usado, nunca expressou uma posição teórica única, e isso se deve, em grande parte ao fato de que as noções de "ecologia", "economia política" e mesmo de "política", que lhe dão origem, não podem ser definidos facilmente e são constantemente ressignificados. Por essas razões, a noção de Ecologia Política é bastante vasta, radicalmente plural nos termos de Watts e Peet (2004). Contribui para a imprecisão do termo o fato de se tratar de um conceito ainda em construção, ou como melhor define Swyngedow (2001, 94), "uma epistema de base processual em que nada é fixo ou, mais exatamente, a fixidez é um breve

momento que pode nunca se apreendido em sua inteireza uma vez que os fluxos destroem e criam, combinam e separam perpetuamente".

Para evitar os riscos de navegar usando instrumentos imprecisos e assim não chegar a lugar nenhum, optou-se por uma delimitação mais recortada da ideia de ecologia política, mesmo ciente dos riscos implícitos em deixar para trás aspectos importantes. A utilização do termo ecologia política para essa pesquisa presume em primeiro lugar um entendimento de "ecologia" bastante distanciado de seus significados originais, compreendendo-a como um campo de estudo sobre as relações entre os organismos e o ambiente, mas não a partir de noções de estabilidade e equilíbrio, e sim, ao contrário, a partir de noções de instabilidade, flutuações caóticas e permanente desequilíbrio. É claro que essas noções aparecem aqui pelos motivos expostos no início do capítulo e não devem nunca ser usadas para justificar e legitimar qualquer forma de degradação ambiental. Por outro lado, entende-se "política" aqui no sentido da negociação, da disputa, do litígio, do dissenso, ou ainda, como proposto por Rancière (1996), como a atividade que põe em discussão a divisão da sociedade e a ação coletiva destinada a superação das desigualdades. O recorte que surge então é o das disputas em torno de relações naturalmente instáveis entre populações e lugares. Além disso, o termo aqui será restringido ao uso na cidade, na forma de uma "ecologia política urbana"[40]. A ecologia política desde seu surgimento tem seu olhar voltado mais para os conflitos socioambientais no campo do que nas cidades, o que está relacionado ao sua construção histórica tomada a partir dos "estudos campesinos". Sem negar a importância dos conflitos no campo que acontecem no Brasil e em outros países pobres, é preciso reconhecer que os problemas socioambientais hoje localizam-se em sua grande maioria no ambiente urbano. Mas, como a dimensão ambiental do urbano ainda é um campo em construção (Costa e Braga, 2004), a construção da noção de uma "ecologia política urbana" ainda precisa ser discutida e aprofundada. O presente estudo tenta se somar aos esforços de construção desse campo sem nenhuma pretensão de esgotar o tema. Esforços nesse sentido se fazem necessários e precisam avançar já que, como mostram Costa e Braga:

> A prática ambiental urbana ganha contornos de grande complexidade em uma realidade heterogênea como a brasileira, na qual as cidades convivem ao mesmo tempo com problemas típicos da pobreza – ocupações irregulares de áreas ambientalmente frágeis como encostas e áreas alagáveis, baixo índice de coleta e tratamento dos esgotos, entre outros – e problemas relacionados a altos padrões de vida e consumo – entre os quais, congestionamento de trânsito e poluição atmosférica por veículos, crescimento do volume de resíduos sólidos, ou padrões construtivos intensivos no uso de energia (Costa e Braga, 2004, 199).

[40] O termo aqui proposto não tem nenhuma relação de parentesco com o termo "Ecologia Urbana" cunhado por Park e Burgess no contexto da "Escola de Chicago", no ínício do século XX. Cf. Park, Burgess, McKenzie, 1925.

A construção de uma ecologia política urbana pode ajudar a transposição de condições de vulnerabilidade socioambiental existentes, principalmente em função de seu forte caráter emancipatório. A tentativa de analisar formas por meio das quais grupos social e ambientalmente vulnerabilizados podem conseguir reverter essas situações em que se encontram passa por esse sentido. Nem o caminho do livre mercado, que prega que a sociedade como um todo precisa se desenvolver economicamente para que os menos favorecidos possam ascender a uma melhor condição, nem, no sentido contrário, a crença num Estado paternalista e assistencialista, mostraram-se até hoje capazes de suplantar condições de vulnerabilidade socioambiental urbana.

Rousseau defendia, há mais de duzentos e cinquenta anos que a desigualdade social entre os homens "obtém sua força e cresce com o desenvolvimento de nossas faculdades e o progresso do espírito humano, tornando-se finamente estável e legítima pelo estabelecimento da propriedade e das leis." (Rousseau, 2011, 114). A referência feita à questão emancipatória, potencialmente contida na construção de uma Ecologia Política Urbana, tomou-se como base a noção primeira de emancipação exatamente como transposição dessas desigualdades por meio da superação da apropriação privada do mundo coletivo, o que foi proposto por Marx. Para ele, "a supressão da propriedade privada constitui (...) a emancipação total de todos os sentidos e qualidades humanas" (Marx, 2001). Nesse sentido, a ideia de uma "ecologia política urbana" tem relação direta com a ideia de uma "ecologia da libertação" já ela essa se estrutura a partir do reconhecimento do potencial emancipatório, do imaginário ambiental e da tentativa de traçar um caminho de justiça social e ambiental alternativo aos modelos vigentes de desenvolvimento, o que a coloca em consonância com os objetivos dessa investigação. Para Watts e Peet:

> A *Ecologia da Libertação* destaca, em outras palavras, novos engajamentos teóricos entre ecologia política, Marxismo e teoria social de um lado, e engajamento político prático através de novos movimentos, organizações e instituições da sociedade civil desafiando noções convencionais de desenvolvimento, política, democracia e sustentabilidade por outro lado (Watts e Peet, 2004, 06) (tradução nossa).

A orientação para a emancipação contida na ideia de "ecologia política urbana" pode ser vista na sua capacidade de articulação e mobilização social em torno da defesa contra injustiças ambientais. Acontece, portanto, numa escala em que seja possível estabelecer esses vínculos sociais em torno de certos conflitos socioambientais também tomados em escala local. É preciso reconhecer nessa escala local, a possibilidade de se estabelecer uma estrutura de vizinhança que crie algum tipo de coesão cultural e social. Como afirmam Marandola e Hogan:

> Posição e situação, noções cara à geografia tradicional francesa, são entendidas pelos sociólogos da ecologia humana como componentes do chamado efeito de vizinhança, que envolve a dimensão propriamente ecológica da estrutura e do entorno do bairro, bem como de

> sua posição e relação com a estrutura da cidade. A estrutura de vizinhança está na base da constituição das identidades, comunidades e na promoção de coesão social e cultural. (Marandola e Hogan, 2009, 164) *grifo nosso*.

Contudo, conceitos virtuosos contra-hegemônicos podem sempre ser assimilados e revertidos no seu contrário. Nesse sentido, há algumas armadilhas que podem ser criadas em torno do discurso de "cidadania local" criando um mecanismo perverso. Mais uma vez, é Acselrad que lembra que:

> Para preencher o vazio político deixado pelo 'quase-nada' a ser governado pela legitimidade democrática, propugna-se a 'cidadania local' e os laços comunitários como instrumentos da auto-compreensão unitária da sociedade, imaginada como um tecido social sem fissuras. Tenta-se compensar a tendência à fragmentação social através da pretensão de integrar os excluídos nas coletividades locais. Ou seja, uma 'democracia de proximidade' aparecerá como remédio à desagregação social. No entanto, tal pretensão mostra-se ambígua, posto que as causas mais profundas da exclusão não são encontradas no nível local (Acselrad, 2006b, 25).

A perspectiva de construção de uma "ecologia política urbana" deve considerar esse risco e se articular pela constituição e fortalecimento de comunidades, entendidas aqui como os grupos sociais constituídos e mantidos de forma orgânica "segundo a natureza das relações necessárias e determinadas entre os diferentes indivíduos que dependem uns dos outros" (Tönnies, 1973). É a partir da criação de uma consciência comunitária em torno dos direitos e do acesso aos bens coletivos em grupos vulneráveis em termos socioambientais que se torna possível a constituição de uma resistência. A noção de comunidade passa a ser muito importante nesse contexto já que, como afirmam Watts e Peet:

> A comunidade é importante porque é tipicamente vista como: o *locus* do conhecimento, o lugar da regulação e gerenciamento, fonte da identidade e repositório da tradição, a personificação de várias instituições (digamos direitos de propriedade) as quais necessariamente iniciam questões de representação, poder, autoridade, governança e responsabilidade, um objeto de controle do Estado, e um teatro de resistência e luta (de movimentos sociais e potencialmente de visões alternativas de desenvolvimento). (Watts e Peet, 2004, 24) *tradução nossa. grifos nosso*s.

No fim da cidade, em grandes conjuntos habitacionais, a articulação comunitária pode se fazer presente em certas condições que não seriam possíveis em áreas urbanas mais centrais exatamente pela configuração espacial única que possuem. Em situações como a dos conjuntos construídos nos limites das áreas urbanizadas, há espaços "não-urbanos" logo do outro lado da rua, cheios de potencial para o desenvolvimento de atividades capazes de criar e fortalecer estruturas de vizinhança nessas comunidades. Talvez a mais importante delas seja a agricultura familiar urbana, que, por ser capaz de garantir segurança alimentar e geração alternativa de renda (Brand e Muñoz, 2007), contribui para melhorias significativas na vida de grupos sociais socialmente mais vulneráveis e principalmente ajudam

na criação de uma condição de coesão social entre as famílias envolvidas[41]. Populações locais podem ser tomadas como guardiãs do ambiente que as cerca, como defende Costa (2006) e poderiam então, colocar-se como guardiãs das áreas não-urbanas vizinhas, por meio do seu uso. O estabelecimento de relações que fortalecem o valor de uso dos espaços situados nessa zona de fronteira pode ser um importante fator para consolidar ou criar condições de articulação ecopolítica e organização social nessas comunidades.

[41] Lovo et all. mostram o caso de três comunidades locais articuladas em torno da agricultura urbana, nas bordas da área urbana da RMBH, duas no Barreiro e uma em Santa Luzia, que se aproveitam exatamente dessa condição espacial diferenciada, no limiar entre o urbano e o não-urbano. Cf. Lovo et all., 2012.

CAPÍTULO 5

NOVE CONJUNTOS HABITACIONAIS NO FIM DA CIDADE

A fim de analisar empiricamente algumas das questões apontadas nos capítulos anteriores, foram levantados dados sobre nove conjuntos habitacionais situados nas bordas da mancha urbana principal da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Todos eles são conjuntos habitacionais de grande porte, multifamiliares e verticais, abrigando sempre mais de mil habitantes, constituindo espaços urbanos de alta e média densidade bruta, com blocos de três ou mais pavimentos, sempre próximos dos limites territoriais entre áreas urbanizadas e não urbanizadas. O grupo inclui conjuntos habitacionais de interesse social (públicos) e conjuntos habitacionais populares (privados)[1]. Todos os nove conjuntos convivem hoje com diferentes situações de vulnerabilidade socioambiental, algumas delas bastante evidentes, e por isso foram selecionados para a pesquisa. Sua situação socioambiental presente decorre, em grande parte, dos processos históricos que de alguma maneira estiveram ligados à construção de cada um deles em diferentes contextos e em diferentes momentos ao longo das últimas três décadas.

A cidade de Belo Horizonte foi construída no final do século XIX a partir de um projeto urbanístico específico que definia bairros, ruas, avenidas, quadras, praças, parques e uma avenida perimetral. Toda a área planejada para abrigar a nova capital do estado corresponde hoje à sua área central (FIG. 1). A

[1] Classificação já citada no cap. 1. Cf. Kapp (2010).

cidade teve um processo de crescimento rápido ao longo da primeira metade do século XX. A partir dos anos de 1960 e principalmente ao longo dos anos de 1970, como aconteceu em outras capitais do Brasil, houve uma aceleração do seu ritmo de crescimento no contexto dos processos de industrialização e urbanização por que passava o país. Foi nesse momento marcante da nossa recente história que o país, entre muitas outras coisas, deixou de ser predominantemente rural e passou a ser majoritariamente urbano, passou a promover políticas públicas de maior envergadura para produção de moradias de interesse social nas grandes cidades, passou a discutir o planejamento urbano de forma sistemática e tecnicamente mais aparelhada, assistiu a expansão frenética de loteamentos nas periferias urbanas e promoveu a criação de áreas industriais planejadas nos arredores das grandes capitais. Todos esses cinco fatores que marcam a formação das metrópoles brasileiras estão direta ou indiretamente associados à construção de grandes conjuntos habitacionais em suas bordas. No caso da região metropolitana de Belo Horizonte, cuja formação e consolidação se dão nesse contexto histórico, todos os cinco processos estiveram presentes e o seu reconhecimento contribui para a caracterização do cenário onde se inserem os objetos de estudo desta pesquisa.

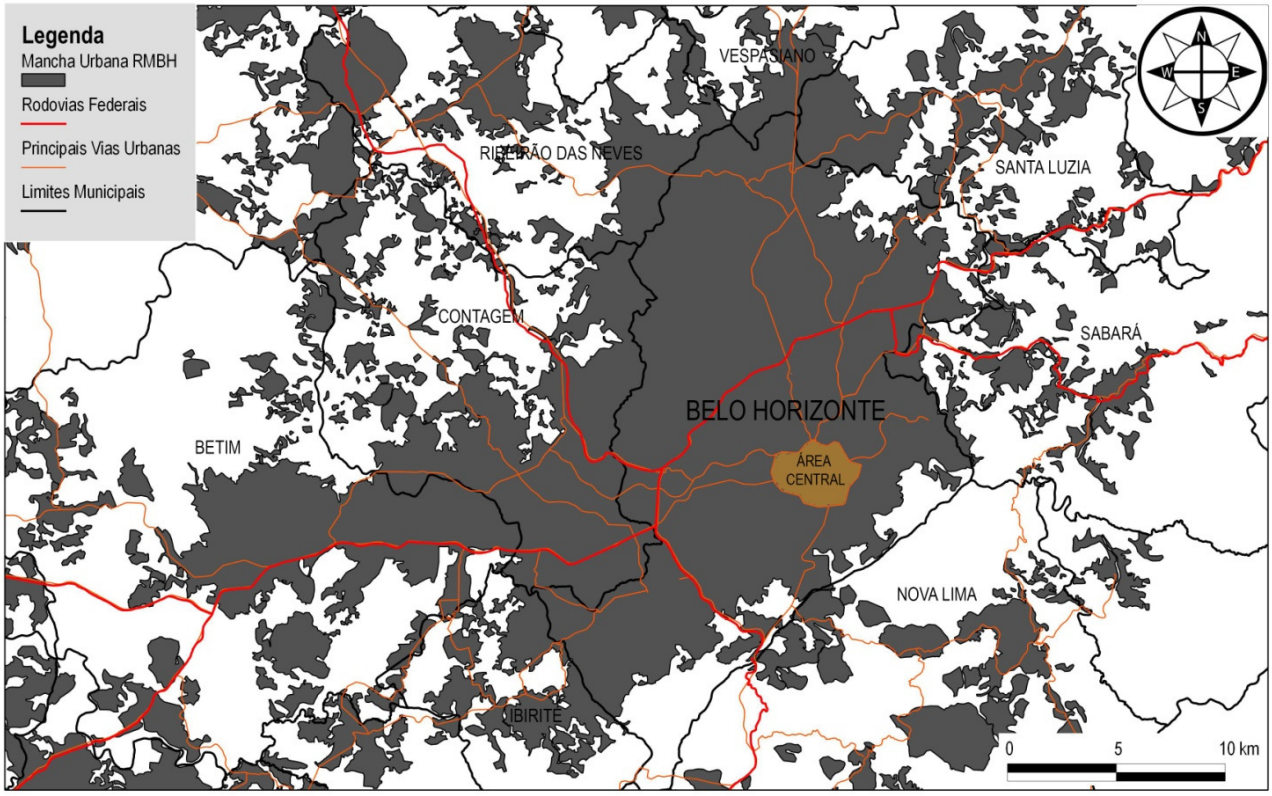


FIGURA 1 – Mapa da mancha urbana principal da RMBH.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PDDI.

A expansão urbana que ocorreu a partir dos anos de 1960 na Região Metropolitana de Belo Horizonte se deu predominantemente nas direções norte e oeste, criando o que hoje constitui a sua mancha urbana principal (FIG 2). Na direção norte a expansão urbana aconteceu criando conurbações com os municípios de Ribeirão das Neves, Vespasiano e Santa Luzia. Essa expansão foi impulsionada em grande parte pela

proliferação de loteamentos populares e pequenas indústrias. Na direção oeste a expansão urbana aconteceu a partir da criação da Cidade Industrial, na década de 1940 e suas expansões (Cinco, Cincão, Cinquinho) e em Betim por meio da implantação da Refinaria Gabriel Passos da Petrobrás e da fábrica de automóveis Fiat. A expansão no vetor oeste criou conurbações entre Belo Horizonte e esses dois municípios, principalmente ao longo da rodovia BR-381. No sentido sul, sudeste e leste a expansão urbana da cidade sempre foi limitada pela presença da Serra do Curral que constitui uma barreira natural ao crescimento urbano tanto no sentido do relevo, como pela presença de grandes áreas de atividade minerária ao longo de sua extensão[2].

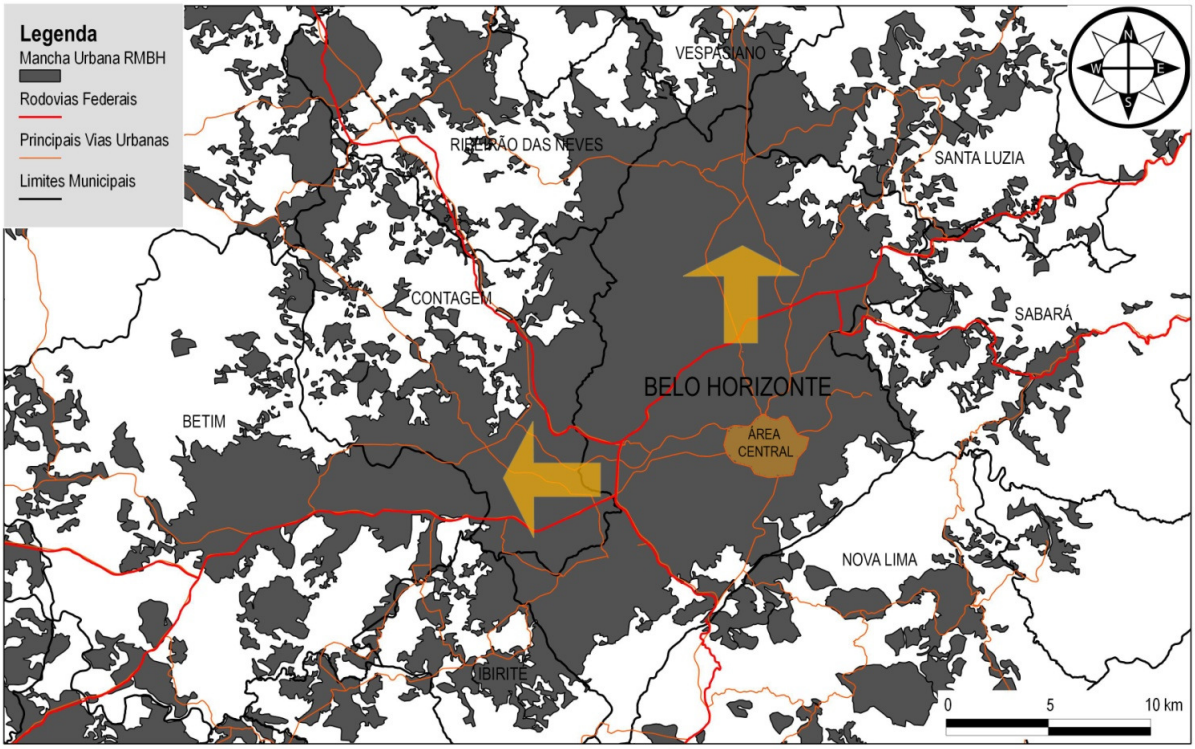


FIGURA 2 – Mapa da mancha urbana principal da RMBH com os sentidos de crescimento.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PDDI.

É importante perceber que, ao fim e ao cabo, a conformação atual da área urbana principal da RMBH foi definida principalmente ao longo das décadas de 1960 e 1970 no rastro de uma industrialização tardia. Como lembra Costa (2003, 161), esse foi o período no qual "o Estado assumiu um papel central e onde setores do capital imobiliário se beneficiaram enormemente ao acompanhar, através do processo de parcelamento, a trajetória da industrialização." Costa (2003) lembra ainda que nesse contexto se consolidaram, de maneira centralizada, a partir das esferas federais, os discursos e práticas de planejamento urbano pautados no controle sobre o uso e ocupação do solo urbano e relaciona a expansão econômica e a expansão urbana da RMBH. Para ela:

[2] O que não impediu, contudo, uma conurbação que se desenvolveu a partir dos anos de 1990, com o município de Nova Lima, caracterizada como uma expansão imobiliária de alto padrão.

> O período foi marcado por um intenso parcelamento do solo urbano, configurando uma expansão horizontal do tecido urbano, fruto da ação do mercado imobiliário de terras, de certa forma incentivado pela expansão econômica, principalmente da indústria, que naquele momento redesenhava tanto o papel de Belo Horizonte na região sudeste, quanto a geografia da valorização fundiária metropolitana (Costa, 2003, 162).

Os grandes conjuntos habitacionais multifamiliares verticais, contudo, começaram a ser construídos em Belo Horizonte algumas décadas antes. O conjunto IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), no bairro da Lagoinha, projetado nos anos de 1940 na gestão do então prefeito Juscelino Kubitschek, foi o primeiro grande conjunto habitacional da cidade, construído em pleno período das chamadas políticas populistas[3]. Inaugurado em 1948 como parte de várias intervenções urbanas direcionadas para o vetor norte da cidade realizadas por aquela administração[4], o conjunto foi projetado com onze blocos abrigando um total de 928 unidades habitacionais, que poderiam receber quase seis mil pessoas, um número muito impressionante para a época[5] (FIG 3).



FIGURA 3 - Conjunto IAPI na época da sua construção.
Fonte: APCBH

A construção do conjunto foi um marco na história da cidade de Belo Horizonte, não só por se tratar do primeiro conjunto habitacional multifamiliar vertical da capital e pelo seu tamanho, mas também por ter sido a primeira grande obra de urbanização de uma favela em Belo Horizonte. A "Pedreira Prado Lopes", uma ocupação autoconstruída que teve início na década de 1920, teve que ser parcialmente removida para que o conjunto fosse construído. Essa situação expôs o choque entre duas concepções distintas do Estado brasileiro em relação à provisão habitacional para as pessoas mais pobres. O assentamento autoconstruído representava a forma encontrada pelos trabalhadores da nova capital para terem onde

[3] Para um panorama mais completo acerca desse contexto social, cultural e político em que as habitações populares multifamiliares começaram a ser produzidas em larga escala nas grandes cidades brasileiras, ver Bonduki (2011).
[4] Dentre as quais a mais importante é a criação da Lagoa da Pampulha, criada pelo represamento do córrego do Onça e alguns equipamentos de lazer na sua orla, projetados pelo então jovem arquiteto Oscar Niemeyer.
[5] A população estimada em Belo Horizonte na época era de 211.377 pessoas. O conjunto seria capaz de abrigar aprox. 2,5% de sua população total. Fonte: IBGE (censo de 1940).

morar, duas décadas antes, quando ainda predominava o pensamento de cunho liberal da República Velha que definira um Estado não-intervencionista na questão das habitações para os mais pobres (Bedê, 2005). O conjunto IAPI, por sua vez, fez parte do primeiro grande momento da construção de habitações populares urbanas no país, através dos IAPs (Institutos de Aposentadorias e Pensões) criados no Estado Novo, já como parte de um posicionamento político bastante distinto do Estado brasileiro, no contexto do chamado "populismo" (Bonduki, 2011; Bedê, 2005).

O IAPI se situava no que era o limite norte da mancha urbana da jovem capital e a decisão de instalar um conjunto de prédios naquele local constituiu uma ação importante em termos políticos e urbanos já que ele seria construído às margens da estrada da Pampulha (hoje av. Antônio Carlos), que ligava o centro da cidade ao recém-criado balneário da Pampulha mais ao norte, posicionado exatamente entre a via e a ocupação informal. Apesar de os jornais da época noticiarem que a construção do conjunto se justificava pela remoção das famílias da "Pedreira Prado Lopes", a reurbanização desse assentamento não era o objetivo principal da obra do IAPI, caso contrário ele teria sido todo e não só parcialmente reurbanizado. As torres do conjunto, com suas linhas protomodernas de inspiração *art-decó* serviram para criar um primeiro plano elegante e expressivo capaz de dissimular a presença urbana da "Pedreira Prado Lopes", então a maior favela da cidade, para quem se dirigia para a região nobre da Pampulha (FIG 4).

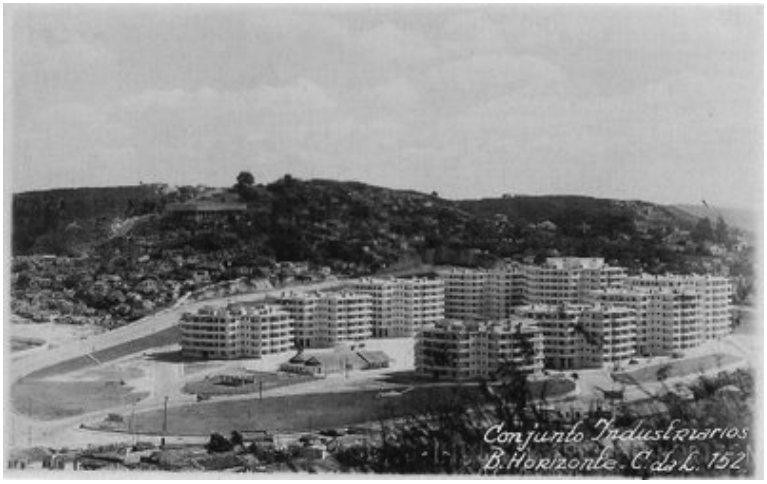


FIGURA 4 - Conjunto IAPI em construção e "Pedreira Prado Lopes" ao fundo.
Fonte: APCBH

Hoje percebido como um conjunto habitacional relativamente próximo do centro, o IAPI era, na época de sua construção, um conjunto habitacional no fim da cidade. O limite da mancha urbana do vetor norte de Belo Horizonte entre as décadas de 1940 e 1950 não ia além do bairro Aparecida, onde atualmente passa a av. Américo Vespúcio (FIG 5,6).



FIGURA 5 – Mapa com a situação do conjunto IAPI em relação à mancha urbana de BH em 1953.
Fonte: PBH - Foto aérea de Belo Horizonte (1953), manipulada pelo autor.

O conjunto IAPI inaugurou um modelo de solução urbanística e arquitetônica para a produção habitacional em Belo Horizonte que iria se fortalecer nas décadas seguintes: a concentração populacional de baixa renda, planejada, nas bordas do tecido urbano, abrigada em grandes estruturas urbanas monofuncionais. O IAPI era destinado a famílias removidas da "Pedreira Prado Lopes", mas também, e principalmente, a famílias de trabalhadores da ativa e aposentados do setor industrial, vinculados ao IAPI e funcionários da prefeitura (Araujo e Castriota, 2009). De forma geral, os conjuntos habitacionais periféricos de Belo Horizonte, assim como em outras capitais, destinam-se principalmente à classe trabalhadora assalariada.[6]



FIGURA 6 - Conjunto IAPI com o limite da cidade ao fundo.
Fonte: APCBH

Depois do IAPs do governo Vargas, surge a FCP (Fundação da Casa Popular), no governo Dutra, que passa também a promover a construção de habitações populares nas grandes cidades, com recursos do governo federal. Além disso, no período que vai até o golpe militar de 1964, os governos estaduais e municipais também começam a construir timidamente alguns conjuntos populares (Bedê, 2005). Após o golpe militar de 1964 surge o BNH que passa a concentrar os esforços políticos e recursos financeiros para a provisão habitacional de baixa renda[7]. Após a redemocratização em 1985, com a extinção do

[6] Ver cap. 2.
[7] Apesar de seus reais objetivos serem outros como já discutido. Cf. Bolaffi (1979).

BNH, esses esforços passaram a girar em torno da Caixa Econômica Federal, o que acentuou a presença da lógica financeira no planejamento habitacional, situação que perdura até os dias de hoje[8].

No âmbito da gestão municipal e estadual, houve em Belo Horizonte avanços tímidos no período da ditadura militar no que diz respeito à produção de conjuntos habitacionais[9]. Já a partir dos anos de 1980, o processo de construção de habitações populares na cidade passou por um processo de aceleração e se caracterizou de duas formas distintas, como mostra Bedê:

> Ao longo da década de 80 a atuação dos governos municipais nesse sentido alternou-se entre dois tipos de postura. O primeiro, de caráter populista, caracterizou-se pela produção de grandes assentamentos habitacionais em áreas públicas localizadas na periferia da cidade, dotados de infra-estrutura incompleta e totalmente irregulares. A distribuição de lotes nesses "conjuntos habitacionais" se deu de forma clientelista e sua ocupação resultou num processo de "favelização" gradativa. O segundo tipo de postura era de omissão total, fundamentada no discurso de que a atuação do poder público na produção habitacional de interesse social pode resultar na atração de população do interior do estado (Bedê, 2005, 40).

Em Belo Horizonte, a partir de 1983, a URBEL, que atuava na área da mineração na capital (antiga FERROBEL), assumiu a implantação do programa municipal Profavela[10] e em seguida passou a cuidar de todos os assuntos ligados à urbanização de favelas, remoção de famílias em áreas de risco e construção de conjuntos habitacionais. No período compreendido entre 1986 e 1992, vários conjuntos habitacionais de maior porte foram empreendidos na capital pelo Estado e pela Prefeitura[11], sendo que a URBEL participa de um deles, o conjunto Mariano de Abreu, na região leste. Em 1993, na gestão Patrus Ananias, foram criados o Sistema Municipal de Habitação (SMH), o Fundo Municipal de Habitação (FMH) e o Conselho Municipal de Habitação (CMH) todos articulados entre si e com a URBEL. A produção habitacional passa a se dividir entre a criação de novos conjuntos para suprir o chamado *déficit habitacional quantitativo* e para relocar famílias em intervenções em vilas e favelas suprindo o *déficit habitacional qualitativo*. Em 1995, na mesma gestão, surgiu o Orçamento Participativo Habitacional (OPH) para suprir as demandas por moradia das famílias carentes, produzindo novos conjuntos. Até hoje, a construção dos conjuntos habitacionais na capital mineira permanece a cargo dessa autarquia municipal. A atuação da URBEL na produção de conjuntos habitacionais se intensificou a partir de 2005, com o programa "Vila Viva", que promoveu intervenções nos grandes assentamentos autoconstruídos da cidade, com obras de saneamento, criação de vias e reassentamento de famílias removidas de áreas de risco (FIG 7).

---

[8] Recentemente, com o PMCMV, o Banco do Brasil passou a dividir com a Caixa Econômica Federal o papel de braço do governo federal da ordenação da produção de conjuntos habitacionais populares.
[9] Por meio dos programas PROCASA e PRO-HABITAÇÃO. Cf. Bedê (2005).
[10] Desenvolvido inicialmente pelo Plambel, em 1982.
[11] A prefeitura implantou os conjuntos Taquaril, Jardim Felicidade, Paulo VI, Capitão Eduardo, Jardim Filadélfia, Bonsucesso e Jatobá I, II, III e IV. O Estado implantou os conjuntos Minas Caixa, Ribeiro de Abreu, Confisco e Mariquinhas. Fonte: URBEL (2014).

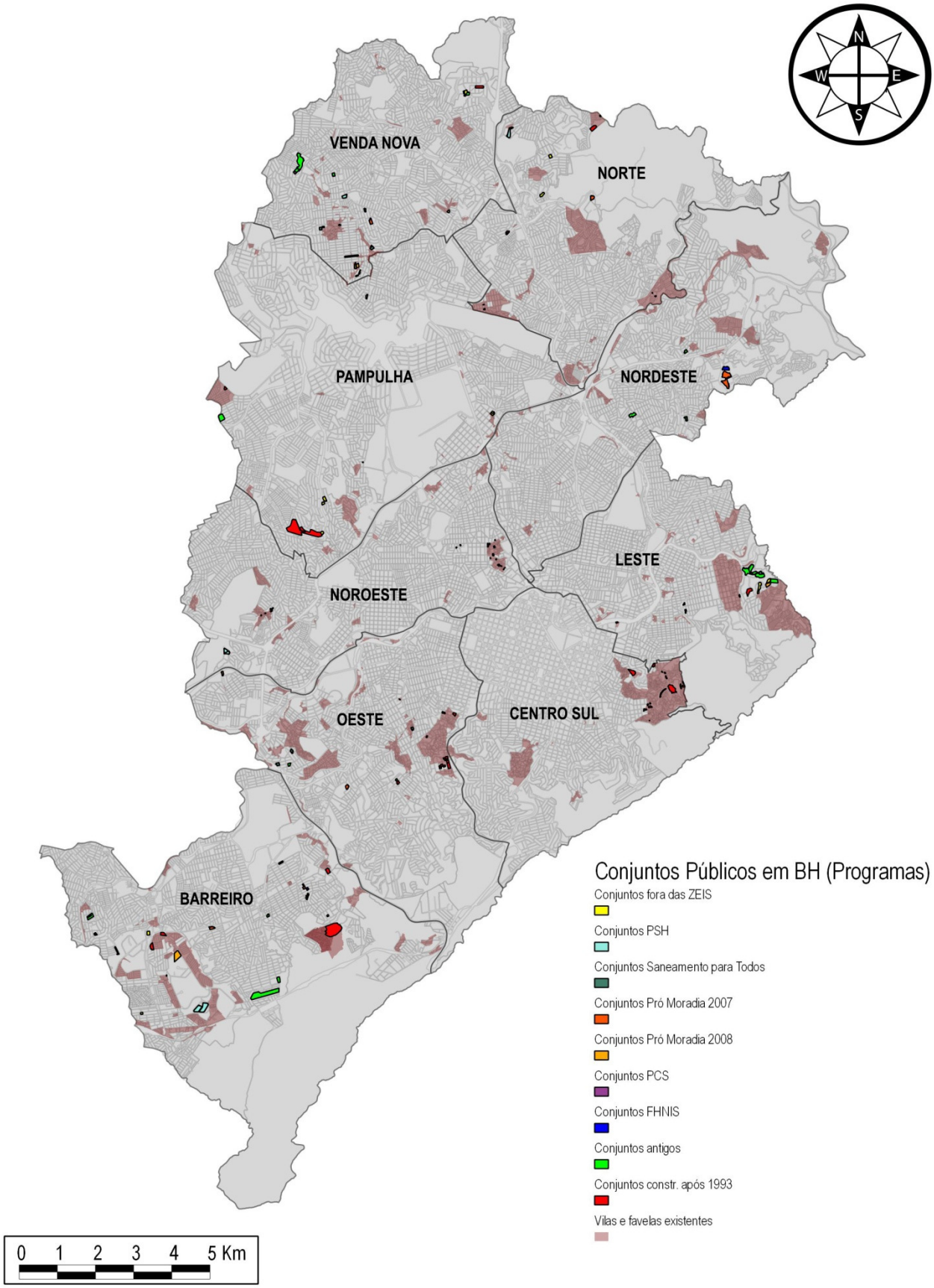


FIGURA 7 – Mapa com os conjuntos habitacionais públicos construídos em Belo Horizonte.
Fonte: base de dados PBH, manipulado pelo autor.

Os conjuntos habitacionais multifamiliares vêm sendo construídos em Belo Horizonte há quase sete décadas, via de regra, nas bordas do município. Em alguns casos, como aconteceu com o IAPI, eles estavam nas áreas mais periféricas do município quando construídos e hoje ocupam áreas centrais devido ao crescimento da cidade. A exceção à regra está nos conjuntos construídos em áreas mais centrais porque faziam parte de projetos de reurbanização de favelas. O processo de construção de moradias populares nas bordas urbanas pode ser compreendido como uma espécie de centrifugação urbana da classe trabalhadora. Esse processo está diretamente ligado ao preço da terra e pode ser compreendido espacialmente por meio do mapa com os conjuntos habitacionais públicos construídos em Belo Horizonte. Ele mostra uma clara concentração dos conjuntos habitacionais próximos das bordas de Belo Horizonte, no extremo leste das regionais leste e nordeste, em toda a regional Barreiro, no extremo oeste das regionais oeste, noroeste e Pampulha, em toda a região de Venda Nova e na regional Norte.

A história dos grandes conjuntos habitacionais está diretamente ligada à história da arquitetura e das cidades no século XX. Apesar de ser algo que já povoava as utopias dos arquitetos e urbanistas do século XIX e havia se transformado em um dos ícones das propostas de renovação urbana modernista nas primeiras décadas do século XX, foi somente a partir da metade da década de 1940, durante o pós-guerra nas grandes e médias cidades da Europa ocidental, que o modelo dos grandes conjuntos habitacionais foi colocado em prática de forma sistemática como solução para produção em grande escala de habitações urbanas. Isso porque, houve a convergência de um enorme déficit habitacional causado pelo grande número de famílias desabrigadas pela guerra, e, ao mesmo tempo, da oferta de grandes áreas livres mesmo em áreas urbanas antigas, criadas pelos bombardeios aéreos que haviam transformado em poeira quarteirões inteiros. A Europa devastada pela segunda grande guerra constituiu o cenário perfeito para experiências urbanas de construção de conjuntos habitacionais como solução para produção de moradias urbanas em larga escala, – uma solução modernista *par excellence* já que toma como base a *tabula rasa*. Foi a partir dessas experiências, que o modelo do conjunto habitacional moderno se disseminou com mais força por todo o mundo[12]. Os conjuntos habitacionais construídos no mundo inteiro, até hoje, são essencialmente uma solução arquitetônica e urbanística do modernismo, ainda que não tenham, em muitos casos, características formais e estilísticas modernistas[13].

No caso do processo de urbanização das cidades brasileiras, a construção de grandes conjuntos habitacionais esteve quase sempre limitada às duas situações descritas antes: a ocupação das bordas

[12] É importante reconhecer, contudo, que o grande conjunto habitacional não é uma invenção do modernismo, ou pelo menos não daquele modernismo normalmente associado ao CIAM. Os conjuntos habitacionais Van Beuningenstraat, em Amsterdã, de 1909; Spangen, em Roterdã, de 1919; Britz Hufeisensiedlung, em Berlim, de 1925; Karl Marx-Hof, em Viena, de 1926, todos anteriores ao primeiro CIAM, são bons exemplos disso. Cf. French (2009).

[13] Isso pode ser exemplificado pelos conjuntos selecionados para a pesquisa na RMBH. Vários deles possuem coberturas em duas águas com telha cerâmica e beirais, o que dificilmente poderia ser associado às características formais da arquitetura moderna. Entretanto, mesmo nesses casos, as soluções de implantação e urbanização dos conjuntos são essencialmente tributárias da tradição modernista. Para uma análise mais completa dessa filiação moderna dos conjuntos habitacionais, ver Bonduki (2011).

das cidades onde o preço da terra é menor e no caso de grandes obras de intervenção em áreas urbanas consolidadas, quando a área para receber os conjuntos é criada a partir da própria intervenção. Isso quer dizer que a experiência da produção dos grandes conjuntos habitacionais no Brasil também parte sempre da *tabula rasa*. No caso de Belo Horizonte e Região Metropolitana, todos os grandes conjuntos habitacionais ou estão no grupo dos assentamentos implantados nas bordas urbanas em áreas de baixa densidade onde há terrenos mais baratos ou no grupo dos conjuntos erguidos em áreas de favelas, como parte de obras de reurbanização dessas áreas informais. Do IAPI ao Vila Viva a construção de grandes conjuntos habitacionais na RMBH seguiu o padrão da *tabula rasa*. No caso desta tese, que olha especificamente para as situações da moradia popular de alta densidade no fim da cidade, interessam os casos dos conjuntos habitacionais do primeiro grupo.

É necessário, porém, fazer algumas considerações em relação a essa borda que caracteriza o fim da ocupação urbana antes de apresentar os conjuntos estudados. Os limites da ocupação urbana não são totalmente fixos no espaço e no tempo, como já foi abordado antes[14]. As cidades, na maioria dos casos, possuem uma característica de crescimento territorial constante, o que permanentemente alarga, amplia, reposiciona suas bordas. Esse processo leva à situações de conurbação como as ocorridas nas últimas décadas na RMBH, já que em algum momento o crescimento contínuo das bordas das cidades faz com que elas se agrupem territorialmente numa só mancha urbana. Isso quer dizer que, como aconteceu com o IAPI, um conjunto habitacional hoje construído na borda do tecido urbano, poderá daqui a algumas décadas, estar em uma área que deixou de ser considerada periférica, ou pelo menos que não se configura mais, em termos morfológicos, como uma borda urbana. Dito de outro modo, os conjuntos periféricos podem ser "engolidos" pela cidade em seu processo de crescimento e deixarem de ser periféricos.

As bordas urbanas na mancha principal da RMBH foram analisadas em relação às diferentes situações que caracterizam as áreas não urbanizadas confrontantes. Em alguns casos as áreas não urbanizadas confrontantes são caracterizadas como áreas de preservação ambiental (parques, APPs, áreas de preservação de mananciais hídricos), o que ocorreu principalmente no vetor sul e sudeste da RMBH. Em outro grupo de situações, as áreas não urbanizadas confrontantes são caracterizadas como áreas de mineração. Nesse grupo foram encontradas duas situações distintas: atividades minerárias em pequena e média escala caracterizadas realizadas por empresas menores trabalhando com a extração de areia, brita e pedras para calçamento, o que acontece principalmente no vetor noroeste e norte da RMBH; atividades minerárias de grande escala, realizadas por grandes empresas – Vale e AngloGold basicamente – trabalhando com a extração do minério de ferro, o que acontece principalmente nos vetores sul, sudeste e leste da RMBH. Em outros casos as áreas não urbanizadas se caracterizam como áreas de atividade agropecuária em pequena escala, com pequenos produtores e pequenas

[14] Ver capítulo 2.

propriedades. Essas situações foram encontradas em todas as bordas urbanas da RMBH em pequenas porções territoriais, com exceção do vetor sul, na área do Parque da Serra do Rola Moça e no vetor sudeste, na área da Serra do Curral. As diferentes formas pelas quais se caracterizam essas áreas não urbanizadas logo depois do fim da cidade afetam diretamente a condição socioambiental dos conjuntos habitacionais situados nessas áreas.

Para mapear os grandes conjuntos habitacionais multifamiliares verticais nas bordas da RMBH, tomou-se como base um mapa com as manchas urbanas, elaborado a partir do banco de dados do PDDI. A partir daí, um levantamento utilizando fotos aéreas foi realizado, identificando todos os conjuntos habitacionais com este perfil, situados nas bordas da mancha urbana principal a partir das suas características morfológicas típicas de regularidade e escala, o que os diferencia inequivocamente das áreas urbanas cujo crescimento aconteceu de forma espontânea. Foi usado o critério de seleção de todos os conjuntos situados até um quilômetro de distância dos limites urbanos. Em alguns casos foram incluídos conjuntos que se encontravam mais distantes das bordas urbanas (até cinco quilômetros), mas que faziam limite direto com grandes áreas não urbanizadas dentro da mancha urbana. Foram encontrados, nesse levantamento inicial, quarenta e cinco conjuntos. Como os conjuntos encontrados tinham diferentes idades, alguns com mais de trinta anos e outros recém-inaugurados, foi possível perceber também, que há de fato um padrão locacional perimetral que se manteve na RMBH por quatro décadas, em relação a esses empreendimentos (FIG 8).

O levantamento inicial trouxe ainda uma noção geral quanto à distribuição territorial dos conjuntos periféricos ao longo de todo o perímetro urbano da RMBH. Em primeiro lugar foi possível perceber claramente que há um número razoável de conjuntos habitacionais bastante concentrados no vetor sul (nove) principalmente localizados ao longo do limite entre o Barreiro e as áreas de preservação ambiental da COPASA e da Serra do Rola Moça. No vetor leste também há um número razoável de conjuntos (oito), ao longo da divisa entre Belo Horizonte e Sabará, de maneira um pouco menos concentrada do que no vetor sul. No vetor oeste há um número grande de conjuntos (treze), muito pulverizados, principalmente ao norte do limite da mancha urbana em Contagem e Betim. O vetor norte concentra o maior número de conjuntos (quinze), distribuídos também de forma pouco concentrada pelos municípios de Ribeirão da Neves, Belo Horizonte, Vespasiano e Santa Luzia. Nesse vetor, porém, é importante notar que há diferenças significativas na distribuição dos conjuntos nas bordas urbanas. No caso de Ribeirão das Neves e Vespasiano, é clara a situação de um transbordamento da mancha urbana de Belo Horizonte invadindo esses municípios, criando grandes áreas urbanizadas dentro dos seus limites, descolados das sedes que encontram-se, nos dois casos, mais a norte. No caso de Santa Luzia, diferentemente, há um crescimento de vários núcleos urbanos isolados, incluindo a sede do município que fica mais próxima de Belo Horizonte, que vem se aglutinando e formando áreas cada vez mais adensadas. No primeiro caso, os conjuntos habitacionais identificados parecem se distribuir ao longo da borda principal e no segundo caso, predominantemente ao longo dos eixos viários principais.

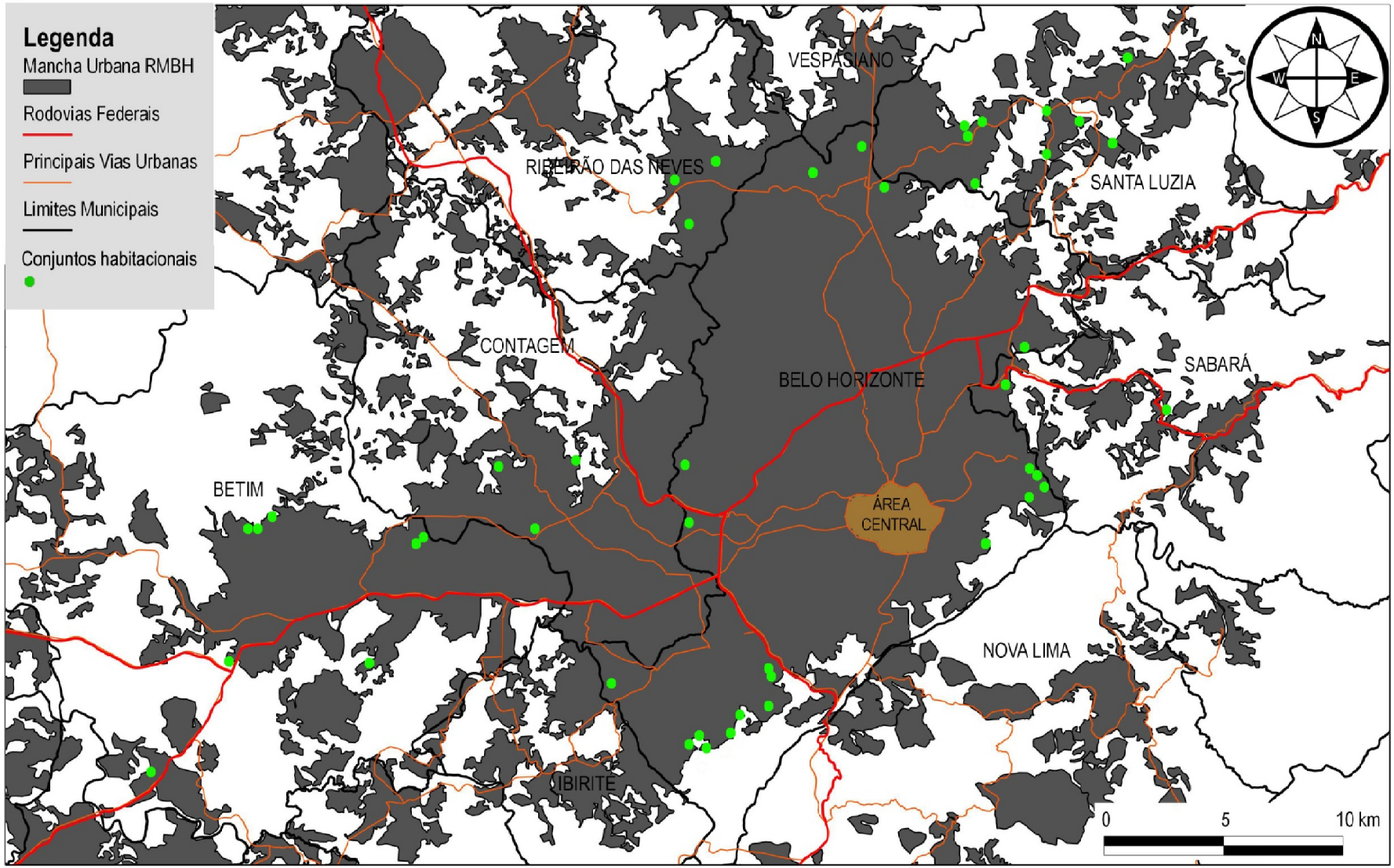


FIGURA 8 – Mapa com o levantamento de conjuntos habitacionais nas bordas das RMBH.
Fonte: Base de dados do PDDI, manipulado pelo autor.

Esse levantamento também permitiu identificar os trechos perimetrais da RBMH que não têm conjuntos habitacionais e refletir por que isso acontece. Há um longo trecho da borda localizado a sul da área central de Belo Horizonte sem nenhum conjunto habitacional. Essas áreas urbanas que incluem a conurbação com o município de Nova Lima são as áreas mais nobres da cidade em termos imobiliários, ocupadas predominantemente pelas camadas sociais mais altas. São áreas, portanto, onde é mais alto o preço da terra, o que inviabiliza a construção de conjuntos habitacionais populares. As exceções à essa regra são os conjuntos habitacionais de interesse social que poderiam ser construídos no caso de projetos de reurbanização de favelas[15]. Há um outro trecho da borda urbana onde praticamente não há grandes conjuntos habitacionais, nos municípios de Betim e Contagem, no vetor sul da mancha que se estende no sentido leste-oeste. Nessas áreas praticamente não há conjuntos habitacionais porque elas são ocupadas predominantemente por indústrias nos dois municípios, constituindo uma espécie de distrito industrial linear que foi sendo formado quase continuamente ao longo da rodovia BR-381. Nessas áreas há grandes indústrias como a Fiat e a REGAP, que atraíram pequenas e médias fábricas para o seu entorno imediato. Há também indústrias de médio porte de outros setores (eletrônica, alimentos, construção civil)[16]. Por fim, há um longo trecho da borda urbana no vetor noroeste onde não foram encontrados grandes conjuntos habitacionais. Essa área é caracterizada predominantemente pela presença, no município de Contagem, do CEASA às margens da rodovia BR-040, além de alguns empreendimentos ligados a ele no entorno. Há também diversas pequenas indústrias ao longo dessa borda urbana no município de Contagem em direção a Ribeirão das Neves. Mais a oeste e noroeste, há uma série de chácaras e condomínios de final de semana ao longo da rodovia BR-040. É possível que esses tipos de ocupação tenham barrado até hoje a presença de grandes conjuntos habitacionais nessa área em função da valorização imobiliária que criaram ali.

A partir do primeiro levantamento dos conjuntos habitacionais existentes hoje nas bordas da mancha urbana principal da RMBH foi possível estabelecer um grupo mais reduzido de obras para a pesquisa empírica. Em função das dificuldades de acesso aos dados para uma análise urbana mais aprofundada das áreas no entorno dos conjuntos em diferentes municípios definiu-se um grupo de nove conjuntos habitacionais todos localizados nas bordas urbanas da mancha urbana principal da RMBH, mas ao mesmo tempo dentro dos limites do município de Belo Horizonte. Essa concentração de obras num mesmo município tornou possível aprofundar as análises urbanas em vez de pulverizar os esforços em um número muito grande de obras. Os nove conjuntos escolhidos compõe um panorama bastante diversificado, o que corroborou essa decisão. No âmbito da caracterização dos agentes construtores, há

[15] Já há uma construção ainda em fase inicial, de um conjunto Vila Viva, empreendido pela URBEL/PBH para reurbanização de um trecho da Vila São Bento, parte do Algomerado Santa Lúcia, às margens da rodovia BR-356, bem no meio do trecho perimetral de alto valor imobiliário mencionado.

[16] Os relatos dos moradores dos conjuntos habitacionais do Barreiro revelaram indícios de um movimento pendular já relativamente consolidado de pessoas que moram nesses conjuntos e trabalham nas áreas industriais de Contagem e Betim aqui citadas. Esse movimento pendular na RMBH poderia ser descrito como um fluxo de deslocamento diário periferia-periferia, já que essas pessoas não pareceram ter nenhum vínculo territorial cotidiano com as áreas centrais de Belo Horizonte.

no grupo quatro conjuntos habitacionais de interesse social e cinco conjuntos populares. Em termo de distribuição territorial, há quatro conjuntos na região do Barreiro no limite com a área de interesse ambiental da Serra do Rola Moça e outro também no Barreiro, mas próximo da divisa com Ibirité, num total de cinco conjuntos no vetor sul. Há dois conjuntos no vetor oeste, próximos da divisa com o município de Contagem. Há ainda um conjunto no vetor norte, próximo à Vespasiano e Santa Luzia e um conjunto no vetor Leste, na divisa com Sabará. Em relação às áreas confrontantes, há no grupo dos nove conjuntos situações de áreas de interesse ambiental, áreas de cultivo agropecuário e áreas de mineração. Há até um caso de limite com um aterro sanitário o que gerou situações socioambientais muito específicas. Em relação à idade dos conjuntos, o grupo criado contém desde exemplares construídos no início dos anos de 1980 até conjuntos inaugurados na década de 2000. Todos esses fatores pareceram demonstrar que o grupo definido com os nove conjuntos habitacionais continha uma diversidade de situações que poderia gerar análises comparativas ricas e pertinentes para a busca de respostas sobre situações de vulnerabilidade socioambiental nesses equipamentos urbanos.

A pesquisa empírica com os nove conjuntos, mostrada a seguir, procurou agrupa-los por região. Será apresentado inicialmente o conjunto que fica na região leste (1 - Granja de Freitas II). Em seguida os cinco conjuntos no Barreiro (2 -Flávio de Oliveira, 3 - Pongelupe, 4 - Atenas/Esparta/Egeu, 5 - Águas Claras e 6 - Conquista da União). Depois os dois conjuntos na região noroeste (7 - Via Expressa e 8 - Califórnia II) e por fim o conjunto que fica na região norte de Belo Horizonte (9 - Serra Verde). A opção por apresentar as pesquisas sobre os nove conjuntos por região foi feita considerando que, como há sobreposições entre as áreas urbanas de análise dos conjuntos numa mesma região, e consequentemente pontos em comum, seria importante apresentar os dados desses conjuntos vizinhos em sequência para facilitar a leitura dessas informações e mostrar como acontecem essas sobreposições das áreas de influência dos grandes conjuntos nos bairros adjacentes a eles (FIG 9). Para facilitar alguns procedimentos da pesquisa empírica, foi adotado o código CH (conjunto habitacional) associado ao número de cada conjunto (CH1, CH2, CH3, etc).

As áreas onde se localizam os nove conjuntos habitacionais pesquisados correspondem às áreas com menor renda familiar média do município (FIG 10) e com maiores índices de segregação social[17] (FIG 11).

[17] Para um aprofundamento sobre a metodologia da avaliação de segregação socioespacial, ver: Ribeiro e Garcia (2005).

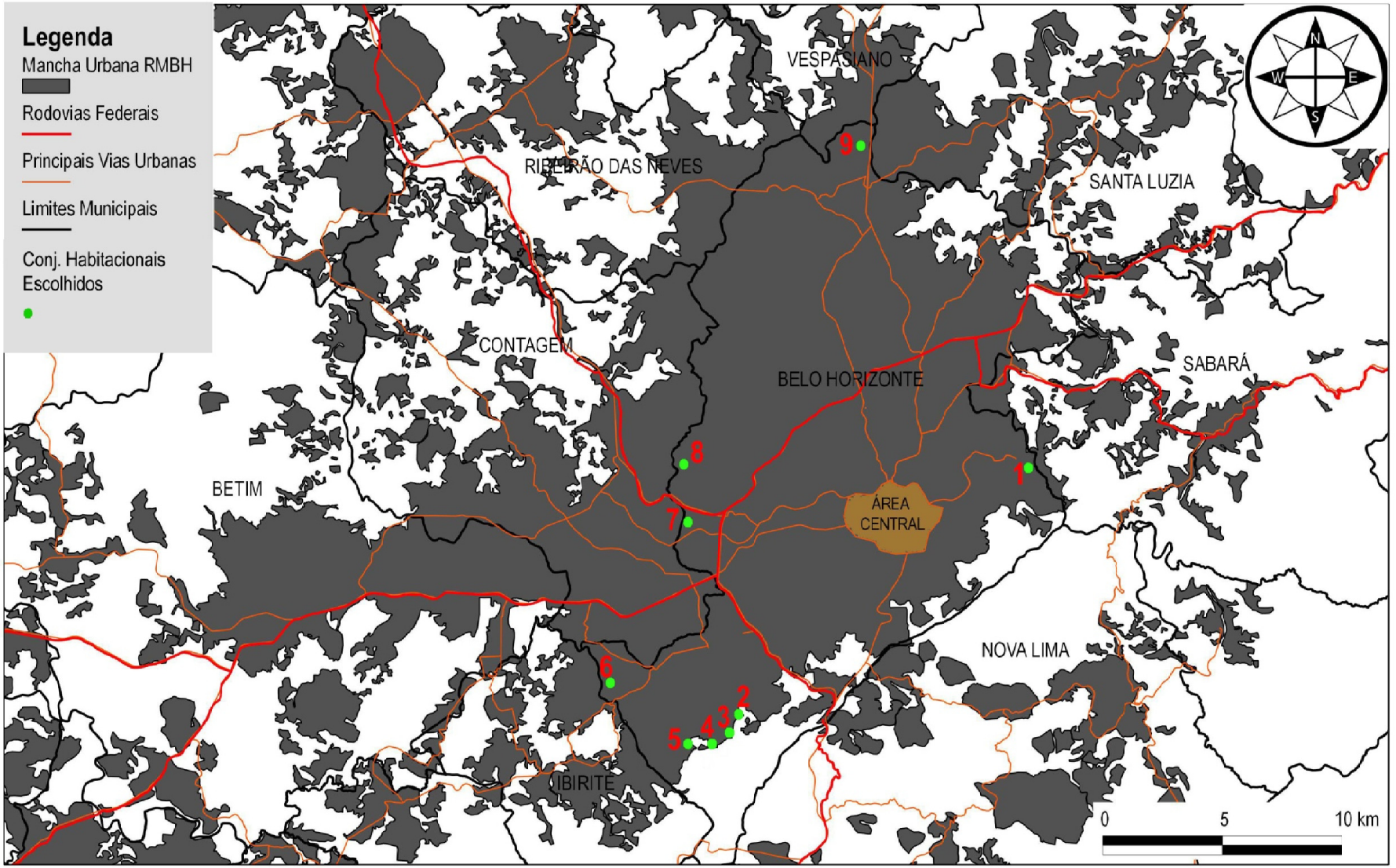


FIGURA 9 – Mapa com os conjuntos habitacionais selecionados para a pesquisa.
Fonte: Base de dados do PDDI, manipulado pelo autor.

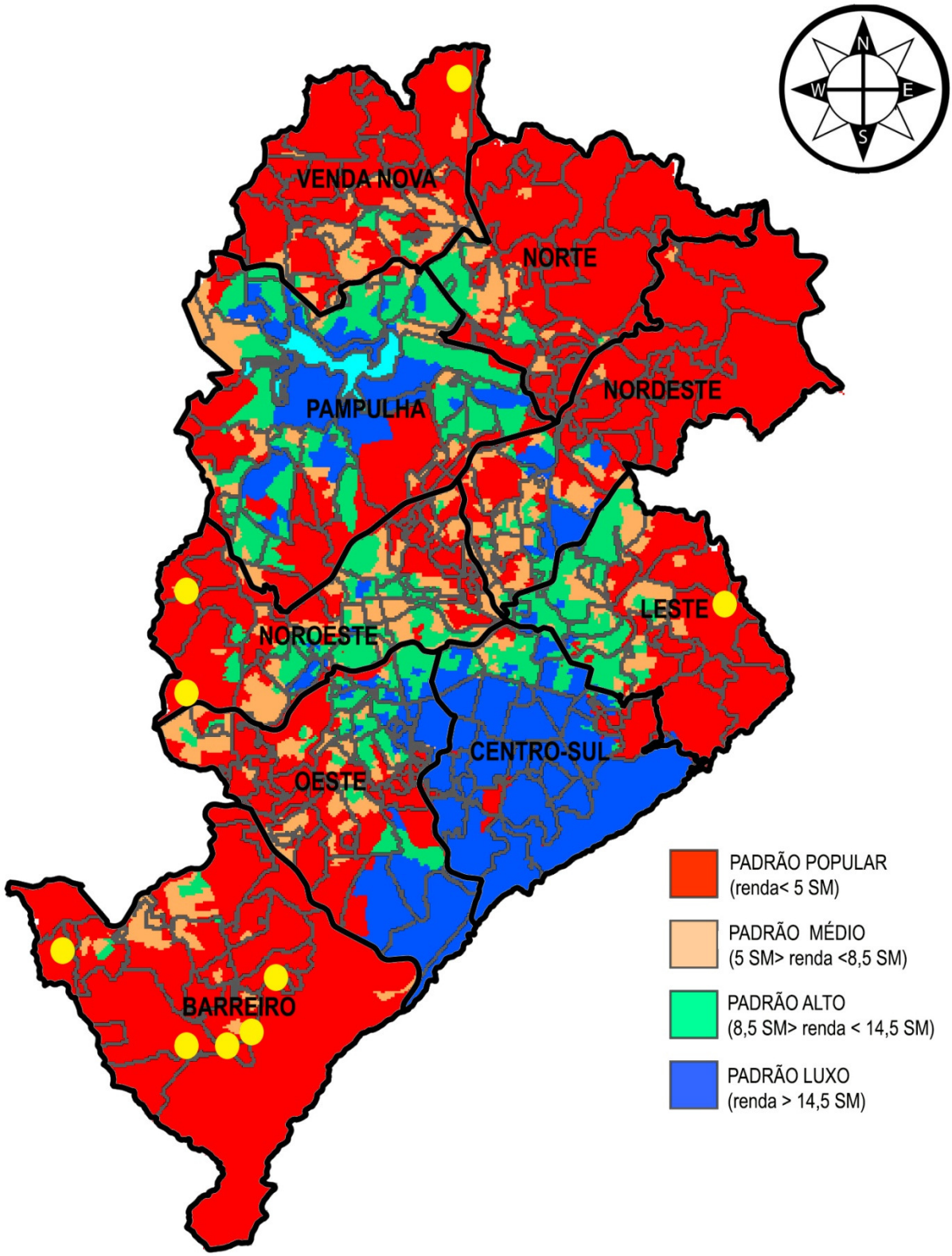


FIGURA 10 – Mapa com os nove conjuntos selecionados em relação à distribuição de renda em por bairro (padrão)
Fonte: IPEAD/FACE-UFMG , manipulado pelo autor.

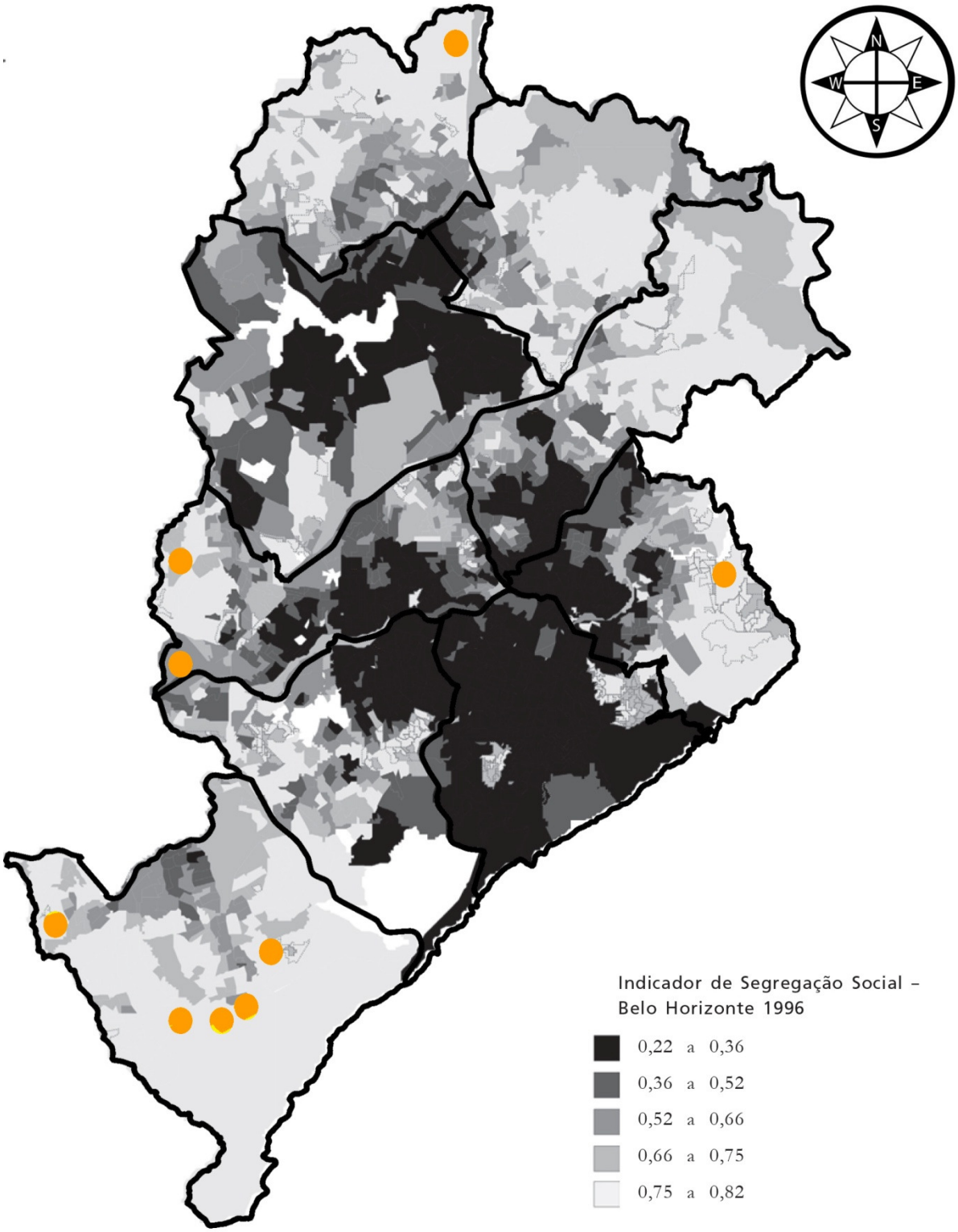


FIGURA 11 – Mapa com os nove conjuntos selecionados em relação à distribuição da segregação social.
Fonte: Ribeiro, Garcia (2001), manipulado pelo autor.

Os dados levantados pela pesquisa empírica em cada um dos nove conjuntos serão apresentados a seguir da seguinte forma:

A introdução é feita com ajuda de uma ficha com informações gerais sobre o conjunto trazendo sua contextualização geográfica e urbana. A seguir é apresentado um texto que trata da sua contextualização histórica e é sucedido por um mapa que mostra o contexto urbano em que se situa o conjunto.

Em seguida os dados obtidos nas pesquisas de campo, coleta de dados estatísticos e entrevistas com os moradores são apresentados em seis campos temáticos:

1 – A **caracterização da borda** onde o conjunto se situa é apresentada recuperando a história da sua formação por meio de fotos aéreas dos últimos vinte e cinco anos. Os objetivos principais são identificar o grau de dinamismo da borda urbana onde o conjunto se situa e identificar as características de fronteira urbana ou de limiar urbano nessa borda;

2 – O **perfil dos moradores** do conjunto é apresentado em linhas gerais, com base em dados socioeconômicos. Do censo de 2010 são apresentados dados sobre raça, faixa etária e tipo de ocupação das moradias, na comparação com os moradores do entorno do conjunto habitacional e também em termos de distribuição percentual interna do conjunto. Dados da PBH sobre renda familiar média por bairro também são apresentados a fim de caracterizar os grupos preponderantes por faixa de renda[18];

3 – **A estrutura intraurbana** do conjunto e do seu contexto imediato é então avaliada, a partir de dados sobre a infraestrutura urbana e as redes de comércio e serviços levantadas em campo, nas conversas com os moradores e com os dados da PBH. Os dados sobre o IQVU também são utilizados para ajudar a caracterizar qualitativamente essa estrutura;

4 – O **projeto urbano** do conjunto é analisado, em relação às soluções de desenho viário e às soluções de implantação, tentando verificar o grau de abertura à apropriação dos moradores e integração com a cidade que possuem;

5 – Um quadro geral sobre a **condição socioambiental** do conjunto e do seu entorno é então apresentado, com base nos relatos dos moradores, nos dados da PBH e nas visitas de campo;

6 – Por fim, o nível de **organização social e ecopolítica** dos moradores do conjunto é discutido, tomando como base os relatos dos próprios moradores e os dados da PBH sobre obras do OP no entorno dos conjuntos.

[18] Os dados são apresentados em relação à classificação de classe social por renda familiar média utilizada pelo IBGE apenas para facilitar a comparação entre os conjuntos, já que uma discussão mais aprofundada sobre as "classes sociais" que habitam os conjuntos e sobre o valor desse tipo de classificação por renda será empreendida no capítulo 6.

5.1 – CONJUNTO GRANJA DE FREITAS II



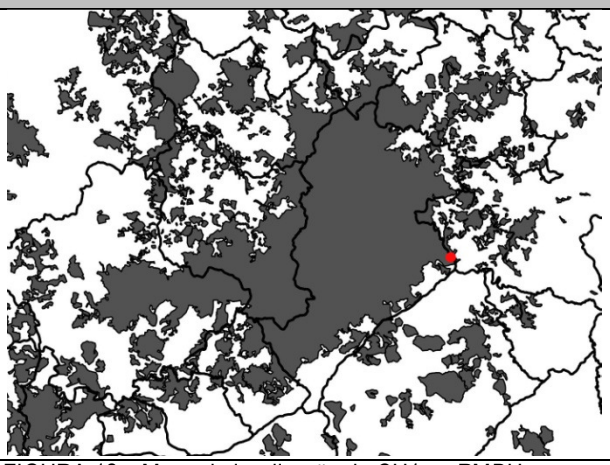
CH1	GRANJA DE FREITAS II
	CIDADE: BELO HORIZONTE REGIONAL: LESTE DATA (INAUGURAÇÃO): 2001 NATUREZA DO EMPREENDIMENTO: PÚBLICO AGENTE EMPREENDEDOR: URBEL/PBH

FIGURA 12 - Mapa de localização do CH1 na RMBH.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PDDI.



FIGURA 13 - Foto aérea do CH 1 (destacado em vermelho).
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor

-

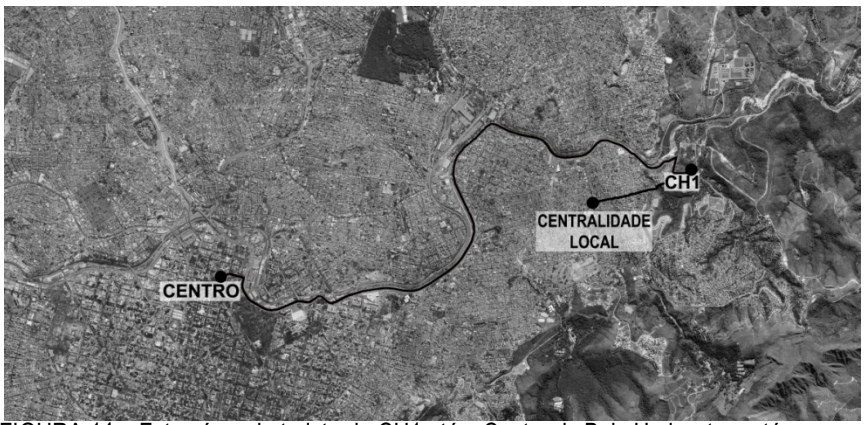


FIGURA 14 - Foto aérea do trajeto do CH1 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima.
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor.

DISTÂNCIAS:

ATÉ O CENTRO
Praça Sete de Setembro
8,6 Km
TRAJETO:
Av. dos Andradas
Av. Amazonas

ATÉ A CENTRALIDADE LOCAL MAIS PRÓXIMA
Vera Cruz
1,3 Km



FIGURA 15 – Mapa da situação urbana do CH1 (área de análise). Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

Toda a área onde foram e continuam sendo construídas as diversas fases do conjunto Granja de Freitas conforma uma situação espacial particular, que merece ser destacada em primeiro lugar. A noção de um conjunto habitacional construído na borda do tecido urbano de uma metrópole pressupõe um assentamento construído dentro da mancha urbana, no seu limite com a área não urbanizada. No caso do conjunto Granja de Freitas, a implantação se deu fora da mancha urbana, mas próximo a ela, numa gleba parcelada onde havia antes a fazenda da família Freitas, de onde veio o seu nome. Dessa situação específica de implantação decorrem várias características particulares do conjunto, tanto positivas quanto negativas. Para quem chega de ônibus ou de carro, a sensação é a de "sair da cidade" e depois "entrar nela novamente", já que a rua de acesso (rua trezentos e vinte e oito) não conecta diretamente o conjunto ao bairro mais próximo, o bairro Alto Vera Cruz.[1] A situação espacial do conjunto Granja de Freitas configura uma clara desarticulação de toda a sua porção territorial em relação à cidade consolidada. O córrego que corre no sentido sul-norte entre o conjunto e o bairro Alto Vera Cruz (Córrego Santa Tereza ou Córrego Freitas), reforça essa desconexão com a cidade, menos pelo curso d'água em si e mais pela morfologia do terreno nessa área, caracterizada por um vale consideravelmente íngreme. O conjunto fica, portanto separado da cidade pelo desenho urbano e pelo relevo do sítio em que foi construído. Por isso, no conjunto Granja de Freitas, tem-se a impressão não de se estar no fim da cidade, mas depois dele.

5.1.1 – CARACTERIZAÇÃO DA BORDA

A borda urbana onde se localiza o conjunto Granja de Freitas II pode ser caracterizada como uma borda com alto grau de dinamismo, o que é mostrado nas fotos aéreas que registram as mudanças por que passou essa área nos últimos vinte e cinco anos. Nas fotos de 1989 e 1994 é possível perceber os bairros Casa Branca, ao norte e Alto Vera Cruz, ao oeste já em processo de consolidação. Já no caso do Taquaril, ao sul, a foto aérea de 1989 mostra uma ocupação ainda incipiente nas áreas que hoje conformam o limite entre o bairro e o conjunto Granja de Freitas. A foto seguinte, de 1994 já mostra o Taquaril com sua conformação e limites atuais. Os registros do século passado mostram ainda o trecho final do Ribeirão Arrudas no município de Belo Horizonte ainda em leito natural, antes da canalização.

A mais importante transformação urbana nessa borda também ocorre na virada do século e pode ser percebida pela implantação das primeiras fases do conjunto Granja de Freitas, entre a ocupação autoconstruída do Alto Vera Cruz e as habitações unifamiliares na divisa com o município de Sabará, no vale do córrego Olaria. É possível perceber que o sistema viário principal do conjunto já estava implantado em 1989, incluindo a rua São Vicente. Entre a foto de 2006 e a foto de 2009 é possível ver novas fases de implantação do conjunto (Granja V, VI, VII) na porção sul do conjunto, bem como a construção dos galpões de reciclagem da PBH/SLU.

[1] Durante a pesquisa de campo, a obra que promoveu a pavimentação da rua Leopoldo Gomes, no trecho entre as ruas João Soares de Sena e rua São Vicente ainda estava sendo concluída.



FIGURA 16 – Foto aérea do CH1 em 1989. Fonte: PBH.



FIGURA 17 – Foto aérea do CH1 em 1994. Fonte: PBH.



FIGURA 18 – Foto aérea do CH1 em 2006. Fonte: Google Earth.



FIGURA 19 – Foto aérea do CH1 em 2009. Fonte: Google Earth.



FIGURA 20 – Foto aérea do CH1 em 2011. Fonte: Google Earth.



FIGURA 21 – Foto aérea do CH1 em 2013. Fonte: Google Earth.

Outra importante transformação que ocorreu nessa borda ao longo de vinte e cinco anos foi a recomposição da cobertura vegetal nas áreas não urbanizadas dentro do conjunto Granja de Freitas, principalmente nos fundos de vale, o que foi possível graças ao plano diretor de ocupação do conjunto que ordenou a implantação de suas fases preservando as áreas das nascentes e córregos. As fotos dos anos de 1980 e 1990 mostram todas as áreas não urbanizadas do conjunto e também as áreas ao leste, já no município de Sabará, completamente antropizadas, provavelmente pelo uso agrícola. É possível perceber a recomposição vegetal dessa área principalmente a partir de 2006. A última foto aérea, de 2013 registra áreas vegetadas predominando sobre as áreas construídas no conjunto e entorno oriental. Houve, portanto, uma renaturalização do território, que ocorreu paralelamente ao seu adensamento habitacional de baixa renda. Natureza e construção se interpenetram no território do conjunto habitacional constituindo um tipo de transição que poderia ser caracterizado, a princípio, mais como um limiar (*Schwelle*) do que como uma fronteira (*Grenze*). A presença de um CEVAE em uma dessas áreas de preservação de fundo de vale reforça o caráter de uma transição em que atividades "rururbanas" são desenvolvidas graças à situação de um espaço limiar com áreas construídas (ruas, prédios) mescladas por áreas *non aedificandi* na mesma proporção. Entre 2002 e 2006 parecem ter sido ocupadas as últimas grandes áreas não construídas nos bairros em volta do conjunto e de lá pra cá a ocupação urbana nessa borda parece ter se estabilizado perdendo parte do dinamismo dos anos anteriores.

Segundo os relatos dos moradores, as áreas não urbanizadas a leste do córrego Olaria, já no município de Sabará pertencem a empresas mineradoras. Em relação à essa atividade, que se estende a partir desse território na direção leste adentrando o chamado "quadrilátero ferrífero", é importante registrar que há aí um marco simbólico importante nas ruínas da Ferrovia do Aço, obra de infraestrutura de transporte para escoamento da produção da mineração, iniciada no governo militar e que nunca foi concluída. Há enormes pilares de concreto no fundo do vale do ribeirão Arrudas poucos metros depois do conjunto Granja de Freitas, que sustentariam a linha férrea que passaria paralela ao córrego Olaria. Há também uma sequência de túneis que fariam essa mesma linha férrea chegar até Nova Lima.

5.1.2 – PERFIL DOS MORADORES

Dados do censo 2010 do IBGE, da PBH e de uma pesquisa de preços dos imóveis a venda serviram de base para uma caracterização geral dos moradores do conjunto Granja de Freitas. Com relação à renda familiar média, é possível verificar, com base nos dados da PBH de renda por bairro, que no bairro Granja de Freitas há um numero significativo de famílias nas três menores faixas de renda (de 0 a 0,5, de 0,5 a 1 e de 1 a 2 salários mínimos), o que quer dizer, um predomínio de pessoas da classe E. Há um número intermediário de famílias na faixa de renda entre 2 e 5 salários mínimos (classe D), poucas famílias na faixa entre 5 e 10 salários mínimos (classe C) e pouquíssimas famílias acima dessas faixas. Isso pode ser explicado em parte pela composição das famílias que foram selecionadas para morar no conjunto. Como acontece em outros conjuntos habitacionais criados pela URBEL, foram abrigados três grupos de famílias no conjunto Granja de Freitas: as que se inscreveram no Orçamento Participativo Habitacional (OPH) e esperaram a disponibilização

de uma moradia; as que foram removidas de áreas de risco em diferentes áreas da cidade; famílias de moradores de rua cadastradas nos programas sociais da prefeitura. Importante notar que a população nas três menores faixas de renda residente no conjunto Granja de Freitas não é mais numerosa do que a população com a mesma renda nos assentamentos autoconstruídos vizinhos Alto Vera Cruz e Taquaril.

Os dados do censo 2010 consideram dois setores censitários abrangendo toda a área do conjunto Granja de Freitas. Eles revelam um número muito grande de pardos e negros no conjunto Granja de Freitas, bem acima das médias municipal e nacional, em termos proporcionais em relação à população como um todo. Também em termos absolutos, há no conjunto muito mais pardos e negros do que no seu entorno imediato. A população branca do conjunto não difere muito do seu entorno em termos absolutos, mas proporcionalmente, considerando os setores censitários do conjunto, é muito menor do que as demais se comparada às proporções do município e do país.

Em relação à faixa etária dos moradores, há uma diferença entre os dois setores censitários. O setor que inclui a Vila da Área tem uma população de crianças e jovens muito maior, em números absolutos. Já o outro setor censitário tem populações de jovens e crianças com números semelhantes às dos bairros vizinhos. Considerando-se os dois setores juntos, o conjunto habitacional como um todo tem um número proporcional de crianças um pouco acima da média municipal e da média nacional e um número proporcional de jovens muito acima dessas mesmas médias. Por consequência, adultos e idosos no conjunto Granja de Freitas estão abaixo da média municipal e da média nacional em termos proporcionais.

Os dados do IBGE revelam ainda um número de domicílios próprios e alugados abaixo dos bairros do entorno e um número muito grande de domicílios cedidos. Em termos proporcionais, essa particularidade fica ainda mais evidente. Os domicílios cedidos predominam largamente no conjunto sobre os próprios e alugados, muito diferentemente do que acontece, em termos percentuais, na cidade de Belo Horizonte, e no Brasil.

A pesquisa realizada com base em UHs do conjunto Granja de Freitas à venda no mercado imobiliário formal revelou uma variação muito grande nos seus preços, na ordem de 140%. Esse fato foi compreendido após os relatos dos moradores e algumas entrevistas com agentes sociais que atuam na área como um efeito colateral da presença de tráfico de drogas em certos blocos do conjunto, o que desvaloriza algumas UHs em relação a outras e cria situações em que moradores têm que vender suas moradias em pouco tempo para sair do conjunto rapidamente.

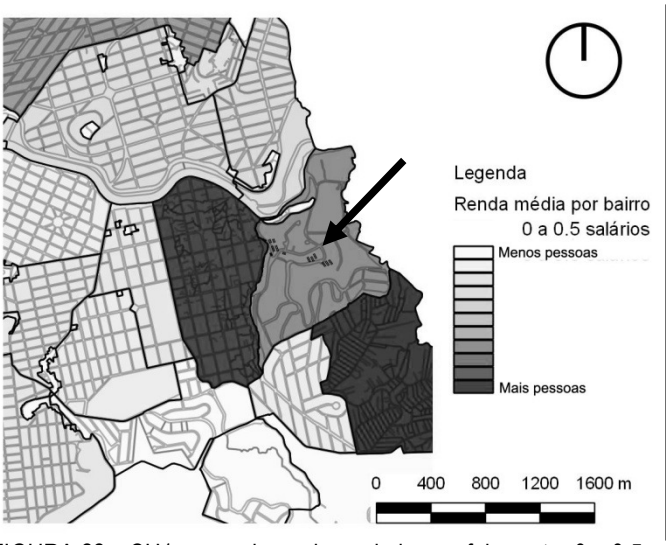


FIGURA 22 – CH1: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

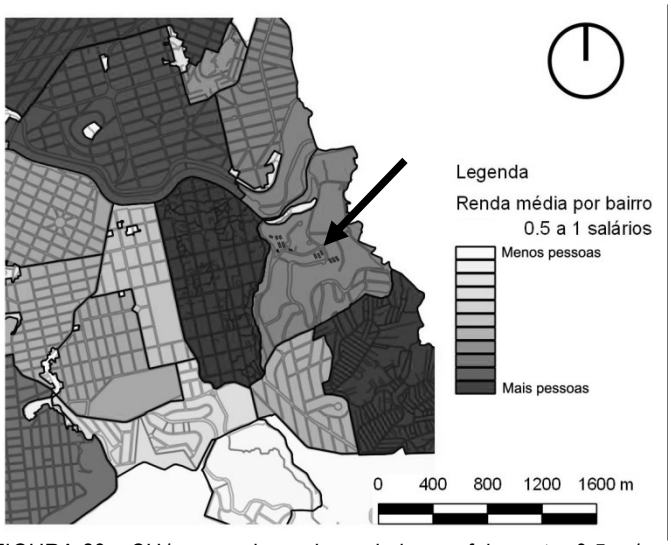


FIGURA 23 – CH1: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

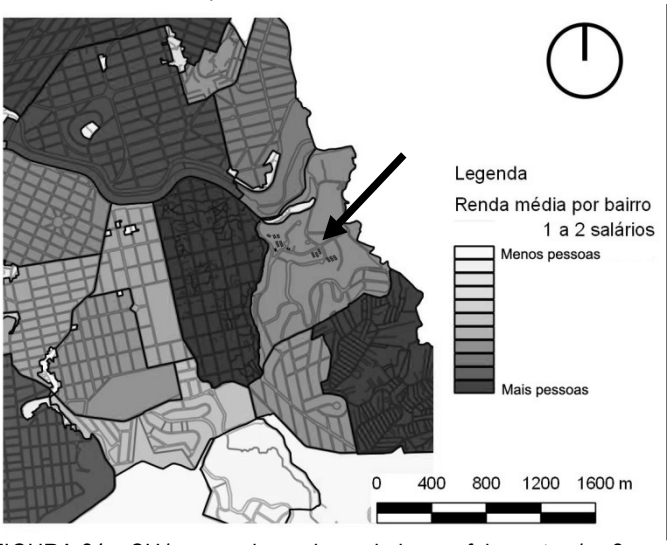


FIGURA 24 – CH1: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

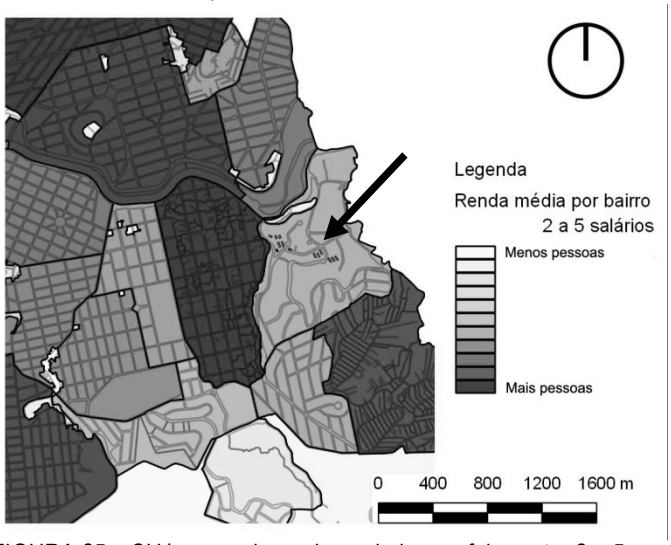


FIGURA 25 – CH1: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

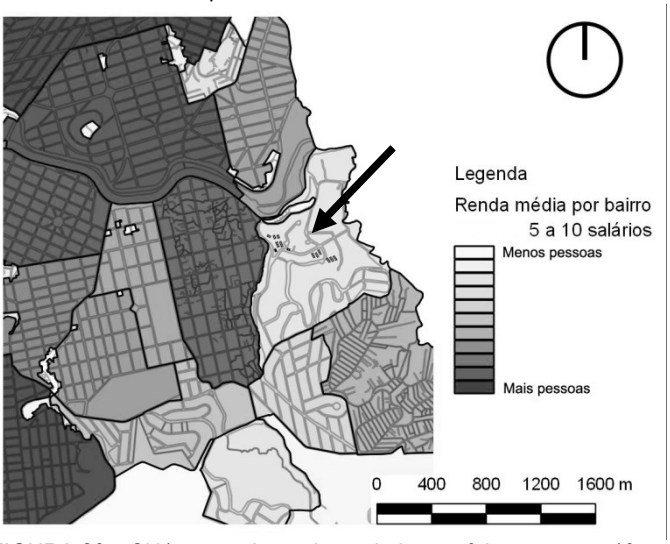


FIGURA 26 – CH1: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

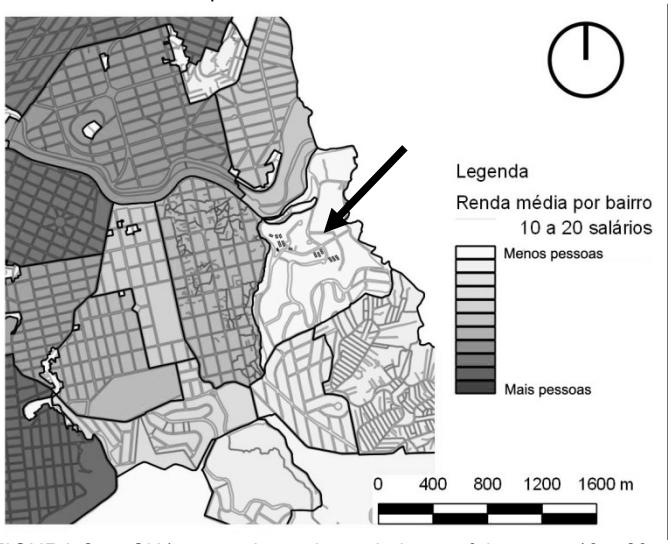


FIGURA 27 – CH1: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 28 – CH1: mapa com a população de raça parda por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor



FIGURA 29 – CH1: mapa com a população de raça branca por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 30 – CH1: mapa com a população de raça negra por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 31 – CH1: mapa com a população de raça amarela por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

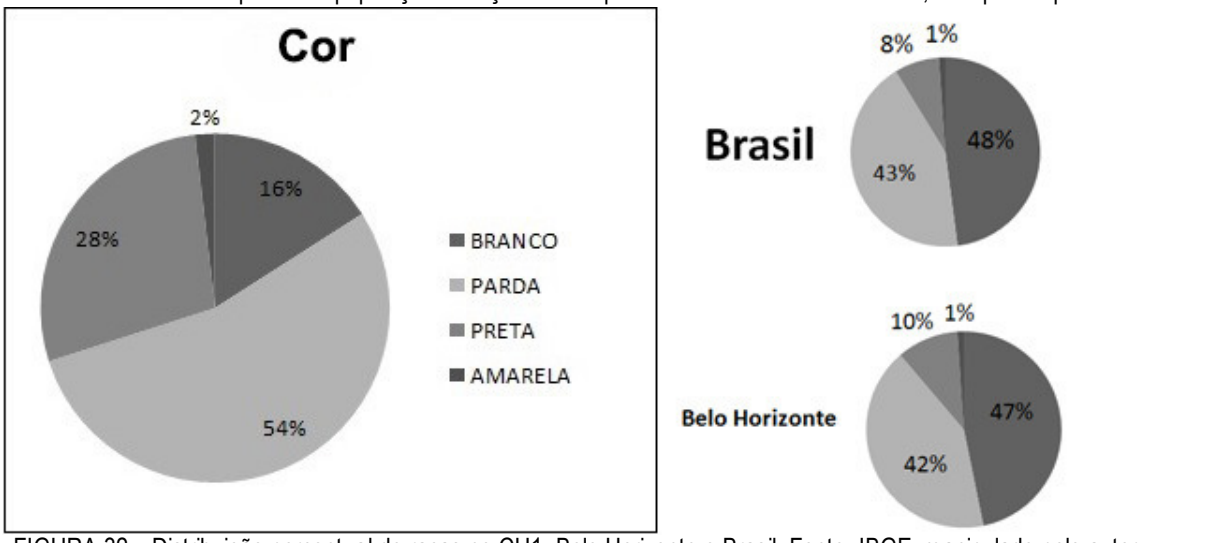


FIGURA 32 – Distribuição percentual de raças no CH1, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 33 – CH1: mapa com a população até 9 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 34 – CH1: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 35 – CH1: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

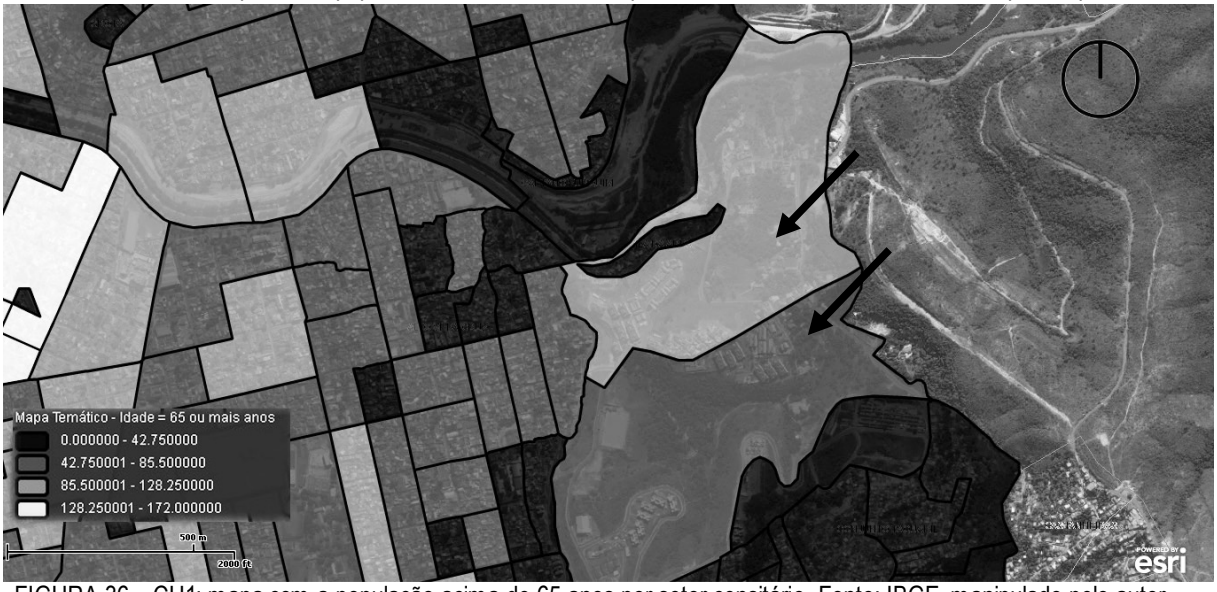


FIGURA 36 – CH1: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

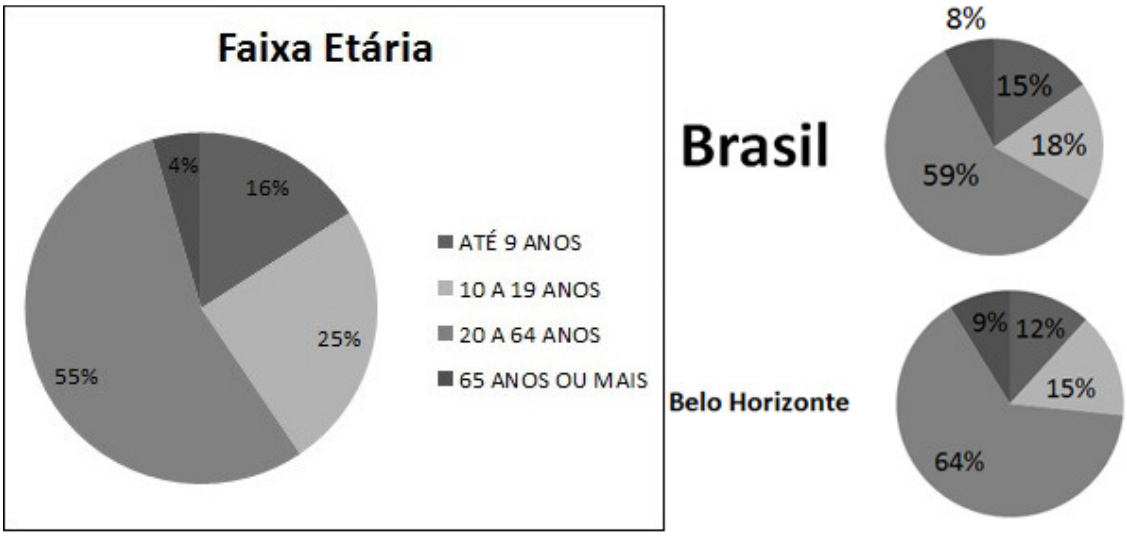


FIGURA 37 – Distribuição percentual de faixas etárias no CH1, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 38 – CH1: mapa com as moradias próprias por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

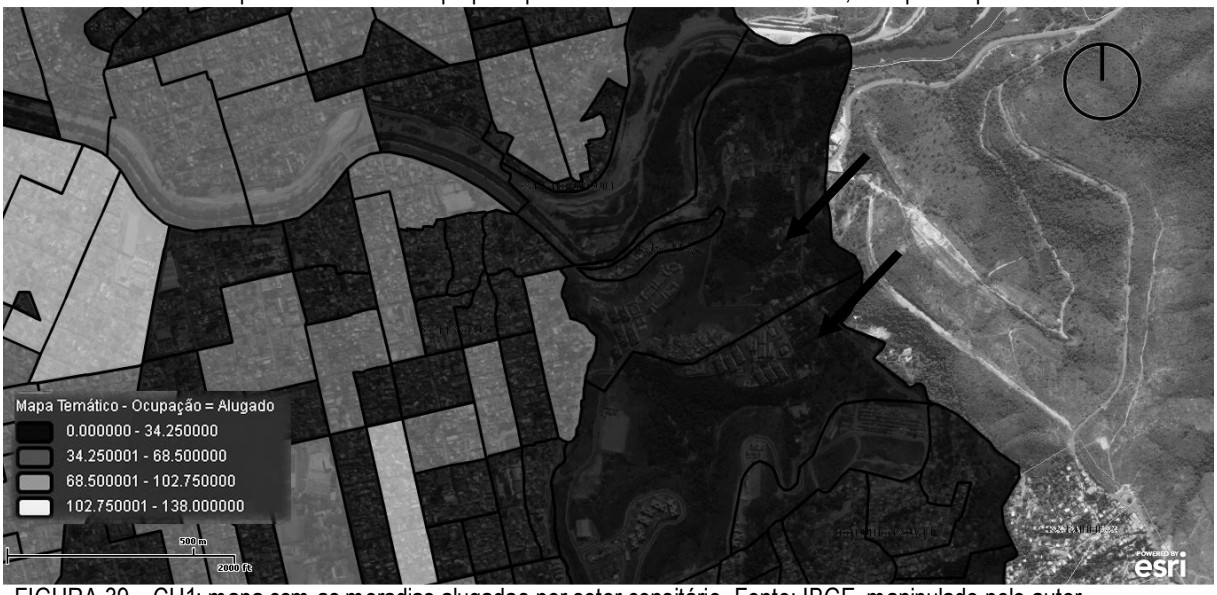
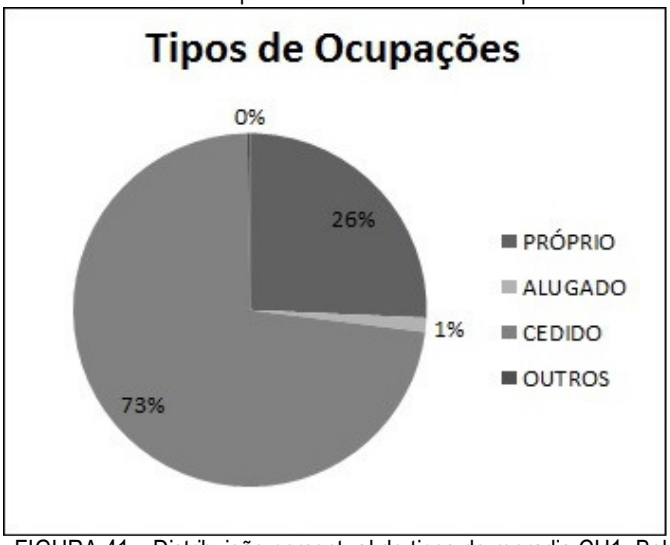


FIGURA 39 – CH1: mapa com as moradias alugadas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 40 – CH1: mapa com as moradias cedidas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



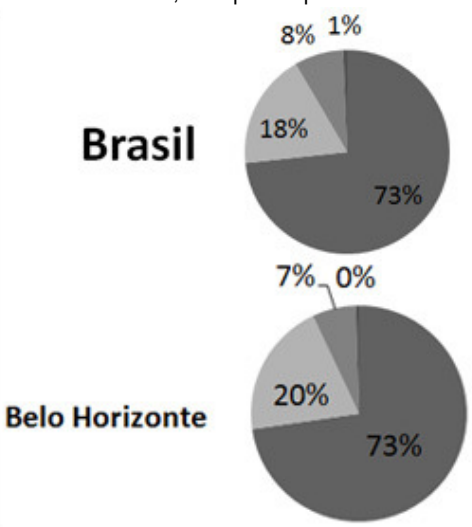
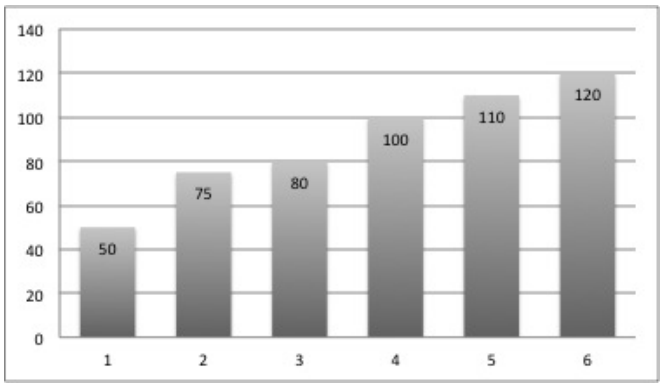


FIGURA 41 – Distribuição percentual de tipos de moradia CH1, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



DOIS QUARTOS
(em mil reais)

VALOR MÁXIMO: 120

VALOR MÍNIMO: 50

VALOR MÉDIO: 89,16

VARIAÇÃO: 140%

GRÁFICO 1 - Variação nos preços de apartamentos de dois quartos do CH1.
Fonte: Elaborado pelo autor

5.1.3 – ESTRUTURA INTRAURBANA

O levantamento de campo no conjunto Granja de Freitas encontrou uma infraestrutura urbana em boas condições, o que se deve, em parte, a pouca idade do conjunto.

QUADRO 3 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH1

Infraestrutura	Verificação	Condição de funcionamento
Sistema de água	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema de esgoto	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema de drenagem	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema energia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema telefonia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Iluminação pública	Implantado em todas as áreas	Insuficiente em alguns trechos arborizados.
Vias urbanas	Implantado em todas as áreas	Bom estado geral. Alguns buracos na rua São Vicente.
Calçadas	Implantado em todas as áreas menos em um trecho da rua São Vicente (campo).	Largas. Bom estado geral da pavimentação.
Arborização urbana	Implantado em todas as áreas	Vários canteiros vazios sem reposição.
Mobiliários urbanos	Implantado na rua São Vicente	Bancos de concreto e pontos de ônibus.

A desarticulação urbana do conjunto Granja de Freitas traz algumas dificuldades para seus moradores especialmente em relação ao transporte e ao comércio. Com relação ao transporte, o levantamento indicou como maior problema a falta de opções (duas linhas). Já com relação ao comércio, pôde-se perceber que o comércio informalmente instalado ao logo do conjunto Granja de Freitas I é insuficiente para atender às demandas dos moradores. Há uma mercearia, alguns bares, lanchonetes, salões de beleza, mas não há nenhum tipo de comércio de médio ou grande porte. Com relação aos espaços públicos de lazer e esportes, o conjunto pareceu ser bastante carente. Há playgrounds e áreas de lazer dentro da UMEI, mas eles não são abertos para os moradores. Há também um grande campo de futebol de terra batida na rua São Vicente mas que encontra-se cercado e parece ser controlado por uma associação. Há crianças e jovens brincando e jogando futebol o dia todo na via transversal à Rua São Vicente (sem nome) que dá acesso ao conjunto Granja de Freitas III. Há uma quadra pintada sobre o asfalto num trecho mais largo da via, que parece ter sido um *cul-de-sac* antes de a via ser estendida para a construção do conjunto Granja de Freitas III. Porém, os ônibus usam essa área para manobrar e retornar em vez de usarem o novo *cul-de-sac* um pouco mais adiante. Quando isso acontece, as crianças tem que parar o jogo e esperar a manobra do ônibus, como pôde ser observado. Há também uma outra quadra desenhada informalmente no asfalto no outro *cul-de-sac*, construído no fim da via transversal à Rua São Vicente (sem nome) entre as fases I (prédios azuis) e II (prédios vermelhos) do conjunto Granja de Freitas II. Porém, essa "quadra informal" pareceu ser menos usada pelos moradores do que a primeira. O levantamento de campo ainda constatou a existência de uma UMEI e uma escola de ensino fundamental na área do conjunto. O centro de saúde na rua São Vicente encontrava-se bastante cheio em todos os horários visitados e por isso pareceu ser muito utilizado pelos moradores.

Na visão dos moradores não há grandes problemas com a infraestrutura urbana do conjunto e eles se mostraram satisfeitos com o que tem nesse sentido[2]. As queixas relacionadas a esse tema se concentraram na pavimentação das vias e das calçadas, confirmando o que o levantamento de campo apontara.

QUADRO 4 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH1

Área	Aspectos	Principais pontos da fala dos moradores
Infraestrutura Urbana	Sistema abastecimento água	Não há casos de desabastecimentos
	Sistema esgoto	Parecem ter sido muito bem construídos
	Sistema drenagem	Parecem ter sido muito bem construídos
	Sistema energia	Havia muitas interrupções, mas está melhorando
	Sistema telefonia	É bom
	Iluminação pública	É seguro andar pelas ruas de madrugada
	Pavimentação vias	Muitos buracos causados pelo trânsito intenso A prefeitura demora muito para consertar
	Calçadas	Nunca foram reformadas desde a construção
Qualidade Urbana	Comércio	Não há quase nada no conjunto Comércio de maior porte está muito longe (2 a 3 km)
	Serviços Saúde	É bom mas não dá mais conta da demanda
	Serviços de Educação	Novas construções atenderão a demanda atual A demanda dos novos prédios não será atendida
	Espaços de Lazer e esportes	Só há espaços de lazer e praças improvisados
	Serviço de varrição/capina	Não acontece com frequência
	Transporte público e mobilidade	Caro (faz trajeto de circular com preço de bairro) Poucos carros – intervalos muito grandes Poucas linhas (duas sendo uma intermunicipal)

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

A visão dos moradores a respeito das questões relacionadas à qualidade de vida urbana amplifica as informações do levantamento. Durante toda a entrevista, as questões ligadas ao comércio e ao serviço de transportes foram aquelas que despertaram o maior número de manifestações negativas dos moradores reforçando o que as visitas ao conjunto já tinham sugerido. A discussão desse grupo de questões com os moradores trouxe informações que o levantamento de campo e a base de dados da prefeitura não poderiam revelar, em relação à como funcionam de maneira precária os serviços públicos. A fala dos moradores indicou também uma preocupação com os serviços básicos de educação e saúde oferecidos pela prefeitura em relação ao constante aumento de moradores no conjunto com a construção de novas fases. Apesar das obras que estão em andamento de uma nova escola e uma ampliação da UMEI, os moradores acham que o aumento da oferta vai ser suficiente apenas para resolver o excesso de demanda atual, mas não a que irá surgir com a construção das novas fases do conjunto. Na entrevista, ficou claro que para eles, a oferta de

[2] Entrevistas completas com os moradores: ver Anexos 1.1 e 1.2.

serviços públicos por parte da prefeitura está sempre defasada em relação à demanda: "a prefeitura coloca as pessoas aqui e só depois vai correr atrás de fazer escolas e postos de saúde".

Os dados da PBH em relação à infraestrutura urbana confirmam as informações obtidas através das entrevistas e do levantamento de campo. Há redes cadastradas em todas as vias do conjunto devidamente instaladas dentro dos padrões. O mapa de redes de esgoto e água[3] mostra que toda a área do conjunto Granja de Freitas II possui as duas redes, assim como os bairros mais consolidados a norte e a oeste. Mesmo na área de ocupação informal do Alto Vera Cruz, a oeste, há redes de água em quase todos os becos e redes de esgoto na maior parte deles. Porém, o mapa revela que nas ocupações formais a leste do conjunto, próximo à divisa com Sabará, há rede de abastecimento de água em todas as ruas, porém só há rede de esgoto em uma delas, a Rua São Vicente, muito provavelmente, considerando-se a topografia, por ser a rede que vem do conjunto Granja de Freitas. Isso significa que todas as moradias ao longo do Córrego Olaria devem ter fossa séptica na melhor das hipóteses, ou têm fossas negras, ou, ainda pior, lançam seu esgoto diretamente nesse curso d'água. O mesmo acontece do outro lado, ao longo do córrego Freitas, onde não há uma rede interceptora de esgoto, segundo o mapa. Como a rua João Soares de Sena, que corre paralela ao córrego, foi urbanizada recentemente, é muito provável que uma rede interceptora de esgoto tenha sido implantada por baixo dela. Mesmo assim, parece haver riscos de contaminação do lençol freático e do curso d'água no caso do córrego Olaria.

O mapa de redes de energia e telefonia mostra um abastecimento amplo da área, incluindo todo o conjunto, a ocupação informal (Alto Vera Cruz) a oeste em seus becos e vielas e todos os bairros do entorno. Como ambas as redes são aéreas e dependem do posteamento, o mapa acaba revelando também que a iluminação pública está presente em toda a área do entorno. Por fim, o mapa de pavimentação de vias e calçadas indica que todas as vias do conjunto e do seu entorno têm pavimentação, mas mostra vários trechos sem calçada. Principalmente, no que afeta a vida dos moradores do conjunto Granja de Freitas II, o mapa indica a ausência de calçadas ao longo da via de acesso ao conjunto, próximo à Vila da Área e também na via que dá acesso do conjunto ao Alto Vera Cruz (a continuação da rua Leopoldo Gomes). De fato esse trecho de via ligando o conjunto ao bairro vizinho foi recentemente implantado e o cadastro da prefeitura pode não ter considerado o calçamento. Nos dois casos o levantamento de campo mostrou que já há calçamento nesses trechos.[4] Nas questões relativas à infraestrutura urbana, as três fontes confirmam que há problemas com relação à pavimentação de vias e calçadas, mas que nos outros aspectos o conjunto encontra-se em boa situação.

Os dados da PBH com relação aos serviços de educação e saúde, áreas de lazer e esportes e sistema de transportes, confirmam as informações do levantamento de campo e da entrevista com os moradores e trazem algumas outras questões. Em primeiro lugar, no mapa com os serviços de educação e saúde, é possível ver que há outro centro de saúde além do que está dentro do conjunto Granja de Freitas, no Alto Vera Cruz.

[3] Os mapas são mostrados sempre ao final do subcapítulo.
[4] No caso da Rua São Vicente nesse ponto, só em um dos lados.

Porém, no sistema territorializado de atendimento básico de saúde da prefeitura as pessoas só podem se dirigir aos centros de saúde que atendem os seus domicílios cadastrados, o que faz com que os moradores do Granja de Freitas não possam usar o centro da saúde do Alto Vera Cruz e vice-versa. Há uma boa oferta de creches conveniadas com a prefeitura no entorno do conjunto, num raio de oitocentos metros, mas devido à sua desarticulação urbana, esse deslocamento não é facilitado. Há boa oferta de escolas no entorno, com várias oferecendo o ensino fundamental e até uma escola de ensino médio. Porém, os dados levantados da última avaliação do IDEB (2011) revelam que todas as escolas do entorno do conjunto Granja de Freitas tem um nível abaixo da média municipal o que em alguns casos, como nas escolas Engenheiro Prado Lopes e Wladimir de Paula Gomes, é bastante crítico.

TABELA 1 – Avaliação das escolas públicas na área do CH1

Nome da Escola	**Abrangência**	**Avaliação do IDEB (2011)**			
		FUNDAMENTAL I		FUNDAMENTAL II	
		Média escola	Média da cidade	Média da escola	Média da cidade
E.M. Dr. Júlio Soares	Fund. I, EJA.	-**	5,8	-	-
E.M. Israel Pinheiro	Pré escola, Fund. I, Fund. II, EJA.	4,5	5,8	4,2	4,2
E.E. Necesio Tavares	Escola com atendimento especializado, Fund. I.	4,8	5,8	-	-
E.E. Engenheiro Prado Lopes	Fund. I, Fund. II, Ens. Médio EJA.	3,4	5,8	2,2	4,2
E.M. Wladimir de Paula Gomes	Creche, Pré escola, Fund. I, Fund. II, EJA.	4,7	5,8	3,5	4,2
E.E. Cel. Vicente Torres Jr.	Fund I., Fund. II.	5,4	5,8	4,5	4,2

** Não houve avaliação
Fonte: Base de dados do INEP (Prova Brasil 2011). Acessado através do site <www.escol.as> em 04/11/2013.

TABELA 2 – Avaliação do centro de saúde na área do CH1

Centro de Saúde	População Total (Censo 2010)	Distribuição da Pop. Total por Faixa de Risco (IVS)				População Total Cadastrada	**No. ESF**	
		ME	EL	MD	BA		Hoje	Ideal
Granja de Freitas	4.601	3.939	662	0	0	5.764	2	2

Dados fornecidos pela Gerência de Assistência/SMSA/PBH
ME: Risco Muito Elevado; EL: Risco Elevado; MD: Risco Médio; BA: Risco Baixo. ESF: Equipes de Saúde da Família.
Hoje: no. de ESF atendendo segundo a SMSA. Ideal: no. de ESF estabelecido pelo planejamento municipal.

Em relação ao Centro de Saúde Granja de Freitas, localizado no conjunto, utilizando-se as informações fornecidas pela secretaria municipal de saúde, comparadas ao que foi estabelecido no plano de "Organização Territorial dos Serviços Municipais de Saúde em Belo Horizonte" (PBH, 2003), é possível perceber que o número atual de profissionais do centro de saúde está de acordo com o que foi preconizado no planejamento municipal, de acordo com a PBH/SMSA e divergindo da opinião dos moradores. É possível perceber também que o foco do atendimento desse risco está na população de índice "muito elevado" de vulnerabilidade social –

e, portanto dificilmente tem outra forma de acesso à saúde – e que a população cadastrada no centro é maior do que a população do território que ele deveria atender, duas questões que apontam na direção da potencial precarização do serviço.

Um olhar sobre o mapa que mostra as áreas de lazer e esportes no conjunto Granja de Freitas e seu entorno revela dois fatos importantes: há várias quadras de esporte e campos de futebol na área, mas todos esses equipamentos ou são particulares como o clube ASPRA (Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais), ou foram privatizados, como o campo de terra batida da rua São Vicente, ou estão dentro das escolas públicas. Em todos os casos, não permitem acesso livre. Em segundo lugar, não há praças de lazer, equipamentos esportivos ou áreas abertas de caráter público no conjunto e no seu entorno imediato. O mapa do sistema de transporte, revela, além do que os moradores já haviam relatado, que há linhas de ônibus que passam no bairro vizinho, o Alto Vera Cruz e que poderiam perfeitamente chegar até o Granja de Freitas ampliando a oferta de linhas e horários. No caso da Linha 9407 que liga o Alto Vera Cruz ao Dom Bosco passando pelo centro da cidade, o prolongamento do itinerário em duas quadras na rua Tebas indo até a rua João Soares de Sena já atenderia de maneira razoável aos moradores do conjunto. Outra ação que poderia ser bastante proveitosa para a comunidade do conjunto Granja de Freitas em relação à mobilidade urbana seria o prolongamento do transporte sobre trilhos, seja na forma de metrô, trem suburbano ou VLT, utilizando o leito ferroviário existente, do outro lado do ribeirão Arrudas.[5] Isso seria uma medida capaz de integrá-los ao sistema metroviário da capital ampliando sua capacidade de locomoção. Um mapa elaborado com base em dados da PBH e no levantamento de campo a respeito dos usos existentes na área, praticamente coloca no papel a fala dos moradores com relação à estrutura de comércio no conjunto Granja de Freitas e entorno imediato. Há núcleos de comércio consolidado e de maior porte no bairro Vera Cruz, principalmente depois da Av. Jequitinhonha. Mas não há centralidades geradas pela atividade comercial como essas no conjunto Granja de Freitas e nos bairros vizinhos. É importante reconhecer que o conjunto Granja de Freitas está construído numa área pública e sua implantação foi definida por um plano diretor que de certa forma enrijece a implantação de centralidades assim. Talvez seja essa a origem da falta de uma estrutura de comércio mais bem estruturada no conjunto, já que, considerados os dois fatores fundamentais para a constituição de centralidades urbanas, densidade populacional e renda, pelo menos o primeiro parece não faltar ao conjunto.

[5] Há um estudo em andamento nesse sentido, realizado pelo governo do estado de Minas Gerais, reativando os "trens suburbanos" que já rodaram na capital há muitos anos. O programa, batizado de T.R.E.M. (Transporte sobre Trilhos Metropolitano), capitaneado pela Secretaria de Gestão Metropolitana, pretende criar, entre outras, uma linha que conecta a estação de metrô Horto à Nova Lima, passando por Sabará e Raposos utilizando leitos ferroviários existentes.



FIGURA 42 - CH1 - Blocos da 3ª . etapa (vermelhos) .
Fonte: Foto do autor (10/10/13).



FIGURA 43 - CH1 - Comércio informal na rua São Vicente.
Fonte: Foto do autor (10/10/13).



FIGURA 44 - CH1 - Rua São Vicente no trecho com calçada de um só lado.
Fonte: Foto do autor (10/10/13).



FIGURA 45 - CH1 - Centro de Saúde e UMEI ao fundo.
Fonte: Foto do autor (10/10/13).



FIGURA 46 - CH1 - Escola em construção no conjunto.
Fonte: Foto do autor (10/10/13).

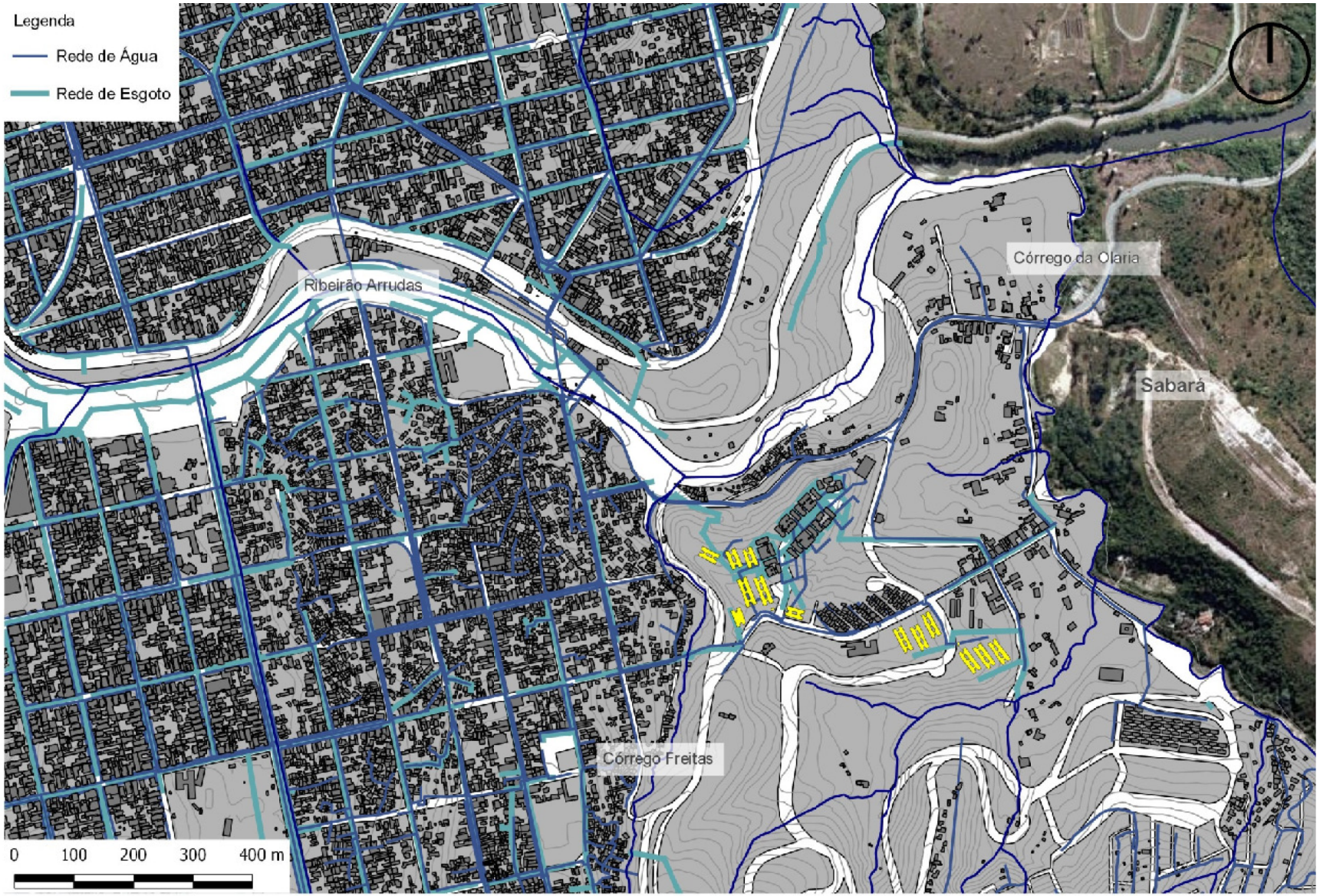


FIGURA 47 - Mapa de redes de água e esgoto do CH1 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

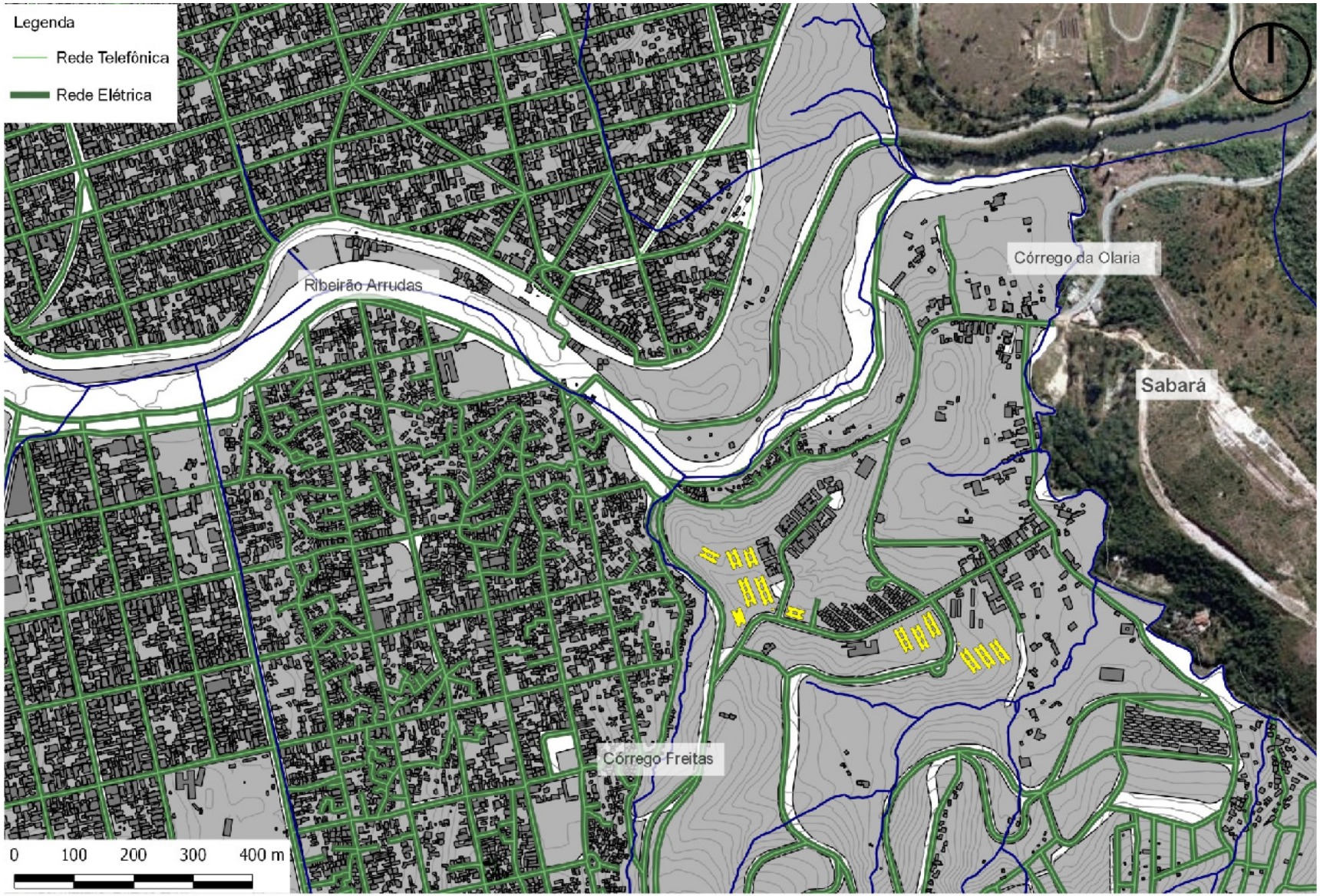


FIGURA 48 – Mapa de redes de energia e telefonia do CH1 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

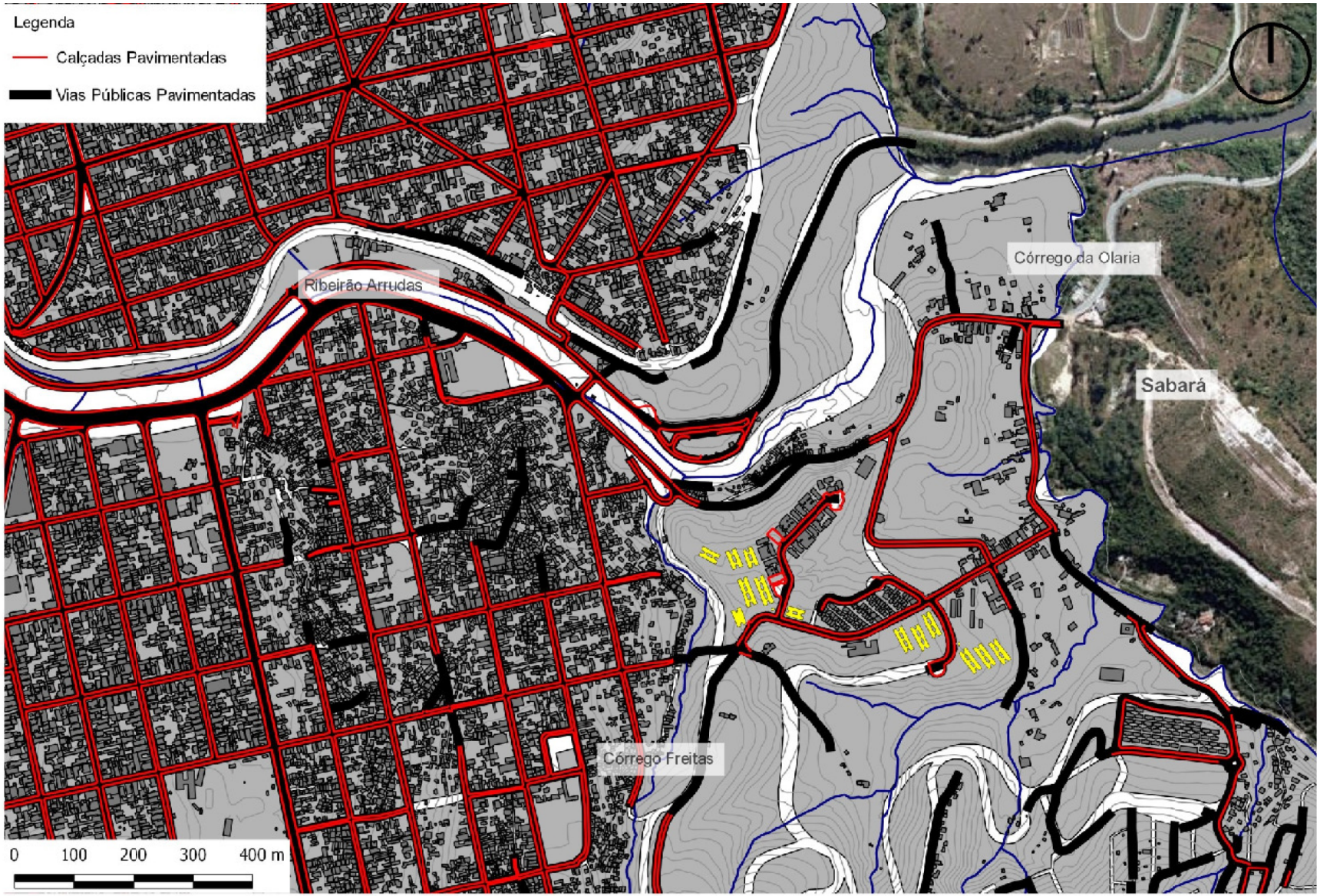


FIGURA 49 – Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH1 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 50 – Mapa de serviços de saúde e educação do CH1 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 51 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH1 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

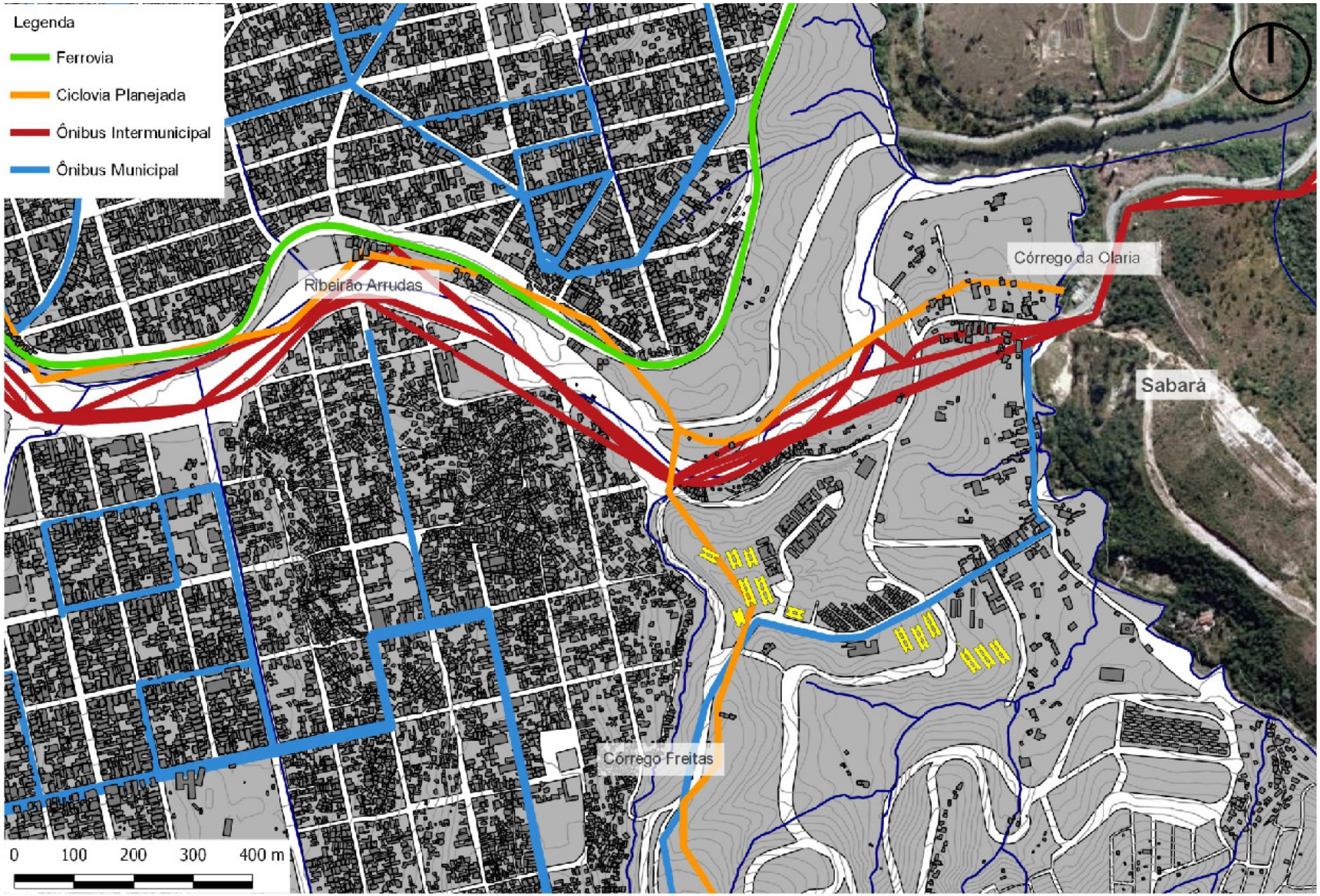


FIGURA 52 – Mapa do sistema de transporte do CH1 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 53 – Mapa de usos do CH1 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

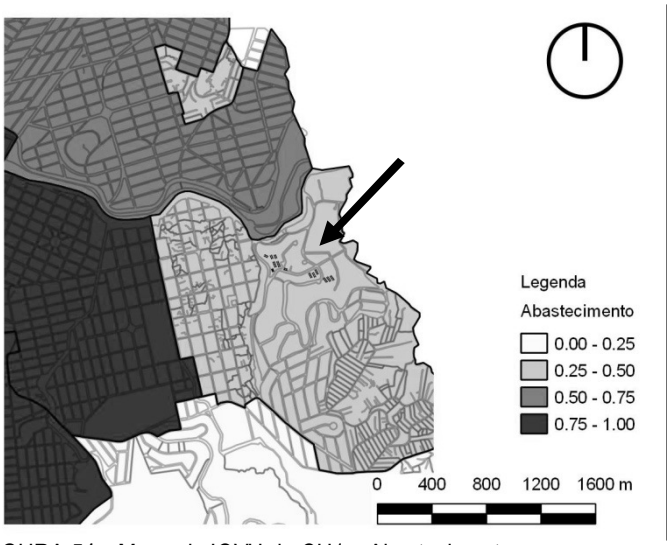


FIGURA 54 – Mapa de IQVU do CH1 – Abastecimento.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

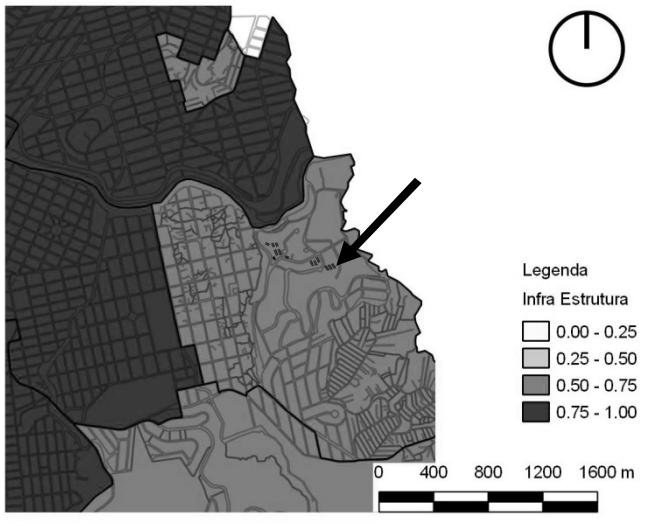


FIGURA 55 – Mapa de IQVU do CH1 – Infraestrutura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

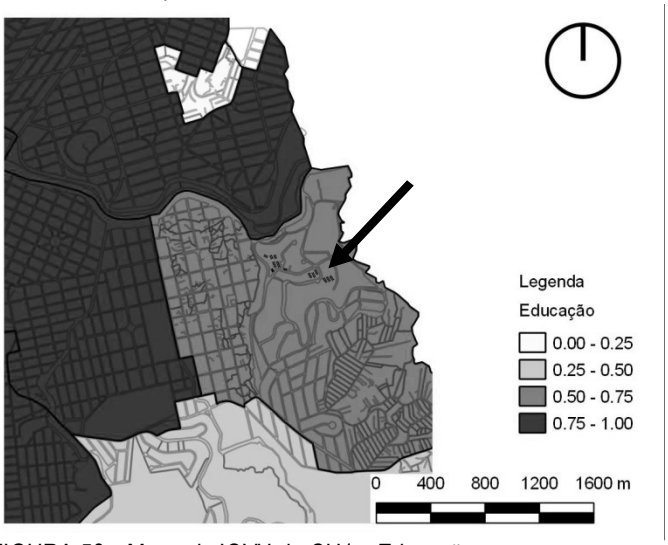


FIGURA 56 – Mapa de IQVU do CH1 – Educação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

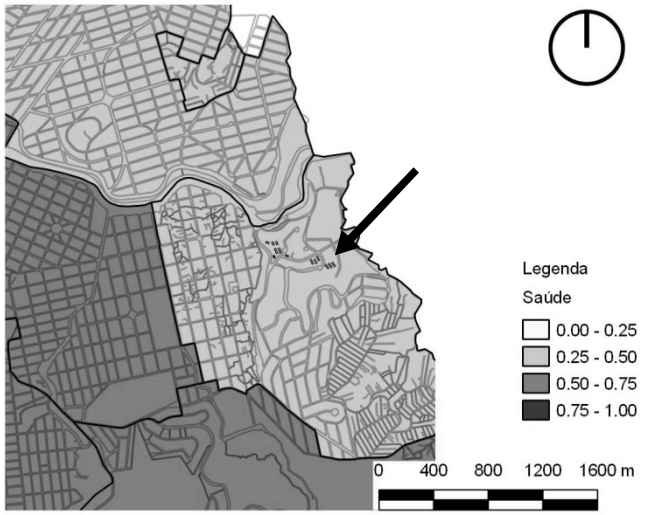


FIGURA 57 – Mapa de IQVU do CH1 – Saúde.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

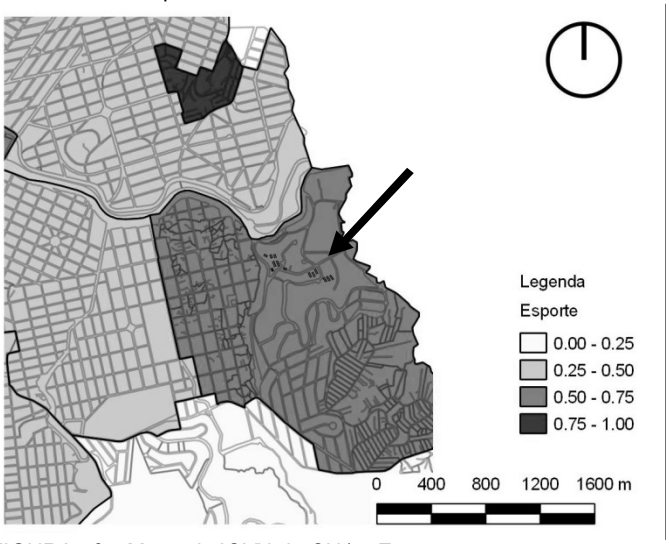


FIGURA 58 – Mapa de IQVU do CH1 – Esporte.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

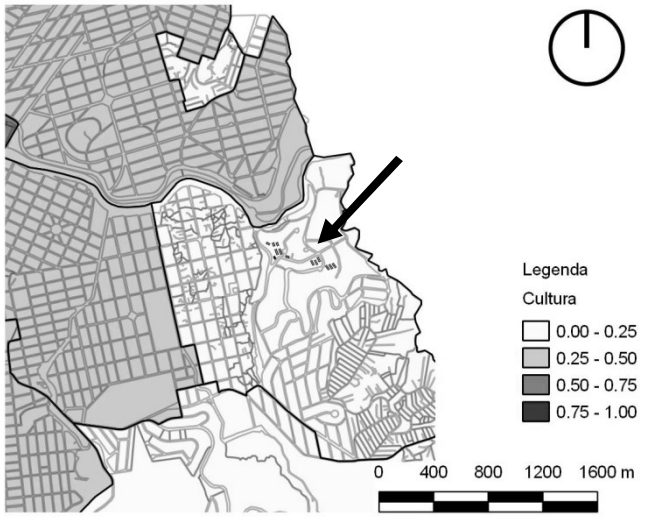


FIGURA 59 – Mapa de IQVU do CH1 – Cultura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

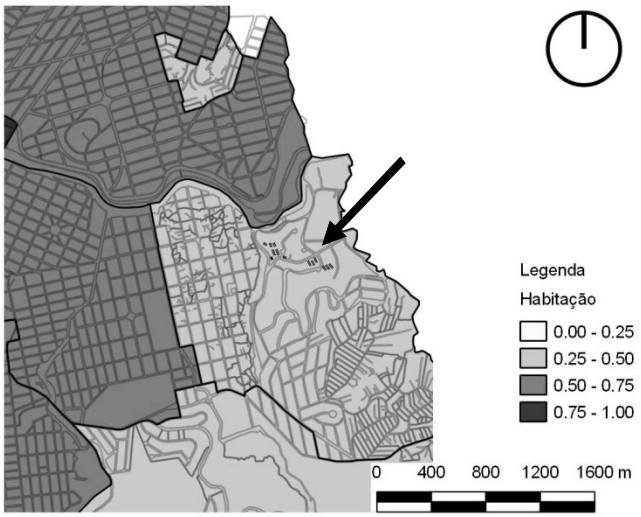


FIGURA 60 – Mapa de IQVU do CH1 – Habitação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

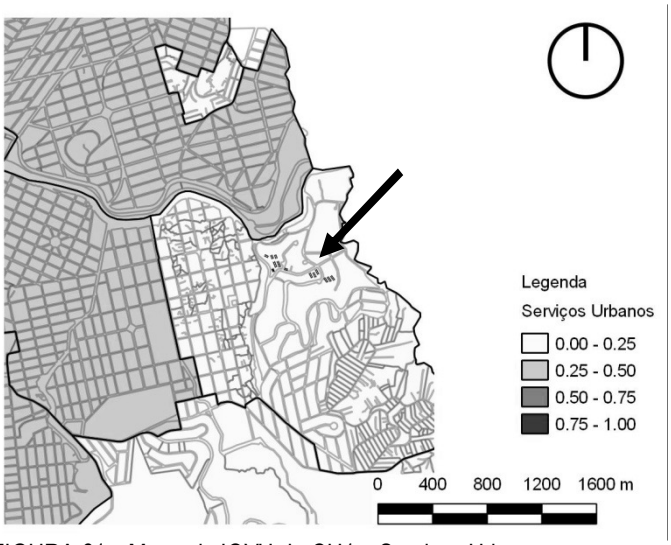


FIGURA 61 – Mapa de IQVU do CH1 – Serviços Urbanos.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

Os indicadores do IQVU caracterizam o conjunto Granja de Freitas juntamente com os bairros Alto Vera Cruz e Taquaril. A avaliação considerou uma qualidade média para o item abastecimento alimentar, abaixo das áreas em volta e uma qualidade boa para o item infraestrutura urbana e também para o item educação, mas em ambos os casos também abaixo das áreas do entorno. O item saúde foi avaliado como médio, abaixo dos demais bairros. O item esporte, no entanto obteve uma avaliação boa, acima das notas das áreas do entorno. O item cultura foi avaliado com uma nota baixa, abaixo de todas as regiões vizinhas. A qualidade das habitações também ficou abaixo do contexto urbano imediato e obteve uma avaliação média. Por fim, os serviços urbanos foram avaliados como ruins, abaixo de todo o contexto urbano. O conjunto obteve, com base nesse critério de avaliação de qualidade de vida urbana da PBH, notas abaixo dos bairros vizinho em todos os quesitos a não ser pelo quesito esporte. Além disso, obteve avaliações que variaram entre ruim e bom, sem nenhuma avaliação muito boa.

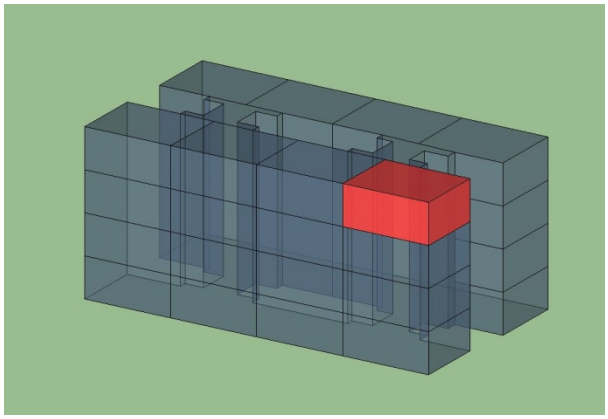


FIGURA 62 – Volumetria da bloco duplo do CH1 (UH destacada).
Fonte: Elaborado pelo autor

ÁREA TOTAL:28.882 m2
NÚMERO DO BLOCOS:13 (5 DUPLOS / 8 TRIPLOS)
NÚMERO DE UHs: 544
DENSIDADE HABITACIONAL (liq): 188 UH/ha
DENS. POPULACIONAL (liq): 755 hab/ha aprox.
ÁREAS ABERTAS: 20.735 m2
ÁREA ABERTA/HABITANTE: 9,5 m2 aprox.
PADRÃO DAS UHs: 2 QUARTOS

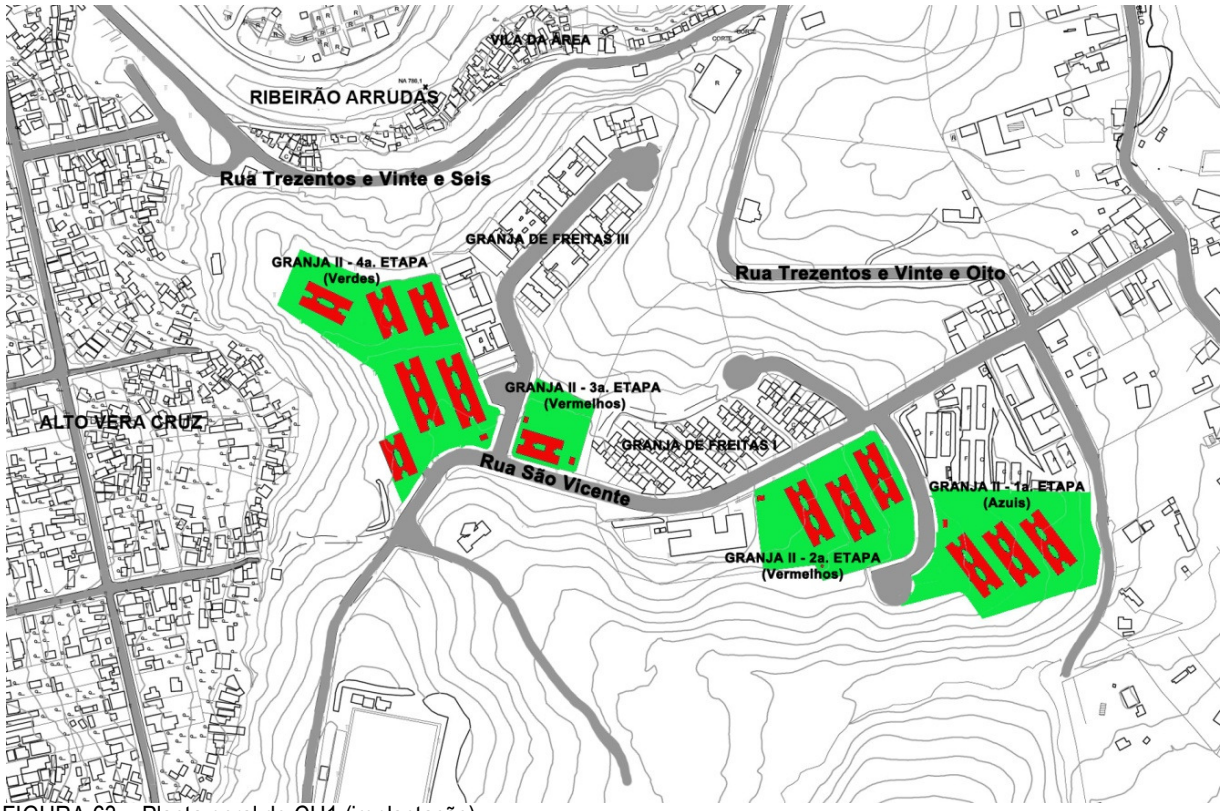


FIGURA 63 - Planta geral do CH1 (implantação).
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da Prodabel.

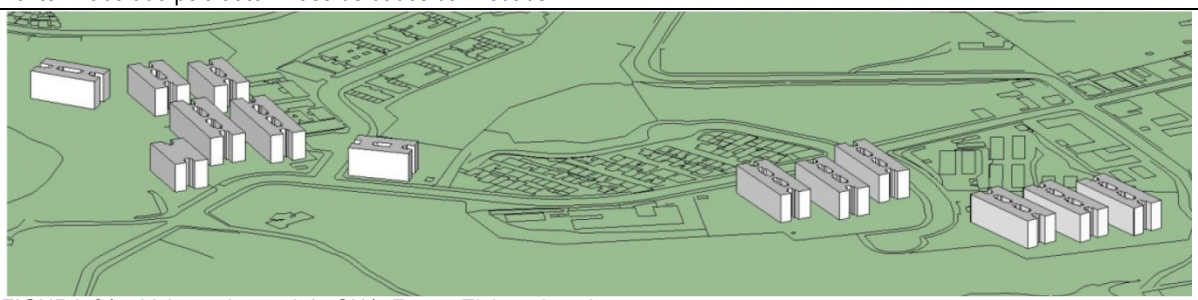


FIGURA 64 - Volumetria geral do CH1. Fonte: Elaborado pelo autor.

A segunda fase do conjunto, o Granja de Freitas II, objeto desse estudo, localiza-se predominantemente num topo de morro, em volta do núcleo original do conjunto, o Granja de Freitas I, na rua São Vicente, onde se estabeleceu informalmente uma pequena área comercial. O conjunto Granja de Freitas II foi construído em quatro lotes diferentes, um de cada vez, e que podem ser claramente separados por sua diferenciação cromática. A primeira etapa, mais a leste, corresponde a três blocos triplos que foram pintados com a torre de circulação vertical e detalhes azuis. A segunda etapa, imediatamente ao lado, tem também três blocos triplos, mas foi pintada com a torre de circulação e os detalhes numa cor de tijolo (avermelhada). A terceira etapa, ao lado do Granja de Freitas I, a oeste, tem só um bloco duplo e também foi pintando em tons alaranjados. As três primeiras etapas foram construídas quase simultaneamente. A quarta e última etapa concluída meses depois das três primeiras tem um número bem maior de UHs e fica um pouco mais afastada do centro comercial. Essa fase tem quatro blocos duplos e dois blocos triplos e teve suas torres de circulação vertical e detalhes pintados em verde. Os moradores conhecem e distinguem essas etapas referindo-se sempre aos prédios como "vermelhos", "azuis" ou "verdes". Mas as cores dos blocos têm no cotidiano do conjunto uma importância muito maior do que diferenciar as etapas construtivas. Há muitas diferenças entre os prédios e entre os moradores dos "vermelhos", dos "azuis" e dos "verdes", como se verá adiante.



FIGURA 65 – Vista panorâmica do CH1.
Todas as etapas do Granja de Freitas II podem ser vistas aqui, da esq. p/ a dir: os blocos "verdes", o bloco "vermelho" isolado, a UMEI/Centro de Saúde, os demais blocos "vermelhos" e os blocos "azuis".
Fonte: Foto do autor (22/11/2013)

O topo de morro onde foi implantado o conjunto Granja de Freitas II divide o vale do ribeirão Arrudas do vale do córrego Olaria, seu afluente. O conjunto convive, a norte, com um ribeirão bastante degradado ambientalmente no ponto em que ele deixa de ser canalizado e volta ao leito natural em meio a uma ocupação autoconstruída (Vila da Área), e, a sul, com uma área de preservação de nascentes da sub-bacia do Olaria com uma grande área de mata nativa preservada. Os prédios estão no alto do morro como sentinelas entre quatro mundos distintos. O Arrudas ambientalmente degradado a norte e a mata nativa preservada a sul, a área urbana representada pelo aglomerado Alto Vera Cruz à oeste e a área não urbanizada à leste, com várias pastagens e áreas de mineração.

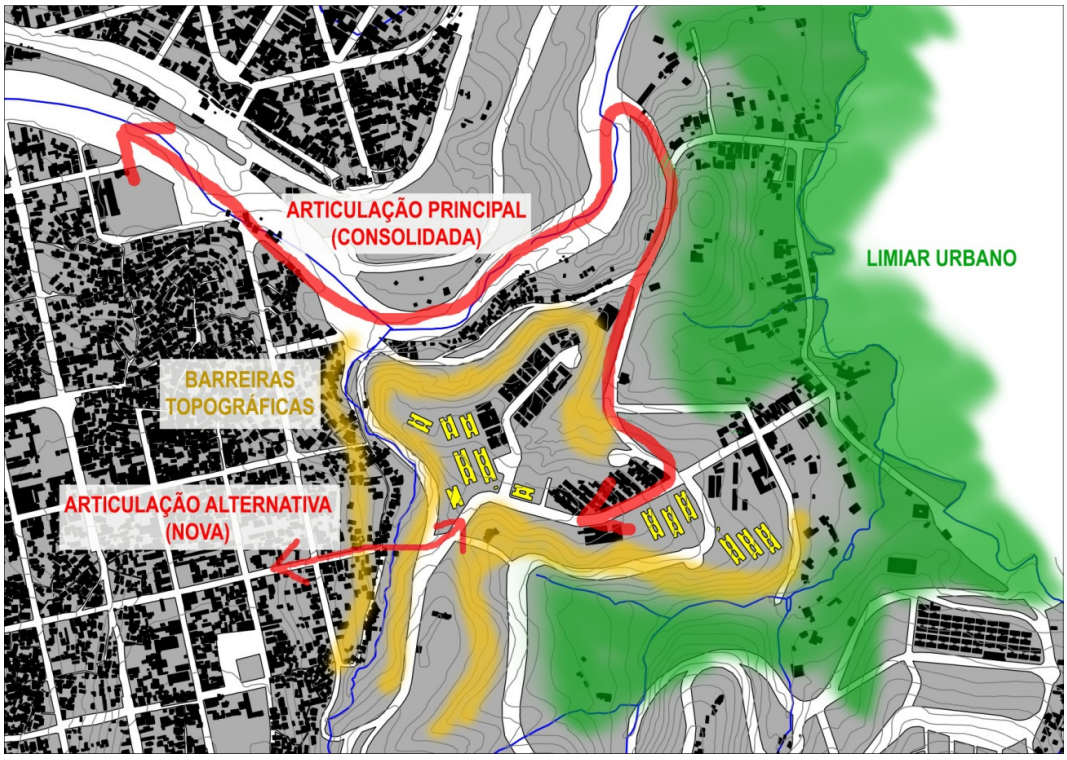


FIGURA 66 – Análise gráfica do projeto urbano do CH1.
Fonte: Elaborado pelo autor sobre a base de dados da PBH.

A solução adotada para o desenho urbano do conjunto se estrutura em uma via principal, a rua São Vicente, cujo acesso se dá ao final da av. dos Andradas numa curva fechada à direita já no início da estrada para Sabará. Esse acesso foi pensado, mesmo considerando a forma indireta e tortuosa que articula o conjunto com a cidade, em função da condição topográfica do sítio. Rodeado de encostas íngremes por todos os lados, o único trecho com uma inclinação mais razoável para receber uma via urbana foi a face leste por onde o acesso foi pensado. Recentemente foi concluída uma ligação entre a rua São Vicente e o bairro Alto Vera Cruz, criando uma roda alternativa que poderá beneficiar principalmente as ligações peatonais entre o conjunto e o comércio instalado naquele bairro, mesmo considerando o forte declive.

O desenho urbano do conjunto Granja de Freitas é predominantemente orgânico, privilegiando o acerto com a topografia e as menores inclinações longitudinais e preservando os fundos de vale e as nascentes. Apesar de

correto em termos geomorfológicos e ambientais, essa opção gerou uma grande desconexão entre o conjunto e a cidade, principalmente em relação ao Alto Vera Cruz e ao Taquaril. O maior impacto dessa solução projetual urbana está no aumento dos percursos cotidianos, de pequenas distâncias, feitos à pé. Mesmo com a construção de algumas escadas ligando a av. dos Andradas ao conjunto nos últimos anos, os moradores reclamam muito das voltas que têm que dar para chegar aos bairros vizinhos.

O levantamento de campo encontrou uma situação de baixíssima apropriação dos espaços do conjunto Granja de Freitas II. Os blocos "vermelhos" e "azuis" tem um nível quase nulo de apropriações e mantém intacta a condição heterônoma do conjunto habitacional criado há mais de dez anos. Nesses casos as áreas coletivas sofreram pequenas alterações no sentido da segurança (portões, interfones) e no sentido de embelezamento (jardins, pisos), seguindo os moldes de uma gestão condominial num padrão de classe média. Nos blocos "verdes" foram encontrados traços de apropriação mais livre, com pequenas coberturas criadas para abrigar veículos. Mesmo assim, não foi possível identificar qualquer traço de diluição do caráter rígido e inorgânico de um conjunto habitacional. Isso aconteceu de maneira clara no vizinho Granja de Freitas I cuja configuração de casas geminadas perpendiculares à rua acabou gerando a criação de pequenos comércios informais junto às UHs frontais, numa operação evidente de apropriação espacial que desconfigurou completamente a noção de conjunto habitacional. É o único lugar do conjunto que tem alguma vida urbana, ainda que incipiente.

5.1.5 – CONDIÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A quantidade de resíduos sólidos espalhados pelas ruas e por algumas áreas abertas do conjunto chamou a atenção nos levantamentos de campo. Alguns pontos são mais críticos. Todo o talude norte do conjunto que separa de um lado, em cima, a quarta etapa do Granja de Freitas II (blocos verdes) e o Granja de Freitas III e do outro, embaixo o Ribeirão Arrudas e a rua de acesso ao conjunto é tomada por sacos plásticos de lixo e resíduos de todo o tipo. A impressão é de uma "avalanche" de lixo que teria escorrido do conjunto morro abaixo. Além disso, essa encosta se caracteriza como um barranco com o mato alto, sem qualquer cuidado de capina e com alguns pontos de erosão, provavelmente gerados pela falta de mais dissipadores de energia da água de chuva (somente dois dissipadores foram identificados). Ao pé desse mesmo talude, próximo à Vila da Área, há várias áreas com entulhos de construção civil e pedaços de móveis, como uma área de "bota-fora". Havia inclusive uma caçamba abandonada no meio da rua nesse local. O lixo encontra-se espalhado também por todo o talude entre o conjunto e a rua trezentos e vinte e oito e na encosta oeste (vale do córrego Freitas).

Nas ruas internas do conjunto há lixo espalhado pelas calçadas e vias pavimentadas em alguns pontos específicos, principalmente na entrada dos blocos "verdes". A área com bancos de concreto ao lado da UMEI que configura uma "pracinha" apresenta o mesmo quadro dos taludes: lixo espalhado e falta de capina. Depois de várias visitas em dias e horários diferentes, foi possível concluir que o lixo espalhado acontece principalmente em torno dos "blocos verdes". O quadro de pouco cuidado desses moradores com seu próprio ambiente contrasta com os jardins nas entradas dos blocos "vermelhos", todos muito limpos e bem cuidados. A observação direta permitiu concluir que há no conjunto Granja de Freitas II significativas diferenças em relação

ao grau de conscientização dos moradores com a gestão dos resíduos sólidos, especificamente entre os moradores dos "verdes" de um lado e os demais do outro. Alguns dados importantes descobertos ao longo da pesquisa e que serão discutidos adiante ajudaram a compreender algumas possíveis origens para essa diferenciação.

O levantamento de campo permitiu constatar, em segundo lugar, que há um problema ambiental relevante para quem vive no conjunto em relação ao forte odor vindo ribeirão Arrudas, sentido na maior parte do território. Como os ventos dominantes na RMBH vêm de Leste e Nordeste e considerando a condição de altíssima deterioração ambiental desse curso d'água, o conjunto recebe diretamente o odor desagradável que ele emite por estar contra o vento. A presença de corredeiras e pequenas cachoeiras no leito do ribeirão Arrudas na área próxima ao conjunto, à jusante da Vila da Área, agitando a água do ribeirão, parece contribuir para agravar a situação do odor forte. Nas primeiras visitas, realizadas no final da estação seca (julho/agosto), o odor era muito forte. Já nas visitas realizadas no início da estação chuvosa (outubro/novembro) o problema diminuiu consideravelmente. A presença da ETE Arrudas próxima ao conjunto, também pode ter influência nessa questão.

O levantamento de campo apontou uma situação de alta degradação ambiental no córrego Freitas (chamado em alguns lugares de córrego Santa Tereza). Além do lixo que escorre da encosta oeste do conjunto Granja de Freitas II, há uma contribuição do lançamento de resíduos e talvez de esgoto do Alto Vera Cruz. O resultado é um córrego com um odor forte e uma grande quantidade de entulho e lixo em suas margens, situação que vai aumentando na medida em que se anda em direção ao Arrudas (ao norte). O paisagismo implantado com a urbanização recente desse trecho, realizada pela PBH através do Orçamento Participativo em 2012, já sucumbiu em alguns pontos à deposição descontrolada de lixo e à falta de capina e manutenção. Por fim, o levantamento de campo pôde identificar riscos socioambientais evidentes para o lugar e para a população no caso das erosões que avançam pela encosta norte do conjunto Granja de Freitas e no caso da quantidade muito grande de lixo espalhado pelas áreas perimetrais. No primeiro caso, há o risco de instabilidade nas construções daquele lado do conjunto. Uma amostra em pequena escala e sem maiores prejuízos do risco nessa área ocorreu com as escadarias recém-construídas pela prefeitura através do OP naquela encosta e que tiveram que ser refeitas porque o terreno sob elas cedeu, como relataram os moradores. No segundo caso, o risco maior é o de atração de insetos, aracnídeos e roedores que trazem problemas de saúde para a população. Os relatos dos moradores de infestação de ratos, baratas e escorpiões no conjunto é um indício desse risco a que eles estão hoje expostos.

A entrevista com os moradores serviu para esclarecer alguns pontos em relação ao que havia sido observado no levantamento de campo. Os moradores demonstraram certa revolta com a situação do lixo espalhado. Segundo eles a culpa é dos moradores "que não têm consciência".[6] Para eles, várias famílias que vêm para o conjunto não estão preparadas para morar com acordos coletivos que cercam a gestão do lixo em termos

[6] Só depois da entrevista foi possível compreender que havia moradores dos blocos "verdes" entre os entrevistados.

condominiais. Alguns dos moradores entrevistados relataram que é comum ver pessoas atirarem sacos de lixo pela janela dos seus apartamentos em direção às áreas do entorno do conjunto ou deixando sacolas de lixo na rua nos dias errados.

QUADRO 5 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH1

Área	**Aspectos**	**Principais pontos da fala dos moradores**
Qualidade Ambiental	Cursos d'água	Arrudas gera um odor muito forte e desagradável
	Solo	Sem relato de problemas
	Ar	Fuligem de queimadas e poeira
	Ruídos	Veículos pesados Som alto em carros e apartamentos
	Resíduos Sólidos	Lixo espalhado, moradores que não têm consciência Bota-fora clandestino na Vila da Área Garis da SLU empilham o lixo no ponto de ônibus
	Outras questões	
Sensação de Risco	Segurança urbana	Já houve assassinatos e problemas com drogas Melhorou muito com o policiamento A ação da polícia é muito truculenta
	Deslizamento/escorregamento	Há casos de deslizamentos na Vila da Área Escadaria na encosta norte cedeu
	Alagamento	Há casos só na Vila da Área
	Endemias	Dengue – todos os moradores já tiveram
	Incêndios Florestais	Incêndios nas áreas com mato dentro do conjunto Alguns casos de incêndios nas áreas externas
	Outras questões	Zoonoses – problemas com o excesso de ratos Zoonoses – vários casos de picadas de escorpiões

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

A entrevista com as lideranças do conjunto confirmou os dois aspectos de risco socioambiental mais evidentes e que foram percebidos no levantamento de campo, mas revelaram outros. Eles relataram a frequência das enchentes no ribeirão Arrudas, um problema constante, mas que, segundo eles, afeta a Vila da Área diretamente e o conjunto indiretamente, por comprometer o acesso pela rua trezentos e vinte e oito. Eles relataram os problemas com incêndios na estação seca nas áreas de vegetação dentro e fora do conjunto. Segundo eles, por três vezes os bombeiros tiveram que deter o incêndio antes que ele chegasse próximo dos prédios. Os moradores revelaram ainda grandes surtos de dengue no conjunto, o que, como eles mesmos afirmaram, é consequência direta do problema do lixo.

A questão mais intrigante na conversa com os moradores sobre os riscos a que eles poderiam estar sujeitos foi o tema da segurança. Alguns moradores relataram que o conjunto era muito violento alguns anos antes e, com

o reforço do policiamento, em tempos recentes, passou a ficar mais tranquilo. Outros viram na ação recente da polícia um crescimento da tensão e da insegurança dos moradores. As opiniões se dividiram, umas vendo avanços no aumento do policiamento e outras enxergando retrocessos pelo excesso de truculência. Alguns moradores foram procurados separadamente e confirmaram suas opiniões acentuando o dissenso e impedindo a construção de uma ideia de avaliação positiva ou negativa sobre esse aspecto. Ficou clara a ideia de que riscos iguais podem ser percebidos de maneira diferente por diferentes grupos sociais ou por diferentes pessoas dentro de um mesmo grupo social. Nesse sentido foi importante confrontar as falas dos moradores com a de agentes públicos envolvidos com o conjunto.

Em conversas com representantes de entidades que atuam ou atuaram no conjunto[7] tentando entender melhor a territorialização da violência no conjunto Granja de Freitas poucas informações objetivas puderam ser obtidas, mas as indicações obtidas foram bastante esclarecedoras. A relação direta entre a situação de maior degradação ambiental encontrada nos blocos "verdes" – em relação aos seus vizinhos – e a violência ali instalada através do tráfico de drogas não pôde ser comprovada com dados e documentos, mas vários indícios apontaram para essa direção. A fala de alguns representantes dos órgãos públicos e também de moradores indiretamente indicou essa conexão admitindo, em momentos separados, que a situação dos blocos "verdes" era mais complicada que a dos demais em relação ao lixo e da mesma forma em relação à violência.

Os dados da PBH sobre a condição ambiental do conjunto especificamente no que diz respeito aos resíduos sólidos parecem não detectar esses problemas observados no levantamento de campo e confirmados na entrevista com os moradores. No mapa elaborado com as informações da base de dados da prefeitura, fica bem claro que todo o conjunto e bairros do entorno são assistidos pelo serviço público de coleta de lixo. Somente nos becos e vielas do Alto Vera Cruz esse serviço não aparece como disponível, provavelmente por limitações técnicas do trânsito dos caminhões. Entretanto, mesmo com essas limitações, essa área recebe o serviço público de varrição bem como toda a região do conjunto. Os dados da prefeitura relacionados aos resíduos sólidos urbanos, porém, não incluem as áreas onde claramente há acúmulo de lixo no conjunto Granja de Freitas, o que pôde ser identificado tanto no levantamento de campo como na entrevista com os moradores. A invisibilidade desse problema para a administração pública pode ter sua origem no fato desse levantamento oficial só ter levado em consideração a situação dos depósitos clandestinos de lixo em vias públicas. Todos os exemplos de focos e áreas com problemas de acúmulo de lixo que são apontados pelo mapa, na região do Alto Vera Cruz, estão em vias públicas. O sistema de limpeza e remoção de resíduos como os que estão espalhados pelas encostas do conjunto Granja de Freitas precisa ser feito por equipes e caminhões específicos do serviço municipal de limpeza urbana. Os bota-foras clandestinos na entrada do conjunto, próximo à Vila da Área e ao ribeirão Arrudas também não aparecem no cadastro da prefeitura. Os dados da PBH quanto aos riscos trazem informações importantes. Em primeiro lugar, o mapa de riscos geológicos potenciais mostra quase toda a área da quarta etapa do Granja de Freitas II (blocos verdes) – e

[7] CRAS Granja de Freitas, URBEL, VEASP, PM, CPC, SEDS.

também o Granja de Freitas III - como sendo uma área sujeita a erosão e contaminação de lençol freático. Exatamente onde foram detectados os pontos de erosão e a maior quantidade de lixo espalhado pelo conjunto. É curioso perceber que esses e outros riscos não afetam, segundo os dados da PBH, as áreas das primeiras etapas do conjunto Granja de Freitas II, a área do Granja de Freitas I e da UMEI. Há riscos potenciais de escorregamento próximo das primeiras fases do Granja de Freitas II e da UMEI. Há riscos potenciais de erosão por quase toda área do ribeirão Arrudas e ainda boa parte do Alto Vera Cruz e do conjunto Granja de Freitas. Os dados da PBH indicam alguns focos de erosão no vale do Arrudas, porém na margem oposta à do conjunto e não mostram os focos encontrados pelo levantamento de campo no lado do conjunto. Quanto aos riscos de alagamento, os dados da prefeitura indicam vários pontos de alagamentos nos bairros Vera Cruz e Alto Vera Cruz, mas não no conjunto Granja de Freitas, o que confirma a fala dos moradores e o levantamento de campo. A condição de implantação num topo de morro favoreceu os moradores quanto a esse risco. É curioso perceber que as áreas apontadas pelos moradores como áreas de enchentes no ribeirão Arrudas – próxima à Vila da Área – não aparecem no mapa da PBH.

Na avaliação do IQVU da PBH, o conjunto Granja de Freitas, juntamente com os bairros Alto Vera Cruz e Taquaril, obteve avaliação ruim no item segurança urbana, abaixo de todas as áreas do seu entorno e, por outro lado, uma avaliação muito boa no item meio ambiente, acima de bairros consolidados do entorno como Paraíso, Saudade e Vera Cruz.

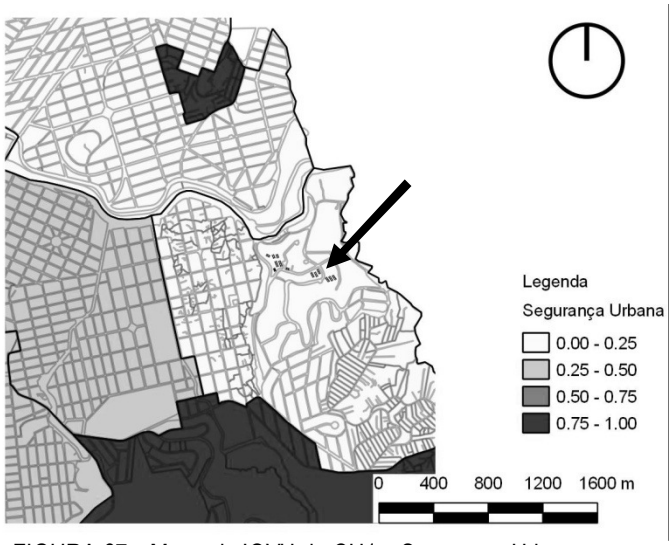


FIGURA 67 – Mapa de IQVU do CH1 – Segurança Urbana.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

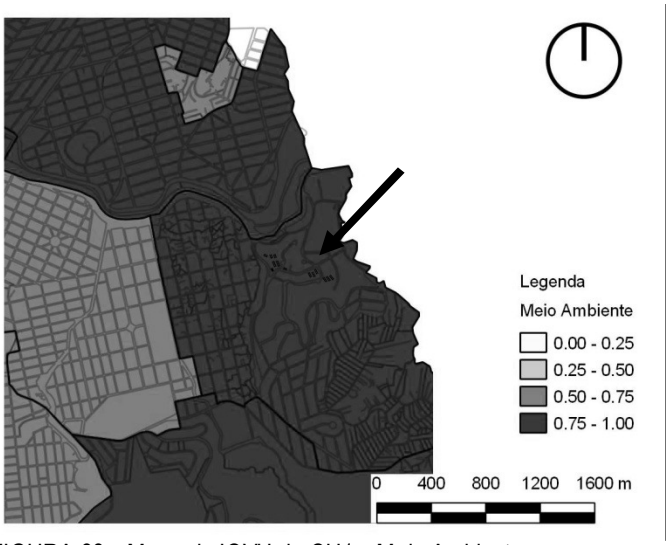


FIGURA 68 – Mapa de IQVU do CH1 – Meio Ambiente.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 69 – Lixo sobre a encosta ao norte do CH1.
Fonte: Foto do autor (10/10/13).



FIGURA 70 – Lixo e sucata na encosta norte do CH1.
Fonte: Foto do autor (10/10/13).



FIGURA 71 – Erosão e bota-fora clandestino na entrada do CH1.
Fonte: Foto do autor (22/11/13).



FIGURA 72 - Lixo sobre a encosta oeste do CH1.
Fonte: Foto do autor (22/11/13).



FIGURA 73 - Entrada de um dos blocos "verdes" do CH1.
Fonte: Foto do autor (22/11/13).



FIGURA 74 - Entrada de um dos blocos "vermelhos" do CH1.
Fonte: Foto do autor (10/10/13).



FIGURA 75 - Lixo na “pracinha” da Rua São Vicente.
Fonte: Foto do autor (10/10/13).



FIGURA 76 - Rua interna dos blocos “verdes” do CH1.
Fonte: Foto do autor (10/10/13).



FIGURA 77 - Ribeirão Arrudas e da Vila da Área vistos a partir do CH1 (blocos “verdes”).
Fonte: Foto do autor (10/10/13).



FIGURA 78 – Resíduos nas encostas do córrego Freitas.
Fonte: Foto do autor (21/11/13).



FIGURA 79 - Entulho no leito do córrego Freitas.
Fonte: Foto do autor (21/11/13).

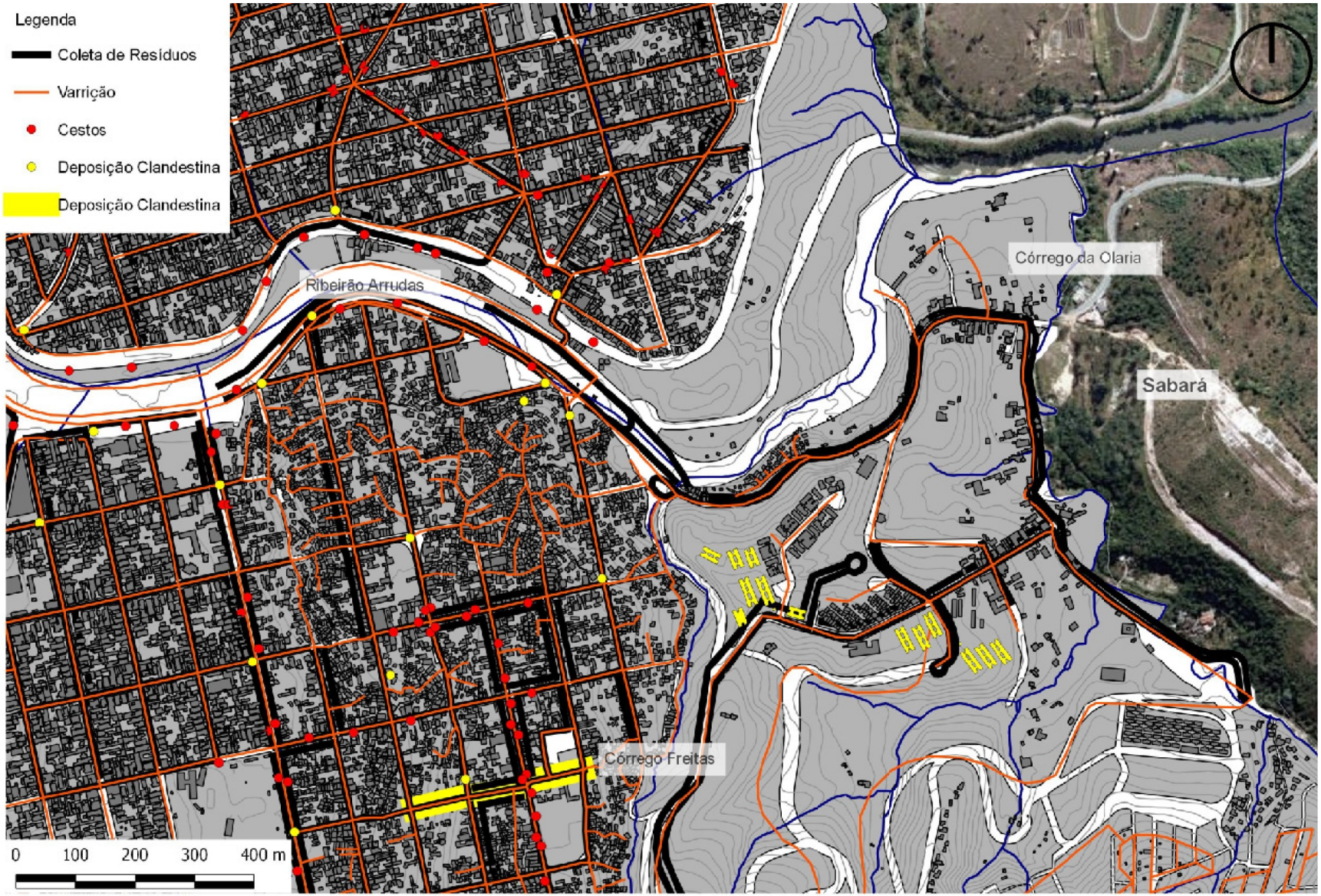


FIGURA 80 – Mapa de gestão de resíduos sólidos no CH1 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

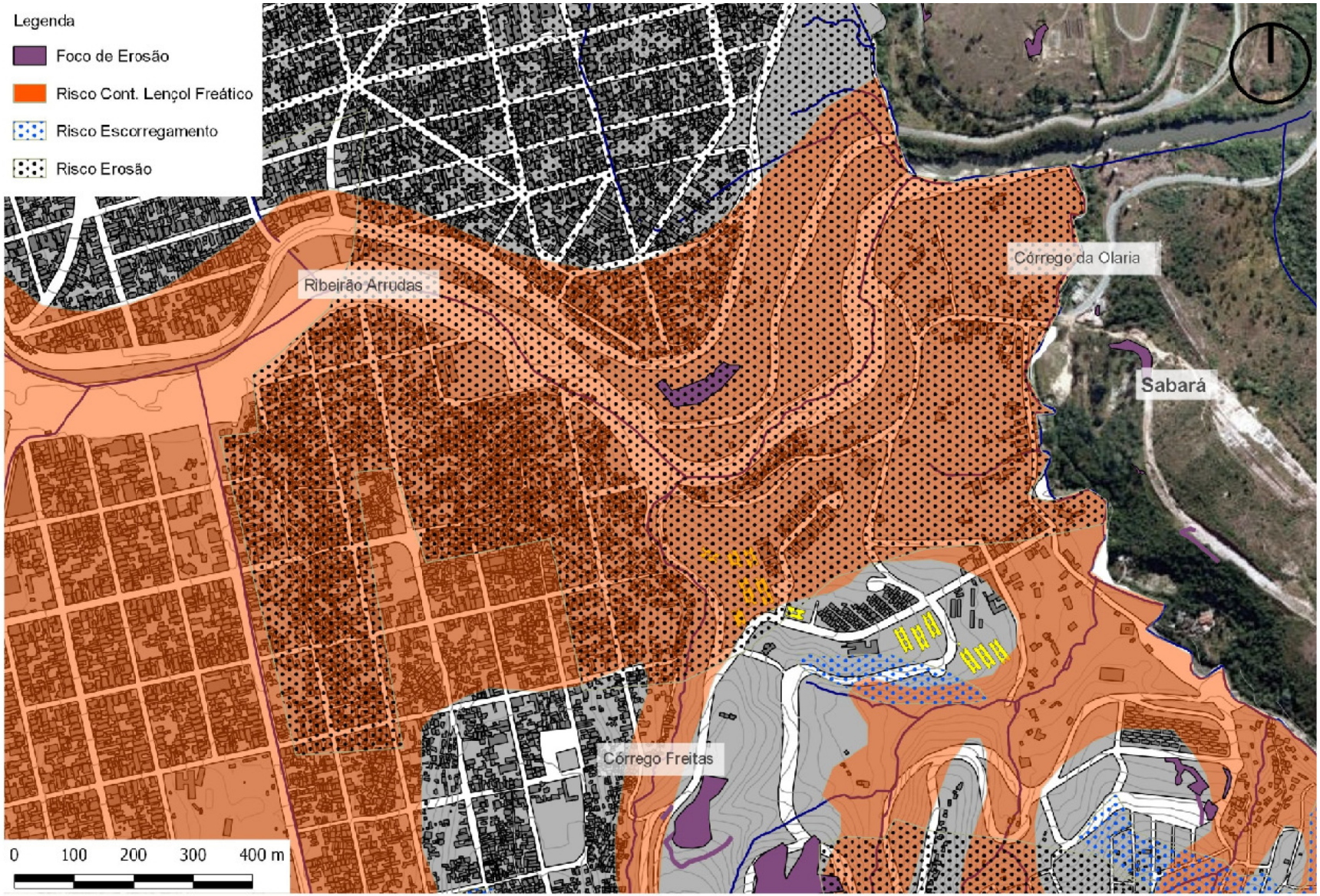


FIGURA 81 - Mapa de risco geológico no CH1 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

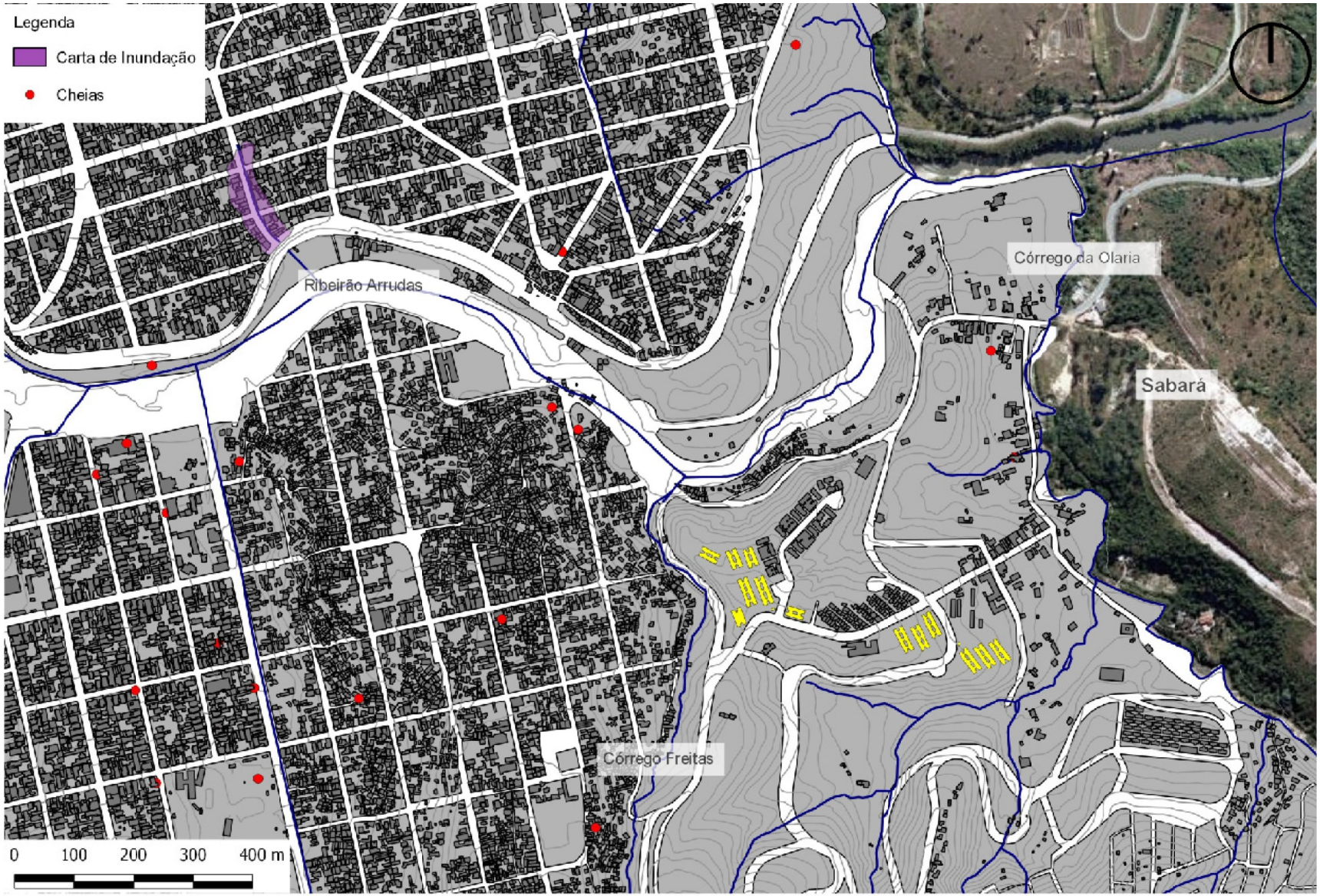


FIGURA 82 – Mapa de risco de alagamento no CH1 e entorno. Fonte:Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.1.6 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECOPOLÍTICA

Não há uma estrutura social comunitária institucionalizada entre os moradores do Granja de Freitas II ou, de forma mais ampla, de todo o conjunto Granja de Freitas, o que seria até mais difícil. O trabalho de apoio da URBEL/VEASP nos primeiros anos do conjunto Granja de Freitas II parece ter se concentrado mais nas questões de gestão condominial de cada bloco separadamente do que na criação de uma rede social e política estruturada entre todos os moradores dos diversos blocos. Assim, não há uma tradição de engajamento coletivo dos moradores de diferentes blocos e muito menos entre moradores de diferentes etapas. Quanto à organização condominial, o que parece ter acontecido foi que alguns blocos conseguiram se organizar e foram capazes de construir coletivamente garagens, colocar interfones, portões eletrônicos, mantém os jardins e áreas abertas limpos e parecem dar conta da gestão dos resíduos sem problemas. Essa situação foi vista nos blocos "azuis" e "vermelhos". Por outro lado, alguns blocos não conseguiram se organizar da mesma forma e hoje parecem desprovidos de qualquer articulação coletiva. O estado de degradação ambiental dos espaços coletivos encontrado em alguns blocos e o contraste com o zelo encontrado dentro de alguns apartamentos nos mesmos blocos mostra que não há "falta de consciência" ou "falta de zelo" dos moradores como eles mesmos dizem. Seus espaços individuais de moradia são bem cuidados, mesmo que os espaços coletivos estejam em condição precária. Parece clara a relação entre degradação dos espaços coletivos e articulação social. Os blocos que tem um mínimo de organização social conseguem se apropriar dos espaços coletivos de forma mais articulada do que os blocos onde as redes sociais foram desarticuladas. Essa foi a situação encontrada nos blocos "verdes".

Há, contudo exceções que mostram que existe uma força de engajamento social entre alguns moradores do conjunto. Poucas semanas antes da reunião com os moradores, logo após o calor das manifestações populares de junho, os moradores do conjunto colocaram fogo em um ônibus para cobrar da BHTRANS e da prefeitura melhorias no transporte público para o conjunto. Além disso, a boa participação de moradores na entrevista foi uma prova de que há lideranças engajadas tanto entre os mais jovens e também mais experientes. Mas mesmo essas lideranças reclamam da falta de participação e envolvimento dos moradores com os problemas do conjunto. A visão dos moradores entrevistados é de que os moradores que vieram por meio de remoções não participam de nada porque são "revoltados" com a URBEL e com a prefeitura em função de terem sido expulsos dos lugares onde moravam e os moradores que vieram "da rua" não se interessam por nada porque também não queriam estar ali. Preconceituosa ou não, essa visão foi confirmada pela maior participação na entrevista de famílias do OPH. As pessoas que vieram para o conjunto através do OPH parecem mais preparadas para o engajamento sociopolítico, já que tem um histórico de luta e reivindicação. Não por acaso, são elas que estão à frente de conselhos dos serviços públicos, fóruns e reuniões com a prefeitura. Mas mesmo os moradores vindos através do OPH reconhecem que a maioria deles perde o interesse pela participação e pelo engajamento social depois que consegue a sua moradia. De uma forma geral, os moradores do conjunto Granja de Freitas II se ressentem da sua própria falta de organização sociopolítica em relação ao Alto Vera Cruz, o assentamento autoconstruído vizinho ao conjunto, que consegue,

segundo eles, mobilizar seus moradores e ganhar todas as votações do OP naquela região, captando para si recursos públicos oriundos da prefeitura. Essa afirmação não parece ser totalmente verdadeira, como mostra o mapa da PBH indicando as obras do OP na área do conjunto Granja de Freitas. Há três obras no conjunto em diferentes fases, cinco no Alto Vera Cruz, duas no Taquaril e duas na Vila da Área.

A violência instalada no conjunto inibe uma maior organização e engajamento ecopolítico dos moradores na luta contra injustiças ambientais, pelo que pôde ser apreendido. A coordenadora do CRAS Granja de Freitas confirmou a ideia de que havia muita violência no conjunto nos seus primeiros anos, principalmente relacionada ao tráfico de drogas, quando havia um alto índice de homicídios naquela área. Segundo ela, esse quadro tem melhorado nos últimos anos, não tanto pela ação ostensiva da polícia, como disseram os moradores, mas muito mais pelo crescimento de programas sociais da prefeitura e do governo do estado voltados para assistência e inclusão em áreas de alta vulnerabilidade social. Outro fator importante que segundo ela contribuiu para diminuir a força do tráfico de drogas no conjunto foi o aumento exponencial de igrejas evangélicas naquele território. Já são onze só dentro do conjunto Granja de Freitas. Para ela, que convive diariamente com os problemas sociais do conjunto, os pastores desempenham um papel importante na tentativa de tirar os jovens da criminalidade e de criar maior coesão dentro das famílias e entre as famílias, o que também já havia sido dito por um dos pastores que estava presente na entrevista com os moradores.



FIGURA 83 – Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH1 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.2 – CONJUNTO FLÁVIO DE OLIVEIRA



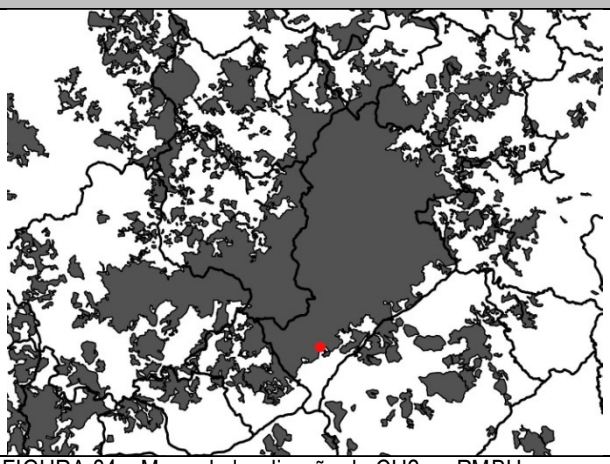
CH2	FLÁVIO DE OLIVEIRA
	CIDADE: BELO HORIZONTE REGIONAL: BARREIRO DATA (INAUGURAÇÃO): 1983 NATUREZA DO EMPREENDIMENTO: PRIVADO AGENTE EMPREENDEDOR: COOPERATIVA DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA / CEF

FIGURA 84 - Mapa de localização do CH2 na RMBH.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PDDI.

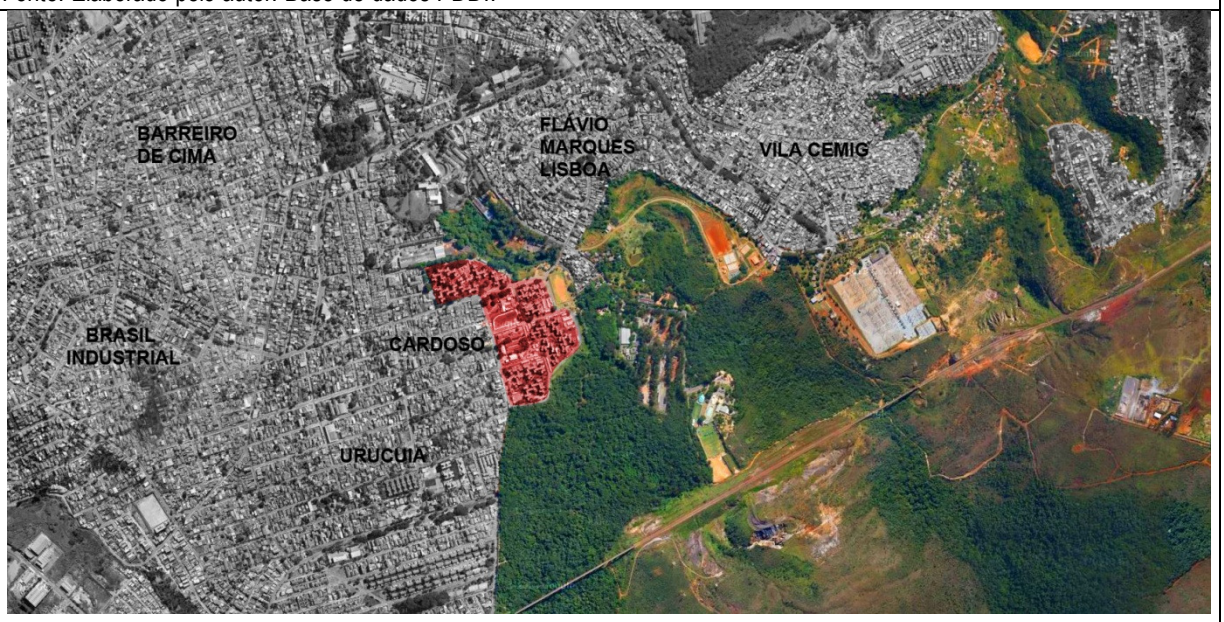


FIGURA 85 - Foto aérea do CH 2 (destacado em vermelho).
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor

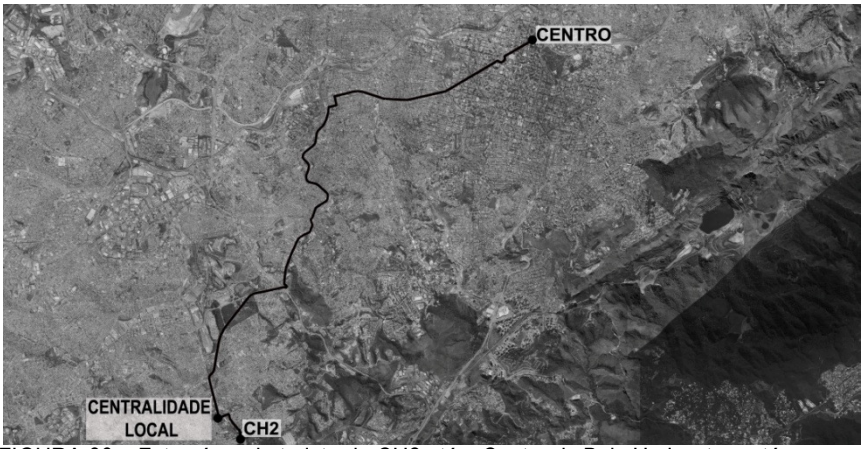


FIGURA 86 - Foto aérea do trajeto do CH2 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima.
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor.

DISTÂNCIAS

ATÉ O CENTRO
Praça Sete de Setembro
16,2 Km
TRAJETO:
Rua Barão de Monte Alto
Av. Olinto Meireles
Via do Minério
Rua Úrsula Paulino
Av. Tereza Cristina
Av. Amazonas

ATÉ A CENTRALIDADE LOCAL MAIS PRÓXIMA
Pça. José V. da Silva
1,1Km

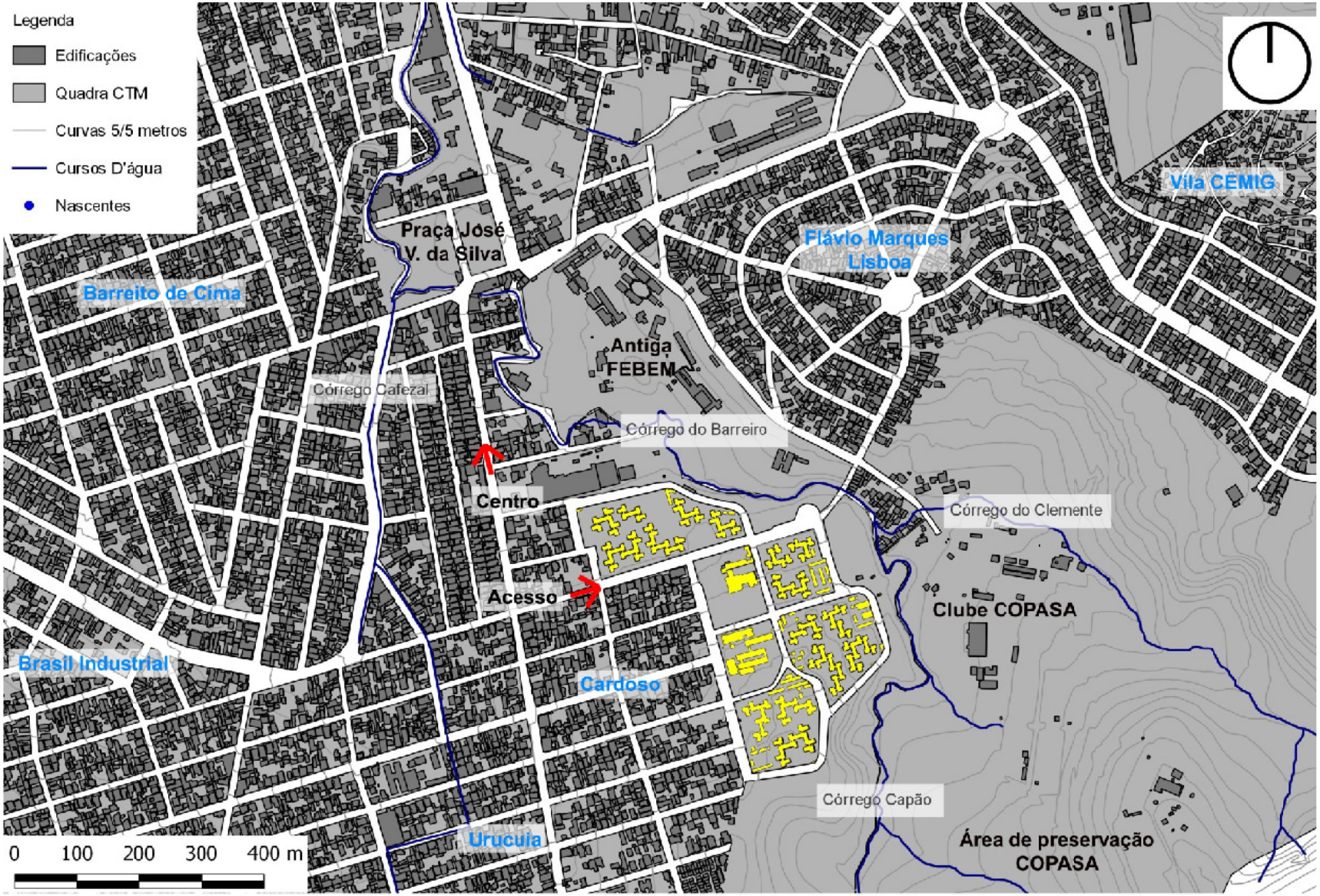


FIGURA 87 - Mapa da situação urbana do CH2 (área de análise). Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

A inserção e articulação urbana do conjunto Flávio de Oliveira fazem dele, em certa medida, um antípoda do conjunto anterior, o Granja de Freitas II. Mesmo apesar do conjunto Flávio de Oliveira ter sido construído no que poderia ser considerada uma situação clara de "borda urbana", como última porção territorial de cidade antes de uma grande área de preservação ambiental, não há nesse caso quase uma desarticulação urbana tão radical entre a cidade e o conjunto. As ruas do bairro Cardoso tem continuidade do seu traçado dentro da área do conjunto, criando uma transição sutil entre as duas ambiências urbanas, o que é reforçado pela volumetria dos edifícios, com quatro pavimentos, o que não gera um impacto visual no bairro predominantemente ocupado por construções de um e dois pavimentos. A única noção de ruptura de escala e ambiência que há entre o bairro Cardoso e o conjunto Flávio de Oliveira não está nas diferenças entre os volumes construídos de ambos, mas ao contrário, na grande área não construída na quadra central do conjunto. Esse vazio só não é maior porque, ao longo dos anos, foram construídos um pequeno centro comercial informal e a sede da associação dos moradores do conjunto que ainda aluga parte do seu imóvel para uma escola particular. Mesmo assim, em outras situações como nas ruas Itapetininga e Oswaldo de Lima e Silva, há uma continuidade total entre a cidade e o conjunto habitacional. Essa situação de maior conexão do conjunto com a cidade está ligada a uma série de características peculiares que ele possui em relação aos outros casos estudados, como se verá.

5.2.1 – CARACTERIZAÇÃO DA BORDA

A borda urbana onde foi construído no início dos anos de 1980 o conjunto Flávio de Oliveira, na extremidade sudeste da região do Barreiro, pode ser compreendida hoje como uma borda já consolidada e com menor grau de dinamismo. Tal afirmação se verifica por meio da comparação entre as imagens aéreas dos últimos vinte e cinco anos. A foto de 1989 mostra o bairro Flávio Marques Lisboa, ao norte, já bastante consolidado e com uma ocupação muito semelhante à atual. Já o bairro Cardoso, principalmente entre a av. Barão de Monte Alto e o conjunto Flávio de Oliveira ainda apresentava uma ocupação predominantemente unifamiliar horizontal, esparsa e irregular, principalmente ao sul, próximo ao conjunto Pongelupe. Essa situação muda bastante no registro posterior, de 1994. Nele é possível perceber um grande avanço na ocupação do bairro Cardoso, inclusive aumentando a presença de pequenos edifícios com três pavimentos. A ocupação autoconstruída que existe hoje entre o conjunto e o clube dos funcionários da COPASA não aparece na foto de 1989. Na foto de 1994 aparecem as primeiras casas e na foto de 2002 o assentamento já tem praticamente a conformação espacial que permaneceu até hoje. Ele se constitui principalmente no final dos anos de 1990.



FIGURA 88 – Foto aérea do CH2 em 1989. Fonte: PBH.



FIGURA 89 – Foto aérea do CH2 em 1994. Fonte: PBH.



FIGURA 90 – Foto aérea do CH2 em 2002. Fonte: Google Earth.



FIGURA 91 – Foto aérea do CH2 em 2006. Fonte: Google Earth.



FIGURA 92 – Foto aérea do CH2 em 2010. Fonte: Google Earth.



FIGURA 93 – Foto aérea do CH2 em 2013. Fonte: Google Earth.

O limite entre a área urbanizada e a área não urbanizada a leste, pertencente à COPASA permaneceu inalterada ao longo de todos esses vinte e cinco anos. Os limites da área verde não se modificaram e tampouco esses espaços alteram significativamente sua cobertura vegetal. A área de preservação em volta do clube dos funcionários da empresa, um pouco mais ao norte, passou por um processo de aumento da superfície vegetada ao longo do período registrado, principalmente na sua porção próxima ao bairro Flávio Marques Lisboa. As áreas verdes em volta da FEBEM, imediatamente ao norte do conjunto, também não tiveram alterações em seus limites. As obras realizadas pelo governo do estado nos últimos anos nessa área, após a desativação dessa instituição, podem até ter suprimido parte da cobertura vegetal na extremidade ocidental da área (junto à praça José V Silva), mas o que se vê pelos registros históricos é uma significativa recomposição vegetal ao longo do córrego do Barreiro. Em ambos os casos, em relação à área da FEBEM e em relação às áreas da COPASA, o caráter institucional e público dos proprietários dessas terras garantiram ao mesmo tempo a preservação de significativas porções de áreas verdes, mas também a definição de um limite muito marcado e nem um pouco trespassável. A condição constituída nessa borda urbana se caracteriza de um lado por uma ocupação habitacional densa e de caráter popular e do outro por uma mata preservada e extensa sem que exista qualquer tipo de comunicação espacial entre elas. Aqui, claramente, há uma fronteira e não um limiar. E essa fronteira (*Grenze*) se materializa ao longo de todo o trecho em que o perímetro do conjunto encontra as áreas institucionais, por meio de cerca alta, com arames farpados e placas de advertência para evitar qualquer atravessamento.

5.2.2 – PERFIL DOS MORADORES

Tomando como referência os dados da PBH de renda familiar média por bairro, que consideram todo o conjunto Flávio de Oliveira como um bairro, é possível afirmar que a maior concentração de renda familiar ali está na faixa entre 2 e 5 salários mínimos (classe D). Os bairros próximos ao conjunto concentram as maiores populações nas faixas de 0,5 a 1, de 1 a 2 e de 2 a 5 salários mínimos (classes E e D).

Os dados do censo 2010 do IBGE relativos ao conjunto Flávio de Oliveira estão reunidos em quatro setores censitários. Eles mostram que a população de pardos do conjunto é próxima da mesma população no entorno urbano imediato. Porém o conjunto tem mais negros do que o seu entorno e menos brancos. Esse quadro – menos brancos, mais negros, pardos próximos da média – também se revela na comparação entre a distribuição percentual das raças entre os moradores do conjunto Flávio de Oliveira em relação à mesma distribuição no município e no país. Apesar de que, nessa comparação é possível perceber que essas diferenças ocorrem de forma mais sutil, já que os percentuais do conjunto estão próximos dos percentuais de Belo Horizonte e do Brasil.

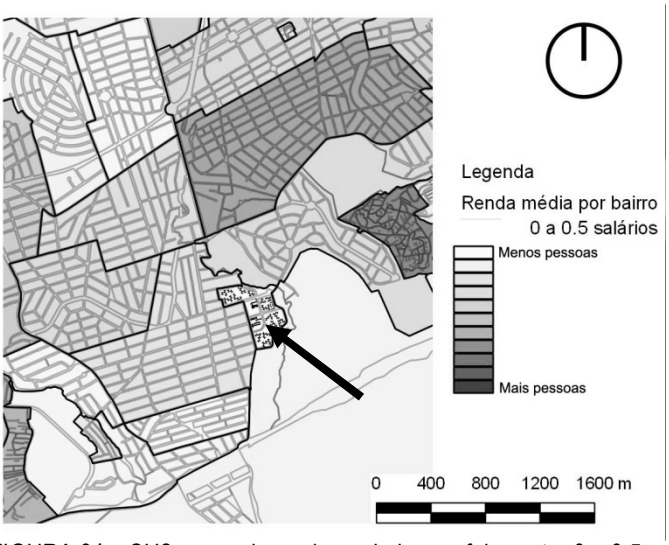


FIGURA 94 – CH2: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

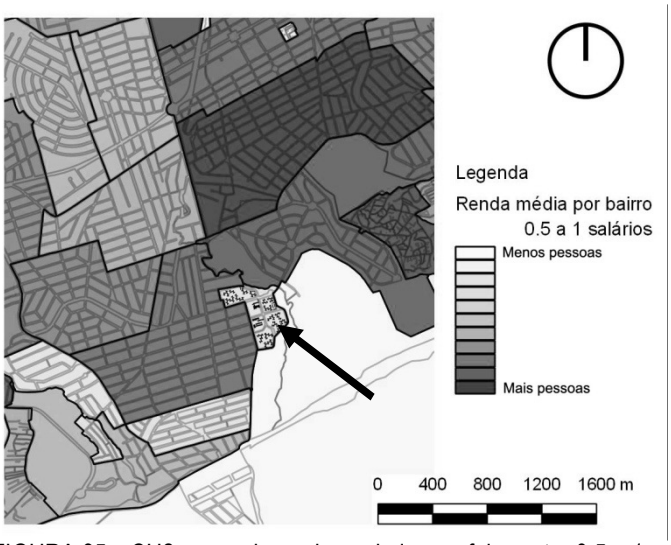


FIGURA 95 – CH2: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

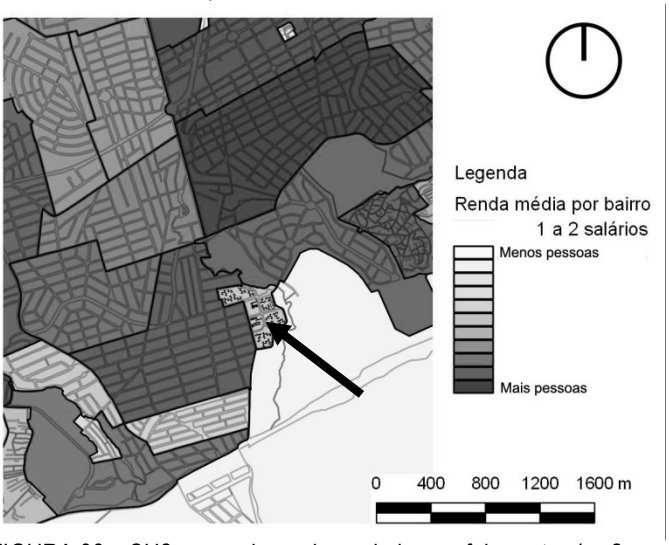


FIGURA 96 – CH2: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

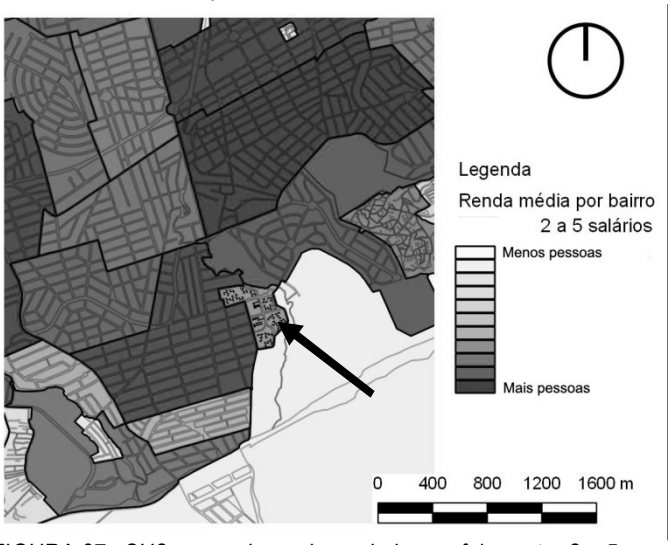


FIGURA 97– CH2: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

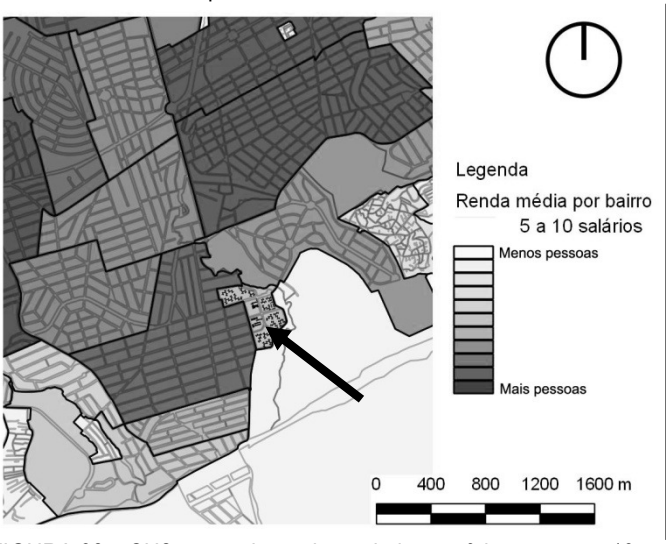


FIGURA 98 – CH2: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

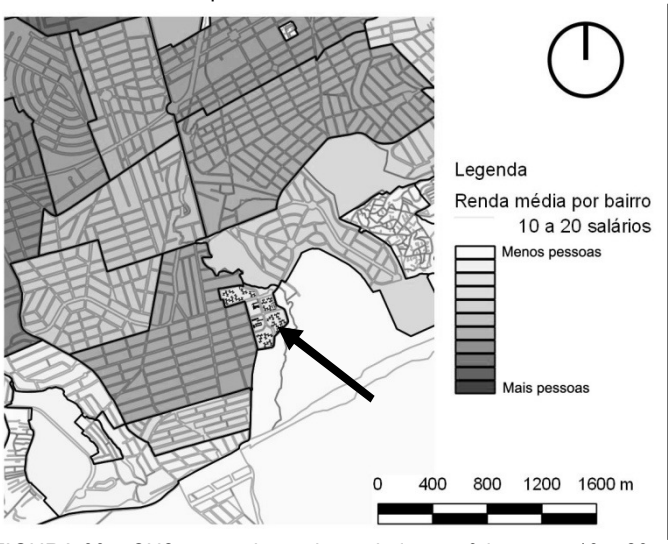


FIGURA 99 – CH2: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 100 – CH2: mapa com a população de raça parda por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor

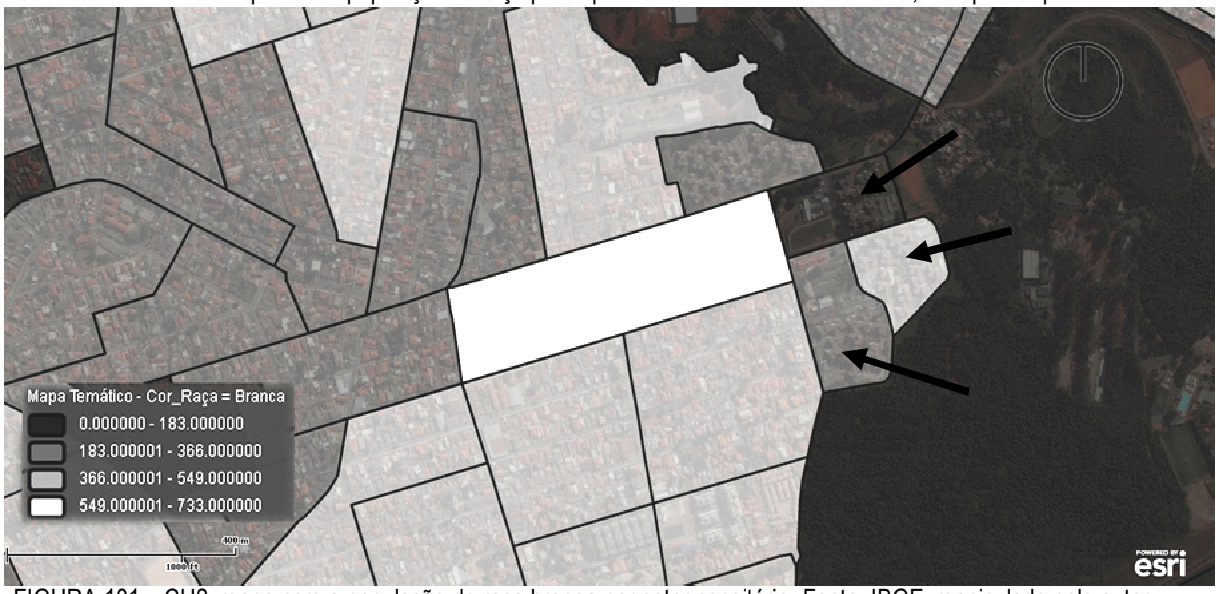


FIGURA 101 – CH2: mapa com a população de raça branca por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

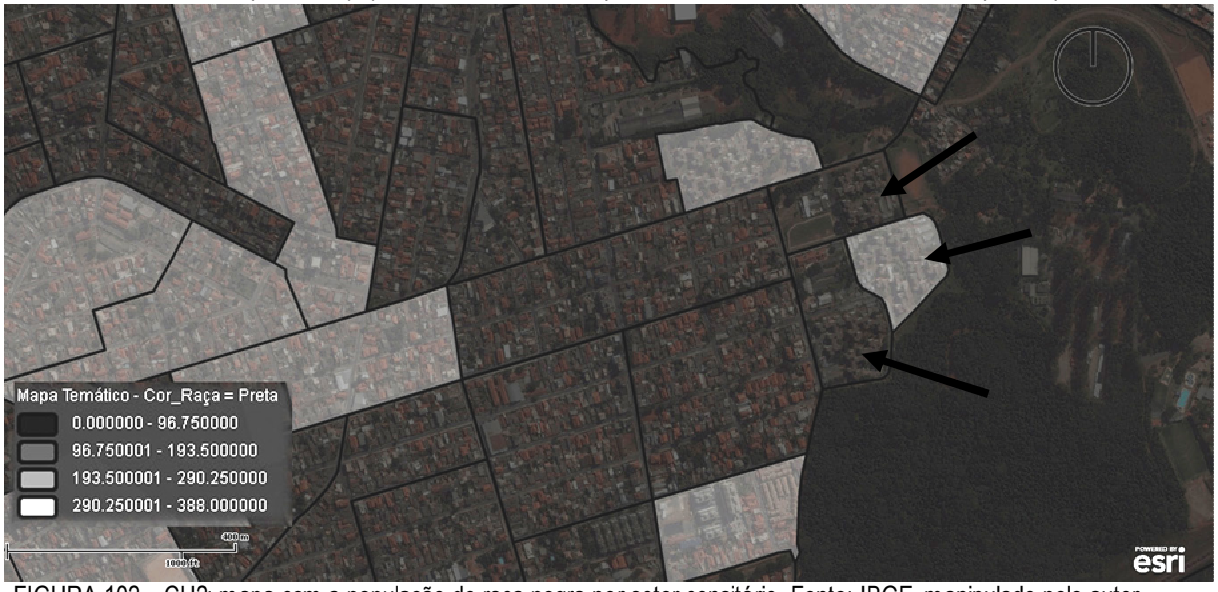


FIGURA 102 – CH2: mapa com a população de raça negra por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

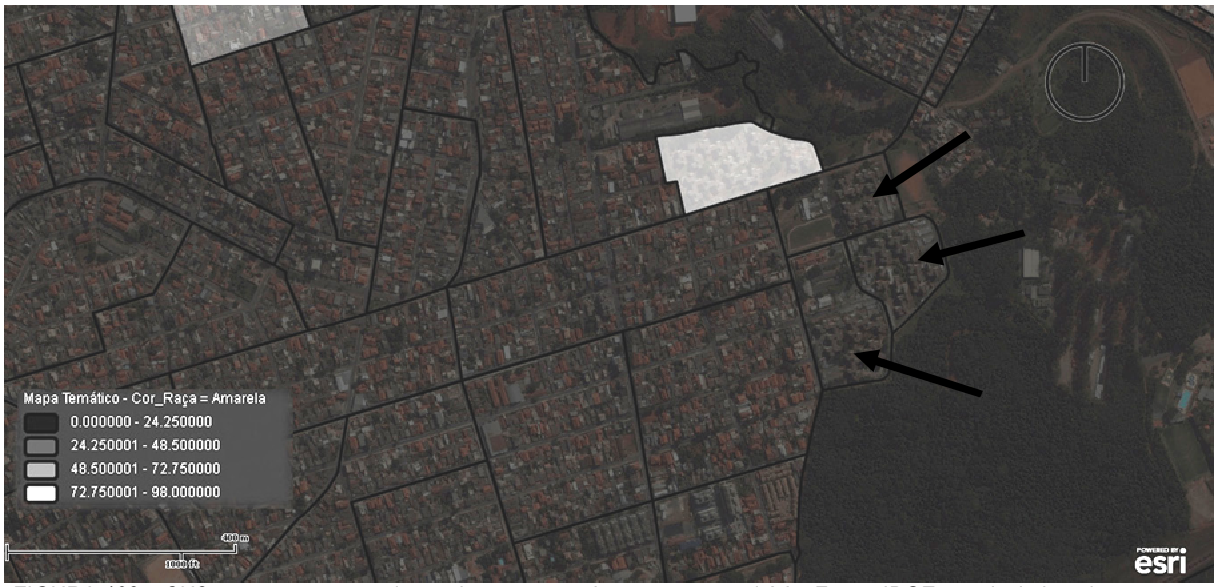
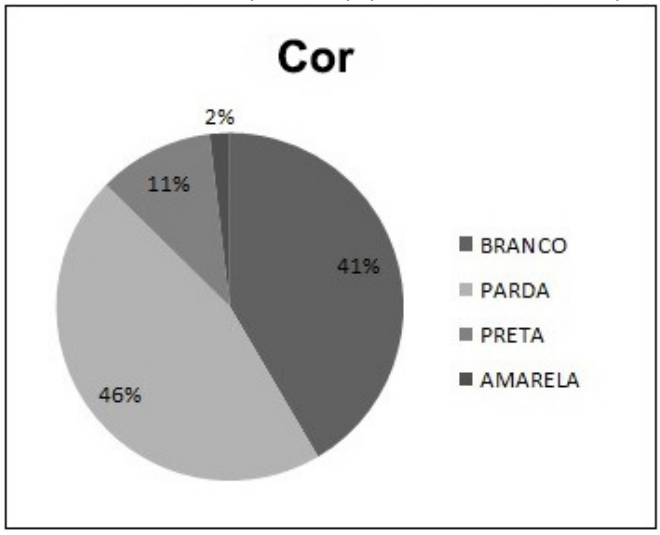


FIGURA 103 – CH2: mapa com a população de raça amarela por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



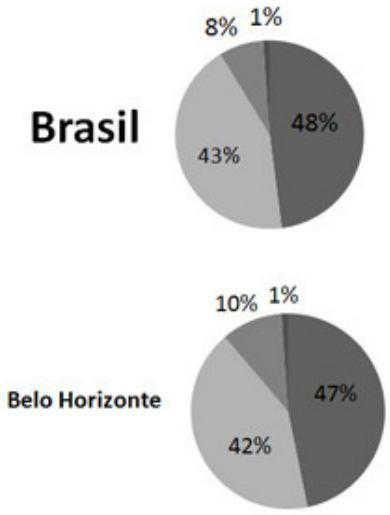


FIGURA 104 – Distribuição percentual de raças no CH2, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

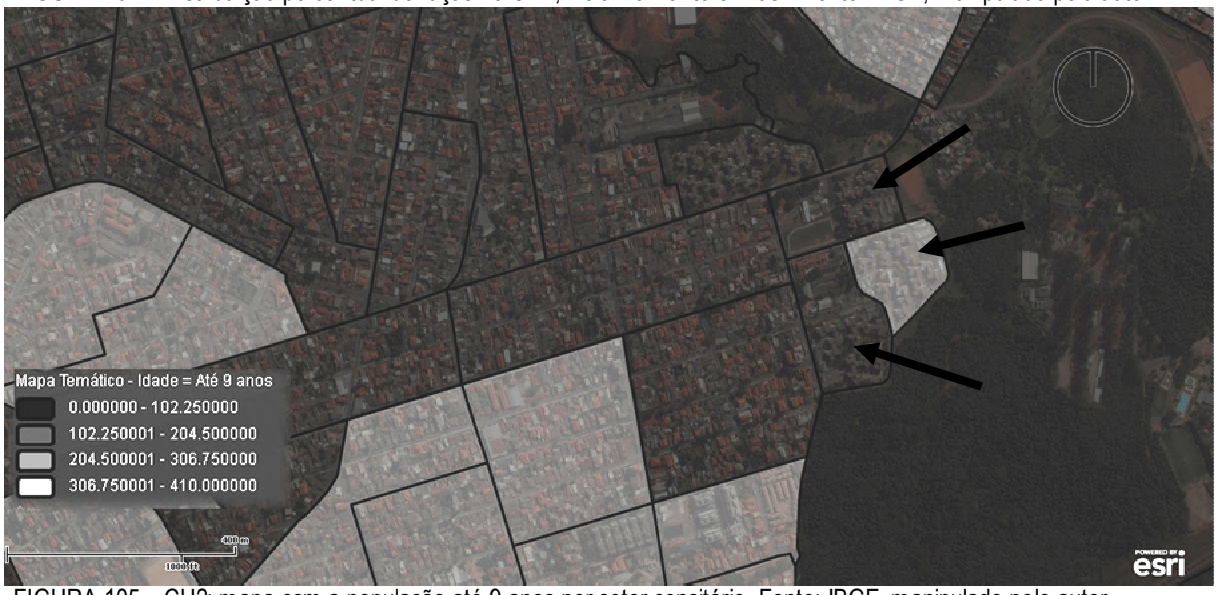


FIGURA 105 – CH2: mapa com a população até 9 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 106 – CH2: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 107 – CH2: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

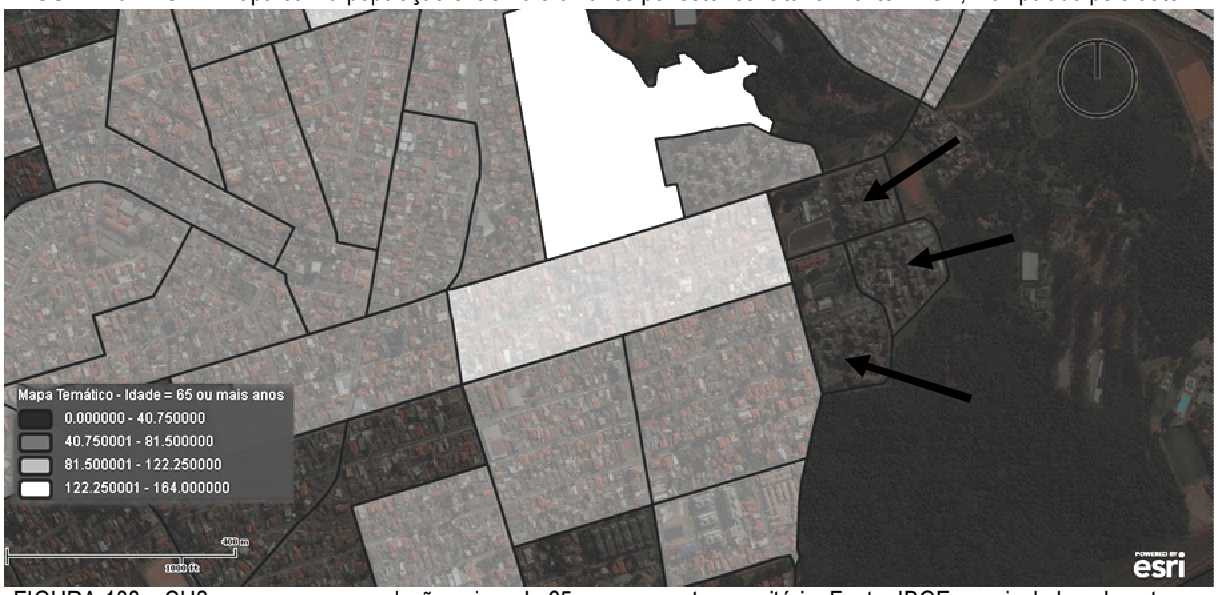


FIGURA 108 – CH2: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

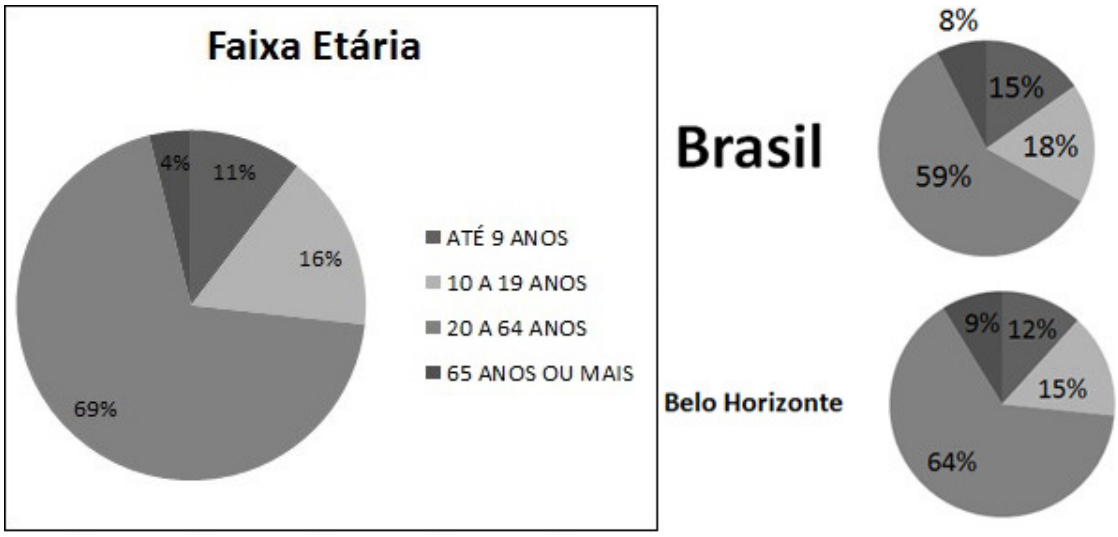


FIGURA 109 – Distribuição percentual de faixas etárias no CH2, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

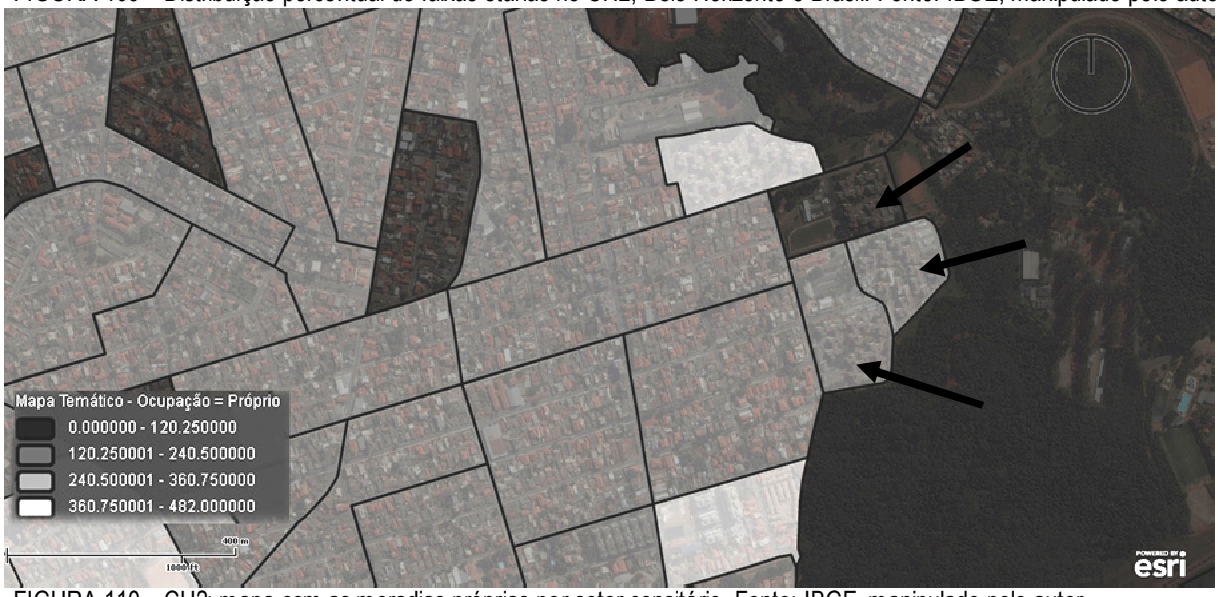


FIGURA 110 – CH2: mapa com as moradias próprias por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

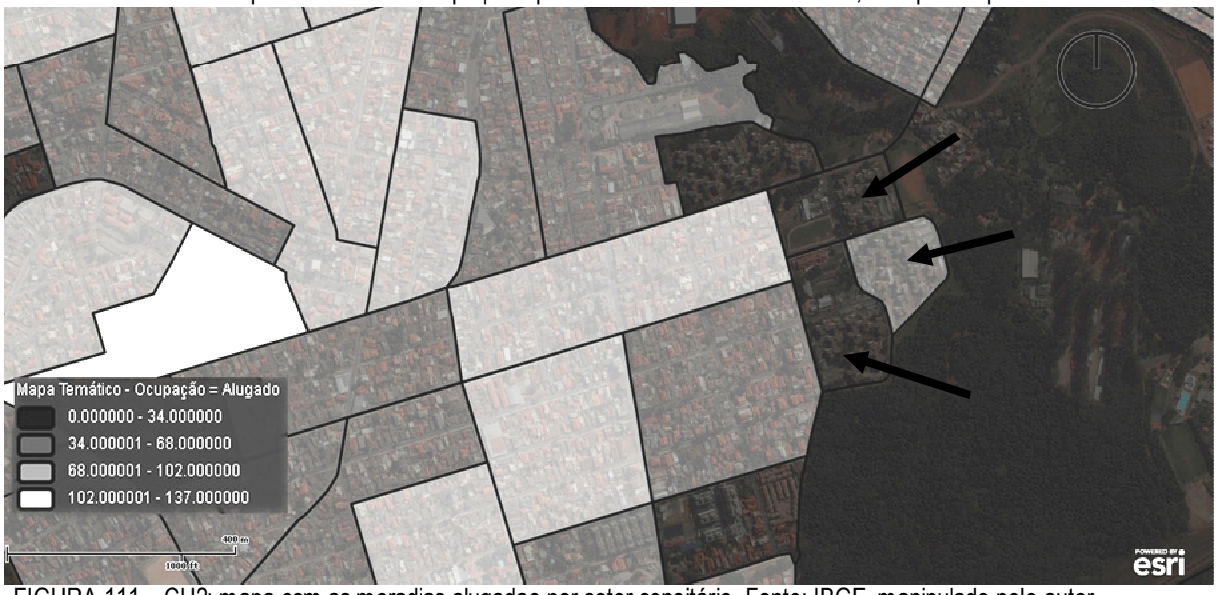


FIGURA 111 – CH2: mapa com as moradias alugadas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

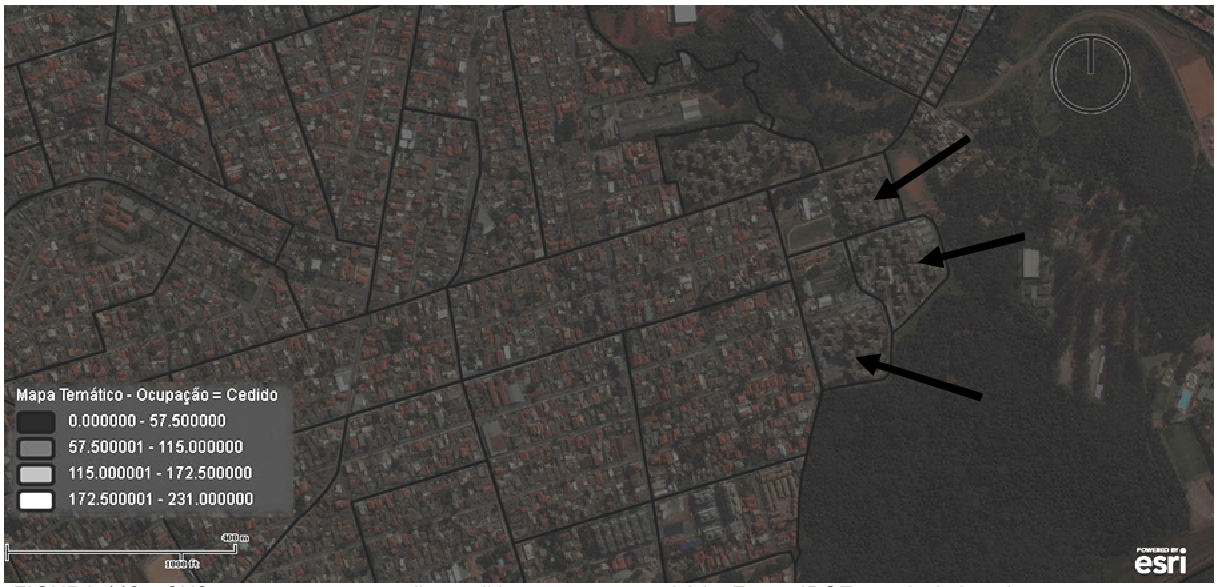


FIGURA 112 – CH2: mapa com as moradias cedidas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

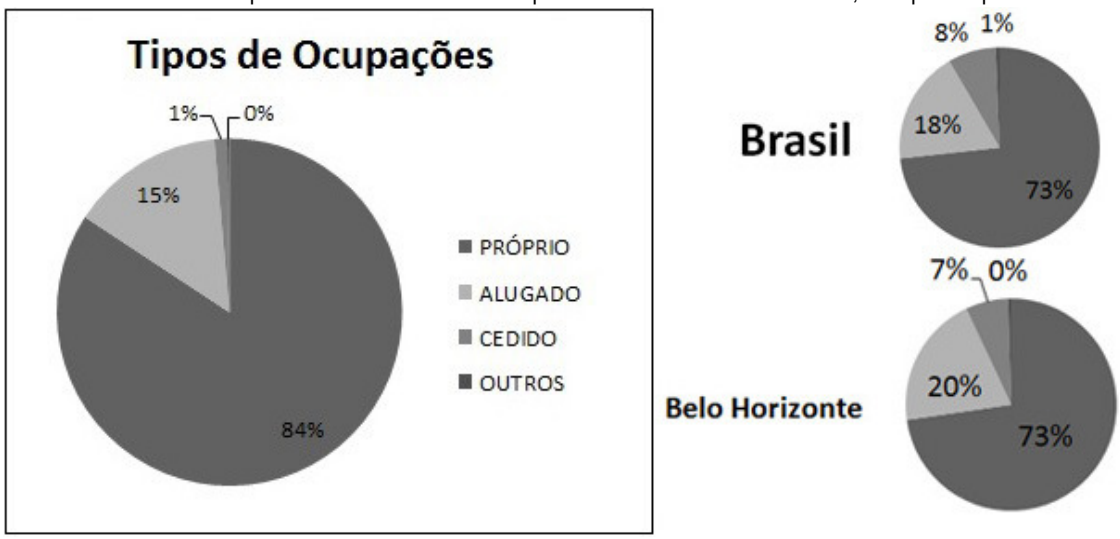
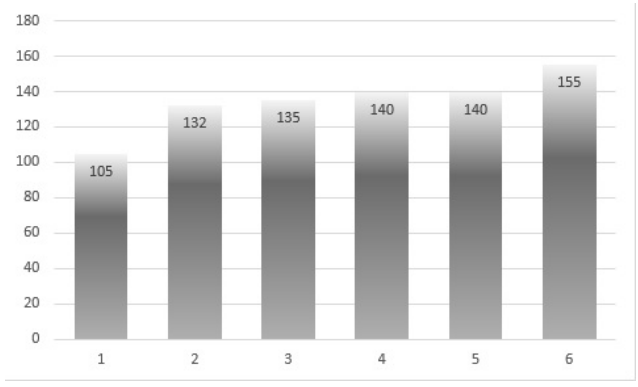


FIGURA 113 – Distribuição percentual de tipos de moradia CH2, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



DOIS QUARTOS

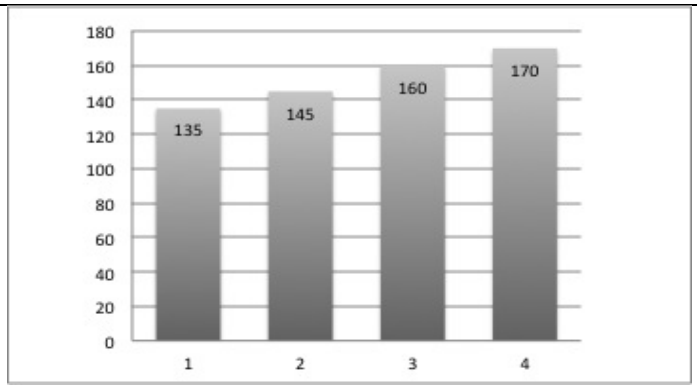
VALOR MÁXIMO: 155

VALOR MÍNIMO: 105

VALOR MÉDIO: 134,5

VARIAÇÃO: 47%

GRÁFICO 2 - Variação nos preços de apartamentos de dois quartos do CH2.
Fonte: Elaborado pelo autor



TRÊS QUARTOS

VALOR MÁXIMO: 170

VALOR MÍNIMO: 135

VALOR MÉDIO: 152,5

VARIAÇÃO: 25%

GRÁFICO 3 - Variação nos preços de apartamentos de três quartos do CH2.
Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados sobre faixa etária mostram que o conjunto tem crianças e jovens em números próximos do seu contexto urbano imediato, mas tem menos adultos e menos idosos do que esse mesmo contexto. Já na comparação entre a distribuição percentual das faixas etárias entre os moradores do conjunto e a população do município e do país, é possível ver que há mais adultos, menos crianças e idosos e um percentual de jovens próximo dessas médias.

Há um setor com maior número de UHs próprias do que os demais e do que os bairros do entorno. Há menos UHs alugadas do que nos bairros vizinhos e relativamente os mesmos volumes de imóveis cedidos. Na comparação entre os percentuais é possível ver que há mais domicílios próprios e menos domicílios alugados e cedidos entre os moradores do conjunto, na comparação com as médias municipal e nacional.

A pesquisa sobre os preços das UHs no mercado imobiliário formal revelou que há uma variação significativa (47%) para as moradias de dois quartos, que variaram entre cento e cinco e cento e cinquenta e cinco mil reais e uma variação bem menor (25%) entre as moradias de três quartos cujos preços encontrados variaram entre centro e trinta e cinco e cento e setenta mil reais. Segundo os moradores, essa diferença existe em função das diferenças radicais no estado de conservação entre os blocos do conjunto menor na comparação entre UHs de três quartos e maior na comparação entre UHs de dois quartos.

5.2.3 – ESTRUTURA INTRAURBANA

A estrutura intraurbana em que se insere o conjunto Flávio de Oliveira pode ser considerada consolidada, já que o conjunto tem mais de trinta anos. Além disso, foi possível perceber um maior sentido de articulação entre o conjunto e os bairros do entorno, principalmente o bairro Cardoso.

QUADRO 6 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH2

Infraestrutura	Verificação	Condição de funcionamento
Sistema de água	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema de esgoto	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema de drenagem	Implantado em todas as áreas	Bocas de lobo novas indicam alguma intervenção recente.
Sistema energia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema telefonia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Iluminação pública	Implantado em todas as áreas	Insuficiente em alguns trechos arborizados (rua Claro das Poções e rua Itapetininga). Quadra central mal iluminada.
Vias urbanas	Implantado em todas as áreas	Recapeamentos cobriram as sarjetas. Meios fios todos de concreto. Vegetação crescendo entre os meios fios e a pavimentação das vias.
Calçadas	Implantado em todas as áreas	Poucas bem conservadas. Nas vias lindeiras à área da COPASA a vegetação cobriu as calçadas.
Arborização urbana	Implantado em todas as áreas	Vários canteiros vazios
Mobiliários urbanos	Implantado em todas as áreas	Há poucos pontos de ônibus. Faltam mobiliários urbanos em geral.

A forma como o conjunto Flávio de Oliveira se insere no bairro, como se suas quadras e suas vias continuassem a porção de cidade que o precede, são garantias de boa qualidade de vida urbana em relação à oferta de comércio e serviço para seus moradores. Isso porque, apesar de possuir a estrutura física monofuncional que caracteriza os conjuntos habitacionais, públicos ou privados, a inserção urbana bem articulada com seu contexto imediato faz com que esses grandes equipamentos se tornem parte dos bairros, compartilhando seus serviços e seu comércio. A situação urbana do conjunto Flávio de Oliveira confirma essa ideia e vai mais longe. A considerável população do conjunto (estimada em cerca de quatro mil pessoas) parece ter contribuindo para incrementar o comércio no seu entorno pela alta demanda que ele criou e pelo tempo de construção que já cuidou de consolidar a atividade comercial do seu entorno (densidade e renda). Tal afirmação se justifica levando-se em conta que há maior presença do comércio formal no bairro Cardoso exatamente nas Ruas Itapetininga e Barão de Monte Alto, em seus trechos próximos ao conjunto como o levantamento de campo constatou. A demanda criada pela população do conjunto Flávio de Oliveira contribuiu também para que surgisse um centro comercial informal dentro do próprio conjunto, na sua quadra central, composto por bares e salões de beleza.

Há poucos ônibus circulando pelo conjunto e poucos pontos de ônibus. Por estar no “fim da cidade” não seria lógico que muitas linhas de ônibus passassem por ele como aconteceria caso ele estivesse inserido num bairro que serve de “passagem” para vários outros. Além disso, durante as visitas de campo, não foram vistos ônibus com intervalos curtos, mesmo em horários de pico. O serviço de capina é feito pela associação de moradores e não pela prefeitura, uma vez que o conjunto é particular. Porém isso só

acontece nos blocos que contribuem mensalmente com a associação. Foi possível nas visitas ao conjunto perceber claramente quais são os blocos que não fazem essa contribuição exatamente pela vegetação crescendo em suas calçadas, estacionamentos e áreas abertas.

O conjunto não dispõe de áreas de lazer e esporte qualificadas. Vários espaços abertos entre os blocos e em seus afastamentos frontais foram ocupados pelas "garagens de lata", avançando pequenas porções de espaço privado – as vagas dos carros – sobre espaços que poderiam ser coletivos. Há crianças do conjunto jogando futebol em vários horários do dia na quadra muito mal cuidada entre os blocos, na rua Itapetininga, em frente ao centro comercial. Já com relação ao grande campo de futebol de grama entre o conjunto e a vila, em nenhuma das visitas pode-se perceber algum tipo de uso dos moradores. O campo encontra-se cercado e parece ter algum controle de uso. O único playground que há no conjunto foi construído pelos próprios lojistas do centro comercial improvisado, em frente a um dos bares. A pista de caminhada construída pela associação de moradores nessa mesma quadra, na área livre em frente à UMEI não parece ser muito utilizada pelos moradores, já que não foi possível ver qualquer sinal de atividade ali durante as visitas. Não há nenhuma árvore na área onde ela foi construída, o que deve desestimular a prática de atividades esportivas no local, mas mesmo nas visitas realizadas no começo da manhã e final da tarde, não foi possível perceber qualquer morador utilizando o espaço.

Pelo que se pode apreender pelas entrevistas, para os moradores não há grandes problemas com a infraestrutura urbana do conjunto.[1] A única queixa ouvida nesse sentido foi quanto à necessidade de mais quebra-molas em algumas ruas do conjunto onde os motoristas costumam exceder a velocidade permitida. Mas nem isso constitui um grande problema, porque segundo eles, a prefeitura sempre instala os quebra-molas poucos dias após a feita solicitação.

Interessante foi perceber que para os moradores entrevistados, as calçadas do conjunto estão em bom estado, contradizendo o levantamento de campo. Os motivos dessa discrepância apareceram nas próprias entrevistas, a partir do entendimento acerca da gestão dos blocos. Como os entrevistados eram ligados à associação de moradores e é essa associação que cuida da manutenção das calçadas, quando responderam que as calçadas estão em bom estado, obviamente eles se referiam às calçadas que têm manutenção regularmente assegurada pela entidade, o que acontece nas áreas dos blocos em dia com a contribuição voluntária mensal paga à associação. Como no caso do conjunto Flávio de Oliveira a gestão condominial é independente para cada bloco, a associação só faz os serviços de limpeza e manutenção das calçadas nos blocos que pagam a taxa mensal de cerca de sessenta reais. Segundo o presidente da associação, apenas cerca de vinte por cento dos blocos estão em dia com a associação. Isso explica o quadro geral de descuido das calçadas e jardins do condomínio, já que a maioria dos blocos além de não contribuir com a associação para que ela cuide dessas áreas também não realiza com os próprios recursos, a sua manutenção.

[1] Entrevistas completas com os moradores: ver anexos 2.1 e 2.2.

QUADRO 7 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH2

Área	Aspectos	Principais pontos da fala dos moradores
Infraestrutura Urbana	Sistema abastecimento água	Nunca houve problemas
	Sistema esgoto	Nunca houve problemas
	Sistema drenagem	Nunca houve problemas
	Sistema energia	Nunca houve problemas
	Sistema telefonia	Nunca houve problemas
	Iluminação pública	É boa até mesmo nas ruas da reserva ambiental
	Pavimentação vias	É boa porque o tráfego não é pesado
	Calçadas	Tem sido bem conservada pelo conjunto
	Outras questões colocadas	Faltam (mais) quebra-molas
Qualidade Urbana	Comércio	Tem de tudo num raio de poucas quadras
	Serviços Saúde	O posto atual é bom apesar da alta demanda Com o novo posto o serviço deve melhorar
	Serviços de Educação	Muitas escolas boas (ensino fundamental) próximas A UMEI é muito boa
	Espaços de Lazer e esportes	Não há nenhuma praça na área do conjunto Não há espaços para esporte e lazer das crianças Não há espaços para a terceira idade
	Serviço de varrição/capina	A capina é mantida pela associação
	Transporte público e mobilidade	Poucas linhas, poucos carros, intervalos grandes Falta de uma linha direta para o Centro Passa em outros bairros primeiro e chega lotado
	Outras questões	

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

A fala dos moradores sobre os aspectos relacionados à qualidade de vida urbana coincidiu com algumas impressões obtidas pelo levantamento de campo. Para eles, a condição de comércio e serviços do conjunto é ótima, não houve qualquer reclamação. Eles disseram que na rua Barão de Monte Alto há todo o tipo de comércio de que precisam, a apenas um quarteirão do conjunto (para alguns blocos). Eles também se mostraram muito satisfeitos com o centro de saúde atual e com a perspectiva de um novo centro que já se encontra em construção na área da antiga FEBEM.[2] Também se disseram satisfeitos com a oferta de escolas na região. A questão da falta de áreas de lazer é o grande problema do conjunto em relação á qualidade de vida dos moradores, segundo as lideranças do conjunto entrevistadas. Houve relatos de que a instalação de um equipamento de lazer por parte da prefeitura esbarrou no problema das

[2] Vários moradores entrevistados disseram não usar o Centro de Saúde do Urucuia por terem plano de saúde privado dado pela empresa onde trabalham.

áreas abertas do conjunto não serem públicas em termos jurídicos.[3] Os moradores também reclamaram muito do serviço de transporte coletivo em vários aspectos (intervalos, número de linhas, transbordo).

Em relação à infraestrutura urbana, os dados da PBH confirmam as informações das entrevistas e do levantamento de campo. Há redes cadastradas em todas as vias do conjunto devidamente instaladas dentro dos padrões. O mapa de redes de esgoto e água revela algo que ao mesmo tempo confirma a visão dos moradores, para quem tudo sempre funcionou bem, já que mostra que todos os blocos são atendidos por essas redes, mas também atesta o que foi detectado no levantamento de campo, no sentido de não terem sido encontrados indícios de redes de drenagem e esgoto em todas as vias. Esse mapa não traz informações sobre a rede pública de drenagem, mas mostra que não há rede de esgoto em um trecho da rua Solidariedade, contíguo à reserva ambiental. Nesse caso, a rede de esgoto dos blocos voltados para esse trecho da via deve passar por dentro do terreno do conjunto habitacional até a rede pública de esgoto mais próxima na rua Intersindical. Tal solução não constitui nenhum problema técnico, já que essa rede conseguirá funcionar perfeitamente por gravidade, mas pode trazer (ou ter trazido) problemas de gestão condominial na medida em que redes de esgoto de certos blocos passam por baixo ou ao lado de outros blocos, exigindo certos acordos para manutenção e consertos.

Todo o entorno do conjunto possui redes de água e esgoto exceto o pequeno assentamento autoconstruído no encontro dos córregos do Barreiro e do Clemente,[4] que possui somente a primeira. Se esse dado da PBH estiver correto, o esgoto desse assentamento deve estar sendo lançado nesses dois cursos d'água à montante do conjunto Flávio de Oliveira. O mapa de redes de energia e telefonia confirma o levantamento de campo, indicando que todas as vias do conjunto e dos bairros vizinhos estão abastecidas. Ele mostra ainda que, mais uma vez, somente a pequena vila erguida próximo ao conjunto não tem acesso a essas redes, pelo menos oficialmente. Por fim, o mapa de calçamento de vias e passeios mostra que, como já havia sido indicado pela pesquisa de campo, todas as vias do conjunto tem suas ruas e calçadas pavimentadas dos dois lados, até mesmo as ruas lindeiras à reserva ambiental. O mapa mostra ainda que somente nas vias que dão acesso à área da COPASA e ao Parque das Águas Burle Marx não há passeios pavimentados.

Os dados da PBH com relação à questão da qualidade de vida urbana trazem alguns elementos novos. Em primeiro lugar, no mapa com os serviços de educação e saúde, já é possível ver o centro de saúde ainda em construção na área da antiga FEBEM, além dos outros centros nos bairros vizinhos. O mapa também mostra, além da UMEI e da E.M. Antônio Mourão, dentro do conjunto, duas escolas citadas na entrevista com os moradores: a E.M. Ana Alves Teixeira (Ana Alves) e a E.E. Álvaro Laureano Pimentel (Pimentel). As duas têm uma boa avaliação de acordo com os números do último IDEB, acima da média

[3] Segundo eles, a prefeitura não irá instalar uma das "academias a céu aberto" no conjunto até que a associação faça um documento de concessão da área aberta em frente à UMEI para o município. A PBH pretendia instalar trezentas dessas "academias a céu aberto" até o fim de 2013.

[4] Nos levantamentos de campo, nas entrevistas e nas pesquisas realizadas, não foi encontrado o nome dessa "vila".

municipal no ensino fundamental I. Ambas, entretanto têm notas abaixo da média municipal do ensino fundamental II. A E.M. Antônio Mourão Guimarães tem nota um pouco menor do que a nota municipal no ensino fundamental I. Esses números comprovam que há de fato boas opções, pelo menos para a primeira parte do ensino fundamental, entre as escolas públicas das redondezas do conjunto.

TABELA 3 – Avaliação das escolas públicas na área do CH2

Nome da Escola	Abrangência	Avaliação do IDEB (2011)			
		FUNDAMENTAL I		FUNDAMENTAL II	
		Média escola	Média da cidade	Média da escola	Média da cidade
E.M. Antônio Mourão Guimarães	Creche, Pré Escola, Fund. I.	5,3	5,8	-	-
E.M. Ana Alves Teixeira	Creche, Pré Escola, Fund. I, Fund. II, EJA.	6,5	5,8	2,1	4,2
E.E. Dr. Amaro Neves Barreto	Educação Especial Fundamental.	-**	-	-**	-
Colégio Sabiracema	Fund. I, Fund II, Ens. Médio.	-	-	-	-
E.M. Dulce Maria Homem	Pré Escola, Fund. I, Fund. II.	6	5,8	5,1	4,2
E.E Eng. Francisco Bicalho	Fund. I, Fund. II, Ens. Médio, EJA.	-**	-	4,2	4,2
E.M. Pedro Aleixo	Fund. I, Fund II.	5,8	5,8	4,8	4,2
E.E. Álvaro Laureano Pimentel	Fund. I, Fund. II, Ens. Médio.	6	5,8	4	4,8*

*Não houve avaliação em 2011. As notas correspondem ao IDEB de 2007.
** Não houve avaliação
Fonte: Base de dados do INEP (Prova Brasil 2011). Acessado através do site <www.escol.as> em 04/11/2013.

No caso do Centro de Saúde do Urucuia, que hoje ainda atende os moradores do conjunto Flávio de Oliveira, foi possível perceber que o atendimento, em termos quantitativos, está próximo do ideal, o que pode ser verificado confrontando esses dados com os parâmetros municipais de saúde estabelecidos no plano de "Organização Territorial dos Serviços Municipais de Saúde em Belo Horizonte" (PBH, 2003). É importante notar, no entanto que este Centro de Saúde tem um público alvo maior principalmente na faixa de risco de vulnerabilidade social considerado "médio", o que confirma os dados do perfil socioeconômico dos moradores do conjunto e do seu entorno. As informações sobre a situação do Centro de Saúde confirmam as impressões passadas pelos moradores sobre a boa qualidade desse serviço.

TABELA 4 – Avaliação do centro de saúde na área do CH2

Centro de Saúde	População Total (Censo 2010)	Distribuição da Pop. Total por Faixa de Risco (IVS)				População Total Cadastrada	No. ESF	
		ME	EL	MD	BA		Hoje	Ideal
Urucuia	18.412	952	925	16.535	0	18.075	5	5,3

Dados fornecidos pela Gerência de Assistência/SMSA/PBH
ME: Risco Muito Elevado; EL: Risco Elevado; MD: Risco Médio; BA: Risco Baixo. ESF: Equipes de Saúde da Família.
Hoje: no. de ESF atendendo segundo a SMSA. Ideal: no. de ESF estabelecido pelo planejamento municipal.

No caso do mapa que mostra as áreas de esportes e lazer do conjunto Flávio de Oliveira e seu entorno, é possível confirmar com maior precisão as impressões do levantamento de campo e das entrevistas. Há não só no conjunto, mas em todo o bairro Cardoso, e de resto em boa parte da cidade de Belo Horizonte, uma carência de espaços públicos de lazer e esportes. Há quatro campos de futebol próximos ao conjunto, mas todos eles ou são privados ou no caso do campo dentro do parque das águas, tem seu uso vinculado à gestão interna do parque. No mapa com as indicações sobre os modais de transporte que abastecem a área do conjunto Flávio de Oliveira, é possível perceber que os ônibus que circulam pelo conjunto conseguem atender satisfatoriamente os moradores em relação à distância até o ponto, já que eles passam por todas as quadras. O mapa, contudo, indica uma linha de ônibus intermunicipal passando pelo conjunto que não foi identificada nas visitas nem pelas entrevistas. O mapa elaborado ao longo da pesquisa, com as indicações principais de uso do bairro, confirma a fala dos moradores sobre a facilidade de acesso ao comércio que eles possuem. É possível identificar uma presença grande de atividades comerciais ao longo das ruas Itapetininga e principalmente na Rua Barão de Monte Alto.



FIGURA 114 - Rua Intersindical no limite com a área de preservação da COPASA.
Fonte: Foto do autor (21/11/13).



FIGURA 115 - Comércio formal da rua Barão de Monte Alto.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).



FIGURA 116 – Comércio informal dentro do CH2.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).



FIGURA 117 - Jardim dos blocos inadimplentes do CH2.
Fonte: Foto do autor (27/09/13).



FIGURA 118 - Calçada dos blocos inadimplentes do CH2.
Fonte: Foto do autor (27/09/13).



FIGURA 119 - Quadra improvisada dentro do CH2.
Fonte: Foto do autor (21/11/13).



FIGURA 120 - Pista de caminhada na quadra central do CH2.
Fonte: Foto do autor (27/09/13).

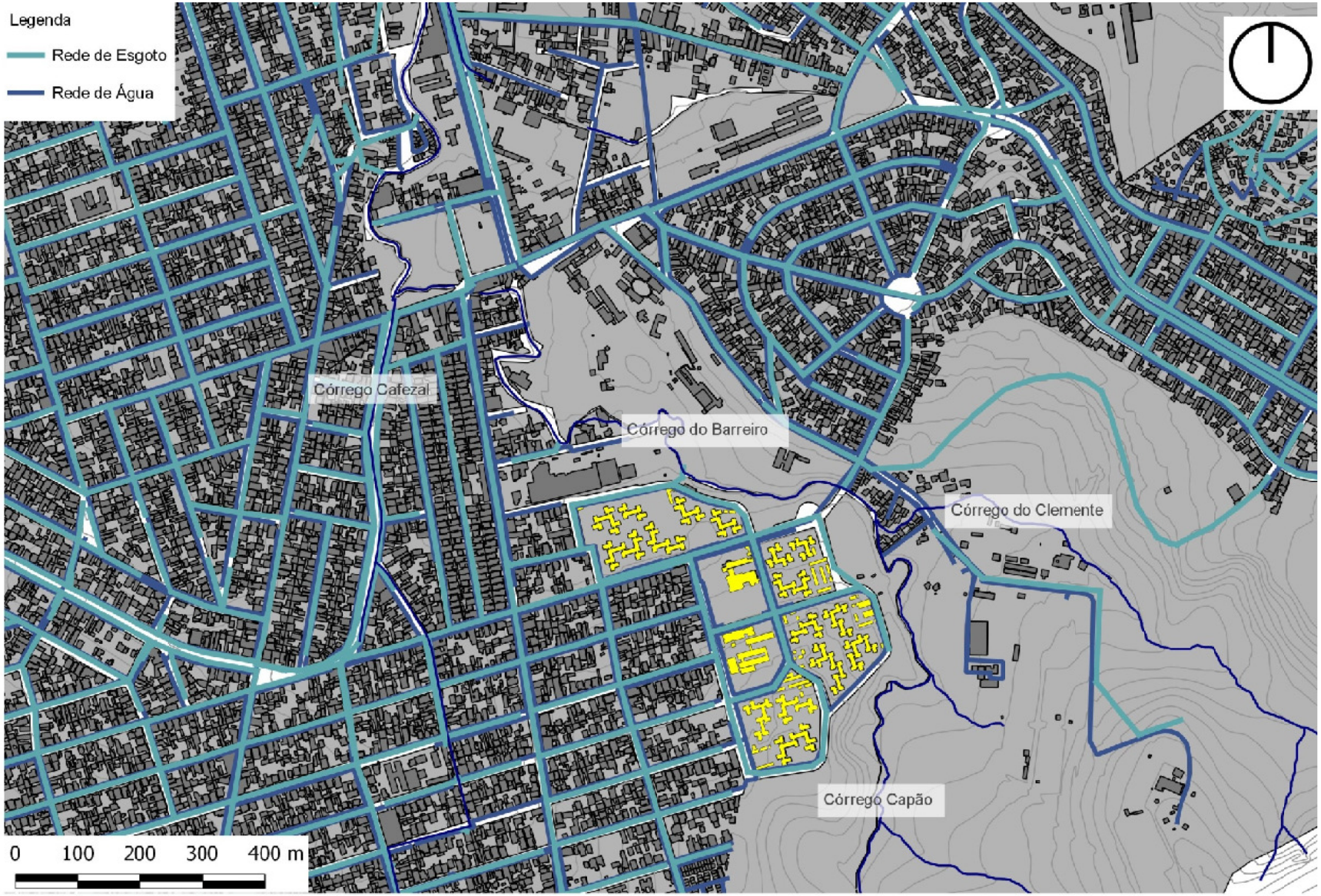


FIGURA 121 – Mapa de redes de esgoto e água do CH2 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 122 – Mapa de redes de energia e telefonia do CH2 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

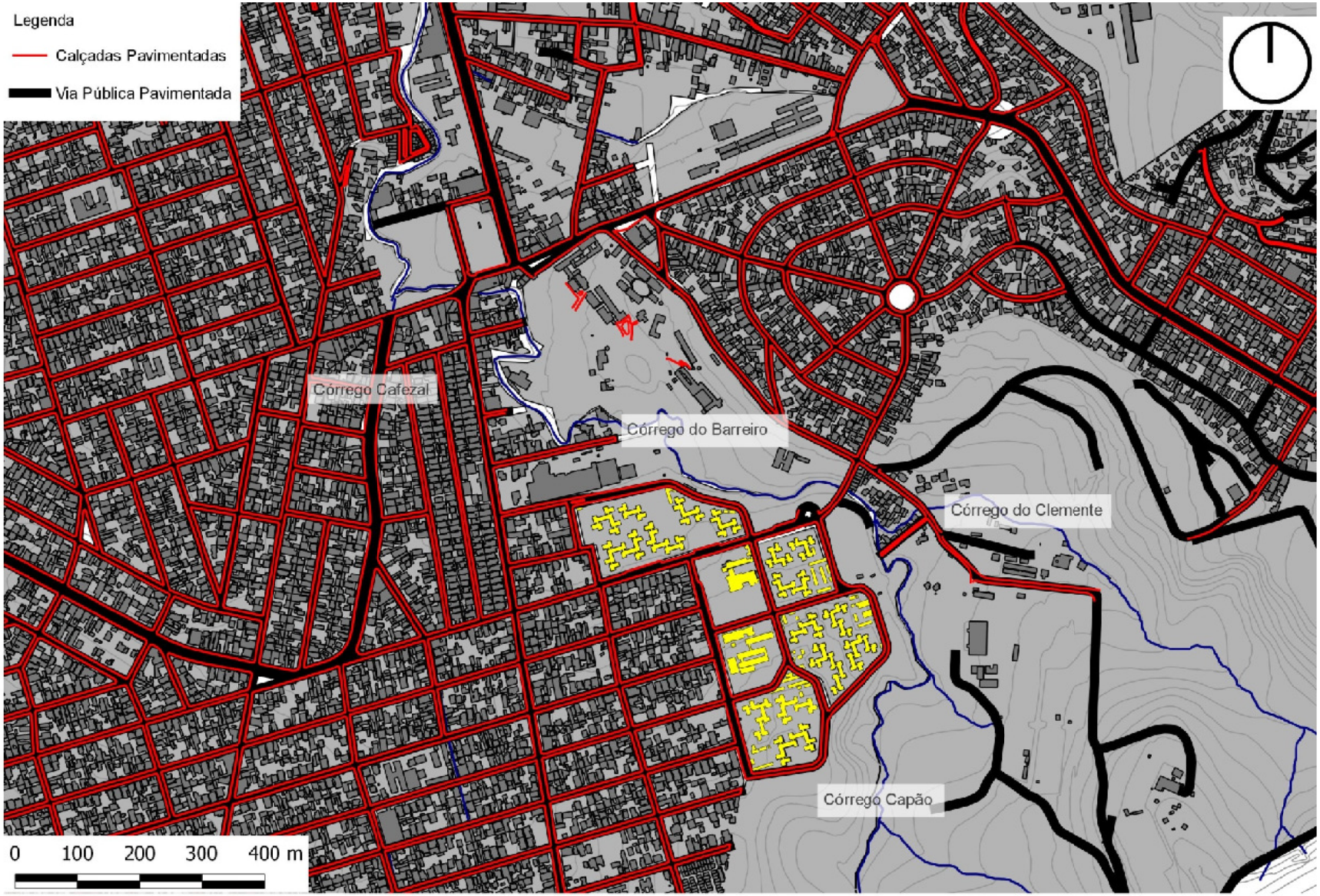


FIGURA 123 – Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH2 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 124 – Mapa de serviços de saúde e educação do CH2 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

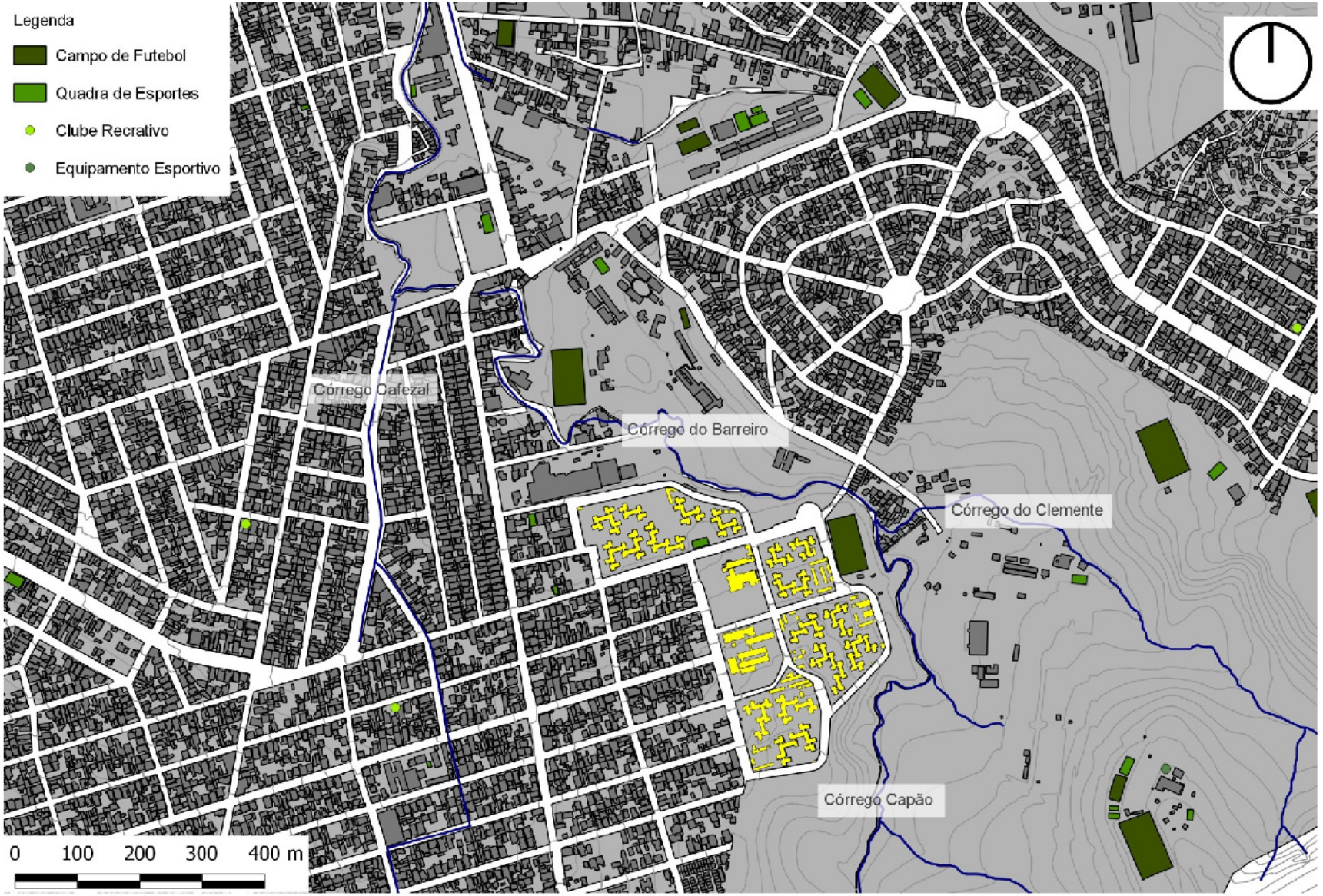


FIGURA 125 – Mapa de equipamentos de esporte e lazer do CH2 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

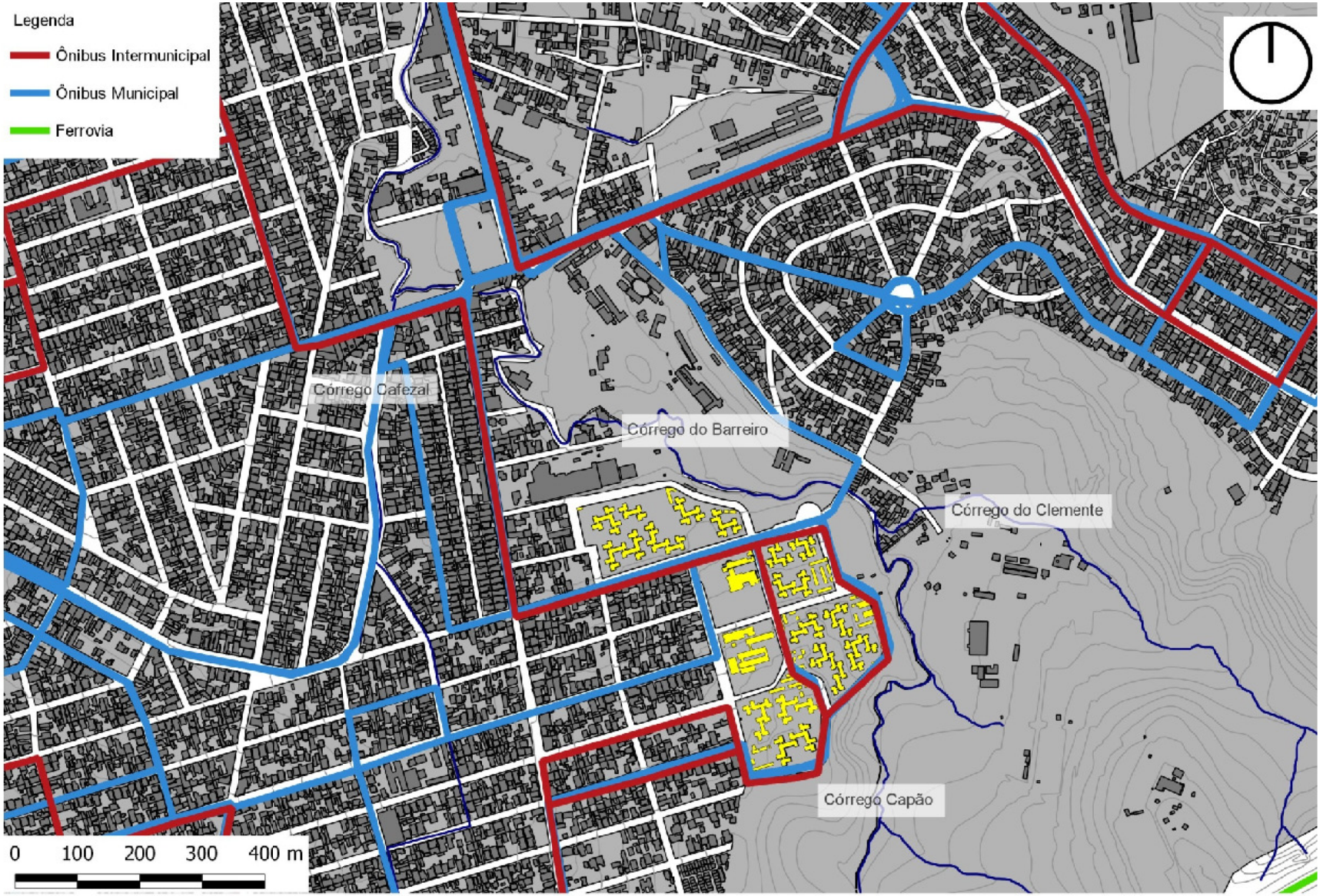


FIGURA 126 – Mapa do sistema de transporte do CH2 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

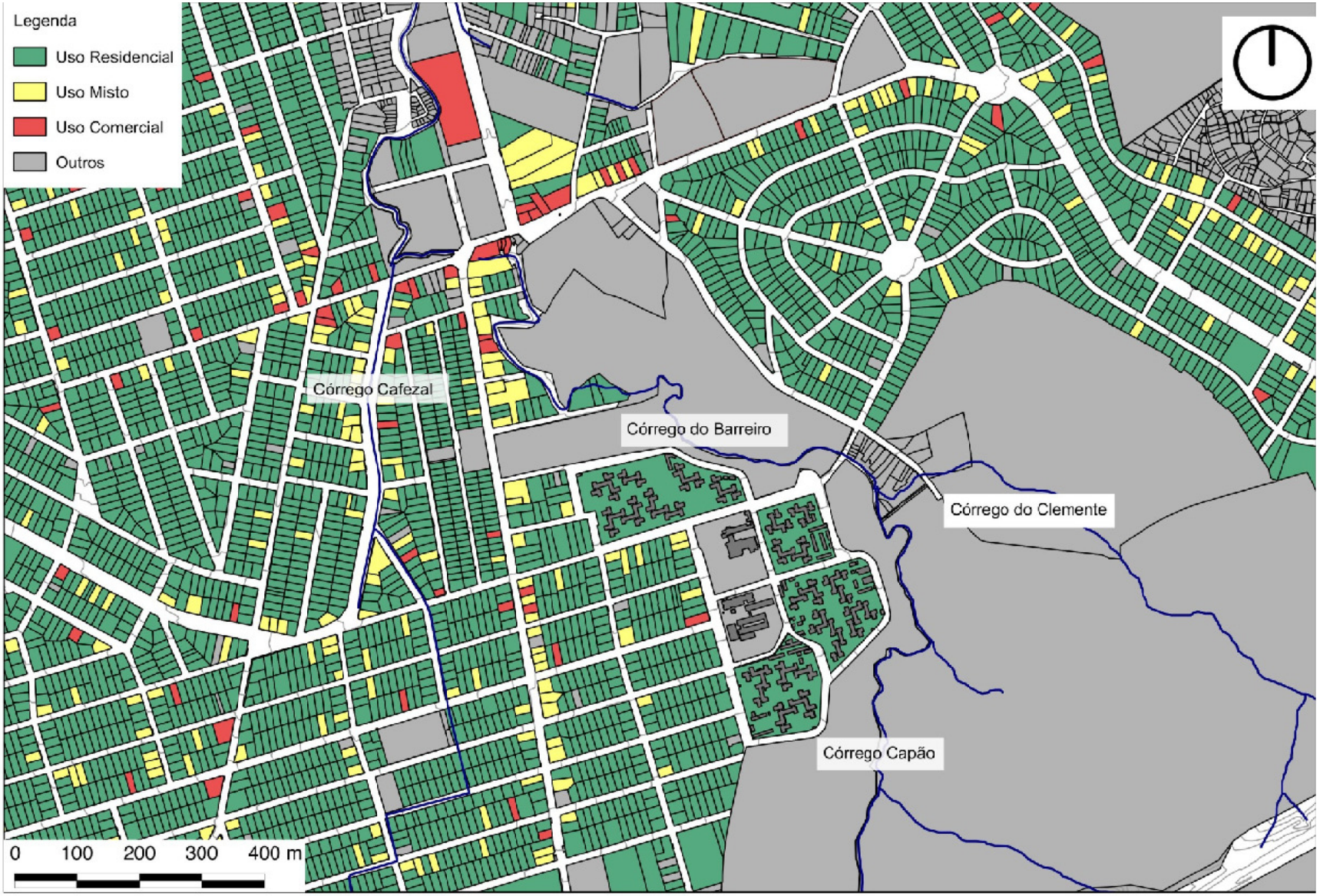


FIGURA 127 – Mapa de usos do CH2 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

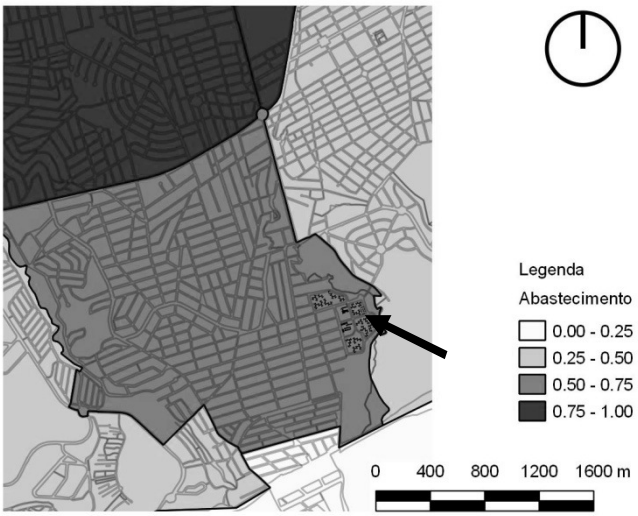


FIGURA 128 – Mapa de IQVU do CH2 – Abastecimento.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

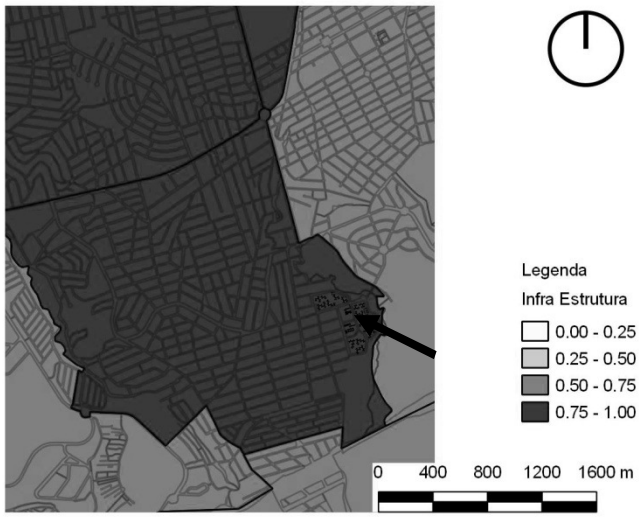


FIGURA 129 – Mapa de IQVU do CH2 – Infraestrutura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

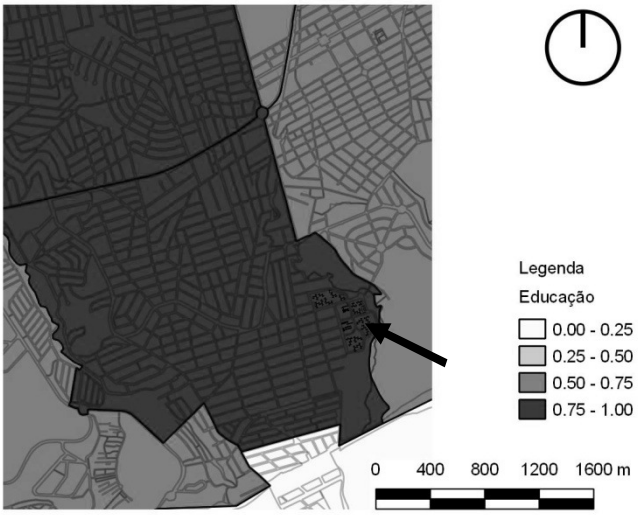


FIGURA 130 – Mapa de IQVU do CH2 – Educação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

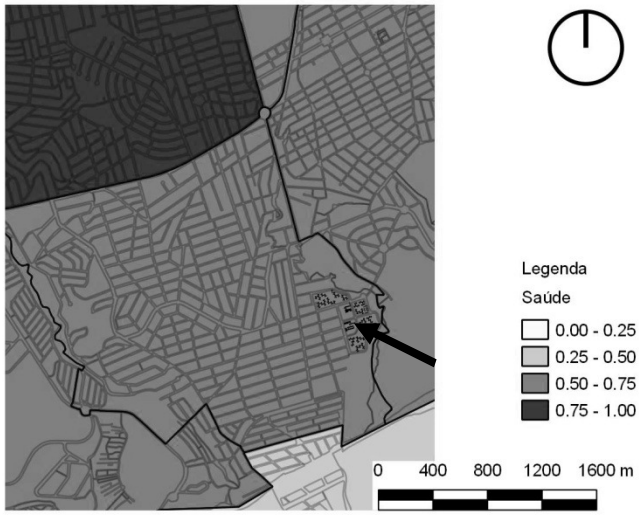


FIGURA 131 – Mapa de IQVU do CH2 – Saúde.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

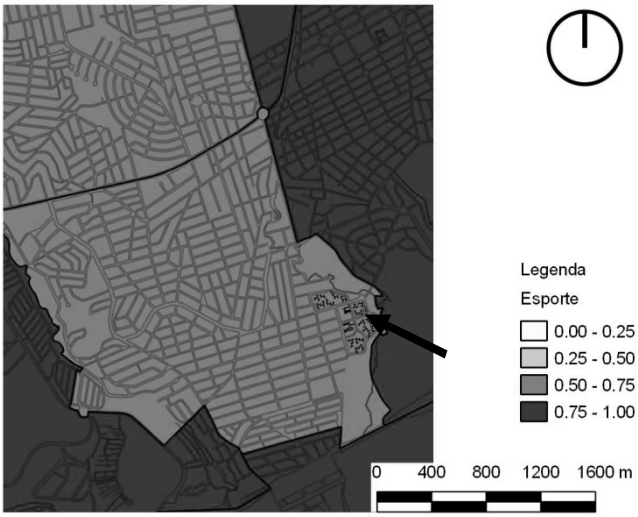


FIGURA 132 – Mapa de IQVU do CH2 – Esporte.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 133 – Mapa de IQVU do CH2 – Cultura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

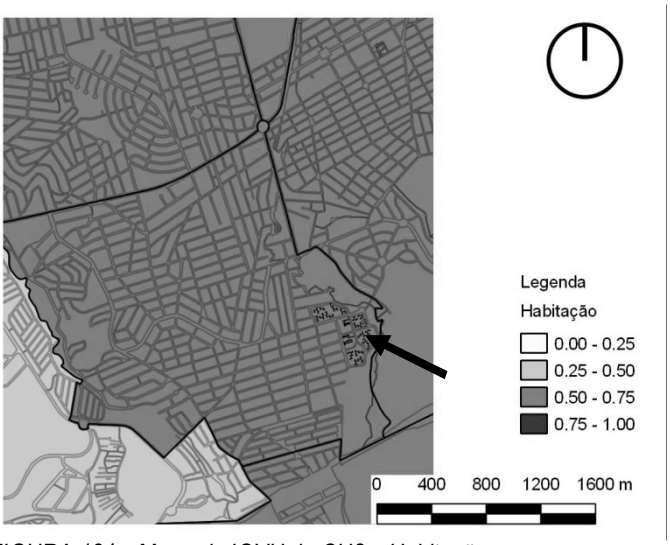


FIGURA 134 – Mapa de IQVU do CH2 – Habitação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

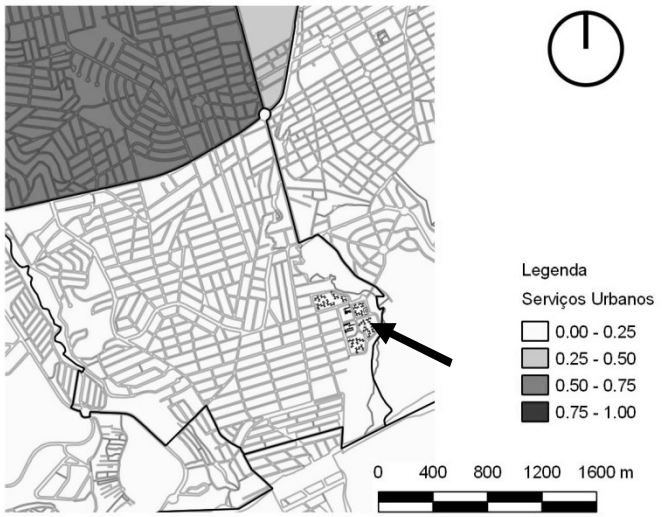


FIGURA 135 – Mapa de IQVU do CH2 – Serviços Urbanos.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

A UP em que se insere o conjunto Flávio de Oliveira inclui, além dele, os bairros Cardoso, Pongelupe, Brasil Industrial, Novo Santa Cecília, Diamante e Miramar. Formam, portanto uma área urbana bastante extensa, fazendo com que os dados específicos do conjunto fiquem bastante diluídos. Mesmo assim, a avaliação do IQVU fornece indicadores importantes para a pesquisa, revelando como a administração municipal vê a qualidade urbana do conjunto Flávio de Oliveira e dos bairros à sua volta.

O abastecimento alimentar foi considerado bom, com uma avaliação acima dos bairros a leste e a oeste, assim como o item infraestrutura urbana, só que nesse caso com uma avaliação muito boa. A educação também foi avaliada como muito boa, acima da média das regiões vizinhas. A saúde foi avaliada como boa, no mesmo nível da maioria dos bairros do entorno. O item esporte foi avaliado como bom, abaixo de várias regiões a leste e oeste. Já o item cultura foi avaliado como médio, mas acima dos bairros vizinhos. A questão da qualidade das habitações foi avaliada como boa, na mesma média da região, a não pelos bairros a oeste. Por fim os serviços urbanos foram classificados como ruins, assim como quase todos os bairros da região, a não ser pelos que ficam a norte (Teixeira Dias, Santa Helena, Barreiro, Olaria).

A região do conjunto Flávio de Oliveira teve avaliações que variam de ruim a muito bom nos oito itens. Ficou melhor do que o seu entorno em quatro itens, igual ao entorno em três e pior em apenas um.

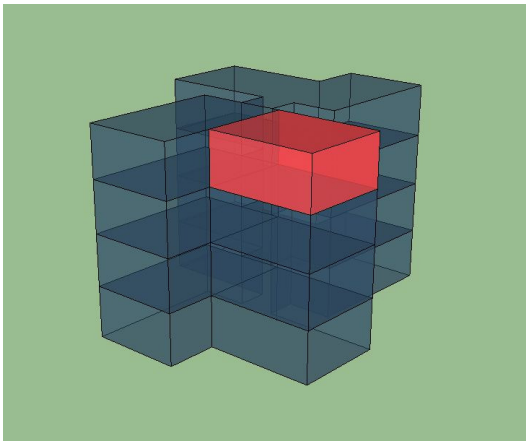


FIGURA 136 – Volumetria da bloco do CH2 (UH destacada).
Fonte: Elaborado pelo autor

ÁREA TOTAL: 96.383 m2
NÚMERO DO BLOCOS: 64
NÚMERO DE UHs: 973
DENSIDADE HABITACIONAL (liq): 101 UH/ha
DENS. POPULACIONAL (liq): 403 hab/ha aprox.
ÁREA ABERTA: 73.343 m2
ÁREA ABERTA/HABITANTE: 19 m2 aprox.
PADRÃO DAS UHs: 2 E 3 QUARTOS



FIGURA 137 - Planta geral do CH2 (implantação).
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da Prodabel.

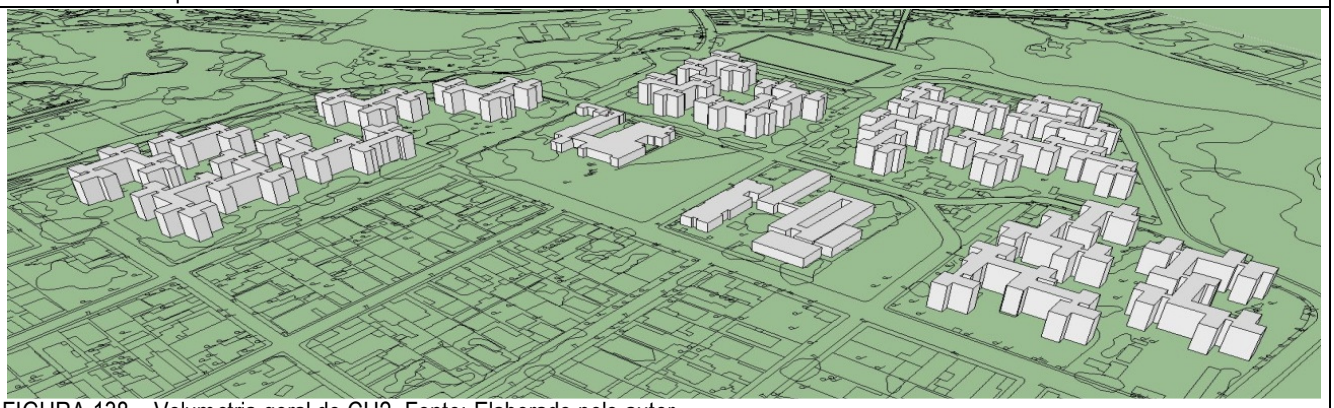


FIGURA 138 - Volumetria geral do CH2. Fonte: Elaborado pelo autor.

O conjunto Flávio de Oliveira foi construído a partir de um desenho urbano que dá continuidade ao traçado do bairro Cardoso. Além disso, ele conecta o bairro Cardoso ao bairro Flávio Marques Lisboa, passando pelo córrego do Barreiro pela rua Flamengo. Esses dois fatores, aliados à condição do relevo bastante suave em toda a área, incrementam a integração entre o conjunto e os bairros vizinhos. Em algumas ruas específicas, há uma continuidade natural entre o bairro e o conjunto, que não seria percebida se não fosse pela ordenação regular dos edifícios do conjunto.

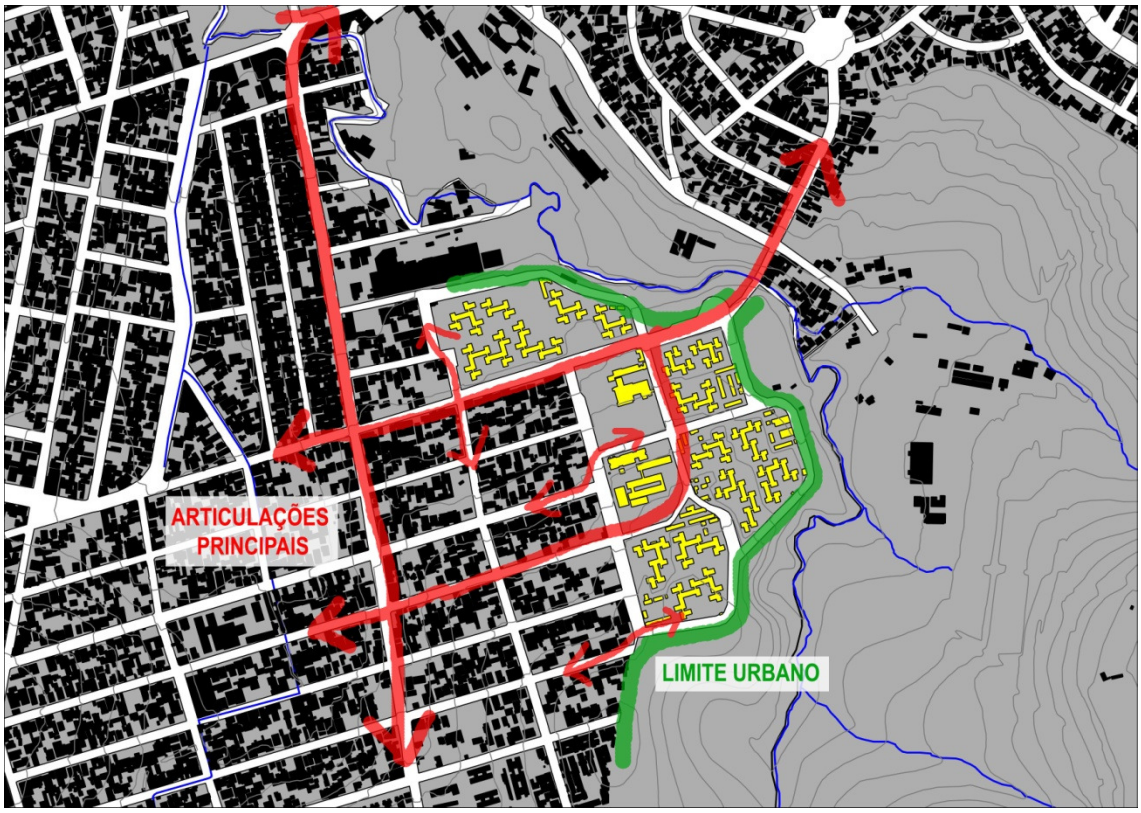


FIGURA 139 – Análise gráfica do projeto urbano do CH2.
Fonte: Elaborado pelo autor sobre a base de dados da PBH.

O conjunto fica numa situação clara de “fim de linha”, espremido entre o bairro Cardoso e a reserva ambiental da COPASA. Com isso, a maioria de suas ruas não tem trânsito de passagem. A opção de setorização urbana do conjunto é bastante acertada nesse sentido, já que coloca o comércio e os equipamentos públicos (escola municipal e UMEI) nas duas quadras centrais, deixando as quatro quadras periféricas para os blocos habitacionais. Com isso os equipamentos ficam a meio caminho entre os moradores do conjunto e os moradores do bairro Cardoso, favorecendo o compartilhamento dessa estrutura.

O levantamento de campo encontrou uma situação significativa de apropriação dos espaços coletivos no conjunto Flávio de Oliveira. Grande parte dessa apropriação se dá por meio de ocupações privadas do espaço coletivo, as “garagens de lata”, sobre as quais se falará mais adiante. Mas há também apropriações coletivas em uma das quadras centrais onde foram construídos pelos moradores a sede da

associação, o pequeno núcleo de comércio e áreas de lazer e esporte. Os generosos espaços vazios deixados no projeto urbano favoreceram essas apropriações. Mesmo assim, o caráter heterônomo do conjunto habitacional ainda prevalece fortemente e não é possível dizer que a condição inorgânica essencial da estrutura física de um grande conjunto habitacional esteja sendo diluída com o tempo. Ao contrário, o movimento para demolir as "garagens de lata" e a vontade de padronizar as áreas abertas e fachadas dos prédios, manifestado por alguns moradores, revela o desejo de retorno a uma situação original, mais inorgânica e heterônoma da estrutura física e espacial do conjunto.

5.2.5 – CONDIÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A condição especial do conjunto Flávio de Oliveira faz com que estar no fim da cidade traga alguns benefícios significativos em termos ambientais. A vizinhança com a mata da COPASA dota os espaços urbanos do conjunto com um microclima agradável e com uma atmosfera de tranquilidade. Isso acontece principalmente nas ruas que fazem limite com essa área. Há também árvores de grande porte em muitas das ruas internas do conjunto. Em várias visitas realizadas ao conjunto, essa condição sempre foi encontrada, até mesmo em dias quentes e em dias e horários de maior movimento. A presença do córrego do Barreiro é muito marcante no conjunto, principalmente ao longo da rua Claro dos Poções, paralela a ele em um longo trecho, de onde é possível ver seu leito natural. Nas visitas foi possível perceber um odor de esgoto doméstico próximo ao córrego e muito lixo em suas margens.

O lixo foi visto ao longo da rua Claro dos Poções e nas margens do córrego do Barreiro onde também foi encontrado entulho de construção, principalmente nas proximidades de uma URPV na esquina com a rua Flamengo. Há várias carroças que fazem o transporte de entulho passando por essa rua. É possível vê-las todos os dias em diferentes horários. Parte dos detritos que carregam deve cair ao longo do percurso justificando a situação dessa rua em particular. Na rua Camacho, entre rua Cipotânea e rua Claro das Poções num trecho de poucos metros também foi encontrado muito lixo espalhado. Nas ruas centrais do conjunto não foi visto nenhum sinal de lixo a não ser em situações muito pontuais, próximas dos cestos onde são deixados os sacos de lixo.

Porém, a questão mais marcante detectada no levantamento de campo do conjunto Flávio de Oliveira em termos ambientais é, sem dúvida, a presença maciça das "garagens de lata". Essas construções improvisadas ocuparam os espaços abertos do conjunto em vários pontos, tanto em áreas internas – pátios entre os blocos e entre os blocos e a rua – como também sobre os passeios e logradouros públicos. Segundo relatos, elas inicialmente começaram a ser erguidas somente como uma cobertura metálica para garantir sombra para os carros. Depois, começaram a ser fechadas de grade nas laterais para garantir maior segurança aos veículos até que finalmente começaram a ser fechadas por chapas metálicas, para que ninguém pudesse ver qual carro havia ali dentro. Como foram sendo feitas individualmente ao longo do tempo, não há qualquer uniformidade entre elas. Em alguns casos, há uma continuidade de posicionamento entre elas, como se tivesse havido algum tipo de acordo nesse sentido.

Por meio das visitas de campo foi possível perceber que tanto elas foram erguidas diretamente sobre o piso existente, como também graças a pequenas obras de contenção e aterro.

O levantamento de campo foi capaz de encontrar riscos evidentes aos moradores em relação ao córrego do Barreiro, muito próximo ao conjunto. Sua situação à jusante e à montante evidenciou dois diferentes riscos. Em primeiro lugar, observando a sua canalização ao longo de todo o Barreiro de Cima, à jusante, é possível considerar os riscos reais de alagamento na área próxima ao conjunto, já que esse é o seu último trecho correndo em leito natural antes da canalização. Numa situação crítica, no caso de uma precipitação mais intensa e concentrada, há fortes possibilidades de alagamento nesse ponto. A situação à montante, marcada pela presença de uma vila autoconstruída, indica que há riscos de contaminação da água que passa ao lado do conjunto pelo lançamento de esgotos domésticos e lixo no curso d'água. O levantamento de campo encontrou indícios dessa contaminação. Além disso, há uma Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV) da PBH ao lado do córrego, no encontro das ruas Itapetininga, Flávio de Oliveira e Flamengo. Nas visitas de campo foi possível ver caçambas e carroças chegando e saindo.

O levantamento de campo ainda foi capaz de evidenciar algum risco, no âmbito da segurança urbana, gerado pela iluminação urbana deficiente e no âmbito da saúde pela presença de lixo nas ruas e calçadas em alguns pontos específicos próximos às áreas onde os sacos são depositados pelos moradores. Os trechos de vegetação muito seca junto à cerca de divisa entre o conjunto e a mata da COPASA indicaram também riscos de incêndio florestal nessas áreas, já que não há aceiro na reserva ambiental.

O presidente da associação considera que as "garagens de lata" são o maior problema do conjunto Flávio de Oliveira contribuindo para depreciá-lo em todos os sentidos, inclusive em termos imobiliários. A Por meio da entrevista com os moradores foi possível perceber que há orgulho da qualidade ambiental do conjunto Flávio de Oliveira em relação à alguns aspectos específicos e constrangimento em relação à outros. A qualidade do ar, o baixo nível de poluição sonora, a ambiência das ruas arborizadas foram destacadas por um lado, enquanto o lixo espalhado pelas áreas públicas e as "garagens de lata" foram alvos de críticas por outro, o que é contraditório a princípio, já que foram criadas por eles mesmos.

A impressão negativa causada pelas "garagens da lata" deve-se tanto à invasão dos espaços abertos do conjunto como ao seu estado de degradação. A maioria delas encontra-se enferrujada, suja e pichada. Segundo o presidente da associação, há várias dessas garagens que "pertencem" a pessoas que já se mudaram do conjunto há muitos anos, mas continuam "alugando" as vagas. Ainda segundo ele, há algumas dessas vagas que já foram usadas para esconder carros roubados e "outras coisas". Elas ainda

serviriam, segundo relatos dos moradores, para favorecer a ação de marginais à noite por servirem de anteparo para que eles se escondam para assaltar os moradores próximos aos pontos de ônibus.[5]

QUADRO 8 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH2

Área	Aspectos	Principais pontos da fala dos moradores
Qualidade Ambiental	Cursos d'água	O esgoto só aparece no córrego mais embaixo
	Solo	Nunca houve problemas
	Ar	Ponto mais positivo do conjunto, o ar puro
	Ruídos	Carros de som (propaganda)
	Resíduos Sólidos	Lixo espalhado nas calçadas em alguns pontos
	Outras questões	Presença das "garagens de lata"
Sensação de Risco	Segurança urbana	Problema mais grave no conjunto hoje Muitos roubos de veículos e assaltos à noite Muitos moradores envolvidos com "drogas" O conjunto abriga o tráfico e não só usuários
	Deslizamento/escorregamento	Nunca houve
	Alagamento	Quando acontece, o problema fica lá "embaixo" (vila)
	Endemias	Não há casos
	Incêndios Florestais	Já houve vários incêndios na mata, mas a brigada da COPASA sempre trabalhou rápido

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

A entrevista com os moradores revelou, no que diz respeito aos riscos socioambientais, uma preocupação muito grande com o problema da segurança. Os riscos socioambientais decorrentes da presença do córrego do Barreiro foram minimizados pelos moradores, tanto quanto aos alagamentos como em relação ao lixo e às questões de saúde. Da mesma forma, mesmo apesar dos relatos sobre os vários incêndios florestais que já ocorreram, os moradores não mostraram sentir-se em risco com relação à essa questão, demonstrando muita confiança na brigada de incêndio da COPASA. Curiosamente, eles não reconheceram nenhum tipo de risco de endemias, mas reconheceram, num outro momento da entrevista, que há no conjunto Flávio de Oliveira uma infestação de ratos de todos os tipos.

Curiosamente, os dados da PBH sobre a questão dos resíduos sólidos não apontam nenhum foco de acumulação clandestina na área do conjunto Flávio de Oliveira. Em contrapartida, apontam a av. Ximango, no bairro Flávio Marques Lisboa, do outro lado do córrego do Barreiro como uma área de

[5] Na entrevista, foi relatado que a PBH recentemente autuou a AMCFO em nome de todo o conjunto, pela presença das "garagens de lata" invadindo áreas públicas. O presidente da associação disse estar em negociação com a prefeitura para reverter a multa, mas que a entidade defende a demolição dessas construções, mesmo que isso desagrade muitos moradores. Ele disse ser radicalmente contra a sua presença no conjunto.

deposição clandestina de lixo. O levantamento de campo cuidou de verificar essa indicação em duas visitas diferentes, espaçadas em mais de um mês, e em nenhuma delas foi visto qualquer sinal de lixo acumulado nessa avenida.

Os dados da PBH com relação aos riscos socioambientais a que está sujeito o conjunto Flávio de Oliveira trazem algumas informações importantes e algumas contradições em relação aos dados primários. Primeiramente, o mapa de riscos geológicos potenciais não apresenta áreas com problemas de escorregamento ou deslizamento próximas ao conjunto Flávio de Oliveira como já havia sido apontado pelas entrevistas. Há somente uma área com foco de erosão, do outro lado do córrego do Barreiro. A questão mais importante apontada pelo mapa diz respeito ao risco de contaminação do lençol freático ao longo do córrego do Barreiro e dos seus formadores, Capão e Clemente. O mapa de riscos de alagamento confirma o que havia sido percebido no levantamento de campo, marcando uma área de inundações ao longo de todo o córrego do Barreiro que começa na vila em frente ao conjunto Flávio de Oliveira. O mapa mostra também que a cota máxima de alagamento realmente não atinge o conjunto como havia sido dito pelos moradores. Nesse caso, a memória dos moradores em relação aos eventos passados coincide com o dado estatístico da PBH indicando que "o problema fica lá para baixo", como eles disseram nas entrevistas.

Na avaliação do IQVU o conjunto Flávio de Oliveira e bairros vizinhos obtiveram uma classificação média no item segurança, mas ficaram acima das UPs vizinhas. No item meio ambiente foram classificados com uma nota muito boa, da mesma forma que as demais UPs situadas na borda urbana, e acima das demais UPs.

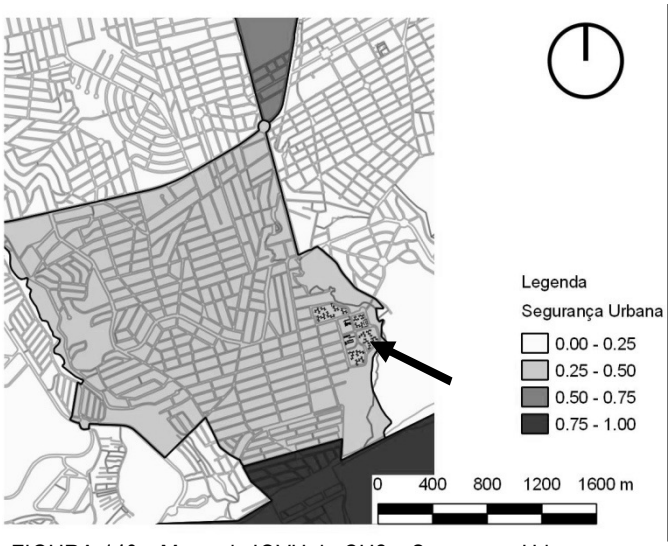


FIGURA 140 – Mapa de IQVU do CH2 – Segurança Urbana.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

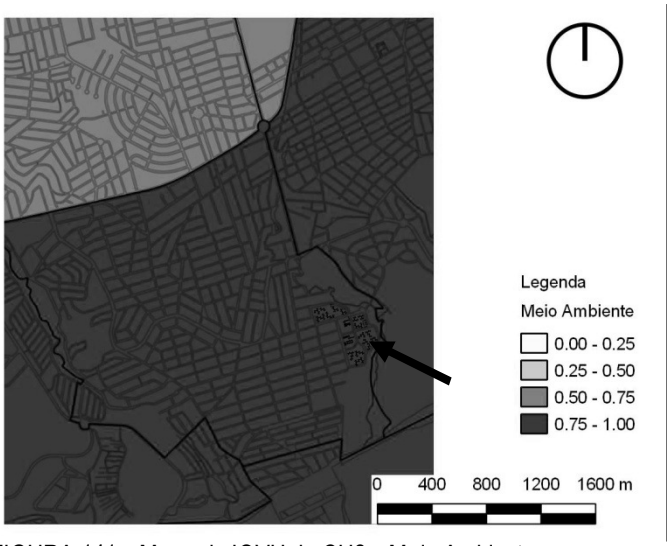


FIGURA 141 – Mapa de IQVU do CH2 – Meio Ambiente.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 142 – Arborização da rua Intersindical.
Fonte: Foto do autor (27/09/13).



FIGURA 143 – Arborização na rua Claro da Poções.
Fonte: Foto do autor (21/11/13).



FIGURA 144 - Córrego do Barreiro, em leito natural.
Fonte: Foto do autor (21/11/13).



FIGURA 145 – Resíduos nas margens do córrego do Barreiro.
Fonte: Foto do autor (21/11/13).



FIGURA 146 - Resíduos na rua Claro dos Poções.
Fonte: Foto do autor (21/11/13).



FIGURA 147 – Resíduos na rua Camacho.
Fonte: Foto do autor (21/11/13).



FIGURA 148 - "Garagens de lata" do CH2.
Fonte: Foto do autor (27/09/13).



FIGURA 149 – Construções sob as "Garagens de lata" do CH2.
Fonte: Foto do autor (27/09/13).



FIGURA 150 – Córrego do Barreiro ao lado do CH2.
Fonte: Foto do autor (21/11/13).



FIGURA 151 - Divisa entre o CH2 e a mata da COPASA.
Fonte: Foto do autor (27/09/13).



FIGURA 152 – "Garagens de lata" construídas nas áreas de uso coletivo.
Fonte: Foto do autor (27/09/13).

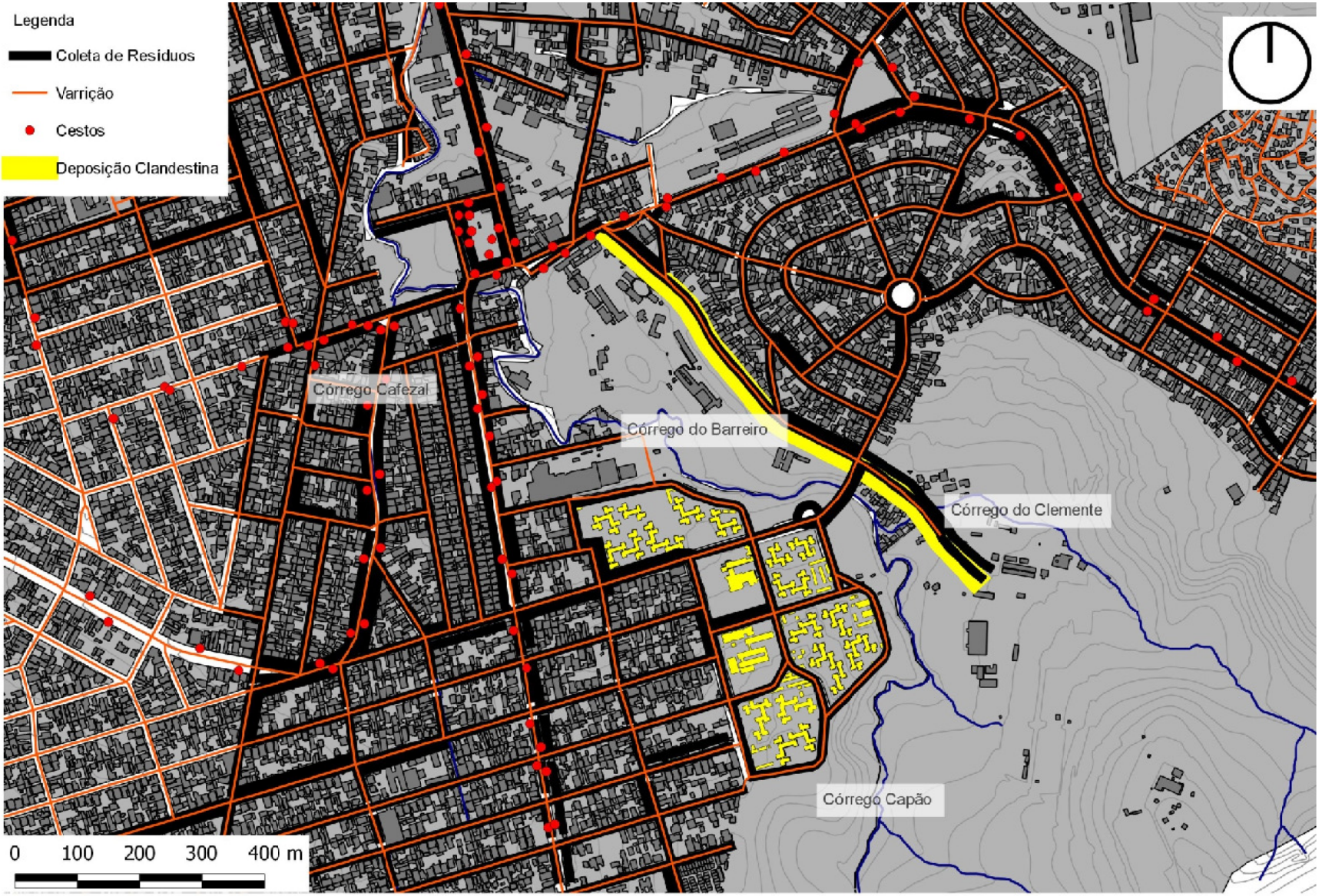


FIGURA 153 – Mapa de gestão de resíduos sólidos do CH2 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

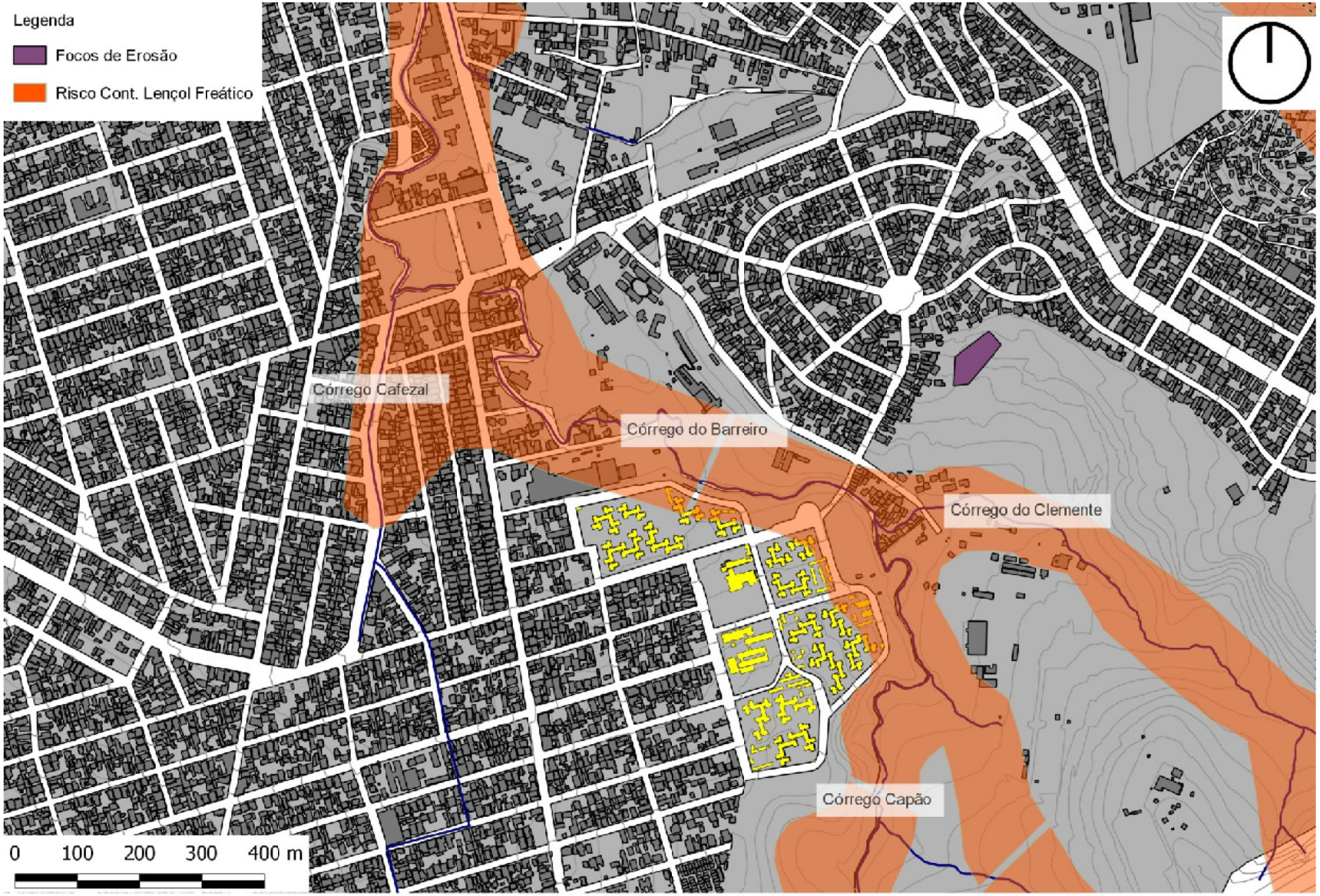


FIGURA 154 - Mapa de risco geológico do CH2 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

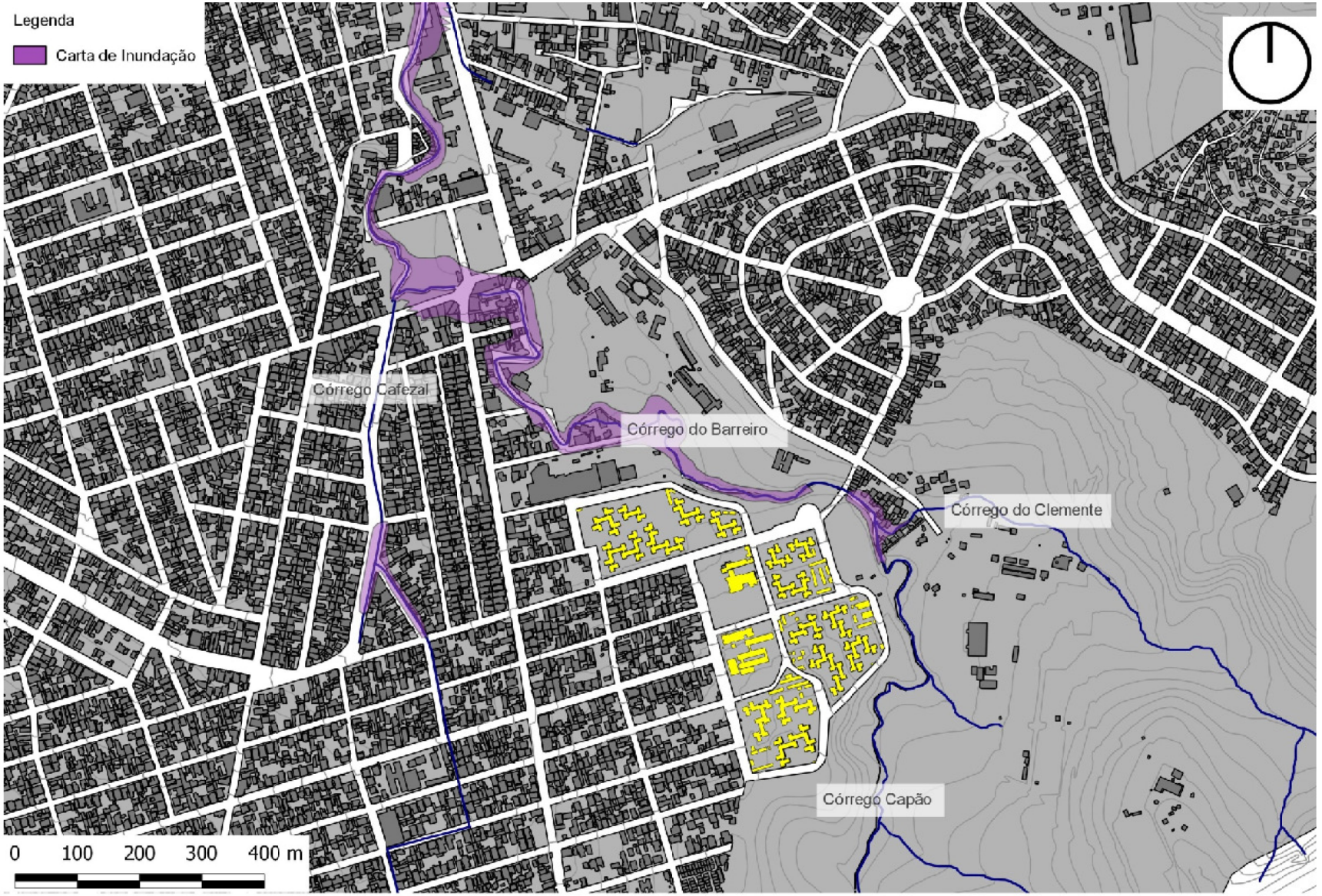


FIGURA 155 - Mapa de risco de alagamento do CH2 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.2.6 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECOPOLÍTICA

Há no conjunto uma associação de moradores chamada AMCFO (Associação dos Moradores do Conjunto Flávio de Oliveira), criada pouco depois da sua construção. A associação desempenha hoje um papel meramente burocrático de recolhimento de uma contribuição voluntária de cada bloco para manutenção e capina das áreas abertas. Cada bloco tem uma gestão independente, o que explica prédios bem conservados (poucos) e outros em condição muito precária em relação às fachadas (a maioria). A associação sobrevive financeiramente do aluguel da maior parte do seu imóvel localizado na quadra central do conjunto, para eventos e para uma escola particular. Seus diretores realizam suas funções dentro da entidade após o seu horário de trabalho de forma voluntária, o que contribui para uma atuação sociopolítica discreta dessa entidade. Segundo um dos entrevistados, a própria associação é que levanta os problemas do conjunto e corre atrás dos órgãos públicos, com ajuda de alguns vereadores, para fazer suas reivindicações sem qualquer participação significativa dos moradores, que de forma geral não se interessam por nada e nunca se mobilizaram em torno de qualquer questão em toda história do conjunto. Segundo outro diretor da associação, o maior inimigo das assembleias coletivas é o "capítulo da novela da televisão", argumento usado pela maioria dos moradores para justificar suas ausências.

Quem se interessa muito pelos problemas do conjunto são os candidatos a vereador, conta esse morador, principalmente na época das eleições municipais, em função da população do conjunto. "Mas depois somem", completa. O mapa com os dados da PBH sobre o OP mostra que há algumas obras nos bairros vizinhos mas nenhuma obra no conjunto Flávio de Oliveira, apesar do número muito expressivo de moradores.

A situação encontrada no conjunto é de uma desmobilização social total, o que é irônico no caso de um conjunto habitacional nascido de uma cooperativa de trabalhadores da indústria, ligada aos sindicatos. O nível de articulação social e ecopolítica no conjunto lembra muito mais a de um bairro de classe média, em que cada prédio com o seu síndico tenta resolver os seus problemas internos de ordem burocrática e técnica e simplesmente não há um *locus* de discussões coletivas para onde possam ser trazidas questões socioambientais que afetam todos os prédios numa escala de bairro. A inexistência de espaços públicos qualificados de esporte e lazer num conjunto habitacional com quase quatro mil pessoas, que já tem mais de trinta anos e que tem várias áreas abertas vazias disponíveis é um forte indício de que o nível de articulação sociopolítica no conjunto é e sempre foi praticamente inexistente.

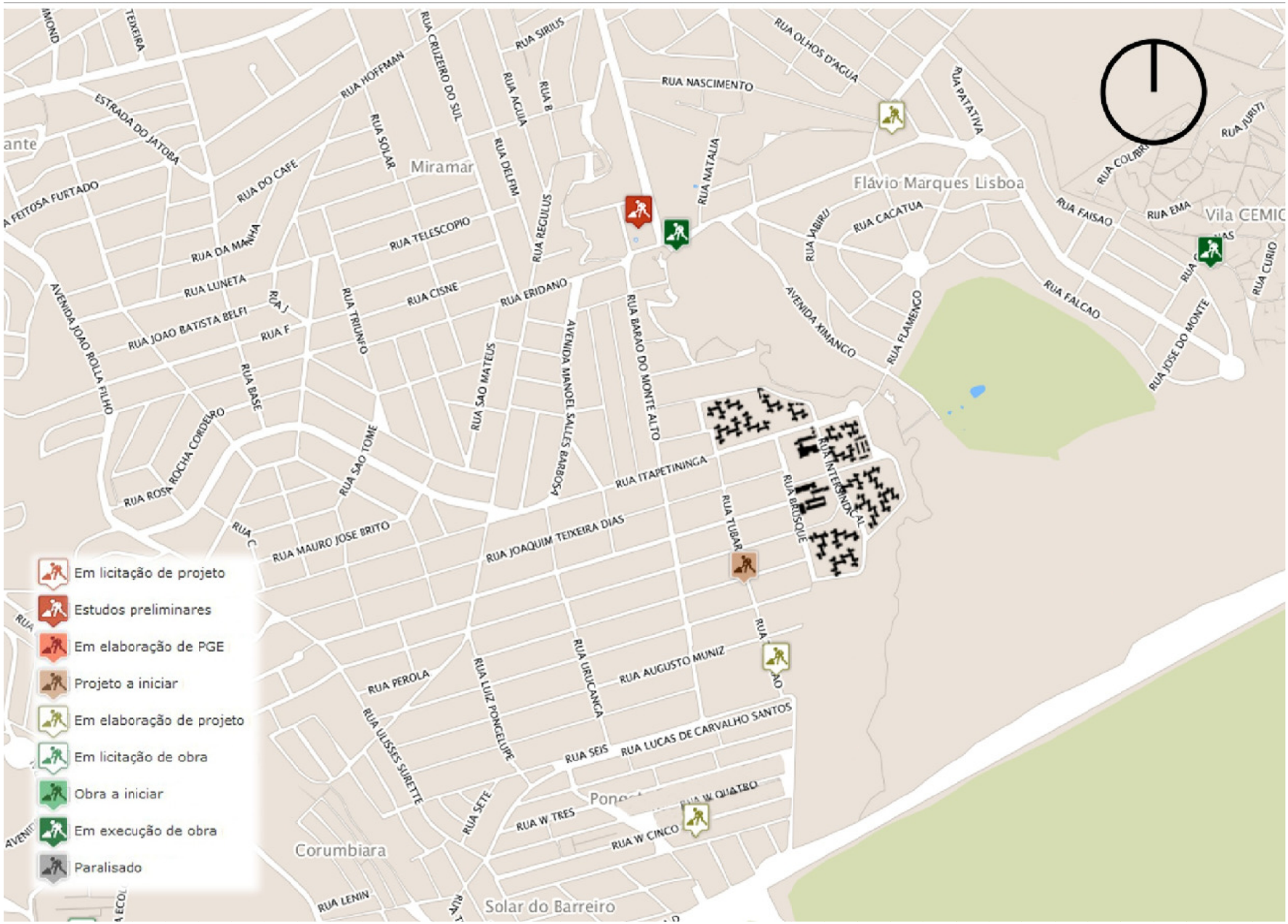


FIGURA 156 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH2 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.3 – CONJUNTO PONGELUPE



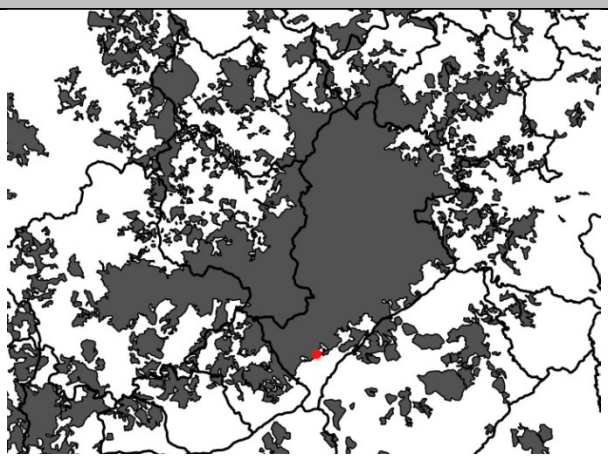
CH3	PONGELUPE
	CIDADE: BELO HORIZONTE REGIONAL: BARREIRO DATA (INAUGURAÇÃO): 1978 NATUREZA DO EMPREENDIMENTO: PRIVADO AGENTE EMPREENDEDOR: Sancruza

FIGURA 157 - Mapa de localização do CH3 na RMBH.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PDDI.



FIGURA 158 - Foto aérea do CH 3 (destacado em vermelho).
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor

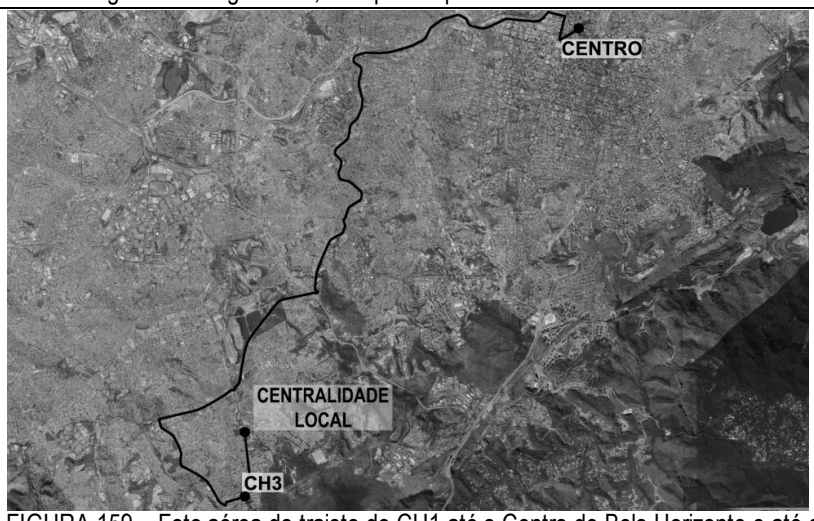


FIGURA 159 - Foto aérea do trajeto do CH1 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima.
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor.

DISTÂNCIAS
ATÉ O CENTRO **Praça Sete de Setembro** **19,6 Km** TRAJETO: Av. Barão de Monte Alto Av. Olinto Meireles Via do Minério Av. Teresa Crsitina Av. Contorno Av. Amazona
ATÉ A CENTRALIDADE LOCAL MAIS PRÓXIMA **Praça José V. da Silva** **2,1 Km**

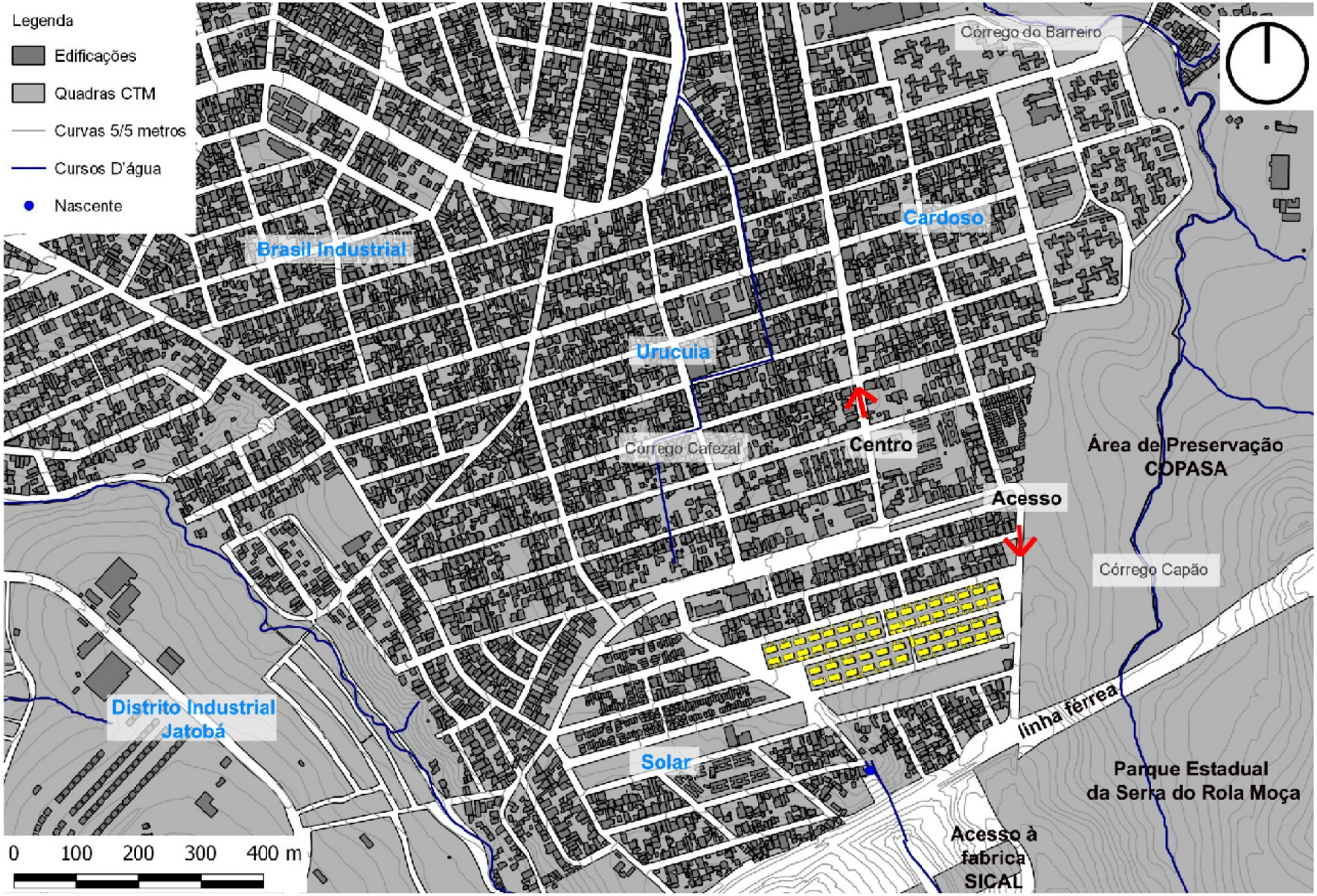


FIGURA 160 – Mapa da situação urbana do CH3 (área de análise). Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

O conjunto Pongelupe faz parte de um pequeno bairro homônimo e que é limitado ao sul pela rua Robertson Pinto Coelho, à oeste pela rua Antônio Eustáquio Pinheiro, a norte pela rua Lucas de Carvalho Santos e a leste pela rua Augusto Degois e pela área de preservação da COPASA. Todo o bairro constituía até os anos de 1970, uma chácara, pertencente a uma família de origem italiana, a família Pongeluppi, e foi parcelado com quadras compridas e estreitas (cerca de trezentos metros de comprimento por trinta metros de largura) – o que exigiu a criação de vias de pedestres nos sentido transversal. As quadras alongadas do bairro Conjunto Pongelupe foram definidas por ruas com nomes que permaneceram até hoje: rua W2, rua W3, rua W4 e rua W5. No sentido contrário, a partir da canalização do córrego Cafezal, foi implantada a rua S2. O conjunto habitacional Pongelupe, analisado aqui, ocupa três quadras do bairro Conjunto Pongelupe, duas delas ocupadas pelos blocos e uma com áreas abertas comuns. Há duas quadras a norte do conjunto habitacional que foram comercializadas como lotes individuais e em toda a área a oeste da rua S2 foram construídas casas geminadas de dois pavimentos. O conjunto Pongelupe, foi construído como um conjunto habitacional popular, com cinquenta e seis blocos de três pavimentos. As pessoas de fora e mesmo da região às vezes se referem ao "Conjunto Pongelupe" (bairro) e às vezes ao "conjunto Pongelupe" (conjunto habitacional) nas conversas sobre essa área, o que sempre cria alguma confusão.

5.3.1 – CARACTERIZAÇÃO DA BORDA

O conjunto Pongelupe foi construído a cerca de seiscentos metros ao sul do conjunto Flávio de Oliveira, também fazendo limite com a área de preservação da COPASA, o que cria várias características comuns entre essas duas situações. Os registros históricos dos últimos vinte e cinco anos mostram que não houve alteração no entorno do conjunto Pongelupe ao leste, na divisa com a área de preservação da COPASA, o que também ocorreu na caracterização da borda do conjunto Flávio de Oliveira. O bairro Conjunto Pongelupe, correspondente aos quarteirões em volta do conjunto habitacional, no entanto, estavam completamente desocupados na foto aérea de 1989, ainda que todas as vias já tivessem sido implantadas. Também as áreas urbanas mais ao sul do bairro Cardoso (ao norte, em relação ao conjunto habitacional) já possuiam vias urbanas, mas ainda estavam completamente desocupadas em 1989. Nesse registro, é possível ver ainda que o bairro Solar do Barreiro, ao sul do conjunto, já tinha uma ocupação, ainda que esparsa, na sua porção leste. O bairro Novo Santa Cecília ainda não havia sido implantado. Ao fim e ao cabo, o conjunto Pongelupe parecia em 1989, um assentamento de alta densidade, isolado da cidade em meio a uma ocupação urbana ainda rarefeita.



FIGURA 161 – Foto aérea do CH3 em 1989. Fonte: PBH.



FIGURA 162 – Foto aérea do CH3 em 1994. Fonte: PBH.



FIGURA 163 – Foto aérea do CH3 em 2002.Fonte: Google Earth.



FIGURA 164 – Foto aérea do CH3 em 2006.Fonte: Google Earth.



FIGURA 165 – Foto aérea do CH3 em 2010.Fonte: Google Earth.



FIGURA 166 – Foto aérea do CH3 em 2013.Fonte: Google Earth.

O registro seguinte mostra uma expansão urbana acelerada que ocorreu em cinco anos. Há um significativo aumento da ocupação urbana nos bairros Cardoso, ao norte, e Solar do Barreiro ao sul. Neste último caso, acontece também um avanço da ocupação na direção oeste, no vale do córrego Mineirão. Tem inicio também a ocupação urbana do bairro Conjunto Pongelupe, nas quadras ao longo da rua Lucas de Carvalho Santos. A partir daí, porém, os limites sul e leste parecem se consolidar, ao longo da divisa com a área da COPASA e ao longo da linha férrea, respectivamente, e o grande avanço da ocupação se dá na direção oeste, inclusive com o surgimento de novos bairros: o Novo Santa Cecília e a Vila Pinho. Ao longo dos anos de 2000, a borda urbana cresceu principalmente nessas áreas ao longo do córrego Mineirão e parece ter se estabilizado no entorno imediato do conjunto Pongelupe.

Os limites urbanos mais próximos ao conjunto, leste e sul, são essencialmente fronteiras (*Grenzen*). A cerca que faz a divisa com a área institucional e a linha de trem constituem barreiras fixas e com baixo grau de permeabilidade. Atravessar qualquer uma das duas é uma aventura que envolve riscos. No primeiro caso por se tratar de uma grande área de interesse ambiental em que não há uma boa condição de gestão e segurança e no segundo caso porque os cortes e aterros criados no terreno natural para a implantação da linha férrea geram enormes desníveis. As fotos mais antigas mostram uma parte do bairro Solar do Barreiro que avançava entre os vales dos córregos Mineirão e Cafezal, depois da linha férrea, na direção sul, até a estrada que dá acesso ao Parque do Rola Moça. O arruamento vai sendo tomado pela vegetação ao longo dos anos de 1990 e uma ocupação incipiente na parte mais meridional começa a acontecer a partir dos anos de 2000.

5.3.2 – PERFIL DOS MORADORES

Os dados da PBH sobre renda familiar média por bairro não caracterizam claramente o perfil econômico dos moradores do conjunto Pongelupe porque consideram o bairro Conjunto Pongelupe e não somente o conjunto habitacional. Assim, incluindo áreas de baixa densidade num bairro já muito pequeno, as variações entre as faixas de renda acabaram sendo muito sutis. Mesmo assim, é possível perceber um maior número de famílias nas faixas de renda média entre 2 e 5 (classe D) e entre 5 e 10 salários mínimos (classe C) nesse bairro. Mesmo descontando a presença das famílias do bairro Conjunto Pongelupe que se misturaram aos moradores do conjunto, como percentualmente esses moradores correspondem à uma parcela muito alta na população desse bairro, é possível estender essa conclusão ao grupo de moradores do conjunto isoladamente.

Os dados do censo de 2010 do IBGE mostram que o conjunto Pongelupe tem uma população de pardos próxima da mesma população nos bairros vizinhos. As populações de brancos e negros, são contudo, menores no conjunto do que no seu entorno urbano. Em termos de proporção percentual entre as raças, os dois setores censitários que englobam o conjunto Pongelupe trazem uma distribuição muito próxima à das médias municipais e nacionais, espelhando a distribuição racial geral.

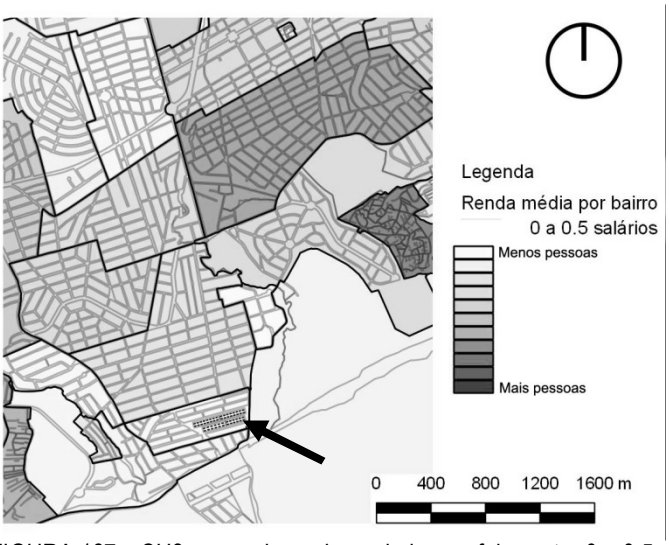


FIGURA 167 – CH3: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

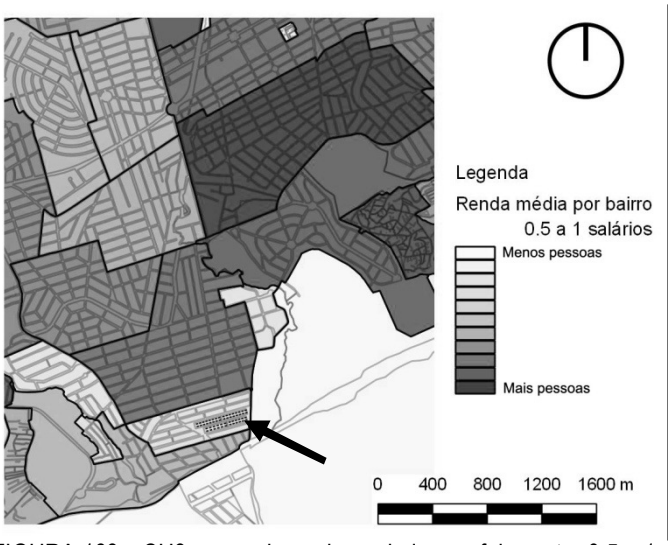


FIGURA 168 – CH3: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

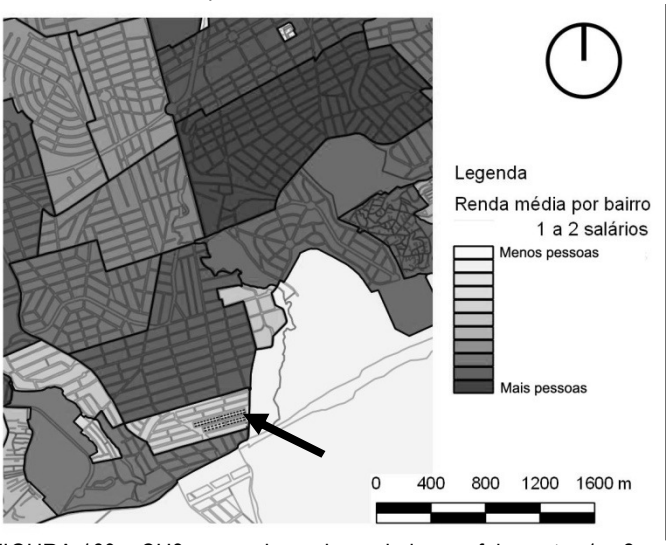


FIGURA 169 – CH3: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

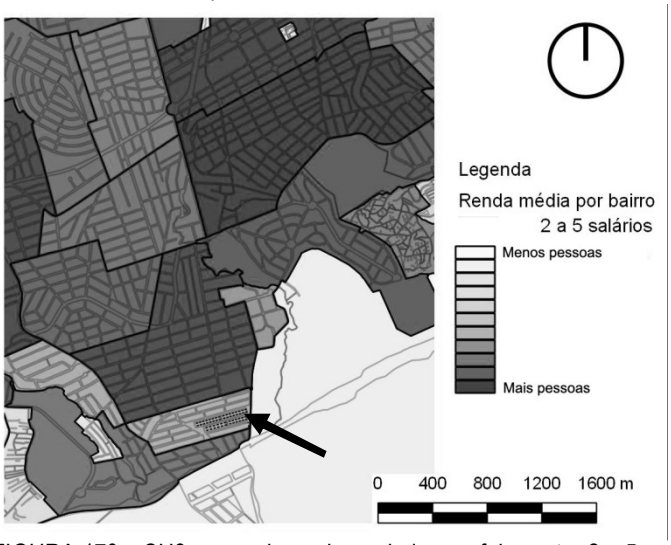


FIGURA 170 – CH3: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

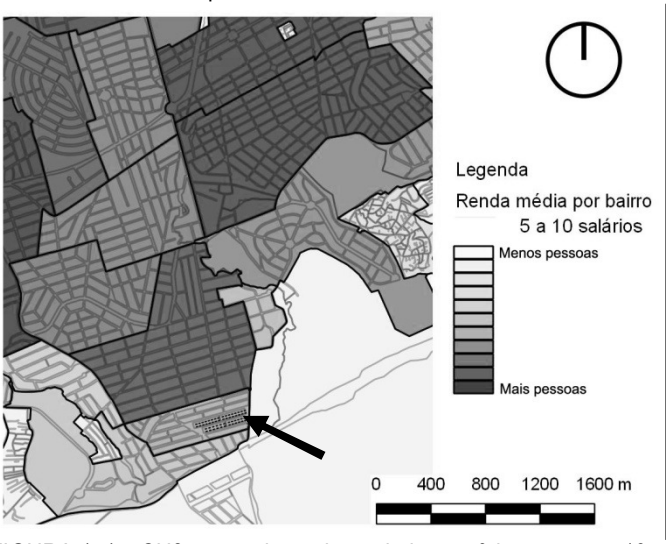


FIGURA 171 – CH3: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

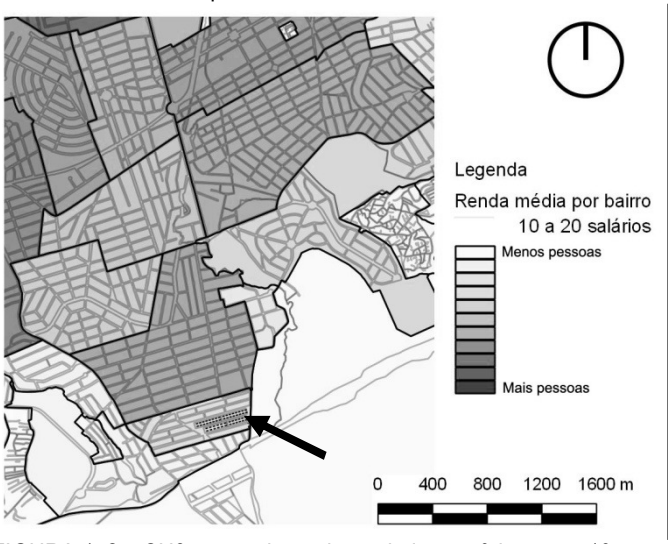


FIGURA 172 – CH3: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

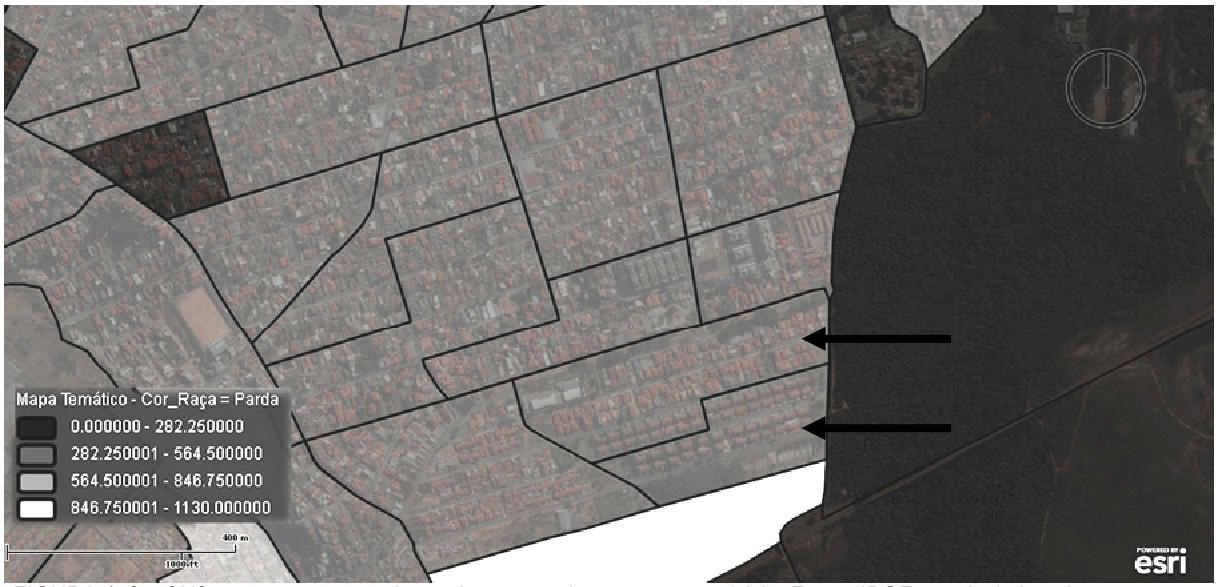


FIGURA 173 – CH3: mapa com a população de raça parda por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor



FIGURA 174 – CH3: mapa com a população de raça branca por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

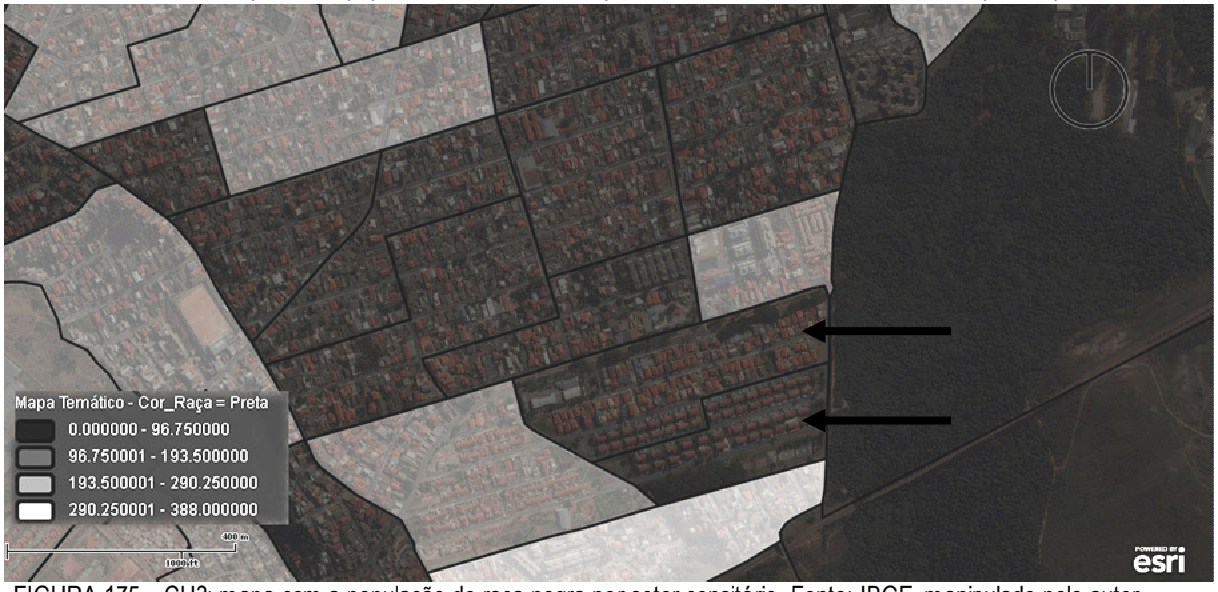


FIGURA 175 – CH3: mapa com a população de raça negra por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

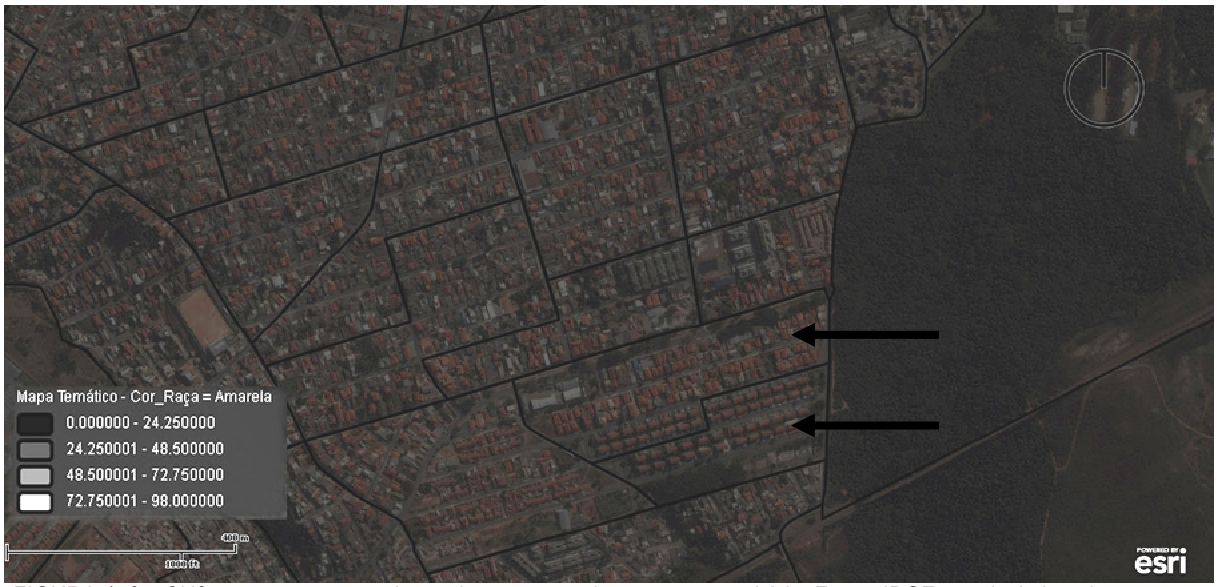


FIGURA 176 – CH3: mapa com a população de raça amarela por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

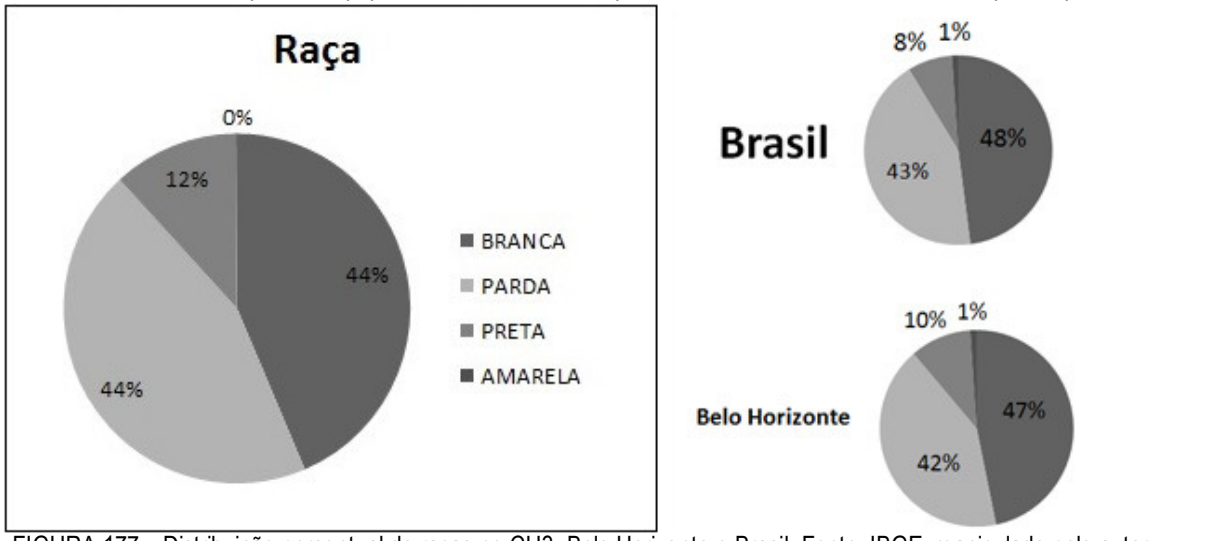


FIGURA 177 – Distribuição percentual de raças no CH3, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

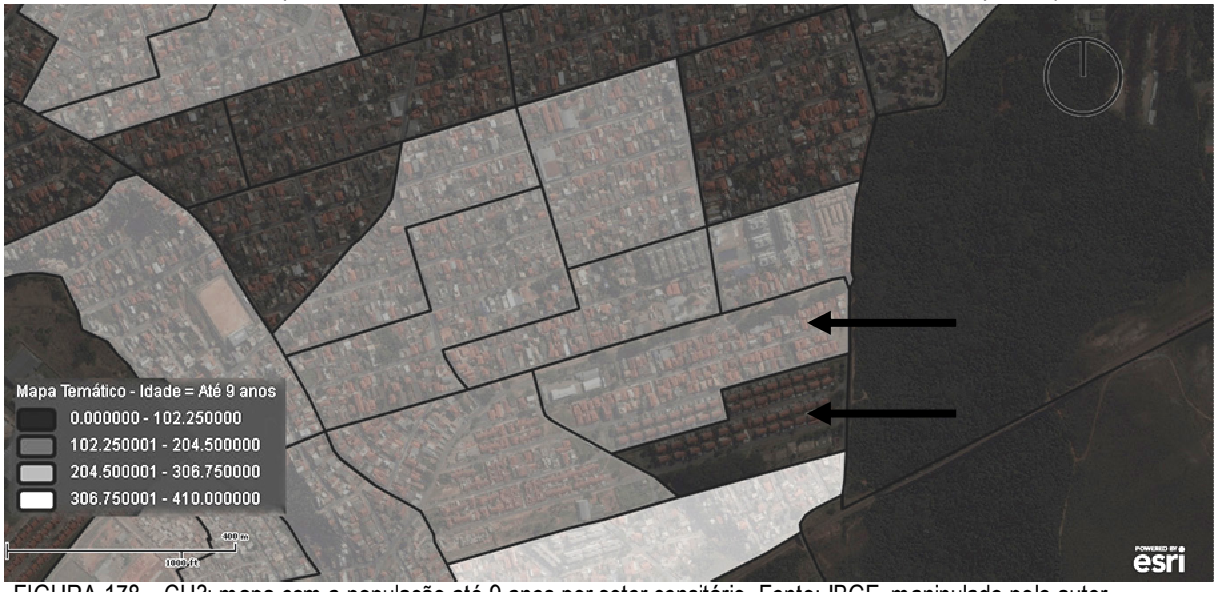


FIGURA 178 – CH3: mapa com a população até 9 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

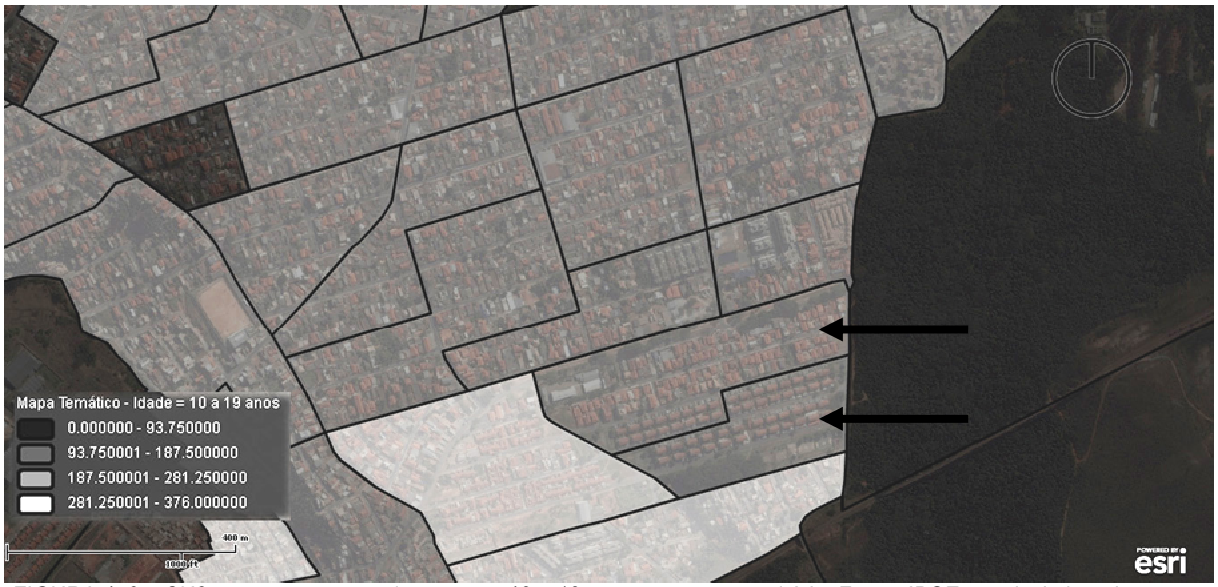


FIGURA 179 – CH3: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

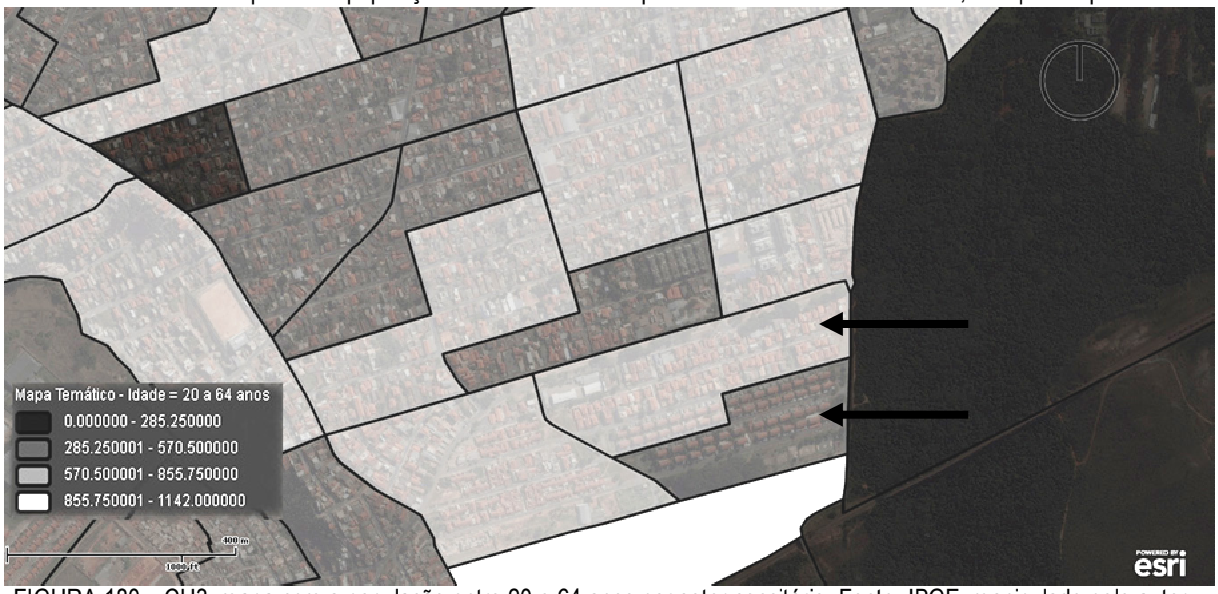


FIGURA 180 – CH3: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

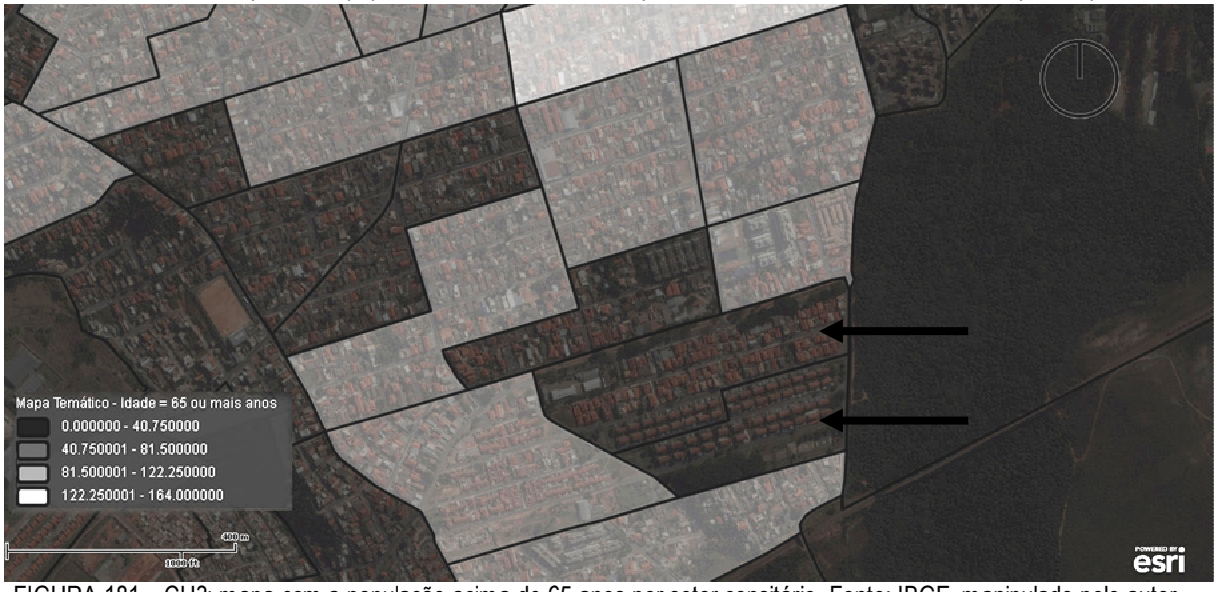


FIGURA 181 – CH3: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

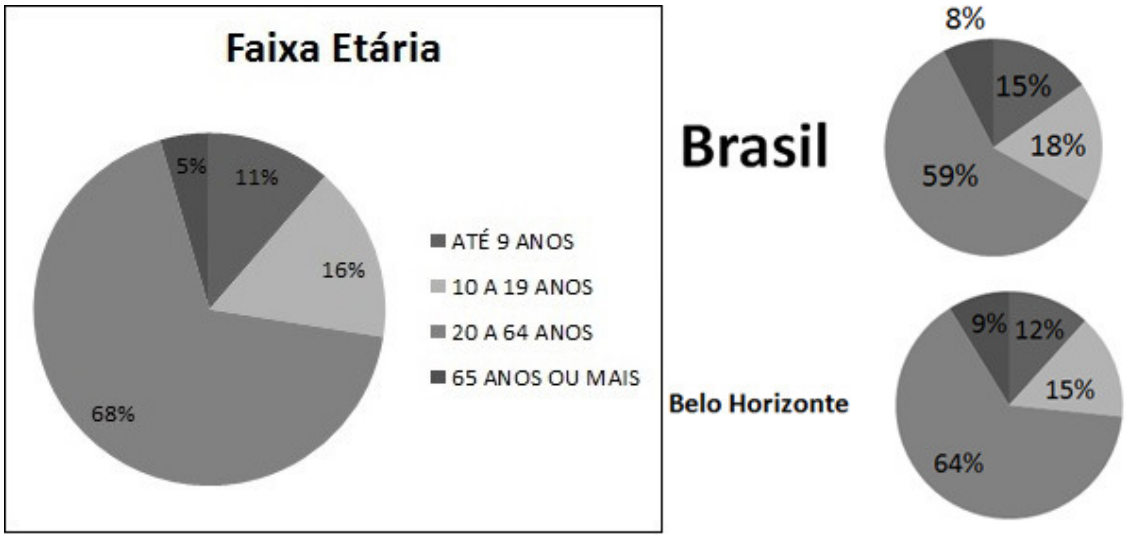


FIGURA 182 – Distribuição percentual de faixas etárias no CH3, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

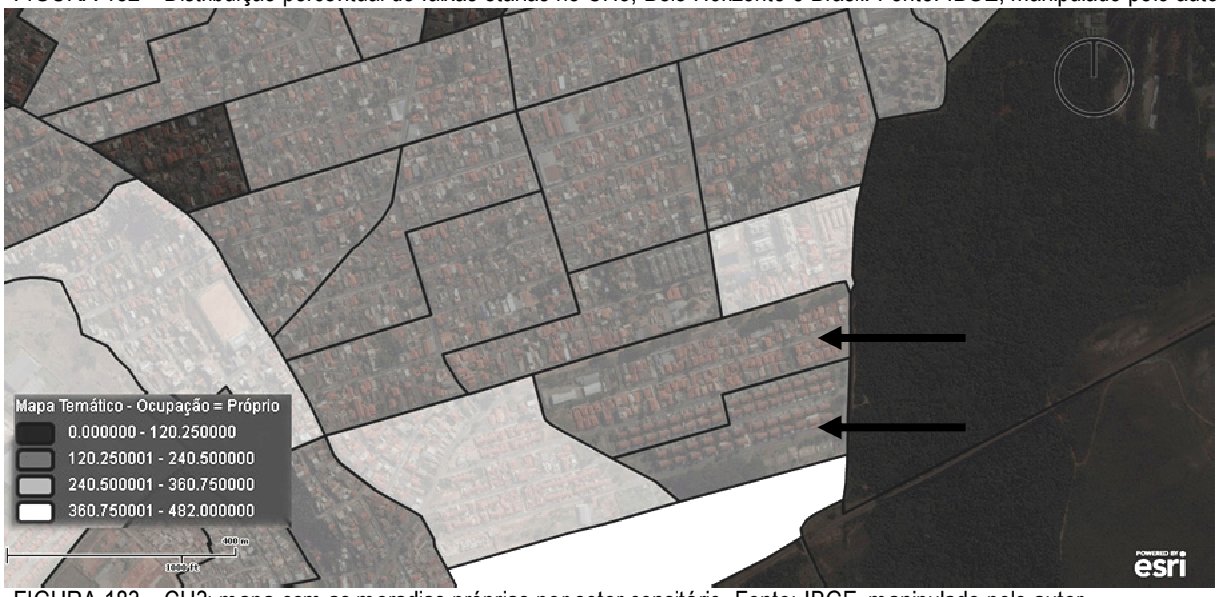


FIGURA 183 – CH3: mapa com as moradias próprias por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

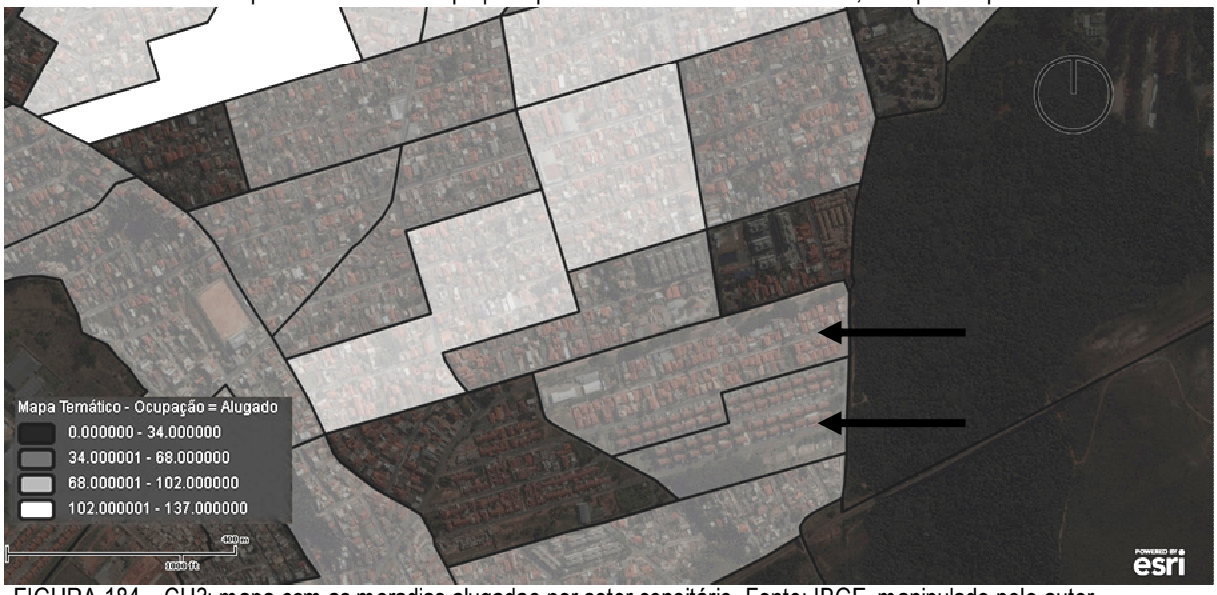


FIGURA 184 – CH3: mapa com as moradias alugadas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

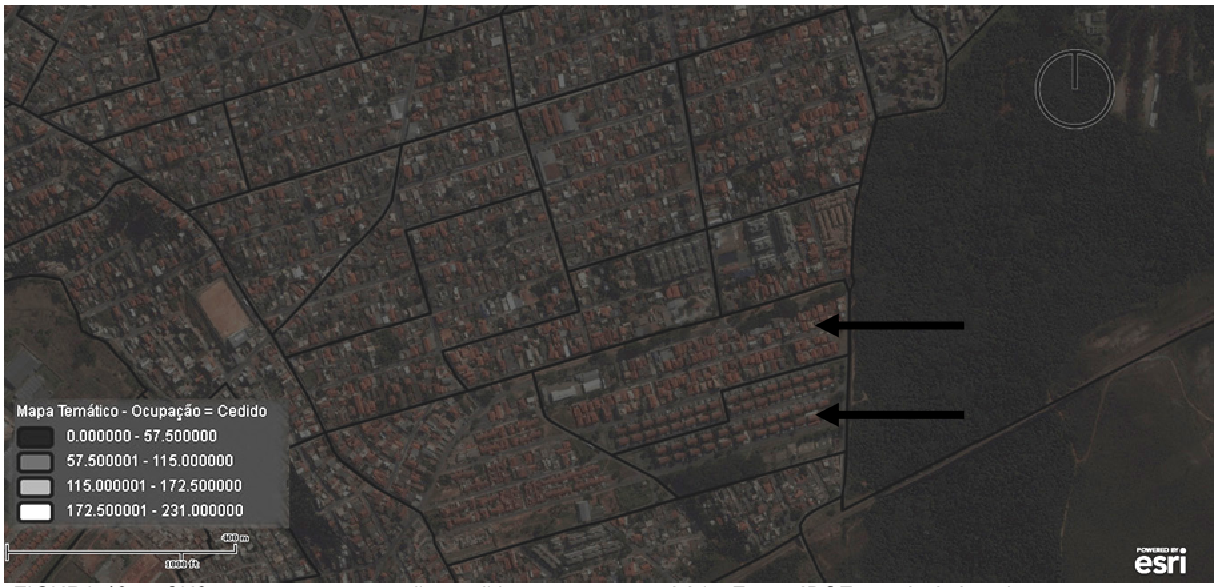


FIGURA 185 – CH3: mapa com as moradias cedidas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

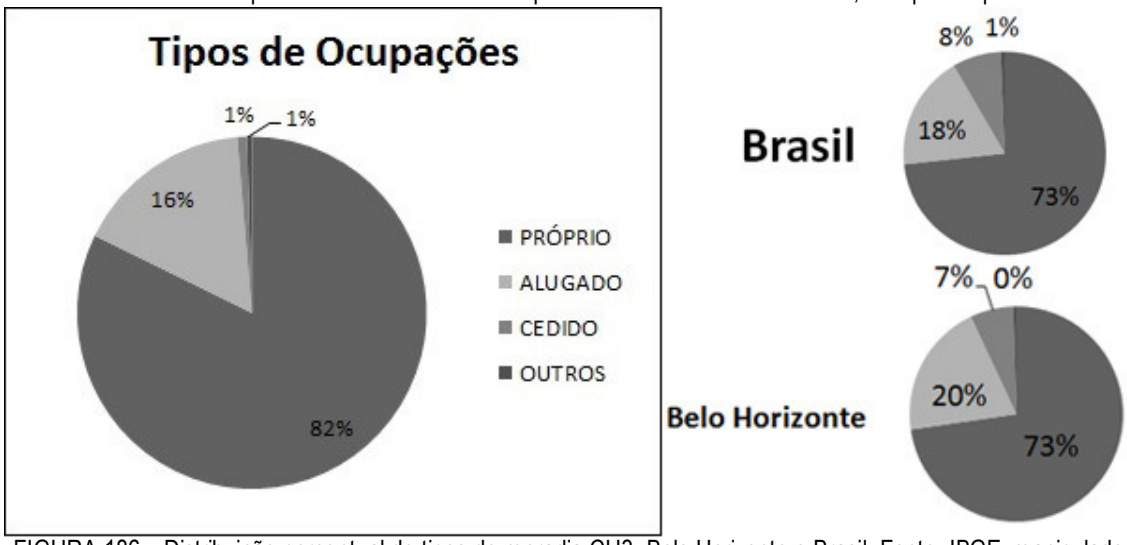
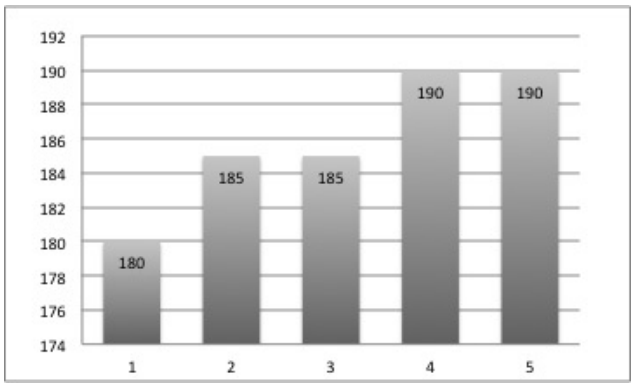


FIGURA 186 – Distribuição percentual de tipos de moradia CH3, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



TRÊS QUARTOS
VALOR MÁXIMO: 190
VALOR MÍNIMO: 180
VALOR MÉDIO: 155
VARIAÇÃO: 5%

GRÁFICO 4 - Variação nos preços de apartamentos de dois quartos do CH3.
Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação às faixas etárias, em números absolutos, o conjunto Pongelupe tem menos crianças do que os bairros vizinhos, jovens na mesma quantidade dos bairros vizinhos e bem menos idosos do que os bairros vizinhos. A população adulta varia em cada um dos dois setores e em cada um dos bairros vizinhos. Em termos de distribuição percentual entre as faixas etárias, o conjunto tem mais adultos, menos crianças e idosos e jovens numa proporção próxima das médias municipal e nacional. Em números absolutos, o conjunto tem menos moradias próprias do que os bairros vizinhos e mais moradias alugadas. Olhando para a distribuição proporcional entre os tipos de ocupação das moradias, nota-se o contrário: o conjunto tem percentualmente mais imóveis próprios e menos imóveis alugados e cedidos do que as médias de Belo Horizonte e do país.

Os preços pesquisados para as UHs do conjunto Pongelupe apontaram para uma diferença muito pequena (5%). Os preços encontrados para as moradias anunciadas no mercado formal de imóveis variaram entre 180 e 190 mil reais.

5.3.3 – ESTRUTURA INTRAURBANA

A situação da estrutura intraurbana em que se insere o conjunto Pongelupe lembra em vários aspectos, a condição do conjunto anteriormente analisado, o conjunto Flávio de Oliveira, pelo estado de consolidação dessa estrutura e pela sua articulação com o seu entorno urbanizado.

QUADRO 9 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH3

Infraestrutura	Verificação	Condição de funcionamento
Sistema de água	Implantado em todas as áreas. Há um reservatório da COPASA dentro do terreno do conjunto.	Não foi possível avaliar
Sistema de esgoto	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema de drenagem	Implantado em todas as áreas menos na rua A. Degois	Não foi possível avaliar
Sistema energia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema telefonia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Iluminação pública	Implantado em todas as áreas	Insuficiente em alguns trechos arborizados.
Vias urbanas	Implantado em todas as áreas	Há várias rampas para acesso às garagens construídas por cima das sarjetas. Pavimentação muito deteriorada.
Calçadas	Implantado em todas as áreas	Bom estado geral.
Arborização urbana	Implantado em todas as áreas	Vários canteiros vazios
Mobiliários urbanos	Implantado em todas as áreas	Bancos de concreto e pontos de ônibus.

O levantamento de campo pôde constatar que não há atividade comercial próxima ao conjunto Pongelupe em termos quantitativos e qualitativos (diversidade). Há algumas lanchonetes e bares, um salão de beleza e uma padaria na rua Lucas de Carvalho Santos, a uma distância de cerca de quinhentos metros para os que moram nos blocos mais próximos à rua S2. O comércio mais diversificado fica na rua Barão

de Monte Alto, a uma distância de cerca de um quilômetro. Na área do conjunto há um comércio informal de sanduíches (um *trailer*), ao lado da sede da associação de moradores. O centro de saúde (Urucuia) foi identificado nas visitas, já que fica no bairro Conjunto Pongelupe, a poucos metros do conjunto habitacional. Foi possível identificar os ônibus passando pelas ruas W3 e W5 em diversos horários, mas com intervalos muito longos, de mais de trinta minutos. Há áreas de lazer e esportes bem cuidadas no conjunto Pongelupe, mas seu acesso é controlado. O uso de toda a área cercada entre as ruas W5 e Robertson Pinto Coelho é franqueada somente às famílias que estão em dia com a contribuição mensal de cerca de vinte reais. Além de quadras e *playgrounds*, há um salão de festas nessa área controlada pela associação.

As praças públicas ficam nas pontas das quadras, junto à rua S2 e à rua Augusto Degois e são conhecidas respectivamente como "praças da frente" e "praças de trás" pelos moradores. Em todas elas há bancos de concreto e áreas gramadas. Foi curioso perceber que as praças de trás encontravam-se capinadas e limpas e as praças da frente com o mato alto e lixo espalhado pelo chão. A questão foi depois esclarecida pela entrevista com os moradores que explicaram que a associação cuida das praças de trás e a prefeitura das praças da frente. Em nenhuma das visitas foi possível ver qualquer morador em uma das praças talvez porque não há nelas nenhum atrativo forte e os mobiliários urbanos e brinquedos feitos com pedaços de manilhas e blocos de concreto pintados de cal já parecem bastante envelhecidos.

A entrevista com moradores do conjunto Pongelupe revelou informações interessantes[1]. Ao contrário do que se imaginava pelo levantamento de campo, a condição de abastecimento de água no conjunto não é das melhores e até dez anos atrás era comum faltar água por quase uma semana. A caixa d'água instalada pela COPASA dentro do conjunto é utilizada para abastecer outros bairros e não tem nenhuma relação com a água consumida no conjunto, segundo a presidente da associação dos moradores. A empresa teria dito a ela que a caixa d'água não está ligada às redes que abastecem o conjunto. Ainda segundo ela, alguns anos atrás essa caixa d'água rompeu e o grande volume de água destruiu parte da área de lazer do conjunto, que por sorte, naquele momento estava vazio. A COPASA reconstruiu a área de lazer do conjunto em poucas semanas, mas nunca mais deu nada para o conjunto. A empresa não fornece nem mesmo água para irrigação dos jardins próximos do reservatório, segundo a presidente da associação dos moradores. Alguns problemas com relação às redes de telefonia e energia foram apontados, no sentido da qualidade dos serviços e não da falta de redes. Houve muitas reclamações sobre a condição da pavimentação das ruas, cujo desgaste seria acelerado pelo tráfico constante de caminhões entrando e saindo da fábrica da "Sical".[2] Vários quebra-molas foram colocados nas ruas principais do conjunto, segundo os moradores, para reduzir o perigo criado pelos caminhões. A fala dos moradores sobre os aspectos relacionados à qualidade de vida urbana confirmou algumas questões

[1] Entrevistas completas com os moradores: ver anexos 3.1 e 3.2.
[2] Fábrica da Precon (indústria de pré-fabricados de concreto), localizada cerca de um quilômetro a sul do conjunto Pongelupe, em direção ao Parque Estadual da Serra do Rola Moça.

levantadas pela pesquisa de campo e revelou outras que estavam fora do seu alcance. O comércio é um ponto crítico pela distância até a rua Barão de Monte Alto onde ele está concentrado em maior número e diversidade. Não houve queixas em relação aos espaços de lazer, já que além das praças e áreas de lazer e esportes que há no conjunto, há também uma "academia a céu aberto" e uma pista de caminhada recentemente instalada pela prefeitura na rua Lucas de Carvalho Santos na praça criada entre essa via e a rua Seis, a duzentos metros do conjunto. Segundo eles, essas novas áreas tem sido muito usadas pelos moradores do conjunto Pongelupe, principalmente os idosos. Também não houve reclamações acerca dos serviços públicos de educação próximos ao conjunto, ao contrário do serviço de saúde, chamado por uma das moradoras de "péssimo". O transporte público também foi muito criticado em função de haver somente uma linha, pela necessidade de se passar pelas estações (do Barreiro e Diamante) e pelos longos intervalos de espera entre os carros.

QUADRO 10 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH3

Área	**Aspectos**	**Principais pontos da fala dos moradores**
Infraestrutura Urbana	Sistema abastecimento água	Era precário mas há muitos anos não há problemas A caixa d'água da COPASA não atende o conjunto
	Sistema esgoto	Nunca houve problemas
	Sistema drenagem	Nunca houve problemas
	Sistema energia	Há muitas variações de corrente e quedas de energia
	Sistema telefonia	Fica sem funcionar por vários dias
	Iluminação pública	É suficiente.
	Pavimentação vias	Há muitos buracos causados pelos caminhões A prefeitura demora muito para tapar os buracos
	Calçadas	Tem sido bem conservada pelo conjunto
Qualidade Urbana	Comércio	Há pouco comércio perto do conjunto Comércio de médio porte só a 1Km de distância
	Serviços Saúde	O Centro de Saúde do Urucuia é visto como péssimo Faltam médicos, medicamentos, enfermeiros
	Serviços de Educação	Muitas escolas boas (ensino fundamental) próximas Está sendo construída uma UMEI a duas quadras
	Espaços de Lazer e esportes	Há áreas de lazer públicas a duas quadras Há quadras e playgrounds no conjunto
	Serviço de varrição/capina	A capina é mantida pela associação
	Transporte público e mobilidade	Há somente uma linha e os intervalos são grandes Não há como ir direto ao Centro

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

Os dados da PBH com relação à infraestrutura urbana do conjunto Pongelupe e seu entorno mostram poucas novidades em relação às informações obtidas no levantamento de campo e com as entrevistas. O mapa de redes de água e esgoto confirma que não há rede de esgoto na rua Augusto Degois e também

mostra a razão: o ramal da rua S2 recebe todo o esgoto do bairro, como o levantamento de campo já sugeria. O mesmo mapa mostra também que a rede de água que abastece os blocos do conjunto está interligada com o reservatório localizado na área de lazer e que há ramais da rede de água sob as vias de pedestres construídas ao longo das quadras para reduzir seu comprimento. O mapa mostra ainda que há rede de água, mas não de esgoto na via que dá acesso à fábrica da "Sical" e ao Parque Estadual da Serra do Rola Moça. Da mesma forma, o mapa de redes de energia e telefonia mostra que há redes passando por todas as vias do conjunto, até mesmo nas vias de pedestres. E mostra redes de energia e telefonia na mesma via de acesso à fábrica e ao parque. Mostra ainda redes em vias urbanas que não foram vistas no levantamento de campo, depois do bairro Solar, a sul da linha de trem. Por fim, o mapa de pavimentação de vias e calçadas mostra, como havia sido identificado pelo levantamento de campo, que todas as vias do conjunto e do seu entorno estão devidamente pavimentadas e têm calçadas dos dois lados, mesmo nos trechos confrontantes com a mata da COPASA. Nesse trecho há no mapa uma indicação de uma via pavimentada interna à essa área, como um acero. Porém o levantamento mostrou que essa via tem o piso de terra batida.Os dados da PBH com relação à questão da qualidade de vida urbana trazem poucos elementos novos. Em primeiro lugar, no mapa com os serviços de educação e saúde, mostra o centro de saúde Urucuia, que na verdade fica no bairro Conjunto Pongelupe e já é possível ver a UMEI ainda em construção dentro desse bairro, mas também com o nome UMEI Urucuia. O mapa também mostra, além de algumas creches, as escolas citadas na entrevista com os moradores: a E.M. Antônio Mourão Guimarães, a E.M. Ana Alves Teixeira (Ana Alves) e a E.E. Álvaro Laureano Pimentel (Pimentel). Como já mencionado no levantamento do conjunto Flávio de Oliveira, todas as escolas obtiveram bons índices de avaliação no último IDEB.

TABELA 5 – Avaliação das escolas públicas na área do CH3

Nome da Escola	**Abrangência**	**Avaliação do IDEB (2011)**			
		FUNDAMENTAL I		FUNDAMENTAL II	
		Média escola	Média da cidade	Média da escola	Média da cidade
E.M. Antônio Mourão Guimarães	Creche, Pré Escola, Fund. I.	5,3	5,8	-	-
E.M. Ana Alves Teixeira	Creche, Pré Escola, Fund. I, Fund. II, EJA.	6,5	5,8	2,1	4,2
E.E. Álvaro Laureano Pimentel	Fund. I, Fund. II, Ens. Médio.	6	5,8	4	4,8*

*Não houve avaliação em 2011. As notas correspondem ao IDEB de 2007.
Fonte: Base de dados do INEP (Prova Brasil 2011). Acessado através do site <www.escol.as> em 04/11/2013.

TABELA 6 – Avaliação do centro de saúde na área do CH3

Centro de Saúde	População Total (Censo 2010)	Distribuição da Pop. Total por Faixa de Risco (IVS)				População Total Cadastrada	No. ESF	
		ME	EL	MD	BA		Hoje	Ideal
Urucuia	18.412	952	925	16.535	0	18.075	5	5,3

Dados fornecidos pela Gerência de Assistência/SMSA/PBH
ME: Risco Muito Elevado; EL: Risco Elevado; MD: Risco Médio; BA: Risco Baixo. ESF: Equipes de Saúde da Família.
Hoje: no. de ESF atendendo segundo a SMSA. Ideal: no. de ESF estabelecido pelo planejamento municipal.

O mapa com as informações sobre áreas de lazer e esportes no entorno do conjunto Pongelupe mostra as quadras e áreas de lazer do conjunto que foram cercadas pela associação. Não mostra, contudo, as praças "da frente" e "de trás" como áreas de lazer – talvez pela falta de equipamentos e mobiliários nessas áreas. Não mostra também a praça linear com a "academia a céu aberto" e pista de caminhada construída entre a rua Lucas de Carvalho Santos e rua Seis, provavelmente porque trata-se de uma obra concluída há poucos meses. O mapa cria a falsa ideia de que na área envolta do conjunto só há espaços de lazer e esportes privados, o que não é verdade. O mapa com o sistema de transporte da região mostra o itinerário da única linha que serve ao conjunto, passando pelas ruas externas do conjunto Pongelupe. Segundo a presidente da associação dos moradores, esse itinerário foi definido entre a associação e a BHTRANS depois de muita discussão e a elaboração de um abaixo-assinado dos moradores. A empresa tinha definido inicialmente que o ônibus passaria pela rua central do conjunto, a rua W4. Os moradores se mobilizaram para reverter essa decisão já que, segundo eles, há muitas crianças brincando nessa via e o itinerário perimetral passando pelas ruas W3 e W5 favorecia um maior número de moradores. O mapa mostra ainda a presença de uma linha intermunicipal no bairro, o que não foi identificado nem na visita de campo nem nas entrevistas com os moradores. No mapa com a distribuição de usos nos imóveis da região do conjunto Pongelupe, onde é possível ratificar a constatação do levantamento de campo de que o comércio está presente de maneira mais forte na rua Barão de Monte Alto, um pouco mais distante do conjunto e também, em menor quantidade, nas ruas Uruçanga e Luiz Pongellupe, ambas paralelas à primeira e todas perpendiculares à rua Lucas de Carvalho Santos e sem continuidade dentro do bairro Conjunto Pongelupe. Provavelmente a diferença de escala entre esse conjunto e o conjunto vizinho e seu contemporâneo, Flávio de Oliveira, que tem três vezes a sua população, foi determinante para que uma atividade comercial mais adensada e diversificada se formasse próximo à esse e não àquele. O comércio ainda incipiente nas Ruas Lucas de Carvalho Santos e W2, identificados no levantamento de campo, aparecem no mapa.



FIGURA 187 - Rua W5, no CH3.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 188 - Via de pedestres entre os blocos do CH3.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 189 - CH3 visto de cima, com a região do Barreiro ao fundo.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).

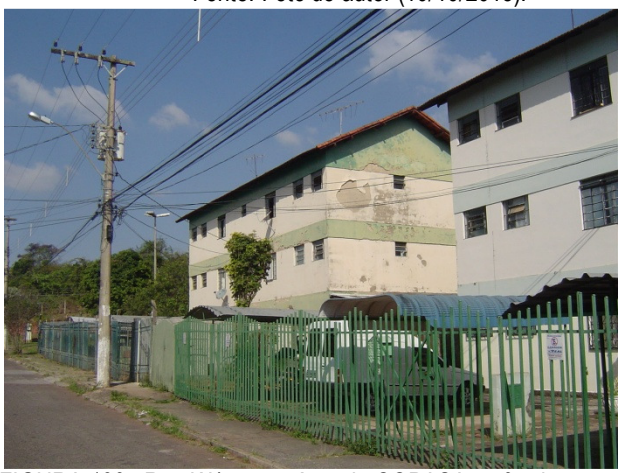


FIGURA 190 - Rua W4 com a área da COPASA ao fundo.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 191 - Rua Augusto Degois.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 192 - Caixa d'água da COPASA dentro do CH3.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 193 - Infraestrutura urbana do CH3.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 194 - Quadra com o salão de festas no CH3.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 195 - *Playgroung* na assoc. de moradores do CH3.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 196 – Praça junto à rua Augusto Degois.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 197 – Praça junto à rua S2.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 198 - Mapa de redes de água e esgoto do CH3 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 199 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH3 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

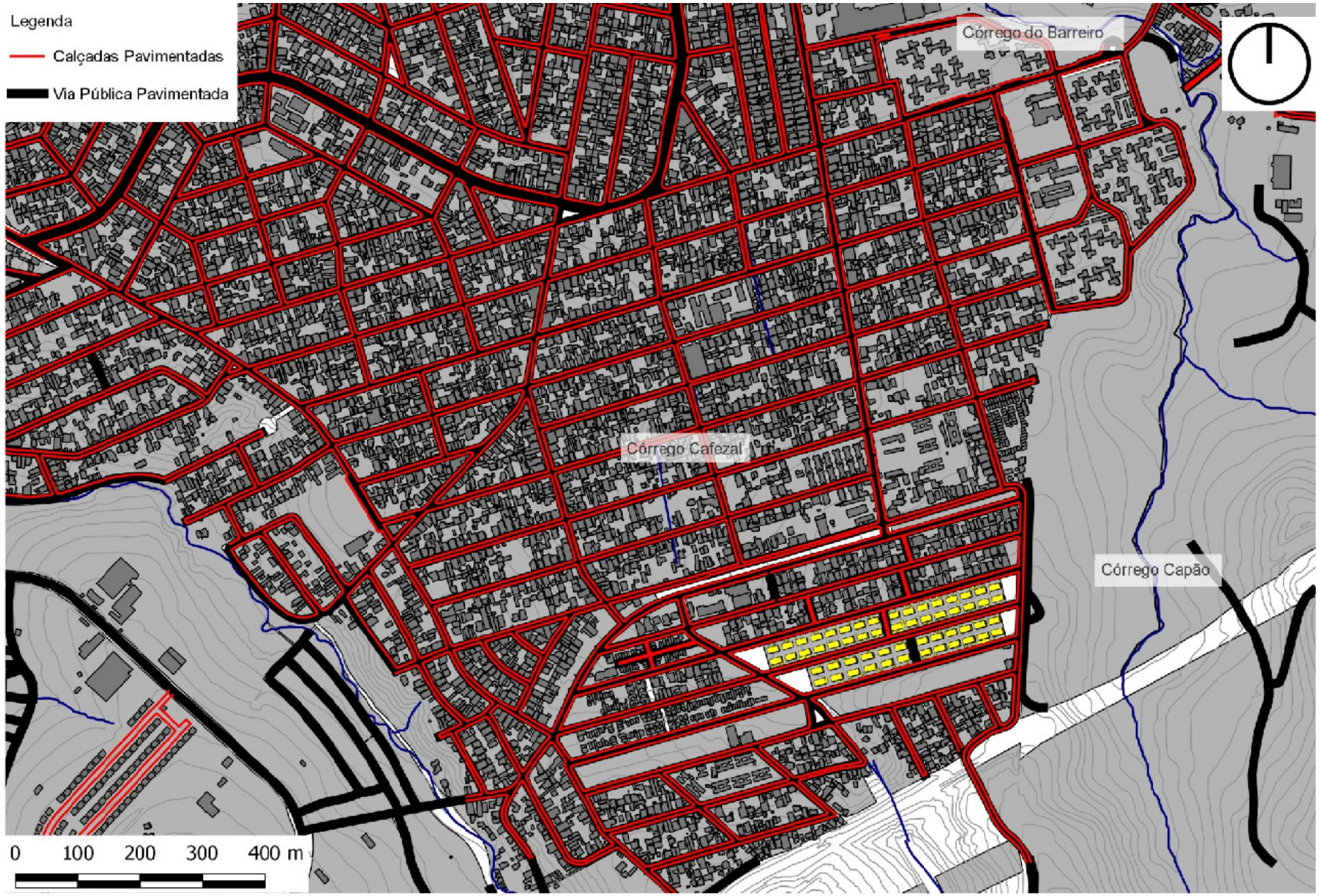


FIGURA 200 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH3 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 201 - Mapa de serviços de saúde e educação do CH3 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 202 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH3 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 203 - Mapa do sistema de transporte do CH3 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 204 - Mapa de usos do CH3 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

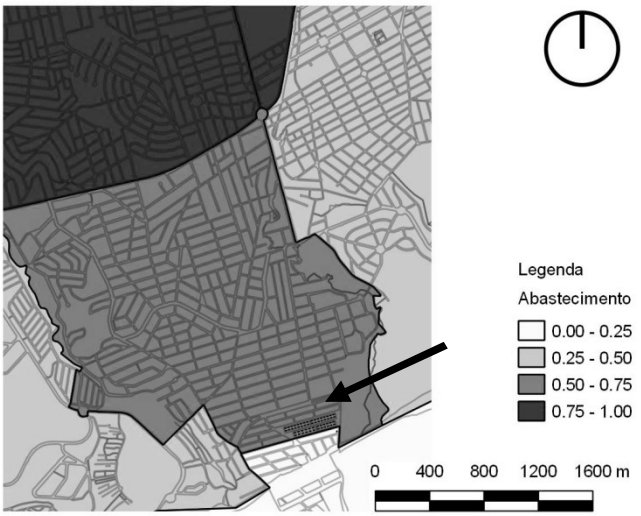


FIGURA 205 – Mapa de IQVU do CH3 – Abastecimento.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

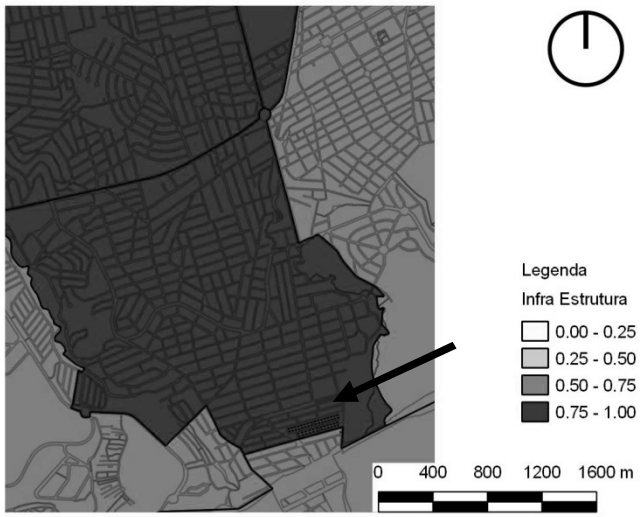


FIGURA 206 – Mapa de IQVU do CH3 – Infraestrutura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

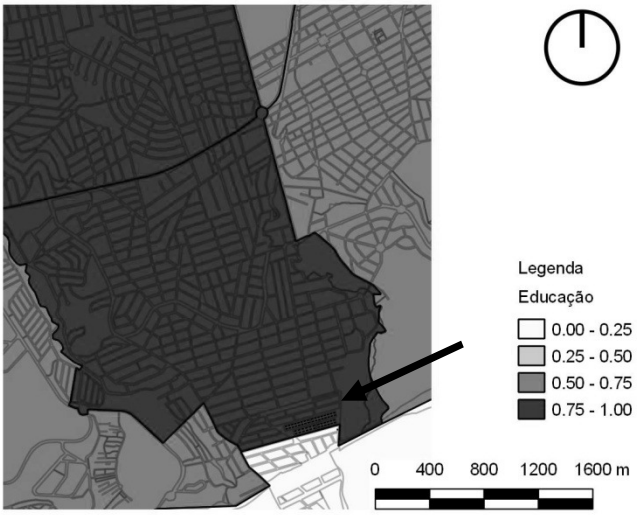


FIGURA 207 – Mapa de IQVU do CH3 – Educação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

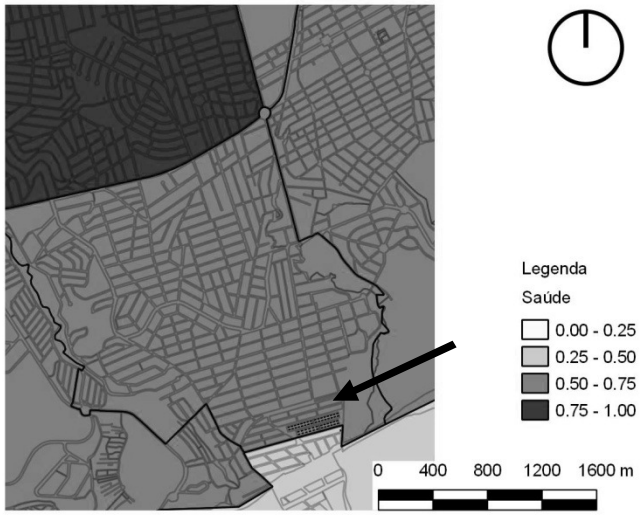


FIGURA 208 – Mapa de IQVU do CH3 – Saúde.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

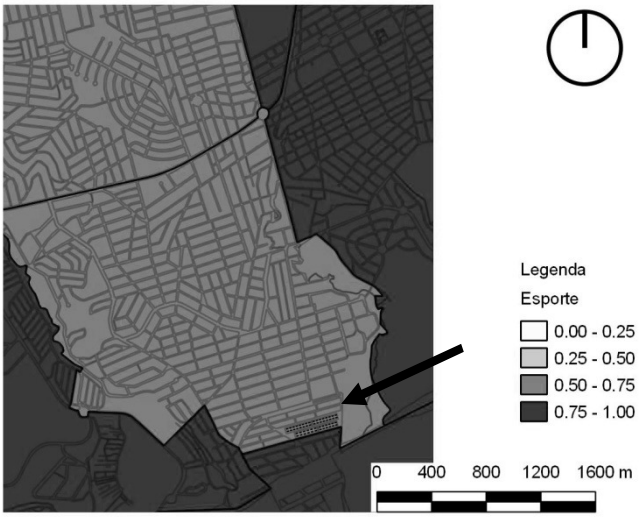


FIGURA 209 – Mapa de IQVU do CH3 – Esporte.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 210 – Mapa de IQVU do CH3 – Cultura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

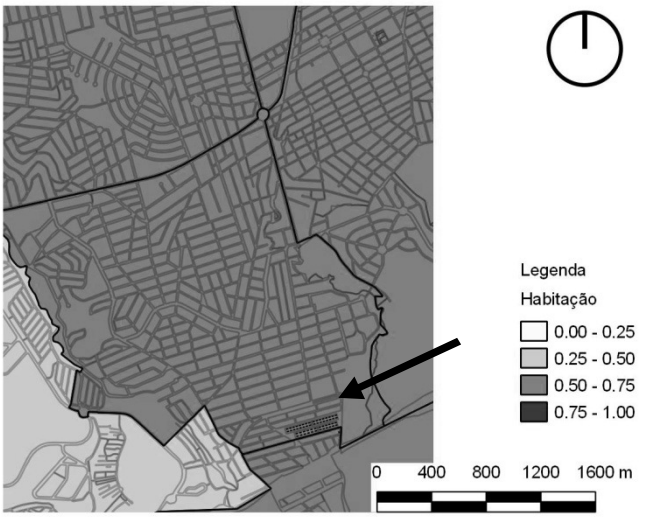


FIGURA 211 – Mapa de IQVU do CH3 – Habitação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

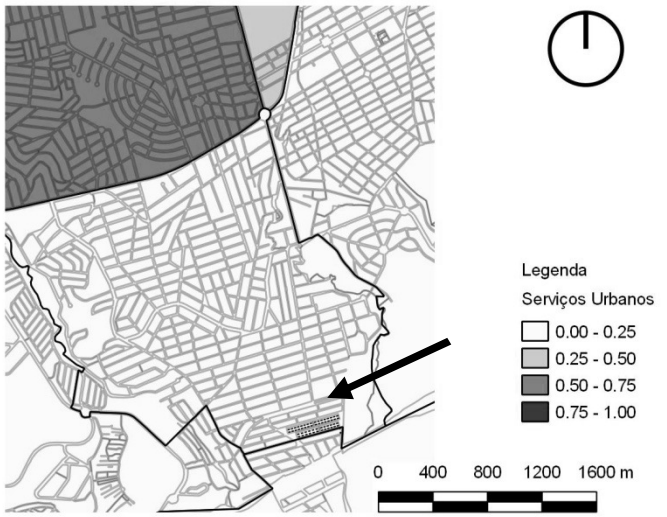


FIGURA 212 – Mapa de IQVU do CH3 – Serviços Urbanos.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

A UP em que se insere o conjunto Pongelupe é a mesma UP apresentada anteriormente no conjunto Flávio de Oliveira. Obteve, portanto, uma avaliação muito boa nos itens infraestrutura urbana e educação, uma avaliação boa nos itens abastecimento alimentar, saúde, esporte e habitação, uma avaliação média para o item cultura e uma avaliação ruim para o item serviços urbanos. A avaliação da região urbana onde está o conjunto ficou acima das regiões vizinhas em quatro itens, no mesmo nível em três itens e abaixo em um deles.

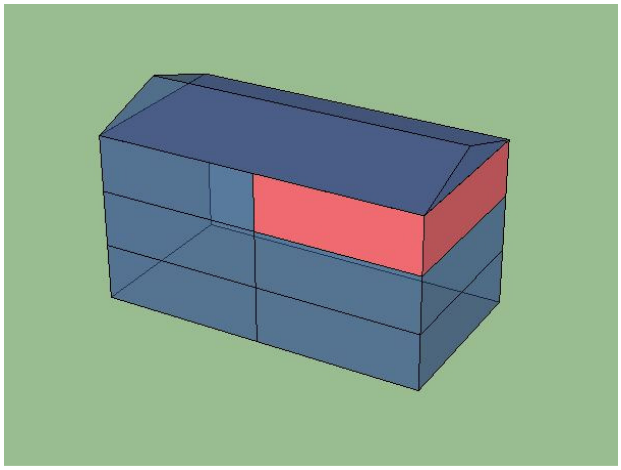


FIGURA 213 – Volumetria da bloco do CH3 (UH destacada).
Fonte: Elaborado pelo autor

ÁREA TOTAL: 51.688 m2
NÚMERO DO BLOCOS:56
NÚMERO DE UHs: 336
DENSIDADE HABITACIONAL: 65,1 UH/ha
DENSIDADE POPULACIONAL: 260 hab/ha
ÁREA ABERTA: 42.418 m2
ÁREA ABERTA/HABITANTE: 31,5 m2
PADRÃO DAS UHs: 3 QUARTOS

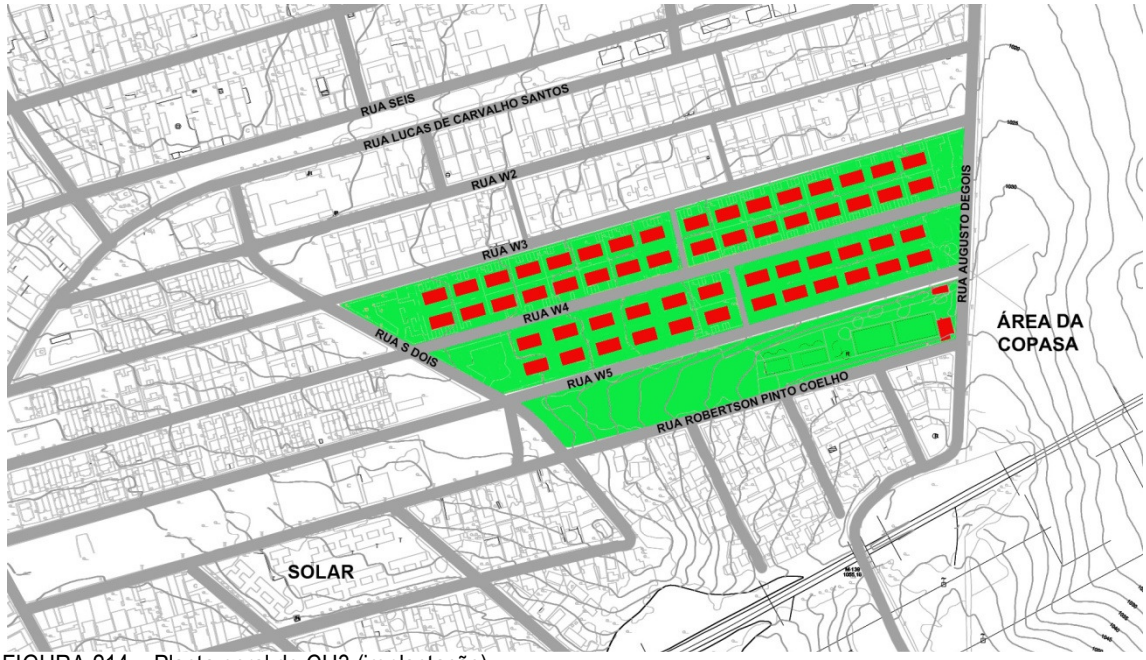


FIGURA 214 - Planta geral do CH3 (implantação).
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da Prodabel.

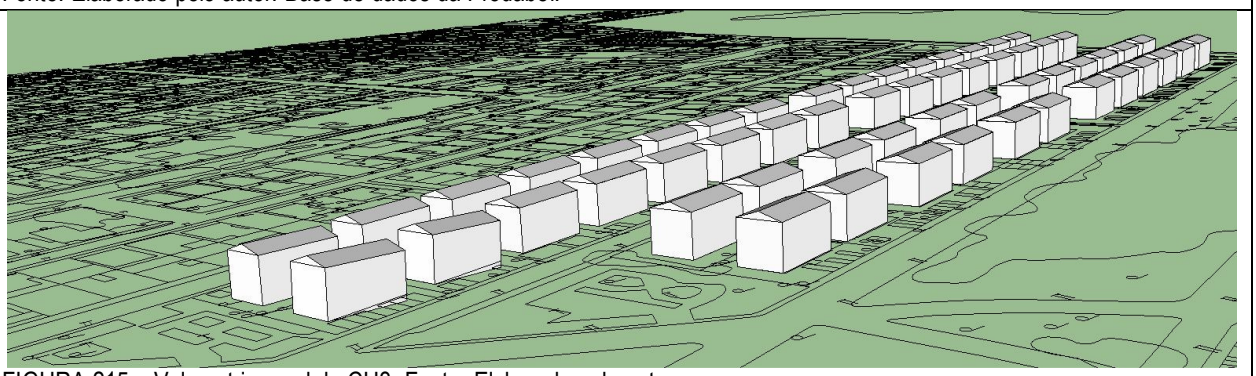


FIGURA 215 - Volumetria geral do CH3. Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar de o conjunto Pongelupe estar completamente integrado ao bairro Conjunto Pongelupe em termos urbanos e paisagísticos, mesmo a despeito das diferenças de volumetrias, ambos encontram-se relativamente desarticulados em relação ao bairro vizinho a norte, o Urucuia, onde há maior oferta de comércio e serviços. Isso porque a rua Lucas de Carvalho Santos interrompe a continuidade das vias entre um bairro e o outro. Para chegar ao conjunto Pongelupe vindo do bairro Urucuia, seja pela rua S2 ou pela rua Augusto Degois, é preciso fazer algumas voltas pela rua Lucas Carvalho Santos e a rua Seis, ambas de mão dupla e separadas por uma faixa de cerca de dez metros que recentemente foi requalificada e transformada em praça contando com pista de *cooper* e uma "academia a céu aberto".



FIGURA 216 – Análise gráfica do projeto urbano do CH3.
Fonte: Elaborado pelo autor sobre a base de dados da PBH.

As vias urbanas do conjunto que têm continuidade com o entorno são as ruas W2, W3 e W4, indo na direção oeste no bairro Conjunto Pongelupe rumo à rua Quatro. A divisa com a área ambiental da COPASA cria uma barreira bastante impositiva à leste, assim como a linha férrea apenas algumas quadras na direção sul. Essas duas barreiras restringem as possibilidades de articulação do conjunto nas duas outras direções. As quadras geradas pelo desenho urbano do conjunto são bastante atípicas, longas e finas. Por isso trazem ruas de pedestres na metade do comprimento, como alternativa para reduzir o comprimento total das quadras.

O levantamento do conjunto encontrou uma situação de autonomia espacial concentrada sempre nos afastamentos frontais e laterais dos blocos. Neles foram construídos garagens (em todos) e salões de festa (em alguns). Como essas apropriações se deram bloco a bloco, provavelmente em diferentes épocas, existe hoje uma diferenciação significativa entre cada prédio já que cada um fez suas garagens e anexos com diferentes soluções e materiais construtivos.[3] Essas apropriações, privadas no caso das garagens, e coletivas no casos das áreas de lazer, quebraram a integridade espacial do conjunto. Porém a rigidez e a regularidade dos volumes imposta pela solução do projeto dificilmente será quebrada, mantendo, em grande parte, o caráter inorgânico do conjunto intacto.

5.3.5 – CONDIÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O conjunto Pongelupe foi erguido numa encosta suave que faz parte do morro que divide o vale do córrego do Capão à leste, do vale do córrego do Cafezal à oeste. Sua condição topográfica lhe valeu a presença de um reservatório de abastecimento de água, já que eles precisam ser instalados no ponto de maior cota altimétrica de um determinado território para que a distribuição de água funcione por gravidade. Sua condição de ter sido construído num topo de morro, entretanto, lhe rendeu mais do que o ônus de ter que abrigar esse equipamento. Ela dá ao conjunto Pongelupe uma série de características bastante distintas em relação à outros conjuntos como, por exemplo, o seu vizinho conjunto Flávio de Oliveira, como foi possível verificar nos levantamentos de campo. Este, ao contrário daquele, foi construído num fundo de vale, ao lado do mesmo córrego do Capão, só que a jusante. Por isso mesmo, tinha uma ambiência mais fresca e úmida, com árvores altas que deixavam várias ruas sombreadas. A área ambiental da COPASA naquele ponto tem árvores maiores formando uma mata mais densa e de maior porte, o que explica essa ambiência. A condição de estar situado num topo de morro faz com que a área de preservação da COPASA vizinha ao conjunto Pongelupe tenha uma característica de árvores de médio porte mais espaçadas entremeadas por mato alto já com características de cerrado. Essas características vão se acentuando cada vez mais na direção sul, rumo a Serra do Rola Moça.

O levantamento de campo não conseguiu avistar nenhum dos dois cursos d'água, o córrego do Cafezal, por estar totalmente canalizado desde a linha férrea a montante, no bairro Solar, e o córrego do Capão, por estar dentro da área de preservação da COPASA, a cerca de duzentos metros da cerca que impede qualquer acesso. Foram vistos sinais de erosão de forma localizada, numa encosta lateral á linha de trem, a cerca de duzentos metros do conjunto. Não foi detectado qualquer tipo de problema com relação ao ar. Em todas as visitas o conjunto pareceu bastante silencioso, já que os veículos passam pelas suas ruas de maneira muito intermitente. Mesmo assim, foram vistas carretas articuladas de cimento subindo a rua Augusto Degois em direção à fábrica da "Sical" em alguns horários, provocando ruídos consideráveis, já que sobem carregadas. Havia, em algumas visitas, lixo em pontos muito concentrados (próximos dos

[3] É visível também que as apropriações na frente e nos lados dos blocos foram feitos a partir de diferentes montantes de recursos, o que parece ter criado algum sentido de distinção social interna entre os blocos, já que os moradores se referem a eles como "mais arrumados" ou "mais avacalhados".

cestos de lixo) e em pequena quantidade. O levantamento de campo deu indicações de que o conjunto Pongelupe e seu entorno constituem uma área com razoável qualidade ambiental.

O levantamento de campo não foi capaz de identificar nenhum risco relacionado aos moradores ou ao conjunto Pongelupe. Em todas as visitas realizadas as ruas estavam sempre tranquilas, com pessoas andando normalmente sem qualquer indicação de insegurança. Não foram identificados problemas visíveis relacionados ao solo como erosões e voçorocas a não ser em um ponto concentrado depois do bairro Solar, próximo da linha de trem. Os córregos próximos ao conjunto não foram vistos nos levantamentos, mas provavelmente não geram problemas de alagamentos porque estão próximos de suas cabeceiras. A mata da COPASA na área do bairro Conjunto Pongelupe possui aceiro. Além disso, a rua Augusto Degois que faz divisa com essa área possui uma caixa larga, de cerca de doze metros. Esses dados indicam que há poucas chances de incêndios florestais colocarem o conjunto em situação de perigo. As visitas também não identificaram áreas com depósitos irregulares de lixo, o que poderia indicar riscos de algumas endemias específicas. Em suma, o levantamento de campo não conseguiu identificar nenhum risco socioambiental no conjunto Pongelupe.

A entrevista com os moradores revelou alguns aspectos negativos que não foram percebidos nas visitas de campo e uma curiosidade. Os moradores desconhecem que há dois córregos próximos ao conjunto. Todos afirmaram categoricamente que não há nenhum córrego que passa por ali, o que pelo menos revela que eles não devem lhes causar problemas. Eles revelaram também muita preocupação com a qualidade do ar durante a estação seca. Segundo eles há os constantes incêndios florestais na área da Serra do Rola Moça, que trazem fumaça e fuligem para o conjunto. Eles reconhecem, contudo que são situações circunstanciais. A maior reclamação feita dizia respeito à poeira “constante e muito espessa” que entra nos apartamentos nessa época do ano. Segundo eles, esse pó vem principalmente da fábrica da “Sical”, vizinha do conjunto. Os moradores indicaram ainda que os caminhões que sobem a rua Augusto Degois em direção à fábrica da Sical produzem ruídos constantes para quem mora nos blocos próximos dessa via. Da mesma forma, quem mora nos blocos voltados para a rua W5 parece notar mais a presença das composições férreas de minério que passam logo atrás do conjunto. Segundo uma moradora, o problema é o apito, muito alto. Segundo eles, o trem passa todos os dias.

Outra questão avaliada negativamente pelos moradores diz respeito ao lixo. A presidente da associação de moradores considera que esse é o problema mais grave do conjunto. As entrevistas indicaram que há problemas de disposição de lixo em locais e dias/horários inapropriados por parte de vários moradores, o que não foi visto nos levantamentos de campo. A presidente chegou a dizer que há moradores que atiram

as sacolas de lixo da janela, o que não pareceu estar de acordo com o que foi visto nas visitas ao conjunto. [4]

A entrevista com os moradores mostrou que o levantamento de campo aparentemente havia acertado em quase todos os pontos. Na opinião deles, nunca houve problemas no conjunto ou na região do seu entorno em relação a deslizamentos, erosões, escorregamentos, etc. Também atestaram que nunca houve qualquer tipo de alagamento na rua S2 ou em qualquer área em volta do conjunto. Uma moradora afirmou que já houve muitos casos de dengue no conjunto alguns anos atrás. Todos afirmaram que os incêndios florestais comuns na época de seca na área da Serra do Rola Moça não acontecem na área próxima do conjunto, a mata da COPASA.

QUADRO 11 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH3

Área	Aspectos	Principais pontos da fala dos moradores
Qualidade Ambiental	Cursos d'água	Não há nenhum por perto
	Solo	Nunca houve problemas
	Ar	Traz uma poeira espessa Fumaça e fuligem com os incêndios florestais
	Ruídos	Ruídos eventuais de caminhões (Sical) Ruídos eventuais do trem de minério
	Resíduos Sólidos	Lixo espalhado nas calçadas em alguns pontos
	Outras questões	
Sensação de Risco	Segurança urbana	Muitos roubos de carro e assaltos Problemas com drogas na área sem iluminação A mata da COPASA serve de refúgio para bandidos
	Deslizamento/escorregamento	Só quando houve o acidente com o reservatório
	Alagamento	Nunca houve
	Endemias	Houve muitos casos de dengue
	Incêndios Florestais	Nunca aconteceu próximo do conjunto
	Outras questões	

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

A ideia de que o conjunto era uma área tranquila e segura, com ares de cidade do interior foi construída pelas visitas de campo, todas realizadas durante o dia, mas foi de encontro com a opinião dos moradores. Para eles há muita insegurança no conjunto, o que vem crescendo nos últimos anos. Têm ocorrido muitos assaltos de moradores, muitos roubos de carros e motos e até roubos de apartamentos. Um dos grandes problemas apontados nas entrevistas decorre do fato de quase todos os blocos terem construído suas garagens com portões manuais e individuais. Dessa forma, quando um morador chega

[4] Em uma das visitas foi possível testemunhar um "mutirão" de cerca de quinze garis da SLU capinando e roçando trechos onde o mato havia crescido.

em casa à noite, tem que parar o carro e descer dele para abrir o portão. É nesse momento que acontecem os roubos de veículos e também de apartamentos. Uma moradora relatou que a mata da COPASA sempre serve de esconderijo para os assaltantes antes e depois de cometerem os crimes. Segundo ela, a polícia nem tenta ir atrás dos assaltantes dentro da área de preservação ambiental. Há pouco policiamento nas ruas e quando solicitado, o atendimento da polícia militar demora muito. A presidente da associação dos moradores indicou que há muitos problemas com o comércio e uso de drogas na rua Robertson Pinto Coelho, atrás das áreas de lazer da associação de moradores, principalmente à noite. Os moradores indicaram que tanto essa via, como a mata que existe entre ela e a rua W5, e principalmente a escadaria que liga as duas ruas são absolutamente inseguras a noite.

Os dados da PBH a respeito do lixo também não indicam nenhuma área de deposição clandestina de lixo no conjunto Pongelupe ou no seu entorno. Indica que há coleta em todas as ruas da região, assim como serviço de varrição. Por outro lado, os dados da PBH confirmaram as informações obtidas pelo levantamento de campo e pela entrevista com os moradores no sentido dos riscos geológicos e dos riscos de alagamento. No mapa de riscos geológicos, é possível perceber que os riscos potenciais de escorregamento e contaminação do lençol freático identificados estão a pelo menos duzentos metros do conjunto Pongelupe. O mapa de riscos de alagamento mostra que há um histórico de alagamentos no córrego do Cafezal à montante, longe do conjunto, imediatamente antes do trecho canalizado.

Em relação ao IQVU, o conjunto Pongelupe, vizinho do conjunto Flávio de Oliveira, foi avaliado com uma nota média no item segurança e com uma nota muito boa no item meio ambiente, como já explicado anteriormente.

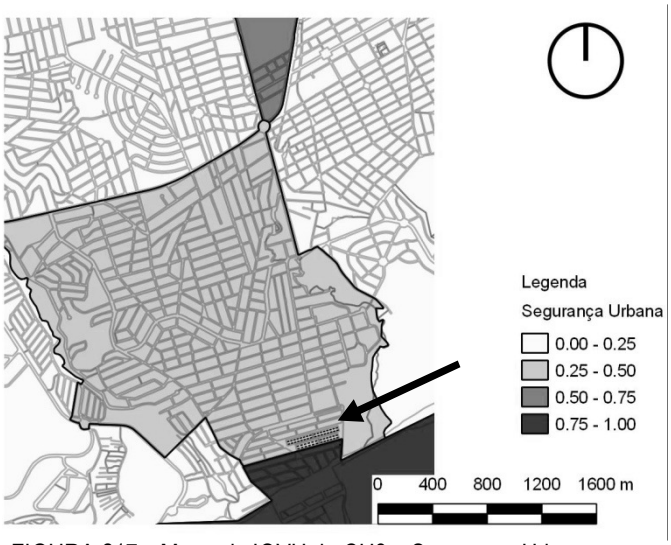


FIGURA 217 – Mapa de IQVU do CH3 – Segurança Urbana.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

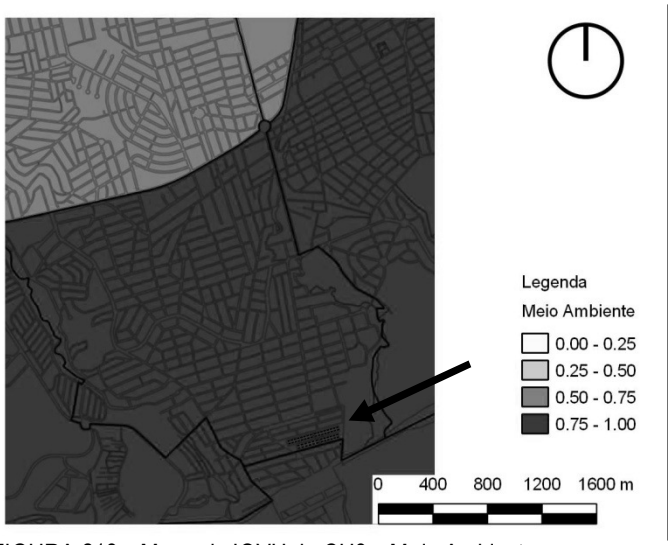


FIGURA 218 – Mapa de IQVU do CH3 – Meio Ambiente.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 219 - Limite entre o CH3 e a mata da COPASA.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 220 - Cerca de divisa da área da COPASA.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 221 - Focos de erosão próximos ao CH3.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013)



FIGURA 222 – Limite entre o CH3 e a área de preservação.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013)



FIGURA 223 – Estado do mob. Urbano no CH3.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013)



FIGURA 224 - Esquina da rua W5 com rua S2.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013)

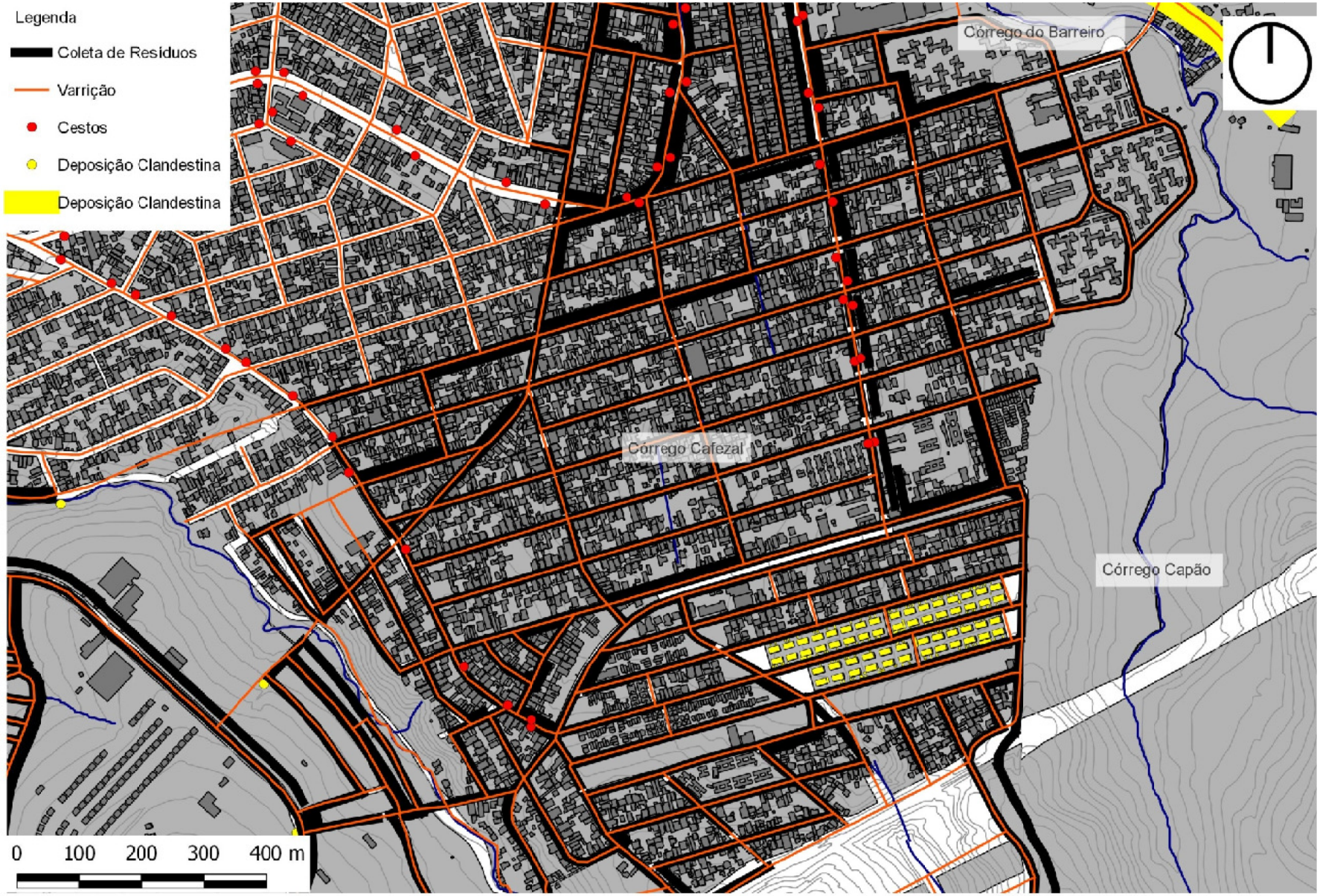


FIGURA 225 - Mapa de gestão de resíduos sólidos do CH3 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

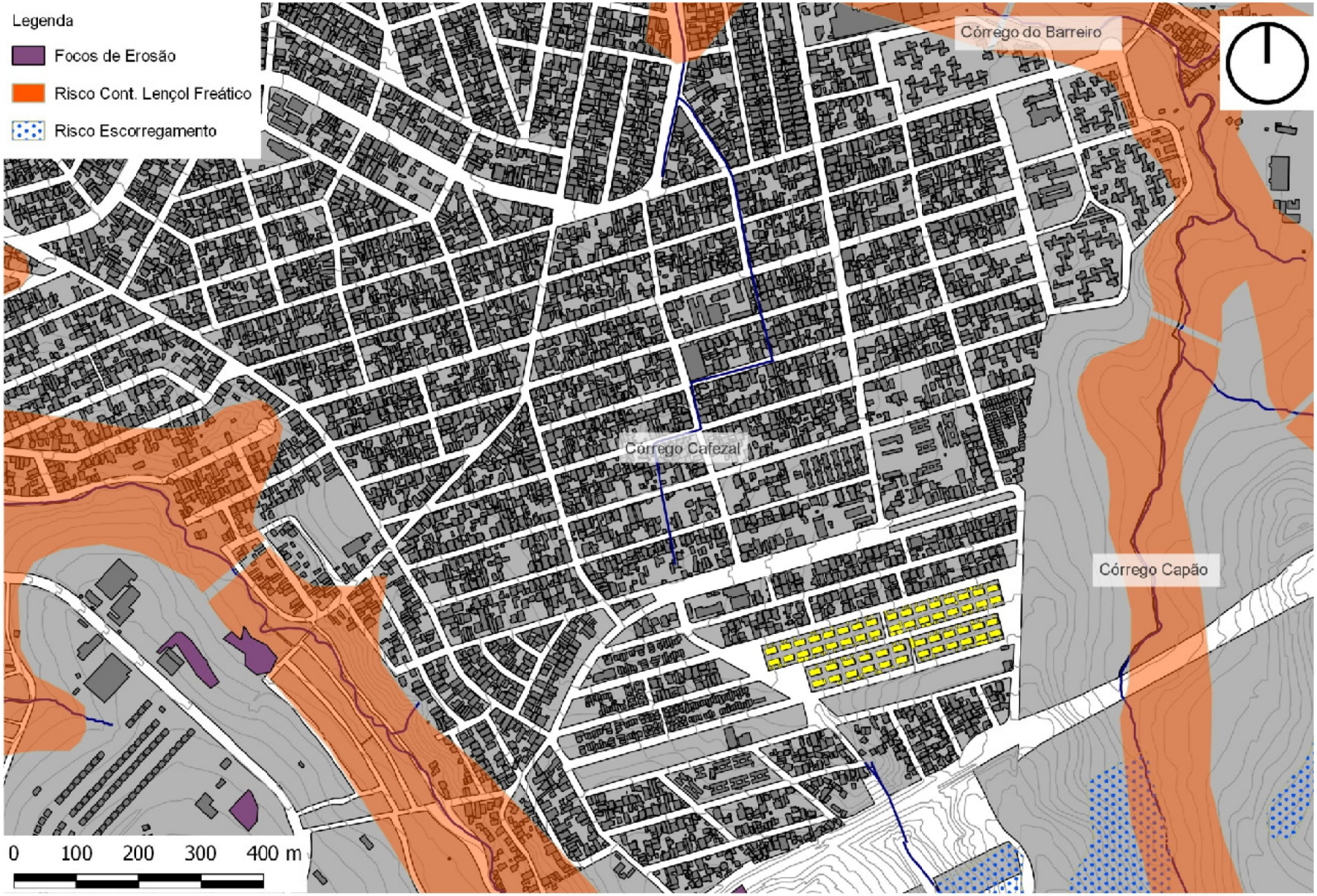


FIGURA 226 - Mapa de risco geológico do CH3 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 227 - Mapa de risco de alagamento do CH3 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.3.6 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECOPOLÍTICA

O conjunto Pongelupe tem uma associação de moradores (Associação de Moradores do Conjunto Pongelupe) bastante consolidada e que existe desde a sua construção. Ela cumpre um papel muito mais administrativo do que político já que sua atividade se resume a receber contribuições voluntárias diretamente dos moradores (individualmente) e com esses recursos manter alguns funcionários para capina, manutenção e limpeza das áreas abertas do conjunto. A associação controla uma grande área de lazer do conjunto que ocupa um dos quatro quarteirões em que ele foi construído (cerca de 25% da área do conjunto). Essa área é determinante para que o conjunto Pongelupe possua a mais baixa densidade habitacional líquida entre os nove conjuntos (65 UH/ha). Nessa área, muito bem cuidada e cujo acesso só é permitido aos moradores adimplentes, há um salão de festas, quadras e *playgrounds*. Como as praças públicas (não controladas) são muito precárias, os moradores que não contribuem com a associação não têm opções de lazer e prática de esportes. Segundo a presidente da associação, que está à sua frente há mais de uma década, o grande problema do conjunto hoje é a inadimplência, o que mostra que o papel da associação está hoje muito mais ligado à gestão condominial.

Segundo os moradores ouvidos, não há no conjunto um histórico de mobilização social em torno da discussão ou da reivindicação de questões socioambientais coletivas. Reina o espírito do "cada um por si", segundo os moradores entrevistados. Houve uma única vez, um abaixo assinado organizado pelos moradores e depois abraçado pela associação, para mudar o itinerário do ônibus que passa pelo conjunto. Coube à associação representar os moradores e levar o documento à BHTRANS. A articulação sociopolítica dos moradores é baixíssima e as palavras usadas para defini-los, ditas pelos próprios moradores entrevistados foram: desunião, desarticulação, desinteresse, preguiça. Por outro lado, a associação de moradores que poderia tentar provocar essa articulação, parece ter se contentado com um papel menor, e funciona hoje como um pequeno clube recreativo, controlando o acesso às quadras e equipamentos de lazer dos sócios em dia com os pagamentos.

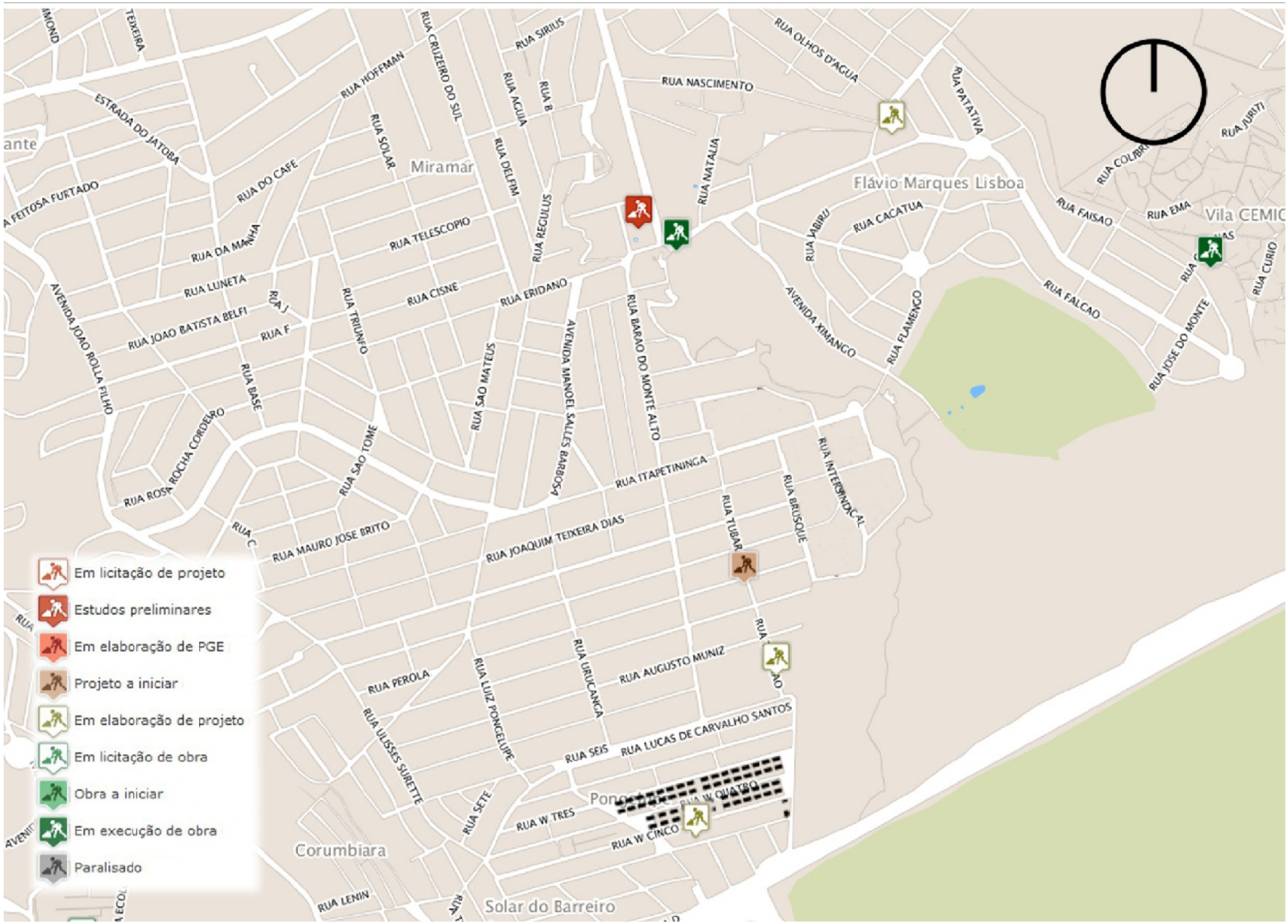


FIGURA 228 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH3 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.4 – CONJUNTOS ATENAS/ESPARTA/EGEU



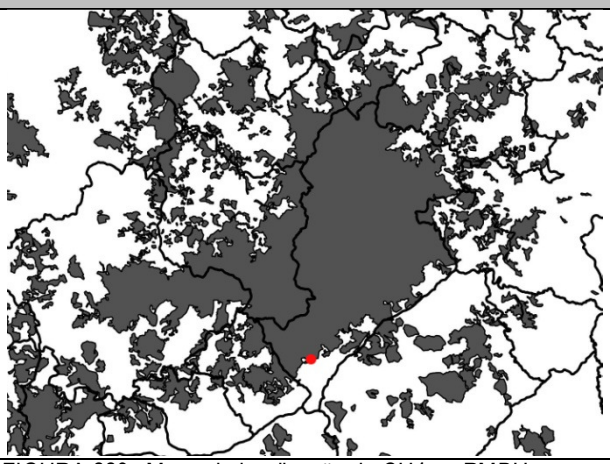
CH4	ATENAS / ESPARTA / EGEU
	CIDADE: BELO HORIZONTE REGIONAL: BARREIRO DATA (INAUGURAÇÃO): 2009 NATUREZA DO EMPREENDIMENTO: PRIVADO AGENTE EMPREENDEDOR: TENDA ENGENHARIA

FIGURA 229- Mapa de localização do CH4 na RMBH.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PDDI.



FIGURA 230 - Foto aérea do CH 4 (destacado em vermelho).
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor

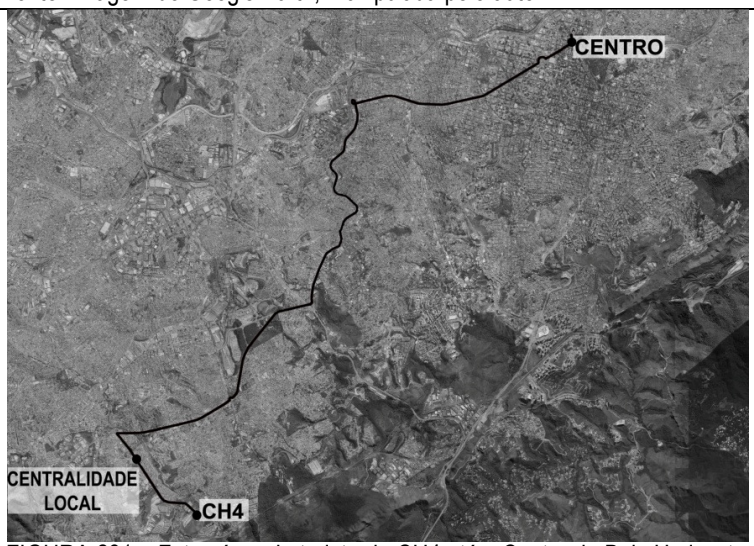


FIGURA 231 - Foto aérea do trajeto do CH4 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima.
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor.

DISTÂNCIAS

ATÉ O CENTRO
Praça Sete de Setembro
19,8 Km
TRAJETO:
Av. Perimetral
Via do Minério
Rua úrsula Paulino
Av. Teresa Crsitina
Av. Amazonas

ATÉ A CENTRALIDADE LOCAL MAIS PRÓXIMA
Av. Perimetral (Vila Pinho)
2,3 Km

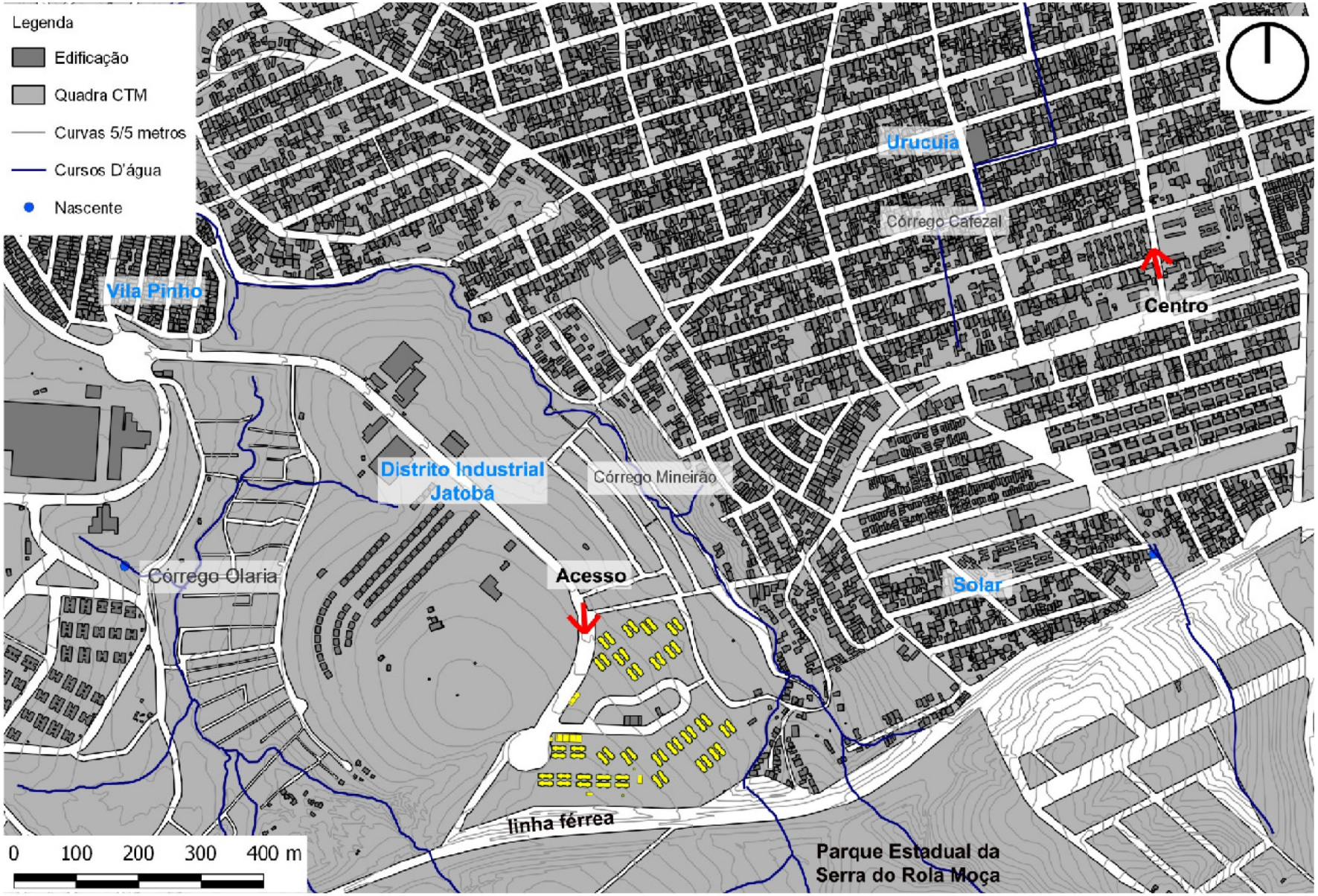


FIGURA 233 – Mapa da situação urbana do CH4 (área de análise). Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

A pesquisa tratou como um só conjunto, três "residenciais", como são conhecidos comercialmente os conjuntos habitacionais populares. Como eles compartilham um mesmo tipo arquitetônico e construtivo, foram empreendidos pelo mesmo agente, ao mesmo tempo e são vizinhos entre si, optou-se por tratá-los aqui como um só conjunto, mesmo reconhecendo que essa simplificação poderia encobrir algumas distinções que eventualmente existissem entre os três conjuntos. Mesmo assim a opção se manteve, mantendo ligado o alerta para eventuais diferenças que pudessem aparecer nas pesquisas evitando o achatamento dos três conjuntos. Eles têm muito em comum no que diz respeito aos problemas e virtudes de sua situação urbana e foram divididos em três por razões comerciais. A justificativa mais importante para a inclusão deste conjunto na pesquisa está no fato de ele ser um empreendimento privado e recente (2009), o único dos nove conjuntos com essas características. Nesse sentido, apesar de não ser um empreendimento elaborado por meio do PMCMV, porque foi inaugurado no mesmo ano em que o programa foi lançado, esse conjunto traz todas as características de um empreendimento habitacional periférico privado voltado para um público de renda média/baixa, assim como acontece com os conjuntos que fazem parte do programa[1].

5.4.1 – CARACTERIZAÇÃO DA BORDA

A borda urbana onde se situam os conjuntos Atenas, Esparta e Egeu é uma das bordas com mais alto grau de dinamismo, entre as nove estudadas. Isso pode ser comprovado pelas enormes diferenças entre os seis registros históricos de fotos aéreas dessa área ao longo dos últimos vinte e cinco anos. Na primeira foto, de 1989, praticamente não há ocupação urbana na área onde o conjunto anos mais tarde seria construído, apesar de já estar implantada a av. Warley Aparecido Martins já com o traçado atual e terminando em uma rotatória. Além disso, já havia a ocupação urbana a leste e nordeste no bairro Cardoso, ao norte numa primeira etapa da Vila Pinho e a oeste/sudoeste no bairro Independência. Os vales dos córregos Olaria e Mineirão, contudo estavam completamente desocupados. O registro seguinte, de 1994, traz significativas mudanças, apontando para uma ocupação bastante acelerada. Há um avanço importante da ocupação urbana a nordeste, no Novo Santa Cecília e a leste no Solar do Barreiro. Têm início também, ocupações informais ao longo dos dois córregos e do Distrito Industrial. Nos oito anos seguintes, como mostra o registro de 2002, há um avanço muito grande das ocupações autoconstruídas ao longo do córrego Olaria, que passaria a se chamar Vila Ecológica e da Vila Corumbiara, erguida ao longo do córrego Mineirão. Somente em 2009 os três conjuntos aparecem já em meio a todas essas ocupações urbanas mencionadas. Surge também, na mesma época, na av. Warley Aparecido Martins, poucos metros antes dos três conjuntos, outro conjunto habitacional horizontal com casas geminadas de caráter privado, reforçando uma tendência imobiliária nessa região.

[1] No período de realização da pesquisa (2012-2014) havia alguns empreendimentos do PMCMV na RMBH que foram considerados inicialmente para fazer parte da pesquisa. Porém, como eles estavam fora do município de Belo Horizonte ou ainda recém-construídos (na maioria dos casos, as duas coisas) acabaram sendo deixados de lado para uma próxima pesquisa.



FIGURA 234 – Foto aérea do CH4 em 1989. Fonte: PBH.



FIGURA 235 – Foto aérea do CH4 em 1994. Fonte: PBH.



FIGURA 236 – Foto aérea do CH4 / 2002. Fonte: Google Earth.



FIGURA 237 – Foto aérea do CH4 / 2006. Fonte: Google Earth.



FIGURA 238 – Foto aérea do CH4 / 2009. Fonte: Google Earth.



FIGURA 239 – Foto aérea do CH4 / 2013. Fonte: Google Earth.

A presença de grandes áreas não parceladas próximas ao conjunto ou de áreas de fundo de vale ocupadas por assentamentos autoconstruídos, que poderiam sofrer intervenções urbanísticas aponta para uma situação ainda não totalmente consolidada nessa borda urbana, que ainda conserva certo grau de dinamismo, mesmo que não na mesma velocidade dos anos de 1990.

Esse conjunto habitacional está localizado numa fronteira dupla. Em primeiro lugar há uma linha férrea, ainda ativa, por onde passam composições de transporte de minério, poucos metros ao sul do conjunto. Essa linha constitui uma primeira parte da fronteira bem marcada (*Grenze*), na medida em que à transposição da linha férrea, que já é arriscada por si só, pelo fluxo de composições e pelos cortes e aterros gerados para sua implantação, soma-se o fato de ela constituir o limite do Parque Estadual da Serra do Rola Moça. Em segundo lugar há o perímetro fortificado com muros altos e arames farpados em volta dos três conjuntos barrando qualquer possibilidade de atravessamento, apontando para uma condição de interiorização e desarticulação com a cidade. Essa murada ao longo dos perímetros externos expõe nitidamente a ideia de que uma borda urbana pode parecer ser um lugar inseguro para as pessoas que aí vivem.

5.4.2 – PERFIL DOS MORADORES

A classificação oficial de bairros da PBH considera a área onde estão os três conjuntos como parte do bairro Solar do Barreiro, que começa próximo ao conjunto Pongelupe e vai até a vila Ecológica, próxima do conjunto Águas Claras. Além de muito grande, a área é muito heterogênea em termos de ocupação o que pode ter gerado distorções quanto aos dados socioeconômicos. Segundo esses dados, há um volume pequeno de pessoas nas faixas de renda familiar média entre 0 e 0,5 salários mínimos e, no extremo oposto, entre 10 e 20 salários mínimos. Há volumes médios nas faixas entre 0,5 e 1 e entre 5 e 10 salários mínimos. Os maiores contingentes estão nas faixas intermediárias, entre 1 e 2 e entre 2 e 5 salários mínimos (classes D e C, respectivamente).

Os conjuntos Atenas e Egeu, sozinhos formam um setor censitário. O conjunto Esparta, contudo, ficou agrupado num setor censitário junto com as ocupações industriais da av. Warley Aparecido Martins e com a Vila Corumbiara, formando um grupo bastante heterogêneo. Assim, somente o setor censitário dos conjuntos Atenas e Egeu será considerado aqui. Na questão da raça, os volumes absolutos das populações são todos inferiores aos do entorno, o que se explica pela grande diferença de densidade entre esse setor censitário e os bairros em volta. Em termos de distribuição percentual entre raças dentro do conjunto, há mais negros do que nas médias municipal e nacional. Há muito mais partos e muito menos brancos no conjunto, comparadas com as mesmas médias da cidade e do país.

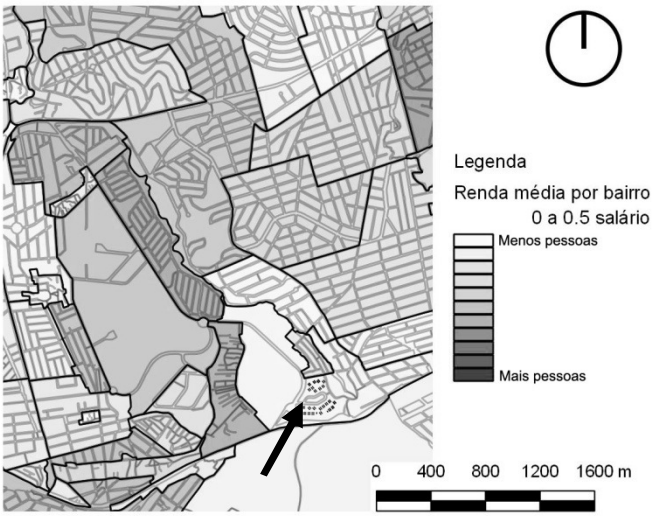


FIGURA 240 – CH4: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

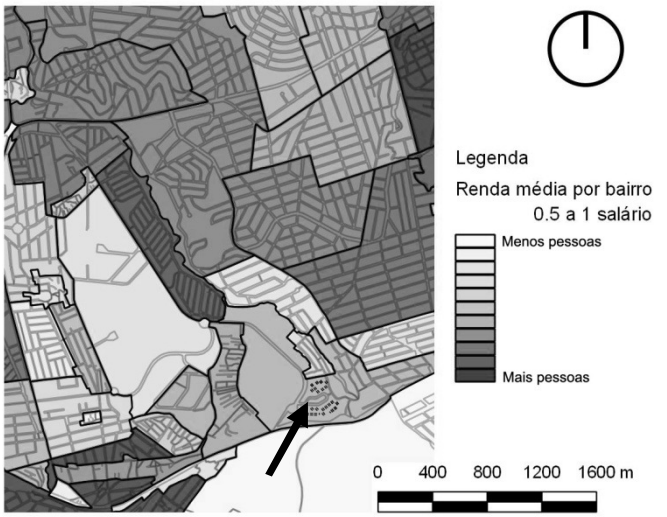


FIGURA 241 – CH4: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

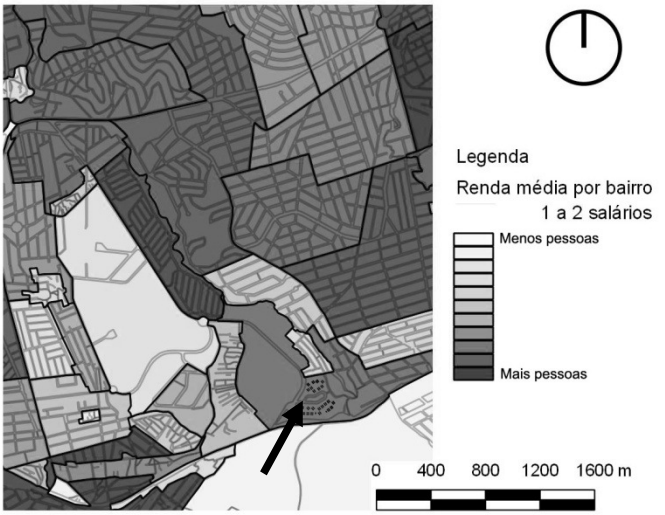


FIGURA 242 – CH4: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

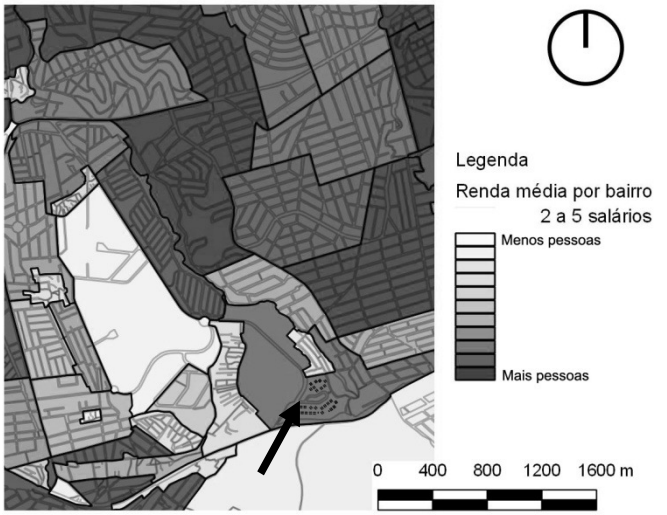


FIGURA 243 – CH4: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

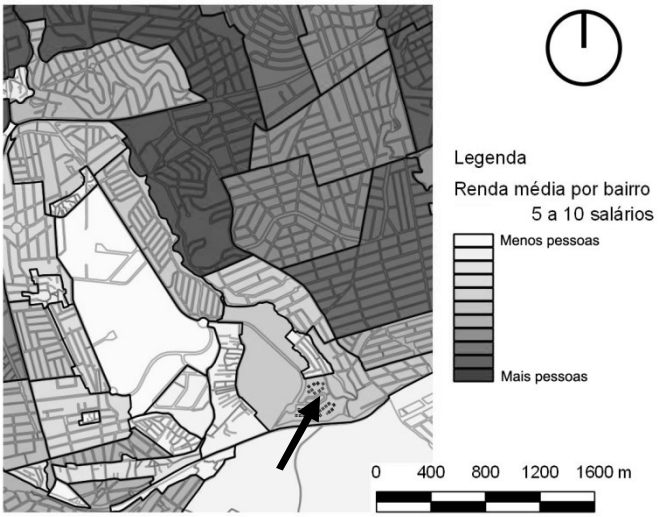


FIGURA 244 – CH4: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

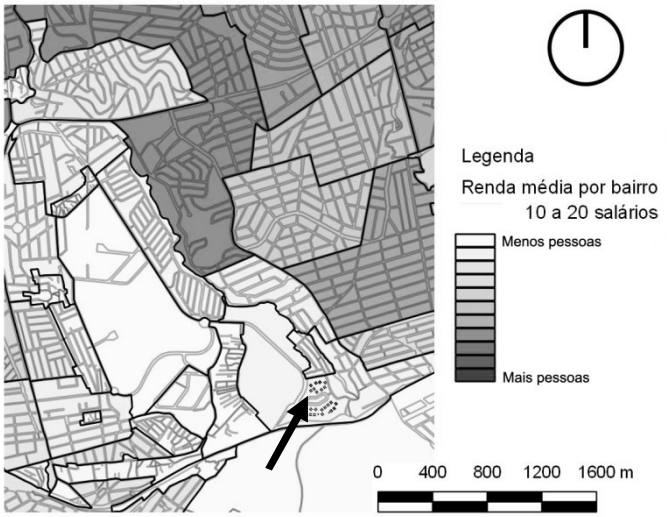


FIGURA 245 – CH4: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

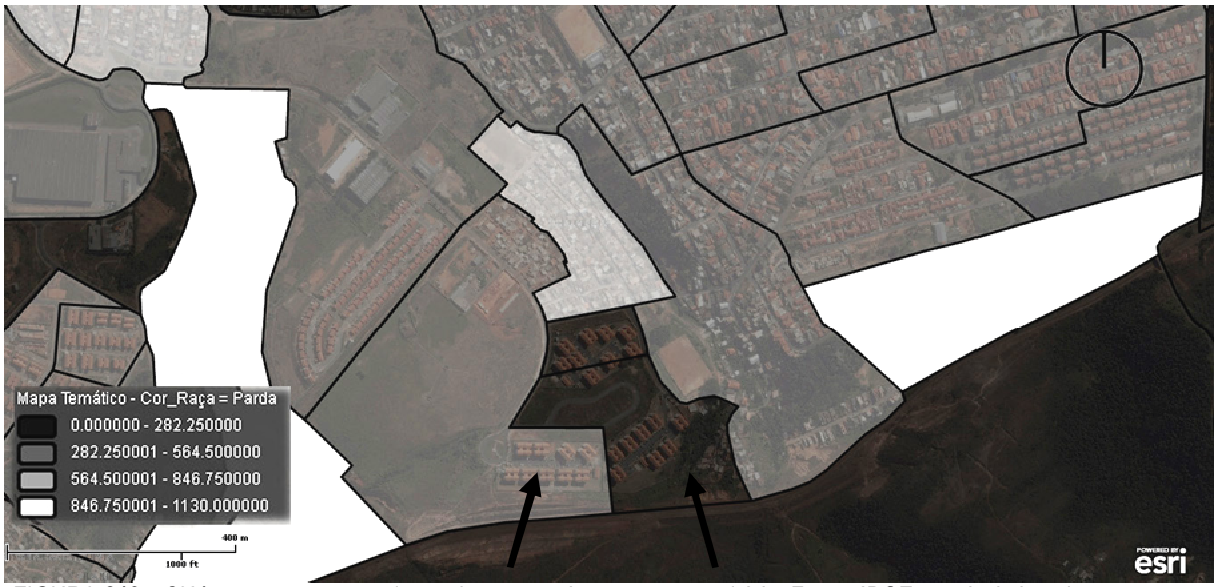


FIGURA 246 – CH4: mapa com a população de raça parda por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor

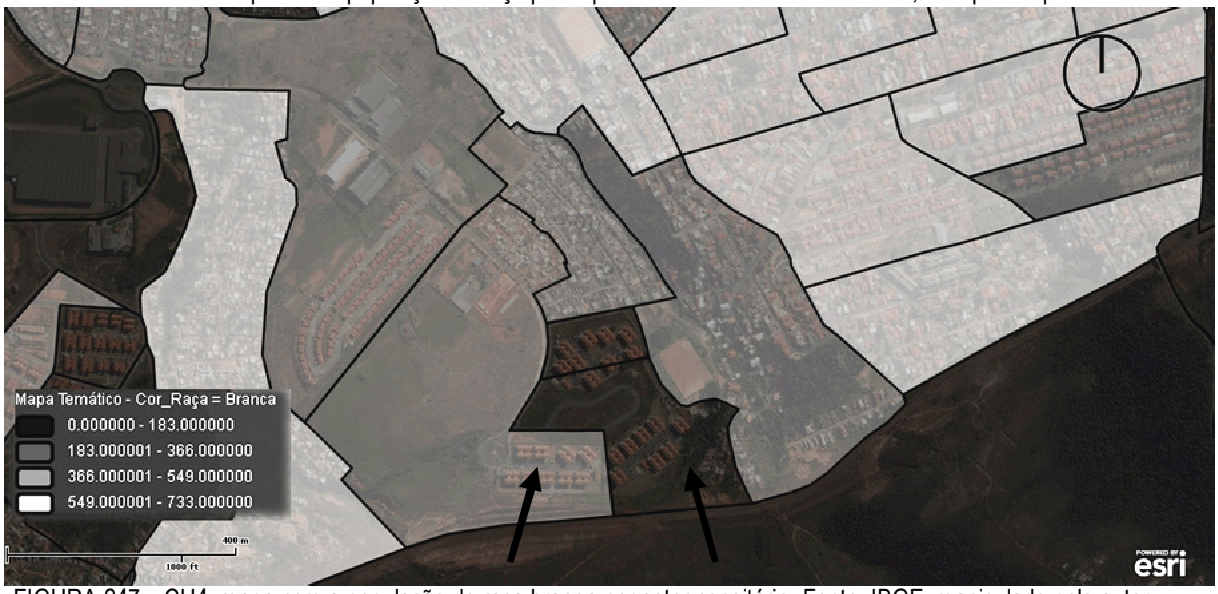


FIGURA 247 – CH4: mapa com a população de raça branca por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 248 – CH4: mapa com a população de raça negra por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 249 – CH4: mapa com a população de raça amarela por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

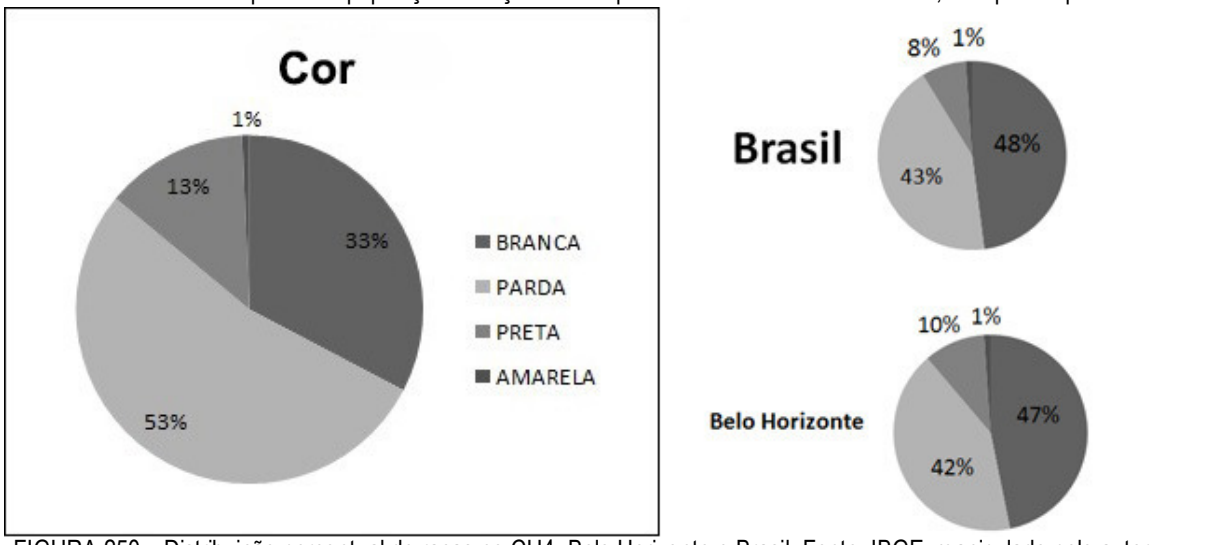


FIGURA 250 – Distribuição percentual de raças no CH4, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

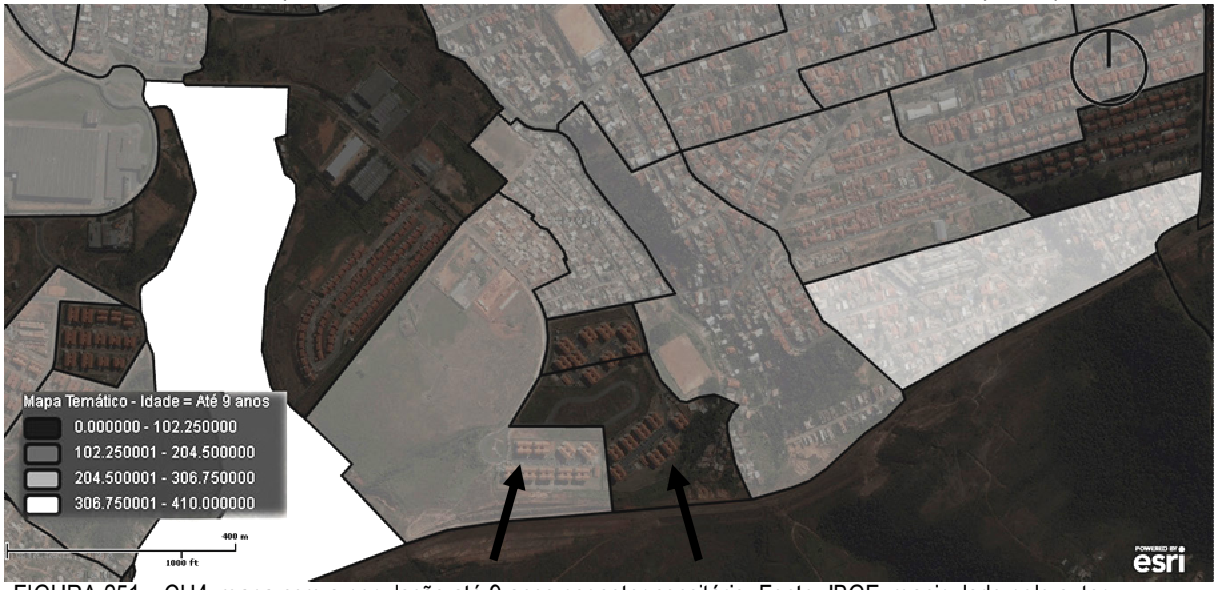


FIGURA 251 – CH4: mapa com a população até 9 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

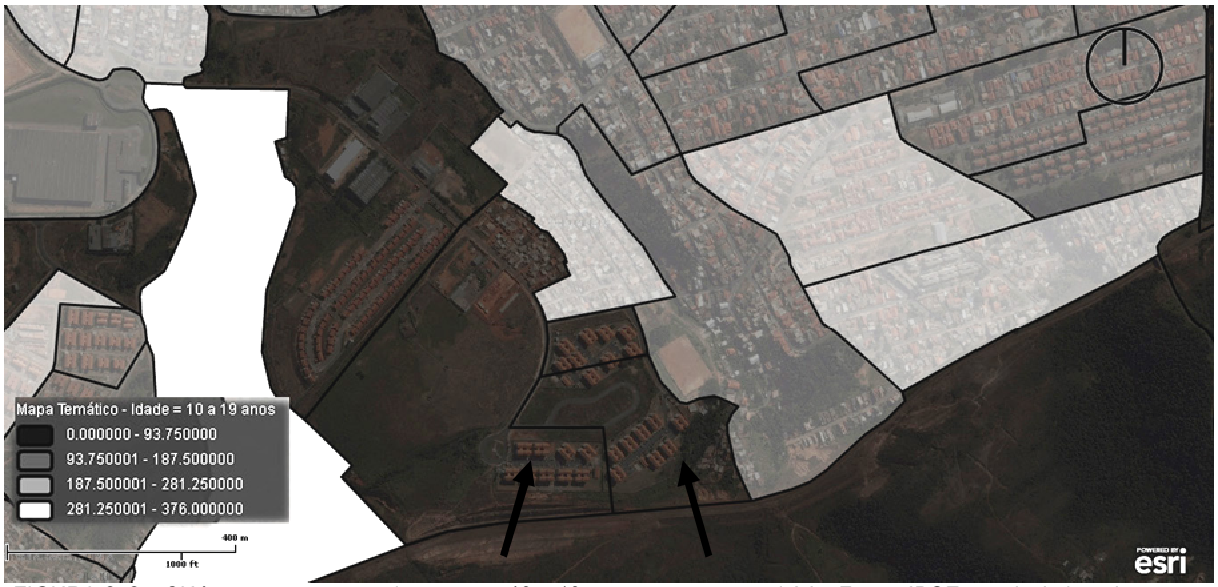


FIGURA 252 – CH4: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

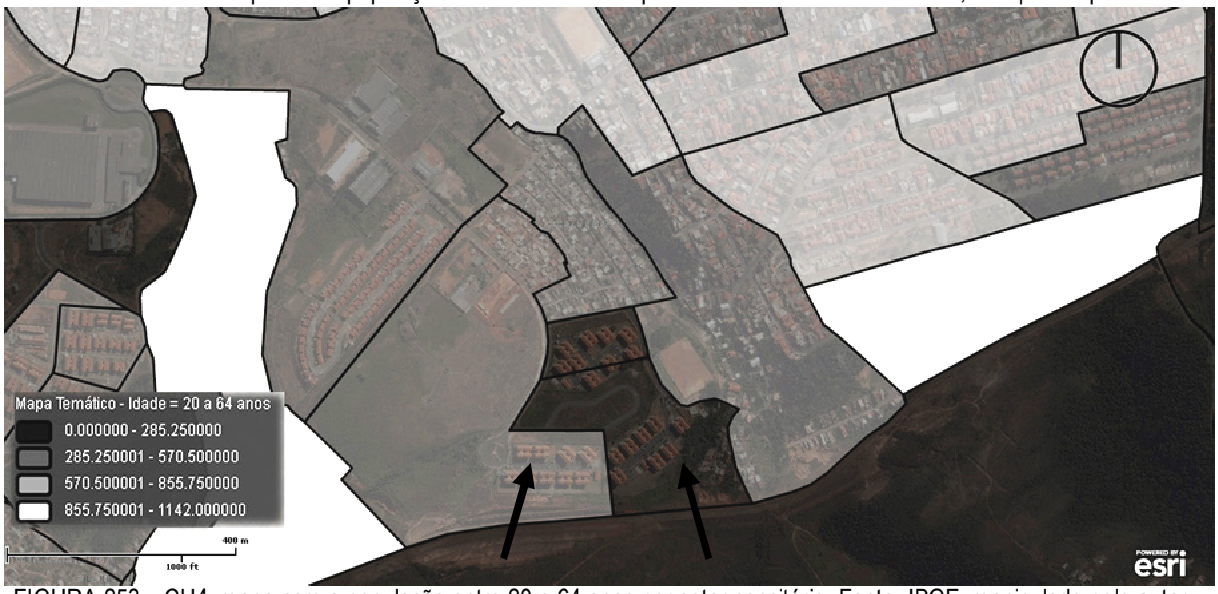


FIGURA 253 – CH4: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 254 – CH4: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

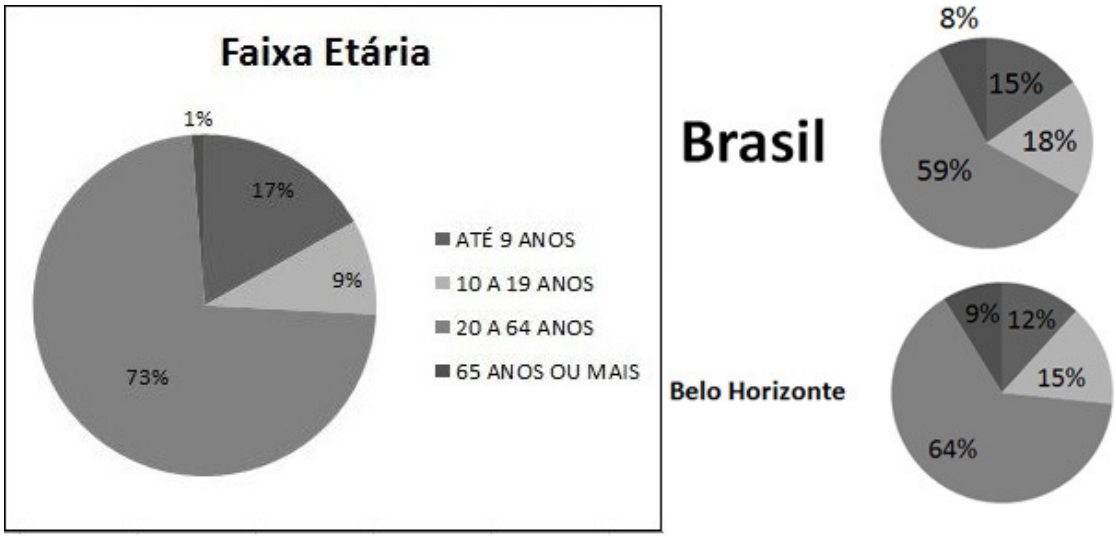


FIGURA 255 – Distribuição percentual de faixas etárias no CH4, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

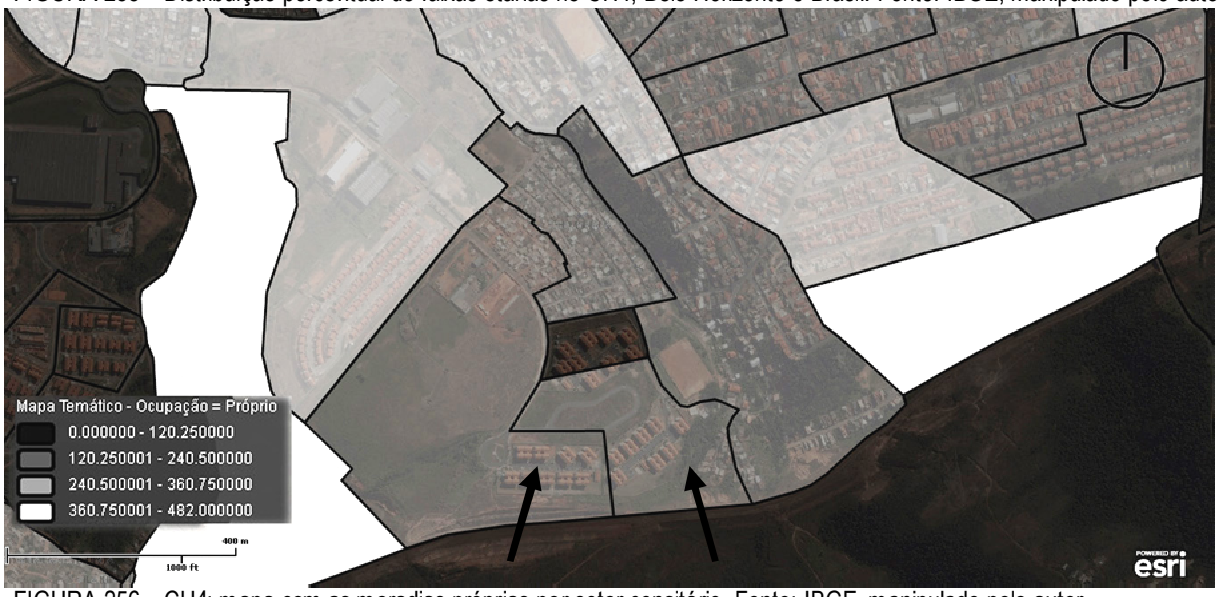


FIGURA 256 – CH4: mapa com as moradias próprias por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 257 – CH4: mapa com as moradias alugadas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 258 – CH4: mapa com as moradias cedidas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

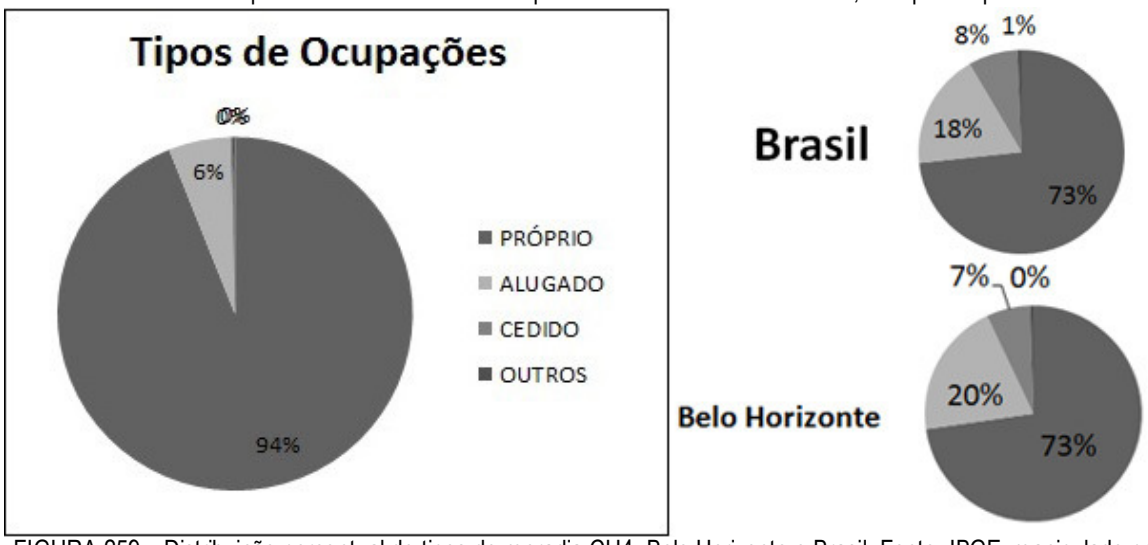
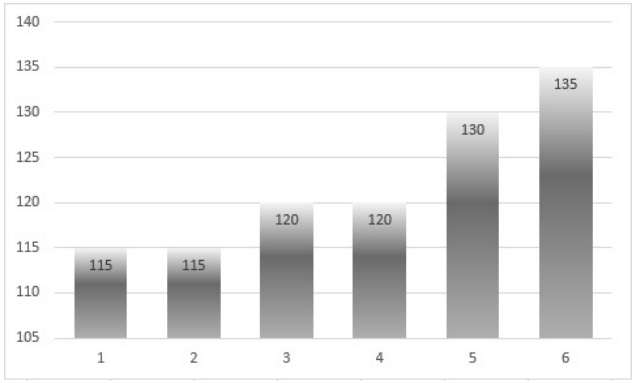


FIGURA 259 – Distribuição percentual de tipos de moradia CH4, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



DOIS QUARTOS
VALOR MÁXIMO: 135
VALOR MÍNIMO: 115
VALOR MÉDIO: 122,5
VARIAÇÃO: 17%

GRÁFICO 5 - Variação nos preços de apartamentos de dois quartos do CH4.
Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados do IBGE mostram ainda um percentual alto de moradores adultos, comparando com a média de Belo Horizonte. Em compensação, há menos jovens, crianças e idosos comparando com as mesmas médias. Em relação ao tipo de ocupação, nota-se um predomínio muito amplo das moradias próprias, em relação ás moradias alugadas e cedidas, o que confirma a inserção desse conjunto no mercado formal de venda de apartamentos populares através dos mecanismos de financiamentos.

A pesquisa realizada a cerca dos preços das UHs nos três conjuntos revelou que há pequenas sutilizas nas diferenças de preços entre as UHs situadas no conjunto Atenas, Esparta e Egeu. Porém essas diferenças são pouco significativas diante das variações de preços entre as unidades bem conservadas e as menos conservadas (tanto a UH como o bloco).

5.4.3 – ESTRUTURA INTRAURBANA

Os conjuntos Atenas/Esparta/Egeu se inserem numa estrutura intraurbana ainda bastante frágil, em formação e sua implantação acelerou e irá continuar acelerando esse processo, a partir da criação da demanda por serviços e comércio tanto em termos quantitativos (número de moradores) como em termos qualitativos (a renda desses moradores).

QUADRO 12 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH4

Infraestrutura	Verificação	Condição de funcionamento
Sistema de água	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema de esgoto	Implantado em todas as áreas menos da av. Warley A. Martins	Não foi possível avaliar
Sistema de drenagem	Implantado em todas as áreas menos da av. Warley A. Martins	Não foi possível avaliar
Sistema energia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema telefonia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Iluminação pública	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Vias urbanas	Implantado em todas as áreas	Rua Quatro possui declividade muito acentuada;
Calçadas	Implantado parcialmente. Há vários trechos sem calçadas.	Vegetação e lixo nos trechos em que há calçadas.
Arborização urbana	Implantado em todas as áreas	Nenhuma arborização na Av. Wartley Aparecido Martins.
Mobiliários urbanos	Implantado em todas as áreas	Banco padrão BHTRANS em frente ao Esparta

A questão que chamou mais a atenção em todas as visitas no que diz respeito à qualidade urbana dos conjuntos trigêmeos foi o seu isolamento da vida urbana, o que quer dizer, em grande parte, de qualquer tipo de comércio e serviço. Há alguns estabelecimentos comerciais de pequeno porte como bares, lanchonetes, um açougue e uma padaria na rua Quatro, na esquina com rua Ulisses Surette, já no bairro Urucuia. Os moradores do conjunto tem que andar mais de quinhentos metros, numa rua de declividade

acentuada, para chegar até esse ponto, onde há poucas alternativas de comércio. Equipamentos de maior porte não existem num raio de pelo menos um quilômetro.

Os equipamentos de saúde e educação utilizados pelos moradores dos conjuntos são os mesmos já apresentados no capítulo do conjunto Pongelupe e já haviam sido detectados nas visitas de campo daquele conjunto. Um grande campo de futebol em frente à entrada do conjunto Egeu foi logo percebido na primeira visita ao local, caracterizado como um local aprazível, com muitas árvores em volta, mas ao mesmo tempo bastante improvisado, sem espaços de lazer formais. A entrada do conjunto Esparta fica ligada à rotatória do final da av. Warley Aparecido Martins, onde há uma pequena praça, com alguns bancos, mas sem nenhuma área de sombra. O vento forte sentido em algumas visitas a esse local e o sol inclemente percebido em outras, podem ser as causas de nenhuma pessoa ter sido vista usando essa praça em todas as visitas realizadas. Na última visita de campo realizada, foram vistos equipamentos das "academias a céu aberto" e algumas pessoas utilizando a praça. Ônibus foram vistos passando com frequência em diferentes horários, na rua Quatro e av. Warley Aparecido Martins até o seu final, onde retornam. As áreas vegetadas ao longo das vias estavam sempre sem nenhum sinal de capina recente, aumentando a impressão de isolamento do lugar em relação aos serviços urbanos realizados pela prefeitura.

A entrevista com os moradores mostrou alguns pontos que demorariam muito tempo para serem revelados através de levantamentos de campo, e que surgiram de maneira muito afirmativa durante a conversa, já que afetam diretamente quem mora no lugar.[2] De maneira geral, os moradores demonstraram preocupação com as calçadas, o que não foi percebido nos levantamentos de campo. Mas o ponto que foi alvo das maiores reclamações foi sem dúvida o abastecimento da água, sobre o qual apontaram problemas constantes com pedras e barro nos hidrômetros, desabastecimentos e falta de pressão. Segundo eles, alguns engenheiros da COPASA que foram chamados pelos síndicos para avaliar os problemas disseram que eles decorrem do fato de os conjuntos estarem num "fim de linha".

A fala dos moradores ratifica em certa medida alguns aspectos das visitas de campo e enfatiza o problema da desarticulação urbana, no âmbito do comércio e do transporte, principalmente. Não houve reclamações quanto à qualidade dos serviços públicos de educação e saúde, mas houve reclamações em relação à distância até eles. Os moradores mostraram-se crentes em uma melhoria dessa situação e de uma valorização imobiliária do conjunto com a construção de uma UMEI e uma escola pública de ensino fundamental, serviços implantados pela Prefeitura, na av. Warley Aparecido Martins, em frente à entrada do conjunto Esparta. Os dois equipamentos já estão em obras.

[2] Entrevistas completas com os moradores: ver anexo. 4.1.

QUADRO 13 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH4

Área	Aspectos	Principais pontos da fala dos moradores
Infraestrutura Urbana	Sistema abastecimento água	Muito ruim. Acumula pedra e barro nos hidrômetros Falta água com frequência Água sem pressão, não consegue encher as caixas
	Sistema esgoto	Nunca houve problemas
	Sistema drenagem	Nunca houve problemas
	Sistema energia	Nunca houve problemas
	Sistema telefonia	Nunca houve problemas
	Iluminação pública	É suficiente.
	Pavimentação vias	Nunca houve problemas
	Calçadas	Faltavam calçadas em alguns lugares mas foi feita
	Outras questões colocadas	
Qualidade Urbana	Comércio	Os conjuntos estão longe de tudo, não há nada perto Muitos moradores idosos foram embora por isso
	Serviços Saúde	O Centro de Saúde do Urucuia é bom mas é longe
	Serviços de Educação	Boas escolas nos bairros vizinhos, mas ficam longe Crianças gastam 30 minutos até as escolas UMEI e EM sendo construídas vão melhorar muito
	Espaços de Lazer e esportes	Não há nenhum espaço ou equipamento O campo só é usado pelo pessoal da vila
	Serviço de varrição/capina	A capina é mantida pela associação
	Transporte público e mobilidade	Muito ruim, situação de quem está no "fim da linha" Só duas linhas e ambas passam nas estações As estações (barreiro e diamante) são um caos Intervalos muito longos Falta uma linha direta para Contagem (intermunicipal)
	Outras questões	

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

Pelo mapa elaborado com base nos dados da PBH e que traz as redes de água e esgoto no conjunto e no seu entorno, é possível confirmar algumas suspeitas do levantamento de campo e ainda obter outras informações. De fato não há rede de esgoto na av. Warley Aparecido Martins a partir do conjunto Atenas. Não há rede de esgoto, portanto, no final dessa avenida, na entrada do conjunto Esparta, que só pode ter seu esgoto retirado pela rua de baixo, a rua Três. O mapa mostra ainda que não há rede de esgoto em toda a Vila Corumbiara que fica na encosta oposta ao conjunto, do outro lado do córrego Mineirão. Esse dado é uma indicação forte de contaminação da água desse córrego e do lençol freático na área. Há, em contrapartida, redes de água em toda a área, incluindo a própria Vila Corumbiara e até na área não ocupada no centro dos conjuntos.

O mapa de redes de telefonia e energia mostra que toda a região está servida dos dois sistemas. O levantamento de campo mostrou que ainda não, pelo menos na área central entre os conjuntos. Mas a incompatibilidade maior entre a realidade e o dado oficial da prefeitura está mostrada no mapa de pavimentação de vias e calçadas, que indica uma situação muito mais precária do que a realidade percebida pelo levantamento de campo. Há passeios em toda a extensão da Av. Warley Aparecido Martins até a rotatória no seu final, que não são indicados no mapa. Ele também não mostra calçadas nas ruas Três e Quatro, o que não corresponde à realidade. As informações sobre esse aspecto estão bastante desatualizadas, criando uma falsa impressão de precariedade e falta de infraestrutura urbana. Com relação aos dados oficiais da PBH, o mapa com os serviços de educação e saúde mostra o centro de saúde Urucuia, que na verdade fica no bairro Conjunto Pongelupe e já é possível ver a UMEI ainda em construção dentro desse bairro, mas também com o nome UMEI Urucuia. Da mesma forma já é possível ver a indicação da UMEI que está sendo construída na av. Warley Aparecido Martins e que será chamada de UMEI Solar-Rubi. Das escolas mencionadas pelos moradores, só a EE Álvaro Laureano Pimentel (Pimentel) aparece no mapa de análise urbana do entorno do conjunto. Isso reforça a opinião dos moradores sobre o problema da distância que as crianças têm que percorrer a pé até as escolas ou então o custo extra para as famílias com o transporte coletivo para os filhos chegarem até as escolas. As escolas mencionadas pelos moradores foram pesquisadas com relação às suas notas nó último IDEB, para que alguma noção sobre a qualidade das mesmas pudesse ser aferido. A "Pimentel", como é conhecida, teve uma boa avaliação, ficando um pouco acima da média municipal no fundamental I e um pouco abaixo no fundamental II.

TABELA 7 – Avaliação das escolas públicas na área do CH4

Nome da Escola	Abrangência	Avaliação do IDEB (2011)			
		FUNDAMENTAL I		FUNDAMENTAL II	
		Média escola	Média da cidade	Média da escola	Média da cidade
E.M. Antônio Mourão Guimarães	Creche, Pré Escola, Fund. I.	5,3	5,8	-	-
E.M. Ana Alves Teixeira	Creche, Pré Escola, Fund. I, Fund. II, EJA.	6,5	5,8	2,1	4,2
E.E. Álvaro Laureano Pimentel	Fund. I, Fund. II, Ens. Médio.	6	5,8	4	4,8*

*Não houve avaliação em 2011. As notas correspondem ao IDEB de 2007.
Fonte: Base de dados do INEP (Prova Brasil 2011). Acessado através do site <www.escol.as> em 04/11/2013.

O centro de saúde que atende os moradores dos três conjuntos é o mesmo que atende os moradores dos conjuntos Pongelupe e Flávio de Oliveira. Os dados obtidos com relação ao centro de saúde são, portanto, os mesmos no sub-capítulo anterior. Interessa aqui perceber que a opinião dos moradores nesse caso confirma a ideia gerada pelos números fornecidos pela PBH, que passam a imagem de um serviço bem dimensionado em relação à população que atende.

TABELA 8 – Avaliação do centro de saúde na área do CH4

Centro de Saúde	População Total (Censo 2010)	Distribuição da Pop. Total por Faixa de Risco (IVS)				População Total Cadastrada	**No. ESF**	
		ME	EL	MD	BA		Hoje	Ideal
Urucuia	18.412	952	925	16.535	0	18.075	5	5,3

Dados fornecidos pela Gerência de Assistência/SMSA/PBH
ME: Risco Muito Elevado; EL: Risco Elevado; MD: Risco Médio; BA: Risco Baixo. ESF: Equipes de Saúde da Família.
Hoje: no. de ESF atendendo segundo a SMSA. Ideal: no. de ESF estabelecido pelo planejamento municipal.

O mapa de equipamentos de esporte e lazer deixa claro que não há equipamentos dessa natureza nos três conjuntos e no seu entorno. Mostra dois grandes campos às margens do córrego Mineirão, sendo que o está mais à montante é controlado e tem seu acesso mais facilitado para os moradores da Vila Corumbiara, do que dos moradores dos três conjuntos, segundo estes. O outro campo não foi identificado nas visitas. Da mesma forma como não existem campos públicos no entorno, também não há grandes espaços de lazer coletivo no entorno dos três conjuntos.O mapa com o sistema de transporte indica o itinerário da única linha de ônibus que passa pelos conjuntos, vindo da rua Quatro, virando na av. Warley Aparecido Martins, indo até o seu final e retornando pelo mesmo caminho. O mapa mostra ainda uma linha intermunicipal não identificada nos levantamentos nem na fala dos moradores, que a reivindicam inclusive. Indica também uma linha férrea logo atrás do conjunto, essa sim, identificada nos levantamentos e fonte de problemas que serão discutidos adiante. Por fim, o mapa com os diversos tipos de uso reforça as impressões do levantamento de campo e da fala dos moradores com relação a desarticulação entre os três conjuntos e um tipo de comércio de médio ou grande porte.



FIGURA 260 - Vista geral dos três conjuntos CH4.
Atenas à direita (rosa), Egeu à esquerda, no primeiro plano (azul) e Esparta atrás destes (branco).
Fonte: Foto do autor (28/11/2013).



FIGURA 261 - Postes sem iluminação próximos ao CH4.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).



FIGURA 262 - Redes de água na Av. Warley A. Martins.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).



FIGURA 263 - Bocas de lobo na rua Três.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).



FIGURA 264. Lançamento de água pluvial do conj. Esparta.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).



FIGURA 265 - Campo de futebol próximo ao conj. Egeu.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).



FIGURA 266 - Praça em frente ao conj. Esparta.
Fonte: Foto do autor (20/12/2013).

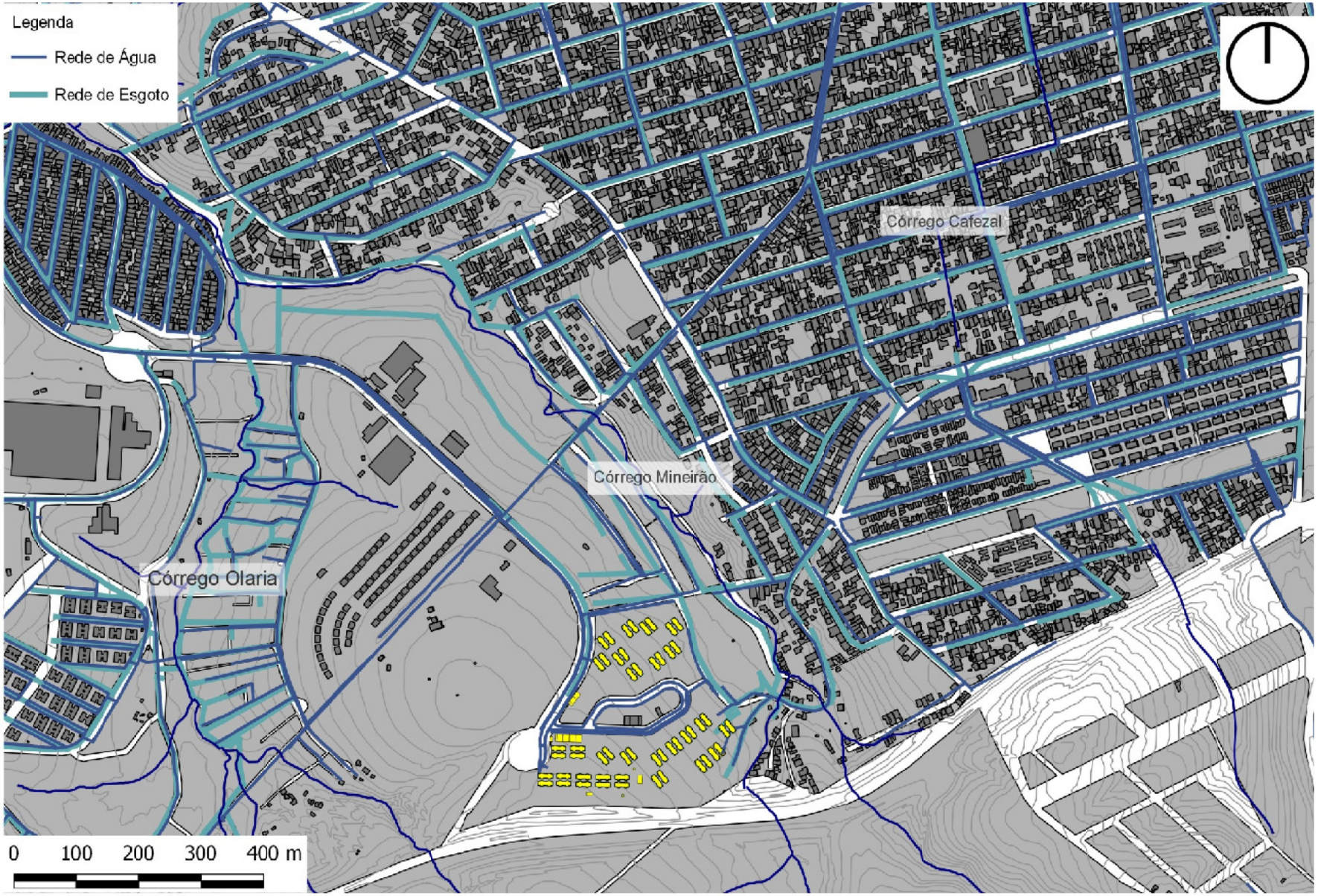


FIGURA 267 - Mapa de redes de água e esgoto do CH4 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 268 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH4 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

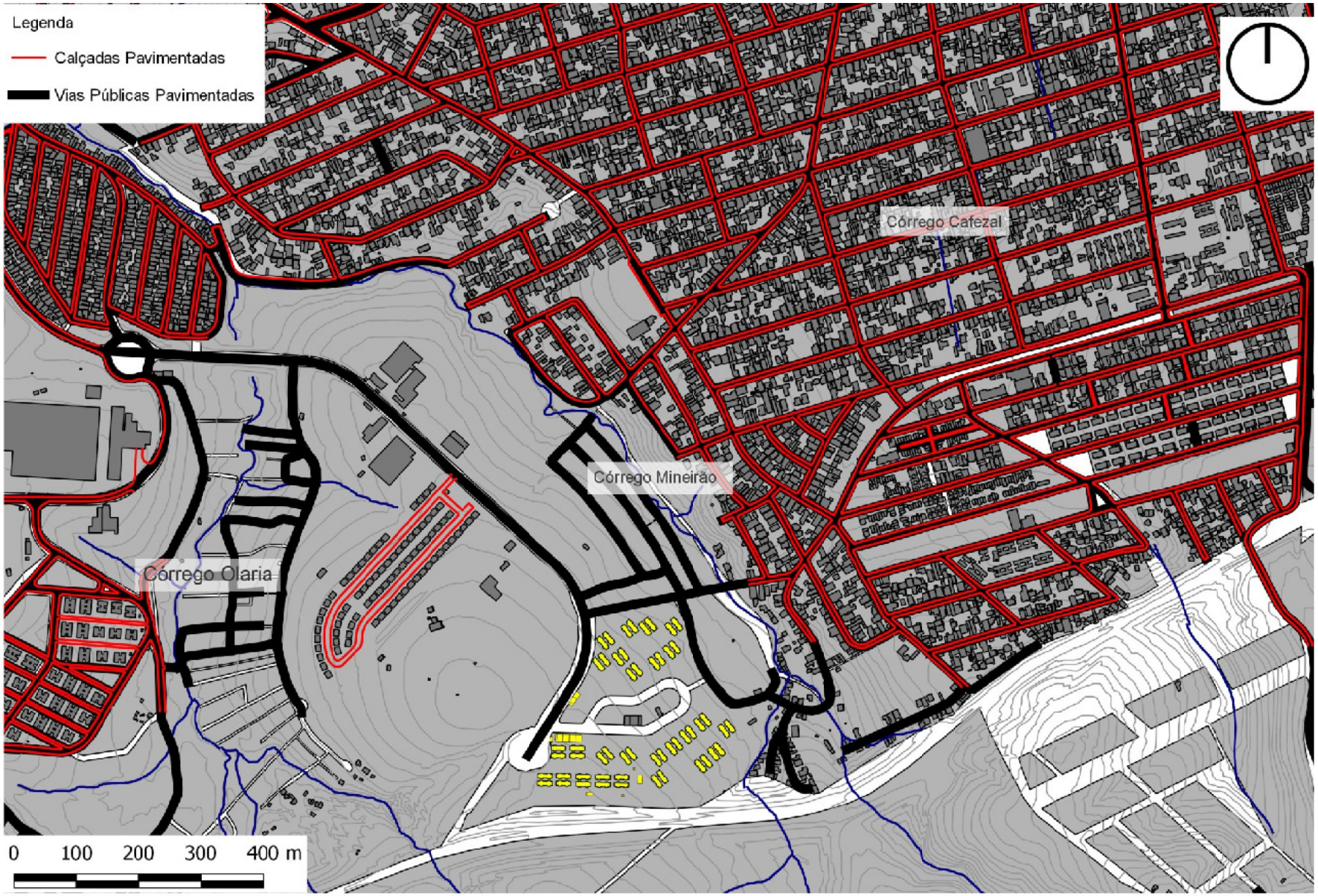


FIGURA 269 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH4 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

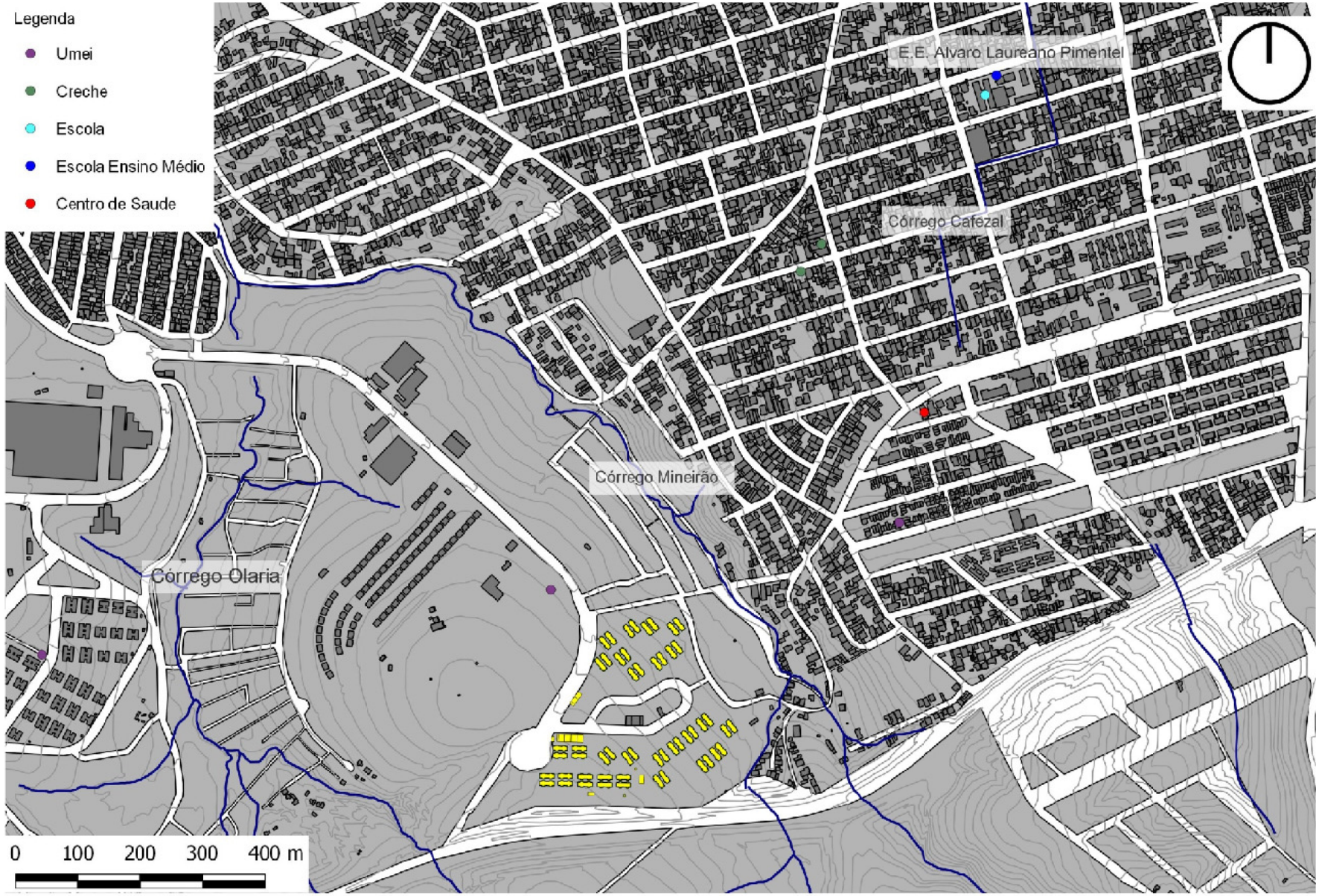


FIGURA 270 - Mapa de serviços de saúde e educação do CH4 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

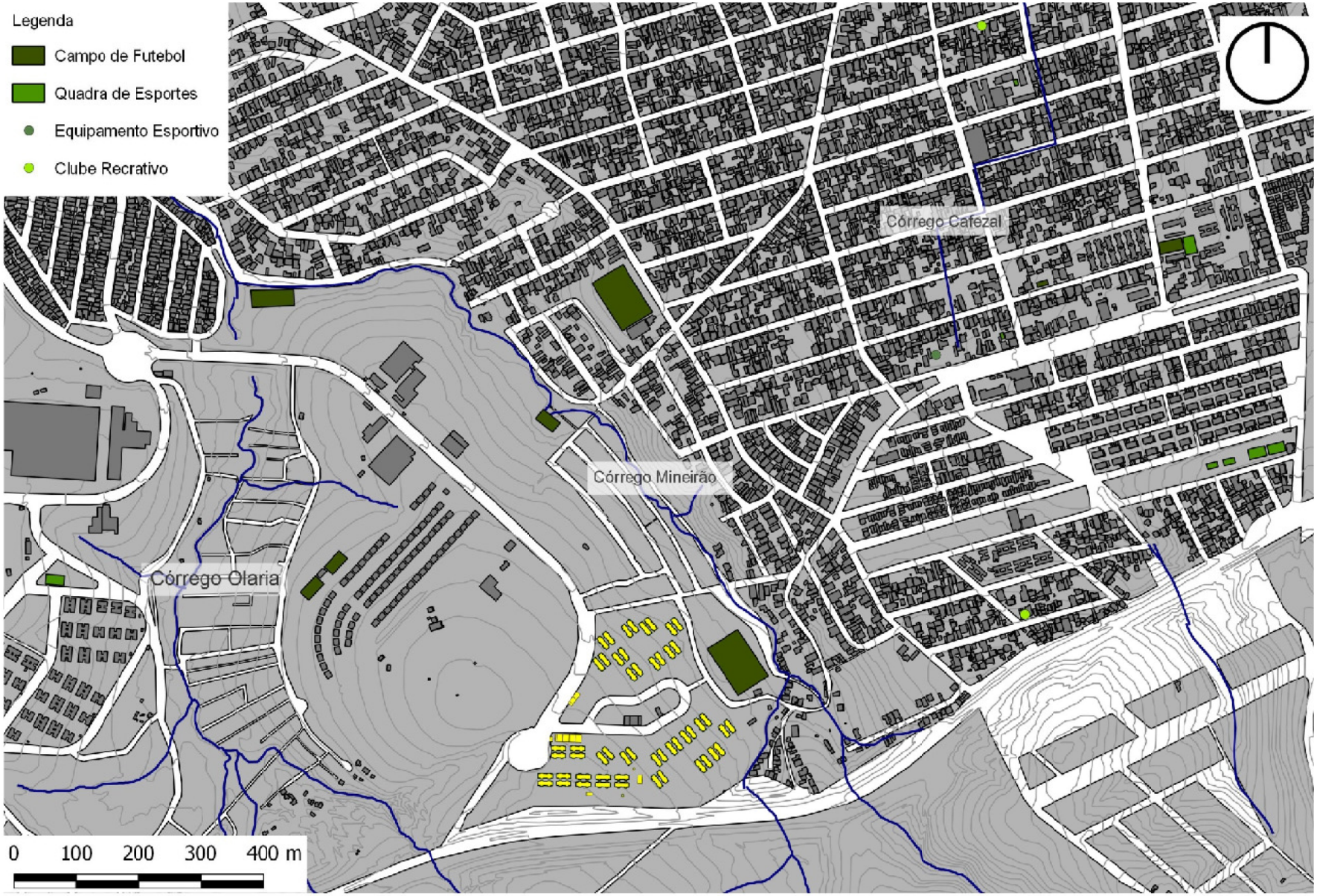


FIGURA 271 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH4 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

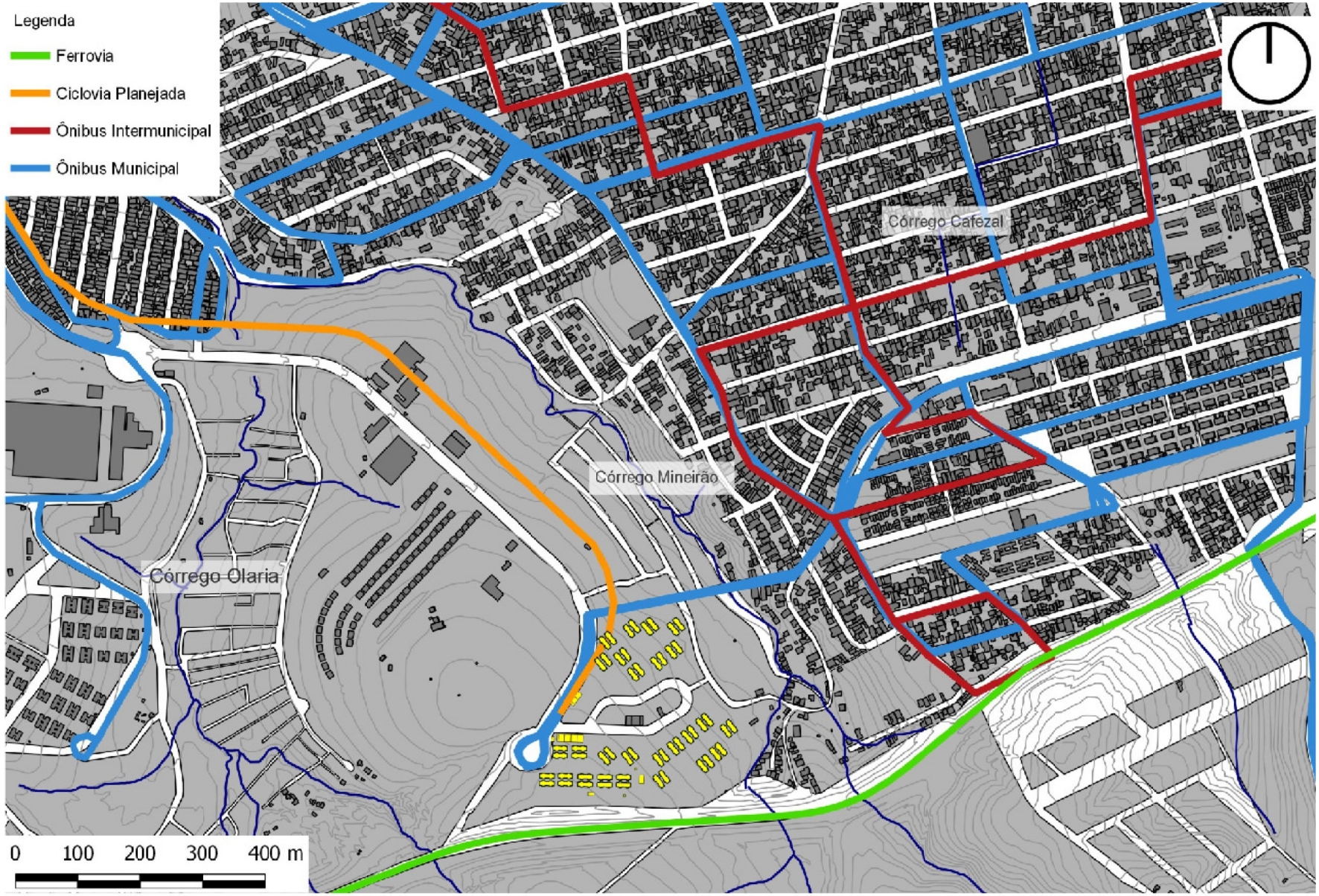


FIGURA 273 - Mapa do sistema de transporte do CH4 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

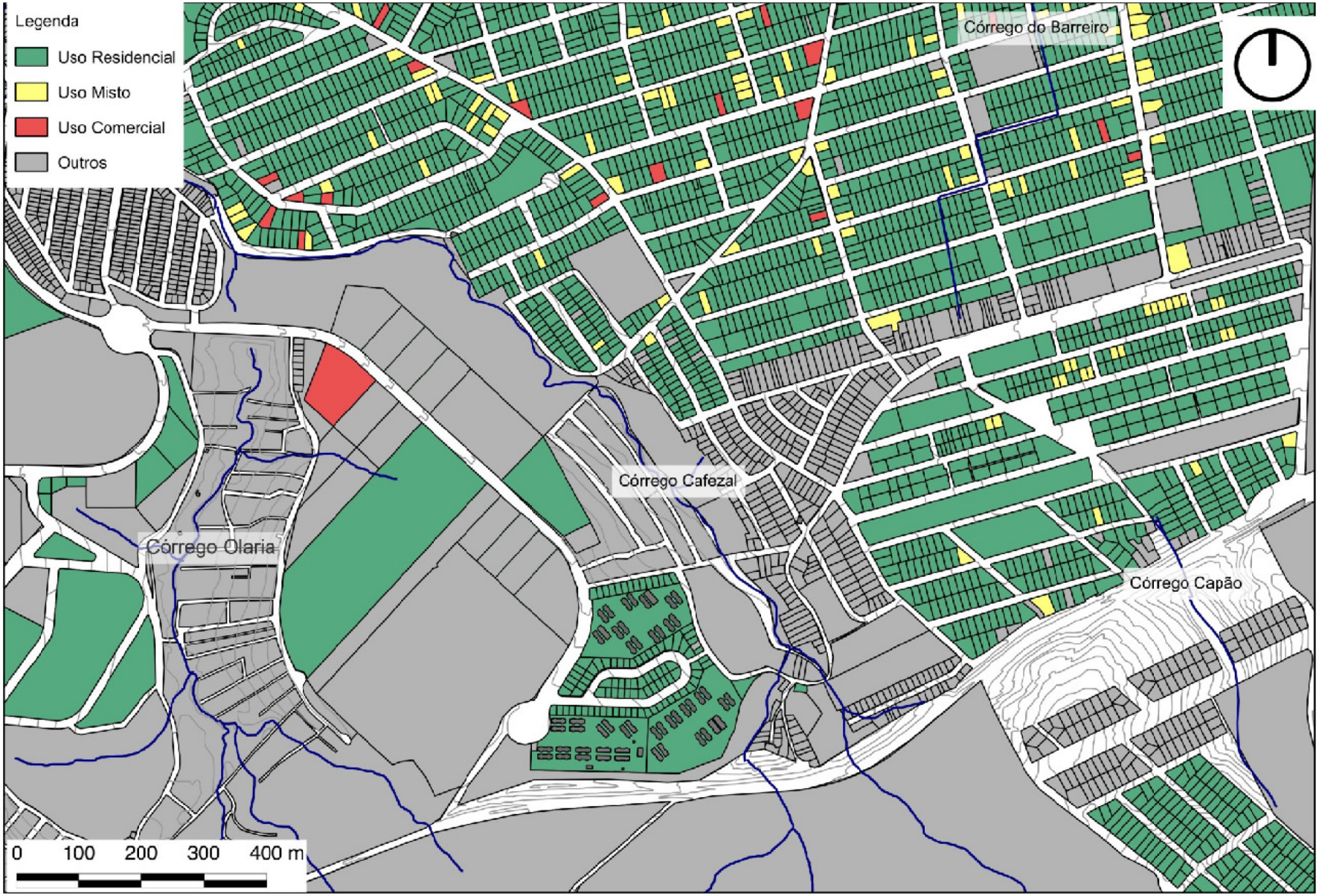


FIGURA 273 - Mapa de usos do CH4 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

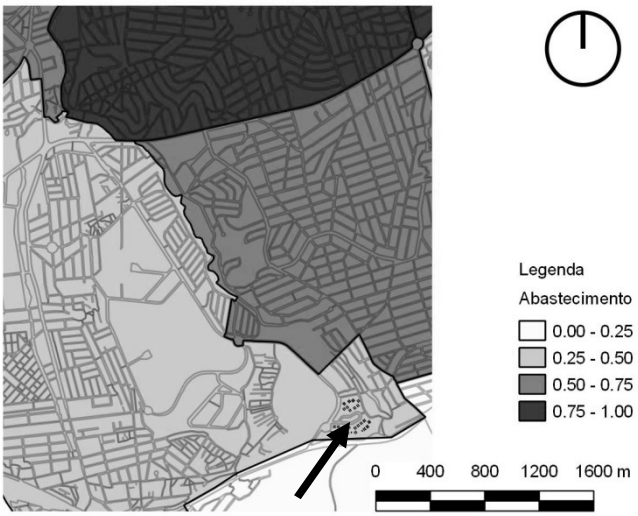


FIGURA 274 – Mapa de IQVU do CH4 – Abastecimento.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

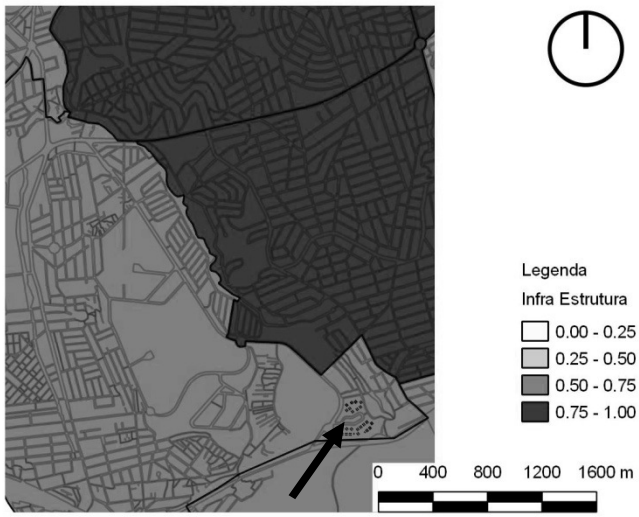


FIGURA 275 – Mapa de IQVU do CH4 – Infraestrutura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

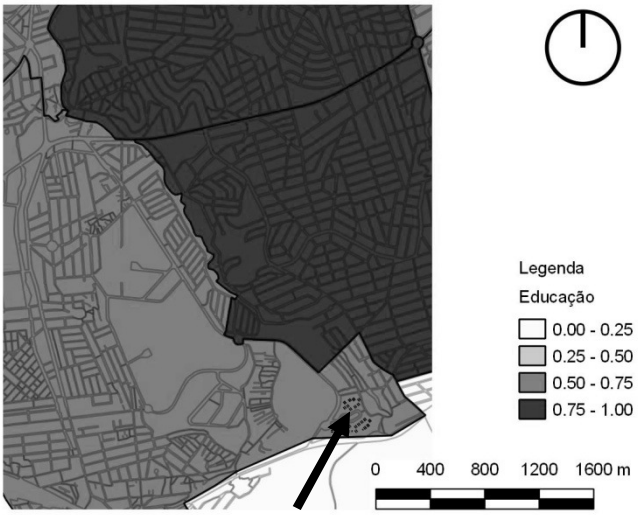


FIGURA 276 – Mapa de IQVU do CH4 – Educação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

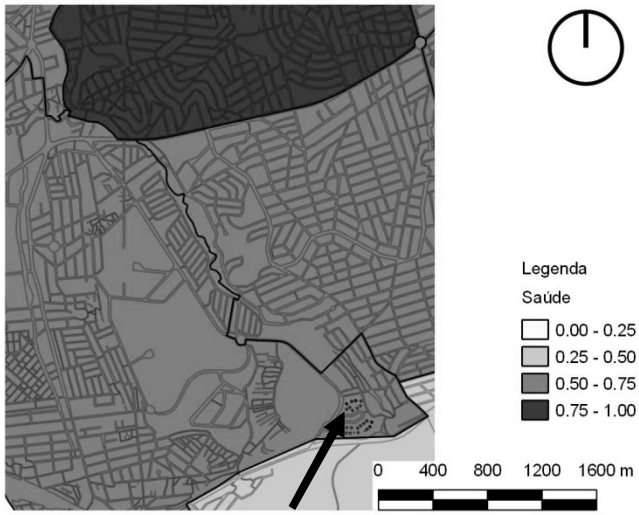


FIGURA 277 – Mapa de IQVU do CH4 – Saúde.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

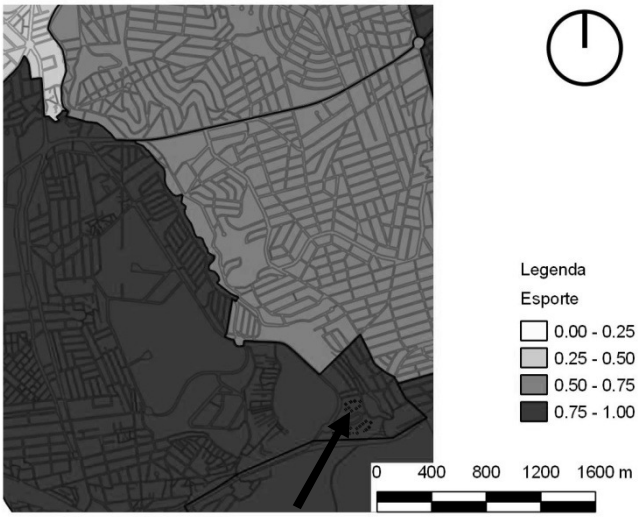


FIGURA 278 – Mapa de IQVU do CH4 – Esporte.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 279 – Mapa de IQVU do CH4 – Cultura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 280 – Mapa de IQVU do CH4 – Habitação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

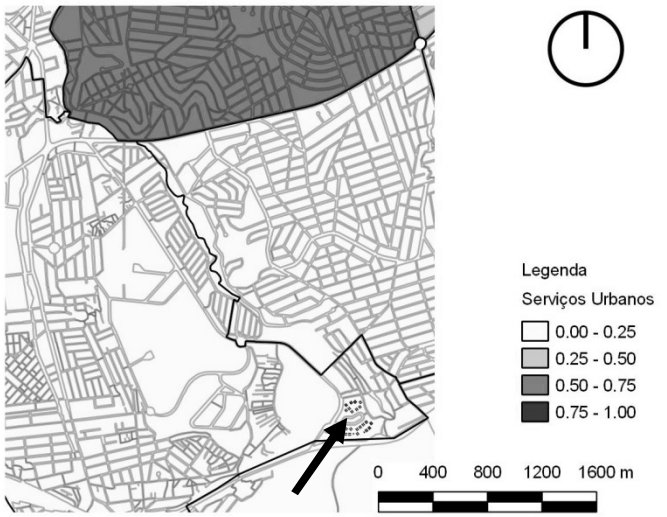
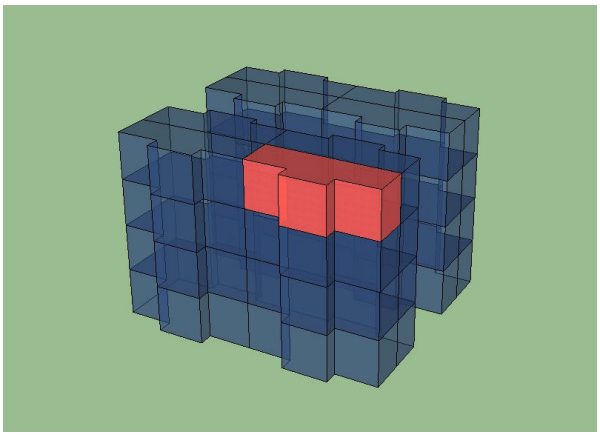


FIGURA 281 – Mapa de IQVU do CH1 – Serviços Urbanos.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

A UP onde foram construídos os três conjuntos inclui um panorama socioeconômico e físico-ambiental bastante heterogêneo que vai de bairros mais consolidados como Petrópolis e Mangueiras até assentamentos autoconstruídos, dentre os quais há também diferenças muito grandes se consideramos vilas mais consolidadas como a Vila Corumbiara e assentamentos recentes como a ocupação Eliana Silva. Feitas essas ressalvas, a avaliação do IQVU para a área considerou a questão do abastecimento alimentar com uma avaliação média, abaixo da região a sua volta. As avaliações foram boas nos itens infraestrutura urbana, educação e saúde, mas nos três casos, abaixo das médias das UPs vizinhas. No caso do item esporte a situação se inverte: a região dos conjuntos trigêmeos teve nota muito boa, acima das UPs vizinhas avaliadas como boas. Os itens cultura e serviços urbanos receberam avaliação ruim, abaixo das áreas urbanas mais consolidadas, a norte. Também ficaram abaixo desses vizinhos no item qualidade da habitação, ainda que com uma avaliação média.

A região urbana dos conjuntos Atenas, Esparta e Egeu teve uma avaliação de qualidade que variou de ruim até muito boa, o que provavelmente é fruto da heterogeneidade da composição dessa UP. Ficou abaixo das regiões vizinhas em cinco dos oito itens, igual em dois e melhor em apenas um.



ÁREA TOTAL: 47.983 m2
NÚMERO DO BLOCOS: 9 (ESPARTA),8 (ATENAS), 8 (MAR EGEU)
NÚMERO DE UHs: 800
DENSIDADE HABITACIONAL (liq): 166 UH/ha
DENS. POPULACIONAL (liq): 666 hab/ha
ÁREA ABERTA: 38.374 m2
ÁREA ABERTA/HABITANTE: 12 m2
PADRÃO DAS UHs: 2 QUARTOS

FIGURA 282 – Volumetria da bloco do CH4 (UH destacada).
Fonte: Elaborado pelo autor



FIGURA 283 - Planta geral do CH4 (implantação).
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da Prodabel.

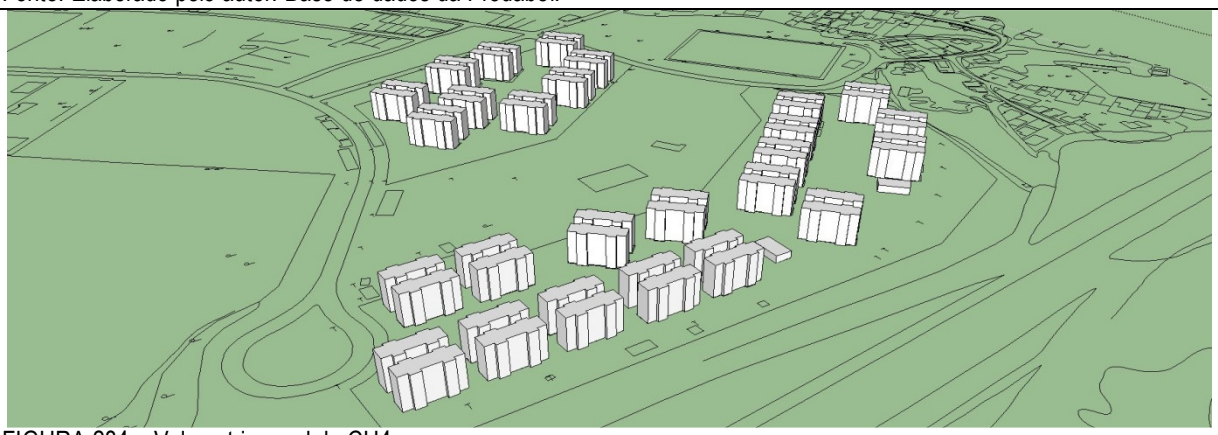


FIGURA 284 - Volumetria geral do CH4.
Fonte: Elaborado pelo autor.

O conjunto Atenas é formado por oito blocos com faixas em tons bege e rosa e seu acesso fica na esquina da Av. Warley Aparecido Martins com rua Quatro. O conjunto Esparta tem nove blocos pintados de bege e branco e seu acesso se dá pela rotatória no final da Av Warley Aparecido Martins. O conjunto Egeu tem oito blocos, pintados com faixas em tons bege e azul e seu acesso acontece no final da rua Três. Os moradores reconhecem as diferenças entre eles não por meio dos topônimos gregos, mas pelos nomes das cores. Eles costumam dizer corriqueiramente que alguém mora no "rosa", no "azul" ou no "branco". Há uma área urbanizada, mas não ocupada, no centro da área dos três conjuntos, dividindo de um lado o conjunto Atenas e do outro os conjuntos Esparta e Egeu. Nas visitas de campo intercaladas num intervalo de três meses, foi possível ver que essa área intersticial ganhou calçadas, que não existiam nas primeiras visitas. Há hoje um outdoor na área indicando que ela está à venda, o que deve estar relacionado a essas obras de melhorias que aconteceram pouco antes.

Os três conjuntos foram construídos numa situação muito particular em termos urbanísticos. Os vinte e cinco prédios foram erguidos num terreno limitado entre um distrito industrial (distrito do Jatobá), uma favela (vila Corumbiara) e uma unidade de conservação (Parque Estadual da Serra do Rola Moça). A condição de articulação urbana é bastante precária, já que o distrito industrial do Jatobá e a vila Corumbiara cuidaram de deixar os conjuntos desconectados dos bairros residenciais da vizinhança como o Urucuia e Solar a nordeste e a Vila Pinho a noroeste. À condição de desarticulação urbana se soma a pouca idade do conjunto, que ainda não completou cinco anos de existência. Isso quer dizer que não há praticamente vida urbana à sua volta, mesmo a despeito da enorme quantidade de pessoas que mora ali. Há lotes vazios cobertos de mato, galpões industriais e pilhas de lixo e entulho no vale do córrego Mineirão, próximo à rua Quatro. Alguns equipamentos como uma escola e uma UMEI, em construção na Av. Warley Aparecido Martins, poderão melhorar a condição de vitalidade urbana nesse local. Somente a Av. Warley Aparecido Martins liga os conjuntos à centralidade local mais próxima, na Vila Pinho.

A forma como os três conjuntos foram estruturados em termos urbanísticos e arquitetônicos, aceita e reforça a situação de desarticulação urbana que existia no lugar mesmo antes de sua construção. Ao contrário de outros conjuntos, aqui os blocos não se organizam ao longo de vias públicas, mas ao longo de estacionamentos privados interiorizados. Cada um dos três conjuntos tem sua portaria, que faz a restrição de acesso público, e leva a um pátio asfaltado que articula todos os blocos funcionalmente. Cada um dos três conjuntos está, portanto, voltado funcionalmente para dentro, negando a cidade, ainda em construção, ao seu redor. Os muros altos ostensivamente dotados de arames farpados e detectores de presença ampliam essa impressão de radical oposição entre espaço público e espaço privado, repetindo, ao fim da cidade, as marcas da insegurança urbana presentes em prédios das regiões mais centrais. Os três conjuntos, concebidos com uma lógica de articulação funcional intramuros e fortemente protegidos do mundo exterior, situados no topo de um morro na borda da cidade, assemelham-se a uma cidadela fortificada na fronteira entre dois mundos, o mundo construído, urbanizado e o mundo natural,

não construído. A noção de limite urbano é enfatizada pela tripla sobreposição de restrições á interpenetração entre esses dois mundos: a topografia íngreme, a linha férrea e o limite do Parque Estadual da Serra do Rola Moça.

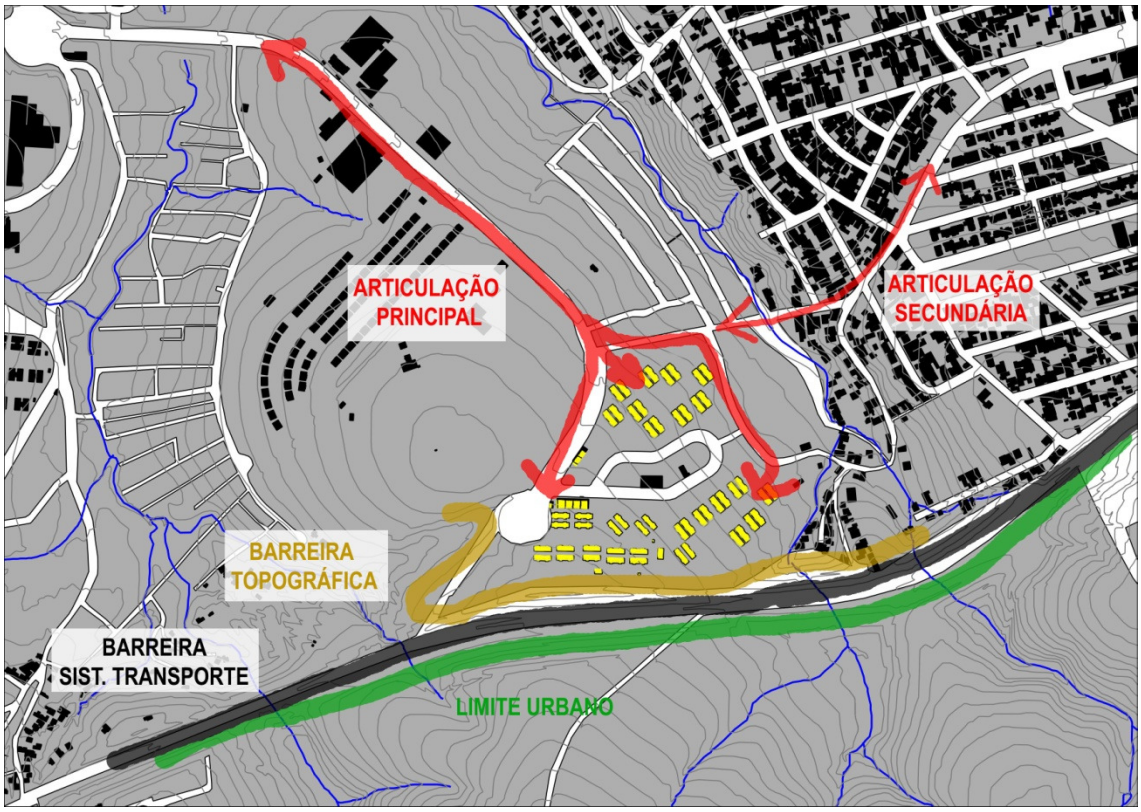


FIGURA 285 – Análise gráfica do projeto urbano do CH4.
Fonte: Elaborado pelo autor sobre a base de dados da PBH.

O levantamento encontrou uma situação que poderia ser descrita como grau zero de autonomia em relação ao nível de apropriação dos espaços coletivos pelos moradores. Ao contrário, há nos conjuntos um tipo de mentalidade mais próxima dos condomínios de classe média e alta, em que os moradores não têm nenhuma autonomia sobre os espaços coletivos do conjunto e a estrutura física heterônoma se mantém intacta, o que é garantido e controlado por uma gestão condominial. Também repete a lógica dos condomínios de classe média e alta, a noção de que a integridade heterônoma da estrutura física do conjunto é um valor a ser preservado, já que os moradores lamentam a falta de recursos para conseguirem manter tudo como quando os prédios foram entregues pela construtora. Os espaços coletivos no projeto foram reduzidos a pátios de estacionamentos asfaltados com o maior número possível de vagas, o que constantemente é, aliás, o maior alvo de conflitos entre os moradores.

A proposta dos três conjuntos não traz um desenho urbano, já que faz uso da estrutura viária preexistente. Assim, não é possível falar em uma solução urbanística dos três conjuntos. Ao contrário, considerando como eles se estruturam fisicamente em relação à cidade, é possível falar sobre a solução *antiurbana* dos três conjuntos. Apesar de não fazer parte do PMCMV, os conjuntos guardam muitas

semelhanças com alguns empreendimentos do programa recém-inaugurados nas bordas da região metropolitana de Belo Horizonte ou ainda em fase de construção. Além das semelhanças físicas, têm em comum com esses novos empreendimentos habitacionais populares periféricos um paradoxo. Com as soluções pouco generosas pensadas dentro da lógica da iniciativa privada – nesse caso uma grande construtora especializada na produção de habitações populares – os três conjuntos negam a cidade que ainda não existe ao seu redor, mas que começa a surgir, em grande parte, pelas demandas criadas por ele próprio.

5.4.5 – CONDIÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Os conjuntos Egeu, Esparta e Atenas têm características muito específicas, diferentes dos conjuntos anteriores, nem todas virtuosas, em relação à qualidade ambiental. O terreno dos conjuntos fica próximo a um topo de morro onde sopra um vento bastante forte constantemente, e que separa dois córregos em situação ambiental degradada já que passam dentro de vilas. Por fim, esse terreno fica do lado da linha férrea por onde circulam composições carregadas de minério todos os dias. Todas essas condições reunidas criam uma situação peculiar em termos urbanos e ambientais para as oitocentas famílias que moram nesse lugar. Sua relação com o espaço urbano, como já dito antes, inexiste, já que grandes muros com arames farpados muito cercam todos os três residenciais numa tentativa de vender a ideia de segurança. Com isso, os espaços públicos do seu entorno imediato pareceram em todas as visitas lugares abandonados, com a vegetação crescendo, lixo espalhado e restos de entulho de construção civil. Essa situação foi detectada principalmente no encontro das ruas Três e Quatro, quando o córrego Mineirão passa canalizado sob essa última. Nesse ponto, em todas as visitas, foi possível ver enormes quantidades de lixo, entulho e até um carro abandonado. Há muito lixo e entulho também ao longo da Av. Warley Aparecido Martins, em frente aos lotes ainda não ocupados. Há muito lixo e entulho também nas bordas da rotatória na entrada do conjunto Esparta, principalmente em direção à linha férrea. Algumas pilhas de restos de construção foram encontradas ao lado do muro do conjunto. Foi detectado ainda ao longo das margens do córrego Mineirão, muito lixo e entulho e um odor forte indicando o lançamento de esgoto doméstico nesse curso d'água.

O levantamento de campo foi capaz de encontrar fortes evidências de riscos em relação à possibilidade de alagamentos no leito do córrego Mineirão, em função da grande quantidade de lixo e entulho nas suas margens. Também em relação à condição do terreno entre os conjuntos Esparta e Egeu e a linha férrea, foram encontradas grandes erosões nos taludes criados pelo corte no morro para a passagem da linha ferroviária, e que caracterizam algum risco para a integridade física de alguns blocos do conjunto Egeu por estarem a poucos metros de distância. A grande quantidade de lixo encontrada em alguns pontos do entorno pelo levantamento de campo aponta também para riscos na área de saúde. Por fim, o histórico de incêndios na área da Serra do Rola Moça, principalmente na estação seca a prática de queimar pilhas de lixo ao longo da av. Warley Aparecido Martins indicam riscos de incêndios. A presença muito forte dos

muros com grandes arames farpados forneceu pistas para um possível risco aos moradores no âmbito da segurança urbana.

A fala dos moradores contrasta em alguns pontos com o que foi apontado pelo levantamento, o que estimula a reflexão exatamente sobre esses pontos. Os moradores reconhecem a condição de degradação ambiental do córrego Mineirão, principalmente os moradores do conjunto Egeu. Para os demais, essa questão não pareceu importante. Nenhum deles sabe da presença do córrego Olaria, que passa do outro lado das antenas de transmissão. Eles veem no ar fresco que sopra constantemente vindo da Serra do Rola Moça, a maior qualidade dos conjuntos. O ponto mais intrigante, contudo, foi a discussão sobre os resíduos sólidos. Os moradores não enxergam o problema do acúmulo do lixo e de entulhos de construção civil em vários pontos do entorno como um problema deles. As respostas sobre essas questões sempre orbitavam a gestão interna dos resíduos dentro de cada condomínio. Não houve, mesmo com alguma insistência, nenhum tipo de reação à condição dos locais de deposição clandestina em volta dos prédios, como se os muros altos também os protegessem disso. A condição física que caracteriza os três conjuntos, voltados para dentro e desarticulados da cidade parece de alguma forma ter afetado a percepção dos moradores sobre os problemas ambientais que estão à sua volta.

QUADRO 14 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH4

Área	**Aspectos**	**Principais pontos da fala dos moradores**
Qualidade Ambiental	Cursos d'água	Córrego Mineirão é totalmente poluído
	Solo	Não há nenhuma erosão por perto Os blocos tremem quando o trem passa
	Ar	Vem da Serra um ar puro e fresco
	Ruídos	Quando o trem passa a noite incomoda muito
	Resíduos Sólidos	Situação é boa Moradores respeitam os dias de coleta Tentaram fazer coleta seletiva mas falta espaço
Sensação de Risco	Segurança urbana	A condição do conjunto facilita a ação dos marginais Muitos assaltos entre o ponto de ônibus e o conjunto Falta policiamento
	Deslizamento/escorregamento	Nunca houve nenhum problema geológico Não há erosões
	Alagamento	Já houve em 2009 não afetou a vida dos moradores Só afeta a Vila Corumbiara
	Endemias	Não há endemias, só casos isolados de dengue
	Incêndios Florestais	Acontecem na seca, mas longe dos conjuntos
	Outras questões	

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

Os moradores reclamaram que, além dos apitos altos, às vezes no meio da noite, todas as vezes que uma composição férrea carregada de minério passa, os prédios dos conjuntos Egeu e Esparta tremem. Um dos moradores chegou a dizer que é como se fosse um terremoto, já que os copos e louças em cima das mesas balançam. Não reconhecem, entretanto, nenhuma erosão na área em volta dos conjuntos.

A fala dos moradores mostrou que os riscos mais evidentes detectados pelo levantamento de campo ou são, para eles, invisíveis ou de alguma maneira têm sua importância diminuída. Eles desconhecem qualquer traço de erosão ou problema geológico no conjunto e seu entorno. Relatam um alagamento na área do córrego Mineirão há quatro anos, mas minimizam a importância desse fato para a vida dos moradores do conjunto. Consideram que não há riscos de incêndios perto dos conjuntos, porque eles só acontecem "lá em cima na Serra do Rola Moça". Desconhecem, na história dos conjuntos, endemias típicas de áreas com problemas de deposição clandestina de lixo e más condições sanitárias como a dengue e leishmaniose. Aos olhos dos moradores, todos esses riscos que pareceram preocupantes nas visitas de campo, parecem ter pouca importância, o que pode estar relacionado à forma como eles se veem, desconectados do contexto urbano onde estão. A questão da violência teve maior força na conversa com os moradores em relação aos riscos aos quais eles estão sujeitos, ou pensam (e dizem) que estão sujeitos. Houve relatos de roubos e furtos nos pontos de ônibus próximos do conjunto e reclamações do isolamento do conjunto e da proximidade com áreas de preservação ambiental, o que, para eles, facilita a ação dos criminosos. A falta de policiamento também foi apontada por eles.

O mapa elaborado com base nos dados da PBH sobre os resíduos sólidos, surpreendentemente não aponta nada na área do cruzamento das ruas Três e Quatro, nem tampouco ao longo do leito do córrego Mineirão, onde foram encontradas quantidades enormes de lixo e entulho em todas as visitas. Da mesma forma, não mostra nenhum tipo de deposição clandestina na rotatória no final da av. Warley Aparecido Martins. Mostra focos de lixo na esquina dessa avenida com a rua Quatro e na esquina da rua Quatro com rua Dois. A invisibilidade do problema atinge, também, a administração pública.

Os dados da PBH parecem mais próximos do levantamento de campo do que da fala dos moradores. O mapa elaborado com base nos riscos geológicos potenciais mostra focos de erosão bastante significativos ao longo da linha férrea. Uma das manchas avança sobre alguns blocos do conjunto Esparta, confirmando o risco potencial detectado pelo levantamento. O risco de contaminação do lençol freático também aparece nesse mapa, com uma mancha que chega bem perto de alguns blocos dos conjuntos Atenas e Egeu.

Já o mapa de riscos de alagamento mostra uma grande área sujeita a esses eventos ao longo do leito do córrego Mineirão. Por mais que os riscos diretos decorrentes desses alagamentos que ocorreram até mesmo em tempos recentes só afetem diretamente os moradores da vila Corumbiara, como disseram os

moradores dos conjuntos, há riscos indiretos que envolvem toda a população do entorno, incluindo todos os vinte e cinco blocos dos três conjuntos.



FIGURA 286 – Mapa de IQVU do CH4 – Segurança Urbana.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

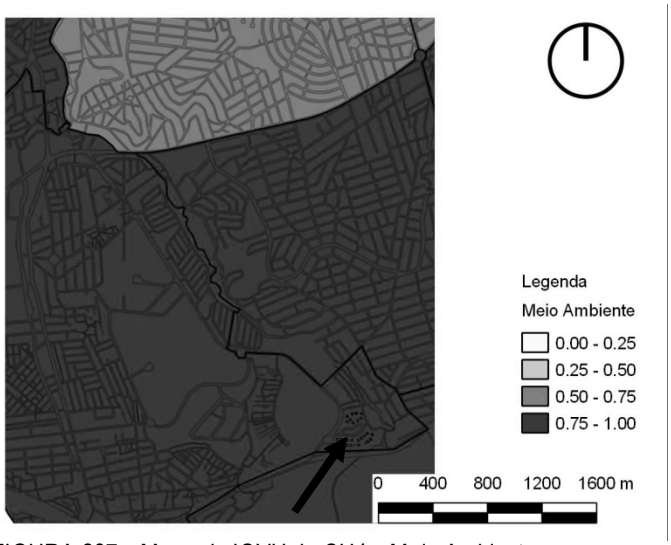


FIGURA 287 – Mapa de IQVU do CH4 – Meio Ambiente.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

A avaliação do IQVU da região onde se inserem os três conjuntos considerou o item segurança como ruim, abaixo da UP vizinha, a leste. Já no item meio ambiente a avaliação foi muito boa, como aconteceu com as demais UPs periféricas.



FIGURA 288- Área não oucpada no centro do CH4.
Fonte: Foto do autor (28/11/2013).



FIGURA 289 - Vegetação em volta do conjunto Atenas.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 290 – Resíduos na esquina das ruas Três e Quatro.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).



FIGURA 291:. Resíduos na Av. Warley Aparecido Martins.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 292: Veículo abandonado próximo ao conj. Atenas.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 293 – Resíduos queimados ao lado do conj. Esparta.
Fonte: Foto do autor (10/10/2013).



FIGURA 294 – Resíduos ao lado do conj. Esparta.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).



FIGURA 295 – Resíduos no leito do córrego Mineirão.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).



FIGURA 296 - Entulho nas margens do córrego Minerão.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).



FIGURA 297- Composição férrea carregada atrás do CH4.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).

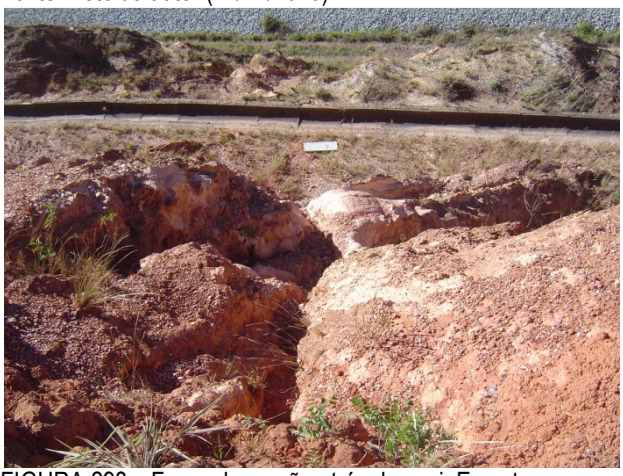


FIGURA 298 – Focos de erosão atrás do conj. Esparta.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).



FIGURA 299 – Muro em volta do conj. Atenas.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).



FIGURA 300 - Muro do CH4 ao longo da rua Três.
Fonte: Foto do autor (21/11/2013).

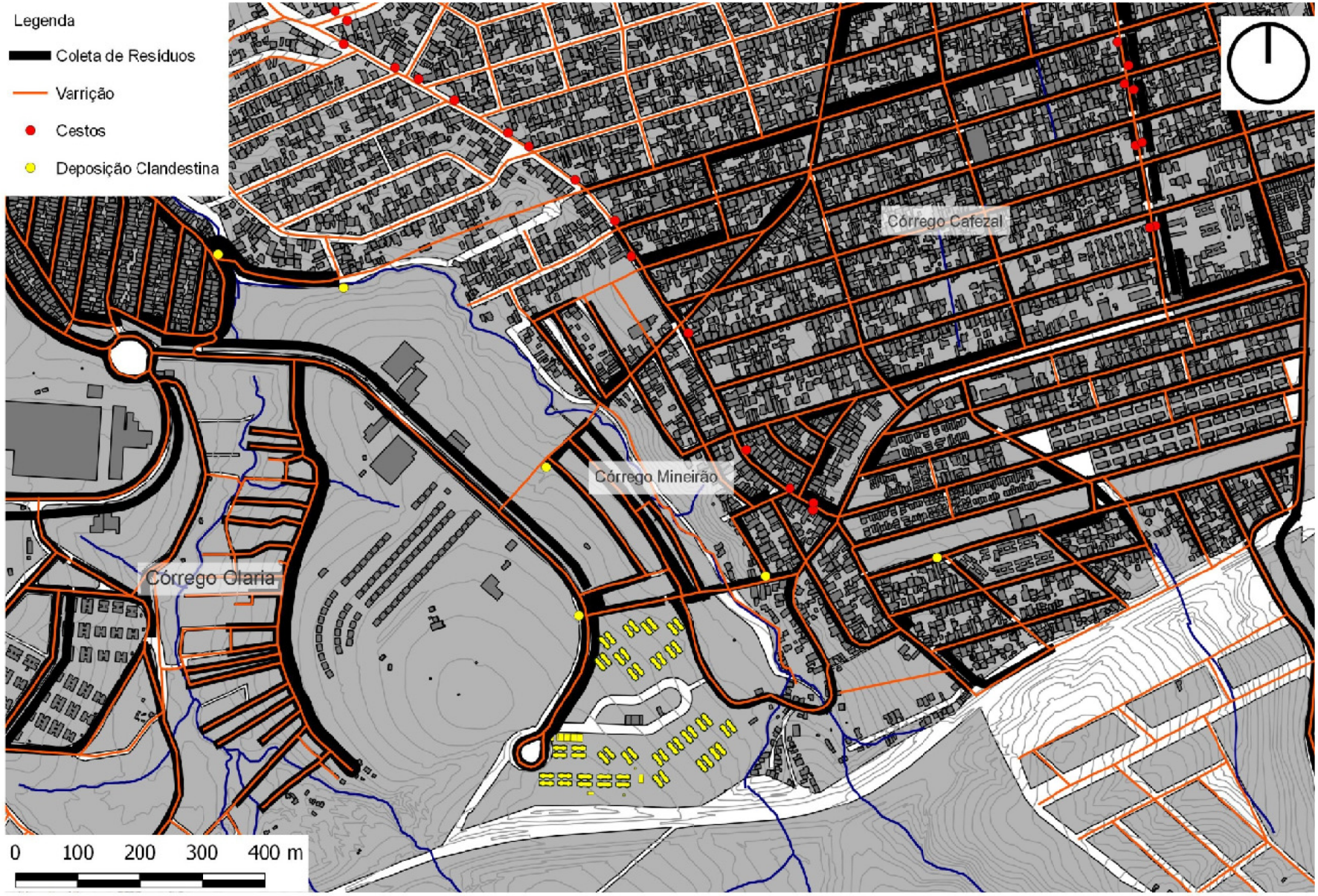


FIGURA 301 - Mapa de gestão de resíduos sólidos do CH4 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

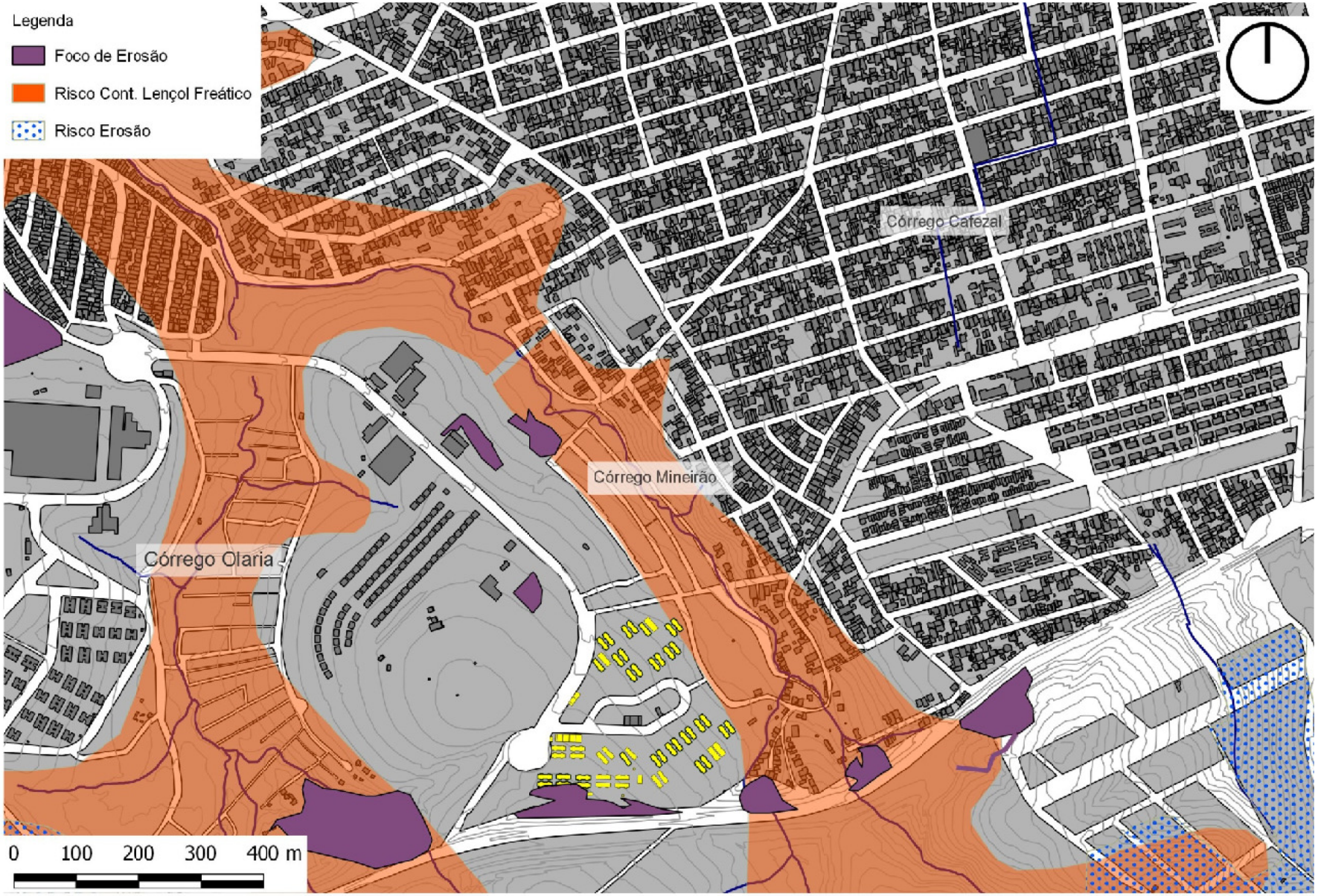


FIGURA 302 - Mapa de risco geológico do CH4 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

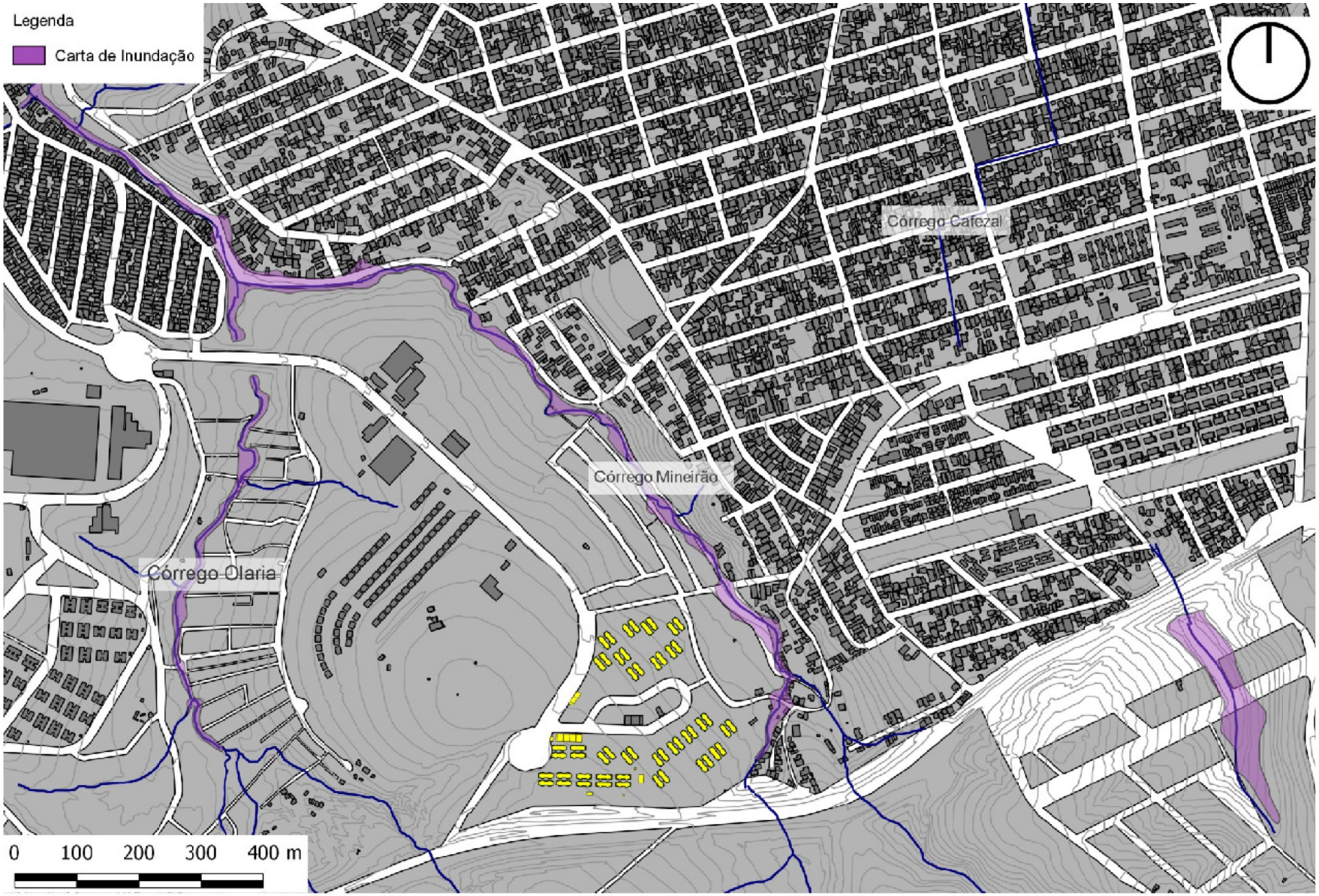


FIGURA 303 - Mapa de risco de alagamento do CH4 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.4.6 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECOPOLÍTICA

Nenhum conjunto pareceu tão distante de construir uma articulação entre seus moradores em torno dos problemas socioambientais que afetam a todos. Não há uma associação de moradores geral para os três conjuntos e nem mesmo separadamente em cada um deles. O modelo de organização existente é basicamente o de uma gestão condominial centralizada na figura do síndico em cada um dos três conjuntos. Há um sub-síndico em cada bloco para auxiliar o síndico e funcionar como uma ponte entre ele e os moradores. Os problemas cotidianos dos síndicos giram basicamente em torno da questão da inadimplência da taxa de rateio do condomínio. Apesar do expressivo número de pessoas morando no mesmo complexo, nunca houve nenhum tipo de mobilização ou tentativa de mobilização para discussão de qualquer problema coletivo. E nem parece que vá haver. A reunião realizada com os síndicos foi muito difícil de ser marcada porque todos eles trabalham o dia todo e teriam pouco tempo para disponibilizar para um encontro. E foi, segundo eles, a primeira vez que os síndicos dos três conjuntos Atenas, Esparta e Egeu se encontraram desde a sua construção.

No mapa elaborado com as obras do OP na região dos três conjuntos é possível perceber que há obras em duas vilas autoconstruídas vizinhas, na Vila Ecológica e na Vila Corumbiara, mas não há nenhuma obra pública articulada a partir desse mecanismo da administração municipal no entorno dos três conjuntos. Isso confirma a desarticulação sociopolítica apontada, já que há uma série de questões importantes que precisariam ser resolvidas em volta dos conjuntos, principalmente ao longo do leito do córrego Mineirão no sentido de minimizar os problemas com alagamentos periódicos, ao longo da rua Quatro junto ao conjunto Atenas para dar uso a faixa residual entre o conjunto e a via pública, hoje tomada pelo mato e pelo lixo e também para conter a encosta atrás do conjunto Esparta, junto à linha de trem.

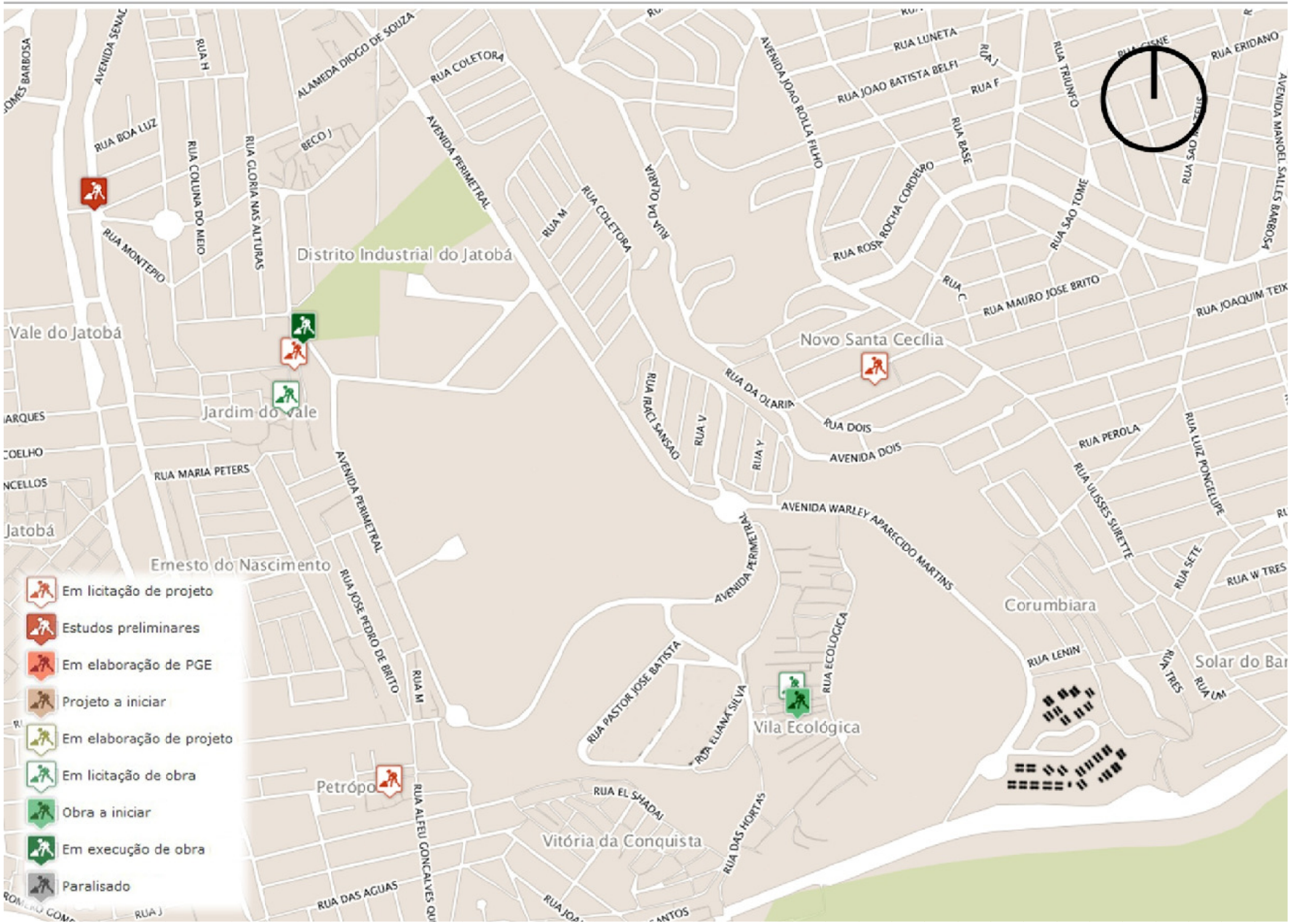


FIGURA 304 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH4 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.5 – CONJUNTO ÁGUAS CLARAS



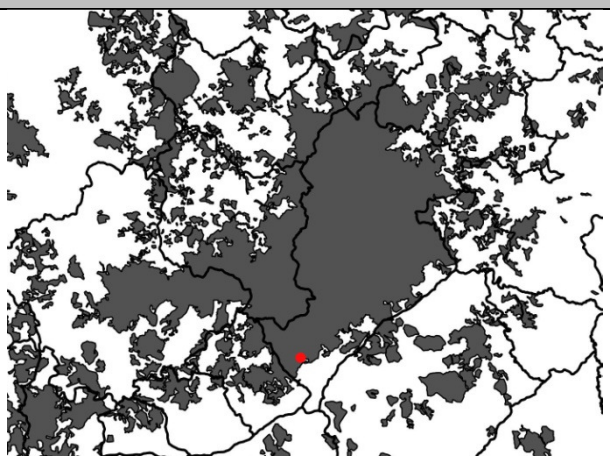
CH5	ÁGUAS CLARAS
	CIDADE: BELO HORIZONTE REGIONAL: BARREIRO DATA (INAUGURAÇÃO): 2004/2007 NATUREZA DO EMPREENDIMENTO: PÚBLICO AGENTE EMPREENDEDOR: URBEL/PBH

FIGURA 305 - Mapa de localização do CH5 na RMBH.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PDDI.



FIGURA 306 - Foto aérea do CH 5 (destacado em vermelho).
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor

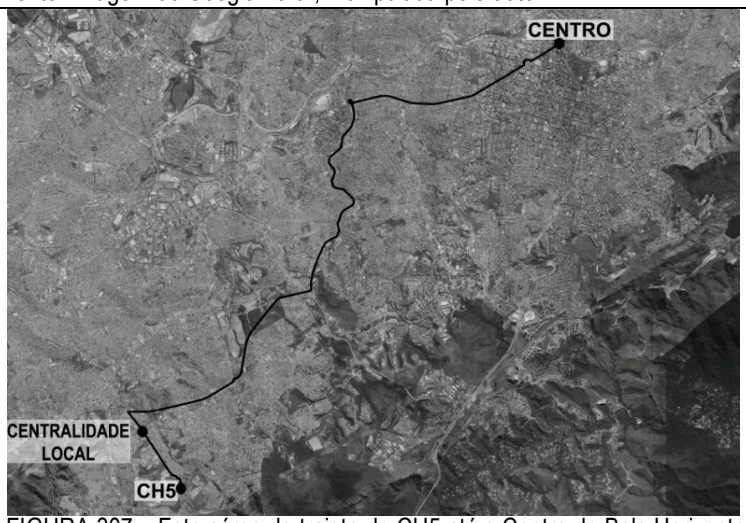


FIGURA 307 - Foto aérea do trajeto do CH5 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima.
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor.

DISTÂNCIAS

ATÉ O CENTRO
Praça Sete de Setembro
19,2 Km
TRAJETO:
Av. Perimetral
Via do Minério
Rua Ursula Paulino
Av. Teresa Cristina
Av. Amazonas

ATÉ A CENTRALIDADE LOCAL MAIS PRÓXIMA
Av. Perimetral (Vila Pinho)
2,1 Km

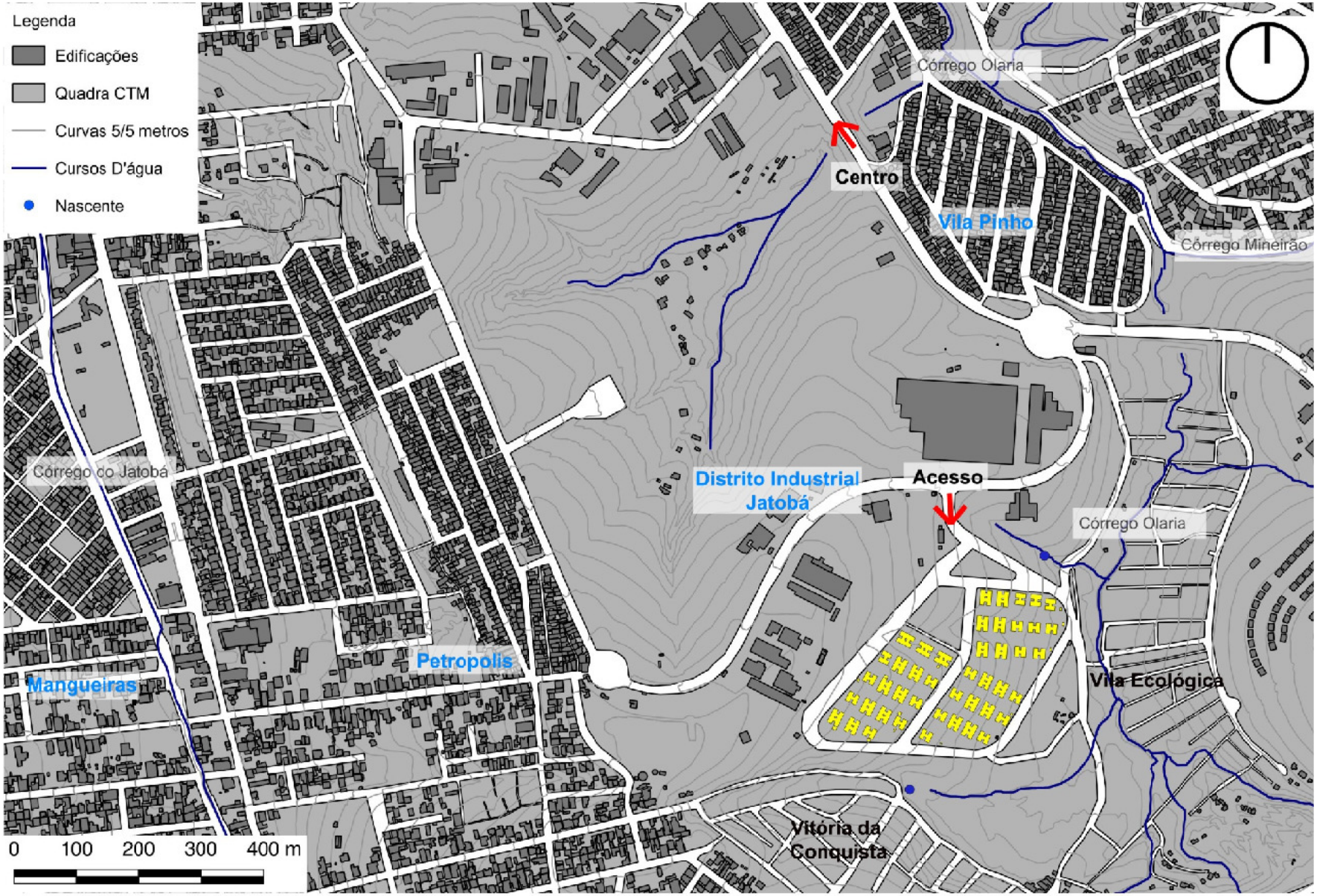


FIGURA 308 – Mapa da situação urbana do CH5 (área de análise). Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

O conjunto Águas Claras nasceu como "Jatobá I" e "Jatobá II", quando construído pela URBEL. Mudou de nome para "Águas Claras" numa referência às nascentes existentes no entorno da área onde foi implantado. O conjunto tem uma situação urbana em muitos aspectos parecida com a do conjunto Granja de Freitas, já que foi construído a partir de um desenho urbano que se conecta com a cidade preexistente apenas por uma via. Porém, ao contrário do conjunto Granja de Freitas, as ocupações em volta do conjunto Águas Claras são mais rarefeitas, o que acentua seu isolamento.

5.5.1 – CARACTERIZAÇÃO DA BORDA

A borda onde foi implantado em três etapas o conjunto habitacional Águas Claras é muito próxima da borda dos conjuntos trigêmeos Atenas, Esparta e Egeu. Por isso mesmo, vários aspectos do crescimento urbano da região ao sul do Distrito Industrial do Vale do Jatobá, descritos no capítulo anterior, também poderiam ser citados aqui, para descrever o processo de conformação dessa borda urbana. As fotos aéreas históricas são muito parecidas com as do capítulo anterior. Ao que já foi dito, poderia se acrescentar a noção de que os bairros localizados a oeste da área industrial, já quase no limite com o município de Ibirité, tiveram sua ocupação urbana iniciada mais cedo e no primeiro registro mostrado aqui, de 1989, já se apresentam com um nível inicial de formação. Incluem-se aí os bairros Mangueiras, Petrópolis e Independência, que foram sendo criados ao longo do córrego Jatobá. A área em questão, onde o conjunto Águas Claras foi construído, é parte de uma considerável porção do território urbano que permaneceu desocupada até os anos de 1990, limitada a oeste por esses bairros, ao norte pelo Distrito Industrial do Jatobá que também estava em processo de implantação, a leste pelo bairro Cardoso e ao sul pela linha férrea. Isso fica evidente nos dois primeiros registros aéreos de 1989 e 1994. A partir daí há uma explosão no crescimento informal dentro dessa grande área desocupada, mas principalmente em seu perímetro, a leste na Vila Ecológica, constituída ao longo do córrego Olaria e num loteamento precário chamado Vitória da Conquista, na porção oeste. Esse loteamento até hoje não possui vias pavimentadas, água e esgoto. Entre os anos de 1990 e o primeiro registro dos anos de 2000, surgem diversas construções no Distrito Industrial que ganha sua conformação atual. O conjunto Águas Claras aparece inicialmente no registro de 2002, só com o sistema viário, e posteriormente, em 2006, com os prédios. Trata-se portanto, de uma borda que apresenta um alto grau de dinamismo, ainda que essa característica parece estar perdendo força nos últimos anos.

A borda urbana onde se localiza o conjunto Águas Claras pode ser compreendida como uma fronteira (*Grenze*) devido à presença da linha de trem, que constitui uma barreira física muito evidente, e à existência de uma área de preservação ambiental na porção sul desse território, o parque do Rola Moça, o que cria uma separação bastante evidente entre a dimensão territorial urbana e o espaço natural. Porções de terreno não urbanizado invadem, no entanto, a área urbana, amenizando a noção fronteira mais evidente como as que foram vistas nos conjuntos habitacionais do Barreiro mais antigos, localizados em contextos urbanos mais consolidados (Flávio de Oliveira e Pongelupe).



FIGURA 309 – Foto aérea do CH5 em 1989. Fonte: PBH.

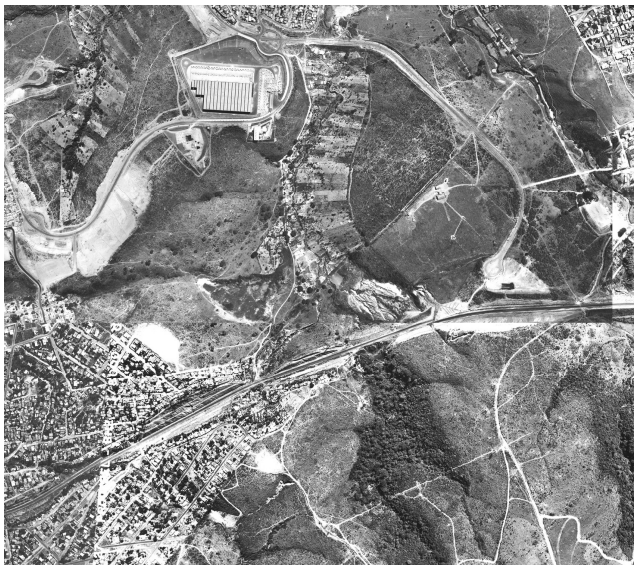


FIGURA 310 – Foto aérea do CH5 em 1994. Fonte: PBH.



FIGURA 311 – Foto aérea CH5 em 2002. Fonte: Google Earth.



FIGURA 312 – Foto aérea CH5 em 2006. Fonte: Google Earth.



FIGURA 313 – Foto aérea CH5 em 2009. Fonte: Google Earth.



FIGURA 314 – Foto aérea CH5 em 2013. Fonte: Google Earth.

5.5.2 – PERFIL DOS MORADORES

Os dados da PBH sobre renda familiar média por bairro trazem uma delimitação de bairro que corresponde exatamente ao conjunto Águas Claras, o que traz maior precisão à caracterização socioeconômica dos moradores do conjunto. Há um predomínio dos moradores nas faixas entre 0,5 a 1 e entre 1 e 2 salários mínimos (classe E). Mas há também moradores do conjunto nas faixas de renda imediatamente acima e abaixo, de 0 a 0,5 salários mínimos mensais, e na outra ponta, de 2 a 5 salários mínimos. Como acontece no conjunto Granja de Freitas, a distribuição de UHs pela URBEL foi direcionada para grupos de famílias cadastradas pelo OPH, pessoas removidas de áreas de risco e famílias de moradores de rua, o que explica em parte as faixas de renda predominantes no conjunto.

Há três setores censitários englobando toda a área do conjunto, cada um correspondente a uma das três fases de construção do conjunto. Nenhum deles inclui áreas fora do conjunto Águas Claras. Por meio dos dados do IBGE em relação à distribuição de raças é possível ver, em números absolutos, um equilíbrio entre o tamanho da população de pardos no conjunto Águas Claras e no seu entorno consolidado, principalmente ao oeste. A população de brancos na primeira fase é maior do que as mesmas populações nos bairros vizinhos. As outras fases (2ª. e 3ª.) tem percentuais menores de brancos do que o entorno. As duas primeiras fases têm populações de negros maiores do que o entorno, ao contrário da terceira fase, que tem uma população de negros próxima em números absolutos às populações de negros dos bairros vizinhos. Em termos de distribuição das raças é possível perceber números percentuais de pardos e negros muito acima da média municipal e da média nacional e uma população branca abaixo das mesmas médias.

O conjunto tem, em comparação com os bairros vizinhos, mais crianças e jovens, adultos em quantidade similar e menos idosos. Essa caracterização de distribuição de faixas etárias entre os moradores, comparada ao entorno é corroborada pelo gráfico de distribuição percentual das faixas etárias dentro dos três setores censitários do conjunto, que repete a as características raciais da comparação com o entorno, há mais crianças e jovens e menos idosos do que as médias municipal e nacional. A proporção de adultos entre os moradores é próxima das mesmas médias.

Em números absolutos, há menos moradias próprias e mais moradias cedidas do que o entorno. O número de domicílios classificados como alugados é próximo dos números encontrados no entorno. Como no caso do conjunto Granja de Freitas, há proporcionalmente poucas UHs compradas e alugadas nesse conjunto. A maioria da UHs foi classificada pelo censo 2010 como sendo “habitações cedidas”.

Também como havia acontecido com o conjunto Granja de Freitas, há uma variação muito significativa entre os preços das UHs (120%), o que, como naquele caso, explica-se em parte pela territorialização da violência no conjunto. Foram encontradas UH a venda à 50 mil reais, como também havia acontecido do conjunto Granja de Freitas, os preços mais baixos entre nove todos os conjuntos pesquisados.

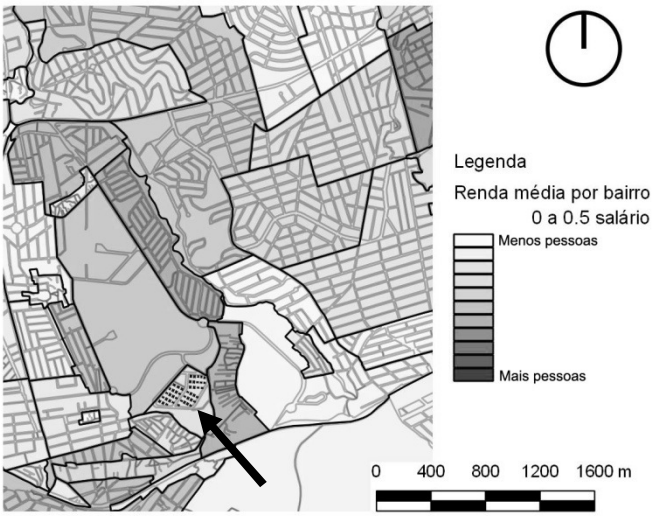


FIGURA 315 – CH5: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

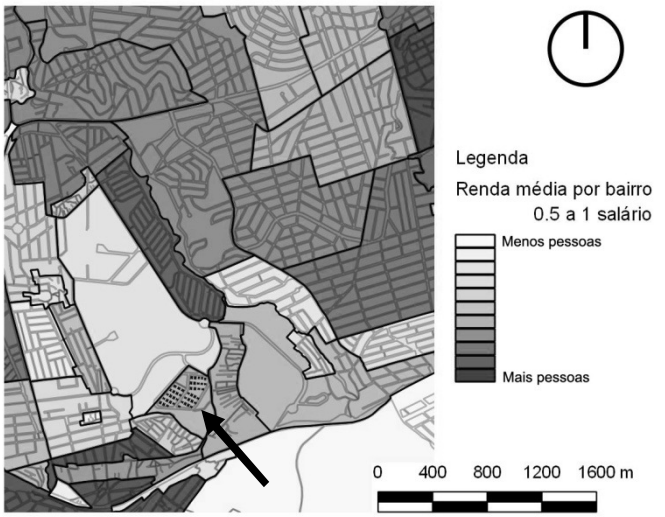


FIGURA 316 – CH5: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

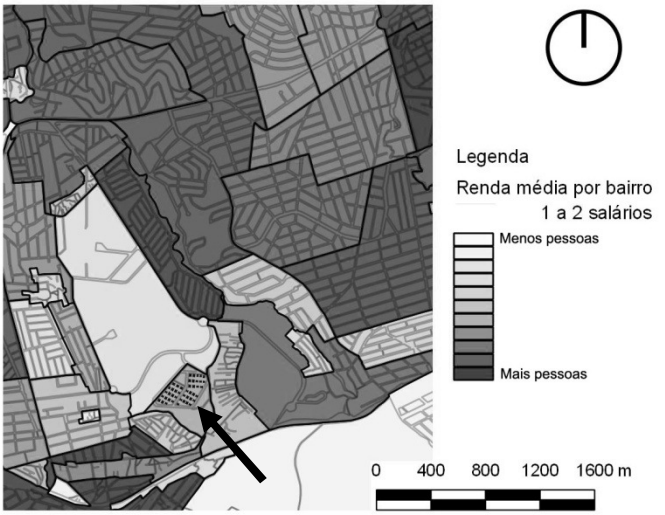


FIGURA 317 – CH5: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

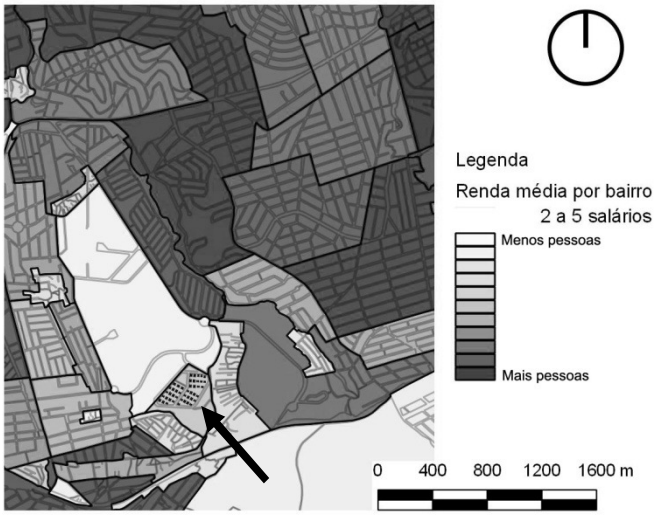


FIGURA 318 – CH5: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

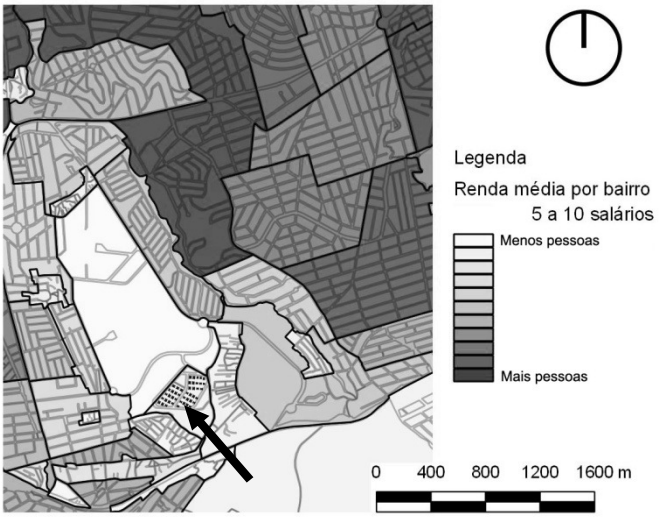


FIGURA 319 – CH5: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

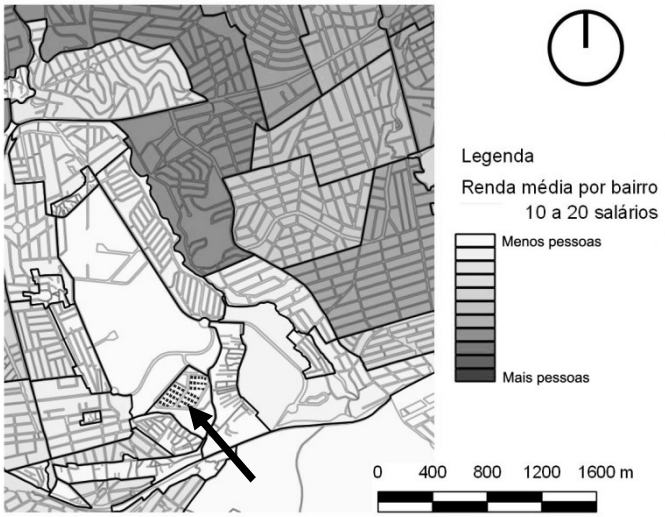


FIGURA 320 – CH5: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

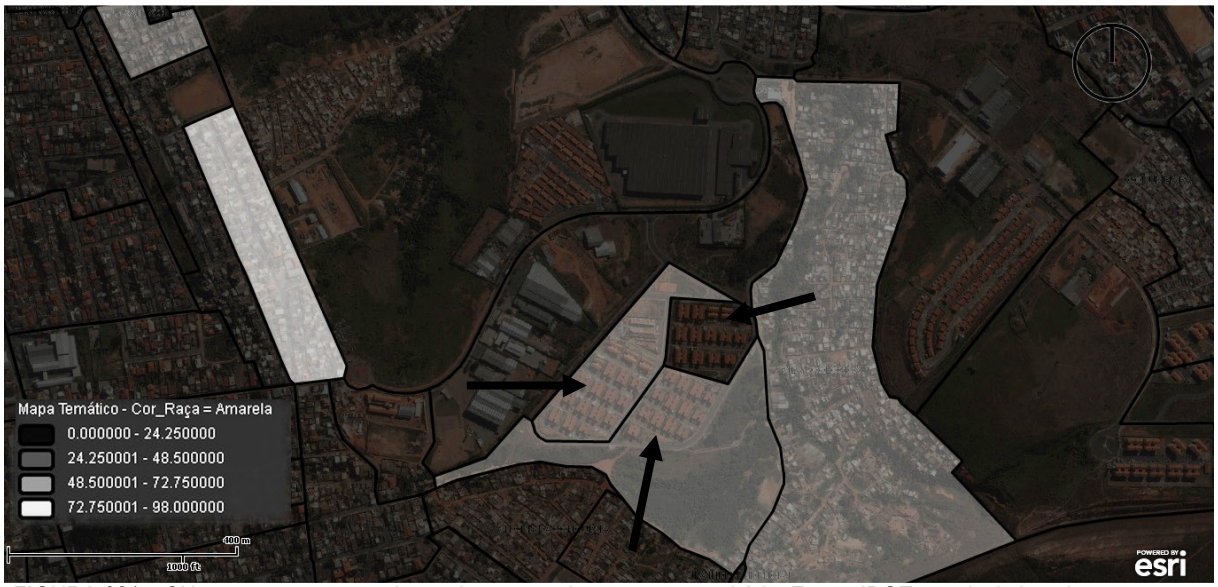


FIGURA 321 – CH5: mapa com a população de raça parda por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor

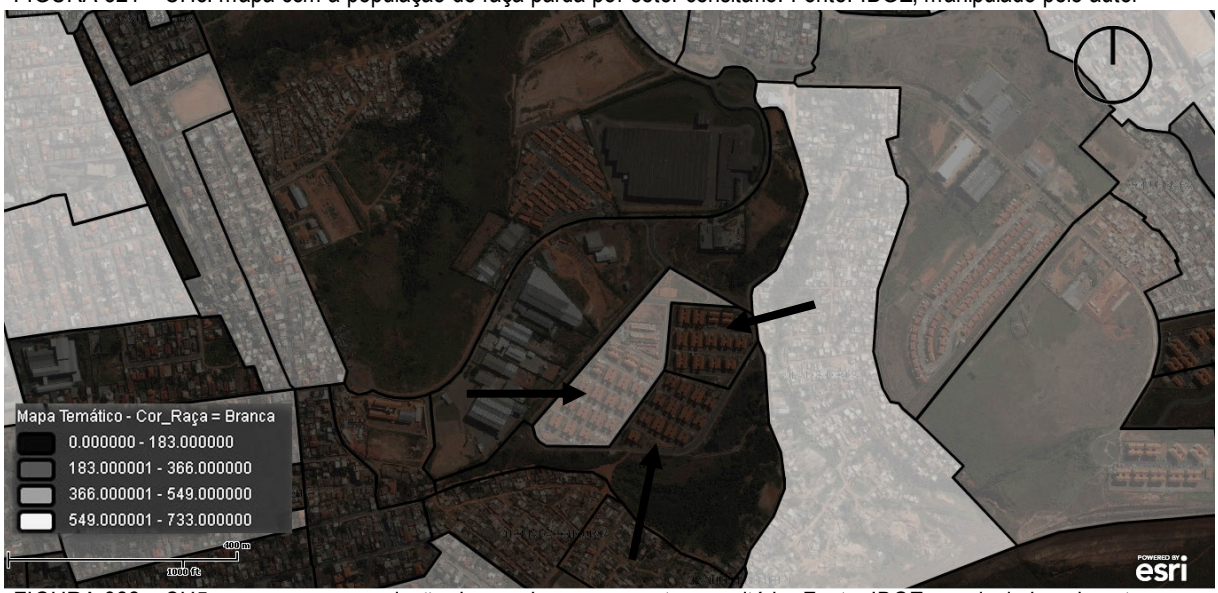


FIGURA 322 – CH5: mapa com a população de raça branca por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 323 – CH5: mapa com a população de raça negra por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

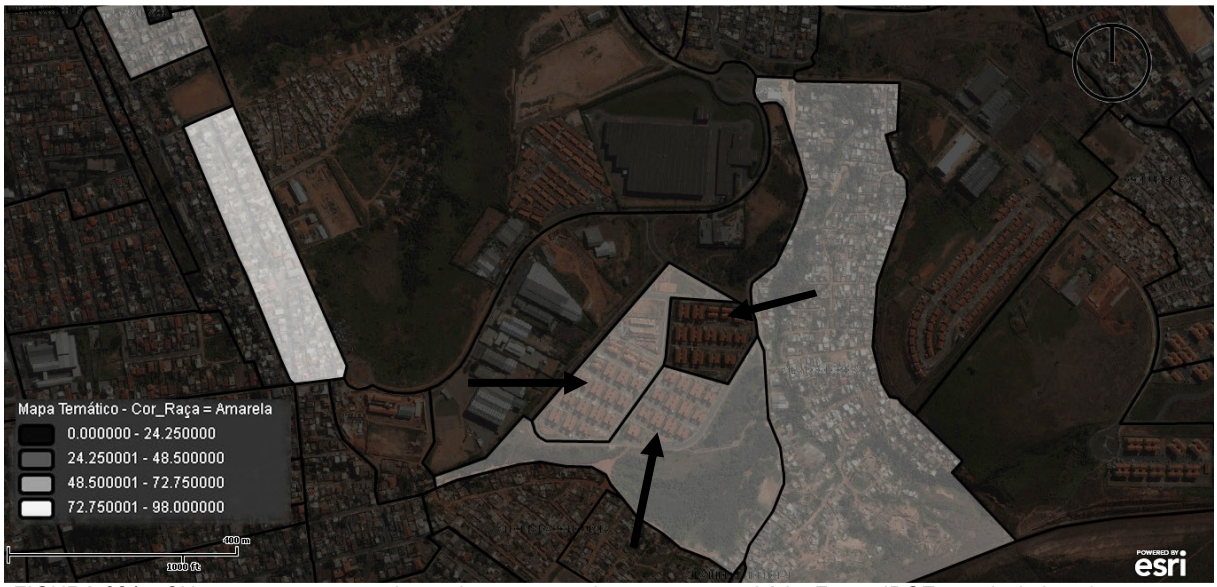


FIGURA 324 – CH5: mapa com a população de raça amarela por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

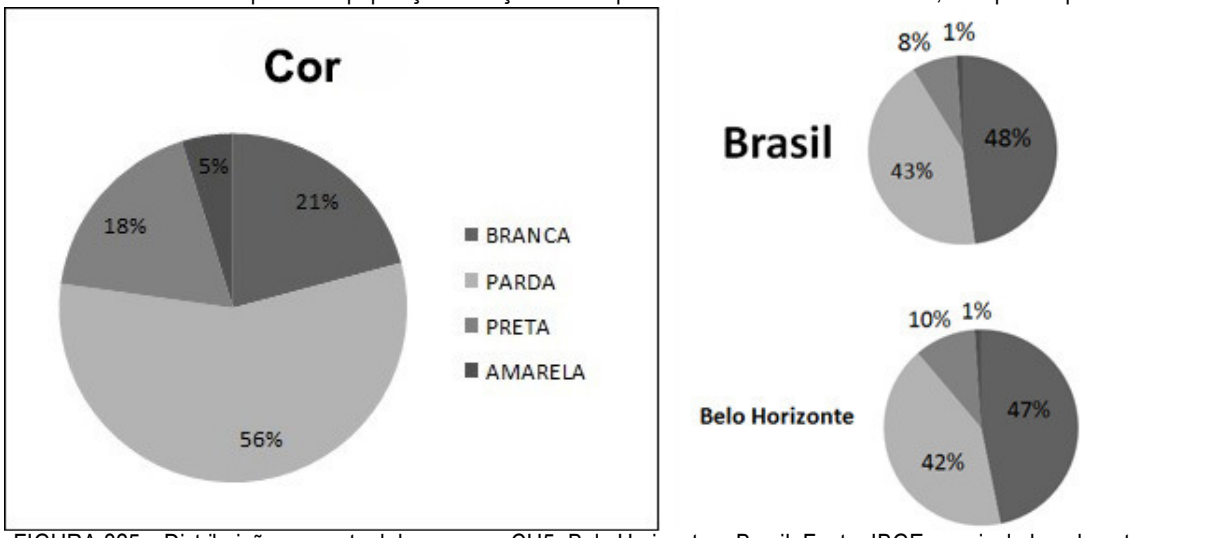


FIGURA 325 – Distribuição percentual de raças no CH5, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

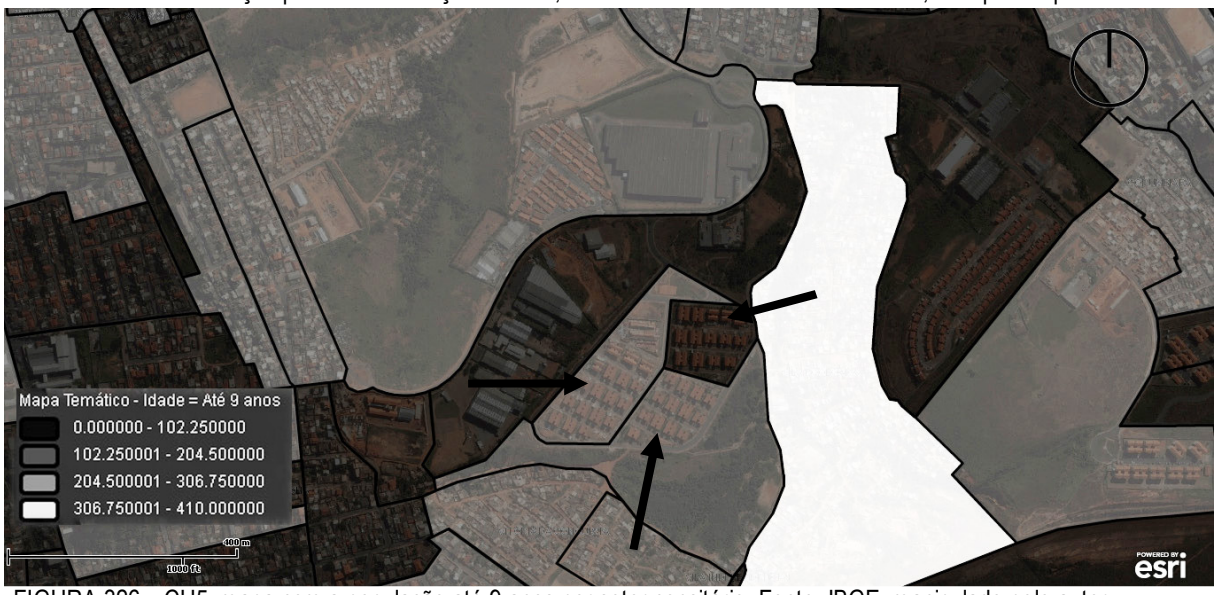


FIGURA 326 – CH5: mapa com a população até 9 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

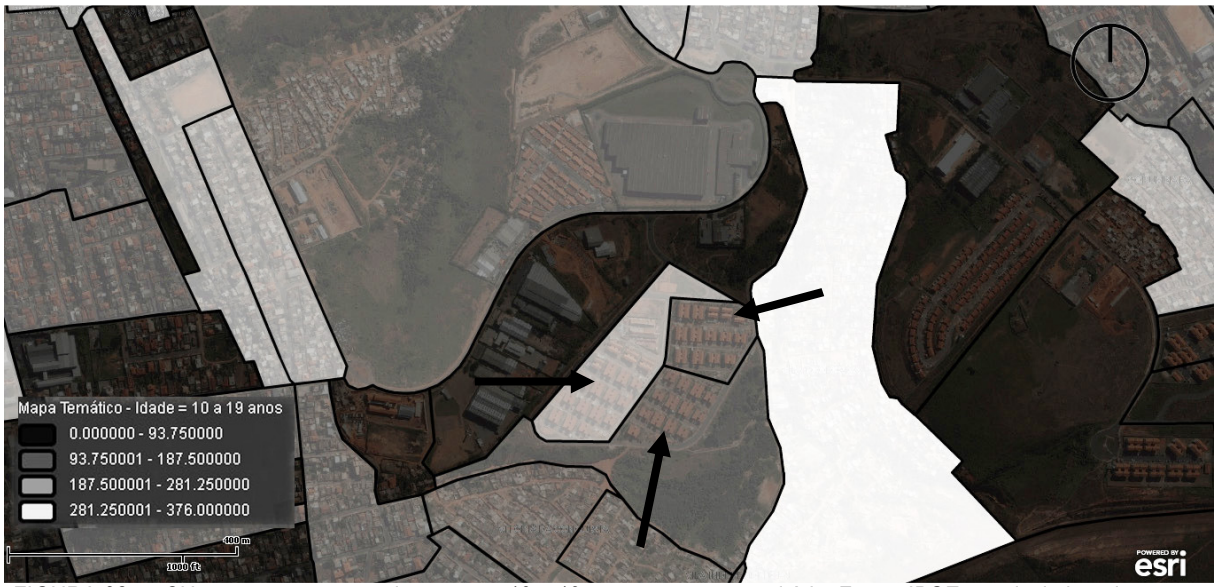


FIGURA 327 – CH5: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

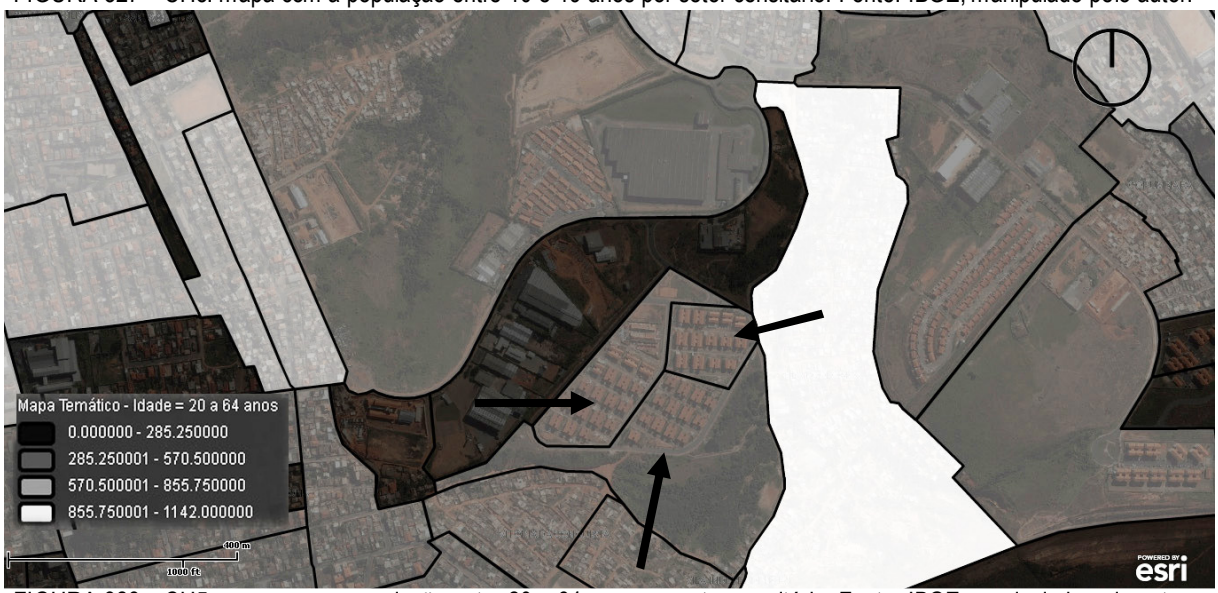


FIGURA 328 – CH5: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

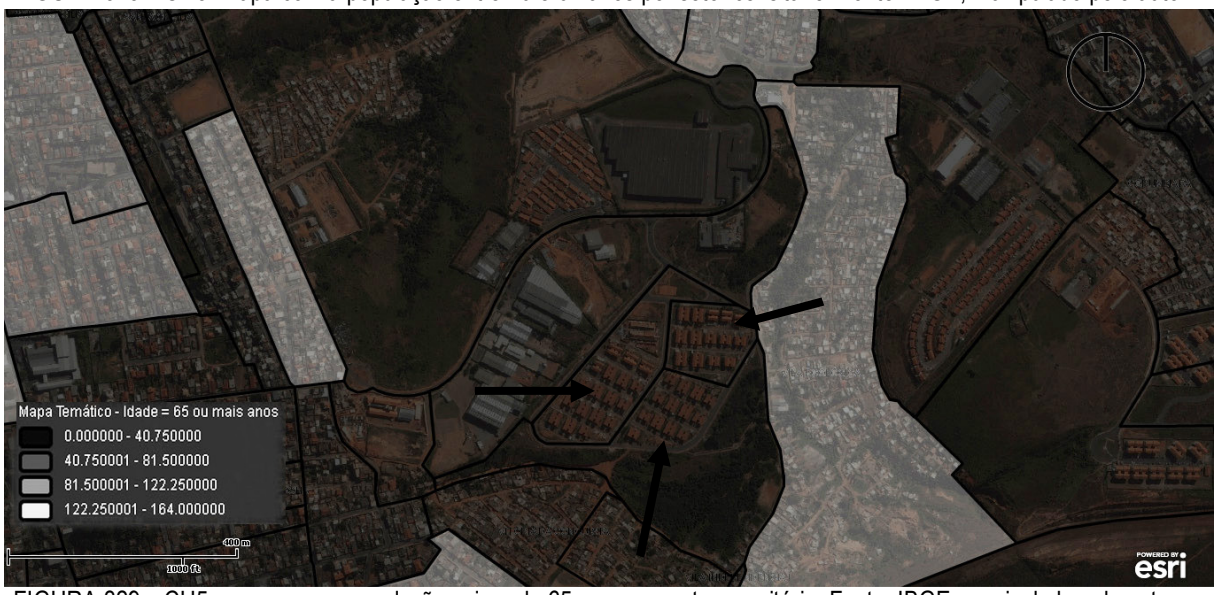


FIGURA 329 – CH5: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

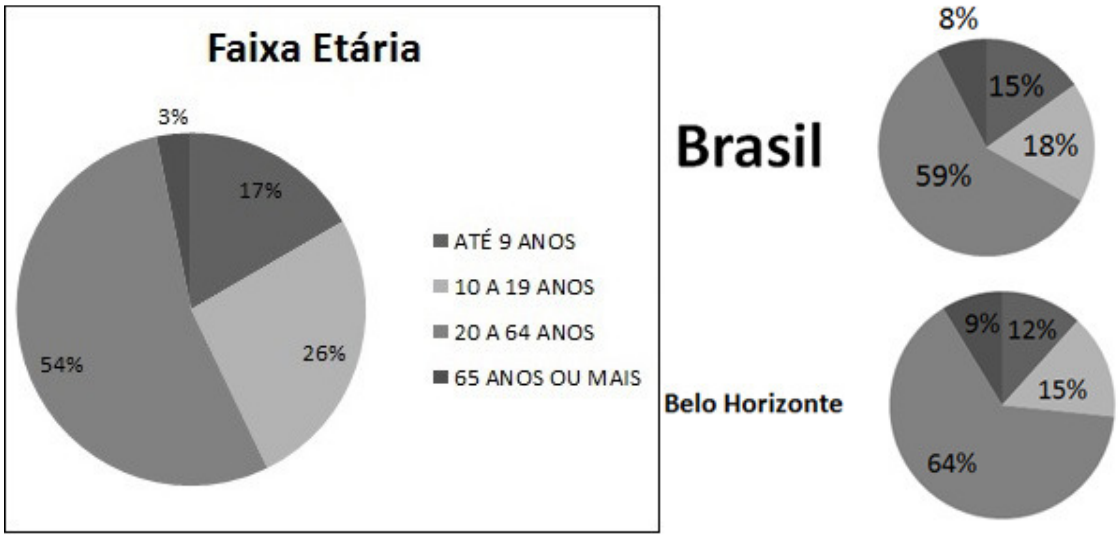


FIGURA 330 – Distribuição percentual de faixas etárias no CH5, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 331 – CH5: mapa com as moradias próprias por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 332 – CH5: mapa com as moradias alugadas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 333 – CH5: mapa com as moradias cedidas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

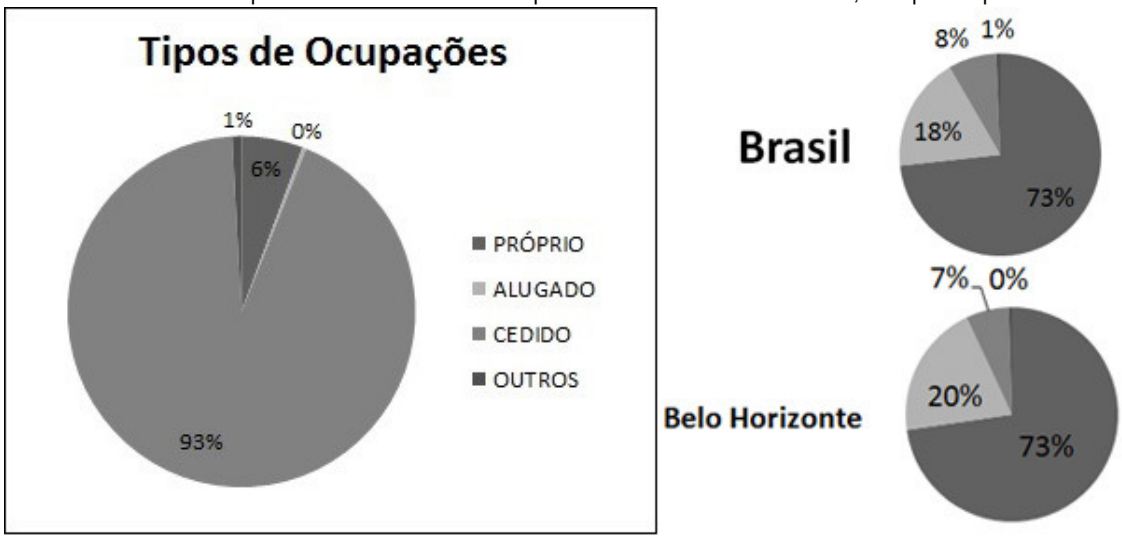
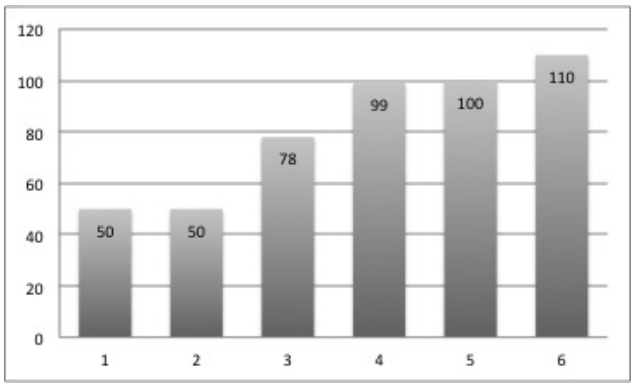


FIGURA 334 – Distribuição percentual de tipos de moradia CH5, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



DOIS QUARTOS

VALOR MÁXIMO: 110

VALOR MÍNIMO: 50

VALOR MÉDIO: 81,16

VARIAÇÃO: 120%

GRÁFICO 6 - Variação nos preços de apartamentos de dois quartos do CH5.
Fonte: Elaborado pelo autor

5.5.3 – ESTRUTURA INTRAURBANA

O conjunto Águas Claras, um dos mais novos conjuntos analisados, goza de infraestrutura urbana privilegiada, mas de articulação interbairros precária. Caracteriza-se, portanto, como uma ilha, bem urbanizada, mas completamente isolada da cidade.

QUADRO 15 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH5

Infraestrutura	Verificação	Condição de funcionamento
Sistema de água	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema de esgoto	Implantado somente nas vias secundárias	Não foi possível avaliar
Sistema de drenagem	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema energia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema telefonia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Iluminação pública	Implantado em todas as áreas	Insuficiente em alguns trechos pela falta de lâmpadas.
Vias urbanas	Implantado em todas as áreas	Bom estado geral. Vias principais largas e asfaltadas e vias secundárias mais estreitas e pavimentadas com piso poliédrico. As ruas secundárias eram fechadas mas foram abertas pela PBH[1]
Calçadas	Implantado em todas as áreas	Bom estado geral.
Arborização urbana	Implantado em todas as áreas	Vários canteiros vazios
Mobiliários urbanos	Implantado em todas as áreas	Bancos de concreto e pontos de ônibus.

O isolamento do conjunto Águas Claras é o fator que mais compromete a sua qualidade urbana. Nesse conjunto, como em alguns outros antes apresentados, é preciso percorrer longas distâncias até o comércio mais próximo. Os espaços urbanos da Vila Ecológica, com todas as suas próprias precariedades socioambientais assim como o distrito industrial do Vale do Jatobá, não contribuem em nada para minimizar o isolamento do conjunto. Ao contrário, constituem barreiras para que os principais pontos de comércios e serviços possam ser acessados por meio de percursos peatonais. Para os moradores chegarem ao núcleo comercial do bairro Mangueiras onde está o centro de saúde e algumas escolas, próximos à av. Senador Levindo Coelho, é preciso caminhar entre mil e setecentos e mil e novecentos metros para oeste. Para chegar ao núcleo comercial do bairro Vila Pinho, é preciso caminhar dois quilômetros para norte onde há também uma escola municipal. Para chegar ao centro comercial do bairro Urucuia, onde há também um centro cultural municipal, uma UMEI e um centro de saúde, é preciso andar outros dois quilômetros para leste. Há alguns trailers na "rua do meio" caracterizando um pequeno comércio. Alguns funcionam como lanchonetes e outros vendem diversos tipos de artigos. São pontos de comércio informais que parecem ter se consolidado em tempos mais recentes principalmente no entorno dos pontos de ônibus.

[1] Segundo os moradores, por um pedido da polícia militar, para facilitar o acesso aos blocos.

A UMEI Águas Claras, instalada dentro do conjunto é o único serviço público a que tem acesso fácil os moradores do conjunto. Não há nenhum atendimento dos CRAS da prefeitura para o conjunto Águas Claras. Nas primeiras visitas à região, ainda tentando buscar formas de entrar em contato com os moradores, foi possível perceber que nenhum dos dois CRAS [2] da região atendem o conjunto que se encontra há alguns anos sem qualquer serviço de assistência social da prefeitura. Quem hoje faz o serviço de assistência social do conjunto é uma associação ligada à arquidiocese de Belo Horizonte, por meio de um convênio com a URBEL, o VEASP (Vicariato Episcopal para Ação Social e Política).

Poucos ônibus foram vistos no conjunto. Algumas linhas foram vistas passando pela linha perimetral, mas somente em uma das visitas foi possível ver um carro percorrendo as ruas do conjunto, o que mostra que os intervalos entre a passagem de cada ônibus são muito grandes. Foi possível constatar, nas visitas de campo, que há alguns espaços públicos de lazer no conjunto, mas todos se encontram muito degradados. Há uma praça maior, triangular entre os quarteirões da segunda e da terceira fase do conjunto completamente inutilizada, com o mato crescendo e os mobiliários urbanos e brinquedos quebrados. Há duas praças menores, uma na "rua de cima" e outra no acesso do conjunto, ambas no mesmo estado de conservação precário da primeira. Essa condição de precarização precoce das áreas coletivas do conjunto pode estar ligada aos problemas de desarticulação social do conjunto sobre o que se falará adiante. Há também uma quadra de terra na via de acesso ao conjunto, bastante improvisada, sem alambrados, demarcações de piso ou redes. Em todas as visitas sempre havia crianças brincando na quadra e em uma delas foi possível acompanhar o trabalho voluntário de um morador que organiza uma "escolinha de futebol" no local. Ao contrário das praças destruídas, a quadra pareceu ser muito utilizada pela população.

A exceção da questão da iluminação pública, o levantamento de campo identificou um conjunto dotado de um bom padrão de infraestrutura urbana. A fala dos moradores contrasta com essa visão.[3] Segundo eles boa parte do problema do péssimo nível desses serviços está no fato de que a primeira fase do conjunto, na parte alta, é abastecida pelos sistemas da COPASA e da CEMIG de Belo Horizonte enquanto as segunda e terceira fases, na parte baixa, são atendidas pela COPASA e CEMIG de Ibirité, município vizinho. Dessa confusa distribuição de responsabilidades na gestão dos sistemas de abastecimento decorrem vários problemas e uma diferenciação, segundo eles, radical no nível dos serviços com os moradores "de cima" bem atendidos ao contrário dos moradores "de baixo". Eles relataram ainda muitos casos de entupimento das bocas de lobo que não recebem manutenção periódica adequada e também das redes de esgoto do conjunto, onde, segundo um dos moradores, já foi encontrado pela COPASA até mesmo um balde de tinta, obstruindo a tubulação. A iluminação pública no conjunto Águas Claras foi caracterizada pelos moradores como ruim independe do maior distanciamento entre postes encontrado

[2] CRAS Independência e CRAS Petrópolis.
[3] Entrevista completa com os moradores: ver anexos 5.1 e 5.2.

pelo levantamento. Eles contam que os jovens que controlam a área, ligados ao tráfico de drogas, impedem que os técnicos da CEMIG troquem as lâmpadas de alguns postes. Com isso parte do conjunto fica escura à noite, principalmente na "rua do meio", onde os moradores recebem ordens desse mesmo grupo de só transitar de carro com os faróis apagados.

QUADRO 16 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH5

Área	Aspectos	Principais pontos da fala dos moradores
Infraestrutura Urbana	Sistema abastecimento água	Péssimo, horrível. (2ª. e 3ª. fases COPASA Ibirité) Falta água com frequência por até quatro dias Deveria haver medidores individualizados
	Sistema esgoto	Entupia com frequência nos primeiros anos
	Sistema drenagem	Bocas de lobo nunca são limpas e entopem sempre
	Sistema energia	Mesmo problema da água, dois sistemas distintos Transformadores sempre estouram ou pegam fogo
	Sistema telefonia	Nunca houve problemas
	Iluminação pública	Muitos lugares sem iluminação
	Pavimentação vias	A prefeitura realiza manutenção periódica
	Calçadas	Sem problemas
Qualidade Urbana	Comércio	Não há nada perto só os trailers com preços abusivos O comércio de maior porte fica a dois quilômetros
	Serviços Saúde	Centro de Saúde do Mangueiras, bom mas longe Seria mais perto ir ao Centro do Urucuia
	Serviços de Educação	A UMEI é a melhor coisa do conjunto Há boas escolas mas todas muito distantes
	Espaços de Lazer e esportes	Todos os espaços que existiam foram destruídos Só ficou a quadra de terra que dá muita poeira Playgrounds foram quebrados e o mato tomou conta Para a PBH a manutenção das praças não é dela
	Serviço de varrição/capina	Serviço de capina é realizado só antes de eleições O mato tomou conta do conjunto.
	Transporte público e mobilidade	Os moradores dão "pulão" e as empresas retaliam Ninguém que pagar passagem para ir a todo lugar Poucas linhas, intervalos muito grandes Passa antes na Vila Pinho e já chega lotado Os ônibus não param para idosos

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

A fala dos moradores sobre as questões ligadas à qualidade urbana do conjunto evidenciaram alguns pontos prenunciados pelo levantamento de campo. Para eles a questão da distância em relação ao comércio é um problema grande, pelas dificuldades mais diversas que essa condição impõe no âmbito dos deslocamentos, mas principalmente pelo custo com passagens de ônibus que ela gera para cada compra que precisa ser feita. Os serviços de saúde foram elogiados, tanto no bairro Urucuia como no

bairro Mangueiras, que é o centro de saúde oficial do conjunto, apesar da distância grande em ambos os casos. Da mesma forma eles enxergam as escolas públicas disponíveis para as crianças do conjunto: são de boa qualidade, mas ficam muito distantes: "os meninos têm que andar no mínimo quarenta minutos, podendo chegar a uma hora dependendo da escola". A UMEI é um motivo de orgulho dos moradores do conjunto Águas Claras, o que ficou claro nesse ponto da entrevista, e talvez o único, o que ficou claro ao seu final. Há um sentimento geral de proteção em torno desse equipamento e vários moradores trabalham na unidade, inaugurada há quatro anos. Os moradores relatam que, nenhum guarda municipal quis trabalhar na UMEI Águas Claras por causa da violência instalada no conjunto, e, desde muito tempo, a unidade só conta com um zelador que é morador do conjunto como uma espécie "segurança informal". Mesmo assim, segundo eles, não há casos de vandalismo, depredação ou roubos no prédio da UMEI.

Há um sentimento de revolta grande entre os moradores em relação aos espaços de lazer do conjunto e em relação à questão do transporte. No primeiro caso, a sua fala revela que todos os espaços de lazer encontrados no levantamento de campo foram entregues em perfeito estado pela prefeitura, nove anos antes no caso da pracinha na "rua de cima" e seis anos antes no caso do campo e da praça triangular. Eles contam que foram os próprios moradores que destruíram esses espaços e que a prefeitura nunca deu nenhuma manutenção alegando que eles não estão em "área pública". O que aconteceu foi que "o mato tomou conta de tudo", contam.

Já no caso dos transportes, a revolta é maior ainda, porque eles se sentem isolados de tudo e obrigados a arcar com os custos do transporte público para deslocamentos que poderiam ser feitos a pé. Os moradores contaram que no conjunto a maioria não paga passagem e passa por cima da roleta. A empresa de ônibus, segundo alguns, retalia esse hábito institucionalizado e chamado de "pulão", não parando para idosos, e tirando alguns carros de circulação aumentando o intervalos entre cada ônibus, principalmente nos finais de semana, quando eles chegam a esperar uma hora. Essa situação faz com que os moradores fiquem mais revoltados ainda, aumentando a tensão entre eles e a empresa de ônibus. Na semana anterior à entrevista, um ônibus foi queimado na "rua de baixo", relataram os moradores presentes à entrevista.

Os dados da PBH confirmaram as informações do levantamento de campo: há redes de esgoto e água em todo o conjunto, mas elas estão distribuídas ao longo das vias secundárias, provavelmente em função da sua maior declividade. Não há nenhuma surpresa nos mapas com as redes de telefonia e energia e com a pavimentação de ruas e calçadas. Os três mapas mostram também que a vila Ecológica em volta do conjunto também possui toda essa infraestrutura urbana, à exceção das calçadas.

Os dados da PBH esclarecem alguns pontos sobre a qualidade urbana do conjunto Águas Claras. Em primeiro lugar, o mapa com os serviços de educação e saúde mostra o centro de saúde Mangueiras que

atende os moradores do conjunto. Aparece também um centro de saúde no bairro Vila Pinho, que não foi citado na entrevista. Esse mesmo mapa também mostra, além de algumas creches, algumas das escolas citadas na entrevista com os moradores: a E.M. Luiz Gonzaga Jr., no Mangueiras e a E.M. da Vila Pinho. As duas escolas tiveram uma avaliação parecida. A primeira ficou um pouco abaixo da média municipal na primeira parte do ensino fundamental e um pouco abaixo da média municipal na segunda parte. A segunda ficou em cima da média municipal na primeira parte do ensino fundamental e igualmente abaixo da média municipal na segunda parte do ensino fundamental. Há uma escola municipal em fase final de construção, ao lado do campo de futebol (E.M. Pres. Itamar Franco). A situação do Centro de Saúde Mangueiras confirma a fala dos moradores quanto à qualidade do atendimento. Há um número adequado de ESF em relação ao território atendido, segundo fontes oficiais.

TABELA 9 – Avaliação das escolas públicas na área do CH5

Nome da Escola	**Abrangência**	**Avaliação do IDEB (2011)**			
		FUNDAMENTAL I		FUNDAMENTAL II	
		Média escola	Média da cidade	Média da escola	Média da cidade
E.M. Luiz Gonzaga Junior	Fund. I, Fund. II, EJA.	5,3	5,8	3,9	4,2
E.M. da Vila Pinho	Creche, Pré Escola, Fund. I, Fund. II, EJA.	5,8	5,8	3,8	4,2

Fonte: Base de dados do INEP (Prova Brasil 2011). Acessado através do site <www.escol.as> em 04/11/2013.

TABELA 10 – Avaliação do centro de saúde na área do CH5

Centro de Saúde	População Total (Censo 2010)	Distribuição da Pop. Total por Faixa de Risco (IVS)				População Total Cadastrada	**No. ESF**	
		ME	EL	MD	BA		Hoje	Ideal
Mangueiras	12.162	2.277	5.182	4.703	0	14.681	4	4,2

Dados fornecidos pela Gerência de Assistência/SMSA/PBH
ME: Risco Muito Elevado; EL: Risco Elevado; MD: Risco Médio; BA: Risco Baixo. ESF: Equipes de Saúde da Família.
Hoje: no. de ESF atendendo segundo a SMSA. Ideal: no. de ESF estabelecido pelo planejamento municipal.

O mapa com os equipamentos de lazer e esportes mostra de maneira clara a carência não só do conjunto Águas Claras, mas também da Vila Ecológica e dos bairros Vitória da Conquista e Petrópolis, a oeste. Há somente um campo de futebol, próximo da avenida perimetral, que parece ter o uso controlado, já que encontrava-se cercado nas visitas de campo. Os equipamentos de lazer e esportes só aparecem em maior número no bairro Mangueiras, ao longo da avenida Senador Levindo Coelho. O mapa com o sistema de transporte mostra o itinerário que a única linha de ônibus faz dentro do conjunto Águas Claras, passando pela "rua de baixo". O mapa mostra ainda um maior fluxo de ônibus na avenida Senador Levindo Coelho, com a presença de linhas intermunicipais que não foram vistas nos levantamentos de campo.

O mapa com os usos do entorno do conjunto Águas Claras evidencia o total isolamento dos moradores em relação às porções do território urbano com maior animação assim como a enorme distância a ser percorrida por eles para chegar até as zonas de comércio.



FIGURA 335 - "Rua do meio" no CH5.
Fonte: Foto do autor (26/10/2013).



FIGURA 336 - Rua transversal com piso poliedrico.
Fonte: Foto do autor (26/10/2013).



FIGURA 337 - Rua de acesso ao CH5.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013).



FIGURA 338 – Condição dos elementos urbanos do CH5.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013).



FIGURA 339 – Vegetação entre o CH5 e o bairro vizinho.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013)



FIGURA 340 – *Trailer* e ponto de ônibus no CH5.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013)



FIGURA 341 - Teatro aberto da UMEI no CH5.
Fonte: Foto do autor (26/10/2013)



FIGURA 342 – CH5 visto de dentro da UMEI.
Fonte: Foto do autor (26/10/2013)



FIGURA 343 - Vista geral do CH5.
Fonte: Foto do autor (28/11/2013).



FIGURA 344 - Praça menor na "rua de cima" do CH5.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013).



FIGURA 345 - Praça menor no acesso ao CH5.
Fonte: Foto do autor 30/12/2013).



FIGURA 346 - Quadra de terra próxima à entrada do CH5.
Fonte: Foto do autor (26/10/2013).



FIGURA 347 - Condição geral da praça principal do CH5.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013).

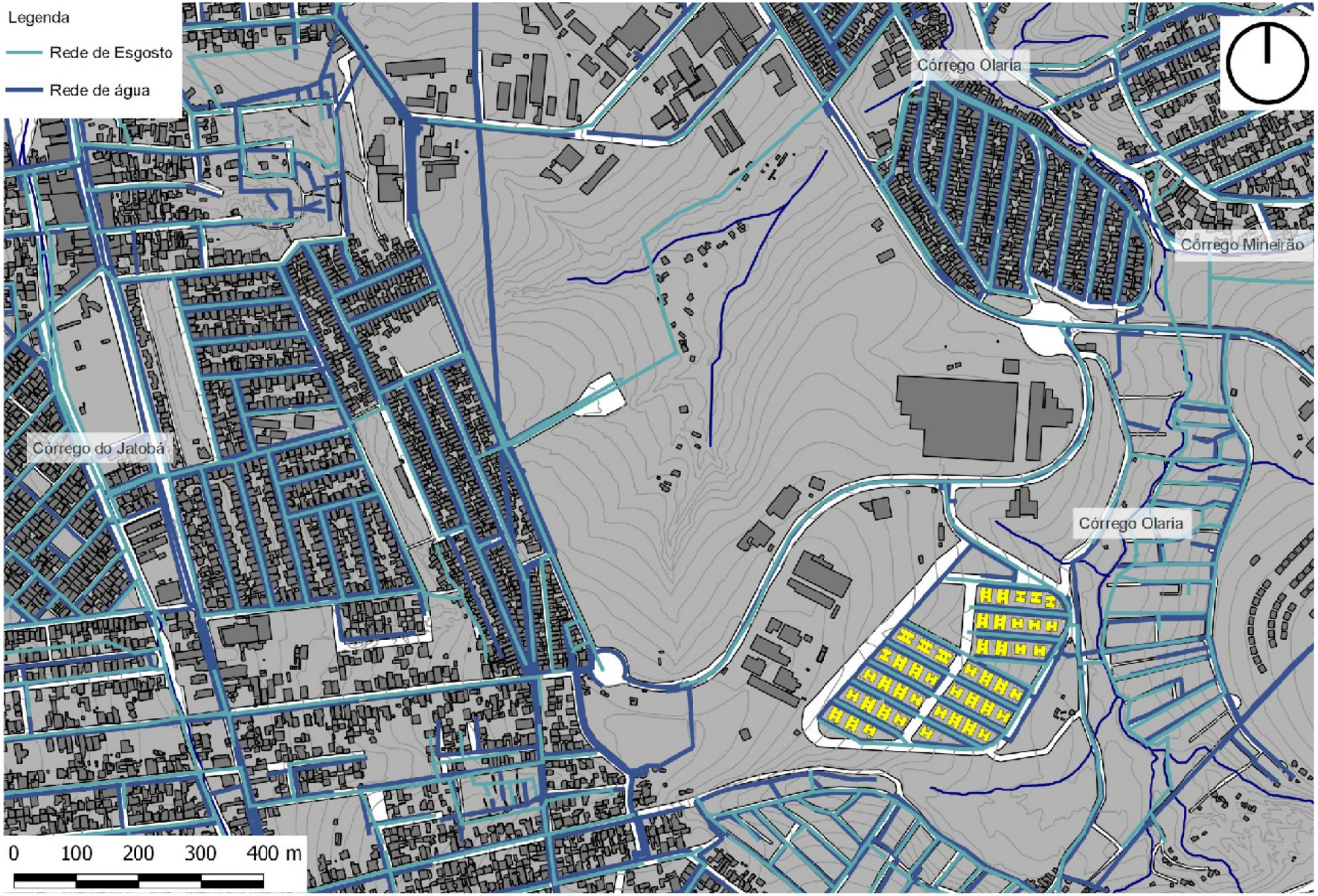


FIGURA 348 - Mapa de redes de água e esgoto do CH5 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

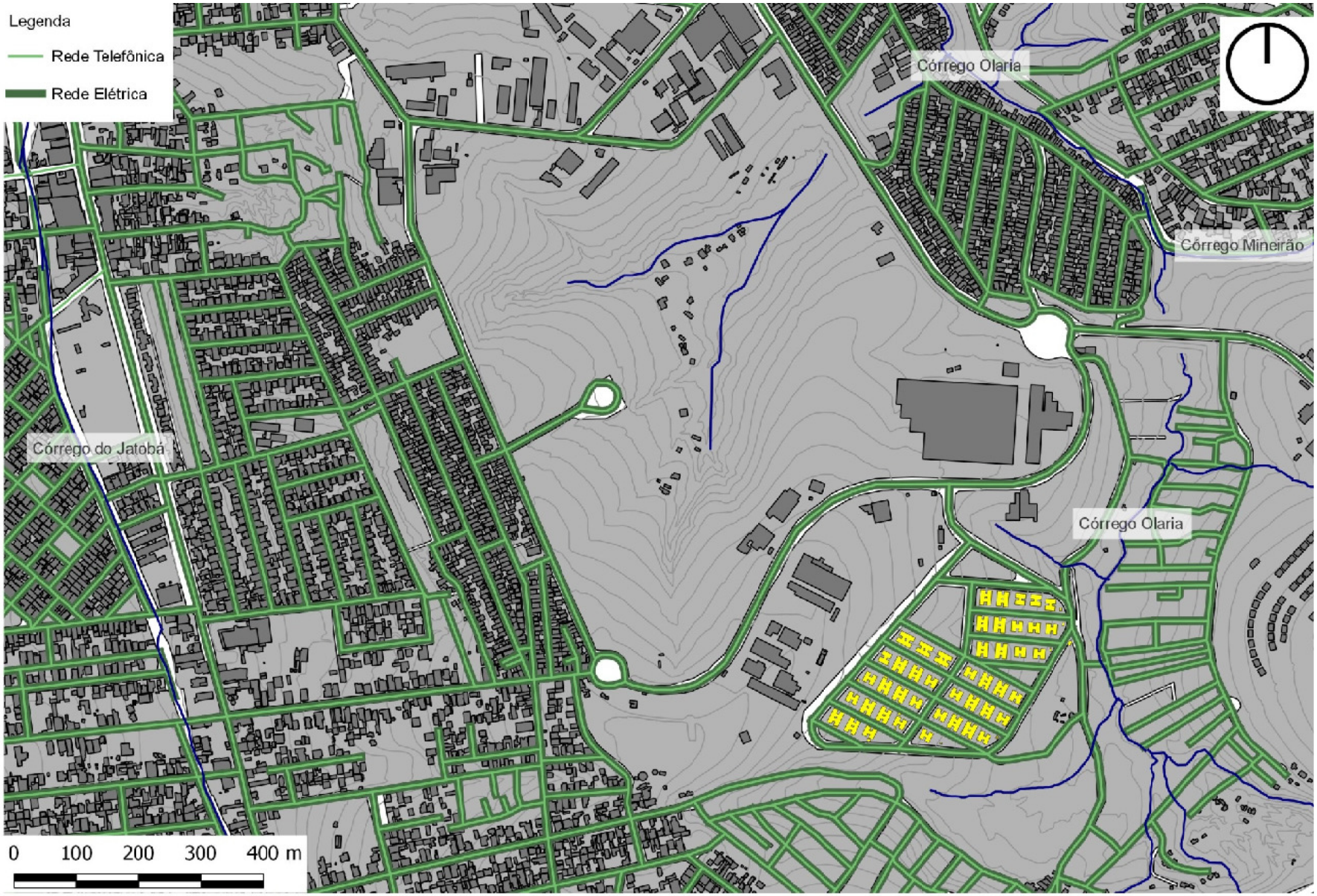


FIGURA 349 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH5 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

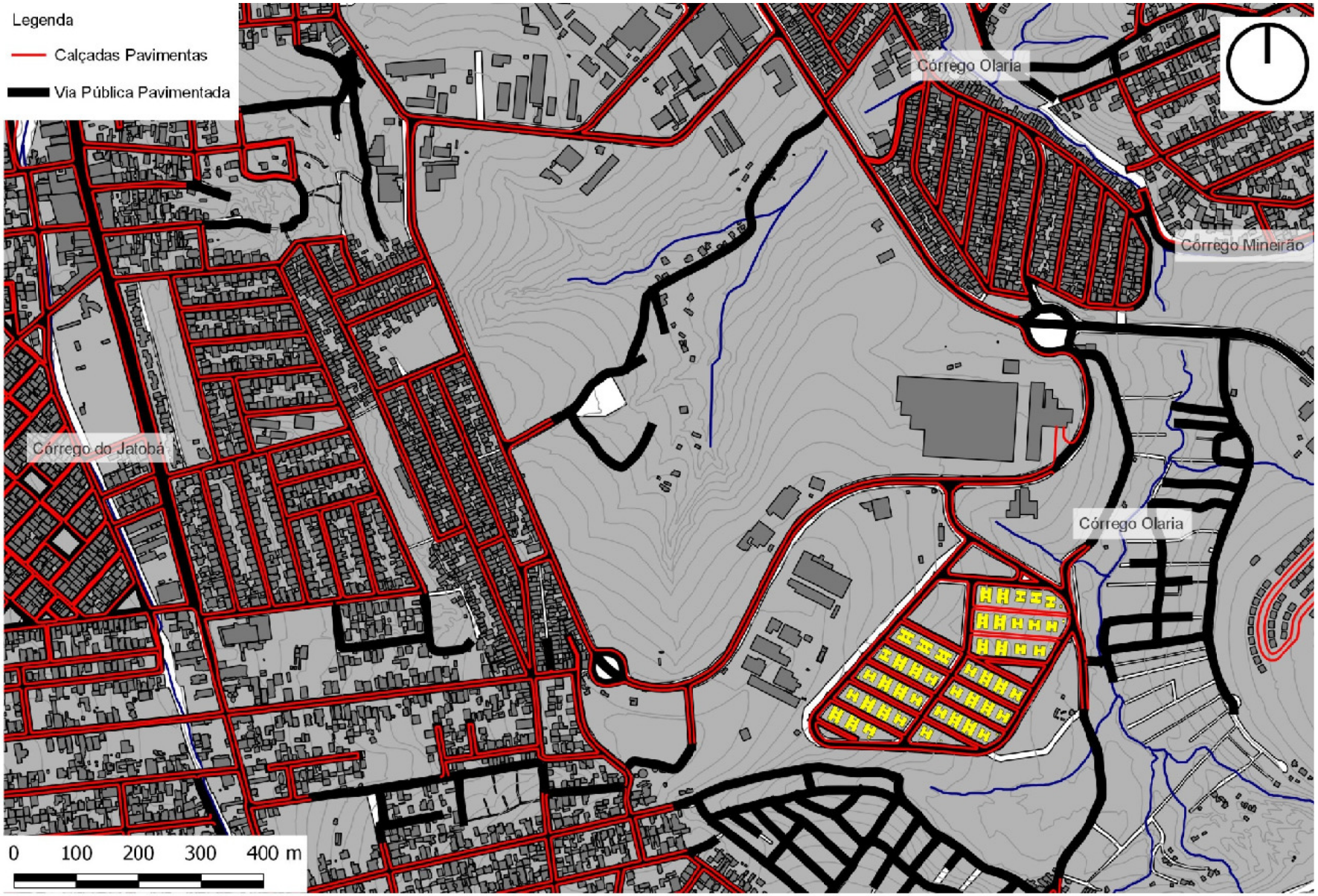


FIGURA 350 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH5 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

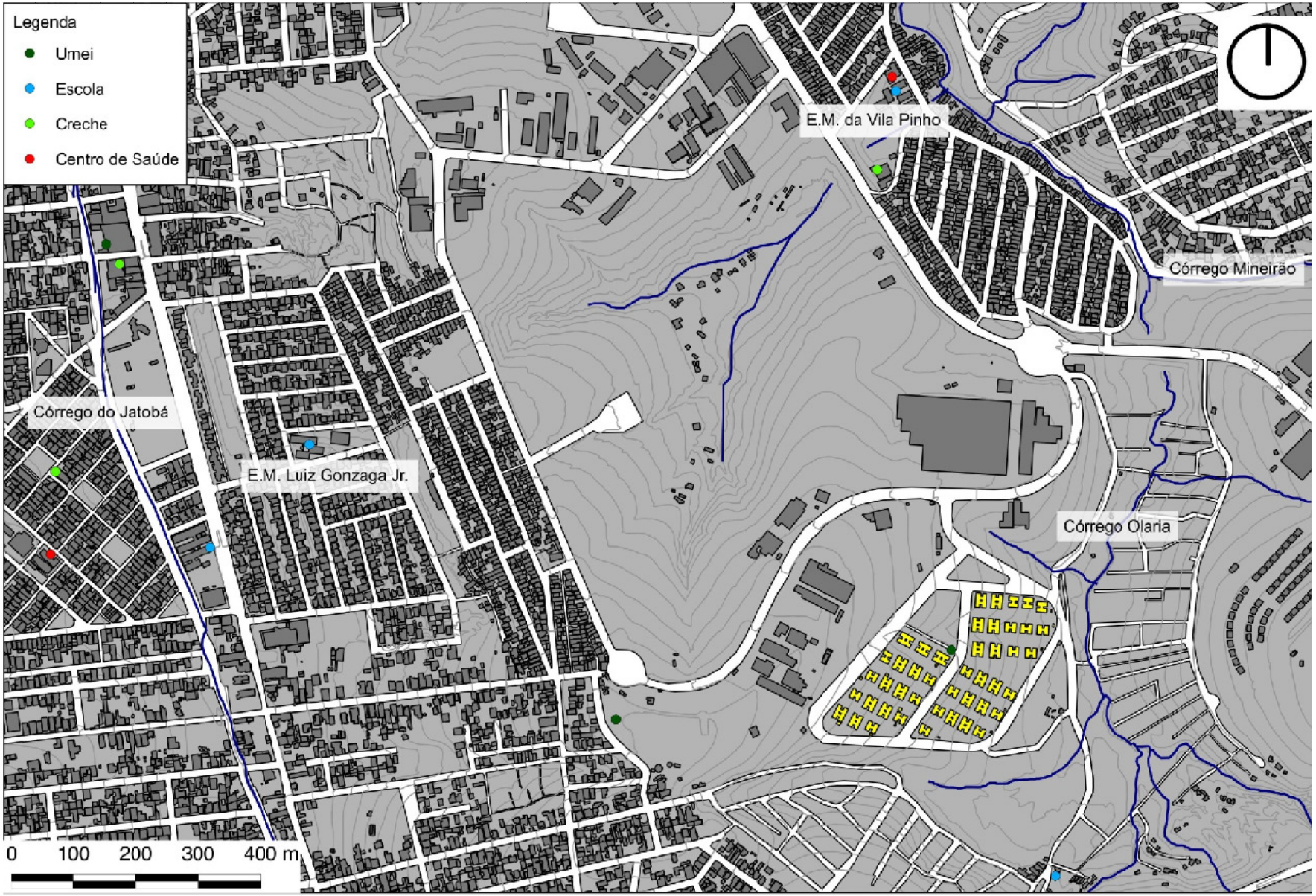


FIGURA 351 - Mapa de serviços de educação e saúde do CH5 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

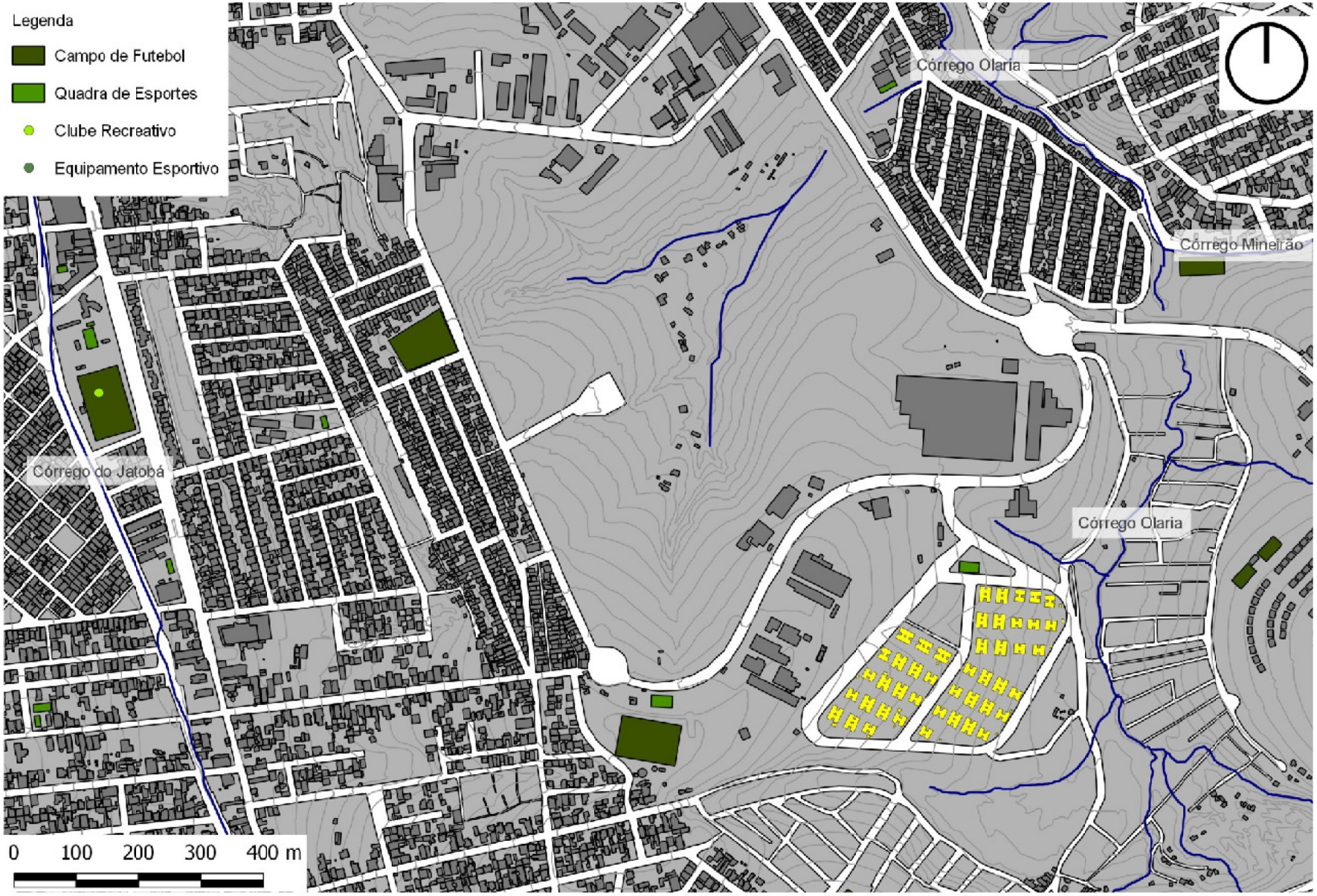


FIGURA 352 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH5 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 353 - Mapa do sistema de transporte do CH5 e entorno. Fonte:Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

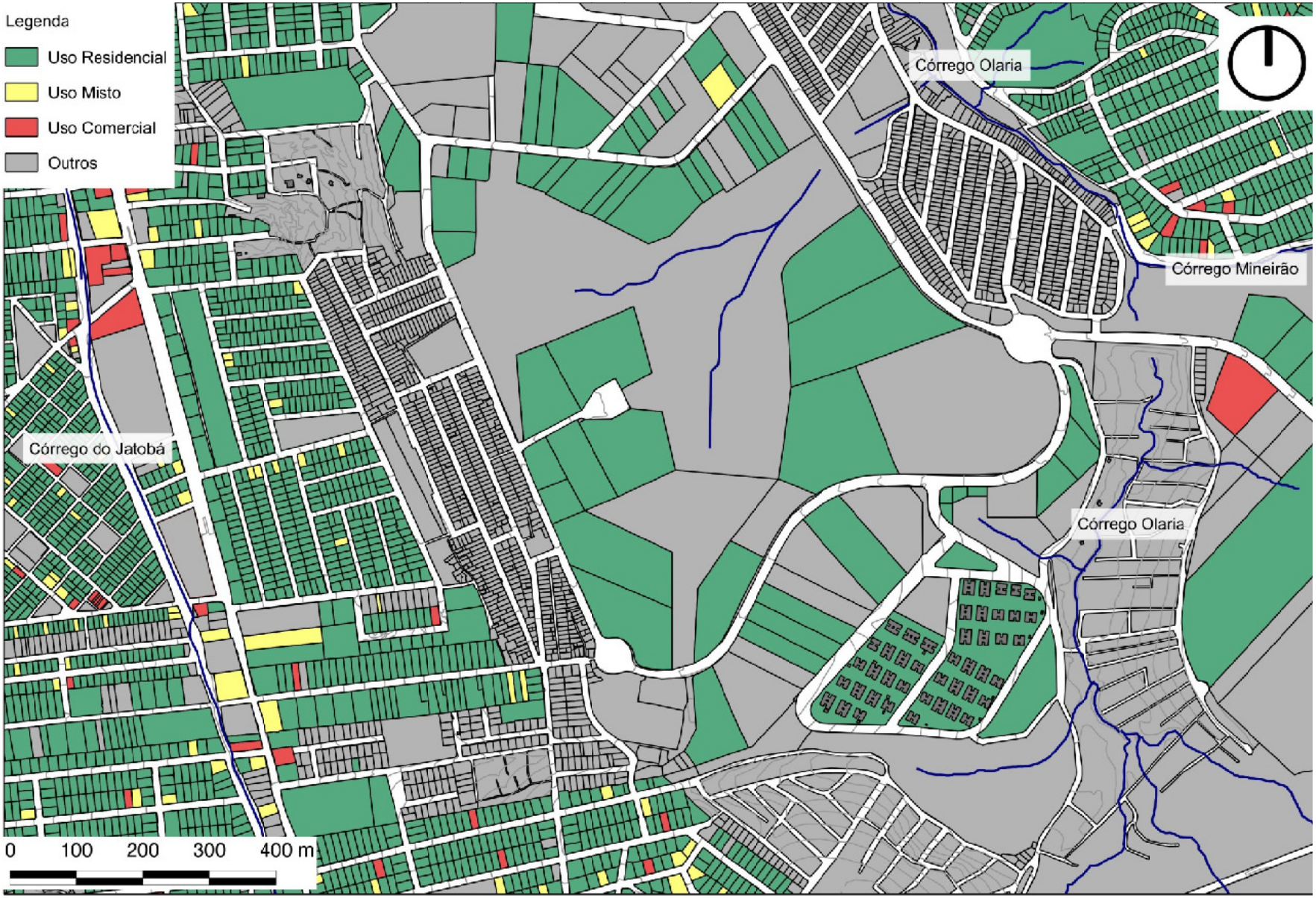


FIGURA 354 - Mapa de usos do CH5 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

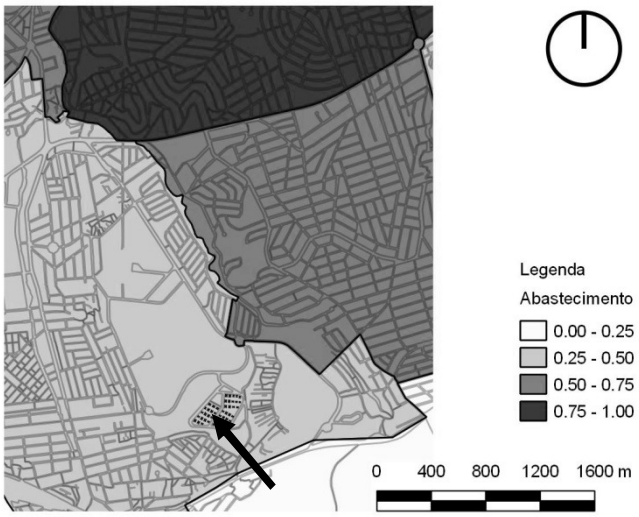


FIGURA 355 – Mapa de IQVU do CH5 – Abastecimento.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

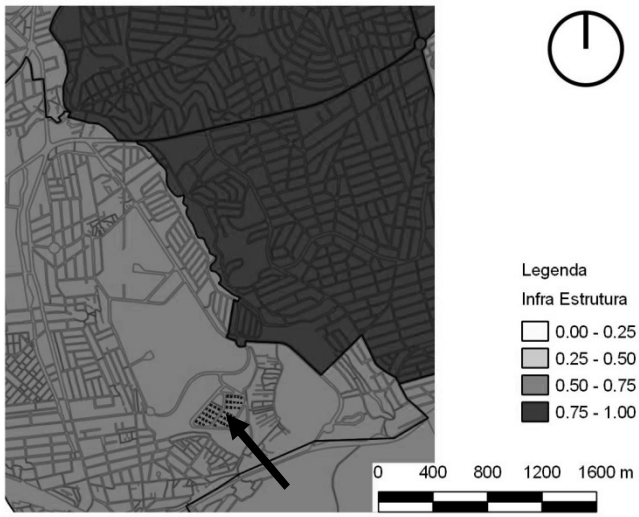


FIGURA 356 – Mapa de IQVU do CH5 – Infraestrutura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

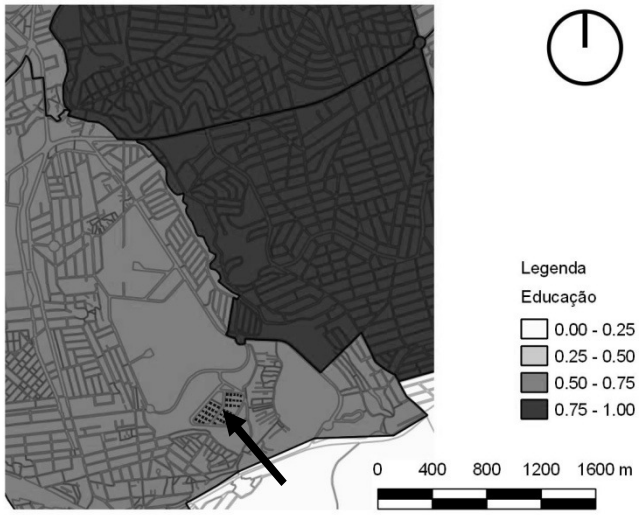


FIGURA 357 – Mapa de IQVU do CH5 – Educação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

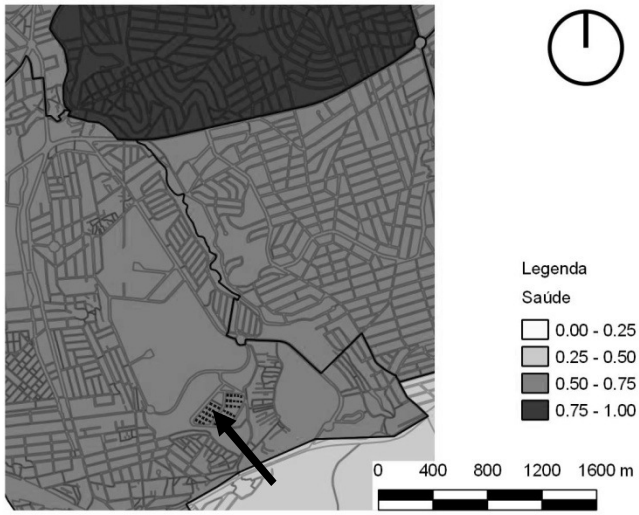


FIGURA 358 – Mapa de IQVU do CH5 – Saúde.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

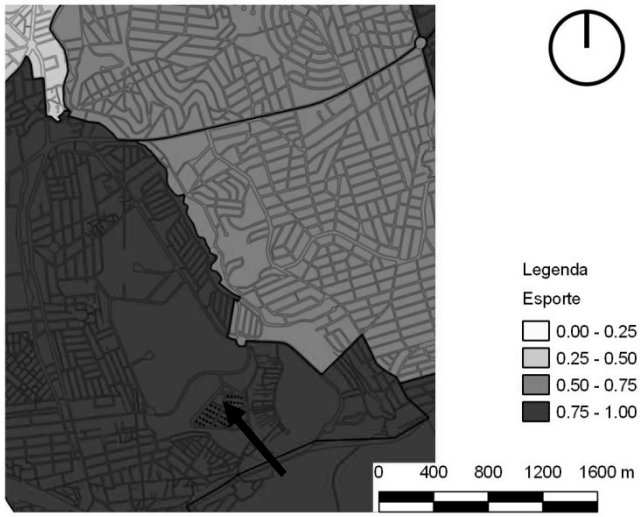


FIGURA 359 – Mapa de IQVU do CH5 – Esporte.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

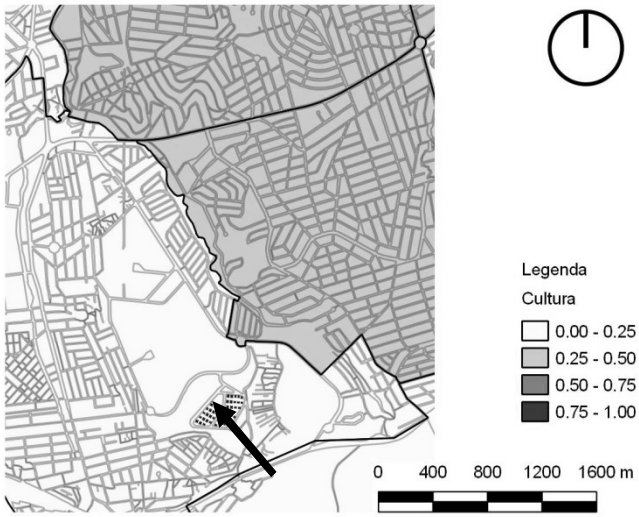


FIGURA 360 – Mapa de IQVU do CH5 – Cultura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 361 – Mapa de IQVU do CH5 – Habitação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

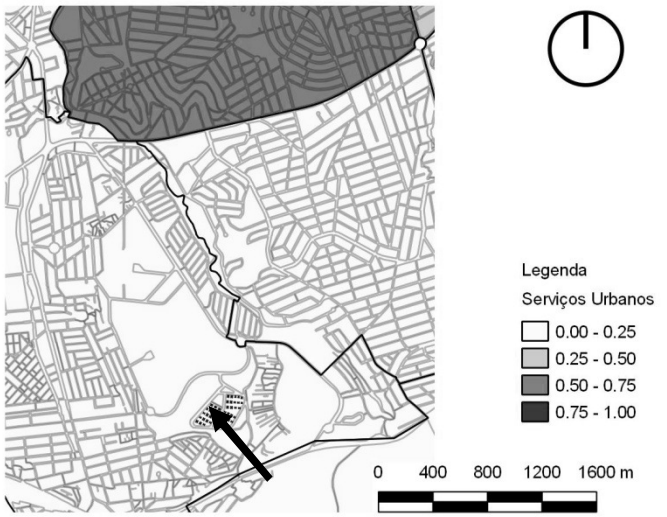


FIGURA 362 – Mapa de IQVU do CH5 – Serviços Urbanos.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

A UP onde se insere o conjunto Águas Claras é a mesma dos conjuntos Atenas, Esparta e Egeu, comentados anteriormente. A região obteve avaliação muito boa no item esporte, avaliação boa nos itens infraestrutura urbana, educação e saúde, avaliação média nos itens abastecimento alimentar e habitação e avaliação ruim nos itens cultura e serviços urbanos. Ficou abaixo das regiões vizinhas na avaliação de cinco dos oito itens, na mesma média em dois itens e acima em apenas um.

A ressalva quanto à enorme heterogeneidade dessa UP precisa ser feita novamente para evitar que certos aspectos do conjunto Águas Claras mostrados até aqui não sejam camuflados por essa avaliação.

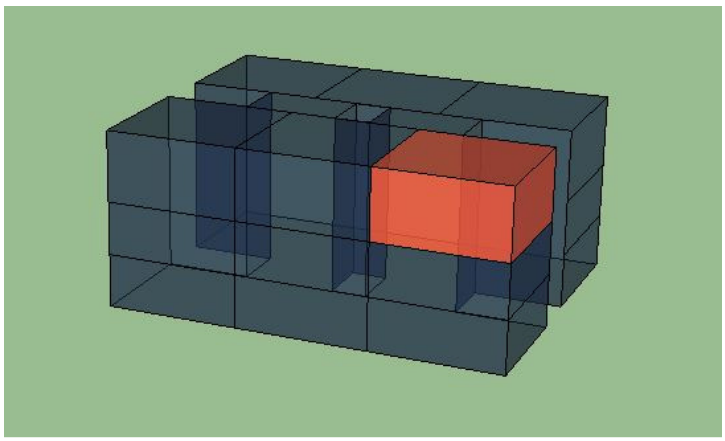


FIGURA 363 – Volumetria da bloco do CH5 (UH destacada).
Fonte: Elaborado pelo autor

ÁREA TOTAL: 78.042 m2
NÚMERO DO BLOCOS:45
NÚMERO DE UHs: 678
DENSIDADE HABITACIONAL (liq.): 87 UH/ha
DENS. POPULACIONAL (liq.): 347 hab/ha
ÁREA ABERTA: 64.215 m2
ÁREA ABERTA/HABITANTE: 23,6 m2
PADRÃO DAS UHs: 2 QUARTOS

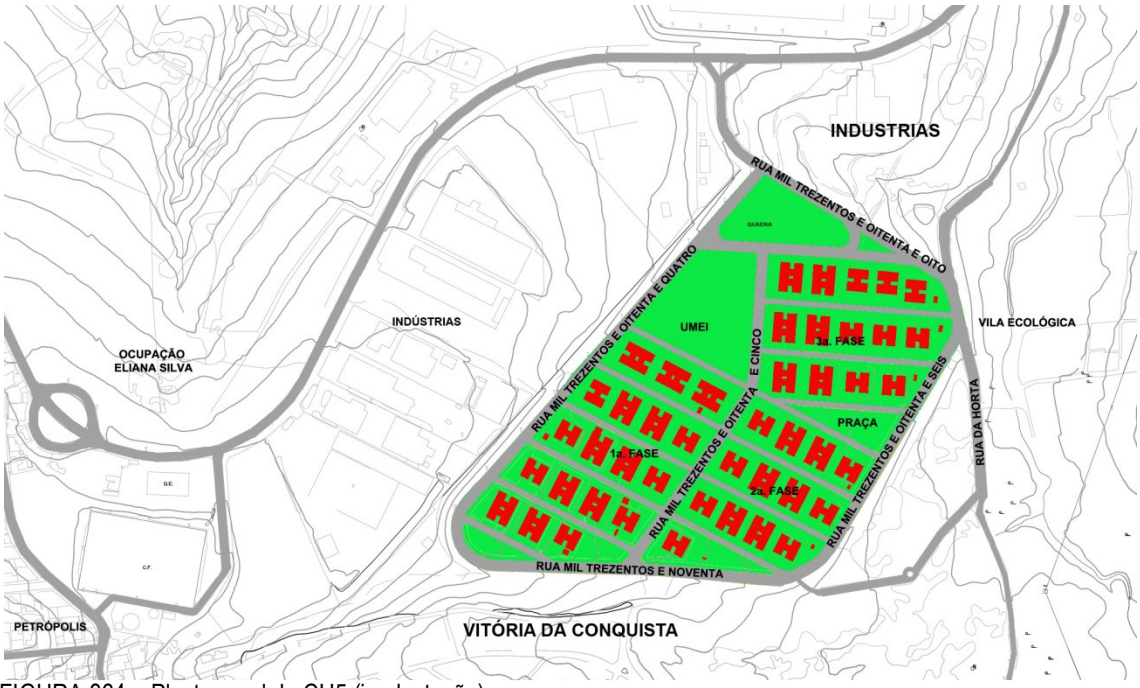


FIGURA 364 - Planta geral do CH5 (implantação).
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da Prodabel.

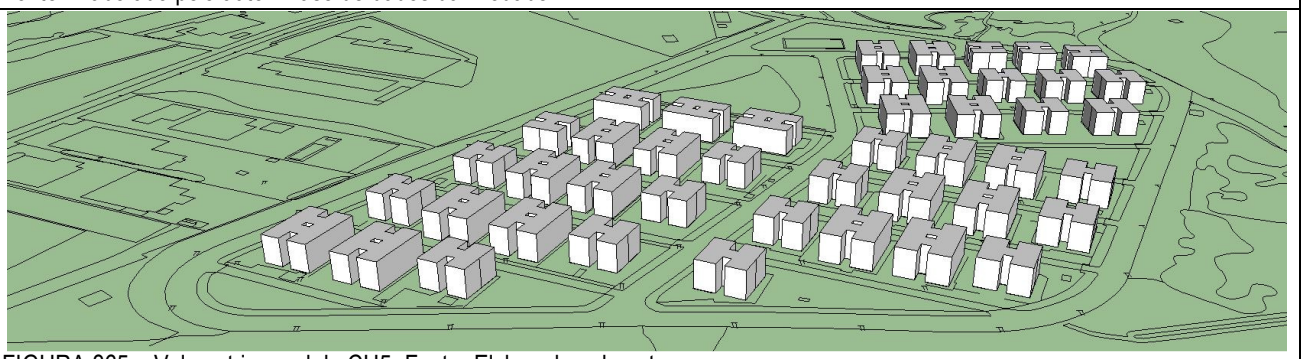


FIGURA 365 - Volumetria geral do CH5. Fonte: Elaborado pelo autor.

O conjunto Águas claras, que tem menos de uma década de existência, foi construído entre a área de preservação da Serra do Rola Moça, assentamentos autoconstruídos e um distrito industrial numa situação similar à dos conjuntos trigêmeos Esparta, Atenas e Egeu, seus vizinhos. Porém, no caso do conjunto Águas Claras, as fábricas do distrito industrial fazem limite direto com o conjunto, assim como a ocupação informal, chamada de Vila Ecológica. Além disso, ao contrário daquele conjunto triplo, o conjunto Águas Claras foi criado a partir de um parcelamento com vias públicas, o que faz com que os blocos se articulem através do espaço público. Nesse sentido, a presença do distrito industrial e da vila como seus vizinhos imediatos afeta mais diretamente esse conjunto do que aquele, em termos funcionais. A condição de ter um distrito industrial como vizinho significa um grande problema menos por questões de poluição, já que ele é formado somente por indústrias de pequeno porte e com atividades de baixo impacto ambiental, e mais porque ele cria em volta do conjunto uma larga faixa de cidade sem vida urbana, sem comércio ou habitações e com grandes extensões muradas. No caso da convivência direta com a vila surgida a sua volta, criaram-se problemas em relação ao uso dos espaços coletivos e à gestão dos resíduos sólidos, como se verá adiante.

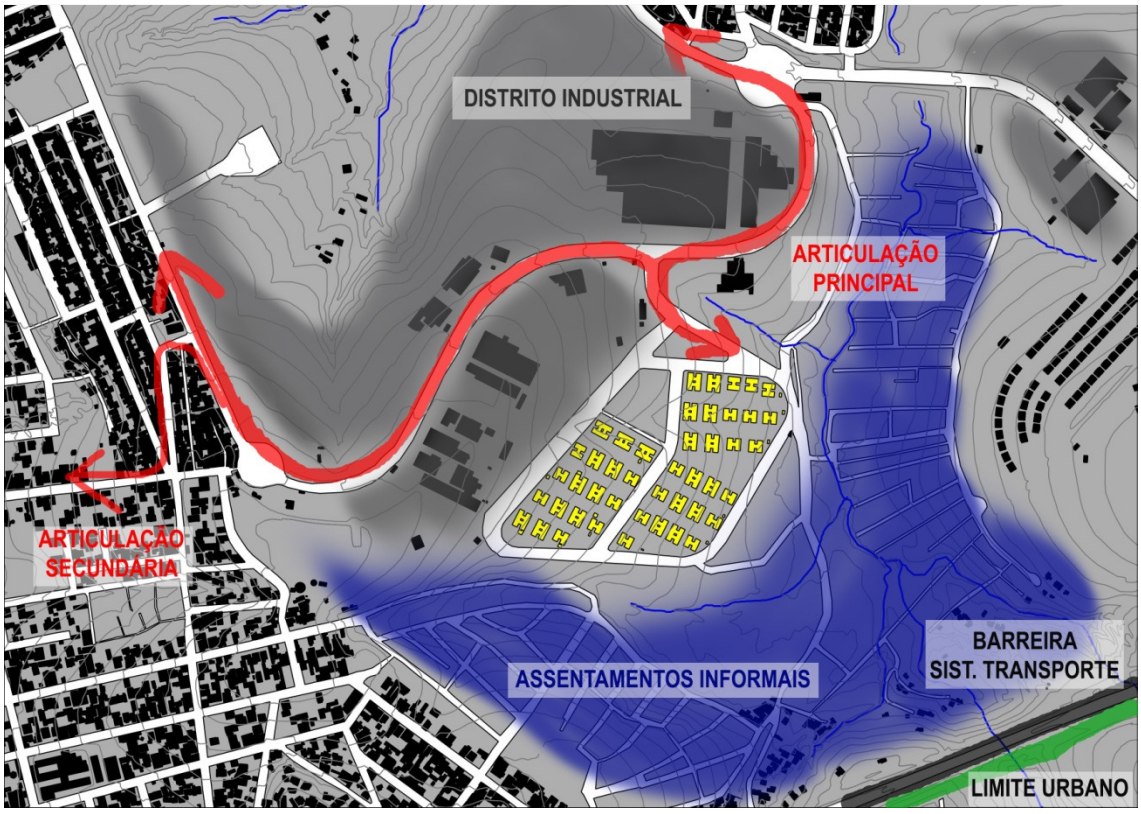


FIGURA 366 – Análise gráfica do projeto urbano do CH5.
Fonte: Elaborado pelo autor sobre a base de dados da PBH.

O desenho urbano proposto para o conjunto apresenta três vias principais, paralelas á inclinação da encosta, o que lhes valeu o nome de “rua de cima”, “rua do meio” e “rua de baixo”, já que uma diferença de nível de cinco metros aproximadamente separa cada uma delas. Essas três ruas são largas e

asfaltadas e se ligam na entrada do conjunto, num terreno onde deveria ter sido construída a igreja local. A única entrada e saída de veículos se dá por esse trecho, o que cria uma condição de enorme desarticulação entre o conjunto habitacional e a cidade a sua volta. No sentido perpendicular às vias principais, e, portanto perpendiculares à inclinação, foram criadas ruas estreitas de caráter local, com pavimentação poliédrica, diferentemente das demais vias, asfaltadas. Talvez a melhor opção tivesse sido no sentido contrário, criando ruas com caráter local e de menor fluxo com menor inclinação e as ruas principais, mais largas, voltadas predominantemente para o trânsito de veículos no sentido da maior inclinação. Apesar disso, a solução urbanística do conjunto Águas Claras é bastante generosa, já que reserva espaços para três praças e uma quadra entre os blocos, além de manter uma distância razoável entre eles. Por isso mesmo, foi o conjunto com a menor densidade habitacional dentre os nove pesquisados.

Por meio dos levantamentos de campo foi possível perceber que há em curso um processo bastante expressivo de apropriação das áreas coletivas para a construção de garagens e extensões das UHs que ficam no nível do chão. Essas apropriações transformaram os espaços em torno dos blocos em canteiros de obras, com pilhas de areia, brita e tijolos. Isso poderia ser considerado um avanço em termos de incremento da autonomia e diluição da força heterônoma da solução original do conjunto, no entanto pode também ser enxergada como um avanço das apropriações privadas sobre as áreas coletivas. O fato curioso é que alguns moradores, a maioria dos que participaram das entrevistas, acredita que seria bom se não houvesse essas apropriações que estão sendo feitas e que o conjunto voltasse a ter a mesma integridade física que tinha quando da sua inauguração. Segundo eles, o conjunto está se "favelizando". Naturalmente eram moradores que chegaram ao conjunto por meio do OPH.

5.5.5 – CONDIÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O córrego da Olaria, que circunda o conjunto Águas Claras ao sul, leste e norte, só pôde ser observado de longe, e, portanto, não foi possível averiguar sua condição ambiental. Seu vale ainda encontra-se relativamente bem vegetado na porção sul, próximo à sua nascente. Porém o crescimento da Vila Ecológica por toda a extensão linear desse curso d'água, a norte e leste aponta para o seu comprometimento ambiental pelo lançamento de resíduos e de esgoto doméstico. Foram vistos alguns barrancos expostos na rua de cima, sem cobertura vegetal, indicando possibilidade de acontecerem erosões.

Mas o aspecto ambiental que mais chamou a atenção nas visitas de campo realizadas no conjunto Águas Claras foi o dos resíduos sólidos. Havia sempre muito lixo espalhado pelo chão próximo aos cestos de lixo e também muito entulho de construção civil entre os blocos e na frente deles. Como há muitas pequenas obras sendo feitas pelos moradores para criar garagens cobertas para seus veículos, há muitos restos de obra espalhados pelas áreas abertas do conjunto. Há cacos de tijolo, restos de brita e

areia e pedaços de móveis velhos ao longo também da via perimetral do conjunto, principalmente no seu lado externo. Em todas as visitas de campo soprava uma brisa agradável vindo da direção sul (serra do Rola Moça) e o conjunto estava relativamente silencioso.

Os únicos riscos evidentes que puderam ser levantados a partir das visitas ao conjunto Águas Claras foram aqueles que decorrem do acúmulo de lixo pelas ruas e calçadas: endemias e zoonoses relacionadas a presença de vetores como baratas, ratos e mosquitos.

Os moradores se consideram privilegiados por morar no conjunto Águas Claras em relação à condição do ar, sempre muito fresco, vindo da Serra do Rola Moça e das nascentes de água pura no entorno. Chegaram a dizer que em épocas de desabastecimentos de água da COPASA, todos consumiam a água dessas nascentes. Essas características, segundo eles, davam ao conjunto uma atmosfera de cidade do interior quando da sua inauguração. Queixaram-se dos ruídos gerados pelas caixas de som dos trailers e também de alguns moradores. Vários deles comentaram que o ruído constante de música alta é um bom sinal já que significa que "as coisas estão normais". Quando o conjunto fica em silêncio, é porque "alguma coisa de ruim está acontecendo ou vai acontecer". A condição da violência no conjunto fez alguns moradores dizerem que o silêncio no conjunto é uma experiência "angustiante e massacrante".

Para eles, porém a questão mais grave sobre a condição ambiental do conjunto é o problema do lixo. Falta conscientização de alguns moradores, faltam lugares adequados para guardar o lixo nos intervalos de dois ou três dias entre as coletas, falta fiscalização com relação à locais de bota-fora, segundo eles. Eles apontam ainda dificuldades na gestão dos resíduos em cada bloco do conjunto a partir da demolição dos cômodos de lixo pela própria URBEL, nos primeiros anos do conjunto.

A fala dos moradores, no entanto, revelou que o maior risco a que estão sujeitos os moradores do conjunto são aqueles ligados à sua segurança, em virtude da situação em que ele se encontra. Eles relataram diversas situações ligadas ao tráfico de drogas no conjunto, como assassinatos, coação de moradores, disputas entre gangues e violência de forma generalizada. Mas os moradores também relataram vários problemas de solo que teriam acontecido ao longo dos poucos anos de vida do conjunto, e que, segundo eles, já teriam obrigado a URBEL a refazer algumas contenções próximas de alguns blocos que começaram a apresentar muitas rachaduras. Os moradores também relataram, que, de forma mais pontual, as próprias obras realizadas pelos moradores para construção de garagens cobertas teriam deixado expostas as fundações de alguns blocos, criando riscos à sua integridade física.

A fala dos moradores revelou ainda muitos outros riscos que nem haviam sido inicialmente listados para a entrevista, e que mostram o grau de vulnerabilidade do conjunto. Eles relataram infestações de escorpiões nas redes de esgoto e que aparecem pelos ralos em todos os apartamentos e inclusive na UMEI.

As baratas são parte essencial da dieta dos escorpiões, as quais por sua vez, infestam áreas com restos de alimentos espalhados como acontece com as ruas e calçadas do conjunto. O risco nesse caso está relacionado principalmente á idosos e crianças, ainda mais levando-se em consideração que o único local que administra o soro antiescorpiônico em Belo Horizonte é o Hospital João XXIII, distante pelo menos uma hora do local. Há também segundo os relatos dos moradores acidentes com lacraias, aranhas e cobras, comuns no conjunto, segundo eles, pela proximidade com a mata da Serra do Rola Moça. E há ainda a presença de ratos que já foram muito numerosos nos primeiros anos do conjunto e teriam diminuído em função do crescimento do número de cães e gatos na área.

QUADRO 17 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH5

Área	**Aspectos**	**Principais pontos da fala dos moradores**
Qualidade Ambiental	Cursos d'água	O córrego Olaria tem águas cristalinas Dá para beber a água na nascente (mina)
	Solo	Não há casos de problemas com o solo
	Ar	Vem da Serra um ar puro e fresco
	Ruídos	Há muito barulho das caixas de som O ruído das caixas de som é sinal de normalidade
	Resíduos Sólidos	O maior problema do conjunto Moradores lançam lixo até pelas janelas Animais abrem e esparramam o lixo pelas ruas A URBEL demoliu os cômodos de lixo Moradores colocam móveis velhos nas ruas
Sensação de Risco	Segurança urbana	Muita insegurança gerada pelo tráfico de drogas Há também insegurança com a presença da polícia O tráfico domina o conjunto e controla sua gestão
	Deslizamento/escorregamento	Vários arrimos tiveram que ser refeitos pela URBEL Movimentação do subsolo gerando rachaduras Algumas obras informais descalçaram os prédios
	Alagamento	Se houve algum alagamento foi na Vila (ecológica)
	Endemias	Só casos isolados de dengue
	Incêndios Florestais	Acontecem na seca, mas longe dos conjuntos
	Outras questões	Infestação de escorpiões na rede de esgoto Riscos de zoonoses com proliferação de ratos Riscos de acidentes com cobras, aranhas e lacraias Risco de incêndio nos prédios pelo mau uso do GLP Risco de incêndio nos prédios pela falta de extintores

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

Os moradores ainda revelaram riscos bastante sérios de incêndios nos apartamentos, em função do uso de botijões pequenos de GLP dentro dos mesmos. Eles se lembraram de pelo menos três unidades em que houve explosões seguidas de incêndios com essas características. Para os entrevistados, alguns moradores não sabem muito bem como usar o gás e acabam causando os acidentes. Para agravar a situação, eles ainda relataram que quase não há extintores de incêndio no conjunto, já que teria havido um "arrastão" alguns anos antes que sumiu com quase todos eles. Os poucos extintores que restaram nunca foram recarregados, segundo os presentes na entrevista.

Os dados da PBH a respeito do lixo não indicam nenhuma área de deposição clandestina no conjunto Águas Claras. Os pontos mais próximos identificados nesse mapa estão dos dois lados do campo de futebol, onde de fato, foi possível observar restos de entulhos e lixo doméstico. Ainda de acordo com dados da PBH, há riscos diversos indicados no mapa de riscos geológicos. Há riscos potenciais de escorregamento na porção sudoeste do conjunto próximo aos blocos da primeira fase do conjunto. Há riscos potenciais de contaminação do lençol freático entorno do leito do córrego Olaria. E há ainda focos de erosão em alguns pontos em volta do conjunto.

O mapa de riscos de alagamento mostra que há riscos relativamente pequenos de cheias do córrego Olaria na região do conjunto Águas Claras, se comparada a situação do mesmo curso d'água à jusante, entre os bairros Vila Pinho e Novo Santa Cecília, ao longo da rua José Roberto Fraga. Há riscos consideravelmente maiores de alagamento, também, na região do Mangueiras, ao longo da avenida senador Levindo Coelho, próximo do Centro Esportivo do Jatobá.



FIGURA 367 – Mapa de IQVU do CH5 – Segurança Urbana.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

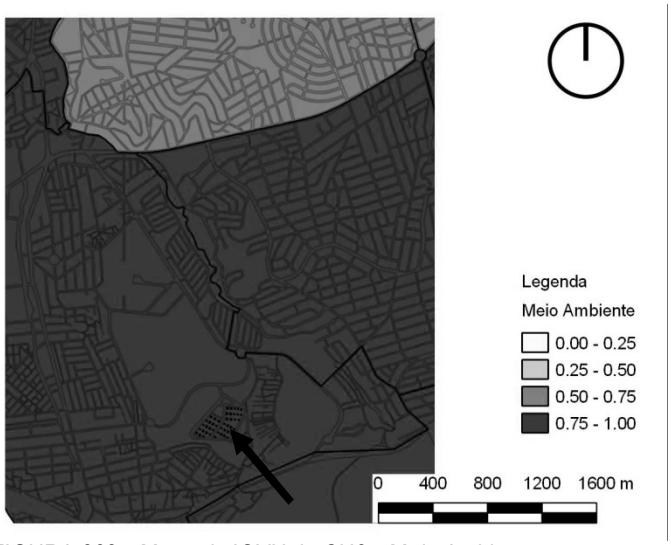


FIGURA 368 – Mapa de IQVU do CH6 – Meio Ambiente.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

Na avaliação do IQVU a UP onde se insere o conjunto Águas Claras obteve uma nota ruim no quesito segurança, abaixo das regiões situadas a leste. Já no item meio ambiente, foi avaliada com uma nota muito boa, acima das regiões menos periféricas.



FIGURA 369 - Vale do córrego Olaria próximo da nascente.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013).



FIGURA 370 - Barrancos expostos nas vias do CH5.
Fonte: Foto do autor (30/12/13).



FIGURA 371 – Construção de garagens no CH5.
Fonte: Foto do autor (26/10/2013).



FIGURA 372 – Obras em andamento no CH5.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013).



FIGURA 373 - Resíduos nas calçadas do CH5.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013)



FIGURA 374 - Resíduos nas vias do CH5.
Fonte: Foto do autor (30/12/13)

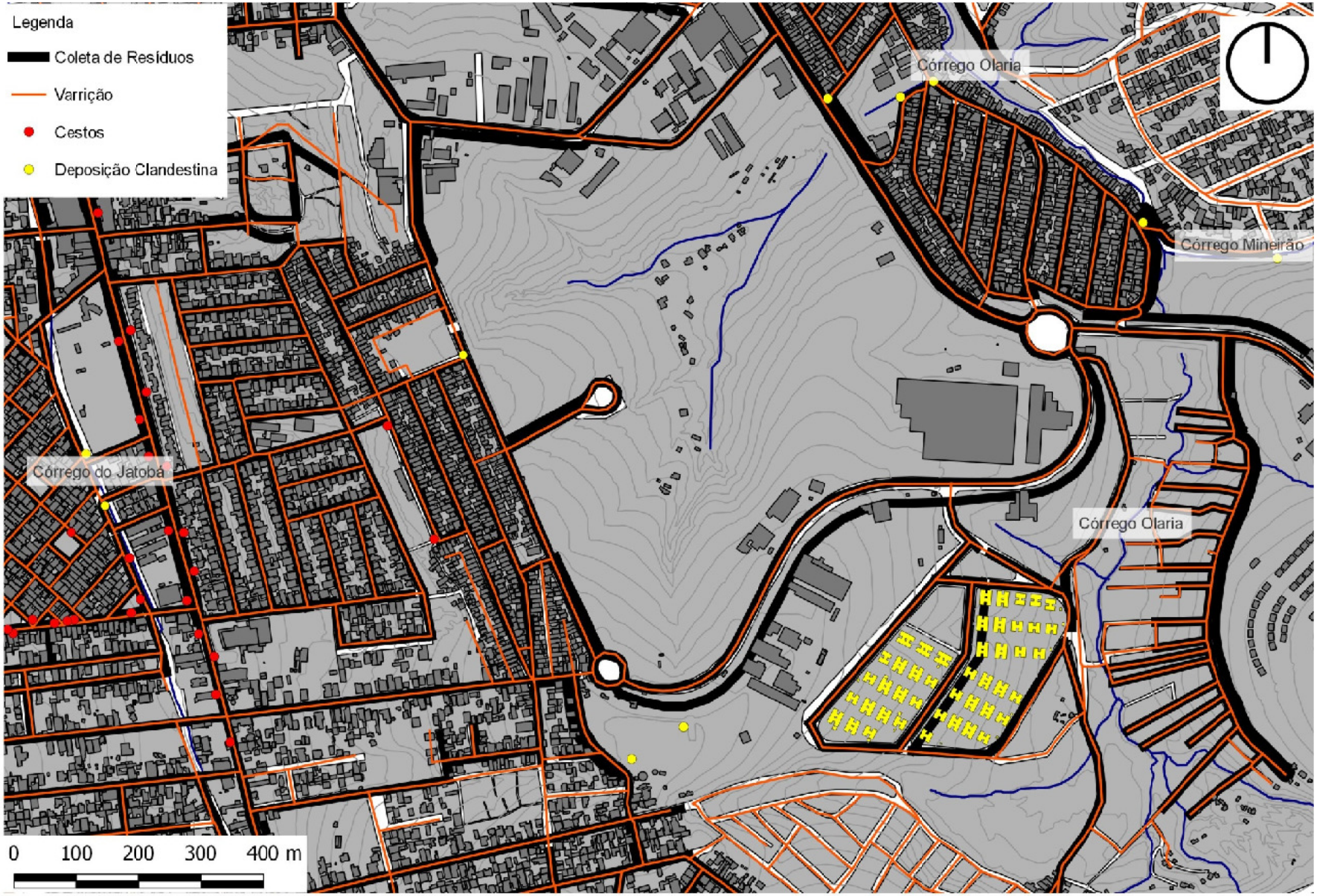


FIGURA 375 - Mapa de gestão resíduos sólidos no CH5 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

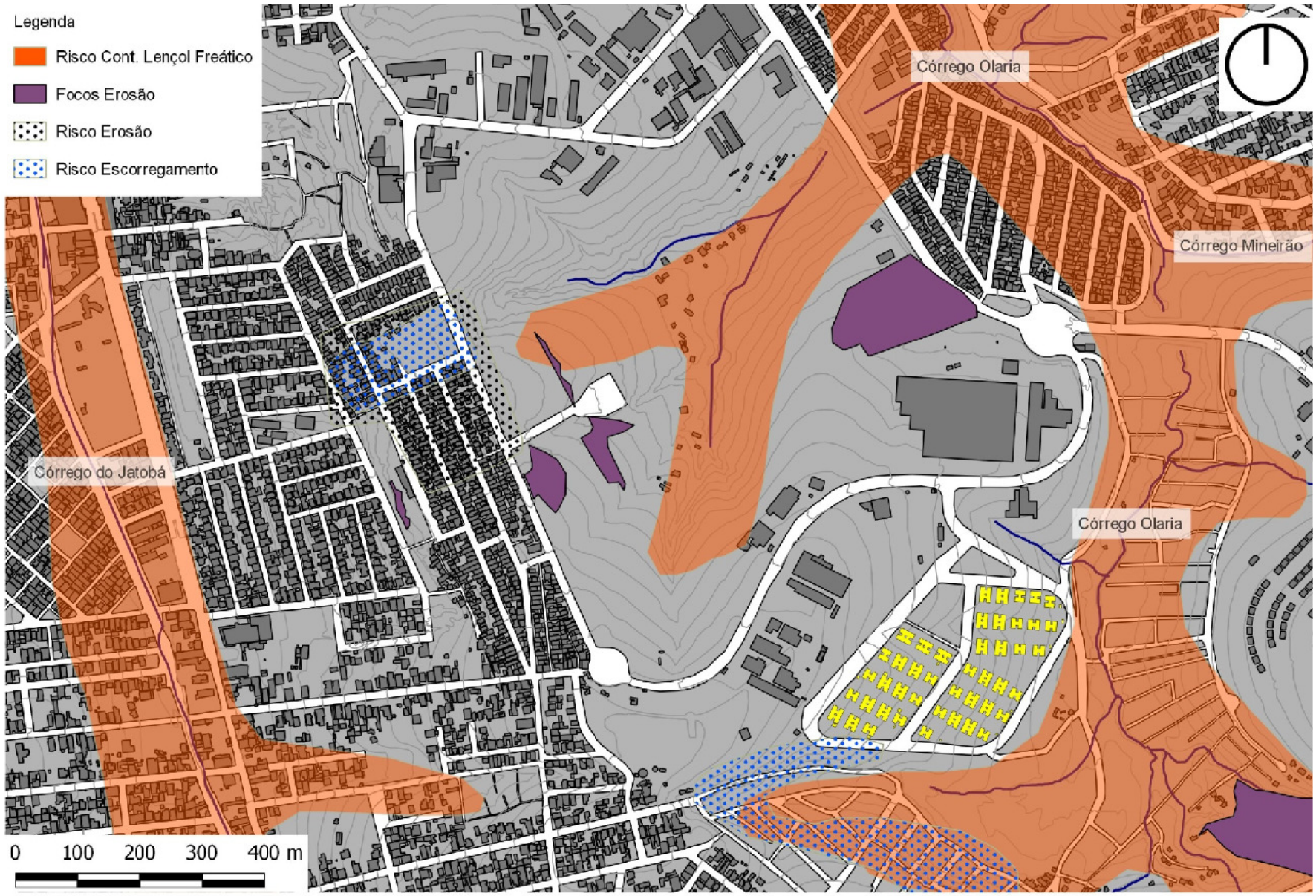


FIGURA 376 - Mapa de risco geológico do CH5 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

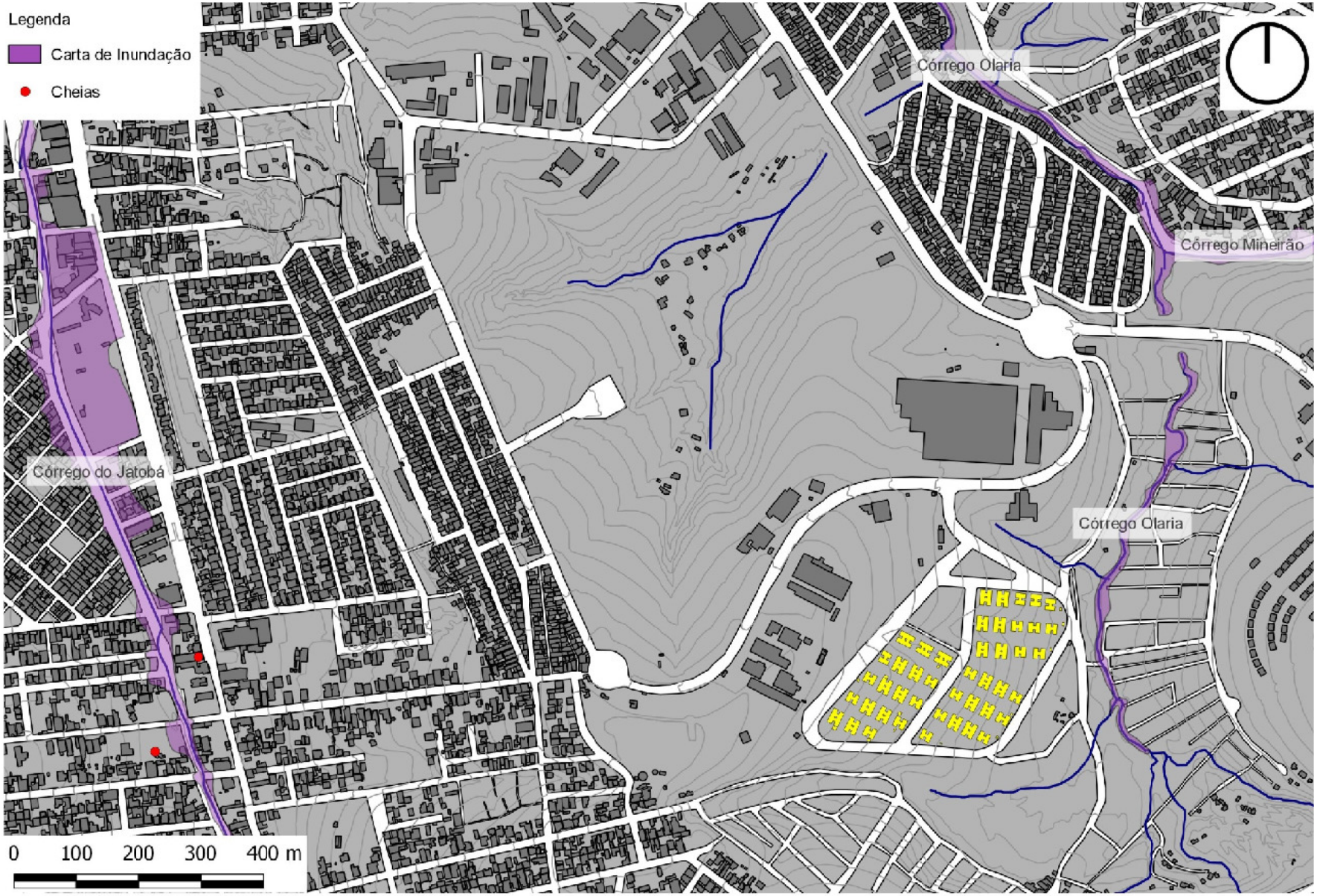


FIGURA 377 - Mapa de risco de alagamento do CH5 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.5.6 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECOOPOLÍTICA

A característica mais importante encontrada entre os moradores do conjunto Águas Claras está na altíssima vulnerabilidade social a que estão sujeitos, o que é gerado principalmente pela ação muito consolidada do tráfico de drogas. A forma como essa atividade tomou conta do território pode estar ligada à estrutura urbana do conjunto, desarticulada da cidade como uma ilha isolada do continente a não ser por um istmo, dificultando acessos e saídas de carros, mas essa hipótese precisaria de maior aprofundamento. Fato é que o grau de violência encontrado nesse local foi algo inesperado e trouxe uma série de novas direções e reflexões para a pesquisa. Chegar até os moradores foi algo bastante trabalhoso, já que toda e qualquer forma de articulação social para gestão dos blocos e do conjunto foi dissolvida pelos grupos que tomaram conta daquele território. A associação de moradores criada no início do conjunto acabou sendo desmontada e alguns de seus antigos membros que permaneceram no conjunto não têm nenhuma vontade de retomar o trabalho. Há vários desses antigos moradores que tem grande capacidade de articulação social, gozam de prestígio entre os demais moradores, mas não conseguem lutar contra a força que domina o conjunto. O grupo de assistentes sociais do VEASP que trabalha no conjunto tenta hoje rearticular socialmente os moradores promovendo reuniões e tentando organizar eleições para síndicos dos blocos, já que nem isso há em todos os prédios. Entretanto é um trabalho lento e cuidadoso que tenta conviver amigavelmente com o poder paralelo que domina o território hoje.

Fica claro que a maior falta de articulação social no conjunto está ligada de alguma forma à condição de suscetibilidade às injustiças socioambientais. Sem uma organização ecopolítica capaz de articular e engajar os moradores para tomar parte das lutas políticas em defesa do seu território, os moradores do conjunto tornaram-se vítimas do seu ambiente degradado e só podem contar com a ajuda das entidades de assistência social.

O mapa elaborado tomando como base as informações do OP mostra que não há obras da administração municipal, articuladas por meio desse instrumento de gestão da PBH desde os anos de 1990. Há dois empreendimentos na Vila Ecológica, um no bairro Petrópolis e nenhum próximo ao conjunto Águas Claras. Que pese o fato de que há de fato poucas melhorias de infraestrutura urbana a serem feitas no conjunto, assunto que normalmente domina as pautas do OP. Porém há vários serviços públicos e sociais que poderiam ser instalados na área do conjunto

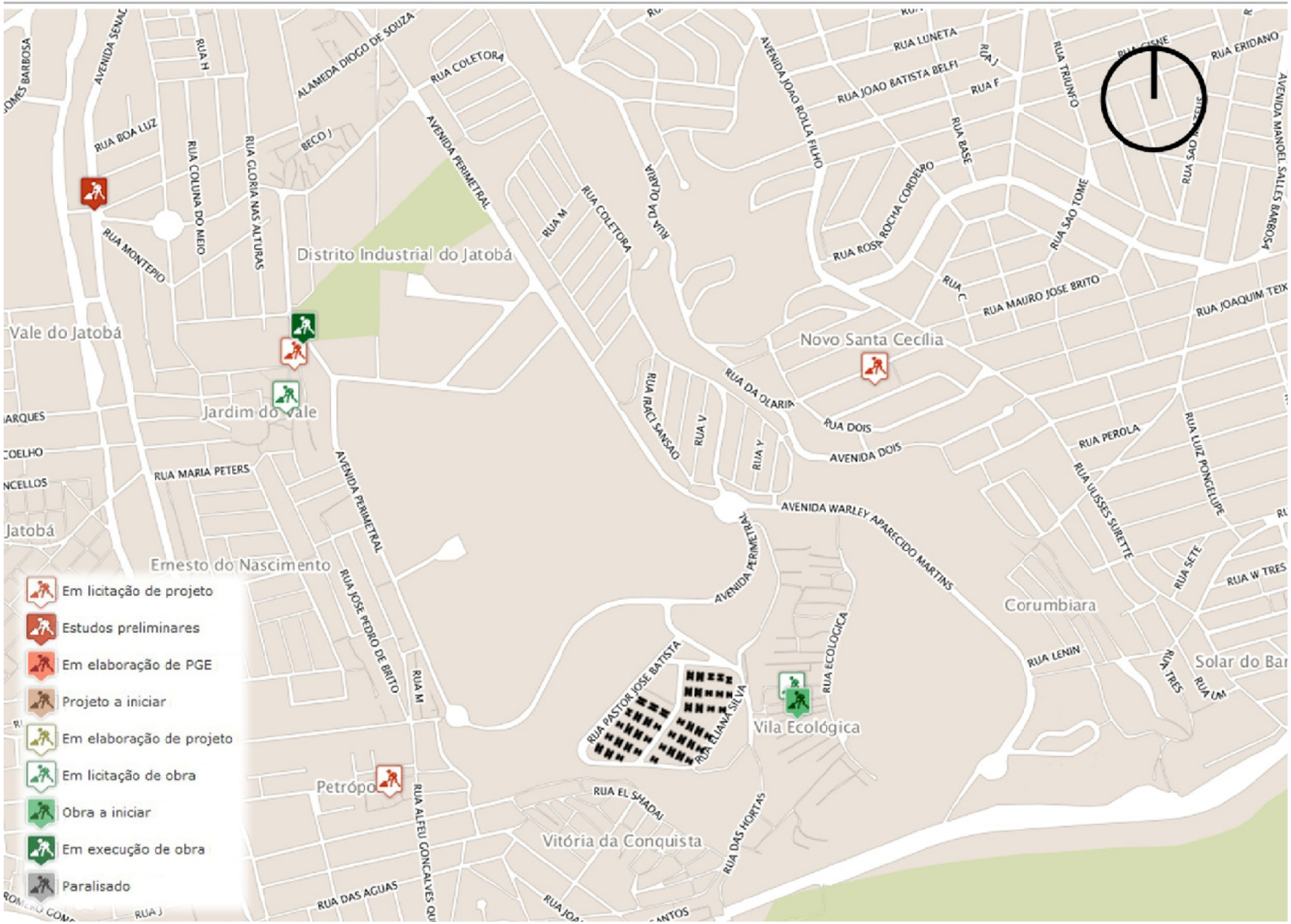


FIGURA 378 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH5 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.6 – CONJUNTO CONQUISTA DA UNIÃO



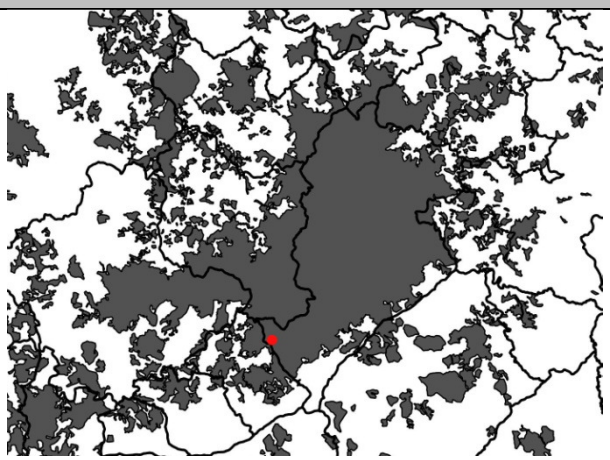
CH6	CONQUISTA DA UNIÃO
	CIDADE: BELO HORIZONTE REGIONAL: BARREIRO DATA (INAUGURAÇÃO): 1999 NATUREZA DO EMPREENDIMENTO: PÚBLICO AGENTE EMPREENDEDOR: URBEL/PBH

FIGURA 379 - Mapa de localização do CH6 na RMBH.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PDDI.



FIGURA 380 - Foto aérea do CH 6 (destacado em vermelho).
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor

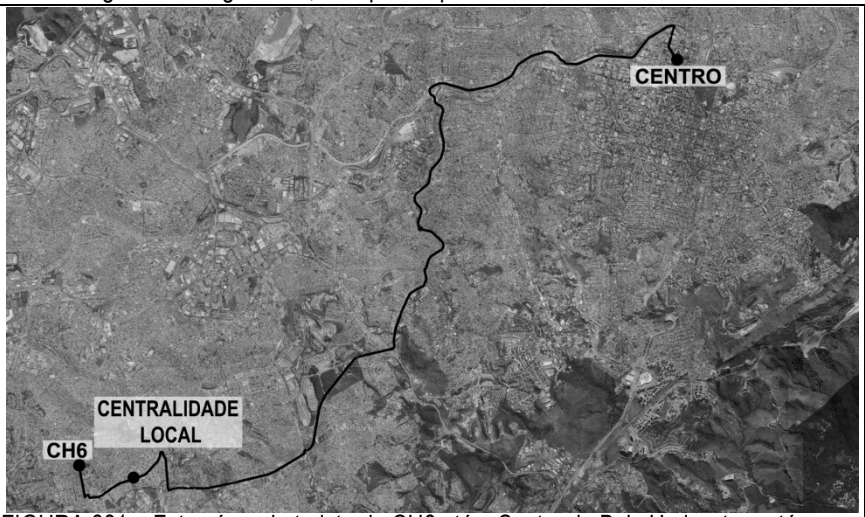


FIGURA 381 - Foto aérea do trajeto do CH6 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima.
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor.

DISTÂNCIAS

ATÉ O CENTRO

Praça Sete de Setembro
21,5 Km
TRAJETO:
Av. Nélio Cerqueira
Via do Minério
Anel Rodoviário
Av. Amazonas

ATÉ A CENTRALIDADE LOCAL MAIS PRÓXIMA

Rua Júlio Mesquita
0,7 kM



FIGURA 382 – Mapa da situação urbana do CH6 (área de análise). Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

O conjunto Conquista da União recebeu esse nome dos seus primeiros moradores como uma forma de apropriação simbólica do seu espaço de moradia, alterando o nome oficial dado pela URBEL para o assentamento, Conjunto Tirol. O nome alterado faz referência à história de luta por moradia dos seus moradores iniciais, oriundos de áreas de remoção e alguns pertencentes a grupos organizados de sem-teto. O grupo de famílias que foi instalado no conjunto se uniu, antes, ao longo do processo de reivindicação por moradias junto à PBH/URBEL durante década de 1990, e permaneceu unido depois, acompanhando todo o processo de construção do conjunto entre 1998 e 1999 e nos seus primeiros anos. Antes mesmo da inauguração já havia uma associação de moradores legalmente constituída, fato que atesta o nível de organização social criado entre as famílias pioneiras do conjunto. A história das relações sociais entre esse grupo de famílias, no entanto, acabou tomando outros rumos, como se verá a seguir, e hoje o nome do conjunto restou como uma lembrança para os moradores originais que ali permaneceram.

5.6.1 – CARACTERIZAÇÃO DA BORDA

A borda urbana onde foi construído o conjunto Conquista da União faz parte da região do Barreiro assim como os quatro conjuntos mostrados anteriormente, mas encontra-se numa situação bastante distinta dos demais. Ao contrário deles, todos situados na franja sul da região, esse conjunto foi construído no limite noroeste, num ponto onde há uma divisa municipal quádrupla entre Belo Horizonte, Ibirité, Contagem e Betim. Essa área já se encontrava relativamente consolidada no registro fotográfico de 1989, há vinte e cinco anos atrás. Nela é possível perceber os bairros praticamente em sua conformação atual, orientados principalmente a partir da av. Nélio Cerqueira e rua Júlio de Mesquita, vias que constituíam o caminho para Ibirité. É possível perceber no registro de 1989 três grandes áreas não ocupadas nesse território: uma ao norte, próxima da linha de trem, outra menor, no centro, e uma grande área ao sul, contígua à av. Nélio Cerqueira. No registro seguinte, de 1994, a primeira delas já aparece ocupada. Na próxima foto, de 2002 também essas duas outras áreas já aparecem ocupadas. A área central, de menores dimensões, ocupada entre 1994 e 2002 corresponde ao conjunto Conquista da União.

O conjunto foi construído em parte de uma chácara que havia ficado isolada no meio do bairro Itaipu[1], o qual já se encontrava relativamente bem consolidado à época (final dos anos de 1990). A área foi desapropriada pela prefeitura e serviu para abrigar duzentas e oitenta UHs com uma proposta de implantação bastante adensada (A demanda do grupo de famílias era de duzentas e setenta e cinco unidades). A chácara que ocupava aquele lugar tinha várias jabuticabeiras e um córrego de águas limpas correndo no fundo, segundo relato dos primeiros moradores[2].

[1] O Bairro Tirol, que deu o nome original ao conjunto não é o bairro onde ele está inserido. O Conjunto fica, oficialmente a cerca de seiscentos metros do bairro Tirol, que começa na av. Bráulio Gomes Nogueira.
[2] Informações e depoimentos sobre a história do conjunto obtidos no site "Favela é isso aí", no site <http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades_mostra.php?cod=11> Acessado em 27/12/2013.



FIGURA 383 – Foto aérea do CH6 em 1989. Fonte: PBH.



FIGURA 384 – Foto aérea do CH6 em 1994. Fonte: PBH.



FIGURA 385– Foto aérea do CH6 em 2002. Fonte: Google Earth.



FIGURA 386– Foto aérea do CH6 em 2006. Fonte: Google Earth.

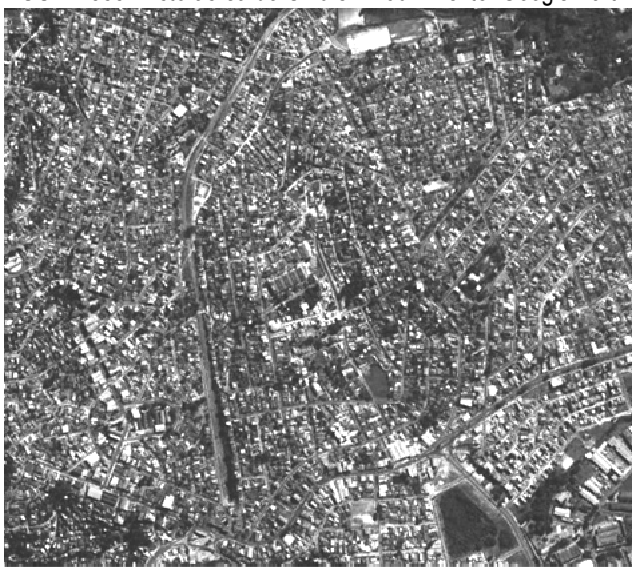


FIGURA 387– Foto aérea do CH6 em 2009. Fonte: Google Earth.

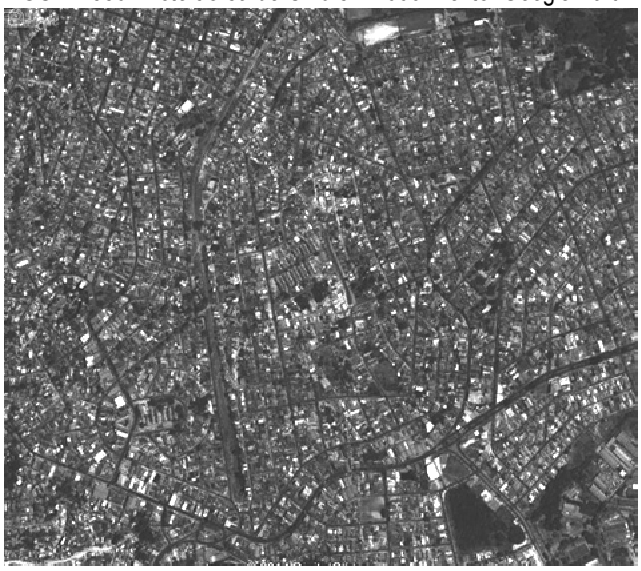


FIGURA 388– Foto aérea do CH6 em 2013. Fonte: Google Earth.

A construção do conjunto aconteceu na mesma época da canalização desse córrego, o que pode ser inferido pela comparação entre fotos aéreas. A cerca de oitocentos metros de distância de onde foi implantado, termina a mancha urbana e começa uma grande área já no município de Ibirité não urbanizada por ser ocupada por um clube particular (Túnel Clube).

A borda urbana pode ser considerada como pouco dinâmica, já que sua conformação atual, considerando o sistema viário, a infraestrutura urbana e a ocupação, está estável há pelo menos dez anos. O bairro Itaipu onde o conjunto se localiza tem sua conformação baseada principalmente num sistema de ruas estreitas, descontínuas, organizadas morfologicamente em função do córrego Camilo Nogueira e em ocupações unifamiliares horizontais e mistas. O limite aqui, tanto ao sul como a oeste, é sempre definido como fronteira (*Grenze*), já que a conurbação Belo Horizonte-Ibirité é antiga e as áreas não urbanizadas que confrontam as bordas urbanas são áreas particulares remanescentes, como o Túnel Clube, não permitindo atravessamentos livres. Não há também situações em que as áreas urbanizadas e as áreas não urbanizadas se interpenetram.

5.6.2 – PERFIL DOS MORADORES

Os dados da PBH sobre renda familiar média por bairro consideram o conjunto Conquista da União junto com a maior parte do bairro Itaipu, o que dilui o perfil dos seus moradores no contexto do bairro. Isso significa que além do conjunto, estão incluídos nessa caracterização de renda familiar tanto as habitações unifamiliares das quadras do entorno do conjunto, como também o assentamento autoconstruído no final da rua Vinhedo. Assim, é possível inferir que essa caracterização permaneça válida para caracterizar os moradores do conjunto, já que eles teoricamente devem estar na faixa média entre esses três grupos. Segundo esses dados, há maiores contingentes nesse "bairro" nas três faixas de renda mais baixa 0 a 0,5, 0,5 a 1 e 1 a 2 salários mínimos (classe E) e também da faixa de renda entre 2 e 5 salários mínimos (classe D).

Já os dados do IBGE conseguem definir melhor o conjunto Conquista da União, já que há um setor censitário somente para o conjunto. Em relação à raça, em números absolutos, há mais pardos e negros no conjunto do que no seu entorno, mas há um número de brancos equivalente aos setores censitários vizinhos. Em termos de distribuição percentual das raças no conjunto, há mais pardos, muito mais negros e a metade do índice percentual de brancos em relação às médias percentuais do município e do país.

Em números absolutos há mais jovens e adultos no conjunto do que no seu entorno, mas há um número de crianças e idosos compatível com as áreas urbanas vizinhas. Na distribuição percentual é possível perceber que há índices de crianças e adultos entre os moradores próximos das médias nacional e municipal, mas há um pouco mais de jovens e um pouco menos de idosos entre os moradores do conjunto na mesma comparação.

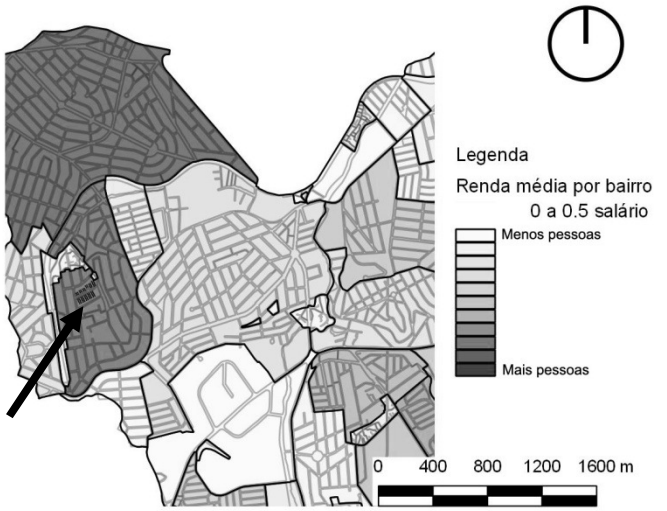


FIGURA 389 – CH6: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

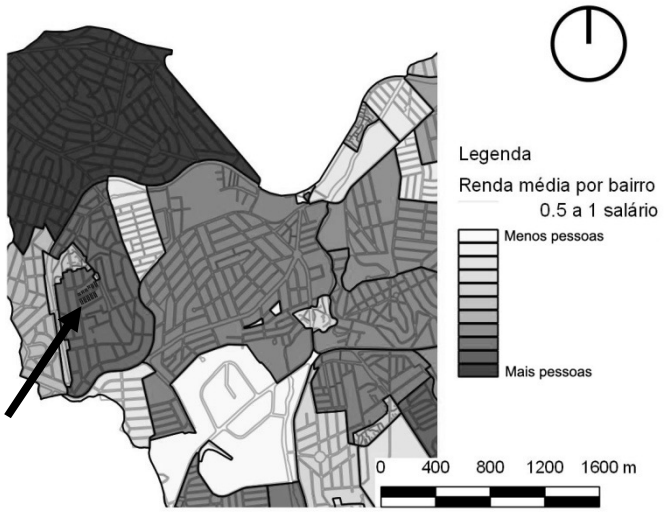


FIGURA 390 – CH6: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

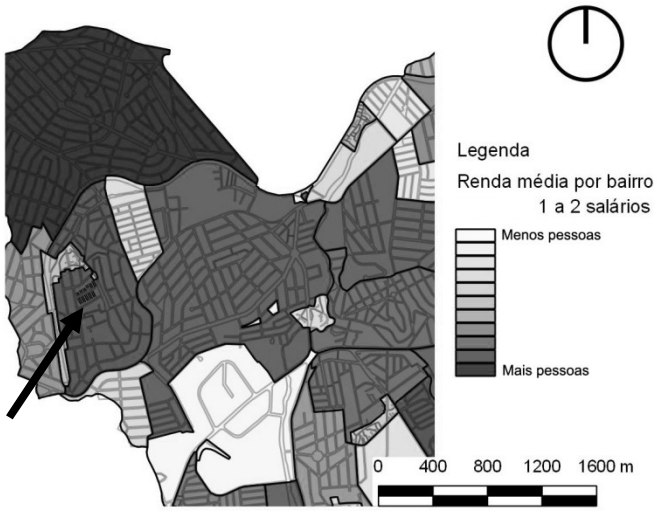


FIGURA 391 – CH6: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

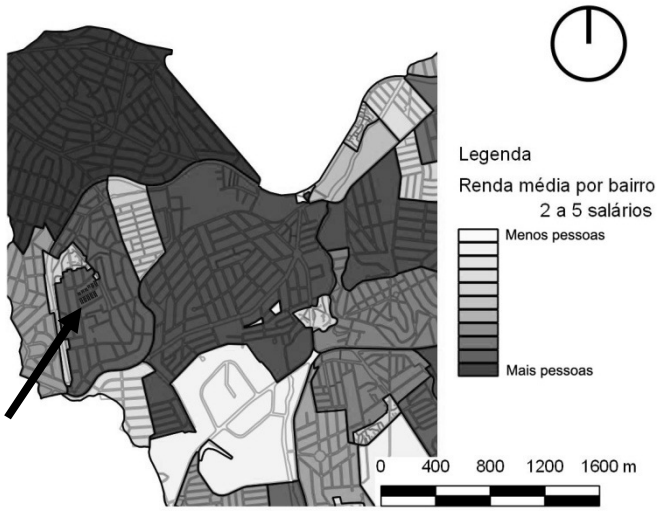


FIGURA 392 – CH6: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

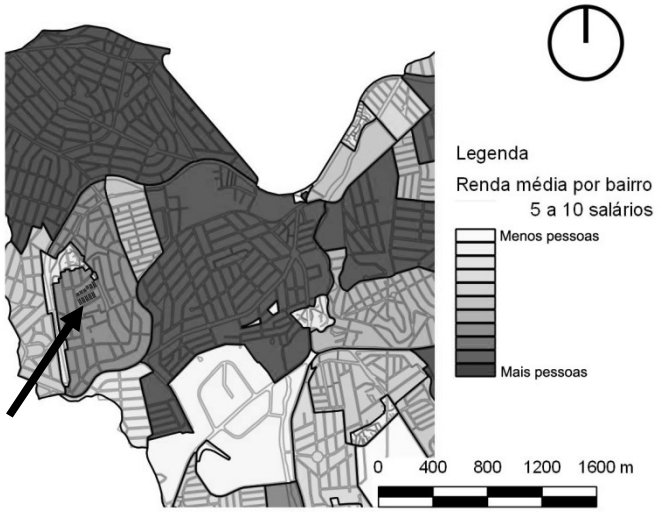


FIGURA 393 – CH6: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

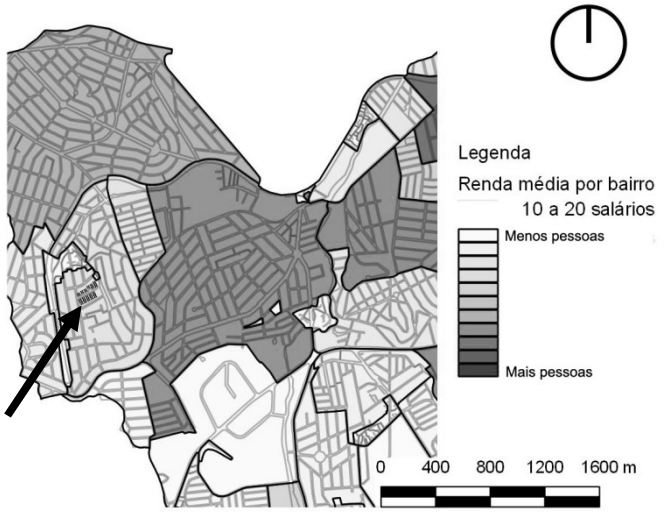


FIGURA 394 – CH6: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 395 – CH6: mapa com a população de raça parda por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor

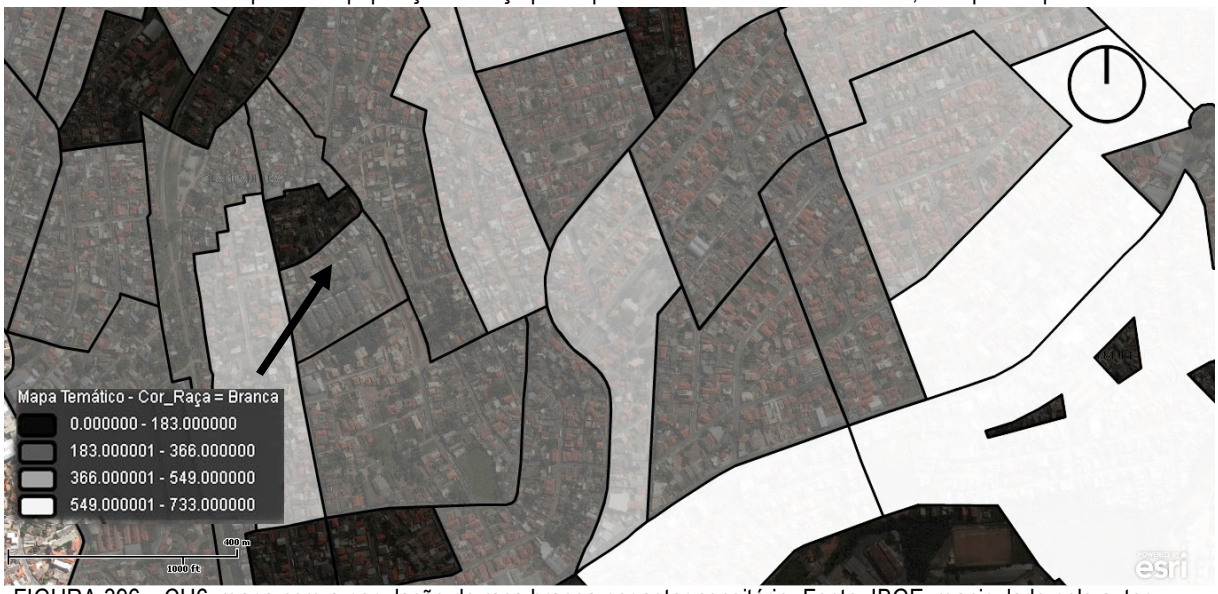


FIGURA 396 – CH6: mapa com a população de raça branca por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

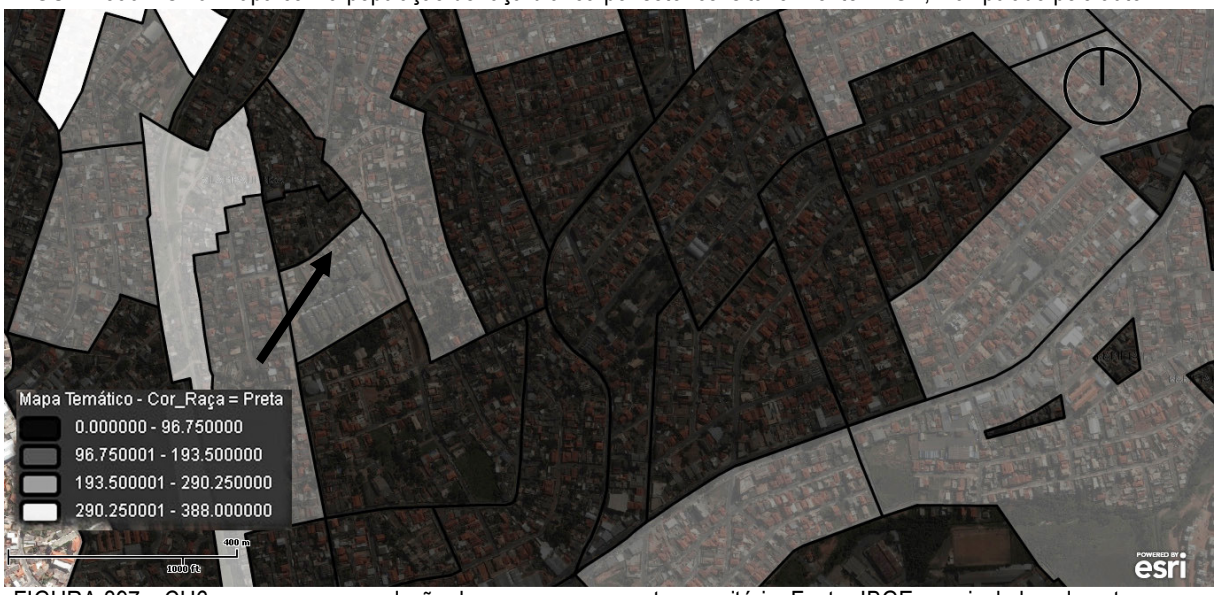


FIGURA 397 – CH6: mapa com a população de raça negra por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

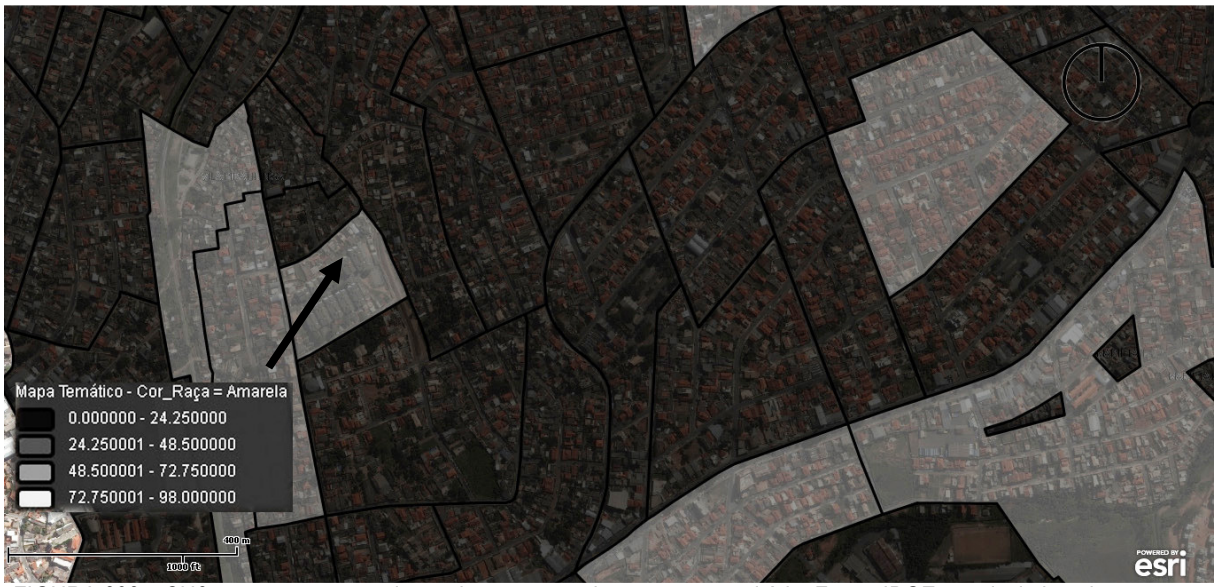


FIGURA 398 – CH6: mapa com a população de raça amarela por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

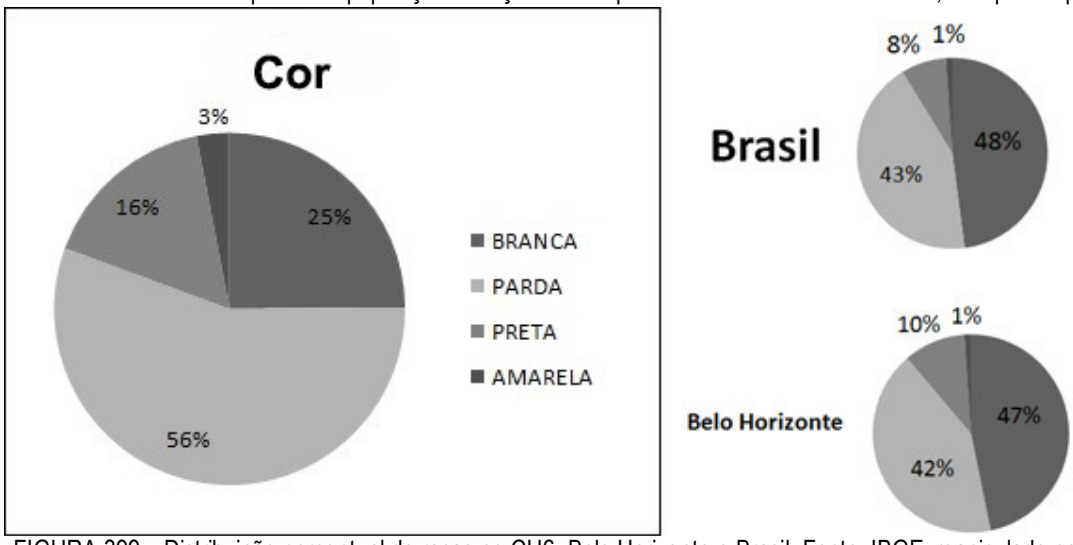


FIGURA 399 – Distribuição percentual de raças no CH6, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

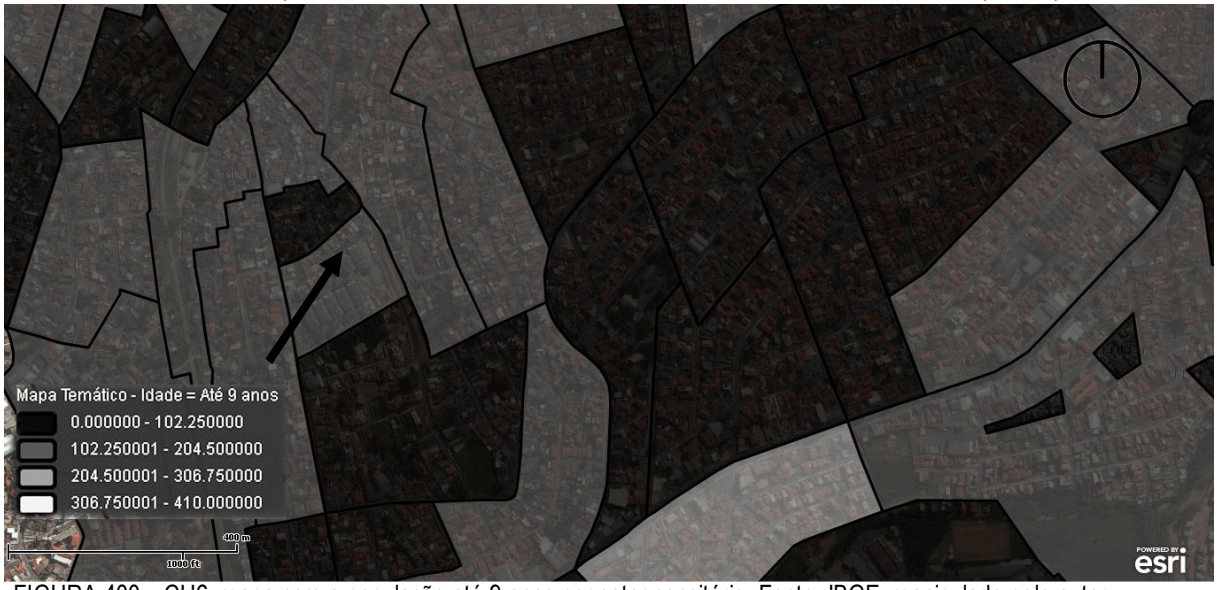


FIGURA 400 – CH6: mapa com a população até 9 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

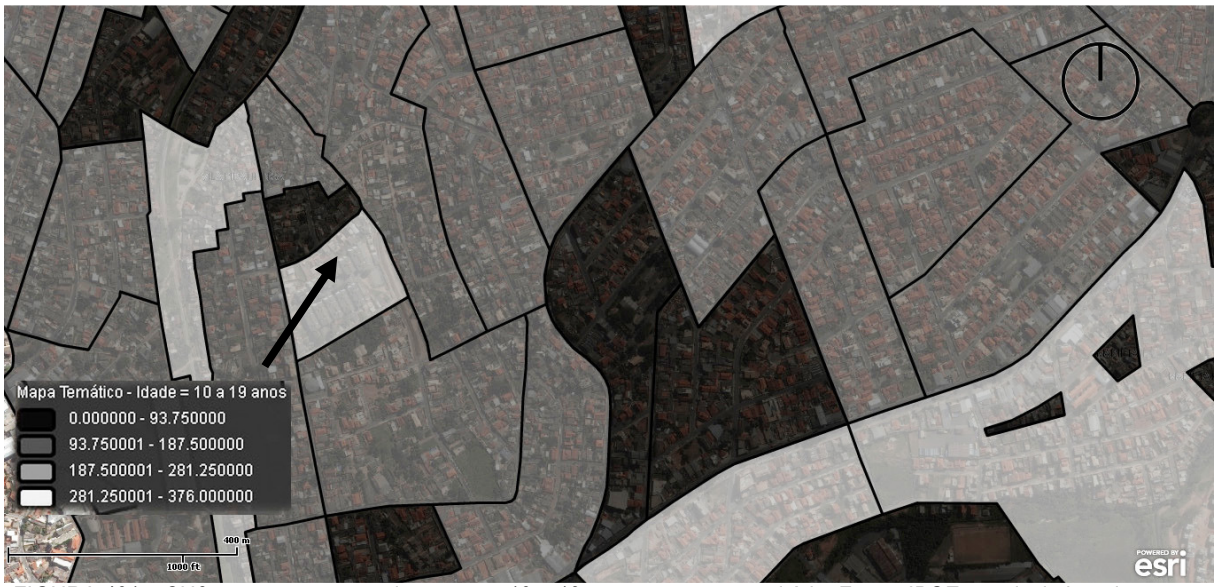


FIGURA 401 – CH6: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 402 – CH6: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 403 – CH6: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

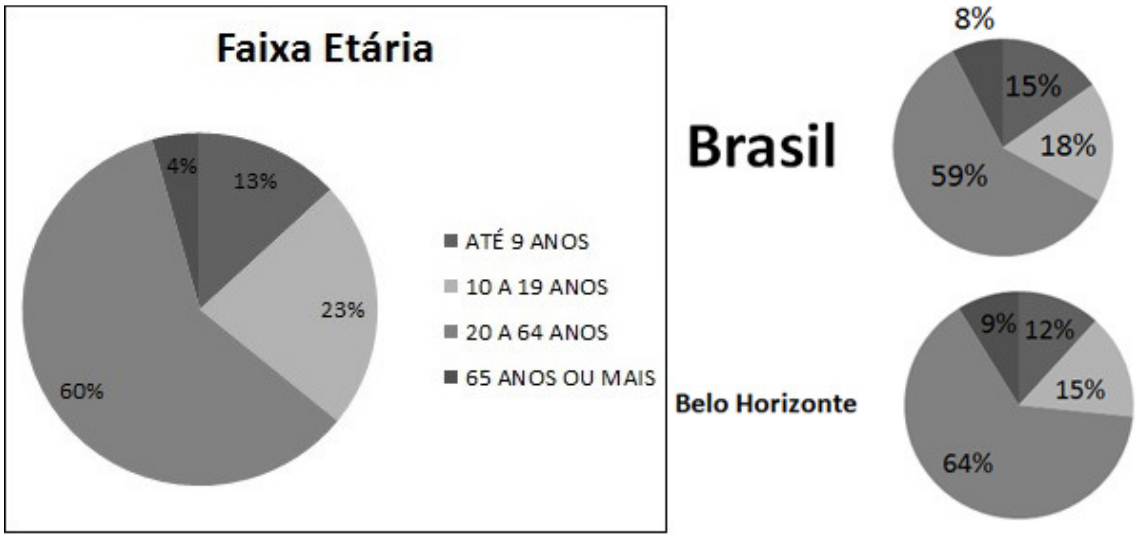


FIGURA 404 – Distribuição percentual de faixas etárias no CH6, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

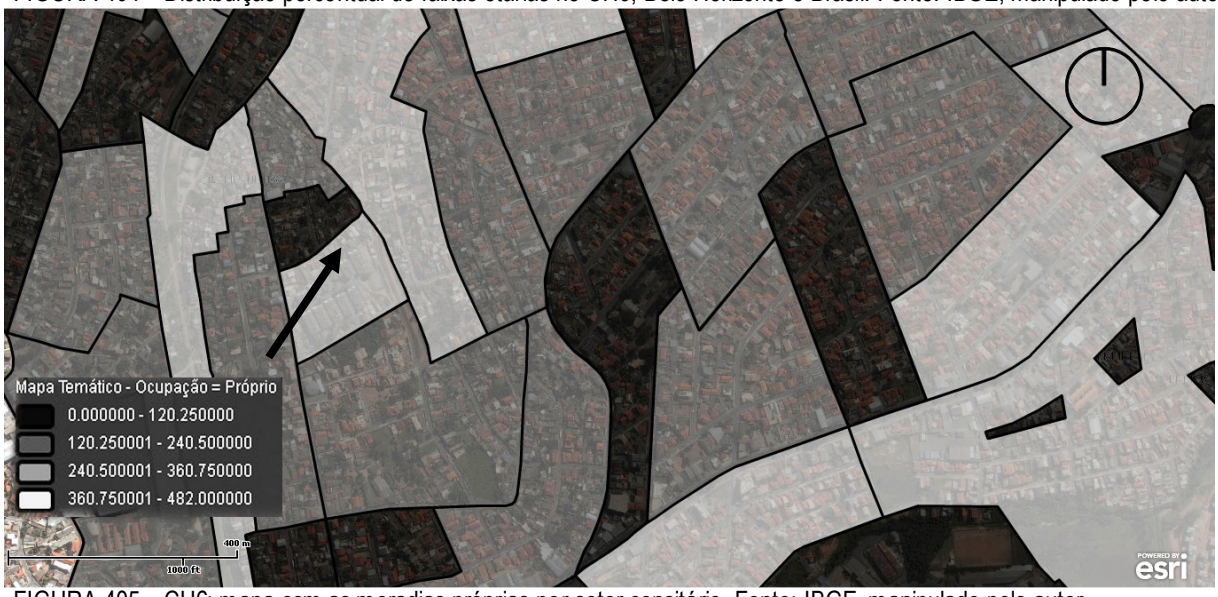


FIGURA 405 – CH6: mapa com as moradias próprias por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 406 – CH6: mapa com as moradias alugadas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

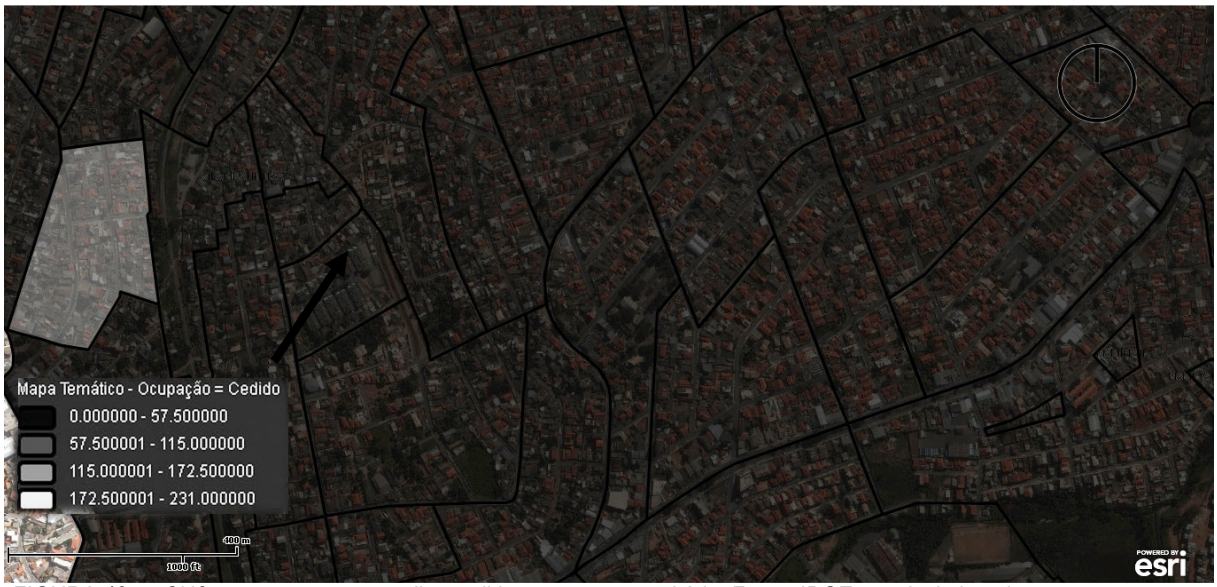


FIGURA 407 – CH6: mapa com as moradias cedidas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

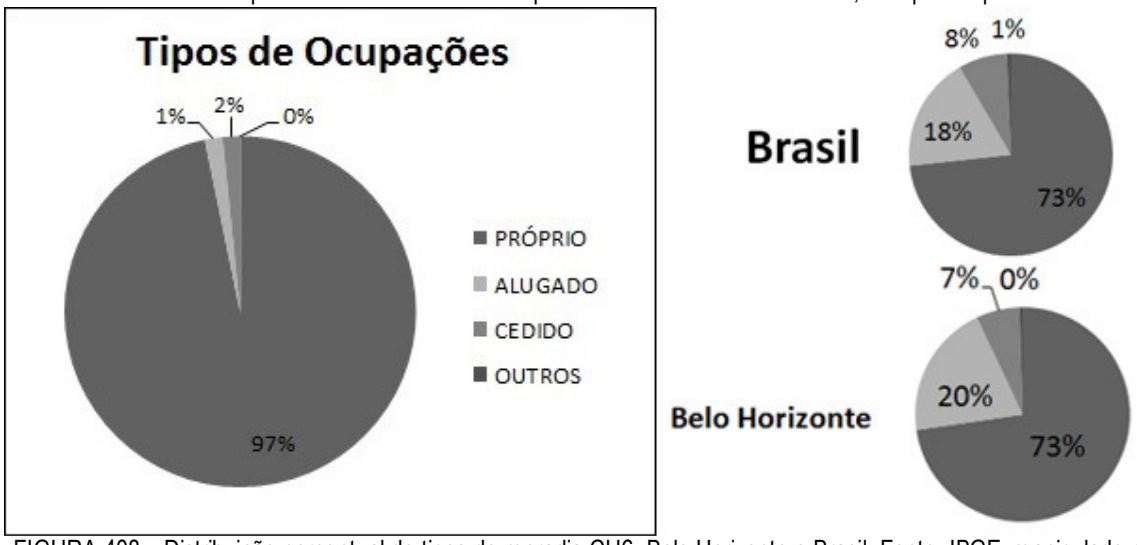


FIGURA 408 – Distribuição percentual de tipos de moradia CH6, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

Em relação ao tipo de ocupação das UHs, os dados do IBGE mostram que no conjunto há mais moradias próprias e menos moradias alugadas do que nos setores vizinhos. Há poucas moradias cedidas, assim como no entorno. A comparação da distribuição percentual mostra um número de moradias próprias altíssimo em relação às medias do município e do país, reflexo da história das famílias que formaram o conjunto desde o início. Quase todas as moradias foram consideradas no censo 2010 como próprias. Esse dado foi confirmado nas conversas com os moradores. Não foram encontradas, talvez por isso mesmo, UHs do conjunto Conquista da União a venda no mercado formal de imóveis.

5.6.3 – ESTRUTURA INTRAURBANA

A condição da estrutura intraurbana do conjunto Conquista da União é bastante particular entre os nove conjuntos analisados, já que é o único caso em que a implantação de um conjunto habitacional pôde aproveitar a estrutura urbana existente dos bairros do entorno e praticamente não precisou inserir uma nova estrutura nesse contexto. A visita de campo encontrou uma condição de infraestrutura urbana muito boa nos poucos metros lineares de espaço urbano do conjunto. A simplificação do desenho urbano proposta para este conjunto certamente facilitou a sua construção e manutenção em relação à infraestrutura urbana.

QUADRO 18 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH6

Infraestrutura	Verificação	Condição de funcionamento
Sistema de água	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema de esgoto	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema de drenagem	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema energia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema telefonia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Iluminação pública	Implantado em todas as áreas	Insuficiente em alguns trechos arborizados.
Vias urbanas	Implantado em todas as áreas	Bom estado geral no pequeno trecho – rua A. A rua não tem saída e termina num martelo (área manobra).
Calçadas	Implantado em todas as áreas	Estado ruim.
Arborização urbana	Implantado em todas as áreas	Vários canteiros vazios. Há algumas árvores de porte médio.
Mobiliários urbanos	Implantado em todas as áreas	Bancos de concreto e pontos de ônibus.

Foram encontradas condições bastante precárias de infraestrutura urbana nos fundos do conjunto, ao longo da rua trinta e dois. A via parece resultado de uma urbanização parcialmente implantada, já que não há calçamento em nenhum dos dois lados. Não foi possível verificar nos levantamentos de campo a presença das redes interceptoras em função do estado da vegetação no local. Há postes com linhas de energia e telefonia e iluminação pública na rua trinta e dois.

O conjunto Conquista da União foi implantado no meio de um bairro que já existia anteriormente. Mesmo estando a poucos metros do fim da cidade, o conjunto se beneficiou enormemente do fato de ter sido implantado dentro de uma estrutura urbana já minimamente consolidada. Isso é perceptível principalmente em relação à qualidade e vitalidade urbana que ele possui hoje. Além disso, o conjunto teve a sorte de estar ligado exatamente à rua Vinhedo, a via que faz a função de coletora em toda a parte ocidental do bairro Itaipu e, por isso mesmo, concentra o seu comércio local, mesmo que bastante incipiente. Ao longo dos seus quase novecentos metros, há duas padarias, vários bares, duas mercearias, dois salões de beleza. Além do comércio, a rua Vinhedo tem uma igreja católica e quatro templos evangélicos, sendo que esses últimos utilizam espaços comerciais. O tipo arquitetônico mais

encontrado ao longo da rua é o de uso misto, com o comércio em baixo, com duas ou três portas no nível do passeio e a habitação em cima, normalmente com uma varanda sobre o comércio.

Oficialmente a rua Vinhedo é uma rua local e é a rua Águas de Lindóia, paralela a ela, que tem o status de rua principal do bairro, classificada na Lei de Uso e Ocupação do Solo como via arterial (Belo Horizonte, 1996), mesmo apesar de ser uma via sem saída e de ter a largura de uma viela, ladeada pela Vila Piratininga. Na prática é a rua Vinhedo e não a rua Águas de Lindóia que faz a função de articulação urbana do bairro, concentrando o comércio e o fluxo dos ônibus, até porque tem largura suficiente para isso, com trânsito em mão e contramão. Não foram localizados nas visitas de campo, nas ruas do entorno, serviços públicos de saúde e educação. O conjunto possui uma quadra e uma área de lazer em volta, em sua parte baixa, próximo ao córrego Camilo Nogueira. Além dessa quadra, não foram localizados nas visitas outros equipamentos públicos de lazer e esportes.

A fala dos moradores [3] confirma as impressões obtidas no levantamento de campo em relação à parte central do conjunto. Eles não relataram problemas relacionados às redes de drenagem, esgoto, água, energia e telefonia nos quase quinze anos de idade do conjunto. Os moradores reconheceram a qualidade ruim das calçadas da rua A, mas segundo eles isso se deve ao fato de que os moradores não conseguem arcar com os custos da manutenção desses pisos. Segundo eles, como nem todos os moradores se dispõem a participar do rateio de despesas desse tipo, essas questões ficam deixadas de lado.

Curioso foi perceber que os problemas de infraestrutura urbana relativos à rua trinta e dois não foram considerados pelos moradores como questões relativas ao conjunto. Para eles "quem sofre é o pessoal lá de baixo".

A entrevista com os moradores, nos aspectos relacionados à qualidade urbana do conjunto Conquista da União e seu entorno revelou que o levantamento de campo criara uma impressão melhor do que a realidade, pelo menos do ponto de vista de quem mora ali. Para os moradores entrevistados, o comércio da rua Vinhedo é insuficiente para atender às suas necessidades. Eles reclamaram da falta de farmácias, sacolões (hortifrutis), supermercados e lotéricas. É preciso, segundo eles, ir até as ruas Júlio de Mesquita e Bráulio Gomes Nogueira, andando mais de um quilômetro, para conseguir chegar a um desses estabelecimentos, o que não é fácil dependendo da hora e carregando sacolas. Os moradores disseram ainda que a quadra construída pela PBH em 2002 é pouco usada pelos moradores e que deveria haver uma área de lazer para as crianças. Reclamaram ainda da falta de um equipamento comunitário que poderia ocupar a área na entrada do conjunto que ficou vazia. Os moradores consideraram que o serviço prestado pelo Centro de Saúde do Jatobá, que os atende, é de boa qualidade, mas faltam médicos às vezes, segundo eles. As escolas da região são de boa qualidade e há muitas opções, segundo o relato

[3] Entrevista completa com os moradores: ver anexo 6.1.

dos moradores, mas elas ficam muito distantes do conjunto, obrigando o uso do ônibus, e consequentemente aumentando as despesas das famílias.

Curiosamente os moradores reclamaram muito do serviço de Correios. Segundo eles é impossível receber uma correspondência no conjunto. Deve haver um problema qualquer no cadastramento dos endereços de cada bloco, que gera as confusões a que se referiram os moradores. O ponto de maior reclamação foi o transporte público. Os moradores ficaram muito irritados ao falar sobre o sistema de transporte que os obriga sempre a ir até a estação Diamante e estação Barreiro. Somando os tempos de espera no ponto e nas estações, eles relataram que o trajeto até o Centro da cidade passou a gastar o dobro do tempo de antigamente (antes da implantação do sistema tronco-alimentador pela BHTRANS). Alguns moradores disseram que preferem andar quase um quilômetro até a rua Júlio de Mesquita, onde passam linhas que vão direto para o Centro de Belo Horizonte, do que fazer uso das estações do Barreiro.

QUADRO 19 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH6

Área	**Aspectos**	**Principais pontos da fala dos moradores**
Infraestrutura Urbana	Sistema abastecimento água	Nunca houve problemas
	Sistema esgoto	Nunca houve problemas
	Sistema drenagem	Nunca houve problemas
	Sistema energia	Nunca houve problemas
	Sistema telefonia	Nunca houve problemas
	Iluminação pública	È satisfatória
	Pavimentação vias	A prefeitura realiza manutenção periódica
	Calçadas	Os moradores não conseguem manter as calçadas
Qualidade Urbana	Comércio	O comércio de maior porte fica a um quilômetro
	Serviços Saúde	Centro de Saúde do Jatobá é bom mas falta médico
	Serviços de Educação	Há boas escolas mas todas muito distantes
	Espaços de Lazer e esportes	A quadra construída em 2002 não é usada Falta uma área de lazer para crianças A área aberta na entrada do conjunto é desperdiçada
	Serviço de varrição/capina	Não é realizada com frequência
	Transporte público e mobilidade	Há apenas uma linha com dois carros É necessário ir até as estações do Barreiro
	Outras questões	Serviço de entregas dos Correios não funciona È impossível receber cartas ou encomendas postais

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

Os dados da PBH sobre a infraestrutura urbana mostram poucas informações novas em relação ao que foi visto em campo e dito pelos moradores. O mapa com o sistema de esgoto e água mostra que, como se esperava, há redes interceptoras ao longo do córrego Camilo Nogueira e também do córrego do Túnel do qual ele é tributário. O mapa mostra ainda que as redes interceptoras são as únicas redes de esgoto na Vila Piratininga, vizinha ao conjunto Conquista da União e que, ao contrário, no caso das redes de abastecimento de água, elas estão presentes em todas as vielas. A rede de água não tem continuidade na rua trinta e dois, segundo o mapa, o que pode ser fruto da sua condição de ocupação ainda incipiente. O mapa com o sistema de energia e telefonia mostra que todas a rua A e todas as ruas do bairro Itaipu estão abastecidas. A Vila Piratininga tem essas redes inclusive nas vielas. Por fim, o mapa com os dados relativos à pavimentação de vias e calçadas confirma a realidade vista no levantamento de campo: mostra que há pavimentação em vias e calçadas em todo o bairro Itaipu, incluindo a rua A, mas também mostra que a via criada dos dois lados da canalização do córrego Camilo Nogueira, a rua trinta e dois, ainda não havia sido pavimentada no trecho em que passa próximo ao conjunto Conquista da União.

Os dados da PBH trazem algumas informações importantes a respeito da qualidade urbana do conjunto Conquista da União que não estavam presentes nem no levantamento de campo nem na fala dos moradores. Em primeiro lugar, o mapa com os serviços de educação e saúde púbicos mostra o centro de saúde do Jatobá que atende os moradores do conjunto e que funciona anexo à E.M. Carmo Giffoni e outro, não citado pelos moradores, no bairro Túnel de Ibirité. O mesmo mapa também mostra uma creche conveniada com a PBH na rua Vinhedo e pelo menos outras cinco na área recortada para a análise urbana. O mapa mostra ainda as escolas citadas pelos entrevistados e ainda algumas outras, num total de seis escolas, o que confirma a primeira parte da opinião dos moradores, sobre existirem várias opções de escolas na região. A duas mais próximas do conjunto são a E.E. Carmo Giffoni e a E.E. João Paulo I, ambas no Jatobá do outro lado da linha de trem. Na direção contrária, um pouco mais distantes estão a E.M. Helena Antipoff, no Tirol e a E.M. Antônio Salles Barbosa, no bairro Túnel de Ibirité. Já bem mais distantes ficam a E.M. Vinícius de Moraes e a E.E. Ministro Alfredo de Vilhena Valladão, ambas no Tirol, próximas à av. Nélio Cerqueira. As duas primeiras ficam a aproximadamente setecentos metros do conjunto e as duas últimas a aproximadamente dois quilômetros e meio do conjunto. Isso confirma a segunda parte da opinião dos moradores, sobre as escolas serem distantes do conjunto. Duas das escolas ficaram acima da média municipal na última avaliação do IDEB para o ensino fundamental I, uma escola ficou praticamente na média e duas ficaram cerca de um ponto abaixo da média – uma não foi avaliada. No ensino fundamental II, duas escolas ficaram acima da média municipal, uma ficou na média e duas ficaram bem abaixo. Considerando os resultados em conjunto e principalmente levando-se em conta os resultados obtidos no ensino fundamental I, pode-se dizer que a terceira parte da afirmação dos moradores, a de que as escolas são boas, também é verdadeira.

TABELA 11 – Avaliação das escolas públicas na área do CH6

Nome da Escola	Abrangência	Avaliação do IDEB (2011)			
		FUNDAMENTAL I		FUNDAMENTAL II	
		Média escola	Média da cidade	Média da escola	Média da cidade
E.E. João Paulo I	Fund. I, Fund. II, Ens. Médio.	-**	-	4,2	4,2
E.E. Carmo Giffoni	Fund. I,	4,9	5,8	-**	-
E.M. Antônio Salles Barbosa	Fund. I, Fund. II.	5,6	5,8	4,6	4,2
E.M. Helena Antipoff	Fund. I, Fund. II, EJA.	6,2	5,8	1,6*	3,9*
E.M. Vinicius de Moraes	Fund. I, Fund. II, EJA.	6,6	5,8	4,5	4,2
E.E. Ministro Alfredo de Vilhena Valladão	Fund. I, Fund. II, Ens. Médio, EJA.	4,8	5,8	2,5	4,2

*Não houve avaliação em 2011. As notas correspondem ao IDEB de 2009.
** Não houve avaliação
Fonte: Base de dados do INEP (Prova Brasil 2011). Acessado através do site <www.escol.as> em 04/11/2013.

A situação do Centro de Saúde do Itaipu/Jatobá confirma a fala dos moradores quanto à qualidade do atendimento. Há um número adequado de equipes em relação ao território atendido. Os dados da SMSA mostram também que o território não possui famílias na faixa de risco "muito elevado".

TABELA 12 – Avaliação do centro de saúde na área do CH6

Centro de Saúde	População Total (Censo 2010)	Distribuição da Pop. Total por Faixa de Risco (IVS)				População Total Cadastrada	No. ESF	
		ME	EL	MD	BA		Hoje	Ideal
Itaipu/Jatobá	9.859	0	4.788	5.071	0	11.915	3	3

Dados fornecidos pela Gerência de Assistência/SMSA/PBH
ME: Risco Muito Elevado; EL: Risco Elevado; MD: Risco Médio; BA: Risco Baixo. ESF: Equipes de Saúde da Família.
Hoje: no. de ESF atendendo segundo a SMSA. Ideal: no. de ESF estabelecido pelo planejamento municipal.

O mapa com os dados da PBH sobre equipamentos de lazer e esportes mostra a quadra dentro do conjunto, próxima do córrego Camilo Nogueira, e outra provavelmente implantada na mesma época, nas obras de canalização do córrego do Túnel, sob a rua do Brás. As demais quadras e áreas de lazer estão em equipamentos particulares ou dentro das escolas. Não há praças com equipamentos de lazer e esportes no bairro Itaipu. O mapa com os dados sobre o sistema de transporte mostram vários percursos dentro do bairro Itaipu, mas que na verdade correspondem todos a uma só linha, que passa por muitas ruas do bairro vai até a estação Barreiro e volta. Os próprios moradores reclamaram que o itinerário dá muitas voltas dentro do bairro, o que parece se confirmar no mapa. As linhas intermunicipais indicadas no mapa não foram identificadas nas visitas de campo nem foram citadas pelos moradores. Por isso, parecem estar indicadas equivocadamente. O mapa de usos mostra corretamente que o comércio mais significativo se concentra na rua Júlio de Mesquita e nas av. Nélio Cerqueira e Bráulio Gomes Nogueira, mas não mostra quase nenhum uso misto ou comercial na rua Vinhedo. A invisibilidade do comércio da

rua Vinhedo para a PBH indica que essa atividade comercial ou é muito recente, ou constitui em grande parte de maneira informal, ou ainda as duas coisas juntas.



FIGURA 409 – CH6 visto da rua Vinhedo.
Fonte: Foto do autor (03/01/2014).



FIGURA 410 – Área vazia em frente ao CH6.
Fonte: Foto do autor (03/01/2014).



FIGURA 411. Blocos do CH6 vistos da rua "A". Fonte: Foto do autor (30/12/2013).



FIGURA 412 – Uso misto e residencial na rua Vinhedo.
Fonte: Foto do autor (16/10/2013).



FIGURA 413 - Comércio local e uso misto na rua Vinhedo.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013).



FIGURA 414 - Quadra no fundo do CH6.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013).



FIGURA 415 - Garagens construídas no fundo do CH6.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013).



FIGURA 416 - Rua trinta e dois com piso de terra. Fonte: Foto do autor (30/12/2013).



FIGURA 417 - Esquina da rua "A" com rua Vinhedo.
Fonte: Foto do autor (16/10/2013).



FIGURA 418 - CH6 visto do bairro Itaipu.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013).



FIGURA 419 - Mapa de redes de água e esgoto do CH6 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 420 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH6 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 421 - Mapa de pavimentação de vias a calçadas do CH6 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 422 - Mapa de serviços de saúde e educação do CH6 e entorno. Fotne: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 423 - Mapa de equipamentos de esporte e lazer do CH6 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 424 - Mapa do sistema de transporte do CH6 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

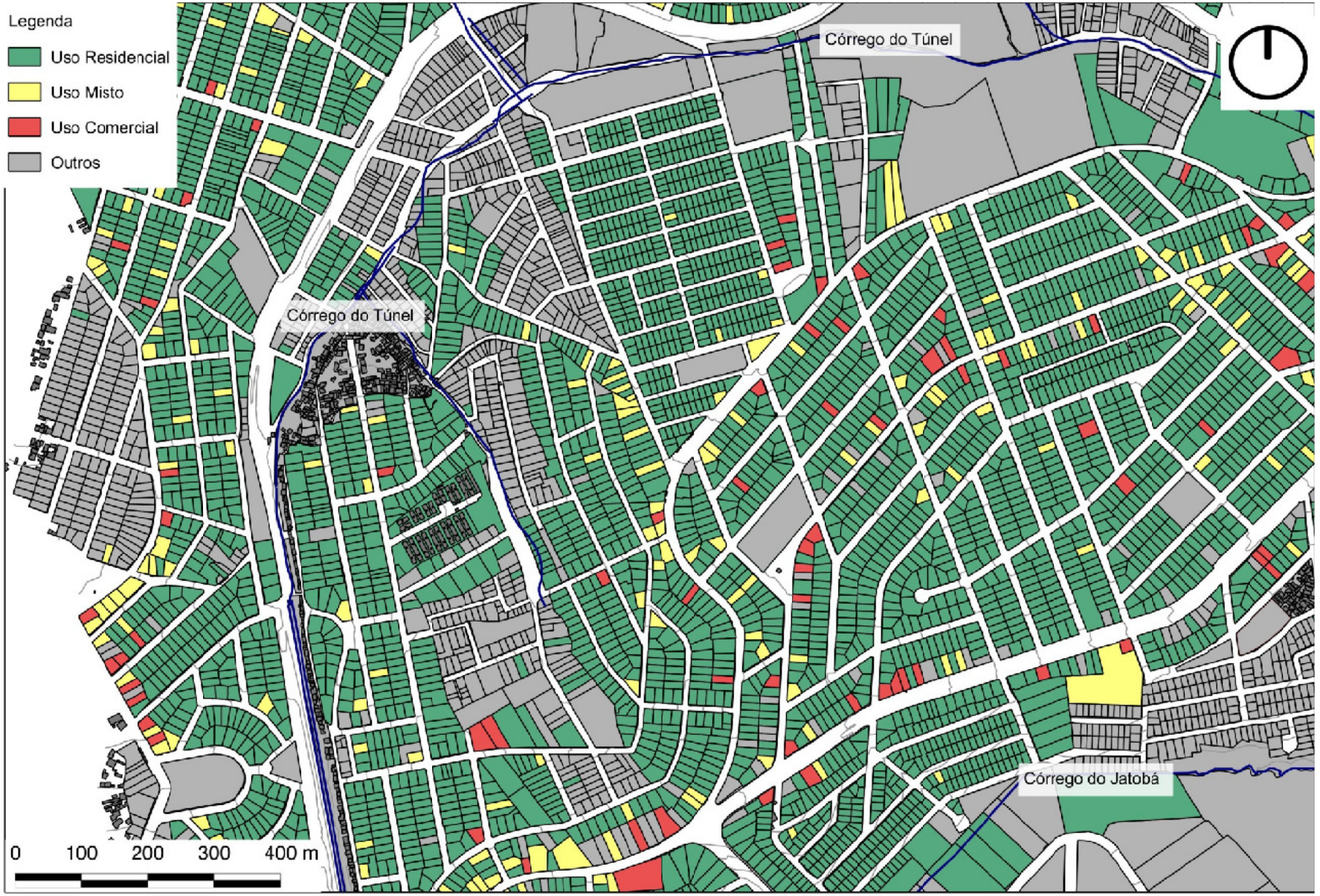


FIGURA 425 - Mapa de usos do CH6 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

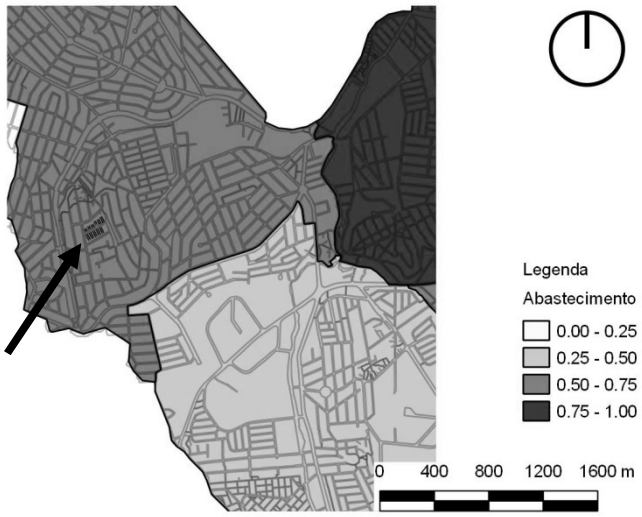


FIGURA 426 – Mapa de IQVU do CH6 – Abastecimento.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

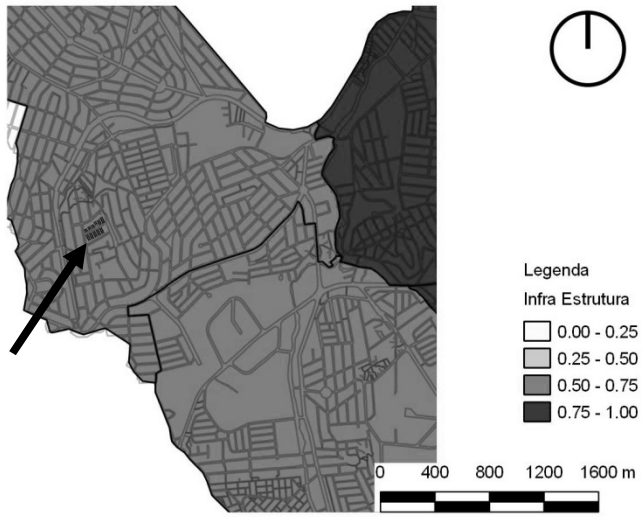


FIGURA 427 – Mapa de IQVU do CH6 – Infraestrutura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

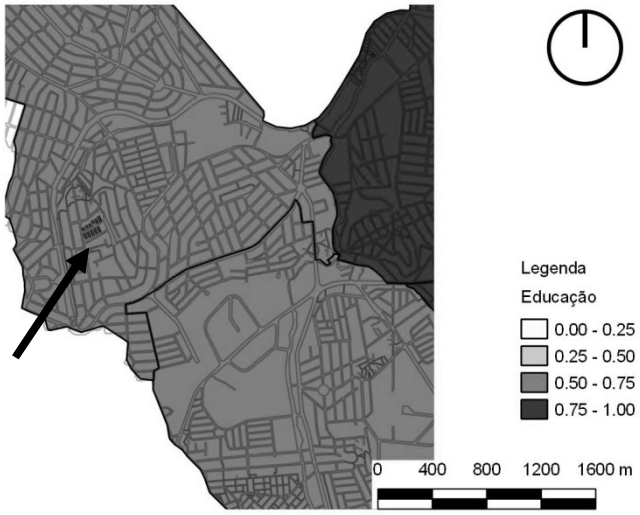


FIGURA 428 – Mapa de IQVU do CH6 – Educação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

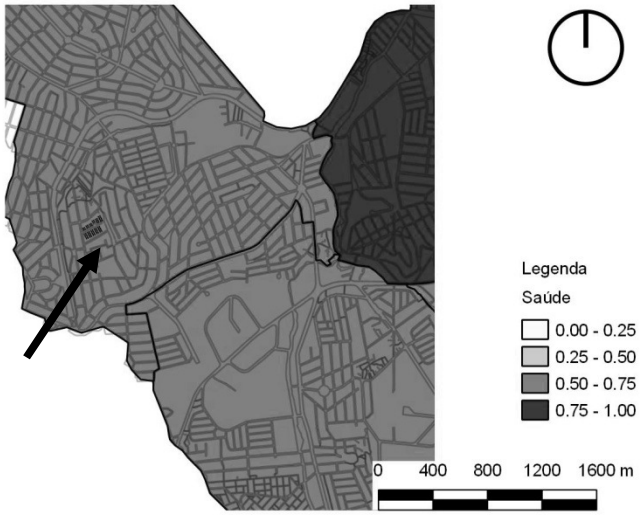


FIGURA 429 – Mapa de IQVU do CH6 – Saúde.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 430 – Mapa de IQVU do CH6 – Esporte.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

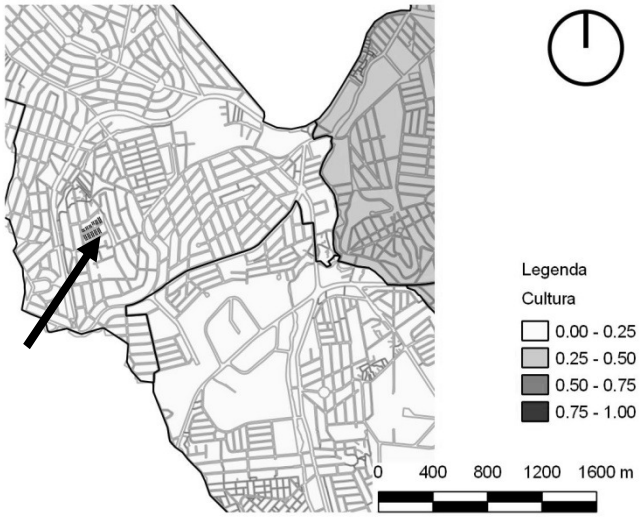


FIGURA 431 – Mapa de IQVU do CH6 – Cultura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

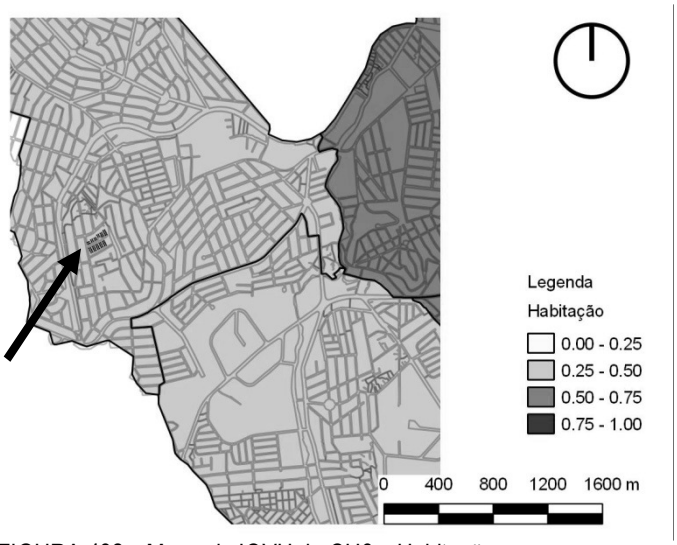


FIGURA 432 – Mapa de IQVU do CH6 – Habitação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

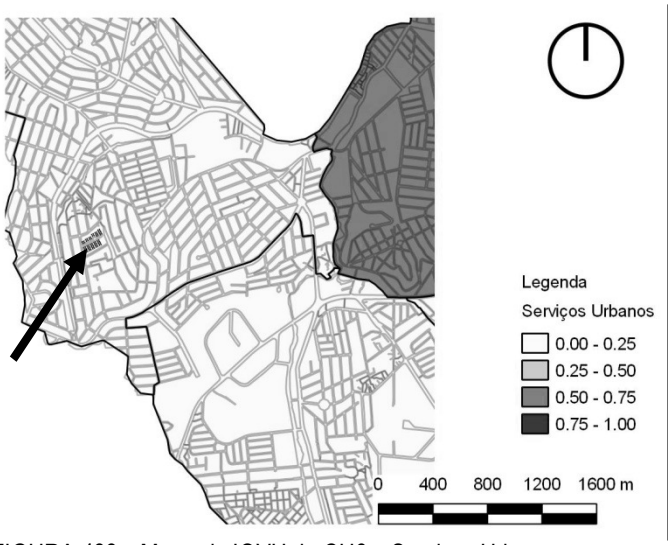


FIGURA 433 – Mapa de IQVU do CH6 – Serviços Urbanos.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

A UP onde se insere o conjunto Conquista da União compreende também os bairros Itaipu, Tirol, Lindéia, Jatobá e o conjunto Túnel de Ibirité, formando um panorama urbano mais homogêneo. A região foi avaliada para o IQVU com nota boa para os itens abastecimento alimentar, infraestrutura urbana, educação e saúde. Somente no primeiro caso, essa avaliação foi melhor do que da UP vizinha, a sul. A avaliação dos itens esporte e habitação foi média, sendo que no primeiro caso, abaixo da região à sua volta e no segundo caso, na mesma média. Os itens cultura e serviços urbanos foram avaliados com nota ruim, nos dois casos, assim como a UP vizinha a sul e abaixo da UP vizinha a leste. As avaliações da região do conjunto Conquista da União varia entre ruim e boa, sem nenhuma avaliação muito boa.

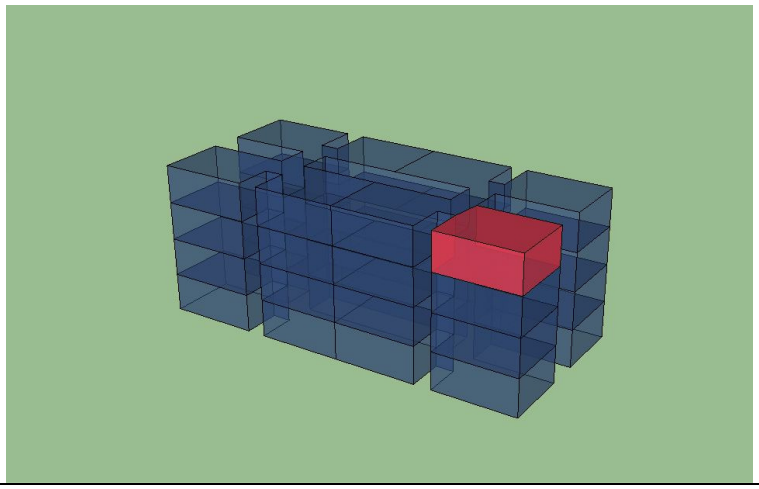


FIGURA 434 – Volumetria do bloco do CH6 (UH destacada).
Fonte: Elaborado pelo autor

ÁREA TOTAL: 16.613 m2
NÚMERO DO BLOCOS:6 blocos duplos, 4 blocos simples, 1 bloco 1 ½.
NÚMERO DE UHs: 280
DENSIDADE HABITACIONAL: 168 UH/ha
DENSIDADE POPULACIONAL: 674 hab/ha
ÁREA ABERTA: 11.758 m2
ÁREA ABERTA/HABITANTE: 10,5 m2
PADRÃO DAS UHs: 3 QUARTOS

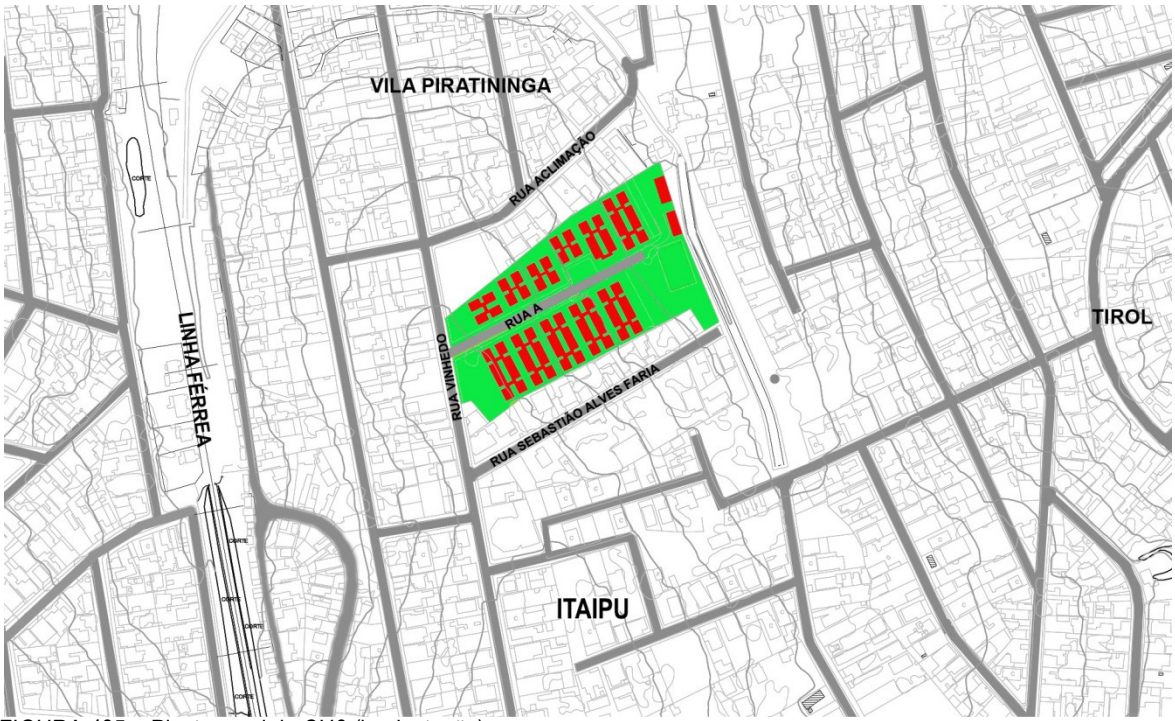


FIGURA 435 - Planta geral do CH6 (implantação).
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da Prodabel.



FIGURA 436 - Volumetria geral do CH6. Fonte: Elaborado pelo autor.

O conjunto foi construído em parte da área de uma chácara que havia ficado isolada no meio do bairro Itaipu,[4] o qual já se encontrava relativamente bem consolidado à época (final dos anos de 1990). A área foi desapropriada pela prefeitura e serviu para abrigar duzentas e oitenta UHs com uma proposta de implantação bastante adensada (A demanda do grupo de famílias era de duzentas e setenta e cinco unidades). A chácara que ocupava aquele lugar tinha várias jabuticabeiras e um córrego de águas limpas correndo no fundo, segundo relato dos primeiros moradores.[5] A construção do conjunto aconteceu na mesma época da canalização desse córrego, o que pode ser inferido pela comparação entre fotos aéreas. A cerca de oitocentos metros de distância de onde foi implantado, termina a mancha urbana e começa uma grande área não parcelada já no município de Ibirité.

A estrutura urbana do conjunto se resume a uma única rua (rua "A") de cerca de cento e cinquenta metros. Os onze blocos de quatro pavimentos têm acesso por essa rua. São quatro blocos com quatro UH por pavimento ("H" simples), seis blocos com oito UH por pavimento ("H" duplo) e um bloco com seis UH por pavimento (1 ½ "H"). O conjunto formado pelos blocos e pela rua A foi inserido em uma estrutura urbana já pronta e essa é a principal razão pela qual foi possível resolver a implantação de um conjunto habitacional de onze prédios com tão pouca infraestrutura urbana (lote condominial).

O bairro Itaipu é cortado pelo córrego Camilo Nogueira [6] que corre no sentido sul-norte, canalizado, mas aberto. Sua nascente está também canalizada, poucos metros a montante do conjunto. A canalização do córrego o manteve aberto e criou uma via que não existia, chamada "rua trinta e dois", o que aconteceu ao longo de cerca de trezentos metros entre as ruas Virgína Matos e Aclimação que cruzam o córrego. As ruas A e Sebastião Alves Faria, situadas entre as duas primeiras, não cortam o canal. Com isso, o bairro fica parcialmente dividido pelo curso d'água, com uma descontinuidade parcial de percursos entre as duas encostas que conformam o vale. A "rua trinta e dois", a via criada com a canalização do córrego Camilo Nogueira, no entanto, não foi implantada totalmente. De um lado restou a largura para uma via de pedestres, até hoje sem calçamento e tomada pelo mato e do lado oposto, uma via maior, para veículos mas que não foi pavimentada e encontra-se também parcialmente tomada pelo mato alto. Vários lotes foram abertos para a "rua trinta e dois" e há várias casas cujo acesso se dá por essa via, mesmo que com piso de terra.

O fundo da área do conjunto Conquista da União, depois do final da rua "A", acabou se tornando uma área residual da implantação do conjunto e sujeita a eventuais cheias, por estar às margens do córrego Camilo Nogueira. Em 2002 a PBH construiu uma quadra e alguns equipamentos de lazer nessa área. A rua Vinhedo, do lado oposto, dá acesso à rua "A" e concentra o comércio de menor porte do lado oeste

[4] O Bairro Tirol, que deu o nome original ao conjunto não é o bairro onde ele está inserido. O Conjunto fica, oficialmente a cerca de seiscentos metros do bairro Tirol, que começa na av. Bráulio Gomes Nogueira.
[5] Informações e depoimentos sobre a história do conjunto obtidos no site "Favela é isso aí", no site <http://www.favelaeissoai.com.br/comunidades_mostra.php?cod=11> Acessado em 27/12/2013.
[6] O nome do córrego só foi descoberto em conversas com moradores. Na verdade é o nome da rua paralela a ele, e os moradores o chamam de "córrego da [rua] Camilo Nogueira" ou simplesmente "córrego Camilo Nogueira".

do bairro Itaipu. Próximo ao final dessa rua, o que acontece quando ela encontra a linha férrea, há uma vila autoconstruída, surgida bem antes do conjunto, ainda no início dos anos de 1980, com o nome de Vila Piratininga (ou Vila Itaipu). Em termos oficiais (CP) a Vila Piratininga se estende como uma faixa fina construída entre a linha de trem e a rua Águas de Lindóia, ocupando provavelmente parte do leito carroçável dessa via, já que sua largura atual é de uma viela. A linha de trem e o córrego canalizado formam uma barreira urbana que dificulta a articulação entre o conjunto Conquista da União e os serviços localizados no bairro Jatobá, a oeste (escolas, centro de saúde, creches, etc).

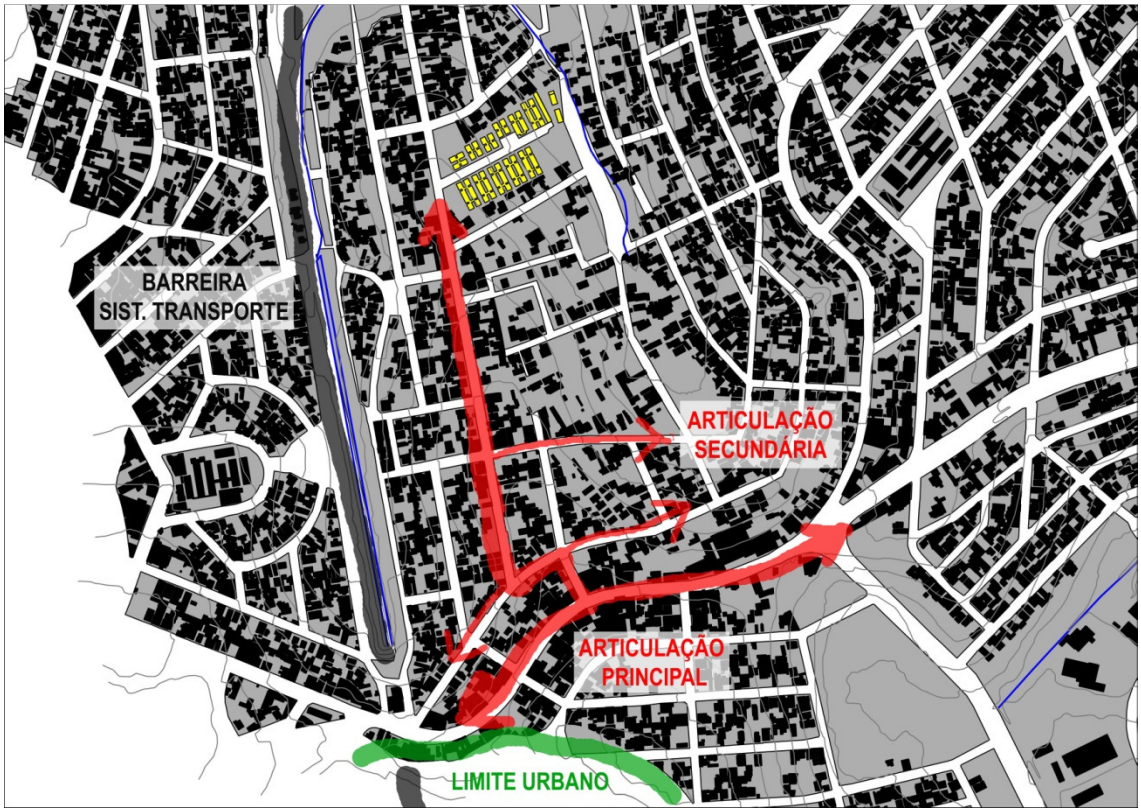


FIGURA 437 – Análise gráfica do projeto urbano do CH6.
Fonte: Elaborado pelo autor sobre a base de dados da PBH.

Por meio dos levantamentos de campo foi possível identificar que existe um nível de apropriação do conjunto em suas áreas coletivas em todos os níveis. Há intervenções nas circulações verticais e horizontais dentro do s blocos (grades, portões e até portas de vidro temperado), há intervenções nas entradas dos blocos (passeios, bancos, gradis) e há intervenções na área aberta no fundo do conjunto próximo ao córrego (garagens). Porém, a solução urbana adotada, muito densa, com os prédios muito próximos uns dos outros e da rua A, não deixou muitos espaços para serem apropriados. Estranhamente, o único grande espaço livre, na entrada do conjunto, próximo à rua Vinhedo, até hoje permanece vazio, servindo apenas para acumulo de lixo e entulho. Alguns moradores relataram que não há um consenso sobre o que fazer nesse espaço e que a URBEL/PBH exerceria um certo grau de controle sobre essa área, não deixando que os moradores se apropriassem dela como quisessem.

5.6.5 – CONDIÇÃO SOCIOAMBIENTAL

É difícil afirmar que o córrego Camilo Nogueira que passa nos fundos do conjunto Conquista da União tenha alguma influência na sua qualidade ambiental visto que hoje ele se encontra canalizado e com um volume muito reduzido de água, provavelmente resultado de todas as construções surgidas nos últimos anos próximas da sua nascente. Além disso, entre o bloco mais baixo do conjunto e o córrego há uma quadra e um estacionamento improvisado. Mas, se ele tem alguma influência ambiental no conjunto certamente ela é negativa já que mesmo com a construção das redes de interceptores de esgotos, a solução de engenharia adotada, nos moldes de uma avenida sanitária, resolveu os problemas de lançamento de efluentes, mas gerou uma paisagem de abandono para o fundo de vale. Pior, criou uma avenida sanitária sem a avenida, já que a via ao longo do canal não foi implantada. Com isso, há duas ruas de terra batida de cada um dos lados do canal, para a qual alguns imóveis se abrem e outros não, provavelmente os imóveis anteriores à implantação da canalização. A condição geral do canal é bastante precária, com a vegetação alta, sem qualquer cuidado e a água empoçada dos dois lados. [7] Além disso, em todas as visitas foram encontrados resíduos em quantidade razoável ao longo da rua trinta e dois.

O espaço urbano do conjunto Conquista da União é muito pequeno para que se possa falar na qualidade do ar ou no nível de ruído do conjunto especificamente. A qualidade do ar e o nível de ruído do conjunto são os mesmos do bairro como um todo, já que ele se encontra inserido nesse contexto de tal maneira que não é possível diferenciar seu espaço urbano do bairro Itaipu. E o bairro Itaipu é um bairro calmo, com pouco trânsito de veículos, com baixo nível de ruído e sem nenhum tipo de indicação de comprometimento da qualidade do ar. O bairro Itaipu, configura uma “ilha de tranquilidade” já que tem apenas ruas locais e a presença da linha de trem em todo o seu limite oeste e norte fazem com que o bairro seja um “fim de linha” não dando acesso a outros bairros.

Chamou a atenção nas visitas de campo a área na entrada do conjunto, na esquina da rua A com a rua Vinhedo, dos dois lados. Essa área encontra-se abandonada e serve como um grande depósito de lixo e entulhos de obras. Há também carros enferrujados e uma construção abandonada completamente pichada que serviu como um local para atividades comunitárias nos primeiros anos do conjunto. A impressão de quem chega, por isso mesmo, é muito ruim. O local acaba recebendo atividades de lazer e esportes mas de maneira pouco adequada. Em pelo menos duas visitas ao conjunto foram vistas crianças brincando no meio dos resíduos. Ao longo da rua A foram vistos poucos problemas como relação aos resíduos sólidos nem nas calçadas nem nos espaços abertos dentro do conjunto.

A qualidade ambiental do conjunto também é comprometida em menor escala pelas garagens improvisadas construídas no fundo do conjunto. Há várias delas dos dois lados da rua A. Mais do que a falta de um padrão construtivo ou estético, a depreciação ambiental provocada por essas construções

[7] As visitas foram realizadas na época das chuvas.

está no fato de obstruírem um espaço vazio que poderia ter um uso coletivo mais nobre, por impermeabilizarem o solo no ponto mais baixo, próximo do fundo do vale e pelas coberturas executadas precariamente com sinais de acúmulo de água.

O conjunto não aparentou durante as visitas de campo qualquer problema com relação à violência, em função da sua estrutura urbana muito enxuta e integrada ao bairro. Ao contrário dos outros conjuntos analisados, o conjunto Conquista da União não apresenta a estrutura de um enclave desarticulado da cidade, propício para o controle de algum grupo criminoso. Não foram detectados problemas de ordem geológica na área do conjunto e no seu entorno imediato. A canalização do córrego Camilo Nogueira deve ter minimizado as possibilidades de cheia, ainda mais se levado em conta que o trecho próximo ao conjunto tem um volume de água muito reduzido por estar próximo da nascente. Sua condição de córrego canalizado a céu aberto com vegetação crescendo sem qualquer controle e as áreas de deposição clandestina de resíduos nas suas margens aponta, entretanto, para riscos de endemias e zoonoses nesse fundo de vale.

QUADRO 20 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH6

Área	**Aspectos**	**Principais pontos da fala dos moradores**
Qualidade Ambiental	Cursos d'água	É totalmente poluído mas não afeta o conjunto.
	Solo	Não há casos de problemas com o solo
	Ar	Ruim. Muita poeira.
	Ruídos	Não há grandes problemas
	Resíduos Sólidos	Não há grandes problemas com o lixo doméstico
Sensação de Risco	Segurança urbana	Já houve dois assassinatos ligados ao tráfico Hoje há muito policiamento e é mais seguro
	Deslizamento/escorregamento	Não há casos
	Alagamento	Já houve, mas só afeta os blocos mais baixos
	Endemias	Só casos isolados de dengue
	Incêndios Florestais	Nunca houve incêndio próximo do córrego

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

A visão dos moradores com relação à qualidade ambiental do conjunto onde vivem é negativa em relação ao córrego, que eles tratam como um "caso perdido" em termos de poluição, e com relação à qualidade do ar. Para alguns, a quantidade de poeira no conjunto é incomum e causa alguns problemas. Porém eles pareceram tratar os problemas do córrego como distantes deles, um problema "do pessoal lá de baixo" ao contrário das questões da qualidade do ar, que segundo eles afeta a todos os moradores de todos os blocos. Não houve relatos de problemas geológicos, ruídos. Os moradores não reconhecem

problemas com resíduos sólidos no conjunto, de uma maneira geral. Eles acham que a gestão de cada bloco com relação ao lixo é bem feita e os casos de deposição clandestina são exceções, praticadas por alguns moradores que "não têm consciência". Mas não mencionam a enorme quantidade de resíduos na esquina entre as ruas Vinhedo e "A" como um problema ambiental do conjunto. Também não mencionaram os resíduos encontrados ao longo do córrego como um problema para o conjunto.

A entrevista com os moradores mostrou que o levantamento de campo estava equivocado em relação aos riscos na área de segurança. Eles contaram que o conjunto já teve problemas sérios de violência. Segundo eles, no entanto, esses problemas diminuíram muito hoje. Citaram, contraditoriamente, que tinham ocorrido assassinatos no conjunto ligados ao tráfico de drogas alguns meses antes. Eles contaram que já houve vários casos de alagamento do córrego Camilo Nogueira, antes e depois da canalização. Porém minimizaram os efeitos desses eventos, alegando que eles atingiram somente a quadra que fica na parte mais baixa do conjunto. Não relataram casos de zoonoses ou endemias, nem mesmo de dengue. Afirmaram também nunca houve problemas com fogo na vegetação ao longo do córrego.

Os dados da PBH parecem, assim como os moradores, não enxergar os problemas do lixo e não indicam nenhuma área de deposição clandestina no conjunto Conquista da União e em todo o seu entorno. O mapa, aliás, não indica nenhum ponto ou área de acúmulo de resíduos sólidos em todo o bairro Itaipu. Os levantamentos de campo mostraram uma outra realidade muito diferente, com a grande área de depósito de lixo na entrada do conjunto, lixo em frente a alguns blocos sempre nos dias em que não havia coleta (terça, quinta) e também ao longo do canal do córrego Camilo Nogueira.

Os dados da PBH com relação aos riscos a que estão sujeitos os moradores do conjunto mostram que sua fala não está errada em relação ao solo e aos alagamentos. O mapa com os riscos geológicos mostra que o conjunto está exatamente entre duas áreas de risco de contaminação de lençol freático e longe de áreas de risco de escorregamento e erosão.

O mapa com os riscos de alagamento mostra que o histórico de cheias do córrego Camilo Nogueira não é muito significativo em termos de área de alagamento. O volume de água do córrego deve ser o principal fator de influência nessa prospecção de risco baixo, já que o córrego do Túnel, que corre paralelo a poucos metros, tem áreas de cheia muito mais significativas, porque provavelmente tem um volume de água maior.

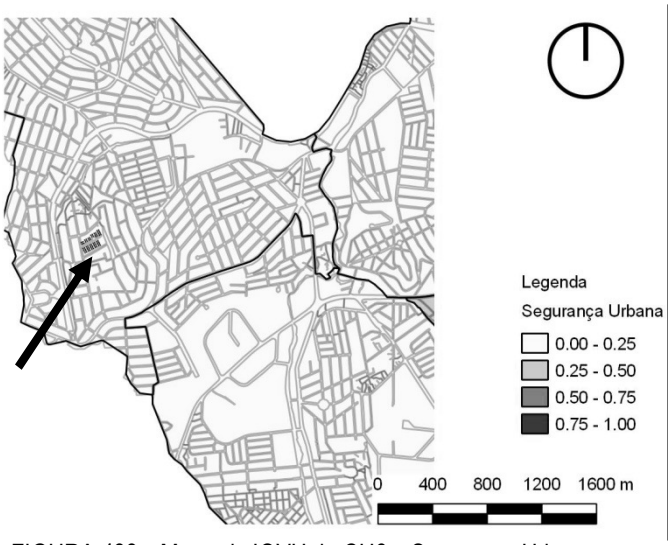


FIGURA 438 – Mapa de IQVU do CH6 – Segurança Urbana.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

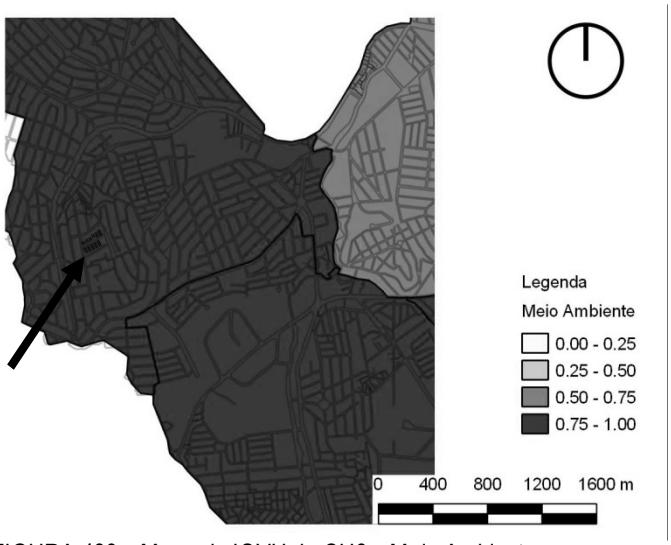


FIGURA 439 – Mapa de IQVU do CH6 – Meio Ambiente.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

A avaliação do IQVU para a região do conjunto Conquista da União considerou o item segurança com uma nota ruim, no mesmo nível das duas UPs vizinhas. Já o item meio ambiente obteve uma nota muito boa, assim como a região situada a sul.



FIGURA 440 - Córrego Camilo Nogueira canalizado atrás do CH6.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013).



FIGURA 441 - Ediificação abandonada na entrada do CH6.
Fonte: Foto do autor (03/01/2014).



FIGURA 442 – Entulho na área aberta na entrada do CH6.
Fonte: Foto do autor (30/12/13).



FIGURA 443 - Resíduos domésticos espalhados na rua "A".
Fonte: Foto do autor (30/12/2013).



FIGURA 444 – Condição da entrada do CH6.
Fonte: Foto do autor (20/12/13).



FIGURA 445 - Estacionamento nos fundos do CH6.
Fonte: Foto do autor (30/12/2013).



FIGURA 446 - Vegetação nos fundos do CH6.
Fonte: Foto do autor (30/12/13).

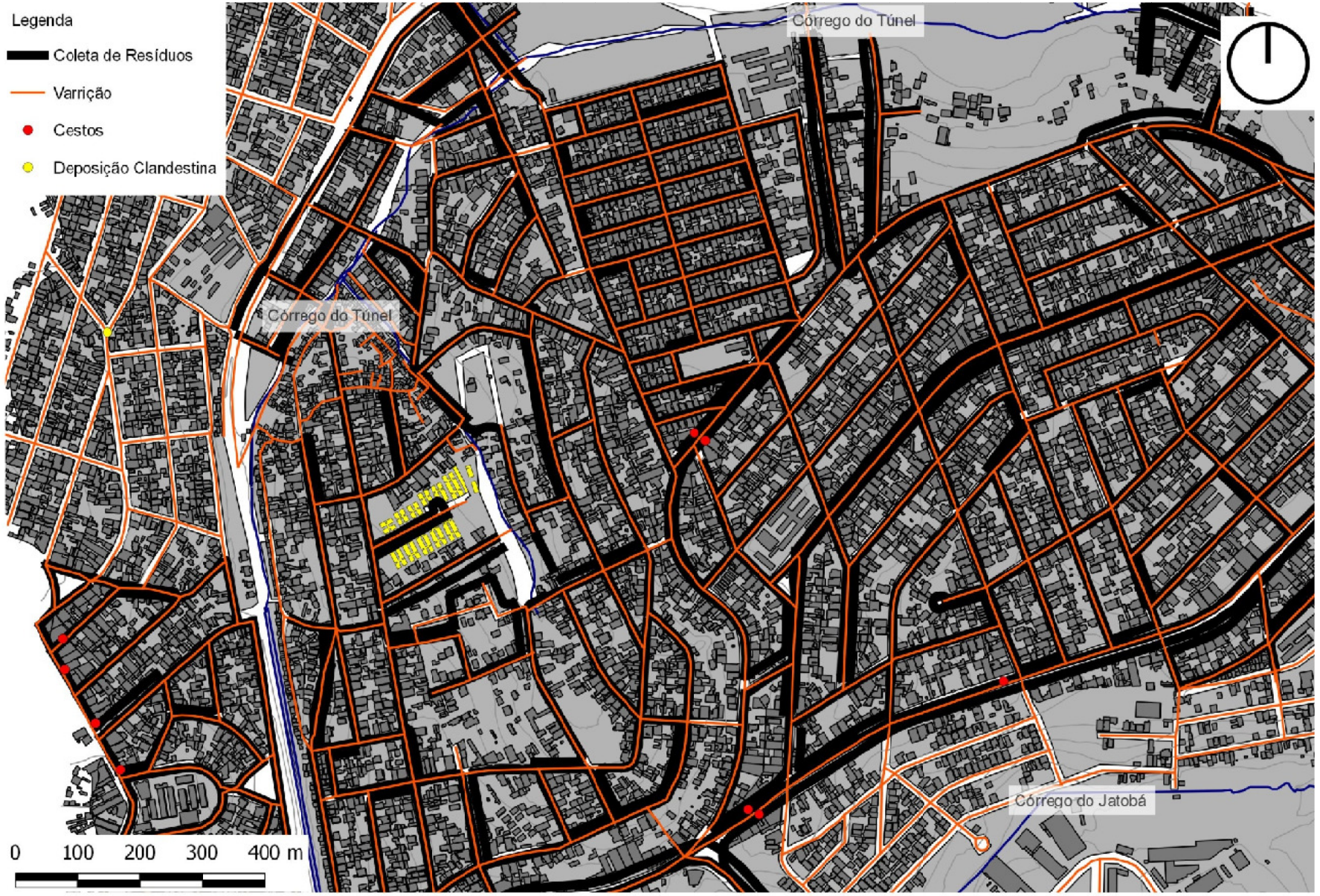


FIGURA 447 - Mapa de gestão de resíduos sólidos no CH6 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

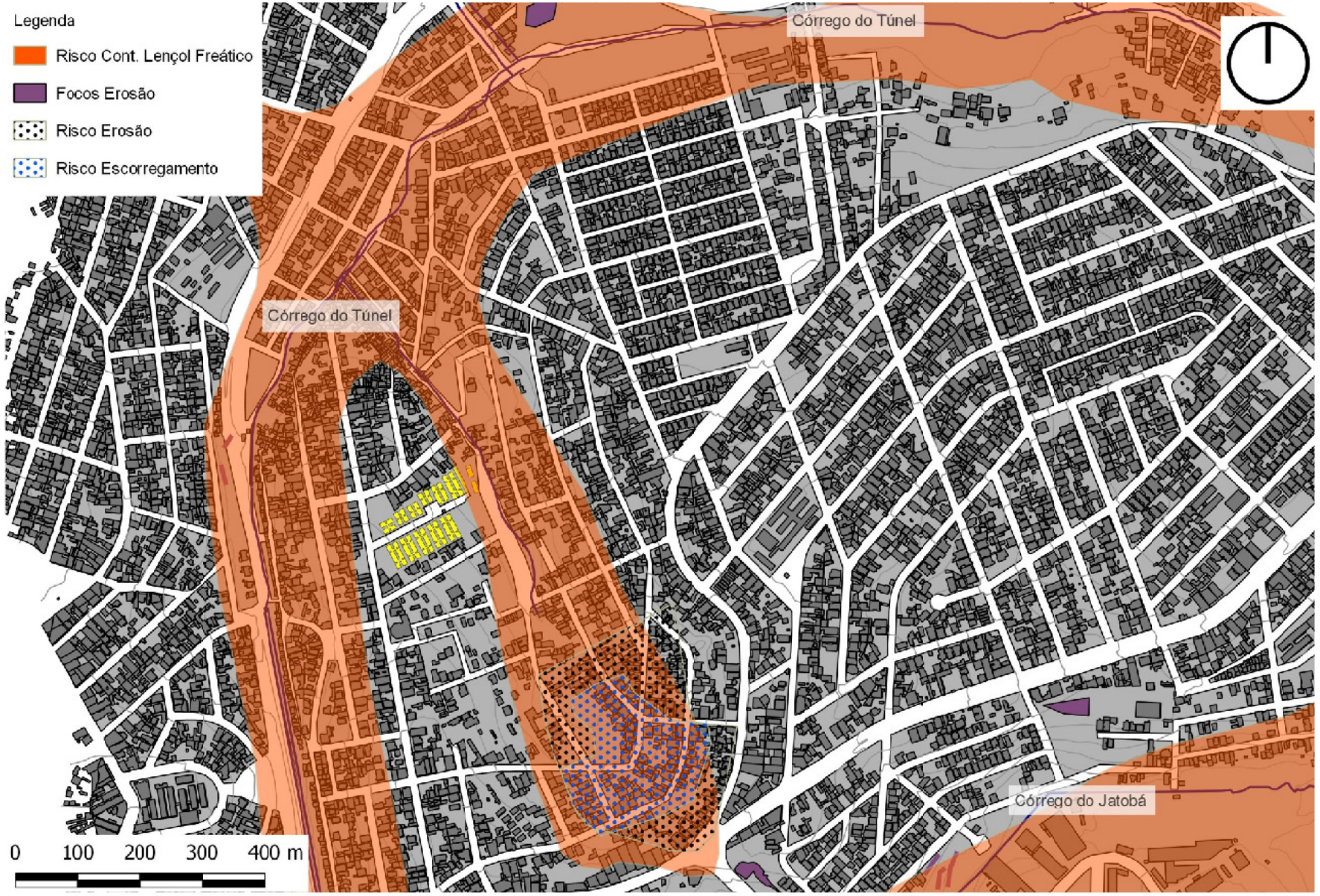


FIGURA 448 - Mapa de risco geológico do CH6 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

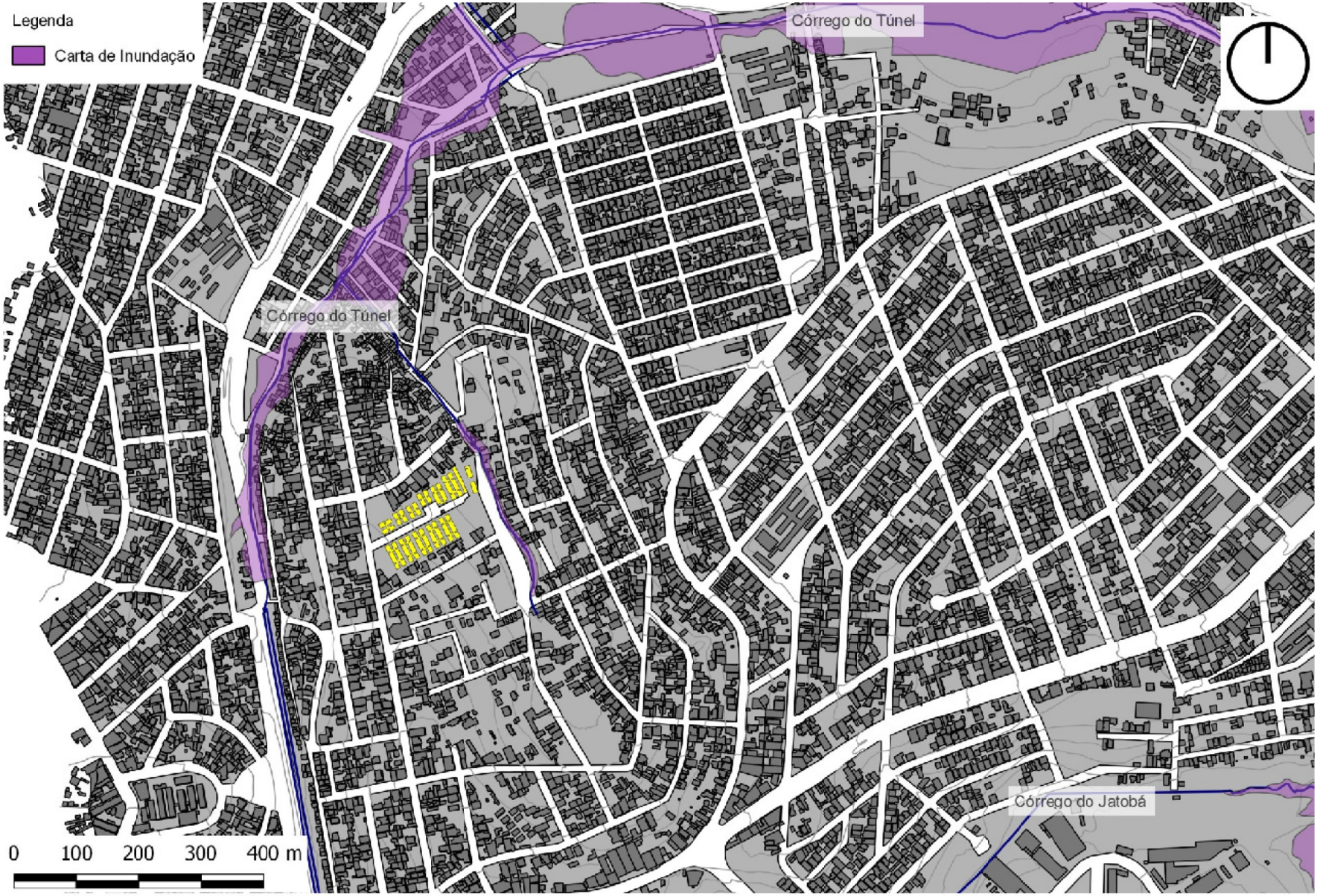


FIGURA 449 - Mapa de risco de alagamento do CH6 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.6.6 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECOPOLÍTICA

A história de articulação social do conjunto é muito rica, já que alguns dos moradores atuais fazem parte do grupo de famílias que participou das lutas por moradia junto à prefeitura entre os anos de 1980 e 1990. O grupo de famílias se uniu ainda no período de luta política para conseguir ter onde morar, recebeu a indicação positiva da prefeitura e acompanhou todo o processo de construção do conjunto. A associação de moradores foi muito forte e atuante antes da inauguração do conjunto e nos seus primeiros anos. Porém se enfraqueceu nos anos seguintes e hoje não tem a mesma capacidade de mobilização entre os moradores. Para uma das moradoras entrevistadas, participante das lutas iniciais pela construção do conjunto, houve uma espécie de desmobilização social após a conquista da moradia. Segundo ela, depois disso, a maioria dos moradores se deu por satisfeita e não se interessou mais por qualquer tipo de mobilização por melhorias coletivas e passou a se concentrar nas melhorias nos seus próprios apartamentos. De fato, alguns dos apartamentos visitados chegam a ter portas internas de vidro temperado com acionamento eletrônico, no mesmo padrão de prédios de classe média, mesmo apesar do estado de total abandono dos revestimentos de fachada do prédio (pintura).

Essa mesma moradora relata que na última reunião do Orçamento Participativo, dos mais de mil moradores do conjunto, apenas cem estavam presentes, menos de 10%, sendo que estava em pauta de votação algumas melhorias para o conjunto, exatamente na área aberta junto à Rua Vinhedo, que transformou-se num depósito de lixo e entulho. Um outro problema que parece ter contribuído para essa situação foi a rotatividade de moradores. Várias das famílias originais do conjunto acabaram vendendo seus apartamentos depois de alguns anos e as novas famílias que foram chegando não tinham o mesmo perfil de engajamento e articulação política. Para os moradores entrevistados, hoje em dia é muito difícil unir as pessoas no conjunto em torno de uma reivindicação comum. A associação de moradores ainda existe, mas se ocupa com tarefas menores, como o aluguel da quadra construída pela prefeitura alguns anos depois da inauguração do conjunto.

De fato, o mapa elaborado com base nas obras do OP em suas diversas fases na região urbana do conjunto Conquista da União mostra que não há nenhuma intervenção planejada ou em curso nesse assentamento habitacional. Na Vila Piratininga, vizinha ao conjunto, há duas obras e no bairro Marilândia, mais a sul, há três obras.



FIGURA 450 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH6 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.7 – CONJUNTOS VIA EXPRESSA I / VIA EXPRESSA II



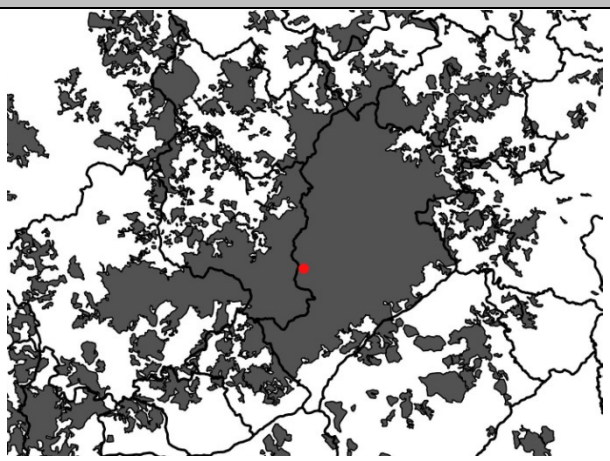
CH 7	VIA EXPRESSA I / VIA EXPRESSA II
	CIDADE: BELO HORIZONTE REGIONAL: NOROESTE DATA (INAUGURAÇÃO): 2004 (I) E 2007 (II) NATUREZA DO EMPREENDIMENTO: PÚBLICO AGENTE EMPREENDEDOR: URBEL/PBH

FIGURA 451 - Mapa de localização do CH7 na RMBH.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PDDI.

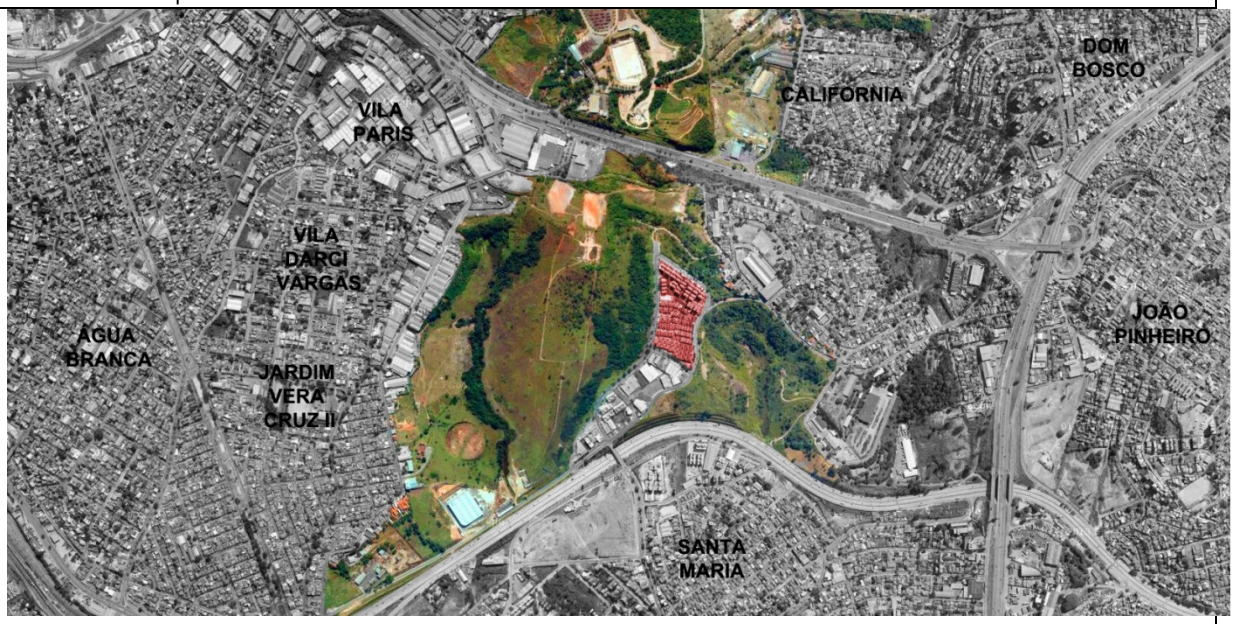


FIGURA 452 - Foto aérea do CH 7 (destacado em vermelho).
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor

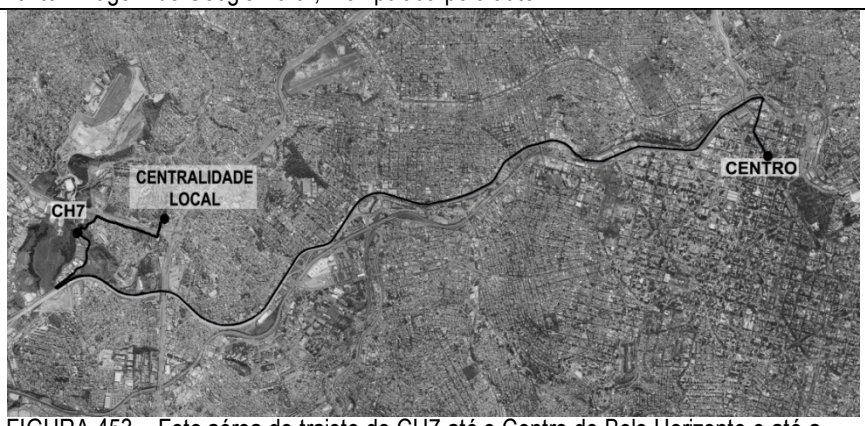


FIGURA 453 - Foto aérea do trajeto do CH7 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima.
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor.

DISTÂNCIAS

ATÉ O CENTRO

Praça Sete de Setembro
11,7 Km
TRAJETO:
Av. Pres. Jucelino Kubitscheck
Av. Contorno
Av. Afonso Pena

ATÉ A CENTRALIDADE LOCAL MAIS PRÓXIMA

Califórnia I
1,5 Km

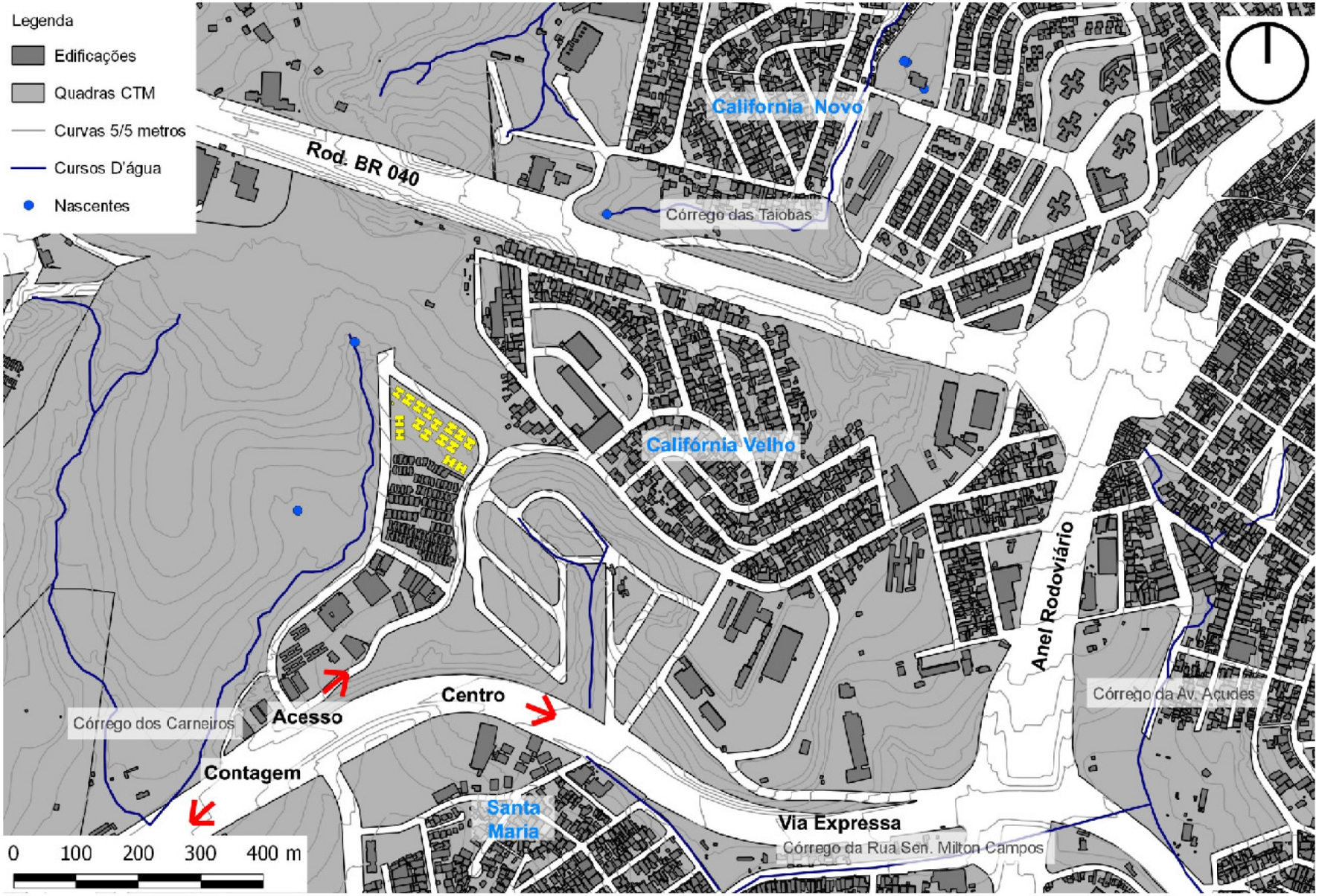


FIGURA 454 – Mapa da situação urbana do CH7 (área de análise). Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

Os conjuntos Via Expressa I e Via Expressa II constituem uma situação urbana muito peculiar, o que lhes valeu a inclusão no grupo de obras de estudo. Os conjuntos foram construídos num pequeno parcelamento com apenas duas quadras, que por sua vez, foi construído no meio de uma grande gleba não urbanizada com áreas antropizadas na forma de pastagens, cortado por córregos com singelas porções de mata ciliar ao redor, na divisa entre Belo Horizonte e Contagem, entre dois grandes corredores viários: a Via Expressa (Avenida Pres. Juscelino Kubitschek) ao sul e a rodovia BR 040 que passa por Sete Lagoas e vai até Brasília ao norte. Dessa forma, aparecem vistos por cima, como uma pequena mancha urbana, dentro de uma mancha verde não urbanizada um pouco maior, que por sua vez está próxima da borda oeste da grande mancha urbana da RMBH. Por esse motivo, optou-se por incluir os conjuntos na pesquisa, já que, apesar de não estarem exatamente na borda urbana, eles possuem as características típicas dos conjuntos periféricos como a desarticulação com o tecido urbano principal, a grande distância até o centro da cidade e a vizinhança imediata com áreas verdes não urbanizadas.

5.7.1 – CARACTERIZAÇÃO DA BORDA

A grande área não urbanizada onde se situam os conjuntos Via Expressa I e II já se encontrava configurada, no que diz respeito aos seus limites, há vinte e cinco anos atrás, data do primeiro registro histórico aéreo trazido aqui. É possível perceber na foto aérea de 1989 que os bairros Darcy Vargas e Conjunto Água Branca, a oeste, já no município de Contagem, já estavam formados e relativamente consolidados, assim como a porção sul do bairro Califórnia conhecida como "Califórnia Velho". Ao norte a rodovia BR 040 induzira a ocupação de suas faixas lindeiras por grandes equipamentos, assim como a Via Expressa, processos já relativamente estabelecidos em 1989. O mesmo ocorre com o bairro Santa Maria, a sudeste da gleba, que pela proximidade com o Anel Rodoviário, também já se encontrava consolidado em termos da malha urbana e da ocupação.

Somente a porção norte do bairro Camargos, ao sul da gleba, ainda permanecia desocupada. Ela começa a ser ocupada de maneira mais intensa a partir da virada do século e o último registro aéreo, de 2013, já mostra um grande complexo habitacional que foi erguido às margens da Via Expressa. A área parcelada onde ficam os conjuntos só aparece no registro de 2002, já que não existia nas duas primeiras fotos aéreas. Porém a primeira fase do conjunto Via Expressa só aparece no registro seguinte, de 2006 e a segunda fase no registro de 2009. O restante desse território praticamente não sofreu alterações significativas no último quarto de século, o que a princípio poderia caracterizar essa borda como pouco dinâmica. Porém as grandes áreas não urbanizadas a leste e a oeste dos conjuntos são áreas particulares e, portanto, constituem importantes reservas imobiliárias a espera de empreendimentos que possam ser viabilizados. Várias propostas já foram discutidas e veiculadas na mídia local para essas áreas, até mesmo a de um estádio de futebol. Em função das mudanças muito significativas que a área pode sofrer num futuro próximo, essa borda não pode ser considerada um território urbano já plenamente estabilizado.



FIGURA 455 – Foto aérea do CH7 em 1989. Fonte: PBH.



FIGURA 456 – Foto aérea do CH7 em 1994. Fonte: PBH.



FIGURA 457 – Foto aérea do CH7 em 2002.Fonte: Google Earth.

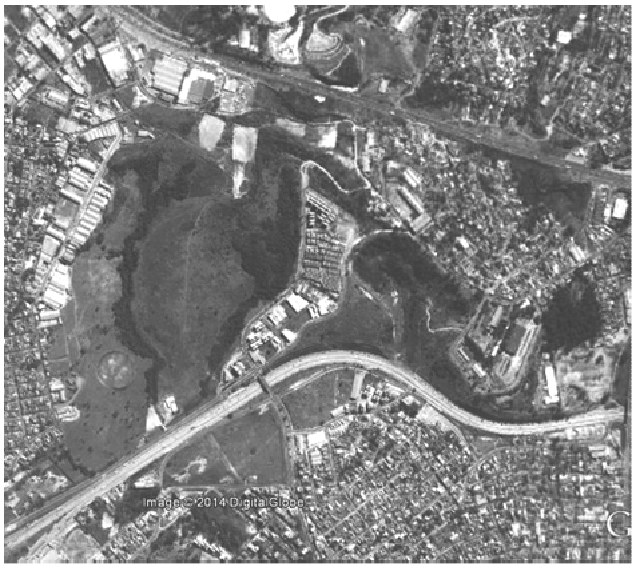


FIGURA 458 – Foto aérea do CH7 em 2006.Fonte: Google Earth.

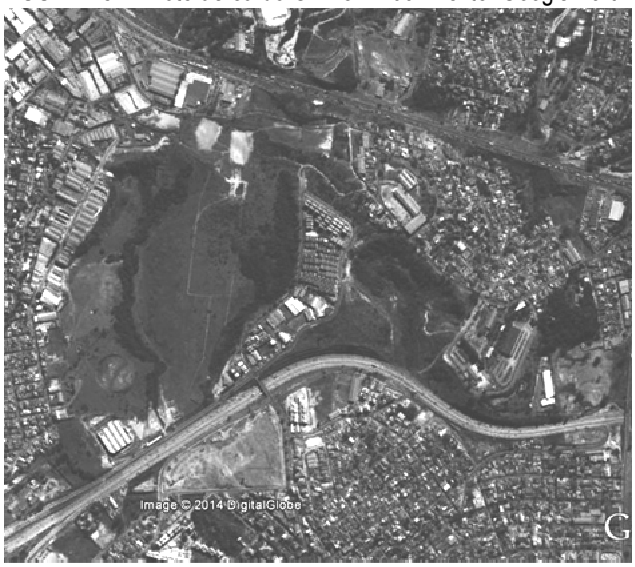


FIGURA 459 – Foto aérea do CH7 em 2009.Fonte: Google Earth.



FIGURA 460 – Foto aérea do CH7 em 2013.Fonte: Google Earth.

A transição entre os espaços urbanos dos conjuntos Via Expressa I e II e as áreas não urbanizadas ao seu redor não contém barreiras físicas. Não há muros ou cercas entre as vias urbanas que circundam o conjunto e as áreas de mata e pasto em volta. Graças a isso, os moradores atravessam livremente no seu dia a dia a área não urbanizada imediatamente ao norte para poderem cortar caminho até a Via Expressa para de lá irem até o conjunto Califórnia I que constitui uma centralidade importante de comércio e serviços na região. A falta de limites claros e as possibilidades de atravessamentos criam a impressão de uma transição menos rígida entre áreas urbanizadas e não urbanizadas, mais a maneira de um limiar (*Schwelle*). Porém, essa condição de transição aberta, sem barreiras entre o asfalto e o verde, longe de trazer apenas ganhos ambientais e espaciais para os moradores do conjunto, acaba por criar problemas no âmbito ambiental e da segurança, como se verá adiante.

5.7.2 – PERFIL DOS MORADORES

Os dados da PBH sobre nível de renda média por bairro são bastante imprecisos para a caracterização dos moradores do conjunto Via Expressa I e II, já que o "bairro" aqui foi considerado como todo o Califórnia, incluindo as áreas dos dois lados da rodovia BR 040. Ressalvado esse aspecto, tem-se um predomínio das faixas de renda entre 0,5 e 1, entre 1 e 2 e entre 2 e 5 salários mínimos (classes E e D). Provavelmente se o conjunto Via Expressa tivesse sido considerado isoladamente aumentaria o número de pessoas na faixa mais baixa, entre 0 e 0,5 salários mínimos e diminuiria a faixa entre 2 e 5 salários mínimos, aproximando a caracterização ao que foi encontrado nos conjunto Granja de Freitas e Águas Claras, que como esse também recebem famílias do OPH, de remoções de áreas de risco e de moradores de rua.

Os dados do IBGE são mais precisos, já que há um setor censitário só com o conjunto Via Expressa em suas duas fases. Em números totais, o conjunto possui mais pardos e mais negros do que as áreas urbanas vizinhas e menos brancos do que as mesmas áreas. Como aconteceu nos outros conjuntos da URBEL, os índices percentuais de negros e pardos são mais altos do que as médias municipais e nacionais, ao passo que o percentual de brancos é bem menor na mesma comparação. No caso dos negros o índice entre os moradores do conjunto é duas vezes maior e o índice de brancos é a metade em comparação com os percentuais de distribuição de raça em Belo Horizonte.

Em números absolutos, há mais crianças e jovens no conjunto do que nos setores vizinhos, um número de adultos próximo dos que existem no mesmo contexto e menos idosos. Na comparação percentual, é possível verificar que há também menos idosos, mais crianças e jovens do que as médias percentuais de faixa etária no município e no país.

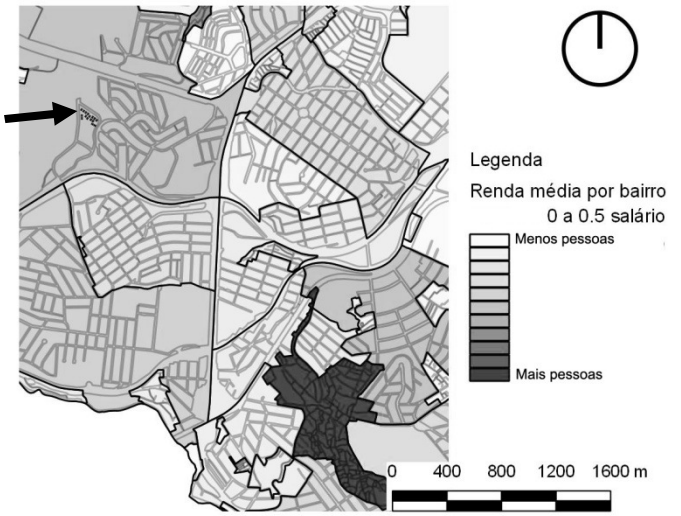


FIGURA 461 – CH7: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

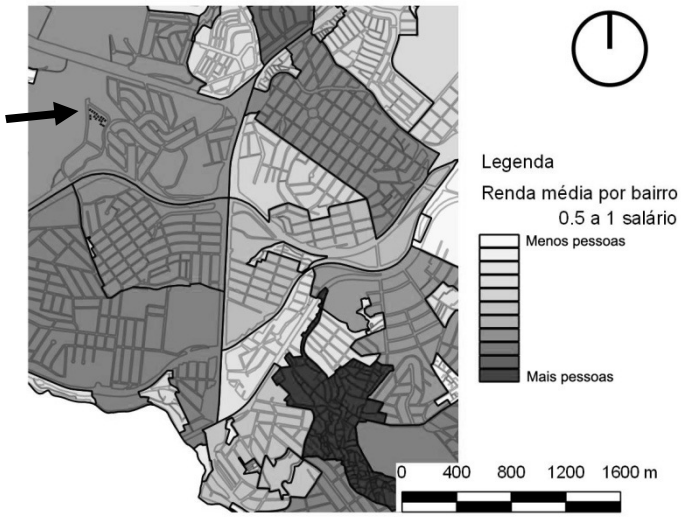


FIGURA 462 – CH7: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

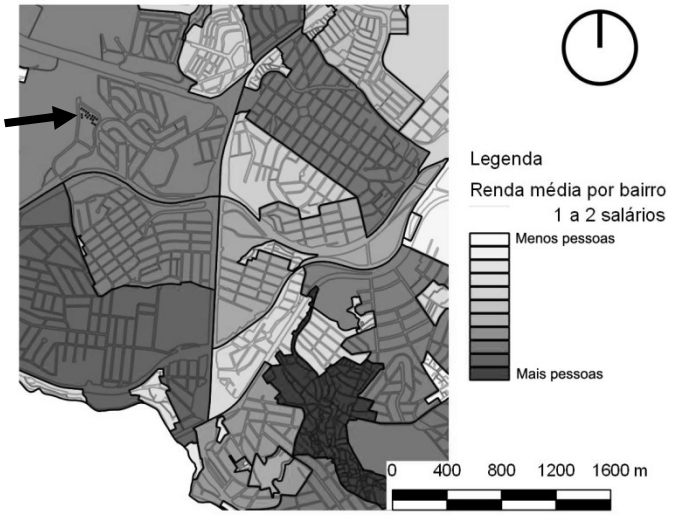


FIGURA 463 – CH7: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

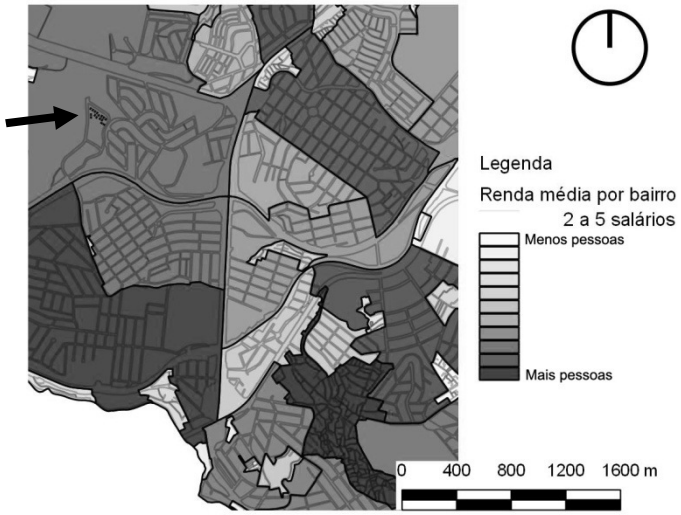


FIGURA 464 – CH7: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

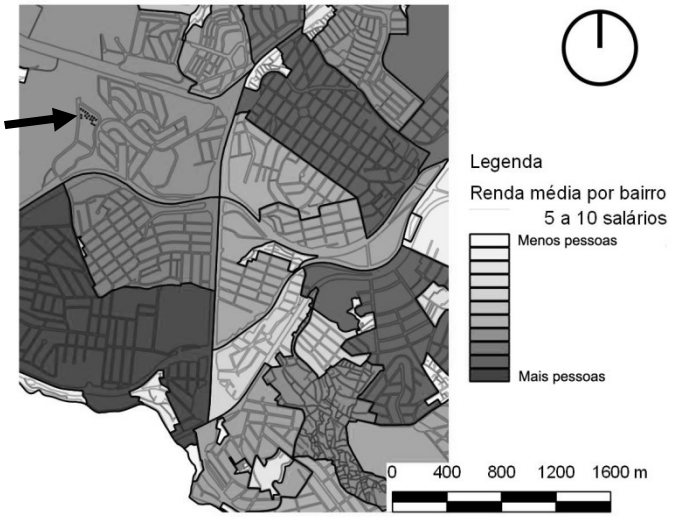


FIGURA 465 – CH7: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

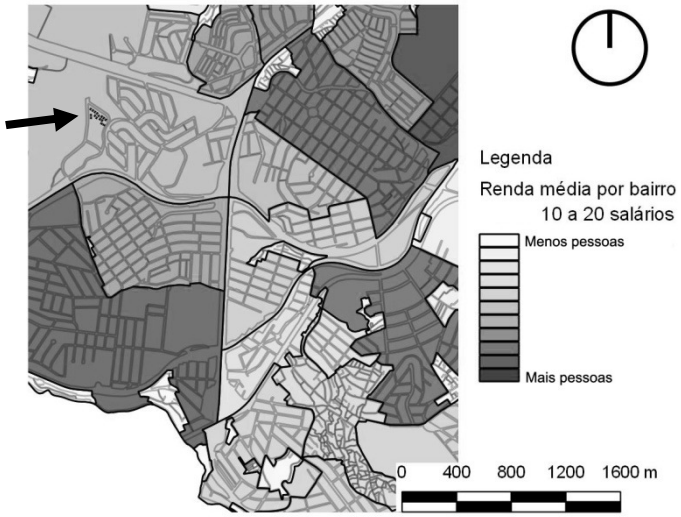


FIGURA 466 – CH7: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 467 – CH7: mapa com a população de raça parda por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor



FIGURA 468 – CH7: mapa com a população de raça branca por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 469 – CH7: mapa com a população de raça negra por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 470 – CH7: mapa com a população de raça amarela por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

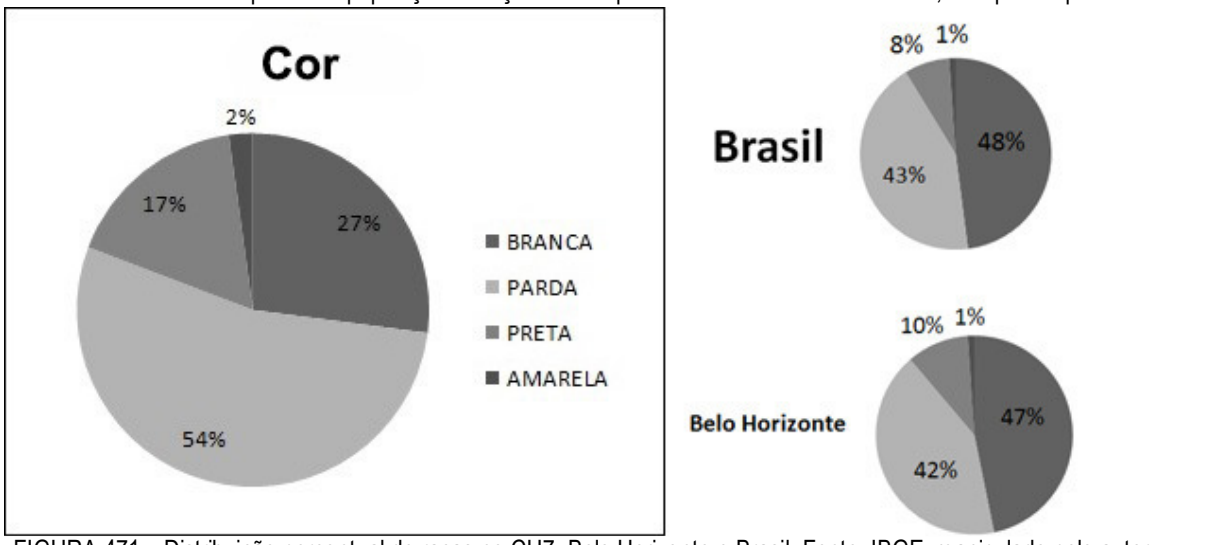


FIGURA 471 – Distribuição percentual de raças no CH7, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 472 – CH7: mapa com a população até 9 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 473 – CH7: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 474 – CH7: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

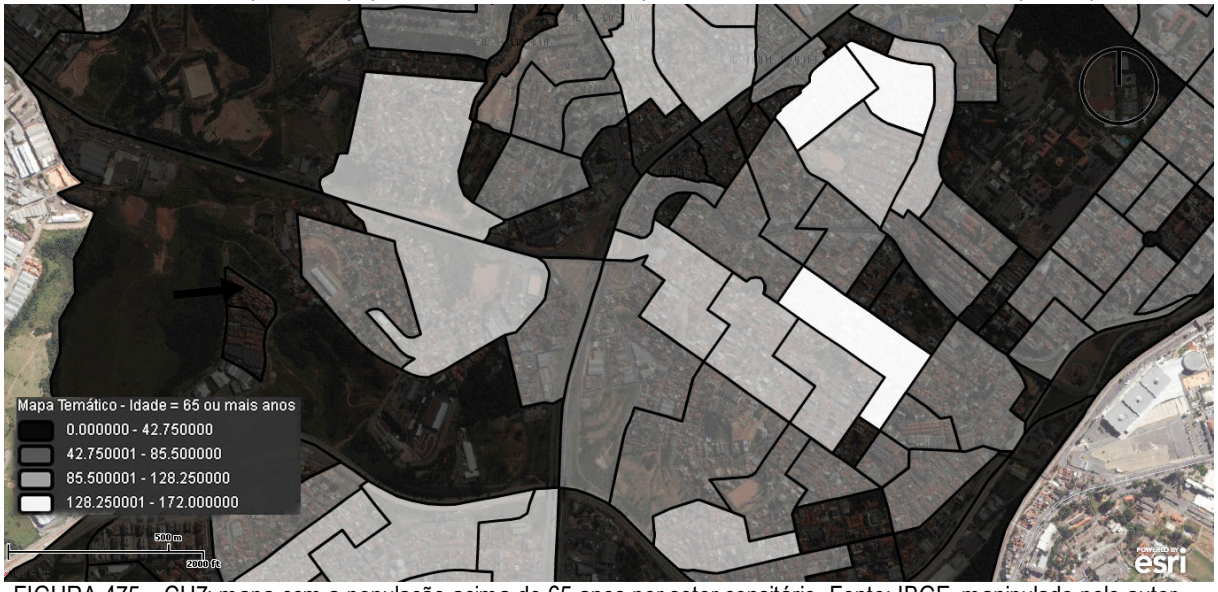


FIGURA 475 – CH7: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

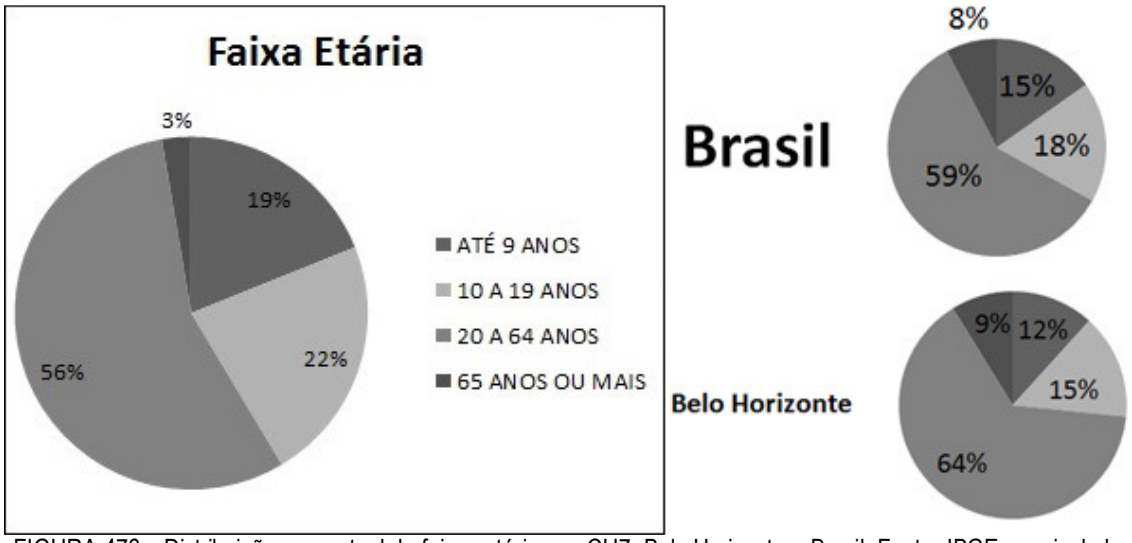


FIGURA 476 – Distribuição percentual de faixas etárias no CH7, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 477 – CH7: mapa com as moradias próprias por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 478 – CH7: mapa com as moradias alugadas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 479 – CH7: mapa com as moradias cedidas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

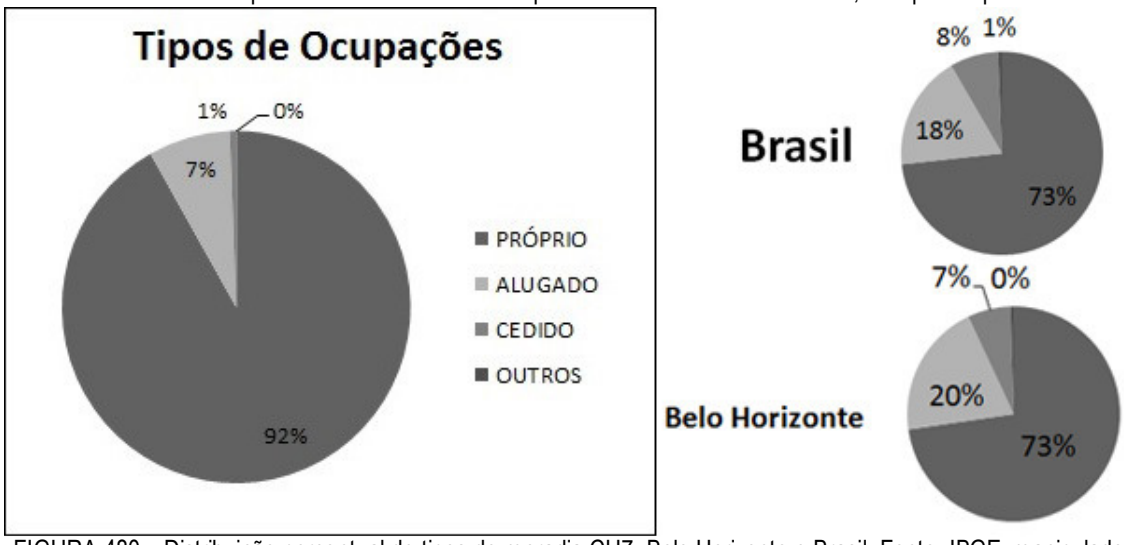
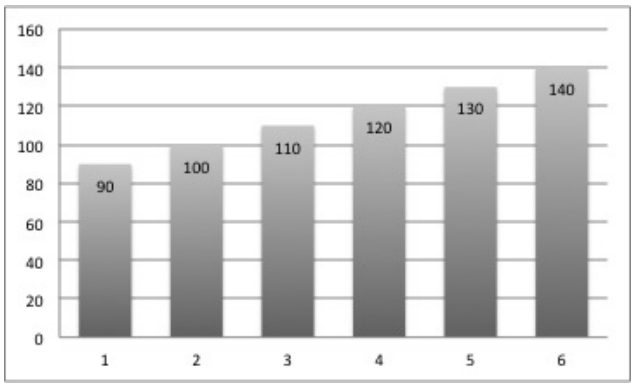


FIGURA 480 – Distribuição percentual de tipos de moradia CH7, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



DOIS QUARTOS
VALOR MÁXIMO: 140
VALOR MÍNIMO: 90
VALOR MÉDIO: 115
VARIAÇÃO: 55%

GRÁFICO 7 - Variação nos preços de apartamentos de dois quartos do CH7.
Fonte: Elaborado pelo autor

Há mais moradias próprias e menos moradias alugadas na comparação em números totais, entre o conjunto Via Expressa e o seu entorno. Na comparação da distribuição percentual do tipo de ocupação

dentro do conjunto em relação às médias no município e no país, é possível ver um amplo predomínio das moradias próprias. Os valores encontrados para UHs do conjunto a venda no mercado imobiliário formal mostram um nível intermediário de variação de preços, na comparação com os outros nove conjuntos. A moradia encontrada com menor preço custava 90 mil reais.

5.7.3 – ESTRUTURA INTRAURBANA

A estrutura intraurbana do conjunto Via Expressa tem muitas semelhanças com outros dois casos de conjuntos habitacionais da URBEL aqui trazidos: o Granja de Freitas e e Águas Claras: boas condições de infraestrutura urbana, péssimas condições de articulação urbana.

QUADRO 21 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH7

Infraestrutura	Verificação	Condição de funcionamento
Sistema de água	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema de esgoto	Não encontrada na rua Cristina Maria de Assis até rua Dois	Não foi possível avaliar
Sistema de drenagem	Não encontrada na rua Cristina Maria de Assis até rua Dois	Várias bocas de lobo quebradas
Sistema energia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema telefonia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Iluminação pública	Implantado em todas as áreas	Insuficiente em alguns trechos arborizados.
Vias urbanas	Implantado em todas as áreas	Bom estado geral.
Calçadas	Implantadas parcialmente somente do lado interno das vias	Há três pontos de ônibus no lado externo das vias, no meio de trechos sem calçada, com chão de terra.
Arborização urbana	Implantado em todas as áreas	Vários canteiros vazios
Mobiliários urbanos	Implantado em todas as áreas	Bancos de concreto e pontos de ônibus.

Não há nenhum espaço de lazer ou convívio público. Mesmo no trecho plano da rua Maria Cristina de Assis, que é bastante larga, foram vistas crianças brincando. Há uma pracinha e uma quadra dentro do conjunto, respectivamente na área do Via Expressa II e do Via Expressa I. Porém, em ambas a vegetação cresce evidenciando pouco uso e pouca capacidade de gestão dos espaços coletivos. A condição da vegetação dentro e fora do conjunto evidencia que nem os moradores conseguem manter algum serviço de capina e poda nas áreas coletivas, nem a administração municipal providencia esse serviço nos espaços públicos em volta do conjunto. A impressão de abandono dos espaços abertos privados com mato crescendo se mimetiza ao contexto urbano com as mesmas características.

A entrevista com os moradores mostrou uma visão diferente do que foi visto nas visitas de campo, pelo menos em certos aspectos.[1] Eles não relataram qualquer histórico de problemas no sistema de abastecimento de água ou no sistema de esgoto. Todas as suas reclamações diziam respeito aos

[1] Entrevista completa com os moradores: ver anexo 7.1.

sistemas da infraestrutura predial e não da infraestrutura urbana, o que pareceu evidenciar a um só tempo, as limitações técnicas dos projetos e das construções dos edifícios e as dificuldades que esses moradores têm de gerir o conjunto em relação à manutenção das infraestruturas prediais. A reclamação do sistema de esgoto que sempre entope, pode ter relação com o fato de não haver rede na rua Maria Cristina de Assis e as redes de esgoto de cada bloco do Via Expressa II se concentrarem passando sob os blocos do Via Expressa I. Uma moradora relatou problemas com entupimentos de bocas de lobo, o que já teria causando problemas de alagamento dentro de alguns blocos do conjunto.

QUADRO 22 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH7

Área	**Aspectos**	**Principais pontos da fala dos moradores**
Infraestrutura Urbana	Sistema abastecimento água	Há problemas internos de gestão condominial
	Sistema esgoto	Há problemas internos de gestão condominial
	Sistema drenagem	Já houve entupimento de bocas de lobo
	Sistema energia	Não relataram problemas
	Sistema telefonia	Não relataram problemas
	Iluminação pública	Não relataram problemas
	Pavimentação vias	Não relataram problemas
	Calçadas	Não mencionaram
Qualidade Urbana	Comércio	É Péssimo, a situação é muito difícil Falta comércio próximo ao conjunto O único comércio que existe cobra preços altos Qualquer comércio fica a pelo menos um quilômetro É mais fácil fazer compras no centro e pegar o metrô
	Serviços Saúde	O Centro de Saúde Califórnia é bom mas distante A presença da BR040 gera uma barreira As vezes os funcionários não atendem bem
	Serviços de Educação	A UMEI é boa mas fica longe, no Santa Maria. A UMEI Califórnia fica mais longe ainda. A E.M. João Camilo é boa. Não há escolas depois do fundamental I
	Espaços de Lazer e esportes	Os espaços internos foram tomados pelo tráfico Não há áreas públicas de lazer e esporte
	Serviço de varrição/capina	Não é realizada com frequência
	Transporte público e mobilidade	Os moradores ficam isolados A única linha tem intervalos de quarenta minutos Intervalos de uma hora a noite e nos fins de semana Até para pegar um táxi é preciso andar um quilômetro O metrô passando relativamente próximo é bom

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

Os moradores não relataram nenhum problema em relação à rede elétrica, telefônica ou à pavimentação das vias. Também não mencionaram negativamente a condição das calçadas do conjunto ou dos pontos de ônibus, diferentemente dos levantamentos de campo.

A visão dos moradores sobre a qualidade urbana do lugar onde moram não contradisse o levantamento de campo e, ao contrário, deu-lhe força ao fornecer mais elementos para suas hipóteses. Em primeiro lugar, a entrevista confirmou a impressão causada pelas visitas de campo sobre as dificuldades impostas pelo isolamento do conjunto em relação ao acesso ao comércio e aos serviços. Os moradores foram mais taxativos em relação ao comércio, porque, segundo eles, é mais fácil fazer compras no centro da cidade e pegar um metrô e depois um ônibus do que tentar ir a pé até algum supermercado da região. Eles ainda revelaram que a padaria que existe na área, por ser o único tipo de comércio, cobra preços mais altos. Os moradores se queixam bastante em relação ao acesso ao Centro de Saúde Califórnia, o mais próximo. Além de ficar a cerca de dois quilômetros do conjunto, é necessário atravessar a rodovia BR 040, o que, segundo eles, pode levar trinta ou até quarenta minutos, dependendo do dia. Eles só não reclamam tanto em relação aos serviços públicos de educação, porque, nesse caso há uma UMEI no bairro Santa Maria e a E.M. João Camilo Torres, que ficam a uma distância razoável do conjunto. Porém, não há opções para o ensino fundamental II que não exijam o uso do transporte público, onerando as despesas familiares.

Outra informação importante revelada na entrevista com os moradores foi sobre os espaços de lazer e esporte internos do conjunto. Além de confirmarem durante a conversa, as dificuldades que existem para custear as despesas comuns entre os blocos, os moradores contaram que a quadra é normalmente utilizada pelos jovens ligados ao tráfico de drogas, os quais bloqueiam o seu uso para outras pessoas, jovens e crianças do conjunto. Os moradores fizeram ainda várias queixas em relação ao transporte público. Segundo eles, os intervalos entre os ônibus são muito longos e a noite e nos finais de semana é quase impossível utiliza-los pela escassez de veículos circulando. A fala dos moradores revela claramente a sensação de isolamento que a condição urbana do conjunto lhes impõe, mesmo considerando a presença de uma estação de metrô a cerca de dois quilômetros.

Os dados da PBH estão em alguma medida desatualizados em relação aos conjuntos Via Expressa I e II. Não há registros de redes de água e esgoto em nenhuma das ruas do parcelamento onde ele se insere. Esse mapa também mostra que algumas pequenas indústrias da região, ao longo da rodovia BR 040 e no "Califórnia Velho" ou têm rede de água ou de esgoto, criando alguma suspeita em termos ambientais em relação às contaminações no lençol freático. O mapa de cadastro das redes de energia e telefonia mostra que todas as vias da região estão abastecidas, incluindo a rua "E" aberta de forma improvisada, ligando o conjunto ao "Califórnia Velho", a nordeste. Se os dados da PBH em relação ao esgoto e água estão desatualizados, os dados em relação à pavimentação de vias e calçadas parecem a frente da realidade presente, já que mostram as ruas periféricas do conjunto, Maria Cristina de Assis e José Cláudio

Sanches, com passeios dos dois lados e ainda a ligação entre o conjunto Via Expressa e o "Califórnia Velho" com a continuação da pavimentação da rua José Cláudio Sanches. A discrepância entre os dados da PBH e a realidade indica que algumas questões da infraestrutura urbana do conjunto foram planejadas, mas não foram implantadas. A rua José Cláudio Sanches parece claramente interrompida, formando um pedaço de rua sem saída, segundo os moradores, um dos pontos mais perigosos do conjunto.

Os dados sobre o sistema de saúde e educação confirmam, de certa forma, a ideia relativamente positiva que os moradores fazem a seu respeito. A escola mais próxima, a E.M. João Camilo Torres, que foi citada na entrevista, teve um desempenho razoável na avaliação do IDEB, ficando com o seu fundamental I um pouco abaixo da média municipal e o seu fundamental II um pouco acima da média. O curioso é que os moradores disseram que a escola não tinha "da quinta série pra frente", o que parece não ser verdade.

TABELA 13 – Avaliação das escolas públicas na área do CH7

Nome da Escola	**Abrangência**	**Avaliação do IDEB (2011)**			
		FUNDAMENTAL I		FUNDAMENTAL II	
		Média escola	Média da cidade	Média da escola	Média da cidade
E.M. Prof. João Camilo de Oliveira Torres	Fund. I, Fund. II, EJA.	5,1	5,8	4,6	4,2
E.E. Prof. Clovis Salgado	Fund. I, Fund. II, Ens. Médio, EJA.	5,4	5,8	2,9	4,2

Fonte: Base de dados do INEP (Prova Brasil 2011). Acessado através do site <www.escol.as> em 04/11/2013.

TABELA 14 – Avaliação do centro de saúde na área do CH7

Centro de Saúde	População Total (Censo 2010)	Distribuição da Pop. Total por Faixa de Risco (IVS)				População Total Cadastrada	**No. ESF**	
		ME	EL	MD	BA		Hoje	Mín
Califórnia	17.577	1.643	3.682	9.470	2.782	18.463	6	4,6

Dados fornecidos pela Gerência de Assistência/SMSA/PBH
ME: Risco Muito Elevado; EL: Risco Elevado; MD: Risco Médio; BA: Risco Baixo. ESF: Equipes de Saúde da Família.
Hoje: no. de ESF atendendo segundo a SMSA. Min.: no. de ESF mínimo estabelecido pelo planejamento municipal.

O serviço oferecido no Centro de Saúde Califórnia, avaliado pela maioria dos moradores entrevistados como positivo, não tem problemas pelo menos de falta de pessoal, segundo os dados obtidos na pesquisa de campo. É interessante perceber que trata-se de um equipamento que cobre um território heterogêneo, na avaliação da SMSA, já que foi o único Centro de Saúde com famílias nas quatro faixas de risco.

Os mapas elaborados com base nos dados da PBH ajudam a entender melhor a situação do conjunto Via Expressa. No mapa com os serviços de educação e saúde, fica claro, que, à exceção da E.M. João Camilo Torres, todos os demais equipamentos encontram-se do outro lado de uma grande via de ligação regional e a uma distância considerável para ser percorrida a pé. Os principais equipamentos ficam a norte da rodovia BR 040 (UMEI, CRAS, Centro de Saúde, E.M. Clóvis Salgado, E.M. Dom Bosco). Porém esses equipamentos estão muito mais articulados com os bairros do entorno (Califórnia Novo, Dom Bosco, Álvaro Camargos) e mesmo com os conjuntos habitacionais Califórnia I e Califórnia II do que com o conjunto Via Expressa.[2] O mapa com os equipamentos de lazer e esportes mostra pelo menos três campos de futebol próximos ao conjunto. Eles não foram vistos nas visitas de campo nem citados pelos moradores e provavelmente estão em terrenos particulares das empresas situadas ao longo da rodovia. O mapa que mostra o sistema de transporte público da região analisada evidencia o isolamento do conjunto também no aspecto da mobilidade. Apesar de estar próximo de três grandes corredores de transportes públicos, o desenho urbano do conjunto Via Expressa só favoreceu a sua articulação com a Via Expressa e mesmo assim de forma pouco direta. Em relação à rodovia BR 040 e principalmente em relação ao Anel Rodoviário, o conjunto encontra-se completamente desarticulado. Finalmente, o mapa com os usos do entorno do conjunto mostram como único centro comercial consolidado, a área próxima do encontro entre BR 040 e Anel Rodoviário, próxima do conjunto Califórnia I, distante quase dois quilômetros, confirmando as impressões das visitas de campo e a fala dos moradores.



FIGURA 481 – Rua Cristina Maria Assis, entre o CH7 e a área não urbanizada.
Fonte: Foto do autor (03/12/13).

[2] A própria coordenadora do CRAS Califórnia foi quem afirmou isso, em conversa informal. Segundo ela, é difícil chegar até os moradores do conjunto Via Expressa e eles têm preguiça de ir até o CRAS.



FIGURA 482 - Bocas de lobo na rua Cristina Maria Assis.
Fonte: Foto do autor (26/11/2013).



FIGURA 483 – Calçada interna da rua Cristina Maria Assis.
Fonte: Foto do autor (26/11/2013).



FIGURA 484 - Único ponto de ônibus coberto do CH7.
Fonte: Foto do autor (26/11/2013).



FIGURA 485 - Lado externo das ruas do CH7.
Fonte: Foto do autor (26/11/2013).



FIGURA 486 - Blocos da segunda fase do CH7.
Fonte: Foto do autor (03/12/13).



FIGURA 487 – Blocos da primeira fase do CH7.
Fonte: Foto do autor (03/12/13).



FIGURA 488 - *Trailer* abandonado no CH7.
Fonte: Foto do autor (26/11/2013).



FIGURA 489 - Galpões na rua Maria Cristina de Assis.
Fonte: Foto do autor (03/01/2014).



FIGURA 490 – Área de lazer interna do CH7.
Fonte: Foto do autor (03/12/2013).



FIGURA 491 – Quadra e áreas internas do CH7 (1ª. fase).
Fonte: Foto do autor (03/12/2013).



FIGURA 492 – Áreas internas do CH7 (2ª. fase).
Fonte: Foto do autor (03/12/2013).



FIGURA 493 – Áreas não urbanizadas vizinhas ao CH7.
Fonte: Foto do autor (26/11/2013).

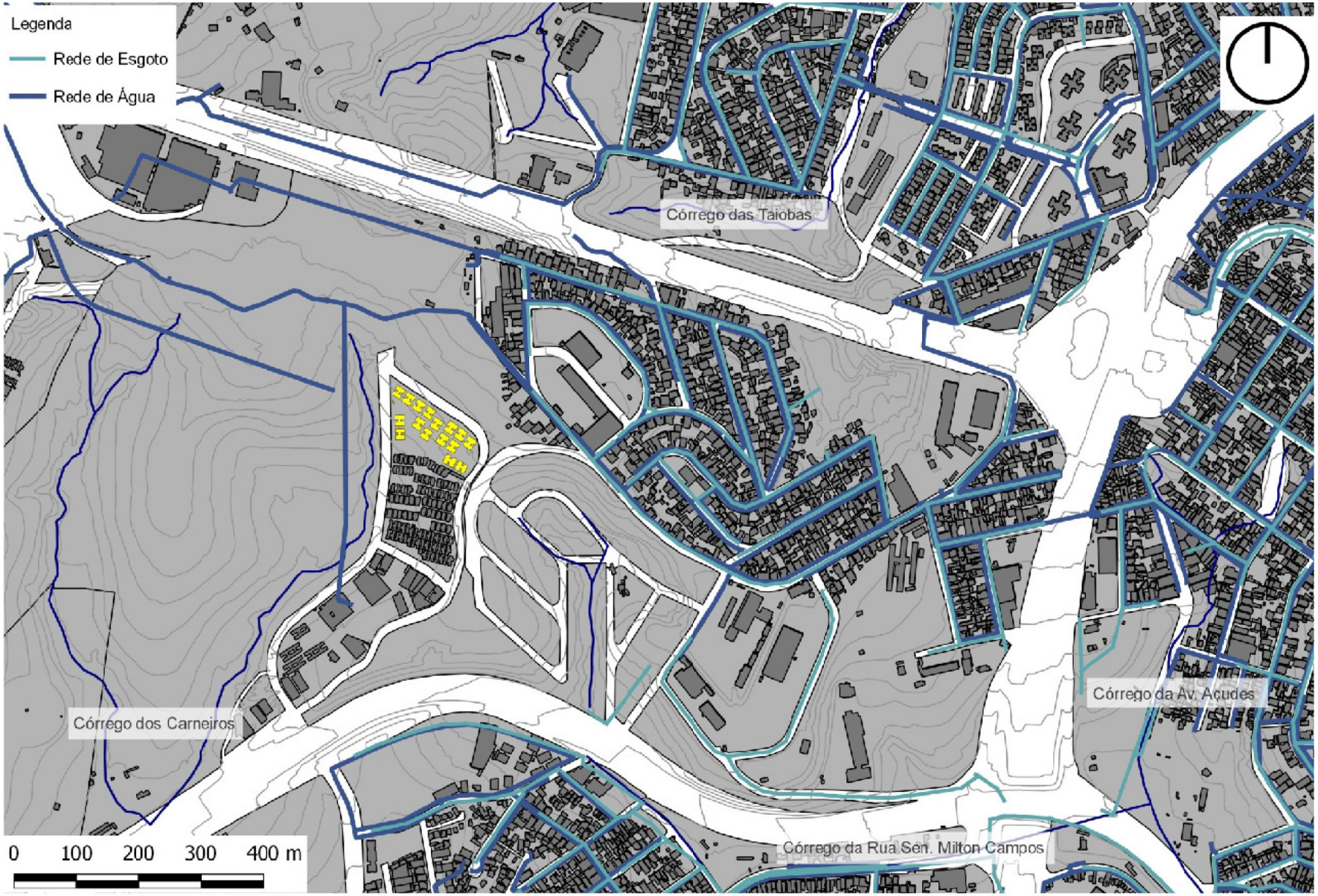


FIGURA 494 - Mapa de redes de água e esgoto do CH7 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

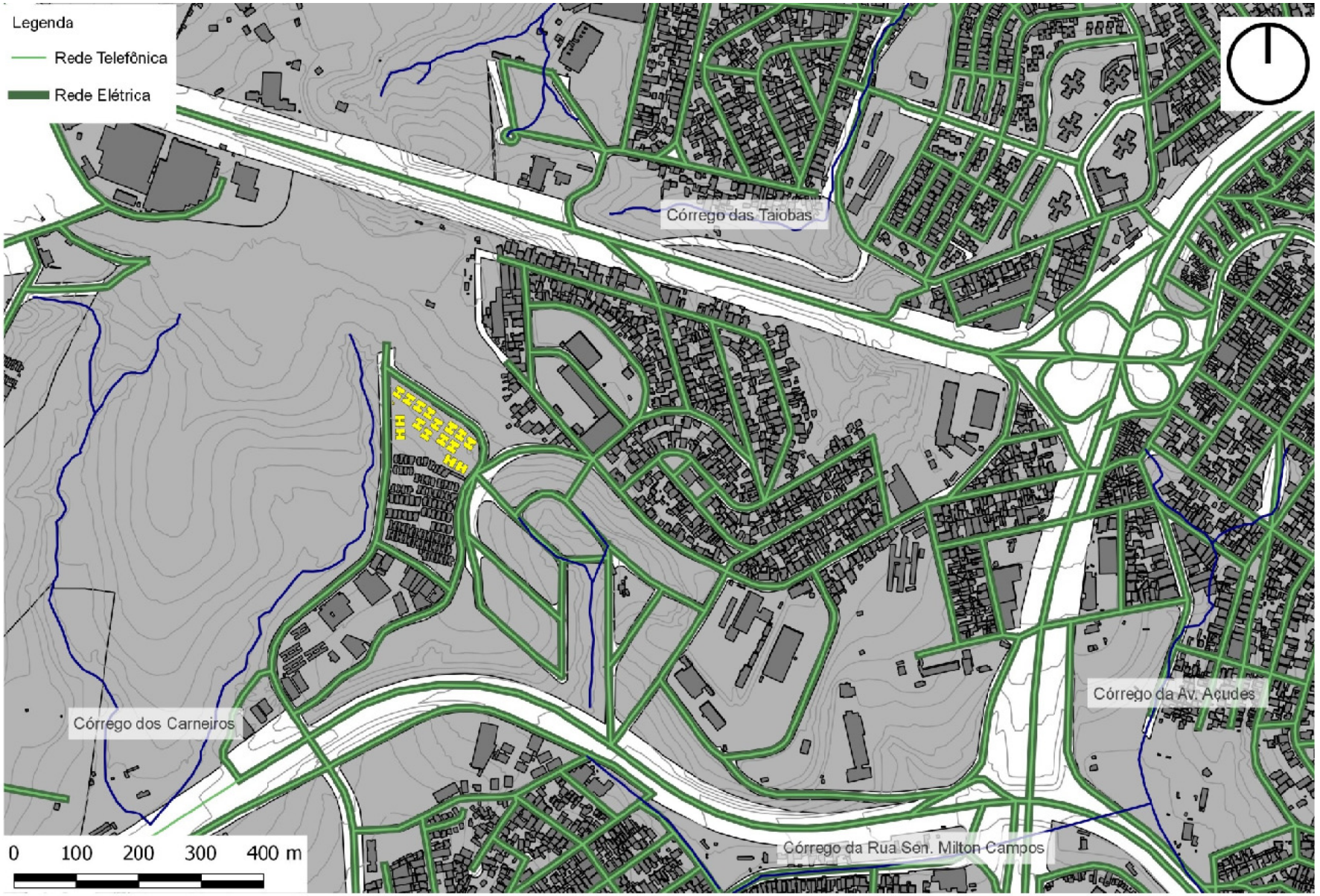


FIGURA 495 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH7 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

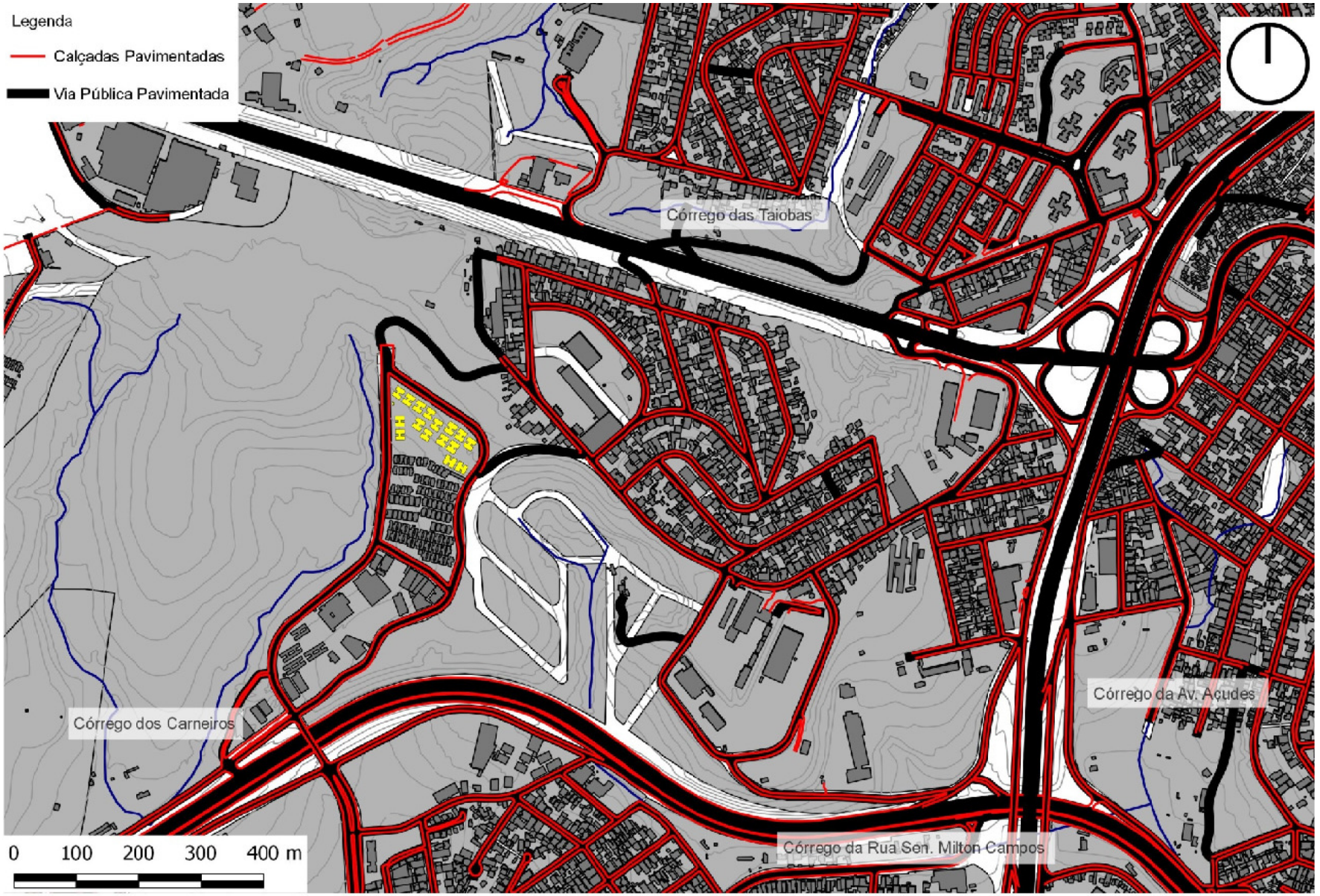


FIGURA 496 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH7 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

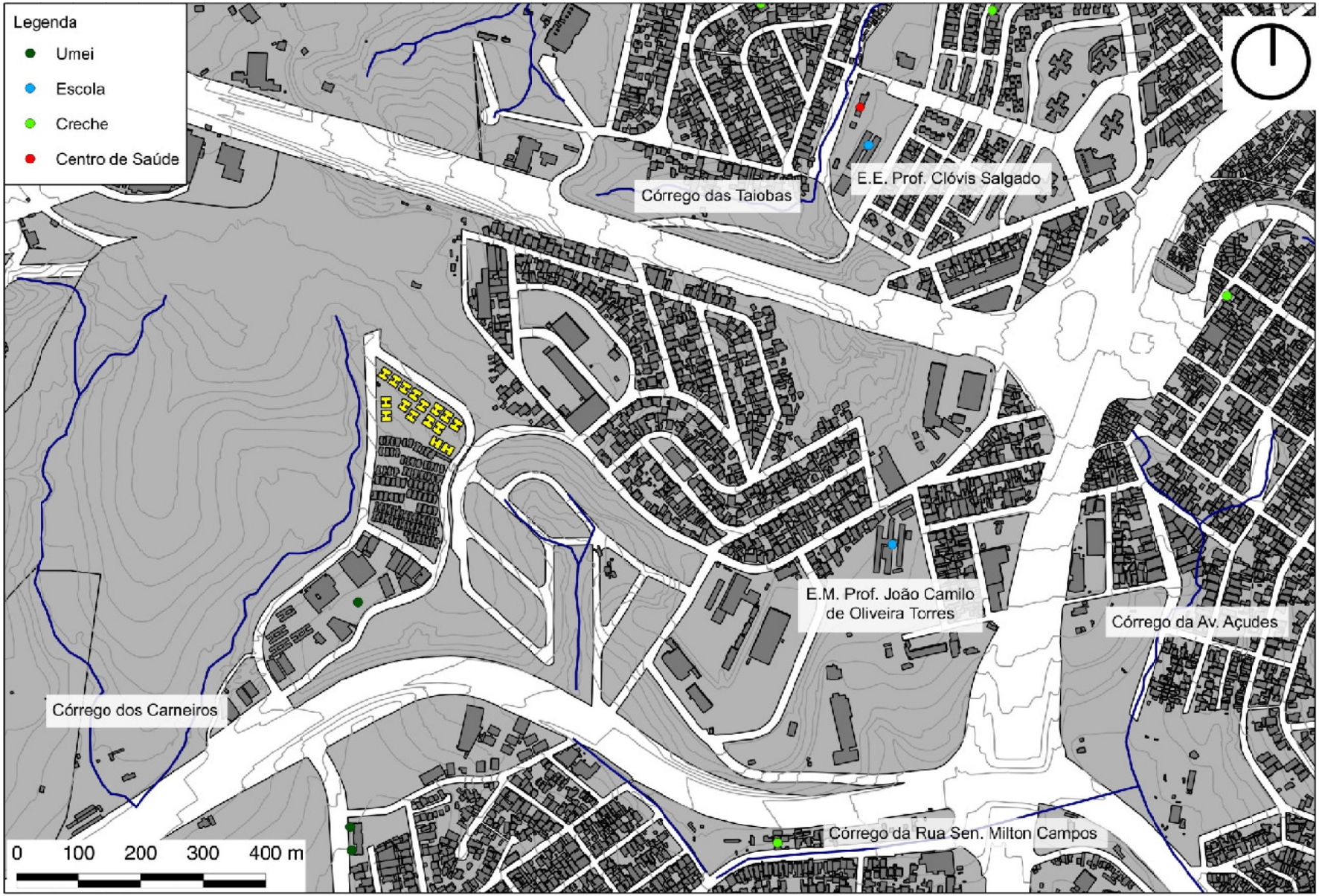


FIGURA 497 - Mapa de serviços de saúde e educação do CH7 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

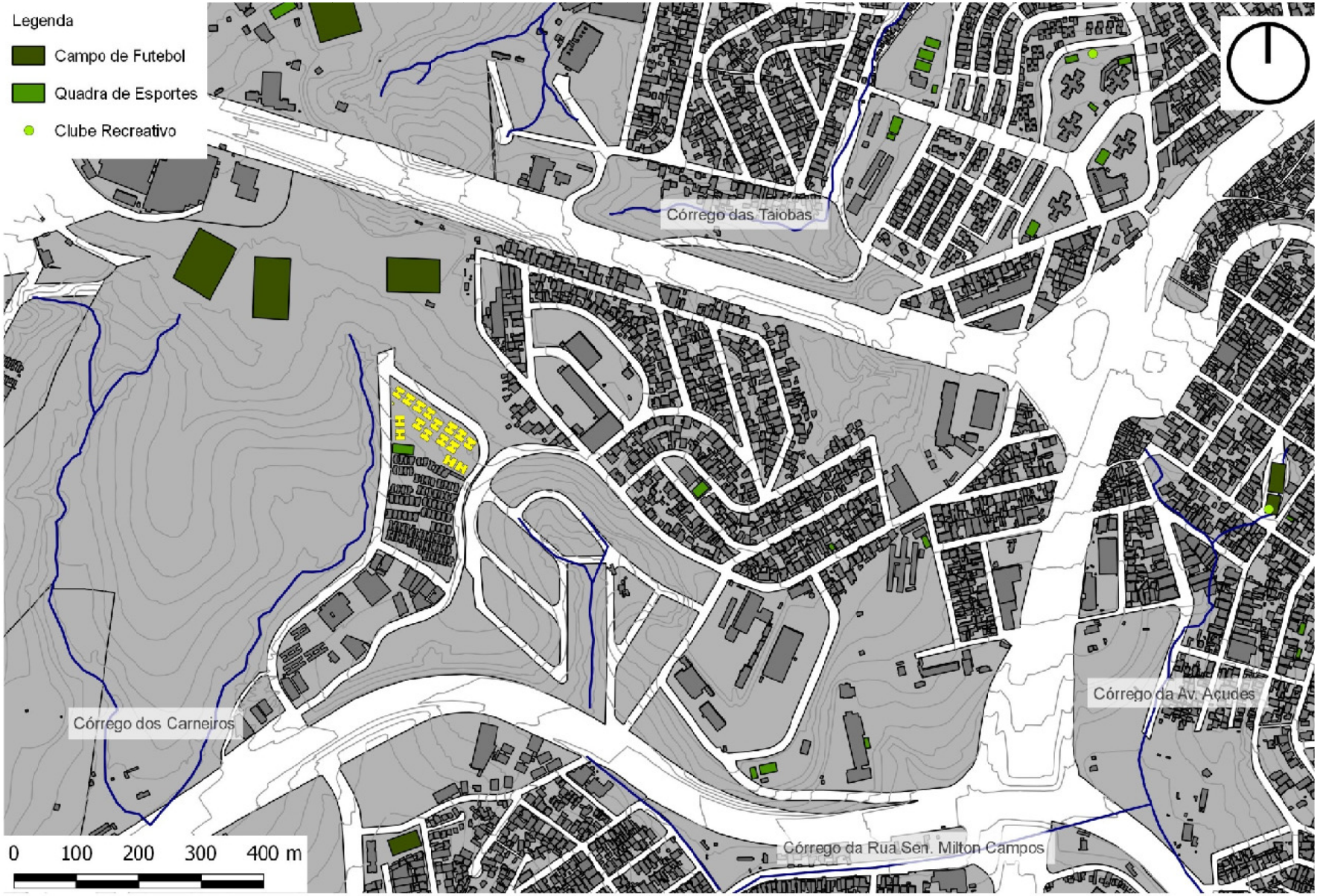


FIGURA 498 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH7 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

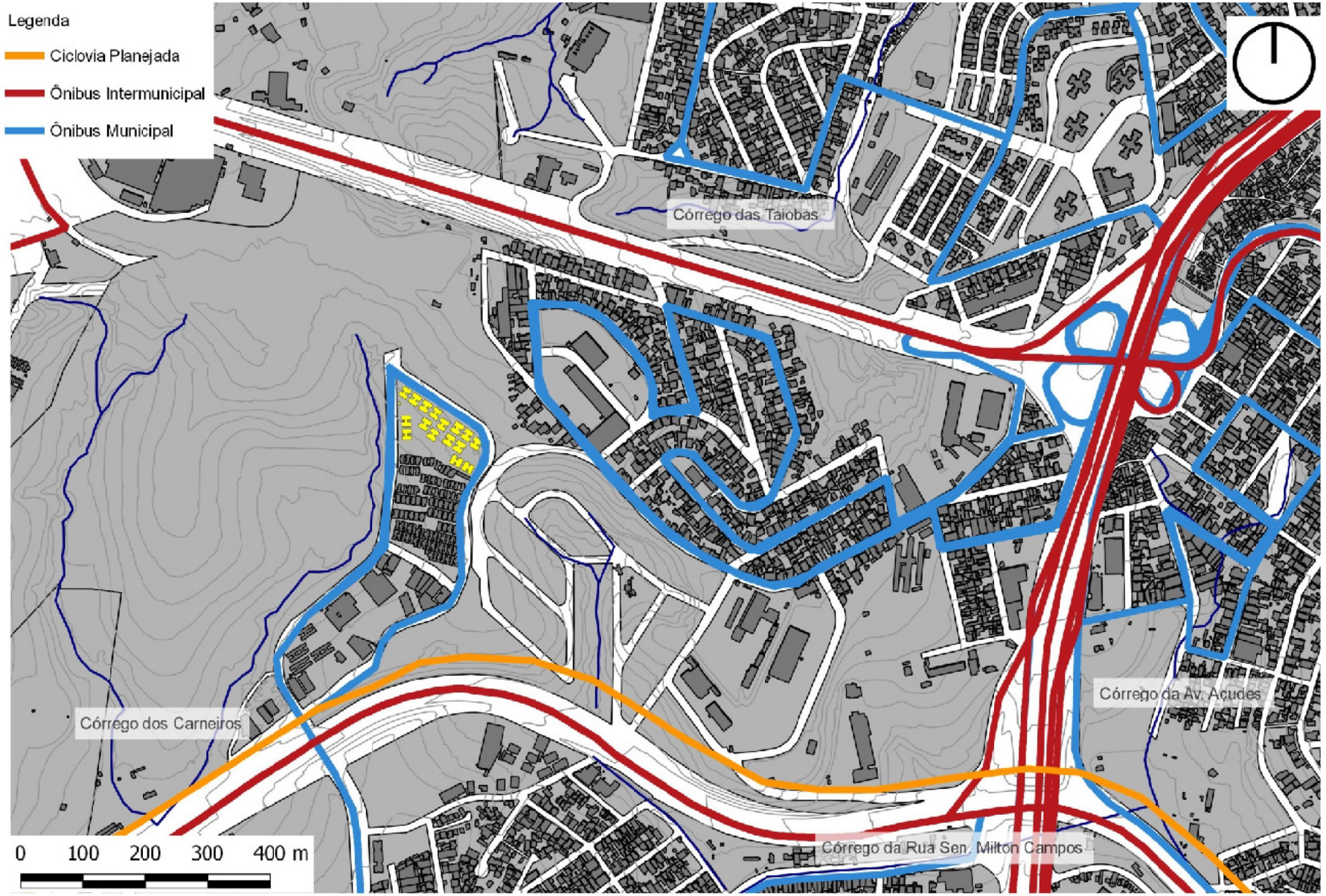


FIGURA 499 - Mapa do sistema de transporte do CH7 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

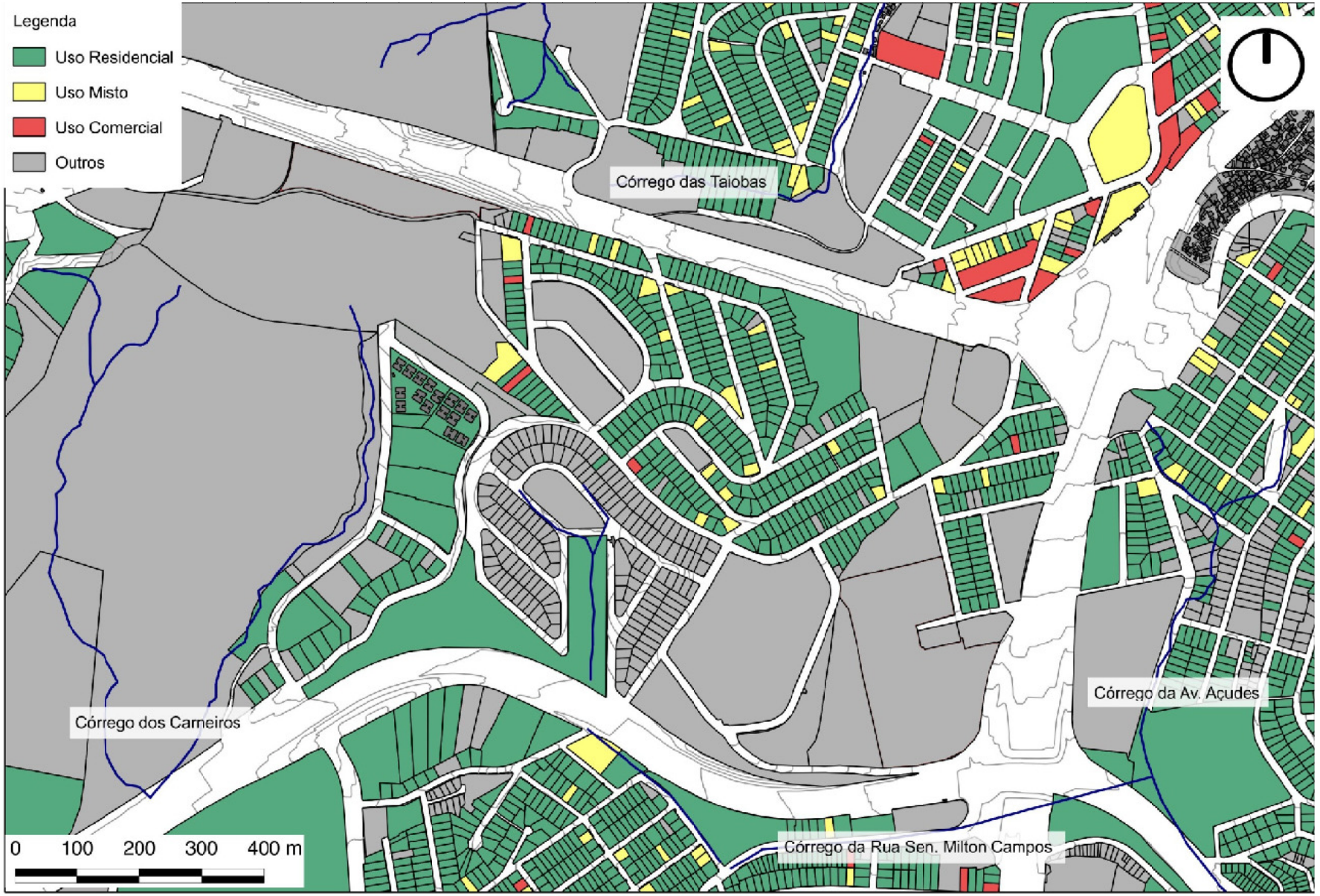


FIGURA 500 - Mapa de usos do CH7 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

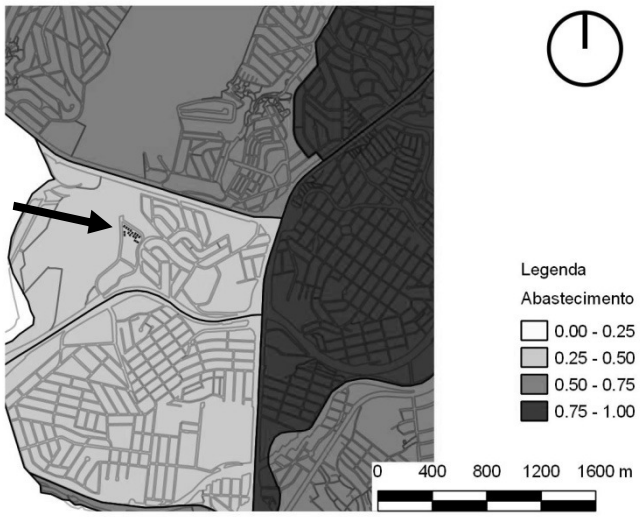


FIGURA 501 – Mapa de IQVU do CH7 – Abastecimento.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

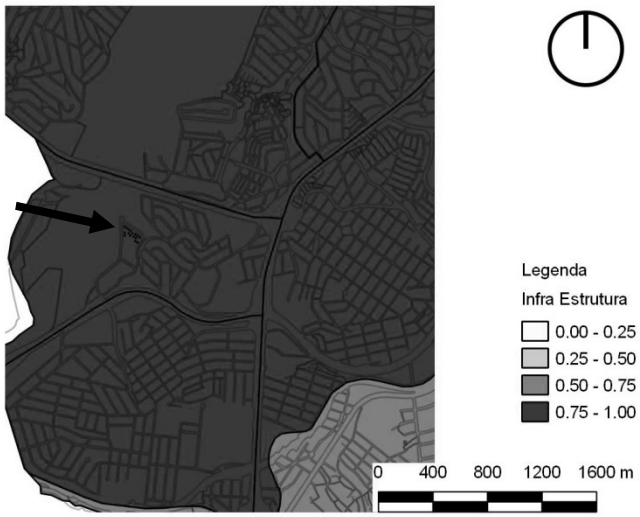


FIGURA 502 – Mapa de IQVU do CH7 – Infraestrutura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

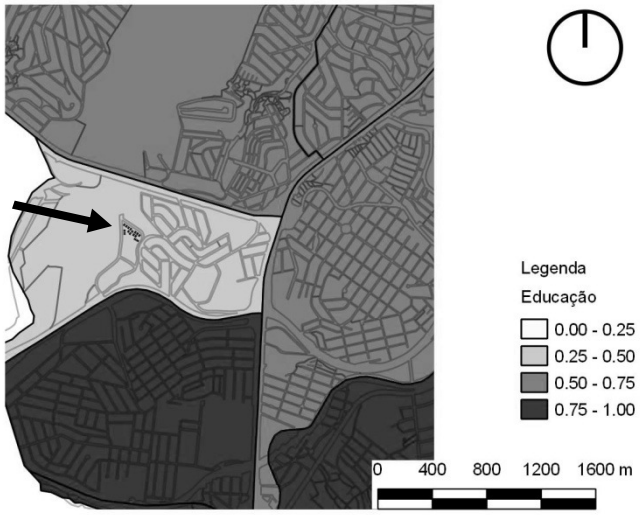


FIGURA 503 – Mapa de IQVU do CH7 – Educação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

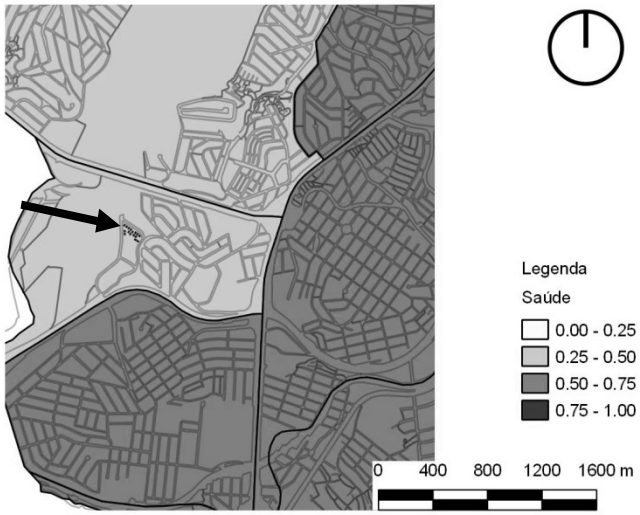


FIGURA 504 – Mapa de IQVU do CH7 – Saúde.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

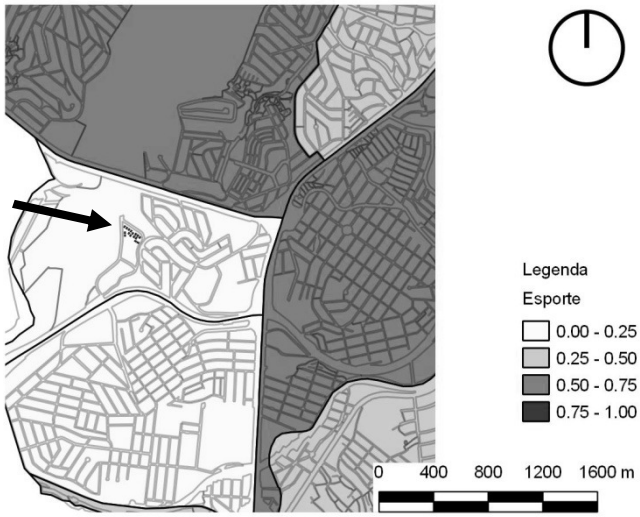


FIGURA 505 – Mapa de IQVU do CH7 – Esporte.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

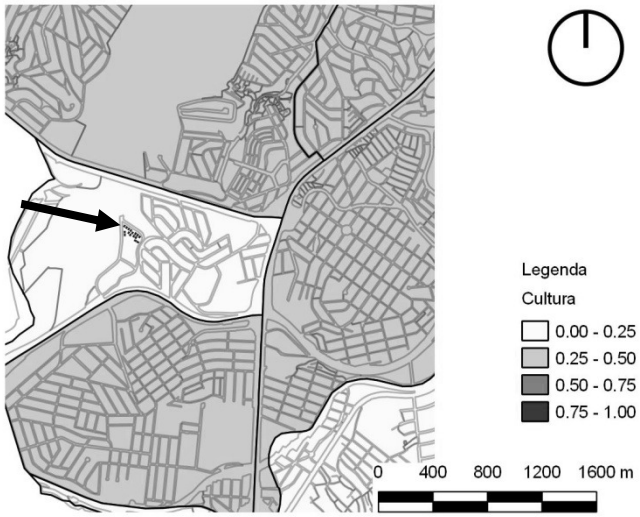


FIGURA 506 – Mapa de IQVU do CH7 – Cultura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

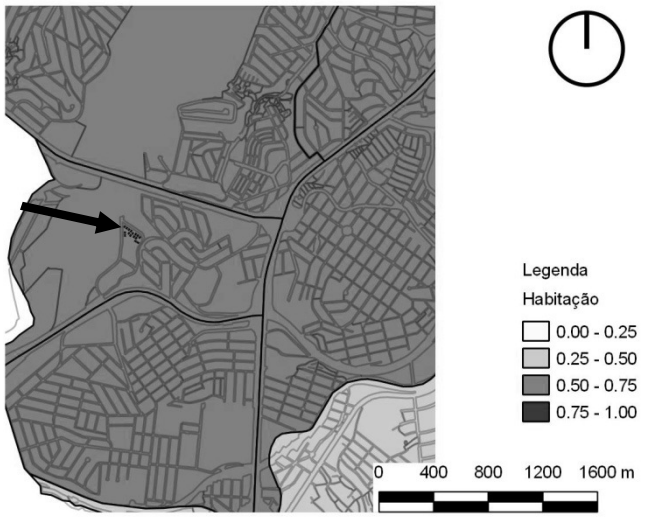


FIGURA 507 – Mapa de IQVU do CH7 – Habitação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

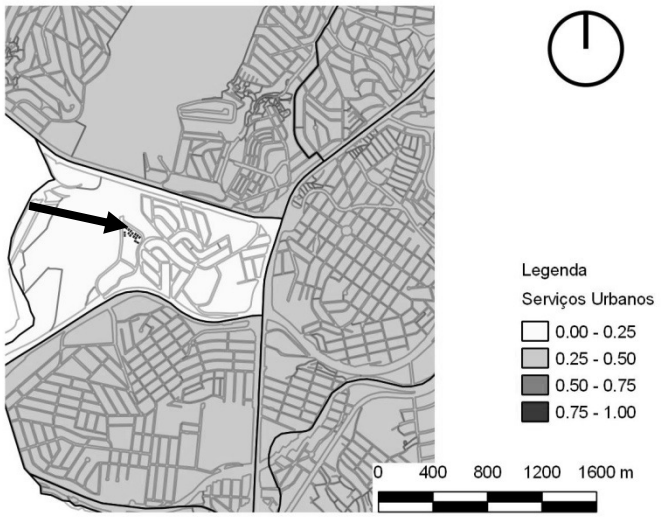


FIGURA 508 – Mapa de IQVU do CH7 – Serviços Urbanos.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

A UP onde está localizado o conjunto Via Expressa engloba somente o "Califórnia Velho" formando um panorama menos heterogêneo em termos socioeconômicos e físico-ambientais do que outras UPs abordadas anteriormente. A avaliação de IQVU pontuou a área como média em termos de abastecimento alimentar, abaixo de quase todas as regiões vizinhas e na mesma média dos bairros Camargos e Santa Maria, a sul. Considerou a área muito boa em termos de infraestrutura urbana, como toda a região. No entanto, a área recebeu avaliação média em relação à educação e à saúde e ruim em relação ao esporte e à cultura, em todos os casos com avaliações piores do que de todas as áreas do entorno. O item habitação teve nota boa, no mesmo nível da região à sua volta. O item serviços urbanos teve nota ruim, abaixo de todos os bairros em volta.

A área urbana onde foi construído o conjunto Via Expressa é visto pela PBH na avaliação de qualidade de vida urbana como pior do que as demais áreas da região em seis dos oito itens citados e igual em dois deles. Em nenhum dos itens a região ficou melhor avaliada do que as regiões a sua volta e em nenhum dos itens obteve uma avaliação muito boa.

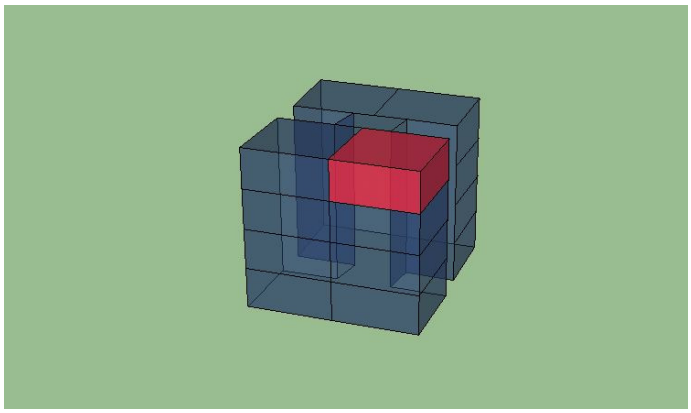


FIGURA 509 – Volumetria do bloco do CH7(UH destacada).
Fonte: Elaborado pelo autor

ÁREA TOTAL: 14.129 m2
NÚMERO DO BLOCOS:16
NÚMERO DE UHs: 256
DENSIDADE HABITACIONAL (liq): 181,5 UH/ha
DENS. POPULACIONAL (liq): 726 hab/ha aprox.
ÁREA ABERTA: 10.121 m2
ÁREA ABERTA/HABITANTE: 9,8 m2
PADRÃO DAS UHs: 2 QUARTOS

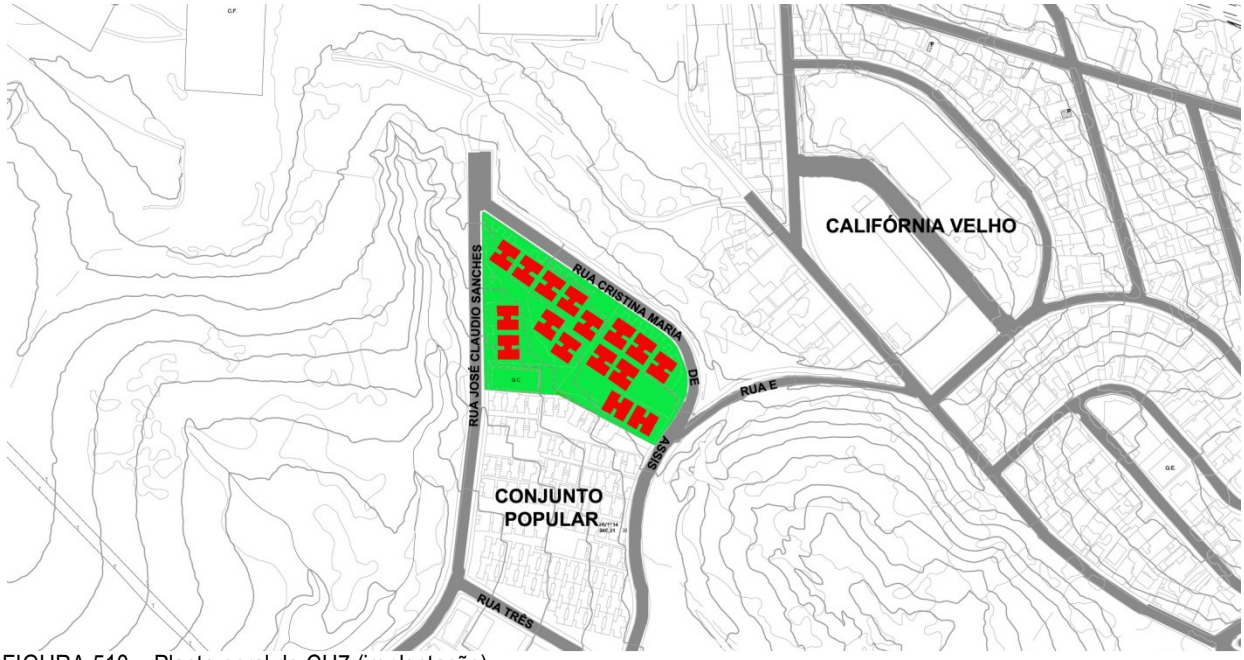


FIGURA 510 - Planta geral do CH7 (implantação).
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da Prodabel.



FIGURA 511 - Volumetria geral do CH7. Fonte: Elaborado pelo autor.

Os dois conjuntos foram agrupados em um só nesse capítulo por estarem inseridos numa mesma quadra, terem sido construídos pelo mesmo agente (URBEL), num breve intervalo de tempo, quase como uma continuação um do outro. Não é fácil perceber visualmente onde começa o Via Expressa I e onde termina o Via Expressa II quando se caminha pela rua perimetral desse parcelamento, chamada num trecho de rua Maria Cristina Assis e no outro de rua José Cláudio Sanches. O bloco típico (um "H") é o mesmo nas duas etapas assim como os padrões construtivos, as soluções arquitetônicas e o padrão de pintura das fachadas. Como cada bloco tem a sua gestão condominial independente, as pequenas variações cromáticas entre os prédios decorrem muito mais desse modelo do que como uma separação entre fases do conjunto. Entretanto, as diferenças que existem entre os dois conjuntos não são pequenas, mas decorrem das diferenças entre os perfis dos moradores e não dos projetos arquitetônicos ou urbanísticos. Os moradores do conjunto Via Expressa I, construído entre 2003 e 2004, vieram de remoções de áreas de risco atingidas pelas chuvas em Belo Horizonte nos anos anteriores principalmente no Morro das Pedras. Já os moradores do conjunto Via Expressa II, construído entre 2006 e 2007, vieram através do OPH. Dessa forma, ao contrário dos dois conjuntos da URBEL antes analisados, há entre os dois conjuntos uma forte separação entre os moradores – que é muito clara para eles e também para quem é de fora – criada pela forma como foi feita a distribuição dos imóveis pela administração municipal.

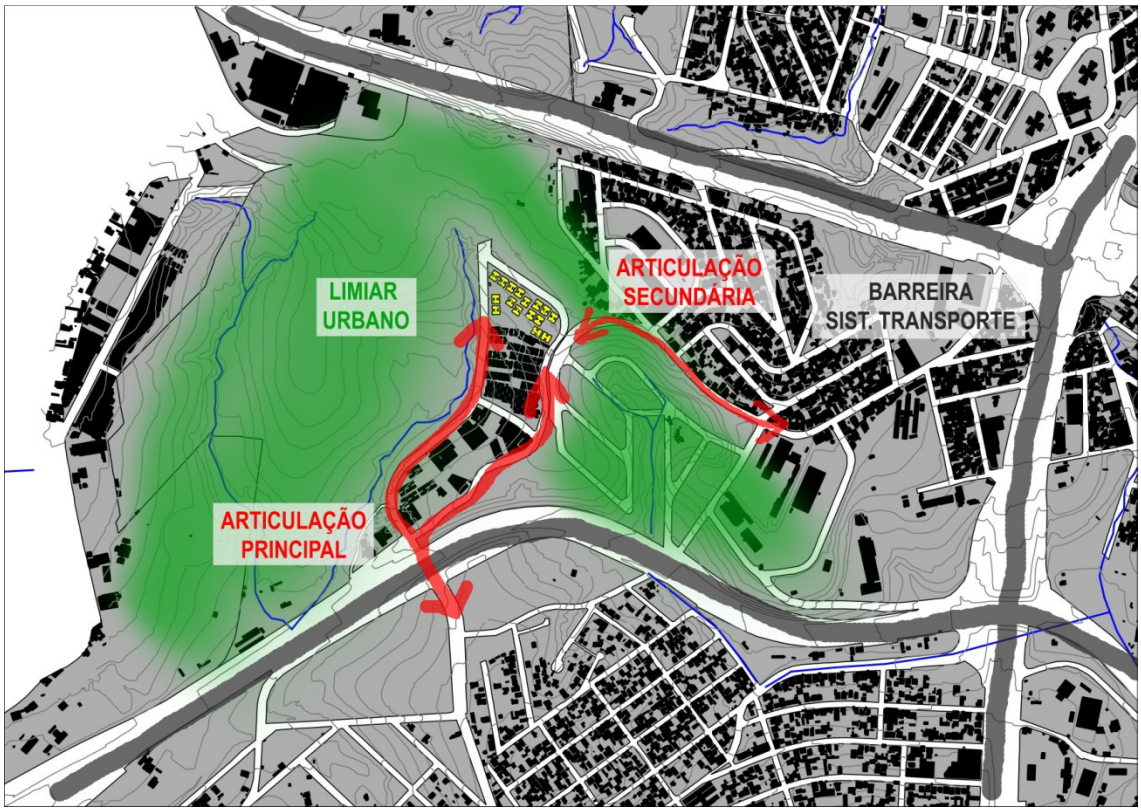


FIGURA 512 – Análise gráfica do projeto urbano do CH7.
Fonte: Elaborado pelo autor sobre a base de dados da PBH.

O Via Expressa I é composto pelos nove blocos a oeste e o Via Expressa II pelos sete blocos mais a leste. O total isolamento é a característica principal desses dois conjuntos. Além das áreas verdes em volta do terreno onde ele foi construído, há grandes corredores viários cuja transposição é praticamente impossível em percursos peatonais: a rodovia BR 040 a norte, a Via Expressa a sul e ainda o anel rodoviário um pouco mais distante, a leste. A única área urbana contígua ao conjunto é formada por duas quadras que são acessadas pela via marginal da Via Expressa. Porém nessas áreas urbanizadas próximas ao conjunto existem apenas galpões comerciais com pequenas indústrias, garagens, depósitos. Não há nenhum tipo de comércio aberto ao público a não ser uma padaria, que se aproveita da situação praticando preços abusivos, segundo os moradores. E além das duzentas e cinquenta e seis famílias dos conjuntos Via Expressa I e II, há ainda outras tantas no conjunto popular vizinho, composto de blocos habitações geminadas de dois pavimentos.[3] Só há duas ligações da área com o mundo exterior: ao sul pela via marginal da Via Expressa e pelo viaduto que a cruza, fazendo a ligação com o bairro Santa Maria; a nordeste, por meio de uma rua precariamente asfaltada (rua "E") que fez a ligação com o "Califórnia Velho". Essa última ligação acabou criando uma forma de corta-caminho para os veículos, ligando a rodovia BR 040 à Via Expressa por dentro do bairro, aumentando o fluxo de carros na rua Cristina Maria de Assis. A impressão que predomina no conjunto, apesar disso, é a de total isolamento da vida urbana, da cidade. Pode ser ver Belo Horizonte bem longe, olhando-se na direção leste e Contagem, também bem longe, por entres as árvores, olhando-se na direção oeste.

Os blocos do conjunto seguem o padrão "H" com quatro UHs por pavimento e uma circulação vertical central, avarandada. Em vários blocos, os moradores se apropriaram dessas circulações verticais avarandadas com jardins, vasos, bancos, criando pequenos espaços de permanência coletivos. Já os espaços coletivos no nível do chão são muito mal cuidados, quase todos tomados pelo mato. Em vários trechos do Via Expressa I, foram construídas pelos moradores coberturas para veículos, criando apropriações privadas no espaço coletivo do conjunto.

5.7.5 – CONDIÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O córrego dos Carneiros passa logo ao lado do conjunto Via Expressa I, paralelo à rua José Cláudio Sanches. Porém, a grande diferença de nível entre o seu leito e a via urbana faz com que sua presença seja praticamente imperceptível. Há uma mata ciliar bastante densa ao longo do curso d'água, o que apenas indica a sua presença. Não foi possível, no entanto, chegar até o córrego propriamente. Há outros cursos d'água a leste e a oeste do conjunto, mas já um pouco mais distantes e, por isso mesmo, não foram vistos nas visitas de campo.

Durante as visitas ao conjunto não foram detectados quaisquer problemas de solo significativos. O corte no terreno para a implantação da rua Cristina Maria de Assis deixou um pequeno barranco exposto, mas

[3] Trata-se de um antigo empreendimento da construtora MRV, segundo os moradores do Via Expressa.

que por sua altura reduzida, de cerca de um metro, não representa qualquer problema mais sério. Em todos os dias e horários em que o conjunto foi visitado, sempre pareceu muito tranquilo, silencioso e bem ventilado, já que fica num topo de morro.

A questão mais evidente e preocupante sobre a qualidade ambiental do conjunto levantada em campo diz respeito aos resíduos sólidos. Foram vistas pilhas de lixo doméstico em vários pontos de conjunto. Normalmente contendo garrafas e sacos plásticos, restos de comida e caixas. No lado interno das ruas

Cristina Maria de Assis e José Cláudio Sanches aparece – em menor quantidade – o lixo que parece ter sido espalhado pela calçada e pela rua por pessoas ou animais que abriram os sacos que estavam esperando a coleta. Já do lado externo dessas mesmas vias, nos trechos sem calçada no encontro com as áreas verdes não urbanizadas, aparece – em maior quantidade – um tipo de lixo que inclui entulho de obra, móveis velhos e também o lixo doméstico.

O levantamento de campo no conjunto Via Expressa, realizado ao longo de um mês com visitas em dias e horários diferentes sempre deu indicações de um lugar tranquilo. Quase não foram vistas pessoas pelas ruas a não ser poucas crianças nas portas dos blocos, já que todas as visitas foram realizadas durante dias de semana e no turno diurno, quando a maioria das pessoas está trabalhando. Mesmo assim, o conjunto não pareceu a princípio sofrer com os problemas de violência que outros conjuntos construídos pela URBEL na mesma época sofrem, como já apontado nos capítulos anteriores. O lixo espalhado por todos os lados indicou riscos de zoonoses e ainda de algumas endemias típicas do período chuvoso em áreas com muito lixo como a dengue. A diferença grande de nível entre o conjunto e o córrego apontou para uma situação de segurança em relação à qualquer alagamento. Por fim, a grande quantidade de áreas vegetadas em volta do conjunto, com características predominantemente de áreas antropizadas e de topo de morro, com poucas árvores e muito capim alto, deu a impressão de um lugar bastante susceptível à incêndios em épocas de seca.

A visão dos moradores sobre a qualidade ambiental do conjunto Via Expressa foi muito convergente com os apontamentos feitos no levantamento de campo, mas mesmo assim revelou outros aspectos, o que acabou sendo muito importante para a compreensão de como eles percebem e entendem o próprio ambiente. O córrego dos Carneiros exemplifica isso bem. Os moradores não demonstraram nenhum conhecimento sobre o córrego e pareceu na entrevista que ele não faz nenhuma diferença para a sua vida cotidiana, positiva ou negativamente. Um dos moradores referiu-se a ele como “só uma aguinha lá embaixo”. A única referência mais afirmativa que um dos moradores revelou na entrevista em relação ao córrego dizia respeito à questão da segurança. Ele relatou que ao longo dos anos que vive no conjunto – desde a sua inauguração – já viu muitas pessoas serem levadas para dentro da mata do córrego e ficarem por lá “esticadinhas”. Os moradores falaram sobre rachaduras nos prédios, mas provavelmente decorrentes de problemas construtivos e estruturais e não de solo. Eles referiram-se ao conjunto como

um lugar de ar puro e silencioso, salvo em situações pontuais. Por fim, eles reconhecem que a deposição de resíduos sólidos pelas ruas, calçadas e barrancos em volta dos conjuntos é um problema ambiental sério. Alegam que isso acontece por falta de consciência de certos moradores, que jogam coisas na rua como móveis velhos. Contaram também que muitos moradores não colocam os sacos de lixo na rua nos dias e horários certos, aumentando as chances de que esses resíduos acabem esparramados pela rua.

QUADRO 23 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH7

Área	**Aspectos**	**Principais pontos da fala dos moradores**
Qualidade Ambiental	Cursos d'água	Não interfere na vida do conjunto
	Solo	Há casos de rachaduras nos prédios
	Ar	Não há grandes problemas
	Ruídos	Não há grandes problemas
	Resíduos Sólidos	Falta consciência aos moradores na gestão do lixo Parte do lixo é espalhada pelas calçadas Móveis velhos e entulho deixados pelos moradores
Sensação de Risco	Segurança urbana	No início havia muita violência e houve muitas mortes O conjunto ficou conhecido como "Carandiru" Ainda há mortes ligadas ao tráfico A maioria dos moradores se sente insegura A polícia só vem quando há problemas
	Deslizamento/escorregamento	Nunca houve problemas
	Alagamento	Nunca houve problemas
	Endemias	Só casos isolados de dengue
	Incêndios Florestais	Já foi necessário chamar os Bombeiros

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

A fala dos moradores confirmou alguns aspectos apontados pelo levantamento de campo e se opôs a outros. Em relação aos incêndios na área vegetada, os entrevistados disseram que eles realmente já ocorreram e que já foi necessária a intervenção dos Bombeiros. Confirmaram que nunca houve alagamento no leito do córrego dos Carneiros e também que não houve problemas ligados ao solo. Disseram ainda que já houve casos de dengue, mas não de forma generalizada, entre os moradores do conjunto. Relataram também que não há histórico de zoonoses no conjunto.

Contudo, a grande discrepância entre o levantamento de campo e a visão dos moradores estava no aspecto do risco em relação à violência. As narrativas dos moradores sobre a condição de total insegurança no conjunto Via Expressa tomaram grande parte da entrevista e revelaram o quão equivocada estava a visão inicial do conjunto gerada pelas visitas de campo. As informações a respeito

dessas questões, que já vinham sendo externadas pelos moradores de forma tangencial através de outros tópicos da conversa acabaram jorrando torrencialmente quando o assunto entrou formalmente no item “segurança”. Segundo eles, o conjunto desde a sua inauguração tem problemas sérios ligados à assassinatos, tráfico de drogas e todo o tipo de criminalidade. Houve tantos assassinatos no conjunto em seus primeiros anos que ele ficou conhecido em toda a região como “Carandiru”. Segundo eles, até hoje as pessoas do bairro Califórnia se referem pejorativamente à eles como “o pessoal do Carandiru”. Eles contaram ainda que há grupos que dominam o tráfico de drogas no conjunto e impõe regras aos moradores relacionadas ao uso das quadras, consumo de água, etc. Quase todos os moradores (exceto uma) disseram que se sentem inseguros morando no conjunto. Porém, todos eles afirmaram que a situação hoje é melhor do que nos primeiros anos do conjunto. Segundo eles, a maioria das pessoas ligadas ao tráfico de drogas que morava no conjunto ou morreu ou saiu fugida e nunca mais voltou. Os moradores contaram ainda que a polícia nunca vai lá. “Só quando tem problema.”

Os dados da PBH sobre a deposição clandestina de lixo não mostram nada de errado na área do conjunto Via Expressa. A indicação de local com foco de deposição clandestina mais próxima fica na esquina da rua “E” com a rua Margarida Assis Fonseca, já no “Califórnia Velho”. Há também, pelos dados da PBH, focos de locais com acúmulo de lixo ao longo da Via Expressa e de forma generalizada no Anel Rodoviário.

Os dados da PBH confirmam as inexistências de riscos apontadas pelo levantamento de campo e pela fala dos moradores. No mapa com os riscos geológicos potenciais, não há indicação de problemas com o solo sob o conjunto. Há indicações de risco potencial de contaminação do lençol freático ao lado do conjunto, no vale do córrego dos carneiros, como normalmente acontece nessas áreas de fundo de vale.. É curioso ver a situação do loteamento a leste do conjunto Via Expressa que é indicado nos mapas da PBH, mas que não existe de fato. Ele foi implantado nos anos de 1980 mas nunca foi ocupado e hoje a vegetação praticamente tomou conta de tudo. Nessa área há praticamente todos os tipos de risco geológico: contaminação do lençol freático, erosão, deslizamentos e ainda focos de erosão. O mapa de riscos de alagamento confirma que não há registros históricos de cheia no córrego dos Carneiros.

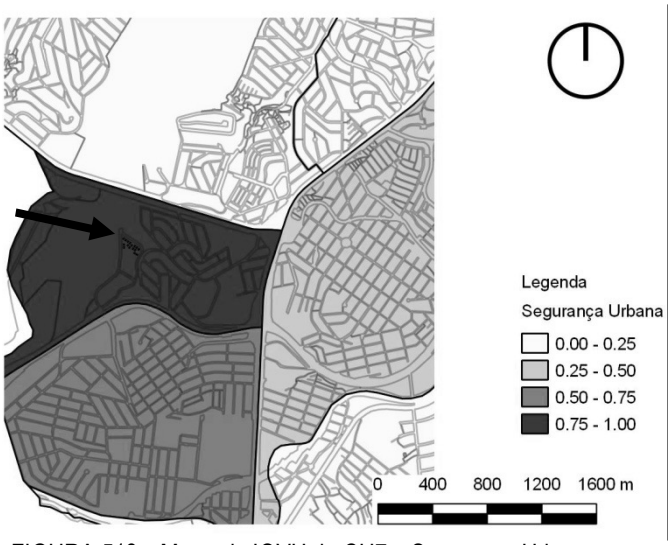


FIGURA 513 – Mapa de IQVU do CH7 – Segurança Urbana.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

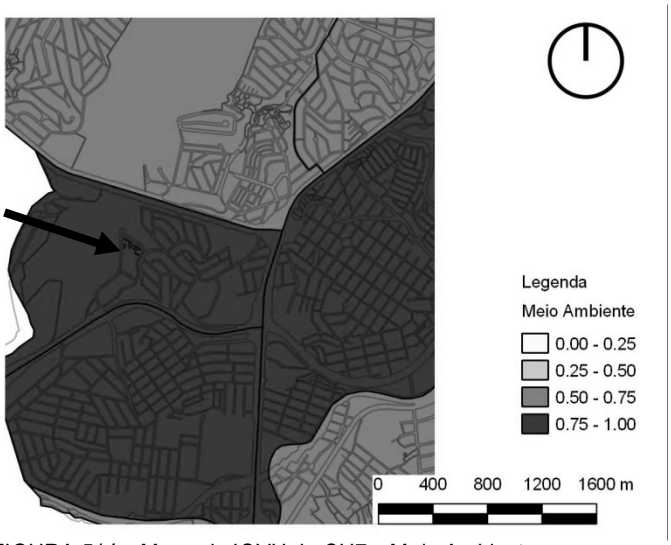


FIGURA 514 – Mapa de IQVU do CH7 – Meio Ambiente.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

A avaliação do IQVU considerou que a área onde se insere o conjunto Via Expressa tem uma qualidade muito boa em termos de segurança e meio ambiente. No primeiro caso, a avaliação ficou acima de todas as UPs vizinhas, e principalmente, foi considerada muito acima da região do Califórnia Novo, logo do outro lado da rodovia BR 040. Apesar de vizinha do aterro sanitário, a região também foi avaliada como muito boa em termos de meio ambiente, assim como as UPs contíguas ao anel rodoviário.



FIGURA 515 – Área não urbanizada a leste do CH7.
Belo Horizonte e a Serra do Curral ao fundo.
Fonte: Foto do autor (03/12/2013).



FIGURA 516 – Resíduos nas vias do CH7.
Fonte: Foto do autor (26/11/2013).



FIGURA 517 – Resíduos de maior porte em volta do CH7.
Fonte: Foto do autor (03/12/2013).



FIGURA 518 - Vale do córrego dos Carneiros, ao lado da rua José Cláudio Sanches.
Fonte: Foto do autor (26/11/13).



FIGURA 519 – Resíduos rua Cristina Maria de Assis.
Fonte: Foto do autor (26/11/2013).



FIGURA 520 - Resíduos na rua José Cláudio Sanches.
Fonte: Foto do autor (26/11/2013).

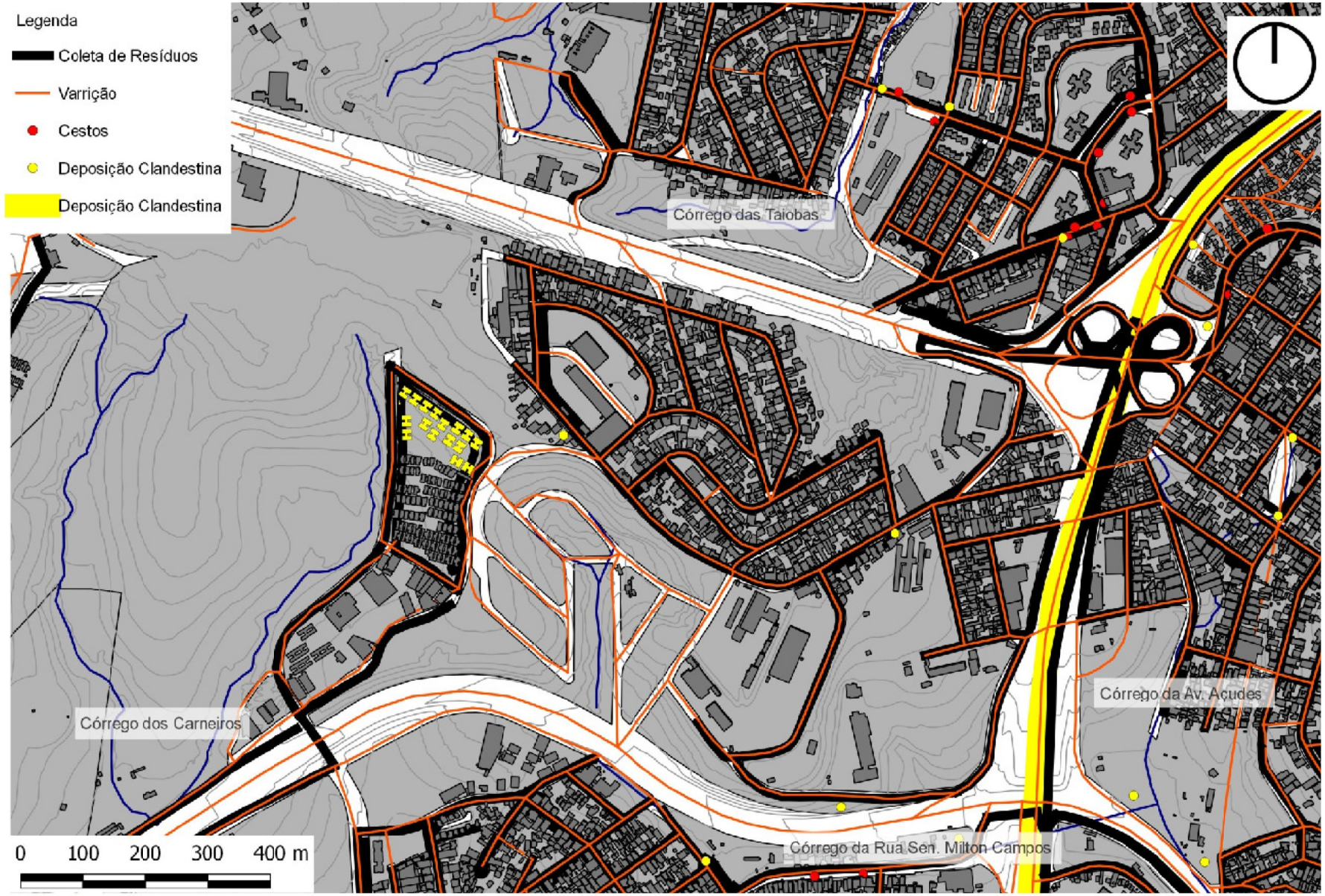


FIGURA 521 - Mapa de gestão de resíduos sólidos do CH7 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

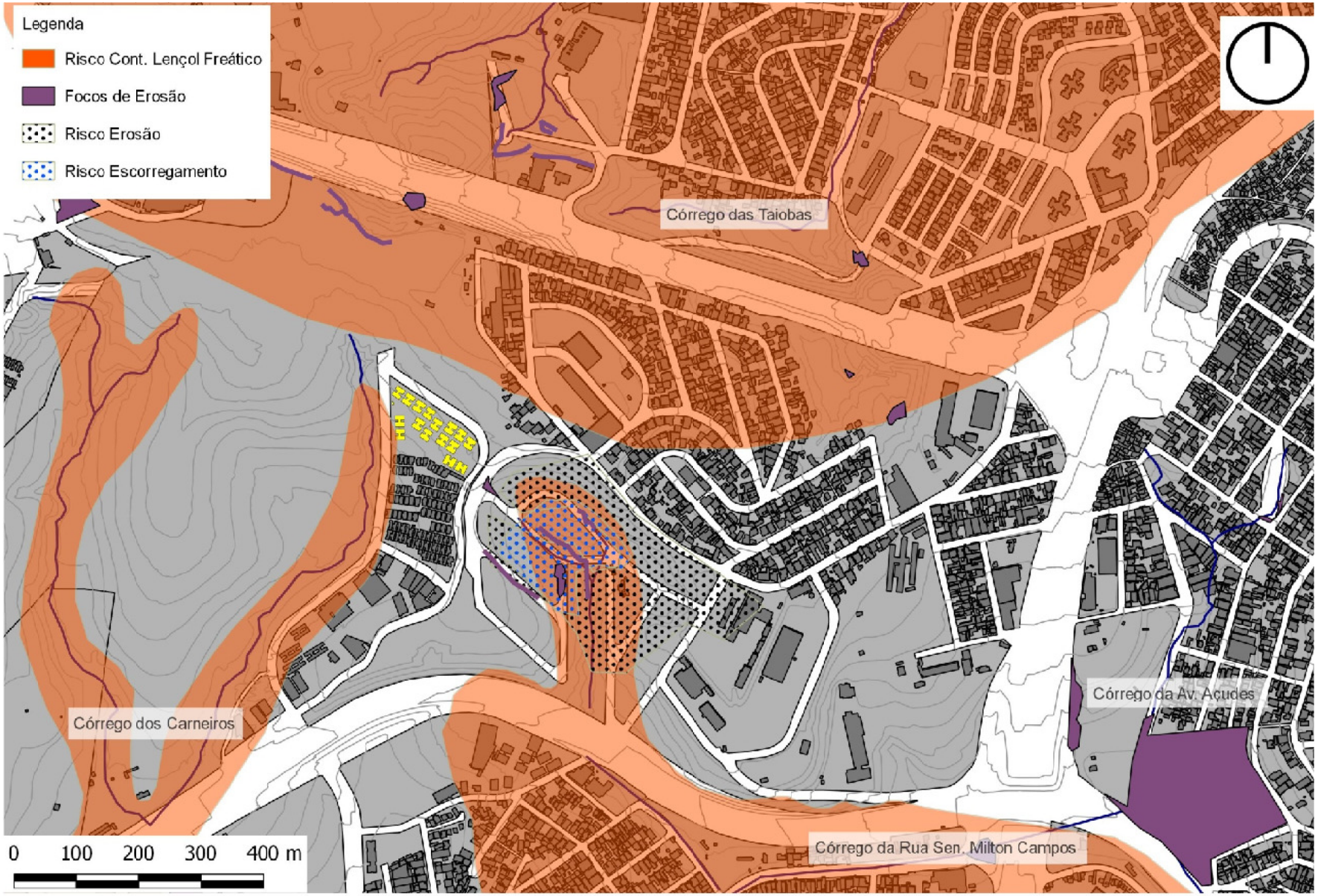


FIGURA 522 - Mapa de risco geológico do CH7 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

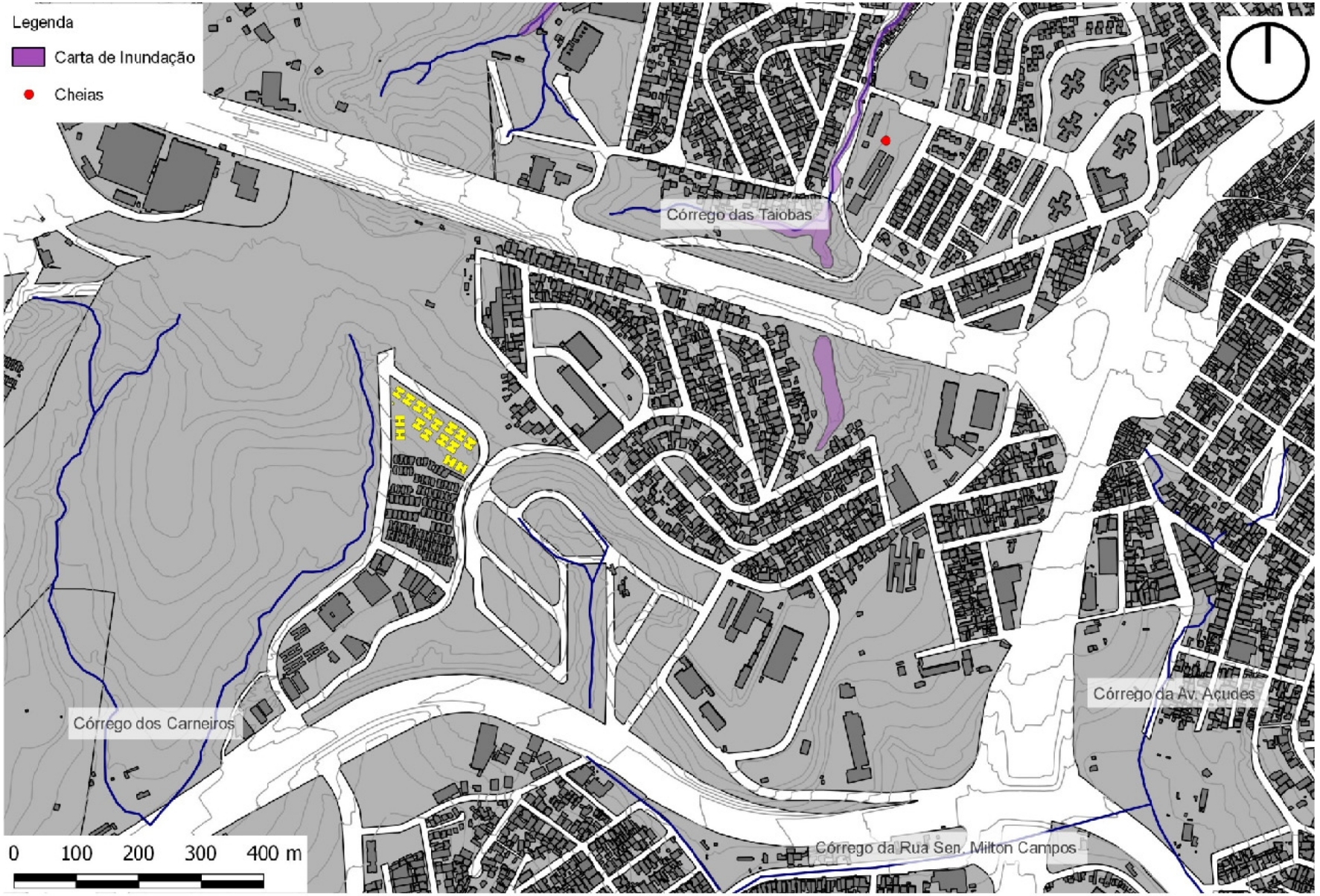


FIGURA 523 - Mapa de risco de alagamento do CH7 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.7.6 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECOPOLÍTICA

Não há uma associação de moradores nos conjuntos Via Expressas da URBEL. Existe uma associação de moradores de todo o bairro em que os moradores do conjunto parecem ter pouca ou nenhuma representação. Na entrevista eles demonstraram que nem sabiam da existência dessa associação. O VEASP realiza hoje um trabalho de assistência social nos dois conjuntos, tentando articular grupos com os moradores mais interessados para discutir as questões coletivas e criar uma estrutura de gestão. O esforço é esvaziado pela falta de interesse da maioria dos moradores e pela própria territorialização da violência com o tráfico de drogas, que impõe barreiras para o avanço desses esforços. Há também o problema da alta rotatividade de moradores, principalmente no Via Expressa I, segundo as assistentes sociais. Esse processo de constante entrada e saída de famílias dificulta a consolidação de práticas coletivas entre os moradores e cria uma sensação geral de falta de laços com o lugar, típica de quem está ali só até arrumar outro lugar melhor para morar.

O mapa elaborado com base nos dados do OP mostra que não há nenhuma intervenção da administração pública municipal programada para o conjunto Via Expressa ou para o seu entorno. Não há nenhuma obra prevista em nenhum ponto do "Califórnia Velho". Somente nos bairros mais consolidados a sul, Camargos e Santa Maria, há obras indicadas no mapa. Uma das reivindicações importantes que os moradores têm e que poderia ser colocada na pauta de votações do OP diz respeito à facilitar a ligação peatonal entre o conjunto e o Califórnia Novo, onde estão concentrados quase todos os serviços públicos que atendem aos moradores do conjunto.

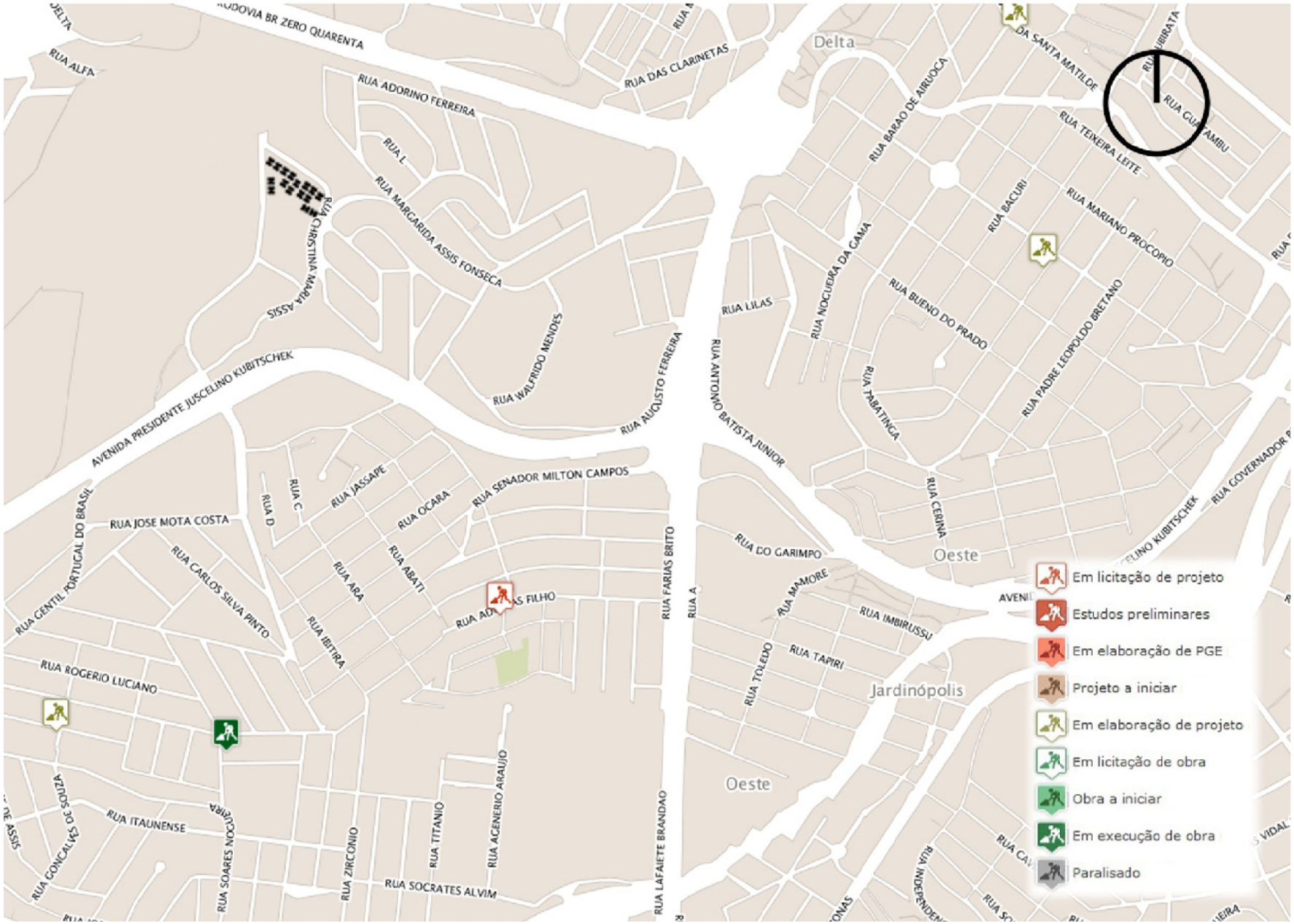
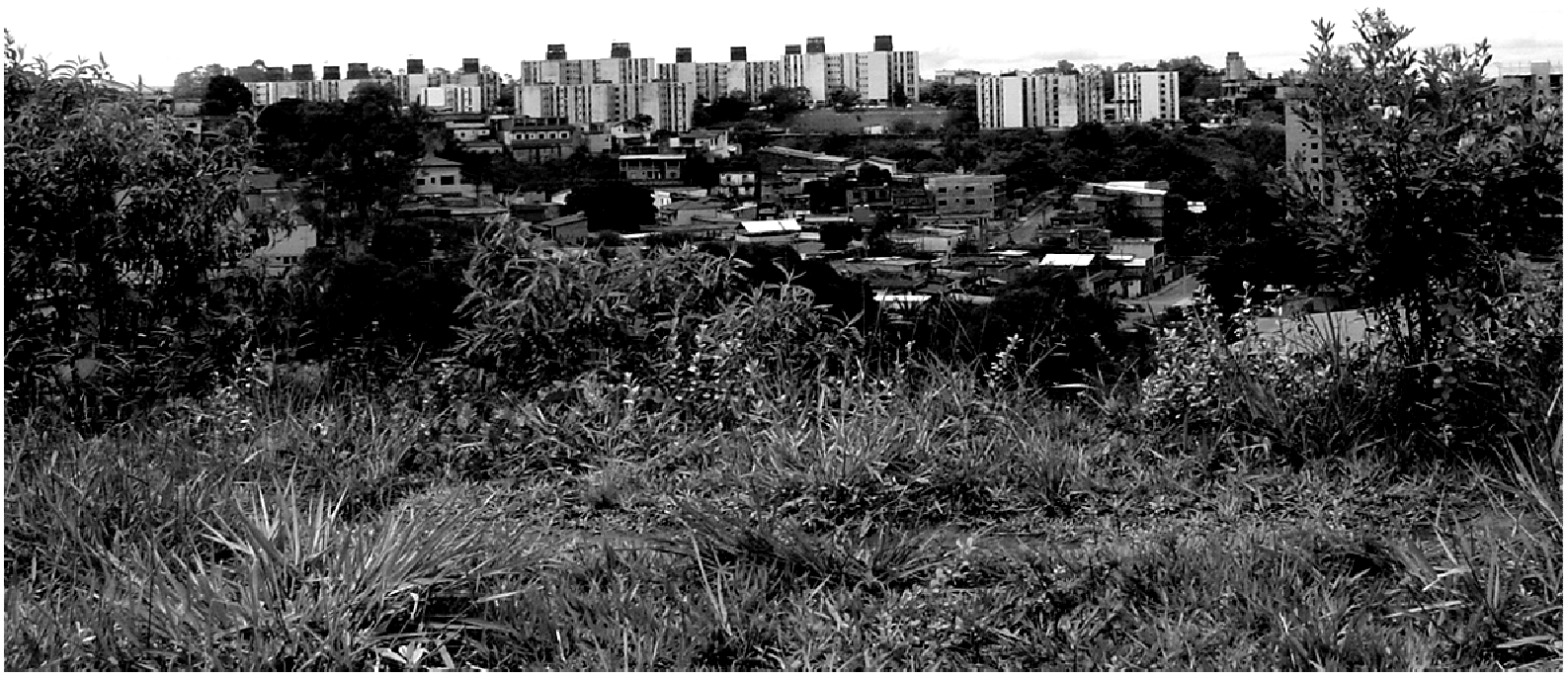


FIGURA 524 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH7 e entorno. Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.8 – CONJUNTO CALIFÓRNIA II



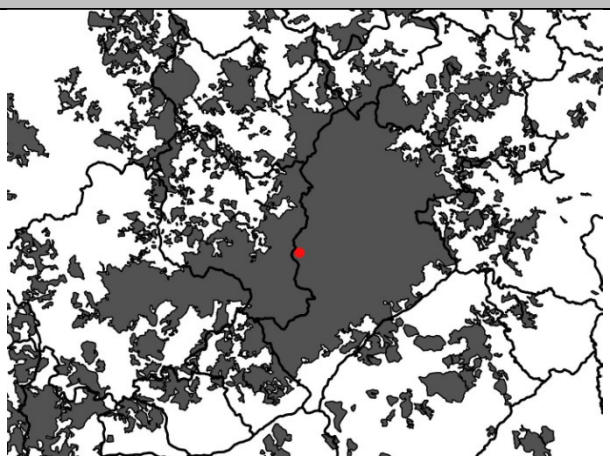
CH8	CALIFÓRNIA II
	CIDADE: BELO HORIZONTE REGIONAL: NOROESTE DATA (INAUGURAÇÃO): 1981 NATUREZA DO EMPREENDIMENTO: PRIVADO AGENTE EMPREENDEDOR: INOCOP/MINAS CAIXA

FIGURA 525 - Mapa de localização do CH8 na RMBH.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PDDI.

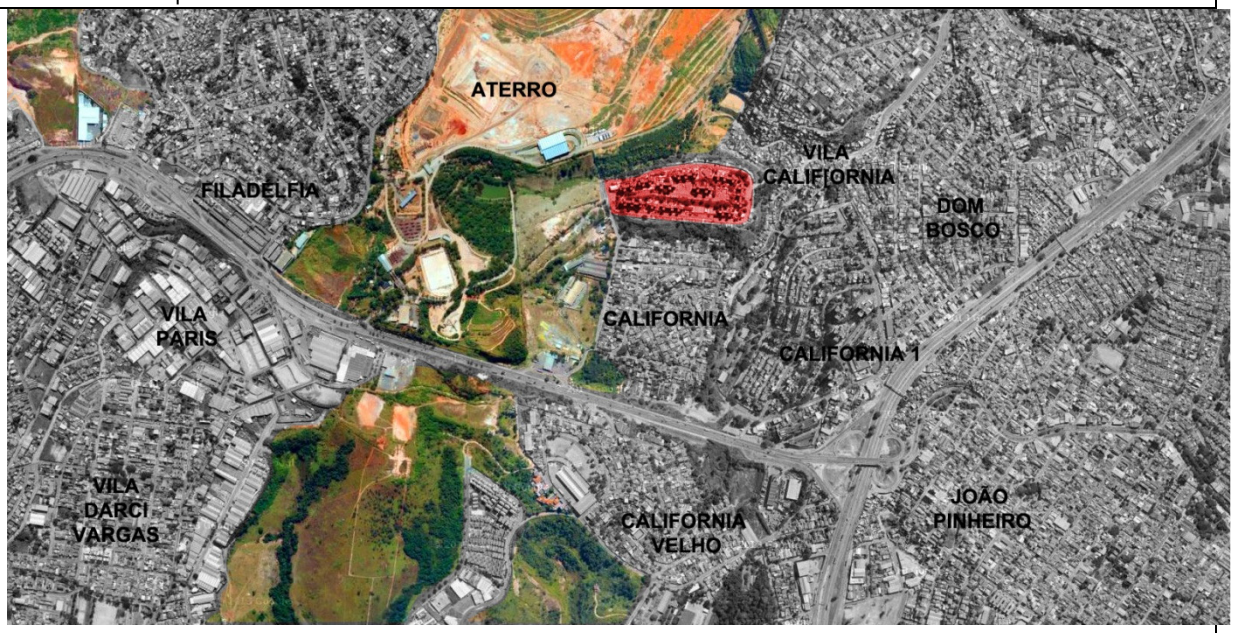


FIGURA 526 - Foto aérea do CH 8 (destacado em vermelho).
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor

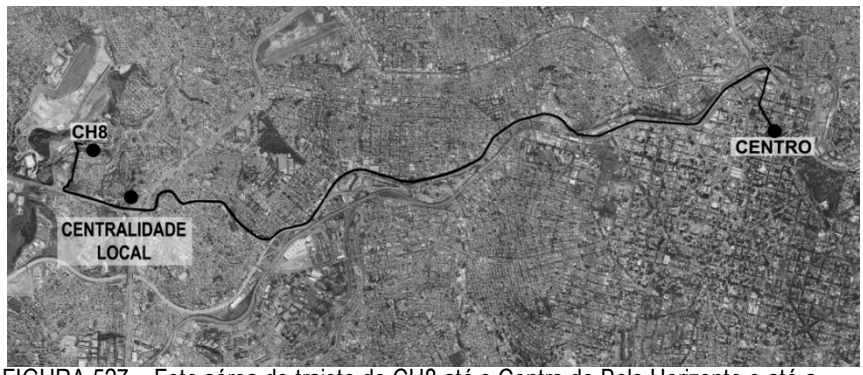


FIGURA 527 - Foto aérea do trajeto do CH8 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima.
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor.

DISTÂNCIAS

ATÉ O CENTRO
Praça Sete de Setembro
10,7 Km
TRAJETO:
Av. Pres. Jucelino Kubitscheck
Av. Contorno
Av. Afonso Pena

ATÉ A CENTRALIDADE LOCAL MAIS PRÓXIMA
Califórnia I
1,1 Km

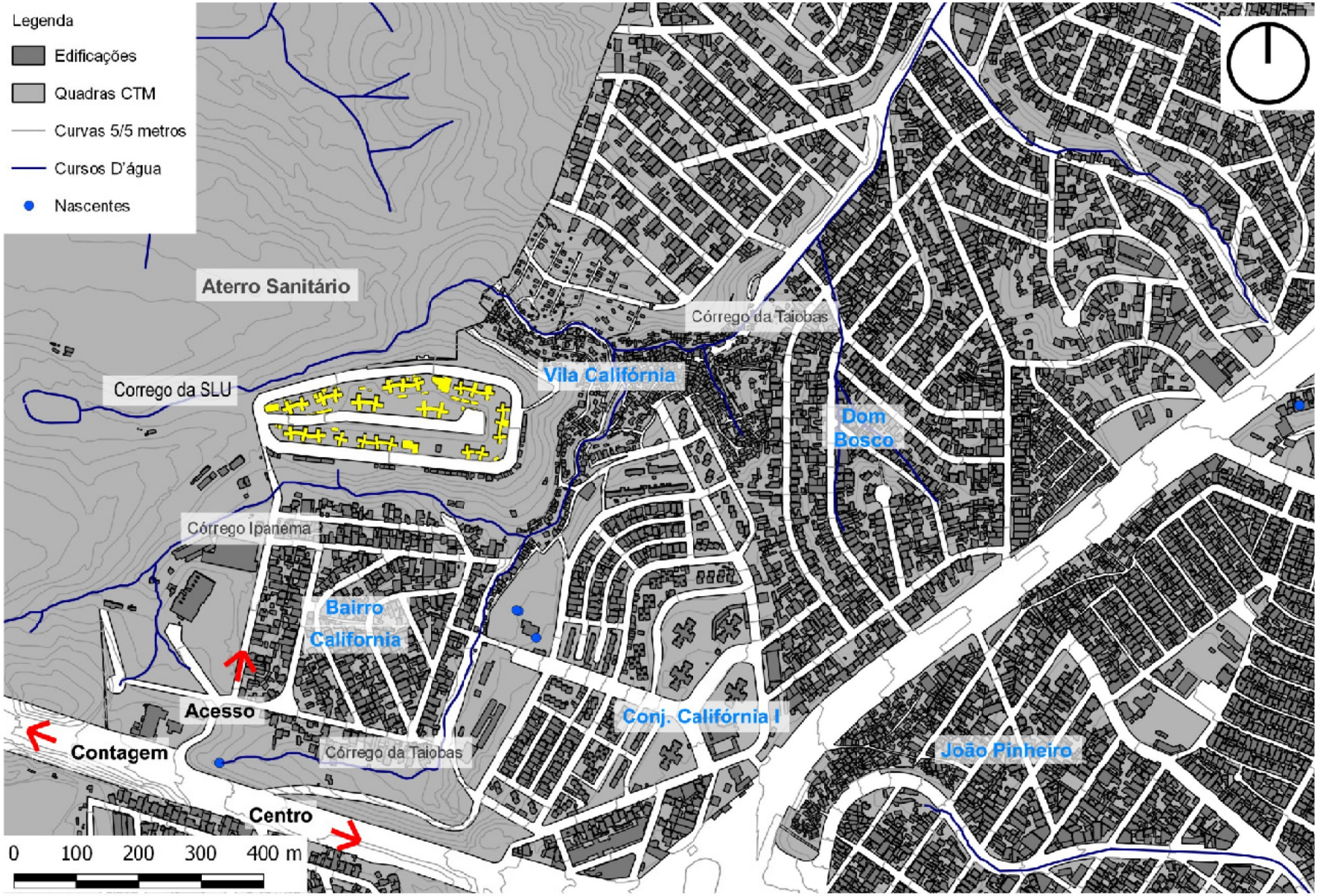


FIGURA 528 - Mapa da situação urbana do CH8 (área de análise). Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

O conjunto Califórnia II foi o segundo grande empreendimento imobiliário popular realizado por uma cooperativa habitacional em parceria com o extinto banco Minas Caixa, entre o final dos anos de 1970 e o início dos anos de 1980, no bairro Califórnia na região noroeste de Belo Horizonte. O bairro compreende toda a área entre o bairro Dom Bosco a norte e o Bairro Santa Maria a sul, e entre os bairros Pindorama e Água Branca em Contagem a oeste e o anel rodoviário a leste. O loteamento foi criado e começou a ser comercializado a partir de 1964, apesar de ilegal até 1978, quando a prefeitura finalmente aprovou todo o parcelamento que já vinha sendo ocupado ao longo desses anos. Durante esse período, em 1969, foi construída a rodovia BR 040 ligando Belo Horizonte a Brasília cujo traçado dividiu o bairro em duas partes. A parte que ficou na porção sul e que já estava ocupada na época, passou a ser conhecida como "Califórnia Velho" e toda a parte localizada do lado norte da rodovia que ainda não estava ocupada, começou a receber grandes empreendimentos habitacionais. Primeiramente veio o conjunto Califórnia I, em 1979, próximo ao encontro entre a rodovia BR 040 e o anel rodoviário e em 1981, na extremidade oposta foi construído o conjunto Califórnia II. Entre os dois conjuntos foram vendidos lotes conformando uma ocupação horizontal unifamiliar. Anos mais tarde, em volta do conjunto Califórnia II, principalmente entre o conjunto e o bairro Dom Bosco a norte, surgiu uma ocupação autoconstruída que foi durante muitos anos conhecida como "Favela Sovaco da Cobra". Em tempos recentes, ela passou a ser chamada de Vila Califórnia. Os conjuntos habitacionais Califórnia I e II, o bairro residencial entre ele e a Vila Califórnia formam a parte do bairro Califórnia conhecida como "Califórnia Novo".

Algumas referências importantes dentro do bairro foram se constituindo ao longo dos anos. Por três décadas desde a fundação do bairro, o comércio local se consolidou em torno do conjunto Califórnia I, na porção oriental do bairro, próxima ao Anel Rodoviário. Nesse local hoje se concentra todo o comércio de maior porte da região (supermercados, restaurantes, bancos, etc). Nos anos mais recentes, importantes intervenções foram realizadas por parte do poder público municipal na área central do "Califórnia Novo", onde fica a Vila Califórnia. Uma avenida sanitária sobre o córrego das Taiobas foi aberta, prolongando a avenida Avaí até a avenida das Castanholas, removendo várias famílias que foram relocadas para alguns blocos construídos ao longo da própria avenida, sob o nome de Vila Viva Califórnia. Além disso, um CRAS e uma UMEI, construídos nessa avenida, somaram-se ao Centro de Saúde e à E.M. Clóvis Salgado que ficam no início da avenida das Castanholas, formando um eixo de serviços públicos da prefeitura no centro do "Califórnia Novo". Já o conjunto Califórnia II permaneceu isolado geograficamente em relação ao resto do bairro, distante cerca de um quilômetro desses serviços públicos e cerca de um quilômetro e meio do centro comercial do Califórnia I. Nasceu e permaneceu isolado dos serviços públicos e do comércio, completamente desarticulado da malha urbana do bairro convivendo de perto somente com o aterro sanitário municipal.

5.8.1 – CARACTERIZAÇÃO DA BORDA



FIGURA 529 – Foto aérea do CH8 em 1989. Fonte: PBH.



FIGURA 530 – Foto aérea do CH8 em 1994. Fonte: PBH.



FIGURA 531– Foto aérea do CH8 em 2002. Fonte:Google Earth.



FIGURA 532– Foto aérea do CH8 em 2006. Fonte: Google Earth.



FIGURA 533– Foto aérea do CH8 em 2009. Fonte: Google Earth.

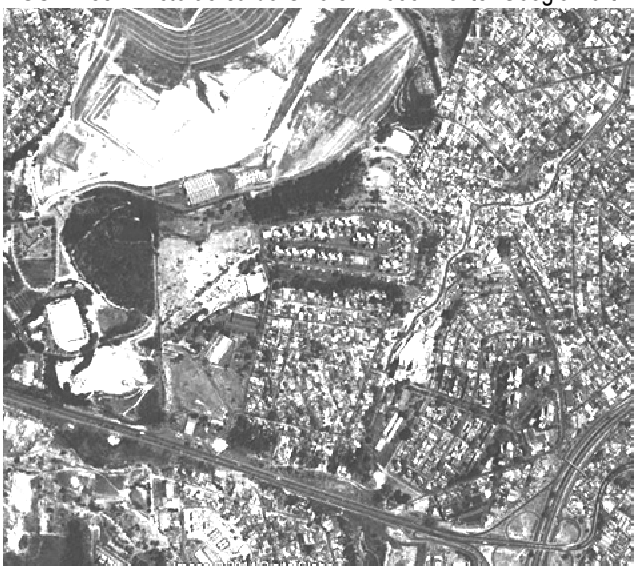


FIGURA 534– Foto aérea do CH8 em 2013. Fonte: Google Earth.

A borda urbana onde se situa o conjunto California II pode ser considerada uma área pouco dinâmica. Uma análise sobre as seis fotos aéreas mostrando as transformações urbanas na área nos últimos vinte e cinco anos revela uma condição de estagnação relativa. Do primeiro registro, de 1989 até o último, de 2013, não houve nenhuma alteração na estrutura urbana dessa região a não ser a criação da avenida sanitária cortando a Vila Califórnia. A ocupação da área também já se encontrava bem avançada no final da década de 1980 e pouco se adensou de lá para cá, a não ser na Vila Califórnia. As grandes modificações que podem ser notadas por meio das fotos estão no aterro sanitário, que foi sendo ocupado gradualmente ao longo desses anos até seu esgotamento.

O limite entre o conjunto Califórnia II e a área não urbanizada constituída pelo aterro sanitário municipal é uma fronteira muito marcada (Grenze) e onde a transposição é dificultada de todas as formas possíveis. Mesmo se não fosse, esse atravessamento não seria desejável. Além do muro de elementos pré-fabricados de concreto, há um córrego conformando um vale bastante íngreme separando a área urbana do conjunto da área da SLU. Apesar disso, há no limite oeste do conjunto, próximo à sua entrada, uma transição menos marcada entre a área urbanizada e uma extensa área não urbanizada usada como pastagem. Nessa área pode ser visto a uma distância de poucos metros da rua, um rebanho bovino que ocupa essa pastagem, isolado do conjunto habitacional apenas por uma cerca rural. Ainda que a situação descrita não possa ser considerada um limiar urbano-rural, é preciso reconhecer que nessa parte do conjunto não há uma separação clara e intransponível entre as duas dimensões territoriais cidade e campo. Essa situação se encaixa naquilo que foi antes descrito como uma "ruralidade" no urbano[1].

5.8.2 – PERFIL DOS MORADORES

Os dados da PBH sobre renda média por bairro consideram o conjunto Califórnia II como um "bairro", o que torna mais precisa a caracterização econômica de seus moradores. Há um predomínio não muito exagerado de moradores na faixa entre 2 e 5 salários mínimos (classe D) e entre 5 e 10 salários mínimos (classe C). Mas há também moradores nas três faixas inferiores, que compõem a classe E.

Dois setores censitários englobam o conjunto Califórnia II, nos dados do IBGE. Com relação á distribuição de raças, é possível perceber que não há grandes diferenças em números absolutos entre os grupos raciais no conjunto e no seu entorno imediato. Essa noção de pouca variação em relação ao contexto se confirma considerando a distribuição percentual de grupos raciais entre os moradores do conjunto, cujos percentuais são muito próximos dos índices municipais e nacionais.

O mesmo ocorre em relação às faixas etárias. Não há grandes disparidades na comparação entre os moradores do conjunto e dos bairros vizinhos. Também não há diferenças significativas na comparação entre a distribuição percentual de faixas etárias no conjunto, na cidade e no país.

[1] Ver capítulo 2.

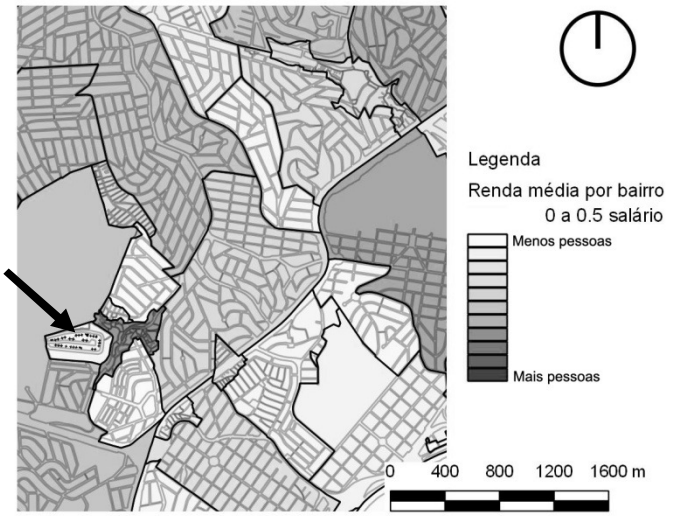


FIGURA 535 – CH8: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

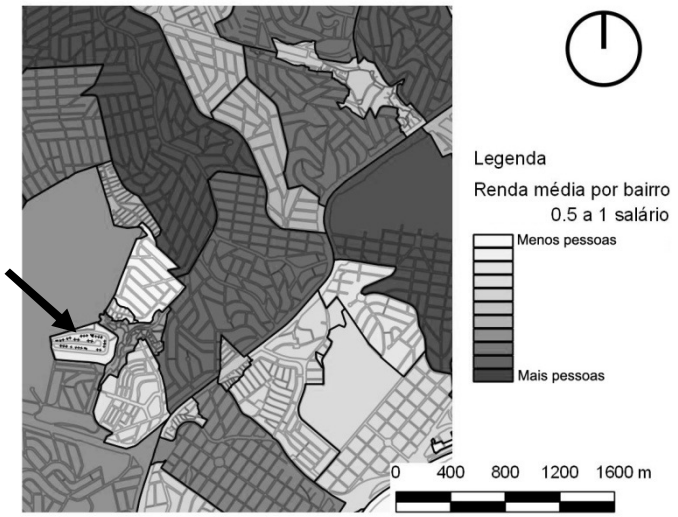


FIGURA 536 – CH8: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

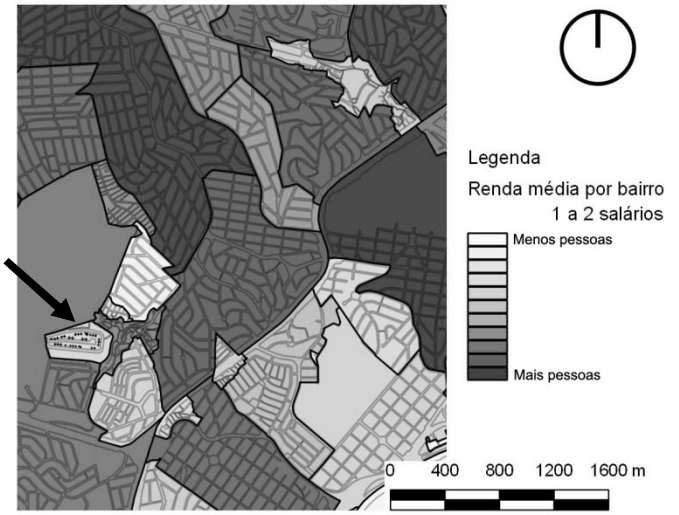


FIGURA 537 – CH8: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

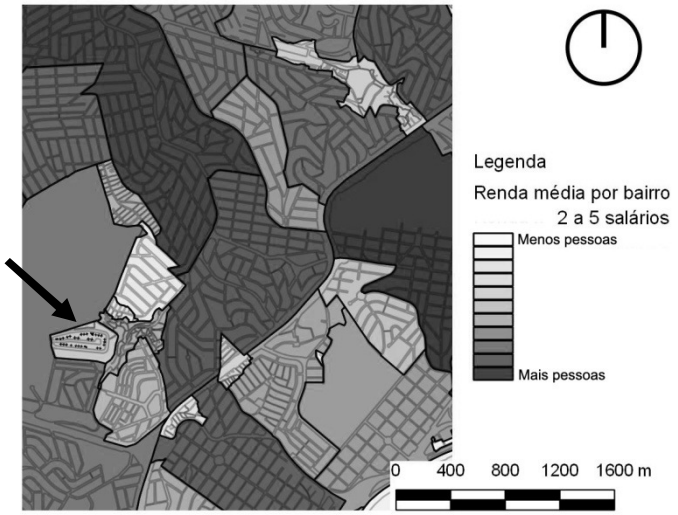


FIGURA 538 – CH8: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

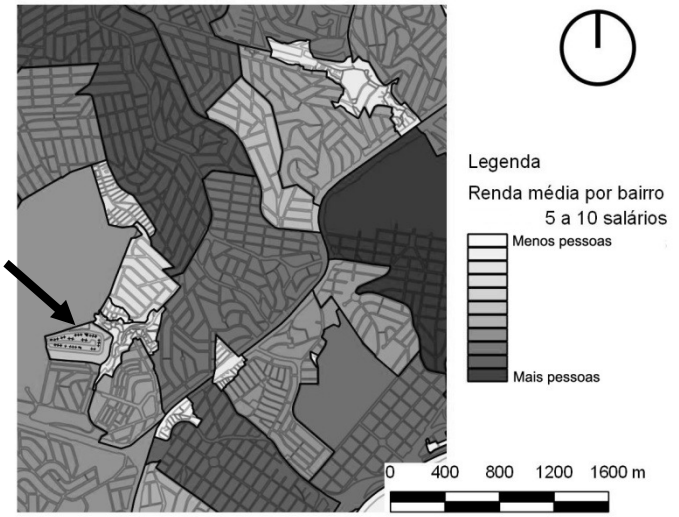


FIGURA 539 – CH8: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

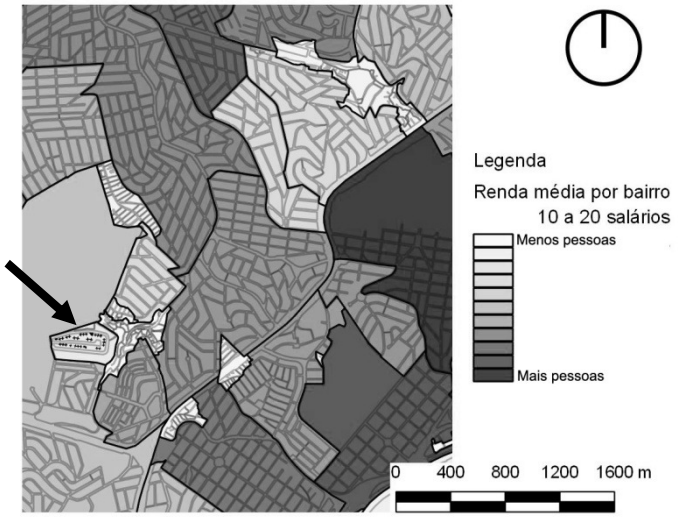


FIGURA 540 – CH8: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

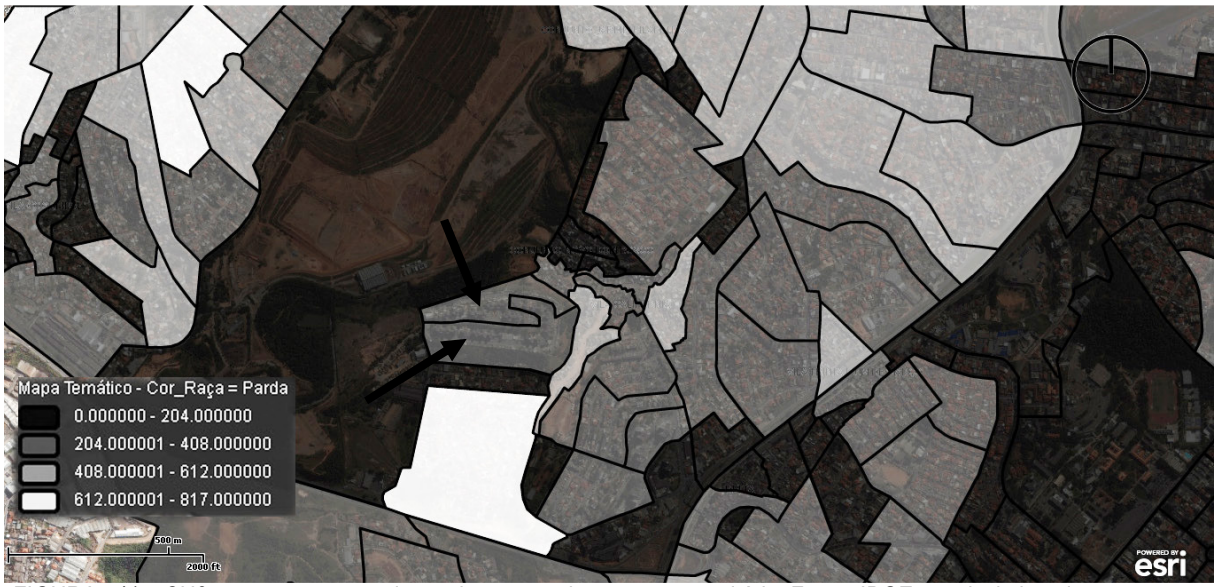


FIGURA 541 – CH8: mapa com a população de raça parda por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor

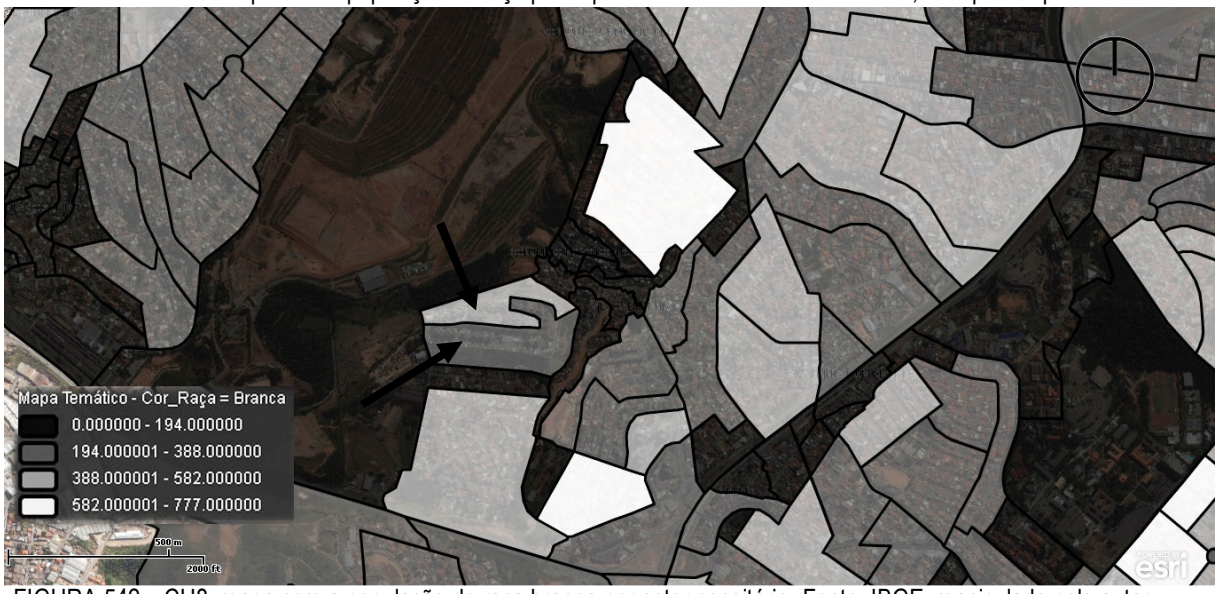


FIGURA 542 – CH8: mapa com a população de raça branca por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

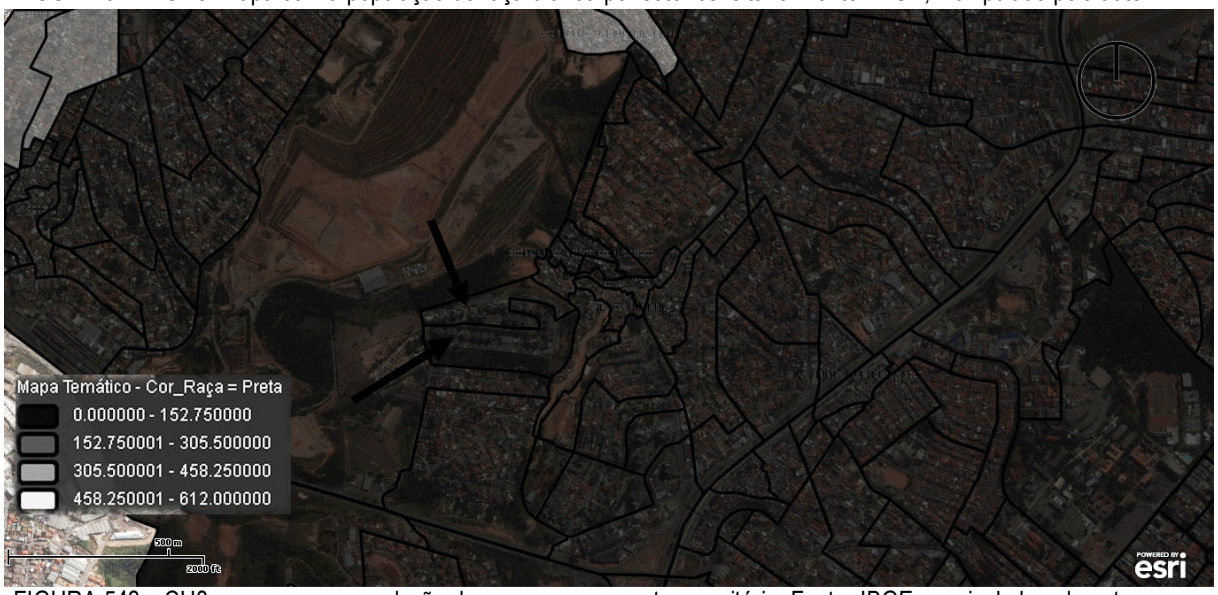


FIGURA 543 – CH8: mapa com a população de raça negra por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

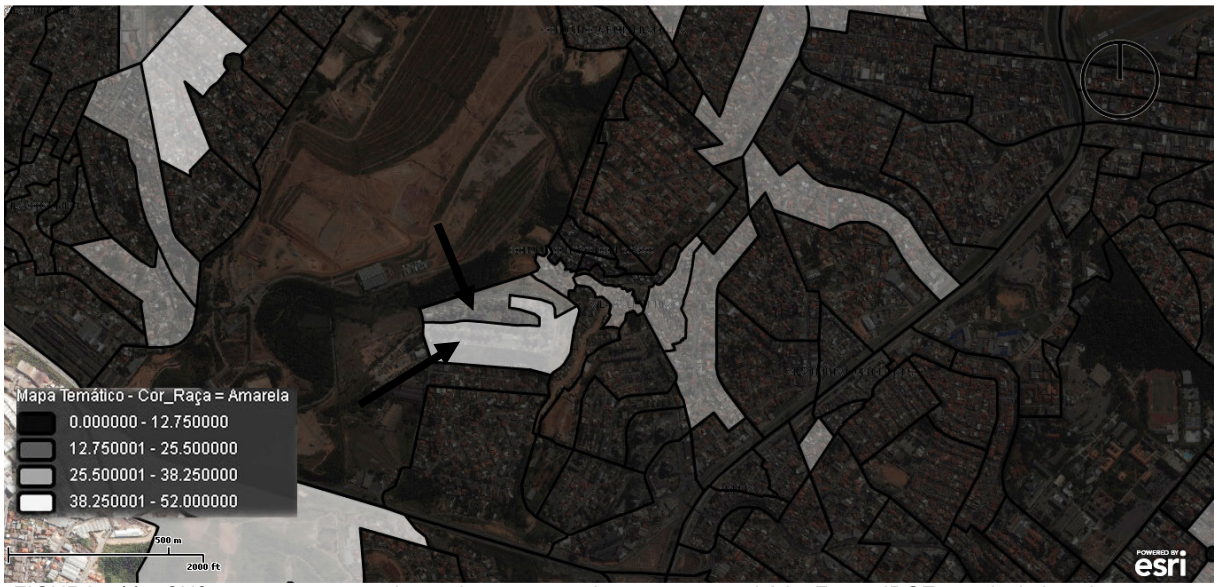


FIGURA 544 – CH8: mapa com a população de raça amarela por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

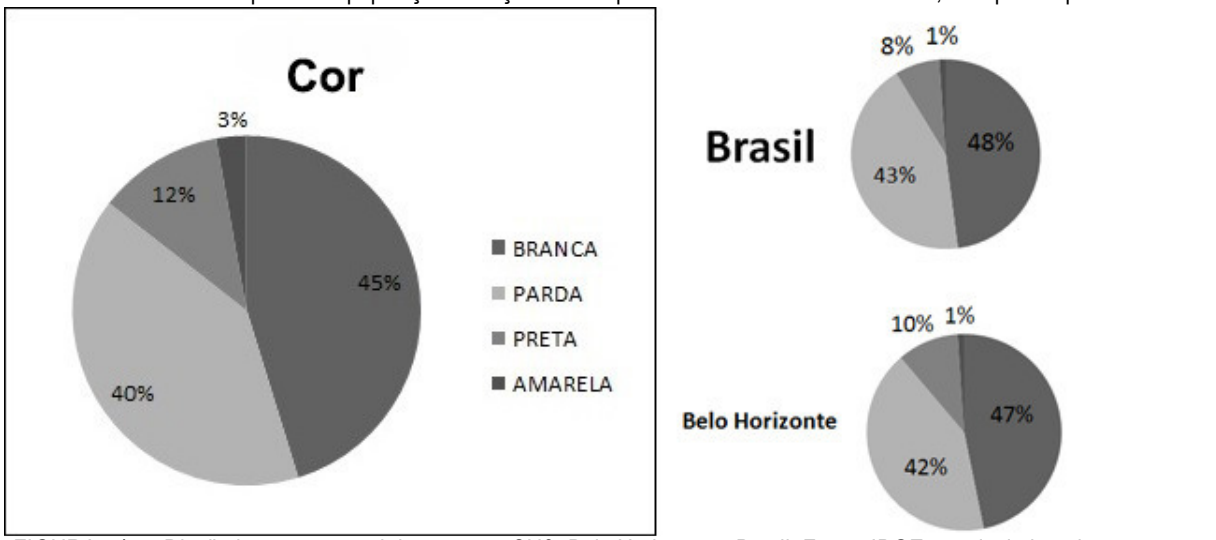


FIGURA 545 – Distribuição percentual de raças no CH8, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 546 – CH8: mapa com a população até 9 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

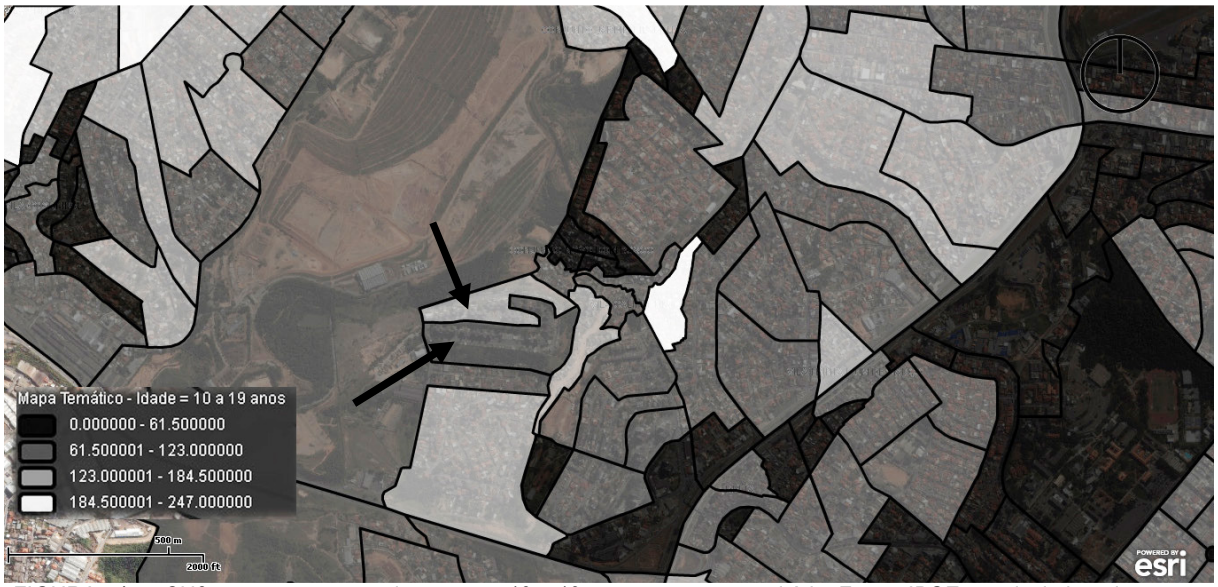


FIGURA 547 – CH8: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

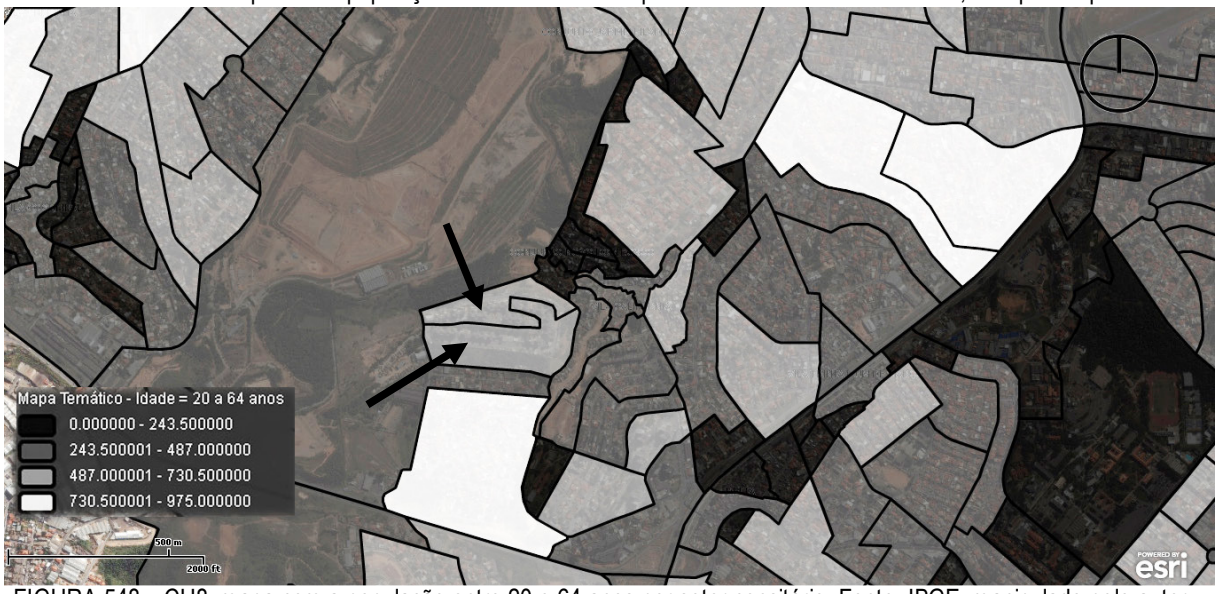


FIGURA 548 – CH8: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

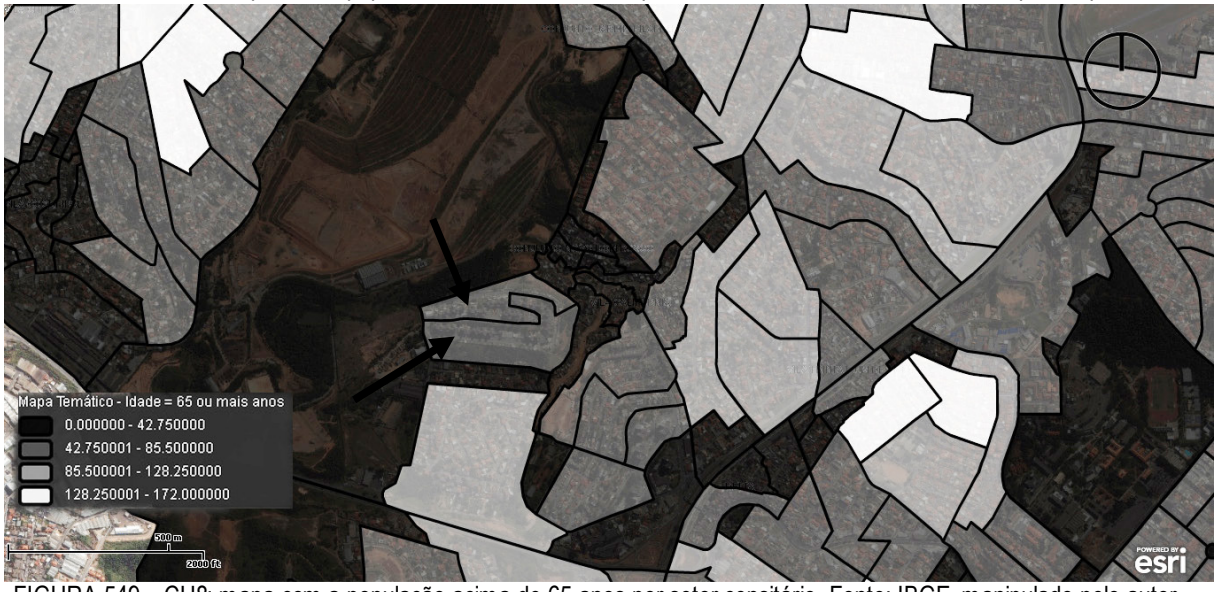


FIGURA 549 – CH8: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

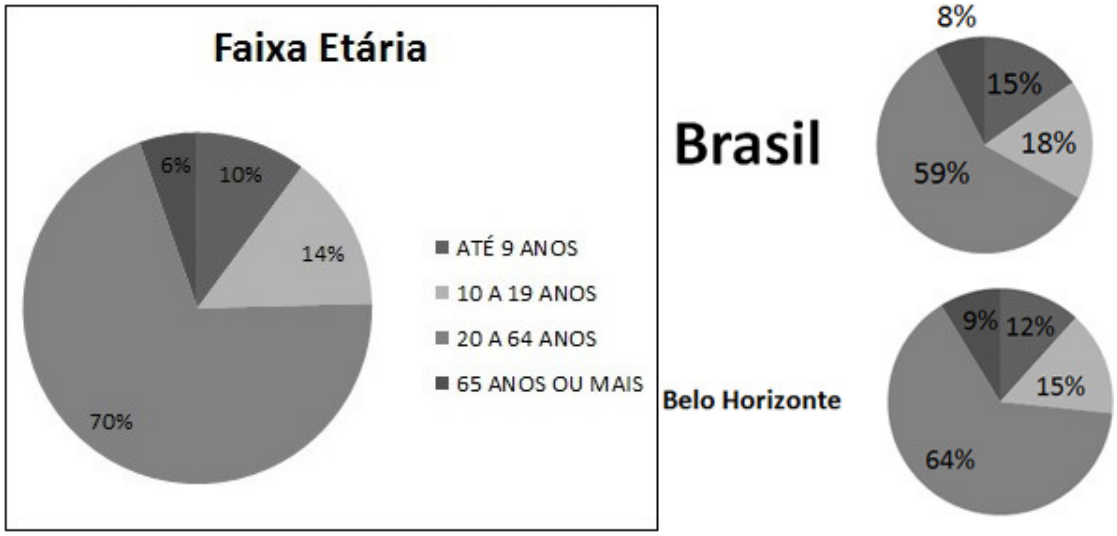


FIGURA 550 – Distribuição percentual de faixas etárias no CH8, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

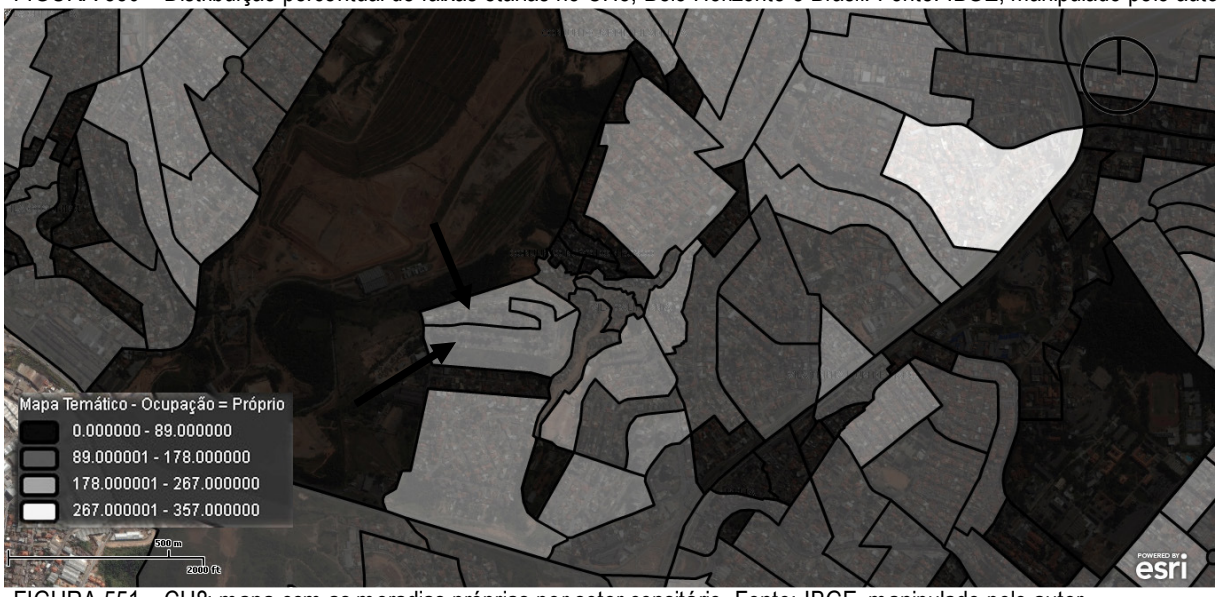


FIGURA 551 – CH8: mapa com as moradias próprias por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

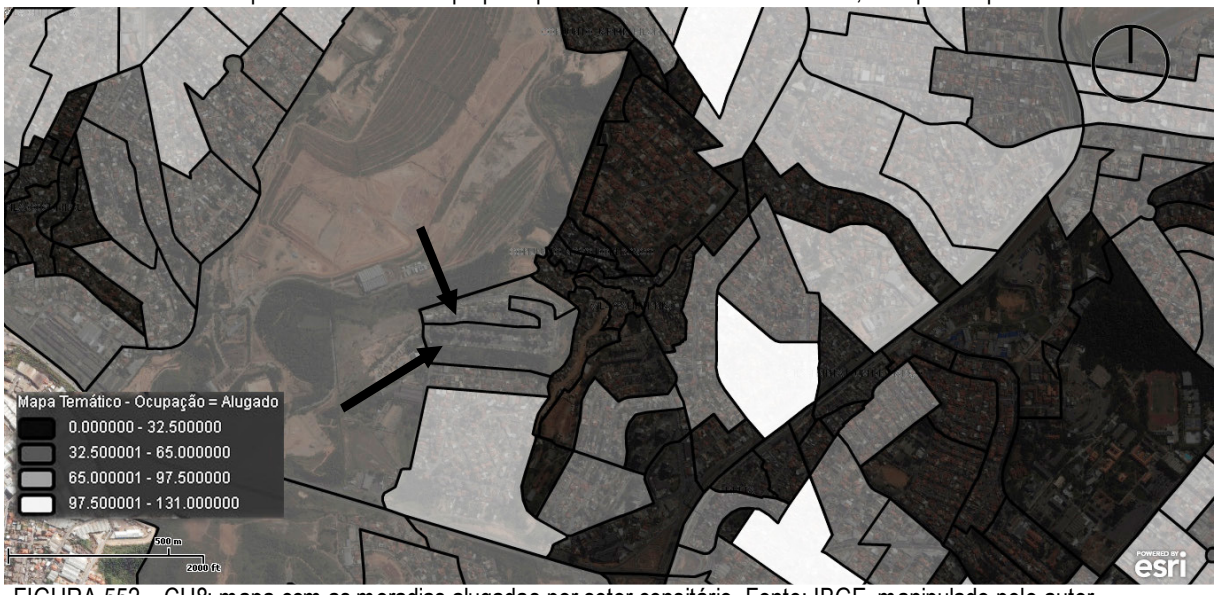


FIGURA 552 – CH8: mapa com as moradias alugadas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 553 – CH8: mapa com as moradias cedidas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

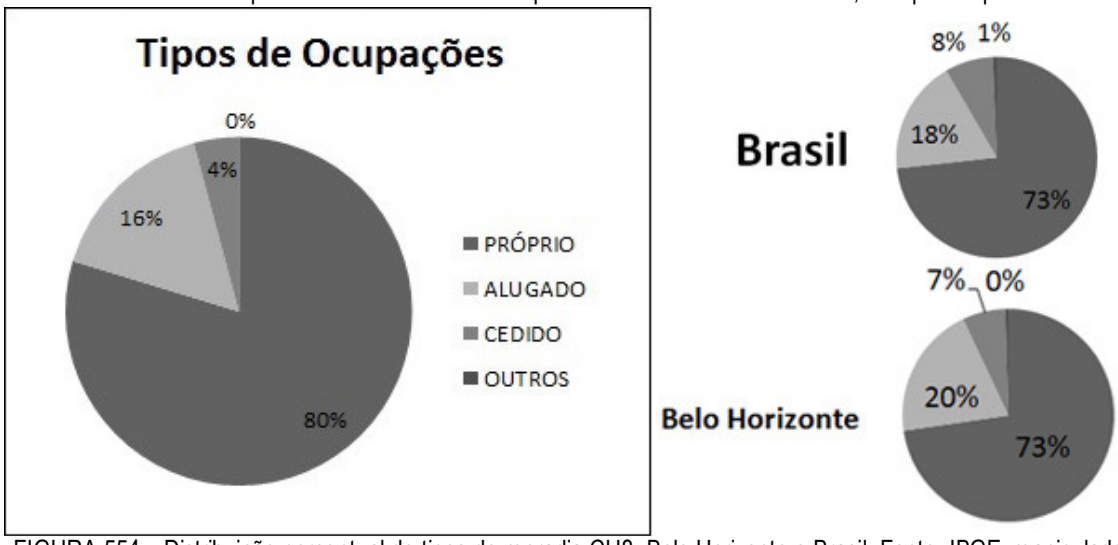
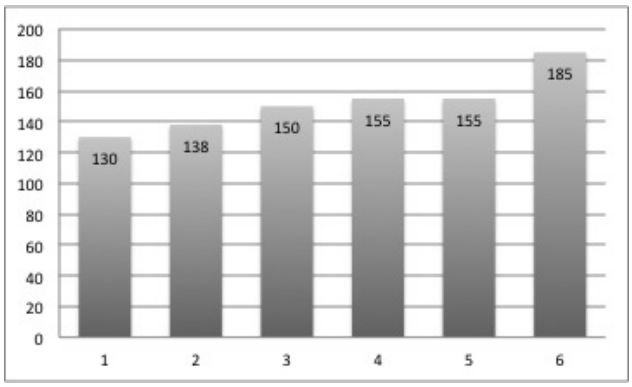


FIGURA 554 – Distribuição percentual de tipos de moradia CH8, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



DOIS QUARTOS
VALOR MÁXIMO: 185
VALOR MÍNIMO: 130
VALOR MÉDIO: 152,16
VARIAÇÃO: 42%

GRÁFICO 8 - Variação nos preços de apartamentos de dois quartos do CH8.
Fonte: Elaborado pelo autor

Com relação aos tipos de ocupação das moradias, há um número um pouco acima da média de habitações próprias e um número um pouco abaixo da média de habitações alugadas. Há

consideravelmente menos habitações cedidas entre os moradores do conjunto Califórnia II, na comparação com as médias mais amplas.

A pesquisa de preços de UHs a venda no mercado imobiliário formal encontrou uma variação intermediária (42%). As unidades mais baratas foram encontradas na faixa de 130 mil reais.

5.8.3 – ESTRUTURA INTRAURBANA

O conjunto Califórnia é mais um conjunto que tem boa infraestrutura urbana e uma condição de desarticulação com o seu entorno urbano imediato. Como em outros conjuntos apresentados anteriormente, o isolamento físico é um fator determinante para a falta de qualidade e vitalidade urbana do conjunto Califórnia II. Sua situação de desarticulação urbana em relação ao bairro Califórnia cria dificuldades para os moradores no seu acesso aos serviços públicos e ao comércio. A situação de desarticulação urbana nesse caso, como em outros, tem influência direta também na questão da mobilidade urbana. Os moradores ficam num "fim de linha" como eles mesmos dizem, o que se comprova pela existência de dois pontos finais de ônibus urbanos no conjunto, da linha 4501 e do ônibus suplementar 41.

QUADRO 24 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH8

Infraestrutura	Verificação	Condição de funcionamento
Sistema de água	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema de esgoto	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema de drenagem	Implantado em todas as áreas	Bocas de lobo no meio da rua.
Sistema energia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema telefonia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Iluminação pública	Implantado em todas as áreas	Insuficiente em alguns trechos arborizados.
Vias urbanas	Implantado em todas as áreas	Muitos buracos e muitos quebra-molas
Calçadas	Implantado em todas as áreas	Muito estreitas. A maioria tem a pavimentação em estado deplorável.
Arborização urbana	Implantado em todas as áreas	Vários canteiros vazios
Mobiliários urbanos	Implantado em todas as áreas	Bancos de concreto e pontos de ônibus.

O comércio no conjunto se resume aos dois pequenos núcleos um em cada lado da rua Patrício Barbosa. De um lado há um bar e uma mercearia e do outro lado uma padaria, um bar e um comércio de produtos caseiros. Eles pareceram ser muito utilizados pela população, pois em todas as visitas de campo estavam sempre cheios, mas pareceram também ser insuficientes para a dimensão do conjunto. O comércio de maior porte fica ao redor do conjunto Califórnia I, a mais de um quilômetro de distância. Na parte unifamiliar horizontal do bairro, entre os dois conjuntos, há algum comércio de pequena escala distribuído de forma irregular entre habitações unifamiliares horizontais.

A praça infantil, as quadras e a pista de *cooper* do conjunto estavam sempre muito cheias, em todas as visitas, principalmente em uma delas realizada no final da tarde/começo da noite. Nessa ocasião, além de muitas crianças na pracinha em frente à igreja e pessoas de todas as idades fazendo caminhada, uma das quadras estava sendo utilizada por um grupo de idosos fazendo ginástica e a outra por um grupo de adultos jogando voleibol. As duas linhas de ônibus que passam pelo conjunto tem seu ponto final ali. Com isso, é possível inferir que exista alguma facilidade para os moradores em relação aos horários, já que as linhas são obrigadas pela BHTRANS a respeitar os horários de saídas dos ônibus.

Os moradores em seu depoimento apenas confirmaram as impressões levantadas pelas visitas de campo ao conjunto Califórnia II.[2] Reconhecem o mau estado de conservação da pavimentação de vias e calçadas no conjunto e creem ser esse o principal problema de infraestrutura urbana do conjunto. Contaram que o mau estado de conservação do asfalto se deve ao trânsito relativamente constante de ônibus e de caminhões. Segundo eles, há muitos caminhões pesados entrando e saindo das empresas vizinhas ao conjunto os quais usam toda a rua Patrício Barbosa como um *cul-de-*sac para evitarem manobras. Os problemas de conservação das calçadas são problemas de gestão condominial, revelaram os moradores, já que cada bloco é responsável pela sua calçada. Relataram ainda que sempre houve problemas de drenagem na rua que dá acesso ao conjunto, a rua Clemente Nascimento Pires e que esses problemas se agravaram no último ano, com a construção de vários galpões de uma empresa de aluguel de guindastes, que estariam bloqueando o caminho da água.

A fala dos moradores confirmou a impressão do levantamento de campo sobre os espaços de lazer e esportes do conjunto. Todos gostam das quadras e da pista de *cooper* e elas são muito utilizadas. A pracinha com *playground* poderia ser maior e ter mais brinquedos, segundo eles. O presidente da associação de moradores explicou que as quadras são abertas durante o dia para qualquer pessoa que quiser usar e só são controladas à noite, para que seja possível custear a iluminação. Já as avaliações negativas dos moradores pesam sobre a questão do comércio e do transporte, como já era esperado. No primeiro caso, segundo os entrevistados, a maioria dos moradores faz compras de carro e raramente usa o comércio do conjunto. Uma moradora afirmou que o comércio do conjunto já foi melhor, com mais opções, mas várias lojas fecharam nos últimos anos, como uma farmácia e um açougue. A mesma moradora também afirmou que como hoje quase todos os moradores tem carro, é melhor fazer compras em supermercados maiores em outros bairros, normalmente depois do trabalho, antes de ir para o conjunto. Quanto ao transporte, houve reclamações quanto ao intervalo entre cada ônibus, que são longos demais, chegando a cinquenta minutos dependendo do horário. Além disso, as empresas não seguem as tabelas de horários estipuladas pela BHTRANS, segundo os moradores. Eles contaram que há alguns meses, a BHTRANS retirou os fiscais que ficavam ali e desde então os carros “saem na hora que eles querem”, afirmaram.

[2] Entrevista completa com os moradores: ver anexos 8.1 e 8.2.

QUADRO 25 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH8

Área	Aspectos	Principais pontos da fala dos moradores
Infraestrutura Urbana	Sistema abastecimento água	Nunca houve problemas
	Sistema esgoto	Nunca houve problemas
	Sistema drenagem	Problemas na entrada do conjunto
	Sistema energia	Transformadores queimavam muito no passado
	Sistema telefonia	Nunca houve problemas
	Iluminação pública	É um pouco deficiente em função das árvores
	Pavimentação vias	Está muito ruim em função dos caminhões e ônibus A prefeitura faz reparos muito provisórios
	Calçadas	Cada bloco é responsável pela sua calçada Nem todos os síndicos priorizam a manutenção
Qualidade Urbana	Comércio	O comércio do conjunto é insuficiente. Já houve maior variedade, mas várias lojas fecharam É preciso andar mais de um quilômetro
	Serviços Saúde	Centro de Saúde é bom mas faltam equipes.
	Serviços de Educação	A UMEI funciona muito bem, mas não há creches. As escolas ficam distantes e não são muito boas.
	Espaços de Lazer e esportes	Há duas quadras que são muito utilizadas A pracinha é muito acanhada para todas as crianças A pista de cooper é muito usada pelos moradores
	Serviço de varrição/capina	Não é realizada com frequência
	Transporte público e mobilidade	Péssimo. Intervalos muito longos e poucas linhas. É preciso ir ao Centro para ir para qualquer lugar. No final de semana a linha suplementar não funciona As empresas não cumprem os horários estipulados

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

Os dados da PBH apresentam algumas informações complementares aos dados apresentados. O mapa de redes de água e esgoto mostra que somente a rua Patrício Barbosa possui rede de esgoto, o que era esperado, já que a rua Leopoldo Bian está no topo do morro. Ambas possuem redes de água, o que também era esperado porque os quatro blocos tipo "B" não tem ligação com a rua Patrício Barbosa e precisam ser abastecidos pela rua Leopoldo Bian. O mesmo mapa mostra ainda que boa parte da Vila Califórnia não possui rede de esgoto. Essa informação não está totalmente atualizada, já que ainda não considerava o prolongamento da avenida Avaí, construída como uma avenida sanitária. O mapa com as redes de energia e telefonia mostra não só todas as ruas do conjunto Califórnia II servidas das duas redes, mas também todos os becos e vielas da Vila Califórnia. O mapa com a pavimentação de vias e calçadas também parece estar desatualizado. A rua Patrício Barbosa possui passeios em sua borda externa, ao contrário do que mostra o mapa, assim como a rua Clemente Nascimento Pires. Além disso,

esse mapa também ainda não mostra o prolongamento da avenida Avaí como todos os que virão a seguir. De uma forma geral, os dados da PBH mostram um quadro de precariedade de infraestrutura urbana maior do que a realidade percebida nos levantamentos de campo tanto no conjunto como no seu entorno (Vila Califórnia), em grande parte, por uma questão de desatualização em relação à intervenções mais recentes.

Os dados da PBH trazem algumas informações importantes em relação à qualidade urbana do conjunto Califórnia II. Em primeiro lugar, o mapa com os serviços de educação e saúde mostra o centro de saúde Califórnia que atende os moradores do conjunto no começo da avenida das Castanholas. O mesmo mapa mostra algumas creches no entorno do conjunto, o que não apareceu na fala dos moradores. A UMEI Califórnia, recém-inaugurada com a ampliação da avenida Avaí, não aparece no mapa com os dados da PBH. Algumas das escolas citadas na entrevista com os moradores aparecem no mapa: a E.M. Clóvis Salgado e a E.M. Dom Bosco, sendo que é possível perceber que há uma distância considerável entre o conjunto e a primeira e uma distância muito grande entre o conjunto e a segunda. Não aparece no mapa uma outra escola mencionada na entrevista, a E.M. João Camilo, que fica no "Califórnia Velho". Interessante foi perceber nas entrevistas o preconceito dos moradores do conjunto Califórnia II em relação aos moradores do conjunto Via Expressa. Para eles, o nível da escola João Camilo piorou depois que ela passou a ser frequentada pelo pessoal do "Carandiru", como pejorativamente é conhecido o conjunto Via Expressa na região. As entrevistas demonstraram que há um grande número de moradores que prefere e tem condições de ter seus filhos estudando em escolas particulares mais distantes. Alguns disseram que há muitas vans escolares trazendo e buscando crianças no conjunto. Nas conversas com os moradores, foi dito que as duas escolas municipais, principalmente a E.M. Dom Bosco, hoje são mais frequentadas por crianças da Vila Califórnia do que do conjunto e que o nível delas tem piorado muito. Para eles, a E.M. Clóvis Salgado é a melhor da região.

Essa visão dos moradores não corresponde à realidade. A E.M. Dom Bosco, segundo eles a mais usada por crianças da Vila Califórnia, teve um bom desempenho na última avaliação do IDEB, com nota do fundamental I e do fundamental II acima da média municipal. Já a E.M. Clóvis Salgado, tida por eles como a melhor da região, teve desempenho no fundamental I abaixo da média municipal, e muito abaixo da E.M. Dom Bosco. No fundamental II o desempenho da escola foi péssimo, com uma nota muito abaixo da média municipal e da vizinha E.M. Dom Bosco. A E.M. João Camilo, ocupada pelo pessoal do "Carandiru" e que teria o pior nível de todas para os moradores, teve a pior nota entre as três no fundalmental I, mas ficou bem acima da E.M. Clóvis Salgado no fundamental II. O Centro de Saúde Califórnia, segundo o presidente da associação de moradores, conta com seis ESF, o que foi confirmado pela SMSA, ficando acima do necessário para que o atendimento à população possa ser feito de maneira adequada e cumprindo o que determinam os parâmetros da saúde no município.

TABELA 15 – Avaliação das escolas públicas na área do CH8

Nome da Escola	Abrangência	Avaliação do IDEB (2011)			
		FUNDAMENTAL I		FUNDAMENTAL II	
		Média escola	Média da cidade	Média da escola	Média da cidade
E.E. Prof. Clovis Salgado	Fund. I, Fund. II, Ens. Médio, EJA.	5,4	5,8	2,9	4,2
E.M. Prof. João Camilo de Oliveira Torres	Fund. I, Fund. II, EJA.	5,1	5,8	4,6	4,2
E.M. Dom Bosco	Creche, Pre Escola, Fund. I, Fund. II.	6,6	5,8	5	4,2

Fonte: Base de dados do INEP (Prova Brasil 2011). Acessado através do site <www.escol.as> em 04/11/2013.

TABELA 16 – Avaliação do centro de saúde na área do CH8

Centro de Saúde	População Total (Censo 2010)	Distribuição da Pop. Total por Faixa de Risco (IVS)				População Total Cadastrada	No. ESF	
		ME	EL	MD	BA		Hoje	Mín
Califórnia	17.577	1.643	3.682	9.470	2.782	18.463	6	4,6

Dados fornecidos pela Gerência de Assistência/SMSA/PBH
ME: Risco Muito Elevado; EL: Risco Elevado; MD: Risco Médio; BA: Risco Baixo. ESF: Equipes de Saúde da Família.
Hoje: no. de ESF atendendo segundo a SMSA. Min.: no. de ESF mínimo estabelecido pelo planejamento municipal.

O mapa com os equipamentos de esportes e lazer da região mostra, antes de qualquer coisa, que todos os equipamentos do conjunto Califórnia II, citados antes, estão lá, reconhecidos pela PBH. Porém, como foi dito pelo presidente da associação dos moradores, a administração municipal os vê como equipamentos particulares e por isso, não investe na sua manutenção ou melhoria. No entanto, pessoas da Vila Califórnia e de todo o "Califórnia Novo" fazem uso da quadra, da pracinha e da pista de *cooper*. Uma segunda questão que emerge desse mapa é que o conjunto Califórnia II é uma exceção na região. Nos bairros vizinhos não há nenhuma quadra ou praça e todos os equipamentos de lazer e esportes ficam dentro de escolas e áreas privadas ou controladas. Talvez seja exatamente por isso, que os moradores vizinhos do conjunto utilizem os seus equipamentos de lazer e esportes. Apesar de algumas críticas dos moradores, sua situação nesse aspecto é muito melhor do que a realidade dos bairros ao seu redor. Há que se fazer uma justa exceção à "academia à céu aberto" recém criada na ampliação da avenida Avaí, que não aparece no mapa com os dados da PBH mas foi vista nas visitas de campo, ao lado do novo CRAS Califórnia. O mapa elaborado com os dados da PBH sobre transporte e mobilidade ilustra bem o paradoxo que caracteriza o conjunto Califórnia II nesse aspecto. Ele está relativamente próximo de dois dos mais importantes corredores de circulação da região metropolitana de Belo Horizonte, o Anel Rodoviário e a BR 040. Porém, ao mesmo tempo, está ilhado por sua condição topográfica, num topo de morro, separado por vales de todos os lados e também pelo desenho urbano que o liga ao bairro por apenas uma via. É possível por meio desse mapa, visualizar o que foi dito em uma das entrevistas a respeito do itinerário do ônibus, que originalmente ia somente até o conjunto

Califórnia I e, após intensa luta junto a Regional Noroeste e a BHTRANS, foi prolongado até o conjunto Califórnia II. O mapa com os tipos de uso na região apenas confirma os levantamentos de campo e a fala dos moradores, mostrando o núcleo comercial mais importante da região próximo ao conjunto Califórnia I e algum comércio menos concentrado e distribuído de forma irregular no "Califórnia Novo".



FIGURA 555 - Boca de lobo no meio da rua Patrício Barbosa.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 556 - Árvores no meio da rua Patrício Barbosa.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 557 - Bloco tipo A – CH8.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 558 – Blocos tipo C – CH8.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 559 - CH8 visto do Califórnia I.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 560 – CH8 visto do bairro Califórnia.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 561 - Pista de cooper na rua Patrício Barbosa.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 562 - Praça em frente à igreja na entrada do CH8.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 563 - Rua Patrício Barbosa com as garagens.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 564 - Buracos na rua Patrício Barbosa.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 565 - Calçada tomada pela vegetação no CH8.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 566 - Calçada da rua Leopoldo Bian.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 567 - Comércio local na rua Patrício Barbosa (norte).
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 568 - Comércio local na rua Patrício Barbosa (sul).
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 569 - Quadras do CH8 vistas da rua Leopoldo Bian.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 570 - Quadras do CH8 vistas da rua Patrício Barbosa.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 571 - Ponto final do ônibus 4501 no CH8.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).



FIGURA 572 - Ponto final do ônibus 41 no CH8.
Fonte: Foto do autor (10/12/2013).

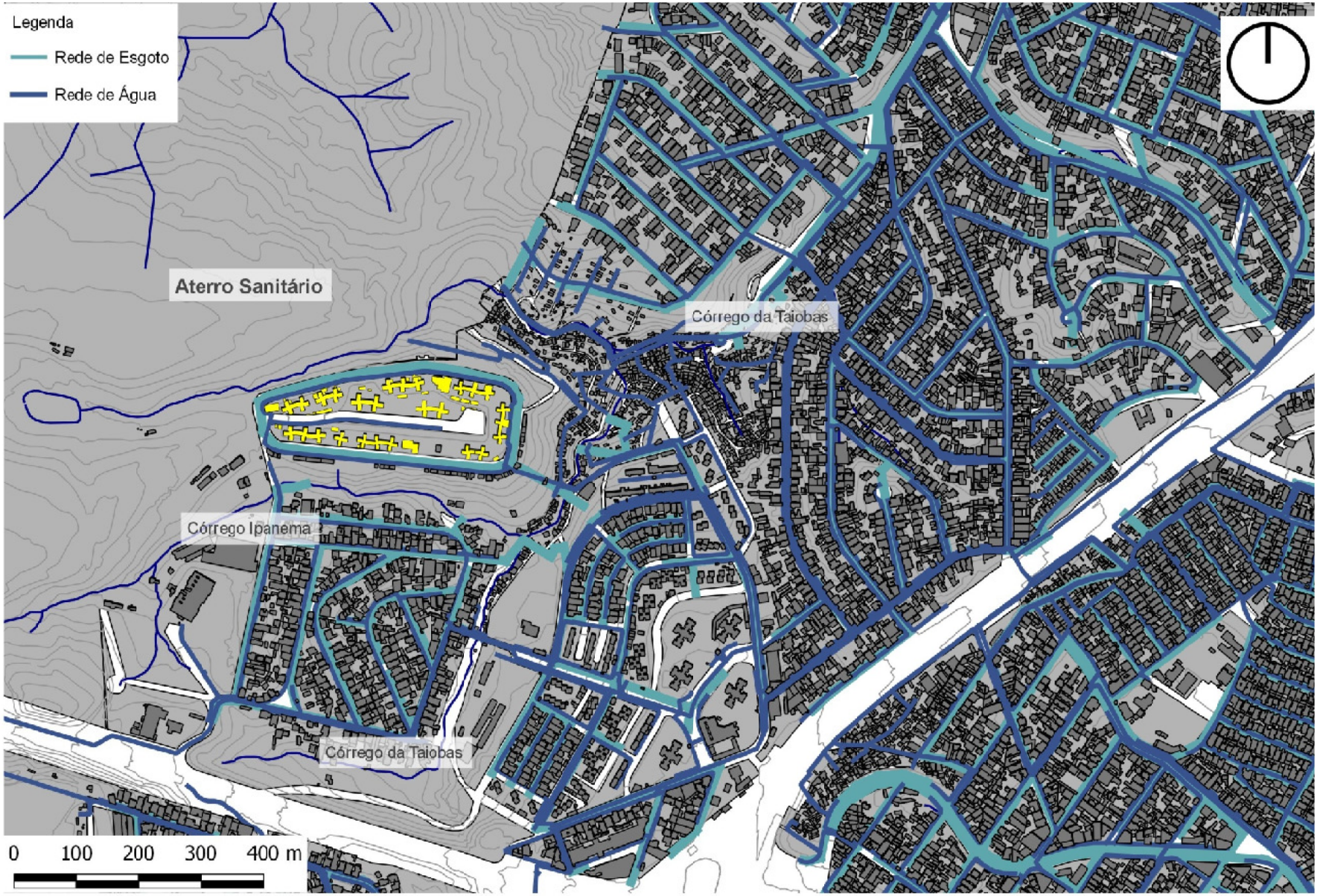


FIGURA 573 - Mapa de redes de água e esgoto do CH8 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 574 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH8 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

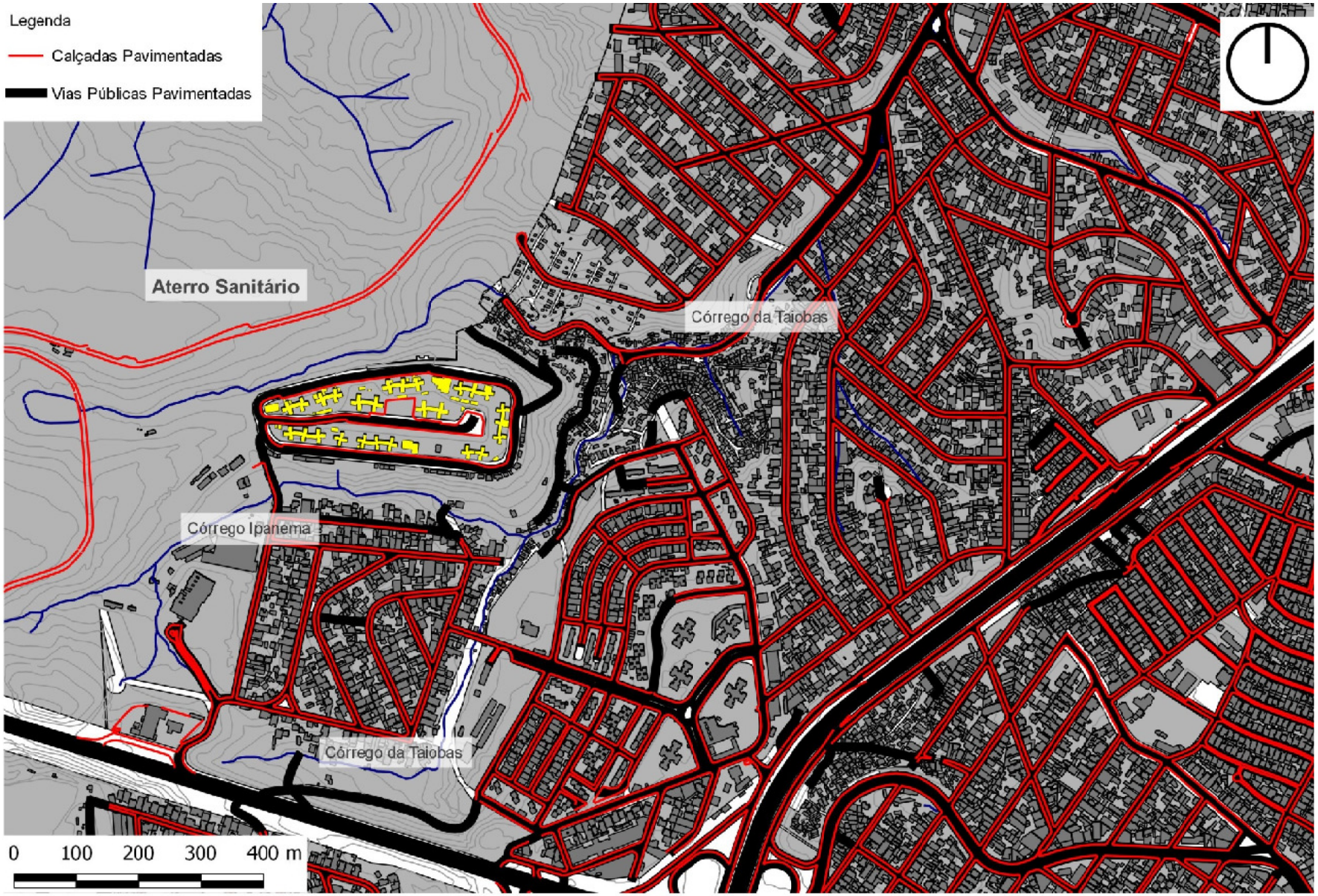


FIGURA 575 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH8 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

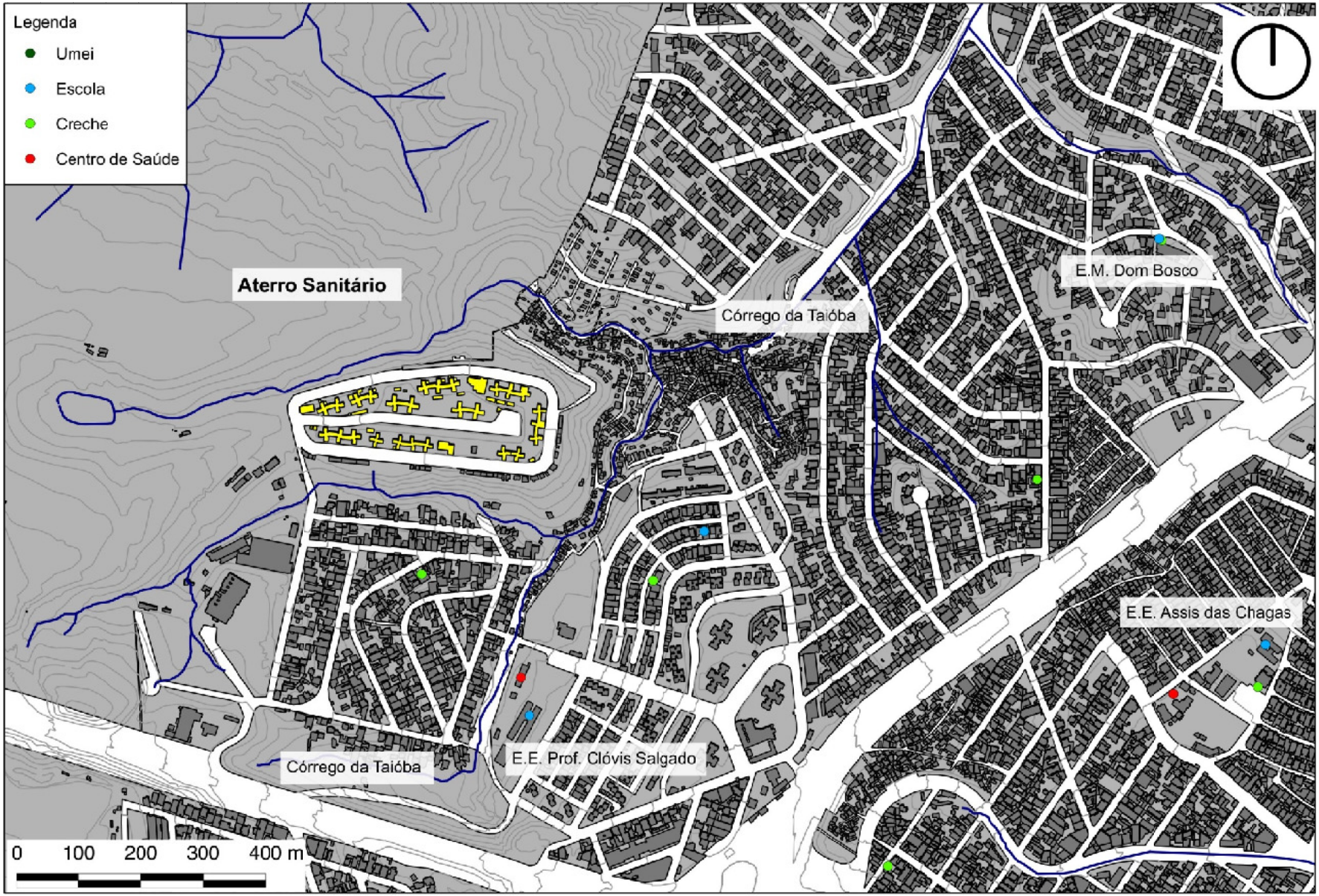


FIGURA 576 - Mapa de serviços de educação e saúde do CH8 e entorno. Fotne: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

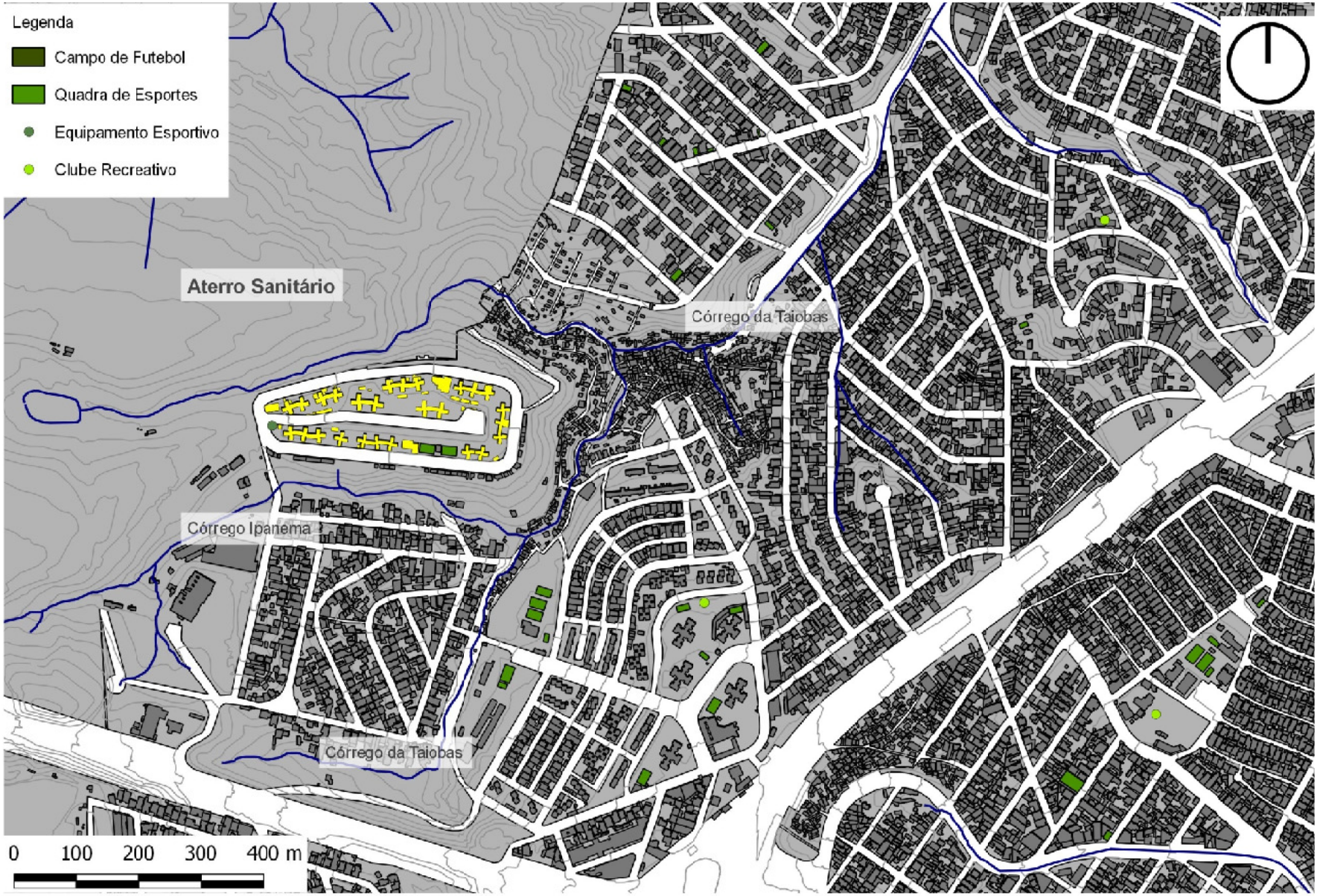


FIGURA 577 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH8 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

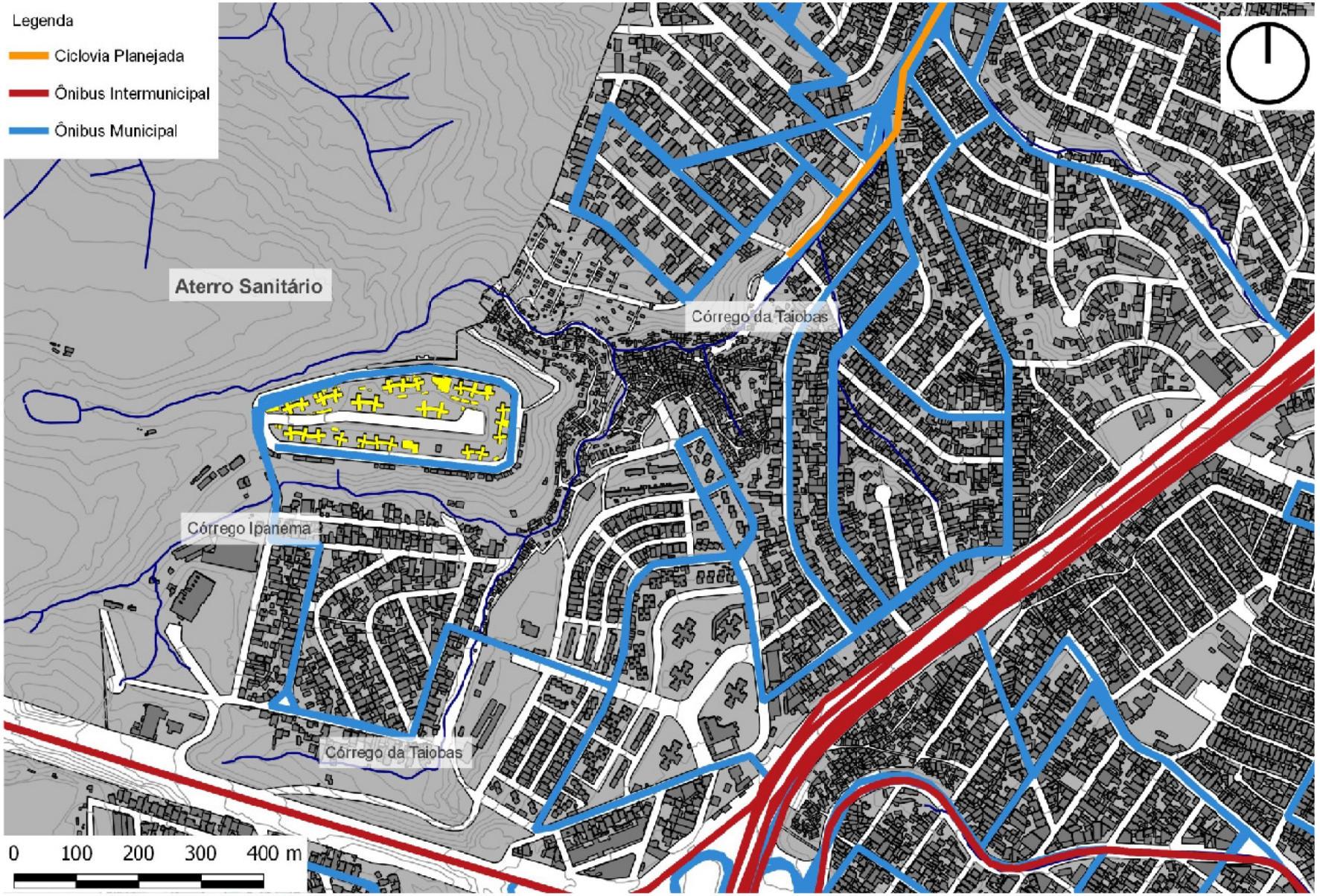


FIGURA 578 - Mapa do sistema de transporte do CH8 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

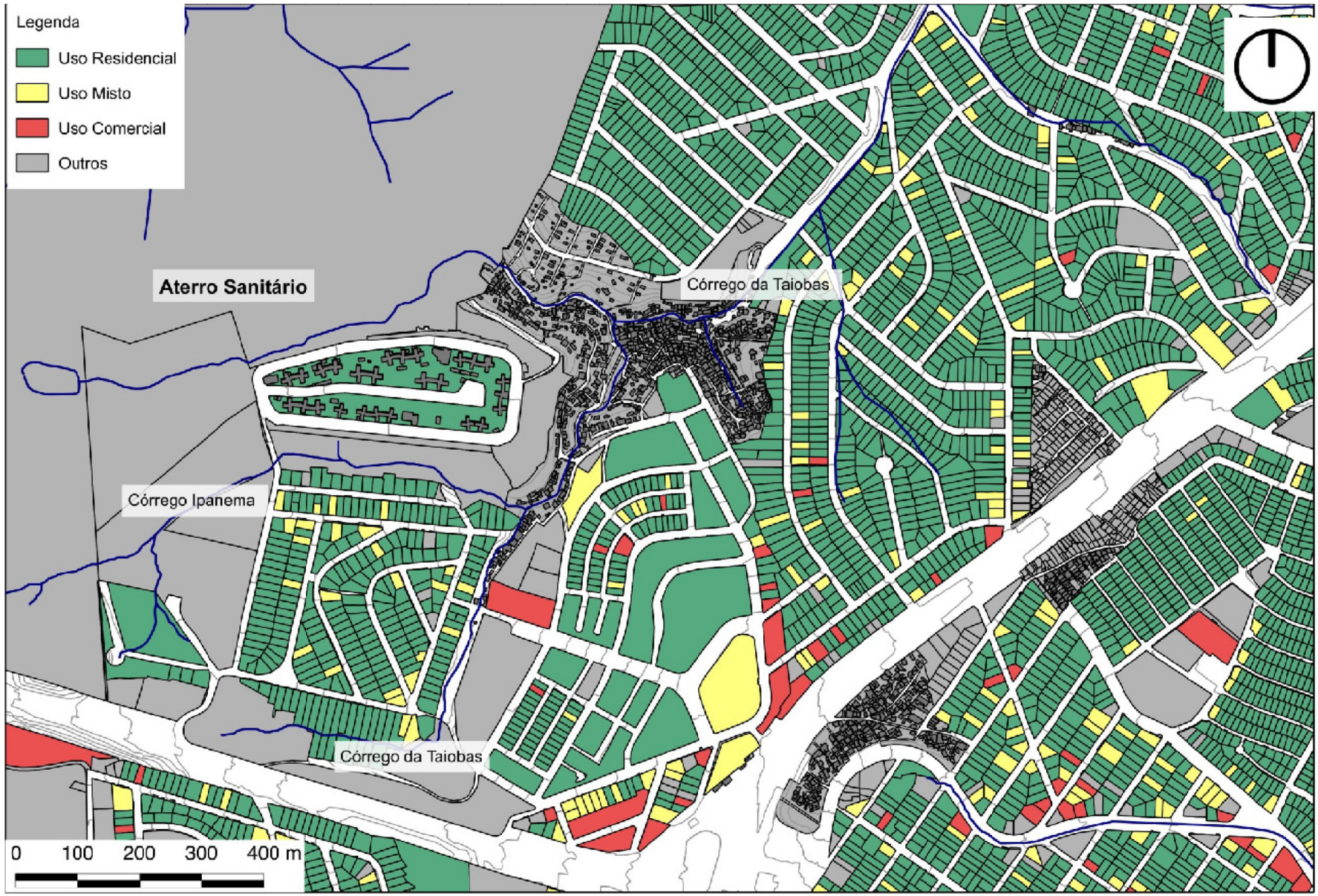


FIGURA 579 - Mapa de usos do CH8 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

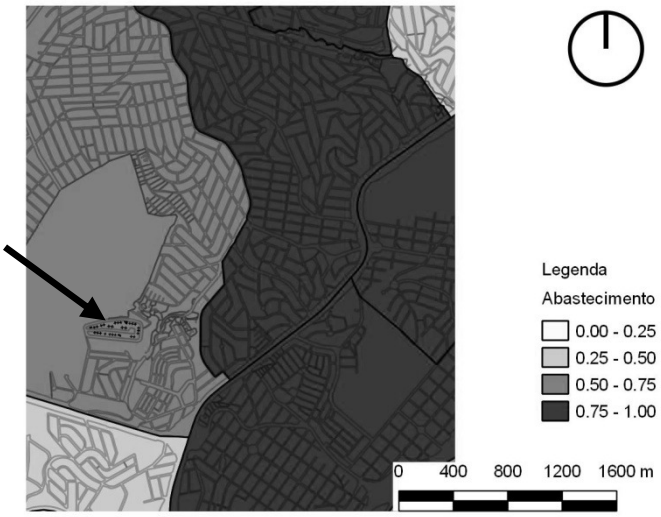


FIGURA 580 – Mapa de IQVU do CH8 – Abastecimento.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

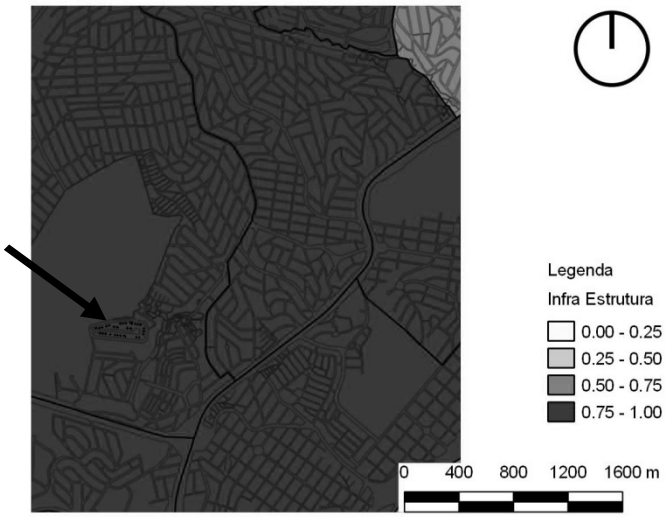


FIGURA 581 – Mapa de IQVU do CH8 – Infraestrutura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

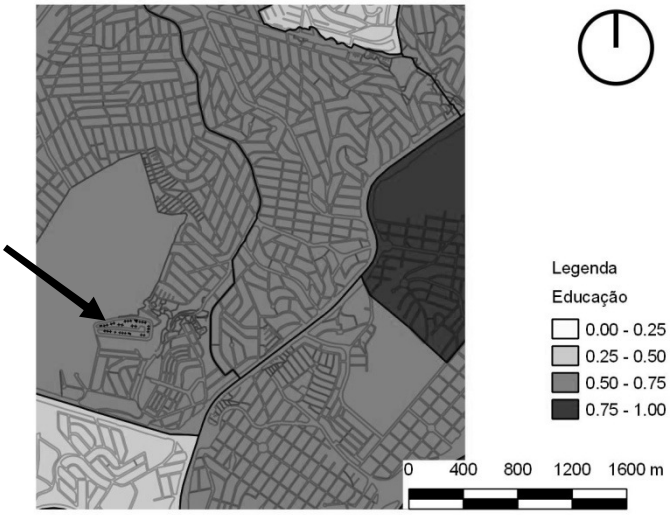


FIGURA 582 – Mapa de IQVU do CH8 – Educação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

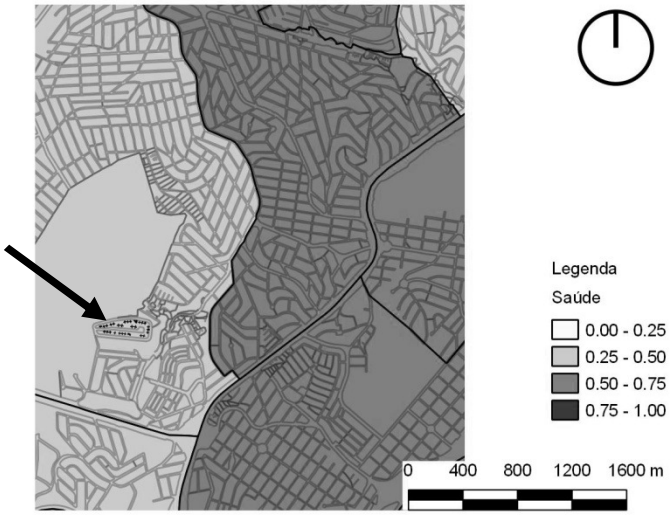


FIGURA 583 – Mapa de IQVU do CH8 – Saúde.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

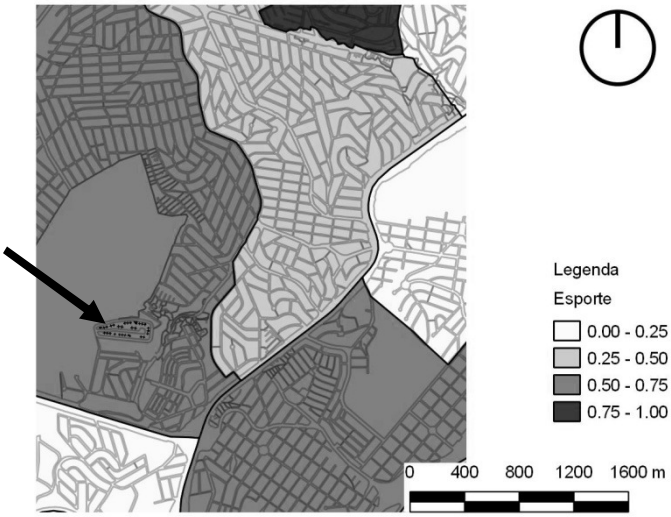


FIGURA 584 – Mapa de IQVU do CH8 – Esporte.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

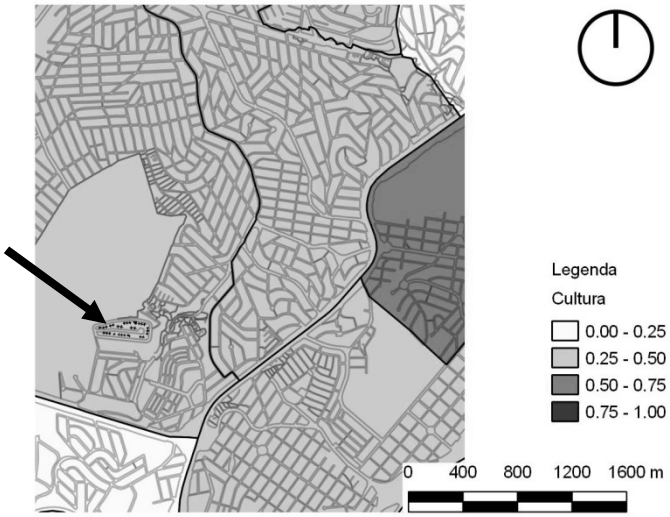


FIGURA 585 – Mapa de IQVU do CH8 – Cultura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

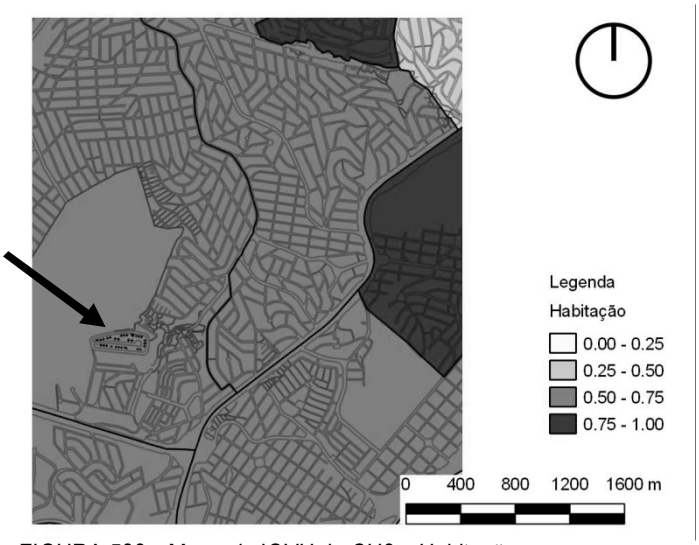


FIGURA 586 – Mapa de IQVU do CH8 – Habitação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

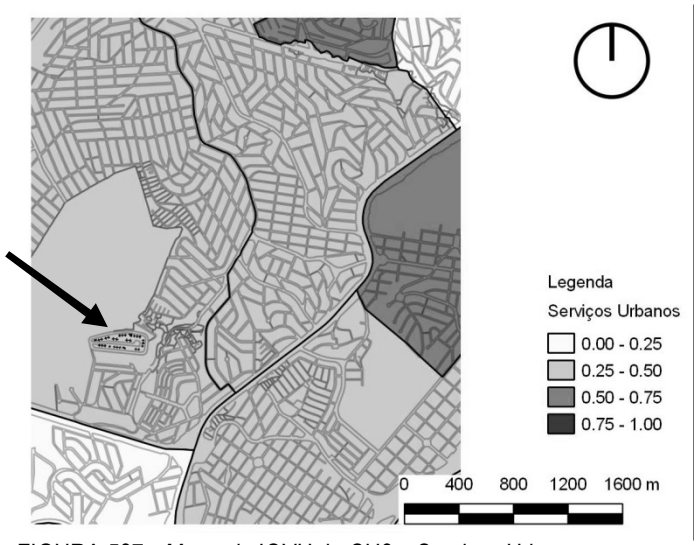


FIGURA 587 – Mapa de IQVU do CH8 – Serviços Urbanos.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

No caso do conjunto Califórnia II, a avaliação do IQVU trabalha com uma UP com grande extensão e heterogeneidade. Ela engloba os bairros Califórnia (Califórnia Novo), Álvaro Camargos, Pindorama, parte do bairro Glória e ainda o bairro Novo Glória, além dos conjunto Califórnia I, Jardim Filadélfia e Novo Dom Bosco. Além disso, estão incluídas na UP as Vilas Califórnia e Coqueiral.

A avaliação do IQVU considerou essa UP com uma nota boa nos itens abastecimento alimentar, esporte, educação e habitação. O item infraestrutura urbana foi considerado muito bom. Os itens saúde, cultura e serviços urbanos foram considerados médios. A UP não recebeu avaliação ruim em nenhum dos oito itens.

Em relação à UP onde ficam os bairros Dom Bosco, Inconfidência e Glória, com quem guarda uma relação de maior proximidade, a região do conjunto Califórnia II teve uma avaliação pior em dois indicadores, melhor em um indicador e ficou na mesma média em cinco indicadores.

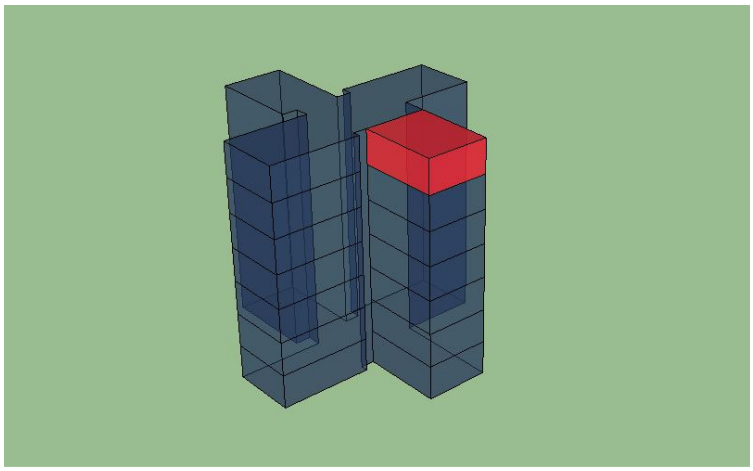


FIGURA 588 – Volumetria do bloco do CH8 (UH destacada).
Fonte: Elaborado pelo autor

ÁREA TOTAL: 45.345 m2
NÚMERO DO BLOCOS: 26 (10 “A”, 4 “B”, 12 “C”)
NÚMERO DE UHs: 664
DENS. HABITACIONAL (liq): 160,7 UH/ha
DENS. POPULACIONAL (liq): 642,8 hab/ha
ÁREA ABERTA: 35.951 m2
ÁREA ABERTA/HABITANTE: 12,3 m2
PADRÃO DAS UHs: 3 QUARTOS

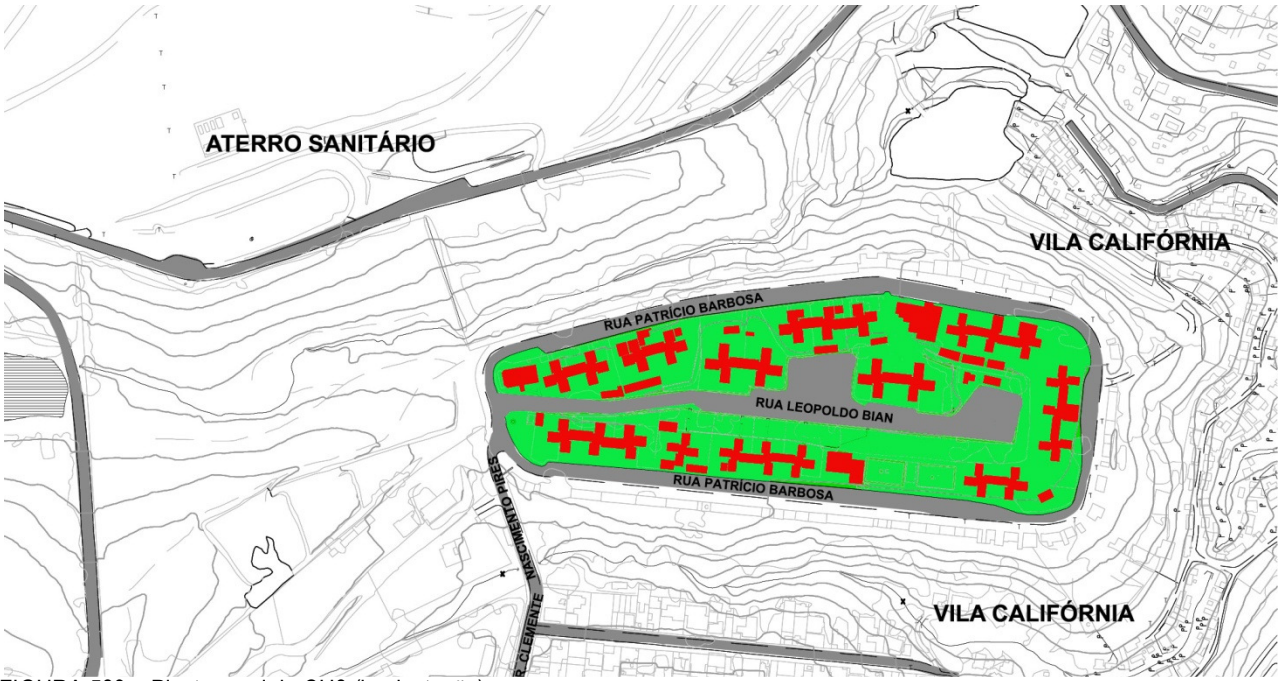


FIGURA 589 - Planta geral do CH8 (implantação).
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da Prodabel.

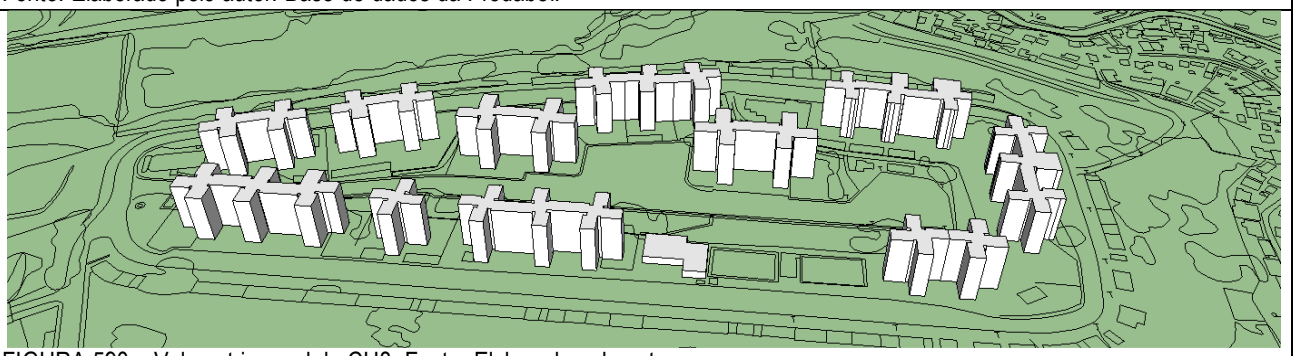


FIGURA 590 - Volumetria geral do CH8. Fonte: Elaborado pelo autor.

O conjunto Califórnia II está ligado ao bairro por apenas uma via urbana, a rua Clemente Nascimento Pires, cujo perfil longitudinal forma uma depressão sobre o leito do córrego Ipanema, o que causa inundações permanentes bloqueando o único acesso ao conjunto. As palavras do presidente da associação de moradores confirmam essas afirmações iniciais sobre o conjunto: “temos a sensação de estarmos ilhados a cada estação chuvosa.”

A estrutura urbana do conjunto é simples e se baseia em apenas duas vias. Implantado num topo de morro que separa dois vales, por onde passam o córrego Ipanema a sul e o córrego conhecido entre os moradores como córrego da SLU ao norte, seu desenho urbano tem uma via perimetral, a rua Patrício Barbosa, que contorna o conjunto praticamente na mesma curva de nível, e se liga à rua Clemente Nascimento Pires, a rua de acesso, na porção oeste. Próximo ao encontro dessas duas ruas nasce uma terceira, que sobe o morro onde está o conjunto até o seu topo, no centro da área delimitada pela via perimetral. Essa rua central se chama rua Leopoldo Bian e termina numa praça asfaltada que funciona como um *cul-de-sac*.

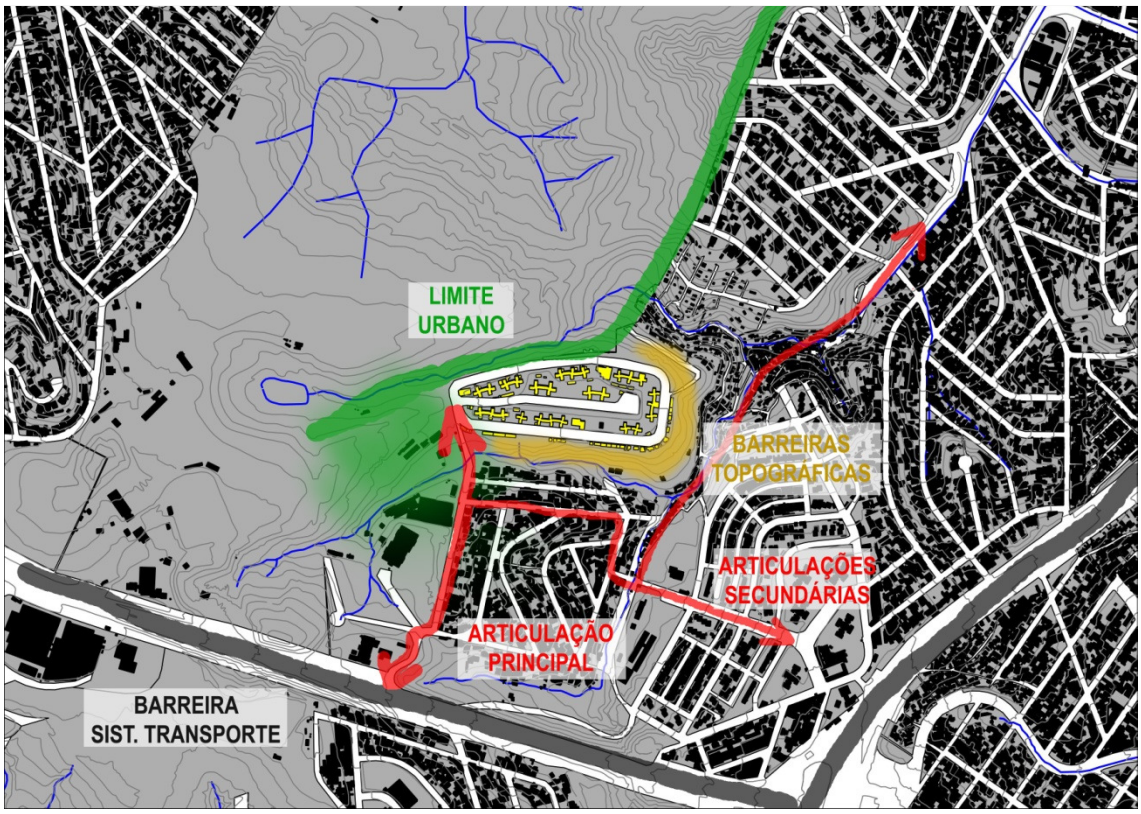


FIGURA 591 – Análise gráfica do projeto urbano do CH8.
Fonte: Elaborado pelo autor sobre a base de dados da PBH.

O conjunto tem vinte e seis blocos. Há dez blocos tipo “A” que ficam todos na parte ocidental do conjunto, sempre com entrada pela rua Patrício Barbosa. São prédios de oito pavimentos, com pilotis e com um elevador em cada um. Suas unidades têm aproximadamente sessenta metros quadrados. No topo do

morro, na rua Leopoldo Bian, há quatro blocos tipo “B”, com sete pavimentos, sem pilotis, com elevador e unidades de aproximadamente setenta metros quadrados. Na porção oriental do conjunto ficam os doze blocos tipo “C”, com sete pavimentos, sem elevador, com um acesso pelo primeiro andar, no nível da rua Patrício Barbosa e outro acesso intermediário no quarto pavimento pela rua Leopoldo Bian, através de uma passarela. Suas unidades têm cerca de cinquenta metros quadrados. No extremo oeste do conjunto há uma igreja católica com a sede da associação de moradores no pavimento inferior. Em frente à igreja, do outro lado da rua Leopoldo Bian, há uma pequena praça com *playground*. Na porção sul há duas quadras esportivas ao lado de um pequeno centro comercial com uma padaria, um bar e uma loja de produtos caseiros. Em frente a esse mini-centro comercial fica o ponto final do ônibus 4501 (azul). Do outro lado do conjunto há um centro comercial com as mesmas proporções, com uma mercearia e um bar. Em frente a ele fica o ponto final da linha suplementar 41 (amarelo).

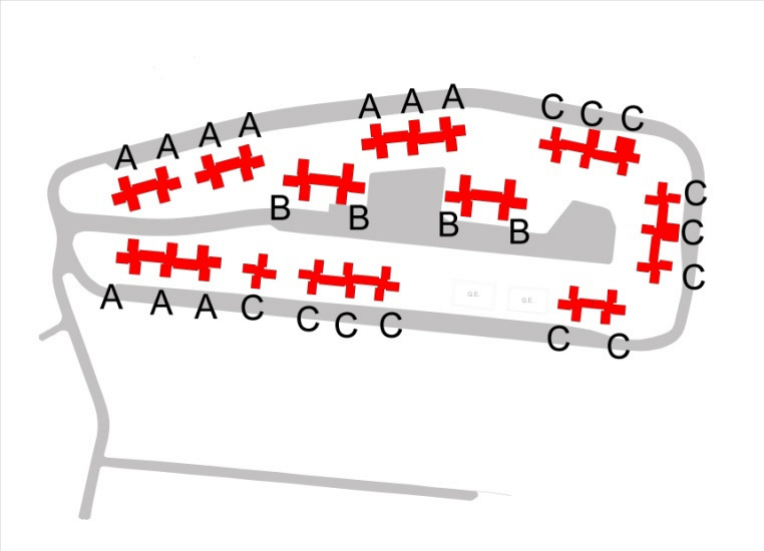


FIGURA 592 - Planta esquemática com a distribuição dos blocos.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Todos os blocos têm uma configuração de cruz, com quatro UHs por pavimento e um núcleo de circulação vertical central com elevadores e escada, no caso dos blocos A e B, e de escadas, no caso dos blocos tipo C. A idade do conjunto e o modelo de gestão, independente por bloco, fez com que cada prédio do conjunto assumisse características próprias nas portarias e calçadas, garagens e espaços coletivos. Até mesmo a pintura das fachadas de alguns blocos tem um padrão de cor diferente da cor padrão adotada pela maioria. A situação de maior apropriação dos moradores em relação aos espaços do conjunto se deu na construção de garagens privadas no perímetro externo da rua Patrício Barbosa. Os estabelecimentos comerciais na área central também parecem ter sofrido ampliações ao longo do tempo sem ficarem totalmente presos ao projeto original.

5.8.5 – CONDIÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A implantação do conjunto Califórnia II o colocou entre duas micro-bacias. Ao norte passa o córrego que é conhecido pelos moradores do conjunto como "córrego da SLU"[3], numa referência à autarquia municipal responsável pelo aterro sanitário por onde ele passa. Sua nascente está numa lagoa na entrada da área do antigo aterro sanitário. No ponto em que ele passa ao lado do conjunto um pouco mais a jusante, está cerca de dez metros abaixo do nível da rua Patrício Barbosa, o que, aliado à densa vegetação e ao muro de elementos pré-fabricados de concreto, faz com que sua presença passe desapercebida. Do outro lado do conjunto, ao sul, passa o córrego Ipanema cujas nascentes estão localizadas próximas à rodovia BR 040. Seu curso passa entre grandes galpões de empresas de engenharia e pátios de manobras de caminhões e equipamentos (guindastes) até que cruza a rua Clemente Nascimento Pires canalizado sob a via. Os dois córregos passam ao lado do conjunto Califórnia II em vales bastante encaixados, com vegetação densa típica de mata ciliar. A jusante, já na porção leste do conjunto, os dois cursos d'água encontram-se com a Vila Califórnia e com o córrego das Taiobas do qual são tributários. O Taiobas é um afluente do córrego Ressaca, parte da sub-bacia do Ribeirão do Onça e um dos principais córregos formadores da Lagoa da Pampulha. Como os dois córregos atravessam a Vila Califórnia à jusante do conjunto, é possível intuir que os prováveis lançamentos de esgoto doméstico e resíduos nesses cursos d'água, comuns nas vilas e favelas, se existem hoje, mesmo após as obras de urbanização da área, não comprometem ambientalmente o conjunto. Porém, é preciso considerar que a montante do conjunto, um dos córregos passa pelo maior aterro sanitário do estado e ou outro passa por galpões de pátios de caminhões e guindastes, os quais normalmente lançam óleos e combustíveis na rede de drenagem. Como os córregos ficam em áreas privadas, cercadas e pouco acessíveis, e considerando os limites dos levantamentos de campo, não foi possível confirmar essas suposições.

Nos levantamentos de campo foi possível ver restos de lixo e entulhos próximos a algumas das garagens construídas pelos moradores na borda externa da rua Patrício Barbosa. Há alguns intervalos não construídos na sequência de garagens, que parecem servir como acesso dos moradores à encosta do córrego Ipanema. Foi possível também ver que esses resíduos estão esparramados morro abaixo, confirmando que o leito do córrego é usado como área de despejo de lixo. Em todas as visitas foi encontrado um rebanho bovino se alimentando na área em frente à Igreja, logo na entrada do conjunto. Nos diversos dias em diferentes horários que o conjunto foi visitado, foi possível perceber que na área onde ficam os animais e também em boa parte do conjunto há um cheiro muito forte típico de áreas de criação bovina.

[3] Seu nome oficial não foi encontrado.

Chamou a atenção nas visitas de campo a presença urbana das garagens construídas pelos moradores ao longo da rua Patrício Barbosa. Elas são muito mais regulares em termos volumétricos e cromáticos do que, por exemplo, as garagens do mesmo tipo construídas no conjunto Flávio de Oliveira. Mesmo assim, foram construídas ilegalmente e constituem uma barreira entre a via urbana e os leitos dos dois córregos ocultando a visão em direção a eles. Muito provavelmente contribuem para o lançamento de resíduos nos dois córregos e podem facilitar diversas situações de insegurança urbana.

Em uma das visitas de campo, realizada à noite, foi possível perceber a presença muito forte dos moradores nas ruas, na pista de *cooper* e nas quadras, e de uma iluminação pública adequada, criando um ambiente de relativa segurança. Em outras visitas foi possível perceber alguns pontos onde há problemas de solo dentro da área privativa dos blocos, normalmente nas áreas de estacionamentos, e possivelmente gerados por obras de corte e contenção do terreno mal executadas. A quantidade de entulho e resíduos vista nas visitas ao conjunto, em seu perímetro, permite inferir que há riscos de endemias como dengue e a presença de insetos e roedores.

A entrevista com moradores serviu para ampliar as impressões do levantamento. Para eles, a presença dos córregos não gera aspectos ambientais positivos ou negativos. Eles consideram alguns problemas de solo gerados por obras de ampliação interna de estacionamento como os únicos casos de desmoronamento que conheceram em todos esses anos. Eles consideram a poluição sonora como inexistente no conjunto, o que, para eles, contribui para criar uma atmosfera de "cidade do interior". Porém reconhecem e reclamam dos entulhos lançados entre as garagens, um problema que sempre existiu, segundo eles. Reconhecem também que as garagens improvisadas causam muitos problemas para o conjunto. O presidente da associação de moradores apoia a intenção da PBH em remover essas garagens, com o argumento de que foram construídas em área pública. Os moradores contaram, em sua narrativa, que o gado bovino criado ao lado do conjunto é fruto de um acordo entre o proprietário do terreno ao lado do aterro sanitário e um senhor que toma conta da área para ele. Segundo eles, são cerca de quarenta cabeças de gado. O cheiro "de curral" e a presença dos mosquitos provocados pela presença do gado incomodam um pouco, afirmou o presidente da associação. Segundo outros moradores, pior ainda do que o cheiro do gado é o cheiro de lixo orgânico provocado por pilhas de restos de verduras, legumes e frutas que são despejados por caminhões vindos do CEASA para alimentar esse gado. Segundo eles, há um acordo entre o proprietário dos animais e alguns comerciantes de hortifrutigranjeiros do centro de abastecimento para que o primeiro consiga alimentar seu gado sem custo e os últimos consigam ficar livres das sobras das suas mercadorias exatamente na área em frente à igreja e à pracinha sempre cheia de crianças, na entrada do conjunto.

Porém nada se equipara na escala de precariedade ambiental ao relato dos moradores sobre o período em que o aterro sanitário de Belo Horizonte esteve ativo. O "lixão", como era conhecido pelos moradores, recebeu durante os seus trinta e dois anos de funcionamento, todos os resíduos de Belo Horizonte. Os

moradores contam que o cheiro constante e muito forte assustava principalmente os visitantes. Em alguns momentos, quando o "vento virava" o cheiro ficava "insuportável" e as pessoas tinham que andar com panos no nariz. Os moradores descreveram com muita revolta a sensação de "morar do lado do depósito de lixo de Belo Horizonte". Segundo o seu relato, havia tantas moscas e mosquitos que muitos apartamentos mandaram fazer telas tipo "mosquiteiro" para evitar a presença dos insetos sem perder ventilação nos apartamentos. "A situação era pior no calor" disseram alguns. A antiga presidente da associação de moradores contou que quando a situação do mau cheiro ficava muito crítica, ela ligava para o engenheiro da SLU responsável pelo aterro, que ficara seu amigo, e pedia a ele para "abrir as comportas" e meia hora depois o cheiro melhorava, provavelmente se referindo ao sistema de drenagem de chorume do aterro que deveria ser aberto. A mesma moradora conta ainda que nessa época o conjunto ficava sempre cheio de urubus nos telhados e nas ruas o que causava uma impressão muito ruim. Os moradores falam com alívio da desativação do aterro, em 2007. A fala dos moradores sobre esse ponto específico foi muito reveladora, por conter a visão de quem sofreu o problema de perto e também por ser capaz de enxergar o problema numa perspectiva histórica. O aterro começou a funcionar em 1975 e o conjunto Califórnia II foi construído ao seu lado seis anos depois, em 1981, quando ele já estava plenamente operacional. A pior fase, segundo os moradores, aconteceu na década de 1990, provavelmente porque o aterro já estava chegando perto do seu limite. Nesse período, contam eles, praticamente todas as crianças do conjunto tinham algum tipo de problema respiratório, como bronquite, asma, rinite, etc.

Foi, entretanto, a fala dos moradores que revelou de maneira mais clara o grau de riscos socioambientais a que eles estão sujeitos. Primeiramente a questão da segurança surgiu de forma muito afirmativa nas entrevistas, como o grande "problema" hoje do conjunto, nesse sentido. Por trás da aparente tranquilidade vista nas visitas de campo, há vários problemas decorrentes do tráfico de drogas. Segundo o relato dos moradores, houve uma chacina na Vila Califórnia no ano anterior, ligada à disputas de grupos rivais e o assassinato, e alguns meses antes, houve o assassinato de um jovem, morador do conjunto, muito conhecido de todos e que, segundo eles, estava envolvido com o tráfico. Há muitas pessoas do conjunto envolvidas com o uso e o tráfico, segundo os moradores. Há ainda, moradores do conjunto envolvidos com roubo de carros no próprio conjunto, o que por sua vez está ligado de alguma forma ao tráfico de drogas. Segundo eles, esse tipo de delito ficou muito comum no conjunto nos últimos anos.

Os moradores relataram problemas de alagamento no córrego Ipanema, no trecho próximo à rua Clemente Nascimento Pires. Segundo eles, esses alagamentos eram muito comuns e aconteciam todos os anos na época das chuvas. Algumas vezes, o conjunto chegou a ficar "ilhado" por alguns dias, até que a água abaixasse. Esse problema só foi resolvido por meio de uma ação política forte junto à Regional Noroeste e com a ajuda de uma vereadora. Uma série de obras foram feitas no trecho canalizado do

córrego sob a via, o que resolveu o problema. Porém, desde o ano passado, segundo os moradores, por culpa da construção de vários galpões de uma empresa de aluguel de guindastes exatamente nesse trecho da via, bloqueando o caminho da água, os alagamentos voltaram a ocorrer. Entre os dias em que as entrevistas foram feitas, houve uma chuva intensa que, segundo eles, alagou a rua Clemente Nascimento Pires por algumas horas, como nos "velhos tempos".

QUADRO 26 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH8

Área	**Aspectos**	**Principais pontos da fala dos moradores**
Qualidade Ambiental	Cursos d'água	Não interferem em nada no conjunto
	Solo	Há problemas pontuais em algumas obras dos blocos
	Ar	Já foi muito ruim por causa do aterro sanitário O cheiro era insuportável Havia muitas moscas e mosquitos
	Ruídos	É muito tranquilo
	Resíduos Sólidos	Há problemas de lixo atrás das garagens
	Outras questões	As garagens causam certa poluição visual O gado incomoda pelo cheiro e pelas moscas Restos de alimentos do CEASA jogados para o gado
Sensação de Risco	Segurança urbana	Já foi muito problemático, hoje melhorou. Há muitos problemas envolvendo drogas. Há muitos roubos de carros.
	Deslizamento/escorregamento	Não há casos
	Alagamento	Acontecem com frequencia na entrada do conjunto Voltaram a acontecer depois dos galpões
	Endemias	Já houve muitos casos de dengue nos últimos anos Já houve muitos casos de doenças respiratórias
	Incêndios Florestais	Acontecem em pequena escala sem ameaças
	Outras questões	Muitos escorpiões e ratos Muitas cobras (cobra-cipó, e jararaca)

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

A antiga presidente da associação de moradores revela que todos os anos há muitos casos de dengue no conjunto e atribui a causa do problema em boa medida às garagens, cujas coberturas, todas feitas com lajes de concreto, muitas vezes acumulam água por dias, por falhas no seu sistema de drenagem pluvial. Os riscos para a saúde já foram muito grandes na época do aterro sanitário, segundo os relatos da mesma moradora. Ela conta que praticamente todas as crianças do conjunto, entre quinze e vinte anos atrás tinham algum tipo de doença respiratória em função do "lixão". Nesse período, quando esteve à frente da associação, conseguiu um laudo médico demonstrando a relação entre a alta taxa de incidência de problemas respiratórios nas crianças do conjunto e a presença do aterro sanitário que serviu de base

para uma investida política contra a administração municipal. Segundo ela, após muita luta e graças ao apoio de alguns vereadores e deputados estaduais, a prefeitura isentou o conjunto Califórnia II de IPTU como medida compensatória pela presença do aterro sanitário. A SLU ainda "presenteou" o conjunto com cem mudas de árvores que foram plantadas na encosta entre o aterro e a rua Patrício Barbosa, segundo o atual presidente da associação.

O mapa sobre a questão dos resíduos sólidos, elaborado com base nos dados da PBH mostra o sistema de coleta e varrição em todo o conjunto e bairro do entorno. A área da Vila Califórnia recebia somente o sistema de varrição. Porém, com a abertura do prolongamento da avenida Avaí, provavelmente esse dado deve ter ficado desatualizado, já que o sistema de coleta, baseado nos caminhões de lixo, agora pode passar por essa avenida. O mapa, contudo, não mostra nenhum ponto de deposição clandestina de lixo na área do conjunto Califórnia II, ao contrário do que foi percebido pelos levantamentos de campo e ratificado pela fala dos moradores. Mostra pontos em que isso ocorre na Vila Califórnia e na avenida das Castanholas, além de toda a faixa com as margens do Anel Rodoviário.

Os mapas elaborados com a base de dados da PBH formalizam alguns dos riscos apontados pelos moradores e revelam outros sobre os quais eles parecem não ter nenhuma ideia. O mapa de riscos geológicos mostra que todo o bairro e ainda alguns bairros vizinhos estão em uma área sujeita a contaminação potencial do lençol freático, em função da presença do aterro sanitário. Há ainda riscos de erosão indicados no mesmo mapa em áreas próximas ao conjunto, a oeste, na área dos galpões das empresas de engenharia e a nordeste, entre o aterro e o leito do córrego "da SLU". Os moradores não parecem ter conhecimento desses riscos.

O mapa com os riscos de alagamento mostra áreas alagáveis menores ao longo do córrego "da SLU", maiores ao longo do córrego Ipanema, incluindo a área apontada pelos moradores próximo à rua Clemente Nascimento Pires e maiores ainda no encontro dos dois córregos com o córrego das Taiobas, na Vila Califórnia, problema que pode ter sido solucionado ou até agravado com a implantação da continuação da avenida Avaí canalizando todo esse trecho recentemente.

A avaliação do IQVU considerou a região urbana onde está localizado o conjunto Califórnia II como ruim em relação ao indicador segurança urbana e boa no item meio ambiente, mesmo a despeito dessa região abarcar o aterro sanitário.

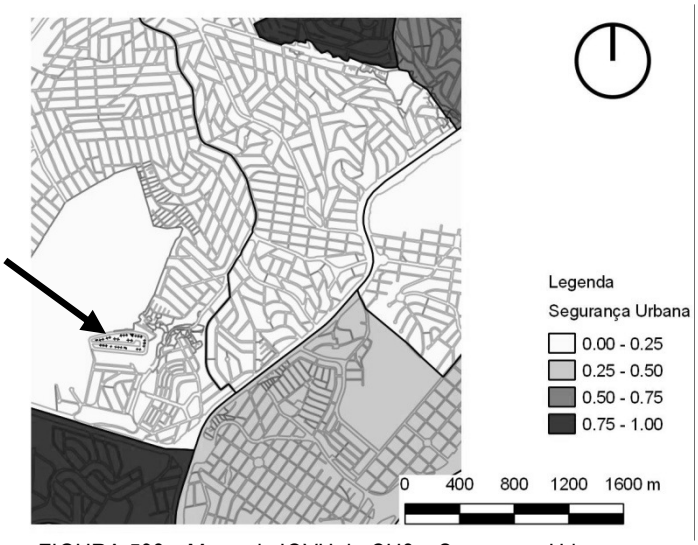


FIGURA 593 – Mapa de IQVU do CH8 – Segurança Urbana.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

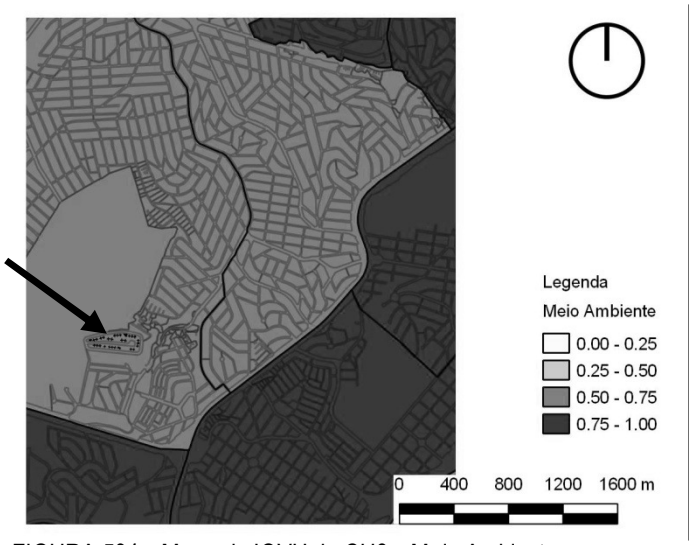


FIGURA 594 – Mapa de IQVU do CH8 – Meio Ambiente.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 595 - Atividade de criação de gado bovino na entrada do CH8.
Fonte: Foto do autor (26/10/2013).



FIGURA 596 - Leito do córrego Ipanema.
Fonte: Foto do autor (26/10/2013).



FIGURA 597 - Leito do córrego "da SLU".
Fonte: Foto do autor (26/10/13).



FIGURA 598 – Entulho entre as garagens do CH8.
Fonte: Foto do autor (26/10/2013).



FIGURA 599 - Galpão construído sobre o córrego Ipanema.
Fonte: Foto do autor (26/10/13).



FIGURA 600 - Garagens construídas na rua Patrício Barbosa.
Fonte: Foto do autor (26/10/2013).



FIGURA 601 - Garagens na rua Patrício Barbosa.
Fonte: Foto do autor (26/10/13).

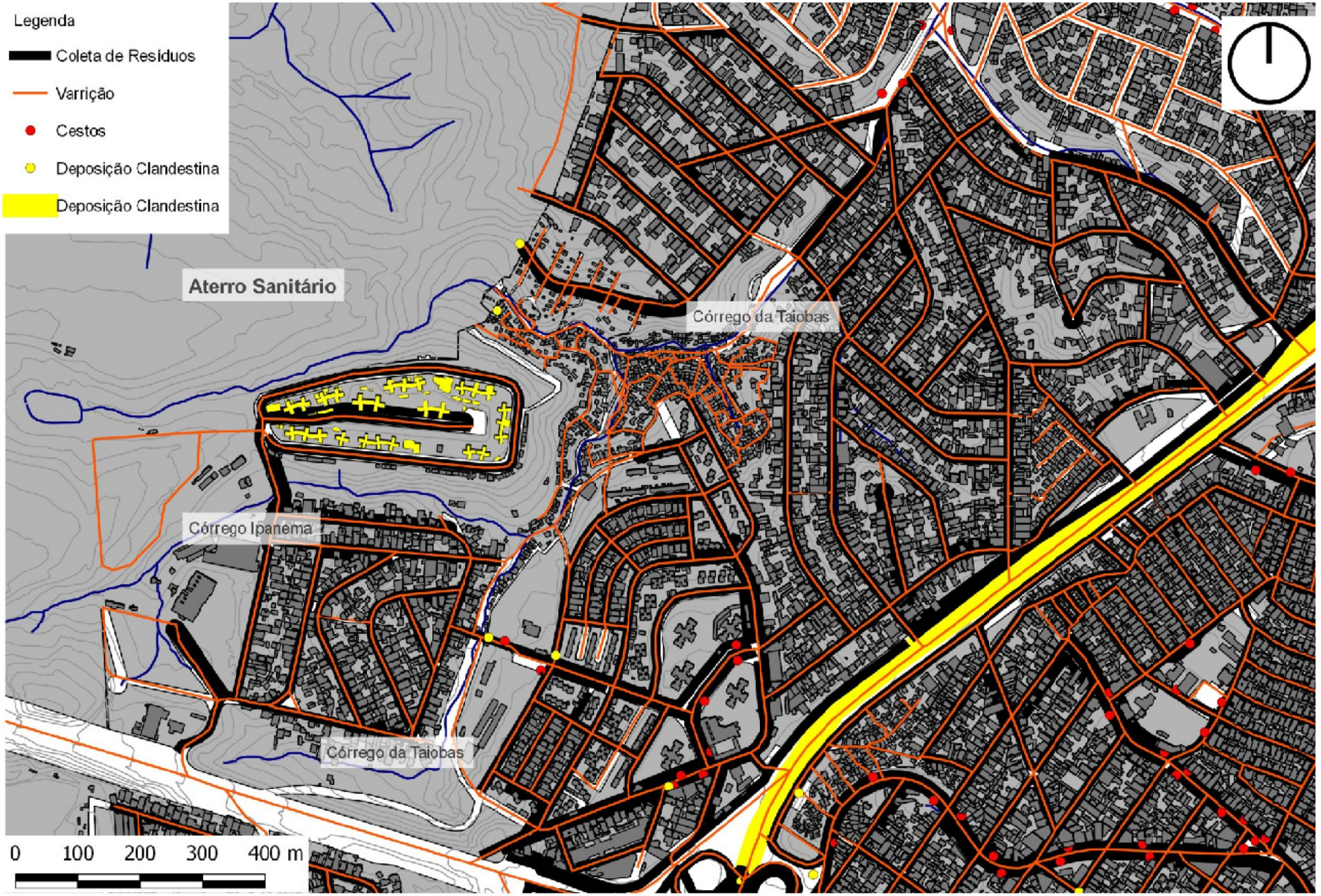


FIGURA 602 - Mapa de gestão de resíduos sólidos do CH8 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

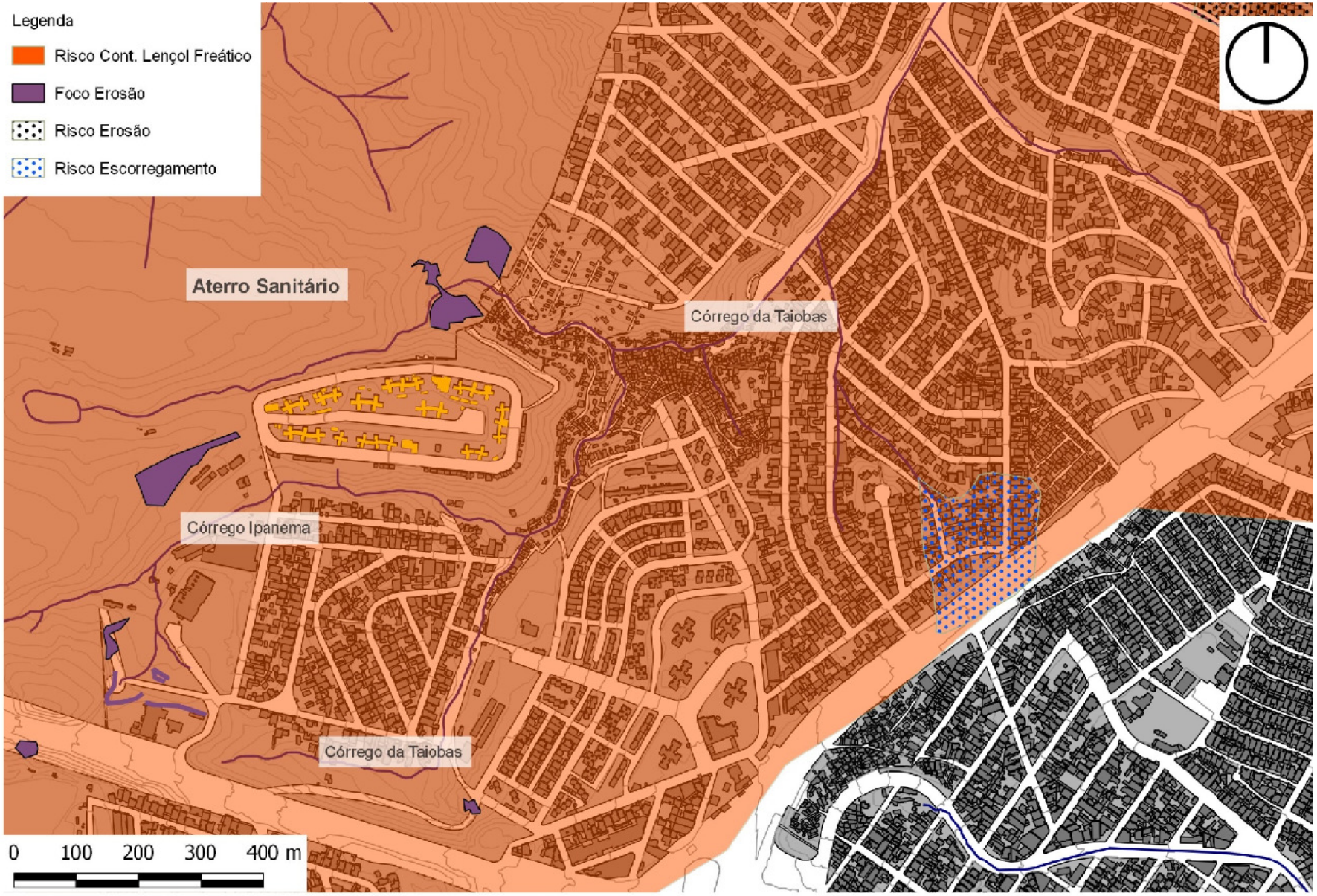


FIGURA 603 - Mapa de risco geológico do CH8 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

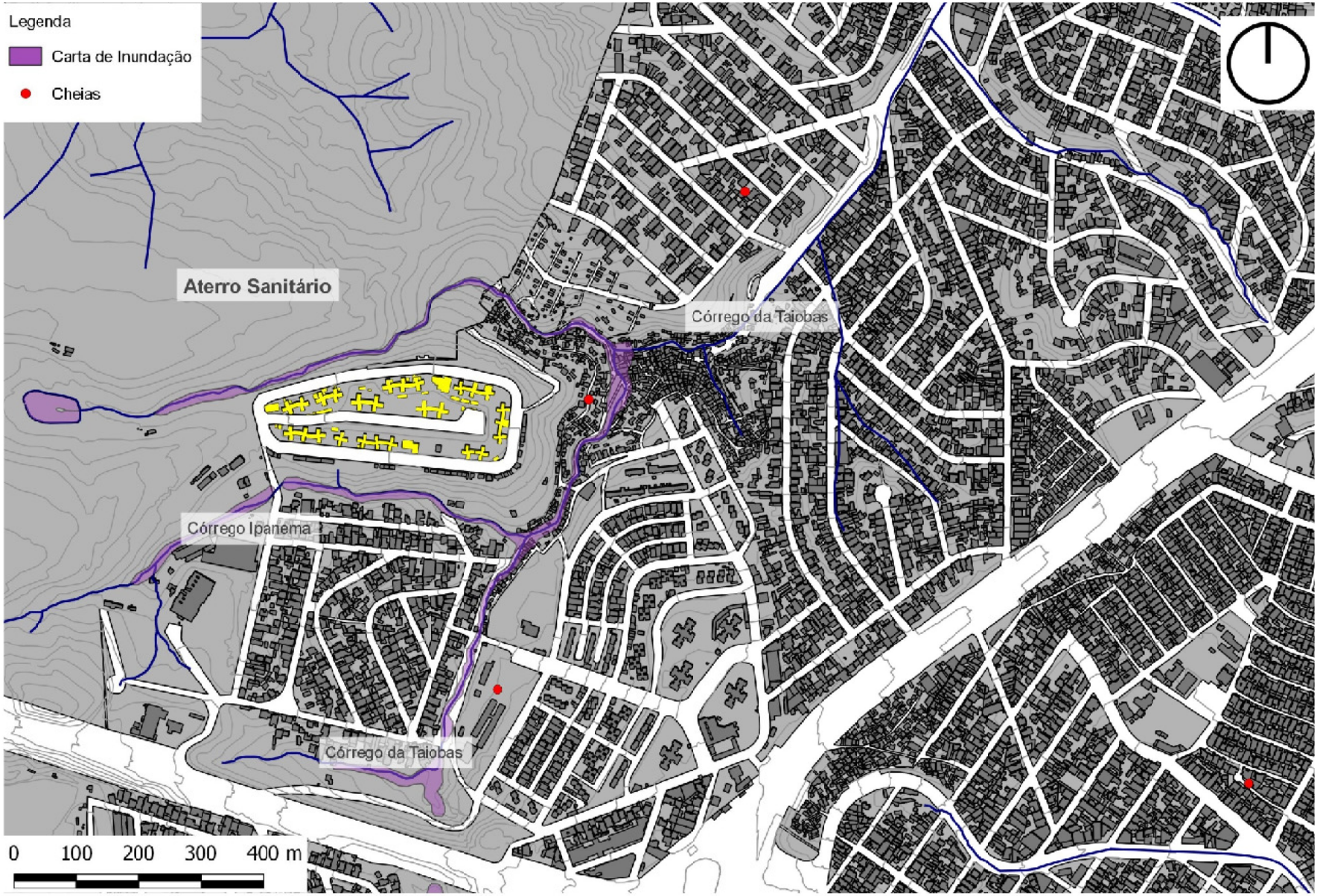


FIGURA 604 - Mapa de risco de alagamento do CH8 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.8.6 – ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ECOPOLÍTICA

A associação de moradores do conjunto Califórnia II existe desde a sua inauguração e teve ao longo dos anos uma atuação bastante expressiva. Como cada bloco tem a sua gestão administrativa totalmente independente, à associação cabe cuidar da manutenção de áreas coletivas comuns como a pracinha e as quadras. A contribuição é voluntária, o que explica o estado da vegetação nas calçadas em frente a alguns blocos. Apesar de seu papel no cotidiano ser reduzido, seu atual presidente considera que ela tem sua mais importante função na manutenção de um canal entre os moradores do conjunto e os órgãos públicos. A antiga presidente da associação, que esteve à sua frente por doze anos, no período mais crítico do conjunto em relação ao aterro sanitário, considera que além disso, é preciso ter o contato estreito com um vereador ou um deputado estadual para poder fazer com que as reivindicações caminhem dentro dos órgãos públicos e vençam a burocracia. Ela cita alguns exemplos de ações políticas da associação de moradores que saíram vitoriosas graças ao empurrão desses políticos: as obras na canalização do córrego Ipanema e as mudanças no itinerário dos ônibus. A ação política mais importante da associação se deu exatamente no sentido da injustiça ambiental, no caso do aterro sanitário. A entidade conseguiu um abaixo assinado com mais de três mil moradores e um laudo médico atestando a relação entre a presença do lixão e o alto índice de doenças respiratórias nas crianças do conjunto. Essa briga, iniciada nos anos de 1990, valeu uma compensação financeira através da isenção de IPTU e ajudou a acelerar a desativação do aterro.

Apesar do histórico de lutas socioambientais travadas pela associação dos moradores do conjunto Califórnia II, a sua antiga presidente não considera que exista um histórico de mobilização social entre os moradores. À exceção do episódio do abaixo-assinado, ela conta que os moradores, em sua grande maioria, jamais se interessaram pelas reivindicações que a associação esteve tentando levar aos órgãos públicos. As questões coletivas do conjunto parecem ficar em segundo plano, em relação aos problemas individuais de cada família, de cada apartamento. Segundo ela, todos hoje só se preocupam com o que está “da porta pra dentro”.

O mapa elaborado com base nas obras do OP organizadas pela PBH mostra que de fato, não há nenhuma intervenção prevista na área do conjunto Califórnia II, mesmo a despeito da sua concentração de pessoas e consequentemente, grande peso numa votação popular como é o mecanismo do OP. Na Vila Califórnia, vizinha ao conjunto, contudo, há três obras do OP.

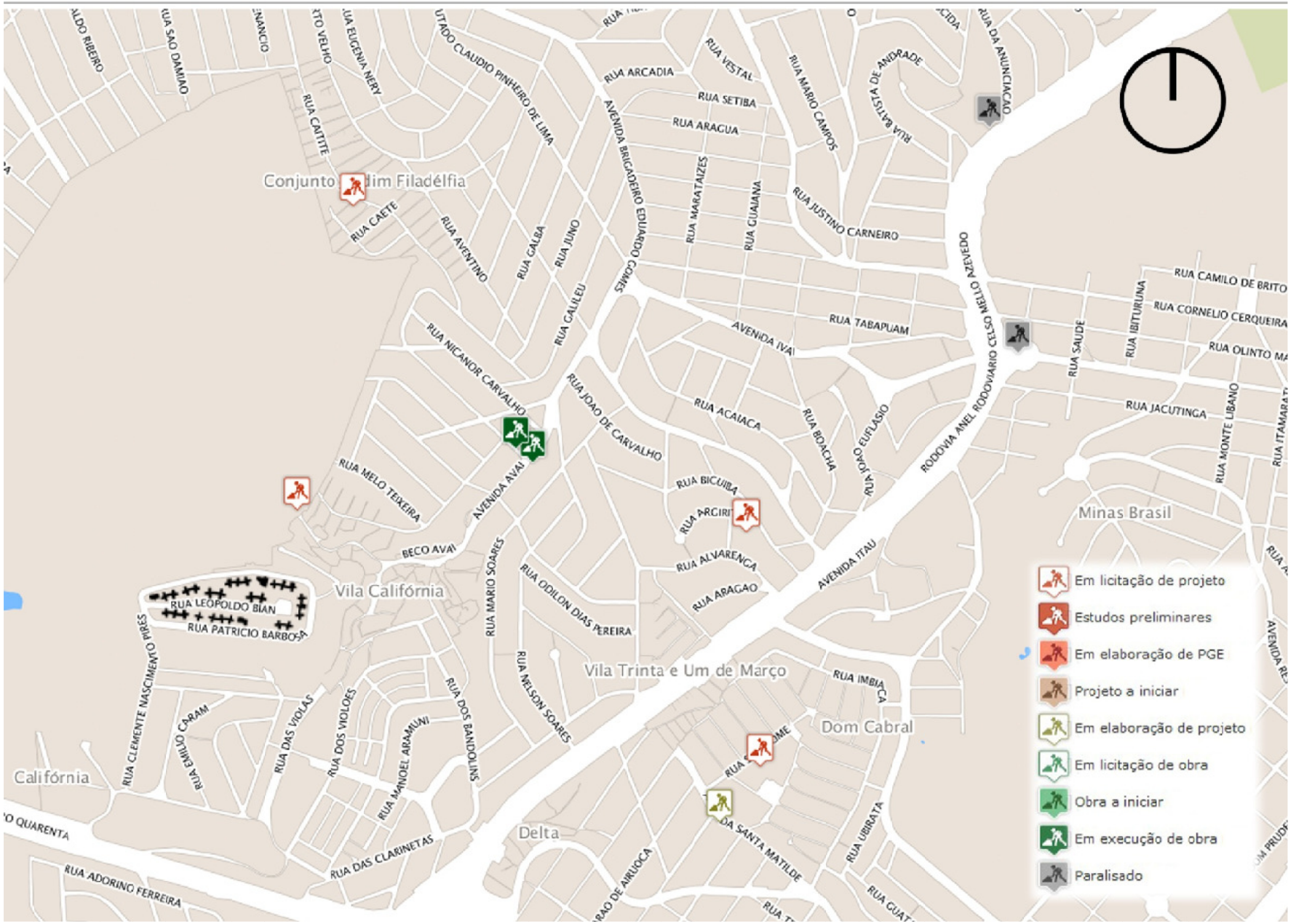


FIGURA 605 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH8 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.9 – CONJUNTO SERRA VERDE



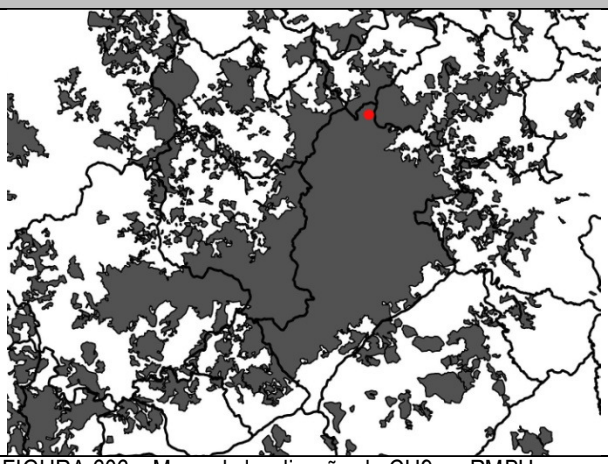
CH 9	SERRA VERDE
	CIDADE: BELO HORIZONTE REGIONAL: VENDA NOVA DATA (INAUGURAÇÃO): 1982 (1ª ETAPA), 1987 (2ª. ETAPA) NATUREZA DO EMPREENDIMENTO: PÚBLICO/PRIVADO AGENTES EMPREENDEDORES: COHAB/PBH (1ª ETAPA), MINAS CAIXA (2ª. ETAPA),

FIGURA 606 - Mapa de localização do CH9 na RMBH.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PDDI.

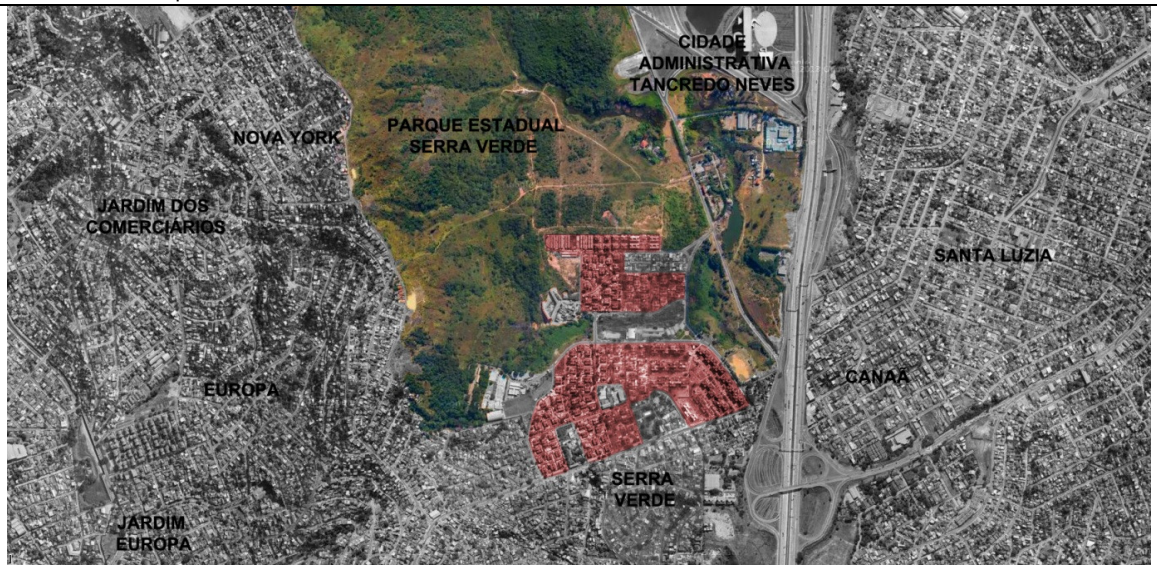


FIGURA 607 - Foto aérea do CH 9 (destacado em vermelho).
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor

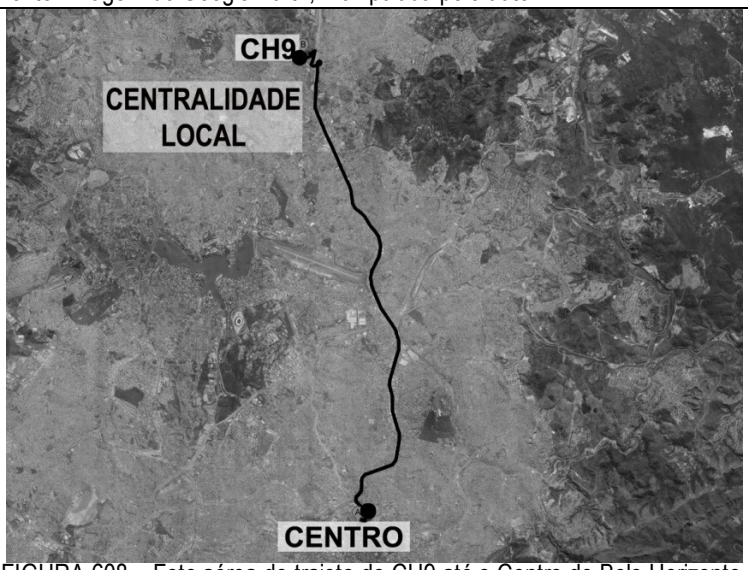


FIGURA 608 - Foto aérea do trajeto do CH9 até o Centro de Belo Horizonte e até a centralidade local mais próxima.
Fonte: Imagem do Google Earth, manipulada pelo autor.

DISTÂNCIAS

ATÉ O CENTRO
Praça Sete de Setembro
16,8 Km
TRAJETO:
Av. Cristiano Machado
Av. Afonso Pena

ATÉ A CENTRALIDADE LOCAL MAIS PRÓXIMA
Av. Leontino F. Alves
0 Km

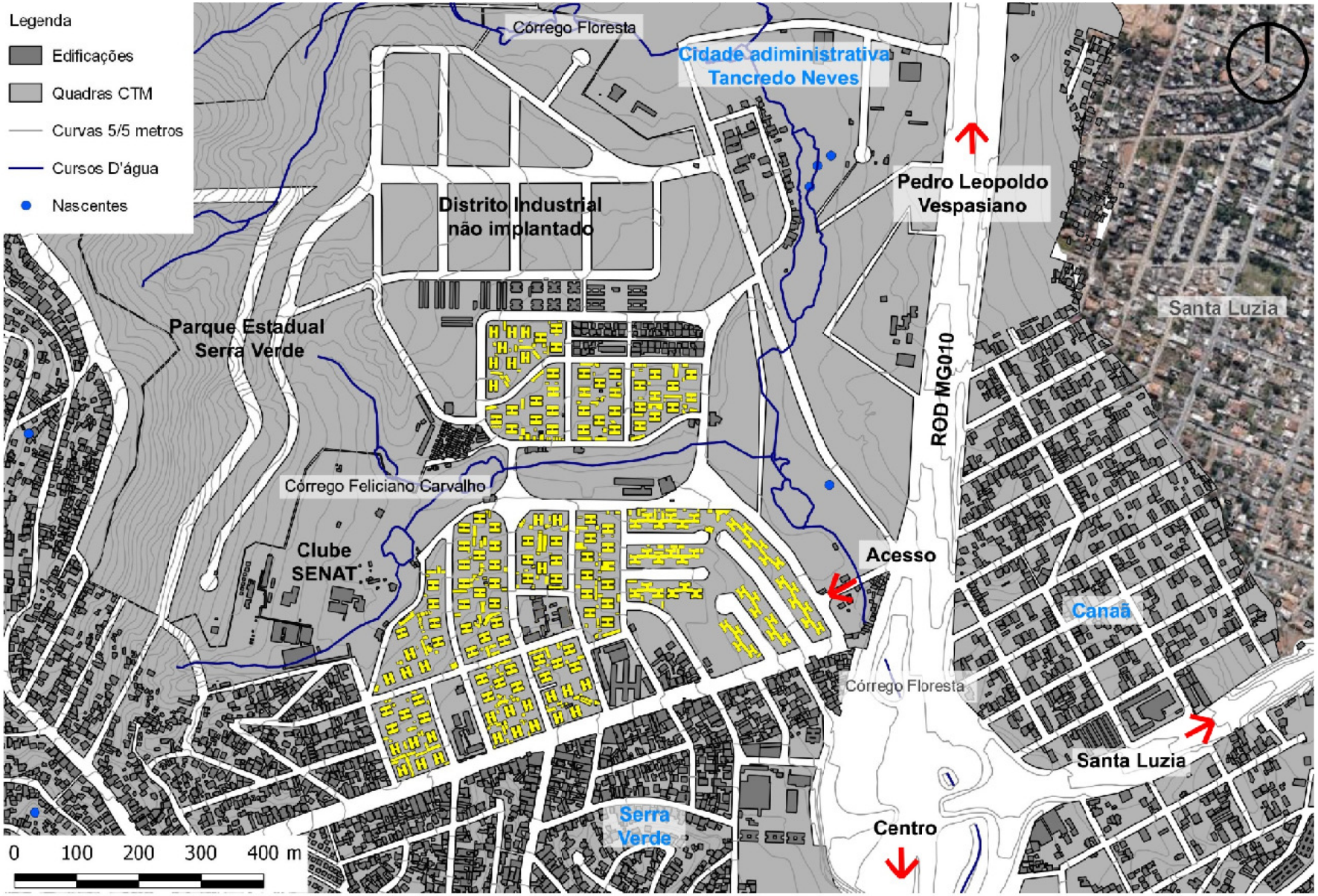


FIGURA 609 – Mapa da situação urbana do CH9 (área de análise). Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

O conjunto Serra Verde é diferente de todos os outros conjuntos apresentados até aqui em virtude da sua escala e da sua articulação urbana. Mesmo localizado na periferia extrema da cidade de Belo Horizonte, na borda da sua área urbanizada fazendo divisa com uma grande área de preservação ambiental, o conjunto Serra Verde foi implantado de tal maneira que pode-se considerar que ele não foi inserido em uma área urbana, um bairro pré-existente. O conjunto habitacional é o próprio bairro. Isso aconteceu principalmente devido à sua escala e à sua densidade – cerca de duas mil unidades habitacionais construídas em uma área relativamente pequena – mas também devido ao seu desenho urbano, formado por uma malha de vias públicas intercalando quadras com os blocos habitacionais e quadras com equipamentos sociais e coletivos e também com o comércio. O conjunto constituiu por si só uma estrutura urbana com alto grau de autonomia em relação aos bairros do seu entorno e totalmente integrado ao bairro Serra Verde, ao sul e a oeste, já que muitas das ruas do conjunto têm continuidade com as ruas do bairro. Assim, o conjunto Serra Verde é o único dos nove casos analisados em que o conjunto habitacional se tornou a própria centralidade local urbana o que fica claro principalmente ao longo da av. Leontino Alves. O desenho urbano do conjunto também apresenta uma particularidade, pouco comum para a época em que foi concebido, que é a não ocupação do fundo de vale, com a preservação dos cursos d'água em seu leito natural, canalizados somente no cruzamento com as ruas e com a criação de uma área de preservação relativamente generosa em cada uma das margens.

5.9.1 – CARACTERIZAÇÃO DA BORDA

A borda urbana onde está construído o conjunto Serra Verde, no extremo norte do município de Belo Horizonte tem um grau considerável de dinamismo, como pode ser observado ao longo dos registros históricos dos últimos vinte e cinco anos. Como o conjunto foi construído no início dos anos de 1980, a primeira foto de 1989 já mostra toda sua estrutura urbana relativamente consolidada e a ocupação da primeira fase do conjunto (blocos brancos). Também a primeira etapa da segunda fase (blocos amarelos) já estava construída. A principal via do entorno, a rodovia MG 010 também já estava pronta quando desse registro. O bairro Serra Verde (a parte unifamiliar), ao sul da av. Leontino Francisco Alves, também já estava totalmente consolidado. O entorno do bairro e conjunto Serra Verde, no entanto ainda encontrava-se pouco ocupado. O vizinho ao norte ainda era o Hipódromo Serra Verde. O bairro Nova York a oeste ainda não estava plenamente ocupado e suas ruas não estavam pavimentadas. O bairro Canaã, a leste, do outro lado da rodovia MG 010 também estava pouco ocupado. Na foto aérea de 1994, já é possível ver algumas vias pavimentadas no bairro Nova York e um maior adensamento nessa área e no bairro Canaã. O adensamento dessas áreas parece se estabilizar a partir dos anos 2000. Na foto aérea de 2009 surge o fator que provoca as maiores mudanças na região: a Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG), no terreno onde havia o hipódromo.

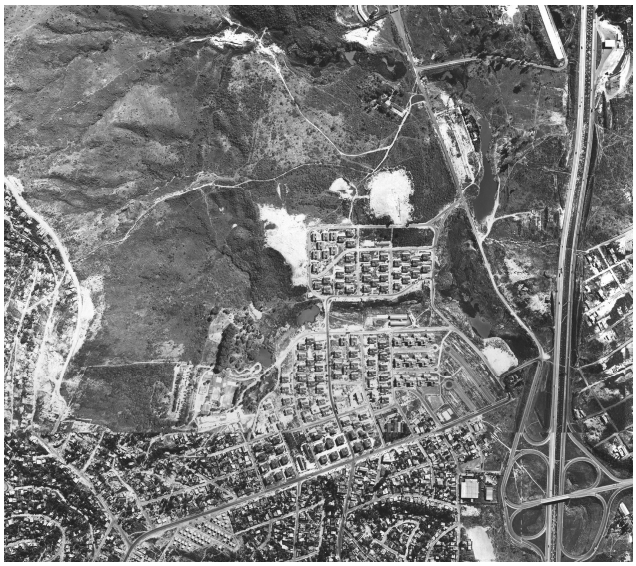


FIGURA 610 – Foto aérea do CH9 em 1989. Fonte: PBH.



FIGURA 611 – Foto aérea do CH9 em 1994. Fonte: PBH.



FIGURA 612– Foto aérea do CH9 em 2003. Fonte:Google Earth.

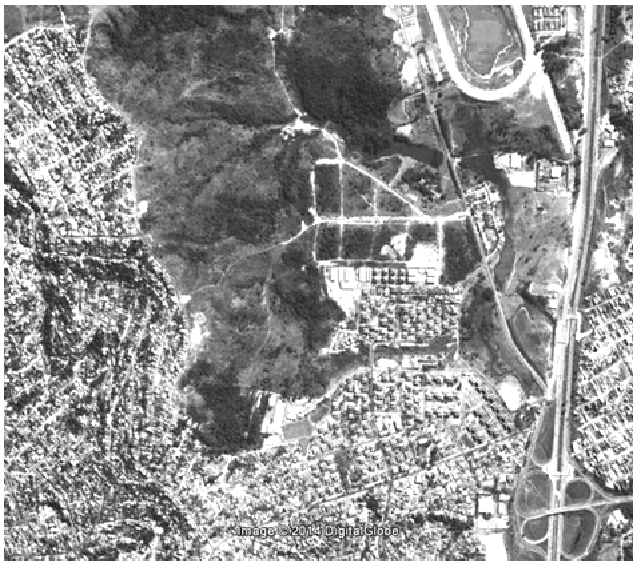


FIGURA 613– Foto aérea do CH9 em 2006. Fonte:Google Earth.



FIGURA 614– Foto aérea do CH9 em 2009. Fonte:Google Earth.



FIGURA 615– Foto aérea do CH9 em 2013. Fonte:Google Earth.

O Parque Estadual da Serra Verde, localizado a oeste e norte do conjunto já havia sido criado desde o primeiro registro aéreo, porém encontrava-se naquele momento, em 1989, completamente desprovido de uma cobertura vegetal mais expressiva. Isso vai acontecer ao longo dos anos seguintes e, comparando-se essa situação, na primeira foto, com o estado atual da área, representado na última foto, é possível perceber que a criação do parque, isolando a área pelo seu interesse ambiental, contribuiu decisivamente para dar início a um processo de recomposição vegetal em toda a encosta. A transição entre o conjunto e as áreas não urbanizadas desse parque não são conformadas por um limite radical, uma barreira intransponível o que acontece em função do parque existir legalmente, mas nunca ter sido completamente implantado. Com isso, em vários pontos não há nenhum limite entre o conjunto e as áreas não urbanizadas, o que gera inclusive problemas ambientais e de segurança. Para o bem e para o mal, esse limite urbano entre o conjunto Serra Verde e o Parque Estadual Serra Verde pode ser considerado hoje muito mais um limiar urbano (*Schwelle*) do que uma fronteira urbana (*Grenze*). Além da questão da implantação incompleta do parque, há varias porções significativas de área não urbanizada que se interpenetram com o conjunto, principalmente ao longo dos dois córregos, o que reforça a noção de um limiar urbano. Se o parque e as APPs em torno dos córregos tivessem sido cercadas, provavelmente a relação livre que existe hoje entre áreas urbanas e áreas não urbanas se perderia, dando lugar à uma fronteira mais definida e menos permeável.

5.9.2 – PERFIL DOS MORADORES

Os dados sobre a média de renda familiar por bairro no caso do Conjunto Serra Verde estão menos precisos, uma vez que o bairro aqui foi tomado como toda a área do Serra Verde, incluindo a área unifamiliar horizontal na porção sul e as habitações multifamiliares particulares e os conjuntos da URBEL erguidos na porção norte do território nos últimos dez anos. Com isso o espectro de faixas de renda ficou mais aberto, já que provavelmente as famílias residentes nas habitações unifamiliares puxaram a média para cima e as famílias moradoras dos conjuntos da URBEL puxaram a média para baixo. O que pode se ver, feitas essas ressalvas, é que há um número maior da famílias em três faixas: de 0,5 a 1 salário mínimo (classe E), de 1 a 2 salários mínimos (classe E) e de 2 a 5 salários mínimos (classe D). Há também números expressivos de famílias na faixa de menor renda, de 0 a 0,5 salários mínimos e de famílias na faixa intermediária, de 5 a 10 salários mínimos (classe C).

Os dados do IBGE conseguem caracterizar melhor os moradores do conjunto Serra Verde, já que os setores censitários dividem até mesmo as diversas fases do conjunto. Com relação aos grupos raciais, é possível ver que há mais pardos na primeira etapa (COHAB) do conjunto do que nos bairros vizinhos e nas fases seguintes (Minas Caixa), assim como acontece com os negros. Já em relação aos brancos, há um equilíbrio numérico entre os moradores do conjunto e dos bairros vizinhos. Em termos de distribuição percentual, há um número significativamente menor de brancos e significativamente maior de pardos e negros.

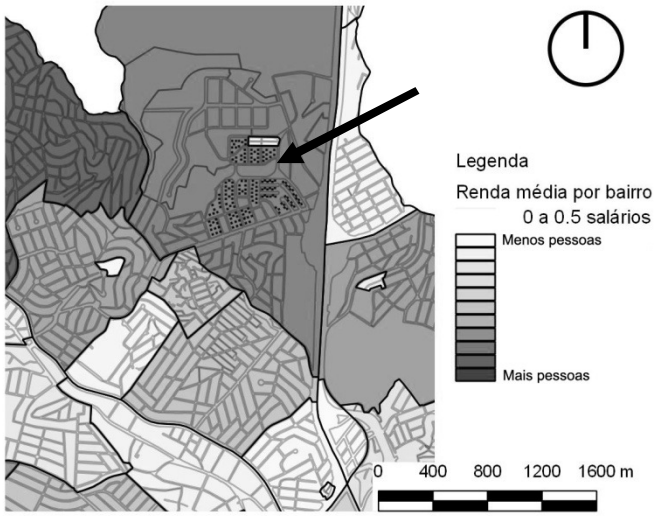


FIGURA 616 – CH9: mapa de renda por bairro na faixa entre 0 e 0,5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

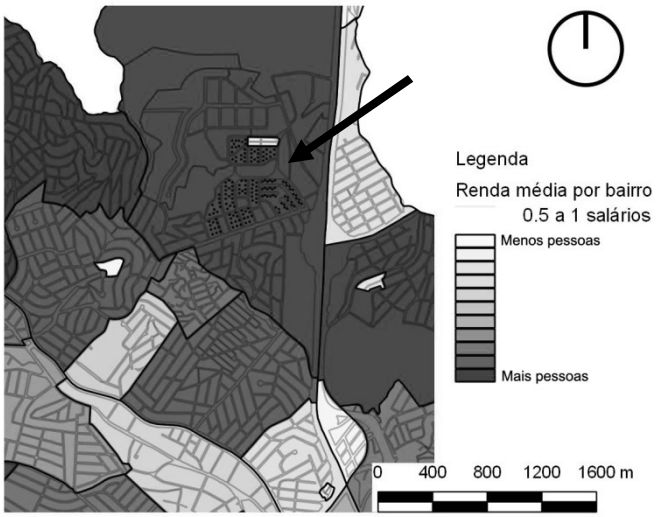


FIGURA 617 – CH9: mapa de renda por bairro na faixa entre 0,5 e 1 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

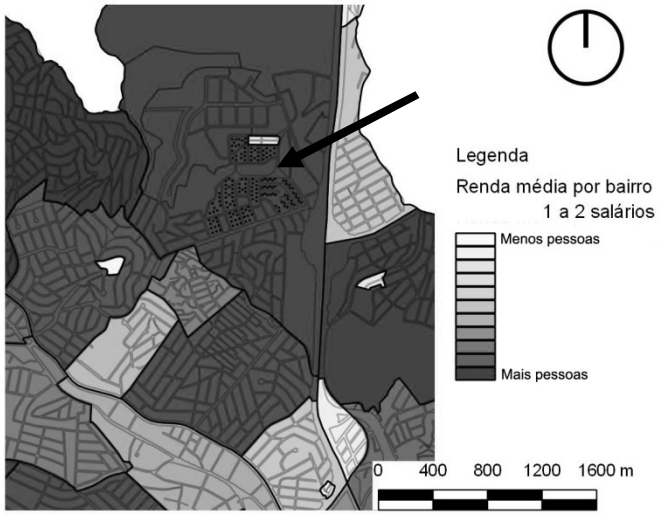


FIGURA 618 – CH9: mapa de renda por bairro na faixa entre 1 e 2 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

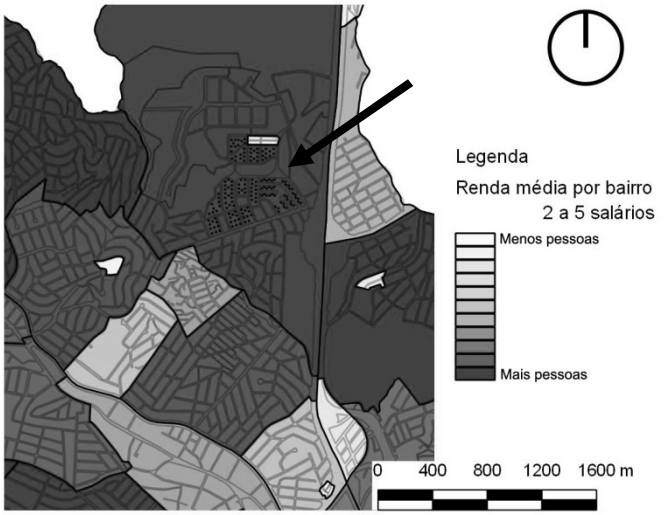


FIGURA 619 – CH9: mapa de renda por bairro na faixa entre 2 e 5 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

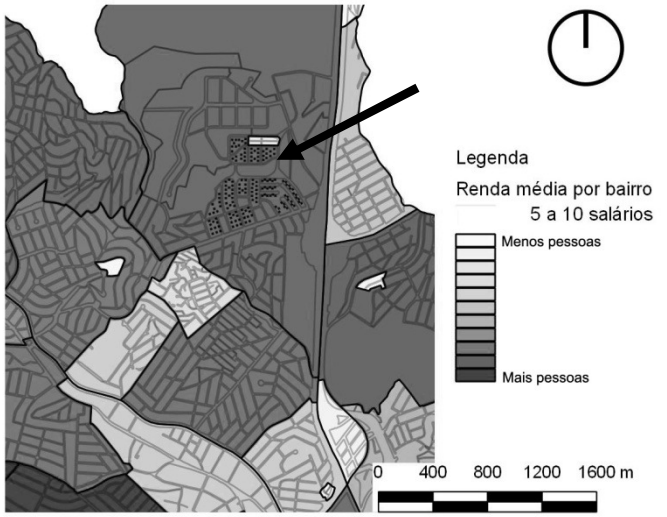


FIGURA 620 – CH9: mapa de renda por bairro na faixa entre 5 e 10 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

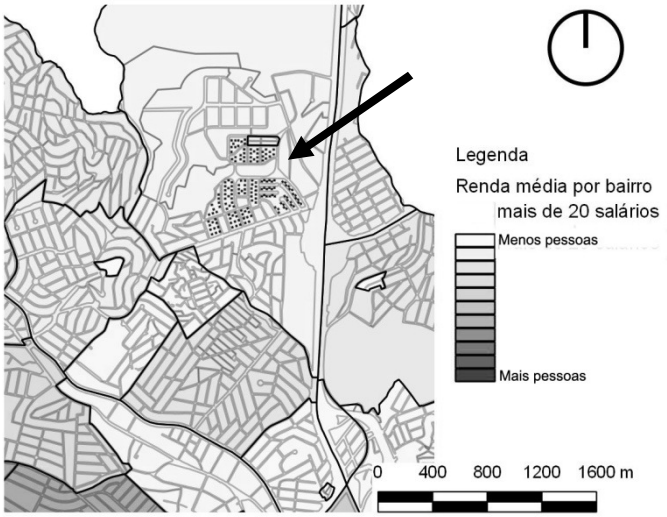


FIGURA 621 – CH9: mapa de renda por bairro na faixa entre 10 e 20 SM. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 622 – CH9: mapa com a população de raça parda por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor



FIGURA 623 – CH9: mapa com a população de raça branca por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

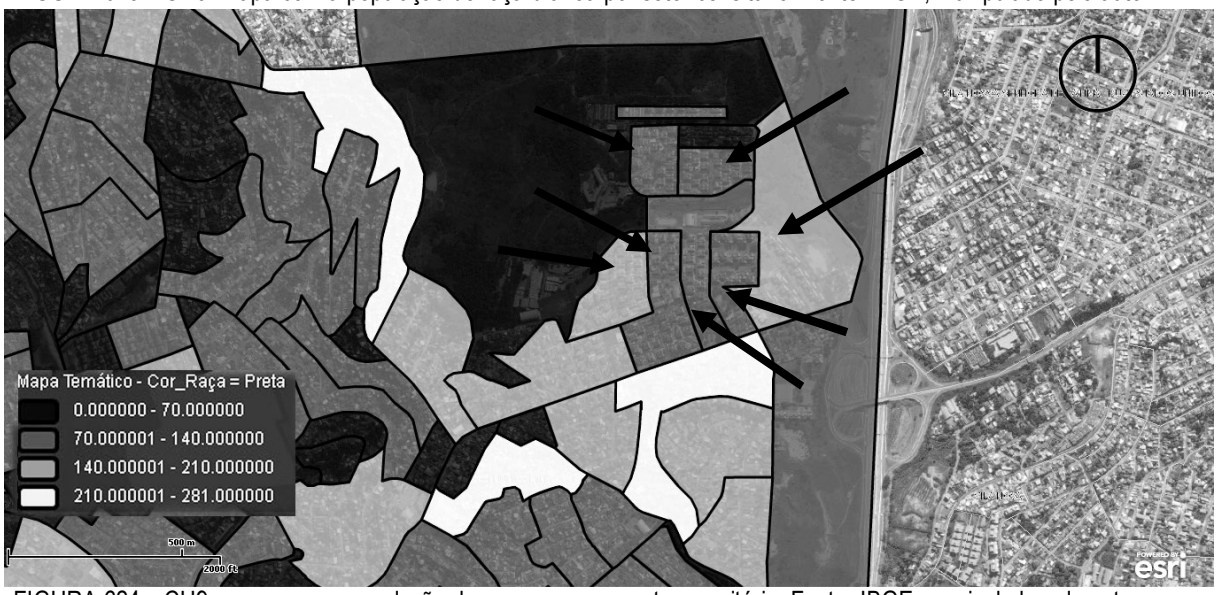
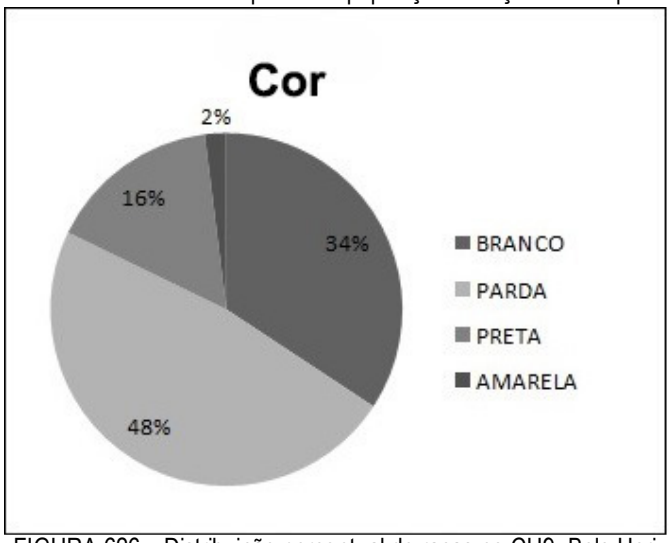


FIGURA 624 – CH9: mapa com a população de raça negra por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 625 – CH9: mapa com a população de raça amarela por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



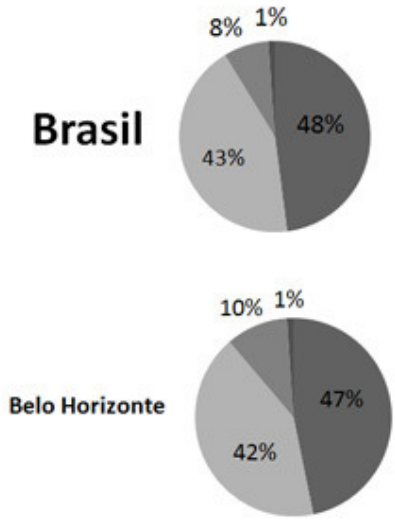


FIGURA 626 – Distribuição percentual de raças no CH9, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

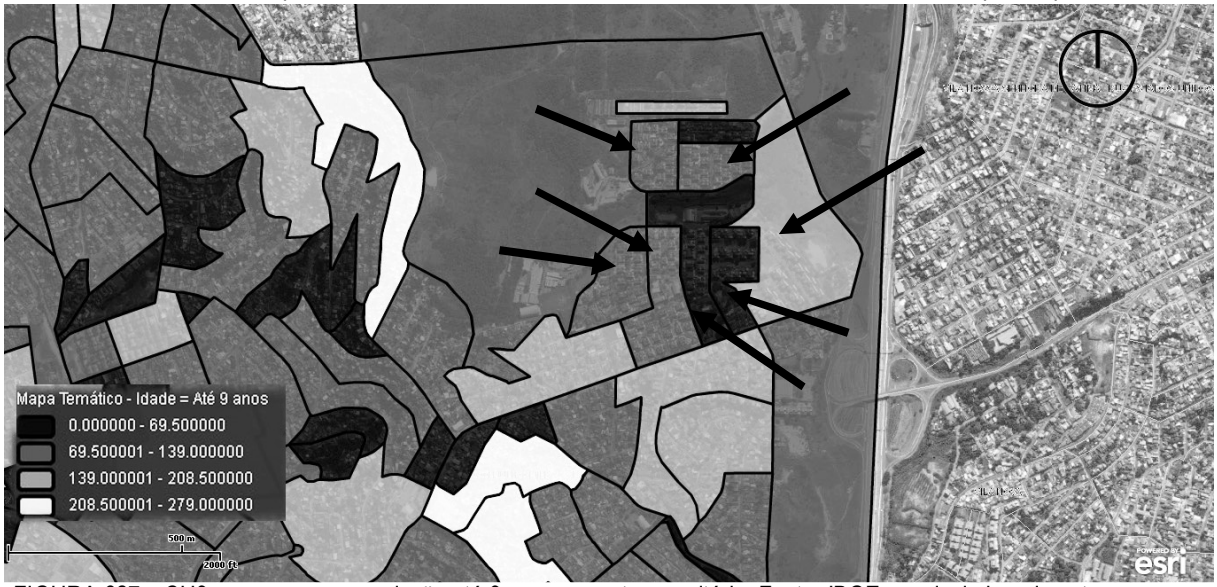


FIGURA 627 – CH9: mapa com a população até 9 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

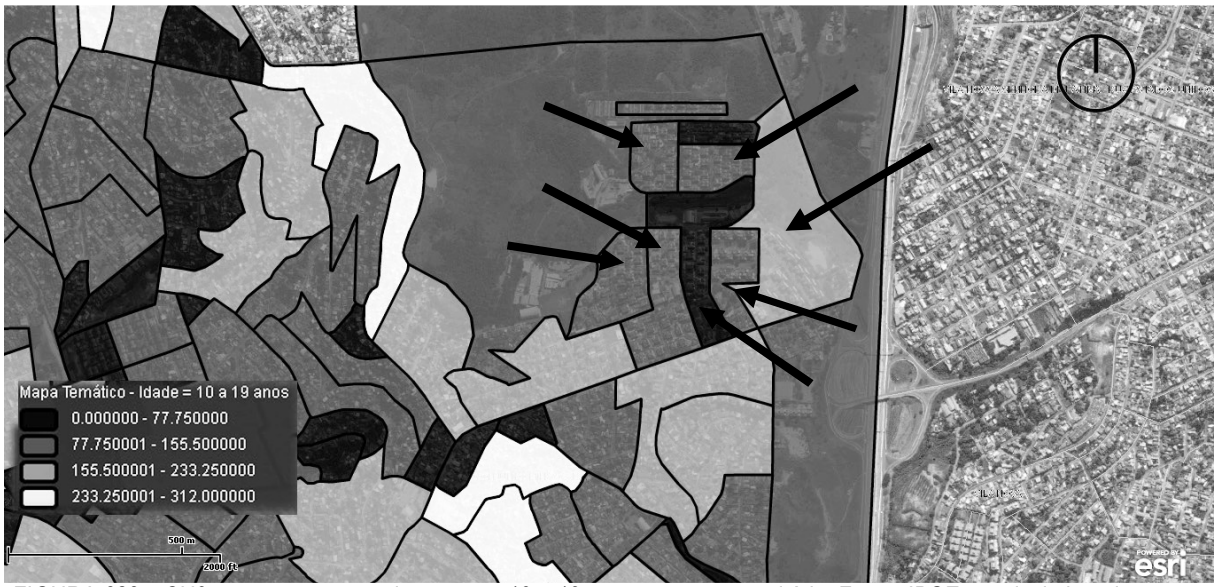


FIGURA 628 – CH9: mapa com a população entre 10 e 19 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

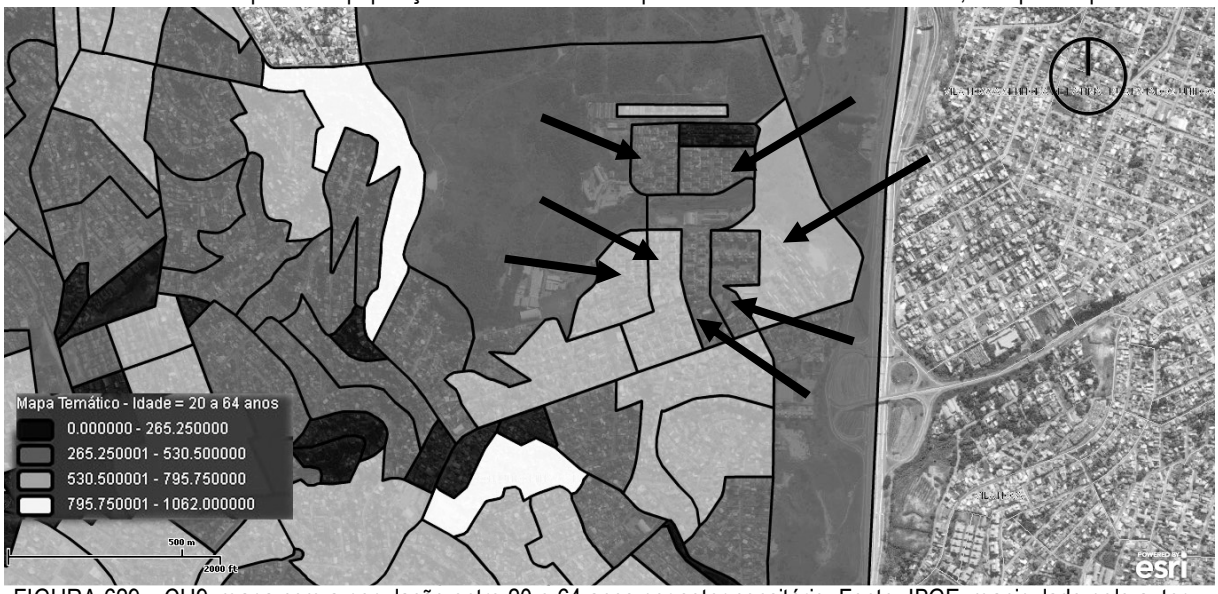


FIGURA 629 – CH9: mapa com a população entre 20 e 64 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

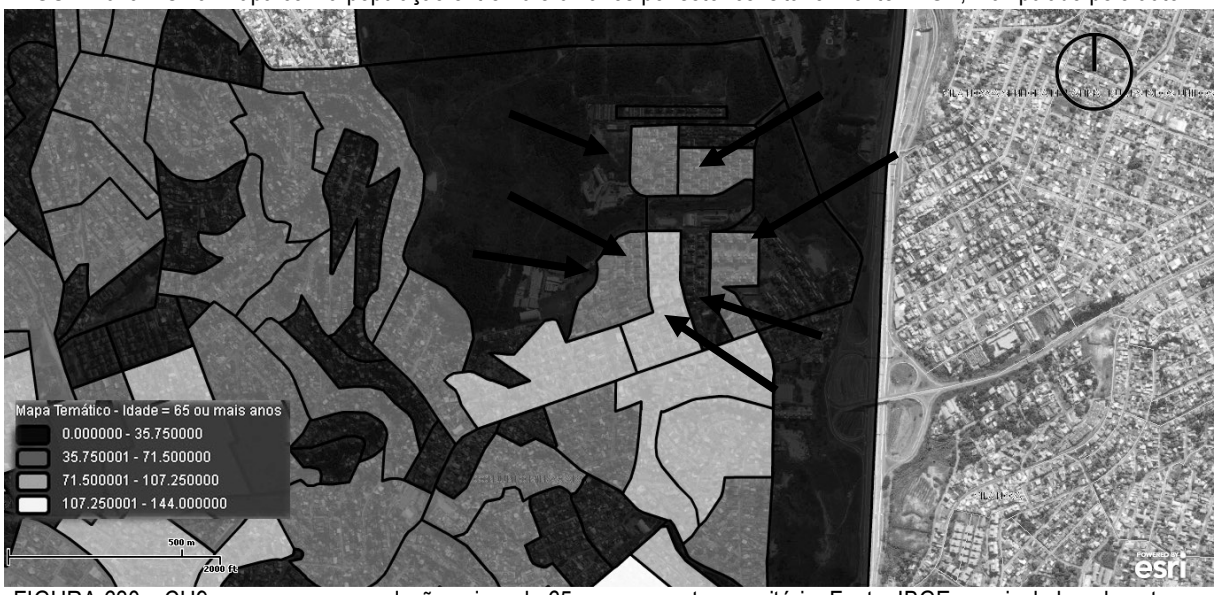


FIGURA 630 – CH9: mapa com a população acima de 65 anos por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

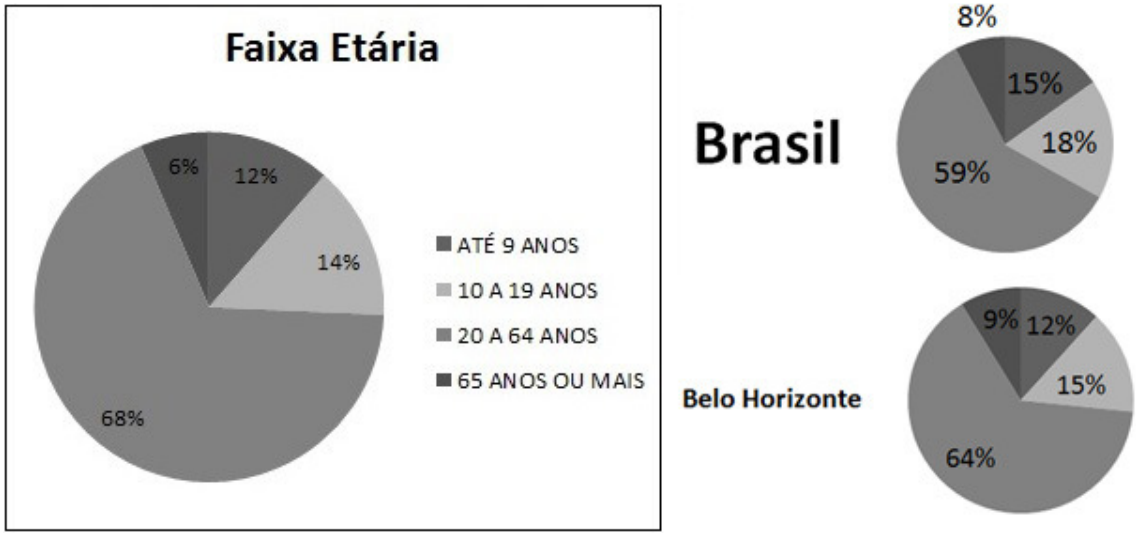


FIGURA 631 – Distribuição percentual de faixas etárias no CH9, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

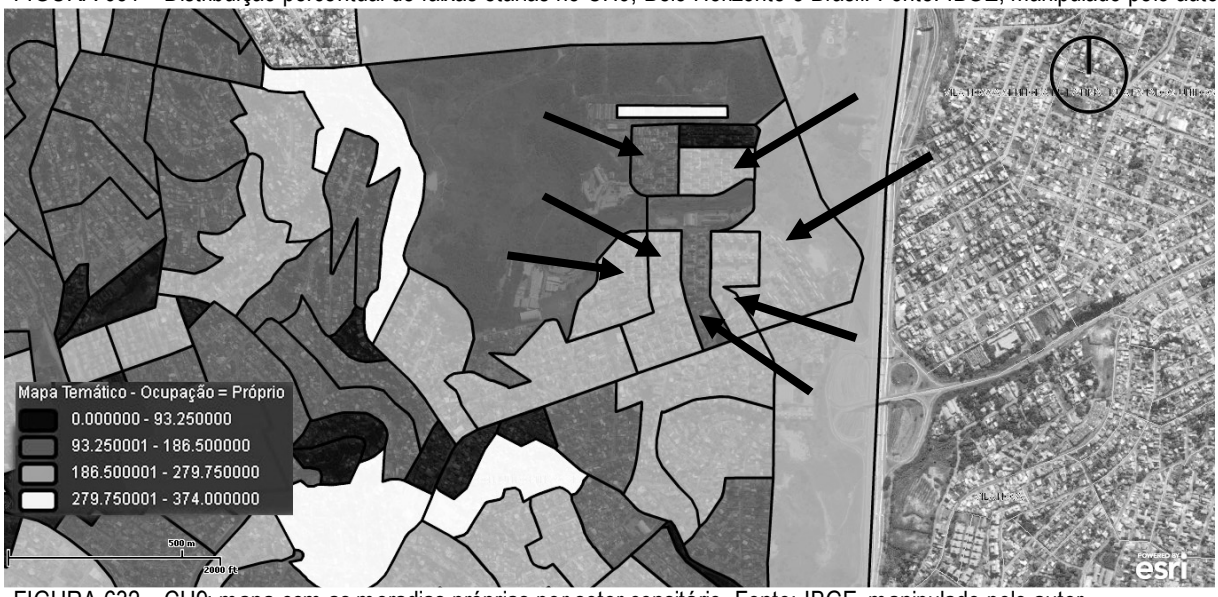


FIGURA 632 – CH9: mapa com as moradias próprias por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

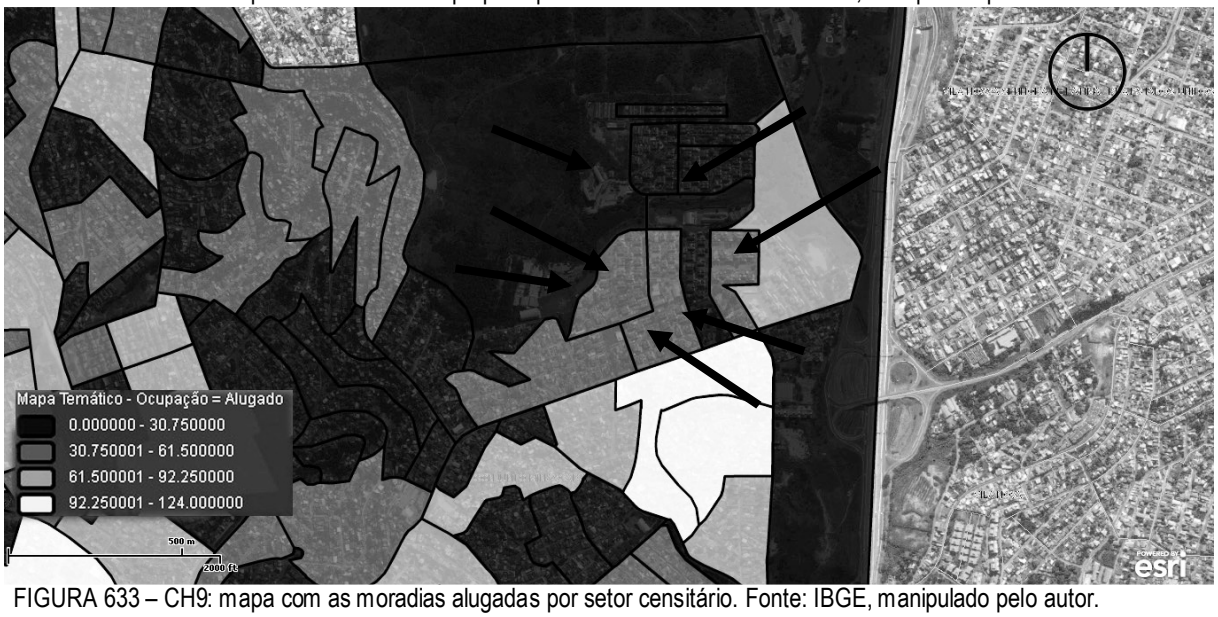


FIGURA 633 – CH9: mapa com as moradias alugadas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



FIGURA 634 – CH9: mapa com as moradias cedidas por setor censitário. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.

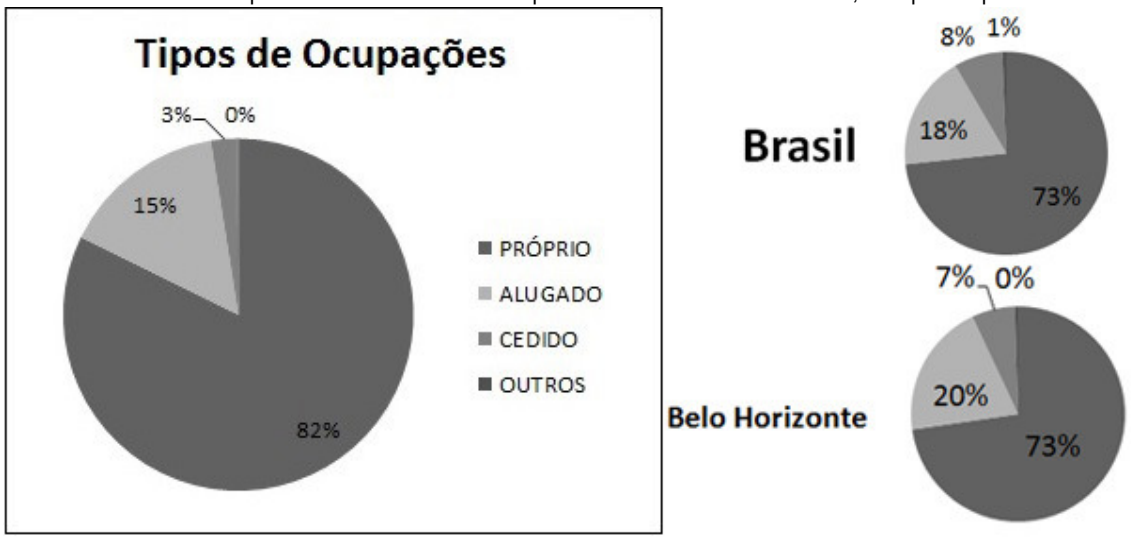
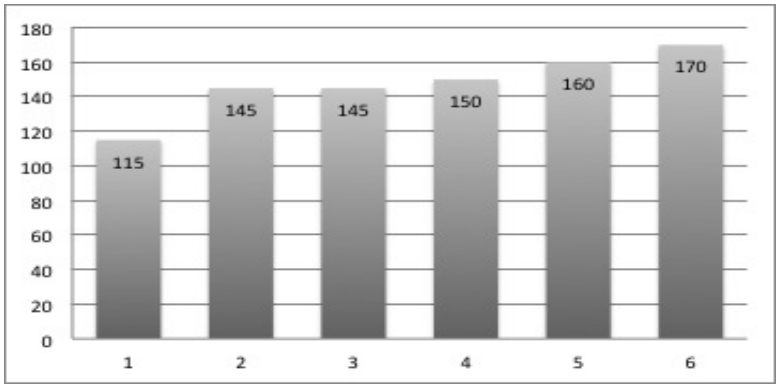


FIGURA 635 – Distribuição percentual de tipos de moradia CH9, Belo Horizonte e Brasil. Fonte: IBGE, manipulado pelo autor.



PRIMEIRA ETAPA

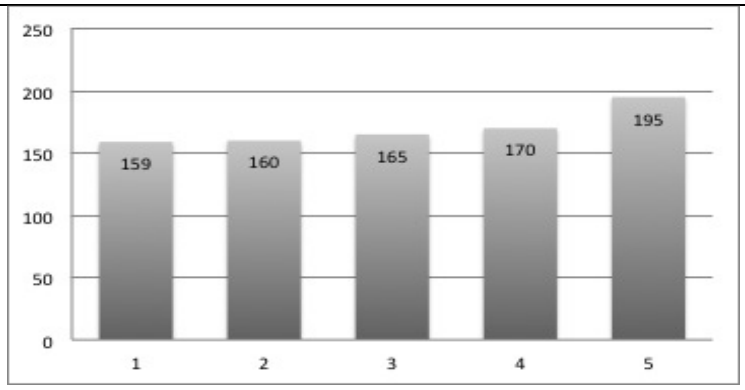
VALOR MÁXIMO: 170

VALOR MÍNIMO: 115

VALOR MÉDIO: 147,5

VARIAÇÃO: 47%

GRÁFICO 9 - Variação nos preços de apartamentos da primeira etapa do CH9.
Fonte: Elaborado pelo autor



SEGUNDA ETAPA

VALOR MÁXIMO: 195

VALOR MÍNIMO: 159

VALOR MÉDIO: 169,8

VARIAÇÃO: 22%

GRÁFICO 10 - Variação nos preços de apartamentos da segunda etapa do CH9.
Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação à distribuição de faixas etárias, há um certo equilíbrio tanto entre os moradores do conjunto e do seu entorno imediato, em números absolutos, como entre os moradores do conjunto e a população do município e do país, em termos de distribuição percentual.

A distribuição de tipos de ocupação dos imóveis no conjunto Serra Verde segue bastante a realidade dos bairros vizinhos, em termos de números gerais e também as médias de Belo Horizonte e do Brasil, em relação à distribuição percentual.

A pesquisa de preços de unidades a venda no mercado imobiliário formal encontrou uma variação intermediária entre os preços nos blocos da primeira etapa do conjunto (COHAB) e uma variação muito baixa de preços nos blocos das fases seguintes (Minas Caixa). No primeiro caso a unidade mais barata custava 115 mil reais e no segundo caso 159 mil reais.

5.9.3 – ESTRUTURA INTRAURBANA

Ao contrário da maioria dos conjuntos aqui analisados, o Serra Verde goza de uma ótima situação urbana, de inserção na cidade, e uma condição de infraestrutura ruim.

QUADRO 27 - Síntese do levantamento da infraestrutura urbana no CH9

Infraestrutura	Verificação	Condição de funcionamento
Sistema de água	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema de esgoto	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema de drenagem	Não implantado totalmente	Não foi possível avaliar
Sistema energia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Sistema telefonia	Implantado em todas as áreas	Não foi possível avaliar
Iluminação pública	Implantado em todas as áreas	Suficiente
Vias urbanas	Implantado em todas as áreas	Bom estado geral.
Calçadas	Implantado em todas as áreas	Bom estado geral.
Arborização urbana	Implantado em todas as áreas	Vários canteiros vazios
Mobiliários urbanos	Implantado em todas as áreas	Bancos de concreto e pontos de ônibus.

Os levantamentos de campo realizados no conjunto Serra Verde indicaram uma condição geral de qualidade urbana invejável, na comparação com os outros conjuntos habitacionais antes analisados. A atividade comercial encontra-se conformada no conjunto por meio de escalas e estratégias distintas, ao longo das ruas perimetrais, mas também nas ruas internas, garantindo vitalidade em praticamente todas as vias e espaços públicos do conjunto. Há varias pequenas lojas construídas informalmente nos afastamentos frontais dos blocos "brancos" em pequenas construções que podem antes ter sido usadas como garagens e hoje abrigam lanchonetes, salões de beleza e lojas de roupas. Elas aparecem nas ruas Heitor Montalvão e Benigno Fagundes da Silva, por exemplo. Há também um comércio de porte médio, formal, constituído principalmente em um dos lados da av. Leontino Francisco Alves. A via separa o conjunto Serra Verde do bairro Serra Verde e por isso mesmo, tem um comércio mais diversificado, capaz de atrair pessoas de diferentes perfis socioeconômicos. Há aí pelo menos três farmácias, lojas de carros, lotéricas, restaurantes, um grande sacolão (hortifruti) e até um supermercado (que fica na verdade na rua Augusto Ferreira dos Santos mas a apenas cem metros da avenida). A maior distância que um morador precisa percorrer até essa área comercial é de menos de um quilômetro, para quem mora na rua Antônio de Paiva Meirelles na parte norte do conjunto. Mas como o comércio formal de porte médio também acontece na rua Pedro Feliciano de Carvalho, localizado na parte norte do conjunto é possível evitar esse deslocamento em certos casos. Há ainda uma quadra comercial no centro do conjunto, entre as ruas Manoel Miranda dos Santos, Rodrigo Fernandes Santos, Jacob Marra de Freitas e Doze. Nela há uma padaria de porte médio, salões de beleza e uma *lan house*. Essa quadra pareceu nos levantamentos exercer um papel importante na parte sul do conjunto Serra Verde, criando vitalidade urbana nessa porção do conjunto e evitando grandes extensões de áreas urbanas monofuncionais. Graças à presença estratégica dessa quadra comercial no miolo do conjunto, não há nenhum percurso na sua porção sul em que seja necessário andar mais do que duas quadras somente residenciais.

Os serviços públicos estão concentrados na parte sul do conjunto Serra Verde, o que os coloca numa situação de centralidade levando-se em conta a área urbana formada pelo conjunto habitacional e pelo bairro Serra Verde. Na av. Leontino Francisco Alves há duas escolas públicas: a E.M. José Maria Alckimim e a E.M. Míriam Brandão. Na rua Guido Drumond Leão, próximo ao córrego Feliciano Carvalho estão instalados a E.E. Getúlio Vargas e o Centro de Saúde Serra Verde. Na parte sul do conjunto Serra Verde foram ainda encontrados vários templos religiosos (católicos, evangélicos históricos e pentecostais), o que reforça a ideia de autonomia do conjunto Serra Verde, no âmbito da vida urbana cotidiana, em relação ao seu contexto na região de Venda Nova.

As visitas ao conjunto identificaram alguns espaços públicos de lazer e esportes, em bom estado na maioria dos casos e, o mais importante, muito utilizados pelos moradores. Há uma praça em frente ao Centro de Saúde, na esquina das ruas Guido Drumond Leão com Sebastião Gomes Pereira, com vários equipamentos de lazer e esportes incluindo uma "academia a céu aberto" que parecia ter sido

recentemente instalada pela PBH. Em todas as visitas ao conjunto, em diferentes horários, essa praça sempre aparentou ser muito utilizada pelos moradores até mesmo porque, está localizada na entrada de uma escola e de um centro de saúde, o que contribui para o seu uso intenso. Entre os seus usuários estava crianças, idosos e muitos *sktatistas*. Há ainda outra praça, igualmente muito utilizada por jovens e crianças, entre as ruas Benigno Fagundes da Silva e Otaviano Pena Forte, na divisa entre os blocos "brancos" e "amarelos". Nessa segunda praça há um palco para apresentações e áreas de permanência configuradas por meio de bancos sob as árvores. As duas praças estavam bem cuidadas em relação à pavimentação, jardins, mobiliários urbanos e iluminação. O conjunto ainda tem um campo de futebol público, às margens do córrego Feliciano Carvalho, não muito bem conservado, e outro privado, na rua Guido Drumond Leão, melhor conservado e com iluminação, pertencente ao "Bahia Esporte Clube", mas utilizado por crianças do conjunto para aulas de futebol.

O conjunto pareceu bem servido em relação ao transporte público, já que por ele passam quatro diferentes linhas. Uma liga o bairro à estação Vilarinho e as outras três ao centro, com itinerários diferentes (pela av. Antônio Carlos, pela av. Cristiano Machado e por dentro de Venda Nova). Os ônibus de cada uma das quatro linhas fazem um circuito passando pelas duas partes principais do conjunto e passam com uma frequência muito boa, tendo sido vistos nos horários diurnos a cada dez minutos, no máximo.

A entrevista com os moradores confirmou os problemas detectados pelos levantamentos de campo, e permitiu compreendê-los melhor.[1] Segundo eles não há registros de problemas com os sistemas de abastecimento de água e de esgoto. Os moradores confirmaram a inexistência de um sistema de drenagem urbana, o que já tinha sido diagnosticado nas primeiras visitas ao conjunto. Segundo eles, essa é uma reivindicação antiga da associação comunitária junto à SUDECAP. Os moradores revelaram que tem sido cada vez mais comum o comprometimento de transformadores na rede pública de energia. Segundo eles, "os transformadores sempre queimam na hora do pico" referindo-se ao horário de maior consumo de energia, no final da tarde/início da noite. Os moradores consideram a iluminação pública do conjunto prejudicada pelo excesso de árvores e contaram que a CEMIG há pouco tempo trocou as luminárias dos postes por modelos com hastes mais compridas, mais eficientes. Mas segundo eles, essa troca não se estendeu para as outras ruas do conjunto.[2] Eles consideraram que os problemas com a pavimentação das vias do conjunto passaram a ser tratados com maior rapidez pelo poder público com a chegada da CAMG, já que ele passou a ser usado como rota alternativa para acesso do complexo. A contrapartida, segundo eles, foi o aumento excessivo do trânsito de veículos em algumas vias como a rua Guido Drumond Leão e Sebastião Gomes Pereira e a av. Leontino Francisco Alves. Os moradores

[1] Entrevista completa com os moradores: ver anexo 9.1.
[2] Na verdade essa mudança também aconteceu nas ruas Otaviano Pena Forte e Benigno Fagundes Silva, como revelou um novo levantamento realizado após a entrevista.

revelaram ainda que nem os blocos individualmente nem a associação comunitária nunca tiveram condições para manter as calçadas do conjunto, o que explica o seu estado.

QUADRO 28 - Síntese dos relatos dos moradores sobre infraestrutura e qualidade urbana no CH9

Área	Aspectos	Principais pontos da fala dos moradores
Infraestrutura Urbana	Sistema abastecimento água	Há muitos anos não há problemas No início do conjunto havia falta de água
	Sistema esgoto	Nunca houve problemas significativos
	Sistema drenagem	Não há rede de drenagem pluvial em várias vias Não há bocas de lobo no arruamento do bairro
	Sistema energia	Vários transformadores queimados recentemente
	Sistema telefonia	Não relataram problemas
	Iluminação pública	Adequada, mas podia ser melhor em algumas ruas Algumas ruas com árvores ficam escuras
	Pavimentação vias	Desgaste aumentou com a CAMG Por outro lado, com a CAMG os reparos são rápidos
	Calçadas	Muito mato, vários problemas de pavimentação Os blocos não conseguem manter os passeios
Qualidade Urbana	Comércio	Melhorou muito nos últimos anos Ainda faltam bancos
	Serviços Saúde	O Centro oferece um bom serviço
	Serviços de Educação	Há escolas públicas de boa qualidade Há escolas para todas as faixas etárias A PBH está construindo uma UMEI
	Espaços de Lazer e esportes	Há duas praças bem cuidadas e um campo Existe a promessa de um parque linear
	Serviço de varrição/capina	Não é realizada com frequência
	Transporte público e mobilidade	Nos finais de semana não há ônibus para o centro

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

A entrevista com os moradores trouxe alguns aspectos novos para o entendimento da qualidade de vida urbana no conjunto Serra Verde. Para eles a situação do comércio não é tão boa, porque não há nenhuma instituição bancária no conjunto, como acontece com a maioria dos bairros da cidade, independentemente do nível de renda de seus moradores. Eles reclamaram de terem que ir até Venda Nova para resolverem questões ligadas aos bancos. Eles consideram, contudo, que o conjunto está bem servido em relação aos serviços de educação e saúde. E acrescentaram que há uma UMEI para ser construída pela PBH no conjunto nos próximos meses. A mesma impressão positiva foi passada por sua visão em relação aos espaços dedicados ao lazer e aos esportes. Eles consideram bons os equipamentos, mas revelaram que estão aguardando um parque linear ao longo do córrego Feliciano Carvalho, que lhes foi prometido como uma das contrapartidas pela construção da CAMG. As suas

maiores queixas estavam relacionadas aos serviços de capina da prefeitura, que segundo eles não é realizado com frequência. Eles também revelaram que nem os moradores nem a associação tem condição de arcar com os custos desse serviço de manutenção. Os moradores entrevistados reclamaram muito do fato de não haver ônibus direto para o centro da cidade nos finais de semana. Segundo eles é necessário esperar quase uma hora no ponto pelo ônibus que vai para a estação Vilarinho e lá aguardar por até uma hora por um ônibus para o centro.

Os dados da PBH trazem algumas informações importantes sobre a infraestrutura urbana do conjunto Serra Verde. Em primeiro lugar, o mapa de redes de água e esgoto mostra que todas as vias do conjunto têm os dois sistemas de infraestrutura, inclusive as vias hoje privatizadas entre os blocos "amarelos". Isso indica uma situação ambígua em que os moradores transformam o espaço público em espaço privado – grandes estacionamentos de veículos – mas tem garantida a presença de serviços cuja manutenção é pública. Isso não acontece entre os blocos "brancos". O mesmo mapa mostra ainda que não há rede de esgoto na ocupação autoconstruída na cabeceira do córrego Feliciano Carvalho – apesar de indicar redes de água em algumas vias da mesma ocupação – o que sugere o lançamento de esgoto doméstico na cabeceira do córrego. Também não há redes de esgoto na ocupação autoconstruída entre o conjunto Serra Verde e a rodovia Américo René Gianetti – e aqui nem redes de abastecimento de água – sugerindo o lançamento de esgoto doméstico no córrego da Floresta a jusante. O mapa de redes de energia e telefonia mostra sua presença em todas as vias do conjunto e do bairro, inclusive em vias que nunca foram implantadas, no que seria um distrito industrial entre o conjunto e a CAMG. O distrito industrial não saiu do papel, as ruas nunca foram construídas e a área passou a integrar o Parque Estadual Serra Verde. As redes indicadas pelo mapa nas vias inexistentes, obviamente também não existem. O mapa que mostra os dados da PBH sobre pavimentação de vias e calçadas do conjunto Serra Verde ilustra uma condição muito diferente da realidade, considerando a existência de pavimentação de vias e calçadas que não existem de fato. O mapa mostra, por exemplo, que as ruas contíguas ao córrego Feliciano Carvalho tem calçamento dos dois lados, o que não é verdade. Não há calçamento no lado do curso d'água nos trechos onde não há edificações. Além disso, não existe a via indicada pelo mapa formando uma alça entre os dois conjuntos construídos pela URBEL em tempos recentes. Tampouco existe a via pavimentada que é indicada no mapa no distrito industrial que não foi implantado. O mapa ainda mostra que as vias internas do conjunto entre os blocos "amarelos" continuam sendo consideradas pela PBH como vias públicas, como de fato são, e por isso provavelmente têm sua pavimentação mantida pelo poder público.

Os dados encontrados com a avaliação das escolas do conjunto Serra Verde atestam a opinião dos moradores sobre o seu bom nível. A E.E. Getúlio Vargas obteve nota muito acima da média municipal no último IDEB no ensino fundamental I e sua nota no ensino fundamental II ficou um pouco abaixo da média municipal. A E.M. José Maria Alkimim teve uma avaliação semelhante: ficou um pouco acima da média

municipal no fundamental I e um pouco acima da média municipal no fundamental II. A E.M. Miriam Brandão, que só possui o ensino infantil não foi avaliada.O mapa elaborado com base nos dados da PBH sobre equipamentos de saúde e educação na área do conjunto Serra Verde confirma as informações do levantamento de dados e da entrevista e ainda mostra que de fato o conjunto Serra Verde se constitui num centro de serviços em relação ao seu entorno imediato: o bairro Canaã a leste, o bairro Serra Verde a sul e o bairro Jardim Europa a oeste, que não têm os mesmos equipamentos. O mesmo pode ser dito em relação aos equipamentos de lazer e esportes, indicados no mapa seguinte. O conjunto Serra Verde tem os dois campos de futebol mencionados antes e ainda dois clubes de lazer privados qualificando-o acima dos bairros ao seu redor em relação à esses equipamentos. O mapa com os dados da PBH sobre o sistema de transporte no conjunto Serra Verde mostra que os itinerários dos ônibus dentro do conjunto percorrem tanto a porção norte como a porção sul. As linhas intermunicipais mostradas no mapa ao longo da rodovia Américo René Gianetti não apresentam vantagem para os moradores por sua tarifa mais alta. Por fim, o mapa que mostra como se distribui territorialmente a atividade comercial na região atesta a ideia de que o conjunto, e principalmente a av. Leontino Francisco Alves constituem um centro urbano em relação aos bairros Canaã, Jardim Europa e Nova York.

TABELA 17 – Avaliação das escolas públicas na área do CH9

Nome da Escola	**Abrangência**	**Avaliação do IDEB (2011)**			
		FUNDAMENTAL I		FUNDAMENTAL II	
		Média escola	Média da cidade	Média da escola	Média da cidade
E.E. Getúlio Vargas	Fund. I, Fund. II, Médio, EJA.	6,7	5,8	4	4,2
E.M. José Maria Alkimim	Fund. I, Fund. II, EJA.	6	5,8	4,8	4,2
E.M. Míriam Brandão	Creche, Infantil	-	-	-	-

Fonte: Base de dados do INEP (Prova Brasil 2011). Acessado através do site <www.escol.as> em 04/11/2013.

TABELA 18 – Avaliação do centro de saúde na área do CH9

Centro de Saúde	População Total (Censo 2010)	Distribuição da Pop. Total por Faixa de Risco (IVS)				População Total Cadastrada	**No. ESF**	
		ME	EL	MD	BA		Hoje	Mín
Serra Verde	16.533	400	4.320	11.813	0	16.2299	5	4,9

Dados fornecidos pela Gerência de Assistência/SMSA/PBH
ME: Risco Muito Elevado; EL: Risco Elevado; MD: Risco Médio; BA: Risco Baixo. ESF: Equipes de Saúde da Família.
Hoje: no. de ESF atendendo segundo a SMSA. Min.: no. de ESF mínimo estabelecido pelo planejamento municipal.

O serviço oferecido no centro de saúde Serra Verde, avaliado pela maioria dos moradores entrevistados como positivo, conta com ESF em número suficiente, segundo os dados oficiais da SMSA. É interessante notar que o maior contingente populacional atendido pelo Centro de Saúde está na faixa de risco social considerado como “médio”.



FIGURA 636 - Blocos da 1ª etapa do CH9.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 637 – Frente dos blocos da 1ª. etapa do CH9.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 638 – Acréscimos construtivos na 1ª. etapa do CH9.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 639 – Frente dos blocos da 2ª. etapa do CH9.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 640 – Blocos da 2ª. etapa do CH9.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 641 – Fechamento das ruas da 2ª. etapa do CH9.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 642 – Vias do CH9 sem bocas-de-lobo.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 643 – Água escorre pela a av. Leontino F. Alves.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 644 - Calçada em frente à E.M. José Maria Alkimim.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 645 – Calçada na rua Guido Leão.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 646 – Calçada na rua Doze.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 647 – Calçada na rua Rodrigo F. Santos.
Fonte: Foto do autor (19/12/2013).



FIGURA 648 - Comércio informal na rua Heitor Montalvão.
Fonte: Foto do autor (03/01/2014).



FIGURA 649 - Comércio informal na rua Benigno F. da Silva.
Fonte: Foto do autor (03/01/2014).



FIGURA 650 - Comércio de porte médio na av. Leontino Alves.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 651 – Comércio local formal no centro do CH9.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 652 - Igreja de Santa Edwiges no centro do CH9.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 653 - Templo Batista na quadra central do CH9.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 654 - Praça em frente ao Centro de Saúde.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 655 - Praça na rua Otaviano Pena Forte.
Fonte: Foto do autor (03/01/2014).



FIGURA 656 - Limite entre o conjunto e o Parque Estadual Serra Verde.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 657 - Campo de futebol próximo ao córrego no CH9.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 658 - Campo de futebol do "Bahia".
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).

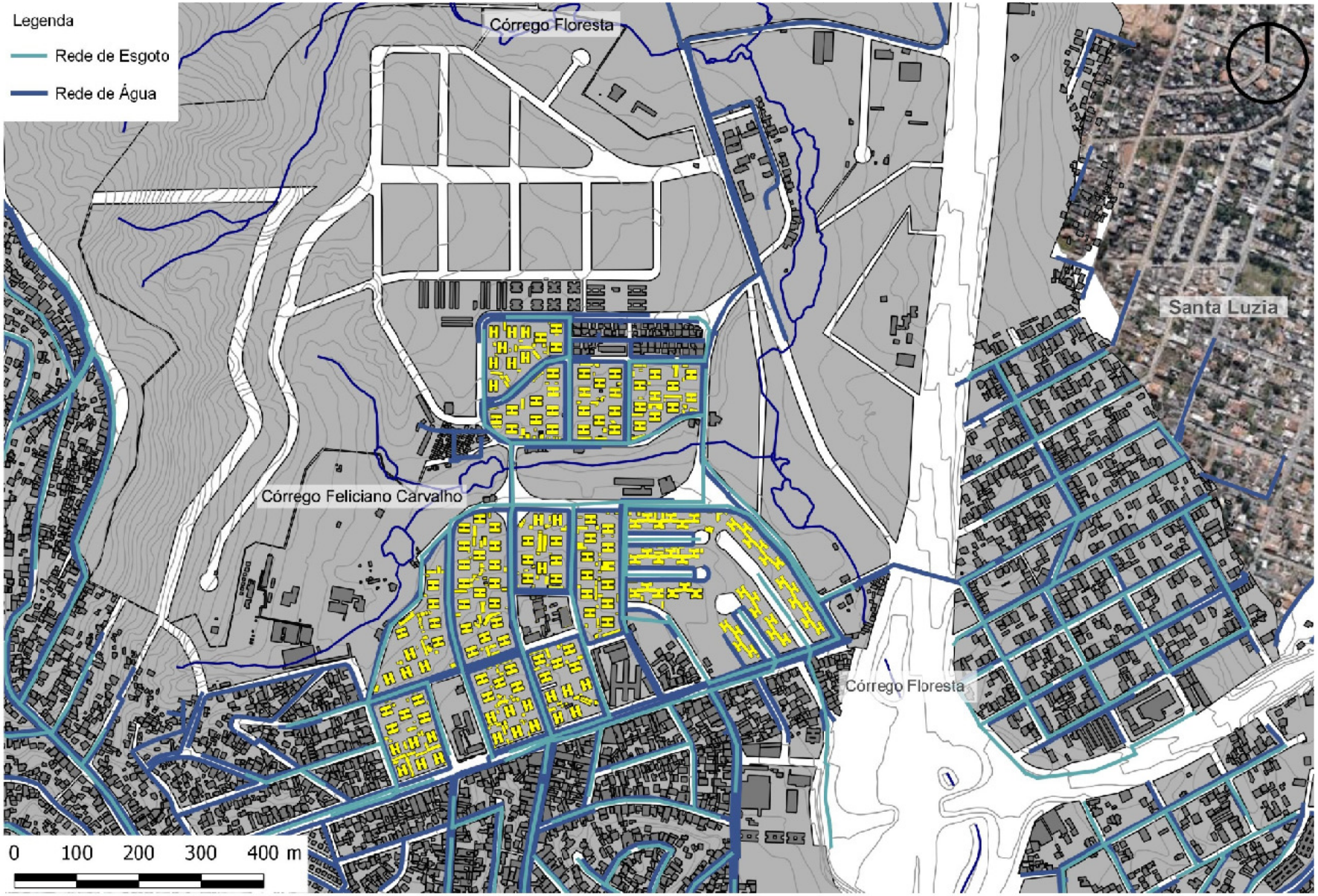


FIGURA 659 - Mapa de redes de água e esgoto do CH9 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

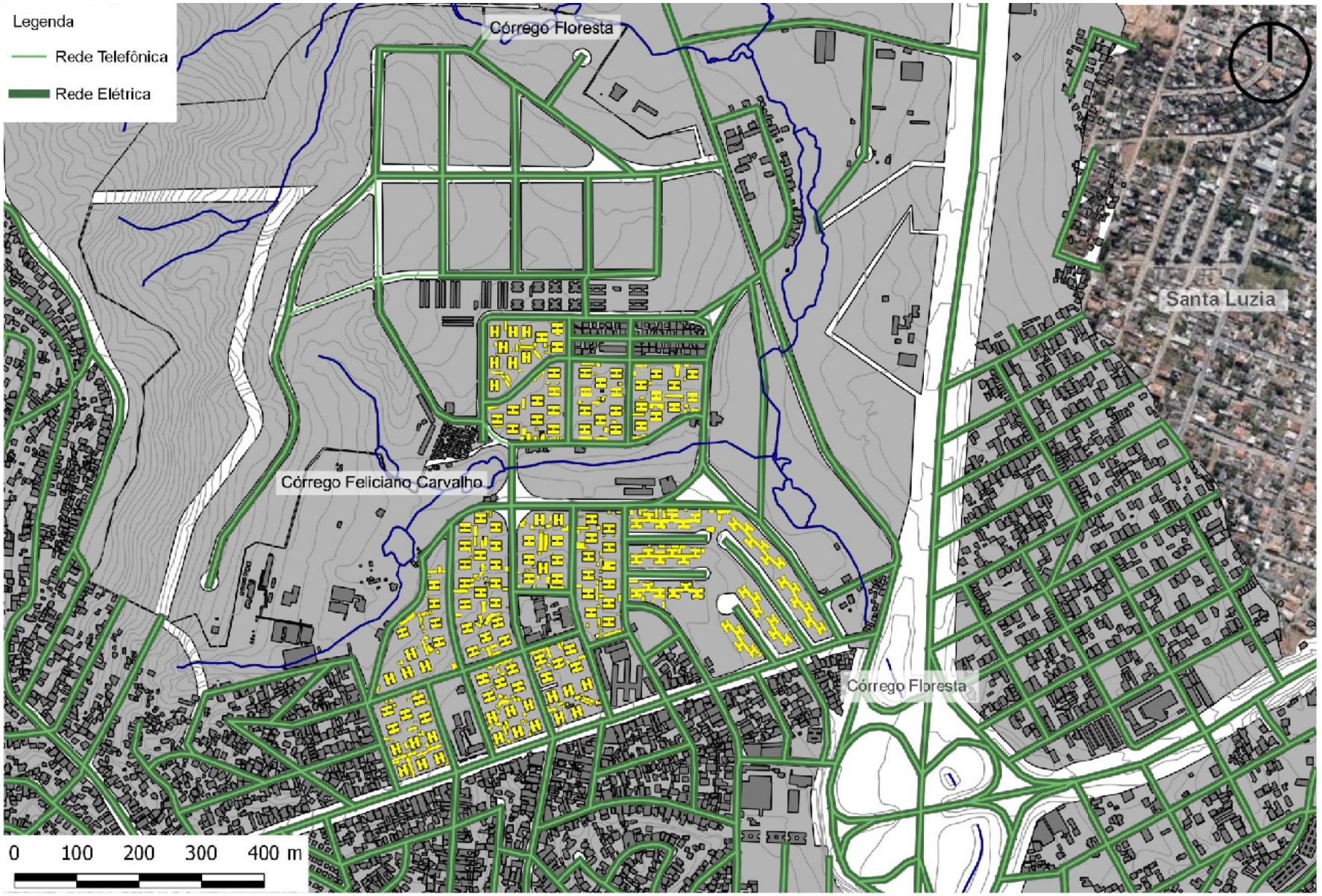


FIGURA 660 - Mapa de redes de energia e telefonia do CH9 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

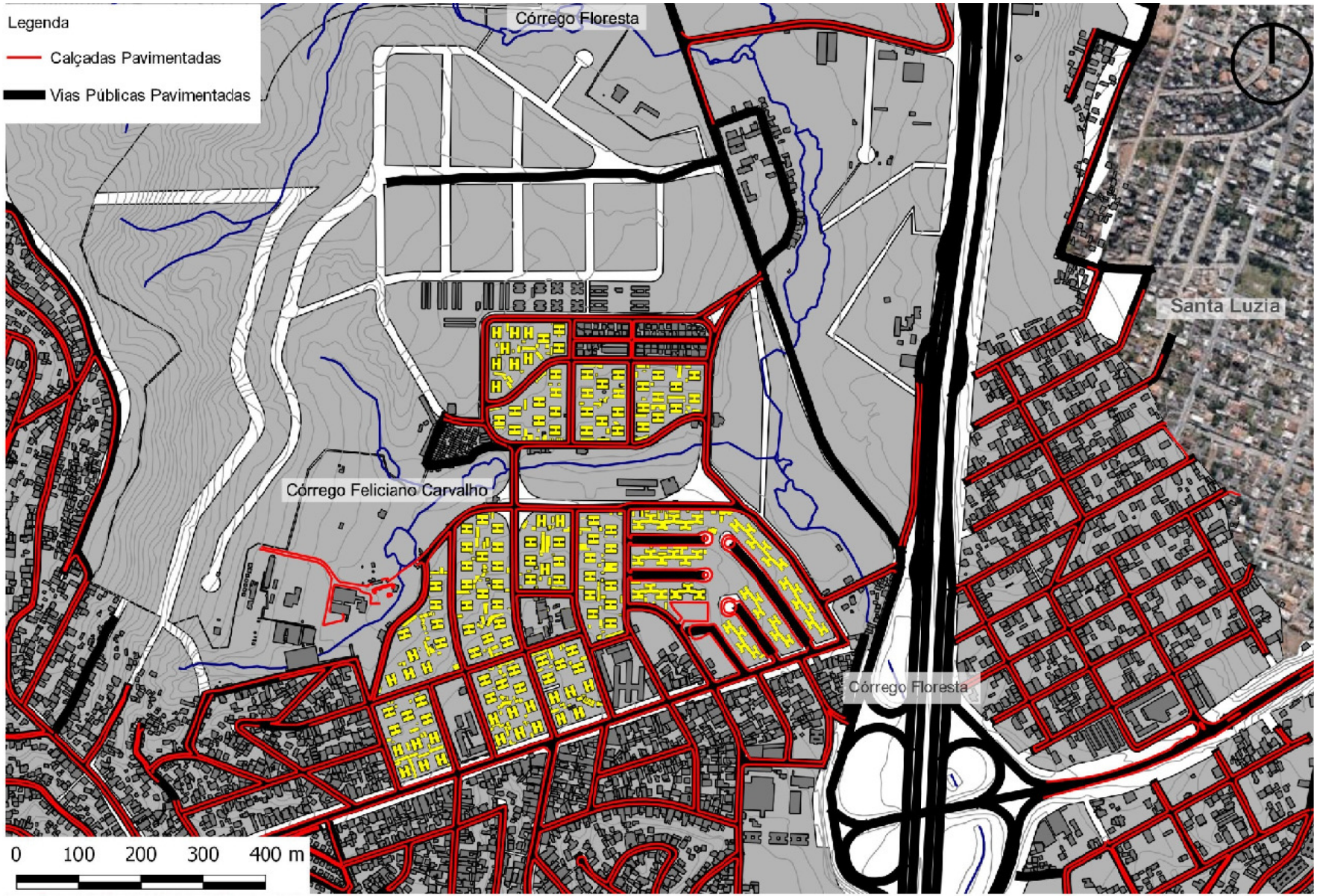


FIGURA 661 - Mapa de pavimentação de vias e calçadas do CH9 e entorno. Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

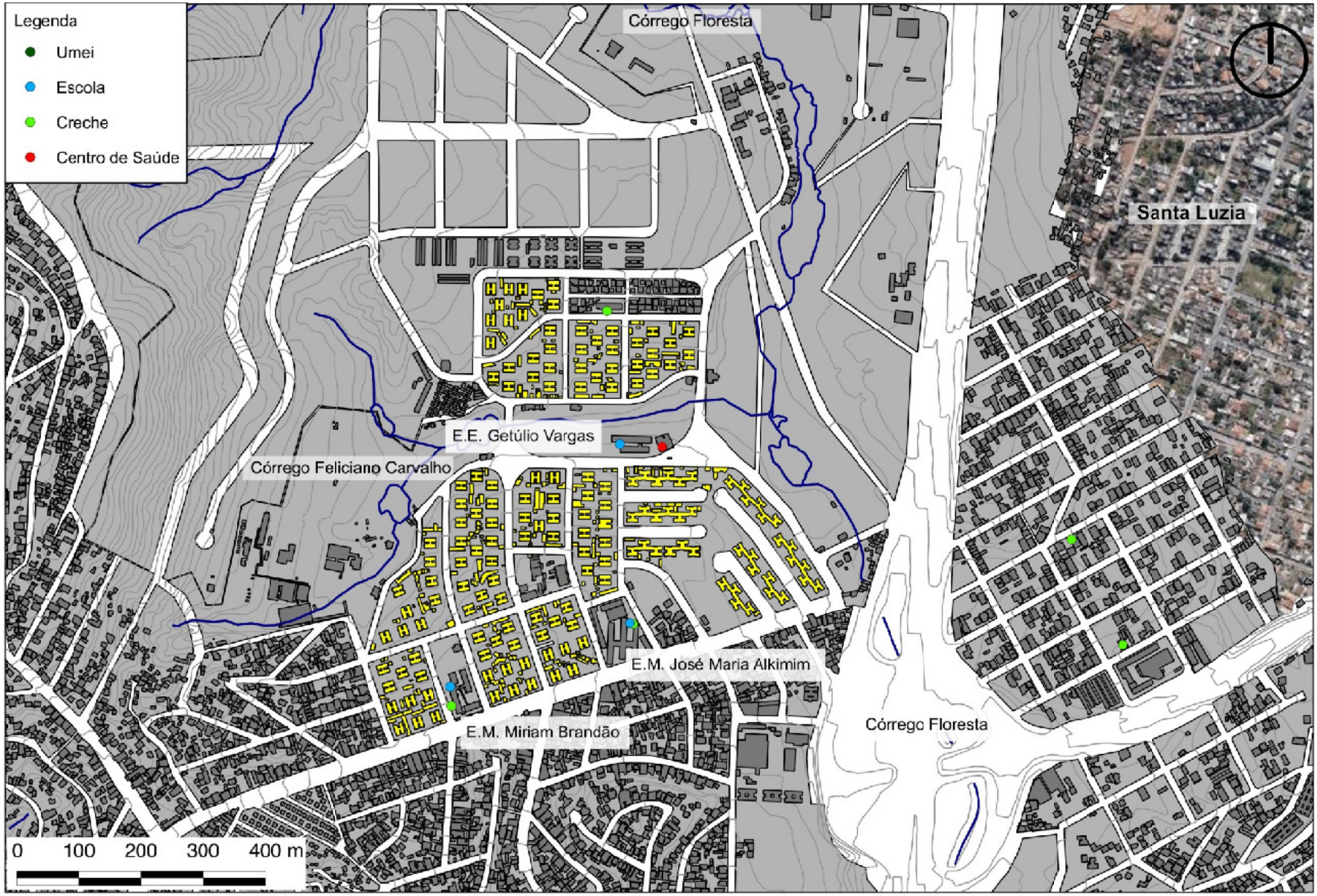


FIGURA 662 - Mapa de serviços de educação e saúde do CH9 e entorno. Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

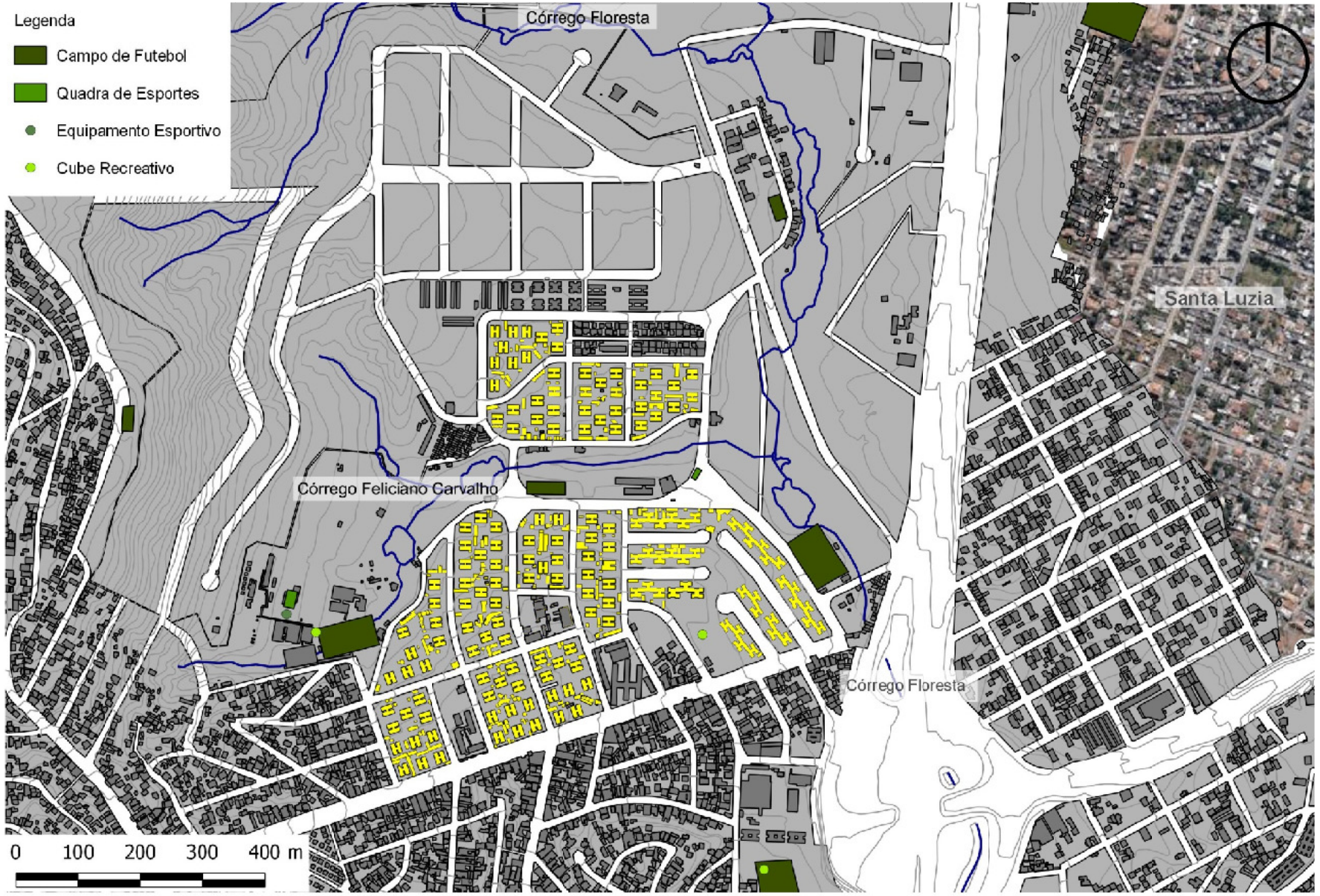


FIGURA 663 - Mapa de equipamentos de lazer e esportes do CH9 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

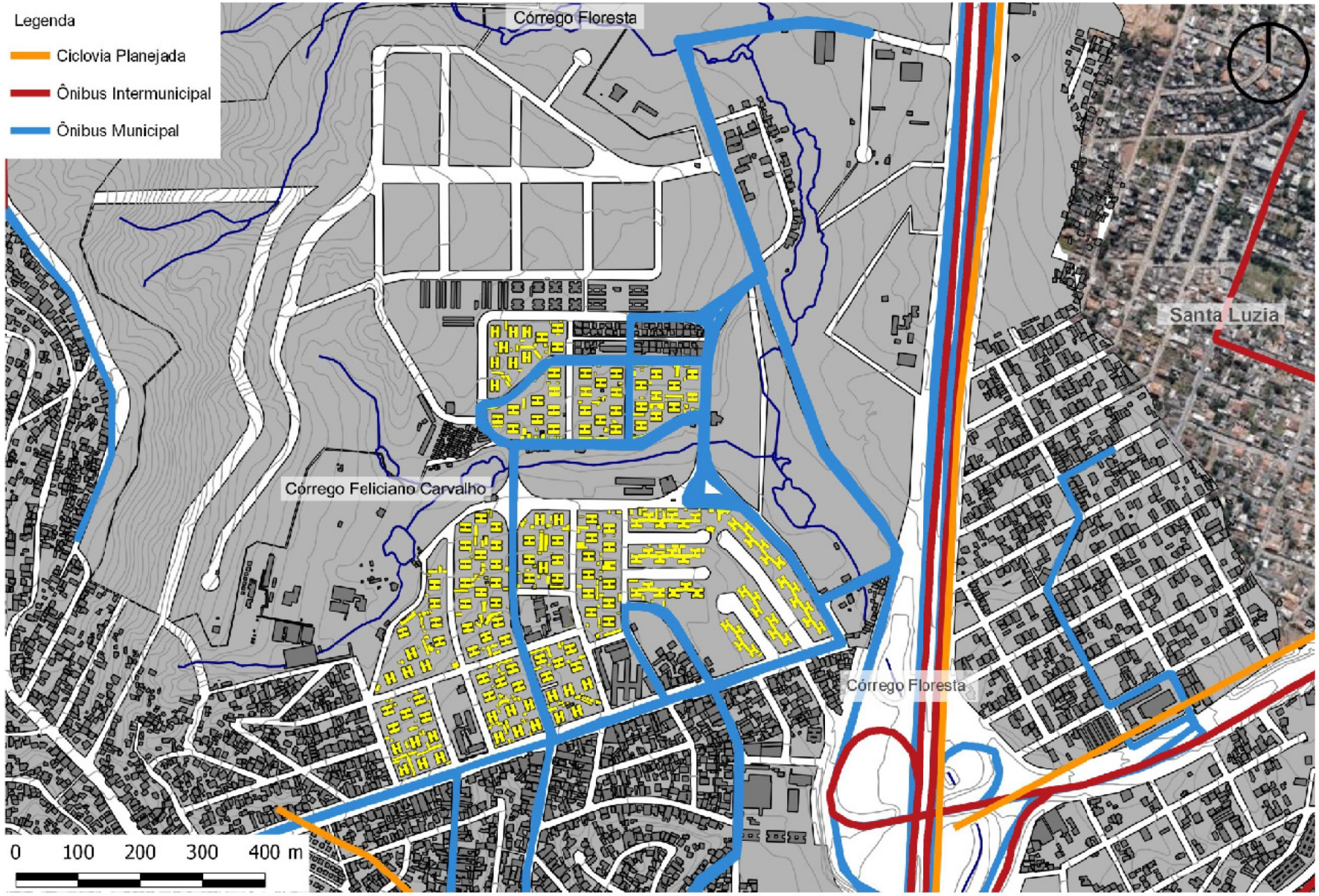


FIGURA 664 - Mapa do sistema de transporte do CH9 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

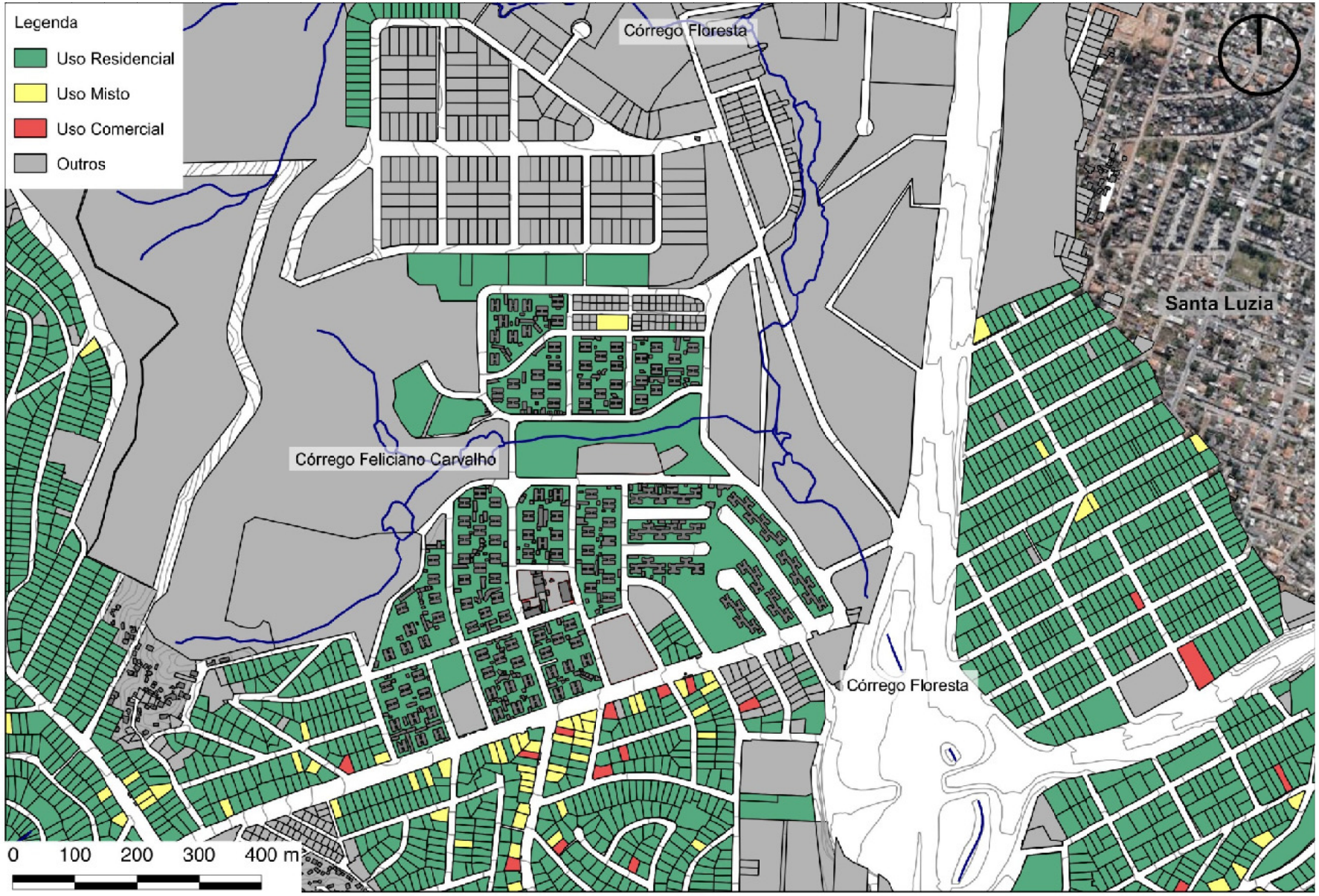


FIGURA 665 - Mapa de usos do CH9 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

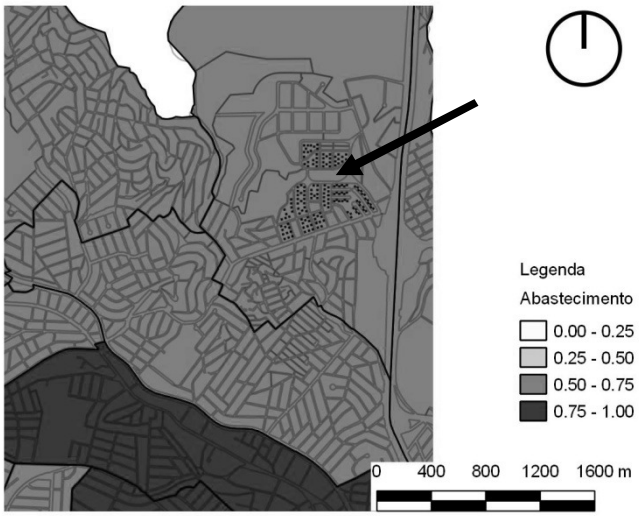


FIGURA 666 – Mapa de IQVU do CH9 – Abastecimento.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

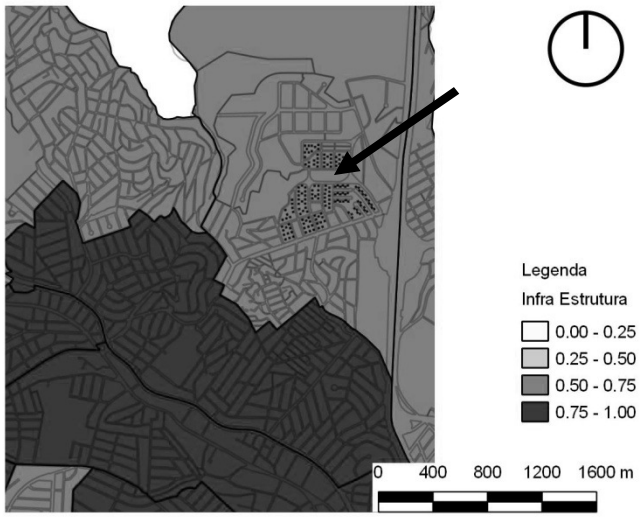


FIGURA 667 – Mapa de IQVU do CH9 – Infraestrutura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

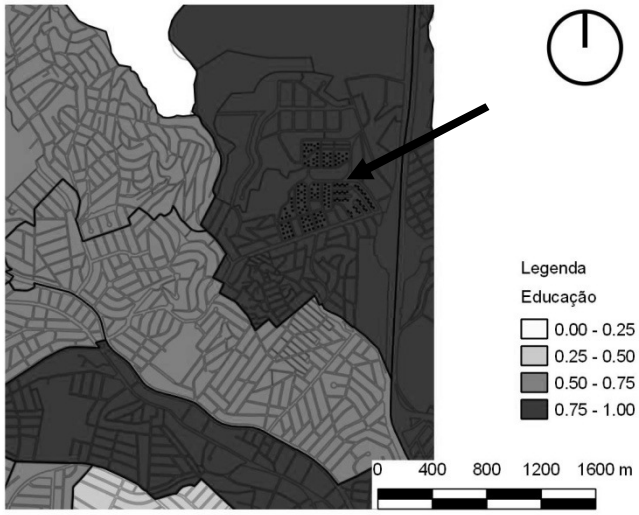


FIGURA 668 – Mapa de IQVU do CH9 – Educação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

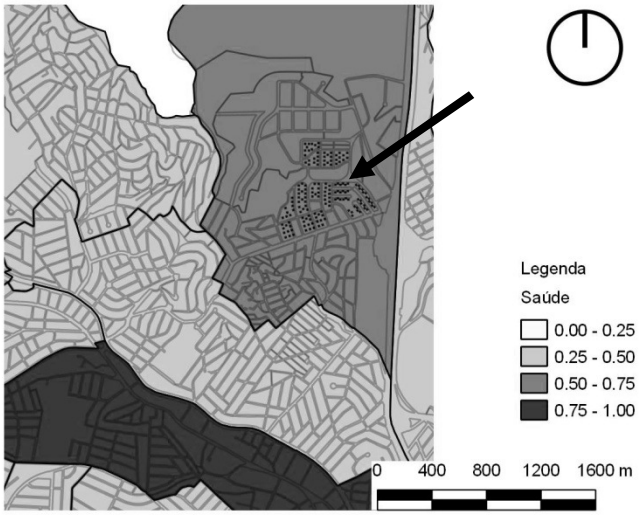


FIGURA 669 – Mapa de IQVU do CH9 – Saúde.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

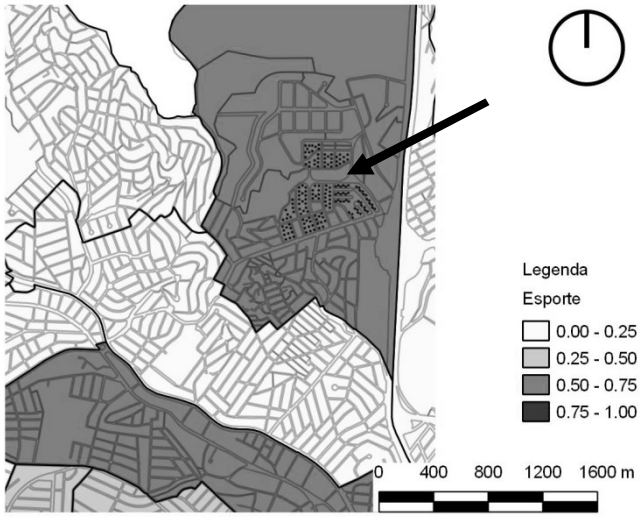


FIGURA 670 – Mapa de IQVU do CH9 – Esporte.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 671 – Mapa de IQVU do CH9 – Cultura.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

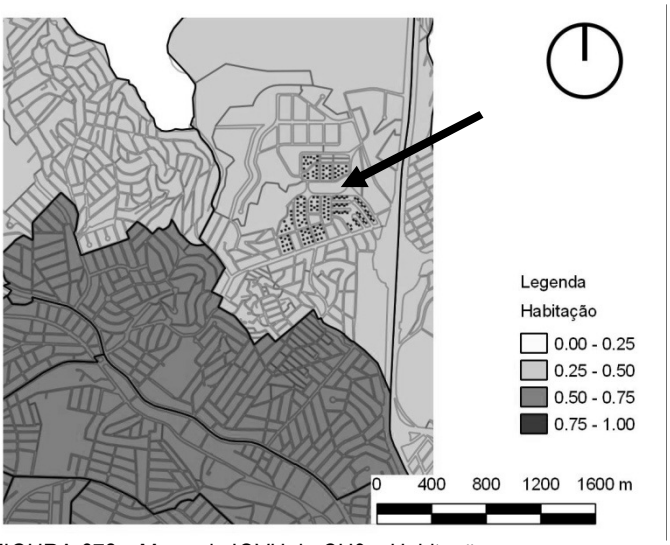


FIGURA 672 – Mapa de IQVU do CH9 – Habitação.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

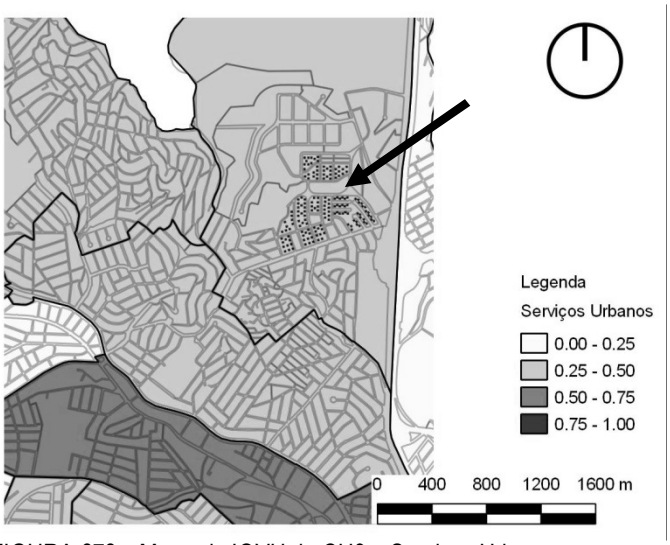


FIGURA 673 – Mapa de IQVU do CH9 – Serviços Urbanos.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

O conjunto Serra Verde domina a UP em que está inserido, já que ela contém apenas o bairro Minas Caixa além do bairro Serra Verde. Isso indica uma tendência de que a avaliação do IQVU da UP devesse se aproximar da avaliação qualitativa do próprio conjunto habitacional.

Em relação à questão do abastecimento alimentar, a avaliação foi boa, assim como no quesito infraestrutura urbana. O item educação obteve uma avaliação muito boa. Os indicadores de saúde e esporte foram avaliados como bons. Os itens habitação e serviços urbanos foram avaliados como médios. Somente o item cultura foi avaliado como ruim.

A avaliação do conjunto habitacional e do seu entorno ficou abaixo das regiões vizinhas em três dos oito itens, acima em três itens e no mesmo nível em dois itens, revelando um certo equilíbrio entre indicadores positivos e negativos na comparação com as regiões vizinhas.

5.9.4 – SOLUÇÃO ARQUTIETUÔNICA E URBANÍSTICA

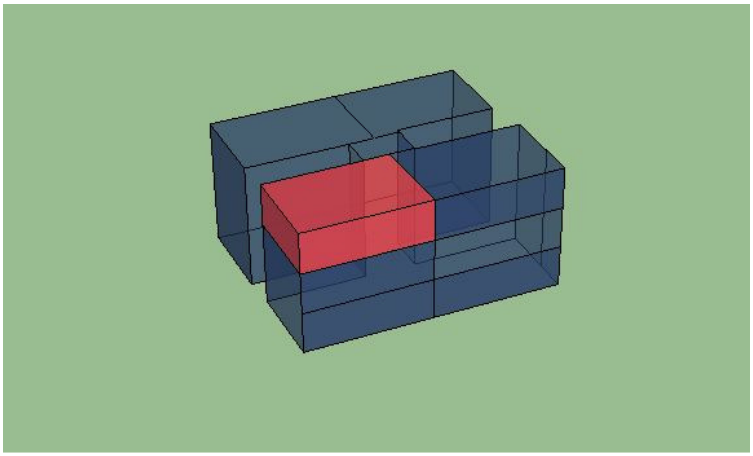


FIGURA 674 – Volumetria do bloco do CH9 (UH destacada).
Fonte: Elaborado pelo autor

ÁREA TOTAL: 216.106 m2
NÚMERO DO BLOCOS: 120 (1ª. ETAPA), 43 (2ª. ETAPA)
NÚMERO DE UHs: 1956
DENSIDADE HABITACIONAL: 90,5 UH/ha
DENSIDADE POPULACIONAL: 362 hab/ha
ÁREA ABERTA: 159.362 m2
ÁREA ABERTA/HABITANTE: 20,3 m2

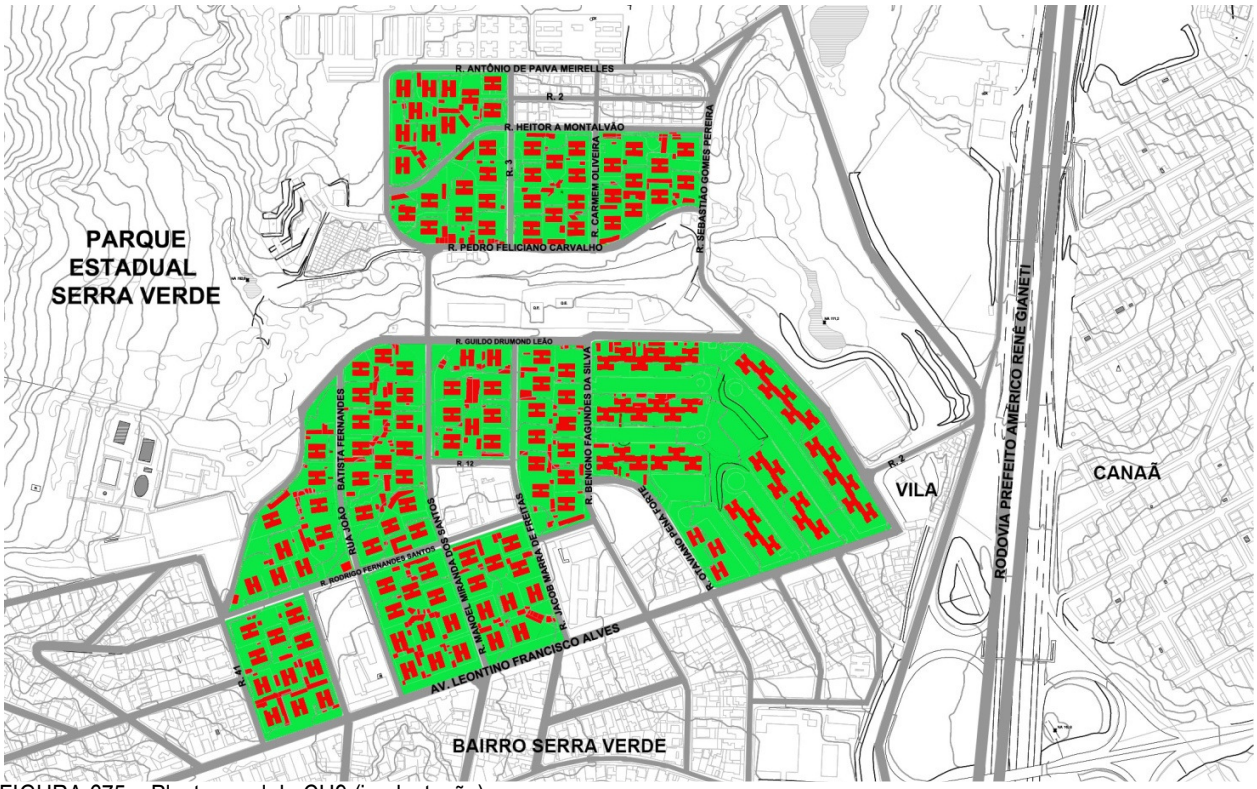


FIGURA 675 - Planta geral do CH9 (implantação).
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da Prodabel.

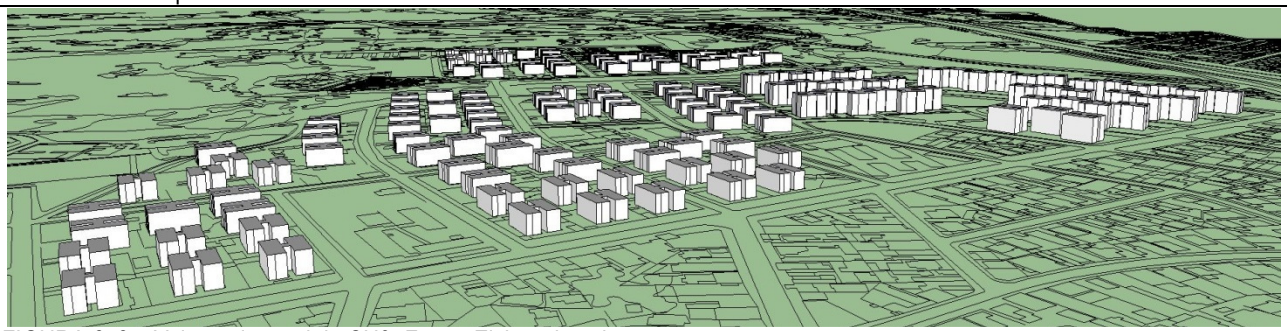


FIGURA 676 - Volumetria geral do CH9. Fonte: Elaborado pelo autor.

O conjunto está implantado em duas encostas suaves que convergem formando um vale com relevo suave por onde passa um pequeno córrego. Como a área do córrego não foi ocupada, o desenho urbano ficou dividido nas duas encostas com uma parte do conjunto a norte e outra parte a sul, essa última conectada com o bairro Serra Verde. As nascentes do córrego que cria essa divisão do conjunto estão localizadas a poucos metros a oeste, na encosta bastante íngreme e ainda coberta parcialmente pela vegetação de onde saiu o nome do bairro e do conjunto, próximo a um clube privado (SEST/SENAT). O córrego não tem nome nos registros oficiais, mas entre os moradores é conhecido como córrego Feliciano Carvalho por passar ao lado da via com o mesmo nome. O vale desse córrego, pelo relevo suave que possui, formava em outros tempos pequenas lagoas e brejos que foram assoreados.[3] Logo depois de passar pelo conjunto Serra Verde ele deságua no córrego da Floresta, do qual é tributário e cujas nascentes encontram-se próximas da atual Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG) e também dentro do Parque Estadual Serra Verde. Seu vale igualmente suave também formava algumas lagoas que também já foram assoreadas, a maior delas ao lado do campo de futebol na entrada do conjunto. O córrego da Floresta e sua micro-bacia fazem parte da sub-bacia do Isidoro.

O que hoje se considera o conjunto Serra Verde, na verdade são vários empreendimentos independentes que foram sendo construídos ao longo de três décadas. A primeira e mais significativa etapa corresponde aos blocos em forma de "H" com coberturas de duas águas e beiral, conhecidos pelos moradores como os "blocos brancos", o que deve ter sido a sua cor original, já que hoje apresentam uma tonalidade rosa bem clara. Eles somam cento e vinte blocos em forma de "H" com doze UHs cada um, em três pavimentos, num total de 1440 UHs. Os blocos se organizam a partir da estrutura viária do bairro. O empreendimento foi fruto de um acordo entre a COHAB e a PBH no início dos anos de 1980. Alguns moradores contam que, quando lançado o empreendimento, suas unidades foram oferecidas a funcionários públicos estaduais com preços muito baixos, mas como a procura foi pequena mesmo com todas as facilidades, eles acabaram sendo doados aos servidores municipais.[4] A maioria dos blocos dessa etapa se encontra em estado bastante precário de conservação e com diversas intervenções realizadas pelos moradores que vão da construção de muros frontais à pequenos volumes no nível térreo para abrigar veículos ou para expansão das moradias. Em alguns trechos as intervenções conseguiram desmanchar quase completamente qualquer integridade e regularidade entre os blocos.

A segunda etapa do conjunto corresponde aos blocos conhecidos pelos moradores como "amarelos" pelos detalhes pintados com essa cor em faixas verticais entre as janelas e nos volumes centrais de escada e caixa d'água. São blocos também em forma de "H" mas com telhado embutido. Foram feitos

[3] É possível ver essas lagoas na foto aérea de 1989, no item 5.9.1.

[4] A doação de lotes e moradias populares no vetor norte da capital mineira foi prática comum entre o final da década de 1970 e ao longo de toda a década de 1980, incluindo a região de Venda Nova e parte do município de Ribeirão das Neves.

quarenta e três desses blocos em duas etapas (vinte e cinco e depois dezoito) entre o final dos anos de 1980 e o início dos anos de 1990, todos concentrados na porção oriental do bairro Serra Verde. Essa etapa do conjunto foi um empreendimento imobiliário da extinta Minas Caixa e sua solução de implantação dos blocos era bastante diferente da solução da etapa anterior. Os quarenta e três blocos se organizam ao longo de ruas sem saída com *cul-de-sacs* no seu final, à exceção dos blocos voltados para a rua Guido Drumond Leão que já existia na época. O moradores dos prédios amarelos com o tempo fecharam essas ruas que aparecem como vias públicas nos mapas e base de dados, mas na prática se tornaram ruas internas do conjunto (particulares). Os blocos "amarelos" não apresentam intervenções construtivas dos moradores e ainda preservam os fechamentos frontais de grade metálica.



FIGURA 677 - Planta esquemática com as etapas do CH9.
Fonte: Elaborado pelo autor.

COR	NOME	DATA CONSTR. (APROX.)	BLOCOS	UHs
	COHAB ou "BRANCOS"	1982	120	1440
	MINASCAIXA ou "AMARELOS" – 1ª FASE	1987	18	216
	MINASCAIXA ou "AMARELOS" – 2ª FASE	1990 - 1995	25	300
	RESIDENCIAL PARTICULAR	1995 - 2000	8	96
	RESIDENCIAL PARTICULAR	2005	8	96
	CASAS GEMINADAS	2005	-	72
	MAR VERMELHO - URBEL	2012	1	77
	UNIÃO - URBEL	2014	-	-

Foram construídos na porção norte do parcelamento, três diferentes empreendimentos privados ao longo dos anos de 1990 e 2000, dois deles com edifícios de três pavimentos e um com casas geminadas. Já nos anos 2000 foi construído pela URBEL, com recursos do "fundo solidário" do governo federal, um bloco em forma de "C" chamado de Residencial Serra Verde em alguns documentos e Mar Vermelho em outros, na porção oeste do parcelamento, próximo à encosta do Parque Estadual Serra Verde. A URBEL ainda está construindo outro conjunto vizinho a esse anterior, o conjunto União. Nesse estudo foram consideradas apenas a primeira e segunda etapa, que elas já se encontram plenamente consolidadas e que constituem o núcleo principal do conjunto Serra Verde em termos quantitativos e qualitativos.



FIGURA 678 – Análise gráfica do projeto urbano do CH9.
Fonte: Elaborado pelo autor sobre a base de dados da PBH.

Apesar das diferenças apontadas entre as soluções de implantação da 1ª. e 2ª. fase do conjunto Serra Verde, é possível perceber que a estrutura viária prevaleceu independentemente das soluções internas de cada etapa. Essas soluções determinaram essencialmente a relação entre os blocos e os espaços de uso coletivo e estacionamentos que são radicalmente diferentes em cada uma das duas fases. Porém, a relação dos blocos com a estrutura urbana é praticamente a mesma nas duas fases, em função principalmente da força da estrutura viária do conjunto como um todo, que define um sistema de circulação eficiente, articulando os bairros no vetor sul Serra Verde e Minas Caixa, no vetor oeste (Nova York). Além disso, o sistema de vias cria quadras que intercalam uso residencial com o uso institucional. As três escolas, a UMEI, o centro de saúde e as creches estão espalhados nessa estrutura, gerando circulação e vida urbana em quase todos os espaços do conjunto. Além disso, as apropriações criadas

pelos moradores com pequenos comércios de caráter local nos prédios "brancos" geraram um uso misto não planejado em praticamente todas as vias do conjunto, o que também contribui para o alto grau de vitalidade urbana. Soma-se a isso tudo o fato de os espaços de lazer e uso coletivo (associação de moradores, igrejas) estarem também espalhados dentro da estrutura do conjunto. Com isso, criou-se uma situação urbana no conjunto Serra Verde mais orgânica, que reproduz a estrutura de usos de uma cidade, em pequena escala, mesclando diferentes tipos de ocupação e evitando o zoneamento funcional excessivo, gerado por um projeto urbanístico de caráter moderno. Aparentemente, pelo que se pode apreender, essa estrutura de usos intercalados não foi fruto do projeto original.

5.9.5 – CONDIÇÃO SOCIOAMBIENTAL

O córrego Feliciano Carvalho passa no meio do conjunto Serra Verde, dividindo-o em duas partes, uma a norte e outra a sul. O córrego em si tem presença pouco significativa, devido ao seu volume reduzido de água, mesmo em plena estação chuvosa. No entanto, a faixa não edificada ao longo do seu curso, bastante generosa, é o que marca de maneira mais afirmativa a sua qualidade ambiental no conjunto. Não foi possível, nos levantamentos de campo, verificar a qualidade da água desse córrego devido à dificuldade de acesso à área.

Já o córrego da Floresta pode ser visto com facilidade quando se passa pela rua Dois, que liga o conjunto Serra Verde à rodovia Américo René Gianetti. O córrego passa ao lado do campo de futebol do "Bahia" e atravessa a vila autoconstruída localizada entre o conjunto e a rodovia. Nesse ponto seu volume é significativo, assim como é significativa sua condição de deterioração ambiental. Sua coloração, o forte odor e os inúmeros objetos na superfície (principalmente garrafas e sacos plásticos) não deixam qualquer dúvida sobre a qualidade da sua água e o lançamento de esgoto e lixo doméstico no seu leito. O córrego da Floresta após passar pelo conjunto Serra Verde, alterna trechos de canalização fechada e aberta na direção sul, paralelamente à rodovia Américo René Gianetti, volta ao seu leito natural ao passar próximo ao cemitério Bosque da Esperança, atravessa o bairro Juliana, ainda em leito natural, até que encontra o ribeirão Isidoro, próximo do encontro das avenidas Cristiano Machado e Vilarinho (estação Vilarinho).

Em todas as visitas de campo realizadas, pode-se notar uma boa qualidade ambiental em relação aos ruídos. O conjunto tem várias ruas muito bem arborizadas, e seus espaços urbanos têm uma ambiência agradável, sombreada e bem ventilada. Não foram detectados problemas geológicos como erosões ou deslizamento de encostas.

A condição dos resíduos sólidos é muito boa em grande parte do conjunto Serra Verde. Em todas as visitas realizadas, as praças e ruas estavam sempre limpas, sem sinal de deposição de resíduos sólidos. Foram vistos nichos com abertura para a rua onde os moradores depositam os sacos de lixo domésticos. Esses nichos são fechados com chave e devem ser abertos no dia em que há coleta. Poucos blocos do conjunto parecem não utilizar os nichos e deixar os sacos de lixo diretamente sobre o passeio. Áreas de

deposição clandestina de resíduos sólidos foram encontradas ao longo da rua Pedro Feliciano de Carvalho. Havia lixo doméstico, caixas de madeira, entulho de construção civil e até pedaços de móveis.

As visitas de campo foram capazes de diagnosticar o risco iminente de alagamento nos leitos dos córregos Feliciano Carvalho e Floresta, devido à conformação de bacias suaves ao longo dos dois vales e em função de eles estarem canalizados à jusante. As grandes áreas vegetadas deixadas pelo projeto do conjunto ao longo dos dois cursos d'água também indicam que, mais do que uma preocupação paisagística, constituem uma área de segurança alagável em períodos de chuva intensa. A proximidade entre o Parque Estadual Serra Verde e o conjunto Serra Verde e a condição precária do primeiro criam situações potenciaisde risco pela falta de qualquer proteção entre eles, tanto por meio de um acero, no sentido proteção de incêndios, como pela presença de um cercamento, no sentido da segurança urbana.

A entrevista com os moradores revelou alguns aspectos importantes sobre a qualidade ambiental do conjunto, bem conhecidos por quem mora no lugar, e que dificilmente poderiam ser captados pela observação direta, nas visitas de campo. Eles falam com saudosismo dos dois córregos, principalmente em função das lagoas que ambos formavam e que foram assoreadas. Eles creditam às construções nas cabeceiras de ambos, incluindo a CAMG, a responsabilidade por esse assoreamento. Os moradores consideram que o córrego Feliciano de Carvalho e o córrego da Floresta estão ambientalmente deteriorados. "É puro esgoto", afirmam. Contaram na entrevista que já houve um problema geológico grave em uma rua do bairro Serra Verde – a rua Raul Nin Ferreira – onde uma cratera abriu em 1992, gerando grandes transtornos para os moradores. Os moradores se queixam da qualidade do ar e dos ruídos, situação que, segundo eles, piorou com a chegada da CAMG. A presidente da associação comunitária reclama a falta de URPVs no bairro Serra Verde. Segundo ela, já foi sugerido a instalação de três URPVs com locais definidos após negociação com a PBH, mas que até hoje não saíram do papel. Ela responsabiliza os problemas com a deposição clandestina de lixo, principalmente de entulhos de pequenas obras e móveis velhos à falta dessas unidades e não à falta de conscientização ou educação dos moradores. Para ela, a maioria dos moradores não tem condições de arcar com os custos de uma caçamba e acaba jogando os resíduos na rua por falta de um lugar próprio.

Os moradores, por meio da entrevista, confirmaram os riscos inferidos pelo diagnóstico urbano. Contaram que sempre há alagamentos nos dois córregos, que já houve inúmeros incêndios na área de proteção ambiental e que as gangues ligadas ao tráfico de drogas usam essa área para praticar diversos crimes. Eles reclamam muito do fato de a implantação desse Parque ter acontecido na forma de lei, mas não na prática. Para eles, o Parque é uma "terra de ninguém" que serve de área de desova e depósito de quantidades maiores de drogas. A questão da violência no conjunto Serra Verde foi o ponto em que os moradores mais exacerbaram sua sensação de risco. Eles consideram que a situação do conjunto piorou com a chegada da CAMG e que subiu muito o número de assaltos, roubos e assassinatos. Relataram que uma chacina tinha acontecido no mês anterior, quando quatro pessoas foram mortas dentro de um

apartamento do conjunto. Eles consideram, no entanto, que a situação do conjunto não é tão grave, em relação ao tráfico de drogas, como nos bairros ao redor, principalmente na região do bairro Minascaixa.

QUADRO 29 - Síntese dos relatos dos moradores sobre qualidade e risco ambiental no CH9

Área	Aspectos	Principais pontos da fala dos moradores
Qualidade Ambiental	Cursos d'água	Formavam várias pequenas lagoas antigamente As construções nas nascentes os assorearam É puro esgoto
	Solo	Já houve um caso de abertura de uma cratera
	Ar	Piorou com a chegada da CAMG
	Ruídos	Piorou com a chegada da CAMG
	Resíduos Sólidos	Faltam locais URPVs para deposição do lixo
	Outras questões	
Sensação de Risco	Segurança urbana	Aumentou muito o número de roubos e assaltos Muitos problemas com gangues (tráfico de drogas) Houve uma chacina no mês anterior
	Deslizamento/escorregamento	Já houve um caso isolado (Rua Raul Nin Ferreira)
	Alagamento	Acontecem com frequência na Vila
	Endemias	Só casos isolados de dengue
	Incêndios Florestais	Inúmeras vezes
	Outras questões	A área do parque é uma "terra de ninguém" Um distrito industrial quase foi implantado

Avaliação de caráter positivo
Avaliação de caráter intermediário
Avaliação de caráter negativo

O mapa elaborado com base nas informações da PBH sobre a gestão de resíduos sólidos mostra: que há recipientes para coleta de lixo nas duas praças, o que pode explicar, em parte, seu bom estado de conservação. Mostra a presença dos serviços públicos de coleta de resíduos e varrição das vias em todo o conjunto Serra Verde, incluindo as ruas privatizadas da 2ª. etapa. O mapa mostra ainda locais de deposição clandestina de resíduos nos seguintes pontos: na esquina das ruas Aluízio Campos Amaral e Quarenta e Um; na esquina das ruas Rodrigo Fernandes Santos e João Batista Fernandes, atrás da associação comunitária; na rua Guido Drumond Leão, entre a E.E. Getúlio Vargas e o Centro de Saúde; na rua Pedro Feliciano de Carvalho, próximo da esquina com a rua Sebastião Gomes Pereira; na rua Antônio de Paiva Meirelles, ao lado das casas geminadas. Em nenhum desses pontos foram vistos resíduos. Em contrapartida, os locais onde foram detectados depósitos clandestinos de resíduos, na rua Pedro Feliciano de Carvalho, não aparecem nos dados da PBH.

Os mapas elaborados com base nos dados da PBH sobre riscos mostram uma situação pior ainda do que já apontada pelo levantamento de campo e pela entrevista com os moradores. O mapa de riscos geológicos identifica vários tipos de risco potenciais sobrepostos na área do conjunto Serra Verde. Há

grandes áreas sujeitas a erosão, o que é muito comum naquela região norte da RMBH devido às suas características geológicas. É importante lembrar que a rua onde uma cratera abriu fica dentro da mancha de riscos de erosão apontada no mapa. Ele mostra ainda uma área considerável sujeita a deslizamentos, próxima ao clube do SEST/SENAT. Há riscos ainda e contaminação do lençol freático ao longo dos fundos de vale dos dois córregos. Por fim, o mapa mostra vários focos de erosão no conjunto, nenhum deles detectados nas visitas de campo ou apontados pelos moradores. O mapa com o risco de alagamento mostra o histórico de cheias no leito dos dois córregos. O mapa confirma, de certa forma, a hipótese das áreas não vegetadas como áreas de segurança, deixadas para alagamentos em épocas chuvosas. O mapa mostra que toda a vila autoconstruída entre o conjunto Serra Verde e a rodovia está na área sujeita a alagamento.

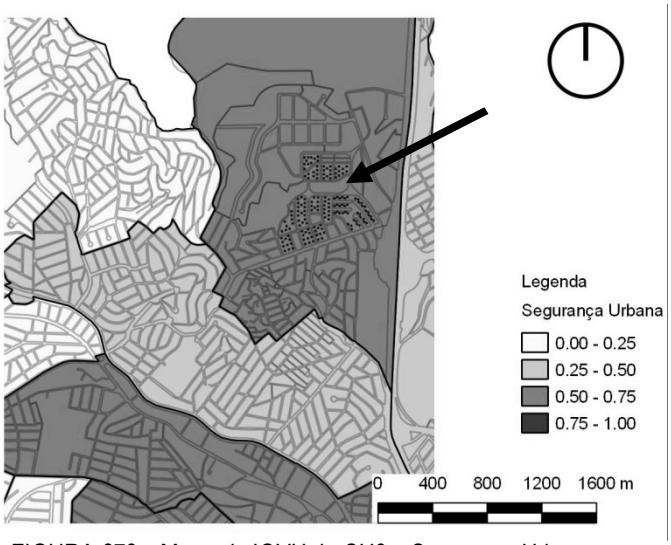


FIGURA 679 – Mapa de IQVU do CH9 – Segurança Urbana.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.



FIGURA 680 – Mapa de IQVU do CH9 – Meio Ambiente.
Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados PBH.

O IQVU apontou uma avaliação boa para a UP onde se localiza o conjunto Serra Verde no indicador segurança urbana, acima das duas UPs vizinhas. Em relação ao item meio ambiente a avaliação foi muito boa, acima das áreas urbanas mais consolidadas da regional Venda Nova.



FIGURA 681 – Leito do Córrego Feliciano Carvalho.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 682 - Área vegetada no córrego Feliciano Carvalho.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 683 - Córrego da Floresta dentro da vila.
Fonte: Foto do autor (19/12/2013).



FIGURA 684 - Nicho de armazenamento de resíduos no CH9.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).



FIGURA 685 - Bloco do CH9 que não utiliza os nichos.
Fonte: Foto do autor (19/12/2013).



FIGURA 686 - Entulho da rua Pedro Feliciano de Carvalho.
Fonte: Foto do autor (19/12/2013).



FIGURA 687 - Resíduos da rua Pedro Feliciano de Carvalho.
Fonte: Foto do autor (19/12/2013).

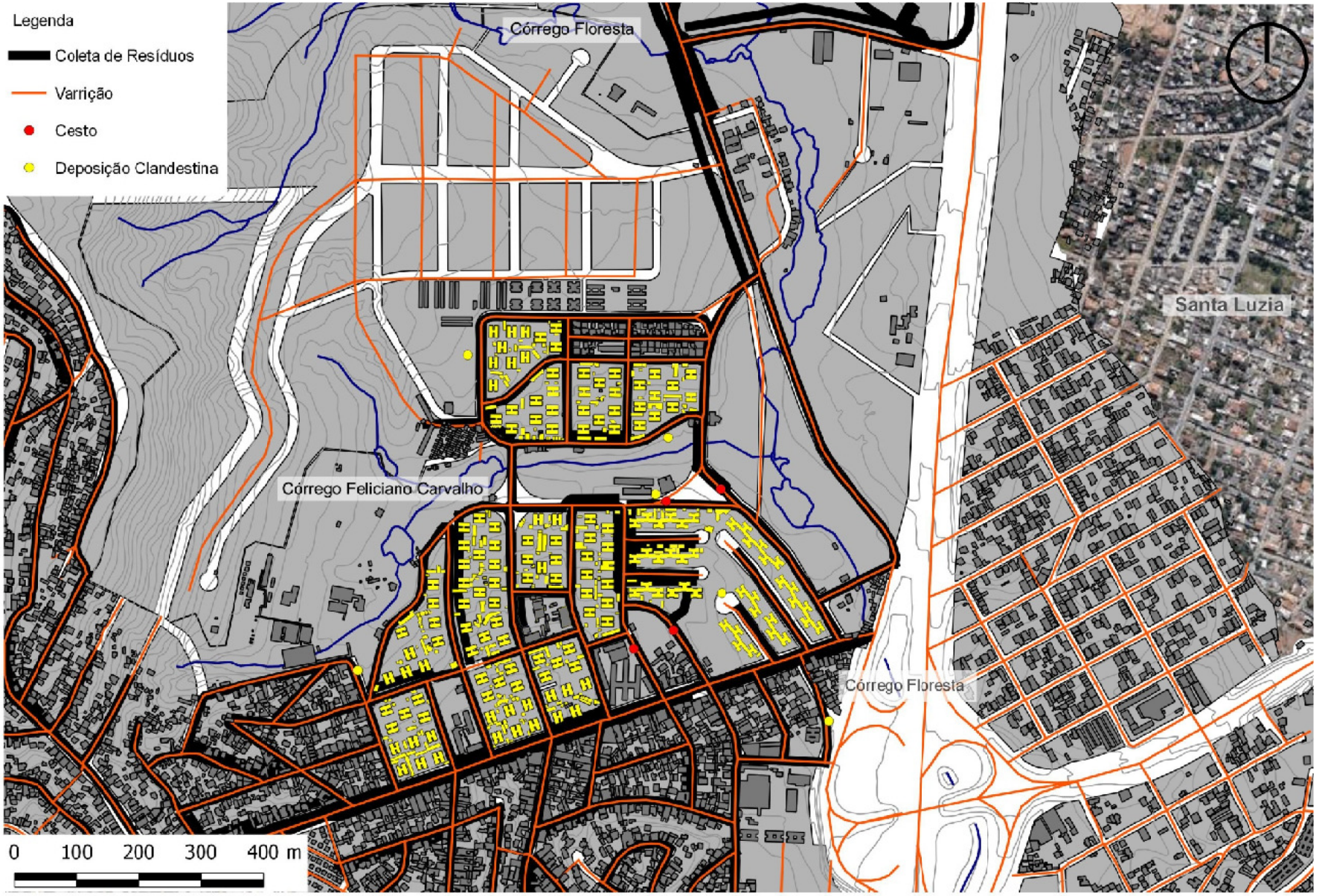


FIGURA 688 - Mapa de gestão de resíduos sólidos do CH9 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.



FIGURA 689 - Mapa de risco geológico do CH9 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

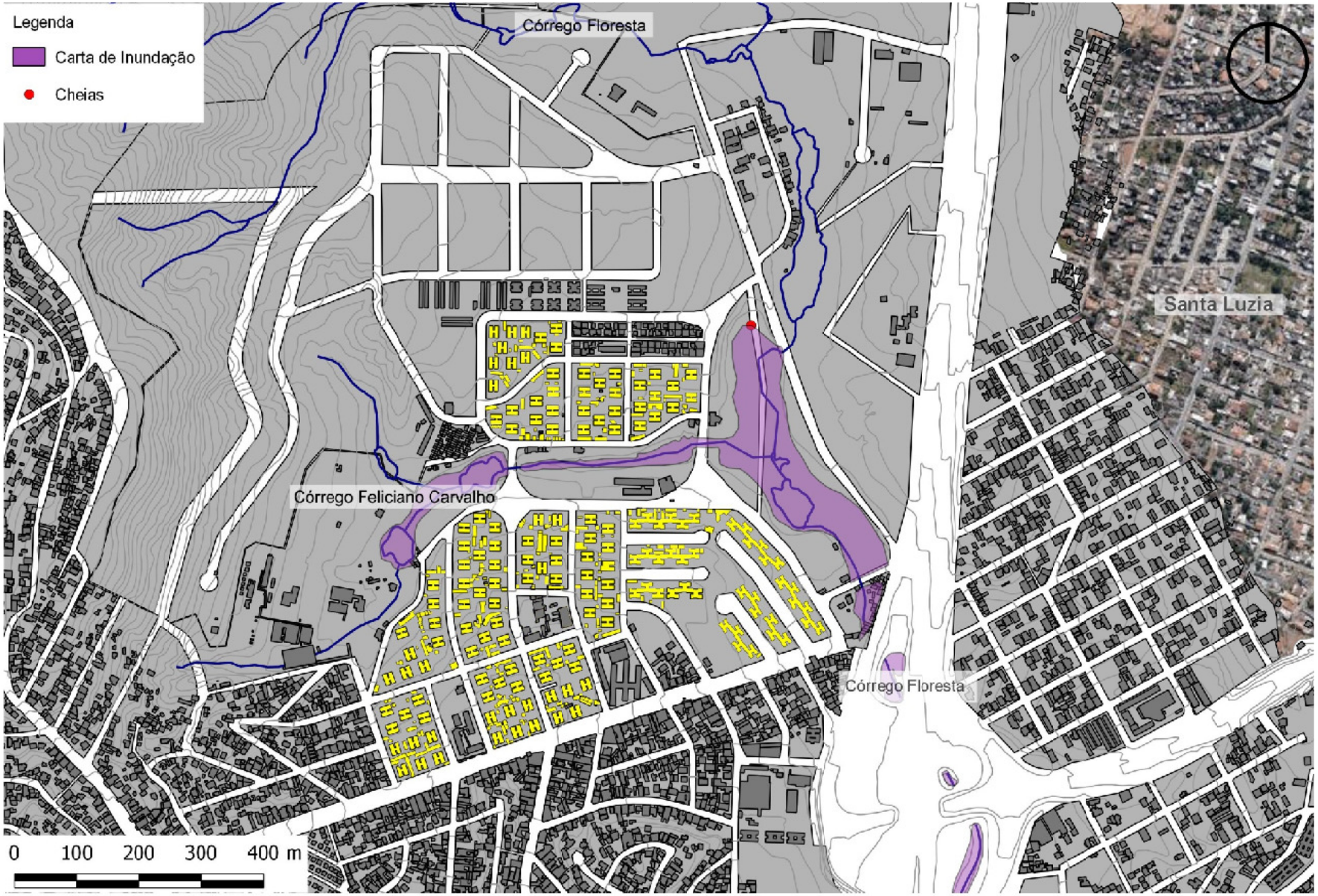


FIGURA 690 -Mapa de risco de alagamento do CH9 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

5.9.6 – ORGANIZAÇÃO SOCICIAL E ECOPOLÍTICA

A associação de moradores do conjunto Serra Verde tem uma atuação mais voltada para a ação política e social do que para questões de gestão condominial. A entidade tem uma atuação sociopolítica bastante forte e goza de muito respeito entre os órgãos públicos municipais, políticos e entre os moradores, o que é garantido em grande parte pela ação pessoal da sua presidente, a frente da entidade há dezesseis anos. Segundo ela, até os jovens que estão de alguma forma ligados às atividades criminosas na região a respeitam e também respeitam a associação, o que garantiu que sua sede nunca tivesse nenhum problema de vandalismo ou roubo até hoje. A associação teve uma participação forte no período recente de discussões políticas sobre a construção da CAMG, tomando parte de todas as audiências, fóruns e discussões na assembleia legislativa e na câmara municipal. Segundo a presidente, graças à isso, a associação conseguiu captar recursos do governo do estado para a construção de uma nova sede mais ampla, como contrapartida ambiental do empreendimento. Outros bairros e comunidades vizinhas que à época não se encontravam tão bem organizados politicamente conseguiram recursos menores ou não conseguiram captar nada.

A associação está envolvida em várias discussões com órgãos municipais levando até eles uma pauta de reivindicações, sempre com o apoio de vereadores e deputados, como por exemplo no pleito por mudanças no transporte público feito à BHTRANS e no pedido de construção de uma rede de drenagem pública feito junto à SUDECAP. A associação abriga em sua sede os grupos de atividades físicas promovidos pela PBH, a sede do Parque Estadual Serra Verde e o grupo Alcóolicos Anônimos, sem receber aluguel de nenhum deles, frisa a presidente. Além disso, a associação mantém um "sopão" diário, uma refeição gratuita fornecida a moradores de rua e pessoas pobres da região, elaborado com a ajuda de voluntários e de doações das igrejas do bairro. A associação aluga parte do seu espaço como salão de festas o que garante receita para custear despesas gerais de manutenção do próprio prédio, o que não seria possível com os recursos gerados pelas contribuições dos moradores, que é voluntária e nem com a ajuda da PBH que é muito pequena.

A entidade hoje se encontra extremamente personificada na figura da sua presidente, uma pessoa muito atuante e que conduz a associação de maneira cuidadosa e transparente o que se ilustra pelos balanços mensais presos em um quadro na entrada da entidade. Essa condição traz vantagens e desvantagens. A personificação extrema cria um efeito metonímico, em que o indivíduo passa a ser considerado a própria entidade, o que não deveria ocorrer – principalmente – em se tratando de uma associação comunitária e que pressupõe o envolvimento e a participação coletivos. Ilustra essa situação o relato da presidente de que o proprietário do antigo hipódromo Serra Verde ligou para a sua casa e lhe comunicou sobre o negócio com o governo do estado no dia em que ele foi fechado porque considerava importante dar ciência a ela. Entre os efeitos negativos dessa situação estão a falta de substitutos, já que os próprios moradores preferem que ela continue a frente da entidade. Por outro lado, é exatamente essa

personificação que dá a credibilidade que a entidade tem hoje. Isso pode ser medido pelo exemplo do abaixo assinado na negociação recente com a BHTRANS. Informada nas discussões com o órgão de que precisaria de um documento com pelo menos mil assinaturas de moradores para conseguir a mudança de horários e itinerários, voltou ao conjunto e conseguiu montar o documento em apenas um dia e protocola-lo no órgão municipal. “Todos confiam muito em mim”, relata.



FIGURA 691 - Sede da associação de moradores e Centro Comunitário do Serra Verde.
Fonte: Foto do autor (16/12/2013).

O mapa com as indicações de obras da PBH articuladas por meio do OP mostra que há duas intervenções no conjunto Serra Verde, uma quantidade compatível com a realidade dos bairros vizinhos. Por meio dessa informação poderia se dizer que não há no conjunto Serra Verde um nível de organização sociopolítica nem menor nem maior do que a que existe nos bairros a sua volta. Isso quer dizer que sua população maior do que dos bairros vizinhos não foi suficiente para captar uma maior quantidade de intervenções urbanas. Ainda assim, essa participação no OP pareceu ser maior do que na maioria dos outros nove conjuntos.



FIGURA 692 - Mapa de obras do Orçamento Participativo da PBH no CH9 e entorno. Fonte: Elaborado pelo autor. Base de dados da PBH.

CAPÍTULO 6
UMA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS NAS BORDAS URBANAS

Tomando como base a pesquisa empírica apresentada no capítulo anterior, propõe-se aqui uma análise sobre a situação em termos sociais e ambientais dos grandes conjuntos habitacionais voltados para as populações urbanas mais pobres construídos nos limites do território urbano. A construção dessa análise se estrutura por seis categorias que partem, respectivamente, dos dados apresentados nos seis campos temáticos que organizaram a pesquisa empírica e onde se acomodaram todas as informações sobre cada um dos nove conjuntos. As seis categorias são: A natureza das bordas urbanas; Os moradores dos conjuntos; Estruturas intraurbanas periféricas; O conjunto habitacional moderno; Causalidade cumulativa socioambiental; Ecologia política urbana. As reflexões sobre diversos aspectos que envolvem a produção habitacional em larga escala nas bordas urbanas tomam essas seis categorias de análise como ponto de partida sem, contudo, tratá-las de forma estanque, isto é, procurando articular também reflexões entre elas. O objetivo principal é avaliar, dentro do quadro socioambiental dos conjuntos, quais aspectos são circunstanciais e quais são estruturais e quais aspectos são necessários e quais são contingentes.

6.1 – A NATUREZA DAS BORDAS URBANAS

Será discutido aqui como se configuram alguns limites territoriais das grandes cidades onde são construídos os conjuntos habitacionais populares, tanto em relação às áreas urbanizadas, como em relação às áreas não urbanizadas confrontantes, e como isso afeta as populações que ali vivem. O objetivo é analisar como se manifestam nessas bordas a dialética cidade/campo, urbano/rural e a dominação da natureza imposta pela urbanização. Para isso, a própria natureza desses limites, sua constituição física e simbólica, também é investigada. A seguir discutem-se as dificuldades e potencialidades que a situação fronteiriça dos conjuntos habitacionais estudados impõe à vida de seus moradores e que inexistem em áreas mais centrais. Por fim, são discutidos aspectos relacionados às dinâmicas urbanas típicas das bordas onde estão os conjuntos. A relação entre o desenvolvimento e a expansão dessas áreas urbanas e a construção de assentamentos habitacionais que abrigam populações equivalentes a pequenas cidades é investigada, a fim de entender os processos urbanos nessas situações.

Os limites urbanos próximos aos grandes conjuntos habitacionais são muito diferentes entre si e por isso não caberia uma tipificação. Foram encontradas nove situações absolutamente distintas de limites entre áreas urbanizadas e não urbanizadas, o que, em parte, pode ser explicado pelo fato de as áreas não urbanizadas próximas aos conjuntos também serem muito distintas em cada caso. Do ponto de vista da propriedade, houve três casos em que essas áreas constituíam parte de unidades de conservação (CH 4,5,9), três casos em que eram propriedades privadas (CH 1,6,7) e três casos em que faziam parte de áreas institucionais (CH 2,3,8). Em relação à condição ambiental e à cobertura vegetal nessas áreas não-urbanizadas, em quatro casos (CH 1,2,3,8) observa-se uma tendência recente de manutenção e recuperação ambiental, com pouco ou nenhum sinal de ação humana e um aumento da cobertura vegetal. Nos outros cinco casos (CH 4,5,6,7,9), as áreas não urbanizadas próximas aos conjuntos perderam grande parte de sua cobertura vegetal e parecem passar por um processo de perda ambiental qualitativa e quantitativa. Em nenhum dos casos foi possível identificar qualquer relação entre a presença dos conjuntos habitacionais e a condição das áreas verdes próximas a eles, seja nas mais preservadas, seja nas mais degradadas. Tanto em um caso como no outro, as condições de preservação ou degradação parecem independer da existência dos conjuntos. As diferenças tem muito mais relação com as diferentes formas como esses espaços são geridos e a que eles se destinam do que propriamente com a proximidade de grandes contingentes populacionais. Em todos os casos de degradação das áreas verdes nas áreas não urbanizadas, essas mesmas condições foram encontradas algumas centenas de metros antes e depois dos conjuntos habitacionais, em áreas contíguas a outras ocupações urbanas mais horizontais e menos densas. Isso confirma a hipótese de que não há relação direta entre o adensamento populacional dos grandes conjuntos habitacionais e a degradação ambiental de áreas verdes contíguas a eles.

Em sete dos nove casos analisados, as áreas não urbanizadas fazem limites diretos com os conjuntos habitacionais em pelo menos algum trecho. Nos outros dois (CH 5,6), as áreas não urbanizadas estão a alguns metros dos conjuntos. Com base na observação direta e considerando as falas dos moradores, pode-se afirmar que em oito dos nove casos estudados, as áreas verdes próximas aos conjuntos contribuem para qualificá-los ambientalmente. Essa afirmação leva em conta o microclima (principalmente temperatura, ventilação e umidade) e o nível de ruído. Os conjuntos próximos dessas áreas verdes são mais silenciosos e mais confortáveis em termos climáticos do que as demais áreas urbanas próximas. O único conjunto habitacional em que essas vantagens ambientais não foram percebidas nem nos levantamentos de campo nem nas conversas com os moradores foi um dos dois conjuntos que não fica exatamente contíguo às áreas não urbanizadas (CH 6). Nesse conjunto, alguns moradores declararam gostar de morar no fim da cidade mais em função das qualidades urbanas do bairro – que lembra, segundo eles, uma cidade do interior – do que da proximidade com áreas naturais.

Se por um lado a proximidade com as áreas não urbanizadas traz vantagens para a moradia nas bordas da cidade, também traz alguns riscos, o que foi possível perceber na pesquisa empírica. Em três dos conjuntos estudados, as áreas não urbanizadas, apesar de qualificarem positivamente as moradias em termos microclimáticos, abrigam atividades que trazem riscos ambientais à população dos conjuntos. Em um dos casos, a mineração acarreta, segundo o relato dos moradores, constantes explosões e muita poeira (CH 1); em outro caso, a produção industrial de elementos de concreto gera um fluxo grande de caminhões e também muita poeira (CH 3); e na última e mais radical situação, a área não urbanizada ao lado do conjunto abrigava o aterro sanitário de toda a cidade de Belo Horizonte (CH 8). Nessas três situações, as atividades prejudiciais em termos ambientais jamais seriam vizinhas dos conjuntos se eles estivessem localizados em áreas mais centrais, o que significa que estar na borda aqui representa desvantagens ambientais claras. Entretanto, a questão mais importante nesses três casos é se as atividades que criam riscos ambientais já existiam quando os conjuntos foram construídos. Esses grandes empreendimentos habitacionais foram autorizados, projetados e construídos em áreas que abrigavam atividades que trazem riscos ambientais para os habitantes? Nos três casos a resposta é positiva, o que faz deles casos evidentes de injustiça espacial e injustiça ambiental, tomando aqui alguns conceitos discutidos antes[1]. Nos três casos, essas atividades provavelmente contribuíram para depreciar o preço da terra onde os conjuntos foram construídos, aumentando as margens de lucro dos investidores. Além das situações citadas, também representam riscos vindos das áreas não urbanizadas os incêndios florestais, que ocorrem principalmente nas estações secas. Em seis conjuntos foram relatados casos de incêndios nas áreas de mata vizinhas aos conjuntos. Em alguns desses casos, os incêndios sempre aconteceram em áreas distantes dos prédios e os riscos se restringiram à fumaça e à fuligem gerada por eles. Mas em alguns casos, os incêndios aconteceram, segundo os moradores, próximos aos conjuntos.

[1] Respectivamente nos capítulos 3 e 4.

Praticamente só foram encontradas fronteiras (*Grenzen*) nos limites territoriais entre os conjuntos habitacionais e as áreas não urbanizadas. A explicação mais simples para isso está na forma como a propriedade organiza espacialmente tanto a dimensão urbana como a rural. Seja no fim da cidade ou depois do fim, há sempre uma barreira a definir a quem pertence determinado espaço, pessoa física ou jurídica, Estado ou empresa. A presença constante dessas barreiras faz com que os trespasses das bordas urbanas raramente sejam graduais, sutis, como, aliás, não são em quase lugar nenhum. Na maioria dos casos, eles não são nem mesmo possíveis. Os limiares (*Schwellen*) que foram encontradas em alguns casos (CH 1, 7,9) talvez possam ser entendidas como *falsos limiares*. Em dois casos (CH 1,9) o limite se caracteriza como um limiar pela presença de generosas áreas verdes entremeadas ao conjunto habitacional, fazendo com que o próprio conjunto constitua uma transição entre área urbanizada e área não urbanizada. A abertura dada pelos projetos urbanos, nesses dois casos, para a existência de grandes áreas verdes entre as quadras com os prédios, possibilitou que esses dois conjuntos criassem uma zona de *buffer* urbano, uma área de amortecimento ou transição menos abrupta no fim da cidade. Porém, a despeito dessas características, há barreiras físicas que impedem a passagem e constituem marcos divisórios claros entre os conjuntos e as propriedades privadas adjacentes. Portanto, a noção de limiar se aplica nessas áreas mais à imagem ou à paisagem do que propriamente à dimensão cotidiana dos percursos e dos usos. No outro caso em que não há uma barreira clara entre o conjunto habitacional e as áreas não urbanizadas à sua volta (CH 7), parece claro tratar-se de uma situação provisória. As áreas não urbanizadas são particulares e só não foram ocupadas ainda porque aguardam quem lhes faça a melhor oferta. Assim que seu uso for definido, todas as áreas limítrofes a esse conjunto habitacional, incluindo as áreas de preservação ambiental, certamente serão muradas ou cercadas. A constituição de fronteiras (*Grenzen*) nos limites urbanos próximos aos grandes conjuntos parece ser estrutural e necessária, diante do que foi exposto acima. Mesmo quando a paisagem sugere transições graduais entre a cidade e o campo, entre o urbano e o rural, as fronteiras espaciais rígidas estão presentes, afirmando a propriedade privada num mundo governado por ela.

Nos seis conjuntos em que há ostensivas fronteiras entre o fim da cidade e o território não urbanizado, a natureza do outro lado da cerca parece sempre assinalar um antagonismo em termos materiais e simbólicos com o conjunto habitacional, que constituía, por sua vez, a representação do urbano, reforçando a dialética cidade/campo. Além de cercas e muros para impedir o trespasse, as fronteiras tratam de acentuar a separação entre o espaço natural, não urbanizado, e os conjuntos, o espaço construído. Tomando a tríade de Lefèbvre (1991), pode-se dizer que, nos casos descritos acima, os conjuntos habitacionais antagonizam o território não urbanizado à sua frente seja enquanto espaços concebidos, percebidos ou vividos. Os projetos urbanos dos conjuntos, além de não favorecerem qualquer relação com as áreas naturais contíguas, quase sempre tratam de forma abstrata e geométrica a distribuição de blocos e vias, o que reforça a diferenciação entre áreas urbanas e não urbanas. As soluções urbanísticas encontradas nos conjuntos nas bordas da cidade não são diferentes, em linhas

gerais, das soluções adotadas para conjuntos construídos em áreas mais centrais. A regularidade e a abstração espacial dos conjuntos, impossível de serem superadas pelos moradores ao longo dos anos, parecem reforçar essa separação no domínio do espaço percebido. No dia a dia dos moradores que vivem nos conjuntos fronteiriços, a separação entre o "asfalto" e o "mato" é muito evidente. Em nenhum dos casos pesquisados foi possível identificar qualquer relação dos moradores com os espaços naturais à sua volta. Uma dimensão espacial é sempre tratada por eles como o "aqui" e a outra como o "lá". O "lá" parece ser um mundo estranho, desconhecido, apesar de situado a poucos passos do lugar onde moram. Essa separação nítida entre as duas dimensões espaciais, naturalizada na vida cotidiana dessas pessoas, chamou a atenção nas conversas sobre os casos de roubos e assaltos. Eles diziam que, quando os ladrões pulam a cerca e "entram no mato", nunca mais ninguém os vê porque ninguém entra ali, nem mesmo a polícia. É como se o limite entre o urbano e o não urbano equivalesse ao limite entre mundo civilizado e mundo selvagem, com uma barreira intransponível a todos "civilizados" da cidade e acessível apenas aos 'bárbaros', que vivem na cidade, mas não pertencem a ela. As áreas não urbanizadas para alguns moradores dos conjuntos parecem ser o espaço não aculturado, a natureza externa, não dominada pela ação do homem, o "mato" onde nem a polícia entra.

Nos outros três casos, de limites urbanos que se aproximam mais de limiares (*Schwellen*), a separação cidade/campo é menos clara em termos espaciais e simbólicos. Nos conjuntos Granja de Freitas e Serra Verde há interpenetração espacial entre o construído e o natural, não só no nível do espaço percebido, mas também, timidamente, no nível do espaço vivido. Grande parte das áreas verdes dentro e em volta desses conjuntos são pouco ou nada utilizadas pelos moradores, cobertas por um mato alto (capoeiras ralas). Nesses casos, as visitas e as conversas com indicaram que os espaços naturais em torno dos conjuntos não são apropriados pelos moradores, física ou simbolicamente, constituindo-se como resíduos espaciais ou "terras de ninguém". As áreas ocupadas pelos Centros de Vivência Agroecológicas (CEVAE) nesses dois conjuntos constituem a exceção que dá algum tipo de uso à essas áreas não urbanizadas. Infelizmente, nos dois casos, a situação desses equipamentos está muito aquém dos seus objetivos iniciais. Apesar de cumprirem uma função social importante como espaços públicos que promovem cursos, palestras, encontros e também contribuírem na educação ambiental, eles não cumprem sua função inicial de "fomento da agricultura urbana, baseada nos princípios da agroecologia, da economia solidária, da segurança alimentar e nutricional e da equidade de gênero" (PBH, 2014). A agricultura urbana é, sem dúvida, um campo com potencial para fomentar a geração de espaços híbridos campo-cidade ou "rururbanos" nos conjuntos habitacionais nas bordas das cidades.

Os nove casos analisados trazem um panorama sobre como se dão as dinâmicas urbanas das bordas em que são construídos os grandes conjuntos habitacionais. Por razões óbvias, as diferenças de idade entre os nove conjuntos criam uma distinção entre eles. A história do crescimento urbano é mais evidente nos conjuntos mais antigos, em volta dos quais as bordas urbanas hoje já estão mais consolidadas. Inversamente, esses processos são menos evidentes nos conjuntos mais novos, com as bordas a sua

volta ainda bem dinâmicas. Nos quatro conjuntos com mais de trinta anos (CH 2,3,8,9) foi possível perceber claramente a força que tiveram como indutores do crescimento urbano nas bordas. Principalmente em três casos em que as áreas urbanas do entorno ainda tinham uma ocupação muito incipiente quando da construção dos conjuntos (CH 3,8,9), o adensamento populacional criado por eles acelerou o surgimento de redes de comércio e a oferta de serviços públicos, tanto mais, quanto maior o conjunto. Em um dos casos, os processos de crescimento urbano descritos aconteceram mais rapidamente e parecem já ter se consolidado (CH 9). Há um conjunto de porte um pouco menor em que esses processos aconteceram de maneira menos acentuada e em grande parte por conta de outras etapas do empreendimento, mas também já parecem consolidados (CH 8). E há um conjunto menor, em torno do qual o crescimento urbano e a estruturação de redes de comércio e serviços começou há trinta anos, de forma mais lenta, e parece ainda estar acontecendo (CH 3). Em um caso (CH 2), o bairro já se encontrava razoavelmente ocupado quando da construção do conjunto, mas parece que a grande demanda que a sua construção gerou, na extremidade do bairro, serviu para organizar espacialmente a estrutura de comércio e serviços, que foi surgindo ao longo desses trinta anos mais próxima dele do que em áreas mais centrais do bairro.

Nos conjuntos mais novos, com cerca de dez anos ou menos, as dinâmicas urbanas são menos evidentes. Em um dos casos, o conjunto foi construído em uma área urbana de ocupação muito rarefeita e, em menos de uma década, houve uma ocupação habitacional significativa no seu entorno e o início da estruturação de uma rede de comércio e serviços (CH 4). Essa ocupação urbana provavelmente não teria acontecido sem a presença do conjunto habitacional que criou uma demanda concentrada espacialmente. Em três casos, os conjuntos parecem não ter conseguido estruturar essas redes ao longo do mesmo período de uma década (CH 1,5,7). Isso pode ser explicado por três razões: são conjuntos muito desarticulados da cidade à sua volta, o que dificulta o acesso dos moradores aos serviços e ao comércio; são conjuntos construídos em etapas, que não criaram uma demanda significativa logo de saída; e são conjuntos habitados pela população de menor renda. Desarticulação espacial, crescimento paulatino da demanda e baixa renda parecem explicações razoáveis para a lentidão dos processos urbanos ao redor dos conjuntos e para o fato de não terem conseguido atrair nenhum comércio. Em um dos casos (CH 6), o conjunto foi construído em um bairro já consolidado que já contava com uma estrutura de comércio e serviços razoável. Não contribuiu para o crescimento ou adensamento do bairro, mas contribuiu para o adensamento do comércio de pequeno porte num nível microlocal.

Em sete dos conjuntos analisados há assentamentos autoconstruídos ao redor. Em um caso (CH 1) eles precederam o conjunto habitacional, enquanto nos demais se desenvolveram principalmente depois da construção dos conjuntos. Em todos esses casos, esses assentamentos autoconstruídos são incluídos pela administração municipal nos territórios de abrangência das áreas de saúde e educação em que se encontram os conjuntos habitacionais. Pode-se afirmar, portanto, que os assentamentos autoconstruídos vizinhos dos grandes conjuntos se beneficiam da oferta de serviços públicos criada para atender os

conjuntos. Além disso, as conversas indicaram relações diretas de prestação de serviços dos moradores dos assentamentos autoconstruídos para os moradores dos conjuntos (CH 6,8), o que também explica o crescimento dessas áreas informais.

As áreas não-urbanizadas do outro lado da borda parecem estar consolidadas nos casos em que são de preservação ambiental ou em que há, pelo menos, algum interesse de manutenção da cobertura vegetal e interdição de novas construções. Isso acontece em seis dos nove conjuntos estudados. Tais conjuntos habitacionais provavelmente continuarão sendo parte do fim da cidade pelos próximos anos. Em outros três casos (CH 1,6,7), como não há restrições ambientais ou legais à ocupação, é possível afirmar que as áreas não urbanizadas serão ocupadas, estendendo a cidade e fazendo com que os conjuntos se tornem menos periféricos, com todas as vantagens e desvantagens que isso representa.

6.2 – OS MORADORES DOS CONJUNTOS

Quem são as pessoas que moram nos conjuntos habitacionais no fim da cidade? A que grupos sociais pertencem? Para responder essas e outras perguntas relacionadas às populações que habitam os grandes assentamentos periféricos foram contrapostos, na pesquisa empírica antes apresentada, dados estatísticos do IBGE, tomados por setor censitário, e as próprias entrevistas com grupos de moradores. Apesar dos limites da pesquisa sobre o perfil dos moradores em relação aos métodos, que fez uso de entrevistas semiestruturadas coletivas, algo já explicado na introdução deste trabalho, ela conseguiu trazer informações muito importantes. Se não foi possível construir um mapeamento social preciso sobre as populações residentes nos grandes conjuntos, o que, aliás, nem era o propósito do trabalho, os dados colhidos na pesquisa empírica contribuíram para a construção de uma reflexão mais geral sobre essas pessoas.

O primeiro aspecto, facilmente verificado nas visitas de campo e entrevistas diz respeito à heterogeneidade das populações que vivem nos conjuntos. Ao contrário do que a regularidade física e espacial do conjunto habitacional moderno sugere, as famílias que moram nos conjuntos têm perfis relativamente distintos. Nos cinco conjuntos populares analisados (CH 2,3,4,8,9), essa heterogeneidade social quase que reproduz na pequena escala a heterogeneidade social da cidade, a não ser por pequenas variações discutidas logo adiante. O acesso das famílias às moradias nesses conjuntos se dá através do mercado formal de incorporação e construção de habitações populares e do sistema bancário de financiamento. Essa forma de acesso pelo mercado induz a uma razoável heterogeneidade de grupos familiares, exceto pela renda. Como as famílias precisam estar numa faixa de renda formal acima de um patamar mínimo para que o financiamento seja aprovado, elas tendem a ser relativamente homogêneas nesse aspecto, principalmente ao longo dos primeiros anos dos conjuntos.

Há muita heterogeneidade também nos conjuntos de interesse social que foram pesquisados (CH 1,5,6,7). Porém, nesse caso, ela se deve à forma como a administração pública municipal organiza e aloca as famílias nesses conjuntos. Como já mencionado no capítulo anterior, a URBEL distingue três grupos: as famílias participantes do OPH, as famílias removidas de áreas de risco e as famílias de moradores de rua. Esses grupos ora são aleatoriamente distribuídos nos conjuntos (CH 1,5), ora são espacialmente separados por setores ou blocos (CH 7). No caso em que houve tal separação, as famílias vindas de remoções foram todas instaladas nos blocos da primeira etapa do conjunto e famílias participantes do OPH foram instaladas numa segunda etapa. Isso permitiu perceber de forma um pouco mais clara as diferenças nas composições familiares dentro de cada grupo, além de mostrar que há de fato certa heterogeneidade social dos conjuntos e, ao mesmo tempo, uma segregação social interna que é criada pela gestão municipal.

Para facilitar a discussão, os dados quantitativos sobre o perfil socioeconômico dos moradores, apresentados no capítulo anterior, estão sintetizados no quadro abaixo, que também identifica os conjuntos públicos (conjuntos de interesse social) e privados (conjuntos populares).

QUADRO 30 – Comparação entre os grupos sociais

CONJUNTO	EMPREEND.	GRUPOS SOCIAIS			
		POR FAIXA DE RENDA MÉDIA FAMILIAR	POR FAIXA ETÁRIA **	POR COR**	POR TIPO DE OCUPAÇÃO
CH1	PÚBLICO	E	+ crianças e jovens - adultos e idosos	+ preta e parda - branca	UHs cedidas
CH2	PRIVADO	D	+ crianças e jovens - adultos e idosos	+ preta - branca	UHs próprias
CH3	PRIVADO	C D	+ adultos - crianças e idosos	segue as médias municip./nacional	UHs próprias
CH4	PRIVADO	C D	+ adultos - crianças e idosos	+ preta e parda - branca	UHs próprias
CH5	PÚBLICO	E	+ crianças e jovens - adultos e idosos	+ preta e parda - branca	UHs cedidas
CH6	PÚBLICO	E D *	+ jovens - idosos	+ preta e parda - branca	UHs próprias
CH7	PÚBLICO	D *	+ crianças e jovens - idosos	+ preta e parda - branca	UHs próprias
CH8	PRIVADO	C D	segue as médias municip./nacional	segue as médias municip./nacional	UHs próprias
CH9	PRIV/PUB.	C D	segue as médias municip./nacional	+ preta e parda - branca	segue as médias municip./nacional

* Situações em que o setor censitário considerado engloba áreas do bairro, diluindo a informação sobre o perfil dos moradores do conjunto habitacional num contexto maior.

** Comparação dos percentuais relativos dos conjuntos com as médias municipais e nacionais

A primeira constatação, com relação à renda familiar média, é a de que à divisão sugerida no início do trabalho entre conjuntos populares e conjuntos de interesse social, baseada na renda familiar[2] coincide precisamente com a divisão entre empreendimentos públicos e privados. Todos os conjuntos aqui chamados de públicos, construídos pela URBEL, são ocupados por grupos com renda de até 2 salários mínimos (CH 1,5,6,7). Em dois deles, esses dados são mais precisos, já que os conjuntos correspondem exatamente aos setores censitários do IBGE. Em outros dois casos (CH 6,7) os setores censitários incluíram parte dos bairros em volta do conjunto, fazendo com que a caracterização de renda de seus moradores ficasse diluída dentro de um grupo maior. O resultado foi que, nesses dois casos, a faixa de renda aparece incluindo também contingentes familiares significativos na faixa entre 2 e 4 salários mínimos. Os grupos que predominam largamente nos conjuntos habitacionais públicos estudados pertencem, na classificação socioeconômica mais corrente, às classes D e E, ou seja, podem ser considerados, em termos menos técnicos, como os grupos sociais urbanos mais pobres. Os conjuntos privados estudados, por sua vez, correspondem exatamente aos conjuntos populares (CH 2,3,4,8,9). Neles concentram-se grupos familiares de renda mensal nas faixas C e D, o que corresponderia às classes média e média baixa, embora também essa terminologia seja questionável. Em vez de proclamar aqui os conjuntos habitacionais periféricos como a moradia da classe E ou D, uma outra denominação para esses grupos familiares será proposta tentando evitar uma caracterização baseada somente na renda.

Os conjuntos habitacionais nas bordas urbanas não são moradias dos mais idosos. Em todos os nove casos a divisão percentual interna do conjunto correspondente às pessoas com mais de 65 anos era menor do que as médias municipal e nacional para essa mesma faixa etária, indicando que no conjunto havia menos idosos, em termos percentuais, do que no restante da cidade. A aparência envelhecida dos conjuntos habitacionais populares pode até sugerir, à primeira vista, que estão ali há muito tempo e que, por isso, seriam predominantemente habitados por pessoas mais velhas[3]. No entanto, como a pesquisa apontou, os idosos não tem nos conjuntos envelhecidos das bordas da cidade, uma opção de moradia que os atraia. Alguns aspectos apontados pelas entrevistas com os moradores podem ajudar a explicar essa situação. A falta de uma estrutura consolidada de comércio e serviços no entorno imediato dos conjuntos parece ser um fator para expulsar os mais idosos, considerando suas limitações de mobilidade. Vários relatos de moradores mostram que isso foi motivo para que muitos idosos deixassem ou queiram deixar os conjuntos. (CH 3,4,5,7). Não por acaso, nos conjuntos em que os idosos mostraram-se menos

[2] Cf. Kapp, 2010; ver capítulo 1.

[3] A aparência envelhecida dos conjuntos é resultado da combinação de dois fatores: a adoção pelos incorporadores/construtores de soluções construtivas mais baratas para as fachadas e superfícies externas dos prédios, mas que exigem manutenção constante já que se desgastam mais rapidamente (a pintura é o exemplo mais comum); a incapacidade das pessoas que moram nos conjuntos em arcar com os custos de manutenção constante de fachadas e a incapacidade técnica de se realizar esse tipo de manutenção individualmente, no caso de edifícios de múltiplos andares. A confluência desses dois fatores, presente em todos os casos estudados e em muitos outros conjuntos habitacionais periféricos, contribui para a criação de prédios que parecem muito mais velhos do que realmente são, já que estão quase sempre descascados, manchados, infiltrados.

dispostos a se mudar, havia uma estrutura melhor de comércio e serviços mais próxima (CH 2,6,9). A violência urbana que tomou conta de alguns conjuntos parece também contribuir para afugentar os mais idosos. Em algumas das conversas com os moradores essa situação, principalmente caracterizada pela territorialização do tráfico de drogas, pareceu estar por trás do desejo dos moradores mais velhos não só de deixar os conjuntos, mas também de voltar para as cidades do interior de onde vieram. Muitos idosos gostariam também, nos conjuntos da URBEL, de voltar para as áreas 'de risco' de onde foram removidos, paradoxalmente consideradas por eles como mais seguras (CH 5,7). Em todos os casos onde há menos idosos, há, em contrapartida, mais crianças e jovens do que as médias do município e do país, contrariando a tendência demográfica dos últimos anos de diminuição das taxas de natalidade. Essa situação caracteriza os quatro conjuntos públicos e o conjunto privado com menor renda (CH 2), isto é, há uma correlação negativa entre natalidade e renda.

Interessante também foi a constatação de que dois dos conjuntos populares, privados, têm populações de adultos acima das médias do município e do país e populações de crianças e idosos abaixo das mesmas médias (CH 3,4). Não por acaso, foram os conjuntos em que, durante as visitas de campo, todas realizadas em dias de semana e durante o dia, havia pouco ou nenhum movimento nas áreas coletivas. Esses conjuntos pareciam sempre muito vazios e só foi observado maior movimento nas ruas nos finais de semana. Em um deles só foi possível encontrar com as lideranças à noite, após o horário comercial de trabalho. A indicação de que há poucas crianças e idosos e muitos adultos sugere que esses conjuntos tenham se configurado como moradias jovens solteiros vivendo sozinhos ou em grupos, casais jovens sem filhos ou casais de meia idade com filhos que já saíram de casa. Os moradores entrevistados nesses dois conjuntos se encaixam em um desses grupos. Esses conjuntos, mais do que os outros parecem materializar a ideia de um conjunto-dormitório, espacializando o movimento pendular diário e demonstrando sua constituição como espaço de reprodução da força de trabalho.

Os dados indicam também que a segregação socioespacial consentida, representada pelos grandes conjuntos habitacionais das bordas das cidades, inclui um segregação étnica, o que era esperado, considerando que estruturalmente os déficits sociais atingem muito mais os negros e pardos no Brasil urbano. Nesse sentido, não é surpresa a constatação, pelos dados estatísticos do IBGE, de que sete dos nove conjuntos estudados têm populações de negros e pardos acima das médias do município e do país e populações brancas abaixo das mesmas médias. No caso de dois conjuntos cujos moradores têm renda em faixas médias (CH 3,8), a divisão étnica interna do conjunto em termos percentuais não difere significativamente da mesma divisão no município e no país. Esses dados confirmam a pior condição social de negros e pardos e mostram que os conjuntos de interesse social destinam-se muito mais a eles do que aos brancos.

Por fim, é importante discutir também como os dados do IBGE mostram a forma pela qual as famílias ocupam os seus domicílios nos conjuntos habitacionais periféricos. Nos dois conjuntos com a situação

socioambiental mais precária (CH 1,5) prevalecem as moradias cedidas. Nas visitas de campo e nas entrevistas com os moradores desses conjuntos, de fato foram mencionadas famílias que moram em unidades emprestadas por parentes e outras que pagam um aluguel informal. Esses arranjos compõem uma situação típica nesses conjuntos, que pode ser descrita como um acordo informal, oneroso ou não, em que o uso consentido de uma propriedade alheia passa ao largo da lei do inquilinato. Sobre isso, é curioso perceber que em nenhum dos nove conjuntos estudados há um número significativo de moradias formalmente alugadas. Quando não prevalecem as moradias cedidas, como descritas, prevalecem as moradias próprias. Em seis conjuntos há um percentual maior de moradias próprias do que as médias do município e do país, sejam conjuntos novos ou antigos, sejam públicos ou privados. No caso dos conjuntos públicos, isso se explica porque os beneficiários dos programas habitacionais não podem transferir suas moradias a não ser informalmente. No caso dos conjuntos privados, porque os moradores se comprometem com um financiamento cujas prestações terão que arcar até o fim da vida. Além disso, eles têm dificuldades em negociar as unidades porque muitas vezes já investiram valores significativos no imóvel e dificilmente conseguem um preço justo por ele em função da sua localização.

As informações estatísticas sobre essas populações abordadas até aqui ajudam a entender melhor quem são os moradores dos conjuntos habitacionais nas bordas da cidade, porém não revelam muito a respeito de como essas pessoas estão inseridas no sistema produtivo metropolitano. As visitas de campo e as conversas com as lideranças apontam para a atividade formal assalariada na indústria como uma das principais ocupações dos moradores dos conjuntos, sobretudo naqueles localizados na regional Barreiro. A elaboração de um mapa em que os grandes conjuntos habitacionais periféricos da RMBH (mapeados no início da pesquisa empírica e apresentados anteriormente) foram sobrepostos aos distritos e áreas industriais identificados pelo PDDI esclareceu essa relação.

De fato, a concentração de grandes conjuntos habitacionais no vetor sul do município de Belo Horizonte, na região do Barreiro, parece ter ligação direta com a maior e mais consolidada concentração de áreas industriais da região metropolitana, uma mancha que tem como centro a região conhecida como “cidade industrial” em Contagem, no limite com Belo Horizonte. Essa ligação entre os conjuntos e a indústria parece ser reforçada na medida em que se considera que boa parte desses conjuntos habitacionais na região do Barreiro tem mais de três décadas e, portanto, estavam presentes no período de expansão urbana e industrial no vetor oeste da RMBH nos anos de 1970. Em menor escala do que na “cidade industrial” também podem ser vistas áreas que concentram a um só tempo atividades industriais e grandes conjuntos habitacionais na porção norte da mancha urbana principal da RMBH, nas divisas de Belo Horizonte com Ribeirão das Neves, Vespasiano e Santa Luzia. Nesses casos, tanto as áreas industriais são em sua maioria mais recentes do que as áreas industriais de Contagem e Betim, como também os conjuntos habitacionais foram erguidos em tempo mais recentes. Está em curso uma expansão imobiliária de conjuntos populares no vetor norte, principalmente nesses três municípios, que foi acelerada após os grandes investimentos públicos realizados naquela região no último decênio.

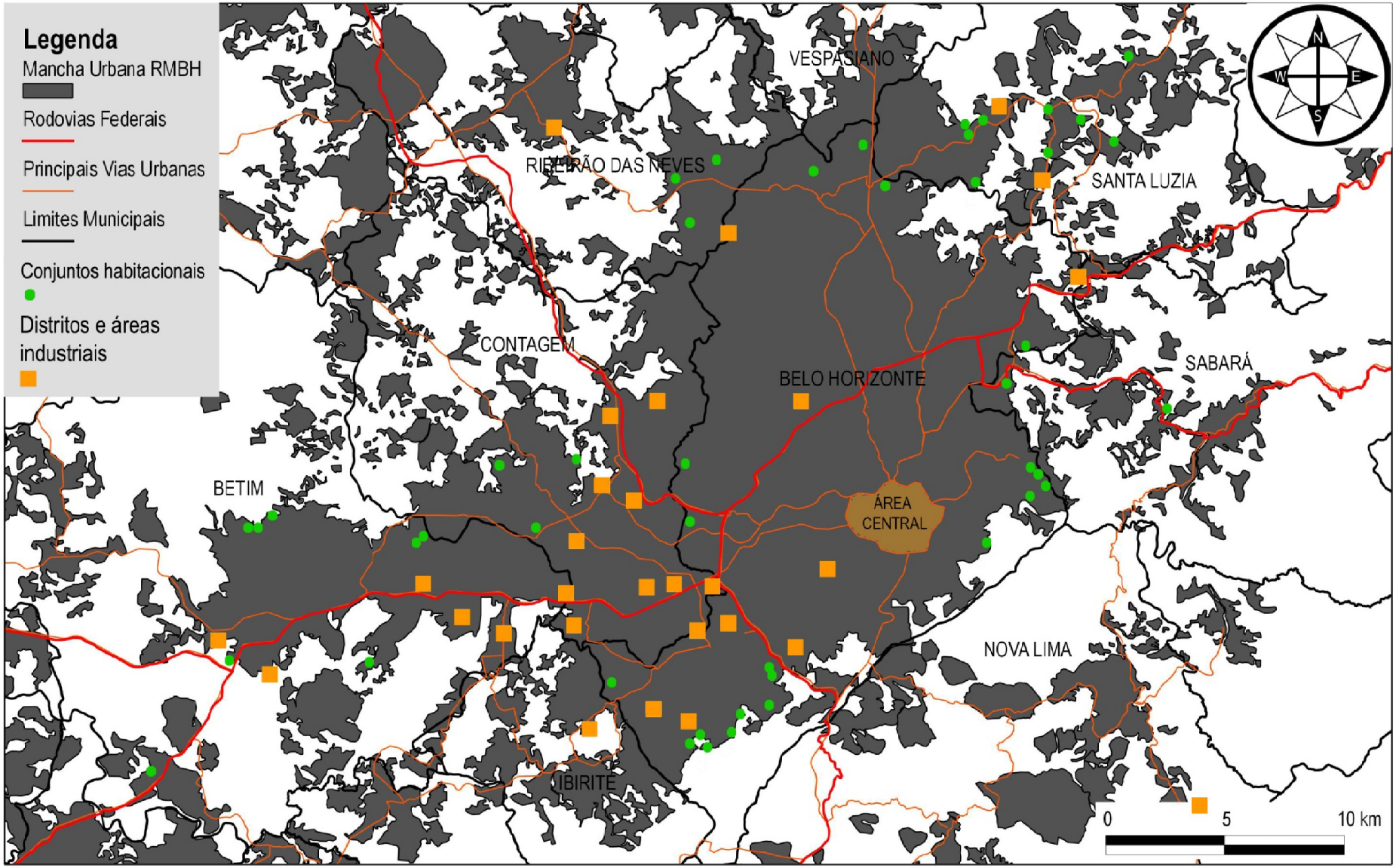


FIGURA 693 – Mapa com a relação entre os conjuntos habitacionais nas bordas das RMBH e os distritos e áreas industriais. Fonte: Pesquisa empírica/Base de dados do PDDI, manipulado pelo autor.

Os conjuntos habitacionais são moradias produzidas em série, em escala industrial e nasceram junto com a indústria, como produto desse sistema e, ao mesmo tempo, como local de reprodução da força de trabalho que o mantém. Engels (2010), na sua incursão pela Inglaterra, já notou que não eram os trabalhadores das indústrias que construíam suas moradias. Sem tempo para fazê-lo, em função das longas jornadas de trabalho nas fábricas, não tinham outra opção a não ser morar em habitações produzidas por empreiteiros. Ele assinalou na ocasião: "Mais recentemente, adotou-se um outro sistema de construção, agora usado comumente. As casas não se constroem mais de forma isolada, mas às dúzias ou mesmo às grosas, por um único empreiteiro que se encarrega de uma ou duas ruas" (Engels, 2010, 98). A primeira consequência da introdução do sistema de produção em massa das habitações é a perda de qualidade, algo que o próprio Engels (2010) percebeu, comentando que algumas casas construídas por esses empreiteiros já estavam em ruínas com poucos anos de idade. Os conjuntos habitacionais construídos na RMBH entre os anos de 1970 e início dos anos de 1980 têm, de fato, alguma relação com a indústria, naquele momento uma atividade econômica muito mais importante do que é hoje, abrigando boa parte de seus trabalhadores.

Entretanto, se a atividade industrial contribuiu decisivamente na distribuição espacial dos conjuntos habitacionais periféricos da RMBH no passado, hoje isso já não acontece com a mesma intensidade. Nas últimas décadas essa atividade perdeu a força que tinha para o setor terciário e hoje absorve menos de 5% da população empregada formalmente na capital[4] e representa 16% do seu PIB (contra 83% do setor terciário)[5]. Contagem, que já foi chamada de "coração da indústria mineira" seguiu a mesma tendência da capital e hoje tem no setor terciário sua principal atividade econômica, correspondente a 67% do seu PIB, contra 32% da indústria[6]. Betim ainda tem na indústria a principal atividade econômica porque nesse município a atividade está concentrada na montadora de veículos Fiat e na Refinaria Gabriel Passos, da Petrobras.

O rearranjo produtivo mundial que tem início nos anos 1970 e ganha força nos anos 1980, e que Harvey (1993) chamou de transição do fordismo para a *acumulação flexível*, influenciou diretamente a distribuição locacional das moradias populares produzidas em larga escala nas grandes cidades do Brasil. Na RMBH eles passaram a ser construídos em áreas sem nenhuma relação com as áreas industriais, como pode ser visto no mapa anterior, principalmente na franja leste da capital na divisa com Sabará. Grande parte desses conjuntos foi produzida pela PBH ao longo dos últimos vinte anos e sua localização parece ter sido definida apenas pela disponibilidade de grandes terrenos e pelo baixo preço da terra. Também na franja nordeste, já no município de Santa Luzia, surgiram vários conjuntos populares nos últimos anos sem uma relação direta com a atividade industrial. A conjunção de grandes

[4] Dados do Ministério do Trabalho e do Emprego/RAIS.
[5] Dados do IBGE.
[6] Somente na última década, o setor de serviços cresceu de 59% para 67% enquanto o setor industrial caiu de 41% para 33%, segundo dados da Prefeitura de Contagem. (CONTAGEM, 2014).

terrenos a baixo preço parece ter sido decisiva também nesse caso. Assim, os novos conjuntos habitacionais parecem abrigar cada vez menos trabalhadores do setor industrial e cada vez mais trabalhadores do setor de comércio e serviços, e sua localização não parece mais seguir as fontes de emprego.

O entendimento acerca dos grupos sociais que habitam os grandes conjuntos tomando como base a renda familiar média, entre outros indicadores, não pretendeu definir suas classes sociais pela renda. A noção de classe social definida por renda, como defende o pensamento liberal (ou neoliberal), não é capaz de compreender os grupos sociais de forma abrangente. Por outro lado, é inegável a importância da renda familiar média para o estudo do perfil de certos grupos sociais, como no caso dos moradores dos conjuntos. As classes sociais tampouco podem ser definidas apenas pelo lugar que determinados grupos ocupam na produção, como quer o pensamento marxista ortodoxo. Mapear as relações entre os habitantes dos conjuntos e o setor da indústria ou do comércio e dos serviços não explica, isoladamente, quem são essas pessoas. Mas, de novo, é inegável que esse dado também contribui para a construção de um perfil mais complexo de determinados grupos. A principal questão sobre os moradores dos conjuntos, que não é revelada por nenhuma dessas duas abordagens, é a "gênese sociocultural" desses grupos, ideia defendida por Souza (2012, 22). Para ele:

> O economicismo liberal, assim como o marxismo tradicional, percebe a realidade das classes sociais apenas 'economicamente', no primeiro caso como produto da 'renda' diferencial dos indivíduos, e, no segundo caso, como 'lugar na produção'. Isso equivale a esconder todos os fatores e precondições sociais, emocionais, morais e culturais que constituem a renda diferencial, confundindo, ao fim e ao cabo, causa e efeito. Esconder os fatores não econômicos da desigualdade é, de fato, tornar invisível as duas questões que permitem efetivamente 'compreender' o fenômeno da desigualdade social: a sua gênese e a sua reprodução no tempo. (Souza, 2012, 22).

A ideia que se levanta aqui, em relação à caracterização social dos moradores dos conjuntos habitacionais nas bordas urbanas é a de que, além dos dados estatísticos do seu perfil socioeconômico e da tentativa de entender sua inserção no sistema produtivo, é preciso buscar as origens culturais desses grupos sociais para entende-los com maior profundidade. Para isso, dois conceitos recentes da sociologia brasileira, criados por Jessé Souza para caracterizar grupos sociais menos favorecidos que se formaram no país nos últimos anos, são trazidos como suporte: o conceito da *ralé estrutural* (Souza, 2009) e o conceito de *batalhadores brasileiros* (Souza, 2012).

A *ralé estrutural* é um grupo social brasileiro, essencialmente urbano, onde estão as famílias mais desfavorecidas socialmente. Souza (2009, 21) define a *ralé* como uma "classe inteira de indivíduos não só sem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação. [...]

uma classe de indivíduos 'precarizados' que se reproduz há gerações enquanto tal." A falta dessas precondições sociais, morais e culturais interdita aos indivíduos pertencentes a essa classe social o acesso a oportunidades de educação e emprego. A *ralé estrutural* foi assim denominada por Jessé Souza exatamente por essas duas condições que lhe são essenciais: a de ser a classe social mais desfavorecida no conjunto da sociedade, a *ralé*; e de estar condenada a essa posição para garantir o funcionamento dessa sociedade em termos *estruturais*. Essa classe social é vítima daquilo que o autor chama de *violência simbólica.* A humilhação cotidiana a que está sujeita é naturalizada como algo que "vem de muito tempo" e por isso não pode ser mudada facilmente (Souza, 2009, 15). Essa *violência simbólica*, portanto, legitima e reforça as enormes desigualdades sociais, garantindo que a *ralé* permaneça *ralé*, substituindo a tarefa que já coube ao chicote e ao cassetete, a violência física, por uma forma moderna e invisível de segregação que se situa essencialmente na dimensão cultural.

Para o mesmo autor, os *batalhadores* constituem uma classe social próxima da ralé, que erroneamente vem sendo chamada de "nova classe média" e que está diretamente relacionada aos rearranjos produtivos do capitalismo mundial antes mencionados:

> (...) uma classe social nova e moderna, produto das transformações recentes do capitalismo mundial, que se situa entre a *ralé* e as classes média e alta. Ela é uma classe incluída no sistema econômico, como produtora de bens e serviços valorizados, ou como consumidora crescente de bens duráveis e serviços que antes eram privilégio das classes média e alta (Souza, 2012, 26).

A constituição da classe dos *batalhadores* está diretamente ligada ao fato de que, no sistema de produção em massa, é preciso alimentar o consumo de massa. O capitalismo *flexível,* cada vez mais produtivo, depende cada vez mais do consumo de massa[7]. A esse consumo de massa da classe trabalhadora assalariada passou a se associar toda uma nova psicologia social que orienta os mercados nos mais variados setores produtivos há décadas. Mas quem são exatamente os *batalhadores*? Para Souza (2012, 47) trata-se de uma classe acima da *ralé*, uma *elite da ralé* capaz de ascensão social "desde que existam oportunidades de qualificação e de inserção produtiva no mercado competitivo", mas ao mesmo tempo uma classe "quase tão esquecida e estigmatizada quanto a própria *ralé*." O autor considera que, apesar da ascensão social e da melhoria de renda logrados pelos indivíduos dessa classe social, assim como acontece com a *ralé*, a inexistência de precondições sociais, morais e culturais para a apreensão de capitais imateriais os separa radicalmente, no âmbito da distinção social e cultural, na esfera do "preconceito de classes", dos grupos que compõem a classe média tradicional. Por isso, não é possível chamar esses grupos de *nova classe média* como querem os setores liberais brasileiros (Souza, 2012). O nome que o autor sugere para esse grupo, *batalhadores*, justifica-se pelo fato de que sua recente ascensão social não se deve a nenhum acesso privilegiado ao capital cultural que assegura boa

[7] O problema do consumo sempre foi determinante para o capitalismo. O consumo de massa começa já no século XIX.

formação e bons empregos, como acontece com a classe média propriamente dita, mas sim ao seu esforço individual:

> [...] à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo o que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho. (Souza, 2012, 50).

Mesmo sem detalhar as subclassificações que Jessé Souza faz a partir de pesquisas empíricas dos dois grupos, seus conceitos permitem compreender melhor o perfil dos moradores dos conjuntos habitacionais das periferias urbanas. As entrevistas com os moradores foram fundamentais para validar essa relação. Conversando com os eles, muitas vezes dentro das suas moradias e em meio aos seus afazeres domésticos, foi possível tomar contato com sua realidade cotidiana, seu contexto cultural e simbólico, suas diferentes composições familiares – dos arranjos mais complexos aos indivíduos que moram sozinhos e, na maioria das vezes, são idosos –, sua visão acerca da educação escolar e seu esforço para que crianças e jovens tenham um nível de escolaridade superior ao da geração de seus pais e avós. As conversas com os moradores indicaram também um leque amplo de ocupações, dos trabalhos assalariados na construção civil, na indústria e no setor de comércio e serviços aos trabalhos informais como empregados domésticos, tomadores de conta de crianças e idosos, dos pequenos comerciantes locais a pequenos microprodutores locais, em ambos os casos, "os falsos patrões de si mesmos" como assinala Souza (2012, 57).

De forma geral, os nove conjuntos pesquisados são habitados por grupos sociais que podem ser caracterizados como *batalhadores* e *ralé*. Os conjuntos de interesse social abrigam principalmente, mas não somente, a *ralé estrutural* que, por sua condição extremamente precarizada, não teria outra forma de acesso a uma moradia formalmente produzida. No entanto, mesmo os conjuntos de interesse social pesquisados abrigam famílias de gênese sociocultural e formas de reprodução social muito distintas (Como já dito, a Urbel reúne ali famílias participantes do OPH, famílias provenientes de remoções e famílias de moradores de rua.) Principalmente nos núcleos familiares com três gerações morando juntas, são notáveis as características fundamentais da *ralé*. E os conjuntos muitas vezes parecem desempenhar parte importante da *violência simbólica* a que estão sujeitas, algo que será discutido ainda neste capítulo.

Mas os conjuntos de interesse social também abrigam famílias que pertenceriam muito mais ao grupo descrito antes como os *batalhadores*. Em muitos casos, a diferença básica entre os grupos da *ralé* e dos *batalhadores* está no *capital familiar*, componente essencial dessa diferença segundo o próprio Jessé Souza (Souza, 2012, 50). No conjuntos pesquisados, as diferenças de estruturação dos núcleos familiares é quase sempre correlata às diferentes formas com as quais os indivíduos se relacionam com o trabalho: mais relaxados e mais ligados aos trabalhos informais nos núcleos monoparentais em que muitas vezes havia problemas de violência relacionada aos membros mais jovens; e mais focados e

ligados aos trabalhos formais nos núcleos estruturados de forma tradicional e muitas vezes pertencentes a algum tipo de religião evangélica neopentecostal.

Já os conjuntos populares das bordas da cidade são essencialmente habitados por *batalhadores*, o que é simples de entender considerando que essa moradia foi comprada e é, ela própria, mercadoria de consumo de massa tornada acessível ao trabalhador assalariado, que passou recentemente (em termos geracionais) a ter acesso ao financiamento para realizar essa aquisição. Percebeu-se em muitos casos que esses grupos não têm os preconceitos da classe média que os impeçam de morar no fim da cidade. Seus sonhos em relação à moradia dizem respeito mais ao espaço interno da unidade do que à sua localização na cidade.

6.3 – ESTRUTURAS INTRAURBANAS PERIFÉRICAS

A condição de insuficiência das bordas das grandes cidades onde os conjuntos habitacionais são construídos é retomada aqui, com o objetivo de analisar com maior precisão os problemas gerados para os moradores por essa condição. Interessa, portanto, analisar as incompletudes do *espaço intraurbano* dos conjuntos habitacionais periféricos, ao mesmo tempo em que algumas estruturas sociais construídas em torno desses assentamentos são consideradas para a compreensão da respectiva *estrutura intraurbana*. Serão discutidas primeiramente a infraestrutura urbana e as redes de comércio, serviços, atividades sociais e de lazer. O objetivo é o de, como já discutido, separar as incompletudes quantitativas das qualitativas e, posteriormente, projetá-las na vida cotidiana dos moradores dos conjuntos.

QUADRO 31 – Comparação da infraestrutura urbana nos conjuntos

	INFRAESTRUTURA URBANA INSTALADA									
	Rede de Água	Rede de Esgoto	Rede de Drenag.	Rede de Energia	Rede de Tel/Intern	Ilumin. Pública	Vias carroçáv.	Calçadas	Arbor. Urbana	Mob. Urbanos
CH1										
CH2										
CH3										
CH4										
CH5										
CH6										
CH7										
CH8										
CH9										

Não possui
Possui parcialmente
Possui

A pesquisa empírica confirmou uma ideia que já havia sido levantada na discussão teórica: a condição da infraestrutura urbana dos conjuntos habitacionais periféricos não é, em geral, precária. Não é possível

colocar os problemas relacionados à infraestrutura urbana, nesses casos no mesmo patamar dos problemas encontradas em assentamentos autoconstruídos e loteamentos irregulares. O quadro acima permite visualizar de uma só vez o resultado do estudo dos nove conjuntos na RMBH em relação à infraestrutura urbana instalada. Todos os componentes básicos de urbanização foram encontrados ainda que, em poucos casos, parcialmente.

A condição de "parcialmente" instalados encontrada na infraestrutura urbana básica de alguns conjuntos, pode ser justificada. No caso das redes de esgoto e drenagem urbana, sua ausência em algumas das vias urbanas não significa a "falta" de esgotamento sanitário ou de drenagem pluvial em partes do conjunto habitacional, mas uma opção técnica dos projetos tirando proveito da declividade do sítio para reduzir os custos da implantação do conjunto nas partes mais altas. Soma-se a isso o fato de os conjuntos pesquisados estarem quase sempre no "fim da linha" das redes, o que significa que essas duas redes em muitos casos não recebem contribuições antes de passar pelos conjuntos. Com isso, alguns trechos das vias perimetrais acabam não tendo algumas das redes porque não há o que coletar naquele trecho. O mais importante é que, de forma geral, não há deficiências significativas na infraestrutura urbana dos conjuntos, o que era de se esperar já que foram construídos formalmente com todo o suporte técnico disponível.

QUADRO 32 – Comparação da qualidade da infraestrutura urbana nos conjuntos

	QUALIDADE DA INFRAESTRUTURA URBANA									
	Rede de Água	Rede de Esgoto	Rede de Drenag.	Rede de Energia	Rede de Tel/Intern	Ilumin. Pública	Vias carroçáv.	Calçadas	Arboriz. Urbana	Mob. Urbanos
CH1										
CH2										
CH3										
CH4										
CH5										
CH6										
CH7										
CH8										
CH9										

Ruim
Intermediária
Boa

Os problemas começam a surgir quando se passa à avaliação das condições dessa infraestrutura. Alguns dos problemas ligados às redes de serviços são de ordem técnica e decorrem diretamente da condição física de "fim de linha" de algumas dessas redes (especialmente o abastecimento de água). A maioria dos problemas com relação à qualidade desses serviços, no entanto, está no âmbito da gestão das empresas concessionárias responsáveis por essas redes. No fim da cidade, o atendimento não é o mesmo das

áreas centrais. Os serviços de manutenção demoram mais a chegar às bordas da cidade, como relatam os moradores, o que os deixa às vezes sem esses serviços por um ou dois dias. Há também problemas cuja origem está no fato de essas áreas estarem próximas de limites administrativos municipais, o que cria conflitos de atendimento e manutenção, às vezes dentro de um mesmo conjunto[8]. Estranha, entretanto, o fato de esses conflitos nos limites entre municípios acontecerem também com serviços prestados por concessionárias estaduais.

Todavia, os problemas mais evidentes relacionados à condição geral da urbanização dos conjuntos não estão nas redes de infraestruturas. Todos os componentes urbanos dos conjuntos cuja manutenção é deixada a cargo dos moradores invariavelmente se deterioram, o que acaba contribuindo decisivamente para a precarização ambiental das áreas abertas de uso comum. Incluem-se entre esses componentes a pavimentação das calçadas, a arborização (e a vegetação em geral) e o mobiliário urbano (bancos, lixeiras, equipamentos de lazer, brinquedos etc.). Essa situação é verificada ao longo das vias, mas aparece de forma mais clara nos espaços livres de uso público, como praças, áreas de lazer e canteiros. É claro que qualquer espaço desse tipo está sujeito à deterioração física pelo uso, pela ação das intempéries e pela radiação solar. Não se discute, portanto, o fato de trechos da pavimentação de uma calçada começarem gradativamente a se soltar ou de alguns equipamentos de ginástica enferrujarem e pararem de funcionar. Porém, se até mesmo em condomínios de alta renda há degradação de áreas de uso comum por problemas de gestão, em conjuntos habitacionais voltados para as pessoas mais pobres esse tipo de precarização ambiental é quase inexorável. Os moradores desses conjuntos não têm condições de arcar com o custo de manutenção dessas áreas, especialmente nos caso dos conjuntos de interesse social, como parece crer a administração municipal ao argumentar que os espaços de uso comum desses conjuntos seriam “áreas particulares” para esquivar-se de qualquer tipo de auxílio na sua manutenção. Mas também no caso dos conjuntos populares esses problemas se manifestam. Em todos há diferenças muito expressivas na condição dos espaços urbanos em diferentes pontos dentro do mesmo conjunto. Como em todos eles a gestão condominial é separada por blocos, e como os blocos acabam desenvolvendo sua própria organização interna para lidar com os problemas condominiais, algumas áreas urbanas contíguas a alguns blocos são mais bem conservadas do que outras. Em alguns conjuntos cada trecho da calçada tem um tipo de pavimentação diferente que parece refletir a condição da gestão condominial de cada bloco. A pesquisa empírica mostrou que, tanto nos conjuntos de interesse social como nos populares, a questão estrutural e necessária para a construção de precariedades ambientais nas áreas urbanas dos conjuntos é a condição de renda dos moradores.

Além da questão da renda, que é preponderante, há também razões socioculturais que contribuem para a degradação ambiental dos conjuntos. Como discutido anteriormente, mais do que a renda familiar média, o que define uma classe social são sua gênese sociocultural e sua forma de reprodução. Ao se recriar

[8] Como acontece com o conjunto Águas Claras em relação ao abastecimento de água.

uma estrutura física de classe média, o que significa dizer áreas de uso comuns abertas com jardins e equipamentos de lazer e ginástica, *playgrounds* e bancos, num assentamento habitacional que abriga pessoas que carregam outros valores culturais e simbólicos, está sendo assumida a ideia de que essas áreas em pouco tempo ao invés de cumprirem o papel de áreas coletivas irão se tornar áreas que não pertencem a ninguém. A incapacidade dos moradores para gerir esses espaços se insere também numa questão mais ampla, que é o fato de que eles fazem parte de uma lógica socioespacial desconhecida para a maioria deles. É importante frisar que os moradores dos conjuntos não deixam as áreas "urbanas" do conjunto se degradarem fisicamente por não desenvolverem algum tipo de afeição ou apreço por esses espaços. A pesquisa empírica mostrou – e esse é o lado paradoxal e perverso – que os moradores, principalmente a *ralé*, assistem a esse processo de degradação ambiental do conjunto lamentando profundamente cada detalhe que compõe essa precarização gradativa, mas ao mesmo tempo mostrando-se incapazes de fazer qualquer coisa para reverter esse quadro. Num primeiro momento as áreas urbanas dos conjuntos cumprem uma função de embelezamento paisagístico garantindo que aquele território onde as pessoas vão morar contém todos os elementos simbólicos da cidade formal de classe média: os prédios pintados, a rua bem asfaltada, a praça ajardinada com bancos e *playground*. Mas depois de algum tempo, materializam o fracasso da tentativa de reprodução desse modelo no fim da cidade.

O *espaço intraurbano* dos grandes conjuntos habitacionais periféricos revela sua incompletude também pela forma esparsa como as redes de serviços, comércio e facilidades se estruturam à sua volta. Redes desse tipo têm dinâmicas reguladas pela demanda. Áreas urbanas que passam por processos de adensamento criam demandas que justificam, pela lógica política e de planejamento urbano ou pela lógica do mercado, respectivamente, a criação de equipamentos públicos comunitários como escolas ou centros de saúde e também todo o tipo de comércio nas mais variadas escalas. No caso das redes de comércio, o aumento, a diminuição e também a consolidação dependem diretamente das características e das dinâmicas dessa demanda, não só em termos quantitativos (o número de pessoas), como também qualitativos (a renda dessas pessoas). A baixa densidade populacional ou a baixa renda nas bordas já bastaria para explicar por que redes de comércio e serviços são mais inconsistentes nessas áreas urbanas periféricas. Mas nem sempre essa explicação basta.

A pesquisa empírica encontrou situações muito distintas. O quadro abaixo ilustra essa heterogeneidade. A separação entre *distante do conjunto* e *próximo do conjunto* feita aqui foi definida para distâncias, respectivamente maiores ou menores do que um quilômetro. Alguns urbanistas defendem a distância entre 800 e 1200m como o limite para a configuração da chamada unidade de vizinhança (*neighbourhood unit* ou *unité de voisinage*)[9], distância baseada nos percursos peatonais máximos recomendáveis para uma criança entre 7 e 14 anos se deslocar de casa até a escola. Mais do que o atendimento a esse

[9] Cf. Ferrari (1988,300).

parâmetro de análise, a definição da distância de um quilômetro utilizada aqui se baseou nos relatos dos moradores dos conjuntos, que coincidiram entre si, ao considerar o que ficava a 1,5 ou 2 quilômetros de distância como "longe" e o que ficava a 500 ou 700 metros de distância como "perto".

QUADRO 33 – Comparação da proximidade com a rede de comércio e serviços

	PROXIMIDADE DA REDE DE COMÉRCIO E SERVIÇOS						
	Comércio de Pequeno Porte	Comércio de Médio Porte	Creche/UMEI	Escola	Assistência Social (CRAS)	Centro de Saúde	Templo
CH1		1200m		100m			
CH2		750m			1300m	1200m	
CH3	500m	1800m	400m	1400m	2800m	150m	50m
CH4	350m	2400m	500m	1500m	2400m	700m	100m
CH5	1200m	2200m		1700m	1200m	1900m	900m
CH6	50m	700m	300m	1200m	5900m	1200m	50m
CH7	1200m	1500m	1200m	800m	2200m	1600m	900m
CH8		1050m	1100m	750m	1200m	750m	
CH9					5200m		

Distante do conjunto
Próximo do conjunto
No próprio conjunto

Um dos conjuntos possui uma condição relativamente privilegiada, com uma *estrutura intraurbana* dotada de redes de comércio e serviços consistentes e relativamente consolidadas, a ponto de ter se tornado uma centralidade local dominante em relação aos bairros do entorno (CH9). Outro conjunto tem uma rede muito completa de serviços, mas é muito carente em relação ao comércio, o que se agrava por sua condição de desarticulação urbana e se explica, em parte, por sua condição de renda (CH1). Há ainda o conjunto bem dotado de redes de comércio e serviço porque gerou forte demanda para que elas fossem criadas juntamente com os bairros que cresceram ao seu redor e com os quais essas redes são compartilhadas (CH2). Porém, na maioria dos casos, os serviços e o comércio estão distantes dos conjuntos. Os casos mais extremos são dois conjuntos públicos de interesse social (CH 5,7) distantes de praticamente todo tipo de equipamento público comunitário e até mesmo dos núcleos de comércio de pequeno porte (lanchonetes, bares, salões de beleza etc.). Isso parece ter sido o resultado de uma somatória de fatores: o tamanho da população (entre 1000 e 2000 pessoas); a renda (faixa de renda familiar média de 2 salários mínimos); o desenho urbano (desarticulação).

É importante lembrar que, como já indicado na exposição da pesquisa empírica, a existência de um equipamento público comunitário, independentemente da distância em relação ao conjunto, não é garantia de uma boa qualidade vida urbana porque é preciso levar em consideração também a qualidade do serviço público oferecido. Sobretudo no caso das escolas públicas, os serviços são consistentes em termos numéricos, mas os indicadores de rendimento mostram sua baixa qualidade. Ainda assim é

preciso ressaltar como aspecto positivo um processo de descentralização de serviços públicos prestados pelo município de Belo Horizonte. Vários dos conjuntos têm equipamentos – principalmente UMEI's e CRAS – recentemente construídos ou em construção (CH1,2,4,7,8,9).

Quanto ao comércio, a falta de redes mais consistentes e até mesmo de atividades de menor porte (microlocais) nas proximidades de alguns conjuntos – principalmente dos conjuntos populares – parece ser o sintoma de um fenômeno urbano recente: o acesso cada vez mais amplo ao transporte individual. Considerando que Belo Horizonte foi a capital brasileira que apresentou maior aumento da taxa de motorização entre 2000 e 2010[10] e que parte significativa do aumento da frota de automóveis se concentrou nos grupos com renda entre 4 e 10 salários mínimos, é de se esperar que cada vez menos os moradores dos conjuntos populares (os *batalhadores*) utilizem transporte coletivo ou andem a pé. As entrevistas com os moradores desses conjuntos confirmaram essa hipótese, tanto nos relatos sobre as disputas crescentes pelas áreas de estacionamento, como também pela constatação de que a maioria tem hábitos de consumo diretamente associados à motorização individual. Muitos contaram que preferem fazer compras em hipermercados e comércios atacadistas localizados nos grandes eixos viários da cidade, no percurso entre a casa e o trabalho, trajeto realizado de carro.

As *estruturas intraurbanas* dos conjuntos habitacionais periféricos em sua condição de insuficiência podem ser vistas como cidades incompletas, o que foi levantado antes e agora demonstrado. Mas as deficiências qualitativas da infraestrutura urbana, os espaços urbanos ambientalmente degradados e as redes de comércio e serviço esparsas que caracterizam essas bordas urbanas representam mais do que marcas dessa cidade incompleta. Como lembra Soja (2010), mais do que atributos físicos que podem simplesmente ser mapeados de forma descritiva, é necessário compreender que essas são as *consequências geográficas* da injustiça social a que certos grupos sociais estão sujeitos nas grandes cidades. Esses grupos são empurrados para a cidade incompleta que existe no fim da cidade, único local onde se viabiliza sua reprodução social, pelos ditames do preço da terra e, consequentemente, do preço da moradia. Enquanto isso, áreas mais centrais com *estruturas intraurbanas* mais completas experimentam dinâmicas alimentadas pelo capital imobiliário, mas não somente, que as tornam cada vez mais vazias[11]. A injustiça espacial centro-periferia é reforçada por um processo contraditório em que se constroem moradias sem cidade nas periferias, ao mesmo tempo em que a cidade fica sem moradias, no centro. Cumpre, por fim, concluir que as incompletudes da cidade ao fim da cidade são estruturais, já que são construídas, mantidas e, em certos casos, acentuadas pela lógica da produção capitalista do espaço e não por fatores específicos encontrados em cada um dos conjuntos. Mas são ao mesmo tempo contingentes, já que alguns conjuntos em melhor situação, ainda que em minoria, mostram que, por

[10] Aumento de 55%, segundo o IPEA.
[11] A pesquisa recente desenvolvida para a elaboração do PDDI demonstrou os índices altíssimos de vacância urbana em Belo Horizonte e RMBH. Cf. PDDI (2011, vol 1, 79)

razões específicas em cada um dos casos, a condição de insuficiência das *estruturas intraurbanas* da maioria poderia não existir.

6.4 – O CONJUNTO HABITACIONAL MODERNO

Aqui se tentará analisar as implicações objetivas do caráter anistórico (ou inorgânico) dos grandes conjuntos habitacionais para os seus moradores ou, em outras palavras, se a falta de historicidade dessas estruturas físicas tem relação direta com a falta de laços históricos e sociais dos moradores entre si e com o lugar, situação comum nos conjuntos habitacionais periféricos incluindo os pesquisados. Tal discussão ajuda a entender se essa condição pode ser revertida ou se, ao contrário, tende a se reforçar ao longo do tempo. A reflexão busca também, a partir da empiria, refletir sobre o tipo conjunto habitacional moderno, tornado *consequência geográfica* de parte das injustiças sociais urbanas brasileiras em relação à condição de heteronomia que ele carrega. A questão é tratada investigando se essa estrutura socioespacial favorece, prejudica ou não afeta a construção de processos históricos e sociais para a superação dessas injustiças, num sentido da autonomia ou da luta contra a heteronomia.

O caráter heterônomo do tipo conjunto habitacional moderno se explica, como discutido anteriormente[12], pela forma como essa estrutura urbana exerce sobre seus moradores a um só tempo, poderes explícitos, sujeitando-os a uma lógica socioespacial que foi definida de cima para baixo e de fora para dentro, e também poderes implícitos, manifesto pela sujeição simbólica dos moradores à uma condição de alienação, ou de perda de *consciência urbana*, nos termos *lefebvrianos*. A pesquisa empírica trouxe exemplos concretos dessa modelagem socioespacial heterônoma e anistórica típica dos conjuntos habitacionais modernos e mapeou algumas de suas características essenciais, retomadas em seguida, que criam e mantém essa condição de heteronomia.

A primeira delas é a noção de *zoneamento funcional urbano* pressuposta em qualquer conjunto habitacional moderno. Esse tipo arquitetônico e urbanístico corresponde essencialmente à *zona de morar* da cidade idealizada na Carta de Atenas, que define as funções habitação, trabalho, lazer e circulação, como estruturantes de uma vida urbana para além da "confusão" das cidades espontâneas e não planejadas onde os usos se misturam no espaço. Le Corbusier, que escreveu a Carta a partir das atas do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM) realizado em 1933, foi um dos arquitetos modernistas que mais contribuiu para a divulgação e consolidação desse princípio. Sua concepção sobre o urbanismo moderno reza que:

> O urbanismo é a administração dos lugares e dos locais diversos que devem abrigar o desenvolvimento da vida material, sentimental e espiritual em todas as suas manifestações, individuais e coletivas. [...] Por sua essência ele é de ordem funcional. As três funções fundamentais pela realização das quais o urbanismo deve velar são: 1º. habitar; 2º. trabalhar; 3º.

[12] No capítulo 3, com a ajuda de Souza (2013).

> recrear-se. [...] As três funções fundamentais acima indicadas não são favorecidas pelo estado atual das aglomerações. As relações entre os diversos locais que lhes são destinados devem ser recalculadas de maneira a determinar uma justa proporção entre volumes edificados e espaços livres. O problema da circulação e o da densidade devem ser considerados. (Corbusier, 1993, 99).

A monofuncionalidade dos conjuntos habitacionais modernos é, não somente uma herança, mas a própria materialização dessa vontade de organizar o espaço urbano. Todos os conjuntos habitacionais modernos são, sob os aspectos urbanísticos, descendentes da *Ville Radieuse* e do *Plan Voisin* de Le Corbusier em maior ou menor grau de parentesco. Porém, mais do que a monofuncionalidade urbana em si, no sentido da falta de diversidade de usos em uma enorme porção da cidade, o grande problema aqui é a forma como essa monofuncionalidade se manifesta no conjunto habitacional de grande porte construído num território urbano periférico e rarefeito. Nessas situações, o conjunto acaba sendo uma peça avulsa do quebra-cabeças, uma parte da lógica da cidade moderna sem as outras partes que a completariam dando-lhe algum sentido: a zona de morar construída sem a zona de comércio, a zona de lazer, a zona de trabalhar ou a zona de recrear. Experimentado algumas poucas vezes em circunstâncias reais – Brasília é um desses experimentos –, o urbanismo modernista, ao fim e ao cabo, não conseguiu realizar as utopias humanistas que o sustentavam em termos conceituais. Não contribuiu para criar uma sociedade mais justa, não destinou espaços de moradia com qualidade ambiental para todos, não conseguiu nem mesmo oferecer mobilidade e circulação urbana livre de problemas. Por isso, mas não somente, colecionou críticas vindas de vários lados e direcionadas a diferentes aspectos. As que mais interessam aqui são as críticas contundentes do *zoneamento funcional urbano* pelos problemas que gera na vida cotidiana de seus moradores[13]. Se a cidade funcionalista completa, atendendo a todos os pressupostos conceituais do urbanismo modernista, não obteve êxito, parece desnecessário reunir argumentos para criticar a cidade funcionalista incompleta ou um pedaço de cidade funcionalista moderna solto no limite entre a cidade e o campo, como os conjuntos analisados.

Todos eles têm claramente a marca da monofuncionalidade moderna. Em apenas um caso essa condição foi subvertida, ainda que parcialmente (CH 9). Foram erguidos diversos "puxadinhos" voltados para as vias públicas onde se instalaram pequenos comércios em praticamente todas as quadras, o que gerou maior diversidade de usos no interior desse conjunto. Isso foi especialmente virtuoso na porção norte do conjunto, que fica totalmente isolada dos bairros vizinhos e, portanto, sem a possibilidade de acesso a pequenos núcleos de comércio local vizinhos ao conjunto por imposição do desenho urbano original. Nos demais oito conjuntos, a grande "zona de morar" sem "zona de trabalhar" ou "zona de recrear" fica deserta durante o dia, nos dias de semana. Nesse horário em que a maioria dos adultos está trabalhando e a maioria das crianças e jovens está na escola, não é comum ver pessoas nas ruas a não

[13] Entre os maiores ou pelo menos mais famosos críticos de Brasília estão Marshall Berman, no início dos anos de 1980, e Jan Gehl, nos anos de 1990. Uma crítica profunda e consistente às utopias urbanísticas materializadas em Brasília pode ser encontrada em Holston (1993).

ser nos pontos de ônibus. O baixo percentual de idosos nos conjuntos habitacionais periféricos acentua a impressão de espaços urbanos ermos nos períodos diurnos. A monofuncionalidade dos conjuntos os transforma em mini cidades-dormitório, assentamentos para o pouso noturno. Essa estrutura física dificulta ou interdita a diversidade de uso necessária para gerar encontros, reuniões sociais, convívio coletivo, sem os quais é impossível qualquer construção de autonomia no sentido político. O caráter monofuncional dos conjuntos modernos reforça, mantém, sustenta a heteronomia dos moradores.

A segunda característica dos conjuntos modernos que reforça seu caráter heterônomo está na descontinuidade de desenho urbano em relação à cidade preexistente à sua volta. A desarticulação urbana entre o conjunto habitacional moderno e os sistemas urbanos do entorno são uma forma de desconsideração das preexistências, típica da abordagem da *tabula rasa* do urbanismo modernista. A criação de um novo pedaço de cidade, dentro da cidade, mas desconectado ou apenas precariamente conectado a ela, cria territórios insulares desarticulados espacialmente. Neles se desenvolve um tipo de vida urbana e social, *mutatis mutandis*, desconectada da vida urbana e das práticas sociais da cidade.

Seis dos nove conjuntos analisados têm essa característica de desarticulação urbana. Em apenas três casos isso não acontece (CH 2,6,9), mas por razões diferentes. Um deles surgiu como uma continuação, em termos de desenho urbano, do bairro mais próximo. Outro conjunto, muito pequeno, pôde ser inserido numa estrutura urbana existente. O terceiro tem uma escala tão expressiva que foi capaz de fazer o seu entorno crescer em função dele. Dos seis casos em que essa desarticulação está presente, quatro são extremos (CH 1,5,7,8). Nas entrevistas, os seus moradores constantemente alegavam estar “isolados”, “ilhados”, “esquecidos”. O isolamento e a desarticulação espacial podem estar relacionados a situações encontradas nesses conjuntos como a territorialização do tráfico de drogas, a escassez de moradores idosos e a valorização do transporte individual. A desarticulação funcional urbana de um conjunto habitacional em relação à cidade à sua volta constitui um enorme entrave a qualquer construção de autonomia coletiva para as pessoas que moram nesse lugar, já que restringe significativamente os fluxos urbanos e segrega o conjunto. É mais um aspecto do conjunto moderno a reforçar sua heteronomia.

A terceira característica dos conjuntos modernos em relação à heteronomia está na inexistência de espaços capazes de abrigar ao longo do tempo tudo aquilo que não foi previsto inicialmente pelo projeto, espaços “sem função” ou “desfuncionalizados”. O projeto do conjunto moderno, pelo caráter demiúrgico que lhe é inato, não permite uma solução com lacunas a serem preenchidas pelos usuários ao longo do tempo. Nessa lógica, é preciso resolver tudo de antemão, predeterminando usos, fluxos, setores. Um projeto urbanístico moderno ortodoxo busca sempre resolver por meio de um desenho, todas as demandas funcionais que foram levantadas num dado momento, por alguém, como se as necessidades dos usuários fossem iguais, como se pudessem ser congeladas no tempo e como se quem as levantou pudesse fazê-lo de forma imparcial e não por meio das suas próprias interpretações pessoais do problema. Dificilmente um projeto urbanístico preso a essa lógica (ainda que inconscientemente) deixaria

espaços abertos, “sem-função”. Criar espaços vazios para que coisas possam acontecer livremente no futuro não garante que venham de fato a acontecer. Mas não criar esses espaços vazios impede aconteçam.

Sete dos conjuntos analisados parecem ter sido construídos a partir de processos assim, e não têm qualquer espaço “desfuncionalizado”. Nas duas únicas exceções (CH 2,9), usos coletivos puderam ser criados em espaços que ficaram sem ocupação, não se sabe se por vontade dos projetistas ou por circunstâncias dos empreendimentos. A possibilidade de criação de espaços de uso coletivo depende da disponibilidade de áreas para tanto. Dificilmente num conjunto extramente funcionalizado, onde as UHs e os estacionamentos ocupam cada centímetro quadrado, poderão ser construídos no futuro, pelos próprios moradores, espaços de uso coletivo. Em muitos casos, os projetos tentam prever isso criando de antemão “centros sociais” ou “salões comunitários”. Parece que essa iniciativa corre o risco mencionado antes, já que não é garantia de que os moradores do conjunto criem algum tipo de articulação social porque existem espaços, pensados por alguém de fora, para que isso aconteça. Por outro lado, se os moradores conseguirem se articular para construir de maneira autônoma e auto-organizada um espaço para abrigar suas atividades sociais e coletivas e existirem lugares onde isso possa acontecer, há muito mais chances de que se crie aí uma articulação social consistente. Mais uma vez, é possível perceber a força heterônoma do conjunto habitacional moderno.

Por fim, uma última característica importante está no caráter de integridade dos conjuntos modernos. A integridade, entendida aqui em termos físicos, está ligada diretamente às soluções adotadas para os conjuntos e se materializa tanto pela regularidade e homogeneidade formal dos prédios como também pela concepção estrutural e construtiva dos mesmos. Para Kapp:

> Integridade vem do latim *integer*, que significa completo, inteiro. Íntegra é coisa intacta, não danificada ou corrompida. No âmbito ético, integridade designa a virtude da coerência entre os princípios e valores de uma pessoa e suas ações práticas. No âmbito das obras de arte, especialmente da arte codificada pela sociedade burguesa do século 19, a integridade está relacionada a ambos os aspectos e, ainda, à sua conjunção: integridade material ou sensível, integridade formal ou intelectual e coerência entre uma coisa e outra. A obra íntegra é um objeto do qual ‘nada se pode acrescentar, retirar ou alterar sem torná-lo pior’ (Alberti), um objeto que engendra a ‘manifestação sensível da ideia’ (Hegel) e um objeto em que os chamados *forma* e *conteúdo* se correspondem de alguma maneira. Ele é enfim, um objeto que tem certa logicidade própria, ainda que ela não seja a mesma do mundo empírico exterior à obra (Kapp, 2006, 8).

O problema da integridade nos conjuntos habitacionais modernos se manifesta exatamente pela concepção de que nada pode ser alterado “sem torná-lo pior”, criando uma espécie de rigidez imobilizadora em torno da estrutura física do conjunto. Do ponto de vista formal e volumétrico, significa que o tipo conjunto habitacional moderno não é pensado para sofrer intervenções, alterações, subtrações, acréscimos. Mas também em termos construtivos e estruturais, o conjunto habitacional

materializa o pressuposto de que as pessoas que vão morar ali não devem (ou não podem) fazer qualquer tipo de intervenção física nos espaços individuais e coletivos. Como se as famílias e suas formas de viver tivessem que se adaptar ao espaço e não contrário. O fato de o conjunto moderno conter esses pressupostos teóricos de integridade, que restringem as possibilidades de intervenção nos espaços, não significa que elas não aconteçam. Muitos dos conjuntos analisados apresentam diversos exemplos de subversão dessa lógica. Essas subversões acontecem principalmente na forma da alteração de elementos arquitetônicos do conjunto habitacional (portões, fachadas, janelas, telhados) ou na forma de acréscimos construtivos, os famosos "puxadinhos". Em oito dos nove conjuntos estudados há algum tipo de intervenção que compromete a sua integridade. Em alguns deles, as intervenções representam acréscimos construídos em áreas de uso comum para abrigar usos coletivos, mas na maioria dos casos foram feitos para abrigar usos individuais, sobretudo garagens.

Em face do que foi constatado na pesquisa de campo em relação às intervenções que subvertem a integridade moderna dos conjuntos é necessário fazer duas considerações. A primeira e mais óbvia é a de que as mudanças socioeconômicas dos últimos anos, que deram a uma fatia considerável da população brasileira acesso a novos bens de consumo, criaram uma demanda não considerada nos projetos dos conjuntos habitacionais: seus moradores agora têm carros. Essa é a razão fundamental de alteração dos conjuntos hoje, para adaptá-los a essa nova conquista. A segunda constatação é a de que, diferentemente do que ocorre em conjuntos habitacionais de casas unifamiliares, nos conjuntos multifamiliares (verticais) alguns tem maior facilidade para levar a cabo intervenções físicas, alterações, acréscimos do que outros. Moradores do térreo conseguem fazer intervenções físicas impossíveis ao morador do terceiro andar. Essa constatação leva a uma outra: nos conjuntos horizontais, pela facilidade, compartilhada por todos, de realizar intervenções físicas, a integridade moderna tende a desaparecer completamente e o conjunto tende a se transformar, em termos morfológicos, em um bairro. Em alguns conjuntos habitacionais horizontais visitados em fases iniciais da pesquisa, construídos na região da Pampulha há mais de trinta anos, já não é possível perceber o espaço urbano como conjunto habitacional, uma vez que a diversidade das intervenções, feitas uma a uma, organicamente, destituíram o espaço de qualquer caráter de regularidade e homogeneidade.

É importante ressaltarque as intervenções nos conjuntos constituem uma autonomia espacial que é essencialmente individualista. A criação de "puxadinhos" para abrigar os veículos não pode ser considerada um avanço na construção de autonomia de fato, no sentido coletivo, da autodeterminação e do autogoverno coletivo. Mas ao mesmo tempo os "puxadinhos" são marcas de uma luta, ainda que realizada individualmente ou por grupos familiares isolados e desprovida de qualquer ambição de coletividade, contra uma lógica espacial imposta de cima para baixo e de fora para dentro.

Essa mesma questão precisa ser vista também em relação à ação dos poderes implícitos, situados no campo simbólico e no sentido da alienação (Souza, 2013). A integridade nos conjuntos, bem como a luta

por sua manutenção ou pela sua dissolução, estão diretamente ligadas a lutas silenciosas, lutas de classes que crescem nos conjuntos, como pôde ser visto em todos os exemplos analisados na pesquisa empírica. Nos conjuntos de interesse social, a questão divide os moradores. Há o grupo dos que lutam para manter o conjunto como lhes foi entregue anos atrás pelo poder público e, por isso mesmo, buscam desqualificar de todas as formas qualquer tipo de intervenção espacial individual. Há um outro grupo, dos moradores que fazem as intervenções livremente. O primeiro grupo se constitui de fato como grupo, já que compartilha um posicionamento e tenta se articular coletivamente para evitar as modificações. O segundo grupo, ao contrário, não se constitui como um grupo, já que é apenas a soma de indivíduos e famílias que agem, cada qual, defendendo seus próprios interesses por meio das apropriações. Nos conjuntos da URBEL, o primeiro grupo corresponde em grande parte às famílias provenientes do OPH, associadas, portanto, às lutas sociais por moradia, enquanto o segundo grupo se compõem em boa parte de famílias de moradores de rua e vindas de remoções.

A questão principal dessa disputa parece estar nas diferentes formas como as pessoas se apropriam (ou não) dos significados simbólicos e culturais impostos pelo conjunto habitacional moderno, ou dito de outra forma, como o poder implícito da heteronomia dos conjuntos modernos cria diferentes reações. O problema gerado em torno da integridade nos conjuntos ilustra muito bem uma divisão social interna, uma vez que separa os grupos que querem se apropriar de determinados valores socioculturais trazidos pela estrutura física do conjunto habitacional moderno, até mesmo como uma forma de manifestar sua ascensão social, e os grupos que se recusam a fazê-lo. Pelo que se pôde deduzir nas conversas com os moradores, essa recusa é consciente em muitos casos, já que muitos moradores dos conjuntos foram levados para lá contra a sua vontade, principalmente por causa de remoções realizadas pela URBEL em áreas de risco. Esses moradores manifestaram sempre revolta com sua situação e a intenção de retornar aos lugares de onde foram retirados. Nos casos em que houve essa violência física e simbólica imposta pelo Estado e materializada na vida no conjunto habitacional moderno, a realização de intervenções espaciais parece ser uma forma de violência contrária, uma reação que expressa seu descontentamento. Mas há também muitos casos em que os moradores que realizam as intervenções não as fazem como uma forma consciente de recusa. Tais moradores estão plenamente satisfeitos em morar no conjunto e, ao mesmo, tempo sentem-se completamente à vontade para realizar as mais diversas intervenções e apropriações. Parece que esses grupos sociais ignoram os valores simbólicos representados pelo conjunto moderno, acabam tentando, inconscientemente, adaptar os seus espaços para aproximá-lo do seu modo de vida cotidiano.

Essas divisões em relação às intervenções existem em todos os conjuntos de interesse social que foram pesquisados (CH1,5,6,7). Nas conversas informais com os moradores desses conjuntos surgiram denominações pejorativas que expressam as distinções sociais evidenciadas pela discussão em torno da integridade. Um grupo é conhecido pelos demais como “os metidos” e é composto por aqueles que querem manter o conjunto sem qualquer intervenção para que sua moradia se aproxime de uma moradia

de classe média. Já “os revoltados” são, obviamente, aqueles moradores que intervém no conjunto como forma de reagir à violência que lhes foi imposta. E há o grupo conhecido como “os despreparados”, que inclui moradores que realizam intervenções como forma de tentar inconscientemente dissolver o capital simbólico representado pelo conjunto moderno, completamente estranho para eles. Os “metidos” temem que, com as intervenções, o conjunto se transforme em uma “favela” e, ao contrário, os demais consideram que as pessoas desse grupo às vezes se esquecem que moram num conjunto de “pobres”.

Nos conjuntos populares, a divisão em torno da questão da integridade se processa de outra forma. Ela se manifesta não na discussão sobre intervir ou não intervir na estrutura física do conjunto, mas na discussão sobre os recursos disponíveis para as intervenções e o que isso representa simbolicamente. Na maioria dos conjuntos populares (CH 2,3,8,9) há intervenções de todo o tipo: remodelação das entradas dos prédios, troca de revestimentos das fachadas, construção de garagens nos espaços de uso comum. A questão principal em todos os casos é que, como essas intervenções são feitas bloco a bloco, elas acabam evidenciando a situação financeira dos respectivos moradores. Dessa forma, as diferentes soluções construtivas e padrões de acabamentos criam uma distinção evidente entre blocos dos “mais ricos” e dos “mais pobres”. Os moradores não usam essa denominação. Com certo pudor, eles usam os eufemismos “blocos mais organizados” e “blocos mais avacalhados”.

Todos os aspectos discutidos aqui como característicos dos conjuntos modernos, a sua monofuncionalidade urbana, sua desarticulação funcional com a cidade, a falta de espaços “desfuncionalizados” e a forte noção de integridade estão diretamente ligados ao caráter heterônomo que essas estruturas físicas carregam e contra a qual nem sempre, para os moradores, é possível lutar. Os resultados práticos disso são enormes áreas habitacionais em que os laços de vizinhança inexistem ou são muito tênues, já que essa estrutura física não favorece a sociabilidade. Além disso, há enorme rotatividade nesses conjuntos, tanto nos de interesse social como nos populares, já que as pessoas parecem ter dificuldades em desenvolver laços sociais e afetivos com esses lugares.

O conjunto habitacional moderno construído nas bordas urbanas em toda sua heteronomia e falta de historicidade não é parte de uma ação orquestrada para alienar as pessoas mais pobres. É uma solução que torna viável a reprodução da força de trabalho no modo capitalista nas grandes cidades. E ele não é moderno somente no sentido do *Alto Modernismo* (Harvey, 1993), já que a solução urbanística e construtiva das grandes áreas de habitações produzidas serialmente nas periferias urbanas existe desde o início do século XIX. Suas condições precárias e alienantes já existem desde então. Engels foi um dos primeiros a criticar a violência física e simbólica imposta aos trabalhadores e às suas famílias pela moradia industrializada produzida em grandes bolsões nas periferias. Para ele, as habitações precárias produzidas em larga escala constituíam “o sistema mais nefasto e moralmente degradante de alojar trabalhadores” (Engels, 2010, 101). A habitação produzida em massa para o trabalhador da produção de bens e serviços de consumo de massa é, desde sempre, anistórica e heterônoma. Os problemas

discutidos sobre o modelo do conjunto habitacional moderno em relação à heteronomia são, portanto estruturais e necessários.

6.5 – CAUSALIDADE CUMULATIVA SOCIOAMBIENTAL

Aqui será feita uma análise sobre a relação dialética entre população e ambiente nas situações de precarização socioambiental crescente, em que os moradores dos conjuntos periféricos afetam diretamente o ambiente em que vivem e são diretamente afetados por ele, criando riscos mútuos num ciclo retroalimentado, a *causalidade cumulativa socioambiental*. O objetivo principal é refletir sobre os processos que criam e alimentam esses círculos viciosos de vulnerabilidade socioambiental. O pressuposto básico dessa reflexão é que os mais pobres não são culpados pela degradação ambiental que se constrói à sua volta. A pobreza, condição de falta ou carência de meios para a subsistência, tem relação direta com a degradação qualitativa de um determinado ambiente, mas não é sua causa. Porém, e isso é o mais importante, em situações de escassez de recursos para a subsistência e de deterioração em torno do seu ambiente de moradia, certos grupos tornam-se vítimas simultâneas da pobreza e da degradação ambiental. Essa condição dupla de injustiça será tratada aqui, da mesma forma como em capítulos anteriores, como uma condição de vulnerabilidade socioambiental. Espera-se assim, um encaminhamento para essa discussão que se contraponha à interpretações dos problemas socioambientais que tentam colocar (explícita ou implicitamente) as populações mais pobres como sujeitos conscientes da degradação de seu próprio ambiente, as vítimas como culpados, fazendo disso uma justificativa falaciosa da remoção de populações pobres de áreas tidas por ambientalmente frágeis.

O estudo dos nove conjuntos na RMBH forneceu uma rica base de informações sobre as condições socioambientais desse tipo de assentamento. Foram levantados fatores socioambientais positivos e, principalmente, negativos nos conjuntos e no seu entorno imediato. A discussão vai se estruturar em torno dos maiores problemas socioambientais encontrados, tanto por sua intensidade como por sua frequência. A busca pelos fatores negativos está associada, é claro, à tentativa de compreender o quadro geral de vulnerabilidade socioambiental dos conjuntos. A discussão mais geral que será feita ao final desta seção trará os fatores socioambientais positivos para um balanço.

O primeiro problema socioambiental marcante está relacionado à gestão dos resíduos sólidos. Seis dos nove conjuntos apresentaram problemas evidentes na forma como lidam com o próprio lixo. Os problemas desses seis conjuntos são, contudo, diferentes em sua origem. Em três dos conjuntos da URBEL (CH 1,5,7) o problema é fundamentalmente o acúmulo de lixo doméstico depositado em sacos plásticos, que são abertos e têm seu conteúdo espalhado por calçadas, sarjetas, canteiros e encostas. Em alguns deles, a impressão que se tem é de uma avalanche de lixo que escorreu morro abaixo em algumas encostas em volta dos prédios. Em todos eles o lixo parece se acumular em lugares que não obstruem totalmente a circulação de pessoas e veículos e também em lugares para onde foram carregados pela água da chuva, como as bocas-de-lobo. Em um dos conjuntos (CH 1) houve várias

reclamações dos moradores de que os sacos de lixo são ajuntados em certos locais pela própria companhia pública de limpeza urbana, a SLU, para facilitar a coleta no dia seguinte. Nesse caso, a reclamação dos moradores está no fato de que as "montanhas de sacos de lixo" se acumulam ao lado de pontos de ônibus exatamente nos horários em que eles recebem o maior número de pessoas, no início da manhã quando muitos estão indo para o trabalho, numa situação classificada por eles como "humilhante" e "degradante".

O principal responsável pela situação geral de acúmulo de lixo doméstico nas áreas urbanas dos conjuntos parece ser a falta de um serviço público diário de coleta. Ao contrário das áreas centrais, em todos os nove conjuntos periféricos visitados, a coleta de lixo feita pela administração municipal ocorre três vezes por semana, em dias intercalados (em alguns nas segundas, quartas e sextas, em outros nas terças, quintas e sábados). A situação favorece claramente o acúmulo do lixo doméstico, principalmente no intervalo de dois dias sem coleta. Nas conversas com os moradores sobre esse tema, grupos menores, autointitulados "moradores conscientes", acusaram outros grupos maiores, chamados de "moradores sem consciência", de lançar sacos de lixo em locais inapropriados por não quererem acumular em seus apartamentos o lixo nos dias em que não há coleta. A acusação ajuda a entender como o problema surge, mas não os verdadeiros responsáveis por ele. A administração pública municipal, ao oferecer unidades habitacionais muito pequenas a grupos familiares às vezes muito grandes, não poderia supor que eles acumulassem o lixo doméstico por dois ou mais dias dentro desses apartamentos. Ao mesmo tempo, os prédios não oferecem depósitos de lixo, como acontece em prédios de classe média[14] e como seria ainda mais necessário em regiões onde não há coleta diária. A degradação ambiental assim gerada, não se deve ao "despreparo" dos habitantes para lidar com o lixo, mas a decisões de agentes externos (projetistas e administradores públicos). Ao problema do acúmulo de lixo doméstico nas áreas de uso coletivo de certos conjuntos parecem estar associados também problemas ligados a endemias e zoonoses, num círculo vicioso em que população pobre e ambiente degradado se afetam mutuamente.

Em outros conjuntos o problema relacionado aos resíduos sólidos tem outras características (CH 2,4,7,8,9). Nesses conjuntos, quatro populares e um de interesse social, o problema está em grandes áreas de deposição clandestina de entulhos de construção civil e outros descartes (móveis, colchões velhos e, em um caso específico, até os restos de um automóvel). Nos cinco conjuntos, as áreas onde esse tipo de resíduo de grande porte é depositado se situam em margens de córregos, o que aproxima as cinco situações, independentemente do perfil dos moradores. As margens dos córregos são áreas de preservação permanente (APP) e, dessa forma, não pertencem aos conjuntos, mesmo que não haja nenhuma barreira física entre eles. A deposição clandestina desse tipo de resíduo sólido nas margens dos córregos não é um problema exclusivo nem dos conjuntos habitacionais nem das bordas urbana.

[14] Ou oferece e depois os retira, como os moradores relataram em um dos conjuntos (CH 5).

Trata-se de um problema mais amplo, que vem sendo muito debatido nos últimos anos, em torno da gestão e do manejo das APPs urbanas[15]. Porém, o que se pode perceber é que, nas proximidades dos conjuntos habitacionais nas bordas da cidade é muito mais comum a presença de cursos d'água em leito natural do que em áreas urbanas mais centrais, onde a maioria deles já foi, infelizmente, canalizada. Numa análise superficial, a responsabilidade pela situação de degradação ambiental poderia mais uma vez ser imputada aos moradores dos conjuntos que, por "despreparo" lançam o entulho de suas pequenas reformas ou seus móveis velhos nessas áreas. Mas não se poderia supor que eles teriam condições financeiras de contratar "caçambas" ou "carretos" para transportar esses descartes. Na maioria dos casos, não têm condições nem mesmo de pagar pelo serviço de um "carroceiro", o transporte de pequenas cargas feito com uma carroça puxada por um cavalo, ainda bastante comum nas periferias. Ao não providenciar uma forma eficiente de recolher resíduos de maior porte em intervalos regulares nos conjuntos habitacionais próximos de cursos d'água, a administração pública municipal contribui para a degradação e suas consequências, como alagamentos à jusante ou endemias como a dengue.

Foram encontradas situações em alguns conjuntos específicos que comprovam que a responsabilidade desse tipo de problema passa muito mais pela gestão municipal do que pela conscientização dos moradores "despreparados", como mais uma vez tentaram fazer parecer pequenos grupos nos conjuntos. Uma solução do poder público municipal que não foi totalmente bem sucedida foi vista no conjunto (CH 2) que tem como vizinha uma Unidade de Recebimento de Pequenos Volumes (URPV), um depósito para acumular exatamente esse tipo de resíduo de maior porte e entulhos de construção de forma geral. "Caçambeiros", "carreteiros" e "carroceiros" da região descarregam seus resíduos aí. Porém, ao contrário do que se poderia imaginar, a presença desse equipamento público ao lado do conjunto habitacional não significa que as áreas de preservação ambiental, principalmente nas margens do córrego que passa ali, ficam livres dos resíduos. Há entulhos de construção e restos de móveis em grande quantidade nas margens do córrego a poucos metros da URPV. Segundo o relato de um carroceiro, alguns de seus colegas, quando chegam à URPV e a encontram fechada, lançam os entulhos nas margens do córrego para se livrarem da carga. Se isso de fato ocorrer, tem-se uma situação em que a solução virou o problema, já que a presença da URPV passou a contribuir para a deposição clandestina de lixo nas margens do córrego em vez de eliminar o problema.

Outra situação, dessa vez bem sucedida, foi encontrada em um conjunto onde, segundo os moradores, a SLU definiu um lugar específico junto a uma via de fácil acesso, para que entulhos e resíduos de maior porte sejam colocados pelos moradores (CH 5). Segundo eles, uma vez por semana um caminhão da SLU recolhe esse resíduo. De fato, apesar dos grandes problemas com o acúmulo de sacos de lixo doméstico, não foram vistas nesse conjunto áreas de deposição clandestina de resíduos de grande porte, indicando que o sistema funciona a contento. Esse sistema gera também, mais uma vez, uma dinâmica

[15] A conferência *APP URBANA* que vem sendo realizada nos últimos anos em diferentes cidades é um ótimo exemplo da importância que ganharam essas discussões no âmbito acadêmico.

interna de distinção social no conjunto. Segundo os relatos dos moradores, alguns móveis descartados nessa área estipulada pela SLU ainda estão em plena condição de uso, principalmente sofás, armários e camas, e, por isso, são recolhidos por outros moradores. Eles contam que alguns móveis jogados fora "desaparecem" antes do dia em que passa o caminhão da SLU, o que acaba criando, de forma não explícita, uma separação entre os moradores que "estão bem" porque descartam móveis ainda em condições de uso e os que "estão mal" porque pegam o móvel que o vizinho jogou fora. Isso mostra também que, além da má gestão pública, o acúmulo de resíduos sólidos está ligado ao consumismo. A facilidade com que até as pessoas mais pobres conseguem substituir bens duráveis é consequência direta dessa forma avançada de consumo de massa, que, como já dito, agora atinge também as classes de menor renda.

Além do problema da gestão dos resíduos sólidos em si, chamou a atenção na pesquisa empírica, a invisibilidade do problema a partir de certos pontos de vista específicos. Quase nenhuma das áreas de deposição clandestina de lixo de maior porte aparece nos dados georreferenciados da PBH, que, em contrapartida, apontam áreas de deposição clandestina de lixo que não foram vistas nas visitas de campo. A invisibilidade, ou miopia, nesse caso parece ser um problema de atualização dos dados. Mas também chamou a atenção a situação específica de um conjunto cuja estrutura física difere radicalmente dos demais. Por ser o único conjunto popular construído recentemente entre os nove conjuntos pesquisados (CH 4), ele foi o único a apresentar uma organização espacial centrípeta e um perímetro murado que o separa radicalmente do entorno, como se 'olhasse' para dentro e negasse a cidade à sua volta. Isso influencia diretamente a visão dos seus moradores sobre os problemas com os resíduos. Nas conversas com esses moradores, nenhum problema relacionado ao lixo foi levantado, apesar de existirem áreas de acúmulo de resíduos de todo o tipo ao lado do conjunto, mas do lado de fora do muro. É como se esse problema não fosse um problema deles. As áreas urbanas em torno do conjunto foram convertidas em "terra de ninguém", assim como as áreas de preservação das margens dos córregos. Os problemas decorrentes do acúmulo de lixo tendem a aumentar com o tempo, quando ele é tornado invisível por se localizar espacialmente na "terra de ninguém", fora dos limites das áreas privadas. Se ninguém enxerga o problema, ele não existe. Se ele não existe, não há quem possa levantar a voz para que algo seja feito. O que mais chama a atenção nesse caso é o fato de que esse novo tipo de configuração espacial do conjunto habitacional moderno, murado e voltado para dentro, parece estar sendo largamente adotado nos novos conjuntos populares que vem sendo construídos pelo PMCMV. Em alguns mais recentes, visitados em etapas preliminares da pesquisa empírica, os muros separam um espaço interno limpo e organizado de uma área não urbanizada tomada por resíduos e entulhos de todo tipo.

O segundo aspecto socioambiental que chamou a atenção na pesquisa empírica foi o estado de degradação ambiental dos córregos que passam ao lado dos conjuntos habitacionais. Os nove conjuntos pesquisados foram construídos em terrenos que fazem divisa com um ou mais córregos. Na maioria dos

casos eles estão correndo a céu aberto em leito natural. Em apenas um caso o córrego está canalizado e também em apenas um caso eles se encontra canalizado e tamponado. Em cinco conjuntos foi possível chegar até os leitos dos córregos e em todos eles, por meio da observação direta, principalmente considerando o odor forte e a coloração turva acinzentada, verificou-se uma situação que aponta para o comprometimento da qualidade da água. Em outros três conjuntos, mesmo não tendo sido possível chegar até o leito dos córregos, há indícios de comprometimento da qualidade da água pelo volume de resíduos sólidos depositados nas margens e pela presença de ocupações informais autoconstruídas à montante, aspectos que puderam ser observados à distância. A indicação dada pela base de dados da PBH sobre a falta de redes de esgoto nesses assentamentos corrobora essa observação.

Mais uma vez, a questão da invisibilidade chama a atenção. Em quatro dos oito conjuntos em que os cursos d'água encontram-se comprometidos ambientalmente, os moradores não consideraram essa questão nas entrevistas. Em dois deles os córregos encontram-se em áreas cercadas cujo acesso não é permitido aos moradores (CH 7,8) o que parece ser determinante na forma como os moradores desconsideram o problema. Nos outros dois, a condição de isolamento dos próprios conjuntos em relação ao entorno, fechados com muros, parece fazer com que os moradores não considerem o córrego poluído que passa do lado (de fora) como um problema, assim como discutido antes na questão do lixo.

Os cursos d'água também estão ligados a outro problema ambiental comum nos conjuntos: inundações e alagamentos nos períodos de chuvas intensas. Em seis dos nove conjuntos pesquisados, os moradores relataram esse problema. Em alguns deles, os córregos transbordavam em toda temporada de chuvas, mas o problema diminui nos últimos anos, depois que a prefeitura realizou obras de saneamento. Em outros casos foi relatado o contrário: os problemas começaram nos últimos anos. Houve também casos em que os moradores relataram inundações somente com chuvas muito intensas. De qualquer modo, todos os conjuntos em que há inundações também há acúmulo de resíduos sólidos, tanto lixo doméstico como entulho e lixo de maior porte. O fato de as inundações se concentrarem a jusante dos conjuntos permite deduzir que a deposição clandestina de resíduos gerada pelos próprios conjuntos é uma causa relevante. Em vários casos em que esses problemas ocorrem nas áreas próximas aos conjuntos, os córregos passam por eles em leito natural e a sua canalização e tamponamento começam imediatamente à jusante do conjunto (CH 2,4,5,6,8,9). Alagamentos e inundações se somam a outros problemas, relacionados a doenças típicas de áreas inundadas. Há também o problema de isolamento de um dos conjuntos que fica ilhado toda vez que um dos córregos vizinhos transborda, o que acontece em função do seu desenho urbano (CH 8).

Também foram encontrados aspectos ambientais negativos nos conjuntos das bordas urbanas relacionados a questões geológicas. Por razões óbvias, esses parecem ser os problemas mais "invisíveis" para os moradores. Eles só apareceram com mais clareza nos dados georreferenciados da PBH, apesar de que, na maioria dos casos, trata-se de riscos geológicos potenciais e não efetivos. Mas

mesmo os problemas muito evidentes, detectados pela observação direta nas visitas de campo, não foram citados pelos moradores nas entrevistas, particularmente no caso em que há áreas de erosão ao lado do conjunto (CH 4). Três dos conjuntos analisados foram construídos em áreas sujeitas à erosão (um público e dois privados) e um deles em uma área sujeita a escorregamentos (público). Sete dos conjuntos estão em áreas que apresentam risco de contaminação do lençol freático, o que tem pouca importância para os conjuntos considerando o seu uso residencial. O fato de a maioria absoluta dos conjuntos pesquisados ter sido construída sobre terrenos que apresentam algum tipo de risco geológico, ainda que somente potencial, traz de volta a questão sobre o baixo o preço da terra como condição *sine qua non* de implantação dos grandes conjuntos habitacionais. Esses são exemplos de em que coincidem injustiça espacial, uma *consequência geográfica* da injustiça social, e injustiça ambiental, a distribuição desigual de fatores ambientais negativos para as diferentes classes sociais.

Os problemas relacionados à mobilidade, aos deslocamentos e ao transporte público são os problemas socioambientais que despertaram maior reação negativa nos moradores em cada uma das entrevistas realizadas e que parecem afetar sua vida cotidiana mais diretamente. Dos nove conjuntos analisados, seis ficam bastante distantes da área central de Belo Horizonte, entre 16,2 e 21,5 Km (CH 2,3,4,5,6,9). Três estão em situação um pouco melhor, mas ainda assim nada confortável, entre 8,6 e 11,7 Km do centro da cidade (CH 1,7,8). Somente em um caso não houve por parte dos moradores reclamações em relação ao deslocamento para a área central pela proximidade (relativa) com a linha de metrô (CH 7). Porém, esse foi o conjunto onde os moradores mais reclamaram a respeito dos deslocamentos para os bairros vizinhos, pela sua condição de desarticulação urbana.

Principalmente nos conjuntos de interesse social, as reclamações diziam respeito: aos valores das tarifas; ao reduzido número de linhas gerando poucas opções de deslocamentos e obrigando a ida até o centro da cidade para chegar a outras regiões; ao grande intervalo de tempo entre cada ônibus, na maioria dos casos de cerca de quarenta minutos e nos finais de semana de mais de uma hora; à redução no número de linhas nos finais de semana; ao sistema de transbordo nas estações BHBUS que aumenta muito o tempo das viagens. Todos os problemas enumerados foram repetidos em vários conjuntos indicando uma clara situação de precariedade do transporte público para as pessoas que moram nas bordas da cidade. Porém, o problema do transbordo foi abordado de forma mais contundente nos seis conjuntos cujos moradores são obrigados a passar pelas estações Barreiro e Diamante (CH 2,3,4,5,6) ou pela estação Venda Nova (CH 9). Os moradores relataram um tempo de espera muito grande, principalmente nos finais de semana, e enormes filas que eles têm que enfrentar nessas estações. Para todos os entrevistados a situação do transporte público piorou com a implantação das estações há alguns anos. Vários deles contam que andam grandes distâncias a pé até os corredores por onde passam linhas que vão direto para a área central, sem passar pelas estações. A revolta de todos os moradores dos conjuntos habitacionais ouvidos nas entrevistas com as estações da BHTRANS foi tão grande, e a

situação se repetiu de forma tão sistemática em diferentes regiões da cidade, que algumas questões a respeito precisam ser levantadas.

O sistema BHBUS, implantado em 1997, teve por objetivo diminuir o número de ônibus no centro de Belo Horizonte. As linhas que iam das periferias até o centro foram substituídas por "linhas alimentadoras", que ligam as periferias a "estações de integração" em pontos estratégicos a meio caminho do centro. Delas partem "linhas troncais" com veículos com maior capacidade de passageiros e em intervalos curtos, num sistema integrado de bilhetagem – o usuário não precisa pagar novamente a passagem. O problema é que o objetivo principal desse programa sempre foi a melhoria das condições ambientais do trânsito nas áreas centrais de Belo Horizonte. Nunca foi um objetivo claro e manifesto do programa uma melhoria da condição de acesso às áreas centrais para as pessoas que moram nas periferias da cidade. Na prática, entre o desembarque e o embarque nas estações, há sempre um longo tempo de espera por causa das enormes filas que se formam, principalmente nos horários de pico (início da manhã e final da tarde). A condição de mobilidade dessas pessoas parece de fato ter piorado com a introdução desse sistema. É evidente que a moradia nas áreas urbanas periféricas, no fim da cidade, já traz consigo um tempo maior de deslocamento até o centro, já que as distâncias a serem percorridas são grandes. Mas o sistema BHBUS conseguiu piorar a situação de quem já tinha a pior condição de deslocamento. Segundo o relato de alguns que conseguem, não sem andar alguns quilômetros, ter acesso a linhas diretas para o centro, a diferença no tempo de deslocamento (entre ir direto ou fazer o transbordo nas estações) é de 40 minutos normalmente, mas pode chegar até a uma hora. Para quem trabalha ou estuda nas áreas centrais, isso representa um acréscimo de duas horas diárias (ida e volta) no tempo de transporte.

Outra situação que merece ser discutida ainda sobre os transportes públicos é a relação entre oferta e demanda das linhas para os conjuntos periféricos. Em todos os nove conjuntos foram relatadas situações de redução radical da frequência dos ônibus nos horários noturnos e nos finais de semana. E há linhas que até deixam de funcionar nos finais de semana, restringindo a mobilidade das pessoas também em relação aos trajetos. O sistema de transporte público que conecta a população dos conjuntos periféricos à cidade prioriza os deslocamentos casa-trabalho-casa nos dias de semana, reforçando esses espaços como espaços de reprodução da força de trabalho.

Por fim, ainda sobre a questão da mobilidade, é preciso registrar alguns aspectos que reforçam o quadro geral negativo. Em apenas dois dos nove conjuntos foi possível ver os moradores fazendo trajetos peatonais, curtos, sem maiores dificuldades, para realizar deslocamentos cotidianos (CH 2,9). Nos demais casos, os deslocamentos à pé praticamente inexistem. Apenas um dos conjuntos encontra-se (relativamente) próximo a uma estação de metrô. Em nenhum dos nove conjuntos há uso cotidiano de bicicletas como meio de transporte para deslocamentos para o trabalho ou para a escola. Já o transporte individual de carro aumenta fortemente em todos os conjuntos. Em todos eles há processos de partilha

dos espaços comuns para abrigar os veículos, o avanço dos espaços privados sobre os espaços comuns, o que acontece em quase sempre com muitos conflitos.

Uma questão muito relevante constatada na pesquisa empírica foi a territorialização do tráfico de drogas, isto é, um "processo que envolve relações de poder, normalmente com uso de violência, e a projeção dessas relações no espaço" (SOUZA, 2013, 102). Há vários conjuntos (CH 1,5,7,8) dominados por grupos ligados a essa atividade. Em alguns casos, seu território inclui o conjunto habitacional e outras áreas urbanas no entorno, principalmente assentamentos autoconstruídos; em outros, ele se restringe a alguns blocos do conjunto. Essas situações foram detectadas principalmente nas entrevistas com os moradores, às vezes de forma mais clara e direta e, às vezes, de forma tangencial, mas sempre com indicações de impactos relevantes na vida cotidiana.

Buscou-se confrontar essas informações dos moradores com outros dados. Mas há poucos dados oficiais disponíveis para pesquisa sobre esse problema. Existem, por exemplo, os boletins de ocorrências policiais espacializadas (georreferenciadas). Mas por serem considerados "informações estratégicas" não foram liberados pelos órgãos de segurança pública para essa pesquisa. Esses dados teriam sido muito úteis, ainda que muitas situações de violência não sejam registradas com um boletim de ocorrência e, por isso, não entrem nas estatísticas. Um forma de tentar medir o nível de insegurança nos conjuntos foi o levantamento da variação nos preços de venda das unidades habitacionais por meio de pesquisa em imobiliárias. A partir das entrevistas nos conjuntos onde há quadros mais claros de territorialização do tráfico, foi possível perceber que muitos moradores são forçados a deixar seus apartamentos, de forma direta ou indireta, pelos grupos que controlam a área. Nesses casos, tentam vendê-los rapidamente por preços muito baixos. É claro que moradores que saem às pressas não colocam seus apartamentos a venda com ajuda de imobiliárias[16]. Mesmo assim, considerando apenas as transações feitas por meio das imobiliárias, nos conjuntos de maior vulnerabilidade social, há variações muito grandes de preço das unidades (entre 120 e 140%). Em contrapartida, nos conjuntos em que as entrevistas com os moradores indicaram situações mais tranquilas em relação à violência e ao tráfico de drogas, as variações são pequenas (entre 5 e 20%).

Apesar do tráfico de drogas poder ser considerado hoje um dos mais relevantes setores do capital, o que significa dizer que sua condição de ilegalidade não o coloca num mundo á parte do mundo globalizado, sua territorialização constitui uma outra heteronomia que incide sobre os moradores dos conjuntos habitacionais, sobreposta à força do capital (legalizado) e do Estado. Isso porque, usando a definição proposta por Souza (2012), o tráfico de drogas exerce sobre os moradores dos conjuntos um poder explícito, coercivo, dominador, o poder da metralhadora e também um poder implícito, psicológico, do medo enraizado. Em um dos conjuntos, os moradores relataram que, quando o comando do tráfico ordena que todos desliguem os aparelhos de som, nas casas e no comércio, cria-se um silêncio terrível,

[16] Foram descritas situações durante as entrevistas, de apartamentos trocados por um cheque de dois mil reais num bar próximo ao conjunto, num caso de urgência extrema.

que causa grande apreensão, já que quase sempre antecede "algo de ruim" que vai acontecer. Além de deterioração ambiental e carência de meios a que estão sujeitos os grupos sociais despossuídos que habitam os conjuntos habitacionais periféricos, em alguns deles as pessoas ainda estão sujeitas às violências físicas, espaciais e simbólicas impostas pela territorialização do tráfico de drogas e suas consequências. A maior delas é a desagregação social, tema da próxima seção.

QUADRO 34 – Comparação entre a condição socioambiental dos conjuntos

	CONDIÇÃO SOCIOAMBIENTAL										
	Cursos d'água	Enchente	Solo	Ar	Ruídos	Resíduos Domésticos	Entulho	Segurança	Endemias/ Zoonoses	Mobilidade	Incêndios
CH1											
CH2											
CH3											
CH4											
CH5											
CH6											
CH7											
CH8											
CH9											

Situação razoável
Situação ruim
Situação crítica

O quadro acima sintetiza as informações relacionadas a cada um dos tipos de risco socioambiental e sua intensidade de acordo com a pesquisa empírica. Ele foi elaborado para facilitar a compreensão da situação geral de vulnerabilidade socioambiental dos nove conjuntos habitacionais pesquisados de forma relacional. Um primeiro aspecto interessante revelado é o fato de que nenhum conjunto pesquisado escapa à vulnerabilidade socioambiental, mesmo que as situações sejam bastante distintas entre os conjuntos quanto aos elementos que a compõe e quanto à sua intensidade. A fim de construir uma reflexão sobre essa situação, é importante olhar para os problemas socioambientais mais recorrentes (em pelo menos 2/3 dos conjuntos), relacionados a seguir.

1 – Os problemas envolvendo os cursos d'água vizinhos aos conjuntos, tanto em relação ao comprometimento da qualidade da água com que convivem de perto os moradores, como também em relação às inundações periódicas nas estações chuvosas. Esses problemas parecem ser circunstanciais, já que ocorrem sempre nas situações em que há córregos na transição entre a área urbanizada e a área não urbanizada e em situações em que os córregos não estão canalizados ou pelo menos não estão tamponados. São também contingentes, já que poderiam ser evitados se não fossem sistematicamente negligenciados.

2 – A gestão dos resíduos sólidos, considerando tanto os problemas com os resíduos domésticos como os problemas ligados a áreas de deposição de entulho e resíduos de maior porte. O problema dos resíduos é um problema estrutural, uma vez que suas causas, ligadas diretamente ao sistema de coleta de resíduos das áreas periféricas, estão fora das situações onde eles se manifestam. Ele também é necessário, o que pode ser percebido pela sua ocorrência em diferentes conjuntos com moradores com perfis socioeconômicos distintos. Dadas as condições gerais do problema, grandes adensamentos populacionais, o incremento no acesso aos bens de consumo e o sistema de coleta ineficiente, os resultados não poderiam ser outros.

3 – A condição de segurança dos conjuntos, principalmente em relação á territorialização do tráfico de drogas em muitos deles ou em áreas vizinhas. Essa questão parece, à primeira vista, ser circunstancial e contingente se pensada de forma isolada. Certos blocos ou certos conjuntos, menos organizados socialmente, são mais vulneráveis a essa situação. As lutas e disputas relatadas pelos moradores envolvendo o tráfico de drogas são particulares de cada conjunto, o que reforçaria essa impressão. E os blocos e conjuntos com maior organização social onde o tráfico não conseguiu se instalar indicariam nessa análise isolada que a situação não seria necessária. Porém, é preciso considerar a territorialização do tráfico de drogas numa leitura mais ampla sobre as periferias pobres dos grandes centros urbanos, o que cria um entendimento completamente diferente. Considerando a atividade do comércio de drogas como um importante elemento para manter a taxa de lucro da massa geral dos capitais, ela precisa necessariamente se manifestar sempre em algum lugar. Pela condição de desarticulação social e política, ela sempre se manifesta nas áreas de maior vulnerabilidade, seja na escala local, regional ou global. Se for expulsa de uma área, migra para outra. Assim, olhando a territorialização do tráfico de drogas existente em vários conjuntos dentro de um quadro maior, pode-se afirmar que essa é uma situação estrutural e necessária.

4 – Os problemas de mobilidade urbana, considerando aqui somente os deslocamentos utilizando o sistema de transporte público. Esse problema é estrutural e contingente. Estrutural porque sua origem está no sistema de gestão municipal do transporte e não nos próprios conjuntos ou nas situações de borda urbana. Contingente porque essa gestão poderia ser articulada a partir de outros pressupostos, principalmente considerando as melhores opções para os moradores das periferias. Poderia ser diferente (e já foi).

Todos os outros problemas socioambientais parecem ser circunstanciais e contingentes, já que estão ligados, cada um, a questões específicas de cada conjunto e poderiam não ter acontecido como aconteceram.

Uma das descobertas interessantes da pesquisa foi a de que a densidade não é um problema no caso dos conjuntos habitacionais com expressiva vulnerabilidade socioambiental. Isso não é o que ensinam os manuais de urbanismo para o planejamento de áreas habitacionais, que sempre discutem arduamente a questão da densidade para definir qualidade de vida em termos sociais e ambientais. O conjunto com a

menor densidade líquida (CH3, 65 UH/ha) apresentou uma das situações de vulnerabilidade socioambiental menos preocupantes da pesquisa. Porém, o conjunto que vem logo depois na escala de densidade líquida (CH5, 87 UH/ha) foi um dos conjuntos com situação mais crítica. A baixa densidade desse conjunto não lhe garantiu melhor sorte em termos socioambientais, considerando os problemas discutidos anteriormente. Os conjuntos da URBEL (exceto CH5) foram os que apresentaram maior densidade líquida (CH1, 188 UH/ha, CH6, 168 UH/ha, CH6, 181 UH/ha), e nem podem ser considerados conjuntos habitacionais de alta densidade[17]. Não há variação significativa entre a situação desses três conjuntos em termos socioambientais e o outro conjunto da URBEL construído com densidade líquida bem menor.

6.6 – ECOLOGIA POLÍTICA URBANA

Essa última categoria busca entender se a estrutura socioespacial dos grandes conjuntos habitacionais periféricos potencializa, bloqueia ou não interfere na organização social e na capacidade de articulação política entre os seus moradores no sentido do seu engajamento em questões que os afetam coletivamente, principalmente as socioambientais.

Em cinco dos nove conjuntos habitacionais pesquisados existem associações de moradores formalmente constituídas (CH 2,3,6,8,9) e um sexto conjunto faz parte de uma associação de bairro (CH 7). Das cinco associações de moradores, uma funciona num cômodo cedido pela igreja (CH 8) e duas têm sedes próprias (CH 2,3), também constituídas apenas por uma pequena sala onde trabalha uma pessoa para receber as mensalidades dos moradores e fazer pagamentos ligados à manutenção predial. Somente uma das associações funciona numa edificação em que acontecem atividades sócias e coletivas, configurando um centro comunitário (CH 9).

Em três dos conjuntos não foi encontrado nenhum tipo de organização social e comunitária dos moradores. No primeiro deles (CH 1), apesar de não haver uma associação, há um grupo que vem se articulando com a ajuda dos agentes sociais da PBH e tem conseguido se reunir regularmente, juntando antigas lideranças do conjunto, que tiveram um papel importante no período de luta pela moradia, comerciantes locais que se constituíram como lideranças nos últimos anos, lideranças jovens ligadas aos programas sociais e esportivos da PBH e ainda líderes religiosos. O segundo desses conjuntos já teve uma associação de moradores nos primeiros anos depois da sua inauguração, mas ela foi se desarticulando com o tempo até desaparecer, segundo os agentes sociais ouvidos, em função da chegada do tráfico de drogas ao conjunto (CH 5). Os agentes sociais ligados à arquidiocese de Belo Horizonte (VEASP) vêm tentando reestruturar as redes de organização social do conjunto. O último dos conjuntos sem qualquer tipo de associação de moradores tem uma situação particular. Trata-se do único conjunto popular novo entre os conjuntos populares pesquisados (CH 4). Sua constituição como um

[17] A SEHAB/COHAB São Paulo recomenda 200 UH/ha em seu manual (São Paulo, 1991).

empreendimento imobiliário articulado ao sistema financeiro e voltado para as classes sociais com menor renda – nos moldes do PMCMV apesar de o seu projeto tê-lo antecedido em um ano – faz com que a existência de uma associação de moradores pareça improvável. Considerando que esse modelo de produção de habitação em massa nas periferias urbanas, voltado para os mais pobres e empreendido pelo capital privado, ganhou enorme fôlego a partir de 2009 com o PMCMV e hoje tem sido responsável por grande parte dessa produção, senão quase toda, a improbabilidade de uma organização social se constituir de forma consistente nesses assentamentos merece ser detalhada.

A hipótese diz respeito à improbabilidade e não à impossibilidade, o que são, obviamente, duas coisas muito diferentes. Considera-se improvável que um modelo de assentamento como os novos conjuntos populares abrigue um tipo de organização social capaz de se articular politicamente para lutar contra as injustiças socioambientais impostas aos seus moradores. A primeira razão para essa afirmação está no próprio perfil dos moradores desses conjuntos, descritos numa das seções deste capítulo como *batalhadores*. As características socioeconômicas principais dos grupos familiares encontrados no conjunto em questão (CH 4) foram a maior presença de adultos e a reduzida presença de crianças e idosos, a predominância da renda familiar média entre 2 e 10 salários mínimos e o predomínio muito grande dos imóveis próprios sobre os alugados e sobre os cedidos. Mas, muito mais do que os dados estatísticos, chamou a atenção nas visitas de campo o fato de o conjunto estar sempre muito vazio durante o dia e com muito movimento do final da tarde ao início da noite. Além disso, as entrevistas foram muito difíceis de serem realizadas, porque as lideranças trabalham o dia todo. Em suma, esse tipo de conjunto constitui uma mini cidade dormitório, o que dificulta a articulação de qualquer prática social coletiva. O *batalhador* que mora no conjunto popular no fim da cidade, cumprindo mais de um turno de trabalho ou intercalando trabalho e estudo e enfrentando longos trajetos diários no transporte público de má qualidade, simplesmente não tem tempo em sua rotina para o engajamento nas questões coletivas. Rancière, lembrando Platão, comenta que:

> Os artesãos [trabalhadores] não podem participar das coisas comuns porque eles *não têm tempo* para se dedicar a outra coisa que não seja ao trabalho. Eles não podem estar em *outro lugar* porque o *trabalho não espera*. A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce, Assim, ter esta ou aquela 'ocupação' define competências ou incompetências para o comum. Define o fato de ser ou não visível num espaço comum, dotado de uma palavra comum. (Rancière, 2009,16)

Um segundo aspecto que corrobora a tese da improbabilidade de articulação social nos novos conjuntos populares está no modelo de organização social que prevalece nessas situações. Os conjuntos populares pesquisados apresentam (CH 2,3,4,8) um tipo de organização coletiva que está focada unicamente na gestão condominial, nos moldes de um prédio de classe média. Os presidentes das associações de moradores fazem o papel de síndicos-gerais que controlam os sub-síndicos de cada bloco do conjunto,

desempenhando apenas tarefas burocráticas ligadas à manutenção predial e urbana. Tudo gira em torno da contribuição condominial facultativa, que é recolhida dos moradores pelos sub-síndicos e repassada à associação ou paga diretamente a ela. Quem paga, os blocos ou os moradores, tem direito aos benefícios oferecidos pela associação, que podem ser o corte da grama ou o acesso às quadras. A relação entre os moradores e a associação se baseia, portanto, na adimplência ou inadimplência dos primeiros. Não há, nesses casos, quase nenhum traço de vida coletiva. Não há um *lócus* constituído para discussões coletivas. Não existe nenhum tipo de mobilização coletiva nem mesmo para articular a participação numa assembleia do OP ou para elaborar um abaixo-assinado.

A vida nos novos conjuntos populares – e também nos conjuntos de interesse social – é marcada pela valorização da vida individual e pela burocratização da vida social, transformada em um boleto de contribuição. Tal situação, claramente observada nos conjuntos pesquisados, é uma manifestação concreta da ideia proposta por Kowarick (2000), de cidadania privada e subcidadania pública. As formas como as pequenas apropriações espaciais vão sendo feitas nos conjuntos refletem essa lógica: as discussões e as disputas acontecem em torno da construção da *autonomia individual* na medida em que os grupos familiares vão conseguindo, individualmente e sem qualquer articulação coletiva, tomar as decisões sobre os seus espaços de moradia e passam a construir laços com o lugar onde moram. Já a *autonomia coletiva*, o sentido de autodeterminação e emancipação, o sentido de construção coletiva que poderia constituir um tipo de organização ecopolítica contra as injustiças socioambientais, permanece apenas potencial e de improvável atualização.

Nos casos dos conjuntos de interesse social, onde há quadros mais evidentes de degradação socioambiental, mesmo quando existiu algum tipo de organização sociopolítica mais ativa, essa articulação acabou se diluindo com o passar do tempo. Parece haver três causas importantes para que isso tenha ocorrido: a alta rotatividade dos moradores, que impede a manutenção de laços de vizinhança e que pode ser comprovada pelo elevado número de moradias cedidas nesses conjuntos; a presença do tráfico de drogas que cria um controle paralelo que se sobrepõe a qualquer forma de organização sociopolítica anterior e impede que elas voltem a acontecer; o arrefecimento do engajamento social e político de alguns moradores mais ligados às lutas coletivas, após a conquista da casa própria, algo relatado pelos próprios moradores. As condições gerais que ajudam a criar o quadro de degradação socioambiental principalmente nesses conjuntos parece não servir de combustível para qualquer tipo de reação social. Como constata Kowarick (2000), as condições estruturais objetivas constituem hoje, na melhor das hipóteses, apenas um grande pano de fundo.

Os casos de engajamento coletivo contra situações de injustiças sociais e ambientais são raros, apesar do grande poder político que grupos tão numerosos de pessoas como os que são constituídos em grandes conjuntos habitacionais possuem. A situação da luta contra o aterro sanitário e a mobilização dos moradores atingidos pela construção da CAMG, além dos casos de mobilização em relação à BHTRANS, são exemplos virtuosos desse poder político que foram constatados ao longo dessa pesquisa. Mas,

infelizmente, eles parecem ser exceções, já que aconteceram circunstancialmente e muito em função do empenho individual de algumas lideranças específicas. A baixíssima participação dos moradores de todos os nove conjuntos em fóruns de discussão permanentes, como audiências públicas, assembleias comunitárias e reuniões de OP, mostram o que parece ser a regra. Ao contrário do que se pensava há trinta anos, hoje parece claro que as condições de injustiça social e ambiental impostas às populações urbanas mais pobre não conseguem impulsionar movimentos sociais de resistência a essas injustiças. Kowarick, revendo o conceito de *espoliação urbana* que ele próprio havia elaborado antes (Kowarick, 1993):

> Pauperização e espoliação são apenas matérias-primas que potencialmente alimentam os conflitos sociais: entre as contradições imperantes e as lutas propriamente ditas há todo um processo de produção de experiências que não está, de antemão, tecido na teia das determinações estruturais (Kowarick, 2000,89)

A pesquisa empírica desmentiu a suposição de que um grupo tão grande de pessoas, vivendo num mesmo lugar, conseguiria facilmente se articular para pressionar órgãos públicos e ter voz na luta contra injustiças ambientais. Ela mostrou que, ao contrário, os grandes conjuntos habitacionais formam apenas conjuntos grandes de indivíduos que pensam e agem de forma isolada e desarticulada em relação aos seus problemas coletivos. Em muitos casos, os bairros formais unifamiliares e os assentamentos autoconstruídos vizinhos aos conjuntos mostraram maior capacidade de articulação social nos fóruns do OP do que os moradores dos conjuntos, conseguindo angariar recursos, mesmo com uma população menor. Os conjuntos modernos definitivamente não contribuem para que algum tipo de organização social se estabeleça entre as pessoas. Mas, mais do que isso, por seu caráter fortemente heterônomo, como discutido anteriormente, eles interditam e desarticulam a organização social e política entre as pessoas promovendo um tipo de alienação, ou perda de *consciência urbana*.

CAPÍTULO 7

O FIM DO FIM DA CIDADE

> A razão é que – seja por um acordo inconsciente e tácito, seja por uma consciente e expressa intenção – os bairros operários estão rigorosamente separados das partes da cidade reservadas à classe média ou, quando essa separação não foi possível, dissimulados sob o manto da caridade.
>
> Friedrich Engels,
> *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, 1845[1].

Esta tese buscou discutir, sob diversos aspectos, o comprometimento social e ambiental das moradias produzidas em larga escala nas grandes cidades especialmente em relação à solução urbanística e arquitetônica do grande conjunto habitacional multifamiliar vertical construído nas bordas urbanas. Foi apresentada e discutida a ideia de que essa solução para a provisão habitacional para as classes sociais de menor renda surgiu há mais de cinquenta anos no país e continua hegemônica essencialmente porque é vantajosa para a indústria da construção civil e para o mercado da incorporação imobiliária a quem, prioritariamente, os programas públicos na área da habitação sempre buscaram atender no Brasil. Também foram apresentados argumentos que sustentam a ideia de que esse modelo de planejamento

[1] Engels (2010,89).

habitacional e urbano constitui um expediente de *segregação socioespacial consentida*, uma vez que a expulsão das populações mais pobres para as bordas das cidades é anuída, assentida, permitida pelo Estado. A moradia no fim da cidade é acessível para os mais pobres, mas traz consigo um pacote completo de injustiças socioespaciais e ambientais. A moradia de baixo custo de produção gera um custo altíssimo na vida dessas pessoas, e não simplesmente financeiro. A pesquisa empírica mostrou como a moradia no fim da cidade inclui das infraestruturas urbanas insuficientes à estrutura precária de comércio e serviços, dos problemas com o sistema de transporte público à baixa qualidade dos serviços de coleta de lixo, das escola públicas de baixa qualidade aos riscos ambientais. Além disso, o conjunto habitacional moderno com espacialidade heterônoma e seu caráter anistórico exercem uma força desmobilizadora e atomizadora sobre as populações que nele vivem, dificultando a formação de laços sociais e de vizinhança e apropriações afetivas e simbólicas do lugar. Quando muito, as estruturas físicas dos grandes conjuntos permitem, para alguns moradores, a construção de pequenas intervenções espaciais, que estão, contudo, no domínio individual. O tipo de estrutura social que é construída a partir da estrutura física dos grandes conjuntos não aponta para a autonomia coletiva, para a emancipação. Ao contrário, reforça uma tendência atual das periferias pobres nas grandes cidades, de sobrevalorização da vida individual e subvalorização da vida coletiva, social e política, numa espécie de recusa ao direito à cidade.

Por mais que aspectos muito marcantes do quadro geral de precariedade socioambiental dos grandes conjuntos, como a violência urbana e a degradação ambiental de cursos d´água e áreas de preservação, tenham sido consideradas questões contingentes e circunstanciais para a composição dessa situação ampla de precariedades, elas não são minoria. Há um maior número de questões que também compõe esse quadro e que foram consideradas estruturais e necessárias, o que coloca em dúvida o modelo analisado, o conjunto habitacional moderno construído nas bordas urbanas. A construção em larga escala de moradias populares nas periferias mais distantes da cidade contribui para a criação de quadros de vulnerabilidade socioambiental que comprometem a vida cotidiana de seus moradores ao mesmo tempo em que cria dificuldades para as administrações públicas que terão que lidar com esse adensamento periférico e seus problemas decorrentes a partir de um sistema de serviços públicos que privilegia as áreas centrais. A dissolução desse modelo só pode ser feita por meio de um processo lento e gradual que precisa ser iniciado pelo Estado. Por isso, *a segregação socioespacial consentida* por meio dos grandes conjunto periféricos precisa urgentemente ser interrompida e revertida.

Uma discussão recente e de alto potencial de mudança em relação a esse modelo diz respeito a combinar as habitações sociais com áreas de preservação ambiental, criando áreas especiais de interesse social e ambiental. Em Belo Horizonte essa ideia vem sendo discutida na forma de um sobrezoneamento urbano a ser aplicado para glebas não parceladas que possuam ao mesmo tempo interesse ambiental e onde seja tecnicamente possível construir habitações, com o nome de AEIS–Ambiental (Área Especial de Interesse Social – Ambiental). Mais uma vez a agricultura urbana surge como algo muito potente para esses tipos de ocupação que poderiam ter características mais

"rururbanas" com menor densidade. Ao mesmo tempo, as áreas de interesse ambiental poderiam ter um tipo de uso de baixíssimo impacto e não se constituiriam em novas "terras de ninguém". O poder público municipal não teria condições de assumir a gestão de dezenas de novos parques que seriam criados nessas áreas, já que, a rigor, ele não consegue gerir nem mesmo as áreas de preservação ambiental que já existem. A proposta, pensada em seu potencial virtuoso, indica ocupações que criariam ao mesmo tempo uma melhor condição de gestão para as áreas ambientais e habitações com melhor qualidade de vida urbana em espaços que seriam mais limiares e menos limites. Porém, a proposta também pode ser vislumbrada em seu potencial vicioso. Os interesses políticos e econômicos em torno dessa questão e a força que têm no momento das tomadas de decisão no cenário municipal, podem acabar desvirtuando a ideia para alguma forma de conjunto habitacional com blocos verticais entremeados por APPs de córregos e nascentes. Uma ideia que seria aplaudida por todos como um modelo de *desenvolvimento urbano sustentável,* utilizando na verdade um conceito urbanístico modernista, já que já podia ser encontrado na *Ville Radieuse*, e, o mais importante, utilizando um modelo que é vantajoso para o capital imobiliário e da construção civil, mesmo assumindo esse custo ambiental. Seria importante evitar esse caminho.

Acontece ainda uma outra discussão urbana e habitacional importante que, de certa forma, vai contra a centrifugação dos mais pobres nas grandes cidades. É a (re)ocupação das áreas centrais com habitações tanto pela ocupação de prédios abandonados organizada por movimentos sociais, como também pela própria iniciativa privada que vem enxergando no *retrofit* de antigos edifícios comerciais em áreas centrais, transformados em prédios com moradias mínimas, uma novo mercado potencial. Porém, em ambos os casos, as possibilidades de mudança estrutural do quadro habitacional também não são grandes. No caso das moradias mínimas que vem sendo construídas para o mercado imobiliário, com subsídios de programas habitacionais, nas áreas centrais de algumas cidades, tem sido possível perceber que já está em curso um processo de rápida valorização imobiliária. O que foi produzido como uma unidade habitacional popular parece converter-se no mercado imobiliário, em *studio* ou *flat*, sobrevalorizado e, portanto, inacessível aos mais pobres. Seria uma espécie de gentrificação prematura, já que é capaz de expulsar os mais pobres antes mesmo que eles pudessem ocupar os prédios. Já no caso das ocupações, o pessimismo decorre do fato de que elas vêm sendo desarticuladas por negociações com os governos, principalmente com o governo federal, no sentido do aumento da produção do PMCMV na faixa de renda mais baixa (de 0 a 3 salários mínimos) para atender às demandas de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) que passariam a ser beneficiários diretos do programa. Como visto ao longo do presente estudo, isso significa uma forma de desocupar as propriedades ocupadas numa área urbana central privilegiada em termos de serviços, infraestrutura e transportes em troca de uma moradia no fim da cidade.

Um caminho que surge, também como contraponto aos conjuntos modernos periféricos, é a possibilidade – ainda pouco estudada – de uma produção habitacional mais difusa, estruturada em grupos menores de

habitações, inserida em áreas urbanas menos periféricas e mais consolidadas. Esse é um campo promissor para pesquisas na área do planejamento urbano e habitacional.

Ainda que todas essas possibilidades não signifiquem de fato o fim dos conjuntos habitacionais nas bordas urbanas, elas possuem o mérito de promover uma discussão sobre alternativas a esse modelo. A presente tese procurou contribuir para essa mesma discussão crítica em torno do conjunto moderno periférico que, mais do que se localizar ao fim da cidade, constitui, mantém e reforça o fim da cidade, em vários sentidos. A reflexão aqui apresentada buscou construir fundamentos para a superação desse modelo. Pelo fim do fim da cidade.

ANEXOS

ANEXO 0.1

ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS COM OS MORADORES

FICHA CONJUNTO:
DATA:
LOCAL:
PARTICIPANTES:

DADOS GERAIS DO CONJUNTO:
NÚMERO DE BLOCOS:
NÚMERO DE APTOS:
DATA CONSTRUÇÃO:
VALOR MÉDIO DOS APTOS:

1 – CONDIÇÕES INFRAESTRUTURA URBANA
1.1 – SISTEMA DE ÁGUA
1.2 – SISTEMA DE ESGOTO
1.3 – SISTEMA DE DRENAGEM
1.4 – ENERGIA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA
1.5 – PAVIMENTAÇÃO RUAS E CALÇADAS

2 – CONDIÇÕES DE QUALIDADE/VITALIDADE URBANA
2.1 – COMÉRCIO
2.2 – ESPAÇOS PÚBLICOS/LAZER/EVENTOS
2.3 – SERVIÇOS PÚBLICOS SAÚDE/EDUCAÇÃO
2.4 – SEGURANÇA
2.5 – MOBILIDADE E TRANSPORTE

3 – CONDIÇÕES AMBIENTAIS
3.1 – CURSOS D'ÁGUA
3.2 – SOLO
3.3 – AR
3.4 – RUÍDOS
3.5 - RESÍDUOS SÓLIDOS

4 – RISCOS
4.1 – ENCOSTAS (DESLIZAMENTO/ESCORREGAMENTO)
4.2 – ALAGAMENTO (ENCHENTE)
4.3 – EPIDEMIAS
4.4 – INCÊNDIOS FLORESTAIS

5 ASPECTOS GERAIS
5.1 – HISTÓRICO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL E ARTICULAÇÃO POLÍTICA
5.2 – QUAL A SUA VISÃO SOBRE MORAR NO FIM DA CIDADE?

ANEXO 1.1

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

CH1 – Conjunto Granja de Freitas – Regional Leste, Belo Horizonte.

DATA – 14/09/2013

HORÁRIO – 14:00 (marcado) 14:30 (início)

LOCAL – "Salão da Kênia" (espaço utilizado por uma igreja evangélica local – pastor Jorge)

PARTICIPANTES – Solange (assistente social e coordenadora do CRAS Granja de Freitas), Daiane (assistente social do CRAS Granja de Freitas), Pastor Jorge, Dona Maria Augusta, Dona Ilza (lideranças mais experientes do conjunto), Gabriel, Márcia, Kênia, Paulo (lideranças jovens do conjunto).

Antes da reunião, a assistente social Solange mostrou como o conjunto foi sendo construído em suas diversas fases (Granja I, II, III, etc.) e explicou rapidamente as obras da prefeitura em andamento na entrada do conjunto: uma nova escola, uma nova UMEI e uma unidade do BH Cidadania que passaria a abrigar o próprio CRAS, hoje provisoriamente instalado em uma edificação existente. A assistente explicou que considerava difícil construir articulações e vínculos sociais entre os moradores do conjunto habitacional, já que, por se tratar de um conjunto construído pela prefeitura, ele recebe famílias reassentadas de diferentes comunidades. As famílias foram sendo instaladas no conjunto ao longo de suas fases de construção, sem que os vínculos sociais anteriores fossem utilizados como critério para o reassentamento. Construir novos vínculos sociais, estabelecer relações de vizinhança no espaço do conjunto habitacional tem sido uma tarefa muito difícil. Para ela, as igrejas, principalmente as igrejas evangélicas, tem desempenhado um papel importante na construção desses novos elos sociais e também no sentido da conscientização dos moradores.

A reunião começou com um pequeno atraso e num primeiro momento, antes da entrevista com os moradores, a assistente social Solange deu alguns recados sobre eventos culturais que aconteceriam nas semanas seguintes. Inicialmente a entrevista com as lideranças locais do conjunto tratou de questões ligadas às condições da **infraestrutura urbana**. Todos os presentes foram unânimes em reconhecer que não há problemas significativos de abastecimento de água. Segundo eles, não há um histórico de desabastecimento crítico em todo o tempo que moram lá. Alguns moradores como a Dona Maria Augusta

moram no conjunto há mais de dez anos e não se lembram de problemas dessa ordem. Todos os presentes também foram unânimes em apontar que nunca houve problemas significativos com relação aos sistemas de saneamento e de drenagem. O Pastor Jorge afirmou que as redes públicas de drenagem e de esgoto parecem ter sido bem construídas pela prefeitura, já que não haviam apresentado nenhum tipo de problema crítico desde a implantação inicial do conjunto pelo que ele se lembra. O mesmo Pastor Jorge, entretanto, não teve a mesma opinião com relação às condições de pavimentação de ruas e calçadas. Segundo ele quando surgem problemas como buracos e rachaduras principalmente no pavimento das vias, a prefeitura demora muito para providenciar algum tipo de reparo e os moradores tem que conviver com esses problemas durante muito tempo. As calçadas nunca foram reformadas desde a implantação do conjunto, afirmou. Os demais moradores não consideraram esses aspectos como críticos. Os moradores explicaram que com o desvio do tráfego de veículos na ligação com Sabará (Av. Borba Gato) para dentro do conjunto (Rua trezentos e vinte e oito) em função de uma obra que já dura mais de um ano, vários caminhões, ônibus e veículos em geral passaram a circular por ali, aumentando o desgaste da pavimentação. Além disso, há também um trânsito de ônibus e caminhões mais intenso pela Rua São Vicente, que é a principal via do conjunto, o que também acelera o desgaste do pavimento nessa via. Os moradores ainda apontaram que hoje o sistema de abastecimento de energia elétrica funciona bem no conjunto, mas até bem pouco tempo eram comuns as quedas e oscilações de energia. A iluminação pública é boa, segundo a maioria. Dona Augusta relatou que chega as vezes de madrugada em casa e vem andando pelas ruas sem problema, porque são bem iluminadas. Não houve nenhuma queixa com relação ao sistema de telefonia.

Em seguida foram discutidas as condições de **qualidade urbana** do conjunto habitacional. A falta de comércio pareceu ser o problema que mais aflige os moradores, já que quando o tema veio à tona, todos quiseram se pronunciar e contaram detalhadamente as dificuldades que enfrentam cotidianamente pela falta de um comércio mais significativo no local. Na Rua São Vicente há hoje um pequeno núcleo de comércio local com bares, uma pequena padaria, salões de beleza (em espaços pertencentes à mesma tipologia comercial, há também equipamentos de uso coletivo como igrejas evangélicas). Esse comércio local da Rua São Vicente surgiu de maneira informal na área do que era a primeira fase do conjunto (Granja I) implantado em 1997, portanto, há dezesseis anos, com um modelo de assentamento de casas geminadas. Os moradores, com o passar do tempo, foram abrindo informalmente pequenos comércios nas áreas de suas casas que ficavam voltadas para essa via pública e, dessa forma, espontaneamente, surgiu esse pequeno núcleo comercial. Mas segundo os moradores, esse comércio local é insuficiente para atender às demandas existentes hoje e a situação irá piorar com a chegada de novos moradores nos quatorze bloco do conjunto em fase de construção na porção sul e sudeste da área. Os moradores elencaram quais os tipos de comércio de que mais sentem falta no conjunto: supermercados, farmácias, padarias e lotéricas. Hoje, para conseguir chegar a qualquer um desses estabelecimentos, é necessário andar dois quilômetros subindo ladeiras até o bairro Alto Vera Cruz ou três quilômetros por caminhos sem

qualquer sombra até o bairro Taquaril. Nas palavras dos moradores, eles têm que "subir morro" ou "andar debaixo de sol" para comprar qualquer coisa.

Em seguida foram abordados assuntos ligados a alguns serviços públicos. Em relação à saúde, há no conjunto um posto de saúde, o Centro de Saúde Granja de Freitas, mantido pela prefeitura. Os moradores qualificaram o atendimento como satisfatório, mas alegaram que faltam médicos para o atendimento da população. Todos afirmaram que o serviço não dá conta da demanda existente no conjunto e frequentemente eles têm que recorrer ao atendimento em outros centros de saúde mesmo para demandas simples. Com relação à educação, há na área uma escola pública, a Escola Dr. Júlio Soares, que já foi uma instituição estadual, mas hoje é mantida pela prefeitura, em função do programa de municipalização do ensino fundamental. Para todos os presentes, a escola funciona bem, mas como só tem vagas para alunos até a 4ª. série, não resolve toda a demanda dos moradores. Segundo a assistente social Solange, a nova escola que está sendo construída pela prefeitura quase ao lado da escola existente (Rua trezentos e vinte e oito) irá receber alunos até 8ª. série melhorando as condições atuais do atendimento à educação no conjunto no que diz respeito ao ensino fundamental. Alguns moradores alegaram que ainda assim faltará oferecer vagas para o ensino médio no conjunto. A assistente social Solange explicou que o ensino médio agora fica a cargo do governo do estado e por isso, ela não poderia dizer se há planos para a construção de escolas na região. Com relação ao ensino infantil, há uma UMEI com duzentas vagas para as crianças do conjunto. Segundo a assistente social Solange, serão construídas na Rua trezentos e vinte e oito, em frente à nova escola, uma nova UMEI e uma unidade do BH Cidadania, programa da prefeitura que tem como objetivo descentralizar e integrar vários serviços públicos – como o próprio CRAS – em unidades espalhadas pelas áreas mais carentes da cidade. Ela explicou que a nova unidade UMEI terá quatrocentas vagas, dobrando o número de crianças atendidas. Para os moradores isso seria suficiente para atender a demanda existente, mas não irá atenderá a demanda futura quando os novos moradores forem instalados nas torres em construção na área do conjunto. A atual unidade UMEI passará a abrigar um centro comunitário segundo a assistente social, o que era a função originalmente designada para o prédio. Para os moradores, seria melhor instalar uma creche na edificação da UMEI que será desocupada, já que esses equipamentos recebem as crianças em horário integral, ao contrário das UMEI's e hoje não há nenhuma creche na área do conjunto. Os moradores começaram a falar todos juntos no momento das discussões sobre os serviços de saúde e educação oferecidos pela prefeitura. De tudo o que foi dito, a frase mais marcante foi da Dona Maria Augusta: "a prefeitura coloca as pessoas aqui e só depois vai correr atrás de fazer escolas e postos de saúde".

Os espaços públicos do conjunto habitacional foram então discutidos. Para os moradores mais jovens presentes ao encontro, faltam no conjunto principalmente espaços para prática de esportes como campos de futebol e quadras. As crianças jogam futebol na rua, principalmente nos *cul-de-sacs* do conjunto, convivendo com os ônibus que têm que manobrar ali. Há um campo de futebol da prefeitura no conjunto,

mas segundo os presentes, ele foi cedido para um particular que passou a cuidar da sua manutenção e em troca começou a explorar comercialmente o campo. Para os moradores, os preços cobrados para uso do campo estão fora da realidade dos jovens do conjunto e o campo é normalmente alugado para pessoas de fora. Não há áreas livres de uso público que pudessem ser utilizadas para lazer e também para eventos, festas, shows. Esses eventos hoje acontecem nas vias públicas. Também não há *playgrounds*, bancos, ou quaisquer mobiliários urbanos no conjunto (Há *playgrounds* dentro da UMEI existente).

A questão da segurança no conjunto não foi alvo de muito debate. Os moradores preferiram se limitar a dizer que há alguns anos atrás a situação do conjunto era muito pior do que é hoje. Alguns dos presentes consideram que o aumento da presença do policiamento no conjunto contribuiu para a diminuição da violência no local. Outros concordaram, mas relataram episódios em que o policiamento usou de força excessiva para abordar moradores locais, principalmente crianças na faixa de dez a treze anos. Não houve consenso com relação à presença da polícia no conjunto. Todos, porém concordaram que o aumento de igrejas evangélicas no conjunto – já são nove no total, mais uma igreja católica – contribuiu de forma significativa para a melhoria do ambiente do conjunto em termos de segurança. Para o Pastor Jorge, vários jovens do conjunto se converteram, hoje frequentam uma das igrejas evangélicas e se afastaram dos "problemas".

A discussão sobre a condição de **mobilidade e transporte** dos moradores do conjunto foi talvez, ao lado da discussão sobre o comércio, o item que mais repercutiu no encontro. Todos se mostraram muito insatisfeitos com as condições atuais do sistema público de transporte para o conjunto habitacional. Para eles há vários problemas: o aumento constante do número de moradores no conjunto com a construção de novas etapas ao longo dos anos não foi acompanhada por aumentos proporcionais da frota de ônibus e/ou do números de linhas. Outro problema para os moradores está na tarifa: a linha existente, 9032 (azul) liga o conjunto Granja de Freitas à região central da cidade, mas cobra a mesma tarifa das linhas que vão de bairro a bairro. Para eles a linha deveria operar com uma tarifa de ônibus do tipo circular já que faz um trajeto bairro-centro. Foi apontado também o problema de a empresa responsável pela única linha não disponibilizar mais carros circulando nos horários de pico. O maior problema de todos para eles está no fato de o intervalo na linha ser sempre de uma hora e dez minutos entre cada carro, independente do horário. Há outra linha que passa pelo conjunto, um ônibus metropolitano (vermelho) que faz a ligação do centro de Belo Horizonte com Sabará. Mas para os moradores a tarifa mais cara (intermunicipal) não é vantajosa para que eles façam uso dessa linha, alternativamente. A topografia do conjunto não ajuda nos deslocamentos peatonais, já que ele foi implantado num topo de morro com encostas em todos os lados. A ligação com os bairros mais próximos, Alto Vera Cruz e Saudade à leste, Taquaril à sul e São Geraldo e Casa Branca à norte não é facilitada pela presença de ladeiras, escadarias, barreiras como o Rio Arrudas e a linha de trem e passarelas. Nenhum dos bairros citados no entorno se liga diretamente ao conjunto, o que dificulta a locomoção a pé ou de bicicleta.

Sobre os **problemas ambientais** que os moradores enfrentam houve poucas questões discutidas nos primeiros pontos levantados. Com relação ao curso d'água mais próximo, o Ribeirão Arrudas, os moradores relataram que o maior problema para quem mora no conjunto é conviver com o odor que ele emite, principalmente na estação seca. Os moradores não relataram problemas relacionados ao solo na área do conjunto, como surgimento de erosões, voçorocas. Não houve relatos de comprometimento das edificações ou das áreas urbanas do conjunto em função de qualquer problema do solo. Mais uma vez, alguns moradores afirmaram que a implantação inicial do conjunto foi muito bem executada pela prefeitura, mesmo considerando-se os aterros que foram feitos. O mesmo não acontece, segundo os moradores, com as obras mais recentes da prefeitura. Segundo eles uma escadaria recentemente construída com recursos do OP teve que ser reparada por problemas de rachaduras decorrentes de algum tipo de instabilidade do solo onde foi construída. Os presentes relataram também problemas de poluição do ar com a presença de poeira e fuligem decorrente de incêndios nas áreas não urbanizadas próximas ao conjunto e também em queimadas de lixo realizadas pelos próprios moradores. Para alguns, várias dessas situações são criadas pelas crianças do conjunto que brincam de colocar fogo no lixo que encontram nos arredores. Para a Dona Maria Augusta, é difícil estender uma toalha na janela e não encontrá-la após algum tempo toda suja com essa fuligem. Segundo relatos de moradores já houve pelo menos três casos de incêndios mais graves nas áreas não urbanizadas próximas ao conjunto que mereceram a presença do corpo de bombeiros para garantir a segurança do conjunto. A poluição sonora no conjunto, segundo os presentes, é causada principalmente pelo trânsito de ônibus e caminhões, em função dos desvios antes citados, e pelo hábito de alguns moradores de ligar aparelhos de som em volume alto em carros e em alguns apartamentos. Ao mesmo tempo em que os moradores explicavam a condição de poluição sonora do conjunto, foi possível testemunhar as duas situações: o ruído dos motores de ônibus e caminhões subindo a Rua São Vicente e carros passando com música em alto volume. Para todos os presentes, no entanto, o mais grave problema de ordem ambiental do conjunto habitacional é a questão dos resíduos sólidos. Existe a coleta pública de lixo, em três dias da semana (segundas, quartas e sextas feiras). Porém, uma parcela significativa dos moradores não faz o armazenamento do lixo em casa até o próximo dia da coleta e acaba lançando os resíduos em áreas abertas no entorno do conjunto, sem qualquer tipo de cuidado. Assim, há lixo espalhado em vários pontos do entorno do conjunto, em taludes e áreas vazias. As lideranças presentes à reunião apontaram a falta de consciência desses moradores como maior causador do problema do lixo no conjunto e não a falta de coleta da prefeitura. Para eles, várias famílias que vêm para o conjunto não estão preparadas para morar com acordos coletivos e com dias certos de coleta de lixo. Alguns relataram que é comum ver moradores atirarem sacos de lixo pela janela dos seus apartamentos em direção às áreas do entorno do conjunto (encostas). Gabriel lembrou que há também um problema que acontece antes da coleta de segunda feira, que é feita na parte da manhã. Segundo ele, os funcionários da SLU passam antes e recolhem todo o lixo do conjunto, colocando-o ao lado do ponto de ônibus para facilitar o trabalho do caminhão que passará depois, criando uma pilha de resíduos e sacos de lixo com mais de dois metros de altura, ao lado do local

onde os moradores do conjunto estão esperando o ônibus para irem trabalhar. Isso, segundo ele, além de ser uma situação indigna com os moradores do conjunto, coloca em risco a saúde dessas pessoas. O acumulo de lixo nessas pilhas e nas áreas do entorno do conjunto contribui, segundo os moradores, para o aparecimento de baratas e ratos. Segundo Gabriel, no conjunto há constantemente a presença de camundongos, ratazanas e ratos de telhado, espécie de roedores que andam e vivem sobre as coberturas das construções de um e dois pavimentos do conjunto. Há também o problema da capina nas áreas não urbanizadas em volta do conjunto, feita pela prefeitura, que não acontece com a frequência ideal, segundo os moradores, contribuindo para a presença de insetos e ratos, e também com o problema dos incêndios antes mencionado. Eles também informaram que a prefeitura não toma providência com relação ao lixo espalhado pelas encostas. Os moradores relataram ainda, que a encosta do conjunto contígua ao Ribeirão Arrudas (lado norte) sofre com os despejos e bota-foras no trecho da Rua trezentos e vinte e seis, a continuação da Av. dos Andradas. Segundo eles, é comum ver caminhões e camionetes parando e lançando todo o tipo de lixo ao lado da via pública, como se ali fosse um bota fora ou um aterro sanitário. Um morador relatou que é comum ver veículos parados naquele ponto se desfazendo de móveis velhos e restos de construção. Esse problema afeta principalmente os moradores da Vila da Área, vizinha ao conjunto Granja de Freitas, mas todos concordaram que compromete a entrada do conjunto.

Com relação aos **riscos** enfrentados pela população do conjunto, pelo que os moradores relataram, não há casos de deslizamentos, escorregamentos, erosões ou solapamentos na área do conjunto. Os riscos maiores estão na Vila da Área, vizinha do conjunto. Confirmaram que há, sempre na estação chuvosa, riscos também de alagamentos nas margens do ribeirão Arrudas na Vila da Área, o que afeta indiretamente o conjunto. Os presentes foram unânimes ao afirmar que o principal risco para a saúde dos moradores é a dengue, endêmica no conjunto. Segundo eles praticamente todos os moradores já contraíram a doença pelo menos uma vez. Todos disseram que o problema do lixo, espalhado pelas áreas abertas em volta do conjunto, é o maior fator causador desse risco para os moradores, principalmente no período de chuvas. Ele também tem causado problemas de saúde para os moradores no período de seca contribuindo com a proliferação de insetos, aracnídeos e ratos. Há segundo o pastor Jorge, vários casos de crianças picadas por escorpião nos últimos meses no conjunto. Os riscos ambientais enfrentados pelos moradores também estão no âmbito dos incêndios no entorno, alguns produzidos como brincadeiras de crianças do próprio conjunto e outros para facilitar a capina nas áreas não urbanizadas próximas ao conjunto, prática comum no meio rural. Os moradores relataram ainda uma situação que caracteriza algum risco ambiental para os moradores, criada pelas explosões de uma mineração próxima ao conjunto cujas atividades, segundo eles, tiveram início nos últimos meses. Eles não souberam dizer onde fica essa mineração e a que empresa pertence.

Sem mais assuntos a tratar, a reunião com os moradores foi dada por encerrada pouco antes de 16:00.

ANEXO 1.2

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

CH1 – Conjunto Granja de Freitas II – Regional Leste, Belo Horizonte.

DATA – 10/10/2013

HORÁRIO – 8:30

LOCAL – Apartamento Dona Maria Augusta – Bloco 10, apto. 104

PARTICIPANTES – Dona Maria Augusta (liderança do conjunto)

Dona Maria Augusta foi uma das lideranças que participou da conversa coletiva com os moradores do conjunto Granja de Freitas algumas semanas antes. Na entrevista, ela foi uma das pessoas que mais se manifestou e mostrou-se bastante consciente sobre todos os problemas do conjunto. Dona Maria Augusta faz parte do conselho do centro de saúde do conjunto, do conselho do CRAS, do colegiado da escola municipal e da associação das mulheres do conjunto. Mostrou-se receptiva quando consultada por telefone sobre a possibilidade de uma segunda conversa, dessa vez individual. A conversa foi então agendada e aconteceu no seu apartamento.

Inicialmente a conversa foi sobre as diferentes famílias que compõe o conjunto Granja de Freitas. Dona Maria Augusta acredita que não há diferenças significativas entre os moradores que vieram para o conjunto através do OPH, devido a remoções de áreas de risco ou moradores de rua. Ela veio através do OPH. Para ela a capacidade de mobilização social e organização das famílias não varia em relação à essas origens. Perguntada sobre os diferentes graus de organização social em relação à conservação dos blocos do Granja II, ela respondeu que isso se deve ao fato de o conjunto ter sido construído e entregue em etapas. Para Dona Maria Augusta, os blocos dos lotes 1, 2, 3 do Granja II, conhecidos como "os prédios laranja" ou simplesmente "os laranjas" são mais bem conservados porque as foram feitos primeiro. Os blocos do lote 4, conhecidos como "os prédios verdes" ou simplesmente "os verdes" foram feitos depois e também entregues depois. Perguntada sobre porque até hoje "os verdes" não têm interfones, as paredes externas dos blocos são pixadas, seus jardins são mal conservados, e aparentemente há mais lixo jogado em volta dos blocos, ela respondeu que agora é que os moradores estão começando a se conscientizar. Segundo ela, só agora foi possível arrecadar entre os moradores o dinheiro para a colocação de portão com interfone. Ela é síndica do seu bloco (bloco 10) e comentou que

há muita inadimplência entre os moradores. Para ela falta consciência à maioria deles sobre a necessidade de pagar a taxa em dia para manter o bloco bem conservado.

Sobre o papel do CRAS, Dona Maria Augusta acha que eles são muito importantes para o conjunto. Para ela o centro desempenha um papel importante junto às famílias tanto com relação aos problemas particulares como coletivos. Além disso, segundo ela, o centro é importante para os moradores por centralizar a distribuição da bolsa-família. Dona Maria Augusta acredita que os moradores do conjunto são muito comodistas em relação ao CRAS. Apesar de terem no centro um apoio para diversas questões, muitas vezes não vão até lá por preguiça. Segundo ela, a mudança que será feita trazendo o CRAS para mais próximo do conjunto irá resolver parcialmente esse problema. Isso porque, segundo ela, a maioria dos moradores é muito "acomodada" e não quer participar de nada, de nenhuma discussão.

A questão da violência foi discutida, mas mais uma vez, de forma tangencial. Dona Maria Augusta acredita que a presença mais ostensiva do policiamento nos últimos anos contribuiu para diminuir a sensação de insegurança. Segundo ela, não há tantos casos de abordagens violentas de policiais a crianças e adolescentes como fora dito na conversa coletiva. Ela acha que a polícia desempenha um papel importante no conjunto, mas deveria estar mais presente. Segundo ela, não há um batalhão ou posto da polícia no conjunto o que daria maior segurança aos moradores. Para ela há muitos roubos e assaltos no entorno do conjunto e não dentro dele. Ela comentou que costuma chegar em casa a noite, as vezes bem tarde, e não tem nenhuma sensação de insegurança.

Ela considera, por fim, que o conjunto é um bom lugar para se morar. A prefeitura é bem vista por ela, não só pela construção do conjunto, como também por algumas obras de melhorias como as duas escadarias ligando os blocos "verdes" à rua trezentos e vinte e seis. Para Dona Maria Augusta, há muitas coisas para serem melhoradas no conjunto, mas mesmo assim, ela gosta de estar ali.

Sem mais assuntos a tratar, a entrevista se encerrou as 9:30.

ANEXO 2.1

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

CH2 – Conjunto Flávio de Oliveira – Regional Barreiro, Belo Horizonte.

DATA – 27/09/2013

HORÁRIO – 15:00

LOCAL – Bar do Waldir

PARTICIPANTES – Sr. Waldir (membro da diretoria da Associação dos Moradores do Conjunto Flávio de Oliveira – AMCFO).

A reunião estava agendada com o diretor da associação, o Sr. Joaquim, que não pode comparecer. Na ausência dele, um morador local informou que a entrevista poderia ser feita com o Sr. Waldir, dono do bar ao lado da sede da Associação (Rua Intersindical, 222) já que este também fazia parte da diretoria. Ao ser perguntado se poderia substituir o Sr. Joaquim na entrevista, o Sr. Waldir aceitou, mas pediu para que a entrevista fosse feita no seu bar, já que ele estava sozinho no seu comércio naquele horário. Informado sobre o assunto da entrevista, ele declarou que seria até melhor entrevistá-lo no lugar do Sr. Joaquim, já que era ele que estava mais a frente das discussões sobre os problemas cotidianos do conjunto na AMCFO. Ele faz parte da diretoria há quatro anos e mora no conjunto há mais de vinte anos.

Inicialmente foram verificados alguns dados gerais sobre o conjunto. O Sr. Waldir informou que o conjunto tem 973 unidades habitacionais, incluindo unidades com dois e três quartos. Segundo ele o preço médio das unidades é de cerca de cento e trinta mil reais, no caso das unidades de dois quartos e de cerca de cento e sessenta mil reais no caso das unidades de três quartos, sendo que os valores podem variar em função do estado geral de conservação da unidade e do bloco. Ele informou que o conjunto foi construído em 1983.

Inicialmente a entrevista abordou assuntos relacionados à **infraestrutura urbana** do conjunto. O Sr. Waldir pareceu bastante satisfeito com a situação geral do conjunto nesse âmbito. Para ele não há hoje nem houve no passado problemas significativos com o sistema de abastecimento de água, com o sistema de drenagem ou com o sistema de esgoto. As caixas d'água dos blocos são muito grandes, segundo ele, e assim quando há falta de água por até um dia em função de alguma razão técnica imposta pela

concessionária, isso não afeta a vida dos moradores. Pelo que ele relatou, os problemas que acontecem no esgoto são dentro da área do conjunto antes do seu lançamento na rede pública, em geral decorrentes da falta de manutenção dos moradores nas caixas de passagem e tubulações do prédio. Para ele não há problemas significativos com relação ao fornecimento de energia. Ele informou que há quedas no sistema em função de queda de árvores ou tempestades, mas dentro do que poderia ser considerado normal. Nesses casos, segundo ele, a concessionária não costuma demorar com o reestabelecimento da energia. Ele não se lembra de nenhum caso de o conjunto ter ficado sem energia por um dia inteiro. Também não apontou problemas no sistema de telefonia. A pavimentação das ruas e das calçadas do conjunto sempre foi mantida em bom estado, no primeiro caso pela prefeitura e no segundo pelo conjunto, segundo ele.

Em seguida foram discutidos assuntos relacionados à **qualidade urbana** do conjunto. O Sr. Waldir declarou que os moradores do conjunto Flávio de Oliveira não têm problemas em relação ao comércio. Há algumas pequenas lojas numa das quadras do conjunto (como o seu bar) e há um comércio de bairro bastante variado nas ruas ao redor, no bairro Cardoso. Segundo ele, alguns estabelecimentos comerciais de porte maior podem ser encontrados na Rua Barão de Monte Alto a poucos quarteirões do conjunto.

Os espaços públicos e áreas de lazer do conjunto são precários, segundo o Sr. Waldir. Essa é uma das principais dificuldades dos moradores e um dos pontos que tem sido nos últimos anos o foco tanto das reivindicações dos moradores, como das promessas de políticos, candidatos a vereador e a deputado estadual que, segundo ele, vão ao conjunto nos anos em que há eleições. Há alguns poucos brinquedos de *playground* na área aberta em frente às lojas, em meio a um estacionamento. Eles foram colocados pelo próprio Sr. Waldir com seus recursos, segundo ele, para atrair freguesia e para os meninos do conjunto terem onde brincar. A ideia da associação é criar uma área de lazer com pista de *cooper*, equipamentos de ginástica para terceira idade, brinquedos e quadra na área aberta em frente à Escola Municipal Antônio Mourão Guimarães (Rua Solidariedade entre Rua Brusque e Rua Intersindical). Essa é uma reivindicação importante dos moradores do conjunto. O Sr. Waldir informou que a AMCFO tinha tido uma reunião poucos dias antes na Secretaria de Estado de Esportes e Juventude (SEEJ) para levar essa reivindicação. Ele informou que eles já haviam procurado a prefeitura e a câmara dos vereadores anteriormente, levando essa reivindicação, em ambos os caos, sem sucesso. Ainda segundo ele, se os órgãos públicos municipais e estaduais não prestarem ajuda na criação desses espaços de lazer no conjunto, a associação irá implanta-los com seus próprios recursos. Ele explicou que a associação obtém sua renda com as contribuições condominiais e principalmente com o aluguel de um terreno para uma escola particular que fica ao lado da própria associação. Ele considera isso injusto, já que o conjunto habitacional Flávio de Oliveira e a AMCFO não são vinculados à nenhuma esfera pública desde sua criação e ao construírem uma praça pública de lazer com seus próprios recursos, aberta para o uso dos moradores do bairro ao lado do conjunto, estariam fazendo o que deveria ser responsabilidade do poder público.

No que diz respeito aos serviços públicos de saúde e educação, não há, segundo o Sr. Waldir, grandes problemas para os moradores do conjunto. Além das escolas dos bairros do entorno, há uma Escola Municipal – EM Antônio Mourão Guimarães - e uma UMEI (Cardoso) ao lado, ambas dentro da área original do conjunto. Ele aponta que o grande problema atual da UMEI do conjunto Flávio de Oliveira não está no número de vagas que ela oferece como acontece em outras unidade em áreas de periferia, mas no fato de a instituição ter critérios pouco claros para o preenchimento das vagas, o que faz com que crianças do conjunto fiquem de fora da seleção em favor de crianças dos bairros da região. Para o Sr. Waldir, a direção atual da UMEI é responsável pelo surgimento desse problema. Em relação aos serviços públicos de saúde, o Sr. Waldir informou que há um posto próximo, no bairro Urucuia, que atende satisfatoriamente. Ainda segundo ele, a prefeitura está construindo outro posto, mais próximo do conjunto, na área da antiga FEBEM.

A questão da segurança é um dos problemas que compromete a qualidade de vida dos moradores hoje, segundo o Sr. Waldir. Ele relatou que antes havia um batalhão da cavalaria da polícia militar nas proximidades do conjunto, o que dava mais segurança aos moradores. Hoje, não há nenhum batalhão ou delegacia nas proximidades, e quando a polícia é chamada, demora muito até que chegue uma viatura. Além disso, segundo ele, raramente são vistos carros de polícia fazendo rondas nas ruas do conjunto. Ele relatou que há problemas constantes de roubos, principalmente de carros e motos. Esses roubos, segundo ele, não seriam feitos por moradores do próprio conjunto, mas por pessoas da vila Cemig, próxima ao conjunto. O Sr. Waldir relatou que há problemas no conjunto em relação ao uso de drogas, mas não há brigas de grupos ligados ao tráfico de drogas. Ele informou que isso já aconteceu, mas hoje em dia há apenas a presença de usuários de drogas que as vezes utilizam os espaços públicos do conjunto. Ele relatou que isso não causa problemas, porque são pessoas conhecidas, moradoras do próprio conjunto.

A questão do transporte é um dos maiores problemas do conjunto Flávio de Oliveira hoje, segundo o Sr. Waldir. Ele relata que há apenas uma linha que passa por ali, 328, indo ou voltando da Estação Barreiro. Isso faz com que os moradores sempre tenham que fazer essa baldeação para trocar de ônibus antes de se dirigirem às áreas centrais da cidade. Além disso, segundo ele, o intervalo entre os carros é muito grande e nos horários de pico eles sempre passam muito cheios, com pessoas espremidas nas portas.

Com relação às **condições ambientais**, o Sr. Waldir afirmou que não há grandes problemas. O curso d'água que passa ao lado do conjunto, o córrego Barreiro, não traz nenhum tipo de transtorno aos moradores, segundo ele. Não há casos de problemas com o solo. Não há problemas de poluição do ar em função de incêndios ou poeira vindos da área não urbanizada. Também não há problema de ruídos com trânsito de veículos, já que o conjunto está no final do bairro e não serve de passagem para nenhum lugar. Segundo ele, ao contrário, a mata vizinha da COPASA e a própria arborização das ruas do conjunto criam um clima sempre fresco e agradável que atrai várias pessoas a morar nesse lugar. O

problema maior é o acumulo de lixo em certos pontos do conjunto. Segundo ele, alguns moradores colocam o lixo na rua fora dos dias/horários de coleta (segunda, quarta e sexta feira) e como há muitos cachorros vira-lata pelas ruas do conjunto, eles abrem os sacos e espalham o lixo pelas ruas. Isso contribui para o aparecimento de ratos, moscas e baratas. Os ratos, em especial, constituem um problema grave pela sua alta incidência na área do conjunto, segundo o Sr. Waldir. Para ele, a maior "poluição" do conjunto são as construções de chapa metálica para proteger veículos nas áreas abertas, que os moradores chamam de "garagens de lata". Segundo ele os moradores foram se apropriando dos espaços abertos com essas construções improvisadas, primeiramente só como uma cobertura de telha metálica, mas depois fechando também as laterais, frente e fundos. Hoje elas compõem a principal característica visual do conjunto e "enfeiam" muito a sua aparência segundo ele, já que a maioria está enferrujada e em condições precárias. O Sr. Waldir conta que as "garagens de lata" já foram alvo de discussões com a prefeitura, já que são construções ilegais. Ele conta que há uma negociação já iniciada para removê-las, mas há muita resistência dos moradores que não querem perder suas vagas cobertas.

Em relação aos **riscos** que afetam o conjunto, não há, segundo o Sr. Waldir, nenhum tipo de risco dentre os que foram enumerados afeta conjunto Flávio de Oliveira (deslizamento ou escorregamento de encostas, alagamentos e enchentes, epidemias, incêndios nas matas).

O sr. Waldir afirmou que não há entre os moradores um histórico relevante de mobilização política para reivindicações por melhorias ou de luta contra qualquer tipo de situação que comprometa o conjunto. Segundo ele a AMCFO é quem levanta as bandeiras de reivindicações e que articula politicamente essas questões, mas que de forma geral os moradores não se interessam em participar de qualquer mobilização.

Para ele, a noção de fim da cidade pode ser aplicada ao conjunto num sentido que lhe dá qualidade, colocando-o como um lugar livre de ruídos, aprazível, próximo à mata da COPASA, perto da natureza.

Sem mais assuntos a tratar, a entrevista se encerrou às 15:40.

ANEXO 2.2

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

CH2 – Conjunto Flávio de Oliveira – Regional Barreiro, Belo Horizonte.

DATA – 08/11/2013

HORÁRIO – 15:00

LOCAL – AMCFO – Associação dos Moradores do Conjunto Flávio de Oliveira

PARTICIPANTES – Sr. Joaquim (presidente da AMCFO) e Lívia (funcionária da AMCFO)

A reunião com o Sr. Joaquim, presidente da AMCFO foi agendada na primeira vez em que foi possível o contato telefônico com ele, na sede da associação. Porém, foram feitas tentativas quase diárias de encontrá-lo por mais de mês até que isso acontecesse. Logo no começo da conversa, o Sr. Joaquim esclareceu que trabalha como motorista de ônibus urbano e seu horário de atividades na associação é depois do trabalho, o que nem sempre com regularidade de horários. Normalmente ele chega do trabalho por volta de 16:00 e vai direto para a associação antes mesmo de ir em casa. Mas muitas vezes ele chega na associação já de noite e em alguns dias nem vai lá, se já for muito tarde. Ele lembrou que está a frente da associação há quatro anos e mora no conjunto há doze anos.

Inicialmente foram verificados alguns dados gerais sobre o conjunto. O Sr. Joaquim perguntou à funcionária Livia qual a idade do conjunto e ela confirmou que sua construção aconteceu em 1983. Ainda segundo ela, no mesmo ano foi criada a AMCFO. Segundo o Sr. Joaquim, o conjunto foi construído através de uma parceria entre uma cooperativa de trabalhadores e a Caixa Econômica Federal, daí o nome da rua principal do conjunto ser “Rua Intersindical”. Ele explicou que o valor médio dos apartamentos de três quarto varia entre 175 e 195 mil reais e o preço dos apartamentos de dois quartos varia entre 120 e 130 mil reais. Ele explicou ainda que a associação tem uma gestão do conjunto que é totalmente independente da gestão condominial de cada bloco, a cargo de cada sub-síndico de bloco. Ele explicou ainda que não são os proprietários que contribuem diretamente com a associação, mas os blocos, através do seu sub-síndico que faz o rateio da taxa de sessenta reais entre os proprietários. Dessa forma, há blocos adimplentes - um total de vinte e dois blocos – e os blocos inadimplentes, a grande maioria dos sessenta e quatro blocos. A associação trabalha pela construção de melhorias de uso

comum para o conjunto e realiza pequenas ações de manutenção como jardinagem, capina e limpeza dos blocos adimplentes. Ele explicou ainda que todos os blocos já têm medidores de água separados.

Inicialmente a entrevista abordou assuntos relacionados à **infraestrutura urbana** do conjunto. O Sr. Joaquim relatou que não há casos de problemas com o abastecimento de água nem quanto à frequência nem em relação à qualidade do serviço. Segundo ele há cortes programados para manutenção da rede, que são sempre avisados com muita antecedência. Ele não se lembrou de nenhum problema nas redes de esgoto públicas assim como nas redes de drenagem. Segundo o relato do Sr. Joaquim, há muitos problemas de ligações clandestinas de água pluvial dos blocos na rede pública de esgoto, o que fez com que a COPASA recentemente tivesse multado vários blocos do conjunto e os obrigado a consertar essas ligações. Segundo ele não há problemas com a rede de energia ou com a rede de telefonia. Os cortes nos dois casos são raros e programados. A iluminação pública é suficiente segundo ele, mesmo nas ruas mais periféricas do conjunto próximo à reserva ambiental. O Sr. Joaquim relatou finalmente que não há problemas graves com relação à pavimentação das vias e das calçadas. Aproveitou para dizer que o que falta são mais quebra-molas. Segundo ele, vários motoristas trafegam pelas ruas perimetrais do conjunto em grande velocidade o que obrigou a associação, por meio da pressão dos moradores, a solicitar a instalação de alguns quebra-molas. Ele ainda explicou que fez essa solicitação à prefeitura e na mesma semana eles foram instalados. Ele contou que a prefeitura quase nunca realiza capinas na área, que são feitas pela associação nas áreas comuns e próximo à cerca da divisa com a área da COPASA. O sistema de varrição pública é constante e eficiente, segundo ele.

Em seguida foram discutidos assuntos relacionados à **qualidade urbana** do conjunto. O Sr. Joaquim relatou que não há problemas para os moradores do conjunto em relação ao comércio. Há pequenas lojas ao lado do conjunto com farmácia, lanchonetes, padarias e na Av. Barão de Monte Alto, a três quadras do conjunto, há lotéricas, supermercados e todo o tipo de comércio. O conjunto só não tem áreas de lazer e esporte melhores porque há um problema com o fato de o conjunto ser “particular” segundo o Sr. Joaquim. A prefeitura, através da secretaria municipal de esportes, não quer instalar um conjunto de equipamentos de ginástica como vem fazendo em outras áreas da cidade porque a área disponibilizada não é pública (não é uma praça) e sim uma área privativa do conjunto. Segundo ele, a prefeitura tem medo que depois de instalados os equipamentos o conjunto poderia cercar a área e vetar seu acesso à pessoas que não são moradoras. O Sr. Joaquim contou que teve que assinar um termo de cessão da área à Prefeitura para que essa proposta fosse adiante. Mas segundo ele, está tudo parado no gabinete do secretário. As áreas que existem hoje foram construídas pela associação, mas encontram-se em estado precário. Segundo o Sr. Joaquim, a associação não tem recursos para melhorar e manter essas áreas de lazer.

Com relação aos serviços públicos, o Sr. Joaquim comentou que os moradores do conjunto vão passar a ser atendidos pelo novo centro de saúde que a prefeitura está terminando de construir na área da antiga

FEBEM. Ele considera que o serviço do centro de saúde Urucuia, que os atendia até então, era satisfatório mesmo apesar de o centro trabalhar além da sua capacidade. Ele contou que nunca usou o serviço desse centro por ter plano de saúde da empresa de ônibus, mas que sua mulher sempre usou e nunca reclamou. Com relação aos equipamentos de educação, relatou que a escola de ensino fundamental e a UMEI que funcionam dentro do conjunto são muito boas. Ele comentou que não conhece muito bem a UMEI, porque ela é recente e seus filhos já estão grandes. Mas segundo o Sr. Joaquim os moradores gostam do serviço prestado pela UMEI. Para ele, as reclamações dos moradores com relação à unidade estão relacionados à tentativas mal sucedidas de matricular seus filhos ali, o que, para ele ocorre porque "as pessoas se inscrevem hoje e querem a vaga para amanhã". Nem o Sr. Joaquim nem a funcionária Livia se lembraram de creches próximas ao conjunto. Eles se lembraram de duas escolas nas proximidades: "Pimentel" e "Ana Alves", ambas de ensino fundamental e que atendem bem as crianças do conjunto. "Dá para eles irem a pé", declarou ele. Para o ensino médio, só no "Isaura", contou a funcionária Livia. Segundo o Sr. Joaquim, nesse caso, as crianças têm que pegar o ônibus, o que pesa o orçamento das famílias.

A segurança é o maior problema do conjunto hoje, segundo o Sr. Joaquim. Ele conta que quando havia um regimento de cavalaria da PM ao lado do conjunto, e também pelo fato de haver muitos moradores aposentados pela PM, havia rondas da polícia montada a cavalo dia e noite pelas ruas do entorno. Depois dessa mudança, a situação ficou crítica segundo ele. Há hoje muitos roubos de carros, assaltos a noite nas ruas e principalmente problemas com drogas. O Sr. Joaquim contou que os "aviõezinhos" ficam rodando o dia todo levando droga de um lado para o outro. Se são pegou pela polícia, como andam com quantidades pequenas de drogas, eles alegam que ela se destina ao consumo próprio e são liberados. Ele contou que a associação tentou um contato com o batalhão responsável pelo patrulhamento da área e as rondas em viaturas começaram a acontecer com maior frequência. Ele contou ainda que o conjunto conta com o apoio político de um vereador ("Daniel") que teria prometido pedir à PM a instalação de câmeras (Olho Vivo).

A questão do transporte público também é bastante deficiente no conjunto, segundo o Sr. Joaquim que brincou: "Desse assunto eu entendo". Ele considera que a empresa que opera a principal linha que passa pelo conjunto vem paulatinamente tirando carros de circulação e aumentando o intervalo das viagens, para reduzir custos. Com isso apesar de terem sido construídos prédios no entorno, aumentando a demanda pelos ônibus, o número de carros diminui a cada mês. Ele reclamou da falta de um ônibus direto para o centro e de mais carros, pelo menos nos horários de pico no começo da manhã e no fim da tarde. Ele explicou que a BHTRANS tentou aliviar a demanda com linhas suplementares (microônibus), mas essa medida não surtiu efeito.

Foram então discutidas as **condições ambientais** do conjunto. O córrego do Barreiro, que passa ao lado do conjunto, não é motivo de preocupações em termos de poluição. O Sr. Joaquim contou que na

semana anterior desceu até próximo de onde é realizado o "bota-fora" e viu a água do córrego "cristalina". Segundo ele, o córrego nasce na área de preservação da COPASA e vem totalmente puro até a área vizinha ao conjunto. Depois dali, com a presença de moradias irregulares em seu leito, lançando esgoto diretamente nele, a situação fica pior. Ele contou que esse esgoto só vai aparecer "mais para baixo" [a jusante] do conjunto. Segundo ele não há caso de problemas ambientais com o solo no conjunto e seu entorno. A qualidade do ar no conjunto é seu ponto mais positivo, segundo o Sr. Joaquim. Ao lado da tranquilidade. Para ele não há problemas com poluição sonora e os problemas com som alto em carros e apartamentos são contornáveis. A funcionária Livia lembrou que os ruídos mais agressivos vem de carros de som que passam o dia todo pelas ruas do conjunto. [durante a conversa um carro realmente passou anunciando promoções de uma loja da região]. O Sr. Joaquim não considerou que o lixo seja um problema no conjunto. Para ele os casos de lixo espalhados pela calçada e vias públicas são isolados e tem sua origem da falta de conscientização de alguns moradores e não de alguma falha da prefeitura. Ele contou que o serviço de coleta passa sempre nos dias e horários programados. "O problema é do conjunto para dentro", declarou ele, afirmando que eles têm tentado fazer campanhas de conscientização para o problema do lixo nas calçadas. O problema maior, segundo ele, são alguns moradores que põe móveis como camas, sofás, armários que não usam mais nas áreas abertas na divisa com a área de preservação ambiental da COPASA. Esses móveis ficam lá abandonados, segundo o Sr. Joaquim, até desmanchar pela ação do tempo ou até algum menino colocar fogo neles. Isso acaba gerando.

A maior poluição do conjunto é a poluição causada pelas "garagens de lata". Para o Sr. Joaquim elas depreciam os imóveis em pelo menos sessenta mil reais. Ele contou que a PBH notificou a associação judicialmente para a retirada de todas as "garagens de lata", já que elas foram construídas em cima dos passeios e áreas públicas. O Sr. Joaquim contou que várias dessas garagens são alugadas por pessoas que nem moram mais no conjunto mais ainda se julgam donos desses módulos. Ele contou ainda que já foram descobertos carros roubados escondidos nessas garagens. Para ele, seria bom se a PBH "viesse e derrubasse tudo". Assim, os moradores seriam obrigados a renegociar as áreas para estacionamento, as vagas, mas dentro do conjunto.

Em relação aos **riscos** que afetam o conjunto, o Sr. Joaquim declarou que não há problemas de deslizamentos, escorregamentos ou erosões. Segundo ele o córrego do Barreiro alaga em épocas de maior volume de chuvas, sem contudo que água tenha alguma vez chegado próxima dos blocos. "O problema fica lá pra baixo" contou ele. Ele relatou que não há um histórico de endemias no conjunto, nem mesmo de dengue. Contou, todavia, que há uma infestação de ratos (ratazanas) no conjunto. Segundo ele eles não são atraídos pelo lixo, mas sim pelo esgoto. Ele contou que há vários casos no conjunto de destruição de caixas de gordura e tubulações pelos ratos. Já houve vários casos de incêndios florestais na área vizinha ao conjunto. Porém, para ele, mesmo que o fogo já tenha chegado próximo aos prédios, ele não sente medo, porque, segundo ele, a brigada de incêndio da COPASA é muito eficiente com esse

tipo de incêndio em áreas florestais. O Sr. Joaquim contou que sempre que há algum foco de incêndio, no máximo meia hora depois a brigada já está no local tentando apagar o fogo.

O sr. Joaquim contou que apesar de existir uma associação dos moradores, não há um histórico de articulação política. Segundo ele, os moradores gostam de cobrar da associação diversas ações, mas nunca participam de nenhuma assembleia e nunca estão disponíveis para discutir os problemas. “Na hora da reunião todo mundo prefere ver novela”, afirmou ele. Ele considera que a associação é uma importante voz dos moradores, mas poderia funcionar melhor como uma ponte entre os moradores e o poder público local. Ele afirmou [em tom de brincadeira] que só o conjunto consegue eleger um ou dois vereadores. Porém, segundo o Sr. Joaquim, eles aparecem nas épocas de eleição e prometem melhorias para o conjunto, mas depois nunca estão disponíveis para receber a associação.

O Sr. Joaquim considera que, mesmo com todos os problemas, o conjunto é um ótimo lugar para se morar. Ele disse que como é motorista, “roda muito” por Belo Horizonte e região. Para ele não há nenhum lugar que oferece as qualidades de vida que o conjunto oferece pelo preço que ele custa.

Sem mais assuntos a tratar, a entrevista se encerrou às 16:00.

ANEXO 3.1

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

CH3 – Conjunto Pongelupe – Regional Barreiro, Belo Horizonte.

DATA – 29/09/2013

HORÁRIO – 14:00

LOCAL – Escritório da Associação dos Moradores do Conjunto Pongelupe

PARTICIPANTES – D. Lourdes (síndica geral do Conjunto Pongelupe).

A entrevista não havia sido previamente agendada, mas a síndica geral do conjunto, D. Lourdes estava presente no escritório da associação dos moradores no momento em que era feita uma visita de campo ao conjunto e se dispôs a colaborar sem nenhuma restrição. D. Lourdes é síndica geral do conjunto há oito anos e moradora há vinte e nove anos. Segundo ela, sua longevidade como síndica-geral só foi possível graças à ajuda de um sobrinho que é policial e se comprometeu a garantir a sua segurança desde que ela se candidatou ao cargo. Ela relata que para enfrentar todos os problemas do conjunto é preciso muita coragem. Quando informada que o assunto da entrevista iria abordar alguns problemas por que passam os conjuntos habitacionais, já foi avisando que o maior problema que ela enfrenta é a inadimplência dos moradores. Ela explicou que cada morador do conjunto tem que pagar uma taxa de condomínio que equivale a 3% do salário mínimo. Apesar de considerar esse um valor baixo, ela conta que muitos moradores não pagam a contribuição em dia e alguns não pagam a contribuição há muitos meses. Ela explicou que não se trata de uma contribuição voluntária, e sim de uma taxa de rateio de despesas gerais.

Inicialmente foram verificados alguns dados gerais sobre o conjunto. D. Lourdes informou que o conjunto é composto de 56 blocos e 336 UHs (seis UH por bloco). A estrutura administrativa do conjunto conta com a administração geral, da qual ela é responsável como síndica geral, e com um sub-síndico por bloco. Graças a essa descentralização parcial, alguns blocos têm gestões mais eficientes do que outros. Ela conta que há blocos sempre bem cuidados, com as fachadas pintadas e com obras de benfeitorias no nível térreo e há blocos em estado de deterioração. Ela relata, por exemplo, que o bloco em que mora, e do qual não é sub-síndica, é o que tem a fachada mais bem pintada, tem as garagens frontais mais bem construídas e tem até um “espaço gourmet” construído ao lado do prédio. Ela explica que cada bloco foi

responsável ao longo do tempo por construir os seus "puxadinhos" (áreas cobertas construídas nos recuos frontal e lateral), principalmente para abrigar as vagas de garagem que originalmente eram descobertas. Dessa forma, cada prédio acabou construindo uma identidade própria. Segundo ela, o conjunto foi construído em 1978.

Foram então discutidas algumas questões ligadas à **infraestrutura urbana** do conjunto. D. Lourdes informou que hoje não ocorrem desabastecimentos de água com frequência e, quando ocorrem, duram no máximo dois dias. Mas segundo ela, até quinze anos atrás a falta de água durava às vezes dias e até mesmo semanas. O abastecimento de água era precário quando ela se mudou para lá, mesmo apesar de haver, desde essa época, um reservatório da COPASA dentro da área do conjunto. Segundo D. Lourdes, não há casos de problemas significativos com o sistema de esgoto ou drenagem nas áreas públicas do conjunto. Para ela o sistema de abastecimento de energia tem quedas muito frequentes – sempre que chove mais forte, por exemplo – e seu reestabelecimento demora muitas horas. Há casos frequentes de o conjunto ficar sem energia de um dia para o outro. Ela reclamou muito dos sistemas de telefonia. Segundo ela, é comum os moradores ficarem mais de uma semana sem telefone em função de problemas técnicos que demoram a ser solucionados pela empresa Oi, que assumiu as linhas da antiga companhia pública estadual de telefonia, a Telemig. D. Lourdes relatou que a pavimentação das ruas do conjunto sofre com o surgimento de buracos em função das chuvas e do trânsito de ônibus. Segundo ela a prefeitura demora meses para tapar os buracos.

Em seguida foram discutidas questões relativas à **qualidade urbana** do conjunto. D. Lourdes não fez qualquer reclamação com relação ao comércio. Segundo ela, há de tudo no entorno do conjunto: padarias, supermercados, farmácias e todo o tipo de comércio de bairro, principalmente na Rua Lucas de Carvalho Santos, a dois quarteirões do conjunto. Com relação aos espaços públicos de lazer, há uma praça bem cuidada, na mesma Rua Lucas Carvalho Santos com pista de caminhada e equipamentos de ginástica para pessoas da terceira idade. Segundo D. Lourdes, os moradores do conjunto utilizam essa praça. Há também quadras, *playgrounds* e áreas de lazer para festas no próprio condomínio, no quarteirão que fica entre as ruas W cinco, Robertson Pinto Coelho, S dois e Augusto Degois. D. Lourdes relata que esse era um espaço de lazer e esporte do conjunto aberto a todos, mas no início de sua gestão ela foi obrigada a cercar a área com muros e telas, para conter o uso do espaço por usuários de drogas principalmente à noite. Além disso, o controle do acesso às quadras e equipamentos de lazer até mesmo para os moradores foi uma das formas que ela encontrou para combater a inadimplência entre os moradores já que, desde que ela assumiu a gestão do conjunto, somente os moradores em dia com a associação podem ter acesso à área.

Com relação aos equipamentos de saúde, D. Lourdes confirmou que há o Centro de Saúde do Urucuia, mantido pela prefeitura, localizado na rua W dois e que atende os moradores do conjunto. Ela fez várias reclamações em relação ao serviço desse Centro de saúde. Segundo ela, faltam médicos, faltam

remédios e os funcionários tratam as pessoas com desrespeito. D. Lourdes informou que a Clínica de Todos do Barreiro é que oferece um bom atendimento de saúde aos moradores do conjunto, apesar de um pouco mais distante e da taxa cobrada pelos serviços. Com relação aos equipamentos de educação, D. Lourdes disse não haver muitos problemas. Há uma UMEI (Urucuia) em construção, a poucos quarteirões do conjunto. Há várias escolas públicas próximas ao conjunto Pongelupe: a Escola Municipal Antônio Mourão Guimarães, próxima do conjunto Flávio de Oliveira; a Escola Estadual Álvaro Laureanno Pimentel, no Urucuia; a Escola Municipal Ana Alves Teixeira, na Rua Barão de Monte Alto; a Escola Municipal Professora Isaura Santos, no Barreiro de Cima; a Escola Municipal Dulce Maria Homem, também do Barreiro de Cima, todas boas escolas, segundo ela.

A questão da segurança é um ponto crítico do conjunto Pongelupe, segundo D. Lourdes. A falta de policiamento nas ruas do conjunto e do entorno e a demora para que qualquer viatura de polícia apareça ali após um chamado fazem com que, segundo ela, seja muito comum os assaltos nas ruas e furtos de veículos e motos. Há muitos casos de roubos a apartamentos que acontecem no momento em que os moradores descem do carro para abrir o portão da garagem. Para D. Lourdes, há roubos que são realizados pelos próprios moradores do conjunto. Há muitos problemas com o uso de drogas, segundo D. Lourdes. Pelo que ela relata, a partir de certas horas a rua que faz o limite sul do conjunto, a rua Robertson Pinto Coelho, tranforma-se em uma "verdadeira cracolândia", com usuários andando pelas ruas e consumindo drogas. Isso ocorre, segundo ela, próximo às árvores que formam uma praça na limite desse quarteirão, já fora da área de lazer fechada por ela. Segundo o relato de D. Lourdes, os moradores estão cada dia com mais medo dessa situação.

O transporte público foi um ponto também bastante criticado por ela. O maior problema seria o fato de que não há como ir do conjunto Pongelupe ao centro de Belo Horizonte sem fazer algum tipo de baldeação, ou na Estação Diamante ou na Estação Barreiro. Isso, segundo D. Lourdes, complicou demais a vida dos moradores. Ainda segundo ela, há somente uma linha que passa pelo conjunto, o que limita as possibilidades de locomoção dos moradores.

A seguir foram discutidas algumas questões ligadas à **problemas ambientais** do conjunto. Como ele foi construído numa situação topográfica de topo de morro, não há nenhum problema com cursos d´água no entorno do conjunto. D. Lourdes afirmou não conhecer problemas geológicos no conjunto em todos os anos que mora ali. Disse que a qualidade do ar em geral é boa, em função da proximidade com a área de preservação ambiental da COPASA, mas que quando há algum incêndio nessa área – principalmente nas estações secas – o vento traz muita fuligem e fumaça, o que compromete o ar. Segundo ela as ruas do conjunto são tranquilas e o trânsito não causa incômodos sonoros, mesmo considerando os ônibus que passam em algumas ruas. A música alta em alguns carros costuma causar mais problemas em termo de ruído, segundo ela. A questão dos resíduos sólidos é o maior problema de ordem ambiental do conjunto Pongelupe, segundo D. Lourdes. Ela relata que apesar da coleta de lixo da prefeitura acontecer três

vezes por semana (segunda, quarta e sexta-feira) algum lixo sempre aparece nas áreas abertas do conjunto, nas praças e até nas quadras, jogado por cima do muro que as cerca. Ela conta que tenta identificar os moradores que desrespeitam as normas do conjunto deixando lixo em áreas abertas mas isso é muito difícil. Falta, segundo ela, maior conscientização dos moradores. Alguns deles, quando identificados, ficam bastante constrangidos.

Em seguida, foram abordados os **riscos** que afetam o conjunto. D. Lourdes afirmou que só houve problemas de deslizamento ou desmoronamento no conjunto quando a caixa d'água da COPASA que fica instalada ali se rompeu há muitos anos atrás e o grande volume de água que vazou acabou causando o desmoronamento de algumas partes da área de lazer e das quadras. Segundo ela, a empresa reconstruiu toda área que foi atingida por esse vazamento em algumas semanas. Não há segundo D. Lourdes, nenhum caso de alagamento ou enchente, pela condição topográfica do conjunto, nem mesmo na Rua S Dois, que conforma uma linha de drenagem natural. Em relação à epidemias e problemas de saúde, ela conta que há muitos casos de dengue no conjunto, em função do problema do lixo, antes mencionado, que também atraem muitos ratos e baratas. Não se lembra, entretanto, de epidemias causadas pela presença desses animais. D. Lourdes relatou por fim, que os incêndios florestais na área de preservação da COPASA são comuns na estação seca, mas nunca chegaram a comprometer a segurança do conjunto.

Em relação à capacidade de mobilização no conjunto, D. Lourdes mostrou-se cética e afirmou que os moradores nunca se uniram para reivindicar qualquer tipo de melhoria. Ela recorda que houve casos em que, por iniciativa pessoal, ela participou de reuniões com órgãos municipais para debater e reivindicar questões relacionadas ao conjunto (como por exemplo alteração de itinerário dos ônibus na BHTRANS), mas que essas questões nunca foram debatidas coletivamente no conjunto. D. Lourdes usou para definir essa questão as seguintes palavras: desunião, desarticulação, desinteresse, preguiça. Para ela, cada morador só pensa em si próprio e no seu apartamento.

Sem mais assuntos a tratar, a entrevista se encerrou as 15:00.

ANEXO 3.2

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

CH3 – Conjunto Pongelupe – Regional Barreiro, Belo Horizonte.

DATA – 10/10/2013

HORÁRIO – 14:00

LOCAL – Apartamento Dona Tereza – Rua W5, 20/201

PARTICIPANTES – Dona Tereza (moradora antiga do conjunto)

Dona Tereza foi indicada pela síndica geral do condomínio, Dona Lourdes, como uma moradora antiga do conjunto Pongelupe que poderia se dispor a participar de uma entrevista. Após o contato por telefone, a conversa foi agendada e aconteceu no seu apartamento. Dona Tereza mora no conjunto há dezesseis anos e é sub-síndica do seu bloco.

Primeiramente foram abordadas questões relativas à **infraestrutura urbana**. Dona Tereza não apontou problema com relação às condições do sistema de abastecimento de água, ao sistema de esgoto ou mesmo ao sistema de drenagem. Segundo ela, em todo o tempo que ela mora no conjunto, não se lembra de desabastecimentos de água além daqueles normais, realizados por razões técnicas, amplamente noticiados na imprensa e que não duram mais do que algumas horas. Ela tão pouco se lembra de problemas com a rede de esgoto ou de drenagem nas ruas do conjunto. Com relação ao sistema de abastecimento de energia, ela reclama de variações muito constantes. Segundo ela, há dias em que há dois ou três "piques" de energia. Ela lembra que tem que ficar constantemente acertando os relógios eletrônicos da casa por conta dessas oscilações. A iluminação pública é adequada, segundo ela, não ficando aquém da iluminação urbana de outros bairros. A condição geral da pavimentação de ruas e calçadas é ruim, segundo ela. Os buracos aparecem constantemente nas vias devido ao grande tráfego de caminhões que transitam por ali, entrando e saindo da fábrica da "Sical". Para Dona Tereza, a prefeitura demora a resolver o problema dos buracos e quando o faz, aplica uma camada fina de concreto que logo volta a rachar. Para ela, a prefeitura aplica sempre uma "capinha" de asfalto.

Em seguida foram discutidos alguns aspectos relacionados à **qualidade urbana**. Dona Tereza reclamou bastante da condição do comércio para os moradores do conjunto. Segundo ela, apesar de haver algum

comércio de bairro como padaria, bares e salões de beleza na Rua Lucas de Carvalho Santos que fica a dois quarteirões do conjunto, faltam estabelecimentos comerciais de maior porte se considerado o número de moradores do conjunto. Para ela faltam principalmente um supermercado, um sacolão (hortifruti) e uma loteria. Esse tipo de comércio só acontece na Av. Barão de Monte Alto e o morador precisa se deslocar quase um quilômetro para chegar até lá. Isso é difícil, segundo ela, com sacolas de compras.

Os espaços públicos e de lazer são outro ponto bastante problemático do conjunto, segundo Dona Tereza. Para ela as áreas públicas que ficam nas duas extremidades do conjunto não recebem o devido tratamento da prefeitura e com isso o lixo se acumula no chão, o mato cresce e esses espaços ganham um aspecto muito ruim. Por isso mesmo, poucas pessoas do conjunto frequentam esses locais. Dona Tereza diz que quando acontece alguma capina nessas praças, é feita pelo funcionário do condomínio e não pela prefeitura. As praças de baixo (rua S dois), segundo ela, até recebem varrição e capina da prefeitura de vez em quando, o que não acontece nas praças de cima (rua Augusto Degois), que são menos visíveis.

O serviço de saúde do Centro de Saúde da Prefeitura (Rua W2) é classificado por Dona Tereza como péssimo. Segundo ela é impossível usar os serviços desse Centro, porque não há médicos nem remédios e os funcionários são muito mal educados. Segundo ela, a maioria dos moradores do conjunto acaba tendo que se deslocar para outros bairros para conseguir uma consulta ou um remédio. Já os estabelecimentos de educação são bem avaliados por ela. Há muitas opções de escolas no entorno do conjunto e de boa qualidade. Dona Tereza comentou ainda que uma UMEI está sendo construída a alguns quarteirões do conjunto (UMEI – Urucuia).

A questão da segurança é outro ponto bastante criticado por Dona Tereza. Segundo ela, quase nenhuma pessoa se arrisca a andar pelas ruas do conjunto após as 20:00, principalmente na W4 e W5. Não há nenhum tipo de policiamento o que aumenta a sensação de insegurança. Dona Tereza afirma ainda que as viaturas policiais demoram muito a chegar quando a polícia é acionada. Há muitos casos de roubos de carros e motos e assaltos segundo ela. O que aumenta o problema, para Dona Tereza, é a área de preservação da COPASA vizinha ao conjunto. Ela conta que a maioria dos assaltantes entra nessa área após realizar o furto e não consegue ser capturado. Várias vezes, segundo ela, a polícia chega e, ao descobrir que os assaltantes entraram pela mata a dentro, ou desiste de procurá-los já de saída ou entra rapidamente no trecho da mata próximo ao conjunto e pouco tempo depois também desiste. A presença dessa área de preservação é um facilitador para ação dos marginais, segundo Dona Tereza.

A questão da mobilidade e do transporte também foi alvo de críticas. Dona Tereza vê problemas na escassez do transporte público que atende o conjunto, tanto no sentido do número de linhas (apenas uma) como no número de carros. Além disso, ela aponta os pontos descobertos como um aspecto muito ruim do conjunto, já que os moradores as vezes têm que esperar por muito tempo sob o sol ou sob a

chuva. Ela acha ainda que apesar do trânsito das ruas internas do conjunto ser tranquilo (W3, W4, W5), o trânsito de caminhões pesados entrando e saindo da fábrica da "Sical" preocupa, já que já houve casos de acidentes.

A seguir foram discutidos alguns pontos relacionados às **condições ambientais** do conjunto. Dona Tereza não viu problemas com incêndios florestais, que segundo ela, acontecem morro acima, já na Serra do Rola Moça e não na área de preservação contígua ao conjunto. A poluição do ar é um problema. Para Dona Tereza a poeira que entra pelas unidades habitacionais é constante e muito espessa. Ela não identificou problemas relacionados ao solo/subsolo, ou a ruídos. Para ela, de maneira geral o conjunto é muito tranquilo em termos de barulho. O maior problema ambiental para ela está na questão dos resíduos sólidos. Para Dona Tereza, a forma como os moradores colocam o lixo para fora, e a frequência alternada do serviço público de coleta (segundas, quartas e sextas feiras) faz com que constantemente se veja lixo espalhado pelas calçadas. Ela, como sub-síndica, diz que tenta conscientizar os moradores do seu bloco para só colocarem o lixo nas ruas nos dias e na hora da coleta, o que nem sempre consegue. O pior acontece, como ela conta, entre sexta feira e segunda feira, já que há um espaço maior de tempo e as pessoas ficam mais em casa e põe mais lixo para fora. Ela conta que catadores de lixo passam abrindo os sacos plásticos e espalham parcialmente o lixo pelo chão, que depois é completamente esparramado pelos muitos cachorros que vagam pelas ruas do conjunto. Dona Tereza mostrou-se pouco otimista quanto á possibilidade dos moradores se conscientizarem e organizarem melhor a gestão dos seus resíduos.

Com relação à aspectos geradores de situações de **risco**, Dona Tereza afirmou que desconhece qualquer problema relacionado à deslizamentos, escorregamentos de barrancos, erosões, etc. Tão pouco se lembra de qualquer problema de alagamento. Para ela nunca houve uma epidemia de qualquer tipo no conjunto. Não considera que a dengue possa ser considerada uma epidemia, já que, para ela, aconteceram apenas alguns casos isolados. Dona Tereza nunca viu nenhum incêndio florestal próximo ao conjunto. A questão da violência é o maior problema de risco na área do conjunto. Para, ela, além do problema dos roubos e assaltos, há muitos usuários de drogas nas áreas sob as árvores entre as ruas W4 e W5 de noite, o que deixa os moradores bastante preocupados.

Dona Tereza não acredita que os moradores do conjunto tiveram, tenham ou venham a ter qualquer capacidade de organização e mobilização. Para ela, reina o espírito do "cada um por si" e a maioria dos moradores nem participa das reuniões ordinárias, porque considera todo o tipo de assembleia uma perda de tempo. Ela aponta a grande inadimplência entre os moradores como maior fator de falta de mobilização, porque os moradores ficam constrangidos de participar de qualquer tipo de reunião coletiva se estão devendo ao condomínio.

A noção de morar no fim da cidade é bastante ambígua para Dona Tereza, já que traz pontos positivos e negativos. Ela aponta a tranquilidade do conjunto Pongelupe como um fator que a agrada. Para ela,

morar ali se parece com morar numa cidade do interior. Já as áreas verdes em torno do conjunto ao mesmo tempo dão uma ambiência diferenciada, uma sensação de estar próximo da natureza, como ela descreve, mas também servem de refúgio para criminosos. Mas o pior aspecto para ela, no sentido de estar no fim da cidade, é a sensação de estar longe de tudo, longe do comércio, longe dos serviços. Segundo ela, seu desejo era de se mudar para uma área mais central, onde ela pudesse fazer tudo a pé, sem ter que andar de carro ou pegar ônibus. Mas seu marido nunca quis se mudar porque gosta da tranquilidade do conjunto.

Sem mais assuntos a tratar, a entrevista se encerrou as 15:30.

ANEXO 4.1

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

CH4 – Condomínio Esparta/Egeu/Atenas – Regional Barreiro, Belo Horizonte.

DATA – 28/10/2013

HORÁRIO – 19:30

LOCAL – apartamento 601, bloco 6 Esparta (residência Sr. Gil)

PARTICIPANTES – Sr. Gil (Síndico geral do condomínio Esparta) e Sr. Gileno (Síndico geral do condomínio Egeu)

A ideia para essa entrevista era tentar agendar um encontro com os síndicos gerais dos três condomínios de forma a criar uma discussão em torno dos temas de estudo. O síndico do condomínio Esparta, o Sr. Gil mostrou-se totalmente aberto a participar da conversa desde o primeiro contato por telefone. Colocou uma restrição quanto ao horário – após as 19:30 – em função do seu trabalho. O síndico do condomínio Egeu, o Sr. Gileno, mostrou-se um pouco receoso a princípio, mas acabou concordando em participar da conversa após o contato por telefone. Disse, contudo que como trabalha como representante comercial, viaja muito. Por isso precisava ver se estaria em Belo Horizonte no dia combinado com os outros síndicos. O síndico do condomínio Atenas, o Sr. Claudiomar não retornou as várias ligações feitas e os recados deixados na portaria do prédio. Após uma primeira tentativa frustrada por problemas de horário do Sr. Gil, a conversa acabou acontecendo então no seu apartamento numa segunda tentativa. No início da conversa, o Sr. Gileno disse que tinha o telefone pessoal do Sr. Claudiomar e ia tentar chamá-lo para participar. No entanto, não conseguiu achá-lo e a entrevista aconteceu com os dois síndicos.

A conversa teve início abordando alguns aspectos gerais dos condomínios. O Sr. Gil contou que o condomínio Esparta era composto por nove blocos e um total de 288 unidades. O Sr. Gileno disse que o condomínio Egeu, assim como o condomínio Atenas, era composto por oito blocos e 256 unidades. Segundo eles, o condomínio foi finalizado em 2009, pela construtora Tenda, sobre a qual, segundo ambos, há muitas reclamações em relação às condições gerais do conjunto. Os dois relataram inúmeros problemas nos três condomínios com relação à infraestrutura predial, principalmente dimensionamento da rede elétrica e das tubulações de esgoto e água, além de problemas de acabamento, pintura das fachadas, telhados, esquadrias e escadas. Para eles, a construtora “vendeu uma coisa e entregou outra”.

A baixa qualidade construtiva dos três conjuntos até hoje, quase cinco anos depois da entrega, traz muitos problemas para os síndicos. Eles relataram ainda que todos os apartamentos dos três conjuntos têm dois quartos e seu preço oscila em torno de 120 mil reais dependendo do andar e do nível de acabamento.

O primeiro grupo de questões discutidas foi sobre a **infraestrutura urbana** em torno do conjunto. Ambos os síndicos relataram alguns problemas sérios com o sistema de abastecimento de água: o Sr. Gil contou que pelo fato de os prédios estarem "no fim da linha" da rede de água, já foram necessárias várias vezes abrir os medidores da COPASA para retirar pedras e barro que se acumularam ali. Ele relatou que os técnicos da COPASA afirmaram que isso acontece com todos as áreas no final das redes. O Sr. Gil contou ainda que os conjuntos têm problemas de falta de pressão. Segundo ele, pelo fato de o conjunto estar localizado num topo de morro, a pressão da água que chega muitas vezes é insuficiente para abastecer os reservatórios superiores dos blocos. Isso é pior no conjunto Esparta, o mais alto dos três. Ainda segundo o Sr. Gil, já aconteceram alguns desabastecimentos de água de um ou dois dias nos conjuntos, desde que eles chegaram ali. O mesmo afirmou que não há nenhuma relação entre a caixa d'água da COPASA [uma tulipa metálica] ao lado da entrada do conjunto Esparta e o abastecimento dos conjuntos. Nenhum dos dois relatou qualquer problema nas redes públicas de esgoto ou de drenagem nos arredores dos conjuntos. Segundo eles, os problemas acontecem dentro dos prédios, pela baixa qualidade construtiva dos mesmos. Há vários casos, como relatou o Sr. Gil de entupimentos de tubulações e de caixas de passagem de esgoto e drenagem no nível térreo do condomínio Esparta. Segundo eles, o mesmo acontece com a energia. Não há relatos de problemas com a rede pública, mas há vários problemas dentro do conjunto. Segundo o Sr. Gil, em quase todos os dias, no horário entre 18:00 e 20:00 quando muitas pessoas tomam banho, os disjuntores dos blocos desarmam e as pessoas têm que ficar sem energia até eles esfriarem. Os dois mostraram-se bastante descontentes com a construtora responsável pelos conjuntos mais uma vez. Segundo Sr. Gil, o condomínio Esparta está tentando obrigar a construtora e trocar as chaves gerais e os fios da entrada do prédio, aumentando sua capacidade. Porém ele também relatou que a construtora já se manifestou no sentido de não se responsabilizar por essa obra de aumento da capacidade de carga elétrica. Ele contou que essa modificação já foi orçada, mas os moradores não querem assumir esse custo, mesmo considerando o rateio por 288 proprietários. Como nem a construtora nem os moradores querem arcar com os custos, eles continuam convivendo diariamente com as quedas de energia elétrica.

Os dois síndicos não relataram qualquer problema com relação à pavimentação das ruas e calçadas em volta do conjunto. Segundo eles a área parcelada entre os conjuntos Esparta e Atenas, ficou muito tempo sem uma pavimentação adequada, nos últimos meses sofreu uma intervenção que incluiu melhorias na pavimentação das vias e calçadas. Segundo o Sr. Gileno afirmou, isso aconteceu porque o proprietário desses lotes pretende vendê-los agora que surgiu a perspectiva de uma grande obra viária nos arredores.

Em seguida foram discutidas algumas questões relativas à **qualidade urbana** dos conjuntos e seu entorno. A primeira questão trouxe bastante insatisfação por parte dos dois síndicos: a condição do comércio em volta do conjunto. Ambos mostraram-se bastante insatisfeitos com a falta de um comércio mais bem estruturado nas ruas em volta do conjunto. O Sr. Gil afirmou que eles estão longe de tudo e que é muito difícil lidar com a questão de falta de comércio. Contou ainda que vários moradores idosos que se mudaram para o conjunto nos seus primeiros anos acabaram desistindo de morar ali exatamente pela falta de qualquer tipo de comércio no entorno. Segundo ele, esses moradores sentiam falta de descer e caminhar a pé até uma padaria ou uma lotérica. Como muitos não tinham condições de se locomover de carros ou moto, acabaram se mudando. O Sr. Gileno explicou que só há algum comércio mais bem estruturado no bairro Urucuia, ao longo da Rua Lucas de Carvalho Santos, a cerca de dois quilômetros de distância. O Sr. Gil lembrou que são dois quilômetros de uma descida forte e uma subida muito íngreme, pela rua quatro e rua três. O Sr. Gileno contou que só há um sacolão (hortifruti) perto do conjunto, mas é mais caro que outros mais distantes. Ambos relataram que não há nenhum tipo de praça pública, equipamento de lazer ou esporte em torno do conjunto. Os equipamentos públicos de lazer mais próximos estão na mesma rua Lucas de Carvalho Santos, no bairro Urucuia. O Sr. Gil lembrou que há pouco tempo um vereador promoveu uma "rua de lazer" na rotatória em frente ao conjunto Esparta. Mas ele mesmo deixou claro que foi um evento temporário que só durou um dia. O Sr. Gileno alegou que o campo de futebol próximo da entrada do conjunto Egeu não é usado por seus moradores. Segundo ele, é um campo "das pessoas da vila" [Vila Corumbiara que faz limite com os conjuntos Atenas e Egeu, a leste]. O mesmo afirmou ainda que havia um projeto da prefeitura para instalar numa área próxima dos três conjuntos os mesmos equipamentos de ginástica que vem sendo instalados em outras praças públicas da cidade.

Os dois síndicos não relataram qualquer problema com o atendimento de saúde realizado pelo Centro de Saúde no Urucuia. O Sr. Gileno contou que sua esposa já teve que recorrer a ele várias vezes e sempre foi muito bem atendida. "O problema é a distância", afirmaram. Como é necessário se deslocar até lá de carro, eles muitas vezes acabam recorrendo a um serviço público mais especializado um pouco mais distante como o que é oferecido na UPA Barreiro. Com relação aos serviços públicos de educação, a constatação é a mesma: há serviços de boa qualidade nos bairros próximos como o Urucuia e o Cardoso. Mas é necessário um grande deslocamento. Segundo eles qualquer criança dos conjuntos precisa se deslocar de ônibus pelo menos trinta minutos até uma escola de ensino fundamental. No caso das escolas de ensino médio, o deslocamento é ainda maior, já que a mais próxima está no bairro do Jatobá. Ambos ressaltaram a importância da UMEI que está sendo construída na av. Warley Aparecido Martins, a poucas quadras dos conjuntos. Será o primeiro equipamento da prefeitura próximo do conjunto, lembraram os dois.

A questão da segurança pública preocupa os moradores dos três conjuntos, segundo o Sr. Gil. Para ele o fato de os conjuntos estarem "meio afastados" facilita a ação de assaltantes e marginais. É fácil, segundo

ele, esconder-se no meio do mato. O Sr. Gileno contou que sua esposa já foi assaltada duas vezes a alguns metros da portaria do seu conjunto. Para os dois falta um policiamento mais intenso. "É muito raro ver um carro de polícia por aqui" contou o Sr. Gil. Nenhum dos dois síndicos relatou problemas com roubos de carro dentro ou fora dos conjuntos assim como roubos de apartamento.

Os dois síndicos se queixaram bastante do serviço de transporte coletivo. "É o preço de estar no final da linha", disse o Sr. Gil. Segundo o Sr. Gileno, passam apenas duas linhas (342/32), mas com o mesmo trajeto. Ambas passam pela Estação Barreiro, segundo eles, "um verdadeiro caos" [nessa estação é feito o transbordo com bilhetagem integrada entre as linhas alimentadoras, bairro – estação, e as linhas troncais, estação – centro]. Ambos relataram que nos horários de pico há filas que variam de cento e cinquenta a duzentas pessoas esperando os ônibus. Ainda segundo relataram os dois síndicos os intervalos entre cada carro é muito grande e como as ruas são muito ermas, muitos moradores ficam esperando ver de longe o ônibus de dentro dos conjuntos e só vão para os pontos quando eles se aproximam. O Sr. Gileno contou que os horários dos ônibus afixados nos pontos ao redor do conjunto são completamente fantasiosos e o horário de espera chega a quarenta minutos. O mesmo contou ainda que muitos moradores dos conjuntos trabalham em Contagem e seriam beneficiados se a linha intermunicipal do DER-MG (1721) fizesse uma pequena alteração de itinerário e passasse pela próximo aos conjuntos.

Em seguida foram discutidos algumas questões relativas à **qualidade ambiental** dos conjuntos. Em primeiro lugar, com relação ao córrego que passa próximo ao condomínio Egeu, o Sr. Gileno contou que ele é totalmente poluído "depois da linha do trem" [a norte da linha ferroviária] porque a partir desse ponto recebe lixo e esgoto lançado pelos moradores da vila Corumbiara. Segundo ele, apesar do estado degradado do curso d'água, isso não causa nenhum tipo de problema para os moradores. A condição geral do subsolo dos conjuntos pareceu ser um ponto que preocupa os dois síndicos já que eles relataram que o chão e os prédios "tremem" sempre que um trem passa na linha férrea ao lado do conjunto. Para o Sr. Gil, parece que a compactação do solo não parece ter sido bem feita. A condição do ar nos conjuntos é um dos aspectos mais bem avaliados pelos dois síndicos. O Sr. Gil declarou que o ar que sopra vindo da Serra do Rola Moça é constante e sempre fresco. Ele contou ainda que se acostumou com a temperatura mais amena no condomínio Esparta e desde que se mudou para lá, passou a achar outros lugares da RMBH mais quentes. A questão do ruído causa problemas para os moradores apenas no que diz respeito à passagem de composições férreas carregadas de minério ao lado dos prédios. Segundo relatos dos dois síndicos, além da vibração sentida no chão e dos prédios, o barulho do trem chega a incomodar as pessoas, principalmente quando acontece à noite. Não houve relatos de nenhum dos dois síndicos de problemas com música alta. O Sr. Gil contou que os moradores respeitam uns aos outros no que diz respeito à emissão de ruídos. Apesar disso, "as vezes é preciso intervir", lembrou ele. A questão dos resíduos sólidos não é considerada um problema para os síndicos. Porém, suas respostas ficaram restritas à gestão dos resíduos dentro dos conjuntos. Nesse sentido, pareceu, segundo o Sr. Gil relatou, que há um nível razoável de colaboração dos moradores no sentido

de acomodar os sacos de lixo nos dias em que não há coleta pública (ela só acontece nas segundas, quartas e sextas feiras). O Sr. Gileno contou que no conjunto Egeu, havia sido feita uma tentativa de contato com a SLU para aderir ao programa de coleta seletiva do órgão, mas eles nunca foram atendidos. O Sr. Gil contou que no condomínio Esparta, já se tentou fazer a separação do lixo para a coleta seletiva, mas que isso começou a ocupar um espaço maior do que eles dispunham. A partir daí, abandonaram a ideia. Nenhum deles se queixou de lixo ou entulho no entorno dos conjuntos.

Foram então discutidas algumas questões relativas aos possíveis **riscos** a que estariam sujeitos os moradores dos conjuntos. Ambos afirmaram categoricamente que nunca houve qualquer problema de natureza geológica (deslizamentos, escorregamentos, etc). Com relação ao córrego que passa próximo da entrada do condomínio Egeu, o Sr. Gileno lembrou que já houve uma cheia entre 2008 e 2009, que alagou boa parte da vila Corumbiara, próxima ao curso d'água. Porém, ele afirmou, que nem mesmo nos dias do alagamento houve qualquer tipo de transtorno para os moradores. "O problema foi mais para o pessoal da vila", relatou. Ambos os síndicos afirmaram que não há nos poucos anos de história dos três conjuntos, casos de endemias. Houve casos isolados de dengue no último verão, segundo eles. O Sr. Gileno contou que há épocas em que é comum os moradores do condomínio Egeu encontraram cobras no nível térreo, mas que nunca houve casos de picadas. Não há um histórico de riscos de incêndio próximo aos conjuntos, segundo os dois síndicos. Os incêndios acontecem, segundo eles, em todas as estações secas, mas sempre na parte mais alta da Serra do Rola Moça, longe dos prédios.

Para finalizar a entrevista, os dois síndicos contaram um pouco da capacidade de mobilização e articulação política dos moradores do conjunto. Segundo o Sr. Gileno, tudo é muito difícil, porque "ninguém quer participar de nada". O Sr. Gil lembrou que se todos os moradores se mobilizassem para exigir melhorias para o entorno do conjunto teriam um peso muito forte, pelo número de moradores, cerca de três mil. Ele mesmo lembrou que são tantas pessoas, que a cada eleição municipal, aparecem muitos candidatos a vereador nos conjuntos tentando promover algum tipo de ação para atrair votos. O Sr. Gileno concordou e disse que é sempre a mesma coisa e que os votos dos conjuntos são muito disputados. Segundo eles, em toda a história dos três conjuntos houve apenas um episódio de mobilização em torno de uma reivindicação, que foi um abaixo-assinado encaminhado para a BHTRANS a respeito de linhas e itinerários de ônibus. De acordo com o Sr. Gil, "desse jeito é mais fácil" porque "cada um assina o documento na hora que pode". O Sr. Gileno, contudo, argumentou que "nem assim" as pessoas se interessam por qualquer tipo de mobilização. Para ele, cada um só quer resolver os seus próprios problemas.

Ambos consideram que, apesar de todos os pontos negativos levantados na conversa, morar nos três conjuntos Atenas/Esparta/Egeu é um privilégio, pela proximidade com a natureza e a tranquilidade do lugar. "A noite é uma tranquilidade, um silêncio" declarou o Sr. Gil. Nenhum dos dois manifestou qualquer vontade de se mudar. Sem mais assuntos a tratar, a entrevista se encerrou as 11:00.

ANEXO 5.1

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

CH5 – Conjunto Águas Claras – Regional Barreiro, Belo Horizonte.

DATA – 30/09/2013

HORÁRIO – 10:00

LOCAL – Escritório do VEASP (Rua Além Paraíba, Lagoinha)

PARTICIPANTES – Miryam Elisabeth – Coordenadora Social de Projetos VEASP

O contato com o Vicariato Episcopal para Ação Social e Política (VEASP), instituição ligada à Arquidiocese de Belo Horizonte, surgiu a partir de conversas com a coordenadora do CRAS Petrópolis e com a diretora da UMEI Águas Claras realizadas para tentar organizar uma reunião coletiva com algumas lideranças do conjunto Águas Claras. Nessas conversas, ambas apontaram o contato com o VEASP como o melhor caminho para organizar uma reunião dessa natureza, já que não era a Prefeitura que estava diretamente à frente da gestão de assistência social junto aos moradores. Foi feito então o contato com a instituição e agendada uma entrevista com a Coordenadora Social de Projetos, Myriam Elisabeth. O objetivo principal da conversa foi tentar entender como funciona a instituição e seu papel na articulação social dos moradores do conjunto Águas Claras.

A reunião começou as 10:00. Myriam se desculpou inicialmente pela impossibilidade da realização da entrevista em uma data anteriormente agendada e explicou que o cancelamento da mesma se deveu a uma reunião de caráter emergencial na URBEL. Inicialmente ela cuidou de explicar o funcionamento da instituição VEASP, ligado e diretamente subordinado à Arquidiocese de Belo Horizonte. A instituição atende a vinte e oito municípios da RMBH, através das paróquias, que formam uma rede bastante capilarizada e por meio de parcerias com os governos federal, estadual e municipal. Segundo ela, os objetivos principais da ação do VEASP no conjunto Águas Claras são a inclusão social e a construção de uma capacidade de gestão condominial. Essa gestão é fruto de um convênio assinado com a URBEL em 2005. Desde então, a instituição vem trabalhando em alguns conjuntos habitacionais da RMBH, com esses objetivos. Miryam explicou que a ação do VEASP se divide em quatro frentes de trabalho: inserção condominial, trabalhando aspectos de discussão sobre a gestão compartilhada dos conjuntos ; a inserção social nas políticas públicas, discutindo e conscientizando os moradores sobre seus direitos; a

convivência familiar com o entorno, tentando construir laços de vizinhança entre moradores do conjunto; educação patrimonial e ambiental, tentando conscientizar os moradores sobre aspectos socioculturais e ambientais ligados aos conjuntos.

Myriam alegou que o trabalho no conjunto Águas Claras é muito difícil devido a alta rotatividade de moradores. Há, segundo ela, uma troca constante de proprietários nas unidades habitacionais, com famílias chegando e saindo o tempo todo. Por isso, é difícil construir e consolidar qualquer tipo de conscientização entre os moradores. Ainda segundo Myriam, esse processo acontece desde que o VEASP começou a trabalhar ali, há oito anos. Outro problema enfrentado no conjunto Águas Claras diz respeito ao seu isolamento físico. Isso dificulta a articulação do conjunto com o entorno mais consolidado, principalmente com os bairros Petrópolis, Independência e Vitória da Conquista. Prova disso é o atendimento social da Prefeitura na região que é feito através de duas unidades do CRAS, nos bairros Petrópolis e Independência, distantes do conjunto.

Myriam aponta ainda um outro problema enfrentado na construção de uma consciência coletiva nos moradores do conjunto. Segundo ela, as diversas origens dos moradores do conjunto e a forma como cada um deles conseguiu a unidade habitacional revela uma estratificação social interna entre os moradores que parece sutil para quem vê de fora, mas é muito evidente entre eles. Há três grupos principais, bastante distintos nas origens e na forma como se articulam socialmente. Em primeiro lugar há os moradores que conseguiram as suas unidades por meio do Orçamento Participativo Habitacional, programa da Prefeitura de Belo Horizonte que entrega unidades para famílias que se cadastram previamente por meio do Movimento Luta por Moradia e conseguem se habilitar para participar do programa. Segundo Myriam, essas famílias tem características próprias, como uma menor tendência à deixar os apartamentos, maior capacidade de articulação social entre si e com os outros moradores, melhor nível de instrução básica e de acesso à informação. Em segundo lugar, há famílias que veem para o conjunto por meio de remoções realizadas pela URBEL em áreas de risco. Para Myriam, essas famílias estão normalmente num patamar intermediário de conscientização e de instrução e apresentam um maior grau de rotatividade. Elas se caracterizam por uma postura de resistência à qualquer articulação social com outros grupos, mas se articulam entre si, por suas origens comuns. Eles se sentem como se tivessem sido jogados no conjunto habitacional da URBEL, explica Myriam. Por fim, há os moradores de rua, que são cadastrados e instalados no conjunto. Para Myriam esses são os moradores que apresentam maiores dificuldades de integração com o conjunto entre si e com os outros grupos, e, por isso mesmo, têm um alto grau de rotatividade. Muitas vezes são os moradores com menor grau de conscientização. Ela explica que essa estratificação gera diferenças entre os moradores em seus interesses, objetivos, na forma como veem a vida no conjunto habitacional. Enquanto alguns trazem o espírito de começar uma vida nova numa moradia própria, conquistada por meio das lutas sociais, outros trazem a revolta de terem sido tirados de seus lugares de origem.

Para Myriam, os moradores do conjunto não têm muita noção das potencialidades de uma articulação política que poderia ser construída entre eles. Os fatores apontados, a alta rotatividade, o isolamento e a estratificação social, geram um espírito de “cada um por si”. Isso fica claro, segundo ela, todas as vezes em que reuniões são organizadas no conjunto para tratar de problemas coletivos e os pouco presentes só querem discutir problemas particulares de cada família. Outra prova disso, é o fato de que não há um síndico geral do conjunto há muitos anos e nem mesmo síndicos dos blocos. Ela conta que ela e sua equipe estão organizando reuniões para eleição desses síndicos de cada bloco. Posteriormente eles irão escolher um síndico geral.

Sem mais assuntos a tratar, a entrevista se encerrou as 11:00.

ANEXO 5.2

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

CH5 – Conjunto Águas Claras – Regional Barreiro, Belo Horizonte.

DATA – 26/10/2013

HORÁRIO – 09:30

LOCAL – UMEI Águas Claras – Auditório

PARTICIPANTES – nove pessoas

AGENTES SOCIAIS – Valtecir e Jaqueline (assistentes sociais VEASP), Dona Salete, Dona Graça, "Peixe", Sr. Vicente, Dona Wilma, Dona Jeni (moradores originais do conjunto, com grande capacidade de liderança informal entre os moradores)

A entrevista com várias lideranças do conjunto foi organizada e agendada com ajuda do VEASP, em especial por meio da sua coordenadora, Miryam e do agente social Valtecir, que trabalha diretamente com a comunidade do conjunto Águas Claras. Valtecir foi fundamental para a realização do encontro, já que fez o contato com algumas lideranças importantes e as convidou para participar da conversa, ao mesmo tempo em que conseguiu um lugar para a realização do encontro, a UMEI Águas Claras, através da sua articulação com a diretora da unidade, Vilma. A reunião foi marcada num horário e dia que poderiam contar com a participação de um maior número de pessoas, entre essas "lideranças" elencadas pelo próprio Valtecir.

Antes de a reunião começar, o agente social Valtecir, e outra agente social do VEASP, Jaqueline, mostraram a UMEI e o local onde aconteceria a reunião, um auditório informal do lado de fora do edifício, com arquibancadas, coberto mas sem paredes, de onde se avista a Serra do Rola Moça. O agente social Valtecir convidou o vigia da UMEI, o morador mais conhecido como "Peixe", para participar da reunião, já que, como ele explicou, tratava-se de um dos moradores mais antigos de conjunto e ao mesmo tempo alguém que já tinha participado da associação que existira nos primeiros anos do conjunto. Conversando informalmente com o morador "Peixe" antes do início da entrevista, ele explicou que os moradores do conjunto tinham enorme carinho com a UMEI, que já tinha quatro anos de existência. Segundo ele, tratava-se da "jóia" do conjunto. Perguntado por que a instituição conseguia se manter bem cuidada em

meio aos prédios e espaços públicos do conjunto tão degradados, ele afirmou que todos os moradores zelavam pela UMEI e que ali ninguém fazia nada de "errado": ninguém pixava, ninguém destruía os brinquedos, ninguém roubava nenhum equipamento. Ele contou que era vigia da UMEI desde que ela foi inaugurada e nunca houvera qualquer "problema". "Peixe" ainda ironizou, perguntando se alguma UMEI visitada ficava sem pelo menos um guarda municipal. Após a resposta negativa, ele completou dizendo, que nenhum agente da Guarda Municipal quis trabalhar na proteção da UMEI do conjunto Águas Claras, e que por isso ele, apesar de ser o vigia, tinha que fazer o papel de segurança que deveria caber à guarda municipal. Mesmo assim, sem um agente da Guarda Municipal, nunca ninguém do conjunto fez nada de errado com a UMEI. "Peixe" contou ainda que a maioria das funcionárias da UMEI era composta de moradoras do próprio conjunto, o que aumentava o elo entre a instituição e a comunidade.

Na conversa com o morador "Peixe" e principalmente conversando em separado com o agente social Valtecir, foi possível compreender que havia um problema grave no conjunto em relação à questão do tráfico de drogas. Segundo Valtecir, até alguns anos antes, havia disputas entre facções pelo controle do tráfico no conjunto e nos meses anteriores, um dos traficantes havia assumido o controle de toda área eliminando os seus rivais. Para ele, os moradores vivem hoje no conjunto com medo de falar ou fazer qualquer coisa sobre o tráfico e não havia sido fácil conseguir pessoas dispostas a participar da entrevista por essa razão. Ainda segundo ele, esse era a maior dificuldade imposta ao trabalho do VEASP no conjunto, já que não interessava ao tráfico que os moradores se organizassem por meio de uma associação de moradores. Ele alertou, antes da reunião começar, que os moradores não falariam desse assunto abertamente.

Com a chegada dos moradores Dona Salete, Dona Graça e Sr. Vicente, além do "Peixe", a entrevista teve início. Inicialmente, algumas questões gerais foram discutidas. Os moradores contaram que o conjunto Águas Claras tinha sido construído em três fases, que correspondem aos três "quarteirões" do conjunto. A primeira e a segunda fase [Jatobá I] foram inauguradas respectivamente no início e no final de 2004 e a terceira fase [Jatobá II] em 2007. O conjunto Águas Claras é composto por 647 unidades habitacionais divididas em 45 blocos. Há blocos com dezoito unidades (duas circulações verticais) e blocos com doze unidades (uma circulação vertical). Os apartamentos têm dois quartos. O valor das unidades chega a quarenta mil reais, mas a moradora Dona Salete afirmou que há muitos moradores que tem que sair do conjunto "às pressas" e vendem as unidades por qualquer quantia. Segundo ela, isso era bastante comum em função da "situação atual do conjunto" [em relação ao tráfico de drogas].

A discussão sobre as condições do conjunto teve início com o tema da **infraestrutura urbana**. O sistema de abastecimento de água foi considerado "péssimo" ou "horrível" por todos os presentes, exceto um deles. Os moradores explicaram que uma parte do conjunto recebia água por uma rede da COPASA administrada em Belo Horizonte (1ª. etapa) e outra parte do conjunto (2ª. e 3ª. etapas) era abastecida por outra rede da COPASA, controlada pela central de Ibirité. Para os moradores, essa era a razão pela qual

boa parte dos moradores tinha um atendimento ruim (Ibirité) enquanto uma minoria tinha um outro padrão de serviço de melhor qualidade (Belo Horizonte). Os moradores reclamaram ainda do valor alto da água e da falta de medidores individualizados. Segundo eles, as unidades foram entregues pela URBEL sem esse tipo de separação, o que gerou e gera até hoje muitos conflitos. O morador "Peixe" explicou ainda que alguns blocos conseguiram se organizar e implantaram os medidores separados, mas isso não ocorre na maioria dos blocos. Dona Salete reclamou ainda do tempo que os moradores ficam sem água as vezes: quatro a cinco dias. Como ela explicou, juntamente com Dona Graça, após dois dias sem água, fica muito difícil ficar nos apartamentos e maioria das pessoas tem que ir para casas de amigos e parentes. Dona Salete explicou que algumas vezes em que o conjunto ficou sem água ela teve que recorrer a uma mina d'água [nascente] que existe depois do fim da "rua do meio" (rua mil trezentos e oitenta e cinco). Nesse momento da conversa, juntaram-se a reunião mais duas pessoas, Dona Vilma e Dona Jeny.

A rede de esgoto do conjunto também foi alvo de críticas dos moradores. O Sr. Vicente contou que uma tubulação de esgoto em uma das vias do conjunto uma vez entupiu e os operários tiraram de dentro da manilha latas de tinta, roupas e pedaços de cimento da época da obra. O mesmo Sr. Vicente contou que nos primeiros meses no conjunto eram comuns problemas causados por entupimentos nas tubulações dentro dos prédios, geradas por coisas jogadas pelos funcionários das construtoras ao final da obra. Os moradores também não se mostraram satisfeitos com o sistema público de drenagem do conjunto. Segundo os relatos de Dona Graça e Dona Salete, as bocas de lobo estão sempre entupidas e alagam na época de chuva. Os moradores foram unânimes em apontar que aconteceram raríssimas vezes as limpezas das bocas de lobo antes da estação chuvosa, que normalmente garantem o seu bom funcionamento. Para eles a SLU quase não aparece no conjunto para esse tipo de limpeza, bem como para realizar as capinas nas áreas abertas. Para os moradores, "o mato tomou conta de tudo" alguns anos depois que o conjunto foi entregue aos moradores. As raras vezes que aconteceram capinas nas áreas abertas do conjunto, foram nas vésperas de eleições municipais, segundo todos os presentes.

Os moradores afirmam que o sistema de abastecimento de energia também deixa a desejar pelos mesmos motivos do sistema de abastecimento de água: uma parte é atendida por Belo Horizonte e outra por Ibirité. Isso cria dois padrões distintos de atendimento dentro do mesmo conjunto. Além disso, a iluminação pública é muito ineficiente, já que a maioria dos espaços públicos fica sempre escura. Dona Salete afirmou que o problema de as ruas ficarem sem iluminação era porque "alguns não queriam que as ruas ficassem iluminadas". O morador "Peixe" concordou, mas afirmou que havia outro motivo: os transformadores colocados nos postes do conjunto teriam sido dimensionados para suportar o número de moradores do conjunto, algo que havia sido planejado, mas não estava suportando as ligações clandestinas, os chamados "gatos", feitos pelos moradores da favela que cresceu em volta do conjunto [a sul e a leste]. Para ele, o número de casas que hoje estão ligadas a esses transformadores está muito além de sua capacidade e, por isso, várias vezes eles queimam. Dona Salete concordou e lembrou que

um transformador perto da sua casa chegou a pegar fogo totalmente. Entretanto, o Sr. Vicente retomou a questão da iluminação pública precária do conjunto para dizer que já havia testemunhando certa vez uma situação em que um funcionário de manutenção da CEMIG que estava consertando um transformador queimado havia sido abordado por um grupo de jovens [ligados ao tráfico de drogas] que teria "pedido" ao funcionário que não trocasse as lâmpadas queimadas dos postes. O funcionário teria então respondido rapidamente que só estava consertando o transformador e não trocaria nenhuma lâmpada. Dona Vilma concordou e lembrou que "é proibido" andar com farol alto dos carros pelas ruas do conjunto durante a noite e aqueles que têm carro tem que andar pelas ruas escuras com farol baixo. Até os ônibus têm que respeitar essa "lei" do conjunto, relataram os moradores. "Eles não gostam de luz a noite", relatou um dos moradores.

A pavimentação das vias públicas não pareceu ser um problema grave para a maioria dos moradores. Dona Vilma declarou que sempre aparecem buracos nas ruas principais que têm pavimentação asfáltica, por onde passam os ônibus, mas que a prefeitura realiza de vez em quando algum tipo de manutenção "tapa-buracos" resolvendo o problema. As ruas internas do conjunto, por sua vez têm pavimentação de pedras e têm um trânsito menor. Segundo os moradores, até o ano anterior essas ruas eram fechadas com portões cujas chaves ficavam com os moradores, o que manteve seu bom estado de conservação sem quase nenhuma manutenção. Contudo, no ano anterior a prefeitura retirou os portões, alegando que as ruas eram "públicas" e isso seria necessário para um melhor funcionamento do serviço de Correios. O morador o "Peixe" afirmou que o motivo para tornar as ruas internas "públicas" seria outro: a possibilidade dos carros de polícia entrarem com maior facilidade dentro do conjunto, no que todos concordaram. Não houve qualquer tipo de reclamação com relação à pavimentação das calçadas.

Em seguida foram discutidos alguns tópicos ligados à **qualidade urbana** do conjunto. A primeira questão abordada foi o comércio. A maioria dos moradores se queixou pelo fato de não existir um comércio de maior porte dentro do conjunto ou no seu entorno. Esses moradores reclamaram da falta de um supermercado, uma lotérica, uma farmácia ou um "sacolão" (hortifruti). Segundo eles só é possível encontrar esse tipo de comércio na Vila Pinho e na Vila Castanheira, ao longo da Av. Perimetral, a cerca de dois quilômetros de distância. Dona Salete argumentou que não considerava essa distância um problema. Dona Jeny não concordou e contou que tinha que andar toda essa distância carregando sacolas de compras as vezes sob o calor forte ou sob a chuva. Os demais moradores concordaram com a Dona Jeny sobre a falta de comércio representar um problema grave para o cotidiano de todos. O Sr. Vicente explicou que na área do conjunto foram aparecendo alguns trailers [que inicialmente eram lanchonetes e depois passaram a vender de tudo. Segundo ele é possível comprar quase todo o tipo de mercadorias nesses trailers hoje, mas sempre pagando um preço mais caro. Os moradores concordaram e alguns afirmaram que os comerciantes desses trailers aproveitam-se do fato de serem o único comércio na área do conjunto, com preços abusivos. A moradora dona Vilma argumentou que um problema associado ao comércio é o custo da passagem implícito em cada deslocamento necessário para se

comprar alguma coisa na Vila Pinho/Castanheira. Dona Salete argumentou que esse custo não representa um problema para boa parte dos moradores do conjunto, adeptos da cultura do "pulão". Nesse momento todos os moradores se mostraram bastante interessados em se manifestar. Alguns dizendo que já que todo mundo "dá pulão", eles também "davam pulão". Outros disseram que "nunca davam pulão". Dona Salete então explicou que se trata do hábito de todos que entram no ônibus no ponto que fica no conjunto passarem sobre a roleta sem pagar a passagem. Para ela os moradores começaram a fazer isso por se sentirem prejudicados pela distância que o conjunto Águas Claras fica em relação à quase tudo. A situação física do conjunto, segundo Dona Salete, impôs aos moradores esse artifício, porque ninguém ali estaria disposto, segundo ela, a pagar uma passagem cada vez que precisasse comprar um pão. Por isso, todo mundo entra no ônibus e "dá pulão". Dona Graça contou ainda que se algum morador do conjunto tenta passar normalmente pela roleta pagando a passagem, é insultado pelos outros moradores com palavras como "trouxa" ou "vacilão". Nesse momento Dona Vilma e Dona Jeny se manifestaram dizendo que achavam isso errado e que cada um tem que fazer o que acha certo, sem se guiar pela opinião das outras pessoas. Nesse momento houve um debate entre os participantes, até que a opinião que prevaleceu foi a de que o hábito do "pulão" deveria ser abolido, já que contribuía para criar uma imagem negativa dos moradores em relação à empresa de ônibus, aos órgãos públicos (prefeitura e BHTRANS) e também em relação aos bairros vizinhos. Nesse momento o morador "Peixe" afirmou que a imagem dos moradores do conjunto Águas Claras é "péssima". Segundo ele, tudo que acontece de errado nas redondezas "é culpa do pessoal do Águas Claras". Dona Salete ironizou que até os incêndios na Serra do Rola Moça já foram atribuídos aos moradores.

Em seguida a discussão tratou dos espaços públicos, de lazer e eventos do conjunto. Todos os moradores mostraram-se visivelmente desanimados em falar sobre o assunto. Alguns como dona Salete e dona Graça chegaram a dizer que "dava até tristeza" falar disso. O Sr. Vicente explicou então que quando o conjunto foi inaugurado, nove anos antes, duas praças de lazer completas foram entregues aos moradores, uma mais ao Norte, na entrada do conjunto, e outra na porção leste, entre os prédios da segunda etapa e os da terceira etapa. Segundo Dona Graça, "dava gosto de ver". Os moradores contaram que havia *playgrounds* com brinquedos de madeira e corda, bancos, jardins, lixeiras, luminárias. Na praça próxima da entrada havia uma pista de caminhada, segundo o morador "Peixe". Eles então explicaram que os próprios moradores destruíram as duas áreas, quebraram os brinquedos, o mobiliário urbano, "quebraram e picharam tudo", contaram. Nunca houve nenhum tipo de manutenção ou reposição desses equipamentos. Além disso, como não há capinas nessas áreas, "o mato tomou conta", relataram os moradores. Nesse momento houve uma dúvida entre eles, a respeito da responsabilidade sobre a manutenção dessas duas praças. O agente social Valtecir contou que em reuniões realizadas na regional Barreiro entre representantes da prefeitura e os agentes do VEASP, havia sido dito que a responsabilidade pela manutenção das praças era do condomínio Águas Claras. Foi então explicado aos moradores que o conjunto Águas Claras é um parcelamento vinculado da prefeitura e todas os seus

logradouros são públicos e pertencem à municipalidade. Isso quer dizer que se por um lado a prefeitura tinha o direito de retirar os portões das ruas entre os blocos, por outro tem responsabilidade sobre a manutenção das praças e espaços públicos do conjunto. Os moradores contaram ainda que um morador que não pôde comparecer ao encontro, o Sr. Leôncio, realizava um trabalho muito importante com os jovens do conjunto, utilizando o que sobrou da quadra em uma dessas praças, organizando uma escolinha de futebol, campeonatos, etc. Dona Salete contou que essa quadra tem o piso de terra batida e os meninos sofrem com as suas condições: metade do ano, na estação chuvosa, a quadra se transforma em barro, na outra metade do ano, na estação seca, a quadra vira um "poeirão". Por fim os moradores relataram que não há eventos nas ruas e espaços públicos porque tudo foi "proibido" [pelos traficantes]. O Sr. Vicente lembrou que no início do conjunto Águas Claras havia festas juninas na "Rua do meio".

Em seguida foi discutida a questão da saúde. Os moradores relataram que têm que recorrer ao Centro de Saúde do Mangueiras, a pouco mais de um quilômetro de distância. Os moradores não apresentaram qualquer queixa com relação ao serviço desse centro de saúde, mas disseram que o Centro de Saúde do Urucuia seria melhor e mais perto para os moradores do conjunto. Entretanto, eles não podem recorrer a esse centro porque o conjunto Águas Clara não faz parte do seu território de abrangência. Os moradores disseram que os serviços públicos de educação de que dispõe são de ótima qualidade. A UMEI foi o primeiro serviço lembrado por todos, sem qualquer queixa em relação à qualidade do serviço que presta à comunidade. Para todos os presentes a UMEI é o melhor serviço público do conjunto Águas Claras. Alguns presentes se queixaram do fato de ser o único serviço público construído dentro do conjunto. Dona Salete argumentou porém que havia um problema com a UMEI com relação ao processo de seleção e distribuição das suas vagas. Segundo ela sua filha teve que entrar na fila ainda durante a gestação e nem assim conseguiu garantir um lugar para sua neta. O Sr. Vicente argumentou que os critérios de seleção da UMEI eram pouco claros e que frequentemente a unidade recebia crianças de fora do conjunto e deixando as crianças de conjunto de fora. Com relação às escolas de ensino fundamental e médio, os moradores relataram que há boas escolas nos bairros próximos, na região do Barreiro e citaram algumas. O grande problema para todos é o tempo de deslocamento das crianças entre a casa e a escola, "os meninos têm que andar no mínimo quarenta minutos, podendo chegar a uma hora dependendo da escola".

A questão da segurança foi então abordada com os moradores. A princípio ninguém quis se manifestar. A questão foi colocada então com relação à sensação de segurança ou de insegurança que cada um tinha. Os moradores pareceram querer falar, mas preferiram abordar o tema de maneira tangencial. Dona Salete declarou que o maior problema do conjunto era "falta de pais em casa" [referindo-se aos jovens ligados ao tráfico que espalham o medo entre os moradores]. O morador "Peixe" disse que a situação hoje do conjunto está muito melhor do que alguns anos antes. Segundo ele, alguns anos antes, a "rua do meio" (rua mil trezentos e oitenta e cinco) a noite parecia "bang-bang". Havia tiroteios todos os dias e os moradores se escondiam. Perguntados se havia a presença da polícia no conjunto, alguns disseram "até

demais", mas não deram prosseguimento. Dona Vilma então contou que quando a polícia se aproxima, as crianças e jovens encarregados de vigiar a entrada do conjunto começam a gritar "azul"! Ela disse que quando chegou ao conjunto não entendia o que significava aquela gritaria "azul!" "azul!" "azul!" todos os dias, até que alguém lhe explicou que era o aviso sobre a chegada do policiamento. Os moradores começaram a conversar entre si de maneira pouco clara sobre a morte recente de um morador, fato que estaria associado ao tráfico de drogas.

[A essa altura ficou claro que havia uma sensação de insegurança grande entre os moradores do conjunto Águas Claras, o que confere à questão certa importância para a pesquisa. Porém, diante da resistência dos moradores em conversar diretamente sobre o assunto, foi feita a opção de passar para o próximo tema sem insistir na questão da violência, até porque àquela altura já era possível perceber que os moradores acabavam sempre tocando no assunto através de outras questões que eram levantadas.]

A questão do transporte e da mobilidade foi então trazida para a conversa. Os moradores reclamaram bastante do número reduzido de linhas e carros. Há praticamente só uma linha, já que as duas linhas que passam pelo conjunto fazem o mesmo trajeto. Segundo o Sr. Vicente essa condição parece ter sido dimensionada para a primeira fase do conjunto, já que naquela época ela funcionava bem. Depois que foram construídas as etapas seguintes, triplicando o número de moradores, o sistema de transporte ficou sobrecarregado e não comporta a demanda atual. Para o mesmo Sr. Vicente o problema é o "pulão". Segundo ele a empresa que opera a linha que passa pelo conjunto não coloca mais carros em função para atender o aumento da demanda dos moradores porque ela tem prejuízo com esse expediente utilizado por eles para não pagar a passagem. Todos os moradores concordaram com ele. O morador "Peixe" lembrou que os ônibus não entram no conjunto depois de 11:30. Esse é o último horário de transporte coletivo para os moradores. Quem precisa chegar mais tarde tem que vir a pé desde a Vila Pinho. Os moradores reclamaram muito dos intervalos entre os carros, de trinta a quarenta minutos nos dias de semana. Segundo eles, nos finais de semana é melhor desistir do que ficar no ponto esperando o ônibus. O morador "Peixe" afirmou que o tempo de espera chega a mais de uma hora e meia. Dona Jeny lembrou que além de só haver um ônibus, ele não para quando há idosos e portadores de necessidades espaciais no ponto. Todos os moradores concordaram e se mostraram bastante revoltados com essa questão. Segundo Dona Graça, "é muita sacanagem" já que quem mais precisa do transporte público por ter dificuldades de locomoção é exatamente quem é privado desse serviço. Mais uma vez o Sr. Vicente comentou: "a culpa é do pulão". O morador "Peixe" afirmou ainda que outro problema é que a linha de ônibus 30 passa pela Vila Pinho antes de passar no conjunto e já chega lotado. Segundo ele, é impossível para um morador do conjunto ir sentado. Nesse momento Dona Salete comentou "morador do Águas Claras não tem vez". Sr. Vicente então comentou que se de um lado o sistema de transporte só piora para os moradores do conjunto, esses por outro lado não fazem por merecer, já que está ficando cada vez mais comum que ônibus fossem queimados no conjunto. Todos concordaram e o próprio Sr. Vicente lembrou-se que na semana anterior um ônibus "novinho de três portas" havia sido queimado no

conjunto. Segundo ele, “mandaram o motorista descer, bateram no cobrador e atearam fogo no ônibus”. Nesse momento a questão da violência imposta pelo tráfico de drogas retorna à pauta e reforça sensação de insegurança que impera entre os moradores. Todos mostraram-se ao mesmo tempo revoltados e pouco otimistas com a situação. Dona Salete afirmou: “No Águas Claras nada vai pra frente”. O morador “Peixe” afirmou: “A sensação que agente tem é de morar numa cidade fantasma, aqui não pega nem celular”. Dona Salete completou: “Águas Claras não aparece nem no GPS!”.

As **condições ambientais** do conjunto foram então discutidas. Os córregos que circundam o conjunto não constituem um problema na visão dos moradores, ao contrário. Segundo eles, suas águas são cristalinas e nos períodos em que houve comprometimento do sistema público de abastecimento de água, os córregos foram a solução para muitas famílias. Dona Salete conta que já bebeu a água de uma das nascentes várias vezes e seu gosto a faz lembrar de sua infância no interior do estado, bebendo “água de mina”. O morador “Peixe” lembrou que o nome do conjunto foi dado pelos moradores exatamente por conta desses córregos de águas cristalinas no seu entorno. [o nome original do conjunto dado pela URBEL era Jatobá I e Jatobá II]. Com relação ao solo, os moradores não se lembraram de qualquer problema de deslizamento, escorregamento ou erosões no conjunto ou no seu entorno. Passando adiante, todos os moradores concordaram que a qualidade do ar é excelente no conjunto. Alguns como Dona Salete e o “Peixe” declararam que é o ponto mais positivo do conjunto Águas Claras. Com relação aos ruídos, todos os moradores relataram que há problemas com a música alta vindo dos apartamentos, dos carros e principalmente das caixas de som dos “trailers”. O Sr. Vicente lembrou que em um desses pequenos comércios, havia até pouco tempo, um aparelho de música de “ficha” que incomodava a todos que moravam perto. Dona Salete, entretanto, declarou que, em função da “situação” do conjunto, enquanto há música alta, significa que as “coisas estão normais” no conjunto. Porém, segundo ela, há momentos em que todo tipo de som para e o conjunto vive alguns momentos de absoluto silêncio. Segundo ela, esse silêncio no conjunto é “massacrante”. Para ela, ele significa que há “algo errado”. [em relação ao tráfico de drogas no conjunto]. Os demais moradores concordaram com ela.

Quando o assunto chegou na questão do lixo, os moradores afirmaram se tratar do “maior problema do Águas Claras”. Alguns como Dona Jeny, Dona Graça e Sr. Vicente contaram que vários moradores jogam sacos de lixo pela janela, por preguiça de descer as escadas e colocá-los no local correto, o que faz com que sempre haja lixo espalhado pelas áreas abertas do conjunto. Além disso, como lembrou o Sr. Vicente, a presença de catadores de lixo das vilas próximas, cachorros e até cavalos contribui para que todos os sacos de lixo sejam abertos e tenham seu conteúdo esparramados pelas ruas e calçadas. A moradora Dona Vilma declarou que por isso, não adiantava nada embalar o lixo corretamente e colocá-lo na rua no horário da coleta do lixo, porque de qualquer maneira ele vai acabar espalhado por toda parte. Os moradores explicaram que há coleta nas segundas, quartas e sextas feiras, e por isso os moradores têm que ficar com o lixo em casa nos dias em que não há coleta. Porém, como explicaram, nem todos fazem isso, o que contribui para que os sacos de lixo sejam abertos e espalhados. O Sr. Vicente explicou

que no início do conjunto, cada bloco tinha uma "casinha" de lixo, um cômodo onde os moradores podiam armazenar os sacos de lixo até o horário da coleta, sem deixá-lo na rua. Porém a prefeitura (URBEL) demoliu essas construções anos depois da construção do conjunto. Nenhum morador soube explicar por que isso aconteceu. Dona Jeny alegou que as constantes obras para construção dos "puxados" para garagens também contribuem para gerar entulho de obra como cacos de tijolo, cimento, pedaços de madeira que vão sendo espalhados pelas ruas do conjunto. O morador "Peixe" lembrou que muitos moradores põe móveis velhos para fora dos apartamento sem qualquer cuidado. Segundo ele, esses moradores apenas deixam armários, sofás, camas, no meio das calçadas. Porém, como os caminhões de coleta de lixo da prefeitura não são preparados para coletar esse tipo de resíduo, eles acabam ficando nas áreas públicas até apodrecer. Dona Salete lembrou a todos que na uma área especifica para receber esse tipo de resíduo, mas que parece que os moradores se esqueceram dela.

Em seguida, a questão dos **riscos** a que está sujeito o conjunto foi discutida. Com relação aos riscos provocados por instabilidades do solo, alguns moradores como Dona Jeny e Dona Vilma relataram casos de comprometimento do subsolo de alguns blocos do conjunto. Segundo elas alguns anos depois da inauguração do conjunto [não souberam precisar] a URBEL teve que fazer obras de contenção com pequenos arrimos entre os blocos. Segundo elas, antes dessas contenções de concreto, só havia taludes e muros feitos com garrafas (?). Algumas áreas próximas a esses muros começaram a ceder e então o engenheiro da URBEL foi chamado pelos moradores. Após um laudo técnico, o órgão optou por fazer esses reforços para uma melhor contenção do terreno em alguns trechos do conjunto. Dona Salete confirmou a história e contou que como as escadas são externas aos blocos, algumas chegaram a "rachar" com a movimentação da estrutura dos prédios. Segundo ela há um bloco que até hoje tem uma rachadura tão grande na escada que as mulheres do prédio não podem usar saia. Segundo Dona Salete, nesse caso a Defesa Civil foi acionada, mas após vistoriar o prédio, declarou que não há risco. Outros moradores como Dona Jeny e Dona Graça também apontaram as obras feitas pelos próprios moradores para cobrir partes da área externa em frente aos blocos criando garagens cobertas como sendo um fator responsável por descalçar o solo em alguns pontos do conjunto. Sr. Vicente explicou que para construir essas garagens alguns moradores fazem pequenas escavações para remover os taludes existentes nas laterais dos blocos e acabam comprometendo a estabilidade dos prédios. O mesmo Sr. Vicente lembrou que o conjunto foi construído sobre um aterro e por isso não é aconselhável fazer escavações sob os prédios. Não houve relatos entre os moradores de casos de alagamentos ou enchente no conjunto em função da presença dos córregos ao seu redor. Segundo ele, se já houve algum problema de alagamento, foi lá na vila [na parte baixa próximo aos córregos]. Os moradores não se lembraram de casos endêmicos de dengue, mas relataram casos constantes de problemas com escorpiões, aranhas e lacraias. Segundo eles há muitos escorpiões nos ralos e encanamentos. O morador "Peixe" mostrou um vidro com vários escorpiões encontrados na UMEI e uma cobra coral falsa. Segundo ele cobras também são comuns no conjunto pelo fato de ele estar próximo da uma área de mata. Segundo o mesmo

morador, no início do conjunto havia muitos ratos, mas que com a presença crescente de gatos e cachorros no conjunto, seu número diminuiu muito. Os moradores relataram que há muitos casos de incêndios na Serra do Rola Moça na estação seca, mas que eles nunca chegaram perto do conjunto. O Sr. Vicente contou que alguns apartamentos já haviam se incendiado em função de problemas com os botijões de gás, que ficam dentro das unidades. Segundo ele, isso acontece porque alguns moradores deixam o gás ligado sem saber. Há também, segundo ele, muitas ligações mal feitas que provocam vazamentos de gás dentro dos apartamentos. Ele se lembrou de pelo menos três apartamentos que já tinham pegado fogo desde a inauguração do conjunto. Dona Salete lembrou que alguns blocos correm risco maior do que outros, já que não têm extintores de incêndio. Segundo seu relato, anos antes teria havido um "arrastão" de extintores e algumas gangues passaram pelos blocos roubando todos os extintores. Desde então eles não foram repostos em alguns prédios. Há também, segundo o "Peixe", vários prédios que ainda tem os extintores originais colocados pela URBEL, mas nunca se preocuparam em recarregá-los. Os moradores todos concordaram que o risco de um incêndio maior no conjunto é grande, por esse motivo.

Perguntados sobre a questão da capacidade de articulação dos moradores para reivindicar melhorias no conjunto, todos mostraram-se bastante pessimistas. Em primeiro lugar, o motivo segundo eles era a "situação" do conjunto [em relação ao tráfico de drogas]. Segundo Dona Salete, a situação chegou no limite e todos estão muito desconfortáveis. Para ela, ou essas pessoas [ligadas ao tráfico de drogas] vão acabar expulsando todos os moradores de bem do conjunto, ou então esses vão expulsar aqueles. Depois ela reformulou: ou vão trazê-los para o lado do "bem". Todos explicaram que a associação de moradores que existiu nos primeiros anos do conjunto foi sendo esvaziada pelo tráfico e não teria condições de retornar hoje. Os moradores apontaram também a questão das origens diversas como outro motivo para a falta de organização entre os moradores. Segundo Dona Salete, é difícil convencer uma pessoa que chegou no conjunto vindo de uma área de risco, de uma favela ou ainda uma pessoa que era moradora de rua, que ela tem que ajudar no rateio das despesas do prédio. Ela chegou então a afirmar que teria sido melhor que a URBEL separasse as famílias por grupos: as famílias do OPH, as famílias de remoções e as famílias de moradores de rua. Os outros moradores então interviram da fala alegando que essa estratégia não seria bem sucedida e acabaria criando bolsões de precariedade dentro do conjunto, em alguns prédios. Segundo a maioria que discordou da Dona Salete, o melhor é fazer como a URBEL fez, misturando as famílias nos blocos. Os moradores declararam ao final da conversa que gostariam de ter de volta o conjunto como fora entregue pela URBEL e que ficam tristes com cada intervenção que cria algum tipo de "descaracterização" como pinturas em cores diferentes ou a construção de "puxadinhos". Todos concordaram ao final, que uma associação faz muita falta para articular os moradores em torno da discussão de problemas comuns. Para Dona Salete, todos só se preocupam com seus problemas individuais e acham mais cômodo deixar tudo como está. Dona Salete, que é sub-síndica do seu bloco, contou que não consegue nem falar com os proprietários das unidades, se ela os chama no horário de

alguma novela. Segundo ela, vários moradores nem sequer atendem à porta. Dona Salete contou ainda que na última reunião do orçamento participativo apenas oito moradores do conjunto compareceram. Perguntados sobre o total de moradores, "Peixe" afirmou serem mais de três mil pessoas vivendo no conjunto hoje.

A última questão foi então sobre como os moradores veem sua própria condição de habitantes do fim da cidade. As respostas foram quase todas muito ambíguas. Os moradores ao mesmo tempo apontavam algumas características positivas do conjunto como a qualidade do ar e sempre voltavam na questão da insegurança. A única moradora que assumiu uma postura mais direta foi Dona Vilma que afirmou que se pudesse deixaria o conjunto naquele dia mesmo. Os demais acabaram concordando que gostam do conjunto, mas que se "a situação" não melhorar, vão acabar deixando o conjunto também. Ao final da conversa, o morador "Peixe" afirmou que tem a sensação de morar numa daquelas cidades "daqueles países terroristas" [oriente médio] que ele vê pela televisão, ao acordar no meio da noite com barulhos de trocas de tiros e ver corpos nas ruas na manhã seguinte.

Sem mais assuntos a tratar, a entrevista se encerrou as 11:00.

ANEXO 6.1

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

CH6 – Conjunto Conquista da União – Regional Barreiro, Belo Horizonte.

DATA – 22/10/2013

HORÁRIO – 09:00

LOCAL – Apartamento Dona Nila

PARTICIPANTES – Dona Nila, Dona Arlete, Dona Maria da Saúde (moradoras originais do conjunto).

A entrevista não foi previamente agendada. Durante a segunda visita ao conjunto para a realização do levantamento de campo, alguns moradores que estavam conversando na entrada dos blocos, perguntados sobre uma possibilidade de conceder uma entrevista, indicaram pessoas que eram síndicos e lideranças, que, segundo eles, poderiam responder melhor às perguntas. Após algumas tentativas frustradas pelo fato de que muitos dos moradores indicados não se encontravam em casa, um grupo de senhoras que conversava no corredor de um dos blocos finalmente atendeu ao pedido e se dispôs a participar da entrevista. Uma das senhoras, Dona Nila, havia sido indicada por outra senhora que estava na entrada de um dos prédios, Dona Maria da Saúde, porque, segundo essa última, tratava-se de uma das moradoras iniciais do conjunto e que já estivera à frente de várias lutas dos moradores. A própria Dona Maria da Saúde respondeu algumas perguntas, mas disse que não poderia continuar na conversa porque tinha um compromisso. A entrevista aconteceu então no apartamento de Dona Nila, com a participação também da Dona Arlete, uma das senhoras que se encontrava no local, também moradora do conjunto desde sua construção.

Inicialmente foram discutidos alguns dados gerais sobre o conjunto. Dona Nila relatou que o conjunto foi construído pela prefeitura/ URBEL em 1998 e inaugurado no fim de 1999. Ela participou das negociações com a prefeitura e foi uma das representantes do grupo de famílias que acompanhou as obras do conjunto com visitas periódicas até sua conclusão. Segundo Dona Nila, para o grupo de famílias que participou dessa luta pela moradia, o conjunto representa até hoje a materialização de um sonho. Por isso, ela se sente orgulhosa do seu apartamento, sentimento compartilhado pela Dona Arlete. Ambas consideram que o conjunto enfrenta muitas dificuldades hoje em dia exatamente porque boa parte dos moradores atuais não são mais as famílias originais que integravam o grupo que lutou pela construção do

conjunto. Segundo elas, há várias famílias que vieram para o conjunto por meio da URBEL, vindos de remoções em áreas de risco. E várias unidades das famílias originais já foram vendidas. Segundo Dona Nila informou, as unidades possuem três quartos e tem o preço em torno de 120 mil reais. São 280 unidades no total.

Em seguida foram discutidos alguns aspectos relativos à **infraestrutura urbana**. Dona Nila e Dona Arlete concordaram que não há nenhuma crítica a ser feita em relação ao sistema de abastecimento de água, sistema de esgoto sanitário e sistema de drenagem. Segundo elas, em todo o tempo de vida do conjunto não há casos de desabastecimentos prolongados de água ou problemas nas redes públicas de esgoto e drenagem. Não há também, segundo Dona Nila e Dona Arlete, um histórico de problemas com o abastecimento de energia ou com a rede de telefonia. Elas só se lembraram de situações de falta de energia em períodos de chuvas muito fortes com raios. Os reparos sempre foram rápidos segundo elas. A única rua do conjunto, a rua A, sempre teve, segundo elas, uma boa condição de pavimentação e os reparos sempre foram feitos em pouco tempo. Para ambas há um problema sério em relação às calçadas do conjunto. Dona Nila explica que quando o conjunto ficou pronto, quatorze anos antes, as calçadas foram entregues em ótimo estado pela URBEL. Porém, com o passar do tempo, os moradores nunca tiveram condições e disposição para fazer as manutenções e reparos necessários nas calçadas. Para Dona Nila, esse é um caso típico que mostra a separação entre os moradores originais, segundo ela mais preocupados com a conservação do conjunto e que estariam dispostos a arcar com os custos da manutenção e dos reparos nas calçadas e os moradores vindos de remoções e que chegaram a menos tempo, que, também segundo ela, nunca tem interesse em ratear despesas para manutenção dos prédios e das áreas abertas do conjunto.

Foram então tratados alguns aspectos com relação à **qualidade urbana** no entorno do conjunto. O comércio foi um ponto que pareceu bastante problemático para Dona Nila e Dona Arlete. Ambas concordaram que há algum comércio de bairro na Rua Vinhedo, a poucos metros do conjunto: açougues, padarias, bares, lanchonetes. No entanto, falta segundo elas um comércio de maior porte como um supermercado e um "sacolão" (hortifruti). Isso só é encontrado na Rua Júlio Mesquita e na Av. Bráulio Gomes Nogueira, ambas a cerca de um quilômetro de distância. Esse fato torna o cotidiano dos moradores do conjunto bastante complicado, já que eles têm que percorrer esse trajeto a pé, carregando sacolas. Segundo Dona Arlete, a situação tem piorado nos últimos meses, já que dois supermercados que havia nessa região fecharam o que obrigou os moradores e fazerem suas compras ainda mais longe, no bairro Jatobá.

Os espaços públicos e de lazer do conjunto também foram alvo de muitas críticas das moradoras. Elas explicam que há uma área de lazer com uma quadra na parte posterior do conjunto (junto ao córrego) que foi construída pela prefeitura, anos depois da inauguração do conjunto. Para Dona Nila, foi um "dinheiro mal gasto", porque as crianças e adolescentes do conjunto não usam muito aquele espaço. Para ela a

prefeitura deveria ter investido em melhorias na área aberta na parte da frente do conjunto, junto à Rua Vinhedo. Essa área, que pertence à prefeitura, nunca recebeu qualquer cuidado nos quatorze anos do conjunto e por isso, segundo Dona Nila, transformou-se num grande depósito de lixo e entulho. Dona Nila contou que já levou até a regional Barreiro várias ideias para intervenções nessa área como a construção de uma creche ou de um centro de saúde. Perguntada se não seria melhor manter o espaço aberto, Dona Nila contou que também já tentou sugerir à prefeitura a construção de uma área para as crianças do condomínio com uma praça com brinquedos, mas isso também nunca foi adiante. A área aberta da entrada do conjunto é uma área "desperdiçada" na visão das moradoras. Dona Arlete lembrou que até uma horta comunitária surgiu como ideia para aproveitar o espaço, o que também não recebeu qualquer apoio dos órgãos públicos.

Para Dona Nila e Dona Arlete, os moradores não estão bem atendidos em relação à saúde. Eles têm que recorrer ao Centro de Saúde do Jatobá, construído junto à Escola Carmo Giffoni, a cerca de quinhentos metros do conjunto. Para elas o maior problema do Centro de Saúde é a falta de médicos. Em algumas especialidades há médicos, mas quando esses saem de licença, a prefeitura não coloca nenhum médico no lugar e a população as vezes fica meses sem poder contar com um médico. Elas contam que uma pediatra saiu de licença maternidade e por mais de seis meses não havia atendimento de pediatria no Centro de Saúde. Elas consideraram que o atendimento dos funcionários do Centro é satisfatório, dentro das circunstâncias. Com relação à área da educação elas consideram que os moradores estão bem atendidos, já que contam com algumas escolas municipais ou outras que foram municipalizadas a apenas algumas quadras do conjunto como a já citada Carmo Giffoni, de ensino fundamental (municipalizada), a escola municipal Helena Antipoff, a escola municipal Vinícius de Morais e a escola municipal Antônio Salles Barbosa, todas de ensino fundamental. Elas contam ainda que há duas boas creches nas proximidades do conjunto: a creche vila Piratininga. e outra vinculada ao Instituto Espírita Eurípedes. De maneira geral, tanto para Dona Arlete como para Dona Nila, que têm filhos e netos, há boas opções para educação das crianças do conjunto. O serviço público que causa maior transtorno aos moradores do conjunto, porém, não está ligado nem à educação nem à saúde, segundo elas. O serviço de correspondências e encomendas dos Correios é muito deficiente para elas e é quase impossível receber uma carta, uma conta ou uma encomenda no endereço certo. Para elas, não se trata de um problema na organização dos nomes dos blocos e das unidades, mas sim de má-vontade dos funcionários dos Correios, que preferem se livrar das correspondências entregando-as em qualquer lugar.

Com relação à segurança, Dona Nila considera que não há grandes problemas para os moradores do conjunto. Não há muitos carros de polícia em rondas periódicas e a polícia quando acionada sempre demora muito, segundo ela. Porém ela mesma afirma que essa situação também ocorre em outras áreas da região e não pode ser considerada uma exclusividade do conjunto. Dona Nila relata que em toda a história do conjunto só houve dois casos de mortes por assassinatos, ambos ligados ao tráfico de drogas. Para ela há brigas dentro e fora dos prédios, eventualmente, o que poderia ser considerado normal. Há

casos de roubos e assaltos no conjunto, mas segundo Dona Nila e Dona Arlete, sempre cometido por pessoas de outras regiões, “gente de fora”. Elas não consideram que há qualquer relação desse tipo de situação com os moradores da vila contígua ao conjunto. Dona Arlete afirmou que todo mundo da vila conhece todo mundo do conjunto e vice-versa.

A questão da mobilidade foi bastante criticada pelas moradoras do conjunto Conquista da União. Segundo Dona Arlete, há uma linha, 337, que passa na Rua Vinhedo e leva à Estação Barreiro. Para ela há somente dois carros circulando, o que é muito complicado principalmente nos horários de pico, já que os intervalos de espera ultrapassam os vinte minutos. A outra linha que passa ali, a 3570, liga à Estação Diamante. Dona Nila e Dona Arlete consideram essa a pior opção de transporte para os moradores. Há ainda uma linha de micro-ônibus, a linha 32. Elas consideram que essa linha não faz muita diferença, porque tem pouquíssimos carros. Elas consideram que se a única função dos ônibus, no caso da linha 337, é levar as pessoas até a Estação Barreiro, deveria haver mais carros e o itinerário deveria percorrer um número maior de ruas, para evitar que as pessoas andassem muito até os pontos. Dona Nila argumenta que se precisa ir ao centro de Belo Horizonte, prefere andar mais até uma das avenidas e pegar uma linha que vai direto sem passar pelas estações.

Em seguida foram discutidas algumas questões **ambientais** ligadas ao conjunto. Dona Nila relatou que o córrego que passa nos fundos do conjunto a céu aberto já causou problemas de alagamento em épocas de chuvas mais pesadas. Segundo ela, isso só gerou algum transtorno para os moradores dos blocos da parte “baixa” do conjunto, junto ao córrego. Elas não se lembram de casos de rachaduras ou de qualquer tipo de comprometimento estrutural dos prédios do conjunto, e consideram que não há problemas com relação ao solo. Dona Nila lembra que acompanhou as obras do conjunto como uma das representantes dos moradores e afirma que ele foi “muito bem construído”. A Dona Maria da Saúde, entretanto, no início da conversa havia mostrado vários passeios laterais aos blocos com rachaduras como se o solo por baixo deles tivesse cedido, talvez por má compactação. Dona Arlete alega, entretanto, que há problemas com a qualidade do ar. Para ela há uma poeira constante que entre pelos apartamentos do conjunto vinda das redondezas e do próprio conjunto. Para ela a situação é pior no caso das unidades habitacionais que ficam no nível do telhado do bloco ao lado (os blocos tem apartamentos escalonados em meio pé-direito, adaptados á topografia suavemente inclinada). Ela conta que o vento traz toda a poeira dos telhados vizinhos para dentro das unidades. Ambas não relataram grandes problemas com ruídos. Para elas o conjunto é muito tranquilo em termos de poluição sonora e raramente a tranquilidade é interrompida pelo som alto vindo de um apartamento ou de um carro. Dona Nila e Dona Arlete não relataram grandes problemas com a gestão do lixo doméstico. Elas contam que há coleta pública três vezes por semana (terças, quintas e sábados) e que os moradores, na sua grande maioria, acumulam o lixo em casa e só o colocam para fora no horário da coleta. Para elas, há um nível muito bom de conscientização dos moradores com relação à gestão do lixo.

Com relação aos **riscos** a que está sujeito o conjunto Conquista da União, Dona Nila e Dona Arlete relatam que nunca houve qualquer tipo de problema com relação ao solo. Afirmam também que os problemas com alagamento do córrego em épocas de chuva só atinge parcialmente o conjunto (blocos mais baixos). Elas não conseguiram se lembrar de nenhum tipo de endemia que tenha afetado o conjunto. Não se lembram de muitos casos de dengue entre os moradores. Por fim, contaram que nunca houve nenhum tipo de problema com incêndios acidentais ou não, nas áreas abertas próximo do córrego, onde há sempre muito mato.

Para finalizar, foram discutidas algumas questões com relação à **capacidade de articulação** dos moradores do conjunto. Dona Nila lembra que o conjunto nasceu dessa mobilização, já que todos faziam parte de um grupo de famílias que se organizou e lutou pelas moradias junto ao poder público municipal. Ela considera entretanto, que uma vez que essa conquista aconteceu, a maioria dos moradores se deu por satisfeita e não se interessou mais por qualquer tipo de mobilização por melhorias. Ela conta que na última reunião do Orçamento Participativo, dos mais de mil moradores do conjunto, apenas cem estavam presentes, menos de 10%, sendo que estava em pauta a votação de melhorias no conjunto (na área aberta junto à Rua Vinhedo). Dona Nila relata que é muito difícil hoje convencer as pessoas a participar dessas reuniões e se organizar.

Morar no fim da cidade para Dona Nila e Dona Arlete traz mais aspectos positivos do que negativos. Para ela, apesar dos problemas relacionados às distâncias (mobilidade, comércio, etc) com os quais elas tem que conviver por estarem no fim da cidade, a ambiência tranquila do local lembra uma cidade do interior. Dona Nila afirma que o lugar lembra sua cidade natal, no Vale do Jequitinhonha, com ruas tranquilas, pessoas conversando nas calçadas, cachorros vagando sem rumo.

Sem mais assuntos a tratar, a entrevista se encerrou as 10:30.

ANEXO 7.1

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

CH7 – Conjuntos Via Expressa I e II – Regional Barreiro, Belo Horizonte.

DATA – 03/12/2013

HORÁRIO – 09:00

LOCAL – Apartamento Dona Nilza

PARTICIPANTES – Aline e Tereza (assistentes sociais do VEASP), Dona Nilza, Dona Custódia, Sr. Manoel, Angelita (moradores antigos do conjunto), Silke Kapp (EAUFMG).

A entrevista foi marcada com a ajuda das assistentes sociais Aline e Tereza, do VEASP, que atua nos conjuntos Via Expressa I e II. Elas selecionaram dois moradores de cada uma das etapas do conjunto, todos eles possuidores de um perfil de maior envolvimento com os problemas do conjunto e com mais tempo morando nesse lugar. Dona Nilza, que cedeu o seu apartamento para a reunião, mora no Via Expressa II há cinco anos. Angelita também é moradora do Via Expressa II há cinco anos. Dona Custódia, irmã de Dona Nilza, é moradora do Via Expressa I há sete anos e o Sr. Manoel também é morador desse conjunto, só que há nove anos, desde a sua construção.

Inicialmente foram discutidas algumas questões gerais. Os moradores informaram que o Via Expressa I foi construído em 2004 e o Via Expressa II em 2007. Ainda segundo eles, a primeira fase corresponde a nove blocos e a segunda a sete blocos. Em todos eles há dezesseis apartamentos. Segundo Angelita, alguns apartamentos chegam a ser vendidos por oito mil reais. Dona Nilza a corrigiu, dizendo que o preço médio das unidades fica entre noventa e cem mil reais.

Em seguida, alguns aspectos de **infraestrutura urbana** foram discutidos. Em relação a água, os moradores não relataram desabastecimentos maiores do que o normal. Quando isso acontece, é bastante divulgado na televisão e na imprensa em geral. Há muitos problemas em relação à água no âmbito da gestão condominial. Os moradores relataram inúmeros problemas no Via Expressa II, já que nele a medição e cobrança da água são feitas por uma empresa terceirizada Dona Nilza disse gostar do sistema porque, para ela, cada um paga o que consome. Segundo Dona Custódia e o Sr. Manoel, nos blocos do Via Expressa I não há medição separada e toda a entrega da água é feita pela COPASA. Cabe

ao sub-síndico fazer o rateio entre os moradores e cobrar os valores de cada um, o que, segundo eles, sempre causa muitos problemas. Com relação ao sistema de esgoto, da mesma forma, disseram que nunca houve qualquer problema com a rede pública, mas relataram vários problemas internos do condomínio. Segundo Angelita, até roupas, cabides, meias são encontrados na tubulação de esgoto dos prédios. Para todos os presentes, há muitos moradores sem qualquer consciência, que jogam todo o tipo de coisa no vaso sanitário. Dona Nilza relatou que já houve entupimentos das bocas de lobo em alguns pontos do conjunto e que isso chegou a afetar o bloco sete. O problema, segundo ela, foi gerado por garrafas PET. Os moradores, entretanto, não relataram qualquer problema com os sistemas de energia e telefonia ou mesmo com a iluminação pública, que segundo eles é adequada. De acordo com os moradores, as vias do conjunto têm uma boa condição de pavimentação pelo tráfego reduzido de veículos.

Em seguida foram discutidas algumas questões relacionadas à **qualidade urbana** do conjunto. Em primeiro lugar a questão do comércio foi levantada e surgiram várias reclamações. Todos os moradores reclamaram muito da completa falta de comércio no entorno do conjunto, dizendo-se isolados. Dona Nilza explicou que é necessário ir até o bairro Santa Maria ou até o bairro Camargos, passando por cima da Via Expressa, para se chegar a uma lotérica, um sacolão (hortifruti) ou padaria. Dona Custódia comentou que recentemente havia sido aberto um supermercado mais perto, no bairro Camargos. Mas Dona Nilza lembrou que mesmo para se chegar a esse supermercado é preciso andar mais de um quilômetro tornando difícil a tarefa de fazer compras a pé. O Sr. Manoel disse que achava mais fácil fazer compras de supermercado no centro da cidade, pegar o metrô até a estação Cidade Industrial e pegar um ônibus até o conjunto do que fazer compras nos locais indicados pelas duas moradoras. O mesmo Sr. Manoel comentou que o único comércio de bairro que existe nas duas quadras que formam o parcelamento onde foram construídos o Via Expressa I e II é uma padaria, na esquina das ruas Três com Maria Cristina de Assis, mas que exatamente por ser o único comércio do bairro, o proprietário cobra preços abusivos, com o que todos concordaram.

Se a atividade comercial fica distante, mais ainda ficam os serviços públicos, segundo os moradores. Os conjuntos fazem parte do território atendido pelos serviços municipais do bairro Califórnia, que fica do outro lado da rodovia BR 040. Assim, o CRAS, o centro de saúde e algumas escolas municipais que atendem os moradores dos conjuntos Via Expressa I e II ficam distantes pelo menos dois quilômetros e com uma barreira urbana muito forte que é a rodovia. O Sr. Manoel relatou que já ficou esperando por vinte, trinta minutos para conseguir atravessar a rodovia, porque o fluxo de carros é praticamente constante nos dois sentidos. Todos os moradores comentaram que é muito arriscado atravessar a rodovia naquele ponto. O Sr. Manoel contou que uma passarela e um "túnel" já haviam sido prometidos aos moradores, mas nunca foram construídos. A Dona Nilza falou que é muito difícil quando alguém mais velho fica doente no conjunto, porque normalmente tem dificuldade de locomoção e fica difícil andar toda essa distância e ainda atravessar a rodovia. O Sr. Manoel comentou que quando sua esposa ainda era

viva e estava doente, e precisava de atendimento médico as vezes no meio da noite, ele tinha que pegar um táxi. Mas nem assim era fácil, já que ele tinha que andar um quilômetro até o bairro Santa Maria para conseguir um táxi. Todos os moradores concordaram que o serviço de saúde do centro é bom e que o grande problema com relação a esse serviço é a distância até ele e a barreira imposta pela rodovia. Dona Nilza discordou, lembrando que algumas vezes foi atendida de forma inadequada nesse mesmo centro de saúde. Ela comentou que é uma questão de sorte, ser atendido por médicos, enfermeiros e agentes educados no centro de saúde Califórnia. A UMEI fica mais acessível para os moradores dos conjuntos, relatou o Sr. Manoel, já que ela fica no bairro Santa Maria, logo no início da av. João Batista Vieira, que se prolonga sobre a Via Expressa por meio de um viaduto, ligando aquele bairro ao parcelamento do conjunto. Mesmo assim, é preciso andar quase um quilômetro. A UMEI Califórnia fica muito longe. Os moradores não tiveram queixas em relação às UMEIs, a não ser a distância, ou à E.M. João Camilo Torres, mais próxima do conjunto, no "Califórnia Velho". Para eles as coisas começam a complicar depois do ensino fundamental I, quando as crianças têm que andar mais para conseguirem encontrar escolas. Em relação aos espaços públicos de lazer, esportes e convivência, os moradores relataram que os que existem são interno ao conjunto: uma quadra no Via Expressa I e uma "pracinha" no Via Expressa II. Porém, segundo eles, as crianças não usam muito esses espaços porque eles são tomados pelos jovens ligados ao tráfico de drogas. Não há outras opções de espaços públicos de lazer fora do conjunto. A academia a céu aberto mais próxima fica no CRAS Califórnia, a uma distância enorme.

Os moradores se queixaram muito quando o assunto passou para o item da segurança. Segundo o Sr. Manoel, morador mais antigo e que conheceu os primeiros anos do conjunto, no começo havia muita violência. Ele relatou que eram e ainda são comuns as ameaças que os moradores sofrem dos jovens ligados ao tráfico de drogas, que sempre andam armados. Relatou que já viu esses jovens atirando em outros jovens, já viu pessoas sendo levadas para dentro da área da mata no vale do córrego dos Carneiros e "ficando por lá esticadinhas". Para ele, em geral a questão da violência melhorou nos últimos anos, porque muitas pessoas ligadas ao tráfico no conjunto ou morreram ou tiveram que sair. Para ele não há influência da ação da polícia ou de equipamentos sociais ou mesmo de grupos religiosos na diminuição da criminalidade. "A polícia custa a passar. Só vem quando tem problema", relata. Dona Nilza lembra que os bairros vizinhos se referem pejorativamente aos conjuntos Via Expressa I e II como "Carandiru", em função das mortes que ocorreram ali nos primeiros anos. Perguntados se sentem seguros hoje no conjunto, cada um respondeu de uma forma. Angelita disse que se sente insegura no seu bloco, especificamente por problemas ocorridos recentemente [mais tarde, separadamente, Dona Nilza explicou que o que aconteceu foi o assassinato de um jovem por questões ligadas ao tráfico de drogas, numa área aberta próxima do bloco onde mora Angelita]. Dona Custódia, na mesma linha, disse que se sente muito insegura e que se pudesse se iria ,dali. Já Dona Nilza, no sentido contrário, dizendo que sente segura, entrando e saindo de todos os blocos e que nunca ninguém lhe ameaçou. O Sr.

Manoel concordou com ela, considerando-se seguro e disse que, para quem não se intromete nas coisas "erradas" como ele, não há problema.

Finalmente, tratou-se da questão do transporte. Todos os moradores voltaram a considerar que ficam isolados e contaram que só há uma linha que passa no conjunto, que eles chamam de "amarelinho". O grande problema para eles é o intervalo de espera, que chega a quarenta e até cinquenta minutos. À noite e finais de semana os intervalos aumentam para uma hora. Todos concordaram com o Sr. Manoel, entretanto, em relação à boa condição que têm para ir ao centro através do metrô. O problema, segundo eles, é da estação de metrô até o conjunto, quando têm que pegar um ônibus e voltam a enfrentar os intervalos muito longos.

A seguir, algumas questões ligadas à **qualidade ambiental** foram discutidas. Os moradores consideram que o córrego dos Carneiros, que passa ao lado do conjunto via Expressa I não tem nenhuma interferência em suas vidas. Alguns nem sabiam da existência dele. Nas palavras do Sr. Manoel, é "só uma aguinha que fica lá para baixo", referindo-se a grande diferença entre a cota altimétrica do córrego e do conjunto. Os moradores relataram que há muitos problemas com rachaduras em todos os blocos o que pode indicar algum tipo de problema de ordem geológica. Não relataram qualquer problema em relação ao ar ou aos ruídos no conjunto. Os casos relatados de problemas com ruídos eram casos isolados ou situações circunstanciais. Para os moradores o grande problema aqui é o lixo. Há pessoas que colocam o lixo logo depois que o caminhão da SLU passou e ele fica ali no passeio por dois dias, segundo Dona Nilza. Para ela falta consciência de muitos moradores. Ela relatou ainda que muitos moradores mandam crianças levar o lixo até a rua e, como eles não têm altura para alcançar o cesto, deixam os sacos no chão. Com isso, cachorros, gatos e cavalos que circulam pelas ruas do conjunto acabam abrindo esses sacos e espalhando o lixo pelo chão. Ainda segundo os moradores, há pouca varrição da prefeitura (só uma vez por semana) e quase nunca viram algum tipo de capina nas áreas vegetadas ao longo das ruas perimetrais do conjunto. Dona Custódia relatou vários móveis deixados pelos moradores nos passeios em volta do conjunto. Esses móveis ficam ali até apodrecerem segundo ela. Todos os moradores concordaram que essa é uma prática corrente entre alguns moradores.

Por fim, foram tratadas algumas questões relacionadas aos **riscos socioambientais** a que se sentem sujeitos os moradores. Nenhum problema de alagamento de córregos, deslizamentos ou escorregamentos foi relatado. Segundo eles, não há casos de endemias a não ser por uma virose com um quadro de diarreia que acometeu a maioria dos moradores alguns meses antes. Nunca houve ocorrências generalizadas de dengue no conjunto, segundo os moradores. Já houve, contudo, alguns incêndios florestais nas áreas de mata em volta do conjunto, em que foi necessária a presença do Corpo de Bombeiros. Essas situações são comuns, segundo eles, porque muitas vezes as pessoas colocam fogo no lixo que está nessas áreas.

Para encerrar a entrevista, os moradores relataram que não há um histórico forte de articulação social entre eles e que nem mesmo os problemas condominiais mais simples conseguem ser resolvidos internamente. Segundo eles, não há uma associação de moradores do conjunto [fato desmentido pela assistente social Aline, depois da entrevista]. Somente Dona Custódia declarou que não gosta de morar ali e gostaria de sair. Os demais, por diferentes razões, mostraram-se mais satisfeitos com o lugar onde moram.

Sem mais assuntos a tratar, a entrevista acabou por volta de 11:20.

ANEXO 8.1

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

CH8 – Conjunto Califórnia II – Regional Noroeste, Belo Horizonte.

DATA – 10/12/2013

HORÁRIO – 09:00

LOCAL – Associação Comunitária do Conjunto Califórnia II

PARTICIPANTES – Sr. João Maia (presidente da associação de moradores), Denise (secretária da associação).

A entrevista não havia sido agendada previamente. Um dia ante, num contato por telefone, a secretária da Associação havia dado a informação que o seu presidente costumava passar na sede todos os dias na parte da manhã. Aproveitando uma das visitas ao conjunto para os levantamentos de campo, foi feito o contato com o presidente da associação que se prontificou em participar da entrevista, mesmo sem nenhum prévio agendamento.

O Sr. José Maia informou inicialmente que o conjunto Califórnia II foi construído em 1981 por uma cooperativa chamada INOCOP em parceria com a antiga Minas Caixa, que foi responsável pelo financiamento da obra. Com isso muitos funcionários do banco tiveram acesso a condições facilitadas para obter uma unidade e até hoje, muitos moradores originais do conjunto são antigos funcionários da extinta instituição. Ele informou ainda que o conjunto tem vinte e seis blocos e seiscentas e sessenta e quatro unidades habitacionais. Ali moram entre mil e novecentas e duas mil pessoas, segundo ele. O Sr. José Maia esclareceu que há três tipos de apartamentos, com sensíveis variações de preços. Há dez blocos com apartamentos do tipo “A”, cujo preço varia entre cento e quarenta e cento e sessenta mil reais. Há quatro blocos de apartamentos tipo “B”, cujo preço varia entre cento e noventa e duzentos mil reais. E há ainda doze blocos com apartamentos tipo “C”, com preço entre cento e vinte e cento e quarenta mil reais.

Inicialmente foram discutidos alguns aspectos da **infraestrutura urbana** do conjunto. O Sr. José Maia informou que nunca houve qualquer problema mais relevante com o sistema de abastecimento de água. Segundo ele o mesmo vale para o sistema de esgoto, que teve uma única obra recentemente, mas para

interligar a rede existente com a nova rede criada sob a avenida Avaí. Para o Sr. José Maia, o sistema de drenagem urbana nas duas ruas do conjunto é eficiente e não há casos de problemas segundo ele. O único problema com a drenagem urbana fica fora do conjunto, na rua Clemente Nascimento Pires, que conforma uma "baixada" logo antes da sua entrada. Nesse local, segundo ele, principalmente depois da construção de vários galpões de uma empresa de aluguel de guindastes, surgiram problemas de entupimento das bocas de lobo e de drenagem. Com relação ao sistema de energia, o Sr. José Maia contou que não um histórico de problemas hoje, assim como em relação ao sistema de telefonia. Segundo ele, há alguns anos, havia muitos problemas com transformadores nas ruas, mas eles teriam sido trocados pela concessionária, resolvendo os problemas. A iluminação pública para o presidente da associação é um pouco deficiente, não por culpa do sistema de iluminação em si, mas pela presença de muitas árvores nas ruas do conjunto, que bloqueiam parcialmente a luz que vem dos postes. A pavimentação das ruas parece ser o grande problema de infraestrutura urbana do conjunto, segundo a avaliação do Sr. José Maia. Para ele, o trânsito de ônibus e caminhões pesados contribui para acelerar o desgaste do pavimento, que está cheio de buracos e rachado em vários pontos. Ele contou que os caminhões pesados das grandes empresas vizinhas ao conjunto usam a rua Patrício Barbosa para retornar, como se o conjunto fosse uma grande rotatória. Isso contribuiu, nos últimos anos, para que os buracos no asfalto surgissem com maior frequência. A PBH tapa os buracos de forma muito superficial, com camadas finas de asfalto, segundo o Sr. José Maia, e poucos meses depois os buracos surgem novamente. As calçadas estão em mal estado, reconhece o presidente da associação. Mas segundo ele, a manutenção das mesmas é responsabilidade de cada bloco e, dessa forma, há trechos recentemente reformados, bem cuidados e há também alguns lugares onde há vegetação crescendo e quase não existe mais pavimentação.

A seguir, foram discutidas algumas questões relativas à **qualidade de vida urbana** do conjunto. O primeiro ponto, o comércio, causou uma reação mais forte tanto no Sr. José Maia, como na secretária da associação, Denise. Ambos disseram que é muito difícil fazer compras a pé e que todos os moradores compram o que precisam longe e trazem tudo de carro ou de ônibus. O Sr. José Maia contou que há no conjunto uma padaria e um bar de um lado do centro comercial e uma mercearia e outro bar do outro lado. Mas eles não conseguem atender toda a demanda do conjunto. Quem vai comprar alguma coisa no centro comercial do conjunto Califórnia I, onde há muitas opções de comércio, precisa andar cerca de um quilômetro. Os espaços de lazer e esportes são acanhados para os moradores, principalmente crianças e jovens, segundo o Sr. José Maia. Ele contou que há duas quadras, que são abertas durante o dia para uso público e controladas a noite, em função do custo da iluminação. A associação as aluga por hora, para grupos de pessoas que fazem ginástica, jogam futebol e voleibol. A pracinha com brinquedos perto da igreja é muito acanhada, reconhece o Sr. José Maia.

O serviço público de saúde que atende a área do conjunto é o Centro de Saúde do Califórnia, que segundo ele conta com seis equipes PSF. Apesar da grande disparidade entre o número de profissionais

e a população atendida, o Sr. José Maia considera que o serviço prestado pelo Centro de Saúde é de boa qualidade. Segundo ele, há hoje uma UMEI recentemente construída na nova avenida que corta a Vila Califórnia (av. Avaí) e que atende bem ao conjunto, além de estar mais próxima. Há pelo menos uma creche segundo ele, na própria Vila Califórnia. As duas escolas que mais atendem as crianças do conjunto, para ele, são a E.M. Clóvis Salgado e a E.M. Dom Bosco. A primeira, mais próxima do conjunto, a cerca de dez minutos de caminhada, é considerada boa por ele. Apesar disso, reconhece que uma maior parte das crianças do conjunto hoje frequenta escolas particulares mais distantes e vão e voltam em transportes escolares particulares (vans). A única opção de ensino médio para os jovens do conjunto, lembrou a secretária Denise, é a E.E. Prof. Moraes, no bairro Padre Eustáquio, distante quase quatro quilômetros.

A questão da segurança urbana é um aspecto que melhorou nos últimos anos, segundo o Sr. José Maia. Para ele a situação já foi pior e hoje está mais tranquila. Apesar disso, lembrou que houve três assassinatos na área do conjunto nos últimos dois anos, todos ligados ao tráfico de drogas. Para ele, há muitas pessoas no conjunto envolvidas de alguma forma com o tráfico. Por isso, segundo ele, há também muitos furtos de carros, realizados por jovens para comprar drogas. Há um policiamento pouco ostensivo nas vias do conjunto Califórnia II, na visão do presidente da associação. O transporte, porém, é para ele o pior aspecto, classificado como "péssimo". Há duas linhas que servem os moradores, uma azul (4501) que o liga ao bairro São Paulo, passando pelo Centro, e outra amarela suplementar (41) que vai até o Gutierrez. Para o Sr. José Maia, os principais problemas são os grandes intervalos entre os ônibus, que variam entre quarenta e cinquenta minutos, a falta de ônibus suplementares nos finais de semana e a necessidade de ter que ira ao Centro para ir para qualquer outro bairro. Nas palavras do Sr. José Maia, "temos a sensação de estarmos ilhados."

Foram então debatidos alguns pontos em relação às **condições ambientais** do conjunto. Em relação aos cursos d'água que circundam o conjunto, o Sr. José Maia explicou que há o córrego da SLU, que nasce numa lagoa, próxima do antigo aterro sanitário e passa entre ele e o conjunto, dentro da área da SLU (PBH). Esse córrego nunca apresentou nenhum tipo de problema para os moradores, segundo ele. O outro córrego, que passa sob a rua Clemente Nascimento Pires exatamente na entrada do conjunto tem dado problemas de alagamentos após a construção de alguns galpões que obstruíram seu curso natural. Há alguns problemas de pequenas erosões e desbarrancamentos dentro do conjunto, causados por obras realizadas por cada um dos blocos para ampliar áreas internas de garagem. Mas nunca houve problemas de instabilidade do subsolo, segundo ele. A qualidade do ar e o silêncio são os pontos fortes do conjunto para o Sr. José Maia. "À noite é um silêncio só" descreve ele. A SLU forneceu mais de cem mudas de árvores para serem plantadas na encosta do aterro sanitário que fica voltada para o conjunto, fazendo com que o trecho da rua Patrício Barbosa ficasse muito arborizado e agradável, explica o Sr. José Maia. Somente durante o dia, alguns ruídos esporádicos de ônibus e caminhões quebram a tranquilidade que normalmente caracteriza o conjunto em termos de ruídos, segundo ele. A questão dos

resíduos sólidos doméstico é bastante controlada e os moradores tem consciência, conta o presidente da associação. As coletas da PBH acontecem nas segundas, quartas e sextas e o lixo só é colocado para fora poucos instantes antes do caminhão passar, evitando que os sacos fiquem expostos na rua. Porém, para ele, há um grande problema nas garagens construídas pelos moradores do outro lado da rua Patrício Barbosa. Além da poluição visual que causam, segundo o Sr. José Maia, as construções servem para esconder parte do lixo que é jogado clandestinamente morro abaixo em direção ao córrego Ipanema. Ele contou ainda que essas garagens até pouco tempo atrás funcionavam como anteparos para bloquear a visão dos moradores enquanto marginais, traficantes e até prostitutas usavam essas áreas à noite. A associação é responsável pela capina, mas somente nas áreas dos blocos e mesmo assim, só dos adimplentes. Como a capina das áreas próximas às garagens não é atribuição da associação e a PBH não costuma fazer o serviço, o resultado é um mato alto em toda a extensão da rua Patrício Barbosa, no lado oposto.

Por fim, foram discutidos alguns aspectos relacionados aos **riscos** a que estão sujeitos os moradores do conjunto Califórnia II. Não há riscos geológicos segundo o Sr. José Maia. Riscos de alagamentos só surgiram depois da obra dos galpões antes mencionados, na rua Clemente Nascimento Pires. Já houve endemias ligadas à presença de mosquitos como a dengue entre os moradores do conjunto, relata ele. Há também a presença constante de escorpiões e ratos, em função das áreas de mata em volta do conjunto, na opinião do Sr. José Maia. Já houve pequenos incêndios nessas matas, causados por pessoas que colocam fogo no lixo, mas sem grandes proporções que chegassem a colocar em segurança os prédios do conjunto.

O Sr. José Maia considera que a associação de moradores tem tido um papel político importante, reivindicando as demandas dos moradores junto aos órgãos públicos. Lembrou-se de um abaixo-assinado que foi organizado pela entidade para alterar os itinerários dos ônibus. Para ele, é fundamental a participação dos síndicos, que representam cada um dos vinte e seis blocos e que funcionam como uma ponte entre os moradores e a associação. Da mesma forma, ele considera que a associação funciona como uma ponte entre a prefeitura, os órgãos públicos e o conjunto.

A noção de morar no fim da cidade é tida como uma qualidade para o Sr. José Maia e também para Denise. Ambos gostam de morar no conjunto por sua tranquilidade de cidade de interior, pelo silêncio, pelas áreas verdes do entorno. Consideram que esses aspectos e principalmente a forte relação social de cordialidade e amizade entre moradores que existe no conjunto supera os pontos negativos mais significativos, o comércio e o transporte, segundo eles.

Sem mais assuntos a tratar, a entrevista se encerrou as 10:00.

ANEXO 8.2

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

CH8 – Conjunto Califórnia II – Regional Noroeste, Belo Horizonte.

DATA – 10/12/2013

HORÁRIO – 15:00

LOCAL – Apartamento da Dona Marilú

PARTICIPANTES – Dona Marilú (moradora antiga do conjunto, ex-presidente da associação de moradores 1998-2010)

A entrevista foi agendada duas vezes e desmarcada até que na terceira tentativa, de fato aconteceu. Dona Marilú foi presidente da associação de moradores por doze anos, entre 1998 e 2010 e mora no conjunto Califórnia II desde a sua inauguração em 1981. Ela contou que a associação foi criada logo depois, no ano de 1982. Confirmou que o conjunto tem vinte e seis blocos e seiscentos e sessenta e quatro unidades. E ainda emprestou alguns documentos para que fossem feitas cópias, como o estatuto da associação, a convenção de condomínio e o registro no cartório do conjunto.

A entrevista começou tratando de algumas questões sobre a **infraestrutura urbana.** Dona Marilú contou que nunca houve na história do conjunto algum tipo de problema de abastecimento de água. Também relatou que nunca ocorreu algum problema na rede pública de esgoto. Contou ainda que não é comum qualquer tipo de problema com o sistema de drenagem nas ruas do conjunto, já que a PBH realiza limpeza das bocas de lobo todo ano, sempre antes da estação chuvosa. Dona Marilú contou ainda que não há um histórico de problemas com a rede de energia ou de telefonia no conjunto. Queixou-se dos problemas com a pavimentação das ruas do conjunto, alegando que a atual gestão da associação não faz nenhum tipo de pressão na PBH para que os buracos sejam tapados. Segundo ela, no período da sua gestão, havia esse trabalho político constante para que a prefeitura providenciasse a manutenção das vias. Dona Marilú credita o desgaste do pavimento ao trânsito de ônibus e não de caminhões, que segundo ela, não passam constantemente pelo conjunto.

A seguir foram discutidas algumas questões relativas à **qualidade urbana** do conjunto. Dona Marilú considera que o comércio é um ponto negativo do conjunto. Há poucas lojas no pequeno centro comercial

que fica no centro do conjunto (dois bares, uma padaria e uma mercearia). Segundo ela, já houve uma farmácia e um açougue, mas ambos fecharam. Dona Marilú conta que algumas das lojas que funcionam hoje estão em situação irregular, já que não possuem alvará de funcionamento da PBH. Dona Marilú conta que um morador que vá fazer compras a pé tem que andar muito. O centro comercial do conjunto Califórnia I foi apontado por ela como o centro comercial com maior diversidade mais próximo do Califórnia II. Ela, no entanto, conta que prefere fazer suas compras de carro em hipermercados do outro lado da cidade, pela qualidade dos serviços e pelos preços. Segundo ela, como hoje em dia quase todos os moradores têm carro, todos preferem fazer compras em supermercados maiores, em outros bairros. Ela diz fazer suas compras no Extra da região hospitalar com o filho que tem carro. Dona Marilú considera que o conjunto tem equipamentos de lazer e esportes como as duas quadras, a pracinha com *playground* e a pista de Cooper. Os moradores usam muito todos esses espaços e todos os dias, no final da tarde, é possível vê-los sempre cheios. Porém reconhece que essas opções são insuficientes para a enorme demanda que é o conjunto total de moradores dos vinte e seis prédios.

O Centro de Saúde do Califórnia presta um bom serviço, segundo Dona Marilú. Há agentes comunitários que vão ao conjunto toda a semana e visitam pacientes mais idosos. Ela disse que o serviço de saúde pode ser considerado bom. Ela conta que a construção da UMEI, do CRAS e das áreas públicas ao longo da nova avenida Avaí, dentro da Vila Califórnia são "uma beleza". "Dá gosto de ver como aquilo ficou". Dona Marilú não se lembrou da existência de nenhuma creche no conjunto ou nas redondezas. Ela afirmou que muitas das crianças do conjunto Califórnia II fazem o ensino fundamental na E.M. Clóvis Salgado. Porém, essa escola atende também, talvez até em maior proporção, as crianças da Vila Califórnia de acordo com a moradora. Essa escola, ainda segundo Dona Marilú hoje tem muitos problemas porque há muitas brigas e confusões entre os jovens que a frequentam. A E.M. Dom Bosco também fica nas proximidades, mas recebe quase somente crianças da Vila Califórnia, segundo ela. A E.M. João Camilo, do outro lado da BR 040, segundo ela, tinha um bom padrão, mas piorou muito depois da construção do que ela chamou de "Carandiru" (Conjuntos Via Expressa I e II da URBEL).

Com relação á segurança, Dona Marilú contou que o conjunto já foi mais violento. Ela relatou uma chacina que matou três pessoas seis meses antes, próximo ao E.M. Clóvis Salgado. Relatou ainda o assassinato de um jovem de dezenove anos ("Rafaelzinho") morto na rua central do conjunto Califórnia II com vários tiros. Segundo ela, o jovem estava envolvido com o tráfico de drogas. Dona Marilú relatou ainda que os policiais disseram a ela que depois desse caso as coisas ficaram mais tranquilas com relação às brigas de grupos ligados ao tráfico. Ela conta que há muitos jovens do conjunto usando drogas a noite, no final da mesma rua onde houve esse assassinato, a rua Leopoldo Bian. Mas há também, segundo ela, alguns jovens, moradores do conjunto, que vendem drogas. Há pouco policiamento nas ruas, segundo Dona Marilú. Há muitos assaltos às lojas e muitos roubos de carro. Ela explica que muitas das vezes os carros são roubados por jovens do próprio conjunto para conseguirem comprar drogas. Ela relatou que isso já aconteceu com o carro do seu filho.

O serviço de capina e poda é muito restrito, já que somente os blocos adimplentes recebem esse direito, mas somente para dentro dos blocos. Os espaços públicos são deixados de lado. O transporte público é péssimo, segundo Dona Marilú. Para ela os intervalos entre os ônibus são muito grandes e chegam a cinquenta minutos, dependendo do dia. Além disso, segundo ela, há pouco tempo a BHTRANS retirou um fiscal que trabalhava nos pontos finais das duas linhas e depois disso as empresas pararam de respeitar os horários de saída dos ônibus. "Eles saem a hora que eles querem", afirmou.

Foram então tratados alguns assuntos relacionados à **qualidade ambiental** do conjunto. Com relação aos cursos d'água que possam próximos ao Califórnia II, Dona Marilú contou que o córrego da SLU nunca causou qualquer problema. Dá mesma maneira, o córrego Ipanema não apresenta hoje qualquer preocupação para os moradores em relação à qualidade da água, já que ela passa "muito longe" do conjunto. Dona Marilú relatou que não há um histórico de problemas ligados ao solo, à exceção de alguns pontos específicos dentro de alguns blocos, numa situação em que cada um tentou ampliar sua área de vagas de estacionamento, muitas vezes descalçando alguns barrancos. A qualidade do ar e o silêncio são os maiores atrativos para se morar no conjunto Califórnia II, segundo Dona Marilú. Não há qualquer problema no ar a não ser pela criação de gado bovino que toma parte do grande terreno imediatamente a oeste do conjunto. Além do cheiro forte provocado pela presença dos animais e suas fezes, caracterizando o que Dona Marilú chama de um "cheiro de curral", há também o mal cheiro provocado quando, segundo ela, um caminhão da CEASA chega com restos de legumes, frutas e verduras e despeja nesse terreno para alimentar o gado numa combinação que foi feita entre os atacadistas e o dono do gado. Dona Marilú conta que quando foi presidente da associação não permitia que esse despejo de restos de alimentos fosse feito perto do conjunto, como tem acontecido hoje em dia. Ela esclarece que os moradores do conjunto são muito conscientes quanto à questão do lixo, além do que, são bem vigiados pelos síndicos, que não permitem que sacos sejam colocados na rua ou fora dos horários de coleta (segunda, quarta e sexta feira, pela manhã). Quando isso acontece, segundo ela, o morador é identificado e recebe uma advertência. Com o tempo todos se acostumaram a seguir as regras e ninguém as desrespeita. O problema, segundo Dona Marilú, muitas vezes está no fato de moradores da Vila Califórnia deixarem o lixo próximo ao conjunto. Além disso, ela lembra que na rua Patrício Barbosa, no externo onde há as garagens, há lixo e entulho em vários pontos. Ela conta que muitos deixam móveis, sofás, armários nessas áreas durante a noite. Há também vários casos de reformas, quando os moradores, ao invés de contratarem uma caçamba, preferem lançar os entulhos nessas áreas próximas ás garagens durante a noite.

O grande problema ambiental do conjunto, porém, não estava no roteiro da entrevista porque se refere a uma situação específica do conjunto Califórnia II: a presença do aterro sanitário. Dona Marilú conta que, como moradora do conjunto desde a sua inauguração, lembra-se muito bem de como era viver ao lado do "depósito de lixo de Belo Horizonte". Ela conta que enquanto o aterro esteve ativo, até 2007, a quantidade de mosquitos era insuportável. Ela mostrou que todas as janelas do seu apartamento possuem um

quadro de alumínio de encaixar, com uma tela tipo mosquiteiro. Segundo seu relato, isso foi necessário na época do aterro, porque era muito grande a quantidade de moscas e mosquitos o dia todo, principalmente no calor. Além disso, ela descreve a situação como a de "ficar o dia inteiro sentido aquele fedor horrível". Dona Marilú conta que quando o "vento virava", soprando na direção do conjunto, trazendo o cheiro do lixo, as pessoas tinham que andar com um pano no nariz, porque era "um cheiro insuportável". Como em boa parte desse período, ela esteve a frente da associação de moradores, conta que fez amizade com o engenheiro da SLU responsável pelo aterro e que nos dias em que o cheiro ficava insuportável , ela ligava para ele e pedia para ele "abrir as comportas". Segundo ela, entre meia hora e quarenta minutos depois, o cheiro melhorava. Havia muitos urubus sobrevoando o conjunto e pousados nos telhados e nas ruas, o que causava uma impressão muito ruim. Ela conta ainda que quando chovia o cheiro piorava muito. Dona Marilú contou que houve uma ocasião em que foi achado um feto no aterro sanitário e todos os moradores do conjunto foram lá para ver. Ela mesmo conta que foi lá e comprovou a história. Ela não sente nenhuma saudade desse período e conta que foi uma fase muito difícil para quem morava no conjunto Califórnia II. Hoje, segundo ela, a área está desativada e tem vários projetos ambientais, tem uma pista de bicicletas, criação de mudas e um lago para criação de peixes.

Por fim, foram discutidas algumas questões relacionadas aos **riscos** a que estão sujeitos os moradores do conjunto. Dona Marilú desconhece qualquer problema relacionado ao subsolo do conjunto, deslizamentos, escorregamentos, erosões em toda a área. Para ela, o conjunto foi "muito bem construído". Os casos de alagamento, segundo o seu relato, se resumem ao ponto da rua Clemente Nascimento Pires forma uma "baixada" passando exatamente sobre o córrego Ipanema. Ali, segundo ela, havia muitos problemas de alagamentos no passado e houve anos em que essa situação se deu com tal magnitude que os moradores ficaram isolados da cidade por vários dias até que as águas abaixassem. Foi preciso, conta ela, uma gestão forte junto a uma vereadora (Neuzinha) para que a PBH fizessem uma obra de drenagem na rua que melhorasse o problema dos alagamentos. Segundo ela, essas obras foram bem feitas e, por muitos anos, o conjunto não teve mais o problema do alagamento do córrego Ipanema. Porém, há cerca de um ano, com a construção de alguns galpões de uma empresa de aluguel de guindastes logo a montante desse ponto, voltou a gerar alagamentos no mesmo ponto. Ela conta que, quatro dias antes da entrevista, quando houve uma chuva forte, a rua alagou nesse ponto. Dona Marilú relata algumas endemias do conjunto Califórnia II. Num histórico mais recente, dos últimos cinco anos, ela relata que houve vários casos de dengue. "Quase todo mundo teve dengue", afirma. Isso sempre vem na época chuvosa e, segundo ela, os maiores responsáveis são os moradores da Vila Califórnia e do próprio conjunto que jogam lixo próximo dos córregos, criando condições para que se acumule água onde o mosquito deposita seus ovos. Porém, o caso mais grave, relata Dona Marilú, está relacionado às doenças respiratórias, como rinite, alergia, bronquite e asma, que atacou principalmente as crianças, no período em que o aterro esteve ativo. Ela conta que praticamente todas as crianças do conjunto tinham problemas respiratórios nessa época, por causa do convívio tão próximo com o lixão, incluindo o seu

filho. Ela conta ainda que, estando à frente da associação nessa época, conseguiu um laudo médico que associava o alto índice de doenças respiratórias entre crianças do conjunto à presença do aterro sanitário e brigou na PBH até que conseguiu isenção de IPTU para todo o conjunto como uma forma de compensação financeira pelo malefício ambiental imposto aos moradores do conjunto. Segundo ela, até hoje o conjunto não paga IPTU, mesmo após a desativação do aterro sanitário, graças a ela. Dona Marilú conta que já houve muitos focos de incêndio nas áreas de vegetação mais alta, na época de seca. Mas, segundo ela, nunca foi necessário acionar o corpo de bombeiros. Ela conta ainda que há uma incidência enorme de cobras no conjunto. Há muitas jararacas, cobras-cipó, jararacuçus e até cascavéis, segundo ela . É preciso tomar muito cuidado, principalmente com as crianças.

Para finalizar a entrevista, Dona Marilú falou um pouco sobre a atuação da associação como instrumento de articulação política entre os moradores e os órgãos públicos. Ela defende que a associação é fundamental para conseguir levar adiante as demandas dos moradores. Entretanto, segundo ela, é preciso "chegar" num vereador ou deputado estadual que está buscando uma eleição para garantir mais voz dentro desses órgãos, caso contrário tudo fica muito difícil. Ela dá como exemplo o contato com a então vereadora Neuzinha que abriu um canal político entre o conjunto Califórnia II e a PBH representada pela Regional Noroeste. Segundo ela, graças a força política dessa vereadora, questões importantes foram resolvidas: a "drenagem" da área do córrego Ipanema que alagava no período de chuvas e que estava resolvendo o problema até o ano passado; a criação de uma pista de *cooper* em toda a extensão da Rua Patrício Barbosa e que é muito utilizada pelos moradores todos os dias no final da tarde, principalmente; a criação de uma segunda linha de ônibus para o conjunto (amarelo) e a mudança do ponto final da linha existente (azul) saindo do conjunto Califórnia I para o Conjunto Califórnia II, o que gerou, segundo ela muitas brigas com o outro conjunto. A questão do abaixo-assinado levado à PBH para relatar os problemas causados pelo aterro sanitário, e que conseguiu mais de três mil assinaturas, também é um exemplo da força política que a associação teve junto aos órgãos municipais. Porém, Dona Marilú não demonstra nenhuma vontade de voltar à presidência. Segundo ela, o saldo foi negativo e ela ganhou mais inimigos do que amigos. Ser presidente da associação dá tanta dor de cabeça que, segundo ela, na última eleição não apareceu nenhuma chapa e o presidente atual foi forçado a continuar sua função. Dona Marilú acha, no entanto, que as lutas travadas foram lutas da associação e dos políticos que aderiram às demandas. Nunca houve grandes mobilizações dos moradores para exigir qualquer coisa, nem mesmo em tempos mais distantes, quando a situação do conjunto era muito mais crítica do que é hoje. Segundo ela, todos só se preocupam "da porta pra dentro" e ninguém quer discutir os problemas coletivos do conjunto.

Perguntada se gosta do conjunto ou se gostaria de se mudar, após alguma hesitação, Dona Marilú afirma que não gostaria de se mudar e que gosta do conjunto. Para ela, suas qualidades superam seus problemas, até mesmo nos períodos mais críticos. Ela conta que seu filho sempre tentou convencê-la a se mudar para o bairro Padre Eustáquio, mas que ela nunca quis. Ela explica que sempre pensou que lá

não conviveria com as dificuldades com transporte, comércio e com o aterro sanitário, mas também não teria a tranquilidade e a convivência social que há no conjunto. Para ela isso sempre pesou mais. Ela terminou a conversa dizendo, mais animada, que lá é um ótimo lugar para se viver.

Sem mais assuntos a tratar, a entrevista se encerrou as 16:00.

ANEXO 9.1

RELATÓRIO DE ENTREVISTA

CH9 – Conjunto Serra Verde – Regional Venda Nova, Belo Horizonte.

DATA – 19/12/2013

HORÁRIO – 09:00 (marcado) 10:00 (início)

LOCAL – Sede da Associação Comunitária

PARTICIPANTES – Dona Inez, (presidente da Associação), Sr. Joaquim (marido da Dona Inez)

A reunião estava marcada para as 9:00, mas Dona Inez se atrasou bastante. Ela justificou por telefone, explicando que, como seu marido é cadeirante, precisa de alguns cuidados que levam tempo e por isso iria se atrasar. Mas explicou que ele também participaria da entrevista, já que está a par de toda a história do conjunto Serra Verde e das lutas da Associação Comunitária. Por volta de 10:00 ela e o marido, Sr. Joaquim, chegaram ao Centro Comunitário, apresentaram-se e a entrevista logo começou. Ela pediu para que a conversa começasse com o Sr. Joaquim já que ela precisava resolver algumas questões urgentes no Centro e assim foi feito.

Inicialmente o Sr. Joaquim esclareceu que eles moram no Bairro Serra Verde e não propriamente no conjunto Serra Verde. Explicou também que chegaram ali há vinte anos e há dezesseis, a Dona Inez está a frente da Associação Comunitária. Ele explicou que o conjunto Serra Verde começou com 120 blocos que hoje são conhecidos como "brancos" (ele não soube precisar a data). Só aí, segundo ele, já foram 1440 unidades habitacionais, já que são 12 por bloco. Essa primeira fase, segundo ele, era um empreendimento da COHAB e os apartamentos eram doados a funcionários do Estado. No início tentaram vender os apartamentos entre os funcionários do estado, mas a procura foi muito pequena, segundo o Sr. Joaquim, porque "ninguém queria morar no Serra Verde, aquele fim de mundo." Aí os apartamentos acabaram sendo doados. Algum tempo depois (também não soube precisar), vieram os blocos "amarelos", que segundo o Sr. Joaquim eram um segundo empreendimento, da extinta Minas Caixa. Ele explicou que os blocos "amarelos" foram construídos em duas fases, espaçadas por alguns anos (ele não soube precisar quantos blocos na primeira fase e na segunda mas arriscou que seriam quarenta no total). Segundo ele, os blocos construídos junto à Rua Guido Leão foram os da segunda fase dos amarelos. Depois, explicou o Sr. Joaquim, vieram os prédios "lá em cima", feitos pela construtora

"Kopge" (sic). "Aí ainda teve os prédios feitos pela Urbel recentemente", relata, referindo-se aos blocos construídos perto do parque estadual Serra Verde.

Enquanto a Dona Inez não chegava, o Sr. Joaquim contou suas impressões sobre a construção da Cidade Administrativa de Minas Gerais (CAMG). Para ele, houve muitas promessas na época em que o projeto estava sendo feito e as comunidades do entorno consultadas, mas nem tudo foi feito. A edificação onde funciona a Associação Comunitária foi construída com uma verba do governo do estado, executada pela SUDECAP, como uma das contrapartidas pela construção da CAMG. Porém o Sr. Joaquim considera que "é um grande elefante branco", feito como obra política. Outros bairros do entorno como Canaã, Morro Alto, São Benedito também não receberam todas as contrapartidas prometidas pela CODEMIG, que era a responsável pela implantação da CAMG.

O prédio da Associação Comunitária, explicou ainda o Sr. Joaquim, recebe no segundo andar diversas atividades comunitárias durante os dias de semana, em diferentes horários. Nos finais de semana o espaço é alugado como salão de festas para particulares e também para igrejas evangélicas do bairro. Essa é, segundo ele, a única fonte d renda da entidade, que luta para sobreviver, sem apoio financeiro do governo do estado ou da prefeitura. A maior realização da Associação segundo ele, é o "sopão", que é servido todos os dias para moradores de rua e pessoas carentes de forma geral.

Dona Inez chegou e a entrevista baseada no roteiro pré-estabelecido teve início. As primeiras questões discutidas diziam respeito à **infraestrutura urbana**. Dona Inez declarou que não há um histórico de problemas de abastecimento de água no conjunto há muitos anos. Os cortes que acontecem, segundo ela e o Sr. Joaquim, são cortes programados pela COPASA e bastante anunciados na mídia. Ela contou ainda, que nos primórdios do conjunto, muitas vezes os moradores recorreram às minas d'água (córrego da floresta e córrego Feliciano Carvalho). Ela e o Sr. Joaquim não se lembraram de nenhum problema nas redes públicas de esgoto, "só dentro dos terrenos do conjunto, onde há entupimentos", relataram. Eles contaram que o bairro Serra Verde não tem rede de drenagem de água pluvial em todas as vias e não tem bocas de lobo. Dona Inez revela que isso gera muitos transtornos porque a água de chuva fica escorrendo por todo o conjunto. Ela contou ainda que já brigou várias vezes na PBH e SUDECAP tentando pressionar os órgãos públicos para que implantem essas redes. Porém, segundo ela, até hoje não houve sucesso. Na última votação do OP, a proposta de melhoria na rede de drenagem urbana do bairro perdeu para uma proposta de uma das escolas municipais, que segundo ela, conseguiu fazer uma campanha melhor com os moradores do conjunto por meio dos filhos. A rede de energia, segundo o Sr. Joaquim, tem apresentado problemas, já que muitos transformadores têm queimado. Ele culpa o crescimento desordenado em volta do conjunto, aumentando fortemente a demanda por energia, pelos problemas. Segundo ele, "os transformadores sempre queimam na hora do pico" referindo-se ao horário de maior consumo de energia, no final da tarde/início da noite. A iluminação pública é boa, disseram, mas em algumas ruas poderia ser mais eficiente, principalmente pelo grande número de árvores bastante

antigas, cujas copas acabam tampando parte da iluminação proveniente das luminárias no alto dos postes. Segundo o relato do Sr. Joaquim, a Av. Leontino Francisco Alves, a via principal do bairro, recebeu melhorias na iluminação pública nos últimos anos, com a substituição das luminárias dos postes por um modelo mais comprido, que consegue ir além das copas. Segundo ele, o resultado foi bom. Dona Inez lembra que a intenção da associação era de que essas melhorias tivessem acontecido em todo o conjunto, o que foi cobrado da prefeitura, segundo ela. Ela ainda comentou que já existe o acordo entre a prefeitura e a CEMIG para implantar essas mesmas melhorias na iluminação pública na rua Augusto Ferreira dos Santos, onde fica o supermercado do bairro, mas nada saiu do papel até agora. Sobre a condição da pavimentação das vias, os dois acham que a situação mudou muito com a chegada da CAMG. Ao mesmo tempo que aumentou o tráfego de veículos, principalmente nas ruas Guido Drumond Leão e Sebastião Gomes Pereira e avenida Leontino Francisco Alves, com muitos caminhões e ônibus, acelerando o desgaste do pavimento, também aumentou a frequência com que são feitos reparos. Segundo eles "o estado não deixa ficar com buracos, porque eles usam muito essas ruas como corta-caminho para a CAMG por dentro do bairro".

Em seguida foram discutidas algumas questões relacionadas à **qualidade urbana** do conjunto Serra Verde. Dona Inez considera que do ponto de vista do comércio, o que mais faz falta ao bairro são agências bancárias. Segundo ela, é preciso ir até a área central de Venda Nova para resolver qualquer problema relacionado a bancos. Sr. Joaquim acha que o comércio principalmente na av. Leontino Francisco Alves é bastante diversificado e atende bem à comunidade, considerando as limitações de um "comércio de bairro". Ambos concordaram que essa situação melhorou nos últimos anos. "Até Drogaria Araujo tem agora", comentou o Sr. Joaquim. Nenhum dos dois fez qualquer comentário negativo em relação aos espaços de lazer e esportes no conjunto. Eles citaram o campo de futebol de terra próximo ao córrego Feliciano Carvalho como opção para as crianças jogarem futebol. Segundo eles, o campo de futebol na rua Guido Drumond Leão, conhecido como "campo do Bahia" tem acesso controlado. Eles citaram que há muitas opções de lazer a céu aberto na praça em frente ao Centro de Saúde, onde recentemente foi implantada uma das "academias à céu aberto" da PBH e também a praça entre os blocos "amarelos", que tem vários equipamentos de lazer. Eles ainda citaram as quadras e espaços de lazer das três escolas, como espaços bastante usados pelas crianças. O clube do SEST/SENAT é privado e não mantém nenhum tipo de convênio com a comunidade do conjunto Serra Verde.

Em seguida foram discutidos os serviços de saúde e educação oferecidos aos moradores do conjunto. Segundo Dona Inez, o Centro de Saúde Serra Verde, da prefeitura, localizado na rua Guido Drumond Leão é muito bom. Ela considera que há equipes suficientes para o atendimento à população local. O Sr. Joaquim concordou e lembrou que há muitos enfermeiros e agentes comunitários no centro. Dona Inez lembra que sempre ouve algum morador reclamando, mas na opinião dela, isso acontece porque "as pessoas querem resolver seus problemas na mesma hora e não podem nunca esperar alguns dias pela marcação de uma consulta ou a chegada de um remédio". Dona Inez e o Sr. Joaquim consideram que o

conjunto Serra Verde está bem servido tanto no aspecto da saúde como no da educação. Eles contam que há três escolas públicas no conjunto: a E.M. Míriam Brandão, que trabalha com ensino infantil, a E.M. José Maria Alckimim, que trabalha com o ensino fundamental e a E.E. Getúlio Vargas, que oferece o ensino médio. Dona Inez lembrou que a prefeitura está construindo uma UMEI próxima ao conjunto.

A questão da segurança no conjunto Serra Verde trouxe alguns comentários menos animados do que os anteriores sobre a condição atual do bairro e Dona Inez e o Sr. Joaquim falaram com menor desembaraço sobre essas questões, usando frases curtas e pouco claras como "tem muito problema", "problema tem pra todo lado, mas aqui aumentou" e "tem cada coisa que você nem imagina". Falando mais objetivamente, eles consideraram que aumentaram as ocorrências de roubos de carros, assaltos nas ruas, invasão e roubo de domicílios. Dona Inez lembrou que uma casa na av. Leontino Francisco Alves recentemente foi alvo de um roubo, "limparam a casa inteira em plena avenida com movimento e tudo", contou. Perguntados se há no conjunto problemas relacionados ao tráfico de drogas, eles tornaram suas falas ainda mais sucintas, respondendo "vixe", "hãm", "e como tem!". Perguntados se já houve algum episódio mais marcante ligado a esse problema, eles contaram que no mês anterior um apartamento do conjunto na Rua Guido Drumond Leão tinha sido arrombado e quatro pessoas foram assassinadas dentro de casa, por razões que envolvem brigas entre gangues ligadas ao tráfico de drogas. O Sr. Joaquim considerou que a chegada da CAMG fez aumentar a violência do conjunto Serra Verde, mas não soube explicar bem o porquê: "ficou muito visado". Perguntado se o policiamento não aumentou com a CAMG, o Sr. Joaquim afirmou que os carros de polícia só passam pelo conjunto, entrando ou saindo mas quase nunca estão no conjunto para atuar. Dona Inez fala que não há no conjunto uma situação em que os moradores fiquem reféns das gangues, como no "Borel" favela vizinha ao conjunto, também conhecida como "baixada" (do Minas Caixa). Ela considera que isso não acontece no conjunto porque há uma presença muito forte da associação comunitária, da igreja católica e das igrejas evangélica. Segundo ela, "o pessoal respeita muito a associação". Ela explica que uma das suas primeiras providências com o prédio novo da associação foi o de reservar e entregar uma sala para os Alcoólicos Anônimos. Dona Inez comenta "eu não sou boba, sei que todas as famílias em que há um jovem que mexe com drogas há um pai ou mãe ou tio alcoólatra. Tratei de trazer eles pro nosso lado." Além disso, dona Inez comenta que está a frente da associação há dezesseis anos, sem qualquer remuneração. A cada nova eleição, por falta de qualquer outra chapa ela acaba continuando. Ela conta que fala com todos no conjunto que se algum dia a associação aparecer pichada ou sofrer qualquer vandalismo ela larga tudo. "Aí eles respeitam. Nesses dezesseis anos, nunca houve arrombamento na associação, nenhum vandalismo. Eles me respeitam muito", completa.

A questão do transporte público foi então abordada. Primeiramente eles explicaram que há quatro linhas que passam pelo conjunto: a 609 (amarelo) vai para o centro passando por dentro de Venda Nova, a 637 liga o conjunto à estação de metrô e ônibus do Vilarinho, a 2207 vai para o centro passando pela av. Antônio Carlos e a 5517 vai para a região dos hospitais passando pela av. Cristiano Machado. Há vários

problemas de acordo com Dona Inez e o Sr. Joaquim. Eles enumeraram os principais: não há ônibus direto para o centro da cidade nos finais de semana quando só a linha 637 funciona. É preciso ir até a estação Vilarinho e de lá tomar outro ônibus. O problema, segundo eles é que os ônibus demoram cerca de uma hora nos finais de semana e ao chegar na estação, é preciso esperar mais quarenta, as vezes cinquenta minutos até a saída de outro ônibus para o centro. Segundo o Sr. Joaquim, "quem não tem carro não anima sair do conjunto no final de semana". A opção do metrô a partir da estação Vilarinho é boa, segundo eles, mas a maioria dos moradores preferiria uma linha de ônibus indo para o centro pela av. Antônio Carlos nos finais de semana. Eles não têm qualquer reclamação a fazer com relação aos intervalos nos dias de semana. Segundo Dona Inez e o Sr. Joaquim as quatro linhas passam com intervalos bastante curtos, de cerca de cinco minutos. A noite os intervalos aumentam para dez a quinze minutos.

Em seguida foram discutidas algumas questões relativas à **qualidade ambiental** do conjunto Serra Verde. Dona Inez contou que há dois córregos passando pelo conjunto. O córrego da Floresta vem do antigo hipódromo onde hoje foi construída a CAMG. O córrego Feliciano Carvalho, que tem o nome da rua paralela ao seu leito, nasce próximo do clube do SEST/SENAT e se junta ao córrego da Floresta próximo do campo do "Bahia". Ambos nascem na encosta que conforma a maior parte do atual Parque Estadual Serra Verde e que deu nome à região, já que até hoje se encontra bastante vegetada. Dona Inez contou, com tom de saudade, que no início do conjunto, há mais de trinta anos, era comum as pessoas pegarem água na nascente do córrego Feliciano Carvalho, onde havia uma "mina" com "água cristalina jorrando". Segundo ela, a ocupação desordenada na encosta, onde casas foram sendo construídas "sem controle da prefeitura" (ocupação autoconstruída no Jardim Europa) e acabaram com o córrego. Ela ainda contou que havia várias lagoas ao longo dos dois córregos e que todas assorearam com o tempo. Dona Inez e o Sr. Joaquim culpam a ocupação autoconstruída na cabeceira do córrego Feliciano Carvalho e a própria construção da CAMG como responsáveis pelo assoreamento das lagoas da região. A condição ambiental dos dois córregos está comprometida para eles: "É puro esgoto", afirmam. Dona Inez conta que há um projeto para implantar um parque linear ao longo do leito do córrego Feliciano Carvalho, mas nunca saiu do papel. Sobre as áreas das margens dos dois córregos, onde há uma larga faixa de vegetação, Dona Inez relatou que há um convênio com o CEVAE que toma conta dessas áreas providenciando capinas periódicas. Nenhum dos dois relatou qualquer problema sistemático de ordem geológica no conjunto Serra Verde. Eles consideram que o conjunto (a parte antiga da COHAB) foi muito bem construída. O conjunto costumava ser um lugar muito agradável em termos de qualidade do ar e de ruídos, mas o movimento de ônibus e caminhões que aumenta a cada dia comprometeu em parte essas qualidades, segundo Dona Inez e o Srl Joaquim. Há muitos problemas com som nos bares, carros e apartamentos em todo o conjunto e Dona Inez conta que recebe inúmeras reclamações em nome da associação. Sobre a questão dos resíduos sólidos, Dona Inez reconhece que há várias áreas onde há deposição clandestina de lixo, principalmente ao longo da rua Pedro Feliciano de

Carvalho. Ela conta que já solicitou à PBH, através da regional Venda Nova, a construção de três URPVs (Unidades de Recebimento de Pequenos Volumes), centrais de coleta e triagem de resíduos sólidos em geral. O Sr. Joaquim conta que como o conjunto é antigo, muitos moradores fazem reformas em seus apartamentos. Como são obras de pequena escala, acabam não querendo arcar com os custos do aluguem de uma caçamba e pagam alguém para jogar o entulho da obra ao longo da rua Pedro Feliciano de Carvalho, do lado do córrego ou então nas ruas Sebastião Gomes Ferreira e Guido Drumond Leão, sempre do lado onde passa o curso d'água. Dona Inez chegou a sugerir que uma das URPVs poderia ser construída próxima da vila entre o conjunto e a rodovia, como forma de proporcionar geração de renda para as pessoas mais carentes com a coleta do lixo.

Foram então tratados alguns assuntos relacionados aos **riscos socioambientais** a que os moradores estão sujeitos. Perguntados se alguma vez houve algum problema relacionado a deslizamentos de encostas, erosões, escorregametnos, o Sr. Joaquim se lembrou que em 1992 a rua Raul Nin Ferreira se abriu, formando uma cratera. Mas foi um caso isolado, segundo eles. Sempre houve problemas de alagamentos no córrego da Floresta na vila autoconstruída entre o conjunto Serra Verde e a rodovia MG010. Essa área já alagava mesmo antes da vila ter surgido, segundo o Sr. Joaquim. Nenhum dos dois se lembrou de casos de endemias significativas no conjunto Serra Verde. Segundo Dona Inez, na rua Augusto Ferreira dos Santos, antes da construção do supermercado, havia um depósito (fábrica da Antartica) que ficou abandonado por muitos anos com vários focos de água parada. Segundo ela, essa situação foi responsável por um surto de dengue entre os moradores da rua. O Parque Estadual da Serra Verde já foi vítima de incêndios inúmeras vezes, várias delas exigindo a presença do corpo de bombeiros. Mas segundo Dona Inez, esse não é o maior risco gerado pela área de interesse ambiental. Ela conta que o parque nunca foi de fato implantado e com isso acaba sendo na prática uma "terra de ninguém". Há vários anos é usado pelas gangues ligadas ao tráfico de drogas como depósito de drogas e como área de "acerto de contas". Ela conta que várias vezes, os incêndios no parque são iniciados pelas próprias gangues em suas disputas territoriais. O Sr. Joaquim lembra que um distrito industrial chegou a ser planejado para o bairro, mas nunca foi implantado. As ruas chegaram a ser terraplanadas ainda aparecem em alguns mapas, entre o conjunto Serra Verde e a CAMG. Segundo dona Inez, a desapropriação de toda a área para a construção da CAMG acabou impedindo a implantação desse distrito industrial.

Para encerrar a entrevista a história de articulação política do conjunto Serra Verde foi abordada. Dona Inez contou que a associação sempre teve uma atuação política muito forte. Em primeiro lugar, em relação aos órgãos públicos municipais e estaduais e sempre se fez presente em audiências, fóruns e assembleias. Ela conta que quando o antigo proprietário do Hipódromo Serra Verde fechou o negócio da venda do terreno para o governo do estado de Minas Gerais para a construção da CAMG, ligou para ela para dar ciência do negócio, o que ela credita ao respeito que ela e a associação conquistaram ao longo dos anos. Ela conta também que fez parte de todas as discussões envolvendo a construção da CAMG na

câmara municipal, assembleia legislativa e em audiências públicas e graças à credibilidade da associação comunitária do Serra Verde, foi possível captar recursos para a construção da nova sede como uma das contrapartidas pelo impacto do empreendimento. Ela conta que outros bairros da região que não eram tão bem articulados politicamente não conseguiram pleitear recursos nos mesmos patamares junto ao estado e à CODEMIG. Dona Inez faz um resumo de toda a atuação da associação comunitária junto à SUDECAP, BHTRANS, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, URBEL. Por outro lado, na relação entre a entidade e os moradores, Dona Inez mostra que também a associação goza de muita confiança de todos. Ela conta, como exemplo, que precisou organizar um abaixo assinado que deveria ter pelo menos mil assinaturas, para conseguir mudanças nos horários e itinerários dos ônibus o que foi determinado pela BHTRANS durante uma reunião. De volta ao conjunto, em apenas um dia conseguiu mais de mil assinaturas entre os moradores. “Todos confiam muito em mim”, relata. Dona Inez credita essa confiança ao tempo que está à frente da associação, à transparência com que tudo é feito (mostra os balanços mensais que são afixados na entrada da associação), à atenção que dá a todos no conjunto em especial aos mais pobres. Ela conta a história do “sopão” criado por ela há muitos anos na associação. Ela consegue doações, da igreja e das assembleias evangélicas no caso dos alimentos não perecíveis e do sacolão local, no caso de alimentos perecíveis e com ajuda de alguns voluntários, faz e distribui almoço gratuito todos os dias na sede da associação para moradores de rua, pessoas das vilas próximas e até trabalhadores da construção civil.

Para encerrar a conversa, Dona Inez e o Sr. Joaquim, foram perguntados sobre viver no Serra Verde, no fim da cidade com todas as implicações positivas e negativas, como algumas das levantadas ao longo da entrevista. Dona Inez respondeu rapidamente que não trocaria morar no Serra Verde por qualquer outro lugar da cidade. Perguntada se mesmo considerando os problemas do conjunto Serra Verde que pareceram estar aumentando, como por exemplo, a questão da violência, a poluição do ar, ruídos, e o aumento do lixo por todo lado, Dona Inez não mudou de ideia e reafirmou que não trocaria morar no Serra Verde por qualquer outro lugar. “Os problemas que tem aqui tem em qualquer lugar”. O Sr. Joaquim concordou com a cabeça.

Sem mais assuntos a tratar, a conversa terminou às 11:30

ANEXO 10

QUADRO DEMONSTRATIVO DE COMPONENTES DOS INDICADORES TEMÁTICOS DO IQVU

INDICADOR	COMPONENTES	SUB-COMPONENTES : MÉTODOS DE CÁLCULO
ABASTECIMENTO (ALIMENTAR)	Equipamentos de Abastecimento	Hiper e supermercado: m2/hab
		Mercearias e similares: m2/hab
		Restaurantes e similares: m2/hab
	Cesta Básica	Economia de compra: Valor da cesta básica na UP
CULTURA	Meios de Comunicação	Abrangência: Tiragem publicações locais/hab
	Patrimônio Cultural	Bens tombados: bens tombados/UP
		Grupos Culturais: grupos culturais/hab
	Equipamentos Culturais	Distribuição: Equipamentos/hab
		Frequência a equipamentos: pub/hab
		Livrarias e Papelarias: m2/hab
	Programações artístico-culturais	Oferta de atividades: atividades/hab
		Frequência a atividades: pub/hab
EDUCAÇÃO	Infantil	Ingresso: taxa de matrícula
		Tamanho: no. turmas/alunos
	Fundamental I	Ingresso: taxa de matrícula
		Tamanho: no. turmas/alunos
		Aproveitamento: taxa de aprovação final
	Fundamental II	Ingresso: taxa de matrícula
		Tamanho: no. turmas/alunos
		Aproveitamento: taxa de aprovação final
	Médio	Ingresso: taxa de matrícula
		Tamanho: no. turmas/alunos
		Aproveitamento: taxa de aprovação final
ESPORTES	Equipamentos Esportivos	Clubes: m2/hab
		Quadras, piscinas e campos: no. equipamentos/hab
	Promoções Esportivas	Oferta atividades: no. eventos/hab
		Abrangência: pub./hab
HABITAÇÃO	Qualidade da Habitação	Área residencial IPTU: m2/hab
		Padrão de acabamento: nota/acabamento
		Espaço interno: dormitórios/pessoa
INFRAESTRUTURA URBANA	Limpeza Urbana	Coleta de Lixo: nota/UP
		Varrição: nota/UP
		Capina: nota/UP
	Saneamento	Água tratada: taxa ruas abastecidas
		Frequência água: taxa da UP
		Disponibilidade esgoto: taxa da UP
	Energia Elétrica	Fornecimento: taxa da UP
		Iluminação pública: taxa da UP
	Telefonia	Fornecimento: taxa ruas com rede
		Qualidade: taxa de congestionamento

	Transporte Coletivo	Acesso: taxa de pavimentação
		Conforto: idade média da frota
		No. Veículos: no. veículos/hab
MEIO AMBIENTE	Conforto Acústico	Tranquilidade sonora: no. ocorrências/hab
	Qualidade do Ar	Ausência coletivos poluidores: taxa veíc. não autuados
	Área Verde	Cobertura vegetal: Taxa da UP com cobertura vegetal
SAÚDE	Atenção à Saúde	Disponibilidade: leitos/hab
		Centros de saúde: no. centros/hab
		Outros equipamentos: m2/hab
		Equipamentos odontológicos: m2/hab
	Vigilância à saúde	Peso recém nascidos: taxa nascidos com peso normal
		Taxa sobreviventes até 1 ano: taxa sobreviventes
SERVIÇOS URBANOS	Serviços pessoais	Agências bancárias: no. agências/hab
		Ponto de Táxi: pontos/hab
		Postos de Gasolina: m2/hab.
	Serviços de comunicação	Correios: Agências/hab
		Bancas de Revista: no. bancas/hab
		Telefone público: no. aparelhos/hab
		Funcionamento dos tel pub.: taxa apar. funcionando
SEGURANÇA	Atendimento Policial	Equipamentos: delegacias e batalhões/hab
		Recursos humanos: Efetivo PMMG/hab
		Viaturas: viaturas/hab
		Rapidez atendimento: tempo médio de espera
	Segurança Pessoal	Homicídios: homicídios/hab
		Tentativas de homicídio: ocorrências/hab
		Violações de domicílio: ocorrências/hab
		Estupros: ocorrências/hab
		Possibilidade de segurança: outras ocorrências/hab
		Roubos: ocorrências/hab.
	Segurança Patrimonial	Roubos de veículos: ocorrências/hab.
		Roubos de moradias e estabel. : ocorrências /hab
	Segurança do Trânsito	Ausência de acidentes: ocorrências/hab
		Ausência de acidentes graves: ocorrências/hab
	Segurança Habitacional	Ausência de risco geológico: nota baseada no risco

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Discursos da Sustentabilidade Urbana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 1, p.79-90, 1999.

_____. Justiça ambiental – novas articulações entre meio ambiente e democracia. In IBASE. **Série Sindicalismo e Justiça Ambiental. Vol 3: Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente – O debate Internacional**. Rio de Janeiro: Arte Maior, 2000. p. 7-12.

_____. Políticas Ambientais e Construção Democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo; FALEIRO, Airton. (orgs.). **O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001. p.75 – 96.

_____. As Práticas espaciais e o Campo dos Conflitos Ambientais. In: _____. (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heirinch Böll: Relume Dumará, 2004.

_____. **Vulnerabilidade ambiental, processos e relações.** (2006a) Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 24/8/2006. Disponível em: <http://www.fase.org.br/v2/admin/anexos/addon/doc_compartilhado/17_71389700.doc>. Acesso em: 30 jan.2013.

_____. Território, Localismo e Política de Escalas. In: ACSELRAD, H., MELLO, C.C.A., BEZERRA, G.N.**Cidade, Ambiente e Política**: problematizando a Agenda 21 Local. Rio de Janeiro: Garamond, 2006b. p. 13 – 32.

_____. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, H. (org.). **A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009. p. 43-70.

_____. **Ambientalização das lutas sociais - o caso do movimento por justiça ambiental.** *Estud. av.* [online]. 2010a, vol.24, n.68, pp. 103-119.

_____. **Mediação e Negociação de Conflitos Socioambientais**. (2010b) Palestra proferida na Abertura do IX Encontro Temático da 4ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Publico Federal, Brasília, 22 de Setembro de 2010. Disponível em: <http://ccr4.pgr.mpf.gov.br/institucional/encontros/tematicos-da-4a-ccr/ix encontrotematico/documentos/mediacao_e_negociacao_de_conflitos_socioambientais.pdf>. Acesso em: 18 jan.2013.

ACSELRAD, H., MELLO, C.C.A., BEZERRA, G.N. **O Que é Justiça Ambiental.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ADORNO, T. **A filosofia muda o mundo ao manter-se como teoria**. Entrevista à revista Der Spiegel, n. 19, 1969. Lua Nova, n.60 , 2003 (tradução de Gabriel Cohn).

ADORNO, T. HORKHEIMER, M. **A Dialética do Esclarecimento.** Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.

ALTVATER, Elmar. Prólogo: em defesa de um esforço teórico. In _____. **O preço da riqueza**. São Paulo: Editora da UNESP, 1995. p. 11-41.

ARAUJO, G.M., CASTRIOTA, L.B. Historiografia moderna e preservação: o caso do conjunto IAPI em Belo Horizonte. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 8, 2009, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Rio de Janeiro: 2009. Disponível em <http://www.docomomo.org.br/seminario%208%20pdfs/111.pdf>. Acessado em 10/01/2014.

ARAÚJO, R. P. Z. de. **Contradições e possibilidades da regulação ambiental no espaço urbano.** Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2009.

ARAUJO, R.P.Z; COSTA, H.S.M. Conflitos e Gestão Ambiental no Território Municipal de Belo Horizonte. In: XII Encontro Nacional da ANPUR, 2007, Belém. **Anais.** Belém: ANPUR, p. 1-25

AUGÉ, M. **Não-lugares**: Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Trad. Maria Lúcia Pereira. Campinas: Papirus, 1994.

BARBIER, E. 1987. The concept of sustainable economic development. **Environmental Conservation**, Vol. 14, No. 02, Summer, 1987. The Foundation for Environmental Conservation, Suiça.

BEDÊ, M.M.C. **Trajetória Da Formulação e Implantação da Política Habitacional de Belo Horizonte na Gestão da Frente Bh Popular 1993 / 1996.** Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociências, 2005.

BENJAMIM, W. **Passagens.** Org. Willie Bolle e Olgária Matos. Trad. Irene Aaron, Cleonice Mourão. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

BEZERRA, G.N. Consensualismo e Localismo na Competição Interterritorial: A Experiência da Agenda 21 no Estado do Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.7, n. 1, p.91-109, 2005.

BIAZZO, P.P. **Campo E Rural, Cidade E Urbano**: Distinções Necessárias para uma Perspectiva Crítica em Geografia Agrária. 4º encontro nacional de grupos de pesquisa – engrup, São Paulo, pp. 132-150, 2008.

BLAIKIE, P., BROOKFIELD, H., **Land Degradation and Society.** Londres: Methuen, 1987.

BOLAFFI, G. Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (org.) **A Produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial.** São Paulo: editora Alfa-Omega, 1979.

BONDUKI, N. Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 5ª. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

BOURDIEU, P. (março 1998), **L'essence du néolibéralisme**, *Le Monde diplomatique* (FR), 1998.

_____. **O Poder Simbólico.** Trad. Fernando Tomaz. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRAND, Peter; MUÑOZ, E. Cultivando ciudadanos: agricultura urbana desde uma perspectiva política. **Cadernos IPPUR**, vol. XXI, n.1, p.47, 2007.

BRAGA, T.M.. Risco e conflito ambiental sob o signo da (mono)indústria: um estudo sobre políticas ambientais na bacia do Rio Piracicaba, Minas Gerais. TORRES, H.; COSTA, H.S.M. (Orgs.). **População e meio ambiente**: debates e desafios. 2ª. ed. São Paulo: SENAC São Paulo, 2006. p.327-347.

BRASIL, Presidência: Decreto-Lei 311 de 02 de Março de 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em 10 de Agosto de 2013.

_____, Congresso Nacional: Lei Federal 4.380 de 21 de Agosto de 1964. Institui a correção monetária nos contratos imobiliários de interêsse social, o sistema financeiro para aquisição da casa própria, cria o Banco Nacional da Habitação (BNH), e Sociedades de Crédito Imobiliário, as Letras Imobiliárias, o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4380.htm> Acesso em 20 de Julho de 2013.

_____, Congresso Nacional: Lei Federal 5.172 de 25 de Outubro de 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm> Acesso em 10 de Agosto de 2013.

_____, Congresso Nacional: Lei Federal 6.766 de 19 de Dezembro de 1979. Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6766.htm> Acesso em 20 de Julho de 2013.

_____, Congresso Nacional: Lei Federal 6.938 de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6938.htm> Acesso em 20 de Julho de 2013.

_____, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 39 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

_____, Congresso Nacional: Lei Federal 9.433 de 8 de Janeiro de 1997: Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9433.htm> Acesso em 20 de Julho de 2013

_____, Congresso Nacional: Lei Federal 9.605 de 12 de Fevereiro de 1998: Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9605.htm> Acesso em 20 de Julho de 2013

_____, Congresso Nacional: Lei Federal 9.795 de 27 de Abril de 1999: Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm> Acesso em 20 de Julho de 2013

_____, Congresso Nacional: Lei Federal 9.985 de 18 de Julho de 2000: Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9985.htm> Acesso em 20 de Julho de 2013

_____, Congresso Nacional: Lei Federal 10.257 de 10 de Julho de 2001, Estatuto da Cidade: regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm> Acesso em 20 de Julho de 2013.

_____, Congresso Nacional: Lei Federal 11.124 de 16 de Junho de 2005: Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm> Acesso em 23 de Janeiro de 2014.

_____, Congresso Nacional: Lei Federal 11.284 de 2 de Março de 2006, Dispõe sobre a gestão de florestas públicas para a produção sustentável; institui, na estrutura do Ministério do Meio Ambiente, o Serviço Florestal Brasileiro - SFB; cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF; altera as Leis nos 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, 4.771, de 15 de setembro de 1965, 6.938, de 31 de agosto de 1981, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11284.htm> Acesso em 20 de Julho de 2013.

_____, Congresso Nacional: Lei Federal 11.977 de 7 de Julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11977.htm> Acesso em 20 de Julho de 2013.

_____, Congresso Nacional: Lei Federal 12.424 de 16 de Junho de 2011. Altera a Lei no 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nos 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12424.htm> Acesso em 20 de Julho de 2013.

BRISTOL, K.G. **The Pruitt-Igoe Myth.** Journal of Architectural Education, JAE, no. 44/3, Maio, 1991. University of California-Berkeley, 1991. P. 163-170.

BUENO, L.M.M. Cidades e Mudanças Climáticas no Brasil: Planejamento de Medidas ou Estado de Risco? **Sustentabilidade em Debate**, v. 2, no. 1, 2011.

BULLARD, Robert D. A anatomia do racismo ambiental e o movimento por justiça ambiental. In IBASE. **Série Sindicalismo e Justiça Ambiental. Vol 3: Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente – O debate Internacional**. Rio de Janeiro: Arte Maior, 2000. p. 32-41

BURDETT, R., SUDJIC, D. **The Endless City.** Londres: Phaidon, 2007.

BURKETT, P. **Marx and Nature: a red and green perspective**. Ne/w York: St. Martin's Press, 1999.

_____. **Capitalization versus Socialization of the Nature.** Capitalism Nature Socialism. Vol. 6 (4), 2005. p.92-100.

BURSZTYN, M., PERSEGONA, M. **A Grande Transformação Ambiental.** Uma cronologia da dialética homem-natureza. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CAMARGOS. R. Nascimento da APA Sul-RMBH: O Poder da Polêmica. In: ACSELRAD, H (org.) **Conflitos Ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Fundação Heirinch Böll: Relume Dumará, 2004.

CAMPOS, P.R. O Preço da Terra Urbana e a Moradia de Baixo Custo. In: MENDONÇA, J.G., COSTA, H.S.M., **Estado e Capital Imobiliário.** Convergências atuais na produção do espaço urbano brasileiro. Belo Horizonte: C/Arte, 2011.

CARDOSO, A.L., ARAGÃO, T.A., ARAÚJO, F.S., Habitação De Interesse Social: Política Ou Mercado? Reflexos sobre a Construção do Espaço Metropolitano. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DA AMPUR, 15, 2011, Rio de Janeiro. **Anais Eletrônicos...** Rio de Janeiro: ANPUR/UFRJ/UFF, 2011. Disponível em < http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/3082/3017>. Acessado em 20/11/2013.

CARMO, R.L.; TAGNIN, R. Uso Múltiplo da Água e Múltiplos Conflitos em Contextos Urbanos: O Caso do Reservatório Billings. In: **Anais do IX Encontro Nacional da Anpur.** Rio de Janeiro: ANPUR. v.3, 2001. p. 1276-1286.

CARNEIRO, E.J. A oligarquização da "política ambiental" mineira. In: ZHOURI, A.;LACHEFSKY, K; PEREIRA, D. (orgs.). **A Insustentável Leveza da Política Ambiental.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p.65-88

CASTELLS, M. **City, Class and Power.** Trad. (inglês) Elizabeth Lebas. Nova York: St. Martin's Press, 1978.

_____. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. **A Questão Urbana.** Trad. Arlene Caetano. 4ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992.

COMPANS, R. **A Cidade Contra A Favela: A Nova Ameaça Ambiental**. Xii Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. 2007. Anais

COLBY, M. **Environmental Management in Development – The evolution of paradigms**. World Bank Discussion Papers. The World Bank: Washington, 1990.

CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBINENTE (CONAMA) – IBAMA. Resolução Nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html> Acessado em 20 de julho de 2013.

CORBUSIER, L. **A Carta de Atenas.** Trad. Rebeca Scherer. São Paulo: Hucitec/EDUSP, 1993.

COSTA, H.S.M. Desenvolvimento Urbano Sustentável: Uma Contradição em Termos? **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 2, p. 55-71, 2000.

_____. Natureza, Mercado e Cultura: Caminhos da Expansão Metropolitana de Belo Horizonte. In: MENDONÇA, J.G.; NAVARRO, M.H.G. **População, Espaço e Gestão na Metrópole: Novas Configurações, Velhas Desigualdades.** Belo Horizonte: PUC-Minas, 2003. p. 159-178

_____. Mercado Imobiliário, Estado e Natureza na Produção do Espaço Metropolitano. In: _____ et al. (org.) **Novas Periferias Metropolitanas.** Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2006. p. 101-124.

_____. Meio Ambiente e Desenvolvimento: um convite à leitura. In: HISSA, C.E.V. (org.) **Saberes Ambientais: Desafios para o Conhecimento Disciplinar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a. p. 79-107.

_____. A Trajetória da Temática Ambiental no Planejamento Urbano no Brasil: o Encontro de Racionalidades Distintas. In: COSTA, G.M.; MENDONÇA, J.G. (orgs) **Planejamento Urbano no Brasil, Trajetória, Avanços e Perspectivas.** Belo Horizonte: C/Arte, 2008b. p. 80-92

COSTA, H.S.M., BRAGA, T.M. Entre a Conciliação e o Conflito: Dilemas para o Planejamento e a Gestão Urbana e Ambiental. In: Acselrad, H. (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heirinch Böll: Relume Dumará, 2004. p. 195 – 216

COSTA, H.S.M., MONTE-MÓR, R.L.M. Urbanization and Environment: trends and patterns in contemporary Brazil. In: HOGAN, D.J., BERQUÓ, E., COSTA, H.S.M. (org.) **Population and Environment in Brazil: Rio+10.** Campinas, CNPD, ABEP, NEPO, 2002. p. 127-145.

CURTISS, Adam. **All Watched Over by Machines of Loving Grace. Ep. 2 The Use and Abuse of Vegetational Concepts.** Video documentário. Disponível em : < http://vimeo.com/29365522>. Acesso em: 20 de janeiro de 2011.

DAVIS. M. Planeta de Favelas: a Involução Urbana e o Proletariado Informal. In: SADER. E. **Contragolpes**. São Paulo: Boitempo, 2006.

DAWKINS, R. **A Grande História da Evolução.** São Paulo: Cia. das Letras, 2009.

DESCARTES, R. **Discurso do Método**. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2009.

DENSITY ATLAS – Massachusetts Institute of Technology (MIT). Disponível em < http://densityatlas.org/> Acesso em 22 de Julho de 2013.

DIAMOND, J. **Guns, Germs, and Steel: The Fates of Human Societies**. New York: W.W.Norton, 1997.

_____. **Collapse: How Societies Choose to Fail or Suceed.** New York: Penguin books, 2005.

DIEGUES A.C.S., O mito do paraíso desabitado: as áreas naturais protegidas. IN FERREIRA, L.C.; VIOLA, E. (orgs). **Incertezas de sustentabilidade na globalização**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 279-313.

_____., **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. 3ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

DRUMMOND, J.A. **A Primazia Dos Cientistas Naturais Na Construção Da Agenda Ambiental Contemporânea.** Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 21, No. 62, Outubro, 2006. p. 5-25.

DUARTE, R.A.P. **Mímesis e Racionalidade:** A concepção de domínio da natureza em Theodor W. Adorno. São Paulo: Loyola, 1993.

_____. **Adorno/Horkheimer & A dialética do esclarecimento.** 2ª.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

EHRLICH, P.R., **The Population Bomb.** Revised edition. Nova York: Randon House, 1986.

ENGELS, F. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra.** Trad. B. A. Schumann. São Paulo: Boitempo, 2010.

ESCOBAR, A. Constructing nature: elements for a postestructural ecology. In PEET, Richard; WATTS, Michael. (eds.). **Liberation ecologies**: Environment, development, social movements. London; New York: Routledge, 1996. p.46-68.

FABER, D; O'CONNOR J. A Luta pela Natureza: Ambientalismo e Sindicalismo nos Estados Unidos. In: : Ibase. **Sindicalismo e Justiça Ambiental. (vol.3)** Rio de Janeiro: Arte Maior Gráfica e Editora, 2000. p. 23-31.

FERRARI, C. **Curso de planejamento municipal integrado.** 6ª. ed. São Paulo: Pioneira, 1988.

FERREIRA, D.A.O. Espaço Agrário e Gestão Ambiental: a trajetória da agricultura familiar. In: HISSA, C.E.V. (org.) **Saberes Ambientais: Desafios para o Conhecimento Disciplinar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 225-241.

FOSTER, J.B. **The Vulnerable Planet:** A Short Economic History of the Environment. New York: NY University Press, 1999.

_____. **Marx's Ecology:** Materialism and Nature. New York: Monthly Review Press, 2000.

_____. **Ecology Against Capitalism.** New York: Monthly Review Press, 2002.

FREITAG, B. **A Teoria Crítica: ontem e hoje.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

FRENCH, H. **Os Mais Importantes Conjuntos Habitacionais do Séc. XX.** Trad. Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FULLER, B. **Operating Manual for Spaceship Earth.** Carbondale: Southern Ilinois University Press, 1969

GAGNEBIN, J.M. Entre a Vida e a Morte. In: OTTE, G; SEDLMAYER, S; CORNELSEN, E. (org.) **Limiares e Passagens em Walter Benjamim.** Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010. p. 12-26.

GONÇALVES, M.C.F. **Filosofia da Natureza.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GUATTARI, F. Ecologia e Movimento Operário. In: Ibase. **Sindicalismo e Justiça Ambiental. (vol.3)** Rio de Janeiro: Arte Maior Gráfica e Editora, 2000. p. 13-22. *Publicado originalmente na revista Chimères Paris, 1994*

_____. **As Três Ecologias.** Trad. Maria Cristina Bittencourt. 21ª. ed. Campinas: Papirus, 2012.

HARDIN, G. **The Tragedy of the Commons**. *Science*, vol. 162, No. 3859 (13 de dezembro de 1968), pp. 1243-1248.

_____. **Lifeboat Ethics: the Case Against Helping the Poor**. *Psychology Today* 8: 38–43. 1974

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna.** Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 21ª. Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

_____. **Justice, Nature and the Geography of Difference.** Cambridge: Blackwell, 1996.

_____. **A Produção Capitalista do Espaço.** 2ª. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **Social Justice and the City.** Edição revisada. Athens, GA: The University of Georgia Press, 2009.

HERTZBERGER, H. **Lições de Arquitetura.** Trad. Carlos Eduardo Lima Machado. 2ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HISSA, C.E.V. Mobilidades, Adensamentos e Rarefações. In: HISSA, C.E.V. (org.) **Saberes Ambientais: Desafios para o Conhecimento Disciplinar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 159-180.

HOGAN, D.J. **População e meio ambiente**. Textos NEPO 16. Campinas: UNICAMP, 1989. Disponível em <http://www.nepo.unicamp.br/textos/publicações/textos_nepo/textos _nepo_16.pdf> Acesso em: 18 jan.2013.

_____. A Relação entre População e Ambiente: Desafios para a Demografia. In: TORRES, H., COSTA. H. (orgs.). **População e Meio Ambiente: Debates e Desafios.** São Paulo: Editora SENAC, 2000. p. 21-52.

HOLSTON, J. **A cidade modernista**. Uma crítica de Brasília e sua utopia. Trad. de Marcelo Coelho. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, Max. ADORNO, Theodor. **Textos Escolhidos**. São Paulo: Nova Cultural, 1989. p. 31-68.

_____. **Eclipse da Razão.** São Paulo: Centauro, 2002.

_____. **Teoria Crítica I** (Teoria Crítica: uma documentação). Trad. Hilde Cohn**.** São Paulo: Perspectiva, 2006.

HOUAISS, A., VILLAR, M.S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBASE. **Sindicalismo e Justiça Ambiental.** Vol. 1 – Ambientes de Trabalho, Ambientes de Vida – Capítulos da Poluição Industrial no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arte Maior Gráfica e Editora, 2000a.

_____. **Sindicalismo e Justiça Ambiental.** Vol. 3 – Movimento Sindical e Defesa do Meio Ambiente – O Debate Internacional. Rio de Janeiro: Arte Maior Gráfica e Editora, 2000b.

IBGE. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente.** 2ª. edição. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http:// www. ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/vocabulario.pdf>. Acesso em: 24 de janeiro de 2013.

_____. XI Recenseamento Geral do Brasil. 2000. Disponível em: < http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc0210.pdf>. Acesso em 12 de agosto de 2013.

JACOBS, J. **Morte e Vida de Grandes Cidades.** Trad. Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JENCKS, C. A.**The Language of Post-Modern Architecture.** Londres: Academy Editions, 1984. (4a. edição).

KAPP, S. Por que teoria crítica da arquitetura? Uma explicação e uma aporia. In: MALARD, M.L. (org.) **Cinco Textos sobre Arquitetura.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005, p.115-167.

_____. **Contra a Integridade.** MDC. Revista de Arquitetura e Urbanismo, Belo Horizonte, v.1, n.2, p. 8-11, 2006.

_____. **Uma tipologia de espaços cotidianos.** Belo Horizonte, 2010, p.1-26. [Manuscrito]

_____. Abordagens teórico-críticas. In: **Teoria Crítica da Arquitetura**. Belo Horizonte, 2011, p.5-29. [Manuscrito]

KOWARICK, L. **A espoliação urbana.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Escritos urbanos.** São Paulo, editora 34, 2000.

LAGO, A.; PÁDUA, J.A. **O Que é Ecologia?** São Paulo: Brasiliense, 1988

LEFÈBVRE, H. **The Production of Space.** Tradução: Donald Nicholson-Smith. Malden, MA: Blackwell, 1991.

_____. **A Revolução Urbana.** Tradução: Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **Marxismo.** Trad. William Lagos. Porto Alegre: L&PM, 2009.

_____. **O Direito à Cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. 5ª. edição. São Paulo: Centauro, 2011.

LEFF, Enrique. El movimiento ambiental y La democracia en América Latina. _____. **Ecologia y capital**: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable. Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 1994. p.366-389.

LOVO, I. et all, **Agricultura urbana conquistando o mercado institucional da alimentação escolar em Belo Horizonte.** Belo Horizonte, 2012, p.1-20. [Manuscrito]

LYNCH, B.D. Instituições Internacionais para a proteção ambiental: suas implicações para a justiça ambiental em cidades latino americanas. In: ACSELRAD, H. **A Duração das Cidades: A Sustentabilidade e o Risco nas Políticas Urbanas**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, P. 57-82, 2001.

McANANY, P.A., YOFFEE, N. **Questioning Collapse.** Human Resilience, Ecological Vulnerability, and the Aftermath of Empire. New York: Cambrigde University Press, 2010.

MARANDOLA JUNIOR, E. Tangenciando a vulnerabilidade. *In* HOGAN, D. J.; MARANDOLA JUNIOR, E (orgs.). **População e mudança climática**: dimensões humanas das mudanças ambientais globais. Campinas: NEPO/UNICAMP; Brasília: UNFPA, 2009. p. 29-52.

MARANDOLA JUNIOR, E.; HOGAN, D.J. Vulnerabilidade do lugar vs. vulnerabilidade sociodemográfica: implicações metodológicas de uma velha questão. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p.161-181, jul. 2009.

MARCUSE, H. **One-dimensional Man.** Studies in the Ideology of the Advanced Industrial Society. 2a. ed. Boston: Beacon Press, 1991.

MARICATO, E. **O Impasse das Políticas Urbanas no Brasil.** 2ª. ed. Petrópolis, Rj: Vozes, 2012a.

_____. **Cidades-Urgente: colocar a questão urbana na agenda nacional.** Carta Maior, 2012b. publicado em 08 de junho de 2012. Disponível em < http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Cidades-Urgente-colocar-a-questao-urbana-na-agenda-nacional/4/25307>. Acessado em 20/03/2014.

MARTINE, George. População, meio ambiente e desenvolvimento: o cenário global e nacional. In MARTINE, George. **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições.** Campinas: Editora Unicamp, 1993. p.21-42.

MARTINS, M.L. História e Meio Ambiente. In: HISSA, C.E.V. (org.) **Saberes Ambientais: Desafios para o Conhecimento Disciplinar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 65-77.

MARTINS, M.L.R. **Moradia e Mananciais: tensão e diálogo na metrópole.** São Paulo: FAUUSP/FAPESP, 2006.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos.** Trad. Alex Martins. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **O Capital:** crítica da economia política. Livro I. trad. Reginaldo Sant'Anna. 28ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã.** Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MATOS, O. C.F. **A Escola de Frankfurt: luzes e sombras do iluminismo**. São Paulo: Moderna, 1993.

MEADOWS, D.H. et all. **The Limits do Growth.** New York: Universe Books, 1972.

MEDEIROS, S.R.F.Q.. BNH: Outras Perspectivas. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1, 2010, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: UFRN, 2010. Disponível em < http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Artigos%20REVISADOS/BNH,%20outra%20pespectiva.pdf> . Acessado em 30/08/2013.

MOREIRA,C. Trajetória Contemporânea da Agricultura Urbana. In: HISSA, C.E.V. (org.) **Saberes Ambientais: Desafios para o Conhecimento Disciplinar.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 243-254.

MONTE-MÓR, R. L. Urbanização Extensiva e Lógicas de Povoamento: Um Olhar Ambiental. In: SANTOS, M.; SOUZA, M.A.;SILVEIRA, M.L. (orgs) **Território, Globalização e Fragmentação.** São Paulo: Hucitec/Ampur, 1994.

_____. A cidade e o Urbano. In: BRANDÃO, C.A.L. (org.) **As Cidades da Cidade.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. P. 185 – 197.

_____. **Planejamento Urbano no Brasil: Emergência e Consolidação.** Etc...Espaço, Tempo e Crítica. Vol. 01 no. 01. 2007.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O Mito do Desenvolvimento Sustentável:** meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: Ed da UFSC, 2001.

NAHAS, M.I.P. **Bases Teóricas, Metodologia de Elaboração e Aplicabilidade de Indicadores Intra-Urbanos na Gestão Municipal da Qualidade de Vida Urbana em Grandes Cidades: o caso de Belo Horizonte.** Tese (doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, 2002.

NOBRE, M. (org.). **Curso Livre de Teoria Crítica.** Campinas: Papirus, 2008a.

_____. **A Teoria Crítica.** 2ª. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008b.

NORGAARD, R.B. **Development Betrayed**: The End of Progress and a Coevolutionary Revisioning of the Future. Londres: Routledge, 1994.

O'CONNOR, J. Capitalism, Nature, Socialism: A Theoretical Introduction. **Capitalism, Nature, Socialism** Volume 1, Number 1, p. 11-38. 1990.

ODUM E., ODUM H., ***Fundamentals of ecology***. Philadelphia: W. B. Saunders Company, 1953.

OLIVEIRA, F.L. Sustentabilidade e Competitividade: A Agenda Hegemônica para as Cidades do Século XXI. In: ACSELRAD, H. **A Duração das Cidades: A Sustentabilidade e o Risco nas Políticas Urbanas**. 1ª. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001. p. 177-02

PARK, R., BURGESS, W. e MCKENZIE, R.D. ***The City***. Chicago: University of Chicago Press, 1925

PEET, Richard; WATTS, Michael. Liberating ecology: development, sustainability, and enviroment in na age of market triumphalism. In PEET, Richard; WATTS, Michael. (eds.). **Liberation ecologies**: Environment, development, social movements. London; New York: Routledge, 1996. 1a. ed. p.1-45.

PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO – PDDI. Governo de Estado de Minas Gerais; Universidade Federal de Minas Gerais. Abril de 2011.[mimeo].

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE. **Organização Territorial Dos Serviços Municipais De Saúde Em Belo Horizonte.** 2003. Disponível da internet. < www.pbh.gov.br/smsa/biblioteca/geepi/territoriosnasmsa.doc > Acessado em 20 de abril de 2014.

_____. **Fundação de Parques Municipais – CEVAE.** 2014. Disponível na internet. < http://portalpbh-hm.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=fundacaoparque&tax=22861&lang=pt_BR&pg=5521&taxp=0& > Acessado em 15 de junho de 2014.

RANCIÈRE, J. O Dissenso. In NOVAES, A. (org.) **A Crise da Razão.** São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996. p. 367 – 382.

_____. **A partilha do Sensível**: estética e política. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2009.

REDE BRASILEIRA DE JUSTIÇA AMBIENTAL (RBJA). **Boletim Justiça Ambiental**. Edição Especial, no. 4, Rio de Janeiro, 2009.

_____.<http//:http://www.justicaambiental.org.br>. Acessado em 10 de abril de 2013.

REDFIELD, R. **The Folk Society**. American Journal of Sociology, 1947.

RELPH, E. **Place and Placelessness.** (reedição). Londres: Pion, 2008.

RIBEIRO, A.M., GARCIA, R.A.**Segregação socioespacial em Belo Horizonte**: uma aplicação de modelos difusos. Revista Geografias, v.1, n.1, 2005. p. 86 – 97.

ROUSSEAU, J.J. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens.** Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM, 2011.

ROLNIK, R. Blog da Raquel Rolnik [Internet]. **Eu Sou Você Amanhã: A Experiência Chilena e o 'Minha Casa Minha Vida'.** Publicado por Raquel Rolnik em 10/05/2012. Disponível em <http://raquelrolnik.wordpress.com/2012/05/10/eu-sou-voce-amanha-a-experiencia-chilena-e-o-minha-casa-minha-vida/>. Acessado em 10/11/2013.

ROLNIK, R.; NAKANO, K. **As armadilhas do Pacote Habitacional** in: LE MONDE Diplomatique Brasil. Edição: 05 de março de 2009. Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=461> . Acessado em 22/12/2013.

RUSH, F. As bases conceituais da primeira Teoria Crítica. In: RUSH, F. (org.) **Teoria Crítica**. Trad. Beatriz Katinsky, Regina Andrés Rebollo. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008. p. 31-66.

SACHS, Ignacy. Estratégias de transição para o século XXI. *In* BURSZTYN, Marcel. (Org.). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993. p.29-56.

SANTILLI, J. O sócio ambientalismo na Constituição Brasileira. **Sócioambientalismo e novos direitos**: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural. São Paulo: Peirópolis, 2005. p.55-99.

SÃO PAULO. Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB. Parcelamento do solo: roteiro técnico / Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano. São Paulo: Pini, 1991.

SCHELLING, F. W. J. **Sistema del Idealismo Trascendental**. Barcelona: Antropos, 1998.

SEARS, P. B. **Deserts on the march**. Washington, D.C.: Island Press, 1988.

SMITH, N. **The New Urban Frontier.** New York: Routledge, 1996.

SMOLKA, Martim O. Meio ambiente e estrutura intra-urbana. In MARTINE, George. **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Campinas: Editora Unicamp, 1993. p.133-147

SOJA. E. **Seeking Spatial Justice.** Minneapolis: University of Mineesota Press, 2010.

SOJA, E. KANAI, M. The Urbanization of the Word. In: BURDETT, R., SUDJIC, D. **The Endless City.** Londres: Phaidon, 2007. P. 54-69.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C.C. e GALPIN, C. J. Diferenças Fundamentais entre o mundo rural e urbano. (1929) In: MARTINS, J. S. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1986.

SOUZA, J. **A Ralé Brasileira.** Quem é e Como Vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

_____. **Os Batalhadores Brasileiros.** Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SOUZA, M.L. **O Desafio Metropolitano:** Um estudo sobre a Problemática Sócio-Espacial nas Metrópoles Brasileiras**.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **Os Conceitos Fundamentais da Pesquisa Sócio-Espacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SWYNGEDOUW, Erik. A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e "urbanização-ciborgue". In ACSELRAD, Henri. (org.) **A duração das cidades**: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas. Rio de Janeiro: DP&A, Lamparina, 2001. p.99-120

TANSLEY, A. **The use and abuse of vegetacional concepts.** (1935). Disponível em: <http://karljaspers.org/files/tansley.pdf> Acessado em 21 de junho de 2013.

THE PRUITT-IGOE MYTH. (documentário). Direção: Chad Freidrichs. Roteiro: Chad Freidrichs/ Jaime Freidrichs. Unicorn Stencil; The Missouri History Museum. 2011.

TÖNNIES, F. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In: FERNANDES, F. **Comunidade e Sociedade.** Leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação. São Paulo: Nacional, EDUSP, 1973. p.96 – 116.

TORRES, H.G. A Demografia do Risco Ambiental. In: TORRES, H., COSTA. H. (orgs.). **População e Meio Ambiente: Debates e Desafios.** São Paulo: Editora SENAC, 2006. p. 53-73.

TORRES, H.G, MARQUES, E.C. **Reflexões sobre a Hiperperiferia:** novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Número 4, Maio 2001. p. 49-70.

URBEL, **UH – Urbanização & Habitação**. Ano I, no. 1, Jan. 2014. Belo Horizonte: Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – URBEL, 2014.

VAINER, C.B. População, Meio Ambiente e Conflito Social na Construção de Hidrelétricas. *In*: MARTINE, G. **População, meio ambiente e desenvolvimento**: verdades e contradições. Campinas: Editora Unicamp, 1993.

VILLAÇA, F. **Espaço Intra-Urbano no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

VIOLA, E.J., LEIS, H.R. A Evolução das Políticas Ambientais no Brasil, 1971-1991: Do Bissetorialismo Preservacionista para o Multissetorialismo Orientado para o Desenvolvimento Sustentável. In: HOGAN, D.J., VIEIRA, P.F. **Dilemas Socioambientais e Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Ed. Unicamp, 1992. p. 73-102.

WACKERNAGEL, M; REES, W. **Our ecological footprint**: reducing human impact on the Earth. [S.l.]: New Society, 1996.

WATTS, M., PEET. R. Liberating Political Ecology. In: WATTS, M., PEET. R. (orgs.) **Liberation Ecologies.** Environment, development, social movements. London; New York: Routledge, 2004. 2a.ed. p. 3-47.

WILDING, A. Ideas for a Critical Theory of Nature. **Capitalism, Nature, Socialism** Volume 19, Number 4, p. 01-17. (2008).

ZIZEK, Slavoj. **Ecologia, o ópio do povo.** 2011. Disponível em : < http://www.youtube.com/watch?v=rwPe-Kml5AI>. Acesso em: 02 de maio de 2011.